

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES
DA RURALIDADE
NA IMPRENSA PORTUGUESA

Vol. II
ANEXOS

Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

Faro, 2000



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

**IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA RURALIDADE NA
IMPrensa PORTUGUESA**

**VOL. II
ANEXOS**

**Dissertação para obtenção
do grau de Doutor em Sociologia**

Autora: Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

Orientador: Professor Doutor José Manuel Paquete de Oliveira

**Faro
2000**

RECEBIMOS DO ALGORME
SERVIDOR DOCUMENTAÇÃO
*240562/40585/2
316.3
BAN*Ima
2º VR
↓

22927.

ANEXO I

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 1992 /1996

Diário de Notícias	Rubrica	Locutor - reportador	Título	Resumo
2/1/92 Pág. 29/30	Supl. Regiões	António Veladas (Évora)	<i>Redondo é terra de oleiros à procura de um novo rumo</i>	<p>“Outrora uma vila com problemas de abastecimento de água, o Redondo é hoje uma localidade apetrechada de condições de vida condignas. Terra de oleiros e fazedores de campo (...). Sujeita aos males da interioridade, a vila está a emergir de um período caracterizado pelo abandono da população rumo aos grandes centros urbanos (...). As perspectivas de fixação começam a tomar contornos mais animadores. Porém, a solução para este problema passa, em grande parte, pela indústria turística. Terra de conhecidas potencialidades a este nível, o Redondo iniciou (...) a sua caminhada no sentido do progresso. (...) Vila calma, de gentes pacatas, foi completamente virada do avesso com a instalação da rede de esgotos (...). A posição geográfica que o Redondo possui será um dos principais pontos fortes apontados pela autarquia para o desenvolvimento turístico. Alfredo Barroso diz não acreditar muito no futuro da agricultura, dados os problemas com que o sector se debate. (...) Um museu da olaria e do vinho e ... são criações já em marcha. No primeiro pretende-se a recriação da arte dos oleiros num espaço vivo, onde impere a história do barro e peças tradicionais da região. O museu do vinho irá promover os vinhos da região tendo também um centro de provas promovendo a expansão do produto. (...) A vila do Redondo, actualmente com pouco mais de cinco mil habitantes, não destoa das restantes localidades do interior, com as suas tabernas e cafés permanentemente guardados, porta a porta, pelos idosos (...). Não há terra mais bonita/do que esta terra ... nossa/Tem vinhas, tem olivais/ e por cima a Serra d’Ossa. Esta quadra, escrita por Domingo Rosado, benemérito do Redondo, ilustra a tipicidade e valia de uma terra de boa gente. Vila medieval, guarda segredos de tempos idos nos testemunhos vivos, entre as quais se contam as obras edificadas nos dias de sol, que queimam nas planícies alentejanas. (...). A Rua do Castelo é um dos lugares mais pitoresco da vila, caracterizado ... pelo casario alvinitente de caio (...). É uma zona onde existem inúmeros megalíticos, oferecendo assim mais um atractivo disponível, cujo estudo está a cargo da GEO-Grupo de Estudos da Serra d’Ossa, associação com cinco anos de vida, visa o levantamento, a protecção e valorização do espólio arqueológico da região. Manuel Calado, professor universitário em Lisboa, lidera o GEO. (...). O trabalho destes arqueólogos não tem sido muito facilitado. ‘A destruição do património arqueológico provocado pela proliferação de eucaliptos e uma constante modernização da agricultura não poupam nada’, afirma Manuel Calado. (...) Redondo, uma terra de descobertas, encoberta pela serra altiva e dominante da planície alentejana.”</p>

2/1/92 Pág. 30	Supl. Regiões		<i>Barragem da Vigia é oásis na planície</i>	<p>“A barragem da Vigia proporcionou ao Redondo o abastecimento de água e poderá, agora, desempenhar papel importante no desenvolvimento local da indústria turística.</p> <p>O turismo rural é uma das poucas alternativas ao crescimento económico das regiões interiores do Alentejo, onde as assimetrias continuam a ser uma realidade.</p> <p>A Câmara Municipal do Redondo pretende assim apostar no património natural, cujas capacidades e potencialidades garantem o sucesso do seu aproveitamento.</p> <p>Num Alentejo rico em tradições, gastronomia, história, fauna e flora, o turismo traz a esperança de dias melhores, no quadro cinzento em que actualmente de vive.</p> <p>(...)</p> <p>Entre outros benefícios trazidos pela barragem contam-se a ampliação e melhoramento das vias rurais, maior rendimento agrícola, e menor flutuação na procura e oferta de emprego.”</p>
2/1/92 Pág. 31	Supl. Regiões		<i>Convento na Serra d'Ossa vai ser um pólo turístico</i>	<p>“(…)</p> <p>O Convento de São Paulo, outrora relíquia da oração religiosa, venceu o tempo, e percorreu solenemente os séculos até aos nossos dias.</p> <p>(...)</p> <p>Henrique Leote, proprietário do convento, é hoje um homem empenhado na definição do futuro do imóvel e terrenos envolventes (...) tendo decidido vender o edifício à Sociedade Imobiliária Várzea da Ourada, para instalação de uma unidade hoteleira de superior qualidade.</p> <p>(...)</p> <p>Integrado numa área de 600 hectares arborizados, fontes florentinas, e toda uma traça arquitectónica de grande imponência são factores comprovativos do seu futuro como lugar ‘anti-stress e de lazer’.</p> <p>(...)</p> <p>O aproveitamento da restante propriedade permitirá a criação de um country-club onde a caça grossa, especialmente o javali, serão os alvos a abater.</p> <p>(...)</p> <p>O Convento de São Paulo é um rico testemunho da nossa história, que perdurará na memória de todos, graças ao esforço e à tenacidade dos seus proprietários.”</p>
7/1/92 Pág. 27	Economia		<p><i>Segunda etapa da adesão origina quebras de preços em 1991</i></p> <p><i>Rendimento da agricultura baixou</i></p> <p><i>Jovens agricultores denunciam falências</i></p>	<p>“(…)</p> <p>A passagem à segunda fase da adesão, que em termos genéricos, significou o abandono de grande parte dos mecanismos de protecção dos preços que anteriormente vigoravam em Portugal, foi, durante o ano de 1990, razão para convulsões sociais e políticas (...) marcado por manifestações e protestos dos agricultores e suas organizações, enquanto o Ministério da Agricultura negociava em Bruxelas cláusulas de salvaguarda que diminuíssem o impacte da inadiável segunda etapa da adesão.</p> <p>No caso dos cereais, um dos sectores considerados mais vulneráveis por razões técnicas (fraca rentabilidade dos solos portugueses) e histórico-políticas (forte e antigo protecção), foi negociada uma harmonização progressiva dos preços, complementada por ajudas directas ao produtor até 2001.</p> <p>(...)</p> <p>Ante as perspectivas de quebra de rendimentos ou eventual inviabilidade, no médio e longo prazo, muitos agricultores terão diminuído ou mesmo abandonado a produção. (...)”.</p>

8/1/92 Pág. 7	Europa	Alvaro Morna (Paris)	<i>Arlindo procura consenso para a agricultura</i>	Nota: agenda ministerial
14/1/92 Pág. 22	País	Humberto de Vasconcelos	<i>Desertificação é ameaça em Serpa</i>	<p>“Vila Branca, chamam-lhe os folhetos turísticos. É Serpa, na margem esquerda do Guadiana, situada nas terras mais maderastas de quantas há em Portugal. Vila Branca, mas de futuro negro, se ninguém lhe acode a dar a mão, porque mãos ainda ali existem, mas estão vazias, de trabalho, de dinheiro e oportunidades.</p> <p>‘Estamos na margem esquerda do Guadiana, o lado mais feio da assimetria que assola o nosso país’, disse ao DN o vereador da Câmara, João Oliveira. (...) ‘Despovoada, envelhecida, ruralizada – no mau sentido – e com falta de meios para desenvolver as potencialidades endógenas, os que nela vivem são desde cedo atraídos pelos eldorados da Suíça, Alemanha e Canadá e abalam. (...) Depois, vêm para as suas aldeias, reformados, gastos de uma vida de trabalho, ver o tempo correr’, acrescenta.</p> <p>‘Hoje, a população em idade activa que parte é substituída por velhos que, trazidos pela nostalgia e por uma vida ainda barata, regressam para morrer nos seus montes e aldeias, depois de terem passado uma vida a enriquecer outras regiões e outros povos’, lamenta João Oliveira.</p> <p>(...)</p> <p>Daqui tudo abala. Até a terra que poderia ser penetrada pelo arado. Foge debaixo dos pés dos homens. Não é o calor que seca a terra. É a chuva. Ela fica nua porque as enxurradas levam tudo, depois de a desflorestação e os métodos incorrectos de trabalhar a terra a terem talhado e ferido. (...).</p> <p>‘A margem esquerda do Guadiana tem espaço para todas as expressões do crescimento e desenvolvimento. Para unidades fabris e hotéis, para centros de investigação e complexos agro-industriais, para turismo, escolas (...), grandes explorações e explorações médias’, lê-se num documento elaborado pela Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana. Nele se aponta para um desenvolvimento que cruze o legado histórico-cultural com os padrões da modernidade (...). A margem esquerda tem o que o Ocidente industrial já perdeu: ruralidade, equilíbrio ecológico, centros históricos preservados, vestígios de antigas civilizações e tudo o mais que na Europa – dita desenvolvida – está a cair no esquecimento e na penumbra’. ‘É tempo de atrairmos e provocar um desenvolvimento correcto, mas que rejeite a uniformização de modelos e afirme o direito à diferença’, disse ao DN o vereador (...), João Oliveira.</p> <p>(...)</p> <p>‘Viver aqui deverá ser bom para criar e educar os filhos. Viver aqui deverá ser bom para trabalhar e repousar. Viver aqui deverá ser bom para os que cá estão e para todos os que venham. Viver na margem esquerda deverá ser um prazer e não uma expiação ou uma fatalidade’, vinca João Oliveira.’</p>

20/1/92 Pág. 22	País		<i>Agricultores pedem mais meios para combater fogos florestais</i>	<p>“Melhorar as acções de prevenção e os meios postos à disposição das entidades responsáveis pela defesa e combate aos incêndios florestais e ‘prosseguir as acções de pesquisa no domínio do sector florestal’, são algumas das medidas (...) preconizadas pela C.M.A (...)”</p> <p>(...) também foi sustentada a necessidade de melhorar a gestão efectiva das matas, com ‘práticas correctas da silvicultura e criação de infra-estruturas para a exploração de modo a que se constitua um apoio na defesa contra incêndios e se promova o ordenamento das explorações florestais’.</p> <p>(...)</p> <p>E para concretizar semelhante medida é necessário (...) organizar ‘projectos regionais de ordenamento do espaço florestal’, que tenham em devida conta os ‘condicionalismo de natureza ecológica, económica e social da região’.</p> <p>(...).”</p>
24/1/92 Pág. 6	Europa (Bruxelas)		<i>Arlindo Cunha indeciso face à reforma da PAC Agricultores mobilizam-se em Bruxelas</i>	<p>“O Ministro da agricultura, Arlindo Cunha vai estar perante uma opção difícil quanto ao rumo a definir para a reforma da PAC, quando presidir, pela primeira vez ao Conselho de Ministros da comunidade. (...)”.</p>
27/1/92 Pág. 5	Europa		<i>Doze ministros reunidos com agricultores à porta</i>	<p>“Um clima de tensão acompanha em Bruxelas a discussão da reforma da PAC. (...). Ao mesmo tempo que Arlindo Cunha preside, pela primeira vez, ao Conselho de Ministros da Agricultura da Comunidade, agricultores europeus manifestam-se nas ruas, desfilando com tractores.</p> <p>A iniciativa insere-se no Dia de Acção do Agricultor Europeu e é contra as propostas pelo comissário Ray Macsharry, que defendeu a introdução de alterações drásticas na PAC. Aquele responsável comunitário (...) prevê que, até ao fim de 92, os stocks excedentários da comunidade alcançarão 25 a 30 milhões de toneladas de cereais (...).</p> <p>Mac Sharry considera que, a longo prazo, ‘a comunidade não pode contar com os acontecimentos imprevisíveis para resolver o problema dos excedentes’, numa referência à assistência alimentar fornecida à Europa de Leste, que tem recorrido a produtos armazenados.</p> <p>(...)</p> <p>Recorde-se que a actual proposta de reforma da PAC, prevê a substituição dos apoios aos preços por subsídios directos à produção.</p> <p>A comissão da CE avança ainda com medidas conducentes a um maior apoio directo aos pequenos e médios agricultores e programas de acompanhamento, nomeadamente de incentivo à reforma antecipada, de desenvolvimento de métodos de extensificação e de protecção do ambiente, da paisagem, da fauna e da flora.</p> <p>As negociações do Uruguay Round ensombram o Conselho de Ministros, devido a divergências entre a CE e os EUA relativamente à redução dos subsídios à agricultura europeia. (...)”</p>

29/1/92 Pág. 6	Europa	António José Teixeira	<i>O comissário europeu é um lugar que me tentaria poder aceitar</i>	<p>“Há dois anos afastado do Governo, Alvaro Barreto era, reconhecidamente, um exímio negociador dos dossiers comunitários. (...) É um dos especialistas portugueses em política agrícola comunitária. (...) ‘O debate tem sido muito superficial. Por exemplo, a propósito da reforma da PAC (...) eu diria que até pessoas bem informadas não têm tido acesso a um debate sobre as consequências para o país da revisão da PAC. A repercussão na vida do país é de tal modo grande que deveria ter um debate mais aprofundado. (...). (...) ‘A reforma da PAC é inevitável porque as medidas estabilizadoras que se lançaram em 1986 não deram resultado. Os excedentes que se estão a acumular são a melhor prova disso. (...).’ ‘Portugal tem toda a vantagem em apoiar o tipo de reforma de Ray Mac Sharry apresenta (...).’ (...) ‘A actual política (...) protege mais os países que são produtores de excedentes do que os mais fracos. A mudança proposta deixa de estar ligada ao volume de produção, passa a estar ligada às áreas semeadas e protegidas. É mais favorável a Portugal’. (...) ‘Há certos aspectos que, a serem adoptados, são prejudiciais para Portugal. No caso dos cereais, a principal componente da revisão e aquela que absorve mais dinheiro, Portugal tem de ter um tratamento especial. Quando em 1986 foi reconhecida (...) a especificidade da agricultura portuguesa, isso aconteceu pela simples razão de que estamos num processo de transição. Não beneficiámos dos aumentos de investimento que foram feitos nos anos 60 e é essa a razão porque estamos num período de transição até 2001. Portanto, não podemos aceitar que para as ajudas a conceder aos agricultores se tome como referência uma produtividade histórica e estatística. (...).’ (...) ‘Hoje a CE tem em média sete ou oito por cento da população activa na agricultura. Nós ainda estamos com 19. Vão aparecer pessoas que vão deixar a actividade agrícola. Mas, também aqui, Portugal tem uma situação privilegiada: uma parte significativa dos nossos agricultores tem mais de 55 anos e na reforma da PAC estão previstos mecanismos de apoio a reforma antecipada, à exploração extensiva e à florestação.’ ‘A contestação não vai ser maior do que no passado. (...). E, de acordo com as contas que fiz, os agricultores vão receber mais com a reforma do que têm vindo a receber com a política actual’. (...).”</p>
29/1/92 Pág. 7	Europa		<i>Tarifas travam reforma da PAC Arlindo Cunha esperançado na obtenção de consenso</i>	Nota: relato das negociações
3/2/92 Pág. 2	Parlamento	Oliveira Figueiredo	<i>Debate sobre política agrícola mais polémico do que conclusivo</i>	Nota: o relato transcreve sobretudo questões político-partidárias.

10/2/92 Pág. 20	Sociedade		<i>Sobreiros portugueses preocupam franceses</i>	<p>“A responsabilidade pela morte dos sobreiros não está apenas nas pragas e doenças que os afectam. Estas só tiveram consequências porque as árvores já estavam em condições degradadas. Esta é a opinião de Teresa Cabral, da Estação da Florestal Nacional que, durante três anos estudou as causas do declínio dos montados portugueses. Segundo esta técnica (...) a decadência dos sobreiros e em geral das árvores da mesma família, remonta a finais do século XIX.</p> <p>(...)</p> <p>A Estação Florestal Nacional adianta, por seu lado, que a causa deste declínio assenta nas podas excessivas, culturas muito intensas e desadequadas, remoção profunda dos solos, descortiçamento com intervalos menores do que os recomendados.</p> <p>Entre os maiores responsáveis pela situação parece estar o trigo, cujas campanhas de promoção, feitas nas décadas de 40 e 50, só este ano terminaram. ‘Os subsídios agravaram as desvantagens do trigo porque fomentam o seu cultivo, muitas vezes, em condições e locais que só os apoios económicos permitem’, refere Teresa Cabral.</p> <p>Espécies consideradas mais resistentes e com um ciclo de vida mais curto, como o eucalipto ou o pinheiro, também foram afectadas, mas o fenómeno não é tão notório (...).”</p>
19/2/92 Pág. 3	Política		<i>Deixar a lavoura vai render dinheiro</i>	<p>“O Comissário Europeu MacSharry deverá assinar (...) um programa para Portugal de acompanhamento ao emparcelamento e cessação da actividade agrícola, cuja negociação já estava atrasada há um ano. O anúncio foi feito por pelo secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro, durante o debate na especialidade da proposta de orçamento de Estado.</p> <p>(...) Álvaro Amaro explicou que este programa de acompanhamento se destina a agricultores com mais de 55 anos e menos de 70, que se decidam a deixar a actividade agrícola ou, nas regiões apropriadas, aceitam entregar os seus terrenos para emparcelamento. Quem o fizer, receberá, mensalmente, 60 mil escudos, durante dez anos, sem com isso perder subsídios de reforma que aufera ou venha a ter direito, recebeu aquele membro do Governo.</p> <p>(...)</p> <p>A reforma da PAC tem por principais objectivos, segundo disse o secretário de Estado aos deputados – a diminuição da produção e dos preços e a garantia do suporte dos rendimentos aos agricultores. (...).”</p>

21/2/92 Pág. 8	Editorial		<i>Diversificação agrícola</i>	<p>“Ao mesmo tempo que decorrem as negociações (...) para a revisão do acordo geral de tarifas e preços (GATT), a CE prepara a reforma da PAC – ligada àquela ronda-, surgindo neste contexto um terceiro documento de trabalho. Recorde-se que as finalidades básicas da PAC são a baixa da produção e de preços, a par de garantias de suporte aos rendimentos dos agricultores.</p> <p>Nesta linha, foi aprovado para o nosso país um programa de apoio ao emparcelamento, que prevê cessações da actividade agrícola. Por outras palavras, agricultores que tenham entre 55 e 70 anos de idade e decidam abandonar o campesinato ou, em zonas apropriadas acitem entregar as suas terras ao emparcelamento receberão 60 contos mensais durante uma década, sem perderem o direito a subsídios de reforma.</p> <p>Como salta à vista, está em causa a modernização, sobretudo a diversificação do sector, o que implica ampla mudança de práticas e de mentalidades. Ora a tarefa de emparcelar tem sido um quebra-cabeças entre nós, na medida em que tradicionais posturas de apego à terra foram conduzindo a sérias resistências (...).</p> <p>(...)</p> <p>Claro que diversificar é, hoje, o lema, face aos intrincados problemas que se colocam. A produção dos campos, segundo os processos até agora seguidos, pôs a oferta em níveis assaz superiores aos da procura. Experts e políticos insistem na saturação do mercado (...). Há assimetrias, carências alimentares em certas regiões da globo e excessos noutros.</p> <p>(...)</p> <p>Quanto às contrapartidas acenadas aos agricultores que ‘prescindam’ de o continuar a ser, o programa foi certamente precedido de fiáveis inquéritos locais (a sua discussão arrastou-se por cerca de um ano), mas, mesmo considerando uma diligência destas, afigura-se que o mecanismo delineado não deparará, em determinados pontos do país, com aceitação desenvolva. O peso da terra na vida das pessoas – o que representa a sua posse e o seu amanhã – ainda assume dimensão significativa.</p> <p>(...).”</p>
27/2/92 Pág. 18	Sociedade		<p><i>Modernização da sociedade rural deve valorizar papel das mulheres</i></p> <p>- considerou Maria Barroso em Genebra</p>	<p>“Toda a transformação, renovação e modernização da sociedade rural em Portugal, bem como nos restantes países da CE, deve passar pela participação da mulher rural, afirmou Maria Barroso (...) na cimeira (...) para a promoção das mulheres rurais. (...).</p> <p>(...) historiando o caso português, salientou que a adesão à CE ‘deu possibilidades de transformar uma agricultura descapitalizada, demograficamente envelhecida e economicamente impreparada, numa economia em vias de poder competir com um mercado comum supranacional’. (...).</p> <p>Não obstante esta evolução, ‘o analfabetismo atinge ainda hoje com maior incidência as mulheres rurais’. (...).</p> <p>(...)</p> <p>As primeiras damas presentes comprometeram-se a utilizar a sua posição para ‘mobilizar a vontade política e os recursos necessários para transformar a condição das mulheres rurais’. (...).”</p>

7/3/92 Pág. 20	País		<i>Zona sudeste do Alentejo vive situação de calamidade</i>	<p>“Os campos secos, as culturas de sequeiro irremediavelmente perdidas e as de regadio sem poder avançar: este é o quadro actual da agricultura na margem esquerda do Guadiana , que levou as autarquias, associações e força económicas locais a pedir declaração do estatuto de calamidade pública para aquela região do Alentejo, durante uma reunião em Moura.</p> <p>(...)</p> <p>A planície alentejana apresenta, aqui, uma cor triste e desolada, as searas não se desenvolveram e registaram-se elevados índices de mortalidade na pecuária. Uma situação que foi retratada por Manuel Brito, presidente da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos (...).</p> <p>‘Os agricultores apostaram forte no sequeiro e perderam, os de regadio não podem investir e já perderam tudo’, disse.</p> <p>(...)</p> <p>Nesta primeira reunião ficou assente que ‘os agricultores não irão aceitar as linhas de crédito, pretendendo, sim, subsídios a fundo perdido’. (...)”</p>
8/3/92 Pág. 6	Europa		<i>CAP defende morte da Política Agrícola Comum</i>	<p>“O secretário-geral da Cap afirmou ontem (...) que a presidência portuguesa da CE é um elemento negativo em relação à reforma da PAC. José Manuel Casqueiro defendeu mesmo que a PAC merecia a ‘morte’.</p> <p>Casqueiro (...) explicou que a presidência portuguesa não consegue defender os interesses nacionais (...). Preconizou mesmo um lema para contestar a reforma (...): ‘Morte à PAC e a quem a apoiar’.</p> <p>(...)</p> <p>Quanto a uma alternativa para uma Política Agrícola Comum, o secretário-geral da CAP defendeu uma política de quotas. Afirma que esta será a única solução para o País, pois poderá equilibrar os excedentes de produção europeus, mesmo que isto implique a redução de alguns preços.</p> <p>O dirigente da CAP pronunciou-se também sobre a previsível diminuição da área agrícola no nosso país. ‘O que não queremos é que a política a seguir nos transforme em proprietários de terras, deixando de ser empresários agrícolas’, afirmou.</p> <p>(...).”</p>
8/3/92 Pág. 18	País	Joana Gomes (Beja)	<i>Desemprego ameaça Montes Velhos</i>	<p>“A Cooperativa hortofrutícola de Montes Velhos, Aljustrel, está na iminência de encerrar as portas. (...) a realização da próxima campanha agrícola depende de apoios, especialmente do Governo.</p> <p>(...)</p> <p>Os trabalhadores não recebem salários há dois meses, enquanto os agricultores ainda não decidiram reservar as áreas de regadio.</p> <p>(...)</p> <p>A população receia o fecho da cooperativa, considerada uma das melhores do Baixo Alentejo. É que a produção de tomate, baseada na transformação e comercialização, asseguradas pela cooperativa, é a base económica de Montes Velhos.</p> <p>(...)</p> <p>Segundo Francisco Silva, agricultor, ‘a cultura do tomate é a que dá mais lucro numa pequena área’. Recorda que a maioria dos terrenos da zona tem entre dois e 12 hectares. (...)’.</p>

9/3/92 Pág. 10	Editorial		<i>Os desacertos da agricultura</i>	<p>“(…) Equilibrar despesas e excedentes, cuidar da qualidade de vida dos agricultores, proteger o meio ambiente e compatibilizar normas com nexos liberalizadores do GATT, eis um quebra-cabeças. (...). A mundialização agrícola envolve um enorme choque do ponto de vista estrutural, porquanto, rompidas as presentes fronteiras, os produtores ficam sem rede. De momento há excedentes e há que reduzir preços, razão dos subsídios aos que trabalham a terra, para evitar o caos. (...). De qualquer modo, mesmo que os doze se preparem o melhor possível tecnicamente – inclusive através da diversificação de culturas – para franquearem mercados, os reflexos gravosos serão de monta. Restará a vontade política, o reforço da solidariedade, com os mais prósperos a apoiarem os menos apetrechados economicamente. (...)”</p>
10/3/92 Pág. 14	Sociedade		<i>Seca agrava problemas na agricultura</i>	<p>“A chuva vai continuar ausente até ao dia 18, agravando os problemas da agricultura em Portugal. A continuação do tempo seco (...) prejudica, essencialmente o Alentejo. (...)”</p>
11/3/92 Pág. 6	Europa	António José Teixeira e Fernando Gabriel (Estrasburgo)	<i>Agricultura à lupa em Estrasburgo Arlindo Cunha escutou mais de 500 propostas de alteração à PAC</i>	<p>“(…) O Parlamento Europeu debateu 500 propostas de alteração ao documento da Comissão sobre a reforma da Pac e Arlindo Cunha fez questão de participar no debate. (...) defendeu a urgência de se avançar com a reforma, dados os desequilíbrios excessivos no plano sectorial, de que são exemplo a crescente acumulação de stocks sem possibilidades de escoamento. (...). Do dinheiro destinado à agricultura 50 por cento é gasto na gestão dos excedentes. Referindo-se aos desequilíbrios entre os países no que diz respeito aos subsídios, o ministro lembrou que cerca de 80 por cento se concentram em 20 por cento dos agricultores. (...)”</p>

<p>11/3/92</p> <p>Pág. 16/17</p>	<p>Sociedade</p>	<p>Humberto Vasconcelos</p>	<p><i>Liga para a Protecção da Natureza critica dualidade da política oficial</i></p>	<p>“A Liga para a Protecção da Natureza tem já uma longa história em defesa da natureza. Caminha para o meio século de existência e quando ainda ninguém falava em preservar o ambiente, já os seus fundadores se batiam por isso.</p> <p>(...)</p> <p>O que mais preocupa a Liga, em termos de ambiente, é a dualidade de actuação por parte dos departamentos do Estado.</p> <p>‘Por um lado temos os Ministérios das Obras Públicas, da Agricultura e do sector Turismo a actuar de uma forma que consideramos errada e incompatível com o equilíbrio ecológico e com as soluções mais correctas (...); do outro lado, o Ministério do Ambiente, que funciona um pouco como um contrapoder’, afirmou ao DN o presidente da associação.</p> <p>(...)</p> <p>E dá exemplos. Aquele que tem sido a maior preocupação da Liga é o que se está a passar no litoral. (...). ‘Veja-se o que está a acontecer com a Costa Sudoeste Alentejana e Oeste do Algarve ... continua muito desprotegida’.</p> <p>‘Vemos que os interesses dos sectores económicos, turísticos e imobiliários não decresceram, pelo contrário. Vemos com apreensão as exigências dos municípios relativamente a acessos ao litoral, a aldeamentos turísticos, a estruturas pesadas. (...).</p> <p>A Liga entregou à Assembleia da República uma petição-moratória, a 11 de Fevereiro, com milhares de assinaturas, cujo objectivo é suspender a construção na costa alentejana, por cinco anos, até se ordenar a região através de um plano.</p> <p>(...)</p> <p>A caça, (...) é outra das maiores preocupações da Liga. ‘(...) a Lei prevê a criação das zonas especiais de caça e já existem largas centenas delas’. (...). ‘As primeiras (...) funcionam como empresas lucrativas, estão a cobrir uma área vastíssima do país, nomeadamente no Alentejo. O que nelas se está a passar é um escândalo. Tudo o que não seja considerado espécie cinegética é morto pelos bicheiros (...)’, salientou Magalhães Ramalho.</p> <p>(...)</p> <p>A concluir, Magalhães Ramalho protestou contra ‘milhares e milhares de quilómetros quadrados que estão a ser cobertos de eucaliptos’, o que ‘provoca mudanças profundas do relevo e a uniformização da espécie vegetal que é imposta, sem qualquer interesse a não ser o económico’.”</p>
--------------------------------------	------------------	-----------------------------	---	---

11/3/92 Pág. 20	País	Manuel Carvalho (Elvas)	<i>Maranhão sem água fez de Avis um deserto</i>	<p>“A Barragem do Maranhão, no concelho de Avis, está vazia desde o Outono. Despejada para que fossem reparadas as comportas de fundo, aguarda (...) que a água das chuvas a volte a encher. A agricultura e a indústria desta região são as principais vítimas da falta de precipitação, já que ambas dependem, em larga escala, daquela albufeira.</p> <p>O vazamento da barragem foi, desde o princípio, um assunto polémico. De um lado, (...) a Câmara de Avis, assumindo a defesa dos agentes económicos (...) e alertando para o impacto ambiental que poderia resultar do despejo das águas.</p> <p>Do outro lado, posicionou-se a Associação dos Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia, responsável pela exploração e conservação da barragem, para a qual a reparação da comporta de fundo só poderia ser efectuada com o vazamento, no que foi secundada por pareceres das direcções-gerais de Hidráulica e Engenharia Agrícola e dos Recursos Naturais.</p> <p>(...)</p> <p>Fazer o somatório dos prejuízos que a agricultura desta região poderá vir a acumular é ainda difícil; mas há quem pense que o Estado poderá ter uma intervenção para os minimizar. É que, este ano, vai faltar água para os prados, afectando as produções de carne e de leite, para o milho, ou mesmo para os olivais. A agricultura de Avis e de Mora viverá, em 1992, um ano de dificuldades.</p> <p>(...).”</p>
11/3/92 Pág. 29	Economia		<i>Produtores de leite abandonaram a actividade</i>	<p>“Dezasseis mil agricultores do continente candidataram-se aos apoios comunitários para o abandono definitivo da produção de leite, disse ao DN um responsável do INGA. Esta saída dos produtores insere-se na situação, já tradicional, de excedentes de laticínios no espaço comunitário (...).”</p>
12/3/92 Pág. 5	Europa	Fernando Gabriel	<i>Pac lava desacordo em Bruxelas</i>	<p>Nota: relato dos impasses da negociação</p>

14/3 /92 Pág. 14/15	Sociedade		<p><i>Terras alentejanas "amaldiçoadas" pela seca</i></p>	<p>“ ‘Esta terra está amaldiçoada’, alertam, desolados, os habitantes de Barrancos, no interior do Alentejo, onde a falta de chuva já prejudicou (...) a produção agrícola e faz o gado (...) sofrer os efeitos da seca. (...)</p> <p>A partir de Castro Verde, onde fontes autárquicas admitem já para a semana o racionamento da água à população, os campos tornam-se cada vez menos verdes e a vegetação mais rala, à medida que se avança em direcção à fronteira espanhola. (...)</p> <p>No local, o repórter (...) da Lusa ouviu dos habitantes mais velhos queixarem-se ‘de não haver memória de um ano assim para a agricultura e o gado’, que agoniza lentamente sobre a terra seca e estéril de Barrancos. Desde 1945 que a natureza, inóspita, não provocava tal ausência de chuva.</p> <p>Barrancos, a Barrancos de Alves Redol, é considerada como o melhor exemplo do dramatismo da situação causada pela ausência de pluviosidade. (...).</p> <p>As toalhas freáticas no subsolo encontram-se praticamente esgotadas e a população de Barrancos, para o seu consumo doméstico guarda cada balde que vai conseguindo puxar do poço, enquanto as albufeiras, onde o gado matava a sede, são agora um deserto de terra gretada. Um cenário desolador, este. Prevê-se que até ao fim do mês, em Barrancos, a desidratação vitime um terço das vacas (...).</p> <p>(...)</p> <p>Entretanto, cerca de 30 organizações representativas dos agricultores do Alentejo reunidas em Évora para analisar a situação de catástrofe (...) ‘recusam apoios pela forma de crédito’, já que ‘não vão obter receitas’ e reivindicam (...) (‘financiamentos a fundo perdido e o pagamento antecipado de prémios’.</p>
---------------------------	-----------	--	---	---

14/3/92 Pág. 17	Pais	Joana Gomes (Beja)	<i>Seca e Política Agrícola Comum dominam a edição 92 da Ovibeja</i>	<p>“A principal intenção da PAC é reduzir a produção, objectivo que, a par da falta de chuva, está a colocar os agricultores e a economia do Alentejo numa posição seriamente preocupante”, afirmou Castro e Brito, presidente da ACOS (...).</p> <p>(...)</p> <p>Para Castro e Brito, ‘os agricultores terão oportunidade de mostrar que estão organizados e têm intenção de prosseguir a sua actividade, não se deixando morrer passivamente’.</p> <p>Referindo a coragem dos agricultores e o pretendido desenvolvimento do sector, o presidente da Acos disse que ‘apostamos muito na agricultura alentejana em benefício da qual foram feitos muitos investimentos, a nível de equipamento técnico e de pessoas’.</p> <p>Ao considerar as ‘actuais tendências europeias’, Castro e Brito sustenta que ‘o futuro poderá passar pelo fim da agricultura, porque não estou a ver vontade política para melhorar nem antever boas perspectivas; (...)’. Os agricultores (...) ‘para saírem desse impasse precisam de ganhar dinâmica empresarial’.</p> <p>(...)</p> <p>O marasmo a que os agricultores ‘estavam habituados tem de ser derrubado’, preconizou ainda Castro e Brito, para frisar que o certame ‘é uma aposta na qualidade, para desfazer a imagem de atraso do Alentejo e dos alentejanos, promovendo e divulgando as potencialidades da região’.</p> <p>(...)</p> <p>O certame é, afirma o presidente da Acos, ‘um exercício regionalista, porque o está em causa é a sobrevivência de uma enorme área’, adiantando que ‘a regionalização não é solução para todos os problemas, mas o princípio da autonomia necessária para decidirmos o melhor do nosso futuro’.</p> <p>Ao referir-se à desertificação, Castro e Brito salientou que ‘não temos poder político, nem económico e a única riqueza que subsiste é a humana, que só com quadros é possível fixar. A situação de fuga da região justifica-se por falta de alternativas, situação para a qual é preciso, cada vez mais, chamar a atenção (...)’.</p> <p>A seca que se faz sentir já motivou várias entidades locais a exigirem que a região seja considerada ‘zona de calamidade pública’. Para colmatar tal situação, o responsável da Acos aponta o Alqueva como solução. (...)”.</p>
14/3/92 Pág. 2	Encontros DN		<i>Nova Política Agrícola terá chancela portuguesa</i>	<p>“A reforma da PAC é necessária e inevitável. É a opinião de Arlindo Cunha, que neste momento conduz os destinos comunitários do sector. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Quando fala na PAC, o ministro da Agricultura aponta de imediato os desequilíbrios existentes a nível dos rendimentos e a competição de preços com os parceiros internacionais.</p> <p>‘Neste momento’, referiu, qualquer coisa como sete milhões de contos, é para pagar excedentes. Há desequilíbrios de mercado muito grandes e, por mais que cresça o orçamento do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), os rendimentos não sobem’. Ou seja, acrescentou, ‘há uma desproporção muito clara entre o esforço financeiro que tem sido feito e os resultados’.</p> <p>(...).”</p>

17/3/92 Pág. 5	Europa		<i>PAC custará mais 1,6 biliões de ecus</i>	<p>“Uma delegação do Comité das Organizações Profissionais Agrícolas da CE (COPA) (...) e o presidente da CAP, Rosado Fernandes, manifestaram (...) à presidência portuguesa as suas preocupações sobre a reforma da PAC, cuja proposta ‘a esmagadora maioria dos agricultores europeus rejeita’.</p> <p>No final do encontro com Cavaco Silva, Rosado Fernandes disse que os agricultores europeus tinham deixado ao presidente da CE os seus cálculos relativamente aos subsídios por hectare, cujo resultado excede em 1,6 biliões de ecus a soma prevista pelo comissário MacSharry.</p> <p>(...)</p> <p>Rosado Fernandes afirmou que os agricultores europeus estão de acordo com a necessidade de controlar a produção, sobretudo nos sectores onde ela é excedentária, mas consideram absolutamente inaceitável a duplicação do preço pelo produto agrícola na forma de subsídio ao rendimento. ‘É preferível controlar o mercado e com isso contribuir para que a nível mundial haja melhores preços e menos subsídios’, disse Rosado Fernandes.</p> <p>O presidente da Cap preconizou medidas de controlo à produção como o set aside que apenas tem sido cumprido em zonas marginais.</p> <p>(...).”</p>
17/3/92 Pág. 20	País	Corresp. Elvas M. Carvalho	<i>Velas arderam uma hora a pedir chuva em Estremoz</i>	<p>“Cerca de três mil pessoas juntaram-se (...) em Estremoz, numa procissão de velas (...). Em Estremoz, há a tradição de pedir à Nossa Senhora da Conceição que interceda para que haja uma alteração do estado do tempo, quando uma seca prolongada afecta os campos alentejanos.</p> <p>(...)</p> <p>Aos poucos, já a caminho das 23. 00 horas, Estremoz regressava ao recolhimento dos lares. A noite estava estrelada, calma e seca. Amena demais para este Inverno que enche de tristeza e de muita preocupação os agricultores em especial, mas por reflexo os restantes agentes económicos, deste Alentejo de grandes contrastes climáticos.</p> <p>(...).”</p>
18/3/92 Pág. 1 e 22	País		<i>Alentejo bebe reservas de Agosto</i>	<p>“A situação de seca que se vive afecta particularmente o Alentejo. (...). Os campos, que deveriam estar verdejantes ganham tonalidades de castanho desértico. O verde das searas está a dar lugar ao amarelo ressequido, as albufeiras e pequena barragens transformaram-se em campos nus de crostas acinzentadas, as zonas de pousio parece que foram varridas, os animais, especialmente os bovinos, estão a morrer de fome e desidratados. Ameaçadas estão também as culturas de primavera, muitas das quais nem chegarão a ser semeadas. (...).</p> <p>(...). As autarquias debatem-se com problemas de abastecimento público.</p> <p>(...)</p> <p>No concelho de Moura, a situação é mais grave nas freguesias de Amareleja e Safara. A água da rede é extraída da Ribeira do Ardila, para a qual são também lançadas as águas ruças dos lagares. Com a seca, os problemas surgem também na qualidade da água.</p> <p>(...).”</p>

18/3/92 Pág. 6	Europa		<i>Portugal recebe 2,6 milhões do Leader</i>	<p>“Portugal foi contemplado com cerca de 2,6 milhões de contos ao abrigo do programa Leader – de apoio ao desenvolvimento rural – (...). Trata-se da segunda e última série de financiamentos viabilizados pelo programa Leader, que visa apoiar directamente projectos de iniciativa local em prol do desenvolvimento das zonas rurais (...).”</p> <p>Nota: trata-se de uma pequena síntese a uma coluna, a continuação da notícia só acrescenta informação sobre o número de candidaturas e as verbas envolvidas.</p>
19/3/92 Pág. 6	Europa	Fernando de Sousa	<i>Comissão propõe manutenção dos preços agrícolas para 92/93</i>	<p>Nota: relato das negociações da política agrícola</p>
21/3/92 Pág. 10	Editorial		<i>Combate à seca</i>	<p>“(...) Como se sabe, a ausência de chuvas tem vindo a suscitar um generalizado mal estar entre os homens ligados à terra e ao gado. O panorama é preocupante em todos os sentidos: quer no que diz respeito à agricultura e à pecuária, quer no que diz respeito às populações em geral. (...). Neste momento, por exemplo, o flagelado Alentejo bebe já as reservas de Agosto. (...).”</p> <p>(...)</p> <p>É evidente que não se espera do Governo que mande encher as albufeiras onde elas já, preocupantemente, roçam as quotas mínimas. (...). Mas exige-se-lhe, naturalmente que acuda com fundos necessários e imediatos, de forma a minimizar os resultados desastrosos da seca no que diz respeito aos seus efeitos na agricultura e, muito particularmente nos sectores animal.</p> <p>(...)</p> <p>Tudo isto poderá deixar muitos agricultores à beira da falência e só uma ajuda por parte do Estado poderá evitar que acabem por desistir da vida que escolheram. Entretanto, os animais (...) começam a morrer de fome e desidratação (...). As pastagens escasseiam, as reservas de água ao alcance das manadas estiolam e, por si sós, os criadores não têm recursos com que enfrentar a catástrofe iminente (...).”</p>
21/3/92 Pág. 16	Sociedade		<i>Assalariados agrícolas pedem subsídio especial de desemprego</i>	<p>Nota: reivindicações</p>
21/3/92 Pág. 16	Sociedade		<i>Autarquias alentejanas admitem situação de calamidade pública</i>	<p>Nota: descrição da situação na região e reivindicações</p>

22/3/92 Pág. 6	Europa		<i>Rendimentos dos cereais podem cair 20 por cento</i>	<p>“Os produtores portugueses vão ter uma quebra de rendimento da ordem dos 20 por cento, em 92/93, se for aplicado o pacote de preços agrícolas para a próxima campanha proposta pela CE. A informação foi prestada à Lusa, por responsáveis comunitários. Todavia, o principal problema dos agricultores portugueses é a eventualidade de não haver praticamente produção de cereais devido à seca que assola o país.</p> <p>(...)</p> <p>A quebra de rendimentos (...) seria consequência de uma descida média de 20 por cento, em termos reais, dos preços de intervenção do trigo mole, milho, cevada e centeio. (...)”</p>
22/3/92 Pág. 6	Cartas ao director	António Alves Lisboa	<i>Quem vai pagar a seca?</i>	<p>“A seca que tem estado a abater-se sobre o nosso país está, como é compreensível a preocupar os agricultores e criadores de gado, enfim, as pessoas ligadas à terra. (...). Nesse sentido, o Governo concedeu já uma avultada soma que será para acudir aos mais atingidos através de subsídios directos que seriam distribuídos de acordo com critérios do Ministério da Agricultura. Tudo bem. Daqui a umas semanas temos aumentos, a começar pela fruta, que já há mais de um ano estava nos armazéns das redes de frio e que foi produzida e colhida antes de tudo isto. Ou estarei enganado?”</p>
22/3/92 Pág. 18	País	Correp. Évora António Veladas	<i>Peregrinos sob um sol escaldante pediram água para o Alentejo</i>	<p>“O objectivo era pedir chuva, mas foi sob um sol intenso que cerca de 80 peregrinos, na sua maioria idosos, percorreram os 32 quilómetros que separam Évora do santuário de Nossa Senhora d’Aires, a dois quilómetros de Viana do Alentejo. Partiram às seis e meia da manhã, da paróquia de São Brás (...). Alguns foram com os pés descalços, outros socorreram-se de cajados para aguentar a dureza do esforço.</p> <p>As árvores sob as quais podiam saborear alguns momentos de descanso eram poucas ao longo do trajecto. Chapéus e guarda-chuvas foram a protecção possível para o calor.</p> <p>À passagem por Aguiar, uma pequena aldeia a 20 quilómetros de Évora, onde o cortejo chegou por volta das 13 e 30, os populares, entre lágrimas e silêncio, entregaram frutas, águas e sumos aos peregrinos. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Para estes peregrinos, já nem a boa vontade dos governantes poderia resolver o problema que enfrentam. ‘A força de Deus é a solução, a água é que faz falta, não o dinheiro’, afirmaram ao DN. Como se a seca fosse uma maldição, contra a qual a mão do homem nada pode. (...)”</p>
23/3/92 Pág. 9	Europa		<p><i>Agricultores vão a Évora criticar Governo</i></p> <p><i>- manifestação promovida pela CAP quer combater a Política Agrícola Comum</i></p>	<p>“ ‘Morte à PAC e a quem a apoiar’ é a palavra de ordem da manifestação a realizar amanhã em Évora, cujo principal objectivo é contestar a orientação governamental nas negociações em Bruxelas.</p> <p>Promovida pela CAP, esta será a ‘primeira grande movimentação nacional de agricultores’ contra a PAC (...).</p> <p>(...)</p> <p>Recorde-se que a PAC data de 14 de Janeiro de 1962 e entre as políticas de orientação comum, ela é a mais antiga e que adquiriu o seu carácter mais supranacional. As decisões tomadas em Bruxelas pela Comissão têm mais peso do que as orientações nacionais. Tem como lema orientador quatro princípios: preços comuns garantidos, solidariedade financeira, unidade de mercados e preferência comunitária (...).”</p>

23/3/92 Pág. 26	País	Corresp. Beja Joana Gomes	<i>Alentejo enfrenta calamidade - disse Mário Soares no encerramento da Ovibeja</i>	<p>“ ‘A situação que se vive no Alentejo é de calamidade. Estamos perante uma emergência, facto que me trouxe aqui para me solidarizar convosco e vos encorajar’, disse ontem Mário Soares, no encerramento da Ovibeja.</p> <p>‘Sem água não podemos irrigar o Alentejo. Não se podem produzir culturas tanto para a região, como para todo o País’, acrescentou o Presidente da República, admitindo que o Alqueva possa ser uma solução para os problemas da região.</p> <p>(...)</p> <p>Subsídios a fundo perdido, bem como outras medidas de emergência foram solicitadas por Castro e Brito, o qual encerrou a sua intervenção afirmando ‘a vontade firme e inabalável de sermos agricultores’ e o empenho em ‘combater a desertificação no Alentejo’.</p> <p>(...)</p> <p>Para os homens da lavoura, a actual situação representa um passaporte para o fim da actividade agrícola...</p> <p>Como medidas de salvaguarda, propõem a autorização para utilizar as searas ainda verdes, mas irrecuperáveis, como pastagens para animais, a importação de alimentos para a pecuária, a intervenção no mercado das carnes, a abertura de linhas de crédito a juros baixos e prazos dilatados, bem como a protelação dos pagamentos de anos anteriores.</p> <p>(...)</p> <p>Um dos membros do Comité Geral de Cooperação Agrícola da Comunidade, considerou que ‘apesar dos aspectos negativos da PAC, o sector dos ovinos não deverá ser muito afectado, devido aos prémios compensatórios, em especial nas regiões mais desfavorecidas, como é o Alentejo’. (...)”.</p>
--------------------	------	------------------------------------	---	---

<p>23/3/92 Pág. 28</p>	<p>Pais</p>	<p>Carvalho Santos</p>	<p><i>Crato perdeu os priores e ficou preso ao passado</i></p>	<p>“De repente, um apetite imenso pela planície alentejana leva-nos, sem destino, estrada fora, paramos no Nordeste, em Alpalhão, à procura de um amigo (...). (...). (...) Não foi preciso muito tempo nem conversa para confirmar o que nos disse Mimoso da Cruz, director do Banco de Portugal: ‘A região do Crato, a vila sobretudo, está moribunda’. ‘Faltam-lhe as contrapartidas turísticas, o espanhol não chega cá, e só estamos a 40 quilómetros da fronteira’. A vila não vive, nenhuma o consegue, de tradições, as suas quinhentistas, sempre indiferentes a quem penetra, por Badajoz, na busca de paisagem diferente e de gente hospitaleira, vida mais barata (...). De resto, ali, naquela pasmaceira de delícias não há nada para vender, que lhes importe, aos espanhóis. A nós interessa-nos aquele mundo, mais lento mais decrepito. No dia quente das casas manuelinas e na noite de ruelas silenciosas. No falar cantado das pessoas, dizendo a cada passo ‘visitem-nos, ajudem-nos, não deixem morrer o Crato (...). O que nos mostra hoje a região preterida é a quietude de ruas e casas, vivas, caiadas e limpas. É, sobretudo, a recordação do passado, a par do passado-presente. (...). (...) No Vingador havia de tudo, o que serve para a casa, para a horta, e para o quintal. E a vida, assim, vai correndo, ao sabor do tempo gasto, sem sobressalto, aceite sem ambição, na espera do jantar que a mulher já pôs à lareira. Com paróquia e sem centro comercial. (...) Houve uma conversa de café com uma alegre e lamentosa proprietária. ‘Aqui, tirando-se os copos de vinho, não há nada, temos de abalar. Eu sou Rosa, faladora como todas, com 63 anos. Isto podia ser melhor, ao menos uma boa terra de reformados, mas somos uma terra de malqueridos. Olhe, nem as moças se safam, só criam calos no rabo, dentro do café. Não vão ao campo, que é tão bom, lindo e cheiroso, e sempre dava aso a um beijinho (...).’ (...) Coisa penosa, em terra de marasmo, é o artesanato ter os dias contados. Quem os mantém é muito velho, mas fez escola, as terras habituaram-se a eles e eles teriam familiares por continuadores. Exigências da Comunidade Europeia (...) estão-lhes a matar o negócio. (...) ‘A nossa tradição é a da cacholeira de assar, boa para o apetite com um bom copo’, quem o diz é a Dona Graça, que a vende, mais ao bucho e ao chouriço, que ainda sabe, no tempero e no gosto, a antigo e bom. Estamos no Reguengo. Só depois vemos a salsicharia cubicular, com forno e enchidos de seca. A Graça lamenta-se que ‘querem acabar com o nosso alvará, meu e do meu marido’. ‘Mas a alma é o meu sogro’ (...). David Fernandes chega-se, oferece um copo e (...) cacholeira. ‘Criei aqui a minha filha, netos e bisnetos, e habituei o povo a estas coisas caseiras. Agora, os senhores não sei de onde, os que já acabaram com o matadouro e nos mandam para os de Sousel e Alcains, vão deitar-nos tudo abaixo. As obras que queriam eram milhares de contos, sanitários, casas para desmanche e abate; e quem os tem? Onde é que cabem? Sabe, o asseio fazemo-lo nós’. De qualquer modo, dolorido, o salsicheiro, tem saudades das ‘antigas carnes da natureza’. Explica. ‘Estas são boas, mas eu já não gosto do que fabrico, nem as como. É que não temos as mesmas engordas. Agora são falsas indústrias de pocilga’. (...). (...).”</p> <p>NOTA: a reportagem conta anedotas .</p>
----------------------------	-------------	------------------------	--	--

<p>25/3/92 Pág. 1 e 6 e 7</p>	<p>Europa</p>	<p>João Céu e Silva; Corresp. António Veladas</p>	<p><i>(Capa)</i> <i>CAP juntou</i> <i>agricultores</i> <i>em protesto no</i> <i>Alentejo</i></p> <p><i>Agricultores</i> <i>ensaíam</i> <i>revolta no</i> <i>Alentejo</i></p>	<p>“Mais de três mil agricultores ensaiaram, ontem, em Évora, uma revolta contra o que consideram ser a falta de medidas governamentais para resolver os problemas resultantes da seca (...) numa manifestação que se pretendia contra a PAC e acabou por fazer vir ao de cima a questão que mais (...) afecta os agricultores nacionais: a sua própria sobrevivência.</p> <p>(...)</p> <p>Quem esqueceu (...) as suas boas maneiras foi o presidente da Cap, Rosado Fernandes, que, perante os milhares de agricultores vindos de todas as regiões do país, mandou a classe política e o governo à ‘ova’, atitude que contrasta com o seu estilo habitual.</p> <p>Num discurso inflamado, ‘Rosado Fernandes teceu duras críticas aos políticos que ‘só se preocupam com os agricultores nas épocas de eleições e que se esquecem deles no momento em que estão condenados à falência’.</p> <p>Na ocasião, o líder da CAP acrescentou ainda que a classe política ‘só com medo é que faz alguma coisa, e que, quando no poder, enganam-nos ao máximo’.</p> <p>Rosado Fernandes, confessou-se revoltado, porque, segundo referiu, o convenceram de que os agricultores eram úteis, para, agora, o Governo os querer ‘pôr na reforma e mandá-los para o café’, uma vez que ‘já não precisa da agricultura portuguesa.</p> <p>Para o presidente da CAP, Portugal e os portugueses necessitam de ‘partidos dos pés à cabeça e de deputados a quem se possam puxar as orelhas’, porque os problemas que se colocam são, cada vez mais ‘uma questão de novos valores e não de razões intrínsecas da própria agricultura nacional’.</p> <p>(...)</p> <p>Rosado Fernandes considerou também que ‘o Governo deveria decretar o estado de calamidade na agricultura e não as anunciadas medidas de conjuntura que não dão para pagar as facturas, os empregados e sustentar a família’.</p> <p>(...)</p> <p>Não ficar com os campos desertificados devido à errada política agrícola em curso foi ainda outra das afirmações de Rosado Fernandes, que exigiu medidas para terminar com o êxodo dos jovens dos campos alentejanos, a burla dos créditos bancários e a ausência de infra-estruturas para agricultura de regadio’.</p> <p>(...).”</p>
---------------------------------------	---------------	---	--	--

27/3/92 Pág. 1 e 2	Política	João Céu e Silva	<p><i>(Capa)</i> <i>Soares no</i> <i>Alentejo</i> <i>assiste a</i> <i>enterro de</i> <i>vaca</i></p> <p><i>Soares assiste</i> <i>a enterro de</i> <i>uma vaca</i></p>	<p>“Assistir ao enterro de uma vaca (...) será hoje uma das tarefas que presidente da República terá na agenda da sua deslocação ao distrito mais afectado pela seca. (...) Mas se a situação na margem esquerda do Guadiana é calamitosa, dentro de poucos dias também o será no distrito de Évora. (...) a realidade das searas não será muito diferente da de Beja. (...) Também os rios e as represas estão a ser afectadas e os problemas com que Beja se confronta irão certamente repetir-se aqui, deixando de rastros um dos principais sectores da economia alentejana. (...) Objecto de queixa geral, é ainda a demora do Ministério da Agricultura em ... tomar decisões. Os agricultores não sabem, neste momento, o que fazer ao gado esquelético, às searas queimadas, às terras lavradas por semear. (...) A quase totalidade das represas está vazia, a terra seca e gretada, as searas queimadas, o gado sem pasto e os agricultores confrontam-se com situações de pré-falência das suas explorações (...). (...) Os comerciantes de alfaias vêem falhar o pagamento das máquinas vendidas (...) as cooperativas não escoam sementes nem plantio, nem irão comercializar a produção da campanha. (...) Mesmo que chovesse, a seca já produziu os seus efeitos e milhões de quilos de cereal já não irão nascer. (...).”</p>
27/3/92 Pág. 20	País		<p><i>Confederação</i> <i>acusa governo</i> <i>por atraso no</i> <i>apoio à</i> <i>lavoura</i></p>	<p>“A CMA acusa o ministério da Agricultura de estar a ‘retardar os apoios à lavoura’ destinados a minorar os prejuizos causados pela seca. (...). (...) A Confederação considera que ‘os sucessivos atrasos agravam a situação de crise, com o gado a morrer e os agricultores e suas famílias em desespero’.</p>
27/3/92 Pág. 25	Economia		<p><i>Rendimento</i> <i>agrícola em</i> <i>baixa</i> <i>acentuada</i></p>	<p>“O rendimento agrícola no território nacional registou uma quebra acentuada de 11,6 por cento em 1991, relativamente ao ano transacto, referem estatísticas divulgadas pelo INE. (...).”</p>

<p>28/3/92 Pág. 1 e 4/5</p>	<p>Política</p>	<p>João Céu e Silva</p>	<p><i>(Capa)</i> <i>Alentejo está morto por três anos</i> <i>Alentejo vive o inferno na terra</i> <i>"Isto é uma verdadeira calamidade"</i> <i>- afirma Presidente da república</i></p>	<p>"Os últimos dois 60 dias demonstraram aos Alentejanos como é o inferno na terra, designadamente para os que vivem da agricultura e da criação de gado, forma de exploração que se complementa há décadas. (...). Quem passa por Évora ainda vê os campos verdes (...). Mas, ao chegar a Beja, já observa as searas amarelas e comprova que 99 por cento das culturas estão queimadas e nem para o gado pastar servem. Segundo os testemunhos dos agricultores, 'a cama de terra nunca foi tão boa e propícia a boas colheitas como este ano.' As chuvas do Outono vieram na hora exacta e as sementeiras foram feitas nas quadras certas. Mas (...) as mudanças das estações vieram confundir o povo dos distritos de Beja e Évora, e confrontá-los com a maior seca de que há memória desde 1945. (...). Quando se lhes pergunta o que vão fazer, encolhem os ombros e resguardam-se através de um 'não sabemos', porque nada mais lhes resta a não ser o apoio do Governo. Sem esta ajuda não vai haver dinheiro para pagar aos bancos e a partir do Outubro, serão penhoradas as propriedades; não têm pasto para alimentar o gado, nem dinheiro para pagar as rações; as vacas escanzeladas não têm cio e para o ano não vão nascer bezerros. Resultado directo destas situações é o facto de 30 por cento das herdades estarem à venda, com preços em queda livre, e de se efectuarem negócios de gado a preço da chuva (...). (...) pelos campos alentejanos a especulação campeia a todos os níveis. (...) O balanço que (Manuel de Brito, Cooperativa Agrícola de Barrancos e Moura) faz da crise é grave e garante que nos próximos três anos nada será como antigamente. 'Só os camelos é que podem povoar estas terras secas e resta aos jovens emigrarem para a Espanha e Suíça', enquanto apontava para uma herdade cujo 'proprietário se suicidou'. (...) Em Moura, Joaquim Pica e a mulher, têm 70 hectares que receberam do Estado no tempo de Sá Carneiro. (...) Não pode dar de comer ao gado o que resta das searas porque as vacas não aceitam o pasto seco e, porque na altura em que as searas já estavam condenadas mas os animais podiam ainda beneficiar do pasto, as autoridades não tinham ainda confirmado os estragos (o que não foi feito até hoje) e consequentemente o gado não poderia alimentar-se do que não serviria mais à comercialização (...). (...). Além de assistir à morte lenta das suas searas (...) é também um espectador passivo da morte do fim da sua vacada.²¹</p>
-------------------------------------	-----------------	-----------------------------	---	--



28/3/92 Pág. 7	Política	Armando Rafael	<p><i>"Isto é uma verdadeira calamidade"</i></p> <p><i>-afirma o Presidente da República no final da visita ao distrito de Beja</i></p>	<p>"Muito impressionado com a situação que encontrou na margem esquerda do Guadiana, o Presidente da República repetiu a palavra 'calamidade' ao longo de todo o dia (...).</p> <p>As searas, que neste momento já deviam ter mais de um metro de altura não ultrapassam os dez centímetros, e um atraso burocrático parece impedir agora o seu aproveitamento como alimentação de recurso para gado totalmente esfomeado, uma vez que tal utilização só poderá ser efectuada depois dos serviços do Ministério da Agricultura terem comprovado que as sementeiras (estão perdidas). Caso contrário, os produtores arriscam-se a perder o direito pela compensação que lhes é devida em tempo de crise.</p> <p>(...)</p> <p>Do outro lado da fronteira, a situação de crise é (...) idêntica, mas com uma diferença, conforme salientam os agricultores: o Governo espanhol tem estado a conceder subsídios a fundo perdido e empréstimos a 15 anos com juros que vão de quatro a sete por cento.</p> <p>(...)</p> <p>A poucos quilómetros de Barrancos, Mário Soares ouviu agricultores e populares solicitarem-lhe a sua solidariedade, revelando-lhe, entre outros casos, (...) a actividade dos 'abutres' (...) (que) se aproveitam da situação de 'corda na garganta' que envolve os pequenos criadores, adquirindo-lhes, a baixo preço, cabeças de gado, à beira da subnutrição, para as revenderem com grandes margens de lucro, depois de um curto período de engorda obtida à custa de hormonas, situação punida pela lei.</p> <p>Foi este o ambiente que rodeou o momento mais simbólico do dia: o enterro de uma vaca, que, segundo os agricultores representou 'a desgraça do Alentejo'."</p>
28/3/92 Pág. 7	Política		<p><i>Comunistas querem declaração de estado de calamidade</i></p>	<p>"A declaração do estado de calamidade pública nas regiões do Alentejo afectadas pela seca é considerada pelo PCP como uma das medidas de emergência que deverão ser adoptadas para fazer face à crise.</p> <p>Na óptica dos comunistas, a situação que já se vive na zona, decorrente da seca mas agravada pela política do Governo afecta não só a agricultura e a pecuária, mas também a indústria e o abastecimento de água às populações, comprometendo ainda a garantia de trabalho.</p> <p>(...)"</p>
28/3/92 Pág. 7	Europa	Armando Rafael	<p><i>Maratona agrícola à espera de Arlindo Portugal poderá apresentar nova proposta para a reforma da PAC</i></p>	<p>Nota: relato das negociações da política agrícola</p>

29/3/92 Pág. 22		António Veladas (Évora)	<i>Poluição do Guadiana preocupa Portugal e Espanha</i>	<p>(...)</p> <p>Sob o signo da seca, o Guadiana está a preocupar as autoridades de ambos os lados da fronteira, que consideram 'preocupante' a qualidade da água a jusante.</p> <p>Pedro Vieira, da Associação de Defesa do Património de Mértola, alertou para os atentados que o rio está a sofrer, tendo em conta que, em território espanhol, atravessa grandes aglomerados populacionais, como Badajoz.</p> <p>Recordando que só dispõe há cinco meses de uma estação de tratamento de águas residuais, (...) salientou existirem em toda a bacia espanhola um elevado número de indústrias agro-ambientais, para além de muitas unidades agrícolas de regadio, do que resulta adubos e pesticidas 'actuarem negativamente na qualidade da água'.</p> <p>Mas não só a Espanha polui o Guadiana. Portugal partilha igualmente as culpas, nomeadamente nos concelhos de Elvas, Reguengos e Mourão, sendo atribuída a maior parte da poluição à fábrica de papel instalada na última das localidades.</p> <p>(...)"</p>
31/3/92 Pág. 7	Europa	Corresp. Bruxelas Fernando de Sousa	<i>Reforma da PAC está em banho Maria</i>	<p>Nota: impasses da negociação, divergências e consensos, estes últimos baseiam-se redução do peso da Pac no orçamento comunitário e na redução dos excedentes.</p>
31/3/92 Pág. 16	País		<i>Desemprego atinge campos do Alentejo</i>	<p>"A união dos sindicatos do Distrito de Évora considerou ontem que devido à seca, o desemprego para milhares de trabalhadores agrícolas e a perda de direitos sociais 'é uma grave constatação'.</p> <p>'A agricultura está a ser vítima de graves e irreparáveis prejuízos', disse José Figueira para quem a ausência de uma política governamental de gestão dos recursos hídricos está patente. No concelho de Moura, o 'prematureo esvaziamento da barragem do Maranhão' e a seca estão a 'impossibilitar o recurso habitual às culturas de regadio, criando grandes problemas aos agricultores e às indústrias do ramo agro-alimentar'.</p> <p>Os operários agrícolas (...) 'enfrentam dificuldades de subsistência' (...).</p> <p>A dilatação do prazo de concessão do subsídio de desemprego e a redução do período de tempo de actividade laboral, necessário à atribuição do subsídio de desemprego (...) são exigências sindicais. (...)"</p>
1/4/92 Pág. 4	Política		<i>PCP contesta proposta para reforma da PAC</i>	<p>"O dirigente comunista Agostinho Lopes considerou (...) que a proposta para a reforma da PAC do comissário MacSharry é 'inaceitável' por 'incompatível com as necessidades da agricultura portuguesa'.</p> <p>(...)</p> <p>Para o PCP, os problemas decorrentes da seca tornaram mais evidentes as 'debilidades da agricultura portuguesa', nomeadamente pela ausência de uma política de água virada para o aproveitamento dos recursos hídricos existentes, designadamente o empreendimento Alqueva (...).</p> <p>À perda das culturas e gado e desemprego, Agostinho Lopes juntou (...) as dívidas do Estado aos produtores e, a comercialização de produtos importados que 'esmaga' a produção nacional, sublinhando ainda 'a preocupação perante a situação económica e financeira' em que vive um elevado número de cooperativas 'a caminho de uma falência irremediável'.</p> <p>(...)"</p>

2/4/94 Pág. 4	Política	Corresp. Évora António Valadas	<i>Subsídio de calamidade aos cereais atribuído por hectare e não por quilo</i>	<p>“O secretário de Estado Luís Capoulas revelou ontem em Évora que o subsídio de calamidade aos cereais será atribuído por hectare e não por quilo, em função da produtividade de 1991. (...) Manuel Brito (presidente da Associação de Cooperativas Agrícolas de Moura e Barrancos) está preocupado com os ‘possíveis aproveitamentos que muita gente tentará dos subsídios que serão atribuídos’.</p> <p>(...)</p> <p>O Alentejo recebeu ontem a visita da Comissão Parlamentar de Agricultura, numa deslocação que envolveu Moura, Serpa e Mourão. Antunes da Silva, presidente da Comissão, referiu ao DN, ‘que os deputados saem daqui com uma ilustração viva e triste da realidade da seca e dos prejuízos’. (...)”.</p>
2/4/92 Pág. 20	País		<i>Agricultores da zona ribatejana querem ser ouvidos pelo Governo</i>	<p>Nota: reivindicação de medidas de apoio para o arroz e tomate, argumentando que “Portugal não é só o Alentejo”.</p>
3/4 Pág. 7	Europa		<i>Adesão à comunidade desanima agricultores</i>	<p>Nota: refere-se à Finlândia.</p>
3/4/92 Pág. 20	País		<i>Baixo Alentejo reivindica medidas para a pecuária</i>	<p>“Associações de agricultores e cooperativas do Baixo Alentejo, em carta aberta ao Presidente da Assembleia da República, ao chefe do Governo e ao ministro da Agricultura, afirmam que a agro-pecuária ‘está a sofrer uma das maiores crises de sempre’.</p> <p>(...)</p> <p>As medidas imediatas solicitadas para a pecuária são a intervenção no mercado da carne (...); autorização de pastoreamento ou corte de searas para gado, sem perder os subsídios à produção de cereais; (...). Como a seca está a colocar em risco os trabalhadores agrícolas, no documento são também solicitadas medidas de carácter social de protecção aos trabalhadores.</p> <p>(...) os produtores reclamam ainda uma moratória, sem juros ao crédito acumulado, vigente durante dois anos, (...) subsídio a fundo perdido por unidade de área de produção. Reivindicam ainda a redefinição urgente e definitiva da política para a cultura do girassol e a suspensão do pagamento do IRS e do IRC.</p> <p>(...).”</p>
4/4/92 Pág. 10	Opinião	José Sousa Monteiro	<i>Salóis da Europa</i>	<p>Nota: incide sobre o elogio da autonomia camponesa.</p>
4/4/92 Pág. 22	Cultura	Soares Rebelo	<i>“O Malhadinhas” inspira viagem ao imaginário popular</i>	<p>Nota: refere-se a actividades do grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra, que pretende afirmar o princípio da “recuperação da dignidade da cultura portuguesa com base nas nossas raízes tradicionais, de maneira a incutir na população o orgulho da nossa própria identidade”.</p>

<p>4/4/92 Pág. 6,7 e 8</p>	<p>Sábado a viajar</p>	<p>Carvalho Santos</p>	<p><i>O novo rosto do Alentejo</i></p>	<p>“ ‘Dizem que não dá, mas o que se vê por todo o lado é gado’ – diz um amigo de circunstância, alentejano, na planície alentejana. Quilómetros a ser rodados por estradas menores, impressiona, (...) a profusão de enormes rebanhos (...). Montargil é um exemplo de como se criam grandes campinas. Onde há muita água surgem pastagens. Onde as não há inventam-se planos de rega e mudam-se as culturas. (...). Com a transformação económica, outra realidade daí decorre, a do queijo. A onda pegou no Baixo Alentejo e ganha casta semelhante à do vinho, com o advento das zonas demarcadas, onde cada lavrador já se orgulha de ter o seu próprio queijo. Verdade: o Alentejo está a mudar. Pecado seria (...) pensar que o gado (...) é o único agente transformador. Não deve esquecer-se o retomar das coutadas de caça, às vezes para próprio gozo, mas quase sempre investimento turístico de alto coturno. (...). Por outro lado, compram-se parcelas de dez hectares, ao mesmo tempo que as pessoas se constituem como membros de sociedades. A mola real da palavra de ordem ao investimento, neste caso virada para a actividade turística, leva à restauração dos ‘montes’. E não se esqueça que o trigo desaparece. Uma vez perdida a protecção estatal, só vale a pena cultivá-lo nos bons e extensos barros, ao passo que aveia e cevada são cada vez mais preciosos para constituir forragem. (...) As herdades de monocultura terão tido o seu tempo de vida, as cooperativas também. As que se vêm agora, por vezes centenas de hectares de cultivo, ganham alguma variedade e estão mais vedadas do que nunca. Talvez percam a beleza que dava pão amargo, mas a rentabilidade obedece a outras vertentes. Um latifúndio nunca se gasta por inteiro, pelo que seria erro pensar na sua morte. Pelo contrário, ao mudar, reorganiza-se à medida da nova realidade económica. Quando ao minifúndio, é certo que se torna ainda mais sensível aos novos valores. E aqui, a procura de terra nas regiões mais repartidas, faz com que muita gente compre ou alugue um terreno para fazer casa e plantar horta. No Noroeste, mormente na transição Beira Baixa-Alto Alentejo, a paisagem altera-se. São terras de pasto, interrompidas por eucaliptais, cuja dimensão cresce dia a dia. O eucalipto descaracteriza e torna a seca mais seca, mas não é o único a mudar a paisagem. Terras de rega, mas por aspersão (...) gado que não precisa de ser guardado. Pastores humanos cada vez mais raros deram vez ao pastor eléctrico. Uma descarga e já está, as ovelhas voltam para o curral, tocadas pelo calafrio, em vez da voz amiga do guardador tradicional. (...) Nisa, por exemplo, é hegemónica na média e pequena propriedade. A tendência generaliza-se a todo o Alentejo num novo figurino técnico-ecológico, o que significa o fim da grande propriedade. Se alguma coisa a Reforma Agrária soube dividir, também as partilhas seguintes à morte dos grandes senhores deu lugar a que as terras, pouco a pouco, fossem mais repartidas e melhor tratadas. Filhos e netos de latifundiários, por degradação da vida nas cidades e como alternativa à perda de bens herdados, voltaram à origem. Outros, optando pela venda, deram origem ao advento dos comerciantes. (...). Em todo este processo, sente-se igualmente a apetência dos estrangeiros, os que talvez estejam a investir mais na vertente turística. Assim, no Baixo Alentejo, predominam comunidades holandesas e alemãs, sucessoras dos Amorins do Norte (como lhes chamam por lá) detentores de mais de metade da produção nacional de cortiça. (...).”</p>
------------------------------------	----------------------------	----------------------------	--	--

6/4/92 Pág. 16/17	Sociedade	Moutinho Pereira	<i>Desemprego volta em força às planícies alentejanas</i>	<p>“ ‘Chega tarde e pouca, a malvada, que já não remedcia’, queixa-se num bar de Castro Verde, vendo a chuva cair, um dos muitos agricultores de curtos hectares, que veio ao abrigo, ao café e à ‘rija’. Quantos como ele choram as sementeiras perdidas? A chuva chegou tarde ao Alentejo. As searas estão condenadas, a crise instalada. (...)Dela só escapa quem tem algum de seu, ou quem se dedica a actividades terciárias. A minoria. Braços válidos já rumam às franças e araganças, pelos trilhados caminhos da emigração, única alternativa, agora, ao desemprego. O trabalho sazonal, da palha, da monda, da ceifa, para quem não utiliza ainda as máquinas, perdeu-se com a estiagem. O pessoal a contrato enfrenta o despedimento (...) nesta terra deserta e deserdada. (...) Eles - a gente miúda - não tem quem os defenda, quem os ajude. Sempre foi assim, desde o tempo antigo em que levavam porrada por roubar bolota, nas herdades, para matar a ‘fominha’. Não têm a CAP a promover manifestações para que o Governo os ouça e recorra aos subsídios comunitários para os ressarcir das perdas. São orgulhosos, estão habituados a sofrer num silêncio que dói mais que todas as acusações. A crise está instalada entre quem, para oferecer, tem só as força dos braços. Mas estende-se em círculos mais e mais largos, porque quase toda a vida económica da região assenta na agricultura. Desta gente miúda ninguém fala. O Alentejo vai ficar ainda mais deserto. Já nada é como dantes: o salto preparado em segredo; agora pega-se na maleta e vai-se (...) ‘e só voltam se conseguirem ganhar o suficiente para andarem outra vez de cara levantada’. São orgulhosos os alentejanos, é verdade – mas que mais lhes resta, se até o orgulho perderem? (...) Há verdade no que nos disseram estes e outros pequenos agricultores, que viram perdido todo o seu investimento deste ano na terra que lhes foi madrastra e não os compensou, em nada, do esforço e do gasto. É uma verdade que se vai esbatendo à medida que aumentam os hectares, até às grandes propriedades reconstituídas. (...) Os mais velhos vão ficar, hão-de arranjar emprego na Câmara, dezenas deles já andam a limpar as bermas das estradas. Os jovens, esses, um dia chateiam-se, pegam na trouxa e ala! Por isso se pediu já a extensão do período de subsídio de desemprego. Por isso há que imaginar (...) soluções novas para este drama que já aborrece de tão repetido. Soluções que não tenham a vida da gente miúda que resta na terra alentejana sempre suspensa nos fios da chuva, desta angústia anualmente renovada. (...)”</p>
6/4/92 Pág. 16/17	País	MP	<i>Alqueva tornou-se palavra mágica</i>	<p>“A palavra mágica ressoa como um tambor por todo o Alentejo: Alqueva. Nele se fundamenta a esperança. (...). Há quem ponha a sua esperança nos santos e os passeie em procissão para que vejam a terra ressequida e se amerceem dela e dos homens. Há quem extravase a revolta erguendo o punho em manifestação. Mas Alqueva é, para uns e para outros, terreno de entendimento, promessa de segurança. (...)”</p>

7/4/94 Pág. 1 e 4	Europa	Corresp. Estrasburg o Fernanda Gabriel	<i>(Capa)</i> <i>Agricultores</i> <i>européus</i> <i>semearam</i> <i>protestos em</i> <i>Estrasburgo</i> <i>Protestos</i> <i>semeados às</i> <i>portas do</i> <i>Parlamento</i> <i>Europeu</i>	“Mais de 25 mil agricultores da CE desfilaram (entre os quais uma dúzia de portugueses) (...) em Estrasburgo em frente do PE contra a reforma da PAC e contra as negociações do GATT. (...)”
10/4/92 Pág. 6	Política		<i>CAP vai</i> <i>boicotar</i> <i>acordo social</i>	Nota: trata-se dos protestos da CAP contra o processo de disciplina instaurado a Mata Cáceres por ter participado na manifestação de 24 de Março, em Évora.
10/4/92 Pág. 23	País		<i>Agricultores</i> <i>condenam</i> <i>suspensão de</i> <i>chefe de zona</i> <i>agrária</i>	Nota: novamente o protesto pelo processo instaurado a Mata Cáceres.
16/4/92 Pág. 3	Política		<i>Ajuda do</i> <i>Governo para</i> <i>a seca é</i> <i>insuficiente</i> <i>reunião da</i> <i>concertação</i> <i>social põe</i> <i>centrais</i> <i>sindicais de</i> <i>acordo com a</i> <i>CAP</i>	“As medidas governamentais não são suficientes para minorarem os efeitos da seca (...) opinião geral da UGT, CGTP e CAP (...) O responsável da CAP, Rosado Fernandes, defendeu que é preciso ‘evitar a sequência de falências no mundo rural’, através de uma intervenção financeira ‘adequada’ e salientou que as ‘cooperativas não vão ter produtos para transformar’. (...)”
16/4/92 Pág. 8	Editorial		<i>Viver (mal) em</i> <i>Lisboa</i>	Nota: opinião sobre a degradação da qualidade de vida nas cidades.
17/4/92 Pág. 1 e 14/15	Sociedade	Pinto de Carvalho	<i>(Capa)</i> <i>Terra</i> <i>transmontana</i> <i>sofre em</i> <i>silêncio</i> <i>O estado da</i> <i>Agricultura</i> <i>portuguesa</i> <i>Sector</i> <i>agrícola</i> <i>ocupa 23 por</i> <i>cento da</i> <i>população</i> <i>activa de</i> <i>Trás-os-</i> <i>Montes</i>	Nota: trata-se de um conjunto de reportagens visando descrever a realidade das várias regiões agrícolas do país.

17/4/92 Pág. 3	Política		<i>Medidas contra a seca deixam CAP insatisfeita</i>	“(…) Rosado Fernandes, presidente da Cap, referiu (…) à saída da reunião da sessão de agricultura do Conselho Permanente da Concertação Social, que é preciso ‘evitar uma sequência de falências, que nada iriam animar o mundo rural’.
18/4/92 Pág. 12 /13	Sociedade	Pinto de Carvalho	<i>O estado da agricultura Portuguesa Entre Douro e Minho Portugal é mercado leiteiro aberto para onde todos podem exportar</i>	Nota: continuação das reportagens sobre as regiões agrícolas.
19/4/92 Pág. 10/11	Sociedade	Rafael Cota	<i>O estado da agricultura portuguesa Açores Estrangulame ntos estruturais suplantam esforço do Governo e apoio comunitário</i>	Nota: continuação das reportagens sobre as regiões agrícolas.
20/4/92 Pág. 14/15	Sociedade	Soares Rebelo	<i>O estado da Agricultura portuguesa As beiras</i>	Nota: continuação das reportagens sobre as regiões agrícolas.

21/4/92 Pág. 17/18	Sociedade	João Céu e Silva	<p><i>O estado da Agricultura portuguesa Alentejo</i></p> <p><i>Seca despede 70 por cento dos agricultores</i></p>	<p>“Anuncia-se, para Outubro a falência de 70 a 80 por cento de todos os agricultores da planície alentejana, já que esta é a data limite para se efectuarem os pagamentos às instituições bancárias, fornecedores e cooperativas, que financiaram o ano agrícola em curso. Esta é a previsão que o agricultor Luís Coroa fez (...) ao DN. (...)</p> <p>Com terras cansadas por décadas de culturas intensivas de sequeiro, os agricultores continuam a reclamar planos de irrigação prometidos por sucessivos governos e que nunca foram cumpridos. (...)</p> <p>Em oposição às vozes que se levantam contra a utilização das terras do Alentejo para a agricultura, aqueles que hoje sofrem os prejuízos de uma seca sem memória desde 1945 apontam as zonas irrigadas como exemplo do que pode ser conseguido nas culturas de regadio. (...)</p> <p>A desertificação de habitantes em idade de trabalho é outra das preocupações (...). Não há mão-de-obra para a agricultura, e os que ficam são em número insuficiente para terem peso eleitoral (...). (...)</p> <p>No entanto, se a agricultura ‘não tem futuro, como dizem alguns’, os agricultores não entendem o porquê da ausência de investimentos na região (...). Desde o 25 de Abril, segundo alguns testemunhos, só se criaram no distrito de Beja duas indústrias (...). Tal facto põe na boca dos alentejanos a frase de que ‘as nossas terras só têm préstimo para fazer passar auto-estradas em direcção ao Algarve’.</p> <p>(...)</p> <p>Para os que ainda recordam os tempos mais revolucionários, paira no ar a acusação de que se ‘vão tirando os tapetes todos, esquece-se a função social da terra’.</p> <p>Os que se lembram desta frase não querem que regressem as UCP, mas também não concordam que se aniquile um modo de vida de tantos séculos e para o qual não há substituto à vista (...).”</p>
21/4/92 Pág. 18	Sociedade	JCS	<p><i>Jovens agricultores pagam custos da aposta</i></p>	<p>“(...)</p> <p>Luís Coroa, que mora em Brinches, regressou ao distrito de Beja para se tornar agricultor, a exemplo do seu pai que exerce a profissão há décadas.</p> <p>O jovem agricultor (...) desistiu de ficar em Lisboa (...). Segundo as suas palavras, ‘tal como muitos jovens, eu acreditei no que vi na televisão, e resolvi apresentar um projecto para (...) me habilitar aos subsídios que nos prometiam’.</p> <p>Passados dois anos, Luís Coroa (...) não acredita que os que o convenceram a seguir o exemplo familiar lhe prestem agora solidariedade. ‘É que os interesses de então já não são os mesmos agora’, afirmou ao DN.</p> <p>Para Luís Coroa, que além de agricultor é dirigente da Associação de Jovens Agricultores de Portugal, ‘o panorama é péssimo e nem podemos desligar da nossa actual profissão, porque ao recebermos a as ajudas tivemos que assinar um contrato por cinco anos’.</p> <p>Refira-se que a maioria dos jovens que beneficiou das ajudas para se fixar à terra, tem quase sempre na família um agricultor. Muitos viram nestes subsídios a possibilidade de reformular antigas propriedades herdadas, explorações familiares obsoletas, ou iniciar-se na vida sem ser empregado de outrém. (...)”</p>

21/4/92 Pág. 18	Sociedade	JCS	<i>Golpe fatal para as cooperativas do 25 de Abril</i>	<p>“(…) Já restam poucas (UCB) e as que não foram desfeitas com a devolução aos antigos proprietários das terras e das máquinas não vêm com bons olhos os tempos que vivem. Tal como os pequenos e médios proprietários, também são presas dos juros bancários, dos apoios do governo (...).</p> <p>Este é o caso de uma UCP, a de Torre de Coelheiros. Já foi impressionantemente grande e deu trabalho a mais de 500 trabalhadores. Foi a salvação de uma terra pequena, que está agora a pagar os custos da desertificação, podendo-se ver nas suas ruas a ausência de habitantes na faixa dos 30 anos. Todos se foram embora à procura de melhores condições de vida (...).</p> <p>(…)</p> <p>Para a povoação de Torre de Coelheiros, a sua unidade colectiva de produção já só significa 50 postos de trabalho, mas mesmo estes a actual seca está a pô-los em perigo. Tal como todas as campanhas agrícolas do Alentejo, também esta está condenada ao fracasso. Os cooperantes só podem ter um orgulho: é que além de serem uma referência imprescindível nas passagens de Álvaro Cunhal pelo distrito, tinham as melhores searas sobreviventes.”</p>
21/4/92 Pág. 18	Sociedade	JCS	<i>A Confederação de Rio Maior desceu ao Giraldo</i>	<p>“(…) Apesar de (a manifestação) ser convocada sob o mote ‘Contra a PAC e quem a apoiar’, os pequenos e médios agricultores que se juntaram na principal praça de Évora concentraram os seus protestos na ausência de medidas do Executivo para a seca que abrasa as suas searas, seca ribeiros e esvazia as possibilidades de recuperação das intempéries de 1989 e 91. (...).”</p>
22/4/92 Pág.	Europa		<i>Arlindo Cunha cauteloso sobre acordo na reforma da PAC</i>	Nota: negociações da PAC.
22/4/92 Pág. 18/19	Sociedade	Elizabete Rodrigues	<i>O estado da agricultura portuguesa Situação no sotavento algarvio é considerada alarmante</i>	Nota: continuação das reportagens sobre as regiões agrícolas.
23/4/92 Pág.16/17	Sociedade	Corresp. Funchal Lília Fernandes	<i>O estado da agricultura portuguesa Madeira Minifúndio proporciona baixos rendimentos</i>	Nota: continuação das reportagens sobre as regiões agrícolas.

25/4/92 Pág. 9	Europa		<i>Conselho de ministros da agricultura dos doze reunido no Luxemburgo</i> <i>Arlindo Cunha espera abrir caminho à reforma da PAC</i>	Nota: agenda ministerial.
30/4/92 Pág. 6	Europa	Corresp. Luxemburgo Fernando de Sousa	<i>Comissário da agricultura rejeita proposta portuguesa</i>	Nota: refere-se a proposta sobre preço do trigo.
1/5/92 Pág. 5	Europa		<i>PAC pode ter reforma em Maio</i>	Nota: agenda da negociação da reforma.
3/5/92 Pág. 6	Editorial		<i>O duelo agrícola</i>	“Com filosofia já definida pelos Doze, a PAC continua numa fase processual intrincada. (...). A ideia da reforma é tornar a PAC menos dispendiosa e geradora de excedentes frustrantes (...). Essencialmente, a receita da Comissão traduz-se numa redução dos preços de cereais da ordem dos 30 por cento a fim de desencorajar a produção excedentária; a solução portuguesa fica pelos 25,3 por cento. (...)”.
5/5/92 Pág. 21	País	João Pedro Fonseca	<i>Falta de água é quase inevitável</i>	“(...) ninguém nos livra de um ano extremamente seco em que tudo pode acontecer. Desde a falta de água em áreas críticas até ao corte de energia, para não falar na agricultura, onde as consequências são dramáticas. (...)”.
7/5/92 Pág. 10	Editorial		<i>A situação de seca</i>	“O país está a atravessar uma fase extremamente difícil por causa da situação de seca (...). Em algumas zonas de província (...) a falta de água promete um ano agrícola extremamente penoso para os agricultores. (...) as consequências que fatalmente advirão para a agricultura, aí em termos de produção, e para a área urbana, em termos de abastecimento, irão, muito provavelmente, marcar um ano difícil para todos. (...) Perante este panorama, se os respectivos serviços municipalizados não procurarem outras soluções, como as captações subterrâneas, algumas populações poderão vir a ser penalizadas com falta de água. Na presente situação, o governo terá de intervir, sobretudo em favor daqueles que se encontram mais atingidos pelo flagelo. Na verdade, o país, sobretudo o sector agrícola, corre o risco de ser penalizado por uma situação de calamidade. E, aí, a palavra decisiva para ajudar a acudir a esta situação terá de ser necessariamente do Estado’. (...)”.

8/5/92 Pág. 24	Economia		<i>Especialistas da CE discutem ambiente no quadro da Política Agrícola Comum</i>	<p>“Especialistas europeus estão reunidos em Castro Verde, no Alentejo, para debater o papel do ambiente no futuro dos agricultores da Europa. (...).</p> <p>Segundo a organização do seminário (LPN), ‘no âmbito da reforma da PAC, cada vez mais se impõe a necessidade de introdução e manutenção de métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências de protecção do ambiente e preservação do espaço natural’.</p> <p>Conforme considera a LPN, ‘a introdução de medidas agro-ambientais na PAC pode ser uma boa oportunidade para os agricultores das regiões mais desfavorecidas, uma vez que tais medidas poderão incluir subsídios compensatórios por perda de rendimento ou pela adopção de técnicas de produção compatíveis com a preservação dos espaços naturais’.</p> <p>Caso a PAC venha a incluir, de facto, medidas de protecção agro-ambientais, as planícies de Castro Verde e Aljustrel podem vir a transformar-se precisamente na primeira zona agrícola de Portugal a receber apoios comunitários para preservação do ambiente. Esta é a conclusão de um projecto elaborado pela LPN, em colaboração com outras associações de protecção ambiental e de agricultores nacionais. (...)</p> <p>Para aquela zona existem diversos projectos de florestação com eucaliptos, que foram apresentados pelas empresas produtoras de celulose. (...) a concretização desses planos provocaria uma eventual alteração do meio ambiente, que levaria certamente ao fim de várias espécies protegidas, entre as quais a abetarda (...).</p> <p>Atestando o interesse que a defesa do ambiente está a despertar nesta região alentejana, o seminário, subordinado ao tema ‘Agricultura, floresta, ambiente e desenvolvimento na reforma da PAC’, conta também com o apoio da própria câmara de Castro Verde e da Associação de Agricultores de Campo Branco (...).”</p>
14/5/92 Pág. 24	Pais		<i>Seca impede enchimento da barragem do Maranhão</i>	<p>“A reparação da barragem do Maranhão já foi completada, mas a falta de chuva impede o seu enchimento. (...). (...)</p> <p>O esvaziamento da albufeira do Maranhão, (...) iniciou-se nos finais de Setembro do ano passado e, na ocasião, provocou polémica, especialmente pelas consequências ecológicas para a região.</p> <p>A estes problemas somaram-se (...) os efeitos da seca, porque a barragem serve o perímetro de rega do Sorraia (...).</p> <p>‘As actividades económicas e sociais estão a sofrer muito com o arrastar desta situação’, disse António Bartomoleu, presidente do Município de Avis (...).</p> <p>Segundo a mesma fonte, as culturas de tabaco e do milho já sofreram prejuízos da ordem dos 200 mil contos no concelho, prejuízos que se devem somar aos do tomate e arroz, não só em Avis, mas nos concelhos de Mora, Coruche, Benavente e Salvaterra de Magos, que são servidos em parte pela rega proveniente da água do Maranhão. (...).”</p>

14/5/92 Pág. 27	País		<i>Alandroal quer vencer pobreza com o desenvolvimento turístico</i>	<p>“(…) A vila do Alandroal (…) é sede de um concelho considerado dos mais pobres do país. Com uma população envelhecida e pobre, mas muito hospitaleira, o concelho alandroense não beneficiou do desenvolvimento económico, continuando a ser diminuto o sector industrial numa zona onde as terras têm pouco aproveitamento. (…)</p> <p>Cerca de 25 por cento do concelho está plantado de eucaliptos e o resto das terras são ‘muito pobres e mal aproveitadas’ (…).</p> <p>(…)</p> <p>na opinião do ex-autarca, o turismo será um factor de desenvolvimento, já que o concelho possui muitos monumentos e é rico em termos arqueológicos. Além disso, existem empresários interessados em construir um aldeamento de desporto, junto à barragem. Como forma de progresso, a autarquia reivindica a construção de uma ponte sobre o Guadiana, que ligue Juromenha a Olivença. Todos estes problemas são agravados pela seca, que já obrigou a investimentos na abertura de novos furos artesianos (…)”.</p>
15/5/92 Pág. 10	Editorial		<i>Dificuldades nos campos</i>	<p>“Em ano já de si tocado pela fase das ‘vacas magras’, uma das piores secas do século em várias zonas do país, obriga o Governo à importação suplementar de 800 mil toneladas de cereais. Mas as medidas não podem confinar-se ao mercado. Há que atenuar as dificuldades com que se defrontam os agricultores. Registam-se situações dramáticas (…).</p> <p>O problema reclama a atenção urgente do executivo, e daí a atribuição de subsídios a fundo perdido essencialmente destinados à compra de forragens – uma paisagem desoladora (…). Fala-se numa linha de crédito bonificado, que se espera venha a estender-se a todo o país. (…)</p> <p>Trata-se, é certo de um espaço em que as actividades estão sujeitas a contingências da esfera meteorológica, não obstante os avanços no domínio previsional. (…).</p> <p>Os proprietários e trabalhadores da terra têm, sistematicamente, dirigido avisos, sugerido soluções, nem sempre devidamente escutados.”</p>
17/5/92 Pág. 19	País	António Veladas (Serpa)	<i>Um sistema de áreas protegidas defendido para margens do Guadiana</i>	<p>“O rio Guadiana só resistirá às agressões ambientais se prosseguirem os esforços ‘no sentido de dotar os campos das margens com um sistema de áreas protegidas’. E estas só serão possíveis com a criação de parques naturais regionais. O II Encontro Internacional sobre o Guadiana (…) conclui que o desenvolvimento económico e social do vale do Guadiana ‘implica a preservação e o reforço da identidade cultural das populações ribeirinhas’.</p> <p>O rio Guadiana continua a ser caracterizado (…) pela tónica dominante do subdesenvolvimento (…)”.</p>

19/5/96 Pág. 6	Editorial		<i>Mudar a face da planície</i>	<p>“Polémica desde que foi lançada a ideia da sua construção, a barragem do Alqueva – por uns considerada um elefante branco, por outros um factor decisivo da mudança no espaço alentejano – tem as obras interrompidas desde 1979 (...). (...) Quatro são as alternativas ao cenário de partida (sequeiro melhorado, outro aproveitamento florestal e dinamização de regadios) o que é pouco para a mudança requerida. (...) O Alentejo precisa – tem urgência de um Alqueva reactivado. Um Alqueva à medida das reais exigências da planície. Já se perdeu muito tempo (...).”</p>
19/5/92 Pág. 23	País		<i>Montemor-o-novo com carências de água</i>	<p>“A Câmara (de Montemor-o-novo) está a efectuar diligências para evitar o corte de água na cidade (...). (...) Na freguesia de São Cristóvão, uma das menos afectadas, a situação ‘é já preocupante’, indicou, explicando que a Câmara recorreu ao proprietário de uma barragem privada para garantir o abastecimento. As populações de algumas freguesias estão também preocupadas com a contaminação das águas das barragens pela morte do peixes, sugerindo que estes sejam transferidos para outro local, de modo a evitar problemas com a saúde, adiantou. Mas a reivindicação central da autarquia para os problemas da falta de água é a construção da barragem dos Minutos. (...). (...) A proposta do Governo relativa a subsídios aos produtores de cereais para minimizar os efeitos da seca, é contestada pela CAP, associações e cooperativas do sector. (...). Os agricultores reivindicam medidas que possibilitem alternativas às actuais culturas, a fim de evitar ‘o abandono das populações e a emigração das populações’.</p>
21/5/92 Pág. 59	Regiões	António Velada (Serpa)	<i>O Guadiana já não pode matar a sede</i>	<p>“O Guadiana está doente. Não é mais a veia purificadora do Sul interior. Vítima da ganância e da incúria, o grande rio não pode matar a sede. Da autoria de João Mário Caldeira, esta passagem abriu a sua intervenção no II Encontro Internacional sobre o Guadiana, intitulada ‘Requiem para uma morte anunciada’. A degradação que se faz sentir na qualidade das águas é preocupante e assume contornos inquietantes nos meses de Verão. Em todo o seu trajecto, o rio passa por grandes aglomerados populacionais (...) em território espanhol, sofrendo grandes cargas de efluentes domésticos sem tratamento. Esta situação é agravada pelos despejos de um conjunto de indústrias agro-alimentares, como lagares, destilarias, fábricas de concentrado de tomate, suiniculturas, extensas áreas de regadio, etc. Quando entra em Portugal, o rio transporta uma carga poluente preocupante, agravada pelas contribuições dos concelhos de Elvas, Reguengos de Monsaraz e Mourão. Nesta última localidade, os ambientalistas afirmam que a percentagem de poluentes é assustadora, provocada pela laboração da fábrica de papel da Portucel. (...).”</p>
21/5/92 Pág. 61	Regiões	António Velada (Serpa)	<i>Alqueva é o pulo do lobo no desenvolvimento alentejano</i>	<p>“A construção da barragem de Alqueva é preconizada como a única alternativa credível para o desenvolvimento do sul de Portugal’ (...) Faria Ferreira, Conselheiro de Obras Públicas e Transportes (...) defendeu a rápida construção do empreendimento. Para este especialista, o plano de rega viria dominar os ‘factores físicos desfavoráveis’, permitindo dias melhores para quem ali vive. (...).”</p>

22/5/92 Pág.4	Europa	Fernando de Sousa	<i>CE obtém acordo histórico na reforma da política agrícola</i>	<p>“A PAC vai passar pela reforma mais drástica da sua existência, em consequência de um acordo de grande significado, ontem alcançado em Bruxelas, após uma longa maratona negocial presidida pelo ministro da Agricultura, Arlindo Cunha.</p> <p>(...)</p> <p>O objectivo principal da reforma da PAC cujos mecanismos serão aplicados progressivamente (...) é reduzir os crescentes custos da actual política agrícola que são equivalentes a mais de metade do orçamento da CE.</p> <p>A grande novidade está na substituição dos subsídios aos preços dos produtos (...) por ajudas directas aos produtores.</p> <p>(...)</p> <p>A comissão definiu medidas de acompanhamento para as alterações que se irão verificar na protecção do ambiente: arborização das terras agrícolas e reformas antecipadas dos agricultores.</p> <p>(...).</p> <p>O ministro da Agricultura considera que a reforma da PAC tem entre os objectivos fundamentais o equilíbrio do mercado, recordando que ‘andamos há mais de uma década a pagar a agricultores altamente eficientes e ricos da Europa Comunitária para produzirem produtos que ninguém consumia’.</p> <p>Por outro lado, considerou que ‘andamos a aplicar esse dinheiro numa minoria de agricultores. Portanto, criámos condições para que o equilíbrio do mercado seja possível. Também criamos condições para que o equilíbrio de rendimentos seja possível’, invertendo uma situação em que os preços dos produtos ao agricultor tem vindo a baixar ao longo dos últimos cinco anos (...).</p> <p>(...) Arlindo Cunha sublinhou ainda algumas medidas para criar um equilíbrio a nível socioestrutural para que os agricultores mais idosos, se assim o entenderem, possam ceder o lugar aos mais novos, mediante incentivos. (...).</p> <p>E acrescentou que, perante o mercado único na CE ‘em que cada vez mais a concorrência é a palavra de ordem, é evidente que num sistema de política como a que negociámos, com uma componente de ajudas ao rendimento, as agriculturas mais desfavorecidas e mais débeis têm vantagens relativas, por terem sempre uma almofada financeira que as defende em termos de concorrência de mercado”.</p>
22/5/92 Pág. última	Última		<i>Acordo na PAC é mau para a CAP</i>	<p>“‘Francamente mau!’. Foi assim que o presidente da CAP, Rosado Fernandes, classificou o acordo (...) sobre a reforma da PAC. O líder da CAP considerou que ‘mesmo assim, foi melhor pôr fim ao movimento de inércia que caracterizava o processo’.</p> <p>Intervindo num colóquio sobre a ‘reforma da PAC e o mundo rural’, organizado conjuntamente pela CAP e CCP Rosado Fernandes apontou os aspectos negativos sobre a agricultura portuguesa. Em sua opinião (...) não vão existir incentivos e, no futuro, o subsídio por hectare à produção vai significar ‘quando menos área menos rendimento’. Acrescentou que a reforma foi elaborada contra os interesses dos que trabalham e gerem a terra.</p> <p>(...)</p> <p>Por seu turno, a CNA vai promover (...) na Curia uma concentração de agricultores com objectivo de protestar contra a situação da lavoura nacional e a reforma da PAC.</p> <p>Aderiram à concentração, cujo lema é ‘Não a esta reforma da Política Agrícola Comum! Nós queremos produzir’, outras organizações agrícolas (...).”</p>

23/5/92 Pág. 6	Europa		<i>Nova PAC dará mais 35 milhões aos portugueses</i>	<p>“Os agricultores portugueses poderão contar com um aumento de 35 milhões de contos das transferências anuais directas do Feoga-Garantia, em virtude da reforma da PAC, garantiu (...) Arlindo Cunha.</p> <p>(...)</p> <p>Para Arlindo Cunha, a PAC ‘poderá, agora, oferecer aos agricultores maior estabilidade nos rendimentos, equilíbrio nos mercados e ainda maior equidade na afectação dos recursos entre regiões e agricultores’.</p> <p>Sobre a reconversão do uso do solo, (...) Arlindo Cunha sustentou que as ajudas directas ‘garantem a estabilidade dos rendimentos dos agricultores, que ficam menos dependentes da instabilidade dos mercados (...)’.</p> <p>(...) o ministro defendeu que a reforma da PAC visa, essencialmente, sustentar o rendimento dos agricultores, de forma a evitar a desertificação dos campos e a liberalizar o mercado.”</p>
23/5/92 Pág. 6	Europa	Eva Cabral	<i>Arlindo Cunha Um negociador que o país não esperava</i>	<p>“Arlindo Cunha nunca correspondeu ao estereótipo tradicional daqueles que ocupavam as cadeiras bafientas do Terreiro do Paço. Nasceu numa família profundamente rural, tendo sido precisamente essa actividade que abraçou, mal deixou os bancos da escola primária.</p> <p>Vivia então o país sob o miserabilismo salazarista, com quase toda a população rural em condições económicas de extrema pobreza, e após a escolaridade obrigatória, a agricultura era o destino de todos os que tinham nascido no campo (...).</p> <p>(...)</p> <p>Arlindo Cunha (...) regressou esta semana ao País depois de ter conseguido desbloquear a Reforma da PAC, um objectivo que parecia politicamente impossível.</p> <p>A nova PAC não é seguramente perfeita, mas sim o compromisso possível (...).”</p>

23/5/92 Pág. 6	Editorial		<i>A verdade verde</i>	<p>“(…). Dado como indispensável um acordo, as divergências acentuaram-se, não se via luz ao fundo do túnel, até que um ministro, de perfil aparentemente discreto, decidiu tudo fazer para levar a carta a Garcia. (…).</p> <p>(…)</p> <p>Numa primeira fase, a PAC salvou os campos comunitários através de mecanismos afastados das regras do mercado. Depois, surgiu a praga dos excedentes, os produtos agrícolas tornaram-se inacessíveis aos mercados externos sem a atribuição de subsídios cada vez mais insuportáveis para a CE. (…).</p> <p>Justamente designado de histórico, o acordo aponta para a verdade verde, reinsere a agricultura e a pecuária nas normas de mercado, reabre -as à competitividade. (…).</p> <p>Eis a síntese (...): em vez de subsídios aos preços dos produtos, ajudas directas aos agricultores (...) e acompanhamento das inerentes alterações ambientais. Haverá, sem dúvida, reajustamentos dramáticos (...). Porque não se assiste à edificação ideal, tão só à reconstrução possível.</p> <p>(…)</p> <p>A CAP revela-se muito crítica ('francamente mau'), ameaça com uma manifestação à escala nacional, forma de luta que já resolvera levar para diante a CNA. Manifestações sob justificação de que não se cuidou seriamente das dificuldades do sector, agora obrigado, de chofre, ao pagamento da factura de largo somatório de desatenções.</p> <p>O certo é que a PAC apodrecera, não se compaginava com a modernização (...) coerência e pragmatismo.</p> <p>(…)</p> <p>A presidência portuguesa da CE, essa, marcou pontos. Converteu em realidade, neste semestre, o que semanas atrás era encarado como impensável. (…)</p>
23/5/92 Pág. 23	País	António Veladas (Évora)	<i>Estudo sobre a morte do sobreiro aponta homem como culpado</i>	<p>“(…)</p> <p>A intervenção do homem determinou a morte do sobreiro, ressalta das conclusões do estudo (sobre a morte dos sobreiros nos concelhos de Santiago do Cacém, Grândola e Sines). As tiragens de cortiça mal efectuadas, o pastoreio, a cultura trigueira, o gado bovino e as desmoitas são exemplos de causas provocadas pelo homem na quebra do equilíbrio suberícola.</p> <p>(…)</p>

26/5/92 Pág. 6	Europa	Fernando Madail (Coimbra)	<i>Bandeiras negras para 12 ministros da agricultura</i>	<p>“(…) O lema desta contestação (organizada pela CNA) nacional é: ‘Não a esta reforma da PAC! Nós queremos produzir’. (…) Classificado como um negociador muito hábil por um jornalista espanhol que está a cobrir a reunião informal na Curia, Arlindo Cunha sustenta que as ajudas directas previstas beneficiam as economias menos competitivas, nomeadamente a portuguesa. (…) O secretário de Estado Álvaro Amaro (…) define as vantagens do dossier que tanta polémica continua a causar (…), ‘Não se me afigura possível’ (…), ‘encontrar um outro modelo que faça baixar os excedentes, com as respectivas compensações, e ainda estabilizar os rendimentos dos agricultores’. Aponta como aspectos positivos o controle dos preços (…) a correcção dos quantitativos para cereais ou a reforma antecipada (…).”</p> <p>Nota: embora os protestos dos agricultores tenham sido chamados para o título, a notícia acaba por dar maior relevo às fontes ministeriais, para defender a PAC e para descrever os objectivos da reunião informal nos dos ministros da agricultura.</p>
27/5/92 Pág. 8	Europa	Fernando de Sousa (em Bruxelas)	<i>Os cinco meses da reforma de Arlindo Cunha Da missão impossível ao consenso possível para uma mudança radical na economia comunitária</i>	<p>“Ao sair de Bruxelas, com ar fatigado, mas com um sorriso de satisfação, o ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, teria, intimamente, uma certeza: a conclusão das negociações para a reforma da PAC deveu-se, em grande parte, à sua perseverança e habilidade negocial. (…) Arlindo Cunha estava cansado, chegou a pedir desculpa se o seu aspecto não fosse o melhor, mas também mostrava satisfação, alívio e emoção. Tinha a consciência de que muitos sectores da opinião pública e política vão criticar o resultado. (…) ‘Foi a reforma possível’, disse Arlindo Cunha, ‘nada é perfeito neste mundo. (…).”</p>

27/5/92 Pág. 9	Europa	Fernando Madaíl (Coimbra)	<i>Ministro aceita receber agricultores depois de escaramuças com GNR</i>	<p>“(…). As escaramuças registadas entre lavradores e a GNR acabaram por resultar na primeira audiência que Arlindo Cunha concedeu à CNA, entidade que promoveu a acção de protesto e que contava com o apoio da Coordenadora Agrícola Europeia (CPE), Coordenadora das Organizações de Agricultores e Ganadeiros de Espanha e Confederação de Camponeses Franceses.</p> <p>A nova PAC, sustenta a representante da CPE ‘beneficia apenas as multinacionais agro-alimentares e os interesses do comércio mundial, em detrimento das pequenas e médias explorações familiares’.</p> <p>João Vieira, da CNA, adianta que (...) ‘esta reforma era uma exigência dos Estados Unidos e serviu de moeda de troca nas negociações do GATT’. Arlindo Cunha merecia, de acordo com algumas palavras de ordem, ‘ser condecorado pelos americanos e grandes produtores europeus’ ao fechar as negociações ‘traíndo os agricultores nacionais’. O ministro sustentaria, no encontro, (...) que o diploma ‘tem uma filosofia de sustentação de rendimentos; não é liberal’.</p> <p>(...)</p> <p>‘Têm de ser os grandes agrários europeus, responsáveis pelos excedentes, a pagar os gastos pela distorção do comércio internacional’, explicava Lídia Senra (CPE). Outra das preocupações patentes era a da protecção do meio ambiente e da produção de géneros de qualidade. As grandes indústrias utilizam tantos químicos que, qualquer dia, acabamos por comer: ovos de plástico’. (...).”</p>
31/5/92 Pág. 28	País	Maria João Cotrim	<i>Alentejanos não querem resíduos tóxicos</i>	<p>“Os municípios do litoral alentejano (...) rejeitam incondicionalmente a instalação na autarquia grandolense e em Sines respectivamente, de um aterro e de uma incineradora de resíduos tóxicos e perigosos.</p> <p>(...)</p> <p>A discordância (...) faz-se sentir nas palavras dos autarcas. (...) ‘Com essas instalações deixará de haver investimentos turísticos, e vão-se cativar indústrias poluidoras, do pior estilo’, afirma o autarca (Francisco do Ó Pacheco, presidente da Câmara de Sines).</p> <p>(...)</p> <p>A agricultura, a pesca e o turismo, como factores de progresso, fazem parte do projecto para dinamizar esta região alentejana. Neste contexto se integram as reservas naturais e áreas de paisagem protegida.</p> <p>Na resolução aprovada, todos estes pontos são referenciados, não sendo excluída uma menção especial ao ‘papel relevante do complexo portuário e industrial de Sines’. Mas o enquadramento com esta zona é feito salientando-se a necessidade de fazer coexistir tal realidade com as actividades tradicionais (agrícola e piscatória).</p> <p>(...)</p> <p>Foi amplamente comentado o Protali, falou-se da valorização das lagoas de Sancha e de Santo André como áreas protegidas e na classificação como património das minas do Lousal. (...).”</p>

14/6/92 Pág. 21	País	Joana Gomes (Beja)	<i>Congresso alentejano reclama Alqueva</i>	<p>“(…) Apesar da existência de recursos e potencialidades, dos quais a água sobressai como factor determinante, esta vasta região do país continua a sofrer um acentuado processo de desertificação humana, animal e vegetal”, referem os membros da comissão organizadora do V Congresso sobre o Alentejo.</p> <p>Para os mesmos responsáveis, a ‘agricultura atravessa uma grave crise que a seca veio acentuar’, a indústria (…) continua sem expressão e o turismo só tem ‘alguma relevância no litoral e no triângulo Portalegre-Castelo de Vide- Marvão e no eixo de Évora.</p> <p>‘Assiste-se à degradação do ecossistema do Guadiana e à degradação dos solos e florestas em grandes áreas, particularmente na zona entre Mira e Guadiana’, salientou-se no encontro.</p> <p>(…) do congresso saiu o alerta à opinião pública, órgãos de soberania e centros de decisão da CE, exigindo, com urgência, projectos concretos para ‘aproveitamento integrado dos recursos, em defesa do meio ambiente e do património, com apoios específicos nacionais e comunitários’.</p> <p>(…)</p> <p>A água foi referida pelas suas implicações sociais e económicas, incluindo o abastecimento público, a indústria, turismo, piscicultura (…) mas foi fundamentalmente discutida em termos da utilização agrícola como alternativa às produções de sequeiro.</p> <p>(…)”.</p>
15/6/92 Pág. 4	Política		<i>Arlindo sujeito a todos os protestos</i>	<p>“Os agricultores estão em pé de guerra e todas as tentativas de o ministro Arlindo Cunha para os vencer dos benefícios da reforma da PAC caíram em saco roto.</p> <p>(…)</p> <p>O presidente da CAP acusou (…) indirectamente, o Governo de ter contribuído para a ruína dos agricultores, considerando que a nova política ‘será a ruína de milhares de agricultores que trabalham a terra’.</p> <p>(…)</p> <p>Perante uma ‘enchente de agricultores vindos de todos os pontos do país’, Casqueiro apelou à unidade (…) embora tenha deixado bem claro que não está disponível para alianças com a CNA, conotada com as posições do PCP. Neste sentido, (…) afirmou que não quer seguir os partidos mas também não se aliará ‘àqueles que há alguns nos anos quiseram roubar as terras’. (…).”</p>

16/6/92 Pág. 8	Editorial		<i>Gestão da PAC</i>	<p>“A reforma da Pac tem defeitos, foi a possível, mas é um elemento importante de reactivação das negociações do GATT, esvaziando em simultâneo críticas e protecções comunitárias. (...). Para já, em vez de subsidiar produtos, subsidia produtores.</p> <p>Nestes termos, a nível mundial, as agriculturas mais agressivas só ficarão altamente beneficiadas – como receiam alguns – se não houver a racionalização de que a Comunidade acaba de dar o exemplo. A verdade é que não se moderniza na ausência de ousadia, não se colhe sem semear, por vezes com enorme esforço.</p> <p>Sofrer pelo futuro, passar por apertos em nome de convergências alargadas, eis a leitura que nos oferece a nova PAC. No entanto, para tudo há limites e o descontentamento dos homens dos campos manifestado em Portugal e outros países deve ser objecto de análise dos governantes.</p> <p>Quando a CAP e a CNA afirmam que, nos últimos anos, quase nada de substantivo de fez pela agricultura de maneira nenhuma estão a manifestar-se gratuitamente. (...).</p> <p>Assistiu-se a um défice de aproveitamento de potencialidades, descuroou-se bastante a arrancada para uma nova agricultura. (...).</p> <p>Em suma, muitos dos agricultores querem trabalhar, não viver de subsídios. Estes, actualmente, são imprescindíveis, mas considerável parte rejeita uma dependência excessiva, e a tal respeito invocam a função social da terra. Além disso, é curto pensar sobremaneira nos agricultores, pois há os trabalhadores rurais e as empresas fornecedoras de factores de produção e não apenas, há o comércio afim e um vasto conjunto de prestação de serviços. (...)”.</p>
10/7/92 pág. 45,46,47	Europa		<i>Cidades aprisionadas e campos mais livres</i>	<p>“A diminuição lenta mas regular da população tem constituído a situação tradicional nas regiões rurais da Europa. (...). A política agrícola da comunidade está actualmente a ser orientada para uma produção menos intensiva e para a preservação de explorações familiares e do ambiente rural.</p> <p>(...)</p> <p>É difícil prever as futuras tendências da agricultura, visto as áreas rurais da comunidade parecerem estar a entrar numa nova era. A PAC está a entrar numa nova fase. (...).</p> <p>(...) a área agrícola que excede a área necessária está estimada em cerca de dez milhões de hectares.</p> <p>(...)</p> <p>Existem novas oportunidades ligadas ao desenvolvimento de usos alternativos, tais como os florestais, o ordenamento para fins de protecção da natureza e preservação da paisagem, ou ainda o turismo e recreio.</p> <p>Terá que ser dada atenção especial à protecção do ambiente, sobretudo através de novos métodos de produção agrícola não poluentes e ecologicamente sustentáveis.</p> <p>(...)</p> <p>Mesmo nas áreas em que a sua contribuição para o rendimento desceu abaixo dos 10 por cento, a agricultura continua a ter um papel significativo na definição dos padrões de fixação, na vida social e cultural e no efeito sobre o ambiente. Por esta razão, as políticas nacionais e comunitárias sublinharam a importância de manter um número de famílias de agricultores nas áreas rurais (...).</p> <p>(...)</p> <p>Muitos agricultores não sobreviverão a outra geração e desaparecerão antes do ano 2000. As terras serão abandonadas ou transformadas em floresta.”</p> <p>Nota: reprodução de parte do relatório da Comissão “Europa 2000”.</p>

11/7/92 Pág. 51	Emprego	José Correia da Cunha	<i>Dificuldades crónicas da agricultura</i>	<p>“(…) Esta distinção, quase natural, entre a cidades e as terras, (…) só começaria a esbater-se com a utilização generalizada da televisão, acompanhada, quase em simultâneo por uma formidável onda emigratória orientada para alguns países da Europa Ocidental (...). Este processo de abandono da terra transformou muita coisa, mas não contribuiu decisivamente para promover o desenvolvimento das áreas rurais mais carenciadas. As estruturas produtivas (...) permaneceram quase inalteradas até ao momento em que se concretizou a adesão de Portugal às Comunidades Europeias. (…) No período da pós-adesão generalizou-se a ideia de que a sobrevivência do sector só seria possível se os produtores alterassem os seus métodos de trabalho, conciliando os seus interesses com exigências dos mercados. (…) o agricultor moderno, para além de saber produzir precisa de agir como autêntico gestor. (…) Porque o agricultor (...) não se pode limitar a ser um produtor de bens de consumo, importa que ele interfira no processo de transformação, pela via das unidades cooperativas agro-industriais e, sempre que possível, possa defender os seus interesses no relacionamento com o consumidor final. Daqui decorre a necessidade de se entenderem as sociedades rurais como comunidades complexas, abrangentes, em que conta a especialização dos seus membros mais aptos, mas também a capacidade para descobrir linhas estratégicas de desenvolvimento. A mobilização das potencialidades não pode ser orientada apenas para objectivos produtivistas imediatos. Há que ter em conta preocupações com equilíbrios ecológicos; com a defesa dos recursos naturais (...), com a protecção das paisagens; em suma, com o carácter sustentado do desenvolvimento. Para que tal aconteça , é imperioso transcender o conceito que habitualmente se faz de produtor agrícola (...) para o imaginar peça fundamental na vivência das áreas rurais, nas quais outros agentes os devem complementar ajudando-os a operar outras actividades produtivas – turismo rural, artesanato, lazer – ou socialmente interessantes, com o a protecção dos recursos, defesa das paisagens, etc. (...)”.</p>
--------------------	---------	-----------------------------	---	--

23/7/92 Pág. 42	Regiões	António Veladas	<i>O drama da desertificação</i>	<p>“O síndrome da desertificação está a atingir níveis preocupantes no concelho de Moura. O Baixo Alentejo, tal como o resto da região excluindo o litoral, está a perder população a uma escala muito elevada. (...). (...) Jovem cidade (...) Moura parece empenhada em sair da ‘rota da interioridade’ que anda de mãos dadas com o ‘síndrome da desertificação’. O problema é extensivo a toda a margem esquerda do Guadiana, segundo diz o presidente da edilidade (...). (...) A situação do desaparecimento populacional e o conseqüente depauperamento de mão-de-obra, a par do afastamento das linhas de desenvolvimento empresarial, são factores de descrédito que provocam o descontentamento da população. Vitorino Mestre, a propósito, declarou ao DN que, por este andar, ‘não tardará o dia em que os alentejanos serão vistos como peças de museu’. O inverso da situação só será possível com investimentos que tardam a aparecer. Entre os recursos nos quais depositam esperança, conta a barragem de Alqueva, apontada como a salvação de todos os males que afectam o Alentejo. A zona de Moura é conhecida pela qualidade dos seus olivais e searas. No entanto, o presidente da câmara aponta-nos para a capacidade local para o desenvolvimento da floricultura e da exploração de frutos secos (...).”</p>
23/7/92 Pág. 42	Regiões	António Veladas	<i>A maior reserva de veados</i>	<p>“O concelho de Moura ocupa uma área de 942 quilómetros quadrados, situados na margem esquerda do Guadiana, identificando-se por zonas de relevo e aptidões agrícolas diferenciadas. De um lado estão os barros velhos, que ocupam a planície a sul e a oeste, com a predominância de olivais e searas de trigo; a leste, as terras de cultivo perdem-se em terreno acidentado e xistoso coberto de azinheiras e estevas. O aproveitamento turístico, em parte já iniciado com a Herdade da Contenda, oferece aos visitantes a possibilidade de contactarem directamente com a maior reserva de veados existente em Portugal. (...). A Contenda constitui um parque natural de grandes dimensões, possuindo um vasto número de veados e javalis. Esta última espécie vive em territórios onde se reproduz sem controlo, facto aproveitado para a realização de montarias (...).”</p>
23/7/92 Pág. 43	Regiões	António Veladas	<i>Abastecimento de água racionado pela seca</i>	<p>“(...) A seca que assolou a região, e que em muitas localidades começou a traduzir-se em inevitáveis cortes de água, atingiu mais dramaticamente a freguesia de Estrela (concelho de Moura). (...). Vitorino Mestre (presidente da Câmara de Moura) referiu (...) que se avizinham problemas com outras localidades (...). É que o rio Ardila – que está a abastecer as freguesias de Amareleja, Póvoa de S. Miguel, Santo Amador, Safara e Santo Aleixo – sofre diversas agressões ambientais e o seu fraco caudal poderá determinar novos racionamentos. A qualidade da água é regularmente vigiada e, segundo o técnico responsável (...) ‘Moura não dá problemas nenhuns’. O rio Ardila, de acordo com a mesma fonte, é sujeito a um tratamento intensivo que confere à água exigências de qualidade mínimas para consumo humano. (...) O elevado número de lagares de azeite existentes ao longo do rio provoca a adulteração da qualidade da água, só corrigida pelo tratamento a que é sujeita pelos serviços responsáveis. (...).”</p>

23/7/92 Pág. 43	Regiões	António Veladas	<i>Aruncia-Nova onde tudo começou</i>	<p>“(…) Moura foi sempre uma terra de muita gente. Ali habita cerca de 50 por cento da população do concelho, testemunho de uma presença humana massificada. Rezam os historiadores que tal facto se fica a dever à riqueza da zona em prata, cobre e mercúrio. (…)”.</p>
6/8/92 Pág. 20	País	António Veladas (Évora)	<i>Grupo de trabalho exige medidas urgentes para combater efeitos da seca em Moura</i>	<p>“(…) O grupo de trabalho, constituído por 17 instituições, pretende, (...) a resolução do problema dos desempregados pela ‘prorrogação do subsídio de desemprego por mais um ano’ e um subsídio a fundo perdido para aquisição de alimentos para o gado. (...) defende igualmente a concessão de uma moratória sem juros, para os créditos assumidos nas explorações afectadas pela seca, um subsídio a fundo perdido para a abertura de novos furos para captação de água nas explorações agrícolas (...) e para abastecimento público. (...) Uma garantia de apoio (...) no sentido da reconstituição da fauna piscícola da ribeira do Raia e fornecimento de material necessário para combate aos fogos florestais (...). Na origem destas reivindicações está o esvaziamento da Barragem do Maranhão, que provocou a redução do caudal da ribeira do Raia. Esta abastece de água explorações de regadio, que representam o sustentáculo da economia do concelho de Moura. (...) No sector agrícola, a seca provocou já a perda irreparável de mais de metade da capacidade de produção registada em anos anteriores. (...) Os peixes mortos que, dia a dia aparecem nas margens da ribeira do Raia reflectem o panorama que se vive. Segundo os ecologistas, as águas fétidas vindas do processo de esvaziamento do Maranhão contaminaram a ribeira e destruíram a colónia de bivalves, impedem a lontra de se reproduzir e estão a ameaçar toda a fauna piscícola. (...)”.</p>
13/8/92 Pág. 42/43	Regiões	J. Rodrigues da Silva	<i>Ponte de Sor é foco atractivo para fixação das populações</i>	<p>“O concelho de Ponte de Sor é daqueles que tem evoluído sob o ponto de vista económico, social e de bem-estar. Apresentava carências importantes (...) mas na última dezena de anos conseguiu resolver os problemas básicos da população. Isto significou a possibilidade de as populações encontrarem bem-estar na sua terra e de outra gente querer fixar-se ali. Ponte de Sor começou a transformar-se em pólo de desenvolvimento económico, mercê dos saltos (...) verificados na área industrial. (...) Para tal contribuiu igualmente o desenvolvimento agrícola, onde sobressai a cultura de regadio. Por seu lado, o concelho tem uma área florestal extremamente importante, com uma área de 45 mil hectares de montado e uma produção anual de dez mil toneladas de cortiça por ano. Este conjunto de factores (...) tem permitido que se não tenham sentido muito as crises sociais e económicas habituais noutras zonas do país. (...)”.</p>
15/8/92 Pág. última	Última		<i>Costa Alentejana é área natural</i>	<p>“A Costa Sudoeste alentejana, até agora classificada como Área de Paisagem Protegida, vai passar a beneficiar do estatuto de parque natural, o que vem salvaguardar aquela região, considerada ainda em estado ‘quase selvagem’. (...) No caso concreto da costa alentejana, os projectos turísticos anunciados para a região, nomeadamente no concelho de Odemira, vão ter de obedecer a regras bastante restritivas (...)”.</p>

24/8/92 Pág. 18	País	José Rodrigues da Silva	<i>Sousel quer casas com fachadas tradicionais</i>	<p>“A preservação das fachadas tradicionais dos edifícios continua a observar-se muito mais a Sul do que a Norte de Portugal. O Alentejo e o Algarve são exemplos razoáveis neste contexto, possuindo uma vasta obra, realizada segundo as normas da estética e do bom senso. O objectivo é preservar o património edificado e evitar a descaracterização de uma parcela do nosso território. Sousel, no Alto Alentejo, não quis fugir à regra. Na vila e no concelho, havia exageros que estavam a alterar a fisionomia da região. (...).</p> <p>Os principais desvios à sensibilidade cultural e artística registam-se nomeadamente, nas freguesias periféricas de Santo Amaro e Casa Branca. (...) foi assim que surgiu uma norma reguladora para os revestimentos exteriores dos edifícios daquele concelho, aprovada em reunião de Câmara. (...) disse o Presidente da Câmara, ‘portas a dentro, cada um pode fazer o que bem entende; mas o exterior dos edifícios pertence à fruição de toda a gente e não apenas aos proprietários’. (...)”</p>
27/8/92 Pág. 22	País	Humberto Vasconcelos	<i>Alentejanos não querem incineradora em Sines</i>	<p>“O movimento contra a instalação na área de Sines de uma central de incineração de resíduos tóxicos e perigosos está a alastrar pela Costa do Alentejo. Pela primeira vez, conseguiu a adesão em força de residentes estrangeiros que não só ali habitam como fizeram investimentos na região.</p> <p>Portugueses e estrangeiros acreditam que o maior potencial de desenvolvimento da região é a natureza e a sua preservação, quer se fale de turismo, quer se fale de qualquer outra actividade económica.</p> <p>(...)</p> <p>‘Já vamos em cerca de duas mil assinaturas’, explicou-nos António Quaresma, ambientalista da zona e professor na escola secundária de Odemira.</p> <p>Este responsável passou-nos um panfleto onde se afirma que a ‘incineradora põe em perigo a agricultura e o turismo’. A justificação está no facto da incineradora afastar os turistas, sobretudo estrangeiros, que sabem o que estas instalações representam em termos ambientais (...).</p> <p>Adiantou António Quaresma que a população local, mesmo a rural, tem interesse pelas questões ambientais (...).</p> <p>(...)</p> <p>O texto do abaixo-assinado explica que ‘Sines e o litoral alentejano ainda têm um ambiente salutar e uma natureza em óptimo estado de preservação, como internacionalmente se reconhece. Pretendemos que Sines e o litoral alentejano continuem conhecidos pela hospitalidade das suas gentes e belezas naturais e não como caixote de lixo tóxico e perigoso’.</p> <p>(...)</p> <p>Promovida pela Comissão de Avaliação do Estudo do Impacte Ambiental, decorreu em Sines, Odemira, Lagos e Aljezur as sessões públicas relativas à via rápida Sines- Lagos. A freguesia de São Teotónio (Odemira) primou pelo sentido de preservação ao pedir que a estrada passasse o mais possível pelo interior.</p> <p>(...)</p> <p>A presença de estrangeiros foi notória, tendo a maior parte deles apresentado sérias dúvidas sobre se a via rápida seria necessária para o desenvolvimento desta região do Alentejo.</p> <p>Um suíço, residente em São Teotónio afirmou mesmo que ‘não era necessário nova estrada para investir’, justificando que já o fizera, no montante de muitas centenas de milhares de contos, sem a estrada existir’. (...)”</p>

28/8/92 Pág. 18	País		<i>Feira de artesanato e gastronomia promove o concelho de Fronteira</i>	<p>(...)</p> <p>A presidente da Câmara de Fronteira, Maria Luísa Nisa, tenciona dar a conhecer as potencialidades turísticas do seu concelho. Além do artesanato e da gastronomia, também a caça e o turismo rural e de habitação e ainda as termas de Cabeço de Vide são importantes pólos de atracção. (...).”</p>
10/9/92 Pág. 44	Regiões		<i>Alentejanos cantam por amor</i>	<p>“Partiram para Lisboa em busca de pão, que numa terra de trigo minguaava nas suas mesas. (...). Que vozes as dos alentejanos, dádivas da natureza, vindas do fundo dos sentidos (...).</p> <p>O concelho de Amadora tem uma enorme comunidade de gente alentejana. E, mesmo longe das suas terras eles não perderam o encanto das melodias e as cordas vocais ficam temperadas pela saudade.</p> <p>(...)</p> <p>Canto de solidão. Mas também de alegria e convívio. Após um dia, de ‘abandono’ no campo imenso, a tratar da terra, havia e há reunião nas tascas e, tal como o passarinho que encontra o seu bando, os gorjeais foram passando, através dos tempos, como forma de celebrar um encontro de amigos. A possibilidade de expressar mágoas de uma vida dura, com o sol escaldante a fazer suar as juntas de bois e o rosto de quem labuta por um pão, uma azeitona. Uma réstia de esperança.</p> <p>Até um canto de orgulho, de gente altaneira, irredutível. (...).”</p>
17/9/92 Pág. 20	País	João Pedro Fonseca	<i>Turismo poupa áreas naturais no litoral alentejano</i>	<p>“O litoral alentejano está na boca de toda a gente. Caiu na desgraça. Depois do Algarve, que foi a galinha dos ovos de ouro durante vários anos, agora os interesses turísticos voltam-se para o sudoeste alentejano. O Governo, atento a esta questão, está a acelerar o Plano de Ordenamento da Área Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (APPLSCV), o qual (...) admite a implantação de empreendimentos turísticos, mas só junto a núcleos urbanizados.</p> <p>Os ecologistas não se cansam de afirmar que aquela área (...) está em vias de ser destruída.</p> <p>(...)</p> <p>Os dedos acusadores apontam, normalmente, três casos críticos: os Aivados, a herdade de Thierry Roussel, em Odemira, e a Vila Formosa. Já para a fonte do Ministério do Ambiente, contactada pelo DN, a situação crítica é outra: Vale da Telha. Sousa Sintra prevê ali um empreendimento com 19 mil camas, em 700 hectares. Aivados, admite, também é outro ponto crítico. É um projecto dos anos 70. Em 1987 a administração pública assumiu um compromisso, ainda não existia paisagem protegida, que viabilizava um empreendimento urbano-turístico de quatro mil camas (600 hectares). Considera-se esta uma situação crítica porque abriria uma nova frente urbana entre S. Torpes e Vila Nova de Milfontes.</p> <p>(...)</p> <p>O Plano de Ordenamento (cuja pré-proposta foi apresentada às autarquias nesta data) defende, (...) como modelo, a complementaridade das actividades tradicionais da região, como a pesca, o turismo, a agricultura e rejeita a instalação de actividades sectoriais intensivas. (...).”</p>

20/9/92 Pág. 8	Editorial		<i>Preservar o litoral alentejano</i>	<p>“O crescimento turístico no litoral alentejano é uma fatalidade irreversível. Descobertas que estão a beleza e as potencialidades de uma costa que durante décadas permaneceu adormecida, já não conseguirá travar agora a (desenfreada) corrida de empresários e agentes de turismo nacionais e estrangeiros. Com tudo o que de mau estas corridas sempre acarretam.</p> <p>Temos o exemplo Algarvio como referencial. Tempos houve em que era ali o paraíso que somente os eleitos conheciam e desfrutavam. Tranquilamente, sem o poluírem nem o degradarem. (...).</p> <p>De há cinco anos a esta parte, morta a galinha dos ovos de ouro (...) foi a extensa e bela costa alentejana (...) a desviar as atenções. Primeiro a medo e em surtidas circunscritas a famílias, grupos isolados, um ou outro turista estrangeiro (...).</p> <p>Como este jornal revelou, o Governo que parece e estar atento ao que se passa, mostra-se disponível para acelerar a aprovação do Plano de Ordenamento da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. De acordo com o projecto em curso, empreendimentos turísticos sim - mas unicamente junto de núcleos urbanizados. Mesmo assim, entendemos que tais empreendimentos só deverão ser autorizados dentro de regras muito rígidas e que de todo impeçam a destruição da paisagem. (...)”.</p>
28/9/92 Pág. 22/23	Sociedade	Pedro Garcia Rosado	<i>A última cruzada do padre Ximenes Augusto</i>	<p>“(...) Os montes de Odemira não são os que sempre pareceram caracterizar as grandes propriedades rurais do Alentejo, mas sim locais dispersos, isolados, onde a agricultura começou por ser de subsistência, aproximando-se agora da sobrevivência.</p> <p>As famílias são pobres, as crianças mal alimentadas e, não há muitos anos, ainda as havia a percorrerem mais de uma dezena de quilómetros por dia para poderem frequentar a escola.</p> <p>É gente que vive sem água e sem luz (...) em localidades de onde crianças saem às seis da manhã de casa, sem pequeno almoço (...) e onde regressam às seis ou sete da tarde.</p> <p>(...)</p> <p>É um ciclo fatal? A fé nas capacidades humanas já foi mais forte naquelas terras onde a umas carências se juntaram outras e, entre elas a perda de pontos de referência. Políticos, sociais e partidários: maioritária, até agora, a CDU vê os seus alicerces abalados pelos que se afastam e pelas dificuldades de administrar muita coisa com pouco dinheiro. O Baixo Alentejo está a morrer ...”</p>
7/10/92 Pág. 29	Economia		<i>Governo anuncia apoios para enfrentar a PAC</i>	<p>“O secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro, apresentou (...) às organizações do sector o programa de aplicação das medidas de acompanhamento da PAC.</p> <p>São três os objectivos fundamentais que o programa pretende atingir: diminuição dos efeitos poluentes da agricultura, extensificação e manutenção de sistemas agrícolas tradicionais e a reforma antecipada dos agricultores.</p> <p>(...) serão disponibilizados quatro milhões de contos, a serem aplicados até 1993, adiantou o secretário de Estado (que) considera o montante em causa (...) suficiente para cumprir os objectivos (...).</p> <p>Posição contrária defende a CAP. O seu vice-presidente, José Manuel Casqueiro, afirmou que os apoios previstos serão manifestamente insuficientes (...). Sobre a reforma antecipada (...) considerou que o Governo ‘criou, nesta matéria, expectativas demasiado optimistas nos agricultores, que agora não se podem pôr em prática, principalmente por razões orçamentais’. (...) referiu-se ao facto de chegarem a ser anunciadas reformas de 200 contos para os agricultores, o que não corresponde à verdade. (...)”</p>

14/10/92 Pág. 25	País		<i>Empresas alentejanas à beira da ruptura devido à seca</i>	<p>“A agricultura alentejana está a atravessar uma crise muito grave, com muitas empresas do sector em ruptura financeira e sem receitas, por causa da seca. (...) Segundo (a comissão representativa das organizações agrícolas da região) está a ser criado um problema social na região alentejana com o ‘aumento do desemprego’ dos trabalhadores rurais. A situação quase se pode classificar de dramática, porque os agricultores têm dívidas e não têm dinheiro para recomeçar a sua actividade, havendo até quem não possa comprar produtos alimentares.</p> <p>Uma das preocupações dos agricultores prende-se com os atrasos nos pagamentos das ajudas prometidas pelo Governo para indemnizar os efeitos da seca. Por outro lado, acresce o facto de os empresários agrícolas estarem reticentes face às previsões ligadas à reforma da PAC. (...)”</p>
17/10/92 Pág. 16	País		<i>Turismo preocupa zona litoral do Alentejo</i>	<p>“O aumento de camas previsto para as zonas de Porto Covo e Vila Nova de Milfontes está a preocupar as câmaras de Sines e de Odemira. Esta situação, na óptica do presidente da autarquia de Sines, é incompatível com a aposta governamental de transformar a Área de Paisagem Protegida do Litoral Alentejano em parque natural (...).</p> <p>(...)</p> <p>Francisco Pacheco sustentou que o Alentejo possui vocação turística e pretende aproveitá-la. No entanto, sublinhou ‘os autarcas não querem que suceda com o litoral alentejano o que se verificou no Algarve’.</p> <p>Os autarcas defendem a criação controlada de infra-estruturas turísticas. Nomeadamente, pretendem que os loteamentos se processem por fases, de modo a evitar a especulação imobiliária. ‘Não podemos permitir’ (...) ‘que as novas construções acabem, maioritariamente, em construções de segunda habitação, dando origem a vilas fantasmas’. (...)”</p>
28/10/92 Pág. 25	País		<i>Grande parte da poluição no País é causada pelas indústrias agrárias</i>	<p>“As indústrias agrárias são as principais responsáveis pela poluição em Portugal, segundo um professor ligado ao sector. Santos Oliveira (...) salienta que cerca de três quartos da poluição industrial são produzidos por unidades relacionadas com o sector agrário. (...)”</p>
29/10/92 Pág. 25	País		<i>Reguengos e Redondo têm mau saneamento</i>	<p>“As Câmaras de Reguengos de Monsaraz e do Redondo vão ser alvo de processos de contra-ordenação, pela Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente (DGQA) por não terem estações de tratamento de esgotos e lixo.</p> <p>(...)</p> <p>A mesma direcção geral levantou autos de notícia a 13 unidades de produção de suínos, localizadas no Baixo Alentejo, por não possuírem licença de descarga de águas residuais.</p> <p>As instalações em causa (...) têm em comum a característica dos seus resíduos orgânicos terem por destino o rio Guadiana (...).</p> <p>Também a fábrica de papel de Mourão foi notificada por descarregar no Guadiana cerca de 250 metros cúbicos/hora de efluentes. (...).</p> <p>A Herdade do Esporão, em Reguengos de Monsaraz, incorre igualmente em multa por não ter licença de descarga de efluentes. (...)”</p>

6/11/92 Pág. 28	País	Francisco Manta (Moura)	<i>Agricultores desafiam Cavaco Silva a ver efeitos da seca Baixo Alentejo em 'estado de sítio'</i>	<p>“O Baixo Alentejo, especialmente a margem esquerda do Guadiana, encontra-se em ‘estado de sítio’ devido a uma das mais longas estiagens dos últimos anos. Os agricultores vêm lutando contra a situação (...).</p> <p>Segundo Manuel de Brito (Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos) a cooperativa atravessa momentos difíceis pela crise que a agricultura atravessa e também pelos investimentos realizados. (...)</p> <p>Manuel de Brito focou também o grave problema das indemnizações aos agricultores que se comprometeram a não colher nada e agora se encontram numa situação que classificam de alarmante. Foram informados que em Junho a Comunidade aprovou 12 milhões de contos, mais tarde outros 20 milhões (...) e até ao momento, os agricultores continuam ‘sem receber qualquer centavo (...)’.</p> <p>‘As sementeiras já deveriam estar a decorrer e muitas ainda estão por iniciar, enquanto outras ficarão por fazer. O Governo tem de assumir a responsabilidade de tudo isto’, diz, para adiantar: ‘Se as organizações da lavoura funcionassem todas como deviam (...) tínhamos já razões para levantar um processo ao Governo por perdas e danos’. Considerando que a zona é a mais afectada pela seca e ‘paradoxalmente, a mais abandonada pelo poder’, (...) salienta que (...) se Cavaco Silva ‘não tomar uma posição clara’ os alentejanos ‘poderão tomá-la’. (...)”.</p>
7/11/92 Pág. 33	País	Marco Bambulo (Portalegre)	<i>Foi-se a água vieram as dificuldades</i>	<p>“No Maranhão ninguém consegue prever o futuro e até os milhares de turistas que anualmente visitam a região este ano chegaram e partiram, talvez para sempre.</p> <p>A albufeira do Maranhão representava desde há 30 anos o meio de subsistência da população da vila de Avis. As águas eram aproveitadas para a indústria, constituindo a grande atracção turística e o meio de sobrevivência de pescadores profissionais. Depois de um relatório apresentado pela associação dos regantes, o esvaziamento tornou-se inevitável. Contudo, surgiram ainda fortes contestações por parte da autarquia, de grupos ecologistas e do grupo parlamentar os Verdes. (...)</p> <p>As mais de 800 toneladas de peixe foram enterradas e, agora, o peixe existente, além de não atrair qualquer pescador, encontra-se impróprio para consumo. (...)”.</p>
14/11/92 Pág. 35	País	Manuel Carvalho (Évora)	<i>Polémica em Campo Maior nasce de interesses económicos e ecológicos Extracção de areia abala rio Xévoira</i>	<p>“A extracção de areias, cascalho e inertes das margens e leito do rio Xévoira, perto de Portalegre, é polémica, pelo choque de interesses económicos e ecológicos que provoca. (...)</p> <p>(...) para o autarca, a extracção de inertes deveria ser autorizada ‘desde que não mexessem na flora do rio e nas suas margens, tirando a areia e os calhaus do leito’.</p> <p>Havendo aqui um choque de interesses entre os que pretendem defender a natureza (...) e aqueles que têm interesses económicos na exploração dos inertes, num ponto há uma convergência de opiniões: a areia pode e deve ser retirada do leito. Quando à forma e locais de exploração, as duas posições nada têm em comum. Uns garantem que ‘se não tirarem a areia o assoreamento do rio provocará grandes cheias nos Invernos chuvosos’, outros que ‘a continuação dos buracos do Xévoira e a alteração das duas margens acabarão com o equilíbrio ecológico do rio’. (...)”.</p>

15/11/92 Pág. 32	País	Marco Bâmbulo (Portalegre)	<i>Quercus de Portalegre responsabiliza caçadores por extermínio de espécies</i> <i>Equilíbrio ecológico em perigo</i>	<p>“A morte indiscriminada de aves de rapina e outros predadores está a preocupar o núcleo de Portalegre da Quercus, que aponta os caçadores como principais responsáveis. (...) (...) com a eliminação dos predadores, o equilíbrio cinegético diminui, o que vai contribuir para a propagação de doenças entre as espécies (...). Os animais vitimados estão todos eles em vias de extinção (...). Todos os casos registam-se com animais protegidos pela Convenção de Berna e pela directiva das aves (...).</p>
18/11/92 Pág. 18	Sociedade	João Pedro Fonseca	<i>Alimentos naturais garantem qualidade e salvaguardam ambiente</i> <i>À espera da agricultura do futuro</i>	<p>“Diversos estudos indicam que será possível (...) que toda a agricultura seja biológica. Em Portugal, há apenas cem produtores, que cultivam entre dois a três mil hectares. (...) (...) José Amorim, da Agrobio, prevê uma forte implantação deste tipo de agricultura na Europa e em Portugal. O sinal positivo vem da polémica PAC. A PAC tem a vantagem de propor, embora de forma muito ténue, o desenvolvimento da agricultura biológica. ‘A inspiração preconizada é correcta, o problema é que a PAC é de difícil aplicação’. Prevê, inclusivamente, apoios aos investimentos no sector agrobiológico. Mas, este apoio comunitário é, segundo o dirigente da Agrobio, simbólico. (...). (...) (...). Esta actividade surgiu nos anos 60, partindo de uma dupla constatação. Por um lado, porque a agricultura tradicional, utilizando fertilizantes químicos de síntese e pesticidas, provoca o empobrecimento do solo e deteriora as matérias geológicas, e, por outro lado, porque degrada um vasto património biológico. Além de contribuir para uma rápida degradação dos recursos naturais e do ambiente, a agricultura convencional é ainda, ao poluir a água e os alimentos, uma ameaça para a saúde dos consumidores. (...).”</p>
18/11/92 Pág. 20	Sociedade	Manuela Alves	<i>Instituto Superior de Agronomia chega aos 75 anos</i> <i>Ensino obedece à PAC</i>	<p>“A sua história é paralela às voltas e revoltas das políticas agrícolas do país. (...). ‘A PAC leva-nos a questionar fortemente o ensino e a investigação que se pratica no ISA’, considerou o presidente do Conselho Directivo Francisco Rego. (...) ‘Cada docente integra já no seu ensino (...) essas condicionantes, mas os planos curriculares ainda não reflectem completamente essa realidade’ (...). As ‘novas condicionantes’ apontadas pelo prof. Francisco Rego são, além da dimensão europeia, as questões do ambiente, o processamento dos produtos florestais numa perspectiva de qualidade dos produtos transformados e a agricultura considerada como peça de desenvolvimento rural. ‘Esta última parte é extremamente importante porque o agricultor tradicional está em vias de sofrer uma grande mudança, adaptando-se aos sistemas de subsídio previstos pela PAC e encaminhando-se para a situação de agricultor a tempo parcial. Julgo que esta é uma das grandes tendências da nossa agricultura’, acentuou. Por outro lado ‘(...) apenas um pequeno contingente poderá subsistir como agricultores competitivos’. ‘O ISA vai ter que dedicar cada vez mais espaço e tempo às questões da sociologia rural numa perspectiva de aproveitamento extensivo do espaço (por aqui passam as questões de ordenamento do território) e vai ter que dar também um peso enorme às questões ambientais e a uma utilização mais diversificada do espaço rural’, prosseguiu o presidente do Conselho Directivo do ISA. (...).”</p>

3/12/92 Pág. 35	País	Marco Bambulo (Portalegr e)	<i>Esvaziamento de Barragem no Alvito mata toneladas de peixe Desastre ecológico</i>	<p>“A barragem dos Patos, no concelho de Alvito é uma albufeira particular, (...). Foi esvaziada com o propósito de nela se efectuarem obras de construção (...). (...). O esvaziamento veio revelar que o número de peixes era superior ao que era suposto. (...). Dezenas de toneladas de peixe morto encontram-se agora a flutuar na pouca água que existe (...).”</p>
7/12/92 Pág. 8	Negócios	Luís Naves	<i>Avanço da PAC dá subsídios</i>	<p>“As propostas de reforma da PAC começaram a introduzir conceitos ambientais em meados de 1985. No entanto, foi no final da presidência portuguesa da Comunidade Europeia, em Junho que o ambiente passou a constituir uma área fundamental da reforma agrícola.</p> <p>(...) a nova PAC propõe diversos mecanismos para diminuir o impacte ambiental da agricultura europeia. O documento aprovado pelos doze favorece o uso de práticas que reduzam a poluição na actividade agrícola: extensificação das unidades produtivas – nomeadamente criação de gado -, protecção de zonas abandonadas pela agricultura ou ocupadas por matas, o set-aside a longo prazo... todas estas medidas tinham dois objectivos, um referido pelas autoridades comunitárias e o outro não tão confessado mas talvez decisivo. O primeiro motivo, a consciência ambiental mais forte por parte dos governos, deriva da pressão da opinião pública, cada vez mais preocupada com os aspectos da qualidade de vida e da protecção dos recursos naturais.</p> <p>A segunda razão (...) relaciona-se com o grande problema da PAC, o excesso de produção e o custo (...) incomportável dos subsídios aos produtores. Para mais, a conclusão do GATT implicará a redução de subsídios à exportação de produtos agrícolas alimentares. (...).</p> <p>Os subsídios da PAC tiveram, ao longo dos anos, alguns efeitos perversos, na medida em que alimentaram um crescimento do uso de pesticidas e fertilizantes por parte dos agricultores que podiam produzir maiores quantidades sem o risco de não terem mercado para venda. A comissão constata, num relatório de Agosto de 1988 que as práticas intensivas eram a principal causa do desaparecimento de inúmeras espécies animais e vegetais (...).</p> <p>Mais grave ainda, a qualidade das águas estava também a ser afectada pela agricultura intensiva, devido ao uso excessivo de produtos químicos e matérias orgânicas. (...).</p> <p>A pressão dos subsídios (...) levava a que os solos registassem elevados índices de poluição, com conseqüente erosão e perda de riqueza potencial. (...).</p> <p>À redução da produção agrária, obtida com o set-aside (...) junta-se agora o pagamento de novas práticas agrícolas, menos produtivas a curto prazo.</p> <p>O dinheiro que a Comunidade vai investir em programas virados para aspectos ambientais muda a forma como a actividade primária continuará a ser subsidiada. Para muitos agricultores (...) a defesa do ambiente rural poderá mesmo ser a última esperança de sobrevivência económica.”</p>
24/12/92 Pág. 24	País	António Veladas (Évora)	<i>Alentejo sem gente torna o convívio mais pobre</i>	<p>“O Natal alentejano está a mudar. A desertificação que se regista na região é uma das causas principais para as alterações das tradições natalícias. Os camponeses, que antes da reforma agrária, davam vida aos milhares de montes e herdades, são hoje em número reduzido, daí que a quadra natalícia seja bem diferente. Perdeu-se o convívio dos madeiros a arder nos montes com a família reunida e transferiu-se a tradição para aldeias e vilas, onde a família e amigos se encontram nos lares. (...).”</p>

<i>Diário de Notícias</i>	Rubrica	Locutor-Reportador	Título	Resumo
5/1/93 Pág. 26	País	AV	<i>Miséria grassa em Beja</i>	<p>“A seca de 1992 destruiu as colheitas e secou os bolsos nos camponeses no distrito de Beja. (...) De momento são conhecidos alguns casos em que as famílias são obrigadas a comer das esmolas em dinheiro que conseguem arranjar mais ou menos em sigilo. O POC (...) tem sido, nos últimos tempos, responsável pela resolução precária do desemprego (...). Porém segundo as juntas de freguesia (...) tem sido insuficiente (...) tem sido utilizado um sistema de rotação que permite a cada chefe de família trabalhar três meses, no total de sete de duração do programa. O ano passado a situação agravou-se com os efeitos da seca e o trabalho sazonal da azeitona, podas e cereais diminuiu drasticamente, lançando a fome em inúmeras famílias. (...)”.</p>
5/1/93 Pág. 26	País	António Veladas (Évora)	<i>Desertificação no Guadiana</i>	<p>“(...) (...) A margem esquerda do Guadiana em ambos os países caracteriza-se por crescente degradação ambiental e subsequente desaproveitamento da água potável. A este facto não é alheio o atraso económico, a falta de investimento. (...)”.</p>
8/1/93 Pág. 26	País		<i>CNA promove jornada em defesa do meio rural</i>	<p>“Sensibilizar a população urbana e a opinião pública’ para os problemas do meio rural é um dos principais objectivos da grande iniciativa que a CNA vai promover (...). A jornada visa também (...) ‘reclamar dos órgãos de soberania medidas tendentes à defesa e desenvolvimento da agricultura e do mundo rural portugueses’. O sector precisa aliás de um ‘plano nacional de emergência’, capaz de assumir ‘intervenções especiais’ (...) (que) será exigido durante esta acção que culminará com uma concentração em Lisboa, onde os participantes alertarão para a decadência da actividade agrícola, cujas consequências não atingem apenas os seus trabalhadores, afirma (...) a CNA. Os dirigentes desta organização consideram por outro lado que o orçamento de Estado para 1993 ‘não dá resposta à crise do sector’, impondo-se, entretanto, que o Governo português, no âmbito do Orçamento da CE, exija o aumento da verba (...) prevista nas transferências para os custos da nova PAC. Para esta iniciativa de âmbito nacional, (...) vai convidar organizações e entidades ligadas aos meios rurais, autarquias, Igreja, empresariais, sindicais, ecológicas, culturais e recreativas”.</p>
9/1/93 Pág. 23	País	António Veladas (Évora)	<i>Há fome na região do Guadiana</i>	<p>“A fome chegou à margem esquerda do Guadiana e está a afectar inúmeras famílias (...). O desemprego motivado pela seca subiu em fecho em 1992 e ameaça agravar-se este ano. (...). (...) As situações de fome são muitas, especialmente nas freguesias rurais de Moura e Barrancos, onde o trabalho</p>
			<i>Nota: tem chamada de 1ª página, com foto a cores</i>	

				<p>sazonal é o sustento para a totalidade dos agregados familiares.</p> <p>Sobral da Adiça (...) é o caso mais preocupante da região. A fome existe, está 'encapotada' e só é visível quando os necessitados se libertam da vergonha e do orgulho, e solicitam ajuda humanitária da Cruz Vermelha. (esta) tem sido nos últimos três anos 'luz da esperança' para algumas famílias, distribuindo arroz, sal, azeite, massa, carne enlatada, etc. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Barrancos (...) é uma das zonas mais afectadas pela seca. A falta de emprego foi a primeira consequência da seca, mas os casos de miséria estão camuflados pela autarquia e segurança social.</p> <p>A Câmara de Barrancos é o maior empregador do concelho (...) proporciona trabalho durante seis meses (...) que desta forma permite o acesso ao fundo de desemprego. (...).</p> <p>Segundo a mesma fonte, os casos de fome que se vivem no concelho são provocados pela 'má gestão familiar dos dinheiros que conseguem com o seu trabalho', no entanto, a Segurança Social dá donativos às famílias e as crianças vão comer ao lar de idosos.</p> <p>Na margem esquerda (...) a apanha de azeitona (...) é para muitas famílias o único meio de obter dinheiro para todo o ano.</p> <p>(...)</p> <p>José Antelmo, gerente da Caixa de Crédito Agrícola de Moura referiu (...) que nos últimos anos a situação de endividamento dos agricultores tem aumentado. Situação que permitiria a esta instituição ser proprietária da região. No entanto, segundo José Antelmo, 'a caixa está a dar facilidades, permitindo ao agricultor uma maior flexibilidade nos pagamentos'.</p> <p>A falta de água (...) obrigou à diminuição dos efectivos bovinos (...). Manuel Brito, presidente da CAMB e produtor de gado continua a ser um dos mais críticos da actuação do Governo. 'O Alentejo está à venda', porque os proprietários das herdades estão a vender 'ao preço da chuva os terrenos', afirma. A solução, na opinião do produtor, está 'na coragem do Governo para tirar da terra quem está a mais' criando aos excedentes condições de vida noutra área.</p> <p>Os produtores de gado estão preocupados com a concorrência dos parceiros comunitários e dizem-se ameaçados de extinção. (...)"</p>
10/1/93 pág. 6	Opinião	Martinho de castro	<i>Atenção ao Alentejo</i>	<p>"Em casos de seca ou de outras partidas para a terra e os que a trabalham criam-se de imediato bolsas de fome em certas zonas rurais, sobretudo no Alentejo, devido à sua especificidade (...). Isto significa que na interioridade existe ainda um longo caminho a percorrer até à remoção da precariedades de toda desajustadas da racionalidade comunitária. De momento ressalta o que se passa na margem esquerda (...): como a agricultura e a pecuária são os principais pólos de emprego, a falta de pluviosidade reduziu a metade os postos de trabalho.</p> <p>Aliás, carências de todo o género tornaram-se atávicas, a ponto de a Cruz Vermelha ter habituado os habitantes mais necessitados a uma ajuda em Dezembro e Janeiro.</p> <p>(...)</p> <p>Desertificação humana, descapitalização, dívidas, herdades</p>

				<p>vendidas ao desbarato, mal-estar gerado pela concorrência com os parceiros da CE e comerciantes perante o espectro da falência, eis aspectos de uma degradação a que urge pôr termo.</p> <p>(...) em depressões destas a caridade assume configurações inaceitáveis. Porque o que as pessoas querem é planos voltados para o desenvolvimento, de que tanto se fala. Ver efectivamente respeitada a sua dignidade, individual e profissional.”</p>
14/1/93 Pág. 15	Cultura (supl.)	António Carlos Silva	<i>Senhora da Cola (Ourique) Sugestão para uma paragem no tempo</i>	<p>“(...) o santuário da Senhora da Cola assinala, ainda hoje, um daqueles lugares especiais onde o tempo parece ganhar uma outra dimensão, e onde vale a pena, mesmo por breves instantes, fugir à rotina de uma longa viagem.</p> <p>Para uma certa mentalidade suburbana, o que parece haver de melhor no Alentejo é ‘a estrada para o Algarve’. Felizmente, tal ponto de vista está cada vez mais fora de moda face à redescoberta de coevos valores paisagísticos e culturais que, em contrapartida, vão rareando noutras regiões. (...).</p> <p>A meia dúzia de quilómetros da estrada nacional, após a travessia de uma paisagem algo acidentada e desnudada que prenuncia já a serra algarvia, deixando para trás minúsculos e despovoados montes, o caminho interrompe-se junto a um conjunto arquitectónico típico dos velhos lugares de culto alentejanos: o santuário da Senhora da Cola. (...). É certo que a pureza arquitectónica do conjunto foi recentemente adulterada pela construção de um alpendre em betão (...). Apesar de tudo, o caso da Senhora da Cola não será dos mais graves, e não é suficiente para distrair o visitante do soberbo, ainda que agreste, panorama que se avista em redor. Paisagem à primeira vista desumanizada, dominada pela esteva (e ameaçada já por alguma mancha eucaliptica), mas que, a um olhar mais atento, não esconde os sinais de fortes vivências cujas memórias é possível encontrar a cada passo.</p> <p>Os montes estão desabitados ou abrigam casais velhos à espera de uma morte próxima e já anunciada mas reflectem ainda modos ancestrais de exploração da terra madrastra.</p> <p>O rio Mira, que no vale próximo quase já não leva água, terá sido em tempos o fulcro da actividade agrícolas desta região. (...).</p> <p>E apesar de tudo, esta é uma terra prenhe de história. (...)”.</p>
14/1/93 Pág. 7	Negócios (Supl.)	SV	<i>Agricultores em alto risco</i>	<p>“José Moreira da Silva, presidente da AJAP (...) ameaça lançar um partido político (para) que existem espaços políticos de capazes de defender os interesses dos agricultores’.</p> <p>(...)</p> <p>‘(...) Porém, o surgimento da PAC veio alterar todas as boas intenções. Se é verdade que não somos contra uma PAC, aquela que existia já tinha mais de trinta anos e estava desajustada, o certo é que a reformulação proposta por Mac Shary merece a nossa discordância.</p> <p>Não compreendemos que sejam aceites limitações à produção própria de um país como o nosso, dependente em cerca de 50 por cento do exterior, em termos de bens agrícolas; por outro lado, o facto da estrutura da nossa agricultura, fortemente parcelada, não poder comportar os ‘convites’ que a legislação apresenta para cessação do cultivo de terras, numa percentagem mínima de 15 por cento de cada parcela.’</p>

				<p>(...)</p> <p>'Estão recenseados no país cerca de 650 mil agricultores, dos quais cerca de 60 mil deverão ser jovens. (...). Não faz sentido continuar a chamar jovens para a agricultura quando não se prepara a retirada, com dignidade, dos agricultores com mais idade.'</p> <p>(...)</p> <p>'Defendemos que os agricultores, através das suas estruturas, lancem uma 'cadeia nacional para a promoção de produtos típicos agrícolas', destinada a comercializar a produção no País e no estrangeiro.</p> <p>(...)</p> <p>A nossa posição pode ser resumida assim: ou se abrem espaços políticos próprios para os agricultores apresentarem e debaterem os seus assuntos, (...), ou então ninguém poderá impedir o aparecimento de uma força política nova, com um espaço que ronda os 17 por cento da população portuguesa.</p> <p>(...)"</p>
16/1/93 pág. 23	País		<p><i>Populações dos campos cada vez mais seduzidas pelo 'canto das sereias' urbanas</i></p> <p><i>O nosso mundo rural está a definhir</i></p>	<p>"A população dos concelhos do interior diminui constantemente, em Portugal.</p> <p>No entanto, consta de um extenso relatório apresentado por António Pinto (director-geral do gabinete de estudos e planeamento da Administração do Território) no encontro da FIL (que) as pessoas vão abandonando progressivamente os campos, mas em número apreciável não fogem para as cidades.</p> <p>Contentam-se, em muitos casos, a ficar em sedes de concelho, perto das suas anteriores terras, mas dotadas de melhores equipamentos.</p> <p>(...)</p> <p>Três áreas particularmente críticas: Alentejo (com excepção das capitais de distrito, da zona dos mármore e da área Sines/Santiago do Cacém), onde a população decresceu mais de 40 por cento desde 1960 (...).</p> <p>(...)</p> <p>Na sessão de abertura, o ministro da agricultura, Arlindo Cunha, (...) enquadrou a problemática do mundo rural no seio das políticas integradas consideradas imprescindíveis para enfrentar todas as dificuldades, mas alertou ser não menos importante olhar para as políticas sectoriais.</p> <p>Focou alguns domínios a que se trata de acorrer: formação profissional, caminhos rurais, áreas florestais. (...).</p> <p>(...)"</p>
18/1/93 Pág. 9	Opinião	Carlos de Almeida Sampaio	<i>À volta da lei da caça</i>	<p>"(...)</p> <p>Primeiro, o vector económico. A propriedade rústica em Portugal e, em particular, a exploração empresarial e empenhada dessa propriedade dispõem hoje de recursos escassos, de fracas oportunidades de mercado e são ainda objecto de penalização que resultou da conjugação de efeitos de anos de errada orientação agrícola, a que se sucedeu o processo da reforma agrária. A exploração cinegética é um meio de levar algum rendimento adicional a uma parcela importante do nosso tecido económico e de minorar a dependência do contribuinte.</p> <p>(...)</p> <p>Segundo, a caça traz, para regiões com escolhas complexas, em termos de actividade económica dominante, num futuro próximo, um complemento do turismo, da hotelaria, da</p>

				<p>restauração e da produção regional alimentar. É possível, com o empenhamento das autarquias e associações locais e regionais de empresários e comerciantes, encontrar uma complementaridade que beneficia a todos, cria postos de trabalho e gera oportunidades de negócio.</p> <p>Terceiro, as medidas que actualmente a lei impõe, de repovoamento cinegético, beneficiam o reaparecimento de espécies em franco declínio, preservam habitats naturais e, ao contrário, do que se diz, não inviabilizam os predadores. Mas, se ninguém contesta o direito do pastor matar o lobo que ameaça o rebanho, não vejo razão para o escândalo, quando se caça a raposa que destrói as poucas perdizes que 14 anos de libertinagem cinegética deixaram com vida.</p> <p>Nos países com mais sólida formação democrática, o exercício privado da caça constitui um acto normal de gestão eficiente dos recursos disponíveis. (...). O Estado e, em seu nome, o Governo e os Tribunais têm a responsabilidade de fazer cumprir a Lei e de salvaguardar recursos que revertem, quando devidamente utilizados, em benefício da economia portuguesa. (...)"</p>
2/2/93 Pág. 29	País	António Veladas (Évora)	<i>Seca ameaça Évora</i>	<p>"(...)</p> <p>As barragens do Divor e Vigia não irão regar os campos porque as autarquias monopolizaram as reservas dessas albufeiras para fazer frente à seca.</p> <p>(...)</p> <p>Este factor (baixo caudal) provocou já uma diminuição da qualidade da água para consumo, devido à intensificação do seu tratamento químico."</p>
3/2/93 Pág. 3	Negócios	Luís Naves	<i>A CAP e o vírus da tristeza</i>	<p>"A produção agrícola nacional enfrenta dificuldades de escoamento para os mercados comunitários (...) foi um dos aspectos (...) denunciados pela CAP num encontro com o primeiro-ministro.</p> <p>(...)</p> <p>Segundo a CAP, os custos da produção agrícola encontram-se a um nível excessivo. Por outro lado, agravaram-se os efeitos da seca. 'Há muito que se devia ter avançado com as barragens que faltam', afirmou Rosado Fernandes que defendeu maior investimento em água. (...)".</p>
4/2/93 Pág. 20	Sociedade		<i>O fascínio da cidade</i>	<p>"Um milhão de portugueses trocará os campos pelas vilas e cidades nos próximos 20 anos. A confirmar-se este fluxo populacional será o fim do Portugal 'profundo' das aldeias e lugarejos onde mergulham as raízes da nossa identidade natural e onde habita ainda um terço da população portuguesa.</p> <p>(...)</p> <p>o fenómeno está associado à progressiva desvalorização da agricultura, tanto mais que segundo dados oficiais, este sector perdeu 30 mil postos de trabalho por ano, desde 1985.</p> <p>A reforma da PAC, diminuindo o protecçãoismo aos preços, instituindo o pousio obrigatório, e, protegendo os rendimentos veio introduzir novas limitações à agricultura portuguesa. Estudos do Ministério do Planeamento advertem que, nas áreas onde for aumentada a mecanização, estarão criadas novas pressões de migração das áreas rurais".</p>
7/2/93	Sociedade	Luís Santos	<i>Bispos exigem</i>	"A seca prolongada 'veio agravar a situação da agricultura

Pág. 20			<i>soluções</i>	<p>alentejana e algarvia, já atingida pelos efeitos negativos das falsas ou inexistentes reformas e políticas agrárias, de há uns anos para cá. A afirmação é dos bispos da província eclesiástica de Évora e consta de uma carta pastoral (...) sobre o drama da seca e da desertificação.</p> <p>É neste clima de desespero que o povo do Alentejo e Algarve vive. O seu futuro está em risco, não só pela seca e desertificação, mas também 'pela concorrência internacional, no contexto da nossa integração na União Europeia', salientam os bispos.</p> <p>(...) (tomam-se) 'necessárias ajudas para a superação da crise, que atinge pessoas, famílias e empresas (...)'. (...)</p> <p>'É urgente, refere a carta pastoral, 'uma autêntica política de solos e de águas e da sua exploração, de forma a sustentar a tempo os investimentos errados e a promover eficazmente os que mais convêm à necessária reconversão das actividades ligadas à terra.</p> <p>O alerta está dado, mas a reconversão pressupõe não só fortes apoios técnicos e financeiros mas também, e sobretudo, 'mudanças' de mentalidade e hábitos, que não são facilmente de esperar de agricultores e trabalhadores agrícolas ancestralmente fixados em determinadas maneiras de pensar e trabalhar a terra.</p> <p>Tal dificuldade vê-se agravada com a proveta idade da população rural e com a fuga das gerações novas de uma área profissional sem futuro, concluem os bispos (...)".</p>
8/2/93 pág. 2	Economia	Luís naves	<i>A beira mar desertificado</i>	<p>"Estamos ao nível da Turquia", afirma Manuel Rebocho, referindo-se ao produto per capita no Alentejo. Presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Beja, afirma que (...): 'A agricultura alentejana perdeu nos últimos quatro ou cinco anos, mais de cem milhões de contos. (...)".</p> <p>Para os produtores, a base da crise na agricultura portuguesa, que o exemplo alentejano ilustra de forma dramática, assenta na seca, na PAC e nos altos custos de produção, nomeadamente as taxas de juro.</p> <p>Nenhum destes factores, de forma isolada, explica o desanimo dos intervenientes, a queda dos preços ao produtor e a desertificação do Sul do país, esta última não apenas dos solos, mas também humana. (...).</p> <p>(...). Para este dirigente (Carpinteiro Albino, CAP), os efeitos da reforma da PAC são extremamente negativos, pois a agricultura nacional era deficitária 'não tendo lógica que viéssemos a ser penalizados nos mesmos termos que os nossos parceiros comunitários".</p> <p>Na opinião de Carpinteiro Albino, Portugal está a ficar 'dependente, porque quanto menos se produzir mais importações se fazem'. A reforma da PAC alterou a forma de subsidiar os produtores, tendo em mente acabar com os excedentes agrícolas, que infernizaram as finanças comunitárias. O efeito perverso da reforma traduziu-se num convite ao desinvestimento e numa compensação à quebra da eficiência económica.</p> <p>O cálculo do subsídio, baseado na área cultivada, independentemente da produção por hectare, levou, por exemplo, a que os agricultores tentem poupar em custos de produção, com reflexos na qualidade e quantidades finais. Outra razão para o fenómeno deriva dos problemas financeiros da maioria das explorações agrícolas, fruto da</p>

				<p>queda dos preços ao produtor e do aumento dos custos. O caso das sementes certificadas é eloquente.</p> <p>(...). 'Não existem, na agricultura, grandes incentivos para aumentar a produção', conclui Joaquim Sampaio (da Associação de Produtores e Comerciantes de Sementes).</p> <p>(...)</p> <p>O recurso à protecção ambiental subsidiada, segundo o dirigente da CAP, não foi ainda introduzido em parte nenhuma da comunidade. 'Querem transformar os agricultores em jardineiros da natureza e vamos todos para o campo fazer jardinagem', ironiza Carpinteiro Albino. Em relação às reformas antecipadas, afirma que o subsídio ainda não está regulamentado.</p> <p>(...)</p> <p>'As camadas freáticas desceram, nesta região, cerca de 30 metros', afirma Manuel Rebocho, que lamenta a subnutrição dos rebanhos e o 'desânimo total' dos agricultores. (...)"</p>
8/2/93 Pág. 3	Economia	Carla Aguiar	<i>Jovens agricultores: o sonho morreu novo</i>	<p>"Para oito mil jovens agricultores portugueses, o futuro prometido morreu de repente. A anterior PAC incentivou e financiou o regresso à terra dos jovens, em regime de produção intensiva. Poucos anos depois, uma nova PAC, que, por ironia do destino seria negociada por Portugal, alterava as regras do jogo, empunhando a redução da produção como palavra de ordem.</p> <p>Entre Setembro de 1986 e Maio de 1992 foram mais de oito mil os jovens que apostaram tudo o que tinham e não tinham para embarcarem no sonho da prosperidade da agricultura portuguesa.</p> <p>Bem mandados, os portugueses foram dos que melhor responderam ao apelo do regresso às raízes. Investiram cerca de 77 milhões de contos, fundamentalmente nos sectores da floricultura, horticultura e bovinos leiteiros (...). Os dinheiros que chegaram da CE vieram a revelar-se (...) um presente envenenado, pois, como dizem os agricultores, 'ninguém esperava que a reforma da PAC chegasse tão depressa'.</p> <p>Os investimentos feitos em agricultura intensiva deixaram de fazer sentido. Quem investiu para produzir mais e melhor começa agora a ser pago para produzir menos. (...)"</p>
9/2/93 Pág. 2	Negócios		<i>Agricultura à beira do abismo</i>	<p>"A CNA vai apresentar um plano nacional de emergência para o sector agrícola, que atravessa actualmente uma situação dramática.</p> <p>(....)E a situação de seca atinge de forma dramática não apenas o Alentejo como também Beira-interior, Trás-os-Montes e Ribatejo sul.</p> <p>João Dins (dirigente da CNA) alerta ainda para outro problema resultante da seca (...), a do perigo dos incêndios florestais (...).</p> <p>O diagnóstico da situação actual na zona sul do país, segundo a ACOS é preocupante: gado faminto, as poucas sementeiras comprometidas, leitões secos onde há algum tempo existiam ribeiros, barragens e charcas contaminadas com água putrefacta com fundos enxutos, lençóis subterrâneos esgotados, ameaças graves quanto à possibilidade de garantir o mínimo de água potável para abastecimento das populações e azinheiras a morrer de uma misteriosa doença que alguns entendem ser 'apenas sede'.</p>

				Para esta associação, 'a seca ronda o sul do país como uma alma penada', e o Alentejo já conhece este drama pelo menos há dois anos consecutivos. (...)”.
13/2/93 Pág. 29	País	Manuel Carvalho (Elvas)	<i>As virtudes do porco preto</i>	“(…) Reunindo industriais de salsicharia e hotelaria, a Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre pretendeu chamar a atenção para o papel desta carne na gastronomia e na dieta alimentar. (…) A associação pretende valorizar o que se produz nas explorações e empresas agrícolas da região, tendo sempre em vista que a solução passa por arranjar mercados para escoar esses produtos. (…) (…) para (Mata Cáceres, presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre) ‘os agricultores têm de ajudar a decisão do consumidor’, pois não pode acontecer que ‘se valorize a sanidade dos animais produzidos na região’, ao mesmo tempo que o mercado está inundado de carne originária de zonas onde o controlo sanitário não é tão eficaz. Ao som do Grupo Folclórico e Cultural da Boavista (Portalegre) esta festa da matança do porco alentejano foi encerrada com os presentes a saborearem vários pratos que esta carne permite confeccionar. (...)”.
16/2/93 Pág. 28	País	J.Rodrigues da Silva	<i>Alandroal contra isolamento</i>	“O Alandroal é um concelho pobre, mas nem por isso esquece as realizações de âmbito cultural. Assim, estão a viver-se naquela vila (...) tradições já antigas, como a matança do porco, para mostrar à gente nova como se vivia há umas décadas atrás (...) e cresce o interesse pela animação das festas locais. Enquanto isso, procede-se à revitalização de uma banda de música, faculta-se aprendizagem de acordeão, viola, piano e órgão e prossegue o curso de conservação do património cultural, destinado a formar técnicos de arqueologia. O artesanato é outro dos sectores apoiados ao nível autárquico. Nomeadamente, os trabalhos em madeira, para mobiliário ou adorno, e a confecção de mantas, que ‘são peças únicas’. (...) estuda-se a criação de uma associação destinada a defender e valorizar os artesãos, de modo a valorizar a sua técnica e a arranjar-lhes mercados no exterior. ‘Esta é também uma questão cultural, porque há coisas que são típicas do Alandroal e que correm o risco de se perder’. (...)”.
18/2/93 Pág. 16	Sociedade		<i>Dados pré-definitivos do Censo 91 revelam estagnação da população Alentejo em vias de 'extinção'</i>	“(…) O Alentejo bate o recorde no que toca à redução da população. Entre 1981 e 1991, a população residente no Alentejo diminuiu cerca de seis por cento, com especial incidência no sexo masculino (...)”.
20/2/93 Pág. 4	Política	Eva Cabral	<i>'A revolução surda' na agricultura</i>	“Durante séculos, a agricultura portuguesa esteve como que congelada com opções e modelos culturais que pareciam desembocar directamente da era medieval, não fosse a excepção feita pela utilização dos agro-químicos. Por isso, enquanto os agricultores europeus (...) preocupavam com (...) excedentes agrícolas, Portugal continuava particularmente dependente das importações para equilibrar a sua balança alimentar, sistematicamente deficitária em muitos produtos. Com a integração (...) a nossa agricultura fez um esforço

				<p>de adaptação, bem patente nos investimentos (...). O ministério da Agricultura estima assim em 900 milhões de contos o total dos investimentos (nacionais e comunitários). Em muitos sectores, a modernização da agricultura é já uma evidência, com empresas a serem exploradas com critérios de rentabilidade e modelos de gestão perfeitamente iguais aos dos países desenvolvidos (hortícolas, frutícolas e unidades pecuárias).</p> <p>Hoje, com a reforma da PAC já em marcha, a palavra competitividade ganha cada vez mais significado, já que será sempre ao mercado que o agricultor irá buscar a rentabilidade que assegure a viabilidade da sua exploração. No entanto, em Portugal o optimismo é hoje reduzido, já que às dificuldades da própria PAC se adicionaram três anos agrícolas muito maus.</p> <p>Esta modernização teve naturalmente consequências ao nível do emprego, já que a questão da mão-de-obra sempre foi um dos calcanhares de Aquiles do sector. É que se nos últimos anos se registou uma redução da população activa directamente dependente da agricultura, o certo é que os números portugueses estão muito longe dos seus parceiros comunitários.</p> <p>(...)</p> <p>Mas se qualidade, produtividade e rentabilidade são os vectores desta 'revolução surda' que se processa na agricultura, em matéria alimentar nem tudo pode desembocar no primado do mercado.</p> <p>Precisamente por isso, existe quem defenda a ideia da necessidade de uma reserva agrícola estratégica, que garanta que não se comprometa a independência alimentar do país. É que nos História existem exemplos de grandes mercados que subitamente podem ser perturbados por guerras ou calamidades naturais.</p>
22/2/94 Pág. 22	País		<i>Caçadores de javalis aderem às montarias</i>	<p>"As montarias ao javali no Alentejo estão em expansão em toda a região. A primeira organizada pelo Clube de Caçadores de Arraiolos (...) reuniu 80 monteiros (caçadores) e centenas de entusiastas.</p> <p>(...)</p> <p>O Alentejo está a despertar para o turismo rural, cultural, histórico e cinegético. A RTE já se apercebeu e não pára as acções de divulgação das potencialidades alentejanas no mercado português e comunitário. (...)"</p>
25/2/93 Pág. 28	País	Humberto Vasconcelos	<i>Opinião maioritária dos turistas sobre a costa vicentina e sudoeste alentejano Não lhe mexam, conservem-na!</i>	<p>(...)</p> <p>(Segundo o inquérito encomendado pelo Serviço Nacional de Parques Reservas e Conservação da natureza) a população frequentadora das praias da APPCVSA privilegia a conservação do ambiente actual com melhorias pontuais que permitam a sua optimização em termos de exploração plena das potencialidades existentes. Parece estar afastada das opiniões dos utentes a ideia da transformação radical da paisagem actual com vista à criação de um ambiente turístico massificado e tradicional.</p> <p>(...)</p> <p>(Na análise das motivações de visita) A beleza natural da zona é o maior factor determinante da opção (74,1). A qualidade e beleza das praias foi a segunda razão (67,0), logo seguida da tranquilidade que o local proporciona (64,5) e do facto de se tratar de uma zona não poluída (57,5). As razões apontadas coincidem com algumas das características que fazem da zona uma área protegida, o</p>

				<p>que constitui um bom indicador da aceitação do estatuto da zona, bem como das medidas proteccionistas que para ele foram determinadas.</p> <p>As razões de ordem económica foram assinaladas com menos frequência, (...) o facto da zona proporcionar férias baratas foi apenas referido em 26,5 por cento dos casos. A curiosidade de conhecer a região influenciou 29 por cento dos inquiridos.</p> <p>(...)</p> <p>No total dos inquiridos, a noção que mais ressaltou foi a de as áreas protegidas (AP) 'serem um instrumento de protecção do ambiente em geral, da fauna, da flora e, em particular da paisagem'. Mas as AP são vistas também como um procedimento com carácter constrangedor, mesmo inibidor. Elas aparecem como um obstáculo à construção e ao desenvolvimento turístico em geral, como reguladoras dos comportamentos fora das regras e inibidoras de afluxo populacional.</p> <p>Uma outra componente, a menos marcada das respostas dos entrevistados, revela que eles olham para a existência das AP como mecanismos de garantia de bem-estar, pois 'são reservas para a saúde do homem, que vive num mundo cada vez mais poluído, e são a oportunidade de um turismo de qualidade'.</p> <p>De um modo geral, as opiniões sobre as AP são extremamente favoráveis, pois 95,2 por cento dos entrevistados (deram) o seu acordo quanto à sua existência. Afirmam que é necessário proteger a natureza (...).</p> <p>(...)</p> <p>A maioria dos inquiridos defendeu que a gestão das áreas protegidas deveria ser da responsabilidade de mais do que uma entidade, sendo essa gestão repartida essencialmente entre o SNPRCN e as autarquias. Quanto aos aspectos que os turistas mais gostaram salientaram a qualidade das praias, a pouca poluição da área, a paisagem, o acolhimento das populações residentes, a sensação de tranquilidade, e ainda a reduzida actividade industrial-turística, o baixo fluxo de visitantes e o pouco custo económico da estada.</p> <p>Quanto aos aspectos que menos gostaram, podem ser agrupados nas seguintes áreas: o acréscimo de sinais de desenvolvimento; a poluição, que se está a tornar mais visível, as infra-estruturas inadequadas, as mentalidades e comportamento desajustados e a falta de assistência aos turistas.</p> <p>(...)</p> <p>As sugestões dadas (pelos inquiridos) privilegiam a tendência para a manutenção das características actuais da zona ('deixar como está') face a propostas 'mais desenvolvimentistas'. (...) as propostas não vão tanto para a criação de estruturas habitualmente ligadas a zonas turísticas (...), mas preferenciam a criação de infra-estruturas, de segurança e assistência.</p>
27/2/93 Pág. 28	País	J. Rodrigues da Silva	<i>Assim se vê o declínio de uma UCP</i>	<p>"Os bens da Cooperativa 1º de Maio foram a leilão, depois de terem sido penhorados, para amortizar uma dívida do Estado de cerca de 162 mil contos.</p> <p>A cooperativa, com sede instalada em Avis, foi uma das primeiras unidades colectivas de produção a arrancar no Alto Alentejo, tomando-se símbolo da reforma agrária alentejana. Nos anos 80 atingiu o seu pico máximo, dando emprego sazonal a mais de 600 trabalhadores e garantindo</p>

				<p>salários permanentes a cerca de 300 pessoas. Devido a problemas financeiros em 1991 deixou de funcionar como cooperativa. Tinha, na altura, 130 trabalhadores, agora quase todos a viver do subsídio de desemprego. Mas foi a partir de 1984 que começaram as maiores dificuldades, começando a haver salários em atraso.</p> <p>(...)</p> <p>A cooperativa (...) não pautou a sua actividade por simples parâmetros agrícolas e económicos, visando a cultura de cereais, a criação de gado e o emprego de elevado número de trabalhadores. (...). Por isso não é de estranhar que tenha mantido em funcionamento creches com capacidade para centenas de crianças, ao mesmo tempo que servia refeições diárias a dezenas de idosos, incapacitados para o trabalho agrícola.</p> <p>(...)</p> <p>Presentemente, olhando para o que se fez na região e para o que está a ser feito, os moradores dizem á boca cheia que a produção agrícola decaiu notoriamente naqueles terrenos. Concretamente, afirma-se em Avis que a entrega das reservas aos antigos proprietários não trouxe qualquer melhoria da situação 'antes a degradou, como todo a gente pode verificar'.</p> <p>(...)</p> <p>'As terras voltaram, como antes do 25 de Abril, ao estado de abandono. As pessoas encontram-se no desemprego e o Governo parece estar muito tranquilo com a situação que criou''.</p> <p>Nota: a origem das citações não está identificada, a não ser num tom vago de "pelo que nos disseram no local" que surge noutra passagem.</p>
27/2/93 Pág. 2	Negócios	Luis Naves	<p><i>Alqueva agradece</i></p> <p><i>Nota: na chamada da capa, o Título é "Um oásis no Alentejo"</i></p>	<p>"(...) A zona que se encontra em desertificação social acelerada, ganhou um oásis que vai custar 295 milhões de contos, formando uma área irrigada com pelo menos 110 mil hectares.</p> <p>A obra avançará se a Comunidade Europeia comparticipar neste projecto, que se arrastou durante trinta anos. (...)</p> <p>A visita do primeiro-ministro ao Alqueva era aguardada na região com uma expectativa invulgar. A manhã fria não afastou centenas de populares, que rodearam de imediato a comitiva e a transformaram numa alegre romaria.</p> <p>De súbito, aparentando um imprevisto e com a barragem incompleta ao fundo, Cavaco Silva fez o anúncio da conclusão do Alqueva e a multidão rebentou num aplauso.</p> <p>(...).</p> <p>O projecto, em termos meramente económicos e financeiros, não será rentável, mas três outras razões levaram à opção do Governo. A desertificação do Alentejo exige a irrigação da maior área agrícola possível, os desequilíbrios regionais ameaçam transformar a área num deserto em termos sociais e ainda, segundo Cavaco Silva, 'O país precisa de uma reserva estratégica de água'.</p> <p>(...)</p> <p>Por ironia, a freguesia de Alqueva, a poucos quilómetros da barragem incompleta, não tem água e o seu abastecimento é garantido pelos bombeiros. Não era assim absurdo o grito espontâneo de um popular, no final do curto discurso de Cavaco Silva: 'Obrigado, senhor presidente. Alqueva agradece' "</p>

				Nota: um exemplo de pouca distanciação jornalística? E de metacontecimento. Só numa caixa em baixo (não assinada) e com o título "Água chega tarde para muitos" se esclarece que o investimento do governo dependerá das negociações com Bruxelas e se explica que só ao fim de "três décadas de gastos faseados (...) o sistema (ficará) completo". E também se diz que "Dentro de dez anos, quando a água estiver disponível, haverá um número mais escasso de empresários agrícolas. Muitos acabarão por sair da actividade antes que se possa começar a cortar fitas".
1/3/93 Pág. 7	Opinião	Carlos de Almeida Sampaio	<i>Seis caminhos para Alqueva</i>	<p>"(...)</p> <p>O projecto Alqueva corresponde a um modelo de desenvolvimento de uma vasta região do <i>hinterland</i> português que, ao contrário do que alguns pretendem, tem sido sistemática e longamente discriminada no seu acesso à modernização das estruturas produtivas.</p> <p>(...)</p> <p>As manifestações recentes dos nossos agricultores demonstraram que existe (...) mal-estar na agricultura portuguesa. A classe política deve tardar em perceber que a agricultura, mesmo no contexto europeu, é uma actividade que há que preservar a todo o custo à escala nacional. Não tenho dúvidas de que a agricultura deve, no limite, ser co-subsencionada pelo contribuinte na mesma medida em que outras actividades económicas o são pela criação de redes de infra-estruturas.</p> <p>(...)</p> <p>Mas há uma verdade prévia que do arranque de Alqueva deve ser posta em evidência. Se a barragem alentejana minimizar, na sua concessão, no seu regime jurídico, no modelo económico que lhe está subjacente, a modernização da agricultura do Sul, cometer-se-á um erro que é mais grave que a espera havida, pela razão simples de ter sido falhada uma oportunidade que, além de única, é provavelmente a última. (...)"</p>
3/3/93 Pág. 32	País	J. Rodrigues da Silva	<i>Ovelha é rainha em Beja</i>	<p>"(...)</p> <p>(...). Aquela que é já considerada a maior feira do Alentejo irá mostrar, na opinião dos organizadores, que a região continua a ter pessoas, ideias e vontade para aplicar as transformações que todos ambicionam, 'de modo a que seja possível e agradável continuar a viver aqui'.</p> <p>(...)</p> <p>Há realidades que não podem ser iludidas: o Alentejo ocupa um terço do território continental português; o distrito de Beja é o maior produtor nacional de bovinos (...); e a ovicultura é a segunda actividade com maior facturação das empresas agrícolas locais, logo a seguir à produção cerealífera.</p> <p>São dados comprovados de que o Alentejo detém inúmeras riquezas e enormes potencialidades. Apesar disso, há quem fale abertamente em alternativas às culturas tradicionais desta vasta zona do nosso país.</p> <p>Algumas das inovações a introduzir poderão ser a florestação, através de medidas que suportem e dignifiquem modos de vida; a eleição de áreas adaptadas ao agro-turismo; a agricultura biológica e a produção de carnes de qualidade.</p> <p>(...)</p>

				Segundo esperam os organizadores do certame, esta realização vai assumir-se também como 'manifestação de confiança no muito que o Alentejo tem para oferecer ao País'."
5/3/96 Pág. 34	País	Vasco Grade	<i>Barragem desenvolve turismo</i>	<p>"A futura barragem de Almodôvar servirá de apoio ao complexo mineiro de Neves Corvo, ao mesmo tempo que permite regar terrenos agrícolas e reforçar o abastecimento de água nos concelhos (da zona.)</p> <p>(...)</p> <p>A proposta de construção da barragem da ribeira de Oeiras teve igualmente em conta o desenvolvimento turístico da zona. O primeiro projecto a beneficiar (...) será o <i>semblana</i> golf, promovido por empresários chineses sediados em Macau, que se dizem dispostos a investir sete milhões de contos no Alentejo.</p> <p>A primeira fase do empreendimento abrange uma área de 140 hectares onde será construído um campo de golfe de 18 buracos, que terá anexo uma escola da modalidade e um <i>driving range</i>. (...) contam-se ainda piscinas, quatro campos de ténis, um campo de manutenção e um clube de saúde.</p> <p>A parte imobiliária do complexo turístico compreende um hotel de cinco estrelas com 200 quartos, que poderá estar concluído dentro de dois anos. Apartamentos de luxo ocuparão uma área de 9 hectares junto ao clube de golfe, enquanto 160 moradias com piscina privada serão construídas ao longo dos <i>fairways</i>. Do projecto constam igualmente 116 fogos em moradias unifamiliares e 160 apartamentos turísticos.</p> <p>A segunda fase beneficiará já da barragem para a prática de desportos náuticos. Na herdade da Camacha será instalada uma escola de equitação e outras valências turísticas, como forma de aproveitar o típico monte alentejano."</p>
6/3/93 Pág. 4	Estilos	Maria Helena Costa	<p><i>Paulo Caetano Agricultor em part-time</i></p> <p><i>Destaque de capa, suplemento a cores, o tema ocupa 5 páginas</i></p>	<p>"O seu trabalho como agricultor é um pouco a consequência do investimento que fez há uns anos numa ganadaria brava e numa coudelaria. O prolongamento da actividade de cavaleiro tauromáquico. Foi o investimento desses proveitos do toureio numa área que o apaixonou: o campo. (...).</p> <p>Ao Alentejo foi parar por acaso. (...). Tinha 20 anos e uma garra incrível. Procurou uma área agrícola que o satisfizesse, e essa <i>calhva</i> ser Monforte. 'Em boa hora, porque fui alvo de uma grande hospitalidade. É a minha segunda terra'. (...).</p> <p>(...)</p> <p>É claro que tudo isto tem tido a sua fase evolutiva. Começou por comprar uma herdade e a partir daí todo o seu investimento tem sido feito na agricultura, nos toiros e nos cavalos.</p> <p>Como qualquer jovem agricultor contou com vários apoios, mas nada de grande monta. (...).</p> <p>Acima de tudo é um produtor de cereais e, tal como muitos outros, faz as críticas habituais: 'Neste momento já não posso afirmar que poderia viver apenas da agricultura, porque os rendimentos dos agricultores estão a descer de forma vertiginosa. Neste momento é mais difícil montar uma casa de lavoura do que quando comecei, há dez anos'. Uma das suas paixões é a caça. Por isso criou mesmo uma</p>

				<p>empresa dedicada ao turismo cinegético. Uma estrutura que lhe permite defender algumas espécies em vias de extinção. A outra é o tiro desportivo com armas de caça, o tiro ao voo e o tiro aos pratos. (...).</p> <p>Cultiva ainda o gosto pela pintura. Não concebe a vida sem os seus quadros. (...). A seguir vem uma outra paixão, essa partilhada também pela mulher e pelo filho, são os galgos. (...).</p> <p>Quando se vive no campo há que tirar partido de tudo o que ele nos oferece. Paulo Caetano é um homem de paixões campestres mas, não está sozinho. (...).”</p>
8/3/93 Pág. 52	País	J. Rodrigues da Silva	<i>Rotas da desertificação</i>	<p>“O desemprego na região de Serpa está a reduzir de forma fantástica o poder de compra das populações. (...).</p> <p>Os autarcas (...) queixam-se do isolamento a que foram votados. Segundo João Oliveira, cada vez se nota mais a diferença entre os municípios do interior e do litoral. Entendemos que é uma política profundamente errada do governo’.</p> <p>(...)</p> <p>‘Nem sequer pretendemos grandes empresas em Serpa. Precisamos de uma série de fabriquetas que criem dez a 15 postos de trabalho cada uma’.</p> <p>A nível do turismo, o panorama é idêntico. Serpa esteve sempre excluída dos eixos turísticos, nunca podendo receber verbas do respectivo sistema de incentivos. (...).</p> <p>A agricultura atravessa uma crise aguda na margem esquerda do Guadiana. ‘Já não é só por causa da falta de água’, disse João Oliveira, ‘pois todo o sector agrícola está a receber subsídios, presentemente entre os 35 e os 40 contos para que não se produza. Julgamos que é uma decisão errada’.</p> <p>Por outro lado, neste momento, há quatro freguesias que estão a sofrer cortes no abastecimento de água. (...)</p> <p>O concelho de Serpa debate-se também com a falta de casas. A câmara (...) tem feito loteamentos que são vendidos a preços simbólicos, mas, apesar disso, o problema não se resolve.”</p>
10/3/93 Pág. 41	País		<i>Alentejo enfrenta crise</i>	<p>“Cerca de 500 agricultores alentejanos reuniram-se (num encontro promovido pela CNA) para criticar a actual política que consideram estar a ‘condenar a agricultura do Alentejo à falência e à ruína’.</p> <p>(...) reivindicaram a construção da barragem de Alqueva, a mudança da política agrícola e a adaptação de medidas que impeçam a importação indiscriminada de produtos agrícolas desnecessários.</p> <p>Outras exigências referem-se à baixa de preços dos principais factores de produção, maior e mais eficaz apoio técnico e bonificações significativas de juros de crédito agrícola. (...)”.</p>
14/3/93 Pág. 5	Política	João Céu e Silva	<i>Mais três milhões para o Alentejo</i>	<p>“O panorama ontem encontrado pelo primeiro ministro nas três barragens que visitou era ‘pior do que esperava’.</p> <p>(...)</p> <p>As seis medidas que o programa de emergência (que Cavaco anunciou no Alentejo) comporta visam criar até três mil empregos, de forma a responder ao ‘agravamento do desemprego decorrente da seca’.</p> <p>(...)</p> <p>A ocupação dos trabalhadores tem a duração de sete meses. Questionado se, com o apoio à mobilidade no território nacional, o programa não estaria a contribuir para a</p>

				desertificação do Alentejo, Cavaco Silva respondeu que 'os preferia no Centro ou Norte do que a emigrar para a Suíça'. A primeira medida é destinada aos desempregados, sem direito a subsídio de desemprego, e consiste na ocupação em trabalhos a favor da comunidade. A segunda medida consiste no apoio directo aos desempregados por força da seca, com vista a possibilitar a sua mobilidade social. A terceira medida destina-se a trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego por força da seca. A quarta medida prevê que os desempregados apresentem projectos para a criação do seu próprio emprego. A quinta medida apoia financeiramente (1600 contos) cada emprego a criar. A sexta e última constitui um subsídio directo e a fundo perdido às entidades que contratam desempregados da seca. (...)”.
15/3/93 Pág. 53	País	Manuel Carvalho (Elvas)	<i>Ribeira de lixo inunda Elvas</i>	“(…) A situação, após dois Invernos de escassa precipitação está agora mais preocupante: mantendo-se os factores poluentes, com um caudal muito menor, (...) aumentou a concentração de poluição. A ribeira é poluída pelas águas ruças de um lagar de azeite lançadas directamente no leito, os esgotos domésticos de dezenas de habitações situadas nas margens e por todo o lixo e desperdícios que são deitados para a água. A situação agravou-se com a acumulação de densa vegetação que dificulta o escoamento das águas.”
22/3/93 Pág.4	Economia	Carla Aguiar	<i>Negros são os campos</i>	“A crise da agricultura está longe de ser uma novidade, mas é cada vez mais uma verdade. A reforma da PAC e a recente antecipação do mercado único para os produtos agrícolas vêm reforçar a base de sustentação das queixas, já antigas, dos agricultores. A seca (...) lança, por outro lado, a derradeira acha na fogueira que arrasa a agricultura nacional. Cerca de 8 mil explorações agrícolas faliram ou encontram-se em situação de pré-falência, segundo a Federação das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo. Os indicadores do desespero agravam-se (...). Entre 1986 e 1992 foram aplicados mais de 350 milhões de contos no sector, sendo que grande parte desse investimento se fez na perspectiva da velha PAC, que incentivava o regime de produção intensiva. A reforma da PAC trouxe consigo a alteração das regras do jogo e a palavra de ordem passou a ser reduzir a produção, para compensar os excedentes agrícolas na comunidade. (...) A redução do emprego na agricultura, conjugada com outros factores, está a ter, segundo o Ministério da Agricultura, efeitos positivos na produtividade.”
22/3/93 Pág. 29	País	Manuel Carvalho	<i>Do regadio ao turismo</i>	“(…) Esta determinação (controlo no fornecimento de água para rega) faz com que as culturas de arroz e de milho, tradicionais no perímetro de rega do Caia, estejam completamente postas de parte, por serem as que mais água exigem. Diante desta barreira, os agricultores devem optar por culturas alternativas de regadio; aquela que deve ser escolhida, por razões económicas e pela qualidade dos solos, é o girassol, que se adapta bem às restrições de fornecimento de água impostas. Quase desde a sua inauguração, mas com maior intensidade

				<p>na última década, se tem falado no aproveitamento turístico da barragem. É que o seu vasto plano de água sempre se mostrou atractivo para os desportos náuticos, para pescar ou tomar banho. E como num raio de cem quilómetros não se encontra nenhuma albufeira com as mesmas características, ao Caia sempre afluíu, logo que o tempo aquece, grande número de portugueses e espanhóis.</p> <p>Estes últimos, sobretudo nos últimos anos, aqui se chegam a instalar por uma ou duas semanas seguidas, desfrutando das excelentes condições naturais mas, ao mesmo tempo, queixando-se da falta de apoio que obrigam a um campismo selvagem. (...)”.</p>
25/3/93 Pág. 6	Opinião	Martinho de Castro	<i>Modernização agrícola</i>	<p>“A agricultura portuguesa desde há muito que anda à deriva (...). Primeiro, assistiu-se à fuga dos mais novos para a cidade, com outras possibilidades de respiração (...). Mais recentemente, surgiu o condicionalismo da nova PAC, acompanhada da calamitosa seca, dois factores de situação desesperada e por arrastamento de aberta inventariação das chagas do mundo rural, vítima da desatenção dos responsáveis.</p> <p>Não se cuidou de modernizar o sector: adequada geografia de culturas (...), associativismo (...), rede de transporte e distribuição, qualidade (...)”.</p>
28/3/93 Pág. 23	Sociedade	Humberto de Vasconcelos	<i>Plano Nacional a ferro e fogo</i>	<p>“A associação de Defesa do património de Mértola (ADPM) está implantada no concelho de maior ‘concentração de reservas’ de caça. (...) 46,8 por cento do seu território, com referência a Abril (1992). Por certo, o que o trabalho da ADPM detectou em Mértola, não será caso único. E, com o devido respeito pelas extrapolações, poderá estar a acontecer noutras partes do país.</p> <p>O estudo a que o DN teve acesso (...) levou a várias conclusões. Que ‘com a implementação do regime cinegético especial foi dado um primeiro passo no sentido de evitar efeitos catastróficos na prática venatória bem como permitir um certo ordenamento e preservação das espécies cinegéticas. No entanto, o anunciado desenvolvimento turístico, económico e social, que supostamente resultaria das RC, até agora não deu o mínimo sinal de vida (...)’.</p> <p>A ADPM pensa que tem de haver uma ‘reforma da política de concessões de zonas especiais de caça a nível regional. A situação actual resulta na falta de oportunidade de caça para significativo número de caçadores residentes e que se reflecte nas tensões e conflitos difíceis de controlar’.</p> <p>A ADPM afirma que deveriam ser obrigatoriamente instituídas (...) reservas de caça social, (...) assim como apoio ao associativismo dos caçadores locais para a criação de verdadeiras reservas de caça associativa.</p> <p>(...)</p> <p>Conclui que até agora as RC instituídas, da forma como estão a ser geridas, apenas ‘dão lucro às famílias detentoras de reservas, o que em última análise cava ainda mais o fosso entre o dono da terra – e aqueles que não tendo terra, e por isso sem caça, a não podem caçar’.</p> <p>No trabalho referido, foram consultados todos os projectos apresentados à DGF para as reservas no concelho de Mértola e realizadas numerosas entrevistas.</p> <p>(...)</p> <p>Quanto ao controlo de predadores, (...) ‘na maior parte dos casos é feito sem critério, atirando-se a tudo que à partida</p>

				<p>possa danificar as espécies cinegéticas (...).</p> <p>Quanto ao previsto desenvolvimento, verificou a ADPM que 'grande parte das estruturas e serviços propostos nos diferentes projectos não foram executados'. (...). A criação de postos de trabalho é nula.</p> <p>Na área de serviços, a ineficácia é muito grande. 'dos 15 campos de treino de caça, somente dois funcionam, apenas um tem actividade equestre, nenhum oferece transporte, faz turismo verde ou percursos de natureza como se propunha nos projectos de exploração'.</p> <p>Nem sequer os restaurantes da zona são beneficiados, pois os caçadores, mesmo nas batidas, ou trazem refeições ou são servidos por restaurantes algarvios.</p> <p>(...)</p> <p>Questões como 'a vedação dos caminhos públicos, impedindo o acesso a ribeiras para a prática da pesca (...) e reservas que não funciona,' têm vindo a encontrar nas populações aversão a estes empreendimentos."</p>
28/3/93 Pág. 31	País	J. Rodrigues da Silva	<i>Más estradas isolam o Alandroal</i>	<p>"Genericamente, pode dizer-se que as estradas do Alandroal são confrangedoras. Tão más elas são que a Câmara Municipal oferece terrenos para a indústria, a cem escudos o metro quadrado (...) (e) houve industriais que acabaram por devolver o terreno à câmara. (...).</p> <p>Entretanto, o Alandroal tem potencialidades em diversas áreas, uma das quais é o turismo. 'Sobretudo no Inverno, aparece por aqui muita gente atrás das perdizes, lebres, coelhos e javalis'. Segundo Domingos Pisco, ainda há poucos anos não havia uma única casa para acolher os turistas, mas agora já existem residenciais e um agroturismo.</p> <p>Não é só a caça que atrai gente de fora ao concelho. Há também o património construído, com uma boa dezena de igrejas na vila e outras mais no concelho, além dos castelos do Alandroal, Juromenha e Terena. 'Toda a vila, assim como Terena e Juromenha, é um verdadeiro centro histórico', comentou o vereador da cultura, garantindo que 'as pessoas repudiam, por natureza, tudo o que não se enquadra na tradição local'. (...)"</p>
1/4/93 Pág. 34	País	J. Rodrigues da Silva	<i>Um médico não chega</i>	<p>"Sem grandes problemas em termos de habitação, Barrancos tem conseguido evitar a desertificação humana, embora se debata, há muitos anos, com lacunas graves na assistência médica.</p> <p>(...)</p> <p>Mas a beleza paisagística de Barrancos não esconde a pobreza de solos daquele que é o mais pequeno concelho do baixo Alentejo. (...). O que se vê nos seus montados são azinheiras e estevas, em terrenos improdutivos de xisto. A maior riqueza é a pecuária, sobretudo em gado bovino e, agora, também em suínos alentejanos pata negra. A cultura cerealífera é nula e a produção de azeitona escassa.</p> <p>(...)</p> <p>Ao contrário do que se poderia imaginar, Barrancos é dos concelhos do interior alentejano que menos população tem perdido. Não se pode ali falar de desertificação humana (...).</p> <p>Também não se pode falar ali de desemprego. Segundo o presidente do município, 'haverá, quando muito, uma dúzia de homens desempregados'. A câmara continua a ser a maior empregadora, garantindo 150 postos de trabalho.</p> <p>O desemprego poderá acabar radicalmente com programas</p>

				<p>ocupacionais, a desenvolver através do Instituto de Emprego. Essa iniciativa permitirá absorver mão-de-obra proveniente da agricultura sazonal, ocupando sobretudo mulheres na recuperação das áreas urbanas.</p> <p>(...)</p> <p>Barrancos é fértil em testemunhos históricos, o mais visível dos quais é o castelo medieval de Noudar (...).”</p>
5/4/93 Pág. 28	País	Elisabete Rodrigues	<p><i>Paisagem protegida no litoral alentejano em Odemira considerada em Xequê</i></p> <p><i>À caça da gesta de Thierry Roussel</i></p>	<p>“A Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (APP) moveu um processo de contra-ordenação contra a Odefruta, o gigante hortofrutícola de Thierry Roussel em Odemira. (...). É que a empresa instalou uma área de agricultura intensiva, com perto de 80 hectares, em plena área protegida, sem pedir parecer prévio à direcção da APP.</p> <p>(...)</p> <p>(...) Por outro lado, a APP considera que os trabalhos destinados a instalar os cerca de 80 hectares de brócolos, alfaces e aipo na Alcaria Nova, destruíram lagoas temporárias importantes para a fauna e vegetação espontânea típica da região, afinal, razões da inclusão daquela zona numa paisagem protegida.</p> <p>(...)</p> <p>Na opinião do jurista, (...) a Odefruta não era obrigada a pedir parecer prévio, já que, defendeu, ‘a cultura de brócolos é uma cultura tradicional do Alentejo’. Não explicando muito bem o seu conceito de tradicional (...) adiantou que para o provar, a Odefruta apresentaria na audiência (...) duas testemunhas de peso- o director da Associação de Regantes do Mira (...) que, disse o jurista, ‘tem ele próprio há algum tempo uma exploração de brócolos na mesma zona’.</p> <p>Fernando Fraga (o mesmo advogado da Odefruta) garantiu também, (...) que a Odefruta não está a fazer agricultura intensiva já que, disse, ‘não há estufas’. (...). Mas a paisagem e o terreno foram completamente alterados, já que os talhões plantados (...) foram cobertos com agronet, uma rede acrílica de malha quase milimétrica. Ora, de acordo com qualquer manual, uma cultura que utiliza meios de força e técnicas de rega é considerada intensiva. Sobretudo, se, como no caso, utiliza ainda a paillage, a tal cobertura do terreno (...) com objectivo de aumentar a temperatura do solo e controlar infestantes. Ou ainda se não faz simplesmente rega, mas fertirrigação na água de irrigação. (...)”.</p>
6/4/93 Pág. 28	País	J. Rodrigues da Silva	<i>Um presunto de gritos</i>	<p>“A economia de Barrancos está a passar pela criação de um centro de abate de suínos. (...). O centro obedece às regras da CE, previstas para regiões demarcadas desta natureza.</p> <p>(...)</p> <p>Porta aberta para a Andaluzia, Barrancos possui beleza natural e tem potencialidades de vária ordem: a gastronomia (porco, borrego e chibo); o artesanato (buinho, vime, salgueiro, aloendro); xistos (confeção de pedras ornamentais); a fauna em extinção (águias, grifos, cegonhas pretas).</p> <p>Entretanto, o comércio foi dinamizado pela abertura definitiva da fronteira com Espanha, notando-se apenas a falta de um bom estabelecimento com roupas de marca.</p> <p>Prossegue a construção das piscinas municipais (...); existem equipamentos para prender a juventude à terra; este mês inaugura-se um centro de turismo e de formação</p>

				artesanal; e para o ano arranca a construção de um ginnodesportivo (...). A seca flagelou a margem esquerda do Guadiana, quase aniquilando os efectivos pecuários do concelho. A situação atingiu proporções tão drásticas que o Governo atribuiu prioridade a Barrancos, em termos de subsídio. (...)”
11/4/93 Pág. 21	País	Vasco Grade	<i>Parece um filme de terror Algas enchem Guadiana</i>	“A invasão das algas de um tipo jamais visto na zona, fazendo lembrar alguns filmes de terror baseados na proliferação controlável de organismos extraterrestres, deixa igualmente sem resposta as autoridades do concelho, que confessam não saber o que ‘aquilo’ é. (...) Para o pescador Jacinto Cruz, a situação torna inviável a sua actividade, uma vez que as zonas de pesca mais abundante já estão todas cobertas por aquele ‘pesadelo’. (...). Segundo o autarca, o Guadiana, que foi até há alguns anos um dos rios mais limpos da Europa, sofre hoje os efeitos de indústrias fora do concelho e das descargas de efluentes das cidades espanholas de Badajoz e Mérida. Sobre a origem do assustador tapete verde limita-se a alvitar a possibilidade de resultar da limpeza de uma barragem. (...)”.
14/4/93 Pág. 29	País	Humberto de Vasconcelos	<i>Milfontes entulha Canal</i>	“Não passa dia que não sejam despejados junto à arriba, perto do Canal, os mais diversos tipos de entulho que nascem do desenvolvimento urbano de Milfontes. O grave é que isto se passa em plena Área de Paisagem Protegida da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano. (...) Para mal dos pecados da zona do Canal, mesmo junto à zona dunar dos Aivados, onde o serviço de Parques evita a todo o custo a implantação de um complexo turístico de vários milhares de camas, que iriam fazer enorme pressão sobre a delicada zona, há mais agressões ambientais. Mesmo por cima do porto de pesca alinha-se uma fila de barracos. De madeira bem velha e a caírem. (...)”.
20/4/93 Pág. 24	País	Humberto de Vasconcelos	<i>Preservar o património</i>	“(…) A costa alentejana e do Oeste algarvio, pela qualidade ambiental que tem e pelas pressões a que está a ser submetida, necessita, no entender dos ambientalistas, de uma intervenção activa para que os residentes acreditem que é preciso preservá-la, e que ao mesmo tempo se pode ali viver com qualidade, sem todavia destruir o património natural. ‘Queremos provar que há mais do que um conceito de desenvolvimento sustentado, pois, há meios, mecanismos e ideias que é preciso explicar e sensibilizar a população local para a viabilidade de se viver com qualidade numa área protegida’, disse Luís Rosmaninho, um dos coordenadores do projecto. (...)”.
26/4/93 Pág. 27	País	Joana Gomes (Beja)	<i>Serpa recupera ofícios tradicionais</i>	“Recuperar e valorizar o património da região, criar postos de trabalho, travando a desertificação demográfica, dinamizar o espírito empresarial e o mercado da região são alguns dos objectivos da Escola Nacional de Artes e Ofícios Tradicionais, recém-criada em Serpa. (...)”.
27/4/93 Pág. 29	País	Daniel Lam	<i>Castelos têm de ficar de pé</i>	“Cinco autarquias do litoral alentejano lutam pela recuperação e preservação do seu património histórico, mas vêm-se impossibilitadas de o fazer porque essas competências pertencem ao Estado. (...) Com as jornadas do litoral alentejano a associação (

				<p>Portuguesa dos Amigos dos castelos) pretende que as fortalezas (...) 'sirvam para defender a nossa cultura', (...) pois 'as populações precisam de manter as suas origens históricas'.</p> <p>Na digressão que a associação efectuou pela região, facilmente se constatou que um dos maiores problemas é enfrentado por Alcácer do Sal. Gracieta Baião, presidente da câmara, afirmou ao DN que 'as maiores preocupações da autarquia, neste momento, prendem-se com a recuperação do castelo e a despoluição do rio Sado'. (...)"</p>
21/5/93 Pág. 28	País		<i>Beja arrasada pela seca</i>	<p>"A chuva que nos últimos dias tem caído na margem esquerda do Guadiana não obvia a seca de há anos. Searas perdidas, gado sem pastagem e agricultores desesperados com os prejuízos.</p> <p>(...)</p> <p>Aos bancos estão entregues 80 por cento das cerca de 1800 vacas existentes nas terras de Barrancos, devido aos empréstimos contraídos pelos seus proprietários.</p> <p>Esta situação é comum aos 60 médios e pequenos produtores do concelho, com terrenos áridos e acidentados, terra onde a autarquia é a principal empregadora dos pouco mais de dois mil habitantes. (...)"</p>
25/5/93 Pág. 19	País	Humberto de Vasconcelos	<i>Caçar não é só dar ao gatilho</i>	<p>"(...)</p> <p>O Jipe vai galgando aos trancos, atalhos que cortam a paisagem de um Alentejo profundo. O sobreiral estende-se a perder de vista, encasacado de cortiça. Aqui e além em cabeços de pedras destacam-se dólmens. De um lado e de outro, os coelhos bravos fogem às centenas. Metem-se nas luras e espiam-nos, curiosos. Lá no alto voam as cegonhas, a caminho dos ninhos que vamos vendo pelo caminho. De subido uma paragem brusca. Não é que uma mãe-perdiz caminhava afoita pelo caminho, com os seus perdigotos à volta, sem se desviar? Mais além, na volta do caminho, um faisão passa perto. Estamos numa área de paisagem protegida?</p> <p>Não. Tudo isto e muito mais, como núcleos de corços com quinze exemplares, que sobrevivem às matanças indiscriminadas no Alentejo, encontram-se na zona de Caça Associativa dos Caçadores de Casa Branca, que tem sede no Monte do Pinheiro Novo (...).</p> <p>Toda esta abundância de vida selvagem tem nada menos de cento e três guardas. Três empregados e cem sócios, que empenhadamente fazem da caça um verdadeiro clube de campo. E se ela é exemplar, boas razões tem para o ser, pois um dos sócios é Jacinto Amaro, nada menos que o presidente da Federação Nacional das Reservas de Caça Associativa, a Fencaça.</p> <p>(...) Vinca com insistência que 'as zonas de caça não têm fins lucrativos' (...). Relata-nos que o movimento de criação de reservas de caça está a alastrar e que não são 'coutos' para gente rica. Ele mesmo pertence a uma zona de caça associativa, que tem 48 sócios, sendo 46 trabalhadores rurais. E que em três anos ainda não deram um tiro, pois ainda não foi chegada a altura. (...)</p> <p>Outras delícias da zona de caça: são as diversas antas ou dólmens bem conservados, um monte em recuperação para abrigo dos vigilantes, as diversas barragens onde nidificam patos reais, as maternidades de onde saiu esta revoada de coelhos.</p>

				<p>As zonas de caça devem funcionar (...) todo o ano, pois a caça pressupõe o convívio, a sua gestão, o contacto com a natureza. (...).</p> <p>A polémica acerca da caça está exacerbada. Fazem-se acusações, sobretudo contra as zonas de caça associativas (ZAC), mas não se dão dados concretos. (...). Metem-se no mesmo saco zonas de regime cinegético turístico e as ZAC, quando são coisas muito diferentes: as primeiras visam o lucro, as segundas, a caça, sem lucro.</p> <p>(...) que não se pode dizer que as zonas de caça são para os que têm posses, adiantaremos que a caça, como hobby, tem os seus custos. E não foram poucos os caçadores dos terrenos livres que já foram caçar a Espanha a peso de ouro. Hoje, alguns anos depois do início da recuperação da caça, cerca de dez milhões de contos que se queimavam além-fronteiras já ficam em Portugal, e toda a actividade comercial que gira em volta da caça recrudesciu. Atinge já um volume de 31 milhões de contos. E há mais caça. (...)"</p>
28/5/93 Pág. 24	País	António Veladas	<i>Congresso do Alentejo olha Europa</i>	<p>"(...)</p> <p>O Alentejo e a Estremadura espanhola são duas regiões bastante atrasadas da Comunidade Europeia. A desertificação, a seca e a falta de iniciativa empresarial são provas do atraso destes dois povos.</p> <p>Para os espanhóis, tudo passa pela união de interesses e um vasto trabalho de cooperação aos mais diversos níveis.</p> <p>Os portugueses gritam por compensações no PDR e tentam conquistar o governo português para o despertar do sono pesado em que, alegadamente, estaria mergulhada a região. (...)</p> <p>O autarca (de Portalegre) (...) espera que o novo PDR 'compense o Alentejo com vias de comunicação e infra-estruturas essenciais ao crescimento'. (...)"</p>
29/5/93 Pág. 29	País	António Veladas e Marco Bamblolo	<i>Congresso do Alentejo lança Évora como pólo de desenvolvimento</i> <i>Polémica regionalista</i>	<p>"(...)</p> <p>Abílio Fernandes deixou três vertentes para o desenvolvimento alentejano: em Portalegre, o aproveitamento de águas e o desenvolvimento industrial, Évora com maior empenho no sector turístico e na área dos serviços e Beja como pólo central de desenvolvimento agrícola do Alentejo.</p> <p>(...) as hipóteses apontadas (...) levantaram dúvidas noutros congressistas, vindo ao de cima o eterno bairrismo que caracteriza os alentejanos. (...)"</p>
30/5/96 Pág. 18	Sociedade		<i>Agricultura pouco ecológica</i>	<p>"Acabar com a destruição do mundo passa também por rever a agricultura. A mesa redonda sobre ecologia no fórum stop à destruição, realizada em Lisboa, foi completamente virada para a agricultura, actividade que contribui significativamente para a destruição dos recursos, solo e água.</p> <p>Consensual no debate foi a defesa da agricultura tradicional e a forte oposição ao modelo preconizado pela PAC. Que a guerra da viabilidade económica e competitividade no sector causa um movimento louco pela produção em quantidade sem respeito pela qualidade e pelo ambiente, que origina um uso desmedido de produtos químicos, que está a levar à desertificação humana no meio rural, enfim, que se caminha para um modelo nada 'sustentável'.</p> <p>Sobre os modelos possíveis de solução, não houve um entendimento claro. É que, se por um lado dois professores do ISA aludiram aos perigos da poluição resultante da agricultura intensiva, já quando alguém perguntava sobre a</p>

				agricultura biológica (...) as respostas foram contraditórias. Que se anda a vender gato por lebre, que essa agricultura 'dita biológica usa afinal muitos produtos químicos', que em Portugal a experiência é má. Só críticas. Curiosamente, ninguém aludiu às virtualidades deste tipo de agricultura, apesar de estarem todos a falar da necessidade de protecção dos recursos. (...)".
30/5/93 Pág. 24	País	António Veladas e Marco Bambulo	<i>Alentejo revê-se em congresso</i>	"A perspectiva de desenvolvimento regional deve ter por base a aplicação a, nível local, dos programas e medidas projectados para a região. (...) a filosofia de intervenção (...) (deve) orientar-se para a concepção de medidas de animação, motivação e formação congregando diferentes capacidades e locais. (...) A aplicabilidade dos objectivos (...) passa pela intervenção activa da população, agentes económicos, promoção e integração da iniciativa local na dinâmica regional. (...)."
31/5/93 Pág. 29	País	Alcídio Torres	<i>Lixos tóxicos a céu aberto</i>	"Perdida nas serranias da aldeia de Catifarras, perto da vila de Cercal do Alentejo, a Herdade da Despada está transformada, desde há cinco anos, num depósito a céu aberto de resíduos tóxicos. Durante três anos, a empresa Limpecal utilizou (...) a herdade (...) para entre pavilhões que serviam à criação de animais, depositar os resíduos provenientes da limpeza dos navios do Porto Brandão. (...) (...) a Limpecal sujeita-se (...) à instauração de processo de contra-ordenação por parte da DGQA. Até lá, a ilegalidade e a incúria continuam a fazer lei, enquanto os moradores são obrigados a suportar os maus cheiros e a conviver com a possibilidade de contaminação das águas superficiais e subterrâneas.
31/5/93 Pág. 31	País	António Veladas e Marco Bambulo	<i>Congresso sobre o Alentejo defende medidas contra a desertificação</i> <i>Urgente fixar população</i>	(...) O congresso terminou ontem e as conclusões pouco fugiram ao que era esperado. Durante três dias foi focada em mais de cem comunicações a problemática da regionalização como factor de desenvolvimento económico, social e cultural. Conclusões práticas deste congresso surgiram com a necessidade de criar condições favoráveis ao desenvolvimento transfronteiriço, através da construção de um conjunto coerente e integrado de iniciativas com vista a adoptar um quadro estratégico legalizador das acções e projectos assumidos, conjuntamente pelo Alentejo e regiões espanholas (...). (...) (...) definiram como áreas prioritárias ao desenvolvimento a formação profissional, o aproveitamento equilibrado dos recursos hídricos, a preservação ambiental e a animação sócio-económica e social".
31/5/93 Pág. 31	País		<i>Agricultores alertam para a defesa do mundo rural</i>	"Sensibilizar a opinião pública e os órgãos de soberania para a grave situação que enfrenta a agricultura em Portugal (...)" constituíram os principais objectivos da conferência sobre o mundo rural, realizada em Lisboa, disse João Vieira, director da CNA que promoveu o encontro. João Vieira salientou que 'o mundo rural vive e caminha para uma crise de grandes proporções e é preciso dar um grito de alerta para não o deixar morrer'. Considerando que

				<p>'parece ter-se decidido a destruição da agricultura portuguesa', adiantou que 'os preços dos produtos da terra são cada vez mais baixos, enquanto os custos da produção em Portugal são os mais elevados da Europa. Como resultado, os nossos rendimentos são cada vez mais baixos'.</p> <p>(...)</p> <p>(...) 'depois de deixarmos trabalho, suor e dinheiro enterrados na terra, ficamos com os produtos em casa e sem os conseguir colocar nos mercados'.</p> <p>(...) destacou-se a intervenção de Lídia Senra, coordenadora agrícola europeia (...). 'Há um ano, o ministro da Agricultura português disse que a reforma da Pac era essencial para o desenvolvimento da agricultura, mas, agora nota-se que o sector está à beira da ruína', considerou'.</p> <p>Com a reforma da PAC, 'os países menos desenvolvidos não têm hipótese de concorrer com os outros', (...) 'acabasse agora com a agricultura familiar, porque com esta política – o que é importante é o produto ser mais barato e não o seu nível de qualidade – só se aguentam as grandes explorações agrárias'.</p> <p>(...)</p> <p>Em representação do ministro da agricultura, Carlos Mata prometeu que 'o PDR vai dar especial atenção ao desenvolvimento rural, nomeadamente através de apoios para a criação de empresas ligadas ao sector, para a defesa das artes e ofícios tradicionais e para a investigação agrícola'. Destacou ainda a importância do projecto Alqueva para a agricultura e as medidas de acompanhamento da reforma da PAC."</p>
5/6/93 Pág. 26	País		<i>Almodôvar progride</i>	"Almodôvar vai dispor de um complexo desportivo considerado um dos grandes investimentos da autarquia para 1993 (...)".
6/6/93 pág. 30-33	País	Humberto Vasconcelos	<i>Emigração colectiva de uma aldeia alentejana Mudar de terra sem mudar de casa</i>	<p>(...)</p> <p>'O home (ministro Valente de Oliveira) disse que ia ser ao modelo daqui. Que os vizinhos ficavam os vizinhos, mas todos nas mesmas ruas e nas mesmas condições', diz um dos presentes. Outro responde que 'está bem, mas há coisas que se não podem mudar. É o amor e o carinho que nos fica agarrado a estas casas, terras, courelas e fajais, que durante anos fomos tratando com as nossas mãos. E os quartos onde nascemos e nasceram os nossos filhos. Disseram e com razão que tudo se pode pagar, menos a dor dos pedaços de coração que aqui deixamos'.</p> <p>A aldeia da luz tem de memória histórica cerca de 300 anos. Hoje conta com 400 habitantes e entre eles 102 reformados. Os novos sempre vão ficando. Ficando sempre. Não porque haja emprego no local. Mas porque mais além também não há. Alguns trabalham em Mourão, outros em Moura, poucos no campo. 'Também a verdade é que a maior parte deles já não sabe o que é necessário para a lida do campo'. O que ainda vai dando alguma coisa 'são as trinta mulheres que trabalham no desemprego, como nos disse uma luzense.</p> <p>'Por aqui todos temos um pedacinho de nosso. Uma courelinha, um fajal. E duas ou três cabeças de gado (...)', disse o senhor Carriço, envolto numa pelique, sentado na praça central da Aldeia da Luz. (...) reformado do campo, mas (...) trabalha as courelinhas com amor.</p>

				<p>(...)</p> <p>Dizem que eles ainda não garantiram, o preto no branco, que além das casas vêm os terrenos. E quando falam nisso, sente-se que há um amor estranho à terra que durante anos trabalharam, que durante anos lhes foi dando sustento. Mas a verdade é que muitos já compreenderam que quando as águas vieram, o futuro não será o regadio. A nova agricultura chama-se turismo.</p> <p>Por isso a junta de freguesia luta por reivindicações que passam por uma marina de recreio, e novas estradas, com pontes que não deixem de proporcionar boas acessibilidades, quer aos que vêm dos grandes centros, quer aos nuestros hermanos que moram a poucos quilómetros dali (...)."</p> <p>(...)</p> <p>Por outro lado, os que já viram o furo do turismo andam à procura de terrenos 'junto à praia do futuro'.</p> <p>Exemplo do que se está já a passar, ainda a água não pensou sequer em subir é o lugar de Estrela, a sul da Luz. Quando a ribeira do Guadiana encher, a Estrela 'fica com as casas com a água à soleira da porta'. (...). No fim da aldeia, uma casa. Portas e janelas fechadas. Já com a lepra da degradação. Bem viva a inscrição na parede de adobe, em tempos branca de cal: vende-se. (...) quanto a terrenos, isso está tudo apanhado.</p> <p>(...)</p> <p>Estrela não muda de sítio, mas por certo vai mudar de vida. Quer queira, quer não. Mas os seus habitantes não se importam. 'Fartos estamos nós de trabalhar a terra sem que ela tenha dado coisa nenhuma que se veja, vamos agora a ver se a vinda da água nos vai trazer o dinheiro, sem ter muita labuta. Nós vamos dar a água. Quem quiser que a goze, mas pague alguma coisa'.³³</p>
28/6/96 Pág. 38	País	António Veladas	<i>Borba combate êxodo</i>	<p>"O presidente da Câmara de Borba, João Proença, considera que o concelho tem potencialidades de progresso e de desenvolvimento. (...) alertando porém que 'não se pode confundir desenvolvimento com simples crescimento económico' (...).</p> <p>Sobre o actual panorama do Alentejo, caracterizado pela desertificação, o autarca diz ser preciso 'procurar a integração regional e ir ao diálogo permanente com o distrito e a região, no âmbito do país, sem perder de vista a Europa'.</p> <p>A população de Borba tem decrescido desde a década de 60. Para inverter a situação, o PDM defende a secundarização da actividade produtiva e a correcção dos desequilíbrios, a melhoria das acessibilidades, recuperação do parque habitacional e a necessidade de redimensionar as freguesias urbanas.</p> <p>(..)</p> <p>A autarquia pretende criar espaços destinados à ocupação dos tempos livres dos jovens para tentar fixá-los na vila e, também, melhorar a distribuição de água. (...)."</p>
29/6/93 Pág. 2-3	Regiões	António Veladas	<i>Desafios do futuro</i>	<p>"O crescimento populacional registado nos últimos anos em Évora não é alheio à pura desertificação do espaço rural, por falta de razões de subsistência na terra-mãe.</p> <p>(...)</p> <p>As doze freguesias rurais do concelho de Évora estão a perder população a um ritmo assustador. Jorge Rebeca, vereador da Câmara Municipal de Évora, não atribui o</p>

				<p>facto à falta de qualidade de vida, mas sim a uma política descoordenada nas regiões do interior.</p> <p>(...)</p> <p>Segundo o vereador, a autarquia tem vindo a tentar fixar as pessoas na sua terra natal, mas o espectro do desemprego motiva o abandono definitivo. Apesar da perda de população, as freguesias dispõem de loteamentos destinados a comércio e indústria para fixação dos emigrantes. (...)”.</p>
5/7/93 Pág. 32/93	País	Artur Sardinha	<i>Não é doce a vida no campo Dinheiro para baixar produção</i>	<p>“Só a reforma do deprimido mundo rural tornará eficazes os milhões de contos que, até ao ano 2000, virão de Bruxelas para o desenvolvimento regional do país. A agricultura será prioritária, embora a ‘vida no campo’ não se cinja a ela’.</p> <p>(...)</p> <p>O PDR terá em conta que o investimento só é compatível, fora das zonas urbanas, com um apoio substancial à actividade agrícola – o que não aconteceu até agora suficientemente, não obstante a magnitude dos números (...).</p> <p>O gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território adverte que todo o processo de revitalização do mundo rural depara-se com problemas demográficos potenciadores de ‘estrangulamentos’. Há ainda desequilíbrios no mercado de trabalho (...). Soma-se a isto a insuficiência de condições de suporte ao desenvolvimento de novas actividades, tanto pelas condições anteriores, como devido à sua situação periférica de zona do interior.</p> <p>Mobilizar a iniciativa local e o savoir-faire para aproveitamento dos respectivos recursos e propiciar condições de acesso aos mercados de produções regionais de micro-escala são algumas das saídas apontadas.</p> <p>Estes técnicos reconhecem as virtualidades do turismo, como alternativa, mas também as suas limitações, ao criar escassos – e sazonais – empregos.</p> <p>(...)</p> <p>É que a agricultura não poderá sobreviver desligada de outros equipamentos e infra-estruturas e da preservação do património edificado e do ambiente, ameaçado pela devastação da floresta e a pioria da qualidade da água, devidas a resíduos e efluentes não tratados, à intensificação agro-pecuária e ao recurso crescente a fertilizantes e fitofármacos de origem química.</p> <p>A articulação com a dinâmica urbana e a urbanização das próprias populações dos campos justificam-se (...).</p> <p>Menores subvenções à agricultura, forçadas a partir de Bruxelas, acelerarão as reformas, tendentes a sustentar aumentos de produção e a optar por uma organização extensiva.</p> <p>A política adoptada é inversa da que o senso comum dos agricultores suporia: reduções programadas (através de quotas de produção e de limitações de garantias) e mesmo ‘fortes baixas de preços que eliminarão os produtores mais frágeis’. (...)”.</p>
8/7/93 Pág. 29	País		<i>Mármores extraído degrada ambiente</i>	<p>“A indústria extractiva dos mármore, no triângulo Estremoz, Vila Viçosa e Borba está a provocar a degradação das redes viárias e do meio ambiente. (...).</p> <p>A descaracterização da zona dos mármore deve-se, segundo aos técnicos, à falta de um Plano de Ordenamento da Área das Pedreiras (...).</p>

8/7/93	Artes	Elisabete França	<i>Museu aberto em Monsaraz</i>	<p>“O Museu aberto é um programa cultural e recreativo (...). O programa proposto tem potencialidades bastantes para justificar a deslocação a Monsaraz. Mas, mesmo sem programa específico, vale a pena contemplar a beleza espantosamente tranquila desta vila medieval acastelada no alto de um cerro (...). As silhuetas de velhos e velhas, sentados(as) às soleiras, recortam-se na brancura intensa das casas caiadas (...). Jóias assim são já raras no deplorável panorama do país onde imperam as depredações e o mau gosto das construções novas. Além de Monsaraz, restam Mértola, Cacela Velha, os centros históricos de Marvão e Évora, pouco mais.</p> <p>(...)</p> <p>Museu permanente, portanto, Monsaraz empenha-se agora em escapar ao destino de aldeia- fantasma que a espreita, reduzida que está a sua população residente, pobre e envelhecida (...).</p> <p>O Museu aberto é iniciativa através da qual a junta de freguesia local e a Câmara de Reguengos de Monsaraz (...) tentam promover o turismo cultural. (...)”.</p>
12/7/93 Pág. 40	País	Manuel Carvalho (Elvas)	<i>Elvas tem água impura</i>	<p>“A maior parte da água distribuída no concelho de Elvas e de Campo Maior é captada no canal de rega da barragem do Caia e seguidamente tratada. No entanto este tratamento está a ser feito com incorrecções. (...) à saída da estação de tratamento foi detectada ‘água com excesso de matéria orgânica’. (...)”.</p>
20/7/93 Pág. 27	País		<i>Seca em Alcácer do Sal arruina rebanhos de arroz</i>	<p>“Os orizicultores rebanhos em Alcácer do Sal encontram-se à beira da ruína, em consequência dos dois últimos anos marcados pela seca.</p> <p>Sem poderem responder simultaneamente aos encargos familiares, aos arrendamentos e demais gastos da terra, aqueles agricultores dirigiram um grito de socorro ao primeiro-ministro, sob a forma de uma carta. (...)”.</p>
24/7/93 Pág. 28	País	António Veladas	<i>Avestruzes, crocodilos e camelos invadem a planície Fauna rara no Alentejo</i>	<p>“O Alentejo está a ser invadido por animais africanos. Camelos em Mértola, avestruzes em Grândola e Montemor-o-Novo, crocodilos em Elvas. São novidades no país e em especial no Alentejo. Um mundo de atracção repleto de dúvidas.</p> <p>No âmbito da nova fauna que invade o Alentejo, o safari-parque, a 17 quilómetros de Sines, está a braços com o problema dos apoios comunitários, empréstimos bancários e poluição ambiental na sua propriedade.</p> <p>Rui Quadros, um dos proprietários, acusa a câmara de Santiago do Cacém de lhe estar a poluir a lagoa com os esgotos da cidade. A ribeira, que atravessa a propriedade, altamente poluída, vai desaguar na Lagoa de Santo André. ‘Mas nem só a autarquia tem culpa. Existe um sunicultor que está a poluir a ribeira’, afirma (...).</p> <p>(...) Ramiro Beja (presidente da Câmara de Santiago) atribui o estado da lagoa à seca. Diz acreditar não acreditar ‘que a água esteve poluída só pelos esgotos de Santiago de Cacém’.</p> <p>A implantação do parque tem sido rodeada de obstáculos. O seu objectivo é promover o turismo ao estilo africano com a presença de inúmeras espécies. (...). Pretende também construir ‘palhotas africanas’ para pernoita de turistas. Projecto que foi vedado pela autarquia por falta de licenciamento e autorização da Direcção-geral de Turismo.</p> <p>(...)</p> <p>Mértola e Castro Verde estão a aguardar a vinda de 20</p>

				<p>camelos de Marrocos. Fernando Caeiros (edil de Castro Verde) considera o projecto pouco inovador, mas acredita que a iniciativa desempenhará um papel importante no turismo regional.</p> <p>A empresa responsável pelo projecto dedicar-se-á à produção de leite de camelo para consumo da comunidade muçulmana residente em Portugal e o pêlo será aproveitado para fins artesanais. Prevê, ainda, a utilização dos animais em passeios turísticos.</p> <p>(...)</p> <p>(um) cidadão alemão tem 180 avestruzes em Silveiras, concelho de Montemor-o-Novo, e mais 200 em Grândola e os ovos de avestruz (...) são todos vendidos para os EUA. Além destes bichos, anuncia-se (...) a entrada de outros mais perigosos. Desta vez em Elvas. José Cirilo, proprietário da Albergaria Elxadai Parque (...) pretende introduzir na sua unidade hoteleira cerca de 150 crocodilos. (...). Saliente-se que a exploração de crocodilos pode, para além do turismo, desenvolver-se ao nível da indústria.”</p>
25/7/93 Pág. 11	Política		<p><i>Soares contra agricultores 'pensionistas'</i></p> <p><i>Trabalhar a terra</i></p>	<p>“O presidente da República voltou a exprimir as suas preocupações com os agricultores portugueses. Abandonar as terras e viver à custa do Estado não é solução, disse em Chaves.</p> <p>Soares não quer que os agricultores portugueses se transformem em ‘meros pensionistas do Estado’. (...) ‘não se lhes pode dizer que fiquem à espera que a morte venha e os leve. Isso não é humano, não é aceitável, não é legítimo’.</p> <p>A ‘crise do mundo rural’ é ‘um problema de enorme gravidade e transcendência que tem a ver com a própria constituição da nossa nação’ – disse o Presidente – e, por isso, ‘não podemos dizer aos agricultores, de um momento para o outro, que não vale a pena trabalhar a terra, mesmo que lhes dêem subsídios’.</p> <p>(...)”.</p>
2/8/93 Pág. 27	País	Humberto de Vasconcelos	<p><i>Ambientalistas condenam projecto para área protegida Turismo de luxo São Mamede</i></p>	<p>“Os complexos de turismo virados para o grande luxo, com campos de golfe, piscinas, hotéis, apartamentos, vivendas, que ‘atacavam’ as zonas do litoral, estão agora a tentar implantar-se, agora, nos espaços preservados do interior.</p> <p>O projecto de um aldeamento turístico ligado a Carlos Melancia (...) situa-se no coração do Parque Natural da Serra de São Mamede. (...) além de ser dentro do parque natural, atinge ainda o Biótopo 142 da rede europeia Corinne.</p> <p>(...)</p> <p>Com os parques de estacionamento, a área total ocupada será cerca de 60 hectares. A rega dos campos será feita pelos poços locais e ainda pela água da barragem da Aparatura, que fornece a água a Portalegre.</p> <p>(...)</p> <p>Para o Geota, ‘é um empreendimento de grande envergadura localizado num parque natural e cujo estudo de impasse ambiental revela sérias falhas’. (...) ‘Não há qualquer indicação nem sobre a viabilidade financeira nem sobre os eventuais benefícios do empreendimento para a sociedade’.</p> <p>(...)</p> <p>O Geota aponta falhas técnico-científicas a nível de impactos na rede hidrológica, dos recursos hídricos, da qualidade da água subterrânea, sobre a fauna e flora,</p>

8/8/93 Pág. 32	País		<i>Em defesa do Alentejo</i>	<p>paisagem, e aspectos socioeconómicos.”</p> <p>“A Ideia-Alentejo – Associação para a Inovação e Desenvolvimento Integrado do Alentejo (AIDIA), recentemente constituída em Viana do Alentejo, pretende promover o homem alentejano, colocando-se à disposição do Governo com ‘parceiro conhecedor dos problemas locais e regionais’.</p> <p>Inverter o processo de desertificação humana (...) e promover a qualidade de vida que permita fixar as populações à terra são objectivos a que se propõe a AIDIA. Como tal, e segundo Eduardo Figueiredo, professor da Universidade de Évora (...), a associação será ‘um instrumento operacional, que permita não só a participação dos alentejanos no seu desenvolvimento como ainda colocar à disposição do governo um parceiro conhecedor dos problemas locais e regionais’.</p> <p>O Alentejo representa um terço do território nacional, e continua a ser uma das zonas mais deprimidas da CE. Para os responsáveis deste projecto, as infra-estruturas financiadas pelo FEDER, FEOGA e os programas de formação do Fundo Social Europeu têm sido ‘aplicados com lógicas sectoriais e por distintas estruturas do Estado com sensibilidades diferentes’, que tiveram como resultado a não criação de sinergias potencializadoras dos efeitos de cada sector para a integração das economias locais e regionais.</p> <p>(...)</p> <p>O Alentejo Glocal (título do projecto) define como acções o fomento da iniciativa empresarial, dinamização e integração do desenvolvimento local na dinâmica regional e promoção de actividades de investigação – desenvolvimento orientado para os produtos regionais.</p> <p>O desenvolvimento do Alentejo, da opinião dos responsáveis pela associação, deve assentar na utilização e valorização do potencial endógeno . O programa será orientado para a utilização dos recursos naturais, produtos agrícolas e agro-alimentares regionais e certificados, actividades relacionadas com a identidade cultural e preservação do meio ambiente , entre elas o turismo cultural, do espaço rural e cinegético. (...).”</p>
9/8/93 Pág. 26/27	Reportagem	Antónia de Sousa	<i>Agricultura foi moeda de troca</i>	<p>“Cometeram-se dois ou três erros em relação à PAC segundo António Barreto, que foi ministro da Agricultura do I Governo Constitucional. ‘O primeiro foi considerar que a transição se fazia em cinco ou dez anos’ (...) ‘as autoridades queriam fazer um negócio, queriam mais dinheiro da Europa para obras públicas, para a indústria e outros sectores e menos para a agricultura’.</p> <p>E sublinha, ‘Em certo sentido, as autoridades portuguesas deram a agricultura em troca da indústria, obras públicas, estradas e auto-estradas’.</p> <p>(...)</p> <p>Para Barreto, em todo o processo de modernização, a lacuna mais grave deu-se em relação ao regadio. (...). ‘Uma grande parte da agricultura portuguesa depende do regadio, quer porque as terras são más quer porque o nosso clima exige o controlo da água, que é irregular e, quando cai, cai em doses excessivas e dá cabo do solo’. (...).</p> <p>(...)</p> <p>o outro aspecto que ficou ‘atrasadíssimo’ foi o da ‘comercialização’. António Barreto recorda uma frase</p>

				<p>muito antiga da nossa agricultura: 'o agricultor não vende o seu produto; o comprador é que o compra'.</p> <p>(...)</p> <p>'Acho errado que haja uma política destinada a tirar as pessoas da agricultura, sobretudo porque é uma política sem alternativas sociais e económicas. Isto é tanto mais errado por o momento histórico em que as coisas se estão a processar em Portugal não ser favorável'.</p> <p>(...) a mutação da agricultura europeia ocorreu no momento em que estavam a crescer as cidades, as indústrias, a construção e os serviços'. (...) a mutação da agricultura no nosso país começou nos anos 70, 'numa altura em que a indústria estava a crescer, mas desde os anos 80 que a indústria portuguesa parou e está a pôr gente fora. (...).</p> <p>(...)</p> <p>(O trabalhador rural) 'Ou sobrevive muito mal ou vem para os bairros de lata'.</p> <p>'A minha convicção é que o projecto implícito das actuais autoridades portuguesas e comunitárias será reduzir a menos de metade a superfície agrícola portuguesa, que é de nove milhões de hectares, em superfície agrícola e florestal. (...). Será uma agricultura reduzida espacialmente, num espaço que também é urbano. Nós estamos a construir no terreno fértil. Não se faz boa agricultura em Castelo de Vide, faz-se no estuário do Tejo (...). Acontece que para nossa desgraça colectiva, a concentração urbana dá-se no mesmo sítio das terras agrícolas.</p> <p>(...) se acrescentar a redução das 500 ou 700 mil pessoas que trabalham na agricultura para as 250 mil ou 200 mil que se pretendem, então, eu acho que vai dar-se uma guerra social, com consequências terríveis. Não há nas cidades produtividade industrial nem dos serviços para absorver toda esta gente'.'>></p>
9/8/93 Pág. 28	Reportage m		<i>Subsídios de pousio só para alguns</i>	<p>"A CE está a dar subsídios para deixar a terra sem produzir. É o set-aside, também conhecido por pousio.</p> <p>(António Barreto) 'Numa área de mil hectares, só 15 por cento, ou seja, 150 hectares, podem entrar em pousio (...) e beneficiar do apoio da CE. Teoricamente, isto seria para toda a gente, mas, na prática, e isso é escandaloso, só os proprietários com mais instrução, com mais relações pessoais, institucionais, associativas, mais letrados, mais verdadeiros empresários é que têm direito a isso. (...).</p> <p>A agricultura portuguesa sempre foi muito pouco produtiva. Só num ou noutro caso consegue uma produção economicamente rendível. Era indispensável que, pelo menos, uma parte importante da nossa agricultura, a que tem uma dimensão mais razoável, melhores terras ou melhores condições agronómicas ou melhores agricultores pudesse melhorar a sua produtividade e, portanto, ter tecnologia e técnicas de cultivo mais modernas e mais produtivas (...). Ora, depois de ter estado 30 anos a pagar para produzir o mais possível, a política actual da comunidade não só paga para se sair ou parar a agricultura como paga para não se produzir'.">></p>
9/8/93 Pág. 28	Reportage m		<i>Febre do turismo chega ao Alentejo</i>	<p>"Primeiro foi o Algarve, com as consequências urbanísticas, ambientais e outras que se sabem. A febre do turismo está a chegar agora ao Alentejo. Pensa-se em</p>

				campos de golfe e turismo de luxo na área protegida. (...). (António Barreto) 'Não me importava se fosse (uma actividade segura) e se os cidadãos portugueses fossem respeitados como seres humanos e não só como criados de café ... agora uma actividade turística que ocupe uma região inteira ou parte importante do país é atentatória da dignidade dos habitantes.' >>
9/8/93 Pág. 28	Reportage m		<i>Urgente renegociar a PAC</i>	"Estariamos muito pior se não tivéssemos entrado na CE, defende António Barreto. (...). Os acordos podem a toda a hora ser renegociados. (...). 'O tecto à produtividade é um dos maiores escândalos actuais. É uma punição especial para quem pretende fazer melhor. O sistema permite que quem faz um cereal em más condições possa receber para parar a produção, mas, se quiser mudar a produção, perde, nesse instante, a ajuda europeia. Pode receber uma ajuda para produzir mal, para produzir pouco ou para não produzir, mas não uma ajuda para melhorar e mudar de produção. Isto é um crime, é um absurdo.' (...)"
11/8/93 Pág. 28	País	Manuel Carvalho (Elvas)	<i>Avis revive Idade Média</i>	"(...) O património histórico e a arquitectura militar são os dois maiores atractivos da região pelo que o turismo local pretende atrair o mercado com esta oferta. A vila de Avis é dominada pelo Convento de São bento, que desde o século XIII foi sede da ordem de Avis. O ambiente desses tempos foi recriado numa feira medieval, com a reposição das oficinas representativas dos principais officios da época (...). (...) O distrito de Portalegre é das regiões portuguesas em que a desertificação demográfica e o envelhecimento da população atingem valores mais elevados, e Avis está no topo da tabela. Na sua Câmara comunista, os autarcas queixam-se de serem votados ao abandono e à discriminação. Não perdoam, por exemplo, o que lhes fizeram no Outono de 1991, quando, para reparar uma comporta de fundo, foi mandado proceder ao esvaziamento da barragem do Maranhão. Dois anos se seca trouxeram I impensável: a albufeira permanece quase vazia e as águas impróprias. (...)' >>
13/8/93 Pág. 28	País	Manuel Carvalho (Elvas)	<i>Barragem vazia em Avis</i>	"Nos últimos quarenta anos, o concelho de Avos habituou-se a conviver e a depender da água acumulada na barragem do Maranhão. Desde logo, utilizou-a para fins agrícolas, o que originou a alteração de velhos hábitos, com a introdução das culturas de regadio. A pesca passou a ser em pleno coração do Alentejo, uma actividade nova (...). Por fim, aquelas águas começaram a ser famosas para concursos de pesca desportiva, (...) desportos náuticos, o que gerou o despertar do turismo na zona. (...) Por isso, em 1991, quando começou a ganhar forma a versão que dava como inevitável o vazamento da barragem, a população nem queria acreditar que lhe iam tirar aquela água. (...) Em termos de comunicação social, queixam-se aqueles alentejanos, a maioria das reportagens foi apresentada quando o facto já estava consumado: era para dar conta de uma barragem reduzida a um charco, onde o peixe estava enterrado no lodo ou era retirado já morto em grandes

				<p>quantidades.</p> <p>Falava-se então, quase em exclusividade, do impacto ambiental para a região: as toneladas de peixe morto, as água contaminadas por algum tempo (...).</p> <p>O desastre ecológico do Maranhão teve a amplitude que for a prevista. Por outro lado, em termos de economia da região, os prejuízos estão muito ampliados. É que os problema previstos para seis meses já perduram há mais de dois anos. (...)"</p>
13/8/93 Pág. 28	País		<i>Guadiana poluída dá sede a Mértola</i>	"A água do rio Guadiana está cada vez mais poluída e já nem serve para matar a sede a Mértola, onde é apenas utilizada para usos domésticos. A população bebe água retirada de furos artesanais, mas não chega, pelo que o município tem de transportar água potável para abastecer os habitantes. (...)"
14/8/93 Pág. 26/27	País	Humberto Vasconcelos e João Pedro Fonseca	<i>Secretário de Estado do ordenamento esclarece política de conservação do litoral alentejano</i> <i>Construção anárquica acabou</i>	"O Protali é a magna carta da zona. É o chapéu que cobre todas as outras legislações existentes (...). Temido pelos ambientalistas, o Protali acaba por ser um instrumento válido, embora – segundo dizem os mais puristas – pudesse ir mais além. (...)"
16/8/93 pág. 22	Sociedade	Antónia de Sousa	<i>Pousio é destino de Terras</i> <i>Alentejo à beira da falência</i>	<p>"O Alentejo está numa situação de pré-falência. Infelizmente, o caso não é único. A crise ameaça todas as zonas do interior do país em que o comércio e serviços dependem da agricultura.</p> <p>De 1988 a 1990, os agricultores foram incentivados a investir (...) para valorizar a agricultura e competir com a Europa (...). Para receberem subsídios, tiveram que ir à banca endividar-se. (...) de um ano para o outro houve uma mudança de 180 graus. Agora é a vez do set-aside, pôr em pousio. (...).</p> <p>(...)</p> <p>'A situação no Alentejo é gravíssima. Agudizada pela seca de 91 e 92 e agravada pela PAC'. E acrescentam (Associação dos Agricultores do Baixo Alentejo: 'Não há quaisquer rendimentos na província. Não há fábricas de nada e as que havia estão falidas ou em agonia. Foram injectados milhares de contos, mas a seca veio agravar a situação. (...) tudo aqui está dependente da agricultura'.</p> <p>(...)</p> <p>Para nenhum deles há dúvida de que a agricultura se tem de manter no nosso país. Até à década de 90, dizem, produzíamos cerca de 50 por cento das nossas necessidades. Com a actual situação, tenderemos para os 20, no máximo, 30 por cento. Homens preocupados com a sua própria sobrevivência esquecem o interesse próprio para se preocuparem com a sobrevivência do país. E perguntam: e se houver um conflito generalizado. (...).</p> <p>'Quando se acabam os papo-secos é que começam as guerras', observa pitorescamente um deles.</p> <p>Sabem que há um projecto de agroturismo para o Alentejo, com 12 campos de golfe e pistas de caça. Realisticamente afirmam: 'o agroturismo pode ser um complemento dentro de uma área de transformação da agricultura alentejana, mas nunca uma solução. Vêm fazer turismo com temperaturas que há aqui, no Verão, de 35 e 40 graus? Ou no Inverno, com dois ou três graus?'</p> <p>Para eles não há soluções milagrosas, mas há que evitar a</p>

				<p>falência económica do Alentejo. A maior parte dos agricultores são idosos. Têm que ser apoiados até desaparecerem. E defendem que o governo tem de mudar de política (...). Aliás, os jovens aliciados para a agricultura aguentaram menos que os velhos. Fizeram a sua primeira instalação. Não dispunham de fundos nenhuns e tinham a vida menos organizada. Desanimaram com as dificuldades. Cerca de 50 por cento já desistiram.</p> <p>Para a direcção da associação, a reivindicação principal é que as dívidas dos agricultores sejam negociadas, 'ou a banca vai ser o maior proprietário de terras do país'. Estão cem por cento a favor do Alqueva. (...). 'Não sei se o Alqueva é rendível ou não, mas é a sobrevivência do Alentejo, inclusive para a água chegar às populações'. (...)"</p>
16/8/93 Pág. 23	sociedade	Antónia de Sousa	<i>Uma aldeia no oásis</i>	<p>"(...)</p> <p>Três ou quatro idosos, sentados em bancos de pedra, encostados às fachadas das casas, e um ou outro cão, silenciosos, acentuavam o isolamento do local. (...)</p> <p>(...)</p> <p>Grandes terrenos de caça à volta testemunham a existência de latifúndio. 'É uma zona de pequenos e médios agricultores, com algumas grandes propriedades (...)', diz-nos João Serra (presidente da junta de freguesia e representante local da CNA), ele próprio agricultor, com uma propriedade de 5,5 hectares, só com oliveiras.</p> <p>(...)</p> <p>A história de Vale de Maceiras é semelhante à de tantas aldeias do Alentejo. Uma história de progressivo envelhecimento e desertificação. (...)</p> <p>João Serra diz que a população não diminuiu mais, porque alguns dos que emigraram para Lisboa, nos anos 60 e 70, regressam agora reformados. E há pessoas que vão lá muito. 'Têm cá a sua casinha para passar os fins-de-semana e viver a velhice'. (...)</p> <p>(...)</p> <p>João Serra fala-nos de um 'programa de desenvolvimento agrícola', para o Norte alentejano, que subscreve, em que é sublinhado que a agricultura portuguesa precisa, antes de mais, de uma orientação clara e sem ambiguidades relativamente à produção e comercialização' e de medidas que contrariem a asfixia financeira.</p> <p>Ele acredita que há saída para a agricultura desde que se aposte na qualidade. Dá o exemplo dos enchidos da terra. 'É preciso apostar na qualidade, nas raças autóctones e seus produtos. (...)'</p> <p>Mostra-se descrente em relação às zonas de caça turística, pois grande parte delas não têm exploração do ponto de vista turístico. 'Foram legalizadas como turísticas, mas são usadas para lazer de certas famílias. (...)'</p> <p>Também ele aparece a defender um Alqueva em todas as suas valias. E termina dizendo: 'O Estado português tem de se bater pela defesa do nosso direito a produzir no Alentejo'. Ou o desemprego, a fome e a desertificação serão inevitáveis."</p>
16/8/93 Pág. 24	sociedade	António de Sousa	<i>Barrancos foi onde a seca mais apertou</i>	<p>"É assim (...) que o agricultor António Maria Fialho relata a situação em Barrancos. De lágrimas nos olhos. 'Há fome em Barrancos há muito tempo, mas está encapotada. As pessoas têm vergonha e não confessam'.</p>

			<i>No coração da crise</i>	<p>Foi uma viagem guiada pela secura da paisagem até Barrancos, um concelho muito pobre, com uma população de quatro mil pessoas e pouco mais de mil activos. As entidades empregadoras são a Câmara e os agricultores. Havia lá uma mina de cobre, mas faliu. (...).</p> <p>'(...). Faz-se aqui uma agricultura de subsistência, difícil de executar. Não há nada. A população tem idade avançada, assim como os agricultores. As medidas que pedimos há meses para combater a seca não foram aplicadas e as pessoas viram-se na situação de terem de vender os efectivos pecuários, por não tinham que lhes dar de comer. (...)'.</p> <p>Na situação em que falámos, a situação de António Fialho colocava-se da seguinte maneira: 'No fim do mês, ponho o pessoal todo na rua (...) e vou tentar aguentar uma vacada de 80 cabeças adultas'.</p> <p>E acrescenta: 'Só aguento porque a vacada é seleccionada. É mertolenga pura e foi a primeira seleccionada no País, pelo meu pai, Carlos Garcia Fialho e pelo meu tio, José Augusto Garcia Fialho'.</p> <p>De novo, os seus olhos ficam húmidos ao evocar o passado. Tira do bolso uma fotografia do pai, de algumas décadas atrás, por entre as pastagens, para que vejamos a altura que então atingia a erva. Agora é rasteira, nos sítios que há, quando há.</p> <p>(...)</p> <p>António Fialho tem um belo monte e 600 hectares de terra, que não dão, presentemente, para ele viver. Há meses aceitou emprego, duas vezes por semana, numa outra herdade.</p> <p>(...)</p> <p>Afirma desanimado: 'A perspectiva de vida no Alentejo é nula. Não é por acaso que a maior taxa de suicídios se verifica no Alentejo. É de perder a cabeça! A falta de discernimento do Governo põe a gente for a de si'. (...)'.</p>
18/8/93 Pág. 29	País	Elisabete Rodrigues	<i>Litoral alentejano tem praias poluídas</i>	<p>"O mau funcionamento da estação de tratamento de esgotos de Porto Côvo provocou em Julho a acumulação de 'mantos contínuos' de 'material fecal' nas praias da zona, segundo dados recolhidos pela Coastwatch no Sudoeste alentejano.</p> <p>Esta primeira fase da campanha, promovida pelo Geota (...), detectou ainda outros problemas, como a abertura de caminhos sobre dunas na praia das furnas e entre Almogrove e a Lapa das pombas, a construção de uma rede densa de estradas em direcção às arribas e praias do concelho de Aljezur (...).</p> <p>(...) ameaça também generalizada é a existência de 'elevadas percentagens de crude espalhadas por toda a praia, com especial incidência nas marcas de maré'.</p> <p>Por outro lado, acrescenta o Geota, a construção do emissário da Etar de Vila Nova de Milfontes provocou a destruição de 500 metros de dunas sobre a arriba (...) enquanto a instalação de empreendimento Odefruta, no Brejão, 'procedeu à total artificialização da área e esterilização do solo com a consequente destruição de todos os seres vivos'."</p>
18/8/93 Pág. 29	País	José Manuel Oliveira (Portimão)	<i>Combate à desertificação</i>	<p>"Mais de cem postos de trabalho vão ser criados com a constituição de novas empresas em zonas rurais do Algarve e Alentejo.</p> <p>(...)</p>

				<p>O objectivo é criar espaços de atracção e desenvolvimento económico, de forma a fixar a juventude nas zonas rurais, evitando assim a desertificação', disse um dos promotores (...).</p> <p>(...) entre as inovações, destaca-se a criação de uma clínica anti-stress, reservas de caça turística e outras infra-estruturas propícias ao turismo rural e à preservação da natureza.</p> <p>(...)</p> <p>'Um projecto desta natureza obriga ao reordenamento da classificação dos solos agrícolas face à nova PAC, sendo indispensável a revisão do Protal e dos PDM que impõem às populações o abandono das zonas rurais', concluiu o responsável da Vicentina (Associação para a Protecção e Desenvolvimento do Algarve Sudoeste).</p>
26/8/93 Pág. 19	País		<i>Poluição aumenta no Guadiana</i>	<p>"A Associação de Defesa do Património (ADPM) quer que seja criada uma área protegida do Vale do Guadiana. Este rio tem sofrido um 'aumento progressivo' de poluição e outras agressões ambientais, que estão a provocar o desaparecimento da lampreia.</p> <p>(...)</p> <p>(...) 'Em primeiro lugar', disse, 'são as pesticidas e herbicidas, utilizadas nas plantações espanholas do vale do Guadiana, e que são arrastados para o rio na altura das chuvas. Em segundo lugar, são os esgotos urbanas, oriundos de povoações dos dois lados da fronteira luso-espanhola, que não dispõem de estações de tratamento de águas residuais, incluindo Mértola.</p> <p>Além das explorações de suínos e azeite, a poluição do Guadiana provém também da fábrica de celulose localizada perto de Mourão, referiu. (...)"</p>
28/8/93 Pág. 26/27	País	Marina Pinto Barbosa	<i>Alentejo: paisagens do silêncio</i>	<p>"Na mais pequenas aldeias e vilas do Alentejo, são cada vez menos os que estão dispostos a pagar o preço da interioridade. Daí a tendência para a desertificação, apenas contrariada por quem soube investir e tirar partido do isolamento.</p> <p>Para quem vive nas grandes cidades, é difícil imaginar uma vida onde parece que não há nada para fazer. No entanto, as necessidades urbanas não fazem parte dos anseios dos habitantes da grande maioria das pequenas vilas e aldeias 'quase perdidas' no Alentejo.</p> <p>(...). Dos que partem, poucos optam por voltar. O desemprego e a falta de oportunidades têm demasiado peso para serem suportáveis mesmo pelos menos ambiciosos.</p> <p>A seca piora tudo. Dois anos é muito tempo e quando não chove as carências acentuam-se consideravelmente. A paisagem torna-se desoladora. As ribeiras deixaram de existir, o caudal dos rios diminuiu e as barragens têm cada vez menos água.</p> <p>(...)</p> <p>Os que ficam acabam por ser só os reformados e as mulheres que, cuidadosamente, se vão dedicando a cair as casas e a varrer as ruas em frente.</p> <p>A inexistência de uma eficaz assistência de saúde é outra das carências básicas de que se queixam os menos resignados. (...)"</p> <p>(...)</p> <p>É principalmente nas tasquinhas (...), ou à sombra da igreja, que se reúnem os mais velhos (os homens) de manhã e ao fim da tarde, depois da sesta. O passado é</p>

				<p>invariavelmente tema de todas as conversas.</p> <p>(...)</p> <p>Raposo, (...) fala dos dias que passou em Lisboa e, com orgulho, lembra a data em que teve que ir à 'Boa Hora', por causa do contrabando. (...). 'Fui contrabandista, fui agricultor, fui pastor, tudo o que se podia ser quando era novo'.</p> <p>(...)</p> <p>A aldeia de Barrada, freguesia de Reguengos, é das mais pequenas e mais despovoadas de todo o Alentejo. Ao princípio da tarde, ninguém acredita que possa viver ali alguém. Nada corta o extremo silêncio. A hora é de descanso.</p> <p>(...)</p> <p>Descontando algumas admiráveis excepções, o regresso, mesmo temporário dos emigrantes tem vindo a modificar os hábitos e a paisagem alentejana. Os destinos são, quase sempre, a Holanda, a Suíça, e a França. (...).</p> <p>O investimento dos 'regressados' é visível em todos os pormenores. Tudo está extremamente limpo e arranjado, as casas foram 'enriquecidas' com azulejos, candeeiros, novas portas, janelas. Nada ficou como antes. Os grandes carros estacionados à porta deixam adivinhar a conquista de uma certa prosperidade que é agora orgulhosamente provada àqueles que, todos os anos, aguardam a visita dos que foram para fora.</p> <p>Nas férias, pais e filhos, quase sempre já nascidos no estrangeiro, trazem muitas novidades. As roupas, os gestos, as palavras e os costumes adquiridos (...) vão-se tornando familiares a toda a comunidade."</p>
28/8/93 Pág. 27	País	MPB	<i>Mina de São Domingos: a 'morte' adiada</i>	<p>"A degradação das condições de vida e a falta de água são as maiores razões de queixa de quem ficou em Mina de São Domingos, depois do encerramento das minas.</p> <p>Esgotos também não há. Todos os dias passa pela vila 'uma camioneta que vem recolher os dejectos e o lixo'. Algumas pessoas fizeram fossas assépticas por conta própria (...).</p> <p>A poluição da barragem da tapada, que agrava o problema da falta de água deve-se sobretudo ao 'descuido e à má formação das pessoas', comentam.</p> <p>Os problemas de saúde também são muitos. Numa terra onde a população é constituída essencialmente por velhos, não há nem posto médico, nem farmácia (...).</p> <p>(...) Por tudo isto, são cada vez mais os que se vão embora e hoje é fácil encontrar gente da Mina de São Domingos em Moscavide, em Sacavém e em Almada. Alguns destes, no entanto, acabam por ter que regressar por também nesses lugares não abundar a oferta de emprego. (...).</p> <p>Mesmo com estas condições, as pessoas continuam a não falar. Quem se abre são os que vivem fora e só regressam nas férias e os que já viveram nas grandes cidades (...). 'Os outros têm medo de falar com receio que lhes tirem o pouco que têm'."</p>
28/8/93 Pág. 28	País	MPB	<i>Terena e Monsaraz Casos exemplares</i>	<p>"O isolamento das pequenas aldeias ou vilas é para muitos um factor de atracção. Susana e Arnaldo Aboim pressentiram-no e, mesmo sem os apoios que chegaram a pedir, investiram, da melhor maneira, nos atractivos oferecidos por Terena, uma pequena vila cheia de história, com cerca de 1800 pessoas'.</p> <p>O turismo rural é uma das saídas airoas para combater a tendência para a pobreza e a desertificação das pequenas</p>

				<p>terras. O melhoramento das infra-estruturas disponíveis para os visitantes acaba, mais tarde ou mais cedo, por favorecer também os naturais.</p> <p>(...)</p> <p>O quotidiano de Terena não difere muito das outras vilas. As mulheres dedicam-se sazonalmente à agricultura – neste caso à apanha de pêros numa herdade explorada por um holandês que exporta para o seu país. Os homens dividem-se entre o cultivo da terra e a pecuária.</p> <p>Também aqui os jovens são poucos (...). Mesmo com o aumento do turismo continua a não haver uma farmácia e o médico só dá consultas três vezes por semana.</p> <p>Apesar disso, ‘aqui as pessoas vivem bem. Não há o hábito de sair da terra, mas alguns já passam fins-de-semana fora’. A influência dos visitantes não é alheia a esta mudança de atitudes.</p> <p>No Centro Cultural e Desportivo, os habitantes já têm melhores condições de convívio: vê-se televisão, vídeo, ouvem-se CD, etc.</p> <p>A promoção de concursos que premeiam as entradas enfeitadas com as flores mais bonitas ajuda a melhorar ‘a imagem’ e a manter tudo impecavelmente arranjado.</p> <p>Monsaraz é outro exemplo. Mais explorada que Terena, esta pequena vila, com apenas 104 habitantes, é visitada todo o ano por milhares de pessoas. Embora ainda não haja grandes alternativas de vida para os habitantes (...).</p> <p>(...)</p> <p>É também a desmotivação e o abandono que permitiu que se deixem queimar tantos hectares de girassóis, por todo o Alentejo, só porque os subsídios são recebidos de qualquer maneira. O isolamento também é isto.”</p>
28/8/93 Pág. 29	País	MPB	<i>Descansando à sombra</i>	<p>“Logo que o sol começa a queimar, todos os relógios param e as horas de calor, que são mortas, são dedicadas a um merecido descanso ou à sesta, que se prolonga até o incómodo astro se esconder do outro lado do mundo.</p> <p>As sombras, mais do que o ouro, são o bem mais cobiçado pelos alentejanos nestes momentos de absoluta introspecção. Tudo para, as ruas ficam desertas e o silêncio torna-se também parte da paisagem.</p> <p>(...)</p> <p>Na hora de recolher, são as grossas paredes das casas imaculadamente caiadas que escondem os segredos de quem já viveu quase tudo e se dedica agora, de corpo e alma, às memórias de um tempo passado que nunca foi esquecido”.</p>
6/9/93 Pág. 22	País	AS	<i>Agricultores sem ilusões</i>	<p>“O agricultor que se governe com o seu dinheiro e tenha as alfaias pagas não faz pé-de-meia mais vai-se mantendo. Os que investiram fortemente na mecanização, esses é que estão a braços com graves problemas.</p> <p>Ouvimo-lo a um agricultor do Sado, ‘desde criança’, Alfredo Carvalho de 65 anos, responsável por uma herdade de 60 hectares que partilha com os seus quatro irmãos.</p> <p>Ouvi-lo é ir ao encontro de um agricultor tradicional sem ilusões nem grandes voos, mas também sem se sujeitar a grandes riscos, não abdicando contudo dos subsídios da CE.</p> <p>(...)</p> <p>É um panorama desolador, a que tem de se acudir porque, num país com uma tradição agrícola com a tradição agrícola portuguesa, desequilibrar a agricultura é</p>

				<p>desequilibrar todo o tecido social com resultados imprevisíveis. Não ter isto em conta é promover graves conflitos sociais. 'Não são terrenos ricos; são terrenos bons para as hortícolas, mas há também bolsas de bons terrenos muito paradas', diz Carlos Guinote (delegado da CNA). E alerta: 'ultrapassa os 60 por cento a nossa dependência alimentar do exterior. Um erro grave. Se o conflito da Jugoslávia se alastra não vamos ter que comer'. E conclui: 'Devemos lutar por produzir aquilo de que necessitamos.'"</p>
11/9/93			<i>"Colonizar o Alentejo"</i>	<p>"Já está feita a planta das construções que, por iniciativa do sr. ministro das obras públicas e por plena aquiescência do sr. José Maria dos Santos, vai abrigar duzentas famílias na herdade do Poceirão.</p> <p>Este simpático empreendimento prende-se estreitamente com o flagelo da emigração, pela eficácia com que pode concorrer para que o país não se prive de tantos braços, que procuram trabalho em climas distantes e nocivos.</p> <p>Os trabalhadores do norte, que tantas vezes procuram o Alentejo, terão ali terrenos suficientes para uma modesta cultura e casas confortáveis.</p> <p>Cada courela abrange um total de seis hectares e água encontra-se ali a pouco profundidade."</p> <p>- Nota: a notícia surge numa rubrica em que o jornal reedita notícias de há cem anos.</p>
20/9/93 Pág. 22/23	Sociedade	Antónia de Sousa	<i>Um vendaval de descontentamento</i>	<p>"O vendaval de descontentamento que sacode a agricultura portuguesa tem de encontrar eco a nível governamental. Urge arrear caminho e ouvir as razões dos agricultores.</p> <p>(...)</p> <p>É altura de fazer o balanço dos investimentos feitos na agricultura portuguesa. Não um balanço em que se nomeiem os milhões investidos. A história dos milhões já não impressiona ninguém. É poeira deitada para os olhos das pessoas, que começaram a compreender que não importa tanto o dinheiro, mas o que se faz com ele. Ora, os dinheiros enterrados nos campos portugueses estão a dar frutos amargos. (...).</p> <p>Esperamos que, finalmente, tenham chegado a esse reconhecimento, que passa por aceitar que papel fundamental que a agricultura desempenha na sociedade portuguesa. O arquitecto Ribeiro Teles sabe disso como ninguém. Diz ele que a agricultura não pode ser considerada uma simples actividade económica, porque excede o processo económico. É também um processo cultural, de que toda a sociedade usufrui. Segundo ele não pode ser paga exclusivamente pelos bens que produz. Tem de ser paga pela beleza das paisagens e pela ocupação das populações rurais.</p> <p>Se o governo continuar a ignorar a importância global da agricultura e não arranjar soluções, todos ficaremos a perder. Nesta fase da história do mundo em que tudo se esboroa, será mais uma machadada no sentido da desorganização geral. O partido que representa virá a ser penalizado nas eleições. O que está em jogo (...) é a perda de valores que se está a processar de forma acelerada e que sustinha o mundo rural e que não será sanada de um dia para o outro, só pela mudança de partido no poder. Não dizem os historiadores que Portugal é um país rural? o que significa que é a sociedade portuguesa por inteiro que será afectada.</p> <p>Ninguém se iluda. Não é a crise económica que</p>

				<p>fundamenta a loucura colectiva que grassa pelo país e de que os telegornais dão uma triste imagem. Já vivemos pior do que se vive hoje e não havia esta perseguição ao pobre, ao cigano, ao negro. Também nunca antes nos tinham prometido a sociedade de abundância de uma forma tão convicta e com um <i>marketing</i> tão bem planeado (...). A desilusão colectiva está à vista (...).</p> <p>Ao longo dos tempos, Portugal tem sido terrivelmente deficitário em termos alimentares. O senso comum mandaria que um dos objectivos prioritários a atingir com os subsídios da CE fosse aumentar a capacidade agrícola do país (...) no sentido de nos aproximarmos da auto-suficiência alimentar. (...).</p> <p>Seria de esperar que o nosso atraso fosse usado de maneira positiva. Isto é, que se ensaiasse no nosso país o salto de uma agricultura tradicional para uma agricultura biológica, recusando a repetição dos erros dos outros.</p> <p>Nada disso foi tido em conta. Estamos a repetir (...) erros dos nossos parceiros comunitários (...). Vamos fazer cultura intensiva em pequenos espaços, com os custos ambientais que lhe são inerentes.</p> <p>(...)</p> <p>Faltou a criatividade e o arrojo aos nossos negociadores. (...) Não seria de fazer valer junto da comunidade o direito de cada país ter uma reserva estratégica alimentar?</p> <p>(...)</p> <p>Depois, há os danos morais causados, por exemplo, pelo pousio. Os nossos lavradores não compreendem que se possa receber para não se produzir. Isto é uma subversão de valores. 'É uma contranatura' ouvimos a um deles. Esta incomodidade é ainda uma réstia de consciência moral. (...) Esta consciência moral poderia ser o pivot para uma outra concepção da agricultura, menos produtiva, mas também menos agressiva para o ambiente. O dinheiro que se paga para não produzir poderia e deveria servir para produzir o respeito do ambiente e da natureza. (...).</p> <p>(...)</p> <p>(...) É fácil destruir o que resta da economia agrícola nacional com a invasão de produtos mais baratos. Depois, o mercado pertencerá a quem fornece o produto mais barato, segundo as regras que quiser.</p> <p>(...)</p> <p>Acabe-se com a agricultura de sobrevivência e veremos esse limiar (de pobreza) ser ultrapassado e a fome instalar-se por todo o país."</p>
20/9/93 Pág. 23	Sociedade	AS	<i>Somos um povo e um país de repetidas fomes</i>	"O nosso país tem um passado de pobreza e fome, que convém recordar numa altura em que a reconversão da agricultura implica o abandono dos solos, nos tornamos mais dependentes do estrangeiro e faz diminuir o rendimento dos agricultores. (...)"
20/9/93 Pág. 24	Sociedade	AS	<i>Rosado Fernandes ao DN</i> <i>Educação é chave do futuro</i>	"(...) 'A classe política nunca entendeu que a agricultura era necessária para manter o equilíbrio económico e social do país. Sempre pensou que o progresso era consubstanciado na indústria e menos no comércio. Agora já se fala no terciário, mas quando Ferreira Dias, no tempo do Salazar, fez o plano para o desenvolvimento, a sua atenção incidiu praticamente sobre a indústria (...).' Para Rosado Fernandes, a questão da educação está na base

				<p>de todos os nossos problemas. 'A agricultura para mim não é excepção. (...). Não creio que seja possível ser competitivo no mundo sem investir pesadamente na educação'.</p> <p>(...)</p> <p>Na sua opinião, há que investir no interior: 'Ainda se está perfeitamente a tempo de fazer investimentos que permitam às populações aguentarem-se, basta que haja uma aplicação criteriosa, que favoreça também o interior'.</p> <p>(...)</p> <p>'Não temos nada que deixar o resto às silvas. Há vários aproveitamentos que podem ser feitos, inclusivamente o pecuário. Há muito gado que se pode criar escapando às terríveis leis comunitárias. (...). Há certos sectores onde ainda se pode trabalhar, se ligarmos a produção pecuária à transformação'.</p> <p>Rosado Fernandes admite que se pode produzir em qualidade se 'a nível local forem favorecidas cada vez mais as estruturas comerciais, se houver mercados (...) e uma acção pedagógica por parte do associativismo privado ou do Estado' (...).</p> <p>(...)</p> <p>Referindo o descontentamento geral por parte dos agricultores europeus, Rosado Fernandes considera que a 'PAC vai ter de ser alterada' e que a Europa vai ter de repensar o destino dos seus excedentes. E a propósito do escândalo moral que representa a destruição dos excedentes afirma: 'Queimam-se excedentes quando há 750 milhões de pessoas a morrer à fome! Dizem que fica mais caro colocar as mercadorias nos países. No outro dia esteve cá um francês, que me disse: quando aparece o medo, os políticos encontram sempre o dinheiro para resolver os problemas que os provocam'."</p>
12/10/93 Pág. 22	País		<i>Meio rural exige mais vida</i>	<p>"É necessário animar e dar vida ao meio rural nas regiões mediterrâneas, consideraram (...) os participantes num simpósio que reúne em Évora mais de duas centenas de especialistas.</p> <p>(...)</p> <p>De acordo com o actual responsável pela Estação Zootécnica Nacional (Vaz Portugal), a questão central a é equacionar o que se deve fazer, de forma a que o 'agricultor não deixe de trabalhar a terra, mas que tenha acesso a rendimentos que lhe possibilitem uma qualidade de vida'.</p> <p>'Se o agricultor abandona o meio rural, vem não só aumentar os problemas que os centros urbanos possuem, sobretudo os que estão no litoral, mas também vai desertificar o próprio meio, o que significa ter uma paisagem rural que não convida ninguém'.</p> <p>Após defender a produção animal e o turismo rural, Vaz Portugal considerou ter 'chegado o momento de, aproveitando esses elementos, dar vida ao próprio meio rural'.</p> <p>'O animal, pela sua diversidade, traz ao meio rural uma certa beleza, além da pecuária ser uma actividade que gera uma paisagem que não é uniforme', salientou aquele especialista, considerando que o facto da paisagem não ser uniforme 'é importante para quem quer cultivar a ideia de vir ao campo'.</p> <p>'O homem é o gestor de todas as situações e ao homem fica</p>

				a responsabilidade de ser o gestor e arquitecto do meio rural que nos encanta', frisou Vaz Portugal. (...)".
3/11/93 Pág. 40	País	Carlos Barão (Beja)	<i>Alqueva desenvolve turismo</i>	<p>"A barragem de Alqueva já é considerada uma 'mina de ouro'. Portugueses e estrangeiros querem investir no turismo alentejano. (...). (e) já iniciaram a 'busca' ao melhor terreno.</p> <p>Representantes de empresários alemães e franceses, ligados a multinacionais de capital japonês, foram os primeiros a visitar o concelho. Demonstraram interesse em investir nos desportos náuticos e em campos de golfe.</p> <p>Mas o benefício das 'mais-valias' do grande lago do sul não fica pelos aproveitamentos náuticos. Os recursos cinegéticos da região poderão, eventualmente, dar origem à criação de duas reservas de caça grossa (...)"</p> <p>A edilidade tem já ideias para desenvolver o turismo e pretende apostar na vila medieval de Monsaraz. Vítor Martelo, da Câmara de Reguengos, (...) prevê a criação de um parque de campismo, uma reserva natural e um museu de arqueologia. (...) defende a realização de um plano de ordenamento do território 'para salvaguardar o espaço envolvido e garantir a perfeição da solução final'.</p> <p>Mourão (...) foi também visitada por alguns investidores. (...). O interesse dos investidores centra-se na hotelaria, sector que a autarquia pretende desenvolver, designadamente dinamizando o castelo da vila com a construção de uma pousada. (...) (e) pretende construir uma marina nas proximidades da aldeia da Luz, gerida pela sua junta de freguesia.</p> <p>(...)</p> <p>Segundo Alexandre Barros (edil de Mourão) pretende-se que a nova aldeia da Luz seja construída à semelhança da que já existente, um pormenor importante para minimizar os efeitos morais dos habitantes.</p> <p>A RTE (...) tem duas metas a atingir: fixar os turistas que eventualmente atravessem o Alentejo em passo acelerado em direcção ao litoral e modificar o tipo de turistas que frequentam a região.</p> <p>Actualmente o turismo alentejano é caracterizado por um grande elitismo. Para o futuro a RTE pretende criar condições de oferta turística acessível a todas as classes sociais. (...)".</p>
9/11/93 Pág. 6	Política		<i>Planos directores avançam devagar</i>	<p>"A revolução silenciosa, como o Governo gosta de chamar ao processo de planeamento das autarquias através dos PDM, está a decorrer de forma lenta e com alguns acidentes de percurso. O Alentejo e o Centro do País são os primeiros nos PDM. (...). A região com maior percentagem de planos directores ratificados é o Alentejo, com dez planos, num total de 46. (...)".</p> <p>Nota : Confrontar com o artigo do público sobre a mesma matéria.</p>
11/11/93 Pág. 41	País		<i>Complexo turístico de luxo no Alentejo Almodôvar quer negócio da china</i>	<p>"Investidores chineses estão a apostar no turismo alentejano. Almodôvar, a meio caminho do Algarve agradece a oportunidade.</p> <p>A Semblana Golf Club, empresa de capital chinês vai iniciar a construção de um campo de golfe, um hotel e vivendas turísticas em Almodôvar. O complexo, a instalar na Herdade da Camacha (...) não se destina a todas as bolsas. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Almodôvar, com 12 mil habitantes, vive da agricultura e da</p>

				<p>capacidade empregadora da Somincor e autarquia, mas o desenvolvimento passa pelo turismo e serviços.</p> <p>(...)</p> <p>‘ Saleiro defende o concelho como alternativa (ao Algarve), com equitação, golfe, pesca e turismo rural. Mas falta a água. Almodôvar, Mértola e Castro Verde querem a barragem da ribeira de Oeiras (...)’</p>
17/11/93 3 Pág. 40	País		<i>Olivais alentejanos são espelho da crise</i>	<p>“A apanha da azeitona já começou nos campos alentejanos. Homens e mulheres levantam-se cedo e partem para os olivais. É hora de repar e varejar a oliveira. Mas não há trabalho para todos. A produção deste ano é fraca e não dá para empregado mais de metade da mão-de-obra disponível. Dois anos de seca consecutivos provocaram a crise na olivicultura alentejana.</p> <p>(...)</p> <p>Concelhos como o de Moura e Mourão (...) cujas populações dependem de ocupações sazonais, enfrentam o problema do agravamento do desemprego e consequente degradação do nível de vida dos seus habitantes. (...)”</p>
7/12/93 Pág. 4	Política	Carla Baptista	<i>Os últimos resistentes</i>	<p>“São Bento de Ana Loura é a freguesia mais pequena do país (no concelho de Estremoz). Só tem 52 eleitores.</p> <p>(...)</p> <p>O povoamento disperso que caracteriza o Alentejo encontrou ali terra de eleição. Isto porque, apesar de parca em habitação, São Bento é a segunda maior freguesia do concelho – com 560 hectares.</p> <p>Terra com fartura. Infelizmente, para alguns, mal distribuída. É quase tudo pertença de um latifundiário chamado Armando João Cortes Moura. ‘Era uma grande casa agrícola’, diz Augusto Calça, 80 anos bem rijos, ‘que dava trabalho a 200 pessoas’. E agora? ‘Parece que lá trabalham quatro homens’, responde.</p> <p>Veja-se o exemplo da azeitona. Varejar árvores, juntar as bagas em cima do pano, levar para o lagar. Tudo isso mobilizava as mulheres da freguesia e arredores. Actualmente, com a zona transformada em coutada, o proprietário prefere vender o fruto por junto a um casal de franceses. Não que estes se interessem por azeite. Deixam a azeitona na árvores, para servir de isco aos tordos.</p> <p>Augusto Calça (...) tem mais queixas do latifundiário. ‘Vedam os caminhos municipais com arame farpado e, como não têm guardas a vigiar, misturam gado bravo com vacas pacíficas’. Resultado, já ninguém se atreve a cruzar caminho em São Bento.</p> <p>(...)</p> <p>Se são novos, emigram. Se são velhos vão para casa dos filhos. Não há nada que chame os jovens e tudo espanta os velhos. Só para lá vão cidadãos nostálgicos do campo. Pelo menos três casais ali compraram casa, reconstruíram-na e divertem-se ao fim-de-semana no jardim e no <i>bricolage</i>.</p> <p>‘Esses trouxeram para cá a política’, diz Augusto Calça, mas ‘não temos muita oportunidade para falar nisso’. (...)”</p>
7/12/93 Pág. 5	Política	C B	<i>Escultor Jorge Vieira trocou Lisboa por São Bento Contra o ‘grande latifundiário’</i>	<p>“A casa fica perto da escola abandonada. (...). À volta da escola estão algumas casas abandonadas, propriedade de Armando João Moura.</p> <p>(...)</p> <p>Não foi difícil imaginar que era ali a casa de Jorge Vieira, o ‘senhor escultor’, ou o ‘engenheiro que dá aulas’, que nos tinham indicado como ‘o homem que sabe contar a história da freguesia’. Fora os muito antigos, é dos poucos que</p>

				<p>conhece a lenda da rapariga loura por quem D. João se perdeu de amores.</p> <p>Jorge Vieira e esposa trocaram há 12 anos Lisboa, onde ela dava aulas na Faculdade de Belas-Artes, por uma azenha transformada em casa, um atelier comprido e espaçoso atulhado de peças de escultura, o quintal com alfazema e, sobretudo, uma paisagem maravilhosa, que se estende 'até onde a vista alcança'.</p> <p>Existem algumas más contrapartidas nesta vida campestre. As vacas de João Moura, por exemplo. Já não é a primeira vez que lhe invadem a pequena propriedade, destruindo tudo à passagem. (...).</p> <p>(...). Jorge Vieira diz que as pessoas da terra, mais do que disputas políticas, travam um combate solitário contra o 'grande latifundiário'."</p>
9/12/93 Pág. 40	País		<p><i>Redondo a um passo da prosperidade</i></p> <p><i>Desenvolvimento surge pelo turismo</i></p>	<p>"Redondo, vila alentejana, terra de oleiros e fazedores do campo, está a um passo de realizar sonhos de prosperidade. É o desenvolvimento económico que surge pelo turismo. O trabalho agrícola está de rastos e as planícies são pura contemplação.</p> <p>Ao homem alentejano resta esboçar um sorriso para as viaturas que passam, fiéis ao papel de museu vivo.</p> <p>(...)</p> <p>A realização do plano de ordenamento da barragem da Vigia, executado pela autarquia, originou o aparecimento de um projecto de aproveitamento turístico. A Aldeia Branca, Ldª, de capitais ingleses, pretende construir um hotel de cinco estrelas com 120 quartos, um hotel de três estrelas com 100 quartos, um conjunto de apartamentos turísticos com 70 unidades, campos de golfe, um clube, espaços de comércio, centro hípico, zona desportiva, restaurante e áreas públicas tratadas. (...)"</p>
25/12/93 Pág. 25	País	António Veladas	<p><i>Natal alentejano com tradições esquecidas</i></p> <p><i>Emigrante anima festa</i></p>	<p>"A família alentejana está prestes a reunir-se, as aldeias enchem-se de automóveis caros com matrículas de toda a Europa, e pelas ruas o ambiente é de reencontro.</p> <p>(...)</p> <p>Mas nem com a chegada dos 'filhos ausentes' as imensas planícies do 'pão' ganham vida.</p> <p>O típicos montes alentejanos estão desolados, muitos foram abandonados, e as pequenas comunidades que outrora povoavam as herdades já lá não estão. Uns cansaram-se de morte e outros fizeram as malas e mudaram-se para a aldeia.</p> <p>(...)</p> <p>Mudam-se os tempos, mas as vontades permanecem. A mulher alentejana não deixa passar a quadra natalícia sem as tradicionais filhoses e os 'bêbados' (...).</p> <p>A essência do verdadeiro Natal, aquele que distinguia as terras pelos seus costumes já se perdeu (...)"</p>
29/12/93 Pág. 37	País	António Veladas	<p><i>Instituições bancárias são agora os latifundiários</i></p> <p><i>O Alentejo está à venda</i></p>	<p>"(...)</p> <p>A grande planície do Sul está à venda, e todos os anos mudam de dono milhares de hectares de terra que já deu 'pão'. Só durante o ano que está a terminar estiveram à venda mais de 30 mil hectares nos três distritos alentejanos e, em 1992 foram vendidos mais de 25 mil hectares.</p> <p>Com o fenómeno de extinção do empresário agrícola, o Alentejo tem vindo a mudar a face. As grandes herdades estão despovoadas, o camponês fez as malas e ficaram os montes ao abandono.</p> <p>A solução é só uma, vender e vender bem. Segundo Paulo</p>

				<p>Cabral, director-geral da BTA, o tempo tem vindo a comprovar o interesse dos portugueses pelo investimento em terras. (...). Os grandes interessados na aquisição de terrenos são oriundos de Lisboa e Porto e até mesmo alguns estrangeiros, que procuram zonas de lazer e em contacto directo com a natureza.</p> <p>Mas, nestas coisas de vendas de terrenos, só estão bem aqueles que têm propriedades próximas dos grandes centros urbanos.</p> <p>A especulação já chegou e quem a trouxe foi a aprovação da construção da barragem de Alqueva e zonas consideradas de 'elevado interesse histórico, como é o caso a vila medieval de Monsaraz. Por exemplo: sete hectares a um quilómetro de Monsaraz, com casa, podem valer até 20 mil contos ou mais, mas, se o mesmo terreno for vendido numa zona deserta e distante de localidades de 'prestígio', custará metade.</p> <p>Paulo Cabral está preocupado com o futuro do Alentejo porque o comprador de terrenos só o faz para investir, e não para produzir.</p> <p>'De momento, o problema mais importante é o de quem trabalha a terra estar a abandoná-la e de quem compra não a trabalhar a tempo inteiro', refere Paulo Cabral. Um problema que só pode ser resolvido com o entendimento entre as instituições de crédito e o Governo, com a formação de empresas que permitam facilitar aos jovens agricultores a compra de propriedades.</p> <p>A realidade actual do Alentejo é de um total endividamento aos bancos e às caixas de crédito agrícola por parte dos agricultores. (...)."</p>
29/12/93 Pág. 41	País	Luis Rego	<i>Em Ferreira do Alentejo Cooperativa agrícola abre as portas à crise</i>	<p>"A Cooperativa Agrícola de Ferreira do Alentejo vai fechar as portas, possivelmente já no final do mês. Salários em atraso há dois meses (...) dívidas à banca e aos fornecedores, são motivos suficientes para que a situação seja 'insustentável', confessa José Luís Matias, gerente daquela cooperativa (...) que justifica a crise com os avultados investimentos que (...) (foram) incentivados a realizar. (...)."</p>
31/12/93 Pág. 41	País	António Veladas	<i>Desenvolvimento da região parece só assentar na oferta aos visitantes</i> <i>Investimento restrito no Alentejo</i>	<p>"O ano de 1994 vai trazer ao Alentejo a consolidação de alguns projectos turísticos e parece ser a única alternativa de investimento a breve prazo nesta região.</p> <p>A barragem da Vigia, no concelho do Redondo, é a primeira a comportar um investimento superior a 14 milhões de contos.</p> <p>Trata-se de um projecto que contempla, numa primeira fase, a construção de um hotel de cinco estrelas (...) apartamentos turísticos, campo de golfe e áreas públicas de lazer.</p> <p>Esta fase ficará concluída em 1996. A Aldeia Branca, empresa de capitais ingleses e responsável pelo projecto pretende construir após 1996, mais um hotel de três estrelas, um clube, um centro hípico e espaços de comércio. (...)</p> <p>Prevista está igualmente, na vila do Redondo, a construção de mais um hotel de quatro estrelas de 60 quartos, 29 moradias em banda e 18 apartamentos para venda. (...)</p> <p>Junto à barragem do Fratel (...) está em construção um complexo turístico que engloba uma albergaria e restaurantes, estruturas de apoio para actividades de ar livre</p>

31/12/93 Pág. 41	País	Luis Rego (Beja)	<i>Turismo, tradição e Alqueva ajudam a recuperar distrito de Beja</i>	<p>e campismo, recintos desportivos e um ancoradouro para apoio às práticas náuticas. (...)”.</p> <p>“O turismo, os produtos tradicionais do Baixo Alentejo e o Alqueva poderão ser, em 1994, as grandes apostas para combater as desgraças que abalaram a região durante este ano. Com boas perspectivas estão os homens do turismo, que falam em projectos de aproveitamento das riquezas ambientais.</p> <p>Semblana Golfe Club e Parque Exótico de Ourique surgem à cabeça de uma lista, ainda curta, de investimentos turísticos com acesso à Planície Dourada, que prevê, para o próximo ano, um incremento dos investimentos em turismo rural, aproveitando-se alguns dos terrenos deixados ao abandono pelos agricultores.</p> <p>Os responsáveis querem uma forte campanha de promoção do Baixo Alentejo, capaz de trazer maior número de turistas e dinheiro.</p> <p>(...)</p> <p>Na ordem de prioridades para o próximo ano, aliado ao turismo, aparece o aproveitamento dos produtos tradicionais desta região. O Baixo Alentejo possuiu dois produtos dos mais cobiçados (...): o presunto pata negra e o queijo de Serpa. (...)”.</p>
---------------------	------	---------------------	--	---

Diário de Notícias	Rubrica	Locutor-Reportador	Título	Resumo
3/1/94 Pág. 38	País	Elisabete Rodrigues	<i>Costa Sudoeste com regras mas pouco futuro</i>	<p>“O plano de ordenamento do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina está finalmente em discussão. (...). Mas o plano de ordenamento poucas proposta prevê para o futuro da região. (...)</p> <p>Cláudio Percheiro, presidente da Câmara de Odemira, aproveitou a primeira reunião de debate público sobre o plano para criticar a falta de dinheiro avançando com exemplos de investimento que, só no seu concelho, ultrapassam largamente a fatia dos dois milhões que lhe caberia.</p> <p>Apesar da boa vontade demonstrada pelo presidente do ICN, que se deslocou pessoalmente a Odemira para três horas e meia de debate, que chegou a ser bem azedo, a verdade é que o sentimento geral é de desconfiança sobre a capacidade da administração central para investir de facto esses oito milhões de contos. (...).</p> <p>As centenas de pessoas que esgotaram o salão dos Bombeiros de Odemira queriam saber o que podiam ou não fazer. A pesca à linha, a agricultura, a caça, a construção, o turismo, foram alguns dos temas abordados. Mas todos saíram sem respostas. Um dos assistentes, no fim da reunião desabafava quase aos gritos: ‘vamos daqui sem perceber nada’. (...)</p> <p>‘Os senhores de Lisboa querem isto muito bonito para virem cá passear, mesmo que a gente tenha de passar fome ou emigrar’, dizia um dos presentes. Ou, como disse o presidente cessante Justino Santos, ‘A Câmara de Odemira não recebe lições de ninguém sobre a defesa da sua costa. Antes, os senhores secretários de Estado e ministros brindavam a cada novo empreendimento que fosse aprovado. Agora, parece que são mais ecologistas que o mais puro dos ecologistas. Devem é ter a consciência carregada!’”.</p> <p>Nota: foto com uma nora e título: “A ruralidade é ainda um dos atractivos da área protegida”.</p>
9/1/94 Pág. 38	País	Elisabete Rodrigues	<i>Costa Sudoeste em debate</i>	<p>“Nas sessões públicas de debate sobre a posposta de ordenamento da PNSACV, o cenário tem sido sempre o mesmo – de um lado as populações preocupadas com o futuro da sua região a exigir mais explicações. Do outro, os representantes do Estado a explicar pouco, refugiando-se na promessa de conseguir mais dinheiro para dar solução a problemas de vários sectores. (...)</p> <p>Agricultura – grande parte da Área Protegida coincide com o perímetro de regra do Mira, situação que já antes causou problemas de compatibilização. É que a disponibilidade de água permite a agricultura intensiva, mas o objectivo do PN é manter a extensificação, na perspectiva da conservação ambiental (artº 15). (...)</p>

			<p>As estufas e afins não poderão ser instaladas nas áreas prioritárias para a conservação da natureza, ou seja, junto à costa e nas zonas que estejam sujeitas a uma maior protecção. A sua instalação é no entanto possível nas outras zonas reservadas para utilização agrícola.</p> <p>Pesca- a prática da pesca à linha, caça submarina e apanha de marisco é permitida, mas regulada por edital a elaborar todos os anos em conjunto com as câmaras municipais, ICN e Capitania.</p> <p>(...)</p> <p>Saliente-se que os residentes e naturais dos concelhos da AP terão prioridade na atribuição de licenças (que serão obrigatórias).</p> <p>Pastorícia- a pastorícia continuará a ser permitida em todas as zonas, mesmo nas áreas de protecção total, apesar de sujeita a regras e, em algumas zonas, à autorização da Comissão Directiva do Parque Natural. No caso das áreas de protecção total, a pastorícia fica 'restringida a áreas e a períodos a fixar por edital conjunto do Município, Direcção Regional de Agricultura e Instituto Florestal'.</p> <p>Caça – além das regulamentações a que a caça está sujeita a nível nacional, o plano de ordenamento e respectivo regulamento prevêem a existência de áreas de protecção total, onde não será permitido caçar.</p> <p>No entanto, mesmo nestas áreas (...) poderá caçar-se, mas apenas quando e só quando for necessária a 'correção de densidades de espécies cinegéticas (...)'. Certas actividades, como as batidas de javalis, poderão ser autorizadas (...) mesmo nas áreas onde a protecção é total, se revelar necessário controlar a população deste animal.</p> <p>(...)</p> <p>Turismo- a construção para turismo é permitida nas áreas preferenciais para ocupação turística 'obrigatoriamente objecto de plano de pormenor'. (...) a densidade máxima permitida será de 6,25 hab. por hectare e a altura máxima dos prédios será oito metros.</p> <p>Nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza, apesar de proibida a implantação de novas construções, é, mesmo assim, permitida a criação de 'unidades de turismo rural'.</p> <p>Construção – toda a construção no interior do parque fica sujeita a regras mais ou menos rígidas conforme o grau de protecção dos locais, sendo as densidades permitidas sempre muito baixas.</p> <p>(...)</p> <p>Nos núcleos antigos (centros históricos das povoações) é necessário parecer prévio favorável para a 'construção, remodelação, reconstrução e demolição de quaisquer edificações ou construções, incluindo a aprovação dos respectivos projectos'.</p> <p>A construção de casas para os agricultores e de edifícios para apoio à actividade agrícola continuará a ser permitida em todo o parque. Todas as outras novas construções serão proibidas nas áreas prioritárias de conservação da natureza.</p> <p>Nas áreas de protecção ambiental parcial e complementar só poderá ser construída uma área máxima de 600 metros quadrados para um mínimo de 30 hectares e nas áreas de ambiente rural mantém-se o máximo de 600 metros quadrados mas para uma área mínima de cinco hectares.</p> <p>Nestas áreas só é permitida a construção de edifícios</p>
--	--	--	--

				<p>destinados a explorações agrícolas ou florestais ou a turismo rural, à excepção das zonas ditas de enquadramento de áreas urbanas, nas imediações das povoações, onde podem ser instalados 'equipamentos de turismo e recreio, desde que respeitem os índices e restantes condicionalismos admitidos para as áreas preferenciais de ocupação turística'.</p> <p>As construções devem 'enquadrar-se na arquitectura tradicional da região', tanto quanto à traça como quanto às cores e ainda os materiais utilizados. É preferida a reconstrução ou recuperação dos edifícios existentes.</p> <p>A simples remodelação ou qualquer outra intervenção, precisará sempre de projecto de arquitecto. Prevê-se a existência de projectos-tipo, a fornecer gratuitamente aos interessados que não tenham dinheiro para pagar a arquitecto.</p> <p>Ralis todo-o-terreno: a sua realização no interior do PN fica muito condicionada, pois o regulamento diz que são interditos 'susceptíveis de causar poluição ou ruído e perturbar ou deteriorar valores naturais a preservar' e mais à frente diz-se que 'a realização de competições desportivas motorizadas' carece de 'parecer prévio favorável' da comissão directiva do parque'."</p>
12/1/94 Pág. 30	Pais	Alcídio Torres	<i>Ave rara no mundo em perigo em Santo André</i>	<p>"(...) Devem contar-se pelos dedos o numero de espécies que sobrevoam os nossos céus, uma vez que, durante um ano de estudos na lagoa de Santo André, o biólogo Paulo Catry não vislumbrou um único exemplar do galeirão-de-crista.</p> <p>(...)</p> <p>A necessidade de preservar a espécie em Portugal, em Santo André, é para Ludgero Paninho, (grupo ecologista a Lontra) um dever dos ecologistas e do Estado português. A existência de milhares de redes de pesca em toda a lagoa exerce, em sua opinião, um impacte negativo sobre o meio envolvente, acabando por ameaçar a existência das espécies que nidificam na região.</p> <p>A classificação da lagoa de Santo André como reserva natural, medida que (...) poderá ser aprovada em breve, é uma aspiração defendida, há muito, por varais organizações de ecologistas. (...).</p> <p>(...)</p> <p>A directiva Aves da CE proíbe o abate, captura, detenção, destruição e recolha de ovos e ninhos, perturbação das áreas de reprodução e de repouso, exigindo, ao mesmo tempo, a criação de zonas de protecção onde a sua ocorrência for regular".</p>
12/1/94 Pág. 32	Pais		<i>Agricultores alentejanos perdem a paciência</i>	<p>"A associação dos agricultores do Baixo Alentejo exige o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado relativos à nova PAC e aos subsídios para a seca. (...) 'começa a esgotar-se a paciência dizem os agricultores'. (...) 'as promessas feitas pelo INGA de pagamento das ajudas até 31 de Dezembro não foram cumpridas', enquanto o IFADAP 'está atrasado na aprovação das propostas de desendividamento dos agricultores'. (...)"</p>
15/1/94 Pág. 2	Estilos	Pedro Teixeira	<i>Miguel Sousa Tavares O refúgio do guerreiro</i>	<p>"Há 20 anos, Miguel Sousa Tavares acalentava o sonho de ter uma casa num monte alentejano. Para o concretizar dispôs-se a ler um 'calhamaço' sobre arquitectura regional e fez viagens sem fim ao monte eleito. A partir de agora, o homem que não esconde a sua paixão pelo deserto pode</p>

				<p>virar as costas à cidade sempre que assim o desejar. (...). A pouco mais de uma hora de Lisboa, e a dois passos de Mora, encontra-se o local onde Miguel Sousa Tavares decidiu elogiar a arquitectura tradicional alentejana. Com uma lindíssimas abóbadas e um pátio interior que enche de luz todas as divisões, a nova casa reflecte integralmente o seu gosto na matéria.</p> <p>O apresentador do programa televisivo Terça à Noite descobriu o terreno, situado perto de uma ribeira e circundado por inúmeras árvores, através de uma conversa de avião mantida como jornalista e amigo Luis Vasconcelos, que possuiu igualmente casa nas redondezas (...).</p> <p>Para Miguel Sousa Tavares, a ideia de um 'espaço de fuga' alentejano não é inteiramente original, mas poucos poderão negar que se continua muito aliciante. 'Está muito na moda querer ter uma casa no Alentejo, mas se eu disser que se trata de uma ideia com 20 anos na minha cabeça ninguém acredita, mas é verdade'. (...).</p> <p>Por diversas vezes, o jornalista revelou o seu desmesurado fascínio pelo deserto. Provavelmente seria aí que gostava de viver. Será o Alentejo uma espécie de compensação aproximada?</p> <p>'(...). Em Portugal o que há de mais parecido com o deserto é o Alentejo, isto no sentido em que é o único sítio onde há espaço e em que as pessoas não andam acumuladas umas em cima das outras. Há também uma certa filosofia de vida que tem a ver com o deserto'.</p> <p>Com um ar indiferente de inauguração recente, a casa alentejana de Miguel Sousa Tavares prepara-se para funcionar como uma espécie de retiro do guerreiro. 'Eu espero que venha a ser isso, mas como só ficou pronta há três semanas ela, até agora, tem sido mais o cansaço do guerreiro. Espero que a partir deste momento possa ser o retiro graças às novas tecnologias, como o fax, para que não tenha que estar todos os dias em Lisboa'.</p> <p>(...)</p> <p>'Aqui podem fazer-se muitas actividades. Anda-se de jipe, de moto ou de canoa no rio. Pode-se ir tomar banho para a barragem (de Montargil), fazer esqui com o barco dos amigos, andar a pé, apanhar azeitonas ou lenha. Há uma espécie de actividades estúpidas para uma pessoa nunca estar parada ... posso igualmente levar o meu filho mais novo a passear: mostrar-lhe as ovelhas, as oliveiras; ensinar-lhe o nome das árvores e dos animais'. (...)'.</p>
15/1/94 Pág. 2	Estilos	PT	<i>Uma casa como exemplo</i>	<p>"Miguel Sousa Tavares fez um grande trabalho de prospecção da arquitectura tradicional alentejana. Foi ao ponto de querer saber como eram pormenores como as fechaduras e as portas. O trabalho de arquitectura foi depois deixado nas mãos do arquitecto Fernando Hipólito, que executou as ideias.</p> <p>'Pretendi fazer não só uma casa ao meu gosto e que não fosse ofensiva para a arquitectura local, mas que, desculpe lá a presunção, fosse também exemplificativa: que mostrasse às próprias pessoas da terra que a sua arquitectura tradicional é a mais bonita e que não vale a pena estar a inovar, estar a fazer casas com azulejos por fora, por exemplo, porque não só é mais feio como é pior'.</p> <p>Confirmado o resultado final, é caso para dizer que não foram em vão as 129 viagens que Miguel Sousa Tavares</p>

				<p>diz com exactidão ter feito ao Alentejo para acompanhar o crescimento da sua obra.</p> <p>'Devo dizer que a reacção das pessoas que cá vieram ver a casa deixou-me bastante satisfeito porque, de certa forma, viram que era uma pessoa de fora que estava a homenagear a sua cultura'.</p> <p>Um pormenor que sobressai na casa é o tecto. As abóbadas correspondem a uma arte relativamente perdida e que este habitante de fim-de-semana de Mora decidiu reactivar.</p> <p>(...)</p> <p>'Todos estamos um pouco fatigados da cidade. Ela faz-me falta, mas faz-me mais falta o espaço e silêncio do que propriamente a confusão'.</p> <p>Tudo se poderá resolver, então, com uma 'simples' fugida semanal de dois dias para territórios mais naturais? Miguel Sousa Tavares não tem grandes dúvidas sobre isso: 'Dois dias chegam e sobram. Apesar de estar aqui há pouco tempo ainda não me fartei, ao passo que regressar a Lisboa é sempre uma tristeza. Lisboa farta'.</p> <p>Sendo uma pessoa conhecida da televisão, o jornalista integrou-se inteiramente num meio pequeno como o de Mora. 'Conheço todas as forças vivas do concelho', diz com tom divertido, 'do notário ao carteiro, o que não é difícil numa localidade que tem apenas três mil almas dispersas. Tenho óptimas relações com todas as pessoas e estou a desfazer o mito dos alentejanos serem preguiçosos, acho que não o são ... os algarvios, esses, sim, são preguiçosos'.</p> <p>Miguel Sousa Tavares passou a ser um habitante especial de Mora. Resta saber até que ponto este refúgio campestre o deixará mais enérgico, a ponto de as suas habitualmente mordazes e acutilantes escritas e intervenções televisivas se tornarem mais radicais. (...)'.</p>
20/1/94 Pág. 40	País	Humberto Vasconcelos	<p><i>Plano de ordenamento do Parque Natural da Costa Sudoeste e a participação da câmaras</i></p> <p><i>Criticas só para a plateia</i></p>	<p>"(...)</p> <p>Muita foi a contestação quase sempre liderada pelas câmaras, aberta ou encapotadamente, e muitas as perguntas, que acabaram por revelar falta de informação e preparação para o debate. Em boa verdade, eram poucos os que conheciam os dois documentos que foram os bombos da festa. Mas, nos meios de comunicação social espelhou-se pouco a óptica do ICN e muito a das câmaras, por isso o DN quis ouvir o presidente do ICN.</p> <p>(...)</p> <p>É comum ouvir-se dizer que a APPCVSA contraria o desenvolvimento económico da zona. Mas 'um estudo encomendado em 93 a uma entidade independente do ICN diz-nos que de 1988, ano de instalação, a 1991o número de empresas passou de 483 para 663 e o emprego passou de 5932 para 7768 (...)', afirma Marques Ferreira.</p> <p>'Ao longo dos debates públicos, as palavras mais referidas foram o desenvolvimento económico. Lamento é que durante os debates ninguém tenha dito como é que ele se fazia, o que era preciso para ele se fazer e no que é que consistia', disse o presidente do ICN.</p> <p>De facto, se a zona tem problemas de desenvolvimento, é necessários mudar, pois o modelo anterior provou não prestar. 'É esse algo de novo que a APPCVSA pode trazer e tem a ver com um modelo de desenvolvimento que procurámos espelhar no Plano de Gestão. (...). O modelo assenta na identificação do ambiente e qualidade e na</p>

				<p>complementaridade e pluriactividade das diversas actividades', revela Marques Ferreira. E adianta, por isso, entendemos ser necessária a complementaridade entre agricultura e os serviços, em particular o turismo de qualidade, mas e pesca mais agricultura ou pesca mais serviços, pastorícia mais agricultura. (...)'. As verbas de oito milhões de contos são dinheiro directo canalizado pelo ICN pelo facto de ser uma área protegida. Não se substitui aos investimentos normais e programados pela restante administração central. (...) traz é um adicional de oito milhões. (...)".</p>
27/1/94 Pág. 4	Política	Paula Sá	<p><i>PCP propõe observatório rural PS chama 'coveiro a Arlindo</i></p>	<p>"(...) 'A agricultura é um sector à beira da catástrofe', sustentou António Campos (...). O PCP também está preocupado. Ontem apresentou um projecto de lei para a criação de um 'observatório do mundo rural'. Segundo Lino de Carvalho esta proposta justifica-se pela situação 'caótica' do sector e pela falta de dados que existe sobre a matéria. 'Quando se quer aprofundar o tema encontra-se um vazio de informação. no próprio governo não existe qualquer estrutura horizontal que coordene os vários ministérios que lidam com a agricultura nacional' (...). O PCP quer que o observatório seja uma estrutura independente, integrada por organizações da lavoura, de defesa do ambiente e do mundo rural, representantes das universidades e técnicos reputados."</p>
6/2/94 Pág. 24	País		<p><i>Agricultores portugueses e espanhóis pessimistas voltar à agricultura familiar</i></p>	<p>"A agricultura familiar surge como um sector determinante da revitalização do mundo rural, foi (...) defendido num encontro ibérico de agricultores (...) da responsabilidade da CNA. Os participantes consideraram que o mundo rural 'em declínio acelerado' e daí terem traçado um cenário pessimista da situação dos pequenos proprietários agrícolas. Fundaram, por isso, uma Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português (ARPO) que se propõe promover o desenvolvimento das zonas agrícolas, 'por forma a proporcionar o progresso económico e social, melhorar a qualidade de vida e contribuir para a fixação das populações rurais'. Condenadas as políticas para o sector e o abandono a que o interior do país tem sido votado, Armando de Carvalho, director da CNA revelou que, em simultâneo com essa evolução, 'cresce a área florestal, nomeadamente com espécies de crescimento rápido, desaparece o património genético autóctone, animal e vegetal, extinguem-se espécies cinegéticas'. Os baldios, disse 'têm estado permanentemente ameaçados de extinção e de serem florestados e entregues às multinacionais de celulose e aos interesses imobiliários'. Por outro lado, apontou, a reforma da PAC 'é inaceitável' e 'articula-se com os acordos do GATT'.. daí, concluiu, a agricultura familiar ser, também, 'a pedra angular de um desenvolvimento regional num quadro de diversificação das actividades económicas que preserve e assegure a revitalização do mundo rural'. Nesta perspectiva, (...) é necessária uma política que não remeta a actividade agrícola e o seu futuro 'para o âmbito restrito da regulação de mercado'.</p>

				<p>Antes preconizou (...) a intervenção político-económica do Estado que apoie a preservação da agricultura familiar, 'tanto como estrutura essencial do tecido produtivo agrícola português como estrutura fundamental da preservação de equilíbrios ecológicos e preservação do mundo rural'. Rejeitou uma lógica de apoios ao rendimento e abandono da produção. (...)"</p>
1/3/94 Pág. 41	País	Manuel Carvalho (Elvas)	<i>Crocodilos em Elvas</i>	<p>"Após seis anos de estudos complexos, dois técnicos estrangeiros concluíram que as condições climáticas de Elvas são favoráveis à instalação de uma fazenda turística de crocodilos.</p> <p>A obra está prevista para a Quinta do Barbalagão (...) e nos planos dos investidores – um português natural de angola e um israelita – está gasto de 500 a 600 mil contos. O projecto contempla a construção de vários tanques, de um museu de história natural com auditório e um restaurante, que terá partes transparentes para se poder ver os animais.</p> <p>A empresa que pretende juntar-se ao investidor português tem já experiências análogas em Israel, no Sudão e no Quênia, pensando trazer de fazendas israelitas cerca de 130 répteis para iniciar o povoamento em Elvas.</p> <p>(...)</p> <p>Para não acelerar a extinção deste réptil, o seu abate na natureza está proibido, autorizando-se apenas em fazendas deste tipo.</p> <p>(...)</p> <p>A fazenda turística de crocodilos vai ocupar sete hectares, em parte com solos da reserva agrícola. Para o projecto avançar, o PDM (ainda por concluir) tem de considerar esse terreno 'para fins turísticos'. É esta classificação que José Cirilo (proprietário) aguarda (...) retendo o investimento e desesperando os israelitas, pouco compreensivos sobre a burocracia portuguesa.</p> <p>Desde que foi adquirida, em finais de 1987, a Quinta do Barbalagão tem vindo a transformar-se num complemento turístico: uma albergaria e 13 apartamentos, num total de 80 camas, uma piscina com parque aquático, restaurante, ginásio e uma área de hipismo. (...).</p> <p>Esta quinta tem, todavia, um passado que a tornou célebre. Salazar frequentava frequentemente a família Santana Marques, então proprietária deste espaço. (...)"</p>
2/3/94 Pág. 39	País	Manuel Carvalho (Elvas)	<i>Banho de dificuldades à beira do Guadiana</i>	<p>"Uma desertificação crescente, condenando as populações residentes a condições de vida precárias, e uma desertificação ambiental motivada pela carência ou desaproveitamento da água potável, são as principais características dos municípios das duas margens do Guadiana.</p> <p>(...)</p> <p>Para João Rocha da Silva, presidente da câmara de Serpa e da Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana, os autarcas dos dois lados da fronteira 'estão bem conscientes de viverem numa das fronteiras do subdesenvolvimento da Europa'. Este edil salientou ainda 'a perfeita simbiose das populações com o meio ambiente', sugerindo a receita para o desenvolvimento desta região que abarca 180 mil habitantes: 'fomentar o turismo de qualidade, as pequenas empresas de artes e ofícios tradicionais, a instalação de indústrias não poluentes, as defesas do património e do meio ambiente e o intercâmbio</p>

16/3/94 Pág. 38	País	Humberto de Vasconcelos	<p><i>Nova paisagem protegida</i></p> <p><i>Vale do Guadiana a salvo</i></p>	<p>cultural'. (...)”.</p> <p>“O troço médio do vale do Guadiana será a primeira área de paisagem protegida de âmbito regional (...). Deverá ser hoje anunciada formalmente a sua classificação pela ministra do Ambiente e Recursos Naturais, Teresa Gouveia, numa visita que está a efectuar à região. Saliente-se que esta área protegida decorre dos esforços conjuntos da Associação de Defesa do Património de Mértola, das Câmaras de Mértola e Serpa e do ICN.</p> <p>Depois de se distinguir pelo seu património construído, a zona de Mértola e Serpa vê agora fechado um círculo que vai proteger das agressões poluidoras o Guadiana, rio que lhe dá vida e que está quase morto, do avanço das monoculturas e dos abusos de certas formas de caça.</p> <p>Por seu lado, as câmaras de Mértola e Serpa, ao contrário de outras também alentejanas, mas noutras regiões, viram na fundação desta área protegida uma forma de desenvolvimento duradouro. A proposta de Mértola é explícita: que ‘a criação da AP venha a ser integrada num esquema nacional de áreas prioritárias para atribuição de apoios decorrentes da aplicação das medidas de acompanhamento da reforma da PAC, e que possa potenciar a dinamização de actividades concorrentes para o aproveitamento racional das potencialidades existentes, nomeadamente, através da emissão de certificados de qualidade de produzidos em área demarcada, da implementação do turismo cultural (...) apoios ao saneamento básico e controlo da poluição, e orientação e regulamentação da actividade cinegética’. (...).</p> <p>A Área protegida vem possibilitar a tomada de medidas que permitam a manutenção e valorização das paisagens naturais e seminaturais e a biodiversidade biológica.</p> <p>(...)</p> <p>‘O rio é, de facto, um dos elementos naturais do concelho que mais atentados tem sofrido e das zonas em que a degradação tem avançado de forma mais brutal: por um lado, a falta de controle dos despejos poluidores nele efectuados; por outro lado, as sucessivas campanhas desenfreadas de pesca com técnicas e aparelhos proibidos têm, em conjunto, contribuído para pôr gravemente em perigo as qualidades ambientais do vale do rio e para ameaçar a existência de muitas espécies piscícolas já raras’, disse ao DN Marques Ferreira, presidente do ICN.</p>
17/3/94 Pág. 49	País	Joana Gomes (Beja)	<p><i>Ovibeja analisa agricultura alentejana</i></p>	<p>“O certame aborda, entre outros temas, a falência técnica da agricultura portuguesa e o estado da economia regional daí decorrente. ‘Uma situação de desespero, marcada pela destruição do aparelho produtivo, a indigência progressiva dos agricultores e a regressão demográfica’, sublinhou Castro e Brito, presidente da ACOS, entidade responsável pela organização da feira.</p> <p>(...)</p> <p>‘A agricultura não é apenas números. Desde sempre significou pessoas, paisagens, terras habitadas, vida. Não se pode eliminar a vida dos campos do sul’, acrescentam os agricultores. (...) ‘a agricultura é uma realidade social que não pode ser ignorada pelos mais altos responsáveis do país e dos doze. É também uma realidade cultural e ambiental. O agricultor tem uma função social e ecológica que nada nem ninguém pode substituir’, acrescentam. (...)”.</p>

17/3/94 Pág. 2	Cultura	Antónia de Sousa	Mértola <i>Um projecto para o interior</i>	<p>“Multiplicaram-se pelo interior do país as aldeias ao abandono. (...). Ideias e sonhos precisam-se, numa altura em que cada um de nós vai ter de inventar o seu trabalho (...) para revitalizar as regiões , que por todo o país estão a ficar ao abandono. (...) Este era tema suficiente para uma entrevista com Cláudio Torres, um professor que a Universidade rejeitou e, porque não se importou de correr riscos, encontrou o seu lugar em outra parte e nele soube reconstituir (...) em termos modernos, a universidade. (...) O propósito que nos levou a Mértola era (...) colher da experiência pessoal e local de Cláudio Torres modelos que pudessem vir a servir de exemplo à dinamização de outras regiões do país, em processo de desertificação acelerado. (...) ‘Quando a aldeia está morta, isso é muito complicado. O que está a ser feito aqui, no Alentejo é o turismo de aldeia, empresas que compram aldeias inteiras, metem lá 20 <i>alemões</i> e <i>alemoas</i> e fica o problema resolvido. A aldeia fica cheia de gente’. ‘(...) O mesmo acontece na Lousã, em que aldeias inteiras e povoados foram comprados, ou estão a sê-lo, para casas secundárias, onde as pessoas vão lá passar as férias. Ficam repovoadas, mas por outro tipo de pessoas. Está a acontecer em algumas zonas excepcionais. Começa a estar muito na moda a procura da casa secundária, da casa bonita, semimedieval. Acontece no Piodão, em Monsaraz ... Monsaraz que é lindíssimo como estrutura, morreu há muitos anos. Foi toda comprada por lisboetas e tem uma vida artificial. Não tem gente. Quem lá vive limpa a casa dos senhores (...)’. (...) ‘(...) Aqui , na vila velha, dentro de muralhas, há neste momento, 400 habitantes. Já teve menos, mas agora começou a aumentar. (...). Tem que haver uma certa motivação que passa pela dignificação do próprio espaço. Muitas vezes a pessoa vive ali, num casebre miserável, sem quarto de banho, com a casa a cair de velha, e não está previsto em lado nenhum obras para recuperar (...)’. (...) ‘Nós aqui estamos numa época de pré-motivação. Primeiro é preciso motivar as pessoas para que, mesmo não tendo uma casa igual às que a televisão lhes mostra como boas, com o carro parado à porta e um jardimzinho parecido com os da Holanda, mesmo assim, a casinha velha pode ser teoricamente não só habitável, mas melhor. O intelectual urbano já o aceita, mas o habitante daqui claro que não aceita, quer mudar’. Quanto à possível aplicação do seu projecto a outras áreas do país, Cláudio Torres observa: ‘Se em 85/86 era uma experiência inovadora – e de certa forma ainda é – hoje há muito mais coisas em funcionamento do que se pode imaginar. Houve uma explosão. A primeira geração das pessoas que se formaram no pós 25 de Abril espalhou-se por todo o país. Toda uma geração muito politizada, com objectivos sociais muito fortes e com uma preparação cultural que não foi caldeada</p>
-------------------	---------	---------------------	---	---

				naqueles anos quentes, está a fazer coisas excepcionais em todo o país'. (...)”.
17/3/94 Pág. 3	Cultura	AS	Cláudio Torres <i>A universidade está a rejuvenescer</i>	<p>“Cláudio Torres foi afastado da universidade. Que pensa hoje disso? (...)</p> <p>‘(...) Na altura, fica-se sempre magoado. É difícil aceitar, mas pronto, (...) foi uma sorte. (...) Estou um bocado habituado a isso, não é?’ (aproveitar as coisas...).</p> <p>Com esta frase, Cláudio Torres resumia o seu périplo de exilado político, e passava adiante para o elogio da universidade nos dez anos a seguir ao 25 de Abril.</p> <p>‘Foi um período espantoso, criativo. (...) mas depois esse período acabou. (...) esse espaço foi reocupado pelas forças do antigo regime (...)’.”</p>
17/3/94 Pág. 3	Cultura	AS	Cláudio Torres <i>Uma casa de terra quente e fresca</i>	<p>“Cláudio Torres vive numa casa de taipa, de paredes com 50 centímetros de largura. Porque?</p> <p>‘Não é folclore. É que realmente, são formas técnicas muito inteligentes, adaptadas à região. (...)’.</p> <p>(...) Segundo Cláudio Torres é um trabalho longo e difícil convencer as pessoas a adoptar de novo esse tipo de casas, quentes no Inverno e frescas no Verão.</p> <p>(...)</p> <p>‘É mais caro (do que a construção de tijolo) enquanto for um exotismo. Quando deixar de ser um exotismo (...) já vai ser mais rendível. (...) Quando tudo isto for posto nos pratos da balança (os custos ambientais da destruição feita pelas cimenteiras), o cimento fica a tal preço que se vai voltar a utilizar a terra, como deve de ser (...)’.</p> <p>(...)</p> <p>A grande cidade está condenada a curto prazo, na opinião de Cláudio Torres. E não só porque a vida nelas se tornou neurótica. Mas porque se tornaram inabitáveis. (...).</p> <p>‘Estou convencido de que a minha geração será talvez a última a quem a cidade, a grande cidade, ainda tenha servido de modelo. (...) Há uma série de mecanismos que dentro da nossa civilização que destruíram a chamada cidade mediterrânica, que tinha uma escala (...). O século XX destruiu completamente esta cidade e criou megalópolis, monstros gigantes que são inumanos, que não têm habitabilidade (...)’.</p> <p>‘A água não chega, está poluída, a destruição do ambiente e do ar está a aumentar. A cidade está a tornar-se inabitável como espaço (...). E vai haver uma segunda geração, muito mais cedo do que pensamos, que vai fazer uma fuga definitiva das cidades. Não se tratará de uma fuga para o bucolismo ou a limpeza do campo, que é o que acontece nas férias. (...) é uma fuga definitiva, porque hoje a tecnologia da informação permite a qualquer pessoa fazer investigação de ponta a nível planetário sem ser necessário estar na cidade. (...) combinando as duas formas de vida, uma vida de investigação (...) ligada aos grandes centros tecnológicos do mundo, sem estar a sofrer as consequências negativas das cidades. (...)’.</p> <p>‘O que é mais grave em Mértola é a questão agrícola. Toda a nossa investigação científica, mesmo a arqueologia, está a concentrar-se agora na arqueologia agrícola, porque está a ser destruída uma cultura milenar do trabalho da terra, está-se a pagar às pessoas para que não façam nada, para que percam a sua memória. (...)’.</p> <p>A equipa está a tentar entender os mecanismos de um</p>

				<p>passado 'que está a morrer, mas ainda está vivo', fazendo o levantamento 'dos sistemas de irrigação, da estrutura da terra do cultivo antigo, da pequena horta, da estrutura da casa, dos sistemas alimentares, como é que se armazenavam os alimentos (...)'.</p> <p>'A gestão da água é uma das coisas mais importantes da grande sabedoria milenar e está-se a perder completamente. Já não se sabe o que é uma cisterna, o que é uma talha, onde se guarda a água fresca ... Tudo isto, que são coisas muito preciosas para aguentar e manter a comunidade, faz parte da investigação de ponta que ando a fazer em arqueologia, mas tudo virado para um futuro próximo.'</p>
17/3/94 Pág. 6	Cultura	AS	<i>Mértola</i> <i>Modelo mediterrânico</i>	<p>"(...) '(...) Toda a estrutura de ensino é feita em função da cidade. (...). A casa velha da aldeia, o sujo, o cheiro a bosta, tudo isto está ligado ao negativo e está a criar os fluxos para a cidade a que estamos a assistir. A criança é motivada e o jovem, quando pode, foge!' A experiência de Mértola veio mostrar que, 'se identificarmos o centro simbolicamente importante da região, reforçando-lhe a sua identidade e a sua força cultural e simbólica, esta é a única grande forma de evitar a desertificação'. (...)"</p>
3/4/94 Pág. 16717	Sociedade	Elisabete Rodrigues	<i>Estudo inédito da Universidade do Algarve confirma mudanças no clima Efeito de estufa seca o Sul</i>	<p>"O clima do sul de Portugal está a mudar e são preocupantes as possíveis consequências na agricultura, nos ecossistemas, na paisagem e no próprio dia-a-dia das populações. É que no Alentejo e Algarve chove cada vez mais no Outono e no Inverno, em desfavor da Primavera, um cenário que torna maiores dos riscos de erosão e até desertificação. (...). Desaparecimento das zonas húmidas, aceleração da morte dos sobreiros, fim da agricultura de sequeiro (...) acréscimo dos fogos florestais (...) eis alguns problemas que essa alteração climática poderá trazer (...). (...) O investigador (Nuno Loureiro) defende que (...) 'Cada vez mais, é necessário que se sustente um conjunto de práticas não agrícolas sobre o solo que visem recuperar as suas qualidades, entre as quais a capacidade de armazenar água. Senão estaremos a contribuir para a desertificação'. Uma das preocupações diz respeito às zonas agrícolas que, de acordo com a nova PAC, serão agora abandonadas, numa política de set-aside. 'Os solos podem ser retirados de produção, mas é fundamental continuar a intervir, para recuperar o valor do património solo, que está empobrecido no Algarve e Alentejo'. (...)"</p>
4/4/94 Pág. 44/45	Pais		<i>Uma presidência mais a fundo</i>	<p>"Para a Quercus, a Presidência Aberta devia ter ido mais a fundo 'A Costa Alentejana, ainda bem preservada, está ameaçada por factores de degradação exemplificados pela Soltroia, Carvalhal e Pinheirinhos, que vão provocar pressão sobre as zonas dunares; o problema das lagunas costeiras de Melides e Santo André (assoreamento, urbanizações, poluição, pesca, caça, e abertura ao mar). (...). Questões de ordenamento (novas vias): a estrada de São Torpes – Porto Covo paralela à Costa e perto das dunas e Arribas. Agricultura: a Odefruta, de Thierry Roussel, no Brejão, com solo poluído e aquíferos. (...). A expansão de perímetros urbanos que podem</p>

				comprometer a identidade das povoações (Porto Covo, Vila Nova de Mil Fontes). (...)"
6/4/94 Pág. 2/3	Especial 20 anos	António Vinagre	<i>Alentejo dos pobres estava destinado a 'celeiro da nação'</i> <i>No reino da desolação</i>	<p>"As mulheres sentadas nos poiares das portas ou nalguma cadeira trazida de dentro, apanhavam o fresco da noite. (...) Eram noites quentes de Verão, ar sufocante, que empurrava a todos para fora de casa. (...). Por isso o Alentejo estava na rua. Não havia TV, a telefonia só em casa dos ricos, e nem de todos.</p> <p>Os homens, que na taberna entre um copito e cantorias buscavam algum conforto para o dia de trabalho de sol a sol (...).</p> <p>(...)</p> <p>A partir das 22 horas, não se consentia mais barulho senão o das botas da patrulha da GNR, que passava para confirmar que havia ordem e tranquilidade.</p> <p>(...)</p> <p>se a minoria que eram os latifundiários, patrões ou lavradores estava salvaguardada e sentia o apoio incondicional das forças da ordem, já para a esmagadora maioria da população era o inverso (...).</p> <p>Havia cabos da GNR que exigiam que os homens lhes tirassem o chapéu, ao cruzarem-se na rua! Era também um acto provocatório, para quem morria com o chapéu na cabeça. (...).</p> <p>Na manhã de 19 de Maio de 1954, em Baleizão, uma simples camponesa de 26 anos, Catarina Eufémia, foi abatida a tiro (...). Com outras camponesas foi a pedir aumento da jorna e levava ao colo um filho de oito meses.</p> <p>(...).</p> <p>Só há pouco mais de 30 anos, na sequência de uma recusa geral a fazer as ceifas, e que o dia de trabalho no Alentejo passou a ser de oito horas. Até à década de 40, o trabalhador esfalfava-se 'de ar a ar', ou seja, do romper do dia até não ver um palmo à frente do nariz, e, a seguir, passou a mourejar 'de sol a sol', quer dizer, desde que o astro-rei nascia até que desaparecia no horizonte.</p> <p>Enorme coutada propriedade de algumas famílias, que se exibiam em sinais exteriores de efectiva riqueza e em exercícios de caridade ou esbanjamento. Eram muitos a trabalhar nos latifúndios de poucos, com jornais sempre por abaixo, as dívidas a crescer no livro do merceiro e a promessa de que seriam pagas da altura das ceifas. Era esta a ocasião sonhada também para vestir e calçar a família. Os outros dois pontos do ciclo de trabalho, as sementeiras e as mondas, não davam para tanto.</p> <p>Região nunca industrializada, destinou-lhe o Estado Novo que havia de ser o 'celeiro da nação' e daí a campanha do trigo, monocultura imposta às cegas, que se revelaria desastrosa.</p> <p>O plano de rega, por sua vez, elaborado na década de 50, ainda hoje não viu concretizado o empreendimento fundamental, a barragem de Alqueva, à qual Marcelo Caetano deu luz verde em 1970.</p> <p>Nestas condições, durante quase sempre, a única saída deixada ao alentejano foi trabalhar nos campos com uma iniciação muito precoce. Agarrado à terra, só as fomes e misérias o viriam a empurrar para Lisboa e arredores, chorando o 'Alentejo da sua alma', nomeadamente nos anos 50 e 60, quando a mecanização da agricultura veio</p>

				<p>dispensar ainda mais mão-de-obra.</p> <p>(...). Ainda por cima, quase ninguém possuía um palmo de terra donde arrancar alguns meios de subsistência. Os governos procuravam esconder as frequentes crises de desemprego lançando obras públicas.</p> <p>Ainda na década de 50 era normal ver os homens encostados à parede, esperando a passagem de alguém que os contratasse.</p> <p>(...). Não se vivia, vegetava-se. em muitas localidades, o único momento de distração era assistir ao momento das partidas e chegadas da camioneta da carreira e do combóio.</p> <p>(...)</p> <p>A 'monstruosidade' de alguém dizer que era obrigado a deixar a sua terra para fugir à miséria, surgiu numa 'moda' que veio a propósito do início da corrente migratória em direcção à cidade.</p> <p>A crítica social escorre em muitas 'modas', com aquela mordacidade e subtileza próprias do carácter deste povo, que não é estúpido nem preguiçoso, como se quis (quer) vincar, pelo sistema de que a melhor defesa é o ataque.</p> <p>(...). Tudo gente simples, na maioria analfabetos.</p> <p>(...). Os campos, as flores, os pássaros, os rios, os acontecimentos sociais, os trabalhos agrícolas, os instrumentos, a família, a mãe – não há gratuidade nos temas deste canto.</p> <p>O Alentejo era como que uma terra 'ocupada' e o seu povo, de virtudes e potencialidades raramente reconhecidas, não merecia o que lhe fizeram. Esse reconhecimento e carinho veio-lhe de muitos que cantaram esta terra como nenhuma outra. (...)"</p>
6/4/94 Pág. 6	Política	João Pedro Fonseca	<i>Viver numa área protegida?</i>	<p>“(...)</p> <p>O dirigente da LPN acabou a intervenção sobre a campanha, e um sujeito mal vestido, sujo, com roupa de quem trabalha a terra, pede o microfone. Logo um acessor de Soares o impede de se aproximar, pois a apresentação ainda não tinha terminado. Passados alguns minutos, é o próprio Soares que se dirige ao senhor: 'Então, diga lá o que queria dizer'. O homem, simples, de fala atabalhoada, com dificuldade em expressar-se, deixa algumas frases soltas. 'Não deixam a gente trabalhar a terra, nem sequer podemos pescar'.</p> <p>Soares estranha a conversa e vai dizendo que não (...) que está enganado. Mas o sujeito insiste, que essa história de áreas protegidas e de partidos ecologistas não podia ser assim. Soares afastou-se.</p> <p>Joanaz de Melo aproximou-se do senhor e explica que essas conversas de proibir isto e aquilo não passam disso. É conversa. Marques Ferreira, do ICN descreve ainda o processo de desinformação que tem ocorrido, precisamente com o objectivo de obter o apoio da população para boicotar o apoio da população à área protegida. Interesses óbvios. Construção e turismo desenfreado.</p> <p>Soares levou atrás de si duas dezenas de jipes por caminhos de terra junto ao litoral. Toda a comitiva pode apreciar a riqueza do património natural naquela área litoral de extrema sensibilidade e, curiosamente, a queixa que mais ouviu dos ecologistas foi a utilização abusiva de jipes nas dunas. 'Existe aqui uma vegetação de tipo mediterrânico única no país (...), esclareceu José Guerreiro, da</p>

				<p>Associação de Biólogos Portugueses. Acontece que agora virou moda frequentar as praias desertas do Alentejo utilizando jipes.</p> <p>Para aquela herdade existe um projecto para construção de um aldeamento turístico que o ICN tem tentado reduzir o máximo possível, para evitar um impacto ambiental negativo.</p>
6/4/94 Pág. 7	Política	João Pedro Fonseca e João Pedro Henriques	<i>Paisagem protegida do sudoeste alentejano gera polémica</i>	<p>“(…) Percheiro (presidente da Câmara de Odemira) traçou um quadro negro da região (‘há agricultores que se suicidam’) e fez ‘um balanço preocupante’ das consequências da criação, em 1988, da Área de Paisagem Protegida. As culpas, essas, considerou-as ‘de todos’.</p> <p>Para o autarca, ‘não pode esperar-se que a população esteja do lado da Área de Paisagem Protegida’ quando esta nos impede ‘práticas seculares’, como ‘apanhar caruma para fazer a cama do gado’. ‘Mais parece que quer criar-nos uma reserva de índios’, para jornalistas e fundamentalistas verem, disse.</p> <p>Marques Ferreira prepara-se para o embate. De ‘casa’ trouxe um estudo feito no ano passado. Os números foram sendo debitados: (...) desde 1988 que o número de empresas aumentou 40 por cento, 50 por cento dos inquiridos (...) não têm opinião sobre a área, 25 por cento são contra e 17 por cento a favor. Aspecto a salientar: ‘Não está provado que a Área tenha sido um obstáculo ao desenvolvimento’.</p> <p>(…) Na sua intervenção, o presidente da Associação Portuguesa de Biólogos (APB) considerou que ‘há todas as condições’ para que a região sudoeste Alentejano/ Costa Vicentina se transforme na ‘jóia da coroa’ ambiental em Portugal.</p> <p>(…) O presidente da República (...) fez a síntese. Sublinhou a ‘coragem’ das autarquias que ‘salvaram a costa com sacrificio da riqueza a curto prazo’, mas não hesitou em perguntar ‘quais as contrapartidas’ para as populações. (...)”.</p>
7/4/94 Pág. 10	Opinião	Martinho de Castro	<i>Agricultura estrangulada</i>	<p>“A reforma da PAC, aprovada durante a presidência portuguesa, foi sentida (...) como um balde de água fria, sobretudo pelos jovens que vinham concentrando as suas actividades no mundo rural.</p> <p>Depois de essa faixa etária se ter alheado dos campos, deixando-os entregues a populações envelhecidas, emergiu uma geração, academicamente mais apetrechada, desperta para modernas iniciativas empresariais, cuja dinâmica furou tal distanciamento.</p> <p>Injectar sangue novo na agricultura – actualizando métodos de tratamento da terra, diversificação das culturas e racionalização do escoamento dos produtos – foi aposta que redundou em notória dinâmica, apoiada, em parte por fundos comunitários. Porém, dinâmica que viria a sofrer um rude golpe com a alteração da PAC. De um momento para o outro (...) havia dívidas (...) remendos com óbvios benefícios para a banca. E a situação é conhecida: 30 milhões de contos de crédito malparado em relação à AJAP e 100 milhões de contos no conjunto do sector.</p> <p>(…) Jovens empresários vítimas da navegação à vista de altos responsáveis. Animado regresso à terra convertido em</p>

8/4/94 Pág. 6	Política	João Pedro Fonseca e João Pedro Henriques	<i>Alqueva: o consenso quase impossível</i>	fardo. (...)”. “(…)” Em Mértola, o presidente foi ver essencialmente valores culturais e arqueológicos (...). O presidente da Câmara lamentou os problemas da desertificação humana e física. ‘Os nossos jovens fogem para o estrangeiro e para o litoral, apesar dos investimentos que se têm feito para atrair as populações’. (…)” O Presidente aludiu à PAC, que tem tido os resultados que todos sabem no abandono dos campos. (…)” Cláudio Torres interveio para lembrar que não vale a pena pensar-se em paisagens naturais sem incluir o homem. ‘É preciso humanizar a paisagem’, disse, apelando à fixação de jovens no concelho. Porque, como foi salientado por outros responsáveis, o turismo rural, o cultural é uma componente viável para atrair as populações ao Baixo Alentejo. (...)”.
18/4/94 Pág. 42	País	Manuel Carvalho (Elvas)	<i>O tempo parou em Juromenha</i>	“Juromenha (...) é um caso típico de uma localidade em que a importância e a população se foram diluindo com o passar do tempo. (…)” Rica no seu passado, quando o inimigo vinha do outro lado do rio, Juromenha tem um presente marcado pelo esboroar do seu castelo. E se não fossem dois altifalantes (...) darem sinal de 15 em 15 minutos, poderia supor-se que a vila, embalada pelo Guadiana, tinha parado no tempo.”
22/4/94 Pág. 47	País	Joana Gomes	<i>Alentejo quer regionalização</i>	“Os representantes do poder local alentejano queixam-se do crescente isolamento e exigem a criação das regiões administrativas. O Alentejo pela regionalização e o desenvolvimento é o novo movimento de opinião impulsionado por representantes do poder local (...). Os autarcas (...) sublinham que o Novo Quadro Comunitário de Apoio ‘não pode ser mais uma oportunidade perdida para arrancar o Alentejo do atraso’. (...)” Outra ‘condição inaceitável são os subsídios à não produção, enquanto as importações de alimentos se situam já próximo dos 70 por cento’. As agro-indústrias encerram as portas, os agricultores definham, os agricultores emigram ou arrastam uma situação de desemprego’ (...)”.
26/4/94 Pág. 37	País	Joana Gomes	<i>Moradores contra plantações de eucaliptos Floresta à porta</i>	“A plantação de eucaliptos em cem hectares de terreno junto a Foros de Pereira e Brunheiras (Vila Nova de Milfontes) está a criar bastante polémica entre as populações que contam com o apoio da Câmara Municipal de Odemira (...). Segundo os populares, os eucaliptos semeados ‘até ao limite exacto das casas’, colocam em causa a segurança e a subsistência das populações, que receiam o perigo de incêndios no Verão. Temem, também, a exaustão dos poços e a inerente erosão dos solos, ‘meios de subsistência e abastecimento de água às populações’. O projecto de florestação da Herdade da Alpendurada apresentado pela Portucel havia já sido reprovado pelo Instituto Florestal e motivado parecer negativo do município de Odemira, devido à boa capacidade agrícola do solo. (...)” De referir que no concelho de Odemira existe uma mancha

				de eucaliptos que compreende cerca de 30 mil hectares de terreno, sendo uma boa parte do plantio em solos de primeira classe, junto ao rio Mira.”
28/4/94 Pág. 46	País	Roberto Dores	<i>Árvores abatidas nas margens do rio</i>	<p>“Fauna e flora ribeirinhas estão ameaçadas no Alentejo. Despontou um novo episódio de lesa-ambiente (...). Os ambientalistas dizem ser podas abusivas que estão a matar a comunidade vegetal e, por acréscimo, comprometem a sobrevivência de espécies animais, como a lontra, a galinha de água e até os coelhos vêm o seu habitat natural ameaçado pela mão do homem.</p> <p>Por outro lado, levanta-se a questão da erosão; com a vegetação cortada em determinados troços das linhas de água, aumenta em grande escala a possibilidade dos rios e ribeiras alterarem o relevo terrestre.</p> <p>(...)</p> <p>A par da acção de fiscalização, Lina Jan anunciou que os Serviços de Águas vão promover campanhas de sensibilização entre os agricultores para tentar combater a limpeza dos rios e das ribeiras de forma desordenada.”</p>
6/5/94 Pág. 45	País	Roberto Dores	<i>Fome em Portel</i>	<p>“‘Lá em casa só podemos comer uma sopa ao dia’. O desabafo é de Augusto Mendes, 43 anos, casado, pai de três filhos, residente em Portel, concelho alentejano onde a fome está instalada.</p> <p>(..)</p> <p>O problema apertou com o fim da campanha da azeitona, que fez o desemprego subir em massa. Há 700 pessoas sem trabalho, só 150 recebem subsídios (...).</p> <p>(...)</p> <p>A sua esperança é que a barragem de Alqueva traga emprego ‘com fartura’ para ver ‘se isto acaba. Não podemos continuar a não comer hoje para ter amanhã’.</p> <p>Os mais necessitados vão sendo ajudados pelos vizinhos com melhores condições, como é o caso de Mariana Aliança. Diz que tem de ser ‘hoje por eles, amanhã por mim’.”</p>
17/5/94 Pág. 38	País	Manuel Carvalho	<i>Alandroal vê passar margens do Guadiana</i>	<p>“Alandroal é um dos concelho característico do Alentejo, em especial do interior: extenso e pobre, e uma população a diminuir, a envelhecer, ameaçada de desemprego. Mas as suas gentes têm orgulho na extensão das águas que lhe banham as terras: 60 quilómetros do curso internacional do Guadiana têm a margem direita no concelho de Alandroal.</p> <p>(...)</p> <p>Para os residentes já se viveram tempos melhores, em termos de emprego, no tempo em que os mármoreiros de Vila Viçosa empregavam, nas pedreiras, muita mão-de-obra. A crise porém atacou em especial os homens, que com as dificuldades nos campos, lançaram o desemprego na zona. E se o panorama não é pior, é porque em Juromenha há um pomar de macieiras que absorve mão-de-obra feminina sazonal.</p> <p>Um sector que desponta é o turismo. (...). A cozinha alentejana dos restaurantes da zona é cada vez mais procurada por espanhóis. Por isso, em Alandroal pede-se a manutenção das sopas de pão e de batata, o feijão com espinafres, os coentros, as beldroegas como exponentes de uma culinárias com bons apreciadores”.</p>
27/5/94 Pág. 42	País		<i>um redondo não à incineradora</i>	<p>“(...)</p> <p>Divulgadas em Lisboa (...), as razões deste não prendem-se não só com os ‘sacrifícios exigidos à população de Sines no</p>

				passado', e que lhe conferem o 'direito de não aceitar a solidariedade que agora lhe pedem', mas também com as falas de acompanham o processo (...).
1/6/94 Pág. 37	País	Alcídio Torres	<i>Água de Sines sob análise</i>	"A Petrogal está a fazer descargas ilegais de cloreto de sódio e outros produtos químicos que põem em risco a qualidade da água captada para abastecer a (..) vila (de Sines) (...)".
7/6/94 Pág. 6	Política	Maria João Rocha	<i>Europa a anos-luz do Alentejo</i>	"(...) Falar de eleições europeias é encontrar a perplexidade de quem luta pela sobrevivência de uma pequena comunidade alentejana. (...) Habitados a conviver com a incerteza, os habitantes da Luz vão vivendo o dia a dia (...). Não desistem de reforçar a cal nas paredes brancas nem de plantar os cravos e os brincos de princesa nos jardins improvisados. Durante o dia, a Luz é um sítio abandonando. Os únicos ruídos da aldeia vêm das enxadas de meia dúzia de mulheres, ocupadas a tirar as ervas secas do caminho, ou do riso de algumas crianças da escola primária e do infantário instaladas na junta de freguesia. A Europa é qualquer coisa abstracta e longínqua (...). As únicas referências acabam de passar a grande velocidade – os dois Opel kadett vermelhos, com matrícula estrangeira. O diálogo entre duas das trabalhadoras é significativo: 'Aquele não é a tua gente?' 'É (...). Aqueles é que fizeram bem. Emigraram e livraram-se deste inferno; se não, ainda aqui estavam, agarrados à enxada'. (...) Na aldeia, o presidente da junta de freguesia tem feito uma campanha de sensibilização no sentido de evitar a venda precipitada de terrenos da Luz a pessoas de fora. A preocupação tem fundamento. É que algumas terras, em pequenas elevações, não ficarão submersas pelas águas, apresentando, depois, a forma de valiosas ilhas no Guadiana. Os líderes locais exigem também a criação de uma faixa de protecção, entre o rio e a zona onde vai ser recolocada a aldeia, superior ao previsto. 'Esses terrenos devem pertencer à junta para evitar a construção por gente de fora, numa zona de acesso ao rio'. (...)"
8/6/94 Pág. 48	País		<i>Castelo de Vide renova-se</i>	"Um património ímpar faz de Castelo de Vide o maior pólo turístico do Norte alentejano. (...) envolvida por uma paisagem agreste e bela, tem como atractivos a judiaria medieval, núcleos arqueológicos e termalismo. A zona história foi recuperada: a câmara (...) adquiriu imóveis degradados e recuperou-os para turismo e comércio. (...)".
12/6/94 Pág. 20/21	Sociedade	Céu Neves	<i>Homens e mulheres já não têm trabalho nas terras alentejanas</i> <i>Searas de fome</i>	"Em terras alentejanas, os longos dias de Verão custam a mais a passar. Sem trabalho e sem dinheiro, 'gasta-se' o tempo a dormir ou a ver televisão. As mulheres não reivindicam emprego. E porque haveriam de fazê-lo, se não há nem para o cabeça de casal? E a fome aperta. 'A última vez que o meu marido trabalhou foi antes da Páscoa. Três dias que a junta lhe deu a arrancar ervas no cemitério', diz-nos Balbina Liforo, de 46 anos (...). O marido, Henrique Galamba, de 52 anos, foi um dos contemplados no programa POC (Planos Ocupacionais para Emprego de Curta Duração). (...) trabalho certo é coisa que não pára por aquelas bandas. Estamos em Vila Verde de Ficalho. Uma aldeia típica

			<p>alentejana do concelho de Serpa, simpática e acolhedora, pintada de branco como tantas outras. Sinais exteriores que não fazem adivinhar aos passantes a pobreza que aquelas paredes escondem. Nem eles se queixam. Mas, também já deixaram de encobrir. Falam da sua vida. 'É realidade, porque é que não devemos falar disso?' rematam.</p> <p>Não há lamentos, apenas testemunhos de quem não conhece dias 'bons'. Há uns melhores que outros, mas a situação nunca esteve tão má. Até aqui, a única certeza era o trabalho sazonal agrícola. Em regiões que vivem da agricultura, esta tornou-se um bem escasso. Um médio agricultor, que em anos anteriores dava emprego a cerca de 40 pessoas, este ano só pode manter sete. O resto são funcionários públicos, pensionistas ou desempregados.</p> <p>(...). Aqui não se pode falar em agricultura de subsistência. Criação não há. E os poucos metros de terreno junto à casa não dão para nada.</p> <p>(...)</p> <p>'Temos muitos dias que passar só com uma refeição. (...). Os vizinhos têm ajudado, mas lá diz o ditado: 'Quem necessita, necessita sempre e quem dá nem sempre pode dar', conta Francisca Romeiro.</p> <p>Maria Antónia Sarmento é a presidente da junta de freguesia. Em cinco meses de mandato, está cansada e desesperada: 'Não vemos alternativas. Sentimo-nos impotentes', diz-nos.</p> <p>(...)</p> <p>(Balbina) Estava a lavar a loiça no quintal, quando batemos à porta. Pediu desculpas por não ter lava loiças para o fazer. Fala das dificuldades. Dos filhos que estão em casa, a Ana de 12 anos, e o Miguel Henrique, de 20. (...). Os olhos brilham quando diz: 'Há o meu Miguel. Tão inteligente, coitadinho. Fez o 12º ano e anda a levantar a nota. Tem muita vontade de tirar publicidade'.</p> <p>A mesma alegria não tem a Francisca Romeiro. 'O meu António chora quando fala nos estudos. Tem um desgosto muito grande de não poder estudar. Não tivemos posses. Mas uma mãe sempre fica com remorsos, não é?', desabafa. (...). O agregado familiar é constituído pelo marido, de 60 anos, e os três filhos, de 18, 24 e 27. Ninguém trabalha.</p> <p>(...)</p> <p>'A questão não é viver bem. É ter um emprego. O melhor orgulho do Alentejano é ter um emprego. As pessoas quando têm trabalho sentem-se realizadas', diz-nos Manuel Estrela, secretário da junta de freguesia.</p> <p>(...)</p> <p>'Antigamente, chovia. Havia muita azeitona. As searas eram boas. Começava-se em meados de Outubro na apanha e ia quase até Março. Hoje, dura mês e meio'.</p> <p>(...)</p> <p>Em Pias, o problema já foi mais grave. Há duas semanas, foram duas camionetas com 90 homens para a Suíça. Mês e meio na campanha do morango e da cenoura e para limpar as vinhas.</p> <p>(...)</p> <p>Na vila, a reforma agrária é recordada com saudade. Traduzia-se na cooperativa A Esquerda vencerá, que chegou a empregar trezentas pessoas. 'Era uma freguesia que dava gosto (...)', refere Domingos Borralho.</p>
--	--	--	--

				<p>(...) Noutro concelho, Beja, vivem-se situações igualmente dramáticas. (Em) Portel, 90 por cento da população viviam da agricultura e, actualmente, esta só emprega dez por cento. A Câmara é uma das poucas empregadoras do concelho. Através do programa POC empregou mais de 43 pessoas. (...) Um emprego que não deverá exceder os três meses.</p> <p>(...) 'Atrasadamente vivíamos mal. Mas eu, ainda, conseguia uns trabalhos. Agora ... ainda este mês fui pagar 40 contos de pão. (...). Compro três pães por dia e às vezes não chega', conta Luísa da Silva.</p> <p>(...) Para trás ficaram as pessoas, as casas, as ruas. Transpira a limpeza e a frescura. E uma grande tranquilidade. Uma tranquilidade que chega a doer."</p>
12/6/94 Pág. 22	Sociedade	CN	<i>Alentejo desolado Tudo é melhor que nada</i>	<p>"Mais de 40 mil desempregados no Alentejo, sendo o desemprego feminino quase total. Apenas um terço recebe subsídio. São estes os dados oficiais da crise.</p> <p>O poder local sente-se impotente e pediu um plano de emergência para a região, à semelhança do que aconteceu no ano passado. O ministro de Emprego, Facção e Cunha anunciou que tal fora recusado.</p> <p>O governo só aceita financiar os POC. Mas, para além deste só cobrir três mil pessoas 'são para as pessoas que já receberam subsídio de desemprego' (...) e o Governo só comparticipa os ordenados em 70 por cento.</p> <p>(...) O desespero é tal que os desempregados de cinco concelhos da margem esquerda do Guadiana já pediram a integração 'simbólica' na vizinha Espanha.</p> <p>(...) Portel, Pias, Ficalho. Zonas onde a CDU ganhou poder. Têm saudades da reforma agrária, quando se estava numa situação de 'quase pleno emprego'. 'A partir daqui, a agricultura tem vindo sempre a descer'.</p> <p>'A reforma agrícola tem de ser feita em outros termos. Dão-se subsídios para não se produzir, quando se deviam dar verbas para incentivar a criação de emprego. São regiões agrícolas, e é da agricultura que temos que viver. E ligadas a estas as pequenas unidades agro-alimentares. Depois ainda vêm falar-nos de excedentes agrícolas na CE. Excedentes, com este panorama?, critica José Manuel Fialho, vereador pelo emprego.</p> <p>Domingos Borralho dá-nos exemplo do girassol. Foram dados subsídios para a plantação deste. 'Muitos nem chegaram a apanhá-lo. Para quê? Já tinham o dinheiro'.</p> <p>Contam-se as propriedades que já deram muito e hoje estão pelas ruas da amargura. Umas acabaram e outras, que chegaram a ter 40 empregados fixos, ficam, agora pela meia dúzia.</p> <p>Em Pias, levam-nos à vinha da Capela. Mais de 150 hectares com parreiras carregadas de cachos. 'Está ao abandono'. A erva ameaça apoderar-se do terreno. É um crime. O proprietário fez os tratamentos da vinha. Endividou-se e a Caixa Geral de Depósitos ficou com a terra (...).</p> <p>Maria Antónia vê potencialidades para a freguesia de Ficalho. (...). Poderia ser instalada uma fábrica de</p>

				<p>transformação para o mármore de 'uma pedreira maravilhosa' local. Activar a caça e o turismo arqueológico. Incentivar a criação de pequenas unidades de exploração do artesanato, enchidos, queijos. Os moinhos podiam ser recuperados, bem como a própria ribeira do Chança.</p> <p>'O Alentejo está habituado a viver de algum trabalho sazonal. Não temos outra experiência. No Norte, as pessoas têm espírito de iniciativa. Criam cooperativas. Aqui, estamos habituados que um latifundiário nos dê trabalho', reconhece Maria Antónia, para acrescentar: 'Mas tem de haver verbas para apoiar a renovação da agricultura local e muita informação sobre os apoios (...)'. A única 'luz ao fim do túnel' é o projecto Alqueva e a barragem do Enxóé. (...)".</p>
14/6/94 Pág. 37	País	Roberto Dores	<i>Subsidio engana fome</i>	<p>"A partir desta semana, 586 chefes de famílias alentejanas carenciadas, região onde a falta de trabalho chegou a dar em fome, começam a ser colocados nos serviços florestais, estradas e serviços sociais. (...) José Toujo, de Moura, de 41 anos, é casado e tem três filhos. (...) conta que ao longo deste tempo bastante fome passou para dar comer aos filhos. (...). (...) E fome, em Beja, há? Perguntamos. Fez uma pausa, para pensar e responder que 'sim senhor. Há fome, mas as pessoas têm vergonha de o admitir'. (...)".</p>
16/6/94 Pág. 37	País		<i>PSD e Comunistas unidos contra aterro</i>	<p>"A concelhia de Grândola do PSD anunciou a sua oposição à construção de um aterro para resíduos perigosos, perto da vila do litoral alentejano. A população de Grândola em plenário, também contestou a possível instalação do aterro. (...)".</p>
16/6/94 Pág. 37	País		<i>Água sabe mal à população de Évora</i>	<p>"Há vários dias, a água da rede pública de abastecimento a Évora não está em condições, quanto a cheiro e sabor. Inquietos, os munícipes têm de optar por água engarrafada ou das fontes. A Câmara informou que os problemas têm origem na 'acentuada presença de algas e sedimentos na albufeira do Monte Novo, nomeadamente, na zona de captação de água'. A responsável dos serviços sanitários (...) garantiu que a água de abastecimento público 'não oferece riscos para a saúde humana'. Reconheceu cheiro e sabor desagradáveis, mas negou que as algas sejam tóxicas. (...)".</p>
17/6/94 Pág.	País	Alcídio Torres	<i>Autarquia de Grândola contestada Câmara iludida</i>	<p>"Apesar do empenho da Câmara de Grândola na luta contra a instalação do aterro na região, há quem acuse o município de estar seriamente comprometido com a sua construção. Cristina Férias, moradora no Lousal, afirmou que a câmara 'só abriu os olhos', quando um grupo de moradores do Lousal entregou ao presidente 500 assinaturas contra a instalação do aterro em Canal Caveira. (...) Refira-se que a população manifestou-se disposta a defender as suas riquezas naturais nem que para isso tenha que arregaçar as mangas, 'porque está determinada em não enterrar o seu futuro'. (...) Segundo o autarca Fernando Travassos, o povo não está disposto, depois de ver sacrificado o seu desenvolvimento e ter assistido à desertificação, aceitar o lixo da</p>

				industrialização dos outros. Recordou ainda o facto de o próprio governo desaconselhar qualquer aterro no Lusal, por se tratar de uma zona de falhas sísmicas.”
21/6/94 Pág. 39	País	Alcídio Torres (Setúbal)	<i>Lousal e Canal caveira: lixo não Cortar a estada do Algarve</i>	<p>“Os habitantes do Lousal e Canal caveira podem cortar a estrada para o Algarve se a ministra insistir em instalar o aterro de resíduos tóxicos.</p> <p>(...)</p> <p>Percorrendo os (dois povoados) (...) a reportagem pôde testemunhar que as populações se recusam a aceitar a ‘afrota’ (...).</p> <p>Temendo que o futuro incerto e ameaçador invada a certeza de um presente sem indústrias, mas onde se pode respirar e acertar candidamente o passo com a natureza e a vida, os habitantes de Canal Caveira não compreendem.</p> <p>Não compreendem, sobretudo, as razões que levam o Governo a querer construir o aterro numa zona sísmica (...) e onde se encontram ecossistemas extremamente frágeis.</p> <p>(...)</p> <p>Com os moradores do Lousal parece estar a Sapec, proprietária dos terrenos onde se pretende instalar o aterro, uma vez que, segundo Manuel Caiado, funcionário da Sapec, a empresa quer construir, a 300 metros das minas, um complexo turístico destinado à terceira idade’.</p> <p>(...)</p> <p>Opinião semelhante tem o tractorista e vigilante de incêndios José Rato, morador em Azinheira de Barros, para quem ‘a instalação do aterro em Canal Caveira iria contaminar os já escassos caudais de água existentes’.</p> <p>Acrescenta que ‘nunca se preocuparam em instalar aqui indústrias capazes de se apresentarem como alternativa à profunda crise agrícola’.</p> <p>Mas agora, adiantou, ‘deram pela nossa existência para despejarem à nossa porta o lixo que os outros não querem’.</p> <p>(...)</p> <p>Sem ter conseguido acertar o passo com a revolução industrial e sem qualquer luz no fundo do túnel a iluminar o caminho da era superindustrial, Grândola chega aos finais do século XXX com uma pequena fabriqueta privada, de manufactura artesanal.</p> <p>É um concelho virado para a agricultura, a pecuária, mas com a consolação de ser, a par com Santiago do Cacém, um dos produtores da melhor cortiça mundial. (...)”.</p>
22/6/94 Pág. 37	País	Manuel Carvalho	<i>Elvas à venda</i>	<p>“Depois da desactivação militar, foi assaltado e roubado. Agora, em acelerada degradação, o forte da Graça vai a hasta pública, e Elvas espanta-se. (...)”.</p>
27/6/94 Pág. 51	País	Roberto Soares	<i>Já há crianças com fome</i>	<p>“Na escola da Mina do Bugalho as crianças passam fome. São poucas as que ainda têm que comer. As mais ‘privilegiadas’ contam com uma açorda ao pequeno-almoço. (...).</p> <p>Para estes casos (...), a Câmara do Alandroal accionou uma campanha de auxílio humanitário, levando, diariamente, géneros alimentares aos alunos (...). ‘Foi a forma que encontrámos de minimizar a fome daquela gente’, declara o vereador Domingos Pisco.</p> <p>(...)</p> <p>As duas áreas geradoras de emprego – extracção de mármore e agricultura – deixaram de ter o peso de outros tempos: a Câmara transformou-se em entidade empregadora de base, mas não consegue chegar a todos os</p>

				<p>chefes de família. (...) Em situação semelhante está Portel (...). As mulheres nem tentam arranjar trabalho: 'se não há emprego para os homens, muito menos haverá para nós', afirma Joana Lopes, de 32 anos. (...) Em Viana do Alentejo, a agricultura é fonte de emprego com tanto peso que os populares são unânimes em chamar 'segundo salvador' à barragem do Alqueva. Naquela zona, a terra dava boas searas. António Matos pensa que a partir do momento em que a área for irrigada, dará emprego a centenas de pessoas, designadamente na produção de girassol, tomate e pimento (...)."</p>
27/6/96 Pág. 54	País		<i>A procura de uma saída para a crise</i>	<p>"No Baixo Alentejo, 586 desempregados encontraram já ocupação no âmbito do Plano de Emergência aplicado aos concelhos da margem esquerda do Guadiana. (...). Pias, no concelho de Serpa, é a localidade onde a fome tem apertado com mais força. Há três semanas, 90 homens partiram para a Suíça para a apanha do morango e da cenoura, minimizando, um pouco, a onda de fome que alastra na vila. (...). Júlio Dias, desempregado há oito meses, não quis emigrar por 'não aguentar estar longe' da mulher e dos filhos. Soube, depois, que não havia sido contemplado pelo Plano de Emergência. Diz agora que se soubesse tinha ido (...). Joaquim Salvador, desempregado há um ano, teve melhor sorte. O Plano de emergência bateu-lhe à porta. (...). Não está preocupado com o fim do emprego especial em Setembro, já que prefere viver o dia-a-dia. Neste momento congratula-se de ter boas perspectivas para alimentar o filho, de quatro anos, e a mulher, mas não esquece que passou fome. Pelas ruas da freguesia, os jovens procuram sentar-se debaixo das sombras mais convidativas. Retratos de quem não tem nada que fazer. Logo à entrada de Moura começam os problemas. No Largo dos Quartéis, Luísa Maia da Silva não esconde ao DN que os grãos verdes que descasca foram roubados na noite anterior. O marido não trabalha há três anos e, agora, o tempo está mau para ir aos caracóis. Roubar é solução?, perguntamos. 'Que quer que façamos? Ninguém nos liga' (...). Vivem numa casa sem água nem luz: ali dormem quatro pessoas; não têm quarto de banho. (...) A fome no Alentejo obrigou a Cruz Vermelha a desencadear uma campanha de recolha de cinco toneladas de alimentos por todo o país, para distribuir pelos necessitados da região do Guadiana. (...)."</p>
27/6/94 Pág. 53	País		<i>Governador civil de Évora</i> <i>'Melhores dias virão'</i>	<p>"Confrontado com a crise, (...) o governador civil de Évora, Mira Branquinho, diz que, dentro de dois anos, 'os maus tempos passarão à história'. O futuro reside, em seu entender, na barragem do Alqueva e na auto-estrada Lisboa-Madrid, dois empreendimentos que absorverão mão-de-obra na região. (...) Investir seriamente nas actividades turísticas, aproveitando os recursos endógenos da região, é, entretanto, mote avançado pela CCRA, para que o interior possa dar, definitivamente, um pontapé na crise.</p>

				(...) aquela estrutura sustenta que o futuro do Alentejo passa, obrigatoriamente, pelo binómio conservação/optimização dos seus valores patrimoniais. (...)"
3/7/94 Pág. 43	País	Manuel Carvalho (Elvas)	<i>Nisa quer quebrar isolamento da região</i>	<p>"(...)</p> <p>Reconhecidas as dificuldades, em especial das aldeias a noroeste do concelho, que é a zona mais pobre, Nisa quer dar a volta ao problema, com os granitos, queijos, turismo e artesanato.</p> <p>Nisa apostou na barragem do Fratel, zona de paisagem bela, agora atravessada por milhares de viajantes. O Tejo oferece-se para desportos náuticos, as condições naturais propiciam actividades de ar livre e as zonas de caça atraem espingardas.</p> <p>(...)</p> <p>De acordo com o PDM (...) Nisa tem de potenciar o que é genuíno, para rentabilizar as suas actividades económicas, travando assim a desertificação demográfica que caracteriza os últimos 40 anos. (...)"</p>
4/7/94 Pág. 41	País		<p><i>Seis toneladas de comida para a margem esquerda do Guadiana</i></p> <p><i>Alimentar o Alentejo</i></p>	<p>"Crianças de tenra idade e famílias subalimentadas vão poder, por algum tempo, enganar o estômago. É uma operação de solidariedade da Cruz Vermelha, que trouxe alimentos, desde o Algarve à grande Lisboa, para colmatar a fome que se sente nas aldeias da margem esquerda do Guadiana, onde o emprego grassa.</p> <p>(...)</p> <p>Batatas, bacalhau, feijão, leite, massa, grão, arroz, leite e azeite foram descarregados nas instalações da CVP em Serpa e Beja, mas a Câmara de Serpa e as juntas de freguesia recusaram-se a participar na distribuição, por entenderem que o problema não pode ser resolvido deste modo, mas sim com a criação de postos de trabalho.</p> <p>(...)</p> <p>O desemprego prolongado, ao longo de muitos meses, sobretudo oriundo do sector agrícola, que cada dez mais emprega menos trabalhadores, é considerado a principal causa das gravíssimas situações sociais que se constata na região, mais afectada ainda pelos três últimos anos de seca. (...)"</p>
5/6/94 Pág. 38	País		<i>Autarcas desmentem fome</i>	<p>"A Cruz Vermelha continua a distribuir alimentos às famílias mais carenciadas do Alentejo. Porém, duas câmaras da região afirmaram não haver fome.</p> <p>A Câmara Municipal de Barrancos desmentiu (...) a existência de fome no seu município. A autarquia diz não ser necessária a ajuda da CVP, frisando que os municípios precisam 'é de oportunidades de trabalho' para 'continuarem a ser úteis à sociedade'. 'Esta câmara, sem grandes apoios, está a criar condições para evitar a desertificação da região, apoiada no querer inquebrável das gentes deste concelho', conclui a autarquia. (...)"</p>
6/7/94 Pág. 37	País		<i>Alentejo sem ajuda</i>	<p>"Cruz Vermelha reage a ameaças de morte contra responsável do núcleo de Serpa e o aparecimento de produtos estragados.</p> <p>A CVP suspendeu a distribuição de alimentos. (...) Quase todos os alimentos estão fora de prazo, afirmam os autarcas. (...) porém, Albano Fernandes, chefe de gabinete do presidente da CVP afirma que 'só algumas batatas não estavam boas', e não sabe de outros alimentos estragados.</p> <p>Tudo isto a juntar à ameaça de morte feita por ciganos - que também queriam receber alimentos - à presidente do</p>

				<p>núcleo de Serpa da CVP, levou a instituição a suspender a distribuição.</p> <p>(...)</p> <p>Para a presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde de Ficalho, a CVP 'tem falta de dignidade, porque não conseguiu promover a ajuda humanitária de forma discreta e sem chamar a atenção dos jornalistas'. Por seu lado, o presidente da junta de Santo Agostinho, em Moura, confirmou que os alimentos recebidos 'não estão em condições', pelo que vai mandar tudo 'para o lixo' (...).</p> <p>(...). António Guterres criticou (...) a actuação do Governo e considerou que Portugal, 'como membro da União Europeia, não tem o direito de condenar dezenas de milhares dos seus cidadãos a situações de miséria e de fome só possíveis no Terceiro Mundo'.</p> <p>Por seu turno, Manuel Monteiro mostrou-se contra a distribuição, porque 'a atitude que um país deve ter não é a de perpetuar a mendicidade, mas sim saber o que é que em determinada região se pode ou não fazer para que aqueles que querem trabalhar trabalhem'."</p>
13/7/94 Pág. 31	País	Roberto Dores (Évora)	<p><i>Teme-se aumento da poluição</i></p> <p><i>Guadiana vai seco</i></p>	<p>"No rio Guadiana, a história repete-se com a chegada dos meses quentes. A diminuição do caudal do rio voltou a dar numa poluição preocupante, que já tomou a água imprópria para consumo doméstico, enquanto os peixes fogem.</p> <p>(...)</p> <p>A Portucel (...) continua a poluir o Guadiana, dizem. Em Mourão as queixas sobem de tom. (...). Manuel Lopes, presidente da Câmara, diz que não é só a Portucel a poluir o meio ambiente (...) 'às vezes são as próprias autarquias a poluir as águas'.</p> <p>Os espanhóis estão a ser acusados de estarem a praticar fortes irregularidades, através de descargas de esgotos urbanos (...) numa altura em que está provado que na zona de Badajoz os pesticidas são todos arrastados para o 'grande rio do sul'.</p> <p>Para a Associação de Defesa do Património de Mértola a solução continua a passar pela criação definitiva de uma área de Paisagem Protegida que permitirá encetar acções de combate às fontes de poluição (...)"</p>
18/7/94 Pág. 24	País	Roberto Dores (Évora)	<i>Alentejo quer trabalhar</i>	<p>"Depois de suspensa a distribuição de alimentos, as autarquias insistem: o que é necessário é criar emprego e isso compete ao Governo, que, aliás, já alargou os POC. (...).</p> <p>A maioria das pessoas está agora a não querer falar. Diz-se que por orgulho. 'Preferem esconder a fome', diz Catarina Marques, acrescentando que com ela não é assim.</p> <p>Esta mulher, que assistiu à distribuição de alimentos pela CVP não pode ocultar as dificuldades por que passa: 'chego a tirar comida da minha boca para dar aos meus filhos'. (...)"</p>
20/6/94 Pág. 39	País	Roberto Dores (Évora)	<i>Sector agrícola continua em crise</i>	<p>"Em Montemor já são poucos os motivos para pensar que a agricultura vai voltar a ser o ganha pão de muitas famílias. A barragem dos Minutos, ambicionada há anos (...) continua sem financiamento (...). Destina-se a irrigar os concelhos de Montemor, Arraiolos e Évora, permitindo minimizar a crise agrícola, que ainda acusa o desgaste de dois anos de seca, levando vários trabalhadores rurais ao desemprego, porque as culturas não produzem sem a água necessária.</p> <p>(...)</p>

				Há décadas que não há memória de nada parecido naquele concelho, contam os mais velhos, recordando que em tempos se registou um elevado índice de emigração, 'mas isso foi porque já se passava fome', afirma Júlia Ramos, uma montemorense que vive da costura. (...)."
23/7/94 Pág. 6	Tema de abertura	Humberto de Vasconcelos	<i>A mirage da água</i>	<p>"(...) O impacte ambiental da barragem de Alqueva está em discussão pública e hoje haverá debate sobre a matéria. (...) No que diz respeito à agricultura, com uma PAC a apontar para a redução da agricultura intensiva, a barragem, dizem muitos técnicos, deveria ser mais pequena e adaptada às necessidades locais. O aumento da produção agrícola – a grande esperança dos alentejanos – será apenas de 0,6 a 1,4 por cento do total nacional, além de que as áreas de regadio estão situadas a dezenas de quilómetros da barragem. (...) O sonho do Alqueva, um 'mar' de água para rega, está ancorado no coração alentejano. Os que se exprimem em público, com fundamentadas razões que são contra o Alqueva, são vaiados. Antes mesmo que possam fundamentar as suas razões. (...) Geota: 'A necessidade de uma reserva estratégica de água no Alentejo é indiscutível, mas o projecto é megalómano, com impactos sócioeconómicos ao nível do desenvolvimento regional muito baixos e cuja lógica não se coaduna com uma gestão integrada e sustentável dos recursos naturais'. (...) 'Uma cota mais baixa seria menos gravosa para o património e a natureza. Dos regadios existentes no Alentejo, apenas 55 por cento são utilizados. Parece grande imprudência realizar investimentos em novos perímetros sem assegurar o completo aproveitamento dos existentes, num contexto europeu em que a agricultura intensiva está desactivada'. (...)."</p>
23/7/94 Pág. 7	Tema de abertura	José Pedro Fonseca	<i>O sonho alentejano</i>	<p>"Uma vantagem inerente à construção de Alqueva parece óbvia: dar emprego a milhares de alentejanos, hoje numa situação difícil. (...). (...) Diz o Estudo de Impacte Ambiental em consulta pública que 'a mudança radical da paisagem (...) transformando um conjunto diversificado de habitats num único, resulta numa perda total da capacidade de utilização da área por parte de aves terrestres, afectando ainda algumas espécies aquáticas'. (...). A avifauna é apenas uma das áreas grandemente prejudicadas pelo Alqueva. Um 'sacrifício' da natureza por uma obra desejada há décadas."</p>
23/7/94 Pág. 22	Sociedade	RD	<i>'Nem tudo está mal no Alentejo'</i>	<p>"O ministro da Agricultura insiste em dizer que a crise económica e social no Alentejo não se resolve apenas com a reactivação do meio agrícola. Uma frase polémica que está a merecer críticas do sector. As declarações foram feitas numa deslocação ao Alentejo (...) onde o ministro destacou a importância da região considerada a mais pobre da União Europeia. A via disse, seria 'arranjar outros rendimentos; caso contrário, não é possível resolver os problemas'. Este membro do governo admitiu estar pouco informado sobre a 'realidade' vivida pelos campos daquela província."</p>

				Ainda assim, diz ter a certeza que 'nem tudo é mau'. (...) para prometer melhorias a breve prazo, quando forem implementadas as medidas preconizadas no PDR. O principal cavalo de batalha aponta a melhoria das infra-estruturas relacionadas com a agricultura, onde os factores de produção, como a água e a electricidade, assumem papel determinante no futuro do 'mundo rural'. »
24/7/94 Pág. 11	Política		<i>O Alentejo não é a Somália</i>	“Terras abandonadas e trabalhadores sem emprego. Estes são no entender de Carlos Carvalhas, os grandes problemas do Alentejo. (...). O líder do PCP foi (...) à margem esquerda do Guadiana criticar o ‘espectáculo das esmolas’ com que a região tem sido brindada e criticar a política do governo para o interior (...) classificando de intolerável o abandono das terras do Alentejo. ‘Esta é a questão central, terras abandonadas e outras tantas subaproveitadas e milhares de trabalhadores agrícolas sem emprego’, afirmou. Para o líder do PCP, ‘a situação não se resolve com operações tipo Somália. As pessoas têm dignidade, têm direito ao trabalho, embora sejam bem vindas as acções de solidariedade’. A situação do Alentejo, disse, não é diferente da de todo o interior do país, em termos de desertificação, envelhecimento e situações de carência. A sua especificidade consiste nas estruturas fundiárias, no peso da agricultura e na posse e uso da terra. Carvalhas exigiu do Governo medidas (...) que passam pela ‘resolução da questão da posse e uso da terra, pela irrigação, industrialização e agro-indústria, pelo reforço do poder local e pela regionalização’. (...)”
27/7/94 Pág. 37	País	João Pedro Fonseca	<i>Guadiana é um regato</i>	“O rio grande do sul, como é conhecido o Guadiana, é hoje um mero regato, verificando-se a redução do caudal de dia para dia. A Espanha fechou a torneira (...). (...) A revolta está patente nos olhos dos alentejanos. Não compreendem como o Governo português nada fez perante as autoridades espanholas, permitindo que o rio seque de dia para dia causando uma catástrofe ecológica. Na sexta-feira passada apareceram centenas de peixes mortos junto ao açude dos moinhos (...). (...) Revoltados estão também os agricultores e criadores de gado, que vêem os seus investimentos inviabilizados com a falta de água no rio. (...)”
13/8/94 Pág. 38	País	Humberto de Vasconcelos	<i>Peneireiros voltam aos céus do Alentejo</i>	“Ecologistas da Fapas, um parque natural e o concelho paroquial de Arronches deram mãos para recuperar rapinas no Alentejo. (...) ‘A intenção é tentar o repovoamento desta rapina (peneireiro) que tem o tamanho de uma rola e 120 gramas, não ataca animais domésticos e é uma grande devoradora de insectos. A população quase se extinguiu devido a dois factores: ‘o desaparecimento do seu habitat, dadas as obras de recuperação de velhas torres e castelos, e a pilhagem de ovos e juvenis’, disse João Claro, do Fapas. (...)”
18/8/94 Pág. 30	País	Alcídio Torres	<i>Nas teias da anarquia urbanística</i>	“A febre da especulação imobiliária assentou praça em Porto Covo. Em meados do século XVIII não passava de um lugarejo desapontado despontado lentamente sob a sua arriba, junto

				<p>a uma pequena enseada. Mas hoje, em Porto Covo, a anarquia urbanística está a subverter completamente o seu traçado original, inspirado na baixa pombalina de Lisboa.</p> <p>(...)</p> <p>Há quem caracterize a situação como novo Prec, agora na modalidade 'processo de especulação em curso'. Na opinião de alguns moradores, o boom urbanístico ultrapassou já os limites previstos no Protali para um período que deveria estender-se por dez anos.</p> <p>Luís Farinha, (presidente da Associação de Amigos de Porto Covo, AAPC) aponta o dedo aos empreiteiros que, em período de recessão, compram lotes e não constroem, esperando melhores dias para venderem a preços muito elevados.</p> <p>Mas outros problemas subsistem. A estação de tratamento de esgotos (...) apenas detém capacidade para 500 pessoas, quando a freguesia acolhe no Verão, mais de três mil; a falta de energia eléctrica tornou-se numa constante; a água, essa, é por vezes imprópria para consumo.</p> <p>(...)</p> <p>Quanto ao surto de urbanização em curso, o edil contesta a opinião do presidente da AAPC acusando-o de 'fundamentalismo' (...).</p> <p>(...)</p> <p>O lento crescimento da população acelerou-se nos últimos anos com a construção do complexo de Sines e o incremento da actividade turística. (...)"</p>
20/8/94 Pág. 29	País	Manuel Carvalho	<i>Alentejo investe no turismo</i>	<p>"O sossego, o ambiente, a paisagem, a caça, a gastronomia, e o património histórico-cultural são os atractivos mais procurados pelos visitantes da Região de Turismo de São Mamede.</p> <p>(...)</p> <p>Por seu lado, as feiras de artesanato e gastronomia têm-se multiplicado por toda a região. A animação turística na área histórico-cultural tem sido preocupação da RTSM, (...) com o programa Rota dos Castelos (...)"</p>
30/8/94 Pág. 30	País	Roberto Dores (Évora)	<i>No Norte do Alentejo há aldeias onde o desenvolvimento não chega Chança à beira do fim</i>	<p>"Em Chança (...) o tempo parou o relógio do desenvolvimento. Chegou a ser apelidada a 'vila formosa', mas a formosura foi-se perdendo com o adeus dos filhos da terra. Ficaram os mais velhos. (...). Agora a população fala de boas recordações, mas as incógnitas são muitas quando se olha o futuro.</p> <p>É uma realidade que todos os chancenses subscrevem: a queda da agricultura está a 'matar' a freguesia. Este ano até nem é dos piores. (...). Através dos POC, a freguesia conseguiu fazer frente às maiores carências. (...). Os poucos jovens é que estão em maiores dificuldades, mas não há ninguém sem ocupação, devido à campanha do tomate. Em Novembro segue-se a azeitona, que neste época é fraca, enquanto para trás ficou a cortiça. São os 'eternos' biscates para que o pão não falte.</p> <p>(...)</p> <p>Não admira, por isso, que Narciso Varandas, 75 anos, fale com saudade da cooperativa 2 de janeiro, que fechou há mais de dez anos. 'Começou do nada e dava trabalho a toda a gente' (...), sublinha Narciso Varandas, um dos naturais de Chança que trocou a terra pela melhoria da qualidade de vida. Mas, na segunda quinzena de Agosto não falha, tal como João Duarte.</p> <p>Ambos continuam a manter a casa onde nasceram e dizem</p>

				<p>que a sua 'praia' é ali. Não trocam qualquer ponto do litoral pelas origens, mas são unânimes em concordar que 'é uma pena ver ao que isto chegou'.</p> <p>(...)</p> <p>Por entre uma aldeia de dimensões que mais parece uma vila não, não se encontra sujidade. Aqui o vício é manter tudo limpo e se é verdade que ninguém fala em falta de habitação, o mesmo não se pode dizer do abastecimento público de água. (...)"</p> <p>Em Chança, o cenário de 'aldeia deserta' vai alterar-se este fim-de-semana. A população vai triplicar, porque os filhos da terra não dispensam as festas de verão (...).</p>
1/9/94 Pág. 24	Sociedade		<i>CAP contra leis da água</i>	<p>"A CAP exige suspensão da legislação sobre a água (...), nomeadamente no que respeita ao licenciamento dos poços existentes. E reivindicou ainda que o Governo publique legislação sobre o tratamento de águas provenientes dos lagares.</p> <p>Em conferência de imprensa, José Ruano, vice-presidente da CAP, protestou contra o facto de a confederação não ter sido ouvida na elaboração de leis sobre um recurso tão fundamental para a agricultura como é a água.</p> <p>(...)</p> <p>José Ruano disse (...) que a lei sobre a rejeição de águas residuais de lagares 'põe em risco a campanha da azeitona' (...) 'porque só dois por cento dos lagares existentes estão de acordo com a lei'. (...)"</p>
7/9/94 Pág. 31	País	Roberto Dores (Évora)	<i>Com 30 por cento da população activa desempregada</i> <i>Fome ameaça Portel</i>	<p>"(...)</p> <p>Jorge Lopes foi um dos que teve carências alimentares no início do Verão. As refeições baseavam-se em sopas de alho, e não fosse a solidariedade de alguns vizinhos, havia dias em que nem pão duro havia para comer.</p> <p>(...)</p> <p>A Câmara está preocupada, e o vereador José Fialho recorda que os últimos recenseamentos revelam que, de 800 desempregados, apenas 180 recebem subsídio, 'perspectivando-se um futuro sombrio', sustenta o autarca, 'que deverá concluir com o aumento de desertificação'.</p> <p>Portel, com sete mil habitantes, torna-se o espelho da quebra agrícola no Alentejo, que nos últimos dez anos lançou no desemprego milhares de alentejanos. (...).</p> <p>Zilda Marques andou na apanha da cortiça e diz que 'não tem lógica acabar esta campanha e haver tanta gente desempregada', naquela localidade onde, no tempo da reforma agrária, se chegou a viver 'muito bem'.</p> <p>A junta de Alqueva concorda com este habitante e queixa-se da Política Agrícola Comum, a qual, segundo o presidente Manuel Repas, 'arruinou os agricultores de uma vez por todas'. (...)"</p>
11/9/94 Pág. 33	País	Roberto Dores	<i>Alentejo assiste a nova vaga de emigração</i> <i>Por melhores dias</i>	<p>"A emigração, se bem que provisória, progride no Alentejo. Este fim de semana, em Safra, concelho de Moura, 40 pessoas partem para França (...) São na maioria mulheres e jovens. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Alexandre Pato, presidente da junta de freguesia de Safara, diz que 'o povo não tem alternativas, a não ser ir embora'. 'Antigamente havia a agricultura, mas agora, enquanto não vier a Barragem de Alqueva, não temos condições de vida', subscreve o autarca, alegando que toda a região está dependente da 'reestruturação da agricultura'. (...)"</p>
23/9/94	País	Alcídio Torres	<i>Não aos resíduos</i>	"(...)

Pág. 39			<i>industriais Alcácer e Santiago protestam</i>	<p>Apesar de Portugal não possuir um sistema de tratamento de resíduos industriais (SNRI) e as directivas comunitárias nos obrigarem a tratar os resíduos produzidos (oito mil milhões de toneladas por ano) não vai ser fácil ao Ministério do Ambiente convencer os autarcas e populações a instalarem nos seus concelhos os dois aterros controlados.</p> <p>(...)</p> <p>O DN deslocou-se à longínqua e isolada herdade de Vale Medeiros, a quatro quilómetros da ribeira de S. Domingos, onde a população residente se resume a uma família de seis pessoas. Aqui, falámos com António Guerreiro, que tomou conhecimento, através da comunicação social, da intenção governamental de instalar um aterro na herdade. Com 300 cabeças de gado este camponês, que vive no local há 20 anos, nem quer pensar nisso: 'é um veneno capaz de matar animais, contaminar as águas e rebentar com as nossas vidas', disse.</p> <p>(...)</p> <p>O presidente da Câmara de Alcácer, Rogério de Brito, está convencido que, a concretizar-se a proposta da ministra, o concelho correrá sérios riscos turísticos. 'Não é por acaso que dois grandes projectos turísticos em Santa Susana, um deles já financiado pela UE, foram cancelados até à clarificação do processo'. Sendo o litoral alentejano classificado como uma zonas de ecossistemas mais protegidos da Europa, o edil alcacerense evoca essa qualidade para reconhecer a incoerência da proposta governamental.</p> <p>Rogério de Brito põe em causa os critérios de avaliação para a escolha dos locais, dando como exemplo a primeira escolha do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais em Barrancão II, onde a instalação ficaria situada em cima das linhas de água e a 1,5 quilómetros das captações de água que abastecem Santa Susana. Mesmo Barrancão I, a actual escolha, apesar de possuir menos riscos, adiantou o autarca, não deixa de afectar a bacia hidrológica de Pego do Altar.</p> <p>(...)"</p>
25/9/94 Pág. 11	Política	EC	<i>Embaixada desfila em Lisboa Alentejo contra a fome</i>	<p>"(...)</p> <p>Para sensibilizar 'as gentes de Lisboa' para os problemas sociais e económicos que se vivem 'lá em baixo', uma embaixada de Alentejo subiu à capital. 'Alentejo pela regionalização e desenvolvimento', foi o movimento que motivou homens e mulheres a desfilar, entoando o canto alentejano.</p> <p>(...)</p> <p>Para os representantes do PSD do Alentejo, cabe ao PCP a culpa pela situação de actuais dificuldades que se vivem naquela região. Segundo referem 'ao próprio PCP não interessa o desenvolvimento, porque o desenvolvimento traz o progresso, e normalmente o progresso afasta os comunistas do poder'. Os sociais democratas consideram que 'se não há mais empresas e mais postos de trabalho no Alentejo, a responsabilidade política por isso pertence inequivocamente ao PCP' (...)"</p>
1/10/94 Pág. 39	País	Humberto Vasconcelos	<i>Por distorcerem medidas agro- ambientais</i>	<p>"A LPN considerou (...) que as 'medidas agro-ambientais que fazem parte da reforma da PAC, anunciadas como defensoras do ambiente, funcionam da contrário daquilo que se supõe no nosso país'.</p>

			<i>Ambientalistas acusam Governo</i>	<p>Para os representantes da LPN que participavam num encontro promovido pela CAP, a culpa não é da PAC propriamente dita, mas da sua aplicação-distorção feita pelo Governo.</p> <p>A aplicação do regulamento 2078/92 a Portugal potencia mecanismos de defesa e conservação do património natural, para além de outro objectivos, nomeadamente, a redução da poluição agrícola e a agricultura biológica. No entanto 'a forma como tem sido aplicado este regulamento não irá, a nível nacional, atingir os objectivos para os quais foi criada', denuncia Francisco Moreira, da LPN, a associação ambientalista mais antiga de Portugal, quase a fazer meio século.</p> <p>O Governo (...) reconheceu a existência de sete zonas prioritárias para a aplicação deste regulamento, isto é, zonas onde os valores naturais existentes estão intimamente ligados às práticas agrícolas.</p> <p>São elas o Parque Nacional da Peneda-Gerês, Parque Natural Montesinho, Parque Natural do Alvão, Parque Natural da Serra da Estrela, Biótopo Corine do Tejo Internacional, Paisagem Protegida da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano e Biótopo Corine de Castro Verde'. 'Para cada uma destas áreas deveria ser criado um programa zonal que tendesse às especificidades agrícolas e naturais de cada uma e definisse as normas que os agricultores deveriam seguir para preservar o ambiente e receber os subsídios comunitários. No entanto - diz Francisco Moreira - o Governo optou por uma legislação de tipo horizontal que pretendia servir o país, e que provoca grande diminuição dos fundos disponíveis em áreas prioritárias e inviabiliza o acesso aos fundos comunitários pelos agricultores das áreas prioritárias!'</p> <p>Para os ambientalistas, Castro Verde é a zona mais importante para a aplicação das medidas da PAC, devido ao facto dos valores naturais apresentados, quase únicos na Península Ibérica. Devido ao facto de as propriedades agrícolas da região serem de dimensão superior à média do Alentejo, os agricultores não se podem candidatar a subsídios, os quais definem uma área máxima de exploração de 50 hectares.</p> <p>'Assim, o Governo aproveita os subsídios das agro-ambientais para distribuir pouco dinheiro pelo maior número possível de agricultores, em vez de concentrar-se nas áreas prioritárias identificadas', refere a LPN.</p> <p>(...)</p> <p>'Por outro lado, a incompatibilidade deste regulamento com os outros regulamentos comunitários, tais como o 2080 (florestas) que dá subsídios muito superiores para a plantação de árvores, ou os Fundos Estruturais, com os quais se pretende financiar (...) Alqueva para intensificar a agricultura do leste alentejano, contrariando a filosofia agrícola comunitária, é outro problema grave'. (...)'.</p>
2/10/94 Pág. 36	País	Humberto Vasconcelos	<i>Abetardas serão protegidas</i>	<p>"A abetarda, a maior ave europeia, corre o risco de extinção. Em Portugal, restam algumas na zona de Castro Verde, onde os campos cerealíferos já abundaram. Hoje, ambos estão à beira de extinção. Mas a LPN está a fazer tudo para evitar que a abetarda passe à história. Para já, está a comprar terrenos em Castro Verde, para que a ave passe dias de descansados, se reproduza e permaneça ao abrigo</p>

				<p>dos caçadores. (...) A herdade pertencia à empresa de celulose Silvicaima. O montante para a aquisição deste e outros terrenos provém de um projecto financiado a 75 por cento pelo programa Life, e que ascende a 250 mil contos. Entre os objectivos do projecto, figuram a aquisição de terrenos de importância ecológica para a sobrevivência da abetarda; a sua gestão, à luz do sistema agrícola tradicional, permitindo a alimentação das aves; a promoção de acções de formação junto de escolas, agricultores e ministérios do Ambiente e Agricultura. A área de Castro Verde, diz a Liga, é de grande importância do ponto de vista da avifauna. As principais ameaças à manutenção da paisagem agrícola e à protecção das espécies consistem no abandono das terras pelos agricultores, caso as medidas de acompanhamento da PAC não lhes sejam favoráveis; a plantação de eucaliptos e de outras árvores não compatíveis com a existência de aves das estepes, como a abetarda; e a criação de zonas de caça em áreas sensíveis. (...).”</p>
10/10/94	Sociedade	Helena Mendonça	<p><i>Manifesta em Santarém olhou para o campo com outros olhos e fez nascer novo conceito O desenvolvimento glocal</i></p>	<p>“A nostalgia do campo está a ceder ao desenvolvimento local. Munidos dos apoios comunitários, foram muitos os que partiram para terras esquecidas do país. (...). Estavam fartos da tensão deprimente das grandes cidades; foram destacados em serviço para zonas rurais; quiseram regressar às terras de origem, depois de saciado o desejo de civilização; ou partiram para investigar as entranhas do país. São médicos, professores, autarcas, técnicos de acção social, agentes de desenvolvimento, investigadores. Partiram devagarinho, por razões pessoais ou profissionais, mas não tardou que (...) fossem ‘provocadores’ de novas ideias e atitudes em meios estagnados pelo esquecimento de muitos anos, num país desde sempre dependente das decisões do Terreiro do Paço. Um pouco por todo o interior nascem associações de desenvolvimento, revitalizam-se velhas colectividades, responde-se às necessidades da terra com pequenos investimentos, seja na recuperação do artesanato, seja no turismo rural ou nas pequenas aldeias. Os problemas, as crises e os estrangulamentos de cada zona tornam-se também meios potenciais para a investigação. Os ‘cientistas’ saem das universidades, olham o terreno e acabam como pilares orientadores dos projectos. Mas, por detrás de tudo (...) está um cérebro financiador de ideias e de dinheiro: a Comunidade Europeia. Não é por acaso que são ‘estrangeirados’ a entregarem-se à tarefa de atizar o que está parado. Estes novos agentes são conhecedores das múltiplas linhas de crédito, de financiamentos, de programas a jorrarem de uma máquina que, embora burocrática, tem sido a principal mobilizadora do investimento nacional, regional e local. (...) Para Roque Amaro (...) um dos ‘pais’ da Manifesta, o que une muitos dos que estão a trabalhar no ‘terreno rural’ é a percepção de que o desenvolvimento só pode acontecer se for assumido localmente. (...).”</p>
5/11/94 Pág. 38	País	Roberto Soares	<p><i>Retratos de Santana da Serra no</i></p>	<p>“Em Santana da Serra ninguém ousa discordar do presidente da Câmara de Ourique sempre que o autarca se</p>

			<p><i>Coração de Ourique</i></p> <p><i>Dias de espera</i></p>	<p>refere ao atraso em que a aldeia mergulhou. O autarca classifica aquela localidade como uma das mais pobres do Alentejo e o povo concorda (...).</p> <p>Desertificação, população envelhecida, uma quase nula taxa de natalidade. Retratos de dias difíceis numa freguesia onde o desemprego espreita, permanentemente, entre os campos abandonados da agricultura. (...).</p> <p>'Foi o que nos fez a PAC', refere (um) homem com 50 anos de lavoura. Ainda se recorda dos tempos dourados da agricultura por aquelas paragens, mas pode para não se falar nisso - há, por aqui, uma tremenda nostalgia. Pensa, de resto, que recordar 'não «e viver», tanto mais que lhe dá pena ver ao que a aldeia chegou: 'uma miséria'.</p> <p>(...)(Nos arredores da freguesia) Mais de 400 pessoas pararam no tempo, vivendo em condições terceiro-mundistas: não têm água nem luz; as necessidades fisiológicas, essas, são feitas a céu aberto; a tv chega através de bateria. (...)"</p>
16/11/94 4 Pág. 39	País	Roberto Dores (Évora)	<p><i>Habitantes do Alandroal esperam futuro</i></p> <p><i>Freguesia envelhece</i></p>	<p>"(...)</p> <p>Terena é uma localidade onde o tempo parou, à semelhança de outros 'sítios' da região. A agricultura foi-se perdendo. O desemprego veio a seguir, acompanhado pela desertificação e envelhecimento do povo.</p> <p>Já são perto de 600 os populares no inactivo. Os outros cem que compõem os censos trabalham no que vai aparecendo, repartindo-se entre o pomar do Monte Branco, Juromenha, Herdade do Esporão, em Reguengos de Monsaraz. Aqui as mulheres são em maioria, estando nesta altura a proceder-se à poda.</p> <p>(...)</p> <p>O curioso começa quando, entre a população, todos acreditam que o futuro é promissor. Até mesmo os cinco idosos que numa tarde de Novembro jogavam às copas na mesa do jardim público. Júlio Mendes vislumbra 'bons dias' mas sustenta que 'não é com a agricultura que lá vamos'. E acrescenta: 'Temos de criar condições para chamar visitantes'. A opinião é unânime, fundamentada na riqueza do património da freguesia, que se afigura como um 'chamariz turístico invulgar'.</p> <p>O povo recusa-se a admitir o futuro como negro, e Teresa Dias aponta para a barragem do Luçefecit: 'se soubesse a quantidade de pessoas que ali vão no Verão'. A sugestão desta mulher é que se crie um sistema para atrair turistas (...)</p> <p>lembra que os espanhóis são grandes amantes de desportos náuticos e por isso "têm explorado Terena".</p> <p>(...)</p> <p>os responsáveis políticos não descaram a ideia, até porque a freguesia tem uma situação geográfica favorável (...) e a aposta definitiva no turismo parece ser a única saída plausível em direcção ao desenvolvimento que, actualmente, em Terena, poucos sabem o que é na realidade.</p> <p>(...)</p> <p>O deputado municipal (CDU) diz que a localidade precisa de 'muito mais para crescer' e divulga que está em aberto a possibilidade de criar um miniparque industrial, destinado ao pequeno carpinteiro, serralheiro, sapateiro e mecânico, entre outros.</p> <p>(...)"</p>

19/11/94 Pág. 40	País	Fernando Amaral e Roberto Dores	<p><i>Ministro Duarte Silva surpreende produtores</i></p> <p><i>Alentejo, celeiro?</i></p>	<p>“ ‘O Alentejo vai continuar a ser o celeiro de Portugal’. A declaração do ministro da Agricultura apanhou desprevenidos os produtores da região, numa altura em que se completam dois anos sobre a ‘morte anunciada’ da actividade cerealífera: 30 milhões de toneladas excedentárias na CE obrigaram ao pousio, encorajado por subsídios.</p> <p>Ataques sistemáticos ao cultivo de cereais em dois anos lançaram no desemprego centenas de alentejanos, fortalecendo a controvérsia em torno da acção do ex-ministro Arlindo Cunha. Mas os tempos mudaram e Bruxelas ‘só’ já dispõe de cinco milhões de toneladas de cereais e decidiu diminuir o pousio obrigatório. Duarte Silva muda a política e anuncia em Évora o seu empenho nos regadios.</p> <p>‘Só conseguimos um bom índice de competitividade se tivermos muita água’, sublinhou, lembrando que ‘área, morfologia e capacidade de produzir desta região conferem grandes potencialidades aos cereais’.</p> <p>A Associação Nacional dos Produtores de Cereais, através do seu presidente Carpinteiro Albino, classificou as palavras do ministro de ‘realistas’, pois ‘é impossível pensar na sobrevivência do Alentejo sem a manutenção dos cereais’. (...)”.</p>
27/11/94 Pág. 44	País	Joana Gomes	<p><i>Castro Verde Protege ambiental</i></p>	<p>“O Plano zonal de Castro Verde, com uma área de 64 mil hectares, é o primeiro a arrancar este ano, de um pacote de sete a nível nacional. Enquadrado nas medidas agro-ambientais da reforma da PAC, o plano, que abrange os concelhos de Castro Verde, Aljustrel, Beja e Mértola destina-se à preservação das espécies estepárias em vias de extinção. A abetarda, uma ave rara no mundo, concentra-se naquela região na maior colónia do país (...).</p> <p>A preservação das espécies, vale àquela área cerca de 2,4 milhões de contos durante os próximos cinco anos, a atribuir aos agricultores em prémios anuais como contrapartidas dos compromissos que forem assumidos na área ambiental. Assim, é promovida a cultura tradicional extensiva, de rotações longas, e a não utilização de sementes tratadas com produtos tóxicos para a fauna.</p> <p>(...)</p> <p>O ministério do Ambiente define a zona como de ‘elevadíssimo interesse ornitológico’, pretendendo nesta base ‘o aumento sustentado das explorações, com aplicação de técnicas de gestão visando o aumento das populações faunísticas, acompanhado de uma diminuição dos custos de exploração e desenvolvimento de novas actividades, como o agro-turismo, a caça e o turismo de natureza’.</p> <p>Os autarcas, reconhecendo o interesse fundamental da zona para a preservação das aves estepárias e como base de apoio ao desenvolvimento do concelho, proibiram, através do PDM, qualquer tipo de reflorestação na área, constituindo-se também esta medida como uma das hipóteses abertas aos agricultores nas medidas de acompanhamento.</p> <p>(...)</p> <p>Apesar das verbas e da aceitação do plano, as críticas não se fizeram esperar. (...) Fernando Caeiros (presidente da Câmara de Castro Verde) critica a falta de agentes locais na gestão do programa (...).</p> <p>José Godinho, presidente da Câmara de Aljustrel, referiu</p>

				outro aspecto contraditório: 'Como se pode estar a aprovar este plano e a permitir, ao mesmo tempo, a plantação de eucaliptos em herdades incluídas na sua área, como acontece na propriedade de Gavião e anexas?''.
3/12/94 Pág. 40	País	Roberto Dores (Évora)	<i>Rodoviária isola Outeiro</i>	<p>"A povoação de São Bartolomeu do Outeiro (Portel), que perdeu parte das ligações rodoviárias está cada vez mais votada ao esquecimento. (...)</p> <p>(...)</p> <p>Também aqui se acredita no milagre do turismo rural , numa localidade onde o desemprego é muito reduzido (...), apesar da agricultura também ter desaparecido. A maioria da população tem trabalhos fora da aldeia e mesmo os biscateiros raramente estão desocupados.</p> <p>No início do mês, 70 pessoas partiram para Sobral da Adiça, Moura, para a apanha da azeitona, e por lá vão ficar até Fevereiro de 95, fazendo um ligeiro interregno pelo Natal. Todos os anos é assim e o presidente da junta acha que esse factor revela 'dinamismo e vontade de vencer', elogiando mesmo aqueles que em tempos emigraram para a Suíça. (...).</p> <p>Abílio Veiga é responsável pela junta desde 1975. Fala de tempos 'muito bons' depois de Abril de 74, quando a cooperativa agro-pecuária dava emprego a quase todos os chefes de família, acabando por fechar sem dever um tostão a ninguém. Mas o fim da cooperativa arrastou dificuldades e contribuiu para a desertificação.</p> <p>(...)</p> <p>(...) afigura-se como dado adquirido para Abílio Veiga que o turismo rural é a saída para 'todos os males'. Vai daí que a junta esteja empenhada em reactivar as termas da Ganhoteira, com águas de características muito especiais que curam todas várias doenças.</p> <p>Propriedade da Fundação Eugénio de Almeida, é sabido que já em tempos as termas foram um grande negócio, estragado com a importância turística do Algarve. 'No Verão, aquilo estava cheio de gente e havemos de querer recuperar essa tradição'. (...). 'Depois cá estamos para ver se a minha aldeia não há-de ser das mais importantes do Alentejo''.</p>
4/12/94 Pág. 45	País	Roberto Dores (Évora)	<i>Futuro original para aldeia alentejana Artesanato em Monsaraz</i>	<p>"A procura crescente de artesanato de qualidade vai determinar o futuro das mais belas aldeias de Portugal, Monsaraz.</p> <p>(...) Uma aldeia de artesãos (...) é a resposta à procura ascendente de artesanato de qualidade, como um 'pisar de olhos', à criação de novos postos de trabalho numa região já ensombrada pelo síndrome do desemprego. (...)"</p>
6/12/94 Pág. 17	Sociedade	AS	<i>Fundação Convento da Orada à procura de rumos para o século XXI O campus da planície</i>	<p>"(...)</p> <p>Em relação ao parque cultural de Monsaraz (Rosado Correia, presidente da Fundação Convento da Orada), acentua que 'o que se pretende é exactamente (...) regulamentar a intervenção (...). (...). E acrescenta: 'Frederico Mayor mandou cá um especialista, que ficou encantado com o que viu. O património humano é uma realidade e é necessário salvá-lo. Estas pessoas, com os seus hábitos, usos e costumes, o pastoreio, a transformação e fabrico de queijo, a apicultura, são belíssimos apicultores, é preciso que mantenham esse tipo de exploração e lhe possam dar continuidade. Isso será previsto nos próprios parques, sem serem considerados parques sociais.'</p>

				E termina com uma questão: 'Como se determinam os ecoparques? Os ecoparques existem em todo o mundo, tanto na Ásia como na Europa. Pretendem mostrar modelos de aldeias, de artesanato e vivência das aldeias, mas tudo dentro de um certo artificialismo. Aqui seria mesmo na vida normal, na vida natural dos aldeões'".
6/12/94 Pág. 33	País	Manuel Carvalho	<i>Loteamento polémico gera críticas</i> <i>Elvas defende Quinta do Bispo</i>	“(…) A urbanização da Quinta do Bispo está a levantar acesa polémica em Elvas, pois o local está considerado ‘zona de espaços verdes protegida’ no Plano Geral de Urbanização (…) Ultimamente, nas linhas do semanário Linhas de Elvas, Maria José Rijo – vereadora da Câmara entre 1986 e 1989 – tornou pública a sua posição contra a construção urbana no local (….) (e) abriu, com um donativo pessoal de 154 contos, uma subscrição pública para que Elvas se disponha a comprar a quinta. E à redacção do jornal já chegaram outras contribuições. As forças políticas com assento na Câmara de Elvas começam a tomar posição sobre a possibilidade de a quinta ser loteada (…). João Vintém, da CDU, disse ser ‘frontalmente contra a alteração do PGU’ (…). Por seu lado, o social democrata António Lacerda Barradas adiantou que ‘deve preservar-se a casa onde viveu António Sardinha’, desde que a Câmara se disponha a fazer dela ‘um espaço vivo e ligado à leitura’, ‘em memória do poeta’ (…). Na Quinta do Bispo, onde o plátano secular classificado como de ‘interesse público’ – está acompanhado de tilias, amoreiras e nespereiras de grande porte, o tempo passa sobre uma construção do século XVII, a principal resistente ao anel de quintas que rodeava a cidade.”
34/12/94 4 pág. 34	País	Alcídio Torres	<i>Em Santiago do Cacém Combate à desertificação</i>	“O município de Santiago de Cacém tem vindo a combater a desertificação, cedendo terrenos em direito de superfície e incentivando em algumas das dez freguesias do concelho, a instalação de indústrias adequadas ao saber e às características da terra e das suas gentes. Considerada inédita a nível nacional, esta iniciativa já permitiu a 1500 famílias, algumas em condições habitacionais degradantes, construir a sua própria casa e criar as bases para uma saída profissional na terra onde nasceram e querem morrer. (…) Desde que foi elevada a comarca, há 120 anos, Santiago do Cacém tem vindo a sofrer constantes alterações da sua base económica. Apesar de o sector terciário representar 51 por cento da população activa, os autarcas, temendo a desertificação humana, pretendem tirar partido das potencialidades agrícolas do concelho. (…) Nas zonas do interior, casa da Abela, os responsáveis pensam desenvolver, nas áreas de sequeiro, sistemas à base de culturas arvenses pouco intensivos, associados à exploração pecuária e florestal (cortiça). Em áreas de solos ligeiros poderão desenvolver-se povoamentos de pinheiros manso, visando a exploração de madeira e pinhão. Na área de regadio, os sistemas culturais serão intensificados, desenvolvendo-se rotações onde se integrem as culturas de trigo, tomate, girassol, milho, sorgo, grão, arroz e forragens. A apicultura, a cinegética e a exploração

				dos matos são actividades complementares a desenvolver. Entretanto, a autarquia quer reservar a área do perímetro de Abela para instalação de indústria ligeira e infra-estruturas de apoio à actividade económica. A transformação de produtos agro-alimentares está prevista, estando os financiamentos na mira dos autarcas alentejanos. (...). (...) Este concelho quer ser parte integrante do mundo em construção.”
7/12/94 Pág. 47	País	Alcídio Torres	<i>Habitações clandestinas na lagoa de Santo André</i> <i>Casas nas dunas vão ser destruídas</i>	“A demolição das 110 habitações clandestinas construídas na década de 70 por cima das dunas da lagoa de Santo André não tem sido um processo fácil. (...) (...) atendendo à resistência de proprietários de segunda habitação e às dificuldades financeiras para realojar os de primeira habitação. (...) Os problemas da ocupação da lagoa remontam há mais de dois séculos, quando, na margem norte da lagoa, se fixarem núcleos de pescadores vindos da região da ria de Aveiro, (...). Com o advento do turismo nos anos 1958/60, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém permitiu a construção de dois restaurantes nas proximidades da praia, mantendo-se as cabanas de colmo como a construção dominante na zona. O início da construção do Porto de Sines e da plataforma industrial, na década de 50, levou à região de Sines milhares de trabalhadores que, por dificuldades de habitação, utilizaram todo o espaço disponível para as suas necessidades habitacionais. (...) Num processo de ocupação desordenada do solo, nasceram 110 habitações clandestinas (...)”
10/12/94 4 Pág. 38	País	Roberto Dores	<i>Quadro negro não é só alegoria e há aldeias sem luz</i> <i>Sonho da indústria numa terra onde está a morrer a agricultura</i>	“Situado no eixo Lisboa-Algarve, Ourique é um dos concelhos alentejanos com mais dificuldades socio-económicas. A agricultura acabou e não há alternativas. Com muita população envelhecida, os mais novos desertificam e abalam para a costa algarvia. Perante um cenário negro, já foi lançado um programa de combate à pobreza, sobretudo em Santana da Serra, onde cerca de quatro centenas de pessoas vivem sem água e sem luz. A indústria seria o remédio para todos os males. Significaria emprego, estabilidade económica e travão no ‘adeus às origens’ (...). O único sinal de mudança passa pela criação de um safari, que aguarda a aprovação do Governo. A ideia parte de um grupo económico, mas precisa de apoios financeiros (...)”

<i>Diário de Notícias</i>	Rubrica	Locutor-Reportador	Título	Resumo
2/1/95 Pág. 24	País	Roberto Dores	<i>Falta de chuva reaviva fantasma da penúria agrícola</i> <i>Seca ameaça Alentejo</i>	“A falta de chuva deixa antever grandes dificuldades para a agricultura no Alentejo. (...). (...) Francisco Grimero, com 50 anos de experiência olivícola, garante que ‘não há alternativa, porque a terra está sem sangue e para que este ano fosse razoável era preciso que já tivesse chovido muito mais nos últimos meses’. O agricultor, natural de Reguengos de Monsaraz, lembra que as suas 16 fileiras de oliveiras chegaram a dar emprego a 24 pessoas. ‘Em 1994 só houve trabalho para nove e duvido que a próxima campanha dê emprego a mais de cinco (...)’.”
1/1/95 Pág. 43	País	Roberto Dores (Évora)	<i>Lagares de azeite necessitam de estações de tratamento eficazes</i> <i>Alentejo luta contra poluição</i>	“Enquanto continuam a morrer peixes no rio Guadiana, supostamente por intoxicação provocada pela descarga de águas russas, segundo os ambientalistas, volta à ordem do dia a extrema necessidade de os lagares de azeite possuírem estações de tratamento eficazes, que impeçam desastres ecológicos (...). No Alentejo (...) escasseiam os processos de diluição das águas russas, que são lançadas no rio de forma descontrolada. Nos anos de pouca precipitação – como é o caso do corrente – as consequências são desastrosas. (...) (...) Tiago Crazina, produtor de azeite, diz que o negócio está mal e ‘a grande preocupação nem deveria ser a poluição dos rios, mais valia que se preocupassem com o azeite espanhol, que continua a entrar em Portugal, e ninguém faz nada (...)’. (...)”.
16/1/95 5 Pág. 8	Economi a	Carla Aguiar	<i>‘Nomenclatura’ soviética na agricultura</i>	“O ministério da Agricultura está minado pela ‘nomenclatura burocrata típica do comunismo’, considera o presidente da CAP (...). Em entrevista ao DN contesta as estatísticas do INE e acusa o Governo de usar fundos comunitários para engordar o Estado. O futuro passa pela agricultura não alimentar. (...) ‘Se há uma conclusão que podemos desde já tirar da adesão de Portugal à PAC é que os subsídios privilegiaram sobretudo as grandes explorações. A mudança que teve efeitos mais negativos do que a própria PAC foi a entrada em vigor do Mercado Único em 1992. (...) A obsessão do Governo em baixar a inflação foi, por outro lado, conseguida à custa da depreciação dos preços agrícolas. (...)”.
16/1/95 Pág. 9	País	CA	<i>As reformas escondidas</i>	“A reforma antecipada, prevista desde 1988 pela legislação comunitária, continua, em 1995, a ser uma miragem para a esmagadora maioria dos agricultores portugueses. Só no fim do ano saiu a portaria (...). (...) na prática, muitos agricultores ‘tiveram 15 dias para se candidatarem ao regulamento’ (...).”

21/1/95 Pág. 3	Negócios	Carla Aguiar	<p><i>Governo paga indemnizações a proprietários afectados pela reforma agrária</i></p> <p><i>Expropriados levam 60 milhões</i></p>	<p>“Vinte anos passados sobre o processo de expropriações no âmbito da reforma agrária, os proprietários agrícolas vão ser, finalmente, indemnizados. (...)”</p> <p>(...)</p> <p>É o culminar de um longo e complexo processo de pedidos de indemnização que decorre desde 1980. Numa primeira fase, a PAC exigia a disponibilização de 200 milhões de contos (...) com o passar do tempo, a fasquia baixou para os 70 milhões de contos e o Governo acedeu, já em finais de 1994, em pagar (...) 60 milhões de contos. (...)”</p>
30/1/95 Pág. 22	Sociedade	Leonor Figueiredo e Roberto Dorés	<p><i>Contestação leva Frei Elias a desistir de projecto de acolhimento a seropositivos e toxicómanos</i></p> <p><i>Centro anti-sida pára na Amareleja</i></p>	<p>“Ainda com a memória viva da rejeição das crianças hemofílicas seropositivas de Fronteira, um segundo caso de marginalização surge no Alentejo, desta vez na Amareleja, pequena povoação raiana, a poucos quilómetros de Moura. (...)”</p> <p>‘Só fomos esclarecidos pelo que veio nos jornais’, disse ao DN, Hernâni Escária, presidente da junta de freguesia da Amareleja (...).</p> <p>‘Porquê aqui’, interroga-se. E verbaliza o que sentem os conterrâneos: ‘Temos medo do que pode vir a acontecer. Não queremos acolher sem saber quem nem como. O problema não é a sida, mas a integração de ex-toxicómanos. Aqui não há emprego para os residentes, quando mais para os que vêm de fora. Temos uma vida calma que não pode ser agitada ...’.</p> <p>(...) André Cruz, porta-voz dos populares (...) sublinha que ‘não queremos aceitar um centro que vem de fora. se fossem de cá teríamos obrigação disso, mas a nossa terra é saudável e não queremos problemas dessa ordem’. José Caixas, outro representante dos moradores, alega que o problema são as crianças. ‘Os miúdos vão para a escola e com o centro não estaríamos descansados nos nossos empregos’.</p> <p>Frei Elias ainda não se recompôs da ‘nega’ da Amareleja. (...). A ideia surgiu há dois anos. Ele possuía uma parte das Courelas de Câncer, mais tarde adquiriu a outra para viabilizar a exploração, com cabras, vacas e éguas. (...)”</p> <p>(...)</p> <p>o movimento contestatário surgiu, em sua opinião, quando as Courelas de Câncer começaram a surgir nas páginas dos jornais (...), ‘quando a comissão trouxe ao monte os jornalistas’, numa iniciativa que hoje reconheço ter sido precipitada (...)’.</p>
30/1/95 Pág. 43	País	Alcídio Torres	<p><i>População de Alvalade enfrenta dificuldades</i></p> <p><i>Sado perde emprego</i></p>	<p>“Com cerca de 30 por cento da população desempregada, Alvalade do Sado, no concelho de Santiago do Cacém, vive, por força da falência da indústria e da agricultura, num pesado silêncio de miséria e olvido. O encerramento das duas únicas fábricas existentes (...) e a ruína de centenas de pequenos agricultores apagou as luzes acesas pelo progresso de um passado recente. Na casa do Povo de Alvalade, uma espécie de albergue onde se refugiam os excluídos do progresso, os desempregados matam o tempo jogando os dados, lendo o jornal ou simplesmente olhando o vazio. Alguns deles trabalhavam, ainda há dois anos, na Orisul, fábrica de descasque de arroz, que fechou em 1992, lançando no desemprego duas dezenas de trabalhadores (...). Os campos irrigados onde se realizava a cultura do tomate</p>

				<p>e arroz, ou as terras que outrora deram milho, a cevada e o centeio, estão agora transformadas em pastagens do pouco gado que ainda resiste às mudanças deste final de século. (...) Com a tristeza invadindo-lhe o rosto melancólico, Maria de Fátima nunca pensou, com 30 anos, ter de estender as mãos à caridade. 'É com a solidariedade dos vizinhos, através da oferta de batatas e grãos, que vou conseguir enganar o estômago do marido desempregado e dos três filhos', referiu à nossa reportagem. (...) Se a crise não se faz sentir mais sobre Alvalade, isso deve-se, segundo o director da Casa do Povo, a esta servir três refeições por dia a 80 idosos e 50 crianças, pagando os reformados apenas 25 por cento da sua reforma. (...)"</p>
8/2/95 Pág. 29	País	Roberto Dores	<i>Qualidade da água preocupa Beja</i>	<p>"O Baixo Alentejo está a viver uma seca semelhante à de 91 (...). Para Quadros e Costa, da Associação de Agricultores do Distrito de Beja, adivinham-se 'dias catastróficos para a agricultura de regadio'. (...) 'culturas como as do girassol não poderão ser efectuadas'. (...) (...) como acontece em Castro Verde, há quem questione a qualidade da água. Recentemente, a autarquia anunciou que a água está a ser adulterada na sua composição físico-química devido ao baixo nível das barragens ligadas à rede de abastecimento público. (...)." "</p>
14/2/95 Pág. 34	País	Joana Gomes (Beja)	<i>Barragem particular causa problemas ao abastecimento em Beja Água desviada</i>	<p>"(...) Na herdade do Outeiro, a escassos quilómetros de Beja, uma barragem particular, com capacidade para 500 mil metros cúbicos de água, capta toda a escorrência da ribeira do Outeiro, um dos principais afluentes da Ribeira do Roxo, utilizada para abastecimento público de Beja e Aljustrel. Sem licença para utilização da água, a proprietária da herdade rega cereais e contraria os imperativos do conselho da Bacia do Sado e da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais (DRARNA), no sentido de dar prioridade ao abastecimento público. Devido à seca e ao baixo nível das águas, o regadio só deve ser utilizado em pequenas parcelas de culturas de subsistência. Por isso, os agricultores das áreas circundantes estão descontentes com a atitude da proprietária, que tem cerca de 300 hectares. (...)"</p>
23/2/95 Pág. 15	Regiões		<i>Alentejo em baixa</i>	<p>"Os autarcas e agricultores do litoral alentejano temem que uma alternativa produtiva à morte dos campos não seja equacionada no período de vigência do actual QCA. Nos últimos cinco anos, o tecido empresarial (...) foi incapaz de absorver a população de desempregados que aumentou nos concelhos rurais do Alentejo, como referiu o presidente da Câmara de Alcácer do Sal, Rogério de Brito (...). (...) O Plano Operacional do Alentejo (...) aponta para duas vertentes de intervenção: infra-estruturas (...) e dinamização das estruturas económicas (...). Na área das infra-estruturas (...) preconiza sistemas de abastecimento de água, sistemas de tratamento de águas residuais, sistemas de remoção, (...) tratamento de resíduos sólidos, electrificação (...) pavimentações e arruamentos.</p>

				<p>Na preservação da qualidade ambiental, a aposta vai para a despoluição das bacias hidrográficas de abastecimento público, para um melhor controlo da qualidade do ambiente e recuperação de áreas degradadas do ponto de vista ambiental e paisagístico.</p> <p>No domínio das acessibilidades e infra-estruturas de comunicação, defende-se a melhoria da circulação nos centros urbanos (...).</p> <p>Para incentivar o desenvolvimento local, o POA defende (...) planos de pormenor/loteamentos industriais, aproveitamento de energias alternativas, apoio a actividades produtivas tradicionais, aproveitamento de barragens para fins turísticos, valorização e recuperação de zonas degradadas.</p> <p>No entanto, para o presidente da Câmara de Sines, Francisco Pacheco, a construção de Alqueva, uma espécie de segunda reforma agrária, é a grande obra de fundo de que o Alentejo precisa (...).”</p>
3/3/95 Pág. 31	País	Roberto Dores	<p><i>Projecto hidrológico comprometido no Alentejo</i></p> <p><i>Nada de regadio</i></p>	<p>“A secretária de Estado do Ambiente atribuiu impacto ambiental negativo à barragem do Abrilongo, em Campo Maior (...).</p> <p>Foi um balde de água fria para os agricultores da região, que postavam forte no regadio. (...). Inicialmente, a barragem previa irrigar sete mil hectares (...) só que o projecto foi considerado bastante violento para o meio, sofrendo uma diminuição do perímetro de rega para 5500 hectares. Agora (...) não deverá ir além dos 2500 hectares, correndo o risco de ser chumbado em Conselho de Ministros, por ser considerado inviável. Ou seja, a produção, nestes moldes, não justifica o investimento. (...)</p> <p>O gerente da Campagro, cooperativa agrícola em Campo Maior, Francisco Estríbio, dá voz à frustração sustentando que ‘esta região precisa tanto de água que, sem ele, muitos agricultores vão abandonar a profissão’. A afirmação é fundamentada com o facto daquela região estar agora pouco vocacionada para a agricultura de sequeiro, sobretudo depois dos quatro anos de seca, que deixaram ‘feridas profundas’ na terra. (...).”</p>
10/3/95 Pág. 39	País	Alcídio Torres	<p><i>Preservação do património potencia belezas naturais</i></p> <p><i>Alcácer do Sal chama turistas</i></p>	<p>“(...)”</p> <p>A vila de Alcácer, o litoral do concelho, o estuário do Sado e as albufeiras de Pego do Altar e Vale do Gaio são potenciais pólos de desenvolvimento. Sol e praia, espaços verdes, caça e pesca, história, gastronomia, desportos náuticos, golfe e campismo figuram como opções aliciantes.</p> <p>A proximidade à Grande Lisboa, boas ligações rodoviárias, paisagem rural atraente, extensas planícies cultivadas, boas praias e abundantes testemunhos históricos são os pontos fortes do concelho e trunfos na difícil competição turística do litoral alentejano. (...).”</p>
16/3/95 Pág. 43	País	Roberto Dores	<p><i>Guadiana não sacia Alentejo</i></p>	<p>“Consumado o terceiro ano consecutivo de seca no Alentejo, levanta-se a celeuma sobre o aproveitamento do rio Guadiana, no Verão. A Associação de Beneficiários do Caia diz não haver água suficiente para uma campanha normal no perímetro de rega. Quer isto dizer que ficam impossibilitados de realizar descargas em direcção ao Guadiana, provenientes da barragem do Caia.</p> <p>Um factor que já está a atormentar os produtores das</p>

				<p>culturas ribeirinhas e que compromete captações relevantes a jusante do Caia: a Portucel, em Mourão, e a Thill, pomar no Monte Branco (...).</p> <p>A associação alega que não pode prejudicar os seus 600 associados, (...) mesmo que fosse libertada uma pequena percentagem de água, causaria um transtorno enorme ao regadio de Elvas e Campo Maior.</p> <p>(...)</p> <p>O autarca (de Reguengos de Monsaraz) recorda que nos últimos anos – em que o caudal do rio baixou para metade – ‘Reguengos e Mourão viveram dias horríveis e não há dúvidas que este ano há menos água e estamos às portas da calamidade’. (...).”</p>
18/3/95 Pág. 37	País	Joana Gomes	<i>Obibeja expõe Alentejo</i>	<p>“(...)</p> <p>A Obibeja ‘é a mais importante mostra de actividades económicas da alentejanas’, disse Castro e Brito, presidente da ACOS. A propósito traçou a seguinte radiografia: ‘A agricultura do Alentejo está como a região. As pessoas saem de cá, e muitas delas são agricultores ou gente cuja vida dependia da agricultura. As nossas aldeias têm cada vez menos habitantes e os montes estão uma ruína, porque foram abandonados’.</p> <p>Castro e Brito aponta que ‘o impacte da PAC, as secas sucessivas e uma política agrícola desenquadrada das necessidades e apetência da região não têm sido acompanhadas das medidas e apoios preciosos à modernização e renovação da agricultura.</p> <p>E defende os homens da terra reclamando que ‘os agricultores deverão ter um papel insubstituível na defesa e protecção dos ecossistemas e do património ambiental desta região’.</p> <p>Tendo em conta que o número de pessoas ligado à agricultura está a baixar em toda a Europa, ‘seria bom que, no Alentejo, se fosse reduzindo o número de gente ocupada na agricultura, à medida que fossem sendo criadas alternativas nas áreas das agro-indústrias, do turismo e da floresta’, disse a mesma fonte. (...)”</p>
21/3/95 Pág. 2	Negócios		<p><i>Programa comunitário para a agricultura já criou 2100 postos de trabalho</i></p> <p><i>Leader II quer bisar</i></p>	<p>“O programa Leader I contribuiu para a criação de 2100 postos de trabalho não agrícolas no mundo rural. (...)</p> <p>(...)</p> <p>Para além dos resultados quantitativos (...), Goulart Carrilho salientou que ‘a dinâmica conseguida pelas entidades dinamizadoras locais permitiram o crescimento da oferta turística em mais de mil camas, uma actividade complementar em qualquer modelo de desenvolvimento do mundo rural’.</p> <p>A agricultura ‘deverá manter-se como a principal actividade económica das regiões do interior, porque apresenta potencialidades únicas no contexto comunitário (...), desde que assente em produtos de qualidade’, defendeu ainda Goulart Carrilho. (...)”</p>
24/3/95 Pág. 30	País	Roberto Dores	<i>Instituto recua em descarga de barragem Guerra de água no Alentejo</i>	<p>“A pressão exercida pela Associação de Municípios de Cuba, Alvito, Vidigueira, Portel e Viana do Alentejo obrigou ao recuo o Instituto Nacional da Água (INGA) na questão das descargas da barragem de Alvito para a de Odivelas.</p> <p>(...) o presidente vai ouvir os autarcas daqueles concelhos (...), até porque, segundo diz o presidente da Câmara de Portel, Vidigal Amaro, ‘estamos no terceiro ano consecutivo de seca e corremos grandes riscos de não ter</p>

				<p>água nos próximos meses, com a agravante de os peixes estarem em período de desova, o que compromete a fauna piscícola'. (...)"</p>
31/3/95 Pág. 38	País		<p><i>Peixes em perigo por falta de oxigénio na água</i></p> <p><i>Praga botânica ameaça Guadiana</i></p>	<p>"As manchas da azola que se estão a formar no rio Guadiana podem vir a provocar a fuga dos peixes, como sucedeu há dois anos. (...)</p> <p>A directora geral do Ambiente de Évora, Lina Jan, considerou que a dimensão da praga da azola 'não é preocupante nem prejudica a fauna e a flora do rio'. Segundo Jorge Revez, da Associação de Defesa do Património de Mértola, ao cobrir o rio, o manto verde impede a oxigenação da água, o que obriga o peixe a procurar outros sítios para sobreviver.</p> <p>O surgimento da azola deve-se ao aumento anormal da temperatura da água, associado à forte poluição orgânica transportada pelo rio. O seu caudal é mais reduzido do que habitualmente devido à seca que se faz sentir naquela região do Baixo Alentejo. (...)"</p>
3/4/95 Pág. 33	País	Roberto Dores	<p><i>Sistema de abastecimento de água não compensa falta de chuva</i></p> <p><i>Seca aumenta em Odemira</i></p>	<p>"Em Odemira todos os dias chegam queixas de gente que não tem água para beber ou de agricultores que não podem regar as culturas. (...)</p> <p>(...)</p> <p>A população, revoltada, quer tomar medidas drásticas. O corte da via férrea que liga Lisboa e Algarve é uma das propostas (...) acompanhada de uma romagem ao Ministério do Ambiente para recordar a Teresa Gouveia que Odemira está à míngua de água, com cortes permanentes na rede. (...)"</p>
10/4/95 Pág. 41	País	Roberto Dores	<p><i>Seca no Alentejo pode parar Portucel</i></p>	<p>"A laboração da Portucel está ameaçada. O reduzido caudal do Guadiana, já nesta altura do ano, levou o grupo de trabalho para a seca a convocar uma reunião de emergência com o Conselho da bacia do Guadiana para sugerir que a empresa de celulose, radicada em Mourão, feche portas nos meses mais quentes.</p> <p>A autarquia insurgiu-se contra esta medida, naquela que é a mais recente 'guerra' entre alentejanos, por causa da falta de água, depois de os autarcas da zona de Alvito não quererem abastecer os agricultores de Odivelas e de a Associação de Beneficiários do Caia ter recusado fazer descargas da barragem do Caia para o rio Guadiana.</p> <p>O grupo de trabalho, que inclui autarcas e agricultores alentejanos, alega que o abastecimento doméstico e a agricultura são prioritários. (...)"</p>
13/4/95 Pág. 32	País		<p><i>Indústrias e esgotos poluem viveiros</i></p> <p><i>Milhares de peixes mortos no Sado</i></p>	<p>"Uma calamidade pública foi como o presidente da Quercus, José Manuel Palma, classificou o aparecimento de milhares de peixes mortos nas pisciculturas e nos esteiros do estuário do Sado. (...)</p> <p>(...)</p> <p>Para o ecologista José Manuel Palma, na origem da calamidade pode estar a interacção de diversas fontes poluidoras lançadas no rio.</p> <p>Na lista encontra-se à cabeça a EDP, Portucel, Sapec, (...) para além de esgotos de aglomerados urbanos e dos arrozais de Alcácer do Sal. (...)"</p>
14/4/95 Pág. 29	País	Roberto Dores	<p><i>Alto Alentejo sugere construção de represas</i></p> <p><i>Agricultores questionam Alqueva</i></p>	<p>"As Associações de Agricultores de Évora e Portalegre questionam o projecto da barragem de Alqueva, defendendo que a construção de três represas no Guadiana seria alternativa para combater a falta de água no Alentejo. (...)</p> <p>"Neste momento, os defensores do Alquevinha têm razão,</p>

				<p>tal como os ambientalistas', refere o presidente da AADE (...) 'é um disparate', considera Manuel Rebocho, reforçando que um empreendimento mais pequeno 'evitaria a submersão da Portucel e da Aldeia da Luz'.</p> <p>Questiona-se também a utilização dos 110 mil hectares que o futuro maior lago artificial da Europa visa regar. Os agricultores alegam que a produtividade não justifica um investimento de 300 milhões de contos'.</p> <p>(...)</p> <p>As posições dos agricultores de Évora e Portalegre não coincidem com a dos seus congéneres do Baixo Alentejo (...)"</p>
15/4/95 Pág. 33	País	Roberto Dores	<i>Alentejo sem chuva recorre à oração</i>	<p>"A dádiva divina é a última esperança para os habitantes das terras ressequidas do Alentejo, onde as culturas já perdidas e a falta de água para o gado levaram a população de Selmes a juntar-se, na igreja da aldeia, para rezarem uma novena. (...).</p> <p>Filas de mulheres, a maioria com mais de 60 anos, umas ajoelhadas e outras de pé, segurando candeias de azeite, desfilaram por cima de um pano negro até junto do Senhor dos passos, de rosto tapado, com uma túnica preta, rogando a Deus o dom da chuva.</p> <p>Uma autêntica mistura de sagrado e profano, a originar um misticismo no qual o pároco, Manuel Reis, se recusa a participar (...). 'Esta não é a forma de fazer pedidos ao céu, e eu tenho de evitar ao máximo que os meus gestos dentro da igreja possam ser considerados mágicos ou bruxos. Recuso-me a interferir, nestes moldes, junto de Deus'.</p> <p>(...)</p> <p>Lembra Vicência Lemos que 'há dois anos, deu resultado. Deus ouviu o nosso pedido e, passadas umas horas, começou a chover'. (...). Se não chover desta vez, 'é porque o Senhor acha, talvez, que não merecemos', acrescentou.</p> <p>Nas redondezas, Selmes é classificada como 'terra de bruxas', um estatuto que é recusado por Vicência lemos. 'Somos mas é fiéis e temos as devidas recompensas'.</p> <p>Maria Cardoso, outra moradora da aldeia, critica o facto de Manuel Reis (o pároco) não estar presente. 'É por uma boa causa que fazemos esta prece e o pároco não está presente porque nós, embora sendo cristãos, não somos praticantes'."</p>
16/4/95 Pág. 49	País	Roberto Dores	<i>Baixo Alentejo em desespero</i> <i>Estão a puxar a chuva para outro lado</i>	<p>"Quando, Sexta-feira à tarde, as nuvens cobriram o céu do Baixo Alentejo lançando chuva miudinha sobre a terra seca dos campos, a população de Selmes não teve dúvidas: Deus ouvira as suas súplicas.</p> <p>(...)</p> <p>Às 21 e 30, populares concentraram-se junto à igreja. A partir daí, cerca de 500 pessoas acompanharam, durante três horas, uma procissão autorizada pelo bispo de Beja, rogando a Deus o dom da chuva. Mesmo sem o pároco local, Manuel Reis, à frente do cortejo, o Senhor dos Passos percorreu as ruas da aldeia, escalando searas queimadas e ribeiros secos.</p> <p>(...)</p> <p>Embora os habitantes se assumam como cristãos não praticantes, Selmes não ficou alheia ao acontecimento, acompanhado, aliás, por inúmeros forasteiros. Gente da lavoura, como João Carneirinho, de Moura, que, em tempos, chegou a empregar 50 pessoas. Este ano, porém,</p>

				<p>girassol, trigo e cevada não darão ocupação a mais de dez. 'Tenho esperança. Pode ser coincidência, mas, quando há três anos aqui vim, estas mulheres fizeram a mesma coisa. Um dia depois, choveu'.</p> <p>(...)</p> <p>A Junta de Freguesia de Selmes exige que Manuel Reis abandone a paróquia. (...). Em seu entender, a 'moralidade dos populares foi enxovalhada' por declarações do pároco aos órgãos de informação, ao classificar as preces da aldeia como pura bruxaria.</p> <p>(...). Não seria a primeira vez. Em Abril de 74, o padre Mendonça foi saneado, por insistir da realização de uma procissão em que só a imagem de Santa Catarina, padroeira local, poderia participar. A aldeia exigira a presença de todos os santos da igreja 'porque tinha uma promessa a pagar'."</p>
18/4/95 Pág. 31	País	Roberto Dores (Évora)	<i>Depois da seca e do Plano hidrológico Praga no Guadiana</i>	<p>"Os ecologistas temem que a invasão das algas produzida há dois anos se venha a repetir.</p> <p>Esta praga, que em 1993 cobriu o rio com um 'tapete verde' não tem consequências tóxicas, mas impede a oxigenação da água, provocando a fuga dos peixes. Na primeira vez que tal aconteceu, os pescadores ficaram perto de quatro meses sem ir à faina. (...).</p> <p>(...)</p> <p>(...) os 26 graus registados em Abril, a falta de chuva e a retenção da água em Espanha deixam antever que o caudal do Guadiana sofra a redução mais significativa da história, 'o que juntando aos nutrientes do rio, deverá propiciar o crescimento da azola'. Acrescente Jorge Revez (Associação de Defesa do Património de Mértola) que a única forma de preservar o Guadiana passa pela 'criação de uma área de paisagem protegida', de forma a consentir que sejam lançadas acções de combate às principais fontes de poluição do 'grande rio do Sul'.</p> <p>(...)</p> <p>(...) Lina Jan (DRA) afasta a possibilidade de a azola atingir as proporções de há dois anos, altura em que ainda se desconheciam os efeitos do fenómeno, o que criou alarme entre as populações alentejanas. 'Actualmente o cenário é diferente', garante a responsável do Ministério do Ambiente, para quem esta situação é vista como absolutamente normal, 'devido às condições climáticas e ao valor dos fosfatos existentes nas águas'".</p>
19/4/95 Pág. 37	País		<i>Falta de água continua Seca no Alentejo é a pior do século</i>	<p>"É a terceira maior deste século, aquela que se vive no Alentejo.</p> <p>(...)</p> <p>Os efeitos de três anos seguidos de seca apresentam resultados dramáticos na agricultura. Nas zonas mais afectadas há perda de sementeiras. Searas secas, falta de pastagens e de água para o gado são consequências da estiagem, sobretudo na margem esquerda do rio Guadiana".</p>
20/4/95 Pág. 21	Sociedade	Cadi Fernandes	<i>Duarte Silva visitou regiões do Alentejo afectadas pela seca Ministro à espera que chova</i>	<p>" 'Continuamos à espera que chova', confessou (...) o ministro da Agricultura, durante uma visita ao Alentejo. Mas os agricultores, a quem a chuva agora só poderá trazer mais prejuízos que benefícios, não ouviram de Duarte Silva o que ansiavam.</p> <p>(...)</p> <p>Todavia, os agricultores não saíram de mãos a abanar. O ministro garantiu que a barragem de Alqueva será uma</p>

				<p>realidade (depois de Rosado Fernandes, presidente da CAP, se ter exasperado por 'andarmos preocupados em discutir o sexo dos anjos e a nidificação das cegonhas'), prometeu que até Julho, será lançado o concurso público para a construção da barragem de Abrilongo, em Campo Maior (...) e anunciou a antecipação do pagamento dos prémios para criação de bovinos e vacas leiteiras.</p> <p>(...)</p> <p>Desesperados, alguns agricultores, como Francisco Guerreiro, que tem a seu cargo 'uma terra pequenita de seis ou sete hectares', começaram ontem a ceifar, quando o costume é fazê-lo em Junho (para ver se salva alguma palha, porque o trigo, o seu trigo, esse já morreu). (...). É que o que a chuva fez nascer a seca fez morrer.</p> <p>António Soeiro Gonçalves, com 70 anos mais que bem medidos, está no jardim público de Beja a esgravatar a terra à procura de ervas daninhas. É de tristeza, de uma tristeza profunda o seu relato: 'Sou um pequeno agricultor, tenho umas territas, que herdei, na freguesia de Cabeça Gorda, onde plantei 150 quilos de trigo e 15 de girassol. O trigo está baixinho, o girassol não medra. (...). Como vê, vivemos à rasca, nem damos pagos os empréstimos feitos'. Segreda-me e mal consigo ouvir: 'Veja bem, o dia hoje está do mais velhaco que há (...)'. Tempo velhaco para ele significa um sol a convidar para a praia, na opinião de qualquer cidadão (...).</p> <p>(...)</p> <p>Ao longo do percurso, sucediam-se as placas, onde se podia ler 'Vende-se'. Até parece que, com a desertificação e as migrações o Alentejo está à venda, mas o orgulho de quem cá vive permanece um bem demasiado precioso para ter preço.</p> <p>Maria Cachopo que o diga, ela que, desempregada, com três filhas a seu sustento e um marido pastor, espera melhores dias. 'Pior já não pode'. (...). Relativamente a casos de fome, diz apenas ter conhecimento de pessoas que 'querem almoçar e não têm nada para acompanhar o carapau seco'.</p> <p>Aqui, quem quer trabalhar, diz-me Mariana, tem de abalar: 'Nesta semana partiu uma camioneta para França e outra para Santo Amador para o Algarve'. Lugares onde aos alentejanos espera a apanha do morango e do tomate. Por alguma razão o ministro Duarte Silva disse ao DN ter sido invadido por um sentimento de grande tristeza ao visitar o distrito que já foi considerado como o celeiro de Portugal."</p>
21/4/95 Pág. 39	País	Roberto Dores (Évora)	<p><i>Ministra do Ambiente anuncia 200 mil contos contra a seca</i></p> <p><i>Alentejo com fome e sede</i></p>	<p>"(...)</p> <p>A seca que assola o Baixo Alentejo vai merecer um investimento aproximado de 200 mil contos (...).</p> <p>Teresa Gouveia quer resolver o problema do abastecimento público, a grande prioridade no imediato.</p> <p>(...)</p> <p>Teresa Gouveia classificou o actual cenário de 'duro e calamitoso', quando os caudais dos principais rios começam a desaparecer. Em Abril estão iguais aos de final de Agosto em anos anteriores. O rio Ardila é um exemplo. Ali correm 50 litros por segundo, contra os 400 de há um ano. (...). Uma ameaça para a fauna.</p> <p>(...). No meio das preocupações, o governador civil de Beja, Luís Serrano, lamenta que já existam 'altos</p>

				<p>responsáveis agrícolas a agarrarem-se à seca alentejana para pedirem apoios junto do Governo'. A excepção é no distrito de Beja, e 'é aqui que o Governo tem que agir'. Uma declaração dirigida à CAP, que apontam prejuízos em todo o país de 30 milhões de contos (...).</p> <p>Em Baleizão, o desespero juntou cerca de cem desempregados numa marcha a pé até ao Governo Civil de Beja . doze quilómetros, em cinco horas, para pedirem trabalho. Com a agricultura a 'bater no fundo', acabaram-se as saídas profissionais.</p> <p>(...)</p> <p>Ontem, bandeiras negras empunhadas por gentes de Pias, Baleizão, Vale de Vargo e Vila Nova de São Bento reflectiram o cenário negro em que a região mergulhou. Entre os desempregados, Maria Rosa Henriques, de 48 anos, é um exemplo dos mais preocupantes. Vive em casa dos pais, já reformados, em Baleizão, com dois filhos. Está desempregada há seis anos e perdeu o subsídio de desemprego. (...). 'No ano passado chegámos a não ter de comer, e este ano deve ser ainda pior, porque a agricultura já não ocupa ninguém'. (...)"</p>
27/4/95 Pág. 41	País	Alcídio Torres	<p><i>Motos e jipes fazem trajecto devastador a partir de Tróia</i></p> <p><i>Lagoa de Melides em risco de desaparecer</i></p>	<p>"Com uma flora única na Europa, as dunas da lagoa de Melides são diariamente destruídas por dezenas de motoqueiros e condutores de jipes (...).</p> <p>(...)</p> <p>Alguns residentes dizem ser necessário assinalar com uma bandeira o lugar da praia onde estão deitados, para não correrem o risco de serem esmagados (...).</p> <p>Os atentados ao litoral alentejano não se ficam pelo assoreamento da lagoa e destruição das dunas. Centenas de ninhos de galinhas d'água, galeirões e mergulhões foram devastados, porque a lagoa abriu mais cedo do que devia. Sucumbiram centenas de crias por falta de água e 'as culturas de arroz não podem justificar a matança de aves, algumas delas raras na Europa'. (...)"</p>
30/4/95 Pág. 40	País	Humberto de Vasconcelos	<p><i>Agricultura e populações ressentem-se</i></p> <p><i>Depois da seca as geadas</i></p>	<p>"(...) já se fizeram sentir (secas) mais graves (...). Há registos de secas mais intensas nos anos 40 e início dos anos 80.</p> <p>Há notícia histórica, em séculos passados, de secas bem mais severas e que levaram à desertificação de povoações. Nos princípios dos anos 80, vivemos uma situação idêntica, com incidências particularmente severas no Algarve. Nestes últimos anos, aquela região não tem sido tão penalizada, passando agora a ser o distrito de Beja. E em 1992 a seca atingiu todo o país."</p>
30/4/95 Pág. 43	País	Roberto Dóres (Évora)	<p><i>Cenário desolador do Baixo Alentejo Calamidade pública</i></p>	<p>"A seca prejudicou a agricultura no Baixo Alentejo, e a geada lesou os viticultores, que reclamam agora o estado de calamidade pública.</p> <p>(...)</p> <p>Searas queimadas pelo sol, com temperaturas de 30 graus, são o maior prejuízo. Trigo, aveia e cevada vão ter produção zero, segundo o delegado da Associação de Produção de Cereais, Luís Rosado, para quem todas as soluções desaguam na barragem de Alqueva.</p> <p>Jacinto Abreu, com 51 anos, agricultor em Serpa, aponta para a terra gretada, a parecer de finais de Julho. 'Diz que isto é tão mau que nem Alqueva fazia milagres'. (...)"</p>

				<p>A situação de calamidade atinge toda a região. Explica o presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Beja, Quadros e Costa, que se 'investiram milhares de contos em factores de produção, e perdeu-se tudo'.</p> <p>(...)</p> <p>A Câmara de Odemira tem nove localidades sem 'pinga de água', gastando mais de 70 contos diários no abastecimento. Em Serpa, a rede pública só tem água sete horas por dia (...)"</p>
30/4/95 Pág. 43	País	Humberto de Vasconcelos	<p><i>Pagar mais para não desperdiçar</i></p> <p><i>Poupar água com melhor gestão</i></p>	<p>"(...)</p> <p>'Para o Alentejo a prioridade é dar água às pessoas. Depois, vai enveredar-se por uma política de poupanças mais significativa e que se pode obter a nível dos perímetros de rega, que são os maiores consumidores. A agricultura é, sem dúvida, a maior gastadora de água no nosso país. Mas isso tem que ser feito com a maior cautela, para que (...) se não esteja a castigar um sector frágil', diz Pedro Serra, Presidente do Instituto Nacional da Água.</p> <p>A nível do consumo doméstico, vai-se estimular as autarquias a 'praticar tarifas próximas do real, que cubram os encargos (...)'. Temos um clima onde com frequência ocorrem secas. 'Ou abdicamos de determinadas actividades e até da ocupação de determinadas zonas do território, ou resolvemos a questão de forma mais duradoura, criando reservas de água que nos permitam transferir para os anos secos a água necessária. Ou seja: fazer barragens e geri-las de forma criteriosa'. (...)"</p>
4/5/95 pág. 8	Política		<p><i>Oposição acusa Governo pela catástrofe na agricultura</i></p> <p><i>As culpas da seca</i></p>	<p>Nota: debate parlamentar fala da seca no Alentejo</p>
5/5/95 Pág. 39	País	Roberto Dóres (Évora)	<p><i>Com um terço de desempregados População de Portel pode cortar estrada</i></p>	<p>"(...)</p> <p>Ainda não foi definida a data, mas admite-se que a população de Portel venha a cortar a estrada entre Évora e Beja, admitiu ao DN o vereador do município de Évora, José Fialho. (...).</p> <p>À semelhança do ano passado, as saídas profissionais estão bloqueadas, acompanhadas por crescentes sinais de pobreza. (...).</p> <p>Júlio Vieira, 51 anos, não esconde que terça-feira comeu somente uma sopa de alho. Vieira trabalhou 30 anos na lavoura e explica o seu caso com a crise na agricultura. 'Como é que esta região pode sobreviver se dão subsídios para não produzir?', pergunta, lamentando as recentes destruições de vinha e olival naquela região. 'Foi o que a PAC nos reservou', acrescenta. (...).</p> <p>'Até hoje tem sido só miséria e não se arranja mais nada, nem eu nem a minha mulher. Há dez anos trabalhávamos os dois durante todo o ano. Na mercearia já nos cortarem o fiado e é o pai da minha mulher, com uma reforma de 30 contos, que não nos deixa morrer à fome', sublinha este desempregado (...).</p> <p>Assegura-nos José Rocha, 37 anos, que 'isto vai estar pior no próximo ano. Está quase tudo desempregado e não há alternativas aqui'. Nenhum dos três desocupados pensa em abandonar Portel. Preferem esperar pelo próximo programa de emergência.</p> <p>(...)</p> <p>De acordo com o PDM estas localidades (Alqueva, Amieira</p>

				e Vera Cruz) correm o risco de se transformar em aldeias fantasmas em 15 anos. A despovoação arrasta-se desde os anos 50, mas os últimos anos têm sido mais marcantes. (...)”.
6/5/95 Pág. 8/9	Estilos	CB	Cláudio Torres <i>A Universidade na rua</i>	<p>“O arqueólogo Cláudio Torres e a sua equipa iniciaram o seu trabalho em Mértola há cerca de 17 anos. Na altura a população começou a olhá-los com condescendência. ‘Podia ter-lhes dado para pior...’, diziam. A inclusão da vila museu alentejana nos itinerários propostos pelo IPPAR e pela secretaria de Estado do Turismo vem mais uma vez chamar a atenção para a figura singular do arqueólogo responsável pelo Campo de Mértola (...).</p> <p>(...) Cláudio Torres, que se integrou completamente na comunidade local (...) dinamizador de um projecto de investigação arqueológica e animação cultural absolutamente originais (...) não faz questão de guardar o segredo da iniciativa. ‘Antes de mais, integrar a actividade de pesquisa na comunidade’.</p> <p>(...)</p> <p>Andarilho, cidadão do mundo, nasceu em Tondela e formou-se em Coimbra, em História e Literatura de Arte. Foi a partir de então, protagonista de uma vida de romance, um não mais acabar de andanças e aventuras. A prisão pela Pide, uma fuga de barco para Marrocos, a experiência como repórter de rádio na Roménia. Assistiu à primavera de Praga e viveu em Paris. Até que o 25 de Abril o trouxe de volta a Portugal.</p> <p>A vida acidentada de Cláudio Torres não ficou por aqui. Começava então a actividade docente, durante 10 anos, na faculdade de Letras de Lisboa. A não renovação do seu contrato faz com que não termine o doutoramento e se desligue da Universidade.</p> <p>Chega a Mértola a convite de Serrão Martins, um ex-aluno e seu amigo pessoal, então presidente da Câmara, em 79 (...). Em 85 a equipa instala-se em definitivo. Publicará o que considera a sua tese, ‘O Garb-Al Andaluz’, na História de Portugal, dirigida por José Mattoso. Saudades de Lisboa? ‘Nenhumas’, responde (...).</p> <p>(...)</p> <p>O trabalho de Cláudio Torres contribuiu para atenuar o processo de desertificação, fenómeno comum a todo o interior. Ainda ajudou a devolver aos habitantes da vila o seu orgulho (...).</p> <p>À primeira vista, a ‘cruzada’ de Cláudio Torres no interior pode parecer uma resposta ao processo de migração dos anos 60 para o litoral e centros urbanos. E um reencontro com um estilo de vida mais humanizado que uma povoação de pequenas dimensões pode proporcionar, além da concretização de um projecto pessoal.</p> <p>(....). Foram saindo os habitantes, mas hoje o castelo é o mais importante centro de nidificação de aves raras, como o peneireiro de dorso liso, da família dos facões.</p> <p>(...)</p> <p>‘Estamos a entrar numa sociedade que parece não ter História, à imagem na norte-americana. Essa, por seu turno, é a sociedade da corrida ao sucesso imediato, em que a História, o passado, não contam’.</p> <p>E prossegue: ‘É o exemplo de um passado que é desvalorizado, mesmo recente, da primeira, segunda ou terceira gerações. Quando se vem de uma grande miséria,</p>

				<p>da fuga às fomes da Europa, às perseguições religiosas e não há grande interesse em recordá-lo. É a construção de um paraíso, de um futuro novo'.</p> <p>(...)</p> <p>Será que Cláudio Torres teve seguidores em experiências semelhantes noutros pontos do país? (...). Há outras. 'Não sei bem se na senda do meu. Esses movimentos de descentralização não são de agora. Aconteceram por toda a Europa, no pós Maio de 68. Pessoas, famílias, grupos que largavam tudo para se lançarem numa aventura alegres no interior'. Alguns falharam, mas ainda hoje o arqueólogo tem testemunhos dessas pessoas, a maioria das quais é da sua geração.</p> <p>'Em Portugal', especifica, 'o movimento começou depois de Abril de 74, e criaram-se experiências deste género, as mais variadas'. Vai tendo conhecimento do que essas pessoas fazem: 'são pequeninos, estão muito caladinhos e andam a fazer coisas fantásticas, por todo o lado', garante o nosso interlocutor.</p> <p>'Há um pioneirato' (...) 'que passa um pouco pela formação política. E depois assume as proporções de movimento'. Entre nós ainda não – reconhece – 'pois a deslocação para o litoral ainda é predominante. Mas tem limite'.</p> <p>Pioneiro, ele mesmo, Cláudio Torres está optimista como o crescente interesse pelo interior. No entanto, cativar elementos para o campo arqueológico não é fácil. 'No recrutamento de jovens para o nosso trabalho, a gente sabe que é melhor o retornado' (...) 'do que aquele que nunca saiu daqui, pois vai ter a tentação de sair'.</p> <p>(...)</p> <p>O projecto (...) tem um alcance a longo prazo (...) estamos a entrar nas questões agrícolas e ambientais. Ao estudar o que se cultivava e comia há 800 anos, estamos a intervir naquilo que achamos que seria interessante retomar, hoje, nesta região'. (...)"</p>
8/5/95 Pág. 50	País	António Martins (Lusa)	<p><i>Em Monsaraz, 'um turista em calções é sempre um homem em cuecas'</i></p> <p><i>O fim da privacidade</i></p>	<p>"Os muitos forasteiros que procuram Monsaraz, a pequena vila-museu alentejana, se trazem inegáveis benefícios económicos aos seus habitantes, estão, por outro lado, a descaracterizar culturalmente toda a comunidade tradicional.</p> <p>'Um turista de calções é sempre um homem em cuecas'. Esta observação, feita pelos habitantes mais idosos acerca dos visitantes (...) define bem o choque cultural entre a comunidade tradicional local e os hábitos urbanos dos portugueses e estrangeiros que ali ocorrem anualmente.</p> <p>(...)</p> <p>(As estruturas de restauração e hotelaria) levaram ao surgimento de novas actividades profissionais – empregados de mesa, cozinheiras, lavadeiras, empregadas de limpeza -, numa comunidade onde, tradicionalmente, a agricultura ocupava mais de cinquenta por cento da população à década de 60.</p> <p>(...), 'O turismo trouxe a queda da privacidade', considera Francisco Martins Ramos, um antropólogo da Universidade de Évora que se doutorou com uma tese elaborada depois de viver três anos e meio na localidade.</p> <p>'Os turistas chegam a entrar pelas casas das pessoas, espreitam pelas janelas', exemplifica o antropólogo, para</p>

				<p>quem este comportamento dos forasteiros fere os valores culturais básicos ainda muito embrenhados nas gentes de Monsaraz, principalmente entre os mais velhos.</p> <p>O contacto com estas atitudes urbanas, a par de novos valores introduzidos pela televisão nos jovens 'veio desboroar os princípios da honra e vergonha, o apanágio da sociedade mediterrânica', de que o Alentejo faz parte, na óptica de Francisco Ramos.</p> <p>Para alterar o comportamento dos visitantes, o antropólogo defende a necessidade de lhes ser fornecida informação sobre os principais pontos de interesse da vila, onde situa, além dos locais históricos, o modo de vida dos seus habitantes. 'Os anfitriões não podem ser entendidos como animais em jardim zoológico', defende.</p> <p>Levar os turista a demorarem-se mais pela localidade é outro factor defendido por Francisco Ramos, também promotor da Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz (ADIM) (...):"</p>
12/5/95 Pág. 37	País	Roberto Dores	<i>Alentejo vai a congresso</i>	<p>"A seca que este ano volta a causticar a terra alentejana e a diáspora da sua gente sem meios de sobrevivência ocuparão os trabalhos no congresso da região, em Évora.</p> <p>(...)</p> <p>Enquanto se aguarda Alqueva, Sines, a confirmação do plano hidrológico, uma definitiva industrialização e o correcto aproveitamento dos recursos naturais. Factor que, para o arqueólogo Cláudio Torres, um dos intervenientes aguardados com expectativa (...), é fundamental: 'A nossa identidade cultural tem de ser encontrada para sabermos o que queremos no futuro', defende, enquanto destaca a importância da preservação da economia mediterrânica, em detrimento 'da agricultura que a Europa nos está a impingir. É preciso acabar com a agricultura intensiva', sublinha: o desenvolvimento do Alentejo passa pelo 'turismo e empenho na formação para travar os jovens que diariamente vão para Lisboa'.</p> <p>João Cutileiro vê com maus olhos um Alentejo melhor a curto prazo. 'É difícil mudar as coisas (...) o Governo tem o nosso destino nas mãos', diz, reforçando a ideia de que 'a preservação da identidade cultural é decisiva para a região'.</p> <p>Uma opinião reforçada por Galopim de Carvalho: 'Antes de mais, é necessário apurar o porquê das dificuldades do Alentejo, que continua a ser marginalizado pelo poder político'. Segundo ele, a região tem potencialidades para se 'auto-desenvolver com actividades minerais de valor incalculável, como as minas de Neves Corvo que devem tirar a região do marasmo'. (...)"</p>
13/5/95 Pág. 37	País	Alcídio Torres	<i>Refinaria assusta Sines</i>	<p>"A população de Sines está alarmada. Todos acreditam que as novas unidades da Petrogal, que funcionam provisoriamente há mais de um ano, libertam gases venenosos para a atmosfera. Nos hospitais há queixas. (...)"</p>
15/5/95 Pág. 43	País	Roberto Dores	<p><i>Congresso debateu regionalização e nova reforma agrária em ambiente de seca</i></p> <p><i>Alentejo aguarda eleições</i></p>	<p>"(...)</p> <p>(...). Muito depende das próximas eleições, pois só uma viragem política poria em marcha as três ideias fortes (saídas do congresso): nova reforma agrária, barragem do Alqueva e Regionalização, tendo como pano de fundo a necessidade de uma reserva estratégica de água.</p> <p>A PAC que condiciona a agricultura alentejana mereceu mais reflexões que nunca: um por cento das explorações ocupam 80 por cento da superfície arável. Um recente</p>

				<p>estudo encomendado pelo Governo dá sintomas de que no fim do século, só 20 por cento das explorações serão viáveis. (...).</p> <p>Propostas diversas do PCP e do PS para uma nova reforma agrária chocaram-se (...). Os comunistas defendem a 'posse da terra para quem a trabalha' (...) em nome da 'justiça social e económica', numa altura em que 'hoje o proprietário da terra recebe os seus rendimentos em rendas, não na base do resultado da exploração, mas através de rendas diferenciadas e subsídios'.</p> <p>Lino de Carvalho fala na 'delapidação dos recursos que afecta toda a economia da região' (...).</p> <p>Ao pedir a reforma agrária 'não exige a criação de várias cooperativas', apontando este exemplo como um eventual modelo, ao qual junta a exploração familiar, empresas privadas e capitalistas, num autêntico combate ao latifúndio.</p> <p>A reforma agrária de Capoulas Santos é outra. O socialista defende um banco de terras gerida pelo Estado, funcionando como intermediário entre agricultores, que 'libertavam as suas explorações a troco da reforma antecipada, através dos regulamentos comunitários em vigor. Depois o Estado colocava as terras na posse de jovens, servindo ainda de fiador'. (...).</p> <p>Capoulas aponta Espanha como um país a seguir em termos agrícolas. 'Com as mesmas condicionantes, tiveram coragem de avançar para uma reforma agrária, aproveitando recursos hídricos. Hoje estão preparados para os desafios da integração europeia'.</p> <p>PS e PCP concordaram quanto à barragem do Alqueva, que não pode demorar 30 anos. Uma reivindicação que, sem ser nova, saiu reforçada, como símbolo de desenvolvimento regional.</p> <p>Renano Henriques, do LNEC, criticou os que apelidam a barragem de elefante branco, considerando que o seu sucesso agrícola depende da investigação e experimentação, bem como da 'formação de empresários agrícolas, que serão os futuros agricultores', acrescentando que o sequeiro está condenado com o futuro plano de rega. (...)</p> <p>A agricultura precisa, urgentemente, de melhorias e não pode esperar 30 anos que a barragem venha irrigá-la. Os autarcas alertam que muito provavelmente nessa altura a região estaria deserta. (...)</p> <p>A definição de uma nova filosofia industrial como fonte de modernidade e desenvolvimento regional foi outro ponto em foco (...).</p> <p>Depois de apontar o turismo como componente de desenvolvimento regional, abordando a tradicional ligação do homem à terra, o lote de propostas fechava com a regionalização 'como chave para a mobilização de meios e vontades (...)'</p>
16/5/95 Pág. 7	Política	João Pedro Fonseca	<p><i>António Guterres dá prioridade à segunda região mais pobre da Europa</i></p> <p><i>PS propõe plano para o Alentejo</i></p>	<p>"(...)</p> <p>O Fórum Alentejo produziu um documento (...) que propõe medidas concretas para o desenvolvimento da região. (...) o secretário-geral do PS recebeu o documento, ficando como 'fiel depositário' daquele 'contrato de legislatura entre o Fórum Alentejo e o PS' (...).</p>

				<p>(...) o líder socialista, na sessão, que decorreu em Évora, reconheceu (...) que o grupo de alentejanos que avançou com o Fórum foi precursor de uma metodologia de contratualização com a sociedade, acolhendo as suas propostas. Disse mesmo que este modelo, só depois, foi seguido nos Estados Gerais para Uma Nova Maioria (embora os alentejanos tivessem acabado mais tarde). (...) A tal ponto que Guterres garantiu que (o documento) será um 'elemento integrador do programa do governo' e os participantes no projecto têm lugar na equipa que está a elaborar as propostas a apresentar pelo PS nas legislativas. (...)</p> <p>Considerando que (a 'desertificação física e humana') não é uma questão do Alentejo, mas de todo o país, e admitindo que muitos dos problemas são quase irreversíveis, propôs um programa de urgência, a nível nacional, entre o Estado, autarquias, associações e outros sectores da sociedade para salvar a região. (...)"</p>
21/5/95 Pág. 49	País		<i>Alentejo revive tradição Alandroal recupera moinho de rio</i>	<p>"Um moinho no rio Guadiana foi (...) reactivado na Herdade da Defesa, Montesjuntos, no concelho do Alandroal (...) . Os moinhos do Guadiana estão profundamente ligados à cultura do trigo e constituem também exemplares interessantes da arquitectura industrial do passado, situação que está a ser recordada através da organização de visitas guiadas.</p> <p>O presidente da Câmara Municipal do Alandroal, João Ribeiro, referiu que o 'ambiente está bem preservado no concelho onde há unidades hoteleiras de qualidade e restaurantes que mantêm a gastronomia tradicional da região'.</p> <p>Para o presidente da Região de Turismo de Évora, Andrade Santos, a semana do Guadiana decorre num concelho que preservou 'património natural, construído e humano' que lhes permite assumir 'uma grande identidade?..)"</p>
22/5/95 Pág. 43	País		<i>Certame agrícola em Santiago</i>	<p>"Santiago do Cacém, que detém excelentes potencialidades para o turismo rural, ambiental e histórico vai ser palco de uma das principais feiras agro-pecuárias do calendário nacional (...), numa perspectiva de relançamento cultural e agrícola do litoral alentejano. (...)"</p>
30/5/95 Pág. 30	País	Roberto Dores	<i>Por iniciativa de um empresário britânico Centro de avestruzes instala-se em Mourão</i>	<p>"Assolado pelo desemprego, Mourão aguarda com expectativa, o lançamento de um centro de criação de avestruzes (...) seis centena destinadas a um centro de criação e abate. (...).</p> <p>O empreendimento (...) foi lançado por um empresário inglês, residente na África do Sul, após compra da Tapada das Relvas, (...) entre Reguengos e Monsaraz. Uma primeira experiência, iniciada há mais de um ano em Silveiras, concelho de Montemor-o-Novo, veio provar que as avestruzes se dão 'muito bem' com as condições climáticas da região alentejana. (...)</p> <p>Satisfeita com a ideia, a Câmara de Mourão já prometeu 'total apoio' à associação que venha a ser criada (...). 'Não vai ser um sucesso fácil, mas estamos empenhados neste desafio', sublinha o presidente da autarquia, Santinho Lopes, alegando que, 'afinal, esta é, também, uma forma de praticar agricultura em que temos que apostar'.</p> <p>O autarca referia-se ao facto de os 80 hectares de terreno</p>

				(destinados ao projecto) ocuparem 20 pessoas. Um dado vantajoso, sendo certo que, por aquelas paragens, 'na agricultura normal, milhares de hectares não dão, hoje, emprego a mais de seis homens. Todos eles reformados, já que não metem gente nova, para fugir aos impostos. (...)'. Admitindo, embora, que 'esta não será a agricultura do futuro do Alentejo', Santinha Lopes defendeu uma urgente renovação do sector. 'A região deve estar atenta e receptiva a novas experiências. Nesse sentido, o centro de avestruzes pode dar uma ajuda preciosa caso se prove o seu sucesso'."
26/5/95 Pág. 37	País	Manuel Carvalho	<i>Foi aberta uma vala do lado espanhol do leito do rio Guadiana desviado</i>	<p>"Na última semana, entre a fronteira do Caia e Juromenha, foi descoberta uma vala, feita no leito do Guadiana, que desvia para a margem espanhola a pouca água do rio internacional.</p> <p>(...)</p> <p>Do lado de Portugal, a situação motiva dois tipos de críticas por parte dos empresários agrícolas: lamentam que as diversas barragens (...) na Estremadura espanhola retenham a maior parte do caudal que falta no rio, ao mesmo tempo que se queixam do desvio para a margem espanhola do reduzido caudal que devia correr do lado português.</p> <p>João Criz Mendes, que semeou cem hectares de trigo a contar com a rega com água do rio, já não tem água para utilizar há cerca de um mês, contabilizando uma quebra de produção avaliada em seis mil contos. (...).</p> <p>O Conselho da Bacia do Guadiana aconselhou o Ministério do Ambiente a proceder a descargas na barragem do Caia, para garantir o caudal ecológico do Guadiana.</p> <p>(...). Uma decisão que não é pacífica entre os agricultores do perímetro de rega do Caia, onde as culturas de milho, girassol e arroz vão ser as mais prejudicadas.</p> <p>(...)</p> <p>Numa fase em que já têm as suas culturas instaladas, os agricultores exigem ser indemnizados por perda de rendimentos e vão mais longe: estão decididos a não deixar abrir a barragem para o rio sem receberem as indemnizações a que julgam ter direito. (...)"</p>
28/5/95 Pág. 50	País	Roberto Dores	<i>Com um quarto dos trabalhadores no desemprego Alvito é terra sem pão</i>	<p>"(...)</p> <p>Alvito só terá nove postos de trabalho (no âmbito do programa de emergência) contra os 40 do ano passado. (...). Há 200 desempregados. Após reunirem (...) criaram uma comissão de acompanhamento. Pede-se ao Ministério do Emprego que 'olhe por nós'. (...). O Governo tem-nos falhado'.</p> <p>O autarca (presidente da Câmara) sustenta que 'este ano é pior que 94, fruto da seca que assola o Alentejo'. Não tem conhecimento de focos de fome, mas as carências são muitas, 'com famílias com enormes dificuldades'.</p> <p>A fábrica Mariano Lopes, que transformava azeitona, empregando vinte pessoas, fechou. Acabou o curso de cadeiros. Falta trabalho agrícola. A empresa de curtumes, que empregava 12 pessoas, hoje só ocupa duas.</p> <p>(...)</p> <p>Júlio Matos, de 49 anos, vai apanhar caracóis com um filho desempregado. 'No tempo da Reforma Agrária havia trabalho para todos. Hoje, lá em casa é uma miséria. Devemos dinheiro em todo o lado e só comemos sopas. Não dá para mais'.</p>

				Dionildes Dias, de 53 anos, desempregada de longa duração, já perdeu o direito ao subsídio. 'Vivo só, com a solidariedade dos vizinhos. Os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres'."
2/6/95 Pág. 29	País	Roberto Dores	<i>Esgotos sem tratamento em Beja</i> <i>Matadouro polui Guadiana</i>	<p>"O matadouro de Beja é hoje o maior foco poluidor do Guadiana, a jusante de Alqueva. Aquela unidade de abate envia para o rio uma carga poluente que equivale a mais de 25 mil habitantes, contribuindo para a mortandade de milhares de peixes, como sucedeu há três semanas, perto de Quintos.</p> <p>A velha estação de tratamento de águas residuais (ETAR) destinada a conduzir os esgotos (...) até ao Guadiana é um autêntico corredor de sangue a céu aberto. A ETAR foi construída em 1966 para tratar dos resíduos de nove mil habitantes, mas actualmente a sobrecarga do matadouro faz com que a estação não dê conta do recado, deixando passar a maior parte dos esgotos sem tratamento.</p> <p>(...). A Câmara de Beja (...) acusa a PECBAL – administração do matadouro – de não ter cumprido os requisitos sanitários, segundo os quais a empresa se comprometia a construir no interior do matadouro uma estação de pré-tratamento de esgotos.</p> <p>(...)</p> <p>Por entre um canavial (...), a ribeira de Cardeira, afluente do Guadiana, transformou-se num foco de infecção, que passa ao lado de Neves, freguesia a cinco quilómetros de Beja, atravessando mais abaixo a povoação de Pourde Peles, que já se habituou a viver com o mau cheiro.</p> <p>Manuel Paixão, o mais idoso da aldeia, disse ao DN que 'o cheiro só é insuportável quando o vento sopra na direcção das casas'. Há anos que a ribeira deixou de ter peixes (...) 'hoje nem cágados ou rãs lá há'. É só mosquitos'. Segundo Francisco Grazina, outro morador, a população não tenciona protestar, porque 'já reclamámos algumas vezes e ganhámos o mesmo'.</p> <p>Entretanto, o presidente da junta, João Manuel Soares, acusa a Câmara de Beja de 'pouco empenhamento'. Esta autarca (...) exorta os populares a 'unirem-se para combater esta miséria'.</p>
2/6/95 Pág. 29	País	Manuel Carvalho	<i>Dez mil toneladas de maçãs em risco</i>	<p>"Em Juromenha, um pomar com 270 hectares de macieiras pode ficar destruído se não for regado a partir da próxima semana, (...). O Guadiana deixou de correr, 12 quilómetros a sul da fronteira do Caia e há três semanas que a pouca água – charcos no leito do rio – não permite a rega.</p> <p>(...)</p> <p>No Monte Branco há 32 trabalhadores permanentes e 90 eventuais. Durante a colheita dos frutos (...) a mão-de-obra feminina sobre às 400 unidades. Nos concelhos vizinhos está em risco o ganha pão sazonal de muitas famílias. Theo Vogelaar (holandês) há 11 anos radicado no Alentejo, vê chegar a fase do desespero, à medida que se aproxima o limite do período máximo que as árvores aguentam sem rega. Autorizado pela DRARN do Alentejo, lançou escavadoras para o leito do rio, para abrir as valas longitudinais que permitam escoar as águas dos charcos a montante. (...)"</p>

5/6/95 Pág. 45	País	Roberto Dores	<p><i>Ambientalistas criticam projecto de urbanização da autarquia</i></p> <p><i>Quercus recusa casas na serra de Portalegre</i></p>	<p>“(…)</p> <p>A Câmara de Portalegre diz que o concelho precisa de mais casas, mas os ambientalistas discordam do projecto para a construção de imóveis da serra de Portalegre’, ‘património natural rico e fino’.</p> <p>Em Abril começaram as limpezas de vegetação, com árvores derrubadas por retroescavadoras, trabalhos que foram interrompidos quando a Quercus se manifestou contra. ‘(…) tememos que se invada a encosta e o betão substitua a fauna e flora, no Parque Natural da Serra de São Mamede’, diz Emílio Moitas, dirigente da Quercus.</p> <p>Igualmente ameaçado está o Convento de São Bernardo. O projecto prevê a demolição parcial da sua cerca. ‘Atitude escandalosa’, acusa Emílio Moitas, avisando que a Quercus ‘tem o apoio de muitos populares’ e promete ser implacável na defesa do ambiente, depois da serra ter sido vítima de atentados como incêndios, abertura de caminhos, destruição de vegetação, instalação de antenas e algumas construções.</p> <p>(…). Após lembrar que Portalegre tem outros espaços que podem ser urbanizados com menos custos, acrescenta que ‘a câmara só está a pensar que aquela paisagem é espantosa e seria ideal para construir vivendas, mas não se preocupa com o impacte ambiental irreversível que isso arrastaria’.</p> <p>Apresenta como alternativa um parque biológico ou mata municipal na serra. ‘Só traria vantagens com base na falta de água para rega, fruto dos últimos anos de seca. O parque biológico quase não precisava de ser regado, enquanto os jardins municipais consomem imensa água e são muito dispendiosos para os recursos hídricos da região’, refere Emílio Moitas. (…)</p>
14/6/95 Pág. 32	País	Roberto Dores	<p><i>Seara alentejana atravessada por postes da Portugal Telecom</i></p> <p><i>Contas desconstradas</i></p>	<p>“A Portugal Telecom admite compensar em mil escudos um agricultor alentejano, por ter instalado cinco postes, (...) na sua propriedade em Serpa, sem qualquer autorização, destruindo parcialmente uma seara de trigo.</p> <p>(…)</p> <p>A Telecom fez as contas por alto e, segundo José Bernardino, responsável da empresa em Beja, a avaliação dos danos materiais prováveis não vai além dos mil escudos. ‘E é com boa vontade’, acrescenta, explicando que ‘cada poste ocupa 2,4 metros quadrados. Se fizermos a quatro mil escudos o hectare, a cem escudos o quilo de trigo, isso totaliza mil escudos’. (…)</p> <p>(…)</p> <p>‘Se não houver postes, não temos onde instalar os fios. Logo não há possibilidade de dar telefone a esses senhores’.</p> <p>(…)</p> <p>O agricultor justifica que ‘a incoerência de quem fez este serviço provocou a desvalorização dos terrenos. Um tractor com um aparelho de monda química com doze metros de largura tem de andar em ziguezague no meio da seara. As debulhadoras com mais de quatro metros quadrados de foice não conseguem dar rendimento com tantos postes. (…)</p> <p>Os estragos da seara já não são visíveis. Devido ao ano de seca, o trigo espigou antes do tempo e António de Almeida foi obrigado a antecipar a ceifa. Mas ainda não perdeu a esperança de ser ‘recompensado’, reafirmando interesse no</p>

				telefone sem fios (o agricultor sugeriu que os danos fossem minimizados com a 'oferta' de um telefone sem fios, avaliado em setenta e quatro mil escudos). Enquanto José Bernardino lembra que a lei está do seu lado e, portanto, não precisa de autorização para invadir uma propriedade. Mesmo sendo o terreno de classe A, como sucede neste caso, no qual até o próprio senhorio está proibido, por lei, de executar obras que alterem a fisionomia paisagística. (...)"
16/6/95 Pág. 30	País	Roberto Dores	<i>Nelson é o mais jovem pastor alentejano</i> <i>Guardador sem sonhos</i>	"Aos dez anos, Nelson Coelho é o pastor mais novo do Alentejo. Trocou os livros por um cajado. Hoje guarda 150 animais em Odemira. (...) Nelson Coelho foi um aluno regular e a mãe, também pastora, tem pena que o filho não continuasse a estudar, 'mas ele era maroto e assim estamos mais descansados' diz, enquanto faz questão de sublinhar que 'nem eu nem o pai o obrigamos a trabalhar'. O Nelson abana a cabeça em sentido positivo, confirmando as palavras da mãe (...). O jovem pastor, que ganha dez contos mensais, prefere habitar uma pequena barraca de metal montada junto à estrada (...) sem água nem luz. Mas não se importa. O garoto alega que o contacto com o campo já faz parte integrante da sua vida. Foi aí que nasceu e hoje não se imagina longe do 'seu' gado, que, afinal, até pertence ao patrão do pai. 'Cada pessoa tem os seus gostos', diz a criança que não descarta a ideia de ser pastor toda a vida e acaba por admitir que 'se arranjasse outra coisa que me agradasse, talvez mudasse de profissão'. (...)"
23/6/95 Pág. 39	País	Roberto Dores	<i>Terras pequenas e distantes rarificam população estudantil</i> <i>Alentejo sem escolas</i>	"A decadência alentejana traduz-se, entre outros preocupantes factores, no fecho de muitas escolas primárias, por falta de jovens. O isolamento, a diminuição demográfica e o acelerar do processo de desertificação no Alentejo, provocaram o encerramento de 130 escolas primárias, perspectivando-se idêntico destino para mais de meia centena. (...). Ilídio Amaral, membro da CNE (Conselho Nacional da Educação) classifica a extinção de escolas alentejanas como 'um problema grave, mas próprio do mundo rural, que atravessa grandes dificuldades em toda a Europa'. Em consequência, acrescentou que é 'sem admiração' que constata 'a enorme clivagem' que se verifica entre os mundos urbano e rural. (...)"
26/6/95 Pág. 40	País	Roberto Dores	<i>Associação de Évora contraria posição do ex-presidente Agricultores voltam a apoiar Alqueva</i>	"A Associação dos Agricultores do Distrito de Évora (AADE) já não chama elefante branco à barragem de Alqueva, contrariando afirmações anteriores do seu ex-presidente. Agora a AADE defende-a: 'Tudo o que seja regadio tem o nosso apoio incondicional, numa região com um clima tão seco', justifica o seu membro Luís Rosado. (...) Para este responsável, o ambiente fica em segundo plano, pois é 'preciso saber distinguir a evolução do homem, que também faz parte do ambiente, dos bichinhos ou dos riscos nas pedras'. Todavia, segundo diz, 'Alqueva não é o salvador' do Alentejo (...). 'O resto da região precisa de outras

				<p>alternativas (...). Precisamos de vários pólos de regadio para fomentar a riqueza da região e combater a crise económica e social, o que só é possível se os agricultores puderem aumentar as áreas de regadio. A agricultura de sequeiro é complicada nesta zona’.</p> <p>O ex-presidente da associação, Manuel Rebocho, levado pelos efeitos da seca nos campos, questionara a viabilidade do empreendimento e pedira a análise do futuro maior lago artificial da Europa, prevendo ‘um impacte ambiental horrível para a região’.</p> <p>Ao mesmo tempo, apoiou os defensores de ‘alquevinhas’ e os ambientalistas, apontando a construção de três represas ao longo do Guadiana como alternativas. (...).</p> <p>Alqueva vai atingir a cota 154, o que, para Rebocho, ‘é um perfeito disparate’. Declarações que geraram mal-estar entre os agricultores. Os homens da terra do Baixo Alentejo acusaram de traidores os congéneres de Évora. (...)”.</p>
29/6/95 Pág. 41	País		<p><i>Marcas de prestígio e qualidade garantem</i></p> <p><i>Alentejo é destino de férias</i></p>	<p>“O Alentejo foi eleito pela comissão de honra da Exposição Internacional de Marcas de Prestígio e de Qualidade (Lifestyle Europa), que começa hoje na FIL, como um dos destinos de férias preferidos em Portugal. (...)”.</p>
5/7/95 Pág. 31	País	Roberto Dores	<p><i>Nas freguesias do concelho de Portel</i></p> <p><i>Gado não tem água para beber</i></p>	<p>“Em Portel, o gado está em risco de ficar sem água para beber (...).</p> <p>O caudal já bastante poluído do rio, com recentes agravamentos motivados pela terceira maior seca do século, tornou-se numa perigosa ameaça para a saúde, suspeitando-se que algumas reses se encontrem agora debilitadas devido à água que ingeriram nos últimos dias. (...)</p> <p>Para minimizar as carências, os bombeiros de Portel transformaram-se em aguadeiros. Diariamente, transportam 90 mil litros de água, recolhidos num furo na sede do concelho, para abastecer Alqueva, Amieira e Vale de Boim. (...)”.</p>
11/7/95 Pág. 31	País	Roberto Dores (Évora)	<p><i>Ministério do Ambiente retira bombas de agricultores espanhóis</i></p> <p><i>Fora do Guadiana!</i></p>	<p>“Técnicos do Ministério do Ambiente obrigaram, pela primeira vez, os agricultores espanhóis a retirarem os equipamentos de bombagem de água do rio Guadiana, que já se encontravam na margem portuguesa, no Alandroal.</p> <p>O abuso das águas em território português já se arrastava há algum tempo, mas só recentemente foi detectado pelos serviços da Direcção Regional do Ambiente. (...). As recentes bombagens de água do rio Guadiana provocaram agravamentos significativos na rega do Pomar do Monte Branco, que há mais de um mês revela problemas para irrigar uma área de 270 hectares, que comporta entre dez a 12 mil toneladas de maçãs. (...)</p> <p>Para o vereador António Rasteiro é um factor de ‘grande preocupação’, pois o ‘Monte Branco e a câmara são as duas maiores entidades empregadoras da região’, sublinha o autarca, numa altura em que a indústria extractiva do mármore deixou de ser a principal fonte de rendimento desta localidade, onde a agricultura continua a ter algum peso em determinadas culturas, tirando partido do caudal do Guadiana. (...)</p> <p>Actualmente, o Pomar do Monte Branco já está a recorrer à captação de água, com um investimento na transferência do</p>

				liquido através de pegos, feita por tractores, enquanto a Câmara do Alandroal lembra que 'o Governo tem de agir e de obrigar os espanhóis a soltar água. É preciso denunciar que, dentro de dias, o rio se pode passar a pé, e que vamos ficar sem água'."
17/7/95 Pág. 2	Negócios	Carla Aguiar	<i>Alternativas de vida para agricultores limitadas pela poupança do Estado</i> <i>Reformas antecipada por um canudo</i>	<p>"Com as previsões a apontarem para a sobrevivência de apenas 20 por cento das explorações, e com as recentes restrições ao exercício da actividade agrícola, o sector está num beco com saída limitada.</p> <p>(...)</p> <p>Quando a reforma da PAC foi negociada nos gabinetes de Bruxelas, definiram-se instrumentos de apoio à transição da actividade agrícola para outros sectores. Trata-se, por exemplo, das florestas, do turismo rural, ou noutra vertente, das reformas antecipadas.</p> <p>(...)</p> <p>O caso das reformas antecipadas é paradigmático. Abrangendo potencialmente cerca de 80 mil agricultores que até 1999 terão mais de 55 anos de idade, a medida apenas permitirá a reforma de cerca de seis mil pessoas. Os quatro milhões de contos definidos entre Portugal e a Comunidade Europeia não deverão dar para mais.</p> <p>Previsto pela legislação comunitária desde 1988, o Regulamento de Aplicação do Regime de Ajudas à Cessação da Actividade só teve uma portaria em Portugal em Setembro de 1994. (...) Em algumas direcções regionais 12 dias antes do final do prazo (de candidatura) ainda não havia formulários. Este problema, aliado à falta de divulgação da medida, levou a que só se apresentassem 475 candidatos, dos quais 430 seriam aprovados.</p> <p>Este ano (o mesmo problema) voltou a verificar-se. 'O sistema não está montado para facilitar a vida aos agricultores, mas para dificultar o acesso a subsídios', conclui um técnico da CAP.</p> <p>As pensões de reforma atribuídas no âmbito deste regulamento são bastante favoráveis, podendo atingir os 109 contos. Algumas fontes sustentam mesmo que o Governo não está interessado na sua divulgação para não acordar a contestação de outros grupos sociais, que, ao contrário dos agricultores, descontaram para a segurança social e têm direito a pensões inferiores.</p> <p>(...)</p> <p>A florestação das terras agrícolas, prevista no regulamento 2080, é outra das medidas de acompanhamento da PAC, destinada a apoiar a transferência da actividade agrícola para a florestal. Partindo do princípio de que a comunidade é excedentária em produtos agrícolas, mas deficitária em produtos florestais, a comunidade decidiu apostar nas florestas, canalizando para este sector verbas significativas.</p> <p>(...)"</p>
21/7/95 Pág. 31	País	Roberto Dores	<i>Seca e muito calor estão a afectar reservas de água e população</i> <i>Emergência em Évora</i>	"A água de Évora está incapaz de beber. Recuperou os maus cheiros e sabor de há um ano. Tudo por causa da seca e das altas temperaturas. (...)"
27/7/95 Pág. 41	País		<i>Por eventuais irregularidades no licenciamento de loteamentos</i>	<p>"(...)</p> <p>Em causa estarão ilegalidades relacionadas com o licenciamento de loteamentos em Sines, Porto Covo e</p>

			<i>Câmara de Sines debaixo de fogo</i>	<p>Sonega, a violação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral (Protali) e também do Plano Director Municipal (PDM).</p> <p>(...)</p> <p>Segundo o autarca de Sines, trata-se de um conflito de interpretação legal. 'Quando saiu o Decreto-Lei/93, a câmara emitiu seis licenças de loteamento, que não suspendeu por não ter interpretado a lei retroactivamente'. Ao conhecer a interpretação do Governo, 'a autarquia suspendeu de imediato os loteamentos' (...).</p>
30/7/95 Pág. 49	País		<i>Câmara prepara candidatura de Monsaraz à Unesco Vila Branca na Unesco</i>	<p>"(...)</p> <p>A vila medieval de Monsaraz prepara a candidatura a Unesco, na perspectiva de ver classificada toda a faixa a norte de Reguengos como zona rural de interesse histórico.</p> <p>(...)</p> <p>O vereador Cândido Fialho afirma que, 'a surgir, a classificação da Unesco dar-nos-ia outra projecção turística, que se torna ainda mais importante quando as nossas principais apostas recaem no turismo cultural, ambiental e rural'.</p> <p>Por isso mesmo, a câmara de Reguengos entregou recentemente na Unesco o dossier completo. Vítor Martelo, presidente da autarquia, não espera outra resposta a não ser o 'sim', porque o 'projecto é rentável'. Há vários empresários da região e de fora dela que manifestaram interesse em investir no turismo.</p> <p>O processo de investimento mais avançado situa-se junto ao convento da Orada. Trata-se de um novo projecto de turismo rural com capacidade para cem pessoas.</p> <p>(...)</p> <p>O plano de salvaguarda que prevê a recuperação de habitações no interior das muralhas está a ser elaborado pela autarquia, travando-se assim qualquer possibilidade de especulação que em tempos se verificou. Todavia, a especulação imobiliária em redor de Monsaraz prossegue. 'Há muitos interesses. Monsaraz é um local de repouso e a barragem vai ficar logo ali em baixo'."</p>
1/8/95 Pág. 19	Sociedade	Roberto Dores (Évora)	<i>Serra de Ossa tem a maior mancha de eucaliptos Acção contra a Portucel</i>	<p>"(...)</p> <p>A acção judicial que a Câmara do Redondo vai interpor contra a empresa de celulose Portucel incide sobre a plantação de dois eucaliptais que ocupam um total de 261 hectares, espalhados ao longo da serra de Ossa. A plantação, que forma, actualmente, a maior mancha contínua de eucaliptos da Europa, abrange Redondo, Estremoz, Borba e Vila Viçosa.</p> <p>Segundo Alfredo Barroso, presidente da Câmara de Redondo, (...) a Portucel deveria ter pago uma taxa de 744 contos por hectare pelo parecer da autarquia, que, embora seja negativo, pesa pouco (...) uma vez que não tem cunho vinculativo (...) ainda que seja obrigatório (...). Falta agora apurar como é que a arborização passou no Instituto Florestal.</p> <p>(...)</p> <p>A plantação de eucaliptos na serra de Ossa é um fenómeno que se arrasta há largos anos e cujo impacte ambiental se afigura irreversível, numa região onde a água abundava em largas dezenas de fontes.</p> <p>Desde o início do século, e até 1984, que o concelho de Redondo foi abastecido das nascentes da serra e de algumas captações intermédias, feitas na freguesia de Candeeira. Em</p>

				<p>84, a Portucel adquiriu os terrenos e plantou a maior mancha de eucaliptos europeia. Nessa altura, as autarquias da região foram recompensadas financeiramente e não colocaram qualquer tipo de entraves (...).</p> <p>Hoje, o problema é considerado 'grave demais' pelos habitantes do Redondo, com António Paulino, um morador, a assegurar que 'nunca mais tivemos água como a da serra' (...) e José Mário Reis, outro morador, que não tem dúvidas de que 'este é o exemplo mais gritante do mal que os eucaliptos fazem a uma região seca como a nossa (...)'. (...)</p> <p>(...) a direcção técnica da Portucel diz que os 200 mil contos, pedidos pela autarquia são 'irrealistas e ultrapassam o limite da razoabilidade', garantiu José Luís Carvalhas, para quem tal montante 'é superior ao valor de toda a serra de Ossa' (...) enquanto desmente que a mancha de eucaliptos no concelho do Redondo seja a maior da Europa (...)"</p>
15/8/95 Pág. 6/7	Política Retratos do país legislativo 95	Roberto Dores	<p><i>Taxa de desemprego no distrito atinge os 20 por cento</i></p> <p><i>Beja sobrevive à espera do Alqueva</i></p>	<p>"(...) a crise nos campos e a consequente queda da agricultura, a taxa de desemprego (...) focos de fome, e o elevado índice de desertificação são dados que demonstram o estado social a que chegou o distrito de Beja, mal preparado para receber em braços uma política agrícola comum (...).</p> <p>Segundo dados oficiais, cerca de 50 por cento dos trabalhadores rurais abandonaram a actividade e, por não encontrarem alternativa na região, seguiram viagem para os grandes centros urbanos.</p> <p>As maiores frustrações.</p> <p>(...)</p> <p>O encerramento de várias estações ferroviárias e o corte de carreiras consideradas 'não rentáveis' contribuíram para agravar o isolamento, marcado também pela degradação dos serviços de saúde.</p> <p>A um cenário negro junta-se recentemente o aumento da toxicodpendência e criminalidade (...).</p> <p>(...)</p> <p>José Raul Santos, vice-presidente da Distrital de Beja do PSD (...) alude à necessidade de transformar em riqueza 'aquilo que a natureza nos dá', por forma a garantir 'o poder de compra (...). É que ninguém se alimenta de alcatrão ou de cimento' (...).</p> <p>Este dirigente do PSD considera que o atraso do distrito passa pelo 'esquecimento dos nossos governantes em relação ao desenvolvimento económico a curto prazo. (...).</p> <p>Acrescenta que 'a fome, o calor excessivo e a lentidão do povo são aspectos que dão vontade de ter nascido noutra lugar'.</p> <p>A crise na agricultura é puxada para o primeiro plano do discurso socialista (...) 'as reformas de Cavaco colocaram a região numa profunda crise e é hoje a mais atrasada da União Europeia' (...).</p> <p>Para o PS bejense, 'os múltiplos pacotes de subsídios ignoraram, quase sempre, a solidariedade e formam muitas as promessas não cumpridas (...)'. Apontam como exemplo 'o sucessivo adiar das obras hidroagrícolas'. (...).</p> <p>'As populações, desde sempre com as suas vidas ligadas à terra, viram-se dela afastadas. As aldeias cada vez mais pequenas e as escolas abandonadas espelham a situação regional'. O envelhecimento do distrito também preocupa o</p>

20/8/95 Pág. 6/7	Política Retratos do país legislativos 95	Roberto Dores	<i>Turismo, indústrias universidade e Alqueva</i> <i>Ainda e sempre a agricultura</i>	<p>“A reforma agrária tinha acabado no Alentejo. Estava-se em 1985. (...) a entrada na Europa estava para breve e, apesar de toda a incógnita (...) as perspectivas eram animadoras. (...) No entanto, após 10 anos de ‘cavaquismo’ não deixa de ser curioso que todas as conversas com pessoas dos principais partidos desagüem na agricultura. É a prova mais firme de que todos os alentejanos acreditam na recuperação dos campos. É o peso do Alqueva ainda no papel. (...). (...) Só a estrutura local do PSD defende a existência de sinais visíveis de desenvolvimento, com Mira Branquinho, presidente da distrital a afirmar que a região ‘recuperou a confiança que havia perdido em 74. Os apoios comunitários permitem-nos pensar num futuro de maior riqueza social (...)’. A CDU refuta (...) pegando no exemplo da agricultura. Esta, apesar da crise em que mergulhou na última década com o abandono dos campos e a perda de mais de metade dos rendimentos, continua a ter um papel relevante na economia local. (...). A CDU quer a reforma agrária de volta. ‘Nessa altura havia emprego para toda a gente’, sustenta o dirigente comunistas. Um apelo à reestruturação fundiária que merece também algum apoio entre os socialistas, se bem que em moldes diferentes. O presidente da Federação distrital, Capoulas Santos, defende a criação de um banco de terras, sem expropriações, e prevê a atribuição de subsídio aos agricultores mais idosos, que os leve a abandonar as terras, possibilitando que jovens agricultores, através de subsídios comunitários, reactivem o ‘empresário agrícola’. Segundo Capoulas Santos, ‘(...) Neste momento, o Alentejo já está atrás de três das quatro regiões da ex-RDA (...). Este é o exemplo mais gritante de que o PSD se esteve nas tintas para nós, praticando uma política de exclusão social que está à vista, com o despovoamento dos campos’. (...) Por seu lado, Mira Branquinho, justifica o atraso da agricultura alentejana com ‘os efeitos negativos da reforma agrária (...)’ alegando que para os empresários estarem bem preparados para enfrentar a Europa, tiveram que ‘fazer três investimentos: recuperara aquilo que tinha ficado desorganizado desde 74, investir na modernização da sua unidade e recuperar as suas próprias vidas’. Para o social-democrata, o tempo agora é de afirmação agrícola, aludindo ao processo de criação de pequenas barragens, pegando na grande bacia do Alqueva. (...)”.</p>
23/8/95 Pág. 39	País	Alcídio Torres	<i>Onze mil postos de Trabalho Alentejo perde emprego</i>	<p>“(...) Com uma quebra do rendimento agrícola de 40 por cento, o litoral alentejano (...) precisa de alternativas urgentes para o desenvolvimento económico. (...) ‘A área de cultivo de tomate que satisfazia as necessidades das quatro indústrias, correspondendo a uma área de 2800 hectares, está ao abandono porque a produção de concentrado de tomate entrou em crise e os portugueses</p>

				<p>não souberam aguentar-se como os espanhóis', disse ao DN o presidente da Administração da Caixa Agrícola de Santiago do Cacém, Jorge Nuno.</p> <p>Os dois casos de suicídio (em Alvalade) de agricultores que cultivavam tomate, os três casos de trabalhadores obrigados a desfazerem-se das casas por não pagarem ao banco, os muitos casos de famílias prontas a emigrar são a demonstração inequívoca de que as crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas de contradições existentes (...)"</p>
26/8/95 Pág. 6/7	País Retratos do país legislativa s 95	Eva Cabral	<p><i>Portalegre é o distrito com menor densidade populacional</i></p> <p><i>Desemprego e interioridade</i></p>	<p>"Portalegre é o distrito do país com menor densidade populacional e sem dúvida um dos mais marcados pelos problemas próprios da interioridade.</p> <p>A seca (...) veio aumentar os problemas económicos de um distrito já de si tradicionalmente deprimido em termos económicos e por isso mesmo fragilizado.</p> <p>(...)</p> <p>Em matéria agrícola nem todos estão pessimistas. Torres Parreira (PSD) realça o facto do associativismo ser uma realidade e os agricultores que se dedicam à pecuária viram os seus rendimentos crescer cerca de 20 por cento no ano passado.</p> <p>(...)</p> <p>o desenvolvimento futuro do distrito passará inevitavelmente pela política em relação à água. (...)"</p>
4/9/95 Pág. 2	Economia	Margarida Bon de Sousa	<p><i>Os políticos acreditam no desaparecimento do sector</i></p> <p><i>Agricultura pagou o controlo da inflação</i></p>	<p>"A CAP quer mais poderes e que o Estado tenha menos peso na agricultura"</p> <p>(Rosado Fernandes) : 'O sector tem aparecido como um factor que, no subconsciente dos políticos é para acabar. Julgo que não há país nenhum que se preze que não proteja a sua agricultura e que não procure encontrar nela um factor de equilíbrio económico e social. o sector é uma espécie de amortecedor das crises sociais e, simultaneamente, um amortecedor da estratégia alimentar em termos de crise. Em terceiro lugar, também não permite a desertificação excessiva de certas zonas.</p> <p>(...)</p> <p>'Se houvesse de facto interesse em não considerar a agricultura como um peso, certamente que o país estaria numa situação bastante mais desafogada. Não se esqueça que contrariamente às mentiras que por aí propagam a agricultura é responsável por 10 por cento do PIB, uma vez que os produtos florestais também estão incluídos no sector'.</p> <p>(...)</p> <p>'Se olharmos para as matas das companhias de celulose, que são tratadas e limpas, não há incêndios. Há-os somente nas matas naturais, que os ecologistas defendem como sendo um terreno de chaparros, com mato e qualidades naturais da idade da pedra'.</p> <p>(...)</p> <p>'Tem de haver transferência de competências do Estado para o sector privado. O Estado não sabe fazer agricultura (...)'.</p> <p>'Algumas medidas (no âmbito da PAC) garantem algum rendimento aos portugueses, mesmo nos anos maus. É o que acontece, por exemplo, com as ajudas por hectare. Mas do ponto de vista do desenvolvimento não poderia ter havido pior. Os regulamentos e as quotas são terríveis.</p>

				(...). O subsidiodependência que se criou é nefasto (...).”
9/9/95 Pág. 35	País	Humberto Vasconcelos	<i>Intervenção do Instituto de Conservação da Natureza em Noudar</i> <i>Castelo a Salvo</i>	<p>“O Castelo de Noudar, em Barrancos, que esteve quase a ir para mãos espanholas, quando os seus proprietários o puseram à venda a propriedade que o engloba, (...) afinal vai ser português.</p> <p>Após duras negociações com os proprietários, o ICN com o apoio da Câmara Municipal de Barrancos, comprou o castelo e a herdade que o envolve, num total de mil hectares, que vão passar a desempenhar uma função cultural e ambiental. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Esta aquisição, disse (...) Marques Ferreira, presidente do ICN ‘insere-se no Programa Operacional do Ambiente, no âmbito da aquisição e gestão de zonas de interesse ecológico. Saliente-se que a Herdade da Contamina é um exemplo perfeito do montado de sobro e azinho, além de que tem uma frente de quinze quilómetros para o rio Ardila e no seu interior corre a ribeira de Murtega’.</p> <p>Estas condições ambientais fizeram com que no monte da Coitadinha se desenvolvesse uma fauna notável, desde veados, javalis (...) e ainda uma avifauna importante, onde as várias aves de rapina têm lugar de destaque.</p> <p>(...)</p> <p>A Herdade da Coitadinha, além de criar uma zona de conservação, visa ser um campo de experimentação do desenvolvimento sustentado com produções tradicionais e ainda um centro de sensibilidade ambiental.</p> <p>(...)</p> <p>a utilização do castelo será o turismo rural e a sua recuperação envolve o respeito pela traça do monumento. (...).”</p>
10/9/95 Pág. 42	País	J. Rodrigues da Silva	<i>Em defesa do património natural e humano de São Mamede</i> <i>Um parque no Alentejo</i>	<p>“O Parque Natural de São Mamede é um espaço enorme e verdejante (...) visa o desenvolvimento local baseado em pressupostos culturais e humanos.</p> <p>As pessoas que o habitam, num total de cerca de 30 mil, vivem em aldeias antigas, em quintas, casais ou montes isolados. Quando o parque foi criado já tinha a mesma população. Hoje, o que está em causa é a defesa de um património natural serrano e a salvaguarda, ao mesmo tempo, das benfeitorias construídas pelo homem ao longo de séculos e milénios.</p> <p>O vale de S. Lourenço, por exemplo, tem vindo a ser classificado como sendo um dos raros quadros vivos portugueses, ‘onde não há metro quadrado de terra que não esteja aproveitado’. Chegou a correr o risco de ficar despovoado (...). Neste momento, tem as casas recuperadas e também as azenhas, que ficaram uma beleza.</p> <p>Os responsáveis garantem que a residência de pessoas no local é condição indispensável para que o parque possa existir. É que esta magnífica paisagem ‘foi criada pelos seus habitantes e só poderá manter-se através do chamado desenvolvimento sustentado (...)’.</p> <p>Na serra de São Mamede há recantos que são verdadeiros regalos para a vista, atendendo à quantidade e diversidade do arvoredo.</p> <p>(...)</p> <p>Condições ecológicas favoráveis mantêm (...) a presença de numerosas comunidades animais cada vez mais raras.</p>

				(...)'??
11/9/95 Pág. 9	Tema de abertura	João Pedro Henriques	<i>A sombra de Nabeiro no Alentejo de sucesso</i>	<p>“Guterres visitou (...) Campo Maior, zona sobrevivente ao ‘naufrágio’ alentejano. O líder do PS não poupou elogios ao controverso Azinhais Nabeiro.</p> <p>‘É ele quem dá vida a Campo Maior. (...). Ele é o mítico e controverso socialista de Campo Maior, dono dos cafés Delta e ontem anfitrião de Guterres em mais uma jornada de campanha pelo Alentejo profundo. (...).</p> <p>(...)</p> <p>o líder socialista referiu, por exemplo, que ali não há desemprego como noutras terras alentejanas; ou que, entre o penúltimo e último censo, Campo Maior foi o único concelho a não registar perda de habitantes. Ou seja, a terra de Nabeiro é a prova de que ‘o Alentejo pode vir a ser uma região próspera’, de que ‘o Alentejo tem futuro’. Guterres aproveitou para repetir o compromisso de preparar ‘um plano de emergência’ que tenha em conta a questão prioritária da água, mas que também aposte noutras vias como o ‘aproveitamento turístico’.”</p>
15/9/95 Pág. 4	Negócios	João Paulo Mendes	<p><i>‘Agricultura foi carne para canhão contra inflação’</i></p> <p><i>CAP apresenta programa de Governo</i></p>	<p>“Agricultores exigem apoio à produção com programa de dez milhões.</p> <p>(...)</p> <p>Rosado Fernandes, que avalia em 10 por cento o peso do PAB no PIB, defendeu a criação de um seguro agrícola (...) reclama ainda a constituição de uma linha de crédito especial para o desendividamento da agricultura, tendo como condição um prazo não inferior a oito anos, com dois anos de carência, a uma taxa não superior a quatro por cento. Um fundo destinado a compensar os agricultores - pelos desvios verificados nos custos de factores de produção e nas variáveis macro-económicas relativamente às médias europeias - e o lançamento de um programa de promoção dos produtos são outras medidas propostas no documento.</p> <p>Relativamente aos produtores florestais, a CAP aposta numa linha de crédito de bonificações para operações silvícolas de resultado financeiro negativo. Um instrumento com o objectivo de dotar os produtores de meios, ‘nomeadamente na defesa contra fogos florestais’.</p> <p>(...)</p> <p>No que diz respeito ao IRS, exige a prorrogação para o ano de 1996 e seguintes do regime transitório de exclusão tributária e benefício fiscal. (...)”.</p>
24/10/95 Pág. 39	País	Alcídio Torres	<i>Aposta numa nova base económica Alcácer do Sal define estratégia</i>	<p>“A Câmara Municipal de Alcácer do Sal, através do plano estratégico de desenvolvimento para o concelho, pretende inverter a tendência para o envelhecimento e desertificação do território e tornar o concelho (...) mais atractivo.</p> <p>No fomento e apoio às actividades produtivas, a autarquia quer instalar e promover zonas de indústrias ligeiras (...); estabelecer protocolos e acções de cooperação com associações empresariais, instituições universitárias e escolas técnico-profissionais.</p> <p>(...)</p> <p>O plano prevê também o lançamento de um programa integrado de recuperação dos ecossistemas e dos recursos marinhos ligados com o estuário do Sado. O artesanato será potenciado através da dinamização de actividades e produtos artesanais, nomeadamente nos núcleos rurais com vista à sua recuperação turística. Na vertente turística, a aposta vai para a criação e promoção de uma linha de</p>

				<p>produtos de qualidade, atracção de mais investimento, e captação de mais turistas.</p> <p>A preservação/recuperação do património monumental e arqueológico vai passar, entre outras acções, pela recuperação, reordenamento e revitalização do castelo e espaços envolventes. A bacia do Sado – valorizada pela Reserva Natural do Estuário, a mancha florestal (...) – é a aliada natural do plano.”</p>
25/10/9 5 Pág. 38	País	Roberto Dores	<p><i>Barragem do Roxo à beira de um desastre ecológico</i></p> <p><i>Águas de morte</i></p>	<p>“(…) Até ao momento foram retirados cerca de 45 mil quilos de carpas e barbos da barragem do Baixo Alentejo – abastecedora de Beja e Aljustrel – e enterrados nas valas mais próximas. (...) o número de peixes mortos continua a aumentar.</p> <p>(...)</p> <p>Subsistem porém dúvidas quanto à rela causa da morte dos peixes. Muitos dos exemplares recolhidos apresentavam manchas vermelhas , que segundo alguns pescadores da zona poderá ficar a dever-se à acção de parasitas.</p> <p>(...) para já o Instituto Florestal e o Instituto da Água avançam como hipótese falhas de oxigénio e de alimentação.</p> <p>(...)</p> <p>Filipe Palma, da Direcção regional do Ambiente do Alentejo, descreve esta campanha de captura como ‘clara medida ambiental para evitar maior deterioração da qualidade das águas, onde o seu nível de armazenamento tem biomassa a mais’.(...).</p> <p>Mas o fenómeno está a pôr em causa a qualidade da água que as populações de Beja e Aljustrel bebem. Os utentes, esses, queixam-se do mau cheiro e sabor mal abrem a torneira. Recentemente, a Deco garantia que a água está contaminada, apesar da câmara bejense sustentar o contrário. (...)”.</p>
28/10/9 5 Pág. 38	País	Neves Dias	<p><i>Alentejo e Estremadura perspectivam turismo</i></p> <p><i>Projecto ibérico comum</i></p>	<p>“O Alentejo e a Estremadura acabam de se associar numa cooperação transfronteiriça que visa relançar o turismo das duas regiões que sofrem de subdesenvolvimento regional. A paisagem - dizem os responsáveis – não sofre dos males da industrialização, situação que joga a favor dos promotores das iniciativas turísticas (...).</p> <p>(...)</p> <p>O Alentejo propõem-se oferecer aos turistas espanhóis 160 quilómetros de praias ainda preservadas, numa ruralidade marcada nas planícies de cereais e montados. E a monumentalidade das marcas da história, além das condições ambientais propícias para a criação de espécies cinegéticas (...) tudo inserido numa identidade cultural que se traduz num artesanato genuíno, sabores gastronómicos únicos e vinhos de castas de eleição.</p> <p>(...)</p> <p>O Alentejo, além da natureza preservada, caça, sabores gastronómicos, arte popular, termas, oferece ainda a paixão pelas planícies, herdades e coutadas de Sousel, Elvas, Moura, Mértola, Aljustrel, entre outras. (...)”.</p>
29/10/9 5 Pág. 48	País	Alcídio Torres	<p><i>Agricultores do litoral alentejano na ruína</i></p> <p><i>Dívidas matam herdades</i></p>	<p>“São da ordem das dezenas as explorações (...) que no Alentejo e um pouco por toda a região têm sido vendidas em hasta pública, devido ao endividamento bancário.</p> <p>‘Centenas de propriedades estão a ser transaccionadas, no âmbito da execução das dívidas’, garantiu ao DN o presidente da Caixa de Crédito Agrícola de Santiago do</p>

				Cacém, Jorge Nunes. (...) um endividamento que afecta sobretudo os pequenos agricultores, obrigados a recorrer ao crédito de campanha.”
12/11/9 5 Pág. 51	País	Marina Almeida	<i>Em Porto Covo e Pessegueiro</i> <i>História em apuros</i>	<p>“A região de Porto Covo acolheu quase todas as idades da humanidade, mas está hoje votada ao abandono. O património está em apuros. (...) ‘O crescimento desordenado ameaça destruir completamente estas pequenas comunidades’, disse (José António Falcão, historiador) referindo-se à grande urbanização que ameaça nascer na vila. No entanto tem ‘havido um esforço de recuperação do parque natural’, sublinhou. (...) Com sucesso – demasiado – muitas pessoas desembarcam na ilha do Pessegueiro, nos meses de Verão. Os trilhos são desrespeitados e o que resta daquele importante património devassado pelos restos do piquenique e pelas pisadelas impiedosas nos milenários tanques de salga de peixe (...). João Nunes, presidente do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV) promete que medidas vão ser tomadas para controlar o acesso fácil à ilha. (...). João Nunes é peremptório: aposta forte no turismo rural e no turismo de qualidade e diz não aos aldeamentos turísticos e aos campos de golfe. (...)”</p>
12/11/9 5 Pág. 51	País		<i>Rio Mira mostra esplendor</i>	<p>“(...) Durante o percurso de 33 quilómetros entre Odemira e Vila Nova de Mil Fontes, onde desagua, o rio Mira presenteou a comitiva do CNC com o vislumbre de patos, cágados e garças. (...) Um dos problemas que assola o rio Mira é a poluição dos cursos de água com fertilizantes provenientes da agricultura, realçou João Nunes, presidente da PNSACV. Isto é particularmente prejudicial na área do sapal, a maternidade do rio, onde toda a vida começa. Por isso, não foi esquecida a agricultura biológica, amiga do ambiente, porque não utiliza adubos químicos e pesticidas de síntese. ‘É importante sobressair pela qualidade dos produtos’, referiu João Nunes, que considera fundamental garantir aos agricultores que há mercado para esse tipo de produtos. Para o presidente da PNSACV há que apostar na formação desta classe profissional – que, na sua opinião, é muito conservadora -, na certificação e na comercialização. (...). João Nunes sublinhou a importância de diversificar as actividades no Parque Natural, de modo a atrair turistas para locais de interesse no interior – e não apenas para as praias (...)”</p>
14/11/9 5 Pág. 33	País		<i>Secretário de Estado da Agricultura preocupado com Alentejo</i> <i>Pressa em Alqueva</i>	<p>“A barragem de Alqueva deve ser ‘apressada’, defende Capoulas Santos. (...) (...) Para Capoulas Santos, a água e as florestas fazem parte das prioridades do Ministério da Agricultura. (...) defendeu ainda uma maior selectividade na concessão de apoios aos agricultores e a criação de um seguro agrícola eficaz, que evite os ‘pedidos de caridade’ ao Estado. (...) O governante considerou que as propostas que os</p>

				agricultores lhe apresentaram carecem de ser trabalhadas. Nestas, referentes a medidas especiais de apoio a zonas afectadas pela seca, consta a mudança de produção de cereais para vinha. (...).”
10/12/9 5 Pág. 53	País	Elisabete Rodrigues	<i>Parque Natural do Sudoeste Alentejano recebe investimento de 650 mil contos Plano defende agricultura</i>	“(…) Seiscentos e cinquenta mil contos é o montante previsto para as medidas agro-ambientais a aplicar a partir de 1996 e durante cinco anos no Parque Natural da Costa Vicentina para manter as suas actividades agrícolas tradicionais. O plano zonal, que enquadra estas medidas tem estado a ser discutido (...). São boas notícias para a população rural do sudoeste, para quem a agricultura e a pecuária extensivas, bem como a floresta tradicional e as actividades a ela ligadas, consideradas elementos fundamentais da paisagem natural e social do parque, são cada vez mais rentáveis. As chamadas medidas agro-ambientais resultam da aplicação do Regulamento Comunitário 2078/92, que deriva da reforma da PAC e prevê mecanismos financeiros para ajudar na defesa e conservação do património natural e promover actividades compatíveis com esse fim. A costa sudoeste é uma das sete zonas do país onde os habitantes poderão recorrer a tais apoios. O director do parque, João Nunes, fez questão de sublinhar (...) que ‘pelo facto de se estar dentro de uma área protegida, haverá majoramentos’. (...). Pagar aos agricultores para manter as actividades a que sempre se dedicaram e, como isso, a paisagem e o património natural, tem sido uma das mais antigas reivindicações das populações em áreas protegidas. As agro-ambientais não são ainda a resposta total, mas são, segundo João Nunes, ‘um passo importante’. É que, além deste novo apoio, a população rural do parque continua a poder candidatar-se a todas as outras ajudas, via Ministério da Agricultura. (...). João Nunes adiantou que só no âmbito do Programa Operacional do Ambiente serão investidos pelos municípios, até ao final do milénio, pelo menos oito milhões de contos (...), verba que o tempo e as circunstâncias deverão aumentar. As prioridades são o saneamento básico, o abastecimento de água, o tratamento de efluentes e de resíduos sólidos e ainda a requalificação dos núcleos urbanos. (...)”.
12/12/9 5 Pág. 39	País	Manuel Carvalho (Elvas)	<i>Ricardo Magalhães pretende travar despovoamento da serra de São Mamede Falta fixar população</i>	“O Secretário de Estado dos Recursos Naturais foi à serra de São Mamede eleger o despovoamento como a maior agressão ambiental. (...)”.
13/12/9 5 Pág. 39	País	Carlos Trigo	<i>Chuvas abundantes do último mês afastaram fantasma da seca Ano agrícola está a salvo</i>	“(…) Em solos já muito degradados, como é o caso em extensas regiões do Alentejo, os valores de pluviosidade registados (...) em pouco ou nada contribuem. Devido à erosão e ao desgaste provocado pelas culturas intensivas, estes solos perderam qualidades e dificilmente nos próximos tempos se poderá falar de recuperação. Os especialistas em agricultura referem que manter

				<p>indefinidamente um tipo de cultura (como aconteceu no Alentejo com os cereais) provoca grande desgaste, defendendo, por isso, a necessidade de mudança de métodos e de culturas.</p> <p>Por outro lado, os solos pobres, explica o meteorologista Adalberto Palma, não mantêm a vegetação e, quando a descoberto, a chuva acaba por arrastar, aos poucos, a sua camada superior, aquilo a que normalmente se chama a camada arável.</p> <p>Solos secos, portanto, sentem mais dificuldade em absorver a água das chuvas. Por isso, Adalberto Palma defende que só com barragens será possível compensar os períodos secos que caracterizam os solos mediterrânicos, com chuva a mais no Inverno e seca prolongada durante o Verão. (...)"</p>
14/12/95 Pág. 42	País	Alcídio Torres	<p><i>Pescadores e citricultores de Sines e Santiago do Cacém querem ser indemnizados</i></p> <p><i>Agressões ambientais</i></p>	<p>"Citricultores e pescadores de Santiago do Cacém e Sines exigem indemnizações por prejuízos causados por agressões ao ambiente.</p> <p>(...)</p> <p>Ascendem a milhares de contos os prejuízos causados pelo amadurecimento prematura das laranjas e mais de 25 mil contos os prejuízos causados aos pescadores pela paralisação da frota pesqueira, na sequência do recente desastre ecológico na costa de Sines.</p> <p>(...)</p> <p>Árvores parcialmente mortas, folhas queimadas, amadurecimento prematuro e queda de muitas toneladas de fruta no chão são o reflexo de um problema que vem da década de 80, agora com proporções mais drásticas, e que os agricultores associam também à poluição do complexo industrial de Sines. (...)"</p>
15/12/95 Pág. 48	País	Carlos Trigo	<p><i>Presidente da Câmara de Reguengos de Monsaraz defende barragem de Alqueva</i></p> <p><i>Faltam reservas de água</i></p>	<p>"O presidente da Câmara de Reguengos de Monsaraz Vítor Martelo, defende o Alqueva como a única solução para salvar o Alentejo da desertificação.</p> <p>(...)</p> <p>(...) 'já ninguém consegue explicar aos alentejanos porque razão estão trinta anos há espera' de um empreendimento capaz de criar riqueza numa região desprotegida.</p> <p>A recordação de outros tempos - 'Quando Salazar lançou a campanha do trigo, os trabalhadores rurais recorriam a empréstimos com juros baixos e, feitas as contas, nem sequer dava para comer. A terra dos grandes proprietários era dada ao quinto, ou seja, quem a trabalhava só ficava com uma quinta parte das colheitas. Foi o início da emigração (...)' - é transposta para os dias de hoje, em que se nota, por todo o Alentejo, a venda de terras e montes a estrangeiros e a subsistência com recurso aos subsídios para não produzir'.</p> <p>(...)</p> <p>'Num empreendimento desta natureza, as questões de impacte ambiental terão sempre algum significado, mas será de pequena dimensão se comparadas com os benefícios que a barragem pode trazer. No Verão, vimos o rio Guadiana, o grande rio do Sul, completamente seco, só se via rocha, um ou outro poço e peixes mortos, este impacte é que é realmente negativo'. (...)"</p>

23/12/9 5 Pág. 39	País		<p><i>Para travar a desertificação nos campos</i></p> <p><i>Programa especial para o Alentejo</i></p>	<p>“O governo vai avançar com um programa especial para fixar a população rural. segundo garantiu ao DN o secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos, ‘é a forma mais eficaz de pôr travão à desertificação do campos’, que nos últimos anos perdeu 30 por cento dos trabalhadores agrícolas. (...)</p> <p>o programa (...) que nada tem a ver com o plano de emergência prometido por António Guterres, em campanha eleitoral – ‘isso será em tempo oportuno’, sublinha Capoulas – perfila-se como uma conexão entre actividades que ficam a jusante e a montante da agricultura, ‘por forma a dar um novo alento a esta gente’, diz (...)’.</p>
28/12/9 5 Pág. 3	País	Carla Aguiar	<p><i>Revolução no Ministério da agricultura acaba com estruturas paralelas</i></p> <p><i>Receita certa e pouca verba</i></p>	<p>“(...) As prioridades anunciadas por Gomes da Silva parecem quase uma cópia das reivindicações mais prementes das organizações do sector. (...). Gomes da Silva apontou como principais preocupações, o apoio à racionalização e gestão dos recursos hídricos, a valorização da fileira florestal, o reforço da competitividade das empresas do sector agro-alimentar, a criação de estímulos ao desenvolvimento rural e a reforma do quadro institucional do ministério. (...)’?”</p>

Diário de Notícias	Rubrica	Locutor-Reportador	Título	Resumo
12/1/96 Pág. 16	Carta ao director	Mário Fraga	<i>Regresso às origens</i>	<p>“No regresso da época quase finda trago comigo um sentimento que é urgente partilhar. Em altura do Natal, o apelo das nossas origens desperta-nos um impulso que se poderia chamar de regresso às origens. É um sentimento que pode prefigurar uma intensa saudade (...). Também pode ser uma questão de mera curiosidade, uma forma de revisitar o que a marcha inexorável do tempo faz de recantos que memorizamos sem paixão.</p> <p>Foi esta última razão que me levou ao Alentejo, onde a solidão tem a sua catedral-mor.</p> <p>(...)</p> <p>Por mais que se tente fingir, o que se desenrola à nossa frente nestes esporádicos retornos é o efeito da corrosão do património cultural, social e humano. Nada resiste ao abandono a que foi votada a sociedade rural (...).”</p>
14/1/96 Pág. 30	País	Roberto Dores (Évora)	<i>Electricidade chega a localidades isoladas do Alentejo Fez-se luz na Serra</i>	<p>“Montes isolados de Santana da serra viram finalmente chegar a electricidade. Mas muitos continuam sem água e saneamento.</p> <p>(...)</p> <p>De qualquer forma, o argumento da luz serve para lembrar velhas preocupações de uma população que praticamente parou no tempo. Em ‘sintonia’ com a crise na agricultura, sector que por aquelas paragens teve anos de grande produção.</p> <p>Hoje o termo progresso é uma miragem numa população envelhecida, onde a taxa de natalidade é nula. A desertificação disparou nos últimos anos.</p> <p>(...).”</p>
5/2/96 Pág. 8	Negócios	Carla Aguiar	<i>Que linhas cosem o Alentejo?</i>	<p>“(...) a pergunta (...) reflectiu a preocupação dominante dos mais de 800 participantes no III Congresso da Agricultura Alentejana. (...).</p> <p>A incógnita sobre o futuro da agricultura alentejana avoluma-se numa altura em que a Comissão Europeia prevê acabar com a ajuda co-financiada aos cereais. Uma perspectiva que promete dar um ‘golpe de misericórdia’, como lhe chamou Sevinato Pinto num sector que representa mais de um terço do valor gerado na agricultura alentejana.</p> <p>(...)</p> <p>(...) no seu conhecido estilo implacável e polémico, Rosado Fernandes (disse) (...) ‘se quiserem participar activamente no futuro, perder a mentalidade de mendicância e reforçar as vossas organizações podemos conversar, senão volto para casa’.</p> <p>(...).”</p>
5/2/95 Pág. 8	Negócios		<i>Promessas e trabalho de casa na mala ministerial</i>	<p>“Gomes da Silva abandonou o congresso deixando algumas promessas (...) ‘o Governo encarará a renegociação do problema para encontrar uma solução que permita que os cereais de sequeiro não fiquem condenados sem nenhum apoio’ . trata-se de definir compensações que ‘deverão corresponder a medidas de tipo agro-ambiental’.</p> <p>(...).”</p>
23/2/96	País		<i>Comunistas</i>	<p>“O Partido Comunista relançou o debate sobre a reforma</p>

Pág. 48			<p><i>consideram necessário revitalizar a agricultura Reforma agrária em debate</i></p>	<p>agrária como a pedra-chave para a revitalização da agricultura alentejana. (...).</p> <p>Esta reivindicação já mereceu o repúdio do secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos.</p> <p>As conclusões de uma reunião de comunistas alentejanos apontam para o fim do latifúndio, alegando que 'a terra está mais concentrada que antes do 25 de Abril'. Para o PCP, isto reflecte-se na 'falta de terra para os pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros' e faz com que na região haja 40 mil desempregados.</p> <p>Capoulas Santos admite que o cenário agrícola é 'dramático'. Mas o governo recusa pôr termo ao latifúndio, alegando não estar interessado 'em ressuscitar uma querela que durou dez anos e que ainda hoje é responsável pelo atraso da nossa agricultura' (refere-se à reforma agrária) Diz.</p> <p>(...)</p> <p>Para o secretário de Estado, o fundamental é melhorar a estrutura agrária do País, de natureza minifundiária no Norte e latifundiária no Sul, criando condições à produção de riqueza, através da inclusão de alterações nos sistemas culturais, reconvertendo o sequeiro em regadio.</p> <p>Mas esse processo terá de estar contextualizado com a 'política agrícola comunitária e extracomunitária, que nada tem a ver com aquela querela da posse e da titularidade da terra', sublinhou.</p> <p>(...)</p> <p>Ideia corroborada pelo presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Évora, Manuel Gancho, para quem a questão da posse e uso da terra 'está encerrada e nem vale a pena falar mais nisso'. (...).</p> <p>Entretanto, 40 por cento da área arável do Alentejo ficou por semear. São cerca de 400 mil hectares de sequeiro que aguardam por culturas alternativas, como o girassol. As máquinas não trabalham nos terrenos encharcados e os agricultores dizem que 'este ano agrícola é pior que os últimos quatro, em que houve seca'.</p> <p>Sublinha Manuel Gancho que 'foram investidos milhares de contos que ficarão empatados nos armazéns', o que ameaça a viabilidade de muitas explorações.</p> <p>(...)</p> <p>Em Portel, as preocupações são com a exclusão social. (...)"</p>
3/3/96 Pág. 51	País	Neves Dias	<p><i>Na rota dos pastores para divulgar a Ovibeja Queijo de Serpa Reina na campina alentejana</i></p>	<p>"A rota dos pastores, que visa divulgar as actividades da Ovibeja-96 teve, este ano, um roteiro desde Beja até Serpa, através de campinas e muita terra abandonada, porque há zonas do baixo Alentejo que estão a ficar desertificadas. (...) foram mostrados museus sobre actividades que estão a desaparecer, saboreou-se a gastronomia regional e mantiveram-se contactos com gentes e profissões. (...)</p> <p>Não se sabe quando se iniciou o fabrico do queijo de Serpa (...). É precisamente este queijo que vai ser o ex-libris do Baixo Alentejo na Ovibeja (...). Trata-se de um certame regional que divulga actualmente valores culturais da despovoada e envelhecida região. Os promotores (...) baptizaram já a iniciativa de 'oásis semeado no deserto' (...)"</p>

10/3/96 Pág. 55	País	Manuela Alves	<i>Queijarias de Nisa remodelam-se com vista ao futuro Conciliar tradição e modernidade</i>	“(…) ‘Toda a vida fiz queijo, menos os 13 anos que fui imigrante na Alemanha’, conta. (...) Regressado à terra natal, comprou o terreno em Vale Figueira, onde construiu a casa em que vive e a queijaria tradicional. (...) Da sua ciência e da técnica falam as seis taças que diz ter ganho em concursos. (...): (...)”.
26/3/96 Pág. 40	País	Roberto Dores (Évora)	<i>Metade da população está sem trabalho Desemprego afecta Barrancos</i>	“No concelho alentejano de Barrancos centra-se a maior taxa de desemprego do país (...). ‘Isto aqui não tem futuro’. A frase é de Francisco Baleizão, reformado, mas podia ser proferida por qualquer habitante de Barrancos. (...). Há 40 anos, Barrancos tinha perto de 3500 habitantes, por ocasião dos anos dourados do contrabando. Com o declínio, a agricultura passou a ser a única alternativa, mas a produtividade era baixa, limitando-se à pastagem natural e aos pequenos olivais. (...) Curioso é o conformismo com que Paulo Carvalho, de 32 anos, encara o facto de estar desempregado há mais de nove meses, sem subsídio. Vive na casa própria, vive com mulher e filhos e vai todos os dias comer a casa dos pais, ambos reformados. ‘Não há nada a fazer. Deixe lá ver se este ano a agricultura dá alguma coisa (...),’ sublinha este homem, um dos 80 à espera de melhores dias, ‘se calhar for a daqui’. (...)”.
7/4/96 Pág. 7	Política	Alcídio Torres	<i>Congresso debate opções para a regionalização O Alentejo da discórdia</i>	“Os alentejanos não se entendem relativamente à regionalização. Comunistas e alguns socialistas defendem a criação de uma região única. Os sociais-democratas querem dividir a região em alto e baixo e os dirigentes do PS de Beja e Portalegre não estão de acordo. (...). (...) Em defesa da regionalização, os congressistas argumentaram que só assim será assegurada, no âmbito da União Europeia, a participação dos órgãos eleitos e das populações no planeamento regional e na captação dos financiamentos. (...) (...) Para José Simão, técnico superior do Ministério de Educação, mestre em Ecologia Humana, ‘a regionalização deve ser entendida como a última oportunidade de o Alentejo se afirmar como um todo’. (...)”.
11/4/96 Pág. 42	País		<i>Política agrícola desajustada no Alentejo Desemprego à vista</i>	“É preocupante o número de desempregados no Alentejo. Situação que, resulta, essencialmente, da expulsão de agricultores, devido à nova política agrícola, que provocou o abandono das terras e a redução das quotas agrícolas (...) afirma José Lopes Guerreiro (presidente da Câmara de Alvão). (...) Destes desempregados, cerca de 80 por cento são mulheres e os restantes são jovens que procuram o primeiro emprego. A seca sentida nos últimos quatro anos veio agravar o desemprego, devido aos campos deixarem de ser cultivados. (...)”.

18/4/96 Pág. 42	País	Roberto Dores	<i>Alentejanos afectados pelos créditos normais e de campanha Crise na agricultura</i>	<p>“Os agricultores alentejanos querem renegociar urgentemente os mais de 300 milhões de contos que devem à banca. (...). (...) o presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Évora, Manuel Gancho, alerta que, ‘se não houver medidas concretas a que possamos recorrer, garanto que a maioria dos agricultores estará impossibilitada de reiniciar um novo ano agrícola em Outubro, porque não vai ter mais acesso a crédito’. (...) A região pode ‘passar por momentos muito difíceis, porque depende muito do sector primário. Ou seja, há aqui uma questão social que o Governo deve analisar’, acrescenta apreensivo Manuel Gancho para quem se pode estar perante uma das ‘maiores catástrofes de sempre’, que pode provocar ‘a morte da agricultura alentejana’. (...)”.</p>
21/4/96 Pág. 52	País	Alcídio Torres	<i>Autarcas de Grândola querem contrariar a tendência para a desertificação Sensibilidade e bom-senso</i>	<p>“(…) Cerca de cem anos depois de terem sido implementadas as políticas destinadas a fixação da população agrícola no Alentejo, Grândola, actualmente com 13 mil habitantes viu a sua população ser reduzida em cerca de 8 mil. O assinalável êxodo rural verificado predominantemente na década de 50 (...) tem origem na profunda estagnação económica do concelho, resultante da depressão agrícola e da ausência de qualquer processo de desenvolvimento integrado e sustentado. Com um cadastro industrial de cerca de duas dezenas de unidades corticeiras no primeiro quartel do século XX, Grândola entra no segundo milénio com uma única fábrica do género, que nem capacidade tem para transformar a sua própria matéria prima. Também as explorações mineiras em Canal de Caveira (1863) e Lousal (1900) pertencem às recordações de um ténue passado industrial que não deu, sequer, para aquecer os motores da segunda revolução industrial. Apesar do surto demográfico e económico dos anos 30, impulsionados pela época da campanha do trigo, integrada na política ruralista e agrícola do Estado Novo, Grândola e o Alentejo perderam a oportunidade de se transformarem no celeiro de Portugal e da Europa. Para estancar a sangria demográfica do concelho, os autarcas grandolenses apostam num desenvolvimento integrado, com ligação da agricultura à produção tradicional (cortiça, pinho, resina, madeira...), na modernização do comércio e na valorização da oferta turística, que deve estar muito ligada ao reforço da identidade cultural do interior. (...) ‘Promover a utilização racional dos recursos e o desenvolvimento do sistema agrário; promover a utilização racional do potencial turístico do concelho; fomentar a acessibilidade; apoiar a diversificação e melhorar a oferta comercial (...); reforçar a identidade sociocultural’, são as principais linhas orientadoras para o desenvolvimento integrado do concelho na próxima década. Com 45 quilómetros de costa, Grândola integra nos limites do seu concelho a estação arqueológica de Tróia (...). (...) a região é muito rica em monumentos megalíticos (...)”.</p>
22/4/96	País	Alcídio Torres	<i>Litoral alentejano</i>	“Os cinco municípios do litoral alentejano acusam o

Pág. 52			<i>recusa ser 'santuário ecológico'</i> <i>Municípios contestam Protali</i>	<p>anterior governo de ter incentivado a elaboração do Protali, que pretende transformar a costa alentejana numa espécie de 'santuário ecológico', sem quaisquer medidas compensatórias (...).</p> <p>Em declarações ao DN, o presidente da Câmara de Sines, Francisco Pacheco, diz que 'as normas do Protali e as portarias 760 e 761/93 devem ser consideradas ilegais (...) pelo actual governo'.</p> <p>O Protali, segundo os municípios (...), não se limita a estabelecer normas gerais da ocupação e uso do solo e de organização e uso do espaço, substituindo-se, mesmo à formação regulamentar das autarquias a quem compete, pelos PDM, estabelecer 'uma estrutura espacial para o território do município'.</p> <p>'Ao definir uma faixa paralela à costa com uma profundidade de quatro a cinco quilómetros, o Protali pretende impor por si (...) regras concretas de ocupação e uso do solo nesta faixa', diz o autarca. Adiantando que esta imposição 'esvazia quase totalmente a capacidade de intervenção ordenadora e urbanística dos municípios e dos instrumentos planificadores que são de iniciativa e responsabilidade das autarquias'.</p> <p>(...)"</p>
26/4/96 Pág. 44	País	Roberto Dores	<i>Degradação às portas de Évora</i>	<p>"A degradação da antiga fábrica dos Leões avoluma-se, às portas de Évora. Um imponente edifício, que até há quatro anos albergava aquela empresa de moagem, dando emprego a cerca de cem trabalhadores, serve hoje de abrigo a toxicodependentes. (...).</p> <p>A autarquia vê na antiga fábrica um pólo de atracção turística, com um anteprojecto que aponta para a instalação de um museu, no qual seriam retratados tempos em que o Alentejo era apelidado de 'celeiro de Portugal' através da recriação do processo de cultivo e transformação dos cereais.</p> <p>(...)"</p>
28/4/96 Pág. 58	País	Alcídio Torres	<i>Município de Alcácer do Sal alega riscos para a saúde pública</i> <i>Cultura do arroz fora do perímetro urbano</i>	<p>"A Câmara de Alcácer do Sal manifestou a sua total oposição à manutenção da cultura do arroz na envolvente da vila, sob o argumento de que a existência em área próxima do perímetro urbano não só é ilegal como perigosa para a saúde pública. (...) convicto de que o aumento das lavras levará a um provável aumento das doenças do foro imunoalergológico durante o período em que aquela cultura decorre.</p> <p>(...)</p> <p>o Município mostrou-se preocupado, porém, com os 'legítimos interesses dos rendeiros afectados', tendo solicitado ao Ministério da Agricultura a tomada de medidas compensatórias (...) visando a introdução de produções alternativas.</p> <p>(...)"</p>
5/5/96 Pág. 53	País	Humberto de Vasconcelos	<i>Região Barrancos-Mourão tenta sair do esquecimento com nova associação</i> <i>Arraiana é o motor</i>	<p>"A zona em questão é económica e socialmente deprimida, afastada dos afluxos turísticos (...) não tem incentivos para a melhoria da qualidade de vida e situa-se bem for a da rota dos investimentos públicos e privados. Se algumas vezes houve oásis em Portugal, ali sempre foi o deserto.</p> <p>Teimosamente, alentejanamente, juntaram-se esforços e fundou-se agora a associação Arraiana, uma associação voltada para a dinamização económica e social da região Barrancos/Mourão.</p> <p>(...) Vai pedir desde já a exploração racional dos montados</p>

				<p>de azinho (...).</p> <p>Estudar as potencialidades máximas da engorda do porco de montanha com bolota é outro estudo que o ICN se propôs apoiar. Daqui se partirá para o auxílio aos criadores de porcos e à produção de enchidos tradicionais com selo de garantia (...). Mas a Arraiana está também virada para os cogumelos e vai saber qual a viabilidade local da produção extensiva para consumo.</p> <p>Sob o ponto de vista natural, a região de Barrancos e Mourão apresenta duas realidades. Barrancos é o relevo acentuado, recortado em colinas, com vales de ribeiras, onde reina o azinhal e os porcos de montanha. Mourão é uma zona de planície, salpicada aqui e além de suaves colinas, onde as pastagens são vastas e onde se destaca a vinha.</p> <p>A fauna e floresta silvestres são muito ricas e variadas, não sendo raros os veados, gatos-bravos, ginetas, texugos, javalis, raposas e lince.</p> <p>O património cultural de Barrancos/Mourão é de alto interesse. No aspecto monumental, existe o castelo de Noudar, em Barrancos, construído em taipa. Barrancos tem um dialecto próprio e nos aspectos dos hábitos e tradições são numerosas as maneiras que a Arraiana pretende defender e recuperar, desde a tecelagem à cestaria e uma gastronomia digna de registo, além do célebre vinho da Granja. Por tudo isto, uma das grandes apostas da Arraiana é o turismo rural."</p>
14/5/96 Pág. 44	País		<i>Retrato de um concelho a viver em crise</i>	<p>"O recurso à Santa Casa da Misericórdia e à autarquia local são as únicas saídas da população activa desempregada de um concelho onde impera o desemprego. Fome ainda não há, mas já se registam em Ourique graves carências alimentares. E a miséria avoluma-se.</p> <p>o fim dos programas ocupacionais lançou Ourique numa grave situação económica e social.</p> <p>(...)</p> <p>A autarquia acabou de elaborar uma listagem da crise com cerca de 60 famílias apoiadas. Josefina Garvão, de Garvão, é um dos nomes inscritos, com um agregado familiar de seis pessoas: o casal, três filhos e uma idosa. (...).</p> <p>António Inácio, também de Garvão, era pastor, mas foi despedido com salários em atraso. Cuida dos três filhos e da mulher em gravidez de risco.</p> <p>É mais um exemplo de uma família altamente carenciada economicamente. O recurso à Santa Casa perfila-se hoje como sendo a única alternativa, face a soma do subsídio bastante reduzido que não assegura a subsistência. E a miséria avoluma-se em Ourique.</p> <p>Dimas Guerreiro, de Santana da Serra, vive com um agregado familiar de sete pessoas. Todos maiores de idade e desempregados. Sobrevivem dos biscates que vão aparecendo, mas em certas alturas do ano, como a que decorre, só o recurso à Santa Casa da Misericórdia impossibilita o agravamento social desta família.</p> <p>(...)</p> <p>A base económica desta localidade continua a ter no sector primário o seu suporte determinante, através de uma agricultura de características intensivas, virada para a cultura cerealífera, ultimamente geradora de pouco emprego.</p> <p>O ciclo de cinco anos de seca, a par da crise estrutural,</p>

				agravou o problema, pondo em causa a própria viabilidade do sistema produtivo que até aqui serviu de suporte à economia local. (...)"
14/5/96 Pág. 45	País	Roberto Dores (Évora)	<i>Presidente da Câmara de Ourique em entrevista ao DN A situação social piora todos os dias</i>	"(...) 'Muito poderia ter sido evitado se tivessem tomado medidas rigorosas em 1993, quando a situação económica e social de Ourique registou enormes agravamentos. (...) ainda só não há fome porque a câmara está a levar géneros alimentares aos mais carenciados. Pagamos as rendas de algumas casas e ajudamos na compra de medicamentos. (...).'"
20/5/96 Pág. 44	País		<i>Parque Natural do Vale do Guadiana avança após dez anos de espera Uma arma contra a desertificação</i>	"O Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG) vai finalmente avançar, após dez anos de espera. Junto a Mértola, onde o rio grande do Sul passará a ter regras integradas num projecto ambicioso, que prevê a preservação do meio ambiente, aliada à melhoria da qualidade de vida das populações da região. Prioridade número um? Travar a desertificação humana. Cláudio Torres, alma e motor do projecto (...O costuma dizer que o grande objectivo passa pela 'salvaguarda de um animal em vias de extinção – o homem'. Por outras palavras, o PNVG não será simplesmente um projecto de índole ambiental, mas, sim, uma estrutura que visa conciliar turismo, floresta, história, cultura e paisagem em nome da fixação humana. Há anos que a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) reclamava pelo estatuto de paisagem protegida. Hoje, Manuela Miguel, da ADPM mantém as suas convicções: 'É preciso apostar nas vertentes da sensibilização ambiental para que o Guadiana possa ser um rio cada vez mais limpo', além do mais frisa, o PNVG abrirá portas a novos financiamentos (...). O próprio Ministério do Ambiente vê este parque como pólo de desenvolvimento de uma região que, até há bem pouco tempo, tinha no rio um dos seus principais ganha-pães. (...) entretanto perdido, perante a diminuição drástica do seu caudal e o disparo da poluição. O parque natural abrange uma área de 69 300 hectares, cobrindo 50 por cento do concelho de Mértola e uma franja de Serpa. Os seus limites ultrapassam contudo estas localidades (...). (...)"
23/5/96 Pág. 54	País	Roberto Dores	<i>Ocupação temporária é solução Baixo Alentejo em crise</i>	"O desemprego no Baixo Alentejo atinge níveis alarmantes. A ocupação sazonal é uma das soluções para levar uns tostões para casa. Assim, crianças e adultos empenham-se nesta altura na apanha de caracóis. O Paulinho apanha caracóis numa pequena horta próximo de Moura. Faz 11 anos em Agosto. O saco ainda nem ia a meio e o pequeno já ali estava há mais de três horas. (...). De manhã tem a escola e este é o único período do dia em que pode ajudar a família com uns tostões. A mãe está desempregada há mais de quatro anos, o pai ficou desocupado na sequência do término dos programas ocupacionais, e os três restantes irmãos ainda são muito pequenos. Este não é um caso extremo. Longe disso. Crianças, adolescentes, adultos e até idosos espalham-se pelos campos do Baixo Alentejo, na apanha de caracóis, cardos e espargos. Treze mil pessoas estão desocupadas e apenas três mil recebem subsídio.

				<p>(...) a própria classe política não se cansa de reclamar a entrada em vigor dos novos programas ocupacionais (...) apesar de ser unânime em reconhecer que a solução não passa por aí. A principal reivindicação continua a cair sobre a necessidade de lançamento de um plano de emergência, à semelhança do de Vale do Ave, apesar da ministra para a Qualificação e Emprego já ter adiantado que o 'plano não se justifica' perante a indignação dos autarcas do distrito de Beja, que diariamente se deparam com situações novas de pessoas a bater-lhes à porta para pedir emprego, dinheiro para medicamentos e géneros alimentares. Barrancos é neste momento o concelho 'mártir', com mais de 40 por cento da população activa desempregada.</p> <p>Em Santo Aleixo da Restauração, Moura (...) o cenário é negro. As saídas profissionais estão há anos bloqueadas. É difícil encontrar uma mulher ou um jovem empregados, não admirando o surto de desertificação (...) onde a televisão é a maior companheira para matar o tempo.</p> <p>Guido Reis, de 47 anos, é um desempregado de longa duração, sem qualquer subsídio, que vai vivendo do que aparece. O emprego sazonal é o ganha-pão em vários períodos do ano, 'mas neste momento já estou sem trabalhar há quase dois meses', afirma. Diz claramente que está a passar por sérias dificuldades, mas a mulher, que nunca esteve empregada, não se contém: 'Não posso dizer que estamos a passar fome, mas para lá caminhamos se ele continuar sem arranjar trabalho. Já temos dias em que comemos uma sopinha de alho para enganar o estômago'. Três portas a baixo, uma vizinha vem confirmar as dificuldades do casal com dois filhos, de 12 e 15 anos. Maria Glória tem dado uma 'mãozinha', nas situações de maior aperto, 'hoje por eles, amanhã por mim'. Nesta terra nunca se sabe'.</p> <p>O socialista Vitorino Mestre, presidente da Câmara de Moura, reconhece que a situação em Santo Aleixo 'é muito grave', destacando que pouco difere do resto do concelho. Todavia, rejeita a ideia de focos de fome, 'admitindo vários de carência alimentar'. (...).</p> <p>Quem lá vive, chama-lhe a 'terra do faz nada'. Pias, freguesia de Serpa, surge como a localidade mais desempregada da região. 'Não se faz nada porque não há nada a fazer', explica Cláudia Baleizão, de 24 anos, desempregada, que tem assistido a um constante despovoamento da vila. Isto, 'depois que conseguiram acabar aqui com a agricultura', completa o namorado, João Vieira, de 28 anos, sem ocupação há quatro anos.</p> <p>Vive do sazonal, mas a maior parte do ano está desocupado. Os pais também vivem com 'imensas dificuldades' sendo a solidariedade de um tio em Beja quem nos 'tapa a boca nas maiores aflições', confessa. 'Se isto continuar assim, teremos que emigrar para Bruxelas, para junto da minha irmã', afirma João Vieira. (...)'.</p>
28/5/96 Pág. 40	Negócios	Margarida Bon de Sousa	<i>Agricultores exigem da concertação condições para competir na UE CAP apresenta factura</i>	<p>"A CAP colocou a redução dos custos dos factores de produção e da insegurança das colheitas como um dos objectivos para conseguir nas negociações da concertação estratégica.</p> <p>Denominado 'Um contrato global, assegurar o futuro da agricultura portuguesa' o documento da CAP contém uma avaliação da situação global e um conjunto de</p>

				<p>recomendações de alterações da política agrícola nacional. Estas últimas passam por medidas de carácter estrutural, por um ajustamento técnico e financeiro no PAMAF e por questões sectoriais a negociar com o Governo e a Comunidade Europeia.</p> <p>Um dos pontos abordados no documento (...) é a atribuição aos agricultores de uma compensação pelo diferencial de custos dos principais factores de produção (...). (...) do custo do dinheiro ao da energia, passando pelo custo das máquinas, dos adubos, dos fotofármacos (...) os nossos agricultores são obrigados a concorrer numa situação de flagrante desigualdade de condições'.</p> <p>Outra das reivindicações é a concessão de uma linha especial de desendividamento da lavoura nacional por um prazo não inferior a oito anos, com dois anos de carência com juros bonificados', que 'permitam ao agricultor amortizar as suas dívidas (...).</p> <p>No que respeita a alteração da política agrícola em questões sem repercussão orçamental, a CAP quer que o Estado transfira funções que ainda detém para as organizações socioprofissionais agrícolas. (...). Os domínios mais apontados são a formação profissional, experimentação, demonstração, assistência técnica à produção, (...), redes de informação, gestão, contabilidade da empresa agrícola e apoio directo e capacidade de recepção das candidaturas, em programas de apoio ao investimento ou no âmbito do sistema de atribuição de ajudas ao rendimento.</p> <p>(...)</p> <p>Para a confederação, 'apesar da sua importância, a agricultura é, porventura, o sector agrícola mais desmoralizado da nossa sociedade'. (...).</p> <p>(...)a inseparabilidade da agricultura do desenvolvimento rural são outra das componentes consideradas pela CAP como essenciais a um bom relacionamento entre Portugal e a UE."</p>
1/6/96 Pág. 60	País	Roberto Dores	<i>Évora conserva quase intacto espólio monumental Uma viagem no tempo</i>	<p>"(...)</p> <p>Acabada a feira, Évora volta a pôr em prática o seu estatuto de cidade-museu. Recupera o cariz calma o cultural que a torna turisticamente apetecível em todas as alturas do ano.</p> <p>(...). Évora conseguiu conservar, quase intacta e potenciar a sua maior riqueza: um espólio monumental que retrata anos de história, cercada por uma muralha do século XIV que nos ajuda a recuar no tempo.</p> <p>(...)</p> <p>Mas a viagem no tempo não acaba por aqui. Pelos campos, hoje verdes a perder de vista que rodeiam Évora, espanham-se cromeleques. Menires que a autarquia vem erguendo para alargar os circuitos dos monumentos megalíticos, uma das animações, aliadas a várias semanas gastronómicas, teatro, música (...) e uma última inovação, viagens de balão. (...)'"</p>
6/6/96 Pág. 60	País	Roberto Dores (Évora)	<i>População da aldeia da Estrela chocada com afastamento dos seus mortos O adeus ao cemitério</i>	<p>"A Aldeia da Estrela não tem mais de 150 habitantes. Localizada no concelho de Moura, a Estrela apresenta características típicas de uma freguesia do Baixo Alentejo: muito desemprego, falta de alternativas, uma enorme desertificação e população envelhecida. As poucas crianças que se vêem são filhos de emigrantes deixados aos avós em idade escolar. Não tarda, os pais vêm buscá-los para o estrangeiro.</p>

				<p>Perante este quadro, em qualquer ponto do Alentejo não faltaria quem garantisse estar a aldeia à beira do fim, mas na Estrela ainda há uma esperança, chamada Alqueva. (...)</p> <p>A esperança de voltar a produzir nos campos da margem esquerda consegue remeter para segundo plano a mágoa provocada pela perda anunciada do cemitério, que vai ser trasladado para outra localidade. Quando Alqueva estiver em pleno armazenamento, ficará submerso o cemitério da Estrela. (...)</p> <p>O presidente da junta de freguesia, Raul Caeiro, recorda como a barragem é indispensável. 'Temos de fazer um esforço para facilitar as coisas', diz pondo de parte a alternativa de um lago com menores dimensões. 'Esta barragem vai ser a mãe de várias barragens e isto é o preço do progresso. Estamos fartos de ouvir falar os ambientalistas e arqueólogos que têm ar condicionado lá em casa e nós nem temos trabalho para garantir a mesa posta', conclui.»</p>
9/6/96 Pág. 40	Negócios	João Baptista	<p><i>Capoulas Santos considera desenvolvimento no interior do país prioritários</i></p>	<p>"O secretário de Estado da Agricultura defendeu (...) que a 'médio e longo prazo só as zonas do interior do país poderão criar emprego líquido, porque nelas está quase tudo por fazer', afirmou Capoulas Santos, no seminário nacional Ledaer II (...).</p> <p>(...) sublinhou que 'agricultura e desenvolvimento rural são, para o Governo, as duas faces indivisíveis da mesma realidade e corporizam simultaneamente as duas orientações estratégicas fundamentais das políticas que se pretende levar a cabo: uma agro-alimentar e outra eco-rural'. Para o secretário de Estado, 'ambas exprimem uma concepção harmoniosa da utilização do território, segundo as suas potencialidades: mais produtivistas no primeiro caso, mais ecológicas, no segundo'.</p> <p>O desenvolvimento rural é para aquele membro do Governo uma 'nova atitude política e uma nova cultura do desenvolvimento'. Na sua opinião, 'a chave é a pluriactividade, que terá de ser sustentada nas zonas de minifúndio, recriada nas zonas de declínio e inventada nas zonas em despovoamento e abandono'.</p> <p>Para pôr em prática esta política, Capoulas Santos conta com vários instrumentos, como o programa Leader, medidas de acompanhamento da reformada da PAC (agro-ambientais, cessação da actividade e medidas florestais), programas integrados do Côa, Alqueva, Vale do Guadiana, Norte Alentejano e o PAMAF na sua componente rural. 'Só nos programas directamente geridos pelo Ministério da Agricultura, e apenas em termos da despesa nacional, é possível contabilizar montantes disponíveis, em 96, na ordem dos 80 milhões de contos, para o desenvolvimento rural', adiantou. (...)</p> <p>Rui Mil Homens, gestor do programa Leader, afirmou (...) que se trata de 'experiências piloto para verificar as possibilidades de recuperação do mundo rural, tendo em conta que as potencialidades dos mercados locais podem e devem ter no crescimento económico e na criação de emprego'. Pretende-se com este programa operar 'pequenas transformações no tecido económico agrícola, de modo a criar condições de sustentação de uma população agrícola</p>

				estável, dispondo de rendimentos adequados e atractivos face às condições de vida oferecidos nos meios urbanos'. (...)"
9/6/96 Pág. 51	País	Roberto Dores	<i>Processo de recuperação de 'villa' romana está em curso, diz o IPPAR</i> <i>Ruínas de São Cucufate à espera de obras</i>	"Vidigueira reclama uma intervenção rápida nas ruínas de S. Cucufate, com vista ao aproveitamento turístico-cultural daquele monumento romano (...)."
10/6/96 Pág. 53	País	Roberto Dores	<i>Produtores contestam ideias do ministro da Agricultura</i> <i>Cereais levantam guerra no Alentejo</i>	"Os cerearicultores andam de candeias às avessas com o ministro da Agricultura. Não aceitam que Gomes da Silva tenha anunciado que o sector dos cereais não é prioritário para o Alentejo, depois de Guterres ter dito o contrário, assegurando que esta região iria continuar a ser o celeiro de Portugal'. Reunidos em Évora, sob o lema 'Pão é saúde' (...) cerearicultores, industriais da moagem e da panificação juntaram-se pela primeira vez para reprovaram (...) a atitude do ministro. (...). Gomes da Silva prossegue (Carpinteiro Albino, presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cereais e membro da CAP), 'deve desconhecer que, de um momento para o outro não vamos conseguir que o Alentejo transforme o sequeiro em regadio (...)'. (...) Depois, (...) voltou a falar directamente para Gomes da Silva, realçando a iminência de 'mais uma grave crise nos campos do Alentejo, onde, na grande maioria, os cereais são o único segmento para o desenvolvimento e o Governo vai ter de olhar para eles, senão pode cometer um erro irreparável' (...)"
16/6/96 Pág. 32	País		<i>Salazar e a desertificação dos solos</i>	"Portugal é o país da Europa mais afectado pela desertificação, com mais de um terço do seu território atingido pela erosão dos solos e pela consequente ausência de vegetação, que os torna improdutivos e mais vulneráveis ao vento e à chuva. Quase todo o Alentejo, grande parte do Algarve, Beira Interior e Terra Quente transmontana são as zonas mais afectadas pelo problema que, segundo os investigadores, terá tido início com a Campanha do Trigo, iniciada por Salazar a partir dos anos 40. Mais recentemente, o problema acentuou-se com a florestação intensiva de solos pobres com eucaliptos e pinheiros. (...)"
18/6/96 Pág. 21	Sociedade	Roberto Dores	<i>Recuperação do solo afectado e da floresta degradada poderá demorar 200 anos</i> <i>Deserto avança no Alentejo</i>	"O Alentejo está a transformar-se num deserto. A chuva tem sido pouca e a degradação da mancha florestal ;) deixa (...) antever um futuro negro - para o qual contribuiu a cultura do trigo, que roubou 50 centímetros de espessura ao solo, deixando-o próximo da rocha-mãe. 'Não se deveria ter produzido naquele local', diz Francisco Lopes, dos serviços Florestais, garantindo que a natureza reagiu negativamente. Mas 'ainda vamos a tempo de recuperar', garante. Um processo que pode demorar dois mil anos. Ontem, dia mundial da desertificação, que juntou na margem esquerda do Guadiana vários especialistas, o ministro da Agricultura pediu aos empresários agrícolas alentejanos que 'ajudem o Governo na reflorestação' dos campos, garantindo que 'ainda é possível evitar a catástrofe'.

				<p>Para travar a desertificação, Gomes da Silva anunciou em Moura que o Estado vai investir 7,5 milhões de contos na plantação florestal – seis milhões dos quais subsidiados – numa altura em que já estão aprovados 400 projectos. (...) ‘todas as zonas a caminharem para a desertificação vão ser contempladas por este programa’, sublinha Gomes da Silva.</p> <p>(...) ‘Ou a humanidade vence a desertificação, ou será vencida pelo deserto. É urgente preservarmos os recursos naturais, vegetais e fauna’. Uma ideia reforçada pela visita à Herdade da Contenda, um parque natural com cinco mil hectares que Gomes da Silva considerou uma ‘reserva exemplar’, onde o Estado tem investido ‘sem olhar à geração de fundos imediatos’. A preocupação tem sido a ‘regeneração total’, acrescentou –admitindo, todavia, que este exemplo não poderá ser seguido em todos os locais. (...)”.</p>
24/6/96 Pág. 28	País		<p><i>Florestas portuguesas em risco de desertificação é tema de conferência</i> <i>O stress da falta de água</i></p>	<p>“A seca é, presentemente, o principal factor de desertificação da floresta nacional (...). O técnico do Instituto Florestal, Vítor Louro afirmou que ‘muitas árvores que pareciam mortas, ao fim de vários anos de seca, manifestam agora sinais de recuperação, depois de um inverno chuvoso’. (...) anos de seca conjugados com os incêndios foram particularmente devastadores para a nossa floresta.</p> <p>Para inverter este processo e recuperar solos degradados, a arborização é fundamental e existem certas árvores mais robustas que conseguem resistir a condições climáticas mais adversas. (...) é o ‘caso das resinosas’ (...).</p> <p>(...)</p> <p>Em muito menor escala, as árvores são também afectadas por doenças, como é o caso, dramático, dos sobreiros do sul do país, que, atacados por fungos, morrem às centenas.</p> <p>(...)</p> <p>Outro técnico, José Rodrigues, diz que são várias as razões que levaram a esta situação, mas a alteração do clima, com os anos de seca, muito contribuiu para o agravamento. Mas também as lavouras profundas feitas pelos agricultores, ‘que cortam as raízes das árvores’ e o ‘pisoteio do solo provocado pela passagem do gado’.”</p>
24/6/96 Pág. 42	País	Roberto Dores	<p><i>Desemprego é a principal causa da ‘miséria disfarçada’</i> <i>Banco alimentar contra fome em Évora</i></p>	<p>“Évora tem cerca de duas mil pessoas a necessitarem de ajuda alimentar. O número (...) foi encontrado entre as várias instituições de solidariedade social espalhadas por este concelho onde vai avançar o terceiro Banco Alimentar contra a Fome (BACF) do país, depois de Lisboa e Porto.</p> <p>(...)</p> <p>Para já, o termo fome continua a ser rejeitado, mas Velez Correia (membro do Centro Social de São Paulo e fundador do BACF), assegura que Évora tem muita miséria mal disfarçada. Há muita gente que não admite as dificuldades e a fome já está quase presente’.</p> <p>(...)</p> <p>Por alegada ‘vergonha’ várias foram as pessoas em dificuldades económicas e social que negaram falar.</p> <p>‘Como compreende, não é fácil uma pessoa assumir que passa mal’, diz-nos uma desempregada e mãe de três filhos, cujo marido, de 43 anos, está também sem ocupação, depois de há quatro anos ter sido despedido da fábrica dos Leões. Tem vivido de biscates.</p>

				‘Até os seis contos de renda tenho dificuldade em pagar’, confessa Vitor Dias, um dos poucos que dão a cara. O almoço foram sopas da panela, para uma família de quatro pessoas. Ao jantar ‘parte-se um chouriço para enganar o estômago’. (...)’.
25/6/96 Pág. 25	País	Humberto de Vasconcelos	<i>Especialistas de todo o mundo discutem problemas das florestas</i> <i>Florestar contra a desertificação</i>	“(…) ‘Em Portugal, o Sul do País está já a braços com a desertificação, e embora a situação não seja irreversível são necessárias medidas urgentes. O coberto florestal foi parcialmente destruído, originando a degradação do solo, o empobrecimento da agricultura e a migração das populações. Tudo começou nas infelizes campanhas do trigo dos anos 30, e continuou com eucaliptizações despropositadas e a falta de protecção ao montado de sobro. É um ciclo vicioso que se poderá quebrar com a introdução de uma nova maneira de estar na agricultura, de que já temos alguns exemplos no Alentejo, na criação de gado e que acabará por dar resultados. (...)’, disse ao DN Eugénio Sequeira, engenheiro silvicultor e actual presidente da Liga para a Protecção da Natureza. (...)’.
14/7/96 Pág. 54	País	Alcídio Torres	<i>Alcácer do Sal aposta na juventude para combater a desertificação humana</i> <i>Um concelho em luta</i> NOTA: a mesma reportagem repete-se no dia 11 de Agosto, com Um outro título: No filete: Um concelho que luta contra a desertificação humana No título: Alcácer do Sal aparece no mapa	“Alcácer do Sal, herança de povos antigos onde se reflectem mais de cinco mil anos de história, aposta, (...) numa estratégia de diversificação da economia do concelho, como forma de fixar, recuperar e preparar a população mais jovem, facultando-lhe adequada educação técnico-profissional’. Nos últimos vinte anos, a economia alcacerense ‘vegetou’ à sombra do peso da agricultura, sem investimento significativo nos sectores da indústria e dos serviços. No sentido de inverter a tendência (...) a autarquia local tem vindo a abrir as portas do concelho a investidores privados, que têm privilegiado os sectores da indústria e do turismo. (...) No plano estratégico de Alcácer do Sal prevê-se também o lançamento de um programa integrado de recuperação dos ecossistemas e dos recursos marinhos, interligados com o objectivo de racionalizar e desenvolver as actividades económico-produtivas do estuário do Sado. O artesanato será potenciado através da dinamização e qualificação das actividades e produtos artesanais, nomeadamente nos núcleos rurais, com vista à recuperação e aproveitamento dos recursos e ‘saberes tradicionais’. (...) Para vencer a batalha da modernidade, o autarca alcacerense considera que é indispensável haver um verdadeiro espírito de parceria e co-responsabilização de todas as forças vivas do concelho. No entanto, na opinião do autarca, ‘sem criar um verdadeiro sentimento de auto-estima na população, fundamental para ela acreditar nas transformações em curso, o desenvolvimento está condicionado’. Daí a aposta do edil em desenvolver a auto-estima da população. (...)’.
19/7/96 Pág. 59	País	Daniel Lam	<i>Barragem de Alqueva afunda um terço do concelho e extingue fábrica da Portucel</i>	“A barragem de Alqueva vai deixar um terço do concelho de Mourão debaixo de água. A extinção da Portucel lança 198 pessoas no desemprego. (...)’.

			<i>Água encolhe Mourão</i>	<p>Entre os monumentos que vão ficar debaixo de água, (o presidente da Câmara de Mourão) destaca o Castelo da Lousa, o único romano existente na Península Ibérica. 'É um crime perdê-lo. Isto são as minhas gravuras rupestres. Já pedi à EDIA para fazer um estudo científico sobre a hipótese de transferir o castelo e salvá-lo.</p> <p>'Submersos vão ficar também o Convento de Alcance, a Quinta de Santo António, a Aldeia Velha – onde nasceu Mourão -, a povoação romana de Cuncos, o Cromeleque do Xerez de Reguengos de Monsaraz e várias pontes romanas', acrescentou.</p> <p>(...)</p> <p>(Para a Herdade da Júlioa) vai toda a população da Luz, 'uma freguesia de minifúndio, com 350 famílias. Todas têm explorações agrícolas ou pecuárias e lojas', explicou, adiantando que 'uma área de 25 hectares dava para fazer casas. Mas é preciso 500 hectares para os terrenos da população, que não vai perder o que tem'. (...)</p> <p>Segundo Santinha Lopes (presidente da autarquia), 'a câmara defende a barragem, que será um pólo de desenvolvimento para o país, mas é preciso cumprir as acções de compensação (...)'. Domingos Palhinhas, de 34 anos, pretende 'uma aldeia nova com as características desta, mas não pode ser mesmo igual, senão as ruas ficavam tortas e as paredes das casas não seriam direitas'. (...).</p> <p>Os mais idosos também querem uma aldeia nova. João Fernandes, António Oliveira e Joaquim Capela, com idades entre os 67 e os 75 anos, só exigem que as 'casinhas fiquem na mesma ao pé umas das outras, para podermos estar juntos como aqui'.</p> <p>(...)</p> <p>Para evitar todos os inconvenientes, Horácio Guerra, de 42 anos, defende a barragem com uma 'cota 139 em vez da projectada 152. A aldeia seria salva e haveria água com fartura. Querem afogar tudo isto para dar água a mais, que nem serve para nós, porque a montante da barragem não se pode usá-la para regadio, só a jusante, em Beja e do lado espanhol'. (...)"</p>
19/7/96 Pág. 62	País	Roberto Dores	<i>Cenário desolador na zona de Mértola Guadiana em crise</i>	<p>"Com a chegada do Verão volta o cenário desolador ao rio Guadiana. Apesar do forte índice de pluviosidade registado este ano, o caudal sofreu junto a Mértola uma redução significativa. Esta diminuição retira qualidade à água (...). O rio está poluído, o peixe fugiu daquela zona e cerca de 40 pescadores voltam para o desemprego. (...)"</p>
2/8/96 Pág. 35	País	Roberto Dores	<i>Barragem poluída gera polémica em Ponte de Sor Peixes morrem em Montargil</i>	<p>"A Câmara Municipal de Ponte de Sôr aponta a prática de desportos náuticos na albufeira da barragem de Montargil como responsável pela poluição das águas, mas os ambientalistas atribuem-na ao lançamento de esgotos urbanos na barragem. (...)"</p>
14/8/96 Pág. 25	País	João Mira Godinho	<i>Turistas a mais e infra-estruturas a menos Caos reina em Milfontes</i>	<p>"De quatro mil para 40 mil, é o aumento de habitantes que Vila Nova de Milfontes sofre durante o ano. Algo que, todos reconhecem, a vila alentejana não está preparada para aguentar. O lixo acumula-se (...) o estacionar do carro torna-se uma aventura, e, à noite, os jovens não deixam dormir, com cantigas e conversas até às primeiras horas da madrugada.</p>

				<p>Depois de se tornar um destino de férias, Milfontes mudou totalmente. Terra de pescadores, onde algumas pessoas - poucas - tinham casas de Verão, desde meados dos anos 80 que a vila passou a receber turistas, nacionais e estrangeiros, cada vez em maior número.</p> <p>(...)</p> <p>A norte de Vila Nova de Milfontes, encontra-se a estação de tratamento de águas. O cheiro é agonizante e em certas noites 'chega mesmo ao centro da localidade', refere um morador. No Inverno, o emissor subaquático rebentou (...) neste momento está a funcionar, largando os detritos a 600 metros da costa, e 'as águas são sempre qualificadas com muito boa qualidade', assegura o autarca. Próximo do local, está um aterro que, apesar de já não ser utilizado, continua a receber lixo, que se acumula a céu aberto. (...)".</p>
9/9/96 Pág. 25	País	Humberto de Vasconcelos	<i>Campismo a mais, e ainda por cima selvagem, na Costa Alentejana Regulamentos por cumprir</i>	<p>"(...)</p> <p>A Costa Alentejana, que está a suceder ao Algarve na preferência dos turistas mais amantes da natureza, é alvo de agressões da mais diversas índole (...).</p> <p>Recentemente, o DN voltou a alertar para o facto de Vila Nova de Milfontes, a capital do turismo da costa alentejana, se tornar num caos no mês de Agosto, com turistas que não respeitam nada, fazem barulho, sujam tudo. O facto é que (...) na época turística tem gente a mais e uma boa dela traz apenas prejuízo à terra.</p> <p>(...)</p> <p>Por outro lado, o litoral norte alentejano continua em acelerado processo de poluição, segundo o Núcleo Regional do Litoral Alentejano, Quercus.</p> <p>O seu coordenador, Dário Cardador, afirma que 'se continuam a ver parques de campismo sem estações de tratamento nem ETAR, com as águas residuais a escorrerem impunemente para as dunas. No Parque de campismo da Galé, os detritos são bombeados das fossas para as dunas. No parque de campismo de Melides, as águas residuais correm directamente para a Lagoa de Melides. No Parque de Campismo de Santo André (...) continua a haver escorrências de detritos para (a lagoa). Na pseudo-ETAR de Santo André, as águas são bombeadas para o poço da Graça, da Lagoa de Santo André, futura reserva natural".</p>
29/9/96 Pág. 32	País	Roberto Dóres (Évora)	<i>Fonte Mouro, no concelho de Beja, prestes a ter electricidade Melhorias de fim de século</i>	<p>"Há indícios de que a electricidade está a chegar a Fonte Mouro. A três quilómetros de Beja, é uma das localidades mais atrasadas do país.</p> <p>(...)</p> <p>A própria população reconhece que perdeu 20 anos de desenvolvimento, e com eles alguns filhos da terra, que abandonaram as origens à procura de melhor sorte. Somente três crianças contrastam entre uma população idosa, mas que 'ainda se sente com força para trabalhar' frisa António Engrossa, 'desde que nos dêem condições, porque é o campo que dão de comer à cidade e se um dia não houver condições para que os nossos filhos tomem conta disto, o País vai passar um mau bocado', acrescenta, enquanto Gertudes Conceição garante que 'há anos que estamos para aqui esquecidos (...)'. Lamenta esta mulher que nem água pode tirar do poço para regar a horta, e mesmo depois de ter visto o ministro da Agricultura a enterrar o primeiro poste que vai levar electricidade a Fonte</p>

				<p>Mouro, esta mulher não acredita que brevemente vão accionar um interruptor e 'encher a casa de luz'.</p> <p>(...). Neste conjunto de montes alentejanos, caídos a rigor e atravessados por uma estrada batida onde galinhas passeiam as suas ninhadas, quem chega é sempre convidado a sentar-se à mesa, onde três taças de vinho branco começam a ser cheias para a segunda rodada.</p> <p>(...)"</p>
29/9/96 Pág. 37	País	RD	<p><i>A maioria dos membros do coro tem mais de 70 anos</i> <i>Ceifeiros de Cuba à beira da extinção</i></p>	<p>"Ceifeiros de Cuba estão à beira do fim. Desertificação, envelhecimento e crise de valores explicam a extinção anunciada deste tradicional grupo de cantares, o mais representativo do Baixo Alentejo, com 63 anos de história. Longe vão os tempos de trabalho árduo, debaixo de sol tórrido, em que cantar umas modas era a única forma de deitar para trás das costas os maus tratos de grandes senhores da terra da terra no antigo regime. (...).</p> <p>Ainda hoje, o coro mantém o traje rigoroso dos ceifeiros e não há ninguém com mais de 40 anos que não recorde com nostalgia a época dourada deste grupo etnográfico, entre as décadas de 60 e 80 (...) segundo Armando Silva, que hoje não consegue conter as lágrimas ao ouvir afamadas modas da terra que classifica de 'pura cultura tradicional'.</p> <p>Mas actualmente a maioria dos membros do coro (...) já supera os 70 anos (...), sublinha José Roque, o benjamim da companhia, com mais de 30 anos, uma rara excepção, a quem Cuba tem conseguido manter nas suas origens, ao contrário de uma parte significativa da população que tem procurado na cintura industrial de Lisboa alternativas à crise estrutural no Alentejo. A crise deixou Cuba com uma mão à frente e outra atrás, 'porque aqui não há praticamente nada para fazer', diz Ofélia Cortes, desempregada há quatro anos.</p> <p>O recurso ao trabalho sazonal (...) não dá garantias, com Rui Amaral a recordar que há um ano 'as campanhas da vindima, da azeitona e da cortiça foram uma lástima e lá em casa passámos por grandes dificuldades. Teve se ser o pai da minha mulher a dar uma ajuda'. Conclui este homem.</p> <p>(...)</p> <p>Queixa idêntica (falta de apoios aos grupos corais) parte do coral feminino Flores do Alentejo, criado em 1986, constituído por mulheres entre os 50 e os 70 anos, que pretende ajudar na defesa da conservação da cultura alentejana, apesar de os novos valores também serem uma miragem neste coro, 'porque as moças novas querem é música pimba e o bicho', diz Amélia Pais."</p>
30/9/96 Pág. 14/15	Negócios	Luis Naves	<p><i>Sonhos e miragens na planície</i></p>	<p>"Não é de um oásis que vos falo", disse o ministro da Agricultura, Gomes da Silva (...) numa assembleia de centenas de agricultores e dirigentes associativos. (...).</p> <p>(...). Na terra com a maior taxas de desempregados do país, há agricultores que não encontram mão-de-obra disponível para fazer a colheita. A situação, dizem, está a afectar a campanha do tomate e os mais pequenos são os que mais sofrem. 'Pergunte aos agricultores, vai ver que todos eles dizem a mesma coisa', afirma um dos técnicos que acompanha a visita de Gomes da Silva ao Alentejo. E, de facto, alguns proprietários desfiam o rosário das suas idas ao centro de emprego em busca de trabalhadores (...).</p> <p>Querem 140 braços e aparecem seis.</p> <p>(...)</p>

				<p>O trabalho disponível é sobretudo sazonal e há muitos trabalhadores que ganham quase o mesmo apenas com o subsídio de desemprego, ao qual juntam biscates ocasionais. cada pessoa pode manter-se nessa situação cerca de dois anos e meio. Por outro lado, as autarquias têm planos de ocupação e de desempregados subsidiados pelo Governo, e que respondem a problemas sociais graves, ao mesmo tempo que beneficiam a influência dos autarcas, sobretudo em regiões deprimidas.</p> <p>(...)</p> <p>A subsidiodependência é ainda mais notória em tudo o que diz respeito à PAC. A PAC representa, em média, metade do rendimento de um agricultor português e europeu. Há produtores que conseguem ser subsidiados a dois terços. Neste verdadeiro labirinto de siglas e números, quem tem terra obtém rendimentos 'O subsídio é a vida do agricultor', confessa o próprio Gomes da Silva, que diz querer remar contra a maré.</p> <p>A razão é evidente: a PAC vai rebentar e tudo é uma questão de tempo. Não admira, pois o espanto e fúria do ministro quando confrontado com um documento de uma associação de fruticultores da região de Mértola. Os produtores querem nada mais nada menos do que 90 por cento a fundo perdido para o investimento necessário de plantação e vedação das explorações. 'Onde está o risco?', irritou-se Gomes da Silva, 'Que empresários são estes?'. Estes empresários são homens e mulheres com virtudes e defeitos. São os que já se 'queimaram', diz um jovem que está a concluir um projecto de investimento. Muitos compraram maquinaria subsidiada a 70 por cento, mas tiveram que pagar os outros 30 por cento a juros proibitivos, para depois mudarem as prioridades da política agrícola e já não precisarem de maquinaria.</p> <p>Outros foram pagos para arrancar preciosas oliveiras, para depois plantar o trigo, então privilegiado, sendo agora o olival que está na moda.</p> <p>Se o risco não compensa, hoje há outros obstáculos. Alguns querem expandir as suas propriedades e não conseguem encontrar terra. Não há terra para comprar e a que está no mercado tem preços proibitivos ou é de má qualidade.</p> <p>(...)</p> <p>Os agricultores que dependem de subsídios são também, em muitos casos, os que conseguiram desbaratar dinheiro. No Alentejo, as histórias de desperdício são como as cerejas e a fiscalização de fundos é a verdadeira miragem. Ouça-se por isso um alto funcionário do ministério: 'Calculamos que 23 por cento das garantias têm problemas'. Não são fraudes, insiste o mesmo responsável, mas situações em que o subsídio paga os declarados cem litros de gasóleo ou cem hectares de trigo, onde devia pagar os reais 80 de gasóleo e 80 de trigo.</p> <p>(...)</p> <p>Mas tudo mudará se houver um milagre que acabe com o principal factor limitante da agricultura alentejana, as incertezas da água. No Baixo Alentejo, o santo dá pelo nome de Alqueva, a barragem que dará de beber a um sistema de regadio de 110 mil hectares.</p> <p>Antes de se concretizar o sonho que vai fixar as populações, os fundos comunitários vão diminuir e as verbas para a plantação de sequeiro irão mesmo</p>
--	--	--	--	---

				desaparecer. O trigo tem dos dias contados na planície. Será substituída por frutos secos, olival, vinha, floresta, e quando chegarem os canais da grande barragem, haverá abundância de hortícolas, tomate e melão. Será como na Terra Prometida, talvez um oásis.”
30/9/96 Pág. 15	Negócios	LN	<i>Opções e verbas para a agricultura</i>	“(…) O objectivo da visita (de Gomes da Silva) ao Alentejo era anunciar a verba de 48 milhões para a agricultura incluída na proposta de Orçamento de Estado. Ao todo, juntando os fundos comunitários, o sector contará com 175 milhões de contos em 1997. Mas o importante está na distribuição da verba, disse o ministro. ‘Não creio que seja possível manter o mesmo tipo de ajuda co-financiada’, alertou o ministro, para depois recordar quais as prioridades do Governo. ‘A introdução de regadio é fundamental’, disse Gomes da Silva, para adiantar a trilogia da sua aposta: vinha, olival e floresta. Esta política será sustentada pelo aumento da parcela de dinheiro destinada à reconversão de actividades, que acresce de 52 por cento. Também se expande a verba para a silvicultura e para a transformação dos produtos agrícolas, esta última numa proporção de 72 por cento. (...)”
6/10/96 Pág. 22	Sociedade	Paula Sanchez	<i>Regimes livre e especial dividem caçadores com arbitragem do governo e expectativa dos proprietários Pontaria e certaria</i>	“(…) O direito à propriedade privada e o direito à caça não se misturam em Portugal. E é à volta desses direitos que se trava uma batalha surda de palavras a favor e contra os regimes livre e especial de caça. (...). (...) À luz do anterior decreto-lei, (de) 1992 (da responsabilidade) do anterior secretário de Estado do PSD Álvaro Amaro, os proprietários não eram tidos nem achados na anexação das suas terras em zonas de caça associativa. Ao invés, o Governo socialista não se move com ‘qualquer preconceito’ contra a caça associativa, mas veio reconhecer o direito do proprietário à desanexação da sua terra. (...)”
6/10/96 Pág. 34	País	Roberto Dores (Évora)	<i>Habitantes da Aldeia da Luz hesitam na mudança para outra terra Raízes também pesam</i>	“Muitos habitantes da aldeia da luz não imaginam a sua terra noutra local e alguns duvidam mesmo que a barragem de Alqueva venha a ser realidade. Os mais idosos são os que mais resistem. (...) são muitos os que ainda não estão convencidos que a sua terra vai ser inundada (...) e mesmo quem em tempos afirmou estar aberto a deixar a Luz, hoje apercebendo-se de recentes avanços, já põe reservas ao processo de trasladação, previsto para o ano 2000. (...) (...). Júlio Marques, agricultor de 33 anos, também não quer deixar a Luz. Reconhece que Alqueva ‘faz muita falta à região e ainda acredita que ‘a cota da barragem vai baixar’, deixando a aldeia intacta, ‘até porque é a única forma da freguesia tirar partido da barragem. Se a albufeira ficar aqui ao pé, é óbvio que o turismo é enriquecido, mas se formos para a Juliao ficamos a 10 quilómetros da barragem, e acha que depois alguém lá vai?’ um raciocínio que não é subscrito por Francisca Reis, moradora de 51 anos, para quem os habitantes da luz ‘podem continuar a ser retrógrados. Alqueva traz p desenvolvimento que a região precisa e temos de cooperar, se isso for mesmo para a frente’. (...)”

				<p>Enquanto isso, entre a população mais idosa, que é a maioria (...) a opinião generalizada reflecte alguma despreocupação sobre a temática, 'porque nós, os velhos, já não temos esperanças de chegar lá', explica Vítor Lopes, de 78 anos (...).</p> <p>(...)</p> <p>Para além do realojamento da população da Luz, este projecto visa iniciar uma acção integrada de desenvolvimento local, relacionada com o ambiente, turismo e património."</p>
13/10/9 6 Pág. 34	País	Roberto Dores (Évora)	<i>Construção da barragem dos minutos em Montemor-o-Novo tarda a arrancar Vinte anos de espera</i>	<p>"Montemor-o -Novo espera, há mais de duas décadas, pela materialização do projecto da barragem dos Minutos. Sobreviveu aos anos de seca que assolaram o Alentejo, mas a sua paciência está a esgotar-se.</p> <p>(...)</p> <p>Luís Miguel Teles, agricultor e produtor pecuário, 'esteve à beira de mudar de profissão' e ainda hoje sente os reflexos desse período. 'Alimentávamos o gado à mão, com os factores de produção caríssimos', recorda. 'Vivemos momentos de desespero, sem água para dar aos animais'. Há 30 anos que houve falar na barragem que deverá chegar aos três mil hectares de terra. (...)."</p>
13/10/9 6 Pág. 35	País	RD	<i>Pelas ruas de Baleizão á procura dos segredos de uma casa bem caiada A branco e azul</i>	<p>"A fachada da casa de Margarida Zambujo está sempre assim - branca como a neve, com um rodapé azul, cor que circunda a janela e a ombreira da porta. Vê-se logo que é uma casa tipicamente alentejana. Muito pequena e antiga por dentro. mas a fachada é igual às das restantes casas de Rua do Touril, em Baleizão, a rua mais branca do concelho de Beja, premiada na sétima edição do programa 'Rua Caiada'.</p> <p>Um concurso, afinal, onde se pretende mobilizar as freguesias do Baixo Alentejo para uma 'consciência colectiva' - nas palavras do autarca Carreira Marques - na defesa do património construído, aliada a uma visão turística que começa a ganhar fama. 'Como não temos grandes atractivos para mostrar aos visitantes, precisamos de arranjar alternativas', explica Margarida Zambujo, garantindo que 'sobretudo as pessoas do Norte adoram visitar-nos. ficam com a sensação de terem entrado num filme'.</p> <p>(...)</p> <p>A explicação (da predominância do branco) está associada às condições atmosféricas da região. É que só as casas caiadas conseguem repelir o calor provocado pelo sol tórrido, que no verão chega a atingir temperaturas próximas dos 45 graus. (...)."</p>
20/10/9 6 Pág. 35	País	Roberto Dores (Évora)	<i>Agricultores e ecologistas com opiniões divergentes Queimadas matam solos</i>	<p>"As queimadas nos campos do Alentejo estão a 'prejudicar gravemente' os solos. A acusação é da Quercus. (...)</p> <p>(...) Há anos que esta prática ancestral é corrente na região, mas agora começou a tomar proporções preocupantes isto porque antigamente as densidades de sementeira eram muito mais baixas e, como havia menos palha, o restolho era menor, 'logo havia pouco combustível', explica o subdirector regional da agricultura, Francisco Lopes, acrescentando que 'como as queimadas eram feitas durante as primeiras chuvas, o combustível já estava molhado e originava um fogo frio, que não punha em causa o solo'. Mas hoje (...) o combustível prolifera graças às grandes sementeiras que provocam o que Francisco Lopes designa</p>

				<p>por 'fogo quente' e que está a destruir a vegetação. A perda da biodiversidade com a destruição de azinheiras, choupos e sobreiros é também outro factor negativo.</p> <p>'O solo alentejano está a passar por uma enorme desertificação e com atitudes destas vamos ter a região ainda mais devastada', vaticina o ecologista.</p> <p>Por exemplo, na região de Beja, onde predomina a cerealicultura, a maioria dos agricultores recorre às queimadas para 'limpar o terreno da bicharada', como contou ao DN Francisco Pinto, um empresário agrícola que não aceita as acusações da Quercus. 'Eles falam por falar, mas não sabem nada disto. Se não fizermos as queimadas, o terreno fica mais difícil de trabalhar', garante.</p> <p>Mas os ambientalistas refutam esta teoria, alegando que 'actualmente as máquinas resolvem tudo', afirma José Luís Margarido da Quercus, divulgando um parecer de um especialista segundo o qual se prova o contrário, já que 'a matéria orgânica é muito pobre nos campos e, se é queimada, desaparece, quando devia ficar no solo, contribuindo para a existência de mais nutrientes'. Depois, o pior acaba sempre por acontecer: não havendo nutrientes, baixa a produção e a entrada dos adubos químicos é inevitável."</p>
23/10/96 Pág. 29	Negócios	Carla Aguiar e Isabel Travessa	<i>Governo abre sete mil processos e exige devolução de subsídios INGA lança pânico nos agricultores</i>	<p>"O INGA identificou sete mil processos com irregularidades referentes a 1994 e 95 e está a exigir aos agricultores a devolução de subsídios acrescidos de 15 por cento. Da lista de notificados consta o próprio presidente da CAP. Os agricultores criticam a incorrecção dos dados e o INGA diz que a culpa é do Governo do PSD.</p> <p>(...)</p> <p>A justificação para as cartas enviadas é o facto de as áreas plantadas não coincidirem com as que constam dos processos de candidatura às ajudas apresentadas pelos agricultores. Isto, apesar de na altura os serviços do INGA terem desenvolvido as habituais inspecções de controlo, para procederem aos pagamentos.</p> <p>(...)</p> <p>Um produtor de trigo e girassol do Baixo Alentejo, por exemplo, acabou por ficar com mais área do que a que efectivamente cultivou, sem saber como. E tem que devolver todo o dinheiro. (...). Outro viu a sua área de cultivo real, de 13 hectares, ser rectificadas pelos serviços do instituto e encolhida para pouco mais de um hectare.</p> <p>(...). Não refutando a possibilidade de fraudes em alguns casos, Manuel Casqueiro sustenta que a maioria das notificações resulta de incorrecções no controlo feito pelo INGA e por empresas a quem este recorreu.</p> <p>(...)"</p>
24/10/96 Pág. 40	Negócios	Carla Aguiar	<i>Empresa do ministro da Agricultura notificada para devolver verbas recebidas indevidamente INGA não poupa Gomes da Silva</i>	<p>"A ofensiva do INGA no apuramento de irregularidades nem poupou o próprio Gomes da Silva. Uma empresa de que é sócio também foi notificada para restituir verbas recebidas indevidamente. (...) por discrepância entre as áreas de cultivo declaradas e as inspeccionadas pelo INGA.</p> <p>(...)</p> <p>Rosado Fernandes (também ele notificado), em declarações ao DN começa por questionar a eficácia e a correcção dos dados que constam das bases de dados informatizadas do INGA. 'É um problema informático malparado', afirma.</p> <p>(...).</p> <p>Em Serpa, por exemplo, um agricultor recebeu duas</p>

				missivas do INGA (...) em que os valores exigidos pela restituição eram diferentes . Outra situação comum é o INGA não considerar na sua totalidade uma parcela de terra dividida por um riacho (...). (...).”
27/10/96 6 Pág. 32	País	Alcídio Torres	<i>Instalação de piscicultura em São Torpes mantém-se em suspenso Compasso de espera</i>	“A instalação de uma unidade de piscicultura em São Torpes, concelho e Sines, está a ser recebida com grandes reservas por parte da autarquia. (...). (...) (...) o Município não se tem mostrado disponível para aprovar o projecto (...) por considerar a zona ao abrigo da Faixa de Protecção, Enquadramento e Integração. (...) As razões invocadas pela autarquia para não apoiar a instalação do empreendimento não são, todavia, acompanhadas pelas Universidades de Évora, de Liège e do Algarve, bem como pela Quercus e pelo Estudo de Impacto Ambiental anexo ao projecto. (...) A autarquia (...) não está contra a instalação da unidade em Sines. Rejeita, antes, o local escolhido (... (uma das praias mais frequentadas da região. Propõe, em alternativa, a zona industrial de Sines (...).”
3/11/96 Pág. 9	Política	Roberto Dores (Évora)	<i>PCP propõe novas regras para a posse e uso da terra no Alentejo Uma nova reforma agrária</i>	“(...) Perante uma iminente situação de ruptura, Carvalhas sustentou que ‘sem resolver esta questão da posse e uso da terra, não há desenvolvimento no Alentejo’ Sem especificar o modelo que preconiza (...), o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, reconheceu que o processo não pode ser idêntico ao de 1975. ‘O mais importante é dar resposta aos pequenos e médios agricultores. (...). Há população que quer e saber trabalhar a terra e tem ao lado milhares de hectares que estão abandonados durante anos’, explicou. (...) Em 11 pontos os comunistas resumiram as principais necessidades alentejanas. Lá estava a reforma agrária, ao lado de um plano de desenvolvimento e da construção de uma nova base económica. A regionalização e Alqueva assumem papel de relevo , assim como a modernização das acessibilidades, os aumentos salariais e a melhoria das reformas. (...).”
17/11/96 6 Pág. 39	Negócios	Carlos Albino	<i>Agricultores portugueses vivem abaixo do nível dos gregos e Lisboa tem sido incapaz de negociar com Bruxelas António Campos indignado</i>	“António Campos lançou ontem um grito de alerta a jovens agricultores na audição pública que promoveu no Centro Jean Monet: ‘A agricultura portuguesa não pode continuar a viver como está’. (...) António Campos defende que os portugueses devem substituir a preferência comunitária pela preferência da qualidade. Mas antes disso, segundo o deputado, deveriam ser tomadas medidas políticas enérgicas para impedir que a média de impostos pagos pelo contribuinte para as ajudas do agricultor continue a ser de 70 contos por indivíduo. Campos defende que a fiscalização da cadeia alimentar deve ser transferida do ministério da agricultura para o Ministério da Saúde e adverte que se Portugal não tiver cuidado com o uso de herbicidas e pesticidas (...) no ano de 2010 ‘não teremos um único lençol de água potável’, além do uso de antibióticos na pecuária e com a ignorância vigente quanto às mudanças genéticas, havendo já, neste

				domínio, casos graves nos EUA.”
24/11/96 6 Pág. 28	País	Roberto Dores (Évora)	<i>Projecto de Alqueva vai atingir a aldeia da Estrela bem como o cemitério e terrenos de cultivo Barragem é bóia de salvação</i>	“A aldeia da Estrela (...) vai passar a viver banhada pela barragem de Alqueva, a qual deverá submergir o cemitério e os terrenos de cultivo na localidade. (...). (...) ‘Pelo menos com a barragem à porta podemos ter alguma esperança no futuro’, diz Catarina Caeiro, uma das poucas caras novas ainda a habitar na aldeia (...). (...) ‘a população já entendeu que mais vale fazer um sacrifício e garantir o futuro dos netos, do que continuar a ver a aldeia morrer aos poucos’, considera. Entre os homens, não importa a idade, a barragem é vista como ‘uma bóia de salvação’ (...) ‘porque, para além de vir dar força à nossa agricultura, vai trazer turismo e muito dinheiro’. É esta a opinião de Orlando Correia, que começou a trabalhar no campo em criança, no tempo em que ainda havia ocupação para todos. Como causa para a crise da agricultura aponta a falta de água. Francisco Paias concorda (...) ‘Hoje só há velhos e pobreza, mas não tarda muito que a água valha tanto como petróleo e quem tiver uma barragem quase dentro de casa será rico’.”
				Nota: no novo formato DN, o país é substituído pela secção regional; O Nacional substitui a política
7/12/96 Pág. 8	Nacional	João Pedro Fonseca	<i>Governo em diálogo Guterres dá milhões para ajudar o Alentejo</i>	“Anda meio governo na estrada entre Portalegre e Lisboa. Um corrupio, tudo para mostrar que o executivo está empenhado em ‘fazer renascer a região quase das cinzas’, como disse o primeiro-ministro. (...)”
7/12/96 Pág. 33	Regional	Paulo Sousa	<i>Ecologistas criticam parecer sobre golfe</i>	“O secretário de Estado dos Recursos Naturais, Ricardo Magalhães, foi instado a explicar (...) o ‘impacte ambiental sobre os lençóis de água subterrâneos’ na construção do campo de golfe de Carlos Melancia, em Castelo de Vide. (...) a exigência (da Confederação Portuguesa das Associações do Ambiente) surge na sequência de notícias que dão conta de ter havido negligência de várias direcções gerais que não emitiram parecer sobre o alargamento do golfe. (...)”.
7/12/96 Pág. 39	Negócios	Carla Aguiar	<i>INGA errou ao exigir a devolução de dinheiros</i>	“O INGA teve de dar a mão à palmatória perante os agricultores (...) estava errado numa percentagem elevada das 17 mil notificações que enviou aos agricultores a exigir a devolução de subsídios indevidamente recebidos a título de ajudas ao hectare. (...)”
8/12/96 Pág. 9	Nacional	João Pedro Fonseca	<i>‘Não damos nada a ninguém’</i>	“(...) Ontem, no último dia de governação descentralizada, Guterres fez o balanço de três dias em duas palavras: ‘Esperança e solidariedade’. Esperança, ‘porque apesar da desertificação humana, há uma vontade indomável de lutar para que o distrito de Portalegre não desapareça do mapa’ e de solidariedade no sentido de que ‘o Governo central, e todo o país contribua para a criação de postos de trabalho e de condições para o desenvolvimento’. (...) Em hora de balanço (...) mostrou-se surpreendido com o ‘dinamismo a nível associativo do sector agro-industrial, que está a encaminhar-se rapidamente para a produção de qualidade’, que é para Guterres, a única saída para os produtores alentejanos para o combate da competitividade mundial. (...)”

9/12/96 Pág. 40	Negócios	Alcídio Torres	<i>Agricultura Malparado atinge 230 milhões</i>	<p>“(…) Segundo nos garantiu o responsável de uma instituição bancária, ‘o somatório dos créditos agrícolas malparados no conjunto das instituições bancárias totaliza 230 milhões de contos (…)’.</p> <p>(…) No tribunal de Santiago do Cacém existem mais de 200 processos para recuperação de créditos agrícolas em atraso e a própria Caixa de Crédito Agrícola de Santiago do Cacém chegou a ter em mãos 20 propriedades entregues por agricultores que não conseguiram pagar as dívidas.</p> <p>Francisco Inácio foi uma das vítimas do mau ano agrícola (…). Tinha três propriedades. Em 1990 pediu 30 mil contos à banca para apoio às sementeiras. Todavia, os maus anos agrícolas levaram-no à ruína, obrigando-o a entregar as três propriedades, que conseguiu recuperar através de um acordo com a instituição bancária. (…):”</p>
9/12/96 Pág. 40	Negócios		<i>Perda de propriedade leva ao suicídio</i>	<p>“Afundados no endividamento bancário e privado das suas propriedades, algumas herdadas dos antepassados e outras adquiridas com sacrifício, alguns agricultores alentejanos cumpriram as constantes ameaças de suicídio.</p> <p>(…)</p> <p>Não sendo fácil apurar o conjunto das variáveis que contribuem para os suicídios no Alentejo, a verdade é que a falta de trilhos para a vida faz disparar no Alentejo o número de angustiados e de doentes de depressão, verdadeiras antecâmaras do suicídio. Sabóia, uma aldeia do concelho de Odemira, apresenta uma das maiores taxas de suicídio de todo o mundo”.</p>
25/12/96 6 Pág. 16	Regional	Humberto Vasconcelos	<i>Rede Natura incompreendida</i>	<p>“A Rede Natura 2000 é a última oportunidade para se conservar a biodiversidade no espaço português, embora não tenha sido bem compreendida (…)</p> <p>por falta de metodologia de informação a alguns sectores ligados ao ambiente, como a agricultura.</p> <p>Esta foi uma das conclusões do debate realizado pelo Observatório do Ambiente, com o apoio do DN, no IST onde participaram o secretário de Estado dos Recursos Naturais, Ricardo Magalhães, Teresa Anderson, presidente do ICN, José Ruano, da CAP (…).</p> <p>(…)</p> <p>As críticas à Rede Natura tiveram duas vertentes: uma a dos ambientalistas, por acharem que já se tinha perdido muito tempo, e por vezes se tinha ficado na discussão académica; outras as vindas do lado da agricultura, em que a sentem como uma ameaça à sua actividade, por fundamentalismo ecológico.</p> <p>Humberto Rosa (assessor do primeiro-ministro para as questões ambientais) fez um ataque ao ‘novo fundamentalismo’ que transparece nas mais variadas críticas à Rede Natura (…).</p> <p>Teresa Anderson salientou que ‘o diálogo com a agricultura, mesmo no seio da administração pública, tem sido difícil, mas isso deve-se a que o ambiente ainda não conseguiu instalar-se em toda ela, de forma horizontal’ (…):”</p> <p>Nota: os agricultores não são efectivamente citados na notícia.</p>

ANEXO II

PÚBLICO – 1992/1996

Público	Rubrica	Enunciador Reportador	Titulo	Resumo
3/1/92 Pág. 19	Sociedade	Daniel Deusdado	<i>Indicadores abaixo da média nacional</i> <i>Alentejo sem conforto</i>	<p>“Casas velhas, com deficientes instalações sanitárias ou ausência delas, poucos telefones e menos carros do que no resto do país. é o Alentejo visto à lupa pelo Instituto Nacional de Estatística. Nas outras regiões, o desenvolvimento parece ser mais rápido: em quase todos os lares existem fogão, frigorífico televisão e rádio. (...) Os números do INE revelam que 28,6 % das habitações alentejanas foram construídas antes de 1918, o que resulta no maior nível de envelhecimento do país. Talvez por isso, 20 % das casas ainda estão desprovidas de instalações sanitária e oito por cento só têm retrete no exterior. Tomados no seu conjunto, os vectores relativos ao parque habitacional da região indicam que 64 por cento das habitações são anteriores a 1960. (...)”.</p>
4/1/92 Pág. 28	Economia	Manuel Carvalho	<i>Preços Agrícolas baixam em 1991</i>	<p>“O índice dos preços agrícolas continuou a evidenciar no último ano uma forte descida, ficando-se pelos 8,7 por cento relativamente a 1990, enquanto o rendimento líquido da actividade agrícola baixou 4,7% em relação a período homólogo. Estes dados, que fazem parte de um trabalho do INE vem confirmar a tendência de gradual aproximação entre os preços agrícolas portugueses com os que se praticam no conjunto da Europa Comunitária e fazem prever graves situações de ruptura no tecido agrícola nacional antes que se proceda à completa integração da agricultura portuguesa nas regras e disciplinas da PAC em 1995. (...) O estudo efectuado pelo INE contempla igualmente outros dados de relevo para a economia agrícola nacional, como os valores globais da produção, que no seu conjunto baixaram sete por cento (...). Os números avançados pelo INE para estes bens (bens conducentes ao investimento) indiciam um crescimento entre 1989 e 1990 que ronda os cinco por cento, situação que, conjugada com a quebra de rendimentos, faz advinhar um período de obstáculo à concretização de investimentos vocacionados para a mecanização e modernização da agricultura”.</p>
1/1/92 Pág.2/3	Destaque	Lurdes Ferreira	<i>Arlindo Cunha inicia onze dias decisivos para a reforma da Política Agrícola Comum</i>	<p>“Arlindo Cunha tem 11 dias para conseguir o que não foi possível até agora: um projecto de compromisso dos Doze sobre a reforma da PAC (...). Arlindo Cunha defende dois princípios que considera fundamentais: a importância da reforma da PAC, de modo a ‘repor o equilíbrio no mundo rural’, e a impossibilidade de exclusões de ‘uma reforma tão profunda’. Face às medidas propostas para uma nova reestruturação da PAC, Portugal tem à sua frente um debate especialmente difícil sobre os sectores da pecuária e cereais. As medidas propostas pela Comissão nestas duas áreas são entendidas como ‘inaceitáveis’ em Lisboa, à semelhança do que acontece com outros parceiros comunitários – nomeadamente devido aos limites sugeridos para a concessão das ajudas compensatórias, no caso da pecuária, e ao critério da produtividade histórica para as ajudas ao</p>

				<p>sector cerealífero -, considerando-se que penalizarão as regiões mais desfavorecidas.</p> <p>(...)</p> <p>Na apreciação global do 'documento MacSharry', Arlindo Cunha considera que ele apresenta, contudo, alguns aspectos positivos, salientando as 'medidas de acompanhamento e pagamento de reformas antecipadas, que visam reestruturar a estrutura fundiária europeia, o apoio à floresta e às zonas agrícolas ambientalmente mais débeis'.</p> <p>(...)</p> <p>O grande debate agrícola no seio da CEE surge também na altura em que se prepara a definição de uma estratégia comum dos Doze, sobre esta matéria, face ao GATT, antes do reinício das conturbadas discussões entre EUA e CEE para a liberalização do comércio mundial, oficialmente agendada para o próximo dia 13. (...).</p> <p>'A reforma da PAC é uma opção endógena, própria dos ministros da CEE', sublinha Arlindo Cunha. 'O facto de coincidir com as negociações do GATT não significa que estejam ligadas'. (...)"</p>
7/1/92 Pág.3-5	Destaque	Manuel Carvalho	<p><i>Reforma da PAC no calendário da presidência portuguesa</i></p> <p><i>O último suspiro da velha política</i></p>	<p>" Estrangulada pelas suas próprias contradições, a PAC prepara-se para sofrer a sua maior revolução de sempre. Para trás ficam os tempos de dependência alimentar externa e a experiência da primeira política comum a todo o espaço comunitário. Aos agricultores pede-se agora que suspendam os seus esforços produtivos e que privilegiem o seu papel de guardiões ancestrais da paisagem europeia, um património colectivo que a CE quer assegurar. A presidência portuguesa poderá constituir o marco separador de duas eras da agricultura portuguesa.</p> <p>O período dourado da agricultura comunitária está prestes a acabar com a mais que provável reforma da Política Agrícola Comum, no decorrer da presidência portuguesa da comunidade.</p> <p>(...)</p> <p>Para os mais de dez milhões de agricultores europeus vai deixar de ser compensador manter a preocupação exclusiva de fazer crescer a produção e abrem-se novos desafios. Têm pela frente um conjunto de limitações impostas por uma política preocupada em acabar com as produções excedentárias e em garantir a preservação do meio ambiente. Com as novas medidas propostas para a reforma da PAC, reforça-se ainda mais o conceito de agricultura familiar, modelo cultural da velha paisagem rural europeia, e tende a penalizar as empresas que apostaram na modernização tecnológica, na viabilidade económica e na exploração intensiva dos recursos do solo.</p> <p>O fim anunciado da PAC contraria, assim, os princípios básicos de uma economia de mercado, mas acaba por se tornar inevitável à luz dos actuais paradoxos da agricultura comunitária. Recorrendo a um sistema altamente proteccionista na fixação de preços sem qualquer correlação com as orientações do mercado, garantindo o escoamento de todas as produções excedentárias e protegendo a agricultura europeia da forte concorrência externa, a PAC transformou-se, com os anos, numa aberração de si própria.</p> <p>Depois de se atingir a fasquia do auto-abastecimento alimentar, em meados dos anos 70, os agricultores</p>

				<p>européus, continuaram a aumentar as suas produções para as venderem a bom preço nos organismos de intervenção do Fundo Europeu de Intervenção e Garantia Agrícola (FEOGA). Hoje em dia, os armazéns de produtos intervencionados acumulam mais de 20 milhões de toneladas de cereais que não encontram mercado, um milhão de toneladas de produtos lácteos e um stock de 750 mil toneladas de carne de bovino que aumenta ao ritmo de 15 a 20 toneladas por semana.</p> <p>Para financiar este sistema artificial e os exageros que promove, a PAC devora cerca de três quartos do orçamento comunitário: cerca de sete mil milhões de contos em 1990. Mas, o mais absurdo desta situação está no facto de a monstruosidade da despesa agrícola – naturalmente comprometedora para o desenvolvimento de outras políticas comunitárias – passar ao lado dos próprios agricultores, que, representando apenas sete por cento da população activa da CE, vêem os seus rendimentos diminuir de ano para ano. Inversamente, crescem as despesas com a intervenção nos mercados e o armazenamento dos produtos. O próprio comissário da Agricultura, Ray MacSharry reconheceu este problema, afirmando que 'mesmo com um aumento de 30 por cento no orçamento agrícola de 1990 para 1991, os rendimentos dos agricultores vão seguramente continuar a diminuir'.</p> <p>(...)</p> <p>O projecto de reforma que agora se discute acaloradamente prevê uma inversão completa da actual filosofia da PAC. Os preços agrícolas serão aproximados dos que vigoram nos mercados mundiais através de uma redução de 35 por cento, a realizar em três fases. Para obstar à conseqüente perda de rendimentos, a Comunidade propõe um pacote de subsídios directos calculados em função da produtividade média de cada exploração agrícola.</p> <p>A unidade de mercado, a preferência comunitária e a solidariedade financeira – os três pressupostos básicos da PAC – ficam, no entanto, assegurados.</p> <p>(...)</p> <p>A tarefa que MacSharry se propôs surgiu num tempo de aflicção propício a medidas radicais. A pressionar a comissão estão, por um lado, os desequilíbrios orçamentais causados pela despesa agrícola e, por outro, a pressão que o grupo de Cairns – 14 grande produtores mundiais liderados pelos Estados Unidos, igualmente a braços com uma grave crise agrícola – vem exercendo nas negociações do GATT.</p> <p>(...)</p> <p>Aposta na florestação</p> <p>Os maiores <i>brades</i> fazem-se ouvir pelo facto de a Comissão pretender que a agricultura europeia ponha de lado a sua vocação para produzir, propondo, por exemplo, um corte de mais de três por cento nas quotas de produção leiteira, (...) e no caso dos cereais (a principal mola da economia agrícola), uma retirada até aos 15 por cento da superfície utilizada. A atribuição das ajudas ao rendimento está dependente do cumprimento destas medidas reductionistas, o que acaba por deixar os agricultores prisioneiros das directivas comunitárias.</p> <p>Para acelerar ainda mais o abandono da produção, a Comissão propõe igualmente uma série de medidas de</p>
--	--	--	--	---

				<p>acompanhamento. Evidenciando sérias precauções na manutenção do mundo rural e na defesa do meio ambiente. 'os programas de acção agroambiental' e de 'arborização' constituem um estímulo para que os agricultores se dediquem à silvicultura e adoptem medidas que conduzam à extensificação da agricultura, pondo de parte os fertilizantes químicos, os pesticidas e outros produtos e técnicas agressivas ao meio ambiente. As medidas de acompanhamento prevêem igualmente uma série de medidas estruturais através de reformas antecipadas aos agricultores.</p> <p>Mas a grande revolução que o projecto de reforma vai operar acontece ao nível da atitude tradicional dos agricultores face ao trabalho da terra. Nos próximos anos, terão de abdicar do seu protagonismo empresarial, sendo-lhes atribuído, por outro lado, um papel de guardiões do mundo rural, 'uma espécie de funcionários públicos da natureza, como refere Rosado Fernandes, da CAP. De mãos atadas por um sistema centralizado, os agricultores verão a sua actividade girar em torno de um sistema multifuncional: mais social (como agentes conservadores da paisagem agrícola e do mundo rural) e muito menos económico (o lucro da actividade será sempre limitado pelos limites impostos à produção). Para a COPA, 'mesmo que uma agricultura social' possa estabilizar a população agrícola a curto prazo, ela não constitui uma solução de longo prazo para a agricultura'.</p> <p>Renegociar a segunda etapa Para a Confederação Nacional da Agricultura (CAN), o governo português deveria 'renegociar as condições contratadas para a segunda fase de adesão' e, internamente, 'baixar os preços dos principais factores de produção, que são os mais caros da CEE', de modo a evitar consequências 'ruinosas' para os agricultores portugueses, face à actual proposta em discussão.</p> <p>(...)</p> <p>A União dos jovens Agricultores de Portugal (UJA) por seu lado, considera sobretudo preocupantes os 'juros incomportáveis' com que o sector se depara. (...)</p>
<p>12/1/92 Pág. 15</p>	<p>Espaço Público</p>	<p>Francisco Sousa Tavares</p>	<p><i>O tempo e a terra</i></p>	<p>"Tenho um certo receio que seja na discussão que se projecta da nova política agrícola da CE que a presidência portuguesa se envolva em contradições insanáveis, e perca o inegável prestígio com que até agora se tem sabido conduzir. (...)</p> <p>Há que partir do princípio que quase tudo está errado no pacote agrícola da CE. Os seus fundamentos são economicamente fictícios, moralmente indefensáveis e puramente desumanos. Não é admissível que uma superprodução seja obtida à custa do Estado, pelos subsídios que garantem os preços; das populações, que pagam mais caro a subsistência; do Terceiro Mundo, impossibilitado de concorrer no mercado mundial; e da natureza em que se prepara o deserto futuro. A sobreprodução europeia de leite e manteiga, de carne e de vinho não é natural, pois assenta numa artificialidade científica, corroborada por meios financeiros de perdulário</p>

				<p>puro e sem a menor atenção à defesa da terra, da perdurabilidade da camada arável e da renovação do meio produtivo.</p> <p>Hoje é pacífica a constatação dos erros inaceitáveis em que assenta a prosperidade da agricultura da Europa Ocidental, e sobretudo da concepção industrial da produção agrícola. (...).</p> <p>Na destruição da estrutura da produção agrícola, na abolição sistemática do seu profundo humanismo e da sua dimensão correcta, uniram-se, num abraço espúrio, a sacralização da propriedade da terra das concepções direitistas, e a proletarização do trabalho agrícola, através das grandes unidades de produção de responsabilização estadual.</p> <p>Em ambos os lados imperou a visualização da economia da terra assente em formas de concepção industrial. A direita e a esquerda expulsaram da agricultura a sua dimensão social, a sua necessária submissão ao interesse social e a sua coluna-mestra – a união estreita entre o homem e a terra. A visão agrícola padecia de uma deformação fundamental: é que, na indústria, a obsolescência dos meios de produção é um processo apenas de renovação do equipamento. Porém, na agricultura, não existe o direito de aceitar essa agonia lenta dum produção que não pode manter os seus parâmetros dum produtividade sempre crescente: porque à morte da terra não se pode opor, como uma fábrica envelhecida, o processo simples da renovação de uma máquina.</p> <p>(...)</p> <p>É aqui que hoje esbarra a concepção da política agrícola da CE, assente no aumento intensivo da produtividade. A ameaça à natureza é tão grande e já tão actual que entrou na esfera da preocupação política e do pensamento universal. Há poucos anos ainda – e tive disso uma amarga experiência pessoal -, falar de ambiente e da necessidade de defesa dos recursos naturais era um discurso sem eco nem expressão, na decisão da macroeconomia ou dos recursos financeiros do Estado.</p> <p>Agora está na ordem do dia. A Europa quer acabar com a sua autodestruição e compreende, por outro lado, que não é por processos artificiais que pode defender a classe lavradora e a manutenção, a todo o custo, de altos índices de produção a preços sobrevalorizados.</p> <p>Traduzido para Portugal, o problema é de sobremaneira árduo: como não vivemos a euforia agro-industrial no seu tempo adequado, porque ainda nunca tivemos um governo solidário com uma política séria de ambiente e como temos ainda uma percentagem inadmissível da população na produção agrária, parece quase insolúvel o desenho de uma linha de actuação interna e comunitária, em que simultaneamente temos que defender uma maior produtividade agrícola interna, um fim gradual da política de subsídios, o regresso à verdade dos preços, a abertura à concorrência do mundo e uma defesa séria da terra, da água, da pureza do ar, e da renovação lenta dos recursos naturais. (...)</p>
<p>14/1/92 Pág. 46</p>	<p>Local</p>	<p>Pedro Ferreira (correspon</p>	<p><i>Na freguesia de Cercal do Alentejo</i></p>	<p>“Uma grande quantidade de resíduos provenientes da limpeza de porões de navios em Porto Brandão, encontra-se depositada da Herdade da Despada, perto da aldeia de</p>

		dente)	<i>Lixos tóxicos depositados a céu aberto</i>	<p>Catifarras, a poucos quilómetros da vila de Cercal do Alentejo. As opiniões dividem-se: há ou não perigo de contaminação das água? O que ninguém explica é como as cargas puderam circular por estrada sem qualquer documentação.</p> <p>Propriedade da família Brissos da Silva, a herdade (situada em zona agrícola) viria desde há três anos a receber esses lixos decorrentes da actividade da empresa Limpeceal, também negócio da mesma família. Misturados com areão e saibro, encontram-se entre pavilhões que serviram já à criação de animais, chegando a atingir a altura de cinco metros.</p> <p>Tudo decorreu sem sobressaltos até há cerca de um mês, quando, levantada a questão da possível perigosidade dos resíduos numa secção da Câmara Municipal de Santiago do Cacém – foi decidido solicitar um parecer a diversas entidades, como a Delegação de Saúde e a Direcção-Geral de Qualidade do Ambiente (DGQA).</p> <p>A resposta mais imediata viria de Sérgio Martins, delegado de saúde (...): 'Não tenho dúvidas de que o produto é tóxico; são hidrocarbonatos, resíduos de petróleo', afirmou revelando também que o material mais viscoso é depositado na terra, sendo depois transferido para as pilhas, pelo que 'algum desaparece por infiltração'.</p> <p>No auto da sua vistoria, concluída a 20 de Dezembro, salientam-se os perigos decorrentes da situação: 'A poucos metros corre uma linha de água (a Ribeira da Despada), ponto de maior declive de todos os terrenos envolventes, o que leva a admitir facilmente a escorrência de águas fluviais contaminadas por aquele produto químico'. (...).</p> <p>Por seu lado, a DGQA efectuou uma inspecção ao local, recolhendo amostras de água para análise. Embora os resultados finais não sejam ainda oficialmente conhecidos, Leonel de Carvalho, o inspector do ambiente que se deslocou à herdade, disse ao Público que, ao que tudo indica, não há contaminação: 'Pareceu-me um caso relativamente pouco importante. As quantidades são pequenas e não há perigo de escorrência'. (...)</p> <p>De qualquer forma, a DGQA levantou um auto de notícia, pelo facto de a empresa Limpeceal não possuir licença para depor resíduos em solo – estando sujeita a uma multa que poderá ir até três mil contos. (...).</p> <p>Confrontados com a situação, os proprietários do terreno argumentam com a falta de hipóteses para a colocação do produto. O aterro de resíduos industriais de Sines – único no país – não tem capacidade para absorver.</p> <p>Entendendo a dificuldade de se encontrar uma solução, a autarquia acentua, por seu lado, a ilegalidade da situação: 'A propriedade não está licenciada para esse fim', diz o vereador José Baguinho. A possibilidade de se vir a criar um aterro na herdade também não é do agrado da Câmara: "Isso só viria agravar a situação".</p> <p>Ainda por explicar está o 'mistério' do transporte do material. 'Como é que eles transportavam isto para aqui sem serem incomodados se o local de destino nem estava legalizado?', pergunta o vereador."</p>
14/1/92 Pág. 48	Local	Raul Tavares	<i>Tróia, Sado e Arrábida em Risco</i>	" Os ecologistas de Setúbal estão preocupados com os factores de risco subjacentes à utilização sem regras da península de Tróia e do Sado. Querem um novo gestor para

			<i>Ecologistas contra usos e abusos</i>	<p>a Serra da Arrábida e contestam o desenvolvimento desenfreado.</p> <p>O novo projecto de ocupação de Tróia, um grande conjunto turístico baseado num estudo elaborado por técnicos americanos e orçado em 80 milhões de contos, irá sobrecarregar um espaço ambiental privilegiado do nosso litoral e poderá pôr em risco o equilíbrio do ecossistema dunar de toda a península, afirmou ao PÚBLICO Paulo Lucas, dirigente da Quercus.</p> <p>O estudo, que altera o plano geral de 1988 prevê a construção de um casino, uma marina, um complexo desportivo e uma série de infra-estruturas, como bares, restaurantes, parques de estacionamento.</p> <p>Para aquela associação de defesa do ambiente, as infra-estruturas previstas no plano irão provocar 'graves problemas ao nível das fundações', uma vez que as areias de Tróia 'sempre revelaram elevados índices de mobilidade'. (...).</p> <p>A construção, nos anos setenta, do cais da Setenave, que, segunda a Quercus-Setúbal, 'comeu' uma parte da mancha peninsular, é um dos exemplos dos 'usos e abusos' do património ecológico em favor do 'desenvolvimento a todo o custo'. A Torralta, critica Paulo Lucas, 'está a desvirtuar as vocações da península, ao insistir no fomento de um turismo de grandes e prolongadas estadias. Tróia não deve ser sobrecarregada de estruturas e mais estruturas.</p> <p>'Gestão míope na Arrábida'</p> <p>o estuário do Sado e as actividades que nele se desenvolvem preocupam igualmente a Quercus-Setúbal. Aquela mancha estuarina continua a sofrer da negligente actuação das indústrias instaladas em frente do seu leito, como a aquicultura. 'As empresas continuam a poluir sem ser aplicada a lei do poluidor-pagador. Aos piscicultores só interessam os proveitos do seu negócio', acusa Paulo Lucas.</p> <p>No centro das atenções da Quercus-Setúbal está uma conhecida firma de desmantelamento de navios, a José Luís Russo e Filhos, que, com mais uma dezena de empresas, é responsável pelo envio de 'grandes quantidades de lixo' para o Sado. (...)"</p>
14/1/92 Pág. 49	Pais	Ana Fernandes	<i>Maranhão sem água, Mora sem agricultura</i>	<p>"O tempo seco e reduzido caudal das linhas de água na região, devido ao esvaziamento da Barragem do Maranhão, estão a preocupar os agricultores e autarcas de Mora, que receiam graves conseqüências económicas para o concelho. (...)"</p>
19/1/92 Pág. 7	Espaço Público	Alberto Costa (Deputado PS)	<i>Portugal e a reforma da PAC</i>	<p>"1. Para uma avaliação realista, do ângulo português, das propostas de reforma da Política Agrícola Comum é indispensável ter presente alguns dados reveladores da forma como tem decorrido a falada modernização da nossa agricultura nos últimos anos.</p> <p>Apesar das ajudas recebidas desde a adesão, a média do rendimento dos agricultores portugueses continua a situar-se à roda de um terço da média dos agricultores da Comunidade.</p> <p>O crónico défice comercial alimentar tem continuado a agravar-se (...).</p> <p>As causas deste panorama são obviamente complexas. Mas ele exclui que se possa falar em sucesso em matéria de política agrícola.</p> <p>2. Atenta a esta realidade, as propostas de reforma da PAC</p>

				<p>em discussão apresentam um largo conjunto de aspectos inaceitáveis.</p> <p>Nelas se congregam fórmulas de cálculo de ajudas directas ao rendimento que penalizam as agriculturas – como a nossa – com produtividade mais baixas e até, dentro destas, as explorações que fizerem maiores investimentos.</p> <p>Prevêem-se regimes de congelamento das terras e outras soluções limitativas da produção que não têm em conta situações específicas, designadamente as de grande dependência alimentar, fazendo os agricultores em causa responder por excedentes para cuja produção não contribuíram.</p> <p>Condiciona-se a atribuição de prémios a critérios de extensificação e, nomeadamente, a níveis de encabeçamento por hectare desajustados das condições da agricultura portuguesa e penalizados também de explorações que investiram.</p> <p>Omitem-se, por completo, as produções mais características das agriculturas mediterrâneas, que têm sido até agora mantidas fora do âmbito das propostas da Comissão.</p> <p>(...)</p> <p>A aplicação das soluções propostas pela Comissão, que apontam para uma considerável e generalizada redução dos preços agrícolas, só parcialmente compensada por outras medidas, implicaria um agravamento do difícil panorama do rendimento dos agricultores portugueses e da nossa dependência alimentar.</p> <p>Ao mesmo tempo, com as medidas limitativas e penalizadoras que prevê, congelaria a agricultura portuguesa, em sectores fundamentais, no seu actual e muito insuficiente nível de desenvolvimento, votando-a à marginalização económica. A exigência prevista da retirada anual de terras teria especial impacto negativo nas regiões do Vale do Tejo e Alentejo e, em particular, sobre os produtores nacionais potencialmente mais competitivos.</p> <p>3. Nestas condições, torna-se indispensável que no processo de negociações em curso sejam introduzidos não só elementos de flexibilização, como alterações de fundo no conteúdo das propostas e no seu âmbito.</p> <p>As fórmulas de cálculo das ajudas ao rendimento terão de ser corrigidas, com a consagração de soluções alternativas que não penalizem os agricultores ‘profissionais’.</p> <p>(...)</p> <p>As pequenas e muito pequenas explorações agrícolas devem ser contempladas com uma ajuda complementar ao rendimento, concebida de forma simplificada. (...)”.</p>
<p>20/1/92 Pág. 18/19</p>	<p>Sociedade</p>	<p>Marcial Rodrigues</p>	<p><i>Associação de Municípios do Distrito de Évora apresenta hoje em Bruxelas plano de desenvolvimento da região</i></p> <p><i>Cem propostas para a mudança</i></p>	<p>“A tradição municipalista portuguesa ensina-nos que, quando a Administração Central falta, o poder local avança. a Associação de Municípios do Distrito de Évora elaborou um Plano Integrado de Desenvolvimento que pretende ser o instrumento de planeamento e ordenamento do território que mais ninguém fez. São cem propostas para o desenvolvimento dos diversos sectores económicos, sociais, culturais e políticos do distrito de Évora.</p> <p>(...)</p> <p>Destinado a preencher as lacunas da administração central em matéria de desenvolvimento do território, o Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Évora (Piddev), surgiu em 1989, por iniciativa da MADE, que</p>

				<p>decidiu adjudicar a um consórcio de empresas especializadas a sua elaboração. (...)”.</p> <p>Nota: o plano foi objecto de resistências governamentais, designadamente pela componente político-partidária e pelo facto de o distrito não constituir base de planeamento, sendo unicamente uma região administrativa.</p>
26/1/92 Pág. 45	Local		<i>Cercal do Alentejo Resíduos industriais contaminam águas</i>	<p>“ As águas da Ribeira da Despada e de poços da aldeia das Catifarras, em Cercal do Alentejo, foram contaminadas pela deposição de resíduos industriais numa propriedade desta região. Análises efectuadas pela Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente e pelas autoridades sanitárias revelaram teores de hidrocarbonetos na água até cinco vezes o máximo para consumo humano, de acordo com um comunicado da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, divulgado ontem.</p> <p>A contaminação é atribuída aos resíduos de lavagem de caldeiras e porões de navios provenientes da empresa Limpecal e que há três anos vêm sendo armazenados entre pavilhões abandonados na Herdade da Despada, sem que essa propriedade esteja licenciada para o efeito. Em Dezembro passado, o delegado de Saúde local alerta para o perigo dos resíduos contaminarem os poços e linhas de água, sugerindo a realização de análises. Depois de uma visita ao local (...) o inspector da DGQA disse ao PÚBLICO que a situação não era grave e que o caso era ‘relativamente pouco importante’.</p> <p>A Câmara de Santiago do Cacém rejeita responsabilidades nesta questão e pretende solicitar ao Ministro do Ambiente e Recursos Naturais a tomada de ‘medidas excepcionais’ para a descontaminação das águas. (...)”.</p>
31/1/92 Pág. 10	Política	Ana Sá Lopes	<i>António Campos, na Assembleia da República, renova ataques às associações de classe</i> <i>PS acusa Governo de ‘comprar’ agricultores</i>	<p>“Ontem, no Parlamento, o deputado socialista António Campos voltou a acusar as associações de agricultores de estarem ‘compradas’ pelo Governo. O PSD ironizou: ‘Lá terá o PS que ir pedir novamente desculpas à CAP...’.</p> <p>Entre ataques e contra-ataques, a AR viveu a primeira sessão de ‘exuberância’ verbal do ano de 92. (...)”.</p>
3/2/92 Pág. 28	Cultura	João Paulo Velez	<i>Soror Mariana inspira programa de animação Beja, cidade do amor</i>	<p>“Cenário de uma das mais famosas histórias de amor, Beja busca na mitologia de Mariana Alcoforado um elemento congregador de acções, uma imagem de marca. Ao longo de 1992 promove um vasto conjunto de programas de animação educativa, cultural e turística sob o lema ‘Alentejo ... uma paixão’.</p>
5/2/92 Pág.45	Local		<i>Grândola reafirma recusa de aterro tóxico</i>	<p>“A Câmara de Grândola, reunida em assembleia, repudiou as insinuações feitas pelo secretário de Estado dos Recursos Naturais, António Taveira, sobre a eventual instalação de um aterro de resíduos tóxicos na região. (...)”</p>
6/2/92 Pág. 2/3	Destaque	Ricardo Garcia	<i>Uma seca que ninguém esperava</i>	<p>“ Não bastava já a morte de milhares de peixes, agora a seca adiciona ainda mais problemas ao esvaziamento da barragem do Maranhão. Agricultores, industriais, autarcas e população em geral temem pela falta de água e por quebras na safra deste ano. Sem as esperadas chuvas, o nível da barragem cresce apenas ao ritmo de três exasperantes centímetros por dia. Toda a região vive suspensa do tempo e à espera do inquérito parlamentar. A Associação de Regantes do Vale de Sorraia, que secou a barragem para reparar as comportas, diz, no entanto, que o único culpado é São Pedro.</p>

				<p>Ninguém contava com isto. Quatro meses após o polémico esvaziamento da barragem do Maranhão – o enorme reservatório com capacidade para 205 milhões de metros cúbicos de água que alimenta a economia de uma extensa área do Alentejo – permanece quase seca. A meteorologia tem afastado as nuvens do Sul do país e praticamente nenhuma gota cai sobre os quase dois mil hectares da área anteriormente ocupada pela barragem.</p> <p>O aspecto é desolador, quase desértico, a não ser pelo efémero fio de água que corre sobre o leito seco, dividindo-o em duas metades sem vida. Onde havia água e peixes em abundância, vê-se agora o lodo ressecado e sulcado por rachaduras.</p> <p>(...)</p> <p>Em Outubro do ano passado, após a campanha das culturas de regadio, a Associação de Regantes do Vale de Sorraia esvaziou totalmente a barragem para reparar as suas comportas de fundo, que desde há dez anos apresentava sinais de degradação. A atitude levantou sinais de protesto e alimentou uma acesa polémica, sobretudo devido à morte de milhares de peixes – as estimativas variam entre 250 a 800 toneladas – e ao seu enterramento no próprio leito da barragem. O assunto foi para a primeira página dos jornais e levou à instauração de um inquérito parlamentar para apuramento de responsabilidades.</p> <p>Terminadas as obras, ainda em Outubro, as comportas foram fechadas, mas, numa ironia vingativa do destino, a natureza recusou-se a dar a sua ajuda essencial: não choveu.</p> <p>‘Nunca acreditámos que a barragem não enchesse até Janeiro’, afirma Sérgio Silva, director da Martins e Rebello, uma empresa de laticínios directamente afectada pela seca.</p> <p>(...)</p> <p>O peso maior da infeliz conjugação do tempo seco com o esvaziamento da barragem acaba por recair sobre os agricultores. Em todo o Vale do Sorraia, são raros os tractores e movimento, quando normalmente já se deveria começar a preparar os terrenos para o milho, o arroz, o tomate e o tabaco. Ainda há muito tempo até à época da sementeira, na Primavera, mas os agricultores estão pessimistas. ‘Já nos avisaram que talvez não haja água’, afirma Francisco Lopes, da cooperativa A Luta é de Todos, em Mora.</p> <p>(...) Para o presidente da Câmara de Avis, Raimundo Bartolomeu, a decisão de secar a barragem foi precipitada e, com base nos resultados do inquérito parlamentar, a autarquia poderá exigir compensação pelos prejuízos causados. (...).</p> <p>A associação de regantes, no entanto, alega que a o esvaziamento do Maranhão nada tem a ver com a situação actual. A seca que se tem verificado no país – argumenta um representante, Jorge Dias – é de tal ordem que, mesmo que as comportas não tivessem sido abertas em Outubro, a barragem não teria muito mais do que os sete milhões de metros cúbicos actuais. ‘Eles querem dar uma desculpa absolutamente inconcebível’, contesta o presidente da Câmara de Mora, José Domingos Chitas. (...)’.</p>
<p>6/2/92 Pág. 4</p>	<p>Destaque</p>	<p>João Seabra</p>	<p><i>Seca pode gerar situação desesperada no Sul</i></p>	<p>“ A situação da agricultura a Sul do Tejo ainda não é desesperada. Mas se não chover nos próximos oito dias o cenário poderá ser catastrófico. É o que dizem os</p>

			<i>Uma semana decisiva</i>	<p>agricultores. O Ministério da Agricultura considera a seca como um factor normal. (...).</p> <p>A situação de seca que se vive em Portugal 'começa a ser desesperante e pode vir a ser desesperada', referiu ontem o presidente da CAP, Rosado Fernandes. Esta afirmação é secundada pela Associação de Produtores de Cereais e diversas agricultores, enquanto o Ministério da Agricultura afirma não 'haver informações 'que indiciem situações difíceis'.</p> <p>(...)</p> <p>Em Barrancos, a seca levou já o presidente da edilidade, António Guerra, a reconhecer que 'apesar dos agricultores estarem a fazer um extraordinário esforço de poupança, comprando produtos para alimentar os animais, os lençóis de abastecimento de água às populações estão a esgotar-se'. (...)"</p>
12/2/92 Pág. 45	Local	P.M.F	<p><i>Resíduos tóxicos em Cercal do Alentejo</i></p> <p><i>Empresa procura soluções</i></p>	<p>"A montagem de um aparelho incinerador ou a criação de um aterro sanitários em Santo André são as duas propostas avançadas pelos proprietários da Herdade da Despada na freguesia de Cercal do Alentejo, no sentido de resolver o problema da acumulação ilegal de lixos tóxicos a céu aberto.</p> <p>Como o PÚBLICO noticiou, trata-se de hidrocarbonetos provenientes da limpeza de porões de navios em Porto Brandão, concelho de Almada, pela empresa Limpecal que desde há três anos vinha transportando os resíduos para esta herdade.</p> <p>(...)</p> <p>A referida herdade encontra-se em zona da Reserva Agrícola Nacional. Face a isto, a 'Câmara vai informar a Direcção-Geral da Agricultura do que se está a passar', disse ao PÚBLICO o vereador José Baguinho.</p> <p>A Câmara terá já intercedido, a pedido da empresa, junto da Direcção Geral dos Recursos Naturais no sentido de facilitar a criação de um aterro sanitário em terrenos que lhe pertencem, anexos ao aterro industrial existente em Santo André. (...)"</p>
12/2/92 Pág. 45	Local	Raul Oliveira (correspondente)	<i>Ilha do Pessegueiro: um património em perigo</i>	<p>"Ocupada sucessivamente desde a Idade do Ferro, a ilha do Pessegueiro, em Porto Covo, sujeita a forte erosão marítima e, hoje, à depredação humana, corre perigo de se fracturar em dois blocos. Com um espólio arqueológico e botânico de incalculável valor, só uma acção concertada de várias entidades a poderá salvar.</p> <p>(...)</p> <p>O técnico da Área de Paisagem protegida (do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina) adiantaria que estando em causa a sobrevivência da ilha, é preciso definir as medidas que possam evitar a progressiva degradação provocada pelos visitantes, mas, por outro lado, é importante não a transformar num objecto de admiração só à distância, só de terra. Torna-se necessário portanto, afirmou João Nunes, disciplinar o acesso à ilha, evitando sobrecarregar em número de visitantes que devem ser acompanhados por alguém que explique o valor desse património natural. (...)"</p>
13/2/92 Pág. 27	Ciências	Isabel Salema	<p><i>Efeito de estufa pode diminuir precipitação em Portugal</i></p> <p><i>Portugal 2100:</i></p>	<p>"As relações entre temperatura e pluviosidade não são simples. Há regiões quentes e húmidas, quentes e secas, frias e húmidas e frias e secas. E ninguém sabe o que acontecerá à chuva quando a temperatura subir devido ao efeito de estufa. Mas dois investigadores portugueses</p>

			<i>menos 60 por cento de chuva?</i>	pensam que, em Portugal, a chuva poderá diminuir, criando um deserto no Alentejo. (...)”.
14/2/92 Pág. 54	País	MR/RG	<i>Ecologistas contradizem-se Liga de Protecção da Natureza diz que 'Maranhão' já passou ... Mas contesta Aivados</i>	<p>“O esvaziamento da albufeira do Maranhão, no qual morreram milhares de peixes, não foi ‘um crime ecológico’, afirma o presidente da Liga da Natureza. ‘Pessoalmente não considero que tenha sido um crime ecológico, mas sim um crime económico’, disse Magalhães Ramalho, justificando que na prática a albufeira funciona antes como uma enorme aquacultura do que como uma zona de interesse natural. ‘Por muito que nos custe, o Maranhão já passou’, disse o presidente da LPN. (...)”</p> <p>Esta posição contraria posições anteriormente tomadas pela LPN na altura do esvaziamento, em Outubro passado, quando a associação ambientalista ameaçou entregar uma queixa na justiça portuguesa, por não ter sido feita uma avaliação do impacto ambiental. (...)”.</p> <p>“A LPN entrou, esta semana, com um recurso contencioso de anulação no Supremo Tribunal Administrativo para invalidar a aprovação do estudo prévio da urbanização da Herdade dos Aivados, um projecto de cerca de 40 hectares localizado na Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano. A aprovação foi dada pela Câmara Municipal de Odemira em Setembro do ano passado e ratificada pela Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território (...). A associação argumenta que, por situar-se numa zona de especial interesse ecológico, o projecto viola a Convenção de Berna – destinada a proteger espécies ameaçadas. Além disso, segundo o recurso entregue ao Tribunal, a direcção da área de Paisagem protegida não foi consultada e a aprovação deveria ter sido ratificada pelo ministro do Planeamento e Ordenamento do Território e não pelo secretário de Estado”.</p>
21/2/92 Pág. 50	Local	Pedro Miguel Ferreira	<i>Ruínas romanas em Santiago do Cacém Miróbriga quer pólo turístico</i>	“As ruínas romanas de Miróbriga reúnem um conjunto de características – tal como a localização e o interesse monumental – que, devidamente exploradas, poderão fazer desta estação arqueológica um importante pólo de atracção turística no litoral alentejano. (...)”.
23/2/92 Pág. 52	Local	Marcial Rodrigues	<i>Reguengos de Monsaraz Entre a ruralidade e o desenvolvimento</i>	<p>“Aproveitando os fundos da Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano, Reguengos de Monsaraz está a postar na modernização, com uma ampla carteira de projectos. Mas, em alguns aspectos, o atraso ainda persiste.</p> <p>A Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz vê 1992 como um ano ambicioso. O seu presidente, Vítor Martelo, está a apostar numa série de projectos considerados ‘indispensáveis’ ao futuro do concelho, para superar o atraso que caracteriza a região alentejana em geral.</p> <p>À semelhança de outros concelhos da região, Reguengos de Monsaraz debate-se com uma progressiva diminuição da sua população global, apenas contrariada na sede do município. Se o sector vitivinícola tem estado em expansão – pertence à herdade do Esporão, por exemplo, a maior mancha contínua de vinha da Península Ibérica –, já os agricultores recebem subsídios para não cultivar trigo. ‘Há uns anos estávamos longe de pensar isso’, diz Vítor Martelo, defendendo a construção da barragem de Alqueva que permitirá o regadio em extensas áreas, ‘invertendo a realidade do Alentejo’.</p> <p>(...)</p>

				<p>O turismo é um sector que merece especial atenção, sobretudo a partir de Monsaraz e integrando o património megalítico do concelho – um dos mais ricos da Europa.</p> <p>Votada ao abandono durante muitas décadas, esta vila tem beneficiado de um projecto autárquico de enquadramento paisagístico, que envolve a recuperação das muralhas e dos fortins adjacentes, a criação de parques de estacionamento de 250 a 300 viaturas, a definição de percursos pedonais e a iluminação artística e monumental do castelo.</p> <p>Todos estes melhoramentos implicaram no fim dos chiqueiros de porcos que se encostavam à muralha e privilegiarão a entrada lateral do castelo, remetendo a até agora entrada principal para segundo plano. (...)”.</p>
26/2/92 Pág. 45	Local	PF	<i>Vidigueira lança municípios saudáveis</i>	<p>“Saúde é igual a bem-estar total. Esta a matriz do projecto Municípios Saudáveis, lançado recentemente pelo Centro de Saúde da Vidigueira, um projecto inédito à escala nacional (...).</p>
28/2/92 Pág. 52	Local	Pedro Miguel Ferreira	<i>No litoral Alentejano Protali quer travar turismo</i>	<p>“ Os autarcas de Grândola, numa reunião tida ontem em Lisboa com a comissão de elaboração do Protali (Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano), mostraram a sua preocupação pelos números avançados no programa base desse plano para os projectos turísticos previstos para a faixa Norte desta costa, que se estende de Tróia até Melides numa extensão de 45 quilómetros.</p> <p>Os documentos deste plano (...) propõem nalguns casos números de camas inferiores a metade do proposto no programa-base do PDM local.</p> <p>Em relação à Península de Tróia, o programa-base do Protali contrapõe 1400 camas às 1800 adiantadas pela autarquia. No Carvalhal, projecto de investimento ligado ao Grupo Espírito Santo, o programa aceita apenas 7600 das 9357 previstas no programa-base do PDM.</p> <p>Os casos mais díspares serão, no entanto, os previstos para as Fontainhas e Melides, onde os números de 18.500 camas e 7600 para cada um dos projectos, dão lugar, respectivamente, a 9000 e a 3400 no Protali.</p> <p>(...).</p> <p>Na opinião do autarca as posições agora defendidas no Protali decorrem da crescente importância do ‘lobby’ ambientalista a nível europeu. Do que não gosta: ‘Deixem-nos é proteger o ambiente criando riqueza e desenvolvimento para o concelho’, argumenta. E, como conclusão, promete que ‘se os projectos apresentados não ferirem o que o programa-base do PDM estipula, vão desde já avançar’”.</p>
7/3/92 Pág. 45	Local	Pedro Ferro	<i>Seca na margem esquerda do Guadiana</i> <i>Câmaras decretam ‘calamidade pública’</i>	<p>“ Na margem esquerda do Guadiana, o gado morre à fome, as searas não crescem e agonizam as azinheiras. Não há palha, nem grão, nem água. Tudo por causa da seca.</p> <p>Desespero. Angústia. Impotência. ‘As searas não nasceram. As azinheiras secam, os animais morrem à fome. Temos o cerco criado pela própria natureza. Não sei o que nos guarda o futuro’. De rosto sombrio, o presidente da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, Manuel Silva Brito, era a personificação da mágoa. A mágoa de quem todos os dias vê abrirem-se covas para enterrar vacas que a estiagem mata à fome.</p> <p>Cooperativas agrícolas, associações de agricultores e autarquias juntaram-se ontem na Câmara de Moura, para estudarem e proporem medidas para a situação. Decretaram</p>

				<p>a Margem Esquerda do Guadiana como zona de calamidade pública. Criaram um grupo de trabalho para avançar pospostas. Pedem solidariedade. Reclamam a atenção do Governo.</p> <p>'As culturas de Inverno estão perdidas. As culturas de Primavera não se vão fazer, porque não há humidade suficiente. Não há pastagens nos campos. Não há palha nem feno. A perspectiva para o agricultor é o desastre', observou Manuel Silva Brito.</p> <p>(...)</p> <p>A terra devora as sementes e não dá nada em troca. Aqui há trigo, cevada e aveia enterrados. Mas a terra está de um castanho pálido. Enxuta de água. Gretada. Nem uma só folha verde do cereal semeado assoma entre torrões, num solo que se recusa a dar pão.</p> <p>Uma docença misteriosa anda a matar as azinheiras, ninguém sabe porquê. Os agricultores nunca viram tal razia, é um mal desconhecido. As árvores secam. Os campos ficam troncos e ramos sem folha. A seca poderá não ser alheia a tal desgraça.</p> <p>(...)</p> <p>Manuel Brito propôs que os 'países ricos do Norte da Europa enviem forragens'. Pediu solidariedade. 'Nem nos passa pela cabeça admitir que nos venham propor linhas de crédito. Porque os agricultores estão neste momento a pagar os créditos que lhes foram concedidos pelas intempéries de 1981. Só com subsídios a fundo perdido esta situação pode ser atenuada'.</p> <p>Comum às entidades presentes da reunião foi a defesa da construção do projecto de Alqueva. 'O Alentejo precisa de uma grande reserva de água', disseram'. (...)'.</p>
8/3/92 Pág. 38	Economia	Rute Sousa Vasco	<i>CAP em campanha contra reforma da PAC</i>	<p>" Será precisamente sobre o lema 'Morte à reforma da PAC' que esta confederação promoverá, nos próximos meses, uma série de encontros com agricultores de todo o país (...).</p> <p>A CAP defende a definição de um sistema de quotas, solução que classifica como única alternativa válida para a agricultura da CE. Este sistema permitiria equilibrar os excedentes comunitários, ainda que implicasse alguns sacrifícios. 'Aquilo que nos recusamos a aceitar são subsídios para não produzir', frisou casqueiro.</p> <p>O secretário-geral da CAP deu também conta dos seus receios em matéria de desemprego, caso a reforma da PAC avance, problema que será agravado nas regiões em que a crise rural coincidir com a da indústria têxtil.</p> <p>(...)</p> <p>Em Portugal, acrescentou, só sairiam beneficiados os proprietários agrícolas com mais de 40 hectares, 'que são menos do que doze por cento dos agricultores nacionais' "</p>
13/3/92 Pág. 55	Local	Guilherme Paixão	<i>Mesas do Castelinho, em Almodôvar Três hectares de descobertas arqueológicas</i>	<p>"Em Almodôvar três hectares de terreno encerram vestígios de três épocas históricas. Caçadores de tesouros esventraram a terra e destruíram testemunhos dessas épocas. Com a autarquia e o IPPC alerta, arqueólogos descobrem agora a importância do local, classificado monumento nacional. (...)"</p>
14/3/92 Pág. última	Última		<i>Agricultores querem resposta para a seca</i>	<p>" Cerca de 30 organizações representativas de agricultores do Alentejo defenderam, ontem, que 'compete ao Governo tomar as medidas mais adequadas' para enfrentar a 'situação de catástrofe' provocada pela seca. Os agricultores exigem financiamentos a fundo perdido e o</p>

				pagamento antecipado de prémios e opõem-se a apoios sob a forma de crédito, alegando que 'não vão receber receitas'. (...)".
15/3/92 Pág. 2/3	Destaque	Victor Bandarra	<i>Até o Lunário Perpétuo se enganou</i>	<p>"Se as teorias antigas batessem certas, 1992 seria um bom ano agrícola para o Alentejo. Mas 'isto está tudo mudado'. Assim sendo, os animais morrem à fome e os cereais nem com chuva futura irão vingar. É o descalabro agrícola, financeiro e social, sobretudo no interior alentejano. Até há uma semana, muitos agricultores alentejanos recusavam-se a acreditar que o Lunário Perpétuo também se engana. Mas a esperança morreu: caquéclicas, sem erva para a boca e com a palha a 400 escudos o fardo, centenas de vacas do interior do Baixo Alentejo começaram esta semana a comer as ramas das azinheiras. Asténicas, várias morreram de parto ou doença (...).</p> <p>Nas courelas e mesmo nas herdades, há quem poupe na mercearia para dar de comer às vacas. Com os juros de investimentos passados às costas, agrários deitam mãos à cabeça, não há subsídio comunitário que resista. Na província com maior índice de suicídio do país, o 605 forte começa a circular na cabeça das pessoas.</p> <p>(...)</p> <p>No Alentejo, o orgulho local ressent-se com tantos subsídios, empréstimos, juros bonificados ou a fundo perdido. E agora a seca. (...)"</p>
15/3/92 Pág. 3	Comentário	Carlos Romero	<i>Dois tempos</i>	<p>"Bom tempo, para a cultura urbana significa céu azul, noites cálidas, temperaturas amenas no Inverno e suficientemente altas no Verão, para passar férias à beira-mar. significa, sobretudo, horror à chuva, que é sempre chata, inoportuna e desconfortável.</p> <p>Este entendimento da coisa climatérica não teria nada de reprovável se não se verificasse uma coincidência quase absoluta entre os produtores de informação meteorológica e os adeptos da cultura urbana.</p> <p>Com o país sem chuva há longas semanas, os blocos noticiários das rádios e da RTP ou as referências na imprensa insistem em classificar como 'bom' o tempo para o dia seguinte. (...).</p> <p>Muitos daqueles que se referem à excelência deste Inverno português são os mesmos que, noutra página do jornal, numa reportagem da RTP ou de uma qualquer rádio, lastimam a sorte dos agricultores, ribatejanos, alentejanos, ou transmontanos, que desesperam com a seca e levam as mãos à cabeça perante a possibilidade de um ano agrícola desastroso.</p> <p>Não há volta a dar a isto. Na cidade não se planta trigo, aveia ou batata, as vacas e as ovelhas não pastam nas avenidas. Mas a cidade come. Sobretudo quando os dias agradáveis e sequinhos se sucedem durante demasiado tempo. Tanto tempo, que a carne, o leite, a água, os legumes podem deixar de alimentar a barriga da cidade, descansem, contudo os cidadãos, porque os prados holandeses, e belgas, e irlandeses, continuam verdejantes, as vacas aguentam-se perfeitamente em pé e dão leite e carne de sobra. O Sol pode continuar a brilhar".</p>
15/3/92 Pág. 4	Destaque	Pedro Ferro e Idálio Revez	<i>Arlindo Cunha visita Algarve e Alentejo e ouve agricultores falarem de catástrofe</i>	" O ministro da Agricultura prometeu ontem a transferência de cereais forrageiros europeus a baixo custo para as áreas alentejanas mais afectadas pela actual seca. (...)"

			<i>Ministro promete forragens europeias</i>	
15/3/92 Pág. 36	Desporto	Silvia Freches	<i>Corrida às lebres no Alentejo O renascer de uma tradição</i>	<p>“Esta é de raça, rápida e manhosa. Vão ter que trabalhar muito para a caçarem’. Vozes ansiosas e sorrisos expectantes prontos para a emoção soavam num alto delírio, porque a festa já tinha começado. Assustada, a lebre iniciou uma corrida estonteante sem direcção definida. Segundos depois, quando a presa já tinha conseguido um avanço de algumas dezenas de metros, uma parrelha de galgos era solta por um largador britânico profissional. Estava dado o toque de partida para a primeira corrida de galgos com lebres vivas da IV Prova Restauração que animou Évora.</p> <p>Encarada pelos ‘amantes’ como uma modalidade cinegético-desportiva, a caça à corricão (utilização de um animal como instrumento de caça), com grande tradição em Portugal, começa a ressurgir agora com a força de um desporto popular. Conotada como um desporto elitista e para uma classe social alta, a corrida à lebre, como modalidade, estagnou entre nós, quando as alterações na estrutura fundiária produzidas pela reforma agrária originaram mesmo o seu desaparecimento.</p> <p>O Monte do Cume viu nascer, em 1988, depois de 14 anos de ausência, esta modalidade de caça, que assume, segundo os seus aficcionados e organizadores de competições grande relevo a nível do desenvolvimento regional e da promoção dos recursos cinegéticos do Alentejo.</p> <p>A prova Restauração – corrida de galgos com lebres vivas – é a legítima representante desses objectivos.”</p>
17/3/92 Pág. 54	Local	Guilherme Paixão	<i>Populações suplicam ‘Senhor, mandai-nos chuva’</i>	<p>“A chuva continua a faltar. A seca ameaça a agricultura e a pecuária. Em muitas zonas, as colheitas já estão perdidas, sobretudo no Alentejo. Enquanto associações de agricultores pedem ao governo que tome medidas, as populações viram-se para a igreja e organizam procissões e vigílias onde imploram à virgem e aos santos água para os campos sedentos. (...)”.</p>
17/3/92 Pág. 56	País	JPV	<i>Carência pode pressionar decisão favorável sobre Alqueva</i>	<p>“Os anos de seca são aliados dos adeptos da barragem de Alqueva. Cada vez que a água escasseia no Alentejo volta a falar-se na urgência da conclusão do maior lago artificial da Europa, como grande reservatório para abastecer populações e irrigar campos na vasta região sujeita a crescente desertificação. (...)”.</p>
22/3/92 Pág. 16	Política	Pedro Ferro	<i>Guterres foi a Beja e fez promessas</i>	<p>“A criação de um gabinete de emergência de combate à seca do Alentejo foi antecorrem reclamado em Beja pelo secretário-geral do partido socialista, durante uma deslocação considerada de ‘solidariedade com a região’.(...)”</p>
22/3/92 Pág. 26	Sociedade	Victor Bandarra	<i>Oito horas a pé, a pedir chuva, até ao Santuário da Senhora d’Aires À espera do milagre</i>	<p>“A fé move montanhas, mas ainda não fez chover este ano. Em Évora, o padre Filipe não desiste. Um grupo de fiéis cumpriu ontem 37 quilómetros até à Senhora d’Aires. Todos a rezar por chuva. Homens de outra fé dizem que ‘isto não vai lá nem com milagres(...)”.</p>
22/3/92 Pág. 53	País	Raul Oliveira	<i>Sines Ambiente (no) complexo esteve em debate</i>	<p>“A incineradora de resíduos tóxicos e perigosos prevista para a região e as agressões ao ambiente provocadas pela indústria do complexo estiveram em foco no debate subordinado ao tema ‘Ambiente na Cintura Industrial de Sines – Viver neste Ambiente?’. (...)”.</p>
25/3/92 Pág. 2/3	Destaque	José Fragoso	<i>Subsídios contra a seca só a fundo</i>	<p>“A grave situação nos campos provocada pela falta de chuva e o medo dos reflexos da reforma da PAC levaram</p>

			<p><i>perdido</i></p>	<p>cerca de dois mil agricultores alentejanos a concentrar-se em Évora. Pediram dinheiro a fundo perdido ao Governo da CE. e acusaram os políticos de só pensarem neles próprios.</p> <p>(...)</p> <p>A concentração – a primeira organizada pela CAP em Évora, num espaço aberto nos últimos 18 anos – teve o seu momento alto com a intervenção de Rosado Fernandes, seu presidente (...): ‘os políticos só actuam se tiverem medo, não é com palavrinhas doces. Quando metermos medo aos políticos, o dinheiro vai aparecer’.</p> <p>A situação de seca no Alentejo – considerada por muitos agricultores como ‘a maior dos últimos cem anos’ – funcionou como principal elemento mobilizador para esta concentração.</p> <p>A falta de chuva já provocou danos irreparáveis nas searas e os criadores de gado queixam-se da morte de animais ‘por não terem pasto para comer nem água para beber’.</p> <p>É o caso de Mariano José, de 48 anos, proprietário de nove hectares de terra em São Pedro da Gafanhoeira (Arraiolos), onde faz criação de bovinos. ‘Vim por causa da falta de água. Não há comida para dar aos animais. Aqui no Alentejo está tudo muito mau. O Governo quer acabar com as pequenas explorações’, disse ao Público (...).</p> <p>Mais velho, Inácio Caeiro, de 66 anos, a viver em Évora, foi à concentração porque tem ‘um cento de ovelhas’ e não tem comida para lhes dar. ‘ O nosso país está encostado à CEE. Por isso, queremos que nos dêem uma ajuda para dar de comer às ovelhas. Há cem anos que não se vê uma seca assim!’.</p> <p>E quanto à questão da reforma da Política Agrícola Comum? ‘Isso eu não quero saber de política. Eu vim para ver o que é que os homens dizem e para nos darem uma ajuda, da CEE ou do nosso Governo. Dá-se dinheiro para tanta coisa, também podem olhar para os mais pequenos’.</p> <p>Idênticas preocupações levaram a Évora Leonardo dos Santos, de 58 anos, proprietário de 30 hectares de trigo em Messejana, no vizinho distrito de Beja: ‘Não se colhe nada este ano. As searas estavam feitas e agora está tudo a morrer. Vim ver se há alguma solução para isso, uma ajuda qualquer. Já viu o que é? A gente joga para lá o dinheiro todo e agora não colhemos nada’.</p> <p>Por isso, quase todos os dirigentes do associativismo agrícola presentes pediram ao governo que considere o Alentejo em situação de emergência e reivindique junto da CE os subsídios a que os agricultores têm direito’. Manuel Rebocho, da Associação de Agricultores do Distrito de Évora: ‘A nossa região está profundamente em falência, para não dizer que está totalmente falida’. (...)</p> <p>O projecto da barragem de Alqueva também voltou a ser tema para as críticas dos agricultores. Manuel Brito, director da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, a zona mais afectada pela seca, disse que a ‘barragem já devia estar feita há mais de 50 anos. Henrique Mira Coroa, da Associação de Agricultores do Baixo Alentejo, reforçou a ideia: ‘Tem de voltar a falar-se do Alqueva. Todos os anos há problemas de falta de água e, sem água, o Alentejo vai morrer. Os políticos só se lembram do Alentejo quando há eleições ou quando passam por aqui a caminho das praias do Algarve’.</p>
--	--	--	-----------------------	---

25/3/92 Pág. 4	Destaque	Manuel Carvalho	<i>'Funcionários públicos da natureza, não obrigado!' As razões da CAP no protesto à PAC</i>	<p>“ Se os agricultores portugueses têm motivos para protestar contra o projecto de reforma da PAC, que se dirá dos franceses ou holandeses? O que parece preocupar a CAP é mais o perfil do novo agricultor que se propõe do que as incidências directas da reforma nos rendimentos agrícolas. Ao protestar veementemente contra a reforma da PAC em tons que por vezes raíam o paroxismo, a Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP) mais não faz do que juntar-se ao coro de contestação comumente partilhado pelas organizações da COPA, a cúpula do associativismo agrícola comunitário, na qual a CAP assume a vice-presidência. Outra situação não seria aliás de esperar de um sector que sempre foi superprotegido e que agora começa a ver o futuro ensombrado pela nova política agrária proposta pelo comissário Ray MacSharry.</p> <p>'Morte à PAC', clamou há poucos dias José Manuel Casqueiro. (...)</p> <p>Em última instância, a CAP é de opinião que os modelos de agricultura privada que defende serão definitivamente postos em causa com a actual reforma. 'os agricultores não poderão nunca ser funcionários públicos da natureza, pagos para não produzir', disse há tempos Rosado Fernandes. E por outro lado há ainda a questão da 'dependência nacional' levantada por José Manuel Casqueiro. As restrições produtivas vão, na verdade, implicar o congelamento da produção nacional, o que pode sem dúvida perpetuar a dependência alimentar endémica do país.</p> <p>O que mais preocupa a CAP é, por isso, a perspectiva pouco lisonjeira de ter pela frente um sector onde o dinamismo e a capacidade de iniciativa dos agricultores não tem lugar. (...)”.</p>
28/3/92 Pág. 21	Sociedade	José Fragoso	<i>Soares solidário com regiões atingidas pela seca 'O que vi é uma calamidade'</i>	<p>“ Mário Soares foi ontem ao Baixo Alentejo olhar de perto os efeitos da seca nas searas e animais. Viu que a colheita de 92 está perdida, assistiu ao enterro de uma vaca que morreu de fome e ouviu queixas dos presidentes de câmaras de todo o distrito de Beja, preocupados com os reflexos da falta de água noutros sectores da economia e no abastecimento às populações. (...)”.</p>
24/3/92 Pág. 24	Sociedade	Ricardo Garcia	<i>Ministério Público e ambientalistas querem que tudo fique como antes em Mértola</i>	<p>“ A polémica arrasta-se há anos e chega agora à barra do tribunal – pela primeira vez a nível nacional. Numa zona considerada de elevado interesse natural, ecológico e histórico, a Soporcel plantou 50 hectares de eucaliptos. Cercada com um enorme arame farpado, a Herdade dos Cachopos – uma propriedade com cerca de 1200 hectares no concelho de Mértola – rejeita os intrusos com uma tabuleta de mensagem clara, junto a uma cancela: 'Regime cinegético especial. Zona de caça turística. Proibida a entrada de pessoas estranhas'. Dentro dos limites da cerca, porém, não há caçadores, nem cães, nem vigilantes, nem quaisquer estruturas que sugiram actividade. No seu lugar, fileiras uniformes de eucaliptos jovens balouçam com o vento, a perder de vista sobre o terreno ondulado, estendem-se valas abertas para novas árvores que nunca foram plantadas.</p> <p>Não há vivalma ao redor e, diante da pacatez, é difícil imaginar que as árvores e as valas estão no centro de uma polémica que se arrasta há anos e que agora chega à barra do judicial. Às 10 horas de hoje, o tribunal do círculo de</p>

				<p>Beja inicia o julgamento da empresa produtora de pasta de papel. Soporcel. acusada pelo Ministério Público de destruir os atributos naturais de uma zona de reconhecida importância, com base numa denúncia da Associação de Defesa do Património de Mértola.</p> <p>O julgamento é aguardado com expectativa, por se tratar do primeiro caso, a nível nacional, de uma acusação de foro ambiental a uma empresa que chega a tribunal.</p> <p>Numa acção com 38 quesitos, o Ministério Público quer que a Soporcel reconheça que a Herdade dos Cachopos pertence a uma zona de elevado interesse natural, ecológico e histórico e que reponha a situação anterior à plantação de cerca de 50 hectares de eucaliptos e às remoções de terra em mais de 100 hectares da propriedade.</p> <p>(...)</p> <p>O caso da Herdade dos Cachopos arrasta-se há mais de quatro anos, desde que a Soporcel comprou a propriedade. (...). Em princípios todos eram contra. A utilização dos Cachopos para esse fim representava uma ameaça aos planos da Associação de Defesa do Património de Mértola, que pretendia ver criado, numa zona do concelho junto ao rio Guadiana, um parque natural regional. A proposta de criação do parque foi apresentada pela associação e pela Câmara Municipal de Mértola à CCR do Alentejo em 1986, mas até hoje a área protegida não saiu do papel.</p> <p>Grande parte da Herade dos Cachopos argumentava ainda a Associação, situa-se numa zona classificada pelo programa comunitário Corine, destinado a identificar áreas de interesse para a preservação. A propriedade está integrada no Biótopo 043, que abrange todo o vale do Guadiana inferior, numa área de mais de 40 mil hectares e onde habitam 170 espécies de vertebrados, dos quais 110 são aves selvagens. A importância do biótopo deve-se, também, à densidade e qualidade dos sítios de importância histórica e arqueológica.</p> <p>(...)</p> <p>Sob o nome 'Plano de Ordenamento de Uso Múltiplo' da Herdade dos Cachopos, a empresa proponha-se concretizar uma experiência compatibilizando as espécies de crescimento rápido com a preservação e a melhoria do ambiente. O projecto previa a plantação de eucaliptos em 414 dos 1200 hectares da propriedade - 35 por cento. Metade da área dos Cachopos serviria como zona de protecção da fauna e flora, 13 por cento para a implementação de montados de sobre, azinho e pinheiro manso, e o restante ficaria para olivais, figueiras, áreas sociais e hortas.</p> <p>O projecto cativou a sensibilidade da Direcção-Geral das Florestas e acabou por ser aprovado, mas logo que os trabalhos recomeçaram, os ambientalistas voltaram a contestá-lo. (...)"</p>
<p>31/3/92 Pág. 26/27</p>	<p>Sociedade</p>	<p>Manuel Carvalho</p>	<p><i>E. Boehnke ao Público</i></p> <p><i>'Pesticidas estão a aumentar o número de alergias e doenças crónicas'</i></p>	<p>" A agricultura intensiva está a destruir o ambiente e a levantar novos problemas à saúde humana. Embora estes ainda não se façam sentir entre nós, os consumidores e a comunidade científica europeia mostram-se cada vez mais preocupados. O especialista alemão E. Boehnke, da Universidade de Kassel, esteve em Portugal para falar da questão e, em entrevista ao Público, advogou uma agricultura biológica. Até porque diz, resta pouco tempo para 'salvar o planeta'. (...)</p>

				<p>“Não podemos falar apenas nas implicações directas na alimentação. Descobrimos que uma boa parte da população das zonas rurais está doente. A percentagem de alergias está a aumentar por toda a Europa por causa dos pesticidas. Um outro problema são as doenças crónicas, uma vez que alguns componentes dos pesticidas actuam no sistema imunológico humano. (...) por isso torna-se indispensável avançar com uma agricultura biológica”. (...)”</p>
31/3/92 Pág. 27	Sociedade	MC	<i>Agricultores, jovens e ecologistas</i>	<p>“ Passaram-se sete anos desde o nascimento da Agrobio, a Associação Portuguesa da Agricultura Biológica, e só agora os seus promotores começaram a sentir uma ténue compensação para o pioneirismo de uma ideia orientada para uma classe profissional profundamente tradicionalista. Em Barcelos, na sala onde no passado fim-de-semana decorreu o VII Encontro da Agrobio, uma plateia na maioria composta por jovens barbudos, de ar pouco propenso a formalidades, dava a cor da associação. ‘Somos cerca de 1300 associados, mas nem todos são agricultores. Há imensos ecologistas a apoiar o nosso projecto’, explica o presidente, Lopes Aleixo. Comum a todos, uma prioridade: ‘Actuar com todo o respeito pelo ambiente’.</p> <p>Existem em Portugal cerca de 100 explorações a actuar segundo este modelo da agro-biologia. Principais produtos: vinho, citrinos, azeite e hortícolas. Quanto a resultados, ‘ninguém pode dizer que não está contente’. A produção é facilmente colocada no mercado por preços 20 a 30 por cento superiores ao normal. (...)”.</p>
11/4/92 Pág. 46	País	Ricardo Garcia	<i>Sines Empresa diz que incinerador não polui</i>	<p>“ A ecodri decidiu divulgar detalhes sobre o projecto de um incinerador de resíduos perigosos em Sines e de aterros controlados no Norte e Sul do País. A empresa diz que há riscos para a população, mas as Câmaras locais não acreditam. (...)”.</p>
18/4/92 Pág. 38	Local	Ana Fernandes	<i>Traçado do IP7 destrui cerca de vinte hectares de vinha Vinho engolido pelo alcatrão</i>	<p>“(…) Mais de duas dezenas de viticultores de Borba sentem-se prejudicados com o projecto da via rápida Lisboa-Madrid (IP7), que lhes corta a meio as propriedades, ou as destrui por completo. São produtores de VQPRD, mas se a estrada lhes destruir algumas das castas obrigatórias para classificação o seu vinho perderá o valioso rótulo. Para o recuperarem, terão, como obriga a lei, de esperar quatro anos. Até lá, é a subsistência que está em causa.</p> <p>O traçado da estrada atravessa o concelho ao longo de quase 20 quilómetros, encontrando as vinhas a meio do trajecto, na Ourada. Com 40 metros de largura, a faixa alcatroada traça uma linha preta por cima de perto de 20 hectares de vinhas e destrui mais umas quantas devido ao movimento de terras. (...)”.</p>
18/4/92 Pág. 42	Local	Pedro Ferro	<i>Serpa Seca afecta produção de queijo</i>	<p>“A seca alentejana enfraqueceu este ano a Feira do Queijo de Serpa, que hoje termina naquela que vem sendo conhecida como a vila branca, do lado de lá do Guadiana. (...)</p> <p>A concorrência de queijo que se faz passar por Serpa ameaça o futuro do queijo artesanal. Mas o maior perigo que se coloca à sua preservação parece ser o da inexistência de continuadores de um saber que está na origem de tal sabor. São poucos os jovens a dedicar-se à actividade, queixam-se os roupeiros de Serpa. A arte da rouparia pode morrer com o último dos seus artesãos. (...)”.</p>

<p>27/4/92 Pág. 21</p>	<p>Sociedade</p>	<p>Rogério Gomes</p>	<p><i>Espécie em crise preocupa produtores alentejanos</i></p> <p><i>O sobreiro está com 'stress'</i></p>	<p>“O sobreiro está a morrer no Alentejo. As causas foram estudadas e são múltiplas. É um ecossistema em crise e fala-se mesmo em stress da espécie. Uma das soluções, a mais radical, pode ser a suspensão da campanha da cortiça este ano. De qualquer modo, a paisagem alentejana vai mudar. (...) Sendo uma das árvores que sobrevive há mais tempo na Península Ibérica, o sobreiro pode estar a enfrentar um processo de extinção semelhante ao que atingiu outras espécies, animais e vegetais, há milhões de anos. ‘Se não fizermos nada, desaparecerá, tal como os dinossauros, perante alterações do seu ecossistema natural’, reconhece Teresa Cabral, engenheira agrónoma da Estação Florestal Nacional, que coordena os estudos sobre o declínio do sobreiro. (...) Entre as causas identificadas, a mais consensual (...) é a da sobre-utilização dos solos, que dura há décadas, enfraqueceu as condições de vida do sobreiro e que as pragas que afectam as árvores surgem como consequência da fragilização da planta e do conjunto da vegetação que lhe está associado’. ‘O abate de sobreiros, com a diminuição do seu número por hectare, as campanhas de incentivação da agricultura de cereais a partir dos anos 50 e a intensificação da criação de gado’, são, segundo a coordenadora do estudo, alguns dos factores que levaram aos desequilíbrios do meio em que os montados de sobreiro se desenvolveram. ‘É preciso sensibilizar os produtores para a necessidade de fazerem opções. Terão que estar cientes que não é possível um mesmo terreno ter rendimento de várias fontes, sem comprometer a médio prazo toda a produção. Quem quiser ter cortiça, terá que se consciencializar que não pode cometer excessos na pastorícia ou cultivo de cereais’, afirma Fernanda Cabral. Outra causa identificada relaciona-se com o incorrecto descortiçamento das árvores. A diminuição do número de sobreiros e do calibre da cortiça retirada levou muitos produtores a uma extracção acima dos níveis exigíveis, quer pela diminuição dos ciclos, quer pela aproximação cada vez maior dos ramos, o que leva a um enfraquecimento progressivo da espécie. (...) Não se trata apenas de um problema económico e social, embora, no caso português, estas vertentes sejam particularmente importantes – adianta Teresa Cabral –, mas ainda de uma questão ecológica de grande importância. A Península Ibérica e particularmente a zona de sobrado é uma plataforma de descanso para as aves migratórias entre o Norte de África e a Europa. O seu desaparecimento pode significar também o desaparecimento dessas espécies animais’. (...) o grupo responsável pelo estudo referido está a elaborar ‘uma carta de aptidão sobricola da região, para tentar um ordenamento que mantenha o sobreiro nos locais em que o seu desenvolvimento não tem apresentado problemas e limitar a sua cultura nos outros’. (...)”</p>
<p>1/5/92 Pág. 6/7</p>	<p>Presidência Portuguesa</p>	<p>Isabel Arriaga e</p>	<p><i>Presidência pressiona Doze para acordo em</i></p>	<p>“Arlindo Cunha não desarma e vai pressionar os Doze para que cheguem a acordo sobre a Reforma da Política</p>

		Cunha (Bruxelas)	Maio	<p>Agrícola Comum na próxima reunião de Maio. Mas a oposição da Comissão Europeia ao texto da presidência portuguesa faz temer que a reforma fique a meio caminho. (...)</p> <p>O comissário (MacSharry) acusa o novo documento de se afastar da filosofia das suas propostas iniciais, assente em quebras dos preços agrícolas para controlar a produção compensadas por ajudas directas aos pequenos agricultores. (...)"</p>
5/5/92 Pág. 56	País	PF	<i>Congresso do Alentejo vai promover Alqueva</i>	<p>"Uma reunião política onde a componente técnica e científica desempenhará um lugar subsidiário, é o que se projecta para o Congresso Extraordinário sobre o Alentejo, a realizar em Beja a 13 de Junho.</p> <p>Ao que tudo parece indicar, o Congresso não será mais do que uma campanha a favor do complexo de Alqueva. A marcação da iniciativa para Junho obedece ao calendário que prevê para essa altura uma decisão definitiva, comunitária e do governo português, sobre o futuro da grande barragem do Guadiana e do plano de rega que lhe está associado.</p> <p>Subordinado a um único tema - 'Água, factor de desenvolvimento' - o congresso deverá ser uma voz unânime da região a reclamar Alqueva. Uma reivindicação reforçada pelas cicatrizes da seca. (...)"</p>
6/5/92 Pág. 56	País	JC	<i>Organizações do Baixo Alentejo criam comissão contra a seca</i>	<p>" Representantes de associações e cooperativas decidiram (...) criar uma comissão de seca do Baixo Alentejo que promova e reivindique junto do Governo medidas para atenuar os efeitos da seca na região.</p> <p>A comissão de seca é constituída por três associações - de Criadores de Ovinos do Sul, Comercial do Distrito de Beja e de Municípios do Distrito de Beja - e pelo Núcleo Empresarial da Região de Beja (NERBE).</p> <p>Com a comissão (...) pretendem 'criar uma força global, com unidade de acção, que lute pelo distrito', disse Artur Pais, presidente do Nerbe, que acrescentou: 'se for cada um para seu lado, estamos a cavar a nossa sepultura'.</p> <p>No encontro foi criticada a comissão consultiva do Ministério da Agricultura, criada para analisar os problemas provocados pela seca e na qual tem assento a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas, a Associação de Agricultores do Baixo Alentejo e a Associação dos Jovens Agricultores Portugueses (AJAP).</p> <p>'Ninguém mandatou essas estruturas para nos representar e as entidades mais representativas da região não estão representadas' na comissão governamental, disse Castro e Brito, presidente da Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS). (...)"</p>
8/5/92 Pág. 52	País	Pedro Miguel Ferreira	<i>Seminário europeu em Castro Verde</i> <i>"Apanhar o TGV da Agricultura"</i>	<p>" A princípio falava-se da protecção de uma ave - a abetarda. A 'reboque' vem o agro-turismo, o turismo de observação, os produtos regionais. Trata-se do projecto das Planícies de Castro Verde, hoje em debate num seminário europeu.</p> <p>Debater o projecto planícies de Castro Verde é motivo para o encontro, naquela vila alentejana, de representantes de países da Comunidade e do ministro português da Agricultura. Arlindo Cunha. Em foco estará também o futuro da agricultura europeia em geral. (...)"</p> <p>Cerca de três mil hectares por um milhão de contos será o negócio que poderá ajudar a manter o habitat desta ave, que</p>

				<p>gosta das estepes e se dá bem nas planícies alentejanas de cereais. (...)</p> <p>Para os agricultores locais, esta acção poderá trazer uma saída para o impasse da situação actual da agricultura. Foi em busca de alternativa que há três anos formaram uma associação. O tom claro dos terrenos gastos da região, que na Primavera se atapetam de esteva, baptizou-a facilmente de Associação Campo Branco. 'É uma associação de terras pobres', explica João Alegre, engenheiro técnico agrário, seu presidente. (...)</p> <p>Embora por concluir, as ideias-chave deste plano estão já delineadas, será o que chamam de 'reordenamento cultural' e 'diversificação de rendimentos', como se lê num texto de divulgação do PDAR (Plano de Desenvolvimento Agrícola Regional).</p> <p>(...)</p> <p>Na opinião da Associação, uma das saídas poderá ser a comercialização de produtos regionais de qualidade – o mel, os enchidos, a aguardente de medronho.</p> <p>O encontro com a Liga surgiu há dois anos, quando, como refere, 'eles apareceram aqui principalmente contra o eucalipto'. O projecto de aquisição dos terrenos às empresas de papel, de forma a preservar o habitat da abetarda, viria a interessar a associação. Permitindo desenvolver actividades no domínio da observação de aves e o agro-turismo. A cultura dos cereais servirá agora à manutenção do espaço tradicional da ave, procurando-se obter subsídios comunitários para os novos projectos.</p> <p>Também o Serviço nacional de Parques, reservas e Conservação da Natureza elaborou já uma proposta de classificação da zona como 'zona de protecção especial' de uma área de 88 mil hectares, abrangendo os concelhos de Castro Verde, Aljustrel, Beja, Almodôvar, Ourique e Mértola. Esta área é importante não só para a abetarda, como para mais 16 espécies abrangidas pela directiva das aves selvagens. (...)</p> <p>Como garante António Colaço (engenheiro técnico agrário destacado da equipa do PDAR), tudo se decidirá muito rapidamente. 'Este processo da agricultura é um TGV que está aí a passar. Se não se apanha agora, já não se apanha', conclui ele".</p>
13/5/92 Pág. 46	Local	Ana Fernandes	<p><i>Câmara de Arraiolos vai lançar proposta de classificação</i></p> <p><i>Ribeira do Divor à espera de protecção</i></p>	<p>"Rasga ao meio o concelho de Arraiolos, levando no seu curso vestígios do passado e destruições do presente. Todos falam em protegê-la, mas das promessas às acções passam-se anos de abandono e pressões diversas. Querem-lhe chamar Reserva natural da Ribeira do Divor, um 'baptismo' que espera a difícil viagem das ideias à prática. (...)</p> <p>Neste meio tempo, desde a sensibilização autárquica até ao actual esboço de concretização do projecto, o abandono foi o companheiro fiel da ribeira. Por entre os montes alentejanos, abre-se uma paisagem praticamente selvagem, salpicada de lembranças de uma vida ao sabor das correntes, embalada pelo ritmo das mós sobre os grãos de trigo.</p> <p>Na Herdade da Lapa, um dos 16 moinhos de água que existem ao longo da ribeira de Divor é apenas uma pálida recordação do que eram os velhos tempos da moagem. Ficaram as paredes erguidas por cima dos pedregulhos, o rasto da pilhagem e a invasão da natureza. E tirando</p>

				<p>honrosas excepções, são mais de duas dúzias de conjuntos representativos da arqueologia industrial que o tempo e os homens vão corroendo. (...)</p> <p>É a mistura entre a história e a natureza e o seu exemplo como 'um bom casamento do homem no seu ambiente' que constitui, segundo Miguel Araújo, da direcção da delegação regional da LPN de Évora, a principal potencialidade da ribeira.</p> <p>E se a sobrevivência dos traços do passado já é uma das grandes preocupações das entidades envolvidas com a classificação da ribeira, a salvaguarda do património florístico e faunístico completa o quadro de prioridades a estabelecer.</p> <p>Águias cobreiras e raposas na mira dos canos dos caçadores, pinhais e montados de sobre e azevinho à sombra de projectos de eucaliptização e uma vida fluvial quase inexistente, sufocada pelos pesticidas lançados num leito seco de água e de areias roubadas para a construção. Todas estas pressões, que pontualmente a autarquia tenta travar, só seriam controladas com a protecção efectiva da ribeira. É este o objectivo do município (...)"</p>
15/5/92 Pág. 63	Local	Marcial Rodrigues	<i>Congresso extraordinário sobre o Alentejo A água é um problema político</i>	"A seca na região alentejana trouxe de novo à consciência das populações a importância vital da água. E é a causa da convocação extraordinária do Congresso sobre o Alentejo, que terá como tema principal 'A água, factor de desenvolvimento'. (...)"
17/5/92 Pág. 62	País	Pedro Ferro	<i>Encontro Internacional sobre o Guadiana Alqueva começa a ficar mais perto</i>	"A expectativa quanto ao futuro do projecto de Alqueva dominou os debates sobre o rio Guadiana. A visita do comissário responsável pelos assuntos regionais na CE e algumas confidências feitas ontem pelo ministro da Agricultura fizeram subir a esperança. Em Serpa, muita gente se convenceu de que Alqueva vai mesmo por diante. Devolver o rio às populações ribeirinhas, casando ecologia e desenvolvimento, foi a fórmula avançada no 2º Encontro Internacional sobre o Guadiana, ontem concluído em Serpa."
18/5/92 Pág. 2/3	Destaque	João Paulo Velez e Marcial Rodrigues	<i>Alqueva na hora do regresso</i>	"(...). São sintomas mais do que evidentes para poderem ser escondidos: o Governo prepara terreno para a eventual retoma de um projecto que é visto, a par de outros, como decisivo para mudar a face de uma região que se desertifica. (...)"
21/5/92 Pág. 8	Comunidade Europeia Presidência portuguesa	Isabel Coutinho	<i>A PAC e a CAP</i>	" 'Somos a favor da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), não gostamos desta, mas sabemos que a antiga não se pode manter' - é esta a posição da Confederação de Agricultores Portugueses (CAP), que ontem deu uma conferência de imprensa na sua sede para tornar públicas as conclusões da audiência que teve na segunda-feira com o primeiro-ministro, Cavaco Silva. <p>'Não temos dúvidas de que esta reforma vai ser aprovada, mas os políticos que a fizerem e assumirem terão que arcar com as consequências. O texto actual não tem uma única medida que proteja a agricultura portuguesa, nada consagra a nossa pobreza', afirmaram o presidente e o secretário-geral da CAP, respectivamente Rosado Fernandes e José Manuel Casqueiro.</p> <p>Se for aprovada a actual proposta da presidência portuguesa, vêem a necessidade da 'concepção e execução de medidas de carácter social que apoiem os agricultores e a agricultura, como sejam as medidas complementares previstas, ligadas à cessação da actividade, à pré-reforma e à florestação'. Esta será uma forma de compensar o país do</p>

				'golpe inevitável que vai ser infligido ao seu desenvolvimento, como país importador que é'. (...)'.
22/5/92 Pág. 6	Comunidade Europeia Presidência Portuguesa	Isabel Arriaga e Cunha (Bruxelas)	<i>Três dias e duas noites para conseguir acordo histórico O grande passo da reforma possível</i>	<p>"A presidência portuguesa conseguiu ontem um acordo histórico sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) que ainda recentemente parecia impossível. (...). 'A reforma não é a perfeita. Foi a possível. Espero que seja um contributo para que o mundo rural tenha futuro', afirmou Arlindo Cunha, no final da reunião.</p> <p>No encontro de ontem está uma alteração radical da filosofia de 30 anos de agricultura comunitária, baseada num sistema de prémios à produção por via de preços garantidos, mas imposta pela necessidade de acabar, de uma vez por todas, com os excedentes de produção. Esta reforma implicará uma redução importante dos preços dos principais produtos agrícolas – nomeadamente uma baixa de 29 por cento para os cereais - , compensada na íntegra por ajudas directas ao rendimento dos agricultores acompanhada da retirada obrigatória de 15 por cento das terras aráveis (set-aside) para as grandes explorações.</p> <p>O presente acordo permitirá igualmente à Comunidade encarar de forma mais firme as negociações do GATT para a liberalização do comércio internacional, uma vez que a redução dos preços internos implica a eliminação das subvenções à exportação, a principal causa do impasse com os Estados Unidos?"</p>
22/5/92 Pág. 6	Editorial	Jorge Wemans	<i>A PAC morreu, viva o GATT</i>	<p>" (...) . Com os complexos mecanismos de que se foi dotando ao longo de décadas, a PAC visava objectivos simples: pôr termo à crónica dependência alimentar da Comunidade, suavizar o êxodo rural, fixando tanto quanto possível a população rural. Numa década, o primeiro objectivo foi alcançado. Pela primeira vez na história, a Europa dos seis dava de comer aos seus habitantes sem precisar de importações. E ninguém pode medir o que teria sido o impacto social de um êxodo rural ainda mais rápido do que o conhecido pela Europa do pós-guerra.</p> <p>Para obter tal efeito, os seis desviaram-se das regras do mercado. Fecharam as fronteiras à importação de alimentos baratos. Fixaram e garantiram altos preços à produção interna. E apoiaram o aumento da produtividade agrícola e animal incentivando o investimento. Foi uma história de sucesso escrita contra o mercado.</p> <p>Graças aos elevados preços a que podiam vender os seus produtos, os agricultores europeus semearam trigo nas rochas e criaram gado sem pastagens. Endividaram-se na proporção dos rendimentos esperados. E foi o início dos excedentes de produção, invendáveis ao exterior sem subsídios que cobrissem o diferencial entre o preço interno garantido por Bruxelas e o preço no mercado mundial.</p> <p>A PAC morreu ontem. Quem mais produzir terá de abandonar terras. Do ponto de vista alimentar, a Europa já é auto-suficiente. Reintroduz agora as regras de mercado e abre (a prazo) a sua agricultura e pecuária à concorrência externa. Vai, inclusive, pagar aos agricultores para eles deixarem de produzir.</p> <p>A paisagem europeia vai modificar-se. Em alguns casos, as alterações serão dramáticas. Ficam muitos problemas por resolver, mas caminha-se na boa direcção da racionalidade económica. E o Terceiro Mundo ganha um novo mercado em que até agora não entrava. (...)"</p>
22/5/92	Comunidade	Pedro	<i>A Associação Terras</i>	"O programa comunitário Leader, destinado à reanimação

<p>Pág. 9</p>	<p>Europeia Presidência Portuguesa</p>	<p>Ferro</p>	<p><i>Dentro vai escolher projecto modelo</i></p> <p><i>Líder entre os Leader</i></p>	<p>do mundo rural, pode ser ampliado. Para isso, é preciso encontrar um modelo de aplicação bem sucedido. Quatro das 213 entidades gestoras do programa vão procurá-lo. Uma delas é a associação alentejana Terras Dentro.</p> <p>(...)</p> <p>Alqueve significa, no Alentejo, terra lavrada. Fazer o alqueve, ou alquevar, é meter a charua à terra, rasgar-lhe regos, preparar o solo para receber e fecundar a semente. Alqueve é uma palavra de raiz árabe e, para a Terras Dentro, envolve um sentido emblemático óbvio: o de rasgar o Alentejo, ou uma parcela dele, preparando-o para uma sementeira de desenvolvimento.</p> <p>O programa leader trouxe algumas novidade relativamente às propostas comunitárias clássicas: pela primeira vez, a gestão de programas é entregue a entidades não estatais: pela primeira vez, também, os três fundos contidos no Quadro Comunitário de Apoio – FSE, FEDER e FEOGA – deixam de ser compartimentados e convergem num mesmo objectivo: o da reanimação do mundo rural, classificado nos objectivos 1 e 5b da Comunidade. Isto é: regiões com atraso de desenvolvimento, nas quais Portugal se integra, e zonas rurais.</p> <p>A reanimação do mundo rural, no caso da área de acção das Terras Dentro significa a luta contra a desertificação acelerada, a aplicação de projectos capazes de modernizar e revitalizar a estrutura económica micro-regional existente e a capacidade de gerar investimentos de pequena escala que contribuam para a fixação do homem à terra.</p> <p>Para Camilo Mortágua, coordenador do projecto Alqueve/Leader, tudo se resume em meia dúzia de palavras: 'Criar uma cultura empresarial na região'. Cultura empresarial de um conceito novo. Contém uma realidade ausente das planuras do Sul; uma dinâmica económica e social com vigor para sustentar a descolagem para um processo de crescimento e de desenvolvimento regional. Ao encontro de um modelo alentejano de desenvolvimento, que não agrida as paisagens, que não destrua a planície calma e serena que os homens trazem no mais fundo dos olhos, que não arranque e faça secar a raiz que une o rural alentejano ao seu chão, nem quebre este dom inato de lidar com o sol, como quem lida com a mulher e os filhos.</p> <p>(...)</p> <p>Na reunião de Bruxelas, Camilo Mortágua identificou como 'principal indicador de sucesso' do programa Leader nesta micro-região alentejana um factor de natureza subjectiva: 'Se no final do ano de 1993 a população da nossa zona acreditar ser possível mudar o rosto económico e socialmente deprimido da área, teremos sucesso', contou em recente entrevista à rádio Vidigueira.</p> <p>'Faço finca-pé de uma coisa', salienta, o 'êxito principal do programa Leader na nossa região não é o investimento, não é o dinheiro, não é aquilo que se faça no concreto. O êxito principal é termos conseguido fazer o alqueve na cabeça das pessoas e que as populações estejam preparadas para a sementeira'. (...)</p>
<p>23/5/92 Pág. 10</p>	<p>Comunidade Europeia Presidência Portuguesa</p>	<p>Manuel Carvalho</p>	<p><i>CNA e CAP insistem em manifestações</i></p> <p><i>Nova PAC, velhos protestos</i></p>	<p>"Mesmo em presença de um facto consumado, as duas principais organizações sócio-profissionais da agricultura – CAP e CNA – não vão abandonar os protestos contra a nova política comunitária para o sector. (...) Já a CONFAGRI, ligada ao movimento cooperativo, considera</p>

				<p>que a nova PAC é a 'solução possível e viável', desvinculando-se por isso de qualquer processo de contestação – o que, por sinal, parece constituir um caso único no contexto europeu.</p> <p>(...)</p> <p>Como diz José Manuel Casqueiro, secretário-geral da CAP, 'a nova PAC vai ser uma certidão de óbito para a agricultura empresarial portuguesa' - uma conclusão que os rivais da CNA subscrevem ao afirmarem que 'se a anterior PAC era má, a actual é ainda mais desastrosa'.</p> <p>(...)</p> <p>A CAP insiste nos factos que, desde os primeiros dias, caracterizaram a sua posição: a nova PAC tem uma concepção irracional, vai levar metade da população a abandonar o sector e representa uma clara cedência da Comunidade à pressão do Grupo de Gairns – 14 grandes exportadores agrícolas mundiais – no seio do GATT.</p> <p>Para a CNA o processo é todo ele negativo (...). Segundo João Dinis, assessor da Confederação, 'todos os sectores da agricultura vão ser penalizados', deixando em aberto o caminho 'para a desertificação do mundo rural e a eucaliptização'. (...)"</p>
23/5/92 Pág. 23	Sociedade	Pedro Ferreira	<i>Para o litoral alentejano Estudo propõe medidas contra declínio do sobreiro</i>	<p>"Evitar o descortiçamento em anos de seca ou quando se verifiquem pragas e fortes surtos de doença são duas das medidas para obviar à extinção do sobreiro contidas nas conclusões de um estudo ontem divulgado no decurso de um seminário em Santiago do Cacém que contou com a presença do secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro.</p> <p>(...)</p> <p>'A incorrecta gestão do ecossistema é a grande responsável pela actual degradação que os montados atingiram', pode ler-se no documento, numa clara alusão à sobre-utilização dos terrenos agrícolas.</p> <p>A incentivação da agricultura de cereais e a intensificação da criação de gado são algumas das razões que terão levado aos desequilíbrios do meio em que os montados de sobreiro se desenvolveram. A mortalidade anormal destas árvores após períodos de seca surge, também, como factor essencial a ter em conta.</p> <p>Outra causa relaciona-se com o incorrecto descortiçamento das árvores.</p> <p>A diminuição do número de sobreiros e do calibre da cortiça retirada levou muitos produtores a uma extracção acima dos níveis aconselháveis. É este progressivo 'declínio do ecossistema' que facilita o aparecimento posterior de doenças e pragas. (...)"</p>
24/5/92 Pág. 29	Espaço Público	Francisco Sousa Tavares	<i>Uma pedra branca</i>	<p>"A assinatura do acordo da Política Agrícola Comum _ PAC – (...) seja qual for a oposição interna que suscita, já manifestada pela CAP (...) é, sem dúvida, uma pedra branca na presidência portuguesa da CE, e um inegável triunfo de Arlindo Cunha – o ministro responsável – e de Cavaco Silva (...).</p> <p>É possível que o impacto da nova PAC tenha aspectos circunstancialmente negativos na agricultura portuguesa, mas isso não impede que seja um passo em frente na política de realismo de mercado e uma lufada de ar para as negociações do Uruguay Round (...).</p> <p>Quer queiramos quer não, a Europa é uma realidade em marcha, e não será impedida nem pelo estrebuchar da srª</p>

				<p>Tatcher e menos ainda pela inadaptação da lavoura portuguesa a uma naturalidade crescente e inevitável da produção e das trocas. O problema cerealífero português nunca foi encarado com a franqueza necessária, e a artificialidade dos preços praticados é uma forma disfarçada de subsidio, que agora o presidente da CAP quer rejeitar em nome da dignidade da lavoura e do odioso contido na ideia de esmola.</p> <p>E, contudo, tal como é apresentado (...), a ideia de indemnização à readaptação agrícola, torna-se necessária pela limitação de determinadas produções excedentárias, não se reveste forçosamente da característica da esmola, mas antes da compensação por uma súbita e dramática readaptação a uma maior verdade do mercado agrícola.</p> <p>É preciso pensar que, ultrapassada definitivamente a fase da cultura da manutenção local, a lavoura das regiões desenvolvidas do mundo se insere forçosamente num quadro universal de necessidades e de equilíbrio de trocas, em que o olhar dos governantes deve ultrapassar o umbigo nacional, para atingir um horizonte de solidariedade humana e de crescente unidade nacional.</p> <p>(...)</p> <p>O melindre da terra e do seu regime produtivo é, como sempre na história da humanidade, talvez o mais violento problema da política e das relações humanas. Porque dele deriva toda a arquitectura social, e é no campo agrário que mais agudamente se fazem sentir as consequências benéficas ou nocivas da intervenção do Estado. Mas se essa intervenção é necessária e cada dia mais complexa e variada – desde a investigação à assistência ao produtor, desde a selecção de sementes à organização dos mercados, e desde o crédito ao serviço dos transportes – é verdade, também, e uma verdade dura, que não cabe ao Estado um papel de ama-seca do produtor e de embalar ao colo.</p> <p>Politicamente, continua entre nós com a maior actualidade a ligação da posse da terra à sua exploração. A ‘terra para quem a trabalha’, lema de tantas revoltas e reivindicações agrárias, continua no horizonte como uma promessa nunca atingida, mas cuja realização tendencial representaria sempre uma racionalização dos custos e um desenvolvimento máximo de uma produtividade sã.</p> <p>(...)</p> <p>Álvaro Barreto, um bom ministro da agricultura ‘industrial’, sepultou de vez a reforma agrária. Entre os eucaliptos e os coutos de caça renascidos por toda a parte, o Alentejo voltou pouco a pouco à desertificação da terra, ao abandono e desânimo da população agrária, e num ou noutro sítio com ‘ilhas estrangeiras’ a tentar mostrar aos portugueses como cem ou cento e cinquenta hectares chegam para se fazer fortuna com a agricultura.</p> <p>Preferiria ver o meu amigo Rosado Fernandes e a CAP a ensinarem uma ‘nova agricultura’, a lutarem pela humanização e pela fixação da população através da política da pequena barragem e do regadio limitado, da abertura de grandes mercados agrícolas, da limitação da produção de matérias-primas para a celulose, da reconstrução do equilíbrio agrícola entre a seara, o pasto e a floresta, a vê-los travar a luta inglória por uma agricultura artificial, desonesta nos preços e que só pode ter mercado condenando à fome uma metade do mundo.</p>
--	--	--	--	--

				(...) Fazer regressar à terra o conceito do 'lavrador' e tento quanto possível fazer coincidir a propriedade com a exploração. Esse é o segredo das agriculturas ricas e não é no turismo cinegético, nem na transformação do território num couto intervalado que conseguiremos jamais resolver o problema da produção da terra portuguesa. (...)".
24/5/92 Pág. 34	Sociedade	Marcial Rodrigues	<i>Alentejo aprende tecnologias de transformação agro-alimentar</i> <i>O inconformismo da fatalidade rural</i>	"Levar tecnologias ao mundo rural alentejano e desenvolver o 'sentido do empreendimento' são temas em discussão na Vidigueira. Depois da Europa, o Governo Português reconhece o valor dos agentes de desenvolvimento que lutam contra a agonia das culturas locais. 'Nos últimos 30 anos, enquanto a população do país aumentava 20 por cento, o Alentejo perdia quase um quarto da sua gente e nesta zona entre Beja e Évora perdia quase 40 por cento'. Foi assim que Joaquim Amado, presidente da Direcção da Associação Terras Dentro (ATD), abriu ontem os trabalhos do Encontro (...). Do Escoural (concelho de Montemor-o-Novo) até Vila Verde de Ficalho (concelho de Serpa), a ATD dirige o programa Alqueve, que integra a iniciativa comunitária Leader (Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural), um programa que pretende contribuir para inverter o profundo processo de despovoamento da sua zona de intervenção e que tem como mentor Camilo Mortágua. (...)".
25/5/92 Pág. 33	Cultura	Marcial Rodrigues	<i>Encontro sobre Tecnologias de Transformação Agro-alimentar em pequena escala</i> <i>A defesa do trabalho em rede</i>	" Camilo Mortágua, da ATD, assumiu (...) o papel do agente de desenvolvimento que rejeita o fatalismo da condenação da ruralidade à inércia e ao despovoamento. Defendeu a concentração da comercialização de produtos locais, a afirmação de uma marca única dos produtos da zona de intervenção do Alqueve (...). 'Temos que trabalhar em rede', disse. 'Trabalhar em rede' pressupõe união de esforços e a afirmação de uma zona demarcada e respectivas denominações de origem para os vários produtos. Da produção à embalagem e à comercialização, a defesa dos interesses dos produtos locais exige tecnologia, mas também 'coração' e 'paixão'. O problema da identidade cultural é uma preocupação do Alqueve. 'O amor que se põe nas coisas é que lhes dá originalidade', isto é, identidade. O mundo rural, ameaçado pelas economias de grande escala, é um mundo afectivo, mas não se poderá manter sem uma cultura empresarial. (...)".
25/5/92 Pág. 50/51	Local	Ricardo Garcia	<i>Reservas de caça de Mértola ignoram associativismo dos caçadores</i> <i>A miragem do lucro fácil</i>	"Terceiro mais vasto concelho do país, Mértola tem metade da sua área reservada para caça. Um estudo mostra que entre as intenções manifestadas nos projectos apresentados e a realidade observável existe uma diferença abissal. A perspectiva do lucro fácil impera e as autoridades oficiais não são poupadas a críticas. Os quartos estão por construir, os serviços por criar, os postos de trabalho estão muito aquém do estipulado. Jornadas de caça quase não houve e as que se fizeram foram sobretudo para amigos que vieram de manhã e partiram à noite. Até as refeições vêm de fora. (...). Todo este quadro estaria entretanto a gerar forte desagrado

				<p>na população local. 'A impossibilidade de os caçadores residentes caçarem nestas reservas, a vedação de caminhos públicos impedindo o acesso a ribeiras para a prática da pesca ou apanha de cana e bunho pela população, a impossibilidade de apanhar cogumelos e túberas', são apontados como factores de tensão.</p> <p>O estudo vê aliás no 'desproporcionado número de fogos que no ano passado deflagraram em Mértola' um resultado do descontentamento pela forma como se está a explorar a caça. Tendo confrontado os donos das reservas com a questão de saber os locais onde os residentes poderão caçar, os autores do trabalho obtiveram invariavelmente como resposta: 'A caça é do dono da terra e este deve fazer dela o que entender. Os Serviços Florestais e as autarquias que resolvam o problema'. (...)".</p> <p>Nota: o estudo foi realizado pela Associação de Defesa do Património de Mértola.</p>
26/5/92 Pág. 50	Local	Marcial Rodrigues	<p><i>A face oculta de uma região</i></p> <p><i>Poluição hídrica no Alentejo considerada alarmante</i></p>	<p>" A água que se bebe no Alentejo pode vir de uma albufeira que recebe os dejectos de explorações pecuárias e de aglomerados populacionais. Se qualquer tratamento. Estado, autarquias e populares são responsáveis pela situação. (...).</p> <p>A poluição das água e das albufeiras do Alentejo é considerada 'alarmante' em 18 concelhos e 'preocupante' noutros tantos. 'Situação globalmente satisfatória' apenas sete concelhos. Este facto contradiz a imagem que muitos fazem da mais vasta região portuguesa.</p> <p>'É tremendamente errado julgar-se que o Alentejo não tem problemas de poluição hídrica: esses problemas são reais e com tendência a recrudescer'. Consta de um relatório a que o público teve acesso, com dados recolhidos a partir de trabalhos da Direcção-Geral dos Recursos Naturais, de informações prestadas pelas autarquias e de notícias veiculadas por órgãos de comunicação social, entre outros. (...)</p> <p>A inexistência de tratamento de águas ou o deficiente funcionamento dos equipamentos existentes constituem a causa principal, envolvendo explorações pecuárias - com especial destaque para as suiniculturas -, lagares de azeite, fábricas de concentrado de tomate, explorações agrícolas - através da utilização de adubos e pesticidas -, bem como as câmaras municipais, responsáveis pela água abastecida às populações e pelos efluentes domésticos.</p> <p>(...)</p> <p>Pedro Vieira, o grande impulsionador de todo o processo de denúncia no que respeita às consequências ecológicas do esvaziamento da barragem do Maranhão, foi o 'pivot' deste relatório (...). A 'Situação não é demasiado alarmante relativamente a outras zonas do país; pontualmente, há locais onde a situação é muito grave, casos de Santiago do Cacém, de Montemor-o-Novo e Vendas Novas', disse ao público. (...)".</p> <p>Nota: Um artigo publicado a 12/6/92 (pág. 57) com o título: Poluição hídrica no Alentejo - Santiago do Cacém, Um caso de falso alarme, reproduz nota do gabinete do presidente da Câmara refutando as conclusões do estudo mencionado.</p>
27/5/92 Pág. 6	Comunidade Europeia	Manuel Carvalho	<p><i>Conselho Informal terminou ontem na Curia</i></p>	<p>"Arlindo Cunha sentiu ontem o peso de uma dupla personalidade política. Os seus pares do Conselho Agrícola começaram o seu papel no processo de reforma da PAC</p>

	Presidência Portuguesa		<p><i>Curia</i></p> <p><i>Palmas a apupos para Arlindo Cunha</i></p>	<p>consagraram o seu papel no processo de reforma da PAC com mensagens de enaltecimento e uma salva de palmas final. Mas, fora da sala onde decorreu o Conselho Informal, agricultores portugueses e espanhóis acusavam-no de ter assinado o óbito da agricultura do sul da Europa.</p> <p>(...)</p> <p>Parece ser este o destino de Arlindo Cunha: por um lado, é aclamado pela Comissão e pelo Conselho pelo 'trabalho maravilhoso que realizou' – a expressão é do comissário Ray Mac sharry -, por outro tem pela frente uma das maiores vagas de contestação dos agricultores dos últimos anos.</p> <p>Ontem, e por uns breves momentos, chegou-se a temer o pior com o inconformismo dos agricultores. Logo pela manhã começaram a chegar à Curia centenas de agricultores espanhóis para participarem na acção de protesto em conjunto com os agricultores portugueses convocados pela CNA. Nos momentos que se procedia à concentração dos agricultores, dirigentes da CNA, do Sindicato Labrego Galego e da Coordenadora das Organizações de Agricultores e Ganadeiros inflamavam os presentes com discursos vivos. Momento ideal para dizer que 'a proibição de produzir faz lembrar os tempos de Mussolini, Franco ou Salazar', que 'os agricultores estão dispostos a cortar de novo as estradas' e para lembrar que 'o povo unido jamais será vencido'. (...)</p>
28/5/92 Pág. 74	Local	Pedro Ferro	<p><i>Agricultores de Beja contra reforma da PAC</i></p> <p><i>"Não queremos ser índios"</i></p>	<p>"Beja pareceu reviver ontem episódios do chamado Verão quente de 75 com, com gente a reclamar nas ruas e um bloqueio de estradas por máquinas agrícolas. Duas diferenças apenas: a causa da indignação é a reforma da PAC e os autores da manifestação são os que há 17 anos se opunham a actos como este.</p> <p>Palavras nada meigas catalogaram a recente reforma agrícola assinada em Bruxelas. De cima de um reboque de tractor, de mangas arregaçadas, José Manuel Casqueiro, secretário-geral da Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP), bradou a indignação perante a ameaça de os homens da terra se verem transformados em 'parasitas da sociedade e reformados do Estado'.</p> <p>Seriam pouco mais de 500 os agricultores ontem reunidos em Beja. Trouxeram os tractores e as alfaias da lavoura, manifestaram a sua vontade de continuar a ser agricultores e a sua indignação por, alegadamente, a reforma da PAC os ir expulsar dos campos: 'Não aceitamos ser tratados como índios numa reserva à disposição dos turistas', gritou um dos oradores.</p> <p>Para estes proprietários agrícolas alentejanos, a reforma da PAC vai traduzir-se na diminuição da produção, no aumento das áreas por cultivar. (...).</p> <p>'Primeiro fomos atacados por termos terras ao abandono e não criarmos emprego, depois, disseram-nos que tínhamos de investir, modernizar, trabalhar mais e melhor. E os agricultores corresponderam ao apelo. Agora, os mesmos políticos que há dois anos queríamos que investíssemos dizem-nos que é preciso parar', disse o dirigente da CAP.</p> <p>Para Casqueiro, 'os agricultores que menos tenham feito até agora são os que mais beneficiarão com as medidas compensatórias', destinadas a atenuar temporariamente o impacto de aplicação da PAC.</p> <p>A reforma da PAC 'vai premiar quem menos produzir, mas</p>

				<p>hã-de mais tarde vir dizer que isso é imoral. Nessa altura acabam-se os subsídios e ficam apenas os preços do mercado mundial, para os quais não temos capacidade competitiva', previu.</p> <p>'Todos nós nos sentimos enganados por um Governo que, por várias vezes ajudámos a subir ao poder', foi afirmado na concentração (...)."</p>
31/5/92 Pág. 62	Local País	Pedro Miguel Ferreira	<p><i>Grândola protestou, câmaras intercedem junto do poder central</i></p> <p><i>Litoral alentejano contra resíduos tóxicos</i></p>	<p>"A população de Grândola disse não aos resíduos sólidos. Os municípios da região querem ver longe o incinerador de detritos perigosos previsto para Sines. O secretário de Estado dos Recursos Naturais terá dito que, ia parar o processo. (...).</p> <p>'Se nós não poluímos, não devemos pagar', disse Jorge Pablo, representante do movimento Seara de Vento – associação local formada em 1990 para lutar pela resolução do problema – que alertou para os perigos de desertificação da região. 'Não queremos que as nossas praias fiquem desertas quando as pessoas souberem'.</p> <p>(...)</p> <p>'Se ele for construído, será que alguém vai comprar os porcos e os borregos desta região?', perguntou por sua vez um representante dos agricultores.</p> <p>'A proximidade da falha activa de Grândola, capaz de gerar sistemas de magnitude local de 6,5 (da escala de Richter), inviabiliza a utilização da mina para a deposição de resíduos tóxicos e perigosos'. Isto é o que se pode ler de um parecer de António Ribeiro, responsável pela secção de Geodinâmica da Faculdade de Ciências de Lisboa, relativo às condições geológicas da mina de Canal Caveira, local mais frequentemente referido para a instalação do aterro. (...)."</p> <p>Nota: prosseguem argumentos técnicos</p>
4/6/92 Pág. 43/44	Economia	Manuel Carvalho	<p><i>Arlindo Cunha, ministro da Agricultura, ao PÚBLICO</i></p> <p><i>"Não sou salvador de coisa nenhuma"</i></p>	<p>"(...) 'mas esta reforma tem uma filosofia de base que é desencorajar a intensificação e as agriculturas intensivas como as do Norte da Europa. Por outro lado cria uma ajuda directa capaz de dar mais protecção e segurança aos agricultores'. (...).</p> <p>'Num mercado que vai ser terrivelmente competitivo, o Mercado Único, os agricultores vêem o seu rendimento garantido de duas formas: uma pelo mercado, outra pela ajuda directa. E há uma dessas fontes, a ajuda directa, que está isenta de competitividade. É uma coisa segura. Penso que numa agricultura menos competitiva como a portuguesa isso é uma vantagem.</p> <p>(...)</p> <p>Quando decidimos criar uma ajuda ao rendimento, que é substancial, estamos a dar aos produtores agrícolas uma certa fatia de rendimento que lhes vai entrar directamente no bolso. Não necessitam de lutar com ninguém para a receber. Recebem-na pelo simples facto de serem agricultores, por terem um certo número de cabeças de gado, por terem X hectares de terras. Não vão entrar na concorrência terrível que vai ser o Mercado Único. Mas, por outro lado, existe o mercado, e aí os agricultores que investiram no passado têm toda a vantagem desse processo de investimento. (...)."</p>
4/6/92 Pág. 45	Economia	Manuel Carvalho	<p><i>O que ganham e perdem os agricultores</i></p>	<p>"Com a Nova Política Agrícola Comum (PAC) no horizonte, multiplicam-se as contas sobre os lucros e os prejuízos que poderá acarretar. Numa primeira fase, os</p>

			<p><i>portugueses</i></p> <p><i>As incógnitas e as certezas da nova PAC</i></p>	<p>agricultores portugueses vão receber mais de 38 milhões de contos. Mas há quem tema a eficácia da sua distribuição, o que faz avolumar o medo de uma excessiva dependência dos agricultores dos dinheiros públicos.</p> <p>A grande discussão sobre a reforma da PAC suscitada pelas duas confederações do associativismo agrícola teve um mérito incontestável: levou os agricultores a discorrer sobre o papel que irão representar nos próximos anos. (...).</p> <p>Uma primeira leitura do documento de compromisso sobre a reforma da PAC mostra que os seus efeitos mais negativos – abandono de terras produtivas ou penalizações relacionadas com uma grande densidade de animais por exploração pecuária – não se vão fazer sentir na agricultura portuguesa. A pequena dimensão das explorações juntamente com os atrasos estruturais do sector, fazem com que a maioria dos agricultores portugueses não tenha de pagar pelos impactos ecológicos causados pela excessiva exploração dos recursos do solo, nem sequer pela luta que a comunidade trava contra a acumulação de excedentes. (...).”</p> <p>Perante este cenário, os agricultores poderão optar pela solução da reconversão, abandonando a cerealicultura para optar pelas oleaginosas ou ainda pela pecuária extensiva. Poderão ainda optar pelos recursos previstos nas medidas de acompanhamento da reforma. Dada a escassa aptidão agrícola dos solos portugueses – apenas 26 por cento da área do país, enquanto actualmente a agricultura ocupa 46 por cento -, os agricultores poderão recorrer aos incentivos agro-ambientais, à arborização de terras ou ainda à reforma antecipada, que poderá beneficiar 58 por cento da população agrícola.</p> <p>Nesta matéria, as ajudas são atraentes. Exemplos: um agricultor que retire num período mínimo de 20 anos um único hectare de citrinos da produção, mantendo o solo em bases ecológicas, pode receber anualmente 288 contos; quem queira florestar um hectare de terras agrícolas com folhosas recebe 825 contos por hectare, mais uma ajuda para manutenção de 103 contos nos dois primeiros anos e de 61 nos seguintes. No caso dos agricultores com mais de 55 anos que optem pela reforma antecipada, podem receber 825 contos anuais, mais 51 contos por cada hectare de terra cedida, podendo auferir um rendimento máximo de 2063 contos anuais, ou seja 171 contos por mês. (...).”</p>
<p>14/6/92 Pág. 32</p>	<p>Sociedade</p>	<p>Fernando Dacosta</p>	<p><i>Agricultores manifestam-se hoje em Santarém</i></p> <p><i>Entre a PAC e a parede</i></p>	<p>“ A PAC pôs o mundo rural em alvoroço. Não tanto pelas medidas que preconiza, mas pelas indefinições e incertezas que encerra. Para quem a agricultura é, também, uma forma de cultura, não chegam as promessas de subsídios... para deixar de produzir. Em causa está, antes de mais, a sua dignificação.</p> <p>(...)</p> <p>Nunca o mundo rural sofreu tantas expectativas como actualmente, agravadas pela ambiguidade, pela imprecisão, pela dúvida generalizadas. Aparentemente, a PAC surge, de acordo com a maioria dos intervenientes naqueles encontros, como um mal prenunciador de efeitos terríveis. Os mesmos intervenientes declaram-na porém, inadiável, inevitável.</p> <p>(...)</p> <p>Tarefa difícil. na verdade, a explicar a um povo que sofre do complexo de produzir pouco, disseram-lhe durante</p>

				<p>séculos, e a quem foi inculcada, também durante séculos, a moral do trabalho.</p> <p>(...)</p> <p>José Manuel Casqueiro (...) adverte: 'Não deixaremos de exigir que nos deixem ser competitivos com os nossos colegas europeus que pagam juros mais baratos, que têm energia e combustíveis a preços reduzidos, em suma, que têm governantes que os respeitam.</p> <p>Primeiro fomos atacados por termos terras ao abandono e não criarmos emprego, depois, disseram-nos que tínhamos de investir, modernizar, trabalhar mais e melhor. E os agricultores corresponderam. Agora, os mesmos políticos dizem-nos que é preciso parar. Os agricultores que menos tenham feito até agora são os que mais beneficiarão com as medidas compensatórias. A reforma da PAC vai premiar quem menos produzir. Mais tarde, vão dizer que isso é imoral e acabaram-se os subsídios.'</p> <p>A CAP adverte, por sua vez, que lutará 'por uma nova PAC que não penalize excessivamente os nossos agricultores e que permita o desenvolvimento sustentado do mundo rural português'.</p> <p>É a sua dignificação que está (sobretudo) em causa. Os agricultores querem, dizem-no através de cartazes, 'continuar na agricultura'. A agricultura não é só um modo contabilístico de vida, é também, lembram-no, uma opção, uma cultura. O amor à terra não pode ser substituído, compensado por subsídios que impliquem o seu abandono. Sobretudo num país que não é auto-suficiente no campo alimentar."</p>
14/6/92 Pág. 33	Sociedade	Manuel Carvalho	<p><i>Rosado Fernandes contra Arlindo Cunha</i></p> <p><i>"O Grande Irmão Estado olha por vós"</i></p>	<p>"(...) Foi o primeiro frente a frente entre a CAP e o ministro depois da aprovação da reforma da PAC em 21 de Maio último. Os dois oradores premiram teclas diferentes para fazer passar as respectivas mensagens (...).</p> <p>'Corremos riscos de ver um dia os contribuintes a dizer que recebemos demais para fazer tão pouco e daí até que a classe política decida cortar os apoios não há-de faltar muito', profetizou Rosado Fernandes.</p> <p>(...)</p> <p>Arlindo Cunha garantiu que a sujeição da agricultura portuguesa a um sistema de rendimentos que não depende exclusivamente do mercado é vantajosa. 'Seria o descalabro para uma razoável melhoria da agricultura se os deixássemos entregues à fúria competitiva do mercado', sublinhou o ministro."</p>
14/6/92 Pág. 73	Local	Pedro Ferro	<p><i>V Congresso sobre o Alentejo Chover no molhado</i></p>	<p>" Chover no molhado podia ter sido o lema do Congresso Extraordinário sobre o Alentejo ontem realizado em Beja, sob o signo da água. Um fórum sem novidade, que o PCP se esforçou por capitalizar politicamente, e onde o unanimismo ocupou o lugar do debate.</p> <p>(...)</p> <p>Todos os discursos desaguaram em Alqueva. Pela tribuna do plenário sucederam-se repisados argumentos para a construção da grande barragem e mais uma vez se reclamou do governo o aproveitamento com fins múltiplos do Guadiana.</p> <p>(...)</p> <p>Numa frase lapidar, a resolução do Congresso resume o que está em causa: 'Trata-se de preservar e revitalizar a vida em cerca de um terço do território de um país da</p>

				comunidade europeia'. (...)”.
15/6/92 Pág. 2/3	Destaque	Nuno Ferreira	<i>Contra a PAC, marchar, marchar</i>	<p>“Num comício em que não faltou o hino nacional e a defesa da dignidade do agricultor português raiou, por vezes, o marialvismo, a CAP criticou, ontem, em Santarém, a reforma da PAC e as indefinições que ela comporta. José Manuel Casqueiro e Rosado Fernandes pautaram os improvisados discursos por ataques a entidades que nunca nomearam (...)”.</p> <p>Nota: trata-se de uma reportagem de duas páginas que repete argumentos.</p>
15/6/92 Pág. 3	Editorial	Vicente Jorge Silva	<i>CAP, PAC, o mesmo combate?</i>	<p>“(...) a CAP fez da PAC o alvo da sua última cruzada política. Longe vão os tempos em que o colectivismo comunista constituía o inimigo principal do lobby agrário, reunido em volta de José Manuel Casqueiro e Rosado Fernandes.</p> <p>Em Portugal, a população ligada à actividade agrícola (mais de 20 por cento) representa mais do dobro da média dos países da CE. Independentemente de considerações de ordem cultural e afectiva, é inevitável tirar conclusões desse contraste num país que encontrou na integração europeia o único meio de ultrapassar o subdesenvolvimento. Desde logo, a redução do número de portugueses na agricultura insere-se numa lógica de transformação económica e social do país que só os nostálgicos empedernidos do ruralismo salazarista ousarão contestar. A mitificação do nosso mundo rural – que foi uma das traves mestras da ideologia dominante no país durante quase meio século – baseou-se numa situação efectiva de atraso e miséria para uma grande parte da população portuguesa.</p> <p>O controlo e a manipulação das populações rurais foram um objectivo convergente dos conservadorismos de sinal oposto, para além das rivalidades ideológicas: ‘terraténientes’ salazaristas e controladores comunistas viram sempre na modernização dos campos uma ameaça aos seus privilégios de pastoreio e implantação política.</p> <p>(...)</p> <p>Em Portugal, os discursos inflamados de alguns líderes agrários disfarçam apenas um objectivo estratégico: o de preservarem, através dos seus protestos, um estatuto privilegiado, que lhes permita administrarem a distribuição dos subsídios provenientes da PAC. Trata-se, para eles, de um negócio que pouco ou nada tem a ver com o amor à terra ou a defesa de um modo de vida enraizado em sucessivas gerações. É, antes, um jogo de poder, de dinheiro, de adaptação aos novos tempos, uma nova divisão do bolo das benesses que lhe permitirá continuar a reinar no feudo rural. (...)”.</p>
20/6/92 Pág. 50/51	Local	José António Cerejo	<i>Projecto Milaldeias praticamente parado obriga Câmara de Nisa a intervir Turismo de aldeia não anda nem desanda</i>	<p>“ A recuperação de aldeias quase desertas para fins turísticos tem entusiasmado muita gente. O mais notório destes projectos chama-se Milaldeias e o seu porta-voz promete duas mil camas para 1994. Mas a ambição aproxima-se da megalomania, quando confrontada com os parcos resultados conseguidos. Por agora, há só 52 camas em Nisa (...)”.</p>
22/6/92 Pág. 30	Sociedade	Pedro Ferro (Beja)	<i>Alentejo à espera de falências e sem palha para os animais</i>	<p>“Este ano o tempo andou dasavindo com os agricultores alentejanos – primeiro foi a seca, há dias uma chuva fora de época que enegreceu as raquíticas espigas. Mas os homens</p>

			<p><i>O pão que a seca amassou</i></p>	<p>andam na colheita, que não paga a debulha e o transporte. O governo prometeu ajudas, consideradas insuficientes pelos lesados, e ainda sem calendário. Receiam-se processos de falência e lembra-se o plano de Alqueva – onde há água há vida.</p> <p>Selmes, no concelho da Vidigueira, tem uma placa convidativa à entrada: ‘Terras de pão, gentes de paz’. Mas é desmentida pela crueza da realidade. Este ano as terras não deram pão. E a seca veio negar a paz às gentes do campo alentejano.</p> <p>Daqui, os trigos, as aveias, e as cevadas correm o ondulado suave dos cabeços e vão perder-se até onde a vista alcança, para lá do horizonte onde o Guadiana de avizinha. O chão é de um barro espesso, a arrotar de fartura. Durante séculos, antes da mecanização, estes barros alimentavam-se do suor da legião dos ceifeiros e jamais deixavam de ser generosos para com os lavradores. Destes campos terão saído os personagens graves e trágicos que Fialho de Almeida, natural deste concelho, plantou verticais e inteiros no conto ‘Os ceifeiros’.</p> <p>Por isso, a seca deste ano no Alentejo – por muitos considerada como a maior do século – não é apenas um golpe com reflexos contabilísticos nas colunas do ‘deve’ e ‘haver’ dos agricultores de agora. É uma ferida no mais fundo do ser e do sentir alentejanos.</p> <p>O Alentejo desde cedo se orgulhou de ser o ‘celeiro de Portugal’. A seara é o seu símbolo, a sua mística, o seu poder, a sua vaidade. Quando não há seara é como se não houvesse Alentejo, uma região com uma economia extremamente dependente da agricultura. (...)”</p>
22/6/92 Pág. 31	Local	Marcial Rodrigues (em Évora)	<p><i>Desbloqueamento de verbas até ao fim do mês</i></p> <p><i>“A gota de água que faltava”</i></p>	<p>“A seca levou a agricultura alentejana até ao limite do possível. Os vícios são muitos, os dramas também. Entre a falta de liquidez e a comodidade dos subsídios, que a reforma da PAC veio acentuar, há interesses em jogo. A riqueza de alguns vai a par do empobrecimento de outros. No meio de todo, o Governo parece deixar andar.</p> <p>Pestana de Vasconcelos, presidente da direcção da Cooperativa Agrícola dos Lavradores de Évora e Viana do Alentejo (CALEVA), define a seca deste ano : ‘a gota de água que faltava para fazer transbordar o copo’.</p> <p>‘Depois da entrega das reservas e das herdades, as pessoas estavam descapitalizadas e começaram a contrair empréstimos e a beneficiar de subsídios’, diz. ‘Muito desse dinheiro não era aplicado na agricultura, mas no consumo’, porque os agricultores esperavam obter mais-valias para fazer face aos créditos bancários. À boca pequena, muitos dizem que é grande a distância que vai da agricultura praticada à realidade da agricultura subsidiada.</p> <p>(...)</p> <p>Por força da seca e da PAC, a oferta de terras aumentou, baixando os preços de mercado, que nos últimos anos tem vivido uma situação de ‘enorme especulação’, no dizer de Pestana de Vasconcelos. Na zona de Viana do Alentejo, os 300 a 350 contos o hectare há um ano correspondem agora a 180, e há quem venda a 130, refere ao Público Maria Glória Capoulas, jovem agricultora da região.</p> <p>Esta situação favorece a prática de grandes empresas comerciais, industriais e financeiras, que compram terrenos e, depois de apresentarem resultados negativos nas explorações agrícolas, beneficiam de reduções nas suas</p>

				<p>obrigações fiscais. A mais recente novidade é a recente compra de terrenos por cidadãos colombianos. Ninguém arrisca as palavras, mas vem à conversa a expressão 'branqueamento de dinheiro'.</p> <p>Para os jovens agricultores, a seca é o problema imediato, porque têm que cumprir os contratos de instalação, sob o risco de verem o seu processo anulado e de terem que devolver todos os subsídios recebidos. (...).</p> <p>No futuro, é a PAC a sua preocupação. 'Somos uma espécie de pensionistas durante o período de vida útil; depois, pedimos reforma antecipada'.</p> <p>Para Manuel Rebocho, da Associação dos Agricultores do Distrito de Évora, 'o que está em causa neste momento é a falência de todo o sistema económico do Alentejo', pois a interdependência entre os sectores primário e secundário é extremamente acentuado na região. Para Manuel Rebocho, 'o poder político-económico só olhará para o Alentejo quando este estiver perfeitamente degradado'."</p>
4/7/92 Pág. 47	Local	Pedro Ferro	<p><i>Câmara de Reguengos quer evitar genocídio cultural</i> <i>História do cerco de Monsaraz</i></p>	<p>"A população de Monsaraz é prisioneira da monumentalidade que a história lhe legou. Adequar velhos espaços a novos usos é a estratégia da Câmara de Reguengos para romper o cerco da cidadela medieval. (...)</p> <p>A fertilidade das terras em volta adivinha-se nos olivais centenários e no geométrico quadriculado dos vinhedos. (...)</p> <p>Todas as épocas históricas deixaram a sua marca arquitectónica no rosto de granito e xisto da cidadela. Cada recanto tem a virtude de pôr a andar à roda a cabeça de fotógrafos, pintores e cineastas. Penetrar no recinto intramuros é viajar no tempo, reviver a atmosfera mágica e desconhecida de outras gentes, que nestas casas em miniatura e nestas ruas de recorte caprichoso souberam viver e amar, deixando em cada parcela da pedra nua o inequívoco sinal da sua passagem.</p> <p>Embiocada num lenço, toda de negro, a mulher é uma sombra chinesa na rua inchada de turistas. Pratica um exercício no qual os 104 habitantes que restam de Monsaraz se tornaram exímios: esgueirar-se das objectivas impertinentes dos fotógrafos de ocasião, embriagados pela beleza do local. No gesto da mulher está a dignidade de quem recusa ver-se tratado como uma espécie de animal exótico, passivamente exposto à curiosidade turística. Inverter este processo, impedir que a cidadela e o seu povo continuem mera fonte de postais ilustrados, é a batalha que a Câmara de Reguengos de Monsaraz actualmente trava. (...)</p> <p>A autarquia aposta na reutilização dos espaços e na implantação de actividades capazes de conter a hemorragia humana. (...).</p> <p>Uma questão em aberto, onde repousa o futuro de Monsaraz, é a de conciliar a integridade do património edificado com os novos padrões de vida a que os poucos habitantes de Monsaraz têm direito. Da obtenção deste equilíbrio poderá depender a sorte de uma população, a quem a riqueza herdada do passado ameaça com qualquer coisas muito parecida a um genocídio cultural."</p>
5/7/92 Pág. 59	Local	Guilherme Paixão	<p><i>Produtos biológicos em breve nos supermercados</i></p>	<p>"Robustos, saudáveis, cheirosos, com cor e sabor naturais, os frutos e legumes biológicos já chegaram a três pontos de Lisboa. A procura é crescente e em breve a produção da</p>

				<p>agricultura biológica vai entrar nos circuitos dos supermercados.</p> <p>(...)</p> <p>'Este tipo de agricultura, apesar da PAC tem futuro, porque está for a dos produtos considerados excedentários, não polui os solos, o mercado é crescente e vai ao encontro da defesa do consumidor', refere o jovem agricultor (Angelo Correia, proprietário de uma exploração de agricultura biológica).</p> <p>Na sua maioria estes jovens agricultores são ligados à agricultura convencional e que decidiram reconverter as suas explorações aos métodos biológicos. Outros não têm quaisquer antecedentes profissionais na actividade, outros ainda, são estrangeiros radicados em Portugal. A actividade dos produtores e os produtos são fiscalizados pela AGROBIO (Associação Portuguesa de Agricultura Biológica).</p> <p>Para Angelo Rocha, a agricultura biológica não é nenhum 'bicho de sete cabeças'. Trata-se de uma 'agricultura de síntese entre os conhecimentos do passado e métodos actuais, que se prove não prejudicarem o ambiente'. Desta metodologia resultam índices de produtividade mais baixos que os registados na agricultura convencional mas, em compensação, 'os custos de produção são menores'.</p> <p>(...)"</p>
8/7/92 Pág. 55	Local	Pedro Ferro	<p><i>FNAC devolve à Câmara exploração dos xistos</i></p> <p><i>Barrancos tenta salvar a sua única indústria</i></p>	<p>"(....)</p> <p>Barrancos é uma finisterra. Fica do lado de lá do mundo, um istmo metido por Espanha dentro. Um oásis de três mil habitantes apertado entre montados de sobre e azinho, encostas revestidas de estevas e aflorações de xisto. Pela estrada de Barrancos só circula quem vai para a vila branca e fronteiriça.</p> <p>Na extracção e transformação semi-artesanal do xisto se ocupam 26 dos seus habitantes. É a única indústria local. E a segunda maior entidade empregadora do concelho logo a seguir à Câmara, a qual suporta a frágil situação social de Barrancos.</p> <p>Mas o solo foi generoso com Barrancos. Deu-lhe o xisto, uma pedra ornamental que a arquitectura modesta desta vila exhibe nas soleiras e nos rodapés exteriores das casas, nas lareiras e nos pisos interiores. (...)"</p>
11/7/92 Pág. 46	Local	Pedro Ferro	<p><i>Nove dias de realizações culturais Monsaraz à espera de 30 mil visitantes</i></p>	<p>"(...) a oitava edição de Monsaraz Museu Aberto (...). Na opinião de Paula Amendoeira, com o pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Reguengos, 'não é um programa de massas; é preciso gostar de teatro para vir a Monsaraz, é preciso apreciar música clássica para vir a Monsaraz. O que pretendemos é trazer até cá líderes de opinião. Por isso, o programa é canalizado para uma certa camada com interesses e preocupações culturais'. (...)"</p>
14/7/92 Pág. 48	Local País	Marcial Rodrigues	<p><i>Carta arqueológica do Alandroal confirma riqueza do concelho Duzentos sítios inéditos</i></p>	<p>"Separado de Espanha pelo rio Guadiana, o concelho do Alandroal apresenta uma riqueza arqueológica digna de registo. Muito deste património será destruído, se o grande projecto da barragem de Alqueva for avante. (...)"</p>
26/7/92 pág. 17	Espaço Público	Francisco Sousa Tavares	<p><i>O Borrego Frito</i></p>	<p>"Os anos em que fui alentejano e em que aprendi a beleza da planície, a harmonia do barroco e da cal, e o silêncio grave das caras esculpidas de esperança e de fome, foram os anos que talvez mais alegrias me deram na vida, e entre</p>

				<p>elas a forma de cozinhar o borrego. (...) Queria que a reforma agrária, domesticada nos abusos e limpa do roubo e do assalto às casas, pudesse ser o ponto de partida numa forma fundiária, em que a esperança de ter fosse possível e o amor da terra fosse o estrume mais vivo e a semente mais produtiva das searas. Pensava que morrera de vez o Alentejo do arame farpado e das reservas de caça do ócio capitalista. Sonhava que era possível pintar a nota da alegria de viver e da esperança inoça, na dolência ácida da canção da planície. (...) Situava a indústria a jusante da produção agrícola, a indústria derivada, e repelia a ideia da agricultura industrial. A pobreza da terra, a magra espessura do homem produtivo requeria o reforço natural da floresta fecundante – que não o eucalipto avassalador e estiolante – e a sabedoria ancestral do pousio e do pasto. (...).”</p>
27/7/92 pág. 33	Local	João Paulo Velez	<p><i>Avaliação sobre Alqueva inequívoca quanto a benefícios para o distrito de Beja A hora do Alentejo Verde</i></p>	<p>“Permitirá criar quase 30 mil empregos no distrito de Beja, a mais deprimida sub-região do Alentejo, invertendo mesmo a longo prazo as perspectivas demográficas negativas do Baixo Alentejo. Mostra importantes valias agrícolas, agro-industriais ou turísticas não tanto a nível nacional mas à escala regional. Estas conclusões constam do relatório do consórcio luso-belga que conclui há poucos dias a avaliação do empreendimento de Alqueva. Nesse estudo (...) preconiza-se a construção da grande barragem de Alqueva e de um vasto conjunto de sistemas hidráulicos – incluindo mais dez pequenas barragens – que permitirá regar 140 mil hectares de Baixo Alentejo, hoje condenados pela reforma da PAC. Nele são também apontados impactos ambientais negativos não susceptíveis, todavia, de inviabilizar um projecto que representará um investimento médio de dez milhões de contos ao longo de um quarto de século. (...)”</p>
28/7/92 Pág. 46	Local	Marcial Rodrigues	<p><i>Ignorância de técnicos de celulose mutila povoados da Idade do Cobre e da Idade do Ferro Serra d'Ossa mais pobre</i></p>	<p>“Importantes povoados da Idade do Cobre e da Idade do Ferro foram seriamente mutilados por obras florestais efectuadas na Serra d'Ossa. (...) Os sítios arqueológicos da Serra d'Ossa sofreram a primeira grande destruição quando se iniciou o processo de eucaliptização daquela que constitui a maior mancha contínua de eucaliptos na Europa, com cerca de 4500 hectares. Estava-se na década de 50 e a obra foi da responsabilidade da Socel, antepassada da actual Portucel. (...)”</p>
4/8/92 Pág. 14	Espaço público	Mariano Feio (prof. Univ., director na Associação Nacional de Produtores de Cereais)	<p><i>A nova PAC e a extinção da cultura de cereais em Portugal</i></p>	<p>“(...) A filosofia muda, pois deixa de haver estímulo para a iniciativa individual e para produzir muito, pois os preços não compensam, e desenvolve-se a caça ao subsídio, que conduz a uma grande burocracia e pode fomentar o favoritismo, senão a corrupção. Por outro lado, o pagamento dos produtos agrícolas que era feito pelos consumidores, passa em grande parte para o orçamento dos Estados, via pouca simpatia para os contribuintes e para os governos em tempos de inflação, e considerada pouco segura pelos agricultores que receiam que esta forma aparentada com a assistência seja suspensa passado pouco tempo, porque pagar cansa. (...)”</p>
11/8/92	Local	Ana	<i>O futuro dirá se</i>	“Cada uma tem o seu plano, duas entidades estaduais estão

Pág. 46/47		Fernandes	<p><i>prevalece a natureza ou o turismo</i></p> <p><i>Planos divergentes para a costa do Alentejo</i></p>	<p>a estudar e a estabelecer limites para o litoral alentejano. Dois documentos com visões diferentes que se conjugam nos concelhos de Odemira e Sines, alvos apreciados de pressões imobiliárias. E se um não inviabilizar o outro, poderemos vir a assistir a um braço –de- ferro entre o Ambiente e o Planeamento, ou seja, entre a conservação da natureza e a expansão turística.</p> <p>O primeiro está pronto e a caminho da aprovação. O objectivo é ordenar o litoral alentejano do Sado a Odeceixe, gerindo as pressões existentes e os planos aprovados. Tem como certas perto de 45 mil camas e aponta as 70 mil como o máximo admitido para os 10 anos. É o PROTALI (Plano Regional de Ordenamento do Território para o Litoral Alentejano), da tutela do Ministério do Planeamento e Administração do Território.</p> <p>Bem mais atrasado, mas já com estratégias definidas, desenrola-se, desde Sines ao Algarve, o plano de ordenamento da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, da responsabilidade do Serviço Natural de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, dependente do Ministério do Ambiente. A ideia mestra do documento (...) é a conservação. Nele se esboça o grau de sensibilidade das diferentes áreas e respectivas incompatibilidades com projectos turísticos. (...)”.</p>
14/8/92 Pág. 42	Local	João Miguel Dias	<p><i>Operações salvavidas na Ribeira da Raia, em Mora</i></p> <p><i>Cinco toneladas de peixe morto</i></p>	<p>“Morreram cinco toneladas de peixe em Mora, no Alentejo, perto da Barragem do Maranhão, onde quase não há água. (...) Avisámos, avisámos e nada, dizem os ecologistas. A população culpa uma fábrica de tomate. Da fábrica dizem: ‘Nós poluímos, mas...’ Enquanto isso, os peixes nadam à tona da ribeira para respirarem o oxigénio que a água já não tem.</p> <p>(...)</p> <p>No ano passado procedeu-se ao esvaziamento da Barragem do Maranhão para reparar uma comporta. Estudo de impacto ambiental não houve. Morreram 800 toneladas de peixe.</p> <p>Este ano, por causa da seca, a barragem não encheu. Os arrozais, as fábricas de tomate, as suiniculturas, continuaram a servir-se da ribeira. No fim de Julho, morreram dois ou três milhares de peixes. (...)</p> <p>Apontaram-se várias causas: consequência directa do esvaziamento (...) resultado da actividade da Sopragol, das bombas dos agricultores, da má qualidade das águas do Maranhão. (...)”.</p>
15/8/92 Pág. 16	Sociedade	Fernando Dacosta	<p><i>Portugal de dedo no gatilho</i></p>	<p>“(...)</p> <p>Em época de empenho generalizado pela natureza e pelas espécies, a caça encontra, na verdade, contestações e defesas crescentes.</p> <p>Entre as primeiras avultam os ecologistas (...) entre os segundos, destacam-se os que asseguram que, pelo contrário, ela é, pode ser, um elemento regulador (qualitativo) da conservação do ambiente.</p> <p>As suas actividades revelam-se, entretanto, fontes poderosíssimas de divisas (movimentam anualmente dez milhões de contos), apresentando-se como reequilibradoras potenciais das zonas carenciadas como o Alentejo, onde 600 mil hectares foram transformados em reservas pujantes.</p> <p>Novas formas de caçar assentes no turismo e na hotelaria</p>

				<p>de luxo estão, com efeito, a criar correntes de moda, de sofisticação. Daí o ministro da Agricultura, Arlindo Cunha dizer que elas são 'sinónimo de modernidade', inserindo-se nas 'expectativas filosóficas mais profundas a que aderiram importantes segmentos das populações urbanas', pela 'possibilidade que oferecem de reconciliação com uma natureza que, afinal, não está ainda perdida'.</p> <p>(...)</p> <p>Com a agricultura desarticulada por exigência da CE, pela desertificação dos solos, pela carestia dos amanhos, os governantes vêm na caça, sobretudo na de luxo, uma alternativa milagrosa (preciosa no Portugal de sucesso) para as regiões de pobreza tradicional (...).</p> <p>Avisado, Cavaco Silva faz em relação a ela o que Salazar fez em relação ao turismo: só a qualidade interessa. Ou seja, a caça fina, não na perspectiva dos animais mas dos matadores, convém.</p> <p>Como consequência, o lamento dos velhos e pobres caçadores sobre de tom umas vezes, extingue-se outras, por falta de espaços nos terrenos livres (...). (...)"</p>
20/8/92 Pág. I	Férias	Raúl Proença (Reprodução de Guia de Portugal II)	<i>Um Monte alentejano</i>	<p>"Um monte é um modelo de hospitalidade e asseio. (...) É o lar primitivo, onde ainda arde o fogo sagrado. No Inverno, como se o entretivessem continuamente mãos de vestais consagradas ao culto, nunca esse lume se apaga. Dia e noite, arde sempre ... Ali vem a família aquecer-se nas longas seroadas de Inverno, onde se revive o passado, se medita nos trabalhos da lavra e da sementeira, se tece entre os dedos dos velhos e das crianças, com amor enternecido, a teia da tradição ...</p> <p>(...)</p> <p>Se a mulher alentejana não tem a esbeltez, o mimo, a formosura da dos distritos de Viana, Aveiro e Coimbra, ou dessa região privilegiada que envolve dum aro de beleza a cidadezinha de Leiria, é ainda assim sedutoramente grandiosa no seu aspecto selvático e um tanto ou quanto varonil. Em todo o caso muito mais interessante que a algarvia. Os olhos árabes, negros, ramalhudos, chamejantes de volúpia, são por vezes admiráveis. Bem musculadas e desenvoltas, há nelas qualquer coisa coisa dum perfume agreste, como o da esteva, e ao mesmo tempo o encanto hermafrodita a que os trajos dão realce nos seus tons graves e harmoniosos.</p> <p>(...)</p> <p>Os do Alentejo distinguem-se pela fala arrastada, monótona, pastosa - a charneca ondulada feita voz humana. É uma raça independente, altiva, que fala com os superiores como de homem para homem, sempre de cabeça coberta, e não conhece humilhações e subserviência dos outros camponeses do país. (...)"</p>
22/8/92 Pág. 40	Local País	Ricardo Garcia	<i>Liga para a Protecção da Natureza e WWF dizem não ao projecto Relatório contra Alqueva entregue ao BEI</i>	<p>"Ao mesmo tempo que o Governo se prepara para tomar uma decisão sobre o Alqueva, ambientalistas preparam um estudo para pressionar autoridades nacionais e estrangeiras contra o projecto. (...)"</p>
1/9/92	Local	Ricardo Garcia	<i>Peixe já está a ser recolhido pela Direcção-Geral das Florestas Vale do Gaio já</i>	<p>"A barragem do Vale do Gaio no concelho de Alcácer do Sal já começou a ser esvaziada para a substituição de válvulas de tomada de água.</p> <p>(...)"</p>

			<i>está a ser esvaziada</i>	o enterramento é uma das alternativas para o destino dos peixes do Vale do Gaio apontadas por um estudo sobre o esvaziamento, coordenado pela Direcção Geral dos Recursos Naturais. O estudo foi uma exigência do Ministério do Ambiente depois que o esvaziamento da Barragem do Maranhão, em 1991, provocou a morte de milhares de peixes. (...)
2/9/92 Pág. 42	Local		<i>Mourão defende versão 'Alquevinha'</i>	“ O presidente da Câmara de Mourão afirmou-se contrário à construção da barragem do Alqueva pela sua cota máxima, alegando que esta trará 'grandes inconvenientes para o concelho'. (...) Segundo o autarca, a concretização do empreendimento com a sua cota máxima implicaria a submersão das vias de comunicação com as localidades vizinhas (...). Outro argumento invocado por Alexandre Barros prende-se com a agricultura, sector económico predominante na região, já que, do seu ponto de vista, a situação seria 'complicada' com a passagem de sequeiro para regadio. (...)
5/9/92 Pág. 38	Economia	Manuel Carvalho	<i>Alentejo e Ribatejo-Oeste com maiores ajudas aos cerealicultores PAC favorece o Sul</i>	“As ajudas aos rendimentos dos cerealicultores da nova PAC não trazem grandes novidades: as fatias de leão vão para o Ribatejo e Oeste – onde é maior a produtividade – e para o Alentejo, onde é maior a área de cultivo. (...). Estes subsídios destinam-se a compensar o abaixamento dos preços dos cereais europeus para os níveis de mercado mundial e são calculados em função das produtividades médias regionais, apresentadas por cada um dos Estados-membros. (...)
5/9/92 Pág. 53	Local País	Ricardo Garcia	<i>Empreendimento polémico paga despesas extra de entidades públicas Odefruta compromete-se a reduzir impactos ambientais</i>	“Crítica deste o princípio por ambientalistas, o polémico empreendimento agrícola de Thierry Russel, em Odemira, tenta reduzir os seus impactos ambientais e ainda paga a factura. Tudo para poder beneficiar de um programa comunitário. As empresas Odefruta e Odeflor – criticadas por ambientalistas por práticas agrícolas intensivas e planos imobiliários dentro da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – vão custear despesas extraordinárias do Estado para serem fiscalizadas e acompanhadas em termos ambientais. De acordo com um protocolo assinado as empresas comprometem-se a estudar e implantar medidas de minimização dos seus impactos ambientais, sob o acompanhamento do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação na Natureza e do Instituto Nacional de Investigação Agrária. (...) O protocolo (...) foi uma exigência (...) para a aprovação da candidatura ao Programa Operacional de Desenvolvimento do Rio Mira – que envolve a aplicação aproximadamente de onze milhões de contos no desenvolvimento agrícola da região nos próximos dois anos, com financiamentos comunitários. (...)
5/9/92 Pág. 54	Local	Pedro Ferro	<i>Vidigueira fez levantamento da poesia popular do concelho</i>	“ A Câmara da Vidigueira concluiu o levantamento da poesia e dos poetas populares do concelho (...). Salvo raríssimas excepções, os poetas populares do concelho da Vidigueira têm idades muito próximas dos 70 anos. Grande parte é analfabeta e retém de memória poemas concebidos há dezenas de anos. Ingénua, esta

				poesia dá conta das relações do homem com o seu mundo: um mundo rural ameaçado de desertificação, mas também pela sedução da chamada da chamada 'urbanidade'. (...)"
13/9/92 Pág. 62	Local	Ana Fernandes	<i>Plano de Ordenamento criticado pela Liga para a Protecção da Natureza Ambientalistas recebem desclassificação do litoral alentejano</i>	<p>"Aberto à opinião pública, o plano que pretende fazer o ordenamento da costa alentejana, do Sado a Odeceixe, já levantou as vozes contrárias da Liga para a Protecção da Natureza, que o acusa de arriscar a classificação da zona como área protegida. (...).</p> <p>(...) o Protali tem como objectivo genérico ordenar a zona litoral (...) 'identificando e promovendo nela actividades conciliáveis', nomeadamente, o turismo.</p> <p>(...) a associação acusa a CCR_A de entender 'as áreas protegidas como suporte da sua estratégia e não como condicionante dessa mesma estratégia'.</p> <p>Tudo isto porque existem neste litoral, além da reserva do Sado e da APPSACV, alguns biótopos Corine (zonas de importância natural classificadas a nível europeu) nomeadamente nas lagoas de Santo André, Melides e Sancha. Isto quer dizer que, desprovidas de estatutos especiais estão apenas as zonas entre a Comporta/Carvalhal e Melides e entre a Lagoa de Sancha e S. Torpes, locais que, 'por não estarem sujeitos a condicionantes ambientais específicos', deveriam ter maior apetência turística, o que não é previsto no Protali, refere a associação.</p> <p>O plano aponta assim para a constituição e desenvolvimento de núcleos turísticos nas zonas de Tróia, Comporta, Carvalhal, Fontainhas, Melides, Santo André, Aivados, Porto Covo, Vila Nova de Mil Fontes, Almogrove e Zambujeira. Ora, 'as áreas entre estes núcleos não têm sequer significado para a conservação da natureza do ponto de vista regional, quanto mais nacional', diz a liga."</p>
15/9/92 Pág. 36	Economia	MC	<i>Compensação para a quebra de rendimentos Agricultura portuguesa aposta no turismo rural</i>	<p>"Tendo como pano de fundo as propostas de diversificação incluídas na reforma da PAC, por um lado, e as potencialidades quase exclusivas da paisagem rural portuguesa, por outro, o Ministério da Agricultura está decidido a apostar na exploração do turismo em espaço rural como forma prioritária de compensação para a quebra de receitas que se esperam no sector agrícola. O encontro de vários técnicos de extensão rural do Ministério dá corpo a essa prioridade ao 'susceptibilizar os próprios vulgarizadores agrícolas para a importância que o turismo em espaço rural pode ter no contexto da agricultura nacional'. (...)</p> <p>Os pressupostos que levaram o Ministério da Agricultura a fomentar a actividade relacionam-se não apenas com a preocupação de evitar o êxodo rural, mas também com a dinamização dos mercados agrícolas locais e do próprio artesanato das áreas agrícolas. (...)</p> <p>Com a diversificação da oferta, o turismo em espaço rural tende a abarcar um leque mais vasto de potenciais utilizadores interessados em 'contactar directamente com a natureza'.</p> <p>Os atractivos ecológicos e biológicos que o turismo rural comporta são um dos principais temas considerados no encontro (...)."</p>
15/9/92 Pág. 49	Local	Marcial Rodrigues	<i>Évora prefere divulgação turística pelo segredo</i>	<p>" (...).</p> <p>A presença de turistas e curiosos nos caminhos rurais da região de Évora passará a ser mais um elemento que</p>

			<p><i>arqueológico</i> <i>Três percursos</i> <i>entre antas e</i> <i>menires</i></p>	<p>despertará a curiosidade de pastores e de milhafres, habituados à quietude dos chaparros e ao lento evoluir das cores da terra alentejana. Isto porque a Câmara Municipal de Évora promoveu a elaboração de três circuitos megalíticos que levarão os interessados até às antas e aos menires que, alguns há cerca de seis mil anos, foram edificadas pelos antigos habitantes para a guarda sagrada dos mortos ou para aí prestarem os seus cultos ancestrais.</p> <p>(...)</p> <p>Entrados na Serra de Monfurado, depois de passada a gruta do Escoural,, fala-se do projecto, aparentemente adormecido, da Comissão de Coordenação da Região Alentejo, o que prevê a sua classificação como 'zona de paisagem protegida', medida que poderá valorizar não só o legado arqueológico, mas também a arquitectura rural e antigos usos e costumes, como o fabrico artesanal de carvão vegetal, promovendo-se, simultaneamente, o turismo cultural que se pretende para a região.</p> <p>Pelo caminho, fica, depois, o que resta das Minas de Nogueirinha, perto da Anta de S. Brissos. As minas constituem um exemplo não aproveitado de arqueologia industrial. Devidamente integradas, contribuirão para a diversidade cultural da zona.</p> <p>(...)"</p>
17/9/92 Pág. 55	Local País	Marcial Rodrigues	<p><i>Redondo</i> <i>Cem montes</i> <i>alentejanos numa</i> <i>aldeia turística</i></p>	<p>"A construção de uma aldeia alentejana turística nas margens da albufeira da barragem de Vigia constitui um dos três pólos de desenvolvimento económico para o concelho do Redondo, que a autarquia prepara 'na sombra' há três anos, segundo disse ao PÚBLICO Alfredo Barroso, presidente do Município.</p> <p>A recuperação e adaptação do Convento de São Paulo. Na Serra d'Ossa, a hotel de quatro estrelas e a construção de um hotel na vila do Redondo estão incluídas no empreendimento e permitirão, na opinião do autarca, fixar a população jovem, criando emprego numa região carenciada.</p> <p>O projecto mais arrojado é a edificação da aldeia turística de características alentejanas na albufeira da Vigia, iniciativa de um empresário alentejano com recurso a capitais estrangeiros. Numa área de 200 hectares, serão construídos até 100 montes alentejanos (...), um restaurante panorâmico e uma zona de equipamentos colectivos, situada num largo semelhante aos das aldeias alentejanas, incluindo capela, hotel, restaurantes e um centro náutico. (...)"</p>
19/9/92 Pág. 55	Local País	Ana Fernandes	<p><i>Apresentados em</i> <i>Odemira os dois</i> <i>cenários para a área</i> <i>protegida</i> <i>A hora da verdade</i> <i>na costa alentejana</i></p>	<p>"(...). Durante as próximas semanas, a administração central e local estão a escolher o futuro do litoral alentejano. A opção penderá entre a conservação na natureza e a construção turística.</p> <p>(...)</p> <p>Caso a opção seja pela conservação de toda a área, projectos como os Aivados (...) teriam de ser repensados. Sucedendo-se ao longo do litoral, os empreendimentos turísticos com localização ou projecto aprovados teriam de ser alvo de renegociações. Isto implicaria que, em muitos casos, o Estado ou as autarquias se dispusessem a compensar os promotores dos projectos. Seria este o custo da conservação da natureza.</p> <p>Caso contrário, os compromissos são honrados. Com eles</p>

				<p>vêm os impactos sobre a região e a consequente desvalorização ambiental.</p> <p>(...)</p> <p>Assim, no caso do cenário A, que privilegia a conservação da natureza, a equipa aponta vocações específicas para cada um dos quatro concelhos presentes na área protegida. Sines virar-se-ia para os estudos marinhos, enquanto Odemira desenvolveria em Vila Nova de Milfontes, depois do seu reordenamento, projectos de eco-turismo adaptando para a estante área medidas de limitação das cargas humanas nas praias.</p> <p>Aljezur albergaria a sede da Área de Paisagem Protegida onde seriam desencadeadas acções de formação e investigação científica. Simultaneamente, Vale da Telha – um empreendimento turístico caótico já existente neste concelho – seria requalificado e reconvertido. Por último, Sagres ficaria vocacionado para actividades culturais, incluindo, por exemplo, um centro de estudos históricos.</p> <p>O cenário B contempla a construção dos projectos previstos para a zona entre Milfontes e São Torpes (...) e para a faixa entre Sagres e Burgau. Tal opção implicaria a desqualificação destas áreas para ‘pré-parque’, como lhes chama a equipa, ou ‘zonas de transição’ como lhe prefere chamar Marques Ferreira, presidente do Serviço Nacional de Parques.</p> <p>(...)</p> <p>Qual a opção ? o responsável pelo Serviço Nacional de Parques prefere a ‘manutenção da área tal como está, pelo que seria necessário repensar as intenções de construção’. Mas alerta que nada se poderá fazer sem o acordo das populações porque ‘não é possível proteger contra a vontade’ dos habitantes.</p> <p>População, esta, que vê o turismo como uma importante fonte de receitas em substituição de uma agricultura pouco rentável e de uma indústria inexistente. No entanto, contrapõe Marques Ferreira, ‘a existência de uma área protegida não provoca a desertificação humana ou a decadência da agricultura’.</p> <p>Pelo contrário, ‘a existência de uma área de qualidade ambiental traz uma perspectiva diferente ao que é o crescimento tradicional’, adianta. ‘Além disso, assentar o desenvolvimento no turismo é suicídio e o ideal nesta zona é dinamizar a agricultura extensiva – que é a que melhor preserva o ambiente – e complementá-la com serviços (ligados a um turismo rural diversificado e de qualidade), actividades agro-florestais e pescas porque uma só por si não chega’. (...).”</p>
20/9/92 Pág. 54	Local País	RO	<i>Santiago do Cacém Contestação ao Protali</i>	<p>“Dúvidas sobre as compatibilidades de projectos turísticos e agrícolas e contestação de alguns critérios que ‘não contemplam expectativas de algumas regiões’ de Santiago do Cacém marcaram (...) a terceira discussão pública do Protali (...).</p> <p>Os participantes no encontro contestaram a ‘menor importância atribuída a Ermidas do Sado’ no aspecto industrial e à própria sede do concelho na medida em que esta é ‘pouco contemplada em termo de desenvolvimento’</p>
21/9/92 Pág. 55	Local	Adolfo Palma	<i>Magistrado lança campanha ecológica Uma aldeia chamada utopia</i>	<p>“ ‘Vamos construir uma aldeia ecológica e provar que se pode ser feliz sem destruir a natureza’. É por este projecto, expresso em anúncio de jornal, que José Carlos está disposto a abandonar uma futura carreira de magistrado’.</p>

				(...)"
28/9/92 Pág. 47	Local País	Marcial Rodrigues	<i>Évora comemorou Dia do Turismo Sentir o Alentejo</i>	"O turismo de interior tem sido tradicionalmente preterido em favor do turismo do litoral. Ele é, no entanto, um dos mais importantes recursos económicos de vastas regiões, como é o caso de grande parte do Alentejo. (...)".
18/10/92 Pág. 2/3	Destaque	Manuel Carvalho	<i>Caçadores sob fogo cruzado</i>	"O segundo período da época cinegética começa hoje, num clima de tensão. Por entre os disparos contra as poucas perdizes e coelhos que restam, os 250 mil caçadores têm as suas atenções apontadas para a polémica suscitada pelas zonas de caça privadas. Entre os defensores da situação prevista na actual Lei da caça e os que contestam as restrições aos seus 'direitos' de caçar não há conciliação possível. (...)"
31/10/92 Pág. 56	Local País	Pedro Ferro	<i>Beja reclama 'tratamento de choque' contra seca e crise económica Governador civil admite demitir-se</i>	"Unidas pela seca e pelos efeitos da reforma da política agrícola da Comunidade Europeia, as forças vivas de Beja foram dizer de sua justiça ao governador civil. Querem um plano de emergência e uma conversa com Cavaco. Se nada for feito, aconselham o representante do Governo no distrito a demitir-se. E ele até admite fazê-lo ... (...) 'A agricultura vai acabar, o comércio fecha as portas por arrastamento e a indústria não vem'. Com esta frase, Gaspar Crujo, vereador do PSD em Moura, um dos 30 participantes na reunião com Luís Serrano, resumiu a situação no distrito. (...) A crise na agricultura (...) tem um efeito devastador numa economia regional já de si frágil. Os agricultores afirmam ter de dispensar trabalhadores por 'não possuem meios para lhes dar que fazer, nem dinheiro para lhes pagar'. E criticam os critérios do Plano de Regionalização para a Agricultura. Este instrumento de implantação da reforma da PAC atribui a certas áreas do Alentejo uma produção de 1400 kg de cereais por hectare, enquanto noutras regiões do país, 'que nem sequer produzem cereais', o mesmo plano atribui valores da ordem dos oito mil quilos. Para os agentes económicos de Beja, estes números revelam o 'pouco poder reivindicativo' que o Alentejo tem junto do poder. 'O Alentejo tem pouca gente, dá poucos votos, elege poucos deputados e os partidos, todos eles, não querem saber de nós', observou Gaspar Grujo. (...) Barragens para travar o passo ao deserto, 'para que o Alentejo deixe de ser a província das anedotas', como salientou Manuel Brito?"
15/10/92 Pág. última	última	Marcial Rodrigues	<i>Agricultores do Alentejo fazem ultimato ao governo</i>	"Os agricultores do Alentejo deram o prazo até ao fim do mês para que o governo cumpra as suas promessas para minorar os efeitos da seca. O corte de estradas é uma das hipóteses a considerar, assim como a eventual revisão do seu relacionamento com a CAP. 'Toda a região do Alentejo está em falência devido aos efeitos da seca que marcou o ano agrícola', disse, Manuel Rebocho, da comissão de luta contra a seca. (...). Créditos cortados, dificuldades crescentes perante os credores e a nova política agrícola comum são os factores que, segundo a comissão, agravam a situação das associações, provocando uma 'perda efectiva dos rendimentos'.
16/10/92 Pág. 53	Local	Ricardo Garcia	<i>António Taveira na Costa Alentejana Governo diz não</i>	"O governo não permitirá a construção do loteamento na Herdade dos Aivados, na área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, garantiu António

			<i>aos Aivados</i>	<p>Taveira, secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais. (...)</p> <p>O empreendimento dos Aivados prevê um loteamento com capacidade para 400 camas, equipado com campos de golfe, um centro náutico, um centro cívico e comercial, bomba de gasolina e até postos da GNR e bombeiros. (...)"</p>
1/11/92 Pág. 69	Local Pais	Pedro Ferro	<i>Desenvolvimento local debatido em Alvito Produtos alentejanos à procura de mercado</i>	<p>"A participação das comunidades locais no processo de desenvolvimento do mundo rural foi o que nos últimos dois dias esteve em debate em Alvito, num encontro organizado pela Associação Terras Dentro. Tratou-se de tentar encontrar um 'passaporte' dos produtos locais para o mercado.</p> <p>(...)</p> <p>Encontro que girou, no fundamental, em torno da procura de metodologias mais adequadas a intervenções que levem o mundo rural a tomar conta do seu processo de crescimento económico e social.</p> <p>Pacífica foi a ideia que não há desenvolvimento sem a participação das comunidades locais.</p> <p>(...)</p> <p>No pão, nos enchidos, nos produtos saídos da terra e do trabalho de frágeis unidades de transformação, fixadas nas comunidades alentejanas, podem residir os baluartes do mundo rural ameaçado de esmagamento e de despersonalização pelo grande mercado.</p> <p>A estratégia da resistência do mundo rural está, segundo as conclusões do encontro, no reforço das suas potencialidades e numa dinâmica de solidariedade e interação entre unidades económicas locais e regionais.</p> <p>'Até porque hoje verifica-se uma apetência pela personalização do produto. O consumidor quer saber cada vez mais de onde vem e de quem é determinado produto', disse Camilo Mortágua, acrescentando que é preciso não separar a produção local com a sua envolvimento cultural e humana.</p> <p>Trata-se de conferir a um pão, a um doce regional, ou a um produto o valor ecológico que ele tem na sua relação com a esfera humana, que o produz de determinado modo e não noutra, dando-lhe genuinidade e tipicidade. Trata-se ainda, na mesma perspectiva, de valorizar e dignificar o 'saber fazer', isto é, de humanizar.</p> <p>Roque Amaro, investigador do ISCTE veio em abono desta opinião: 'Tem-se a ideia de que o capitalismo é inimigo do desenvolvimento local, que o estrangula com a sua expansão, mas hoje é cada vez mais certo que a rentabilidade capitalista, para ser mantida, tem de olhar para a dimensão local do mercado e apostar já não tanto na massificação, mas na diversidade'.</p> <p>(...)</p> <p>Seja qual for o nome que ao desenvolvimento possam dar, ele é, no Alentejo, a raiz que prende o homem ao seu chão, a ligação umbilical da comunidade com o seu meio e, em última análise, o aspecto que a felicidade possa ter. Uma felicidade material não utópica, uma felicidade que se poderá traduzir na fixação das populações, na inversão do processo de desertificação humana, paisagística e económica em que o Alentejo está encerrado.</p> <p>O encontro do Alvito foi mais uma tentativa de erguer muralhas contra a desertificação e a despersonalização de</p>

				comunidades rurais. (...)”.
3/12/92 Pág. 52	Local País	Lusa	<i>Autarcas lançam alerta em Bruxelas Alentejo em risco de rápida desertificação</i>	<p>“O Alentejo enfrentará uma tripla desertificação – física, humana e económica – a menos que se tomem medidas urgentes para relançar as estruturas produtivas da região. O alerta foi lançado na terça-feira em Bruxelas por uma delegação das associações de municípios do Alentejo. (...)</p> <p>Parte das propostas apresentadas constam do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) cujo objectivo último é o de fixar a população, relançar a agricultura e o comércio e aproveitar as potencialidades económicas da região – indústrias das pirites, das rochas ornamentais e do turismo. (...)”.</p>
9/12/92 Pág. 58	Local	Marcial Rodrigues	<i>A espera do próximo Plano de Desenvolvimento Regional Autarcas do Alentejo pressionam Bruxelas</i>	<p>“ (...) Reivindicamos o princípio da solidariedade nacional como complemento do princípio de subsidiariedade”, afirmou Alfredo Barroso, da Associação de Municípios do distrito de Évora, sintetizando a posição das autarquias alentejanas. Ou seja, ‘que o princípio comunitário da subsidiariedade seja aplicado não só entre Estados-membros, mas também entre regiões do mesmo país’. O que implica que, do mesmo modo que Portugal reivindica o apoio especial por parte dos seus parceiros comunitários, dada a sua situação de país menos desenvolvido, também ao Alentejo sejam consignadas verbas específicas, pois trata-se da região nacional menos desenvolvida. (...)”.</p>

<i>Público</i>	Rubrica	Enunciador - Reportador	Título	Resumo
15/1/93 Pág. 50/51	Local	Ricardo Garcia	<i>Seca ainda assusta no Alentejo e castiga em especial um concelho A maldição de Barrancos</i>	“As precipitações de Dezembro afastaram um pouco o temor de uma nova seca em 1993. Mas nas áreas do Alentejo mais afectadas no ano passado, os efeitos da falta de chuva continuam a fazer-se sentir, como ondas de choque. O gado não tem que comer, os trabalhos sazonais são escassos e a ameaça da falência ronda o comércio e os serviços. De todos os concelhos, um parece amaldiçoado: Barrancos, onde a população apenas vê as nuvens a passar sem direito a chuva. (...)”
15/1/93 Pág. 50/51	Local	R.G	<i>Um jovem agricultor desiludido</i>	“Domingos Manuel (...) não imaginava que teria tanto azar quando decidiu enveredar pela carreira de jovem agricultor. (...). Com financiamentos comunitários e seis mil contos pedidos a um banco, Né construiu currais e cercas, adquiriu sementes e adubos e comprou mais vacas. No Verão de 1991 tudo corria bem. As 1200 horas do curso estavam cumpridas, a terra havia dado feno em quantidade e nesse mesmo ano venderem-se os primeiros vitelos. Depois, nunca mais choveu. Os pastos e as reservas de alimento foram desaparecendo e no auge da seca do ano passado morreram quatro das suas cerca de 40 vacas. (...). A sua propriedade é um retrato da desgraça. (...)”
15/1/93 Pág. 51	Local	RG	<i>A fome de Sobral de Adiça</i>	“Com casas brancas, pouco movimento e muitos velhos na rua, Sobral de Adiça não se diferencia em nada de grande parte das pequenas aldeias do Alentejo interior. Recentemente, porém, esta freguesia de 1300 habitantes do concelho de Mourão saiu do anonimato e veio para os noticiários como um exemplo inglório de fome causada pela seca na margem esquerda do Guadiana. Cerca de 20 famílias, segundo o presidente da Junta de Freguesia, António Valério, estão a alimentar-se mal e recorreram ao auxílio da Cruz Vermelha em 1992. Num momento em que os órgãos de comunicação social são diariamente bombardeados com imagens dramáticas da Somália, o termo fome parece um pouco exagerado para caracterizar a situação de Sobral de Adiça. A seca tem antes acentuado uma situação crónica de pobreza que vive uma parte da população, resultado da escassez de alternativas económicas. A actividade da freguesia orbita em torno da produção de azeitona, que representa uma fonte de trabalho apenas sazonal. Longe dos tempos áureos da Mina da Preguiça, quando a freguesia tinha três mil habitantes, a população apresenta hoje tendências de decréscimo e envelhecimento características de boa parte do Alentejo. (...) A família de Maria Encarnação Machado ilustra bem essa situação crónica, acentuada pela seca. Até ao ano passado, Maria Encarnação e o marido, de 43 anos, amealhavam algum dinheiro durante o Inverno, trabalhando na colheita da azeitona, para compensar a incerteza de trabalho durante

				<p>o resto do ano. Já no ano passado, Maria Encarnação recorreu ao auxílio da Cruz Vermelha para completar com massa, queijo, bolachas, azeite e um pouco de carne a magra dieta alimentar da família.</p> <p>(...)</p> <p>Apenas com os 30 contos de subsidio de desemprego, a família atravessa a crise da seca sem ver luz no fim do túnel, com os filhos mais velhos, de 15 e 16 anos, longe da escola e os mais novos, de nove e quatro anos, a comerem batatas fritas com ovos estrelados. 'Não há dinheiro para comprar carne, nem iogurte, nem Nestum'.</p>
17/1/93 Pág. 62	Local	Lusa	<i>Ministro preocupado com aldeias fantasma</i>	<p>" O ministro do Planeamento e da Administração do Território, Valente de Oliveira, alertou ontem para o perigo de Portugal ter, dentro de uma ou duas décadas, 'centenas de aldeias fantasmas, na melhor das hipóteses habitadas em Agosto e Setembro'. (...)</p> <p>O ministro apontou como solução a fixação das populações de aldeias próximas dos centros urbanos médios ou pequenos, onde os habitantes trabalhariam, aproveitando uma rede de boas comunicações.</p> <p>'Os problemas verdadeiramente difíceis de resolver são postos nas zonas agrícolas pobres, de baixa densidade de ocupação demográfica e sem recursos para reter a população', disse, defendendo para estas áreas, a produção de florestal e uma rede de centros urbanos espaçados.</p> <p>Para as zonas quase despovoadas, disse o ministro, 'ou subsistem alguns habitantes para tratar das residências secundárias' ou 'se transforma uma aldeia inteira numa espécie de albergue' ou, ainda, 'se assume frontalmente o abandono?...'</p>
27/1/93 Pág. 49	Local	Marcial Rodrigues	<i>Comissão Justiça e Paz reage ao alastrar da fome Plano social de emergência para o Alentejo</i>	<p>" A criação de um Plano Social de Emergência para a Região do Alentejo, com a finalidade de acudir às graves situações que ali se vivem é preconizada pela Comissão Diocesana Justiça e Paz, da Arquidiocese de Évora.</p> <p>(...)</p> <p>Não são só os trabalhadores por conta de outrem que são afectados. São já em número significativo os agricultores que vendem as suas herdades para pagar as dívidas, como significativo é o número de empresas que se vêem obrigadas a fechar as portas. 'Induziu-se os agricultores na produção e no investimento, e agora a ordem é parar', esclarece António Campos, em referência à Política Agrícola Comum europeia. (...)"</p>
2/2/93 Pág. 25	Sociedade	Manuel Carvalho	<i>Modelo agronómico insustentável condenado pela PAC A agonia das searas alentejanas</i>	<p>"O sistema cerealífero do Alentejo está condenado à mudança por força da nova PAC. Extintos os regimes de protecção que o fomentaram até à irracionalidade, a cultura de cereais em solos pobres e desajustados terá de passar por uma transformação profunda. As alternativas ganham contornos cada vez mais nítidos junto dos técnicos, mas receia-se que o processo de transição seja lento de mais para garantir terapias de sucesso a uma economia regional que agoniza a olhos vistos.</p> <p>No Alentejo, o insustentável peso da dependência cerealífera regressou ao centro de todas as angústias. (...).</p> <p>A vasta região que, durante décadas, se viu obrigada a ser o celeiro de Portugal, descobre agora o peso das suas vulnerabilidades e pressente a emergência de um cenário obrigatoriamente desconfortável: ou repensa e altera rapidamente o seu modelo de agricultura, ou fica condenada a representar o trágico destino de um deserto</p>

				<p>económico. (...)</p> <p>Resta ao Alentejo procurar, urgentemente, novas vocações para a sua economia agrária.</p> <p>As novas regras da PAC, inventadas para pôr cobro ao mar de excedentes de cereais que anualmente se acumulam nos organismos de intervenção comunitária pelo exercício da agricultura produtiva da Europa Verde, apanharam o Alentejo no contrapé. Durante décadas, o protecçãoismo estatal tinha sustentado preços que chegaram a ser duas vezes superiores aos praticados no mercado mundial. (...)</p> <p>A política agrícola (...) tem um único consolo para os agricultores alentejanos. Por cada hectare de cultivo, poderão receber uma ajuda directa calculada em função da produtividade dos solos (...). Esta ajuda directa com que Bruxelas quer compensar os prejuízos decorrentes do alinhamento dos preços do cereal europeu pelos valores praticados no mercado mundial obriga os 'produtores profissionais' – que produzem mais de 92 toneladas – a colocar em regime de pousio 15 por cento das suas terras. Nas zonas de rotação cultural, que não precisam de pousio, muitas terras, por sinal as mais produtivas, ficarão condenadas ao repouso.</p> <p>Para além das ajudas directas, a Comissão Europeia espera que os agricultores completem os seus rendimentos com o produto das vendas das suas produções no mercado. E, principalmente, que ponham de parte culturas produtivistas, passando à reforma ou dedicando-se à silvicultura e à preservação do equilíbrio ecológico das paisagens rurais. (...)</p> <p>Agora que a política interna não pode estender a sua mão protectora aos cerealeiros, uma velha angústia eleva-se de novo: apesar da dimensão média das suas explorações – 20 hectares contra dois da média nacional –, o Alentejo baseia a sua produção em terras pobres e numa classe agrícola envelhecida e pouco aberta à inovação. O Alentejo pobre e atrasado permanecerá imutável. (...)</p> <p>Os 8800 projectos de investimento vocacionados para a melhoria da eficácia das explorações aprovados para a região, que ascenderam a 94 milhões de contos desde 1986, pouco alteraram uma situação que, na sua essência, encontra os seus estrangulamentos na elemental composição do solo e nas características climáticas. (...)</p> <p>Há suspeitas legítimas de que muitos produtores vão deitar sementes à terra – condição obrigatória para receber as ajudas – para depois esperar simplesmente a chegada das colheitas, uma forma de evitar qualquer custo de exploração que de forma alguma os ganhos do mercado conseguem compensar.</p> <p>Perante este cenário, a cerealicultura que se pratica no Alentejo está condenada a prazo. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Em apenas 60 anos de história, o Alentejo terá de passar pela sua terceira revolução. Primeiro foi a campanha do trigo decretada por Linhares de Castro, ministro de Salazar, que levou o cereal até zonas de cultivo sem qualquer aptidão agrícola. Veio depois a reforma agrária e, agora, murmura-se cada vez mais alto a necessidade de interromper a produção do cereal em terrenos secos e</p>
--	--	--	--	--

				<p>pobres que, em traços largos, representam cerca de 90 por cento dos 420 mil hectares cultivados.</p> <p>Os políticos, dirigentes da agricultura e especialistas de economia agrária estão de acordo neste ponto. (...). Para além da aptidão para o cultivo de produções alternativas (...), o futuro dos cereais deverá ser partilhado com a incrementação de pecuária extensiva e por sistemas agro-florestais que a Comunidade Co-financia. (...).</p> <p>(...)</p> <p>A questão que se coloca agora é saber quanto tempo resta antes da falência em catadupa das explorações agrícolas e da conseqüente desertificação humana – só na última décadas, o Alentejo perdeu 6,4 por cento da sua população e dos 45 mil produtores recenseados no último censo estima-se que, na situação actual, entre cinco a dez mil possam abandonar a actividade até final do século. (...).</p>
2/2/93 Pág. 26	Sociedade	Manuel Carvalho	<i>Alternativas para a agricultura dependem da água Um 'messias' chamado Alqueva</i>	<p>"Se a irrigação dos solos mais produtivos do Alentejo não for garantida, resta à maioria dos seus agricultores o abandono da actividade. E, quando se fala de irrigação, evoca-se a fórmula mágica do Alqueva. (...)"</p>
16/2/93 Pág. 2/3	Destaque	José António Cerejo	<i>Uma seca entre muitas</i>	<p>"Secas sempre as houve. E as crises sociais que lhe são inerentes também. Mas no Alentejo, sobretudo, sempre houve problemas adiados ou por vezes dramaticamente resolvidos. Há 80 anos, no concelho de Serpa, uma distribuição de terras à população, que devia sustentar a crise agravada pela seca, acabou por provocar um êxodo que nem a euforia da República conseguiu evitar. Hoje em dia, as indecisões quanto à barragem de Alqueva, as indefinições remanescentes de uma reforma agrária mal sucedida e os choques provocados pela Política Agrícola Comum vêm tornar medonha uma seca que, afinal, é apenas mais uma.</p> <p>Enquanto o país estremece com a ideia de que há gente com fome nas terras do pão, os mais velhos dos velhos alentejanos revêem as muitas secas que já viveram. Alguns dos que ainda lá estão nasceram de uma fuga heróica à crise de trabalho em 1910 e 1911.</p> <p>Os latifundiários não tinham emprego para lhes dar, as palavras dos engajadores pareciam-lhes um sonho. Foi a primeira emigração maciça que o Alentejo conheceu e teve como destino as terras distantes do Havai. Meia dúzia de anos depois, desiludidos ou não, muitos deles estavam de volta. Para conhecerem novas secas e novas crises. Para voltarem a emigrar.</p> <p>Pelo Alentejo for a, a seca e a crise social que ela agrava são indelmentíveis. As barragens e charcas estão quase no fundo, as searas mostram-se raquíticas, os pastos não crescem, os desempregados são cada vez mais. Mas, ao contrário do que se poderia pensar, a seca não é o tema de todas as conversas. E a unanimidade quanto aos seus efeitos está longe de existir.</p> <p>(...)</p> <p>O presidente da Câmara de Serpa, João Rocha da Silva, é dos que não tem dúvidas quanto às conseqüências económicas e sociais da seca. Basta ver o gado a comer rama de sobreiro e os agricultores a venderem os animais ao desbarato para se perceber quão grave é a situação. No plano de maior incidência social, o das colheitas – e particularmente da apanha da azeitona – ninguém ignora</p>

				<p>que este ano praticamente não houve trabalho. E toda a gente sabe que, pelo menos na margem esquerda do Guadiana, a apanha da azeitona constitui, durante quatro ou cinco meses por ano, a única fonte de rendimento de muitas famílias.</p> <p>(...)</p> <p>A prazo, para as autarquias e para a esmagadora maioria dos alentejanos, Alqueva é a única barreira possível à desertificação e ao abandono do Alentejo.</p> <p>Nesta síntese, a dos impactos da seca, todos apontam o dedo à seca. Alguns, como o presidente da Câmara de Serpa, alargam o enfoque e sublinham que, para lá da falta de água, 'as principais causas da pobreza estão na divisão da terra'. A seca vêm ainda juntar-se, conforme o interlocutor, uma série de outros factores de desequilíbrio e de crise. Há quem responsabilize a CE, quem culpe a estrutura fundiária e quem acuse o desinteresse do Governo pelo Alentejo. Dos financiamentos ao desenvolvimento do turismo (SIFIT) 'só 0,8 por cento é que contemplam a região; e das 116 acções comunitárias Interreg só 11 têm a ver com ela', frisa João Rocha.</p> <p>Para muitos alentejanos, porém, a seca é de todos os problemas o menos grave. (...). Mas, no essencial, vêm na falta de água um pretexto, um 'bode expiatório'.</p> <p>'Isto é cíclico homem, não há seca nenhuma. O que há e terra ao abandono. Mesmo que chovesse a potes eles não empregavam mais ninguém. Têm lá um pastor, um tractorista e o resto são vedações', diz um tractorista de Serpa.</p> <p>Nas Alcáçovas, Francisco Amado, de 68 anos, vai mais longe: 'Toda a vida tem havido secas, toda a vida tem havido Invernos. Antigamente, os proprietários tinham reservas de palha e forragens para o gado. Hoje não têm porque não semeiam. Chegam-lhes os subsídios que recebem para não semear...'</p> <p>O essencial, garante um comerciante de Serpa, é que 'o Alentejo está ao abandono'. A seca, argumenta, é um pretexto para muita gente pedir subsídios ao Governo. As próprias autarquias estariam interessadas em dar a ideia de que há uma seca terrível para pressionar a construção de Alqueva. (João Rocha rejeita liminarmente esta análise).</p> <p>A falta de emprego e as carências das populações – algumas vezes empoladas, reconhecem-no em privado até alguns autarcas – têm pouco a ver com a seca, admite-o também Manuel Pombinho, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja. 'A seca vem agravar uma situação social, que decorre fundamentalmente da falta de aproveitamento dos nossos recursos pelos donos da terra, mas é uma questão importante'. Mesmo em relação à escassez de azeitona, Pombinho subscreve a opinião de que 'a responsabilidade é tanto da seca como da falta de poda'.</p> <p>E a verdade, acrescenta, é que 'a seca não tem nada a ver com o facto de a maior parte das oliveiras e dos sobreiros não verem um machado há muitos anos'.</p> <p>Para José Manuel Casqueiro, da CAP, as coisas não se põem, obviamente, nestes termos. 'A seca é neste momento o maior problema do Alentejo devido aos efeitos da seca do ano passado. E a situação pode-se tornar ainda mais grave nas regiões de regadio porque as barragens não encheram'. Quanto aos benefícios que os grandes proprietários teriam</p>
--	--	--	--	---

				<p>em deixar as terras paradas, Casqueiro nem sequer nega. ?o que acontece, contra a vontade dos empresários, é que a reforma da PAC começou este ano a obrigar as pessoas a deixarem 15 por cento das suas propriedades contra um subsídio, consoante o tipo de terras, de 20 a 150 contos por hectare'.</p> <p>O problema é que a filosofia de redução dos excedentes subjacente à reforma da PAC, 'é contrária à realidade deficitária da agricultura portuguesa', salienta ainda o dirigente da CAP.</p> <p>Curiosamente, a opinião de quem minimiza a importância da seca e vê nela apenas um factor menor de deterioração económica e social do Alentejo tem no Instituto Nacional de Meteorologia um aliado de peso. É que secas como estas já houve muitas este século. A mais recente foi em 1980/81, e os dados disponíveis não atribuem à situação actual uma gravidade excepcional. (...)"</p>
21/2/93 Pág. 58	Local	Marcial Rodrigues	<i>Em pano de fundo, o fim da agricultura tal como ela tem sido Alentejo na rota do turismo</i>	<p>"O despovoamento crescente do Alentejo e a lenta agonia do mundo rural serão compatíveis como um turismo que se quer, em muitos aspectos, ligado ao ambiente natural? A resposta passará, inevitavelmente pelo significado do termo 'ruralidade'. Turismo 'para inglês ver' ou algo mais do que isso?</p> <p>No Alentejo, o turismo constitui um sector económico estratégico para os responsáveis que, aos mais diversos níveis, procuram alternativas para o fim anunciado da actividade agrícola, tal como esta tem sido praticada e, à custa de subsídios, artificialmente mantida, com reflexos directos em todo o tecido social.</p> <p>(...)</p> <p>A opção do Alentejo vai para o chamado turismo verde, em zonas de inequívoca qualidade ambiental. 'Um turismo que promove a descoberta da diferença e não a massificação', diz Andrade Santos, presidente da RTE.</p> <p>Além da costa marítima, a melhor preservada do país, o Alentejo oferece turismo rural e agro-turismo, turismo cinegético e o aproveitamento de albufeiras, recorrendo sempre à boa qualidade do seu património natural. E a riqueza do seu património construído, a cultura musical regional, o artesanato, a gastronomia tradicional completam, em linhas gerais, o quadro da região. Ultimamente, a implantação de campos de golfe tem surgido como um complemento turístico não desprezável, ainda que assumindo, por vezes, discutíveis proporções.</p> <p>O ano de 1992 ficou assinalado pela criação, conjugação e divulgação de iniciativas que pretendem otimizar as condições existentes, como foram os casos, na RTE, de 'Monsaraz Museu Aberto', 'Mostra Gastronómica do Distrito de Évora', 'Festa do Vinho e da Vinha', em Borba, a que se deverão juntar, este ano, a 'Festa do Cavalo' em Montemor-o-Novo, 'Animação dos Castelos do Distrito' e um 'Festival de Música e Dança'.</p> <p>(...)</p> <p>'Não deve o turismo fazer o que compete à indústria e à agricultura' diz Andrade dos Santos, mas o sector poderá favorecer a integração em rede de diversas actividades, contribuindo para a preservação do património tradicional, construído ou não."</p>
21/2/93 Pág.58	Local	MR	<i>Os riscos do golfe na planície</i>	<p>"A instalação de campos de golfe no Alentejo é uma realidade que os mais directamente ligados ao sector</p>

				<p>turístico não desdenham.</p> <p>Região tradicionalmente afectada pela falta de água, a pretensão parece chocar não apenas com a paisagem rural alentejana, mas fundamentalmente com os problemas relativos à quantidade e à qualidade da água, pondo em risco o abastecimento às populações, segundo temem os mais cépticos.</p> <p>De concreto, segundo disse ao público a arquitecta Margarida Cancela d'Abreu, Direcção Regional do Ordenamento do Território, além do campo já existente em Tróia (Grândola), está aprovada a implantação de sete campos de golfe na região do Alentejo, três no litoral, quatro no interior: Herdade das Coutadas e Marvão (Portalegre); Semblana (Almodôvar); Herdade Cerro Alto (Mértola); Carvalhal (Grândola); Aivados e Vila Formosa (Odemira). Existem também cinco 'pedidos prévios' de viabilidade, um no litoral e os restantes no interior: Albufeira do Monte da Rocha (Almodôvar); Herdade da Bombeira (Mértola); Horta da Moura (Reguengos de Monsaraz); Herdade dos Pinheiros (Grândola); e Albufeira da Vigia (Redondo).</p> <p>(...)</p> <p>A falta de um estudo rigoroso dos recursos hídricos do Alentejo, o alarmismo que reina é compreensível e a situação de seca que ciclicamente afecta a região dá argumentos aos opositores da ideia. 'São os empregadores que têm que provar, com estudos hidrogeológicos ou de águas de superfície, a viabilidade dos projectos', afirma Margarida Cancela d'Abreu, sendo esta uma exigência da CCRA, na qual está integrada a DROT, e a própria Direcção-Geral do Turismo, a quem compete a aprovação dos projectos.</p> <p>(...)</p> <p>O frequente recurso a pesticidas pode afectar seriamente os lençóis de água. É outra das componentes da situação. 'Esses investimentos são bem vindos, na medida em que se inserem numa estratégia de desenvolvimento do turismo, em que estamos de acordo desde que se façam os estudos de impacto', diz o arquitecto André Espenica, da Associação de Municípios do Distrito de Évora.</p> <p>Segundo a empresa especializada Golf consult, os 25 a 30 hectares de área de rega de um campo de golfe consomem, me média, cerca de 315 mil metros cúbicos de água por ano, a que deverá acrescentar-se o consumo do aldeamento turístico envolvente. Em anos secos ou em regiões sem solos de areia estes valores podem subir".</p>
<p>23/2/93 Pág. 16</p>	<p>Espaço público</p>	<p>Fernando Pessoa (arquitecto o paisagista)</p>	<p><i>Carta aberta sobre o renascimento rural</i></p>	<p>" A vida rural traduziu-se, sempre, ao longo dos séculos, numa forma de estar das sociedades humanas mais próximas da natureza, das suas forças dos seus ciclos. Ao longo de centenas e centenas de gerações, a experiência transmitia foi-se acumulando e tornou-se conhecimento; o camponês e o serrano, o agricultor e o pastor souberam construir, em todas as latitudes e em todos os continentes, paisagens de grande valor cultural e económico, em que a produção, regra geral, se fazia em correspondência com a capacidade natural do meio.</p> <p>Foram a sociedade industrial e o petulante espírito positivista que os homens assumiram face à vida e à natureza - consequência do cientismo iluminado dos</p>

				<p>últimos cem anos – que introduziram os grandes mecanismos de rotura entre a vida rural e o meio natural. (...)</p> <p>Daí que países como Portugal tenham a lucrar com o renascimento rural, não no sentido de um passadismo doentio e saudosista que enalteça a vida nos tempos antigos, mas um renascimento rural no sentido do retorno a uma produção de qualidade consentânea com a manutenção do fundo de fertilidade e com a garantia da sua perenidade, apoiada nas tecnologias adequadas de que hoje em dia se pode dispor.</p> <p>Quando as pressões da política comunitária ameaçam a destruição do nosso mundo rural, julgado incompatível pelos parâmetros de produtividade definidos pelos países de agricultura fortemente industrializada – porque têm condições edafoclimáticas para ela -, a saída poderá ser o renascer da agricultura, digamos assim, artesanal, familiar, ou mesmo marginal, com produções de qualidade, apoiada numa política ambiental que privilegie a conservação.</p> <p>O espaço rural português não é apenas um espaço de produção que permitiu e continua a permitir alimentar a população, é também, e sobretudo um espaço cultural, onde se abastecem as raízes culturais da comunidade que somos nós.</p> <p>Daí a possibilidade de um renascimento rural que signifique a procura de tecnologias adequadas para melhor utilização do potencial natural do território, que signifique a fixação da população rural e não o seu afastamento quase compulsivo das suas terras. Isto, porém, pressupõe incentivos para a melhoria dos seus rendimentos, para a dignificação da vida rural, para o fomento e promoção da cultura, dos hábitos, e das tradições das gentes que souberam consorciar-se, ao longo das gerações, com a natureza, tantas vezes hostil.</p> <p>Dessa forma, esta agricultura e este mundo rural não terão que ser avaliados em função da agricultura coberta pela PAC, mas sim em termos de prática social e cultural no espaço territorial português, tendo em vista a conservação da natureza e das paisagens, a defesa e a reconstrução do ambiente. O conceito 'parque natural', como instrumento de ordenamento qualitativo do território, que foi dinamizado a partir de 1975, contém em si mesmo as virtualidades da pesquisa do renascimento rural.</p> <p>A natureza que existe em Portugal é uma natureza com o homem; não há um só palmo de terra que não tenha sofrido a influência da intervenção humana.</p> <p>Daí, se os elementos os sistemas de natureza que existem no nosso território resultam de uma secular associação homem com essa natureza, a conservação deve ser entendida, não como um processo radical de tentar proteger animais e plantas, aqui ou ali, mas um processo de gestão dos recursos onde se implementem acções de reencontro homem-natureza. (...)"</p>
<p>2/2/93 Pág. 25</p>	<p>Sociedade</p>	<p>Manuel Carvalho</p>	<p><i>Modelo agronómico insustentável condenado pela PAC A agonia das searas alentejanas</i></p>	<p>"O sistema cerealífero do Alentejo está condenado à mudança por força da nova PAC. Extintos os regimes de protecção que o fomentaram até à irracionalidade, a cultura de cereais em solos pobres e desajustados terá de passar por uma transformação profunda. As alternativas ganham contornos cada vez mais nítidos junto dos técnicos, mas teme-se que o processo de transição seja lento de mais para</p>

				<p>garantir terapias de sucesso a uma economia regional que agoniza a olhos vistos.</p> <p>No Alentejo, o insustentável peso da dependência cerealífera regressou ao centro de todas as angústias. (...).</p> <p>A vasta região que, durante décadas, se viu obrigada a ser o celeiro de Portugal, descobre agora o peso das suas vulnerabilidades e pressente a emergência de um cenário obrigatoriamente desconfortável: ou repensa e altera rapidamente o seu modelo de agricultura, ou fica condenada a representar o trágico destino de um deserto económico. (...).”</p>
5/2/93 Pág. 17	Espaço Público	Miguel Sousa Tavares	<i>Os três magníficos</i>	<p>“(…).</p> <p>É bom que saibam, para que possam entender que não é por acaso que a água falta onde dantes havia, que vastas zonas caminham para a desertificação, que o interior de despovoou a um ritmo impressionante, ao mesmo tempo que crescem os dormitórios à roda de Lisboa e do Porto, fomentando o caos urbanístico, a degradação da qualidade de vida nas cidades e fomentando o crime e a droga. Nada sucede por acaso. Sigam-me neste artigo, por exemplo, e eu tentarei explicar, como é que, em perfeita consciência, se planeia o fim da agricultura e o desemprego de alguns milhares de lavradores e trabalhadores agrícolas, destinados a vir morar para Almada ou para o Barreiro para engrossar a fila dos que perdem quatro horas por dia em transportes e ao fim-de-semana cultivam melancolicamente uns pés de couve no pátio das traseiras.</p> <p>(...)</p> <p>Três anos e meio volvidos sobre a entrada em vigor do regime jurídico da RAN, o Governo resolveu, porém, liquidá-lo. (...). A leitura das alterações introduzidas revela claramente porquê e para quem se fez a nova lei. Os tais ‘ajustamentos’ consistem apenas em abrir mais excepções àquilo que é possível fazer na RAN: construções ligadas ao turismo rural, campos de golfe, declarados de interesse para o turismo pela Direcção-Geral do Turismo (um lobby ao serviço dos empresários turísticos), e os projectos de florestação aprovados pela Direcção-Geral de Florestas (lobby ao serviço das celuloses).</p> <p>(...)</p> <p>Perante uma plateia de empresários florestais, Arlindo Cunha começou por se apresentar como ‘o bastião dos interesses económicos da floresta na Comunidade Europeia’ (...).</p> <p>Depois, o ministro explicou que a reforma da PAC (de que foi o grande obreiro) significa ‘que é preciso dar aos terrenos agrícolas a oportunidade de produzirem outros bens não alimentares’. O que é preciso, explicou é uma ‘mudança estrutural no aparelho produtivo das explorações agrícolas, viabilizando a instalação de povoamentos florestais’. Para isso, ele espera contar em breve com apoios comunitários da ordem dos 30 milhões de contos, ‘o que irá ajudar a dar resposta a inúmeros pedidos de florestação que neste momento só esperam dotação florestal’. Ou seja: as celuloses estão, não apenas autorizadas a avançar, como ainda o Governo irá financiá-las.</p> <p>Quando o ‘milagre dos eucaliptos’ chegou a Portugal em força, os ministros repetiam incansavelmente que só seriam plantados em zonas de aptidão agrícola. Depois,</p>

				<p>começámos a ver a Serra da Ossa coberta integralmente de eucaliptos. Onde antes havia trezentas fontes de água, não resta hoje uma só. A caça desapareceu por completo, a população fugiu.</p> <p>(...)</p> <p>E eis que chegámos agora ao fim do processo. Ao arrancar da máscara: de cultura limitada a solos sem aptidão agrícola, os eucaliptos passam a poder instalar-se nos solos da RAN – os melhores terrenos agrícolas. É a PAC que assim determina. A PAC que o Governo apresenta como o grande triunfo da presidência comunitária.</p> <p>(...). Porque a agricultura, explicava ele (John Kenneth Galbraith) não é um simples ramo do comércio nem uma categoria da economia política. É mais e é anterior a isso: é, como o nome indica, um acto de cultura, intimamente ligado à identidade cultural, social e paisagística de cada país. Nenhum país pode sobreviver, enquanto identidade nacional própria, sem agricultura. (...)</p>
11/2/93 Pág.38	Economia	Manuel Carvalho	<i>CAP e Arlindo Cunha História de uma relação conturbada</i>	<p>“Ainda hoje, a CAP tem saudades dos bons tempos em que Álvaro Barreto lhe conferia uma importância decisiva na definição da política agrícola. Com Arlindo Cunha a paz nem sempre prevaleceu. De um lado, os ‘lobbys’ florestais e dos cereais alentejanos, do outro, a preferência pelo cooperativismo e pela pequena agricultura nortenha. (...).</p>
11/2/93 Pág. 54	Local	Alberto Cardoso Franco	<i>Igreja ‘pode fazer mais’ Bispos do Alentejo e Algarve reagem à desertificação</i>	<p>“ O Bispo de Beja, D. Manuel Falcão, manifestou a sua preocupação perante o abandono a que estão votadas as terras do interior alentejano e o crescente perigo de desertificação que as ameaça.</p> <p>‘Os agricultores estão desesperados pela falta de expectativas, pois as actuais políticas de produção condenaram à morte, dentro de dois ou três anos, as culturas de sequeiro’, afirmou o bispo em declarações ao Público.</p> <p>‘Não existe uma estratégia definida para a região’, diz o prelado. Ninguém sabe se a barragem de Alqueva será construída, se as terras serão florestadas ou reservadas para turismo rural. o que será o Alentejo?, interroga.</p> <p>(...)”.</p>
16/3/93 Pág. 50/51	Local	Guilherme Paixão	<i>São Barnabé em luta contra a pobreza e a desertificação humana Os últimos resistentes</i>	<p>“A fome espreita. Os jovens ‘fogem’ e os idosos resistem ao isolamento e à pobreza. As casas são abandonadas e as escolas encerram, ano após ano. Os sobreiros agonizam e o medronho perde-se nas encostas dos montes. É o retrato inquietante de São Barnabé, uma freguesia do concelho de Almodôvar, encravada na Serra do Caldeirão, onde termina o Baixo Alentejo e começa o Algarve.</p> <p>(...)</p> <p>Inácio e Maria são apenas um caso grave de isolamento e pobreza, entre muitos dos que se verificam no seio de 318 idosos que vivem, dispersos, em 74 dos muitos montes da freguesia.</p> <p>(...)</p> <p>Uma boa parte dos idosos de São Barnabé, de acordo com as assistentes sociais, encontram-se em situações graves de carência. Uns vivem totalmente sozinhos, sem família (...). Muitos precisam de cuidados de saúde contínuos, outros sofrem de perturbações mentais. As condições de higiene da maioria das habitações e alimentação é precária. ‘Já o é habitualmente, porque aqui as pessoas comem o que criam e cultivam, agora os idosos. que não conseguem cultivar as suas hortas alimentam-se muito pior’, explica uma das</p>

				<p>técnicas. Uma alimentação deficitária, que aos olhos dos padrões de uma alimentação racional quase se poderia traduzir por fome. Mas, a designação é evitada. (...) As batatas e o pão constituem a base de alimentação de muita gente de São Barnabé. (...) os acessos são péssimos. Os montes, ou lugares, habitados ficam a quilómetros de distância uns dos outros. As ligações na freguesia são de terra batida. A precariedade das ligações não só dificulta a assistência aos idosos como afecta as 1700 almas que ainda resistem nos 140 quilómetros quadrados da freguesia (...). 'Quando aqui queremos ir a Almodôvar, ou vamos à boleia de quem tem transporte, ou temos de andar oito quilómetros a pé até à estrada de alcatrão para apanhar a carreira ', diz uma moradora da Aldeia dos Buracos. Por isso, muitos idosos nem sequer conhecem a sede do concelho, quando, até a sede de freguesia, a aldeia de São Barnabé, parece ficar do outro lado do mundo. (...)"</p>
16/3/93 Pág. 51	Local	Guilherme Paixão	<i>Pobreza no meio de riquezas naturais A derradeira esperança</i>	<p>"Outrora rica pela exploração da cortiça e do medronho a região de São Barnabé é, hoje, considerada das freguesias mais pobres do Baixo Alentejo. As doenças chegaram aos sobreiros e as normas comunitárias desmotivaram a produção artesanal de aguardente de medronho. Revitalizar os dois sectores é a aposta para devolver a riqueza à região e fixar a população. (...) Várias doenças atacaram os sobreiros da região e em muitos montes quase cem por cento das árvores estão atacadas. 'Se nada for feito, dentro de 30 a 40 anos não restará um sobreiro no país', avisa Manuel Afonso, presidente da junta de freguesia e também produtor de cortiça. (...) Hoje a impotência perante a 'calamidade' é tal que muitos produtores já nem limpam os montados. A mesma desmotivação chegou aos produtores de medronho. 'Com as normas comunitárias, que exigem a criação de uma marca e a embalagem e rotularem dos produtos para a sua comercialização, a aguardente deixou de poder ser vendida livremente', explica Valdemar Saleiro, da Associação de Desenvolvimento Local e Solidariedade Social de São Barnabé (ADLSSB). 'Há uns 10 ou 15 anos o medronho empregava muita gente na apanha do fruto e na limpeza dos medronheiros, hoje mais de metade dos medronhos ficam no chão', conta Manuel Afonso. (...) O pouco que se produz, diz Manuel António, é vendido 'às safadelas', a mil escudos o litro, ou vai parar às mãos dos intermediários algarvios. Estes, conta o autarca, compram cinco litros e, através de misturas, conseguem transformá-los em 20 litros. 'Isto é grave, porque alteram a aguardente e descreditem o produto, o que é mau para a região'. (...) O desenvolvimento da apicultura, que já se começa a registar, constitui outra aposta para a região. A ADLSSB defende ainda o turismo rural. Uma ideia bem vinda, que</p>

				passará pelo apoio aos proprietários na recuperação dos montes, que servirão para instalar os visitantes. Mas, diz o autarca, 'não se pode embarcar em utopias' e o turismo não poderá ser uma realidade enquanto não forem melhorados os acessos, numa região onde existem, quase exclusivamente, caminhos de terra batida. (...)”
16/3/93 Pág. 51	Local	GP	<i>A persistência do moleiro</i>	<p>“Numa época caracterizada pelo consumo desenfreado, pela uniformização dos produtos, é raro, para não dizer impensável, ir ao moinho comprar um quilo de farinha acabada de moer. Em São Barnabé, no concelho de Almodôvar, essa prática é ainda hoje possível. Junto ao rio Mira, o moinho de água do senhor Manuel Francisco, continua a funcionar desde tempos que se perderam na memória.</p> <p>(...)</p> <p>Ao princípio havia muito trabalho. ‘Havia aqui muitas famílias’. Com a desertificação humana pouca gente ficou. Hoje, poucas famílias restam. Destas, muitas já compram farinha e outras mercearias na carrinha que, de quinze em quinze dias, percorre os lugares da freguesia. São muito poucos aqueles que produzem cereais e os levam à azenha do senhor Manuel Francisco.</p> <p>(...)</p> <p>O trabalho é cobrado à maquia, ou seja o dono do moinho fica com dez por cento da farinha produzida. (...).</p> <p>Além da falta de clientes, também a seca ali chegou e tem perturbado o funcionamento do moinho. ‘Sem água isto não trabalha, e quando ela escasseia as mós têm pouca força’.</p> <p>Um dia, o trigo, o milho, o centeio e a cevada vão deixar de ali chegar e a azenha fecha. Ou então, lamenta o moleiro: eu fecho os olhos e o moinho fecha também’. É que Manuel Francisco tem duas filhas, mas vivem na Suíça (...).”</p>
21/3/93 Pág. 58	Local	Marcial Rodrigues	<p><i>Dezanove empresas envolvidas nos planos de 46 municípios PDM do Alentejo em marcha lenta</i></p> <p><i>Nota: o título é forçado, na medida em que o Alentejo está na realidade menos atrasado que as outras regiões; fazer graça com a lentidão do Alentejo deve ter sido o motivo do título.</i></p>	<p>“No Alentejo, a elaboração dos Planos Directores Municipais está mais avançada do que nas outras regiões do país. No entanto, os atrasos não deixam de ser evidentes e afectam muitas autarquias, sem que se saiba ainda como o Estado penalizará os retardatários. Lentamente, o ordenamento do território vai ganhando contornos e o desenvolvimento local anuncia timidamente algumas linhas de força.</p> <p>Os Planos Directores Municipais (PDM) dos concelhos portugueses constituem um instrumento fundamental para o seu desenvolvimento integrado. A sua elaboração devia ter sido concluída até 1991, mas perante o atraso generalizado que então se verificava, o prazo foi prorrogado até Dezembro de 1992.</p> <p>(...)a legislação, comunitária e nacional, sobretudo por força da Política Agrícola Comum, levou os responsáveis a serem mais ‘flexíveis’, desde que os projectos não comprometam os recursos e as potencialidades do território’, segundo disse ao PÚBLICO a arquitecta Margarida Cancela d’Abreu, responsável pela Direcção Regional de Ordenamento do Território (DROT).</p> <p>Por exemplo, no sector agro-florestal, cuja reconversão é inevitável, sob o risco de asfixia irreversível, é dada abertura, em área de montado de sobreiros e azinheiras, para a pecuária extensiva, que contribuiu para a fixação de população e não compromete as potencialidades do</p>

				<p>território.</p> <p>O montado permite usos múltiplos, como a lenha, a cortiça, a apicultura, as ervas aromáticas, os cogumelos ou a caça. Mais polémica poderá ser a instalação de campos de golfe, prevista na legislação da Reserva Agrícola Nacional, desde que a mesma seja considerada de interesse turístico, declaração que cabe à Direcção-Geral do Turismo. Se a relva, por si só, não compromete o solo, já o mesmo não se pode dizer dos recursos hídricos ou o recurso a adubos e pesticidas, frequentemente utilizados em doses maciças para manter o chamado 'green'.</p> <p>Perante a crescente imobilização do sector agrícola, e independentemente das intenções de reconversão, o turismo é a linha de desenvolvimento prevista ou potenciada pela maior parte dos PDM do Alentejo, o que poderá, dados os interesses envolvidos, a promover a aprovação de projectos comprometedores da qualidade ambiental e cultural. (...)”.</p>
22/3/93 Pág. 4	Política	Manuel Carvalho	<p><i>Governo anuncia hoje apoios à agricultura nacional</i></p> <p><i>Arlindo Cunha lança pacote de 30 milhões</i></p>	<p>“O ministro da Agricultura lança uma ofensiva contra a crise agrícola. São centenas de milhões de contos de apoio à comercialização e transformação dos produtos. É a resposta do Governo às pressões externas e às críticas dos agricultores. (...)”</p>
22/3/93 Pág. 15	Sociedade	Manuel Carvalho	<p><i>Ovibeja, uma feira à procura de soluções</i></p> <p><i>O Alentejo a expurgar fantasmas</i></p>	<p>“ O Alentejo perdeu o seu estandarte económico com alterações impostas à cultura de cereais. Agora, é tempo de inventar alternativas e esperar que a água do Alqueva comece a inundar as searas. No compasso de espera, os alentejanos inventaram uma feira para descobrir novos caminhos. Resistir é a palavra de ordem.</p> <p>(...)</p> <p>A Primavera chegou e as searas vestem-se de um verde exuberante; mas, no Alentejo, já não há quem acredite no futuro dos cereais. Os olhos voltam-se agora para as actividades que permaneceram camufladas durante anos sob a euforia dos subsídios generosamente pagos ao grão.</p> <p>O Alentejo tenta redescobrir-se na valorização dos seus bovinos mertolengos, luta desesperadamente para evitar a extinção das ovelhas campaniças e tenta a todo o custo recuperar as tradições gastronómicas com que vai tentar subsistir aos novos tempos impostos pela integração europeia.</p> <p>(...)</p> <p>‘Somos alentejanos, adoramos a nossa terra e não queremos desaparecer’, justifica José Luís Sobral, da organização do certame. Por isso, a feira procura ser antes de mais um local de debate e de troca de opiniões sobre o potencial de todas as alternativas que restam.</p> <p>‘Só se lembram de nós quando falta água’, diz num esgar de revolta José candeias de 69 anos. De resto, se é verdade que hoje ‘o Alentejo é muito melhor que nos tempos em que os Vilhenas e mais dois ou três dominavam completamente a terra’, melhores dias hão-de vir. ‘Quando chegar a água do Alqueva, vamos ser o melhor distrito do país’, garante o ancião. Até lá, ‘temos ‘e que dar o melhor que temos e temos muito para dar. Gente como nós já não há’, diz José Candeias, que só não deita os amigos na sua cama ‘por causa da mulher’.</p> <p>Herdeira de tradições antigas que remontam à feira de São Mateus e depositária de modernas estratégias destinadas à reconversão, a Ovibeja é um local privilegiado para se</p>

				<p>sentir o pulsar dos melhoramentos genéticos nas raças autóctones, dos preços e da situação dos mercados (...).</p> <p>(...)</p> <p>De resto, com a crise agrícola a bater às portas, os comerciantes sentem na contabilidade a perda de rendimentos dos produtores. (...)</p> <p>A esperança tornou-se assim na palavra de ordem para os alentejanos, 'gente de orgulho que não é dada à choraminguice'. E se os negócios não estão famosos, se o tempo é de procurar uma luz no fundo do túnel que em parte só acabará com a água de Alqueva, a resistência passa também pelo folclore e por uma atitude inconformista (...)"</p>
24/3/93 Pág. 31	Economia	Manuel Carvalho	<i>José Manuel Casqueiro ao PÚBLICO Pacote agrícola é 'Show-off' do Governo</i>	<p>"A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) considera que o pacote de apoios à comercialização e transformação de produtos agrícolas, anunciado pelo ministro Arlindo Cunha (...), é 'uma fantochada' que tem como primeira preocupação 'esvaziar o debate sobre a agricultura portuguesa que se inicia na Assembleia da República'. (...)"</p>
2/4/93 Pág. 30	Economia	Manuel Carvalho	<i>'Defesa da agricultura' como objectivo Quadros lançam manifesto</i>	<p>"O descontentamento na agricultura ultrapassou a fronteira dos campos. Na próxima terça-feira vão reunir-se em Lisboa mais de 100 quadros superiores ligados ao sector agrícola e ao mundo rural com um propósito principal: 'mobilizar as pessoas mais sensibilizadas para a defesa da agricultura nacional'. Esta iniciativa 'surge como um imperativo de consciência, como uma obrigação de reflectir a situação que a agricultura portuguesa atravessa e de assumir um papel mais activo no apoio às decisões futuras', como refere um dos seus promotores. Em resultado do encontro, será emitido um manifesto para a defesa da agricultura e do mundo rural português que, 'inevitavelmente terá de contestar alguns pontos da política agrícola que vigora em Portugal'.</p> <p>(...)</p> <p>Apesar de não esconderem o seu propósito de 'formar opinião', os membros do grupo promotor definem-se como 'um movimento informal' (...).</p>
11/4/93 Pág. 2/5	Destaque	Luis Miguel Viana e Manuel Carvalho	<i>Interior perdeu um quinto da população na última década A lenta agonia do país rural</i>	<p>"O mundo rural português está a avançar para o vazio. Os efeitos de três décadas de êxodo populacional arrasaram-lhe o equilíbrio e preservaram até hoje as marcas de um atraso económico que nem os anos dourados da economia portuguesa conseguiram inverter.</p> <p>Pelo contrário, a integração europeia e a conseqüente ruína de boa parte do tecido agrícola vieram consolidar a imagem de um país que cresce a duas velocidades.</p> <p>Enquanto se acentua a litoralização do país, 90 por cento do território ameaça transformar-se num imenso deserto de campos e aldeias abandonados. (...) resta saber se sobram tempo e recursos para evitar a ruptura de um modelo económico, social e cultural em que se sustenta boa parte da identidade do país que somos.</p> <p>(...)</p> <p>As estradas da Europa serviram apenas para acelerar o êxodo da população rural e o fim do protecçãoismo agrícola veio pôr definitivamente em causa a viabilidade de um modelo económico que dá sinais de não poder sobreviver num quadro de competição de mercados. Desarticulado dos seus princípios de sustentação económica, sem que apareçam alternativas de</p>

				<p>diversificação pelo lado dos serviços ou da indústria, o mundo rural, que representa 87% do território e 35% da população portuguesa, entrou na espiral do colapso e parece destinado à ruptura, lenta, mas aparentemente inexorável.</p> <p>O devir do mundo rural vai transformar-se 'numa problemática marcante para o futuro porque em muitas dessas regiões podemos estar a atingir um ponto de ruptura com consequências irreparáveis', reconhece Isabel Mota, secretária de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional. Caso a situação não se inverta rapidamente, 'dentro de uma ou duas décadas iremos olhar para dezenas ou centenas de aldeias fantasmas, na melhor das hipóteses habitadas em Agosto ou Setembro por ocupantes nostálgicos e desejosos de encontrar uma saída para um património que se degradou e onde eles investiram muito dinheiro e alguns sonhos', sublinhou o ministro Valente de Oliveira, para quem 'não é ousado concluir que estamos a viver a maior alteração de sempre do nosso mundo rural'.</p> <p>(...)</p> <p>Nos últimos anos, o interior do país assistiu a investimentos nunca vistos em infra-estruturas. (...).</p> <p>O instrumento de apoio que mais sucesso encontrou no mundo rural foram as Iniciativas Locais de Emprego (ILE). (...) a desertificação do mundo rural representa provavelmente o maior problema que se coloca hoje à gestão das conturbações de Lisboa e Porto. Salvaguardadas as devidas distâncias, a questão coloca-se nos termos que fazem o rico e poderoso centro da Europa temer as migrações dos países de Leste. É aterrador imaginar o que serão as áreas metropolitanas com as populações duplicadas, sofrendo de escassez de água, de crise de energia eléctrica disponível, de paralização de tráfego, de toda a sorte de deseconomias de escala.</p> <p>Sobretudo numa lógica economicista, não faz qualquer sentido preparar investimentos em obras públicas como estradas, pontes, etc., para essa nova geração de cidades portuguesas.</p> <p>(...)</p> <p>Apresenta-se geralmente como panaceia para os espaços rurais em retracção demográfica, o rejuvenescimento da capacidade empresarial agro-florestal e a fixação de activos nessas áreas. Mas isso requer um suporte de vida urbana e, principalmente, uma mais perfeita fluidez de circulação de pessoas, mercadorias e informação entre áreas rurais e espaços urbanos de referência.</p> <p>(...)</p> <p>Existe cada vez mais a consciência de que a crise actual da agricultura - e, conseqüentemente, do mundo rural - é apenas o sintoma mais dramático de uma crise global do sistema produtivo português. (...)"</p>
<p>11/4/93 Pág. 3/5</p>	<p>Destaque</p>	<p>Manuel Carvalho</p>	<p><i>Novos triunfos para enganar o êxodo</i></p>	<p>"Os modelos alternativos de desenvolvimento passaram ao lado do mundo rural. Os olhos voltam-se agora para as poucas armas que restam com capacidade de resistir ao espaço aberto do mercado europeu. É hora de se fazerem contas e concluir que os melhores argumentos contra a desertificação em curso no interior podem ser encontradas nas produções ecológicas da agricultura, na valorização das raças autóctones ou na dinamização do turismo ambiental. Aos habitantes do país rural resta-lhes, afinal, recuperar e</p>

				<p>fortalecer a sua tradição produtiva e procurar soluções alternativas aos modelos da produção intensiva que hoje se questiona em toda a Europa.</p> <p>No processo de integração da agricultura portuguesa nas regras da PAC, as contas saíram furadas. Sabia-se que o desafio era desigual, o que não impediu os agricultores portugueses de se aventurarem numa euforia de reconversão e de investimentos que hoje lhes causa profundos amargos de boca.</p> <p>(...)</p> <p>Investiram-se então 500 milhões de contos nas explorações, e a modernização começou a dar frutos. (...)</p> <p>Mal o governo começou a trocar os mecanismos de protecção do mercado pela política de combate à inflação, os agricultores começaram a vislumbrar o reverso da medalha. Afinal, apesar de todos os esforços de investimento não havia argumentos capazes de competir com as montanhas de excedentes agrícolas comunitários que inundavam constantemente os mercados. Resultado: 'Assistimos à primeira queda dos preços nominais desde os anos 50' - refere Francisco Avillez, do Instituto Superior de Agronomia. Com as receitas actuais, os agricultores compram hoje metade dos bens a que acediam em 1983.</p> <p>Agora é tempo de esquecer os modelos produtivistas e regressar à extensificação das culturas. A palavra de ordem é gastar o menos possível nas colheitas, produzir alimentos ecologicamente puros e tentar obter o máximo de ganhos possíveis nos subsídios pagos com o carimbo de Bruxelas.</p> <p>'Na realidade', explicam agrónomos que têm estudado a situação, 'torna-se necessário que o centro da análise se desloque do empresário agrícola ideal para os agricultores concretos que temos, do desejo único de uma agricultura especializada para a potenciação da diversidade dos sistemas de produção agrícola, do campo estritamente agrícola para o rural e das tecnologias produtivistas para as ecologicamente adaptadas'.</p> <p>O quadro proposto será muito variável para as diferentes agriculturas do país, mas o modelo proposto pela nova PAC sugere claramente a redução dos investimentos em mão-de-obra, máquinas e capitais. A economia rural poderá, assim, ficar ainda mais debilitada e os efeitos da desaceleração na agricultura podem mesmo pôr em risco o meio ambiente de algumas regiões. Espécies como a abetarda, ave que depende da existência de zonas de cereal e pastagem, podem ver os seus habitats reduzidos drasticamente. Calcula-se que, desde, 1985, a agricultura está a perder 30 mil postos de trabalho por ano. Se parece consensual que 'sem agricultura não há mundo rural', falta saber como se pode sustentar um sector que continua a envolver cerca de 15% da população activa e que representa 6% do produto interno bruto.</p> <p>(...)</p> <p>A actividade agrícola ocupa cerca de 47% do território nacional e a floresta 35%. Mas, 'em face da aptidão dos solos, deveria verificar-se uma inversão de importância relativa, passando a área florestal a ocupar 59% do território e a área agrícola 26%'. A transição é de um documento do Ministério da Agricultura e expressa bem a importância que os responsáveis pela política agrícola atribuem ao sector florestal. Compreende-se a aposta</p>
--	--	--	--	---

			<p><i>*Contestação por parte da Direcção-Geral das Florestas, que, numa carta ao director publicada a 23 de Abril (pág. 17), assinala que, no Plano de Acção Florestal (1987/92) foram arborizados com eucaliptos 10 mil hectares, num total de 90 mil de área arborizada.</i></p>	<p>estratégica na floresta: as receitas florestais, que, em 1991, se situavam na ordem dos 300 milhões de contos, têm servido para equilibrar o balanço negativo das importações alimentares. Para incrementar esta tendência, o governo gastou (...) cerca de 25 milhões de contos, em planos de acção florestal que, na sua maior parte, geraram imensas manchas de eucaliptos*. Mais recentemente, as alterações ao conceito de reserva agrícola vieram libertar ainda mais espaços para que a floresta se alargue.</p> <p>Números não oficiais calculam em 100 mil o número de postos de trabalho directa ou indirectamente dependentes da floresta. Mas, o avanço florestal jamais poderá ser, por si só, a alternativa económica no espaço rural. primeiro, porque a silvicultura é uma actividade que prescinde de elevadas componentes de mão-de-obra; depois, porque a constituição de fileiras florestais, com a inclusão no processo produtivo de pequenas e médias indústrias transformadoras, encontra no interior as mesmas dificuldades estruturais de qualquer outra actividade não agrícola.</p> <p>É de prever que muitos agricultores portugueses possam vir a arborizar terras agrícolas pelo recurso ao regime de ajudas previsto nas 'medidas de acompanhamento' da nova PAC. (...)"</p> <p>(...)</p> <p>Os pequenos operadores turísticos das zonas do interior do país já descobriram há alguns anos o crescente interesse que as paisagens rurais despertam à grande massa de consumidores dos grandes centros urbanos do litoral. (...). Responsáveis da Direcção-Geral do Turismo pensam que a euforia pode estar a acabar. Os incentivos ao investimento foram reduzidos nos últimos anos e os principais obstáculos ao incremento da actividade, como os deficientes meios de comunicação —que ligam as zonas urbanas a boa parte do país rural— e a escassa oferta de animação complementar permanecem inalteradas. Até à data, a principal alavanca do sucesso turístico nas zonas rurais continua a ser a caça, actividade que mobiliza anualmente mais de 250 mil portugueses.</p> <p>Com a criação do regime cinegético especial, que abriu caminho para a criação das zonas de caça especialmente vocacionadas para o turismo, o interior conheceu uma nova possibilidade de explorar um filão que, em anos anteriores, proporcionava a saída de mais de dez milhões de contos anuais para as 'coutadas' espanholas. Em Setembro, num total de 1254 zonas de caça especiais registadas, 427 tinham finalidades turísticas. Os distritos de Beja e Évora vão à frente do processo, com cerca de metade das zonas turísticas registadas.</p> <p>(...)</p> <p>O Governo anda há anos a anunciar projectos de reforma antecipada para, desta forma, promover o emparcelamento das explorações e a capacidade de realizar economias de escala através da mecanização. A receita não se aplica a todas as regiões agrárias do país (...), mas o Ministério da Agricultura lançou um conjunto de experiências-piloto para um processo amplo de emparcelamento que até à data, teve uma taxa de sucesso no mínimo duvidosa.</p> <p>O apego emocional dos agricultores à terra continua a contrariar a bondade das intenções governamentais, o que</p>
--	--	--	--	--

				<p>leva alguns economistas agrários, como Francisco Avillez, a apregoar a necessidade de se darem os primeiros passos na revisão da lei do arrendamento, ou como o fez o líder centrista Manuel Monteiro, a propor um mecanismo de financiamento do Estado à compra da exploração familiar por um dos herdeiros. A reforma da PAC pode, no entanto, produzir alterações no quadro actual através de incentivos para a cessação antecipada da actividade que propõe aos agricultores com mais de 55 anos.</p> <p>(...)</p> <p>Em termos comparativos, o atraso estrutural da agricultura portuguesa conseguiu evitar a dissolução de boa parte do seu património nos modelos de produção intensiva. Em alguns casos, como nos caprinos de raça campaniça alentejana, a extinção das espécies conseguiu ser evitada 'in extremis'. Mas, se a aposta na revitalização das raças autóctones e dos produtos típicos regionais é considerada vantajosa, o trabalho de identificação e delimitação dos efectivos pecuários ainda tem muitas voltas a dar. Os alentejanos, com programas de preservação e produção de raças mertolenga, merina e campaniça, estão desde já a dar o exemplo, tendo para o efeito criado um agrupamento de produtores para fins comerciais, a Carnalentejana. (</p> <p>(...)</p> <p>Por outro lado, Portugal tem reconhecidas capacidades para produzir produtos biologicamente puros (isentos de tratamentos químicos). Estas produções já estão igualmente reconhecidas pela legislação comunitária e vão contar com os apoios previstos para as acções agro-alimentares no âmbito das 'medidas de acompanhamento' à nova PAC. Para já, os produtores que aderiram à Agrobio – associação que agrupa os agricultores portugueses que trabalham segundo as regras da protecção ambiental – estão a obter bons rendimentos no mercado nacional e europeu através da prática de preços em média 15% superiores aos normais. O Leader é o nome de um programa-piloto de iniciativa comunitária que aparece como o corolário lógico de uma comunicação da Comissão Europeia pronunciada em 1988 sobre 'O Futuro do Mundo Rural'. Aí, a Comissão reconhecia explicitamente que 'o espaço rural apresenta funções vitais para toda a sociedade' mas que, em resultado de 'profundas mutações', se transforma num 'mundo frágil'. Para restaurar o 'equilíbrio indispensável', a Comissão lançou um amplo debate que, numa primeira etapa, resultou na criação do programa Leader, para a revitalização do mundo rural. (...)</p> <p>Cerca de metade dos projectos aprovados (em Portugal) está relacionado com investimentos no turismo em espaço rural. No entanto, as verbas disponibilizadas 'não se destinaram ao investimento exclusivo em alojamentos, mas igualmente à restauração que privilegie as gastronomias regionais, os circuitos pedestres ou as zonas de lazer', diz o presidente do programa, Goulart Carrinho. As restantes acções do Leader dirigem-se para a melhoria da eficácia na comercialização de produtos locais, como o azeite, os enchidos ou os queijos regionais, e à melhoria técnica de pequenas empresas artesanais'.</p>
<p>11/4/93 Pág. 5</p>	<p>Destaque</p>	<p>MC</p>	<p><i>Retratos da recessão</i> <i>José Maltez</i></p>	<p>"No Alentejo, acabou a era dourada dos cereais. Obrigada a cumprir com as elevadas produtividades da Europa verde, a</p>

			<i>(Vidigueira, Baixo Alentejo)</i> <i>Cereais ameaçados</i>	<p>cerealicultura alentejana debate-se com um período de indefinição: 'Há uns anos fomos solicitados a produzir mais e melhor, investimos em máquinas e alfaias para o conseguir. Agora vemos que a realidade da PAC é completamente diferente', diz José Maltez, sócio-gerente da Sociedade Agrícola Cortes de Baixo, com sede na Vidigueira, Baixo Alentejo.</p> <p>(...)</p> <p>Resta-nos agora diversificar as actividades, porque isto vai maus', reconhece este agricultor. É que a ajuda vai acabar até ao ano de 2003. A partir daí, trata-se de competir com os mercados mundiais – e José Maltez sabe que a sua exploração terá, então, pouco futuro."</p>
11/4/93 Pág. 57	Local	Pedro Ferro	<i>Invadido por algas junto a Mértola</i> <i>Guadiana parece um campo relvado</i>	<p>"O Guadiana parece desde quinta-feira um campo relvado. Amontante de Mértola, minúsculas algas de proveniência desconhecida cobrem por completo o rio num troço de mais de dez quilómetros. (...)".</p>
12/4/93 Pág. 33	Economia	Manuel Carvalho	<i>Plano fica longe dos montantes máximos permitidos</i> <i>Governo 'poupa' nas medidas de acompanhamento</i>	<p>(...). Os dossiers apresentados prevêem ajudas que, em geral, se situam em apenas 30 por cento dos máximos financiáveis. A contenção contraria assim os apelos de personalidades da agronomia que consideram indispensável o aproveitamento integral dos mecanismos comunitários.</p> <p>(...)</p> <p>Na base da proposta governamental está a preocupação de reduzir os gastos orçamentais necessários à comparticipação de 25 por cento dos montantes previstos para as medidas de acompanhamento. Só que, numa altura em que os rendimentos da agricultura portuguesa estão em forte quebra, quer pela abertura do mercado quer pela descida dos preços reais, várias sensibilidades do sector argumentam que 'é um grave erro' do Governo estar a poupar com a agricultura.</p> <p>Os receios de uma 'versão minimalista' das medidas de acompanhamento da PAC e a subalternização do sector na elaboração do próximo Plano de Desenvolvimento Regional estiveram, recorde-se, na mobilização que na passada semana reuniu em Lisboa mais de cem personalidades ligadas ao sector agro-florestal português.</p> <p>As medidas de acompanhamento da Política Agrícola Comum – que pretendem reduzir os excedentes agrícolas da Comunidade através da reconversão das explorações e minimizar os efeitos negativos que a redução dos preços agrícolas trará aos agricultores – são geralmente apontadas pelos especialistas em economia agrária como 'uma excelente oportunidade para a agricultura portuguesa'.</p> <p>Por todas as razões: mais de metade da população tem mais de 55 anos e as medidas de acompanhamento prevêem a reforma antecipada dos activos no sector; na maior parte do território pratica-se uma agricultura extensiva e por isso apta a beneficiar dos apoios agro-ambientais previstos; finalmente, é dada como irrevogável a necessidade de florestar uma grande parte dos terrenos agrícolas de fracas aptidões produtivas e, nesta matéria, os regulamentos comunitários inscritos no pacote de medidas de acompanhamento prevêem 'ajudas irrecusáveis' à arborização – como considera um agrónomo ligado ao processo que solicitou anonimato.</p> <p>Para já, o Governo (...) apenas apresentou os seus planos para medidas florestais e para a reforma antecipada, embora o dossier agro-ambiental 'esteja já na sua versão</p>

				<p>final'.</p> <p>No que se refere ao pacote de ajudas para a florestação de terras agrícolas, o Governo fixou os montantes máximos de investimento em 270 contos por hectare, independentemente das espécies, quando a proposta da Comissão permitia que esse montante pudesse atingir 834 contos /hectare para as folhosas, 626 para as resinosas e 418 para eucaliptos e espécies de crescimento lento.</p> <p>(...)</p> <p>finalmente, na questão das reformas antecipadas, o Governo segue a mesma estratégia minimalista, mas, neste caso, 'ninguém faz questão de contestar a sua proposta'.</p> <p>(...)"</p>
12/4/93 Pág. 42	Local	PF	<i>Situação no Guadiana atrai domingueiros</i> <i>Páscoa verde chegou a Mértola</i>	<p>"A população de Mértola aproveitou o domingo de Páscoa para visitar o tapete de plantas aquáticas que desde quarta-feira cobre o Guadiana.</p> <p>Casais com filhos desceram à zona das azenhas, dois quilómetros a montante de Mértola, onde flutua a maior concentração das minúsculas, de proveniência ainda desconhecida. (...)"</p>
14/4/93 Pág. 49	Local País	Clara Barata	<i>Biólogo afasta receios de catástrofe ecológica no Guadiana</i> <i>À pesca da 'azolla'</i>	<p>"Em vez de uma desgraça, o tapete verde de 'azolla' que cobre uma área de perto de 200 quilómetros do rio Guadiana pode tornar-se 'um maná caído do céu', considerou o biólogo ambiental Francisco Carrapiço (...). É que há formas de utilizar estes fetos aquáticos de forma rentável, por exemplo, como fertilizantes naturais. (...)"</p>
17/4/94 Pág. 49	Local	Clara Barata	<i>Actor da 'Casa dos Espíritos' apoia luta contra incineradora em Sines</i> <i>Jeremias, defensor do 'Alantaje'</i>	<p>" 'No primeiro dia que estive em Portugal, a caminho do Cercal, comi o melhor peixe da minha vida', confessou ontem o actor britânico Jeremy Irons, numa conferência de imprensa, em Lisboa, onde emprestou o rosto e o discurso à causa da comissão de luta contra a incineradora de resíduos tóxicos em Sines. (...)</p> <p>'Quando viemos do Cercal do Alentejo para Lisboa, voámos de helicóptero. A linha costeira é espectacular, com muitos barcos de pesca, como já não se podem ver em Inglaterra, e muitas pequenas habitações'. (...)"</p>
17/4/93 Pág. 55	Local	Fernando Ribeiro (e Lusa)	<i>Excesso de fosfatos e orto-fosfatos nas águas do Guadiana Mértola à espera dos fuzileiros</i>	<p>"O aparecimento da praga que atinge o Guadiana poderá dever-se ao excesso de fosfatos detectado nas águas. (...) pelo meio, morreram cegonhas, facto ainda por explicar. (...)"</p>
20/4/93 Pág. 15	Espaço Público	Francisco Cabral Cordovil (economista, professor no ISCTE)	<i>Agricultura - um esclarecimento</i> <i>Nota: trata-se de um esclarecimento a artigo de 11/4/93 * referência a este artigo</i>	<p>"(...). O peso da pequena agricultura, embora seja significativo em Portugal, é claramente minoritário em termos do controle da terra. A sua importância, em termos de volume de trabalho e em Produto Agrícola é mais significativa, mostrando que as pequenas explorações usam intensivamente trabalho e conseguem, em geral, rendimentos por hectare superiores aos obtidos pelas médias e grandes unidades produtivas.</p> <p>Acresce que, em grande parte do nosso país - Alentejo e parte sul do Ribatejo e da Beira Interior -, a terra se encontra, na sua quase totalidade nas mãos de grandes ou médias explorações agrícolas, sem que isso se traduza por indicadores favoráveis no que respeita ao desenvolvimento rural. (...). Por estas razões, e por outras que não interessa</p>

				<p>invocar neste momento, já não são 'muitos'* os que, conhecendo a nossa realidade agrária, apresentam a pequena agricultura como o bode expiatório das nossas dificuldades a nível rural.</p> <p>Dito isto, devo frisar que não nutro à 'priori' preferência especial pelas pequenas explorações. Aprovo o emparcelamento das explorações agrícolas mais pequenas e fragmentadas, sempre que isso seja económica e socialmente viável. Mas julgo também que a pequena agricultura está solidamente enraizada em importantes regiões do país (...) sendo utópico e insensato aguardar pelo seu desaparecimento ou prescindir do seu contributo para o desenvolvimento rural.</p> <p>(...)</p> <p>o expressivo grau de envelhecimento da população agrícola não é um indicador favorável. Mais do que uma causa, ele é uma consequência do nível de envelhecimento das populações rurais, o qual se deve a razões que só parcialmente se explicam por factores internos à agricultura. Nas zonas com um tecido social e económico mais diversificado, onde as condições de vida e de trabalho são mais atractivas e as oportunidades mais abundantes e diferenciadas, a pluriactividade das famílias agricultoras permite que elas apresentem baixos índices de envelhecimento, embora muitas vezes cultivem explorações agrícolas.</p> <p>Com alguma frequência, a presença de idosos na agricultura é motivada pela sua pobreza, devida em particular às miseráveis pensões de reforma que auferem. Esta causa da sua permanência nas explorações agrícolas deve ser combatida pelos poderes públicos, antes do mais e acima de tudo, por imperativos de justiça social. Mas, muitos outros idosos fazem agricultura porque isso os ajuda a manter o gosto pela vida, sentindo-se útil e saudavelmente ocupados e vendo o seu esforço reconhecido pelas famílias e pelas comunidades locais que habitam. Além disso, o seu trabalho tem permitido que várias zonas continuem a ser cultivadas e não tenham sido abandonadas.</p> <p>A hostilização, por princípio, à agricultura praticada por idosos parece-me, assim, injustificada e até irresponsável. Estes devem até ser acarinhados e apoiados, nomeadamente proporcionando-lhes o acesso a tecnologias que permitam poupar esforço físico e melhorando as condições de vida nos locais onde habitam.</p> <p>Parece-me estranho que se considerem jovens os agricultores até aos quarenta anos e idosos a partir dos cinquenta e cinco. No entanto, é isto que acontece no âmbito das políticas comunitárias, que oferecem estímulos aos primeiros para se instalarem na agricultura e subsidiam os segundos para a abandonarem. (...).</p> <p>Em agricultura, como em muitos outros domínios, inovação e tradição não se opõem. As soluções inovadoras, para se tornarem eficazes, devem passar pelo teste da adaptação a contextos concretos de produção, em regra muito complexos do ponto de vista geoclimático, económico e social. Ora, os agricultores mais experientes têm, em geral, um maior conhecimento empírico dessa complexidade e de como lidar com ela. Não é contra eles – mas, sim, com eles – que o progresso da agricultura pode ser conseguido. É do</p>
--	--	--	--	---

				concurso de técnicos competentes, de jovens agricultores e de agricultores experimentados que se faz e fará o desenvolvimento agrícola e rural. (...)"
21/4/93 Pág. 57	Local	JBA	<i>Mértola Morte de cegonhas permanece por explicar</i>	"As causas da morte de três cegonhas, recolhidas por pescadores junto às margens do Guadiana, na zona de Mértola, são ainda desconhecidas. (...)"
22/4/93 Pág. 69	Local	Ana Barradas	<i>Mértola e Castro Verde cedem terrenos Camelos e companhia a caminho do Alentejo</i>	"Uma exploração de camelos vai ser instalada experimentalmente num terreno com cerca de 30 hectares, cedido pelas Câmaras Municipais de Mértola e Castro Verde a uma sociedade a criar que se chamará Camelos e Companhia. Como no Alentejo há uma grande indústria artesanal de colchas, uma das vertentes do projecto – além da extracção de leite – é o aproveitamento do pelo para fabrico de lã (...). Há também a componente turística, uma vez que se pretende atrair pessoas, sobretudo crianças para verem, tirarem fotografias e montarem os camelos, através das agências turísticas de viagens. (...)"
27/4/93 Pág. 49	Local	Fernanda Ribeiro	<i>Teores elevados de fosfatos no Guadiana eram conhecidos desde Janeiro Remoção da 'azolla' suspensa</i>	"O excesso de fosfatos nas águas do Guadiana afinal não é recente. Já em Janeiro passado era conhecido dos responsáveis do Ministério do Ambiente. (...) Para Lina Jan, (delegada regional do Ministério do Ambiente em Évora), a responsabilidade pelos teores excessivos de fosfatos está disseminada e prende-se com a 'degradação dos efluentes urbanos' de cidades e povoações existentes ao longo do rio, não só portuguesas como espanholas, umas por não terem estações de tratamento de esgotos e outras que, embora as tenham, funcionam mal. (...). Mas para Francisco Carrapiço, professor de departamento de biologia vegetal da Faculdade de Ciências (...) o aparecimento pode também estar associado às escorrências de adubos usados em explorações agrícolas da região, as maiores das quais existem na Estremadura espanhola."
8/5/93 Pág. 49	Local	Marcial Rodrigues	<i>Maió é mês de festa nas Terras do Cante Afirmação da cultura rural no Alentejo</i>	" O comboio a vapor, os torneios medievais, as romarias, o cante e as suas histórias nas tabernas são algumas das cerca de 130 iniciativas que, durante o mês de Maio, animarão o Alentejo. Ao mesmo tempo, dar-se-á o encontro de diversas comunidades rurais portuguesas e algumas espanholas, na vila de Cuba e reunir-se-á a universidade Rural Europeia, em Évora. (...). A organização é da Associação Terras Dentro, com sede em Alcáçovas, e das Regiões de Turismo de Évora e da Planície Dourada (Beja) que integraram no seu programa iniciativas suas e de vários municípios e associações locais do Alentejo central. O despovoamento e a desertificação, que marcam a imagem mais difundida da realidade alentejana, fazem, por vezes, esquecer a forte identidade cultural que caracteriza o Alentejo. Maio Florido pretende ser uma afirmação dessa cultura rural, levando as cidades, as vilas e as aldeias a oferecerem à população e aos visitantes manifestações populares tradicionais, aliadas a outras formas de expressão artística mais modernas ou mais urbanas. O programa inaugural do dia de hoje integrará um passeio à Anta Grande do Zambujeiro, em 'charrette' e trem, um almoço campestre e uma feira quinhestista, que, além das tradicionais vendas, integrará teatro vicentino, jogo da malha e cante alentejano.

				<p>(...)</p> <p>O propósito de atrair visitantes ao Alentejo e a criação de uma imagem sólida e qualitativamente valorizada da ruralidade são também objectivos dos organizadores. É neste último objectivo que se integra a Feira Leader que trará a Cuba quinze grupos portugueses e alguns espanhóis que, em outras tantas zonas, procuram valorizar a vida rural.</p> <p>Trata-se afinal de assumir o turismo e a cultura como factores de desenvolvimento regional, de acordo, aliás com o que vem sendo estabelecido nos Planos Directores Municipais alentejanos e nas estratégias definidas pela Comissão de Coordenação da Região do Alentejo. E, como disse Camilo Mortágua, das Terras Dentro, pretende-se caminhar para a criação de uma designação de origem dos produtos rurais da zona de intervenção do Programa Alqueve, que garanta a sua qualidade e o seu carácter genuíno'. O Programa Alqueve integra a iniciativa comunitária LEADER (...) e a designação Terras de Cante poderá vir a identificar essa 'imagem de marca'.</p> <p>No conjunto do programa, merece destaque a animação que decorrerá na vila de Cuba: adegas, tabernas e celeiros, que a vila soube conservar, serão os locais de encontro de cantadores e petiscos, recriando os antigos ambientes rurais. O mesmo acontecerá (...) nas freguesias da vila de Borba. (...)”.</p>
11/5/93 Pág. 46	Local	Carlos Cipriano	<i>Maio Florido evoca luxo ferroviário Comboio presidencial no Alentejo</i>	<p>“Mário Soares e um comboio a vapor foram os ingredientes para chamar a população do Baixo Alentejo à linha férrea entre Alcáçovas e Beja. Mas o presidente não compareceu à iniciativa organizada pela Associação Terras Dentro, e as pessoas que apareceram na estação por onde passou o comboio presidencial ficaram desalentadas. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Pratas Vieira, da Associação Terras Dentro, acha que a partir de circuitos turísticos deste tipo se consegue atrair gente, contribuindo para a fixação das pessoas, dinamizando estações esquecidas e combatendo a desertificação do Alentejo. Tudo isto é claro, integrado ‘num conjunto de produtos de alojamento, restauração, animação e defesa do património, onde o comboio pode vir a ser ao longo da linha a ligação de tudo isto’. Trata-se de um ‘produto original que tem a ver com o imaginário das populações e que pode voltar a ter uma parte da função social que o comboio já teve e deixou de ter’. (...).”</p>
14/5/93 Pág. 52	Local País		<i>Três dias de debates no litoral alentejano Na rota do património</i>	<p>“Técnicos e autarcas vão (...) estudar e debater o património do litoral alentejano. (...)”.</p>
16/5/93 Pág. 66	Local	Pedro Ferro	<i>Baixo Alentejo 'à espera de melhores tempos' Jacarés no Guadiana</i>	<p>“ Há esturjões em Ferreira. Avestruzes em Grândola. Anunciam-se camelos para Mértola. E não se espantaria se, com a barragem de Alqueva, chegassem jacarés ao Guadiana. A agricultura do Baixo Alentejo ensaia os caminhos da complementaridade à espera de melhores tempos.</p> <p>O Baixo Alentejo está na moda. A teimosia da seca – que terá sido a gota de água para Cavaco Silva se decidir quanto ao avanço de Alqueva – pôs a nu alguns dos problemas estruturais da região: descapitalização, sangria demográfica, envelhecimento da população, ausência de dinâmica empresarial.</p>

				<p>O país, ou parte do país, terá olhado as planuras com outros olhos. Formou-se uma onda de simpatia em torno daqueles de quem mais anedotas se conta. O que não terá sido suficiente para desencadear uma solidariedade efectiva. Nem impede que as explorações agrícolas abram falência, que o desemprego cresça, que a terra se desvalorize vertiginosamente. Um fenómeno que conduz ao aparecimento de uma nova camada de absentistas.</p> <p>'O preço da terra desce. Não há procura de terra por parte dos agricultores. Só há procura de quintinhas e de casas de campo por essas pessoas de Lisboa ou de outros lugares. Os executivos vêm brincar aos agricultores'. É assim, com mágoa, que Manuel Castro e Brito, presidente da ACOS, descreve a situação.</p> <p>De acordo com Castro e Brito, 'cerca de 90 por cento das explorações agrícolas do Baixo Alentejo estão falidas, mas a pobreza é envergonhada e nem sempre as pessoas se manifestam'. Na verdade, diz-nos o nosso agricultor, 'as falências só não são executadas porque isso seria um ruinoso negócio para a banca, já que os valores da hipoteca são superiores ao actual valor da terra'.</p> <p>Avolumam-se as queixas contra a reforma da Política Agrícola Comum. Para homens que estão ligados à terra por tradição familiar e por afecto, é difícil compreender que não podem usar, nem para simples pastagem, 15 por cento do solo arável das respectivas explorações. 'Como posso eu explicar ao meu pastor que não pode levar as ovelhas para determinada pastagem, Por muito boa que seja? O homem não percebe e acha isso um disparate', diz Castro e Brito.</p> <p>As consequências no terreno da reforma da PAC trazem à região uma maré de incredulidade a que sucede o desânimo. De súbito, o Alentejo percebe que deixou de ser 'o celeiro da nação'. Na realidade, talvez nunca o tenha sido. Mas, a expressão funcionou durante décadas, como uma imagem de marca dos campos do sul. E resgatava o sentimento de abandono a que o Alentejo se sentia votado. Dava-lhe força para argumentar contra o esquecimento. Conferia-lhe certa autoridade moral para uma rebeldia latente face aos poderes de Lisboa. Ser o celeiro da nação era alimentar o país. Era possuir uma utilidade vital para a pátria. O mito alimentava a esperança.</p> <p>Mas, de repente, tudo deixa de ser assim. E a angústia que os alentejanos carregam, solitários e silenciosos, dentro de si é esta: se já não é o celeiro da Nação, para que serve então o Alentejo? (...).</p> <p>Mas, a índole alentejana é de uma severidade espartana. E, batido pelos novos ventos que sacodem o corpo pesado da planície, o Alentejo não vê um princípio: vê o fim de um certo Alentejo.</p> <p>A crise alentejana não é apenas económica e social. é uma crise moral. Que acentua o tradicional cepticismo do alentejano e o torna ainda mais desconfiado em relação ao futuro.</p> <p>Romper este processo, que tem a sua matriz na paleta da fatalidade com que o Alentejo costuma pintar-se a si próprio, é o que pretendem certas forças com protagonismo na região.</p> <p>Por iniciativa de uma dezena de entidades agrícolas e pecuárias está em marcha a constituição de uma União doa</p>
--	--	--	--	--

				<p>agricultores. (...)</p> <p>Embora desconfiados, há um ou outro agricultor que começa a aventurar-se pelo turismo rural e por outras vias. A maioria porém espera para ver. Desde que os levaram a investir tudo o que tinham e não tinham para logo de seguida lhes dizerem que era preciso arrear caminho, a desconfiança e a cautela tornaram-se as melhores conselheiras dos que vivem ou procuram viver da terra.</p> <p>Há, no entanto a consciência de que é preciso fazer alguma coisa. O presidente da Acos reclama medidas que apoiem a reflorestação e permitam enveredar pela produção e comercialização de produtos e serviços locais de qualidade. A procura da diversificação das produções ganha consciência nas mentes. Mas só nas mentes.</p> <p>'Estamos diante de um processo muito selectivo. Alguns permanecerão agricultores. Outros serão guardas ou jardineiros de luxo. Mas, uma coisa é certa: a agricultura não pode ser totalmente abandonada', afirma Castro e Brito.</p> <p>A situação alentejana leva à desaceleração dos investimentos na terra. 'Muitos agricultores quase se limitam a lançar a semente. Não põem adubos, não gastam dinheiro em mondas químicas', observa Castro e Brito. Vive-se no sector agrícola um tempo que 'seja o que Deus quiser'. O presidente da Acos resume. 'Temos de sobreviver, até que venham melhores tempos'. Mesmo que o futuro seja mostrar jacarés a turistas".</p>
17/5/93 Pág. 46	Local	Marcial Rodrigues	<p><i>Desenvolvimento económico e defesa da cultura regional em desfile</i></p> <p><i>Moda à moda do Alentejo</i></p>	<p>"Trajes tradicionais alentejanos e materiais utilizados no artesanato regional inspiraram a confecção de peças de vestuário feminino, com um 'design' novo e com uma leitura acessível a públicos urbanos. Assim nasceu a Alemtrajo, que fez a sua primeira passagem de modelos na madrugada de sábado, em Viana do Alentejo.</p> <p>(...) integrada na festa da cultura rural alentejana Maio Florido.</p> <p>(...)</p> <p>Cinco mulheres rurais, que se encontravam desempregadas, constituíram-se em empresa, adquiriram equipamentos e começaram a trabalhar, com base na definição estilística de Ana Reis e Helena Calvete. Os resultados foram surpreendentes, pois as criações começaram logo a ter escoamento.(...)"</p>
21/5/93 pág. 56	Local País	Lusa	<p><i>Seca na margem esquerda do Guadiana</i></p> <p><i>Chuva não alivia desespero</i></p>	<p>" Apesar das chuvadas dos últimos dias, algumas das regiões do Alentejo continuam a sentir os efeitos de dois anos de seca. Searas perdidas, gado sem pastagem e agricultores desesperados com os prejuízos são situações comuns. (...)"</p>
30/5/93 pág. 54	Economia	Manuel Carvalho	<p><i>Governo define 'medidas de acompanhamento' da PAC</i></p> <p><i>Reformas e florestas dispõem de cem milhões</i></p>	<p>"(...). O Governo procedeu a um autêntico 'golpe de rins' nas suas estratégias para aplicar à agricultura portuguesa as 'medidas de acompanhamento' com que a comissão europeia pretende minimizar os impactos da nova PAC. Depois de uma primeira proposta claramente 'minimalista', em que as ajudas aos agricultores se situam em cerca de 30 por cento dos montantes máximos indicados por Bruxelas, Arlindo Cunha reviu os esquemas e conseguiu uma maior disponibilidade orçamental do Estado. Argumentos não lhe faltavam: os instrumentos em causa são considerados 'indispensáveis' à readaptação do perfil da agricultura</p>

				<p>portuguesa face às novas exigências da PAC.</p> <p>Apanhando o comboio das recentes orientações políticas para o sector vindo da CE, que visam essencialmente quebrar o ritmo crescente dos excedentes em bens alimentares através da extensificação das explorações e da introdução do conceito de 'agricultura multifuncional', o Governo aproveitou a oportunidade para dar os primeiros passos na até agora sempre adiada tarefa de reestruturar o tecido produtivo do sector primário do país. De uma acentada, as medidas aprovadas prevêem a reforma antecipada de 6591 agricultores, com a consequente transferência das suas terras para outras explorações e, por outro lado, a florestação de 155 mil hectares de terras agrícolas marginais cuja produtividade não oferece capacidade de concorrência no difícil mercado agrícola europeu.</p> <p>Por aprovar continuam ainda as medidas agro-ambientais, o terceiro pilar da política extensificadora da nova agricultura europeia.</p> <p>Prevendo uma injeção no sector agrícola de pouco menos de 100 milhões de contos nos próximos vinte anos, as medidas de acompanhamento adoptadas vieram dar resposta às inquietudes nos últimos meses veiculadas quer pelos parceiros sociais da agricultura, quer pelos do movimento civil que agrupa alguns dos mais importantes quadros da agronomia nacional. Nos últimos meses, recorde-se, a comunidade agrícola nacional tem vindo a considerar as 'medidas de acompanhamento' e o próximo PDR como as derradeiras oportunidades para da agricultura portuguesa. A teia de pressões políticas que entretanto se teceu em torno do Governo, a que não faltaram algumas advertências de Mário Soares, explicarão, segundo as nossas fontes, 'a nova atitude do Governo, que parece menos preocupado em poupar na necessária comparticipação das medidas'.</p> <p>José Manuel Casqueiro aponta a versão final das medidas como 'globalmente positiva', uma posição que não é de estranhar uma vez que, nas medidas florestais, a maioria das teses defendidas pela confederação veio a ser aprovada. (...).</p> <p>No regime de ajudas à cessação de actividade para os agricultores com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos, os prémios previstos continuam longe dos máximos permitidos por Bruxelas, mas Governo e CAP consideram que a sua aplicação literal ao Estado português iria gerar uma 'grande injustiça'. Enquanto as reformas nacionais oscilam entre os 17 e os 24 contos, Bruxelas permitia uma compensação que ia até aos 200 contos. Perante a discrepância, o Governo optou por reformas de 97.500 ou 121.000 escudos, caso o agricultor cesse a sua actividade juntamente com o seu cônjuge. Os agricultores cessantes podem cultivar no máximo um hectare de terra e habitar a casa da exploração".</p>
<p>13/6/93 Pág. 65/66</p>	<p>Local</p>	<p>Alberto Cardoso Franco</p>	<p><i>Concessionários não deixam fazer obras Minas de S. Domingos condenadas às ruínas</i></p>	<p>"A exploração mineira de S. Domingos cessou há quase 30 anos, mas os concessionários mantêm direitos sobre solos e habitações numa área de 2300 hectares. Os moradores nem sequer conseguem fazer uma casa de banho, o senhorio queixa-se de que as rendas são baixas e a Câmara pouco ou nada pode fazer. Pelo meio, paira o risco de a zona ser transformada em depósito de lixos tóxicos.</p>

				<p>A sociedade anónima que, em 1858, obteve a concessão do terreno das minas de S. Domingos, no concelho de Mértola, La Sabina, embora tenha perdido a concessão da exploração em 1984, mantém o direito à propriedade da quase totalidade do solo e das habitações das aldeias de S. Domingos, Pomarão e Mesquita. (...)"</p>
13/6/93 Pág. 66	Local	ACF	<i>Um circuito pelas minas</i>	<p>"O complexo da Mina de S. Domingos é interessantíssimo, do ponto de vista cultural e ambiental", afirma o arqueólogo Cláudio Torres. Na sequência de uma proposta do Campo Arqueológico, o complexo mineiro está prestes a ser classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP). Em termos de área será o mais vasto do país, pois compreende o conjunto habitacional urbano na mina, as ruínas, a linha ferroviária, a aldeia do Pomarão e a zona limítrofe.</p> <p>O campo arqueológico, que tem a seu cargo a vertente científica do projecto, aposta na instalação de um museu, num antigo armazém, e principalmente, no aproveitamento das infra-estruturas mineiras. 'Pensamos criar circuitos turísticos e culturais, unindo as minas espanholas da região de Niebla, Huelva e Sevilha', explica. (...)</p> <p>As casas dos mineiros constituem também um importante património a mostrar aos visitantes. (...).</p> <p>Outras das apostas é a criação de rotas ambientais. Situada em pleno Vale do Guadiana, a região possuiu uma apreciável riqueza do ponto de vista da flora e da fauna. Essas potencialidades levaram já a Associação de Defesa do Património a propor a classificação do Vale do Guadiana como zona protegida ao Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.</p>
16/6/93 Pág. 46	Local	Marcial Rodrigues	<i>Ameaçadas pelo homem e pela incúria do Estado Aves selvagens do Alentejo em vias de protecção</i>	<p>"No Alentejo, diversas aves beneficiam de iniciativas que visam a sua protecção. Cegonhas, garças reais, abutres negros, grifos, abetardas e bufos-reais, ameaçados pela acção do homem, poderão voltar a integrar um ciclo de vida nos campos. Um processo árduo, em que se cruzam interesses contraditórios.</p> <p>Quase todas as espécies selvagens em Portugal estão abrangidas pela convenção de Berna, relativa à protecção da vida selvagem e do ambiente natural da Europa. Mas o seu número decresce e não há uma efectiva aplicação da lei. O Alentejo não escapa a esta situação geral. E para inverter essa tendência que o Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens (FAPAS) desenvolve vários projectos, por meio da sua delegação regional em Évora, criada em 1992.</p> <p>Além da actividade regular da caça, deficientemente fiscalizada e praticada por muitos cidadãos ignorantes das consequências ambientais negativas do abate de certas espécies, são vários os factores que concorrem em favor da protecção da vida selvagem. A alteração dos hábitos, por força da lei. As carcaças de gado (...) que até aos anos 60 eram deixadas no campo, alimentavam diversos tipos de abutre. Depois de começarem a ser enterradas, por motivos sanitários deixaram de constituir alimento. Esta situação também se veio a verificar à medida que certas espécies predadoras foram extintas pela acção do homem, como é o caso dos lobos, cujas presas alimentavam também os abutres.</p> <p>A anarquia generalizada que caracterizou a actividade</p>

				<p>cinagética nos anos 70 e 80 foi responsável pelo abate de muitas aves de rapina, com o objectivo de angariação de trofeus ou de aniquilar aves predadoras de espécies cinagéticas e assim aumentar o número de peças de caça. Foi o que aconteceu por exemplo com águias, mochos, nomeadamente o bufo-real.</p> <p>Hoje em dia, com a imensa superfície territorial classificada como zona de regime cinagético especial, são muitas vezes os próprios gestores dos coutos que, com o objectivo de maximizarem a produção de caça no mais curto espaço de tempo dão cobertura aos chamados 'bicheiros', indivíduos pagos para, completamente à margem da lei, matarem animais pretensamente predadores de espécies cinagéticas.</p> <p>É neste quadro, onde se cruzam interesses económicos, técnicas do trabalho rural e hábitos populares, que o FAPAS lançou várias acções tendentes à preservação e recuperação das espécies ameaçadas. (...)"</p>
13/7/93 Pág. 49	Local	António Melo	<i>Monsaraz faz pela sua preservação Um museu aberto que se quer vivo</i>	<p>"Durante esta semana, a velha fortaleza de Monsaraz abre-se ao passeio do forasteiro. É um pretexto para dizer que quer viver. Com a vantagem de propor, ao inverso de alguns outros, um programa cultural que não agride os autóctones nem ilude os visitantes. (...)"</p>
23/7/93 Pág. 54	Local País	Marcial Rodrigues	<i>Alandroal: a arte da palavra oral em fim de milénio Cantores de alegrias, mágoas e magações</i>	<p>" (...)</p> <p>No concelho do Alandroal, há segredos que o mundo desconhece. Afastado das estradas principais que os mapas recomendam aos viajantes, tendo como limites os municípios de Elvas e Vila Viçosa, a norte, do Redondo, a oeste, e de Reguengos de Monsaraz, a sul, toda a parte leste se abre para Espanha, 60 quilómetros de rio Guadiana a fazerem fronteira. Interioridade pura, feita de horizontes e a perder de vista, a cuja contemplação convidam os altos das colinas.</p> <p>É nesta terra xistosa de sabor a esteva e que as azinheiras, aqui e ali, guardam do sol imenso, que vive a tradição, velha como o homem, mas ainda hoje plena de significado para as gentes do Alandroal: a literatura oral, com a poesia popular em lugar cimeiro.</p> <p>(...)</p> <p>É assim, cantando, que estes homens sublimam as agruras da vida, travando as suas razões por meio da poesia. (...)"</p>
14/8/93 Pág. 14/15	Sociedade	Eduardo Dâmaso	<i>Projecto Odefruta do Ex-marido de Cristina Onassis em Odemira Falência de Roussel no Alentejo</i>	<p>"Até a antena parabólica foi recolhida da casa onde Thierry Roussel dormia, quando vinha a Portugal. Há dois anos, o investimento do empresário francês, ex-marido de Cristina Onassis, na agricultura alentejana foi anunciado como um meteoro brilhante e grandioso. Agora está em situação de pré-falência. Arlindo Cunha disse na altura que o projecto Roussel mostrava que 'a agricultura portuguesa tem obviamente futuro'. Mas hoje, o futuro da Odefruta, em Odemira parece igual ao da agricultura nacional: zero.</p> <p>(...)</p> <p>A Câmara de Odemira, que sempre mostrou receptividade ao projecto de Roussel por se restringir ao sector agrícola e vir colocar o concelho numa situação de pleno emprego, admite agora que a implantação do investidor francês não foi tão modelar como se esperava. (...)"</p>
3/8/93 Pág. 15	Sociedade	ED	<i>O regresso às algas</i>	<p>"Abandono e desolação. É o que fica na retina após olhar as estufas abandonadas, cheias de ervas daninhas acima da cintura, plásticos rasgados e ferros retorcidos. Parece que se consumou ali um desastre ecológico. Na extremidade sul</p>

				da herdade. os depósitos de plásticos e de embalagens de produtos químicos foram cavados em enormes crateras. O oásis que a agricultura química iria produzir naqueles áridos terrenos não chegou a florir. (...)"
10/8/93 Pág. 18/19	Sociedade	Eduardo Dâmaso	<i>Câmara de Odemira requer 'medidas especiais' para o concelho</i> <i>Um suicídio, falências e desemprego</i>	<p>"Tinha 27 anos e era jovem agricultor. As contas começaram a aparecer e dinheiro não havia. Suicidou-se. são dezenas de casos de agricultores à beira da falência no concelho de Odemira. A crise instalou-se a fundo no país rural. (...)</p> <p>"Os ventos não vão de feição para as searas do concelho de Odemira, o mais extenso do país. O problema maior não é a seca. Investimentos estratégicos que faliram, sonhos cooperativos que se esboroaram, negócios que entraram no reino da aldrabice pura. Enfim, falta de mentalidade empresarial e décadas de protecção económico e político que subsistiam do velho Alentejo dos grandes agrários. (...)</p> <p>Em Odemira venderam-se pequenos pedaços de terra para fazer face às dívidas, fecharam-se pequenos comércios para fazer dinheiro rápido. Nas Finanças, os ritmos das execuções fiscais são quase diários. Processos em curso por dívidas ao fisco são cerca de 200.</p> <p>Algumas das maiores herdades do concelho estão hoje hipotecadas e hoje, como nota um funcionário da Direcção-Geral da Agricultura, já não há grandes agricultores na zona. Esfuma-se em definitivo o conceito de grande latifundiário. 'Já não há grandes superfícies cultivadas, nem proprietários únicos'.</p> <p>De facto, as grandes herdades têm pequenas extensões de área cultivada, o terreno que resta está a ficar abandonado ou transformado em pastagens e, em regra, estão divididos por rendeiros que deles fazem utilizações muito distintas, ou retalhados por hipotecas e garantias várias. (...)</p> <p>A agravar o cenário, encontra-se em situação de pré-falência o maior investimento agrícola alguma vez feito na região. É o empreendimento do ex-marido de Cristiana Onassis, o magnate francês Thierry Roussel, que chegou a empregar 1200 pessoas de vários concelhos do Baixo Alentejo. (...) os dedos indicadores parecem levantar-se cada vez mais em direcção ao turismo, apontado como único recurso que poderá retirar o concelho de tal situação. Tema muito sensível que tem posto a Câmara e a Comissão Directiva da Área de Paisagem Protegida da Costa Vicentina de 'candeias às avessas'. Justino Santos (Presidente da Câmara) lembra que tem galões em matéria da defesa do ambiente. 'Impedimos o licenciamento de mais de 120 mil camas de 1978 para cá'. Diz e questiona: será que querem transformar isto numa reserva de Índios?'"</p>
20/8/93 Pág. 32/33	Economia	Manuel Carvalho	<i>Produtores em risco de perder os subsídios da Política Agrícola Comum</i> <i>Fraudes nas plantações de girassol</i>	<p>"Chegou a nova PAC e inventou-se um termo novo: 'girossídio', a tática seguida pelos produtores de girassol que descaram a agricultura para apostas nas ajudas da PAC. (...)</p> <p>O INGA procedeu (...) a uma operação de controlo a 12 explorações de girassol com mais de 200 hectares que se</p>

				<p>candidataram às ajudas ao rendimento previstas na nova PAC. Resultado: 'parte importante' dessas explorações dedicou-se ao 'girossídio', neologismo com que os responsáveis do INGA definem a tentação dos agricultores pelos subsídios pagos por hectare de girassol sem que cumpram as normas agrícolas exigidas pelos regulamentos comunitários.</p> <p>É que, na tentativa de 'evitar a plantação de áreas com o único objectivo de receber um pagamento compensatório', a Comunidade exige que as culturas de girassol sejam mantidas 'pelo menos até ao início da floração em condições de crescimento normais'.</p> <p>A opção dos responsáveis pelas explorações que não cumprem estas exigências baseia-se, afinal, na ideia instalada que identifica a nova PAC como uma política que paga aos agricultores para não produzirem.</p> <p>Os empresários tratam de poupar ao máximo com a cultura do girassol, desinvestindo na preparação do solo e descuidando a qualidade das sementes, entre outros aspectos, de forma a centrar o grosso dos rendimentos na conquista dos subsídios.</p> <p>(...)</p> <p>A atitude demissionária dos agricultores que se dedicam às grandes culturas arvenses foi prevista por alguns especialistas logo que se conheceram os contornos da nova PAC. Com a alteração dos mecanismos de suporte aos rendimentos, que agora passam pela atribuição de ajudas directas em função da área cultivada, era de prever que se registasse uma redução dos custos nas práticas de culturais, fazendo incidir o grosso dos ganhos nas ajudas que, em média, atingem os 90 contos por hectare. Só que os agricultores terão levado a sua estratégia longe demais.</p> <p>Numa altura em que se aproxima a colheita das culturas semeadas na Primavera, o fenómeno do girossídio parece registar-se apenas em Portugal e Espanha. 'Não admira, diz uma fonte conhecedora do processo. 'Nos países da Europa Verde, onde se registam altas produtividades por hectare, é sempre tentador para os agricultores semear e tratarem da exploração porque os ganhos da colocação do girassol no mercado são sempre relevantes. O mesmo não acontece em Portugal, onde os preços dos factores de produção são mais elevados e os rendimentos das culturas por vezes não chegam para gerar as mais-valias devido aos actuais preços nos mercados'.</p>
<p>28/8/93 Pág. 53</p>	<p>Local País</p>	<p>Ricardo Garcia</p>	<p><i>Inconstitucionalidade do plano de ordenamento posta em causa Câmaras do Alentejo contestam Protali</i></p>	<p>"(...) A Associação dos Municípios do Litoral Alentejano (...) vai pedir a inconstitucionalidade do Protali (...). Num comunicado a Associação argumenta que o 'plano - destinado a ordenar a ocupação do litoral alentejano nos próximos dez anos - representa um verdadeiro atentado à autonomia dos municípios'. A Associação denuncia 'a ingerência do Governo em áreas de competência das autarquias locais e a consequente marginalização destas, em actos e decisões importantes na área dos seus territórios, deixando ao livre arbítrio de um ou outro ministro a decisão sobre tal ou tal projecto ou empreendimento turístico'.</p> <p>O Protali é o segundo plano de ordenamento regional aprovado pelo Governo e contém medidas que procuram defender os atributos naturais da região das pressões urbanísticas. (...). Entre outras medidas, o Protali prevê que</p>

				os planos de pormenor das áreas de desenvolvimento turístico terão de ser ratificadas pela administração central, de acordo com as normas de ordenamento previstas. (...)”.
29/8/93 Pág. 49	Local	Marcial Rodrigues	<i>Ambientalistas apresentam queixa à GNR de Arraiolos Águia ferida em zona de caça</i>	<p>“Uma águia cobreira fêmea, ferida a tiro numa asa, foi encontrada na denominada Coutada da Vila, em Arraiolos, classificada como zona de caça turística e situada na zona da ribeira do Divor. Pertence a uma espécie legalmente protegida e pouco frequente em Portugal – estima-se que o total de águias cobreiras existentes no país não atinja a centena-, esta ave de rapina poderá ser impedida em virtude dos ferimentos na sua asa direita de, dentro de aproximadamente um mês, acompanhar as suas irmãs na migração que anualmente efectuam para o continente africano.</p> <p>O alerta foi dado por um pastor, homem já idoso que telefonou para a delegação regional da Liga de Protecção da Natureza. (...).</p> <p>Pretende a LPN que os coutos, como os seus guardas e demais trabalhadores, sejam responsabilizados pela fauna que vive nas suas terras e, deste modo, assumam uma efectiva vigilância protectora das suas espécies.</p> <p>(...)</p> <p>Diz-se um pouco por todo o Alentejo que são, muitas vezes, os próprios proprietários dos coutos a pagar aos seus trabalhadores para matarem as espécies mais predadoras, como é o caso das águias, numa manifesta violação da legislação. Casos de debate de espécies protegidas pela lei da caça têm sido denunciadas também por ambientalistas da Quercus, sobretudo na área do Tejo internacional – onde esta associação mantém um projecto de conservação da natureza.</p> <p>A zona da ribeira de Divor, que a LPN pretende ver classificada como área de paisagem protegida, foi notícia, no início da Primavera deste ano, devido ao aparecimento de lontras mortas pelo homem.”</p>
31/8/93 Pág. 40	Local País	Alberto Cardoso Franco	<i>Beja, planície dourada Baixo Alentejo arranca com programa turístico</i>	<p>“(...) Poupado, até agora, a atentados idênticos aos cometidos pelos investimentos turísticos noutros locais – em consequência de um longo período de indiferença, que, curiosamente, beneficiou a região -, o distrito de Beja, sublinha Lopes Guerreiro (Presidente da Região de Turismo da Planície Dourada), ‘possui recursos naturais praticamente intactos, além de um notável património cultural e artístico’. É por isso que o turismo rural – associado à caça ou à actividade equestre, à pesca ou às actividades náuticas – constitui uma das principais apostas da RTPD, criada com a finalidade de aproveitar uma indústria de lazer em surgimento, perante o declínio da agricultura tradicional, e como uma das mais credíveis vias para o desenvolvimento do Baixo Alentejo.</p> <p>(...)</p> <p>O cliente-tipo da RTPD não será forçosamente endinheirado, mas deverá possuir acima de tudo, ‘um interesse genuíno pelos nossos monumentos, vinhos, gastronomia e artesanato’. São razões semelhantes que já conduzem os turistas a Mértola, citada como um exemplo por Lopes Guerreiro. ‘Unidas à beleza da vila, as iniciativas culturais e ambientais desenvolvidas pelo Campo Arqueológico e pela Associação de Defesa do Património funcionam como um poderoso chamariz’. (...)”.</p>

<p>1/9/93 Pág.46</p>	<p>Local</p>	<p>João Dias Miguel</p>	<p><i>Carpas apodrecem na Vidigueira Morreu o peixe do Sr. Barahona</i></p>	<p>“ Já se sabia, desde o início do Verão, que a água da pequena barragem de S. Matias, no Alentejo, não chegava até ao fim da época de rega. Já se sabia que o peixe ia morrer. (...). Cerca de três mil quilos de peixe morreram (...) na albufeira de Barahona, uma barragem particular, encostada à pequena aldeia de S. Matias, no Alentejo, propriedade de uma outrora poderosa família da terra. O peixe, carpas na sua maioria, morreu e apodrece perante a impotência das autoridades estatais envolvidas no processo. (...) O esvaziamento da barragem terá sido feito mesmo com a autorização da Direcção Regional dos Recursos Naturais do Alentejo. Para isso contribuíram os novos meloais ali instalados no ano passado, já que, quando os agricultores do lado de lá do Guadiana se aperceberam de que este ano a água podia não chegar para todos, mudaram o local das plantações. No início da época agrícola todos sabiam que a barragem de S. Matias não chegariam ao fim do Verão e que cerca de dez por cento do terreno das propriedades ali à volta ficariam por regar. Assim, já se sabia também que o peixe ia necessitar de ser transferido ou morrer. (...) Em S. Matias, como na Vidigueira, fala-se com reservas da família Barahona, das suas quintas e das suas propriedades. Francisco Barahona, o patriarca da família, era um homem de honra, carismático e respeitado’, dizem. Foi, até pouco depois do 25 de Abril, o maior proprietário do concelho – e consequentemente o maior empregador local. A Câmara Municipal da Vidigueira não se quis imiscuir no assunto: ‘a barragem é propriedade privada; não temos nada a ver com isso’, disparou o presidente do município da Vidigueira, Carlos Góis. Autarquia pequena, onde o pelouro do ambiente é ainda inexistente, tanto na prática como na teoria, a Câmara não revela ainda as preocupações - ou hipocrisias ? - ecológicas dos autarcas maiores, como Lisboa ou Porto. ‘Há três anos que há seca. Sem água não se pode fazer nada. Ou chove e a barragem enche ou não chove e estamos todos entalados’. Peixes incluídos. Percebe-se no presidente Gois um certo temor reverencial por aquela família brasonada a habitar numa velha casa senhorial erguida em pedra branca no Monte Sesmarias, na Vidigueira. ‘Sabe, os Barahona são um bocado inacessíveis’, termina. (...).”</p>
<p>17/10/93 Pág. 58/59</p>	<p>Local</p>	<p>Ricardo Garcia</p>	<p><i>Introdução de animais exóticos anima investidores e preocupa ambientalistas Os novos bichos do Alentejo</i></p>	<p>“ Avestruzes, muflões, camelos e até jacarés. Para combater a falência das actividades tradicionais, surgem alternativas para o Alentejo, com base na introdução de animais exóticos. Uma escolha que, em alguns casos, tem sucesso económico, mas que é vista com algumas reservas, devido à falta de estudos e lacunas da legislação. (...) O silêncio, a planura, a vegetação, a ausência humana, tudo contribui para um retrato estereotipado da região. (...) A presença do enorme bipede emplumado no Alentejo é tão exótica que dezenas de curiosos acorrem todos os fins-de-semana a uma das propriedades que se dedica à sua exploração só para ver os bichos, como se estivessem num jardim zoológico. ‘Só havia visto estes animais na televisão’ recorda um vizinho. acostumado, durante</p>

				<p>décadas, a ver o montado, as ovelhas, e as vinhas, na herdade onde hoje estão as avestruzes.</p> <p>Encontradas já em pelo menos três pontos do Alentejo, as avestruzes não são um caso isolado de exotismo na comunidade animal que povoa o sul do país. Em um destes locais, as aves convivem com antílopes africanos, com uma cabra de leque. Desde há dois anos, o muflão – uma espécie de carneiro originário da Córsega – tem sido introduzido na zona de Barrancos, para fins cinegéticos. Mértola, que já tem avestruzes aguarda para breve a chegada de três dezenas de camelos africanos, para aumentar o potencial turístico do concelho. E já há pelo menos um pedido de introdução de jacarés no concelho de Beja que está a ser analisado pelo Instituto para a Conservação da Natureza.</p> <p>As experiências com as espécies exóticas de animais são, no fundo, uma alternativa económica que alguns investidores – sobretudo estrangeiros – vislumbram num Alentejo desertificado marcado pela esperança duvidosa da construção do Alqueva. Mas, embora ainda pontuais, estas introduções nem sempre são vistas com bons olhos. As virtudes económicas, sugerem alguns biólogos, encobrem eventuais efeitos nefastos para o património natural do país, que nem sempre são bem conhecidos. (...)</p>
1/11/93 Pág. 44	Local País	Pedro Ferro	<i>Alentejo alimentar A revolução de veludo</i>	<p>“Pé ante pé, uma nova cultura empresarial está a entrar no Alentejo. Os seus contornos não são claros, mas a vontade de reagir à morte traumática da monocultura dos cereais é óbvia e manifesta-se em iniciativas como a I exposição agro-alimentar (...).</p> <p>É um processo de libertação da ‘tirania do trigo’ uma espécie de revolução de veludo, balbuciente e tímida, a que se começa a notar na paisagem económica de uma região que sai maltratada da sua dependência total da monocultura extensiva do trigo.</p> <p>Aqui e ali emergem experiências empresariais no domínio da transformação e comercialização de produtos tradicionais, como o azeite, os enchidos, o mel, as ervas aromáticas, o queijo, o vinho ou as rações para animais, que procuram afirmar-se numa paisagem povoada de trigo, que de repente ameaça tornar-se um deserto. Para as agro-alimentares e para a agro-industriais, além de um certo turismo caro, se viram agora os sonhos de uma classe empresarial que cresceu à sombra adormecedora das culturas extensivas e não está treinada nas subtilezas e armadilhas do mercado aberto (...).</p> <p>Para Artur Pais (presidente do Nerbe), a região está no limiar de um tempo em que às empresas, velhas e novas, se coloca o desafio de passarem do saber fazer ao saber vender. Neste processo, segundo Artur Pais, é vital que o Alentejo tenha cada vez mais o seu nome associado à ideia de qualidade dos respectivos produtos. (...)</p> <p>O presidente do Nerbe acredita que o futuro empresarial do Alentejo passa por três linhas de actuação: formação profissional, contactos com estruturas económicas mais desenvolvidas e renovação do tecido empresarial com jovens saídos das escolas. (...)</p>
2/11/93 Pág. 46	Local	Carlos Dias	<i>Manuel Marçalo, 74 anos, nas planícies de Mértola Pastores à moda antiga sobrevivem</i>	<p>“No Alentejo ainda há homens como este. Pastores que não se rendem. Gente que, por nada, se converte às leis de Bruxelas ou aos costumes que as ondas de televisão transportam.</p> <p>Neste tempo da política agrícola comum que não dá tréguas</p>

			<p><i>no Alentejo</i></p>	<p>e torna desertos os campos do Alentejo, subsistem ainda uns quantos nómadas já sem tempo ou feito para assumirem um estatuto mais conforme com as directrizes comunitárias.</p> <p>Perdidos na agressiva desolação da planície ou nos córregos secos de água, os pastores alentejanos velhos na idade e na profissão ainda resistem, até que a morte os visite, aos modelos de mudança ditados por Bruxelas ou Estrasburgo.</p> <p>Gorazes. É nome de peixe e de lugar também, ali para os lados de Mértola onde abundam os matagais nos cerros que barram a continuidade à planície desperdiçada ao pousio. Um rebanho de cabras e ovelhas entre sobreirais mordiscava o pasto seco enquanto os terrenos cobertos de verde não retomam a paisagem desolada pela ausência de água.</p> <p>Escondido entre as estevas, Manuel Marçalo curvava-se para a frente, com o cajado a suportar-lhe um corpo magro e seco de carnes. Um boné já ressequido por muitos suores anos a fio, protegia-o do sol, como no Inverno da chuva ou do frio. Vestia um velho e cerzido casaco grosso em vez do característico pelico, enquanto as calças roçavam o chão desbotadas pelo sol e pelo pó. (...).</p> <p>Profissão: pastor há 64 anos. Desde os 7 portanto. E gosta do que faz. 'Se não gostasse já tinha desistido'. Olhamos o rebanho. 'Já cheguei a guardar mais de 600 ovelhas', lembra Manuel Marçalo. Agora não terá mais de 40 cabeças de gado. Eram tempos de fartura (?) e de muito trabalho. 'Isto não tem hora, não tem dia, não tem noite, ordenhamos o rebanho logo às duas da madrugada'.</p> <p>Hoje compensa mais receber o subsídio que a comunidade dá para que não se ordenhe. E assim se fina, lentamente o queijo de Serpa, com os roupeiros a reclamarem mais leite de ovelha. Contradições da planificação económica comunitária que não dá para especificidade. (...).</p> <p>Para ele (o pastor) que nunca foi adepto dos prazeres sedentários, o modo de vida dos cidadãos pertence mais ao 'mundo do gozo que estraga a vida da gente'.</p> <p>(...)</p> <p>Vida dura que deixou marcas na cara arrepanhada de sulcos rugosos, crestada por muitos sóis sem praia. Dorme no monte ou no campo. A casa só vai para o avio do sustento. 'Sou como um canito. Dá-se comida e rua'. O pior são as pernas. 'Tenho apanhado aí cada molha'.</p> <p>(...)</p> <p>Os diálogos são curtos, próprios de quem está habituado à franqueza e não gosta de conversa fiada. O rosto encrespa-se-lhe de contrariedade quando se fala do futuro e da mudança. 'Não sei que lhe diga, até a lã já não dá para pagar aos tosquiadores'. (...)."</p>
<p>7/11/93 Pág. 36</p>	<p>Ciências</p>	<p>Manuel Carvalho</p>	<p><i>Os 'novos desafios' debatidos em Bruxelas A agricultura ecológica</i></p>	<p>" Durante 30 anos, os investigadores europeus foram chamados a promover o aumento da produção da agricultura europeia. Agora que a fórmula resvalou para o excesso, a solicitação é inversa. A Comunidade pede-lhes respostas para uma nova agricultura, mais extensiva e menos agressiva do ambiente.</p> <p>(...)</p>

				<p>Depois de 30 anos de desenvolvimento acelerado, as novas orientações da agricultura europeia vão no sentido da redução da produção e na aposta do perfil do agricultor multifuncional, que terá como tarefa a produção de alimentos, mas também a protecção da natureza e o equilíbrio ecológico.</p> <p>O principal problema encontra-se na adequação entre estas orientações e um terceiro vector da PAC, o de promover rendimentos satisfatórios aos activos no sector e, assim evitar a continuada degradação do mundo rural europeu.</p> <p>Se bem que, como defende Korakas, da Comissão, 'a agricultura competitiva não tem que ser necessariamente intensiva', a verdade é que a nova PAC propõe ajudas directas ao rendimento dos agricultores para compensar as quebras de produção e redução dos preços. Mas, mesmo assim, 'é urgente aplicar um novo método económico para a agricultura para que esta e o mundo rural encontrem o seu lugar na Europa', nas palavras de René Steichen, comissário europeu para o sector. E aí entra o contributo dos investigadores, pois, como sublinhou, 'as novas orientações da PAC não podem ser aplicadas sem uma base científica sólida'.</p> <p>(...)</p> <p>Mas se esta questão é do particular interesse dos consumidores, para quem, tendencialmente, a nova PAC deverá gerar uma oferta de bens alimentares cada vez mais 'naturais', os agricultores querem saber o que fazer com as terras que terão que retirar à produção e que alternativas lhes são oferecidas nos sistemas mais afectados pela queda dos preços. E nesta área ficou clara a importância da biotecnologia.</p> <p>(...)</p> <p>Estuda-se concretamente a utilização da colza - uma cultura que se poderá desenvolver nas terras retiradas de produção na sequência da reforma da PAC- no fabrico de combustíveis ou de energia através de biomassa.</p> <p>(...)</p> <p>Apesar desta dimensão científica que a nova ordem pressupõe, 'os novos desafios' passam principalmente pela atitude dos agricultores. Uma questão que em primeiro lugar se coloca aos activos mais idosos, a quem, por certo custará 'vender' a imagem de uma agricultura cada vez mais desligada dos mercados e que, por isso, perde boa parte da sua dimensão económica, para ganhar um estatuto cada vez mais social. Por isso, sejam quais forem as respostas da ciência, (...) 'a fórmula proposta para o sector vai exigir uma política de ajudas directas aos rendimentos dos agricultores, sem a qual a competitividade da agricultura e a preservação do mundo rural ficarão por certo comprometidos', como sublinha Armando Sevinate Pinto, ex-director-geral do Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia."</p>
12/11/93 Pág. 55	Local Pais	Carlos Dias	<i>Ferreira do Alentejo, Beja Mulheres formam-se em construção civil</i>	<p>"(...)</p> <p>Está longe a normalidade na vida destas mulheres que descruzam os braços e vêem com muito mais olhos os subsídios de desemprego. 'Queremos dinheiro, mas a trabalhar'. O curso termina em breve, o que implica o regresso forçado a casa, quando já colheram a aprendizagem'. (...)"</p>
22/11/93	Economia	Manuel	<i>INGA recusa</i>	"(...). Os primeiros passos para uma estratégia de combate

Pág. 35		Carvalho	<i>pagamentos a agricultores absentistas</i>	<p>ao 'girossídio' – um neologismo que os responsáveis do INGA usam para definir as explorações que apenas procuram captar as ajudas através de práticas ajudas reduzidas ao mínimo – foram já dadas no princípio do mês passado.</p> <p>(...)</p> <p>Na altura, os técnicos do INGA tinham verificado que parte significativa das propriedades observadas limitaram-se a lançar sementes à terra sem cuidarem da sua qualidade e que, ao mesmo tempo, negligenciaram posteriores práticas recomendadas para a cultura. (...)”.</p>
26/11/93 Pág. 57	Local	Ana Fernandes	<i>ETAR em Grândola polui ribeira 'Haverá de haver um tratamento'</i>	<p>“(...). A ETAR de Grândola já levantou os protestos dos agricultores que, por sorte do destino, matam a sede do gado e das pastagens com a ribeira onde as águas de tratamento desaguam. (...).</p> <p>‘Quando a água dos tanques chega à ribeira, junta-se com a da nascente e abala toda negra. Aquilo ‘haverá’ de haver um tratamento’. Otílio José da Conceição repousa os braços sobre o cajado, deixa os olhos vaguear pelo gado ao longe, pelo cão adormecido a seus pés e pela ribeira que diz ‘estragada’ pela ETAR.</p> <p>(...)</p> <p>‘Desde o fim do Verão passado comecei a ter alguns problemas com do doença de gado e, procurando justificação, verifiquei que a água da referida ribeira estava bastante poluída e escura, com formação de lodo nas margens’, afirmava José Barreira, agricultor.</p> <p>A doença agravou-se e o proprietário perdeu algumas cabeças de gado. (...).</p> <p>Também a sociedade agrícola se queixava da água inquinada e da contaminação das terras envolventes, acrescentando ainda que ‘há o problema da floresta, com a possível contaminação da área suberícula, podendo afectar a cortiça’.</p> <p>Ambos os queixosos referiram um mau funcionamento da ETAR, razão porque pediram à autoridade sanitária de Grândola uma análise à Ribeira. O teste confirmou as suspeitas: a água estava contaminada. O problema surgiu há dois anos, provavelmente posto a descoberto pela seca que afectou o país e, sobretudo, o Alentejo.</p>
30/11/93 pág. 56	Local País	Marcial Rodrigues	<i>Depois do Algarve, o Alentejo Turismo 'ataca' no Redondo</i>	<p>“Cerca de mil novos quartos em empreendimentos turísticos, eis quanto prometem os investimentos anunciados para o concelho alentejano do Redondo (...).</p> <p>(...)</p> <p>Andrade dos Santos, presidente da Região de Turismo de Évora, afirmou (...) que se pretende manter no Alentejo ‘os últimos luxos da nossa civilização: os espaços livres, o silêncio e a tranquilidade’, rejeitando o desenvolvimento turístico em termos anárquicos.</p> <p>(...)</p> <p>Quanto à ameaça que o turismo constitui para os valores culturais do Redondo, vila rural, Alfredo Barroso (presidente da Câmara) não adiantou projectos acauteladores, mas afirmou-se ‘alertado’ para a situação, que considera preocupante, ‘mas também um desafio’. (...)”</p>
6/12/93 Pág. 46/47	Local	José António Cerejo	<i>Amareleja contra construtor civil que vedou 1400 hectares Os rios são nossos e os caminhos</i>	<p>“As reservas de caça continuam a dar que falar no Alentejo. Na Amareleja, um poderoso empresário comprou 1400 hectares e cortou todos os caminhos que os atravessam. A população protesta há mais de um ano, mas ninguém se pronunciou sobre o caso. O proprietário diz que deixa</p>

			<p><i>também</i></p>	<p>passar a quem lá for pedir a chave. É uma questão de dignidade – respondem os da terra.</p> <p>Na Amareleja foi sempre assim. As terras eram de quem as tinha, mas os cogumelos mais os espargos, os agriões e as túberas eram de quem as apanhava. Aos fins de semana havia petiscos e passeios até ao rio. Uns pescavam, outros namoravam. Era a contrapartida da interioridade, o reverso da falta de cinemas.</p> <p>Nos últimos três anos, porém, as coisas começaram a mudar. Os caminhos antigos foram sendo cortados e os lugares de prazer praticamente interditos. O rio Ardila, afluente do Guadiana, e o Barranco do escaravelho, afluente do primeiro, foram ficando cada vez mais longe. Era o princípio do fim duma ancestral relação entre o povo e os seus rios, o princípio de uma guerra que opõe a quem condenou a aldeia às suas ruas e ao alcatrão das estradas.</p> <p>O processo não é novo, mas potencia o que de mais conflituoso tem havido na multiplicação das reservas de caça em todo o Alentejo. São dos direitos históricos das populações que estão em jogo, a sua liberdade de circular por caminhos que sempre foram públicos, o seu direito a usufruir de cursos de água que nunca foram privados.</p> <p>Chegado à Amareleja a transbordar de dinheiro, o empresário da construção civil José Conceição Guilherme fez amigos por todo o lado. Comprou três herdades num total de 1400 hectares e pagou-as a peso de ouro. Habitou os empregados dos cafés e restaurantes a gorjetas em notas grandes e até à Junta de Freguesia ofereceu um donativo de 1500 contos. (...).</p> <p>‘A generosidade do Sr. José Guilherme não tinha limites, até lhe chamávamos o pai dos nossos filhos’, lembra, com alguma ironia, um professor do ensino secundário da região. (...).</p> <p>Na terra ninguém o conhecia. Percebia-se que era um daqueles homens que se fizeram por si. Rude, mas senhor de uma enorme riqueza para exhibir. Sabia-se que era construtor civil, mas ninguém sabia que as urbanizações mais assustadoras do concelho de Sintra eram da sua responsabilidade.</p> <p>O ambiente começou a azedar quando o novo proprietário iniciou a vedação das suas herdades. Através delas passavam uma dezena de caminhos desde sempre tidos como públicos. (...)</p> <p>Numa extensão de dezenas de quilómetros, em torno da propriedade aprovada como reserva de caça turística, José Guilherme ergueu uma autêntica muralha. Redes de 2,5 metros, encimados por fiadas de arame farpado e suportadas por pesadas cantoneiras metálicas. Nas dezenas do locais onde os caminhos transpunham as suas extremas colocou enormes portões metálicos. E fechou-os a cadeado. Mais polémico que isso, vedou uma parte do baldio da Amareleja para ficar com um pego da ribeira do escaravelho dentro da sua herdade. (...).</p> <p>Entretanto, José Guilherme procedia a grandes trabalhos de desmatção e de construção de novas vias de comunicação internas ao uso da reserva. Destruía caminhos antigos, fazia estradas, casas e até pontes de betão. Além disso, construía mais de duas dezenas de barragens e charcas, para dar de beber aos javalis e aos veados, e instalava um potente equipamento de bombagem no rio Ardila. Só que esta água</p>
--	--	--	----------------------	---

				<p>era tirada uns quantos quilómetros a montante das captações com que a Câmara de Moura abastece cinco freguesias do concelho.</p> <p>A Junta de Freguesia dispôs-se a aceitar o encerramento dos caminhos públicos considerados inúteis e pediu ao proprietário que mantivesse livres os que davam acesso às azenhas de Ardila e aos dois lugares tradicionais de passagem do rio. Para isso era preciso que ficassem abertos três dos portões de entrada e os quatro por que se chega ao rio.</p> <p>(...)</p> <p>Os únicos portões que ficaram abertos foram os dois da estrada alcatroada para Safara. E mesmo esses são encerrados à noite.</p> <p>Para chegar aos pontos mais cobiçados do Ardila, a população tem de ir pela estrada nova, entrar na herdade por um dos portões, e ir pedir a chave dos outros ao dono da terra. (...).</p> <p>Confrontado com esta situação em Setembro passado, o presidente da Junta, Diogo Lebre (CDU), desvalorizou o conflito em declarações ao público. 'As coisas já estão resolvidas'. Só que uma semana antes, cerca de 200 habitantes da terra tinham subscrito um abaixo-assinado dirigido ao presidente da Câmara de Moura e a uma dezena de entidades oficiais. (...).</p> <p>No texto, o autor considera que os caminhos cortados são públicos porque 'dirigem-se e cruzam águas públicas' e porque 'desde tempos imemoriais que são utilizados por todos sem oposição de ninguém'.</p> <p>(...)</p> <p>Para Francisco Amante, os 'cadeados são constrangedores e as pessoas não têm nada que ir pedir uma coisa que sempre foi delas'. 'Estamos piamente convencidos que o Sr. Guilherme é uma excelente pessoa, mas os caminhos são nossos e os rios são nossos. É uma questão de dignidade'.</p> <p>Curiosamente, é nos organismos estatais e nas autarquias que José Guilherme parece encontrar mais compreensão. (...).</p> <p>A Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais não encontra nenhuma anomalia na situação. 'Todos os pontões e captações de água feitas pelo proprietário foram licenciados e estão legalizados. As redes na ribeira também são legais e não há nada irregular', disse a directora geral, Lina Jan.</p> <p>(...)</p> <p>Na opinião de Lina Jan, 'as pessoas estão é contra o couto de caça turística'. (...).</p> <p>Já na Câmara de Moura, a atitude é mais comedida. José Duarte, presidente eleito pelo PS, acaba por confessar que não 'acha muito correcto aquelas vedações', mas diz que 'as pessoas podem chegar ao Ardila sempre que quiserem'. De uma foram geral, lamenta o que se passa com as coutadas em todo o Alentejo: 'As câmaras não são ouvidas nem achadas porque se fossem não tínhamos mais de 50 por cento do concelho em coutadas. (...)'.</p> <p>'Isso é tudo uma guerra de três senhorinhos que andam a fazer a guerra'. Com estas palavras, o empresário José da Conceição Guilherme resume o litígio que já levou 200</p>
--	--	--	--	--

				<p>cidadãos da Amareleja a pedir a intervenção das autoridades. 'São três caçadores furtivos que vinham aqui à noite aos javalis e que eu não deixo cá caçar.</p> <p>Quanto ao essencial, o proprietário entende que os caminhos antigos deixaram de ser públicos quando foram feitas estradas novas, fora das suas herdades. (...).</p> <p>Para justificar o fecho dos portões diz que tem lá milhares de contos em veados e javalis e que não pode deixar fugir os animais. Mas há passagens próprias que deixam passar pessoas e carros sem que a caça possa fugir das reservas. (...)."</p>
20/12/93 Pág 42/43	Local	Ana Fernandes	<i>Plano de Ordenamento da Área de Paisagem Protegida em consulta pública Populações discutem futuro do costa alentejana</i>	<p>" De um lado, os autarcas e as populações com vontade de não ser mais do que apenas índios numa reserva para pássaros. Do outro, os empreiteiros cheios de apetites imobiliários numa zona tão virgem como o Algarve foi outrora. Mais à frente está o Estado, concretamente o Instituto para a Conservação da natureza carenciado de instrumentos legais e técnicos para defender uma área classificada. Finalmente chegam os ambientalistas a exigir uma efectiva defesa de uma das costas mais intactas da Europa: a alentejana.</p> <p>(...)</p> <p>Nesta zona costeira, rica em diferentes espécies de fauna e flora, os principais objectivos são conservar a natureza e enquadrar as actividades humanas no ambiente rural.</p> <p>São proibidos os loteamentos urbanos para indústrias, a instalação de indústrias poluentes, o lançamento de efluentes e resíduos e a circulação automóvel for a das estradas e caminhos, entre outros.</p> <p>Dependentes da autorização da comissão directiva do futuro parque natural estão a construção ou modificação de edificações for a das áreas urbanas existentes, os empreendimentos agro-pecuários e agro-industriais, a abertura de novas vias de comunicação, as dragagens, novos povoamentos florestais, a extracção de inertes, a instalação de estufas e a concessão de zonas de caça.</p> <p>É também regulamentada a introdução de povoamentos florestais, a exploração de recursos geológicos, o montanhismo e as escaladas e os projectos urbanísticos.</p> <p>Quanto às zonas de protecção são estabelecidas áreas prioritárias para a conservação da natureza onde poderá haver protecção total, parcial ou complementar, áreas de ambiente rural, de ambiente marítimo, de ocupação urbana, de salvaguarda do património cultural e de intervenção específica.</p> <p>É aqui que entra a cartografia, onde estão delimitadas todas as áreas. A título de exemplo, as áreas de protecção total, onde praticamente tudo é proibido, situam-se junto à costa, como um cordão que acompanha o litoral, interrompendo-se em algumas zonas como núcleos urbanos ou zonas com grau de protecção mais baixas.</p> <p>Quanto às áreas de ambiente rural, estas devem assegurar as condições naturais nas áreas prioritárias de conservação. Por outro lado, deve-se promover a gestão sustentável dos recursos através de usos economicamente viáveis. (...)"</p>

27/12/93 Pág. 38	Local	Carlos Dias	<i>Portas de Moura, em Beja Recuperado bairro medieval</i>	<p>“(…). Entretanto, e contrariando a fisionomia do bairro, realizaram-se empreendimentos que evidenciam o despropósito da sua implantação. Hoje, circunda o bairro uma aberrante muralha de blocos habitacionais de vários andares que fere a ruralidade das suas ruas e casas. Na estrutura patrimonial que conseguiu prevalecer, deu-se lugar ao alumínio em portas e janelas; molduras e soleiras de vãos foram substituídas por pedra polida: desapareceram elementos decorativos e cornijas, com a picagem de rebocos e a substituição de superfícies empenadas por coberturas lisas, pintadas com tinta de areia ou azulejada. (…).”</p>
28/12/93 Pág. 34/35/36	Local	José António Cerejo	<i>Para ir ao Pinheiro é preciso autorização dos patrões Uma aldeia sitiada em Alcácer</i>	<p>“ Não é no Zaire nem na Madeira. É logo ali, a 90 quilómetros de Lisboa, mas a vida parece ter recuado séculos. Para lá dos muros e dos portões que vedaram o acesso à Reserva Natural do Estuário do Sado, está uma aldeia de 200 habitantes e uma estação da CP. Para ir ao rio, para ir à loja ou apanhar o comboio, os de fora precisam de autorização dos donos da herdade. É o Pinheiro, uma terra de franceses com direito a placa da JAE.</p> <p>(...) a aldeia do Pinheiro manteve-se como era. Veio o 25 de Abril, veio a Reforma Agrária, vieram as convulsões políticas, tudo lhe passou ao lado. Cada qual ficou no seu lugar: os senhores em França, o administrador português na casa grande, os servos nas casas onde nasceram.</p> <p>(...)</p> <p>Todos trabalhavam para a herdade, todos dependiam da herdade. A própria administração passava de pais para filhos. Mas veio gente. Veio vida e movimento. Eram turistas – que a reserva natural do Sado ocupa grande parte da propriedade e o rio é um espanto -, era o mundo que entrava por ali a dentro. (...).</p> <p>(...) o Pinheiro era, aparentemente, uma aldeia como as outras. Tinha estrada, tinha escola, tinha venda, caixa do correio e colectividade. E até tinha, ali perto, uma estação de caminho de ferro (...).</p> <p>(...). Em Portugal não aconteceu mais nenhuma revolução, mas o Pinheiro ensimesmou-se. As palavras secaram na garganta e a surdina regressou. Pior que o medo de perder a casa ou o trabalho, instalou-se a desconfiança, o olhar de soslaio, o temor de ser denunciado.</p> <p>Entre Águas de Moura e Palma, na rota do sul, a placa que indica o caminho do Pinheiro está à esquerda. Segue-se pela direita, entre sobreiros e reservas de caça, andam-se três quilómetros e encontra-se um portão fechado. Os guardas, umas vezes florestais armados, outras vezes republicanos ainda mais armados assomam por trás das grades. (...). O caminho é privado e ali é uma reserva de caça turística. Ao ‘monte’ só vai quem lá mora e a Reserva Natural do Estuário do Sado só chega quem tem ordem do administrador. Para ir apanhar o comboio à estação de Pinheiro, pelo menos ao fim-de-semana tem de se pedir autorização.</p> <p>Doze quilómetros para lá do portão e do infundável muro que contorna a propriedade, passados os sobreiros, os lagos, as palmeiras e os canais de irrigação, vê-se a escola primária e a cantina. Tudo do Estado, modelo 1940. (...). Mulheres e velhos conversam, aquecem-se a uma fogueira,</p>

			<p>conjecturam sobre a condição dos visitantes. Lá em baixo está a praia, a ilha do Cavallo, alagada pelas águas apesar das obras financiadas pela CEE, o estuário magnífico. Ao todo são quase duzentos habitantes, cercados, desde que as obras foram feitas há dois anos, por portões de ferro e por um muro de betão, com mais de uma dúzia de metros, a que já chamaram de Berlim. Meia centena são reformados e dúzia e meio são crianças da primária e do jardim infantil. À excepção de alguns mais novos que trabalham for a da herdade, todos andam por conta dos franceses. Os salários são mais baixos que lá for a porque o patrão dá a casa. Contratos de arrendamento é coisa que ninguém conhece. Os pais já nasceram ali.</p> <p>À vista de quem chega, os do Pinheiro calam-se. Cumprimentam e pouco mais. Algum mais afoito arrisca: 'Então como é que cá chegaram? Vieram do céu?'</p> <p>Com direito a capoeiras e a terra para a horta da casa, os descendentes dos servos do Pinheiro francês têm quase tudo o que precisam na aldeia. A cantina da herdade já não funciona, mas a administração alugou uma loja a um comerciante do Montijo. (...).</p> <p>Entre dentes, a sós, diz-se que 'a francesa nem sonha' o que ali se passa. E garante-se que a administração não deixa ninguém aproximar-se dela. 'Ela vem cá um dia por ano para levar a bagalhota mas nem cá fica'.</p> <p>(...)</p> <p>Para a gente da região, para alguns de Pinheiro, também não há lógica que explique aquilo que se vê. Nem a verdade que constituía a devassa da propriedade privada, nem os excessos dos caçadores furtivos e verancantes. Os caminhos que levam às estações de caminhos de ferro, às aldeias, às escolas e a estuário são públicos e a propriedade protege-se para lá dos caminhos.</p> <p>(...)</p> <p>Tudo aquilo que se passa na Herdade do Pinheiro é normal, legal e inatacável. Esta é a opinião do administrador-delegado da sociedade proprietária, Ferreira de Lima.</p> <p>'Todos os caminhos aqui são particulares. Nunca foram reparados ou expropriados pela Câmara e não dão acesso a mais nenhum sítio que não seja a nossa propriedade'. De acordo com o gestor, o carácter privado dos acessos à localidade de Pinheiro, à estação e ao estuário assenta também no facto de a herdade 'sempre ter sido fechada uma semana por ano'. Com este argumento, pretende afastar a hipótese de se ter criado, ao longo do tempo e por usucapião, um qualquer direito de passagem.</p> <p>'A povoação é nossa, as casas são nossas, somos nós que pagamos a electricidade das ruas e só cá vivem empregados da herdade. Até a escola pública foi feita com a nossa contribuição. Além disso somos nós que pagamos a alimentação das crianças na cantina'. Para Ferreira de Lima, a legalidade do muro de vários quilómetros é também inquestionável. 'Temos cá a licença de obras emitida pela Câmara e não havia nada que pudesse impedir a sua passagem'.</p> <p>Quanto ao acesso ao comboio, o administrador reconhece a natureza pública da estação, mas acrescenta que a única obrigação dos donos da terra é manter um portão aberto para as pessoas passarem.</p> <p>(...).</p>
--	--	--	--

				<p>Mas se alguém classificar de 'feudal' o regime vigente no Pinheiro, o administrador nega de imediato. 'Antes pelo contrário. Damos aqui mais condições de vida a quem cá trabalha do que em qualquer outro local de Portugal. Têm casa de graça, horta e uma associação de empregados'. Por acaso, sublinhou, esta associação é presidida por ele próprio.</p> <p>Rogério de Brito, (presidente recentemente eleito da autarquia) 'Parece-me que está aqui em causa um problema que tem a ver com o acesso à aldeia e ao estuário do Tejo e com direitos, pelo menos de usucapião, adquiridos pelas populações'. (...).</p> <p>De igual modo, na Região de Turismo da Costa Azul, em cujos folhetos aparecem sugestões de passeio no Pinheiro,, o corte dos caminhos é visto com desagrado. 'Há um conflito de posições quanto ao que é público e privado que tem de ser esclarecido, mas o corte de acessos ao domínio público marítimo é uma situação que não nos agrada', esclarece Edgar Costa, presidente daquela região.</p> <p>Quanto à Reserva Natural do Estuário do Sado, o seu presidente, Eduardo Carqueijeira, diz também que ainda não conseguiu chegar a nenhuma conclusão sobre a natureza pública ou privada dos caminhos. 'Pelo nosso lado, não temos problemas com a herdade porque eles dão caminho aberto aos nossos serviços''.</p>
30/12/93 Pág. 39	Local País	Ana Fernandes	<p><i>Primeiro debate público do plano de ordenamento da costa alentejana em Odemira</i></p> <p><i>'Ninguém nos ensina a proteger uma costa que sempre preservámos'</i></p>	<p>"A pesca dominou o primeiro debate público do plano de ordenamento da costa alentejana. Animada e concorrida, a discussão ficou-se pelas actividades tradicionais, deixando de lado questões tão fundamentais como o turismo. Falou-se de dinheiros e de desenvolvimento contra o medo que as populações sentem das restrições. (...)</p> <p>'Eu abalo daqui e não fico esclarecido. Sou agricultor da Paisagem Protegida. (...) Ressaltou a ignorância da população sobre o plano e o medo que esta sente sobre as restrições que o documento – e a existência da própria área protegida – pressupõem.</p> <p>A pesca, a agricultura e, mais ligeiramente, a caça foram o tema de quase todas as perguntas sobre a proposta de regulamento da APPSACV. 'Afinal eu posso ou não posso? Falem-me objectivamente', exigiam os presentes, enquanto, em pano de fundo, outros berravam que o povo é livre e faz o que quer com a sua terra.</p> <p>Traduzindo o sentimento geral dos moradores da APPSACV, Justino dos Santos, presidente da Câmara de Odemira, sublinhou que 'se esta costa – que está protegida até agora graças às várias gerações que aqui viveram e vivem e aos seus autarcas – é considerada um bem público a nível internacional, então que sejam dadas compensações, porque há que pagar pelo bem-estar que os outros usufruem dela mas à custa do bem-estar dos seus habitantes'.</p> <p>Marques Ferreira, Presidente do ICN tentou demonstrar que o documento não pretende ser apenas restritivo pois a ele está associado um plano de gestão dos recursos naturais que contempla meios financeiros a serem aplicados na zona. Durante o tempo de aplicação do plano, ou seja, de 1994 a 1999, serão investidos oito milhões de contos nos quatro concelhos abrangidos pela área: Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo.</p> <p>A verba foi considerada manifestamente insuficiente pelos</p>

				<p>autarcas e populações. 'faltam muitas obras de saneamento, de conservação dos portos, de electrificação dos caminhos, de drenagens, além de que as pessoas são, com este plano, obrigadas a cumprir as regras, por exemplo, na reconstrução de habitações e têm que ser apoiadas financeiramente para o fazer. Dois milhões por autarquia em cinco anos não chegam', protestou Cláudio Percheiro, vereador de Odemira, que assumirá, em 1994 a presidência da Câmara.</p> <p>'Mas se vão investir só no litoral, que é a zona abrangida pela Paisagem Protegida, o que é que vai acontecer ao interior dos nossos concelhos, já tão sacrificados e que cada vez o serão mais. Os concelhos devem ser aproveitados na sua globalidade', replicou um dos assistentes ao debate.</p> <p>'Temos que dar privilégio à APPSACV, não podemos apoiar o resto', respondeu Marques Ferreira. 'Agora o que não pode acontecer é estabelecer uma relação causa-efeito entre a existência da área e a desertificação das regiões pois se não houvesse a paisagem protegida seria diferente? Haveria financiamentos? Existindo esta área no litoral, pelo menos asseguro-vos que vai haver dinheiro para os portinhos e muito mais', sublinhou o presidente dos parques.</p> <p>'O problema é que se criou um grande medo entre as populações em relação às regras a que a área ficará sujeita', frisou Justino dos Santos (Presidente da Câmara de Odemira, ainda em exercício).</p> <p>Mas a argumentação do presidente do ICN não conseguia vencer a oposição feroz que, pescador após pescador, era movida contra o plano: 'Queremos coisas concretas, quais são as vossas intenções, vou ou não poder pescar à linha?', repetiam, exaltados.</p> <p>Foi apenas Justino dos Santos que conseguiu penetrar nesta onda enfurecida. (...) o autarca explicou, pausadamente, que as câmaras, consoante a vontade dos pescadores, assinam ou não o edital e se não o assinarem o parque também não o fará publicar'. O respeito que 'o grande senhor de Odemira' - como lhe chamavam entre a assistência - inspira na população conseguiu finalmente acalmar os ânimos.</p> <p>O presidente do ICN deixou promessas de financiamento para a agricultura extensiva, através do apoio à reconversão do Perímetro de Rega do Mira e a medidas florestais nas explorações agrícolas, com 20 por cento de bonificação em relação ao resto do país, e 25 por cento de bonificação quanto à aplicação das medidas agro-ambientais.</p> <p>(...)</p> <p>Houve apenas uma breve referência ao turismo quando se falou nos alugueres de quartos. 'O quê, também vão proibir? Já ninguém nos deixa fazer casas, querem que eu roube agora com 65 anos? A não ser que me dêem cem contos por mês e eu entrego-me logo a vocês', berrava um dos assistentes. Marques Ferreira respondeu apenas que ninguém proibiria, apenas seriam pedidas algumas regras, o assunto morreu por ali.</p> <p>'Não se discutiram aqui questões tão ou mais importantes que a pesca e a agricultura. Aconselho-vos a todos que leiam o documento, discutam no café entre vocês para que da próxima vez, venham todos melhor preparados', pediu o futuro presidente de Odemira. (...)'.</p>
--	--	--	--	---

31/12/93 Pág. 47	Local	Carlos Dias	<i>Artãos de Beja Nem na quadra natalícia se safaram</i>	<p>“(…) a associação de Artistas e Artesão de Beja aproveitou o período de festas para promover os trabalhos dos associados e ‘obstar à subversão’ da cultura popular procurando criar nos conterrâneos o gosto por uma forma de arte que alguns, mesmo ali durante a exposição, depreciativamente consideravam ‘trabalhos manuais’.</p> <p>(…)</p> <p>O desalente é muito grande, o que pode vir a ‘matar’ um projecto com dois anos de existência acidentada. Não compensa em termos financeiros. ‘Quem quiser viver disto, morre logo no outro dia, de fome’. (…)</p> <p>Percebia-se, pelos objectos expostos, que as influências já não faziam parte do quotidiano – alfaias agrícolas, utensílios domésticos (hoje substituídos pelos plásticos ou pelos electrodomésticos), mantas, objectos de cerâmica, fundição de estanho -, tudo referências locais, como o calçado artesanal. (…).</p> <p>A juventude não adere nos seus tempos livres a este tipo de trabalho. Apesar do artesanato do Baixo Alentejo estar bem conceituado no país e no estrangeiro. No entanto, na sua terra, a indiferença é marcante ‘e onde se vende menos’ – como nos lembra o jovem Grilo. Só vendem bem fora da terra. ‘Já viu o que é trazer p’ra aqui as coisas e não vender, nem um niquinho? Só os estrangeiros é que compram, mas vêm cá tão poucosAté os alemães, que eram os melhores compradores, se vão embora!’. (…)”</p>
---------------------	-------	----------------	--	---

Público	Rubrica	Enunciador Reportador	Titulo	Resumo
8/1/94 Pág. 42	Local	Ana Fernandes	<i>Construção de um edifício de apartamentos gera protestos Fura-vistas marítimas nasce em Milfontes</i>	<p>“A construção de um bloco de apartamentos perto da praias de Vila Nova de Mil Fontes está a horrorizar os vizinhos, obrigados a dizer adeus ao azul do mar para acenar a uma parede que se espera no mínimo branca.</p> <p>‘Estamos todos horrorizados, esta era uma vista desafogada e, apesar de dizerem que está no limite do perímetro urbano, eles andaram a empurrar as dunas’, queixou-se António Curto, um dos vizinhos do crescente edifício de apartamentos.</p> <p>‘Tentámos cortar o máximo que podíamos, mas a certa altura já não tínhamos mais nenhuma base legal por onde pegar, pois as pessoas têm os seus direitos e o projecto estava dentro dos planos de urbanização da vila, apesar de podermos concordar ou não com os seus gostos arquitectónicos’, afirmou Justino dos Santos, presidente da Câmara de Odemira que agora cessa funções.</p> <p>(...)</p> <p>O mais grave, segundo António Curto não é a legalidade ou não do processo, mas sim a ‘falta de respeito’ que houve pelo que havia sido construído em volta. ‘Tudo tinha um equilíbrio e agora aparece um monstro que retira todas as características da zona’, acusou o morador.</p> <p>‘Pior’, acrescentou, ‘ali havia um pequeno curso de água que passava pelo meio das dunas, e que desapareceu debaixo das construções, vamos lá a ver que consequências é que isso terá’.</p> <p>‘A linha de água foi salvaguardada e, até o mais problemático de tudo era um ramal de pluviais que teve de ser mudado de sítio. A câmara fez a mudança do cano e o promotor pagou a conta’.</p> <p>Além do corte na paisagem, do barulho das obras que suportaram em pleno Verão quando estavam de férias, os vizinhos mais assustados ficaram quando começaram a verificar que as terraplanagens avançavam, sem dó nem piedade, pelas dunas adentro.</p> <p>(...)</p> <p>Milfontes vai continuar a crescer e ‘ainda bem, pois é preferível que os apetites imobiliários fiquem nas vilas do que invadam zonas não urbanizadas da paisagem protegida’, afirmou João Lagido do ICN. (...)”.</p>
10/1/94 Pág. 34/35	Local	Ana Fernandes	<i>Os objectivos do plano de gestão para a costa alentejana Homem e natureza nas metas da conservação</i>	<p>“Se as restrições e proibições são os bichos papões da costa alentejana, os apoios e dinheiros poderiam ser os doces a dar às populações assustadas com o seu futuro dentro de uma área protegida. Mas, o plano de gestão da zona, onde se fala de acções concretas a desenvolver não está em consulta pública, apesar de estar em poder das autarquias.</p> <p>São oito milhões de contos a distribuir pela conservação da natureza, o apoio ao desenvolvimento local, a educação e formação ambiental e promoção de actividades de recreio e de lazer. Esta é, pela mesma ordem, a hierarquia dos objectivos do plano de gestão da área de paisagem</p>

			<p>protegida da costa alentejana, anexo ao plano de ordenamento agora em consulta pública.</p> <p>Este importante documento (...) não está em consulta pública, apesar de ser do conhecimento das autarquias. A razão, dizem os responsáveis do ICN é o seu carácter pouco definido e ainda incompleto. Mas, por mais alterado que possa vir a ser, seria importante divulgar amplamente as intenções desta entidade para uma zona onde tanta coisa vai ser proibida e restringida em prol da conservação da preservação da mais intacta costa europeia.</p> <p>A primeira das prioridades, ou seja, a conservação da natureza, terá um orçamento de três milhões e 400 mil contos a distribuir por cinco anos. Ao apoio ao desenvolvimento local estão destinados dois milhões e 900 mil contos, enquanto a educação ambiental, recreio e lazer vão ter direito a um milhão e 700 mil contos.</p> <p>(...)</p> <p>(...) no que diz respeito à conservação da natureza, as grandes prioridades vão para o combate as medidas de combate à poluição, o estudo do modelo económico e contabilidade ambiental do parque, o estudo do acesso aos instrumentos financeiros comunitários, a protecção das espécies faunísticas e florísticas, a preservação de biótopos de especial interesse, a recuperação de sistemas degradados, a aquisição de áreas de interesse e reconversão de áreas específicas, nomeadamente urbanas.</p> <p>Na segunda linha das prioridades, ainda no que concerne a conservação da natureza, está a passagem da área protegida a parque natural, o tratamento de informação para os agentes interessados, o melhoramento do saneamento básico, a construção de pequenas barragens de pré-sedimentação (...) a preservação da fauna e flora em áreas de ambiente rural e, finalmente, a elaboração de um estudo para a definição das áreas adjacentes ao parque com interesse como biótopos.</p> <p>(...)</p> <p>No apoio ao desenvolvimento local, as primeiras prioridades vão para a promoção do centro de Pessegueiro, de Vila Nova de Mil Fontes, de Aljezur e de Sagres, a elaboração de projectos de qualificação de áreas agrícolas e as acções de valorização de elementos patrimoniais.</p> <p>Logo a seguir vem o apoio a actividades e iniciativas de outros agentes para preservar e valorizar actividades tradicionais, a criação de estruturas de apoio à gestão do parque, a criação de programas de investigação na área rural, o estudo das medidas a introduzir na actividade florestal, o estudo para avaliar o tipo de turismo indicado para o parque e a elaboração de estudos arqueológicos prévios à execução das obras.</p> <p>Finalmente, como terceira prioridade, está o projecto de valorização de produtos regionais, a criação de centros de experimentação e preservação das técnicas tradicionais, a valorização do património gastronómico e a promoção do centro de estudos do litoral em Sagres, a implantação de projectos de desenvolvimento agrícola integrados (...).</p> <p>O terceiro objectivo, a educação ambiental, tem como prioridade número um as acções de promoção e divulgação dos valores do parque, a promoção de acções específicas de formação e os planos de reabilitação de áreas específicas de turismo.</p>
--	--	--	---

				<p>(...)</p> <p>Como se percebe, tudo é ainda muito vago e, na maioria dos casos, pressupõe a elaboração de estudos e projectos.</p> <p>(...).</p> <p>Este plano de gestão pretende, assim, apresentar um modelo socioeconómico de desenvolvimento que simultaneamente tenha em conta a conservação da natureza a par da aplicação dos chamados custos ambientais (paga-se pela fruição dos valores de um parque natural), a diversificação da base económica das populações e os sistemas de benefícios directos e indirectos às populações residentes, agentes económicos e políticos.</p> <p>A sua eficácia é talvez a condição mais importante para a sobrevivência desta área, não só ao nível ambiental, como em termos de aceitação por parte das populações. Isto porque, em termos simplistas, os alentejanos apenas querem ser tão defendidos como as lontras ou as dunas.”</p>
12/1/94 Pág. 9	Política Editorial	José Manuel Fernandes	<i>Verso e reverso de uma presidência aberta</i>	<p>“(…). Será igualmente interessante verificar se o programa da visita incluirá uma passagem por uma das mais delicadas áreas naturais do país, a Costa Vicentina. Nessa zona está em discussão um plano de salvaguarda proposto pela administração central e violentamente contestado pelas populações – cobardemente secundadas pelas autarquias que antes o tinham apoiado -, uma vez que coloca severas restrições aos desenvolvimentos urbanos e a certas actividades económicas. E se é certo que a administração tem sido inábil na ‘venda’ às populações das ideias do plano, será que Soares vai confundir o essencial – um bom plano – com o acessório – a sua má explicação – e tomar partido pelas populações que, diga-se com clareza, não têm razão? (...)”.</p>
13/1/94 Pág. 35	Economia	Manuel Carvalho	<i>Receita baixou 69 milhões a preços correntes desde 1990 Agricultura em falência técnica</i>	<p>“A agricultura portuguesa entrou em falência técnica. Em 1993 os juros pagos pelos agricultores (72 milhões de contos) dobraram o valor das amortizações e a receita líquida da actividade está longe de cobrir o valor das dívidas, estimadas em mais de 350 milhões de contos, sem incluir o crédito mal parado. Com preços europeus e custos de produção ‘à portuguesa’ o sector aproxima-se da ruptura.</p> <p>(...)</p> <p>‘Em Portugal, os pequenos agricultores encontram-se no limiar da pobreza e os agricultores empresários no limiar do endividamento’, resume Armando Sevinate Pinto, engenheiro Agrónomo que tem estudado as envolventes económicas do sector.</p> <p>(...)</p> <p>(...) como reconhece Álvaro Amaro, secretário de Estado da Agricultura: ‘os preços são comuns e os factores de produção não o são’.</p> <p>(...)</p> <p>A preços correntes (sem inflação) os agricultores portugueses ganharam no ano passado menos 69 milhões de contos do que em 1990 e os valores actuais estão inclusivamente abaixo da performance verificada em 1986 (...).</p> <p>Uma situação que os analistas da economia agrária explicam pela conjugação de dois factores irresistíveis a um sector já de si vulnerável à concorrência: por um lado os preços nominais estão-se a alinhar pelos praticados na</p>

				<p>agricultura comunitária (...) ao mesmo tempo que a conjuntura macro-económica e a sustentação orçamental dos custos dos factores permanece inalterável. (...) Recorde-se que nas agriculturas com que os produtores portugueses têm que concorrer o gasóleo custa em média menos 50 por cento, os adubos 30 por cento e em alguns países o juro para o sector fica-se apenas pelos dois por cento. Para a CAP, há muito que a 'situação dos agricultores é insustentável e está a provocar rupturas e desequilíbrios na sociedade dificilmente reparáveis'. (...)"</p>
<p>16/1/93 Pág. 50</p>	<p>Local</p>	<p>Ricardo Garcia</p>	<p><i>Empreendimento do Alqueva impõe prejuizos ambientais para levar água no Alentejo</i></p> <p><i>Será uma troca justa?</i></p>	<p>"O impacte ambiental do Alqueva será extraordinário: dezenas de biótopos destruídos, inúmeras espécies de flora e fauna afectados, quase 1500 quilómetros quadrados cortados por canais de rega alargados. Na forja está mais um estudo de impacte ambiental e medidas de minimização, que não alterarão as grandes decisões já tomadas pelo Governo. O empreendimento da barragem do Alqueva – o redentor mítico do drama alentejano – suscita dezenas de dúvidas mas uma certeza: a de que transformará de modo indelével a paisagem de uma vasta superfície da planície. Debaixo de água ficarão cerca de 250 quilómetros quadrados do Alentejo e mais 110 mil hectares serão retalhados pela malha dos canais de rega. O impacte que isto assume sobre o ambiente assume uma amplitude extraordinária. Mais de três centenas de sítios arqueológicos desaparecerão e inúmeros habitats importantes classificados pelo programa comunitário Corine, estão sob risco de perturbação ou destruição, afectando em diversas escalas dezenas de espécies animais e vegetais, algumas das quais correm o risco de extinção do território português. Os peixes próprios da bacia do Guadiana sofrerão uma competição agressiva das espécies exóticas, a qualidade da água tornar-se-á pior, favorecendo 'bloms' de algas, e no estuário aumentará a intrusão da salina. Mais de dez mil hectares de solos da Reserva Agrícola Nacional serão ocupados pelos canais de rega e prevê-se que as escorrências agrícolas possam contaminar os lençóis freáticos. As contrapartidas deste enorme esforço em favor do homem são a maior disponibilidade de água e o efeito regulador do clima, atributos tidos como positivos para uma região que se torna cada vez mais parecida com o deserto. Este cenário é suficiente para que qualquer ambientalista veja o Alqueva como uma ameaça, se não como uma monstruosidade. Mas, desde que o Governo começou a estudar a hipótese de relançamento do empreendimento, a mobilização contra o projecto tem sido moderada. (...) A posição da LPN, baseada numa avaliação dos potenciais impactos ambientais e da própria validade do empreendimento era clara. 'O projecto não deve ser aprovado', concluíam os ambientalistas. (...) Mas, na balança dos prós e dos contras. o Governo ponderou que o benefício económico e social do</p>

				<p>empreendimento justificaria o sacrifício (...). (...) A associação nacional Quercus está preocupada com o Alqueva que vê como um sonho economicamente inviável. 'Nem é preciso pegar na parte ecológica', afirma um dirigente da Quercus.</p> <p>(...)</p> <p>Curiosamente, o empreendimento colhe a simpatia da Associação de Defesa do Património de Mértola, que há anos batalha pela preservação dos valores naturais da região e que tem sido um dos grandes defensores da criação de uma área legalmente protegida ao longo do Guadiana. 'Temos uma posição diferente. Nós somos a favor do Alqueva', afirma José Revez, dirigente da associação. E expressa a crença comum de que o Alqueva é uma boa solução para a premente necessidade de água do Alentejo. 'No próximo século, a água será fundamental, quem tiver água terá tudo', professa.</p> <p>No entender da associação de Mértola, o projecto vale a pena pelo desenvolvimento que trará a uma zona empobrecida e desertificada, e os seus potenciais impactos podem ser minimizados. 'Não defendemos a fauna e a flora em si só, mas porque são importantes para desenvolver as regiões', acrescenta.</p> <p>Para o presidente da Comissão instaladora da Empresa de Alqueva, Adérito Serrão (...) 'o Alqueva não vai ser um grande destruidor da paisagem. (...)'</p>
21/1/94 Pág. 48	Local País	Ana Fernandes	<i>Ponto final nos debates na costa alentejana</i>	<p>"(...) Durante o período de inquérito público (...) realizaram-se apenas reuniões em Odemira e Aljezur. (...) Nestas duas reuniões o tom foi de discórdia. As populações movimentaram-se contra o plano, assustadas com as restrições e manifestando uma razoável ignorância sobre o conteúdo e objectivos da proposta governamental. Apesar da enorme hostilidade com que o público se recusou a ouvir razões durante os dois concorridos debates públicos, verifica-se uma grande diferença entre a participação popular e a expressão efectiva de reclamações chegadas ao instituto, cujos números não são por agora muito significativos", afirmou (...) Marques Ferreira, Presidente do INC.</p> <p>Das reuniões ressaltaram os ouvidos de mercador, o terror que as populações sentem em relação às restrições subjacentes à área protegida – alegando um entrave ao desenvolvimento - , o receio de não poderem pescar à linha nunca mais. Ou seja, alguns dos mais importantes itens do documento, nomeadamente a regulamentação da construção para turismo, entre outros, quase não chegaram a ser discutidos.</p> <p>'Só se falou em desenvolvimento no geral, mas, afinal não apareceram propostas concretas que explicassem em que é que consiste, os projectos que dele fazem parte, como se materializam e, sobretudo, em que medida é que o plano inviabiliza esse dito desenvolvimento', disse Marques Ferreira. (...)'</p>
26/1/94 Pág. 47	Local	Ana Fernandes	<i>Ambiente não ficará sozinho no apoio à Área Protegida Outros organismos do Estado chamados ao Alentejo</i>	<p>"(...) 'Não faz sentido, nem nos interessa, os fundos que o Instituto pretende investir na área (...) se nesse projecto não estiverem envolvidos outros ministérios que são fundamentais para o desenvolvimento da região, pois estamos todos no mesmo barco e de que adianta ter tudo conservado se não temos escolas para os filhos, hospitais para a população e por aí adiante', questionou (...) o</p>

				<p>presidente da Câmara de Aljezur. Manuel Marreiros. (...)</p> <p>Do encontro (...) ressaltou (...) uma visível mudança de atitude dos autarcas em relação à paisagem protegida. Enquanto à entrada (...) se falava que 'todos os problemas começaram em 1988 com a criação da área, só se falando em conservação em vez de desenvolvimento', à saída as palavras eram outras: 'Todos queremos que a área constitua um espaço de interesse nacional mas com um desenvolvimento local', disse o presidente de Aljezur.</p>
11/2/94 Pág. 55	Local	Ana Fernandes	<i>Costa Alentejana Geota defende aproximação entre populações e o Governo</i>	<p>"Aproximar a gestão da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vocentina (APPSACV) das populações e, simultaneamente fazer com que os autarcas coloquem o 'desenvolvimento sério da região acima dos interesses de curto prazo' são duas (...) posições assumidas pelo associação de ambientalistas Geota.</p> <p>(...)</p> <p>As posições assumidas pelo Geota tiveram em conta o 'óbvio divórcio entre a população local e as autoridades da actual paisagem protegida'. (...)</p> <p>Por outro lado, o Geota sublinha que existe uma 'percepção errada, numa grande parte da população local, que todos os males que atingem a área são culpa da Paisagem Protegida. Pelo contrário, constata-se que esta área resiste melhor que outras à crise social e económica generalizada no Alentejo e Algarve, exactamente graças à existência da APPSACV, como o demonstram vários estudos efectuados.'</p> <p>Falta de informação da população, propósito exclusivo de atacar um representante do Governo, fosse ele quem fosse, manipulação para que tudo não passasse de um comício e a hipocrisia de alguns autarcas que pretendem demarcar-se da Paisagem Protegida quando eles próprios fazem parte da gestão da área, caracterizaram, na opinião do Geota, as discussões públicas do plano de ordenamento de Odemira e Aljezur. (...)"</p>
13/2/94 Pág. 49	Local	CD	<i>Agricultores descontentes em Moura</i>	<p>"O anuncio da extinção da Zona Agrária de Moura e Barrancos está a provocar uma onda de revolta entre os agricultores da margem esquerda do Guadiana. (...).</p> <p>'Queremos apenas que olhem para nós como gente e não como uma colónia de índios onde os grandes senhores de Lisboa vêm para fazer as suas orgias cinegéticas aos fins-de-semana', (Manuel Brito, presidente da Cooperativa de Agricultores de Moura e Barrancos) (...)"</p>
17/2/94 Pág. 17	Espaço Público	Augusto Santos Silva	<i>O país real, parte II</i>	<p>"(...).</p> <p>Mas, fosse qual fosse a avaliação, tínhamos uma imagem consensual: o país real era qualquer coisa, decerto imprecisa, como bom estereótipo, mas associável à ruralidade, pequena agricultura, interioridade, pouca ou nenhuma escolarização, religiosidade mais ou menos campónia, costumes fechados, reduzidas expectativas e ambições. Uma aldeia com um rebanho ou umas vacas, umas leiras apertadas, uma capelinha, gente rude e trabalhadora, sob a direcção de um padre, ou então rostos tranquilos, preferindo a limpidez de uma seara – tal era o país real, que, à direita ou à esquerda, sustentava a conservação ou desembocava a mudança, nos usos, nas urnas e, se necessário fosse, nas feiras e nas ruas.</p> <p>(...) sendo como todos os estereótipos uma fixação, que existia mais no nosso imaginário do que na complexidade empírica das coisas, o país real, interior e rural, era uma</p>

				<p>ficção operativa.</p> <p>Agora deixou de sê-lo. (...). Mais do que a emigração, destruíram-no as migrações internas, a deslocação missiva de gentes para os subúrbios litorais. Mais do que a pobreza, que sempre soube controlar, melhor ou pior, destruiu-o a carência de jovens e adultos-jovens, de pessoas qualificadas, de recursos, destruiu-o a crise estrutural da agricultura. Mas destruiu-o sobretudo a nossa profunda insensibilidade, social e política, face aos seus problemas, aos seus estrangulamentos, às suas potencialidades.</p> <p>O antigo país rela, míticamente figurado no interior, fosse ele Trás-os-Montes, as Beiras ou o Alentejo, deixou de ser real, tornou-se o nosso país nativo. Celebrámo-lo como património, visitámo-lo como testemunho, até o cuidamos como nossa reserva, destinámos-lhe uns milhares a título de custos de manutenção. E lamentamos sinceramente haver cada vez menos nativos, menos quadros de história viva, menos museu etnográfico em espaço aberto.</p> <p>O real país real é, agora, outro. (...).</p> <p>Não é o país urbano, nem sequer suburbano. É um país real que baralha as dicotomias, para desespero dos higienistas da civilização. O seu lugar é o território composto em que as distinções polares entre campo e cidade, mercado e comunidade, escola e analfabetismo, modernidade e arcaísmo, futuro e passado, deixam de fazer sentido. É um país rela que, afrontando e destruindo o país nativo, em larga parte o incorpora e eventualmente perpetua.</p> <p>(...)</p> <p>Não vale a pena, pois, continuarmos a fingir que o Portugal profundo, o Portugal histórico se encontra no Interior. O Portugal histórico desapareceu, perdido em Ermesinde, na Amadora ou em Albufeira. O que dele resta, o nosso país nativo, sem milho, sem párocos, sem escolas e sem filhos, finalmente liberto da ficção salazarista, reverse-á, daqui a poucos anos, no jornal Combate e votará PSR, quando o PSR descobrir que não precisa de ir buscar a causa dos índios à América Latina, porque os tem no Alentejo e em Trás-os-Montes.</p>
17/2/94 Pág. 48	Local País	Carlos Dias	<p><i>Comércio de aves vivas ou 'embalsamadas' em Beja</i></p> <p><i>Caça ilegal põe espécies em risco</i></p>	<p>"No Baixo Alentejo são às centenas as aves em cativeiro. Cegonhas, pegas, corvos, águias, mochos, milhafres ... tirados do ninho para venda ou ter em casa, muitas vezes embalsamados. (...)".</p>
18/2/94 Pág. 48	Local País	Raul Tavares	<p><i>Beja</i></p> <p><i>Seis cegonhas morrem por envenenamento</i></p>	<p>"(...) os dirigentes da associação ecologista (Quercus) não têm dúvidas de que as cegonhas terão sido envenenadas.</p> <p>(...)</p> <p>Para a Quercus, trata-se de 'mais um crime em nome do controlo dos predadores', que está a ocorrer em áreas do regime cinegético especial, situação que a associação diz estar a ser exercida por apenas três por cento da população. Na zona onde os animais foram recolhidos existem diversas reservas de caça associativas e turísticas, afirmam elementos da Quercus.</p> <p>José Manuel Palma afirmou que o controlo dos predadores está a ser realizado sem qualquer 'base técnico-científica', agravado pelo facto de utilizarem métodos como o envenenamento, que actuam de 'forma aleatória' tanto sobre as espécies que se pretendem controlar como sobre todas as outras que venham a 'ingerir o isco'.</p>

21/2/94 Pág. 37	Local	Ana Fernandes	<i>Sudoeste Alentejano Ambientalistas criticam discussões públicas</i>	<p>“ (...) Segundo a associação, as duas sessões públicas de Odemira e Aljezur revelaram a falta de informação quanto ao plano, por parte das populações, e foram um reflexo do muito deficiente relacionamento que tem existido entre a direcção daquela área protegida e a população local’.</p> <p>Tudo isto teria sido evitado se tivesse colocado à disposição dos interessados toda a documentação, se possível tratada de forma a possibilitar a sua compreensão, acrescenta a Liga.</p> <p>Quanto ao regulamento, a associação recomenda que o plano sectorial de emparcelamento rural da Várzea de Aljezur, previsto nos artigos 34 e 38, ‘não provoque a destruição do biótopo dulciaquícola, de características únicas, que ocupa parcialmente aquela área, correspondendo ao Paúl de Aljezur’.</p> <p>Sobre o artigo 27, aquele que mais polémica levantou durante as discussões públicas, a Liga pede a respectiva reformulação no sentido de instituir, em determinadas zonas, períodos de defeso para certas espécies, tendo sempre em conta a opinião dos pescadores locais.</p> <p>Finalmente, quanto ao artigo 24, que define os parâmetros restritivos de construção nas áreas de ambiente rural, é recomendado que seja permitida a construção de primeira habitação a residente, independentemente de serem ou não agricultores, e propõem-se que seja reduzida a área da unidade mínima de terreno e a área máxima de superfície de construção, estabelecida em 600 metros quadrados no regulamento.</p> <p>Para a Liga, estes parâmetros não devem ser mais restritivos do que os planos municipais e regionais já aprovados.</p> <p>No que diz respeito ao plano de Gestão, a Liga (...) considera que o apoio ao desenvolvimento local e às actividades tradicionais e a dinamização da base económica devem ser as prioridades. (...)”.</p>
26/2/94 Pág. 48	Local País	Alberto Cardoso Franco	<i>Barrancos Castelo de Noudar com recuperação difícil</i>	<p>“A recuperação da fortaleza medieval de Noudar (...) com vista ao seu aproveitamento cultural e turístico, está a ser dificultada pelo facto daquele monumento ser propriedade privada. (...).</p> <p>(...) o imóvel foi vendido em hasta pública, no final do século passado. Actualmente, pertence a um elevado número de herdeiros, que nunca se preocuparam com a sua conservação.</p> <p>Classificado como monumento nacional em 1910, o castelo integra-se na antiga vila de Noudar, entre as ribeiras de Ardila e Múrtega, num cenário de grande beleza natural.</p> <p>Em meados do século XIX, na sequência de uma epidemia de cólera, a vila foi abandonada. Hoje, uma capela, dedicada a Nossa Senhora de Entre Ambas-as-Águas, é o único edifício que não se mantém de pé.</p> <p>A câmara tem apoiado a realização de escavações arqueológicas no local, e efectuado diversos trabalhos de recuperação (...). No entanto, considera o presidente da câmara, António Tereno, ‘a questão da propriedade do castelo desaconselha maiores investimentos da nossa parte’.</p> <p>(...).</p> <p>O caso é ainda mais preocupante porque, de acordo com o autarca, ‘a Herdade da Coitadinha corre o risco de ser vendida a particulares que a poderão transformar num</p>

				couto de caça". Este negócio poderia inviabilizar os projectos camarários que constam do plano de salvaguarda do castelo, datados de 1989. Neste documento prevê-se a recuperação do núcleo habitacional intra-muralhas, electrificação, obras de restauro da capela, melhoria de acessos à ribeira de Ardila, o estudo da fauna e da flora envolventes e a instalação de um parque de merendas e de uma pequena unidade hoteleira."
9/3/94 Pág. 40	Local Opinião	João Reis Gomes Arqtº paisagista	<i>O abandono da terra, a desumanização do campo e a degradação da cidade</i>	<p>" O nosso país apresenta (...) um nítido défice de solos agrícolas de qualidade. Por isso foi entendido fazer-se a primeira lei da Reserva Agrícola Nacional (RAN) que considerava a 'capacidade de uso agrícola' A, B e C como de interesse nacional, pelo que não deveriam ser alienados para outras actividades.</p> <p>(...)</p> <p>Posterior revisão atribui à RAN, em princípio, somente os solos A e B para a actividade agrícola, deixando a vinculação ou não de qualquer parte ou totalidade de solos C ao critério da Divisão de Solos do Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, consoante a abundância ou carência de solos de boa qualidade.</p> <p>(...)</p> <p>No concreto, o que os rurais sentem é total desorientação e falta de garantia na agricultura e agro-pecuária, o que leva ao abastardamento dos princípios éticos e sociais das populações.</p> <p>(...) E no entanto é sabido que 'o mundo rural' terá de ser apoiado, em qualquer país que se preze, pela simples razão que sem ele não há país.</p> <p>(...)</p> <p>Cresce o abandono do solo agrícola, ao ponto de haver responsáveis do sector florestal a solicitar a arborização industrial de solos RAN e a consegui-lo, como se não sobrasse espaço para o plantio industrial. Isso não é compreensível dado que a soma dos solos abrangida pela RAN é só cerca de 20 por cento da globalidade do país.</p> <p>Como causa última, tudo isto se deve aos 'senhores' da cidade, onde a desertificação do campo é jogada ao sabor dos interesses da indústria e das grandes superfícies comerciais que querem relançar a economia importando repolho ou peixe de onde quer que seja, como se o bom solo deste país não valesse nada e já não tivéssemos mar.</p> <p>Inexoravelmente, na periferia das metrópoles, as barracas vão crescendo para abrigarem os rurais que são expulsos dos campos.</p> <p>(...) não é possível por cobro ao proliferar das barracas sem estancar o êxodo rural.</p> <p>Mas como o fazer, se 'floresta e caça' é a actual vocação do território decretada pelos 'grandes mestres' da economia, que assim vão desfazendo campos e cidades?"</p>
14/3/94 Pág. 16	Espaço público	M. Gomes Guerreiro	<i>O ambiente e a presidência aberta de Mário Soares</i>	<p>"(...).</p> <p>Na realidade, os agricultores dos países do Sul, utilizando factores de produção excepcionalmente onerosos, incluindo o próprio capital dos bancos portugueses, recebem ajudas financeiras para não produzir. Desta forma se pretende que defendam, passivamente, tal como foi aprovado, 'o ambiente e a paisagem', por certo reservas de caça para desfastio de quem vive no litoral. Daqui resultam, entre outras, as seguintes consequências:</p> <p>Aumento das importações (...).</p>

				<p>Rarefação humana no interior do país (que até permite o aumento da área ardida da floresta) e incitamento à exportação de mão-de-obra humilde (...).</p> <p>Não utilização dos factores de produção endógenos (...) e que, bem utilizados podem fornecer produtos de alta qualidade (...).</p> <p>(...).Perante esta situação, talvez o senhor Presidente se lembre de perguntar aos gestores rurais que for encontrando se preferem viver do trabalho, com a intervenção adequada nos sistemas agrários, feita em condições de competir com os produtos do Norte, ou viver de esmolas”.</p>
14/3/94 Pág. 38	Local	José Bento Amaro	<i>Aves de presa feridas libertadas na Serra da Laranjeira Voo para a preservação</i>	<p>“A libertação de aves de rapina na Serra da Laranjeira, próximo de Arraiolos, constituiu uma agradável surpresa para a Liga de Protecção da Natureza, que não esperava vir a encontrar tanta gente interessada na preservação das espécies. Foi mais um passo para que aquela área, de fauna e flora ricas, possa vir a ser classificada como paisagem protegida. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Dos sete exemplares devolvidos ao seu habitat natural, quase todos foram vítimas de tiros e os restantes envenenados com pesticidas e adubos utilizados nas lides agrícolas.</p> <p>(...)</p> <p>Além das aves de rapina, existe na área da Ribeira de Divor um outro animal – a lontra – que concentra as atenções dos ambientalistas.”</p>
17/3/94 Pág. 54	Local	Ana Fernandes	<i>Ministra do Ambiente visita Vale do Guadiana Pulo do Lobo em área protegida</i>	<p>“A extraordinária ‘beleza natural e o valor patrimonial do Pulo do Lobo’ convenceram, em definitivo, os responsáveis do ambiente a ali criar uma área protegida e entregar a sua gestão à população local. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Esta será a primeira zona classificada, em Portugal, cuja gestão cabe aos municípios e associações locais.</p> <p>A ideia já vem de 1985, altura em que a ADPM e a câmara deram início aos estudos de avaliação do património do concelho. Todo o processo ficou em compasso de espera até à publicação do decreto lei 19/93 de 23 de janeiro que estabelece as normas relativas à rede nacional de áreas de paisagem protegida. (...).</p> <p>(...)</p> <p>A área terá quase 23 mil hectares (...) e abrangerá, sobretudo os concelhos de Mértola e Serpa. O seu concelho directivo será composto por um representante de cada uma das câmaras municipais, da ADPM, da Associação Rota do Guadiana e do Ministério do Ambiente.</p> <p>Com um vastíssimo e importante património cultural e etnológico, a zona tem, também, um elevado interesse do ponto de vista da fauna e da flora. Ali fez ninho a cegonha preta, espécie rara no sul do país, as abetardas e o abutre do Egipto, entre outras aves. Também as lontras e os morcegos ainda permanecem, bem acompanhadas pela lampreia, cuja frequência decresce cada ano que passa devido à crescente poluição do Guadiana.</p> <p>Além do interesse ambiental e cultural do local, que importa proteger, a criação da área protegida vem dotar a região com instrumentos financeiros (...). Marques Ferreira do INC. prevê um investimento na ordem dos 100 mil</p>

				<p>contos.</p> <p>Este montante irá para a instalação da área, isto é, para obras essenciais ao funcionamento de uma região classificada. Por outro lado, e por ser precisamente uma zona classificada, o concelho terá prioridade na captação de apoios, para, por exemplo, a implantação de medidas agro-ambientais e de despoluição, turismo rural e cultural, entre outros.</p> <p>'O exemplo do Vale do Guadiana - cuja classificação é proposta pelas câmaras - vem provar que o desenvolvimento não é incompatível com as áreas de paisagem protegida', afirmou Teresa Gouveia, numa clara indirecta às autarquias do sudoeste alentejano que tanto se revoltaram contra o plano de ordenamento do parque apesar de terem participado em todo o processo de elaboração do documento.</p> <p>(...)</p> <p>Quanto ao Alqueva, a esperança da Associação (ADPM) é que a barragem sirva para abastecer as populações e potenciar alguma agricultura. 'Não concordamos com o aproveitamento eléctrico. Quanto ao resto não podemos estar mais de acordo porque na realidade há muitos anos que não temos Guadiana porque ele está demasiado poluído. (...).</p> <p>Com a criação da área de paisagem protegida crescem as hipóteses segundo Jorge Revez (ADPM) de Mértola voltar a ter um rio. (...)'.</p>
20/3/94 Pág. 28	Consumo	Manuel Carvalho	<i>Produtos alimentares tradicionalis sob protecção Paladares certificados</i>	<p>"(...) os produtos do património gastronómico tradicional vão ser defendidos pela certificação. Defendem-se paladares genuínos e reinventam-se alternativas para a crise da agricultura.</p> <p>São as carnes de Miranda, os queijos de Serpa ou as amêndoas do Douro, produtos que resistiram durante décadas à massificação da produção e do consumo, por via do atraso económico português.</p> <p>Geralmente, produtos a saber ao antigo, de paladares intensos, genuínos, e por isso cada vez mais valorizados por uma vaga crescente de consumidores fartos da universalização dos gostos e dos aromas.</p> <p>(...)</p> <p>O processo de certificação de produtos regionais, resultantes dos meios de produção biológicos ou de processos específicos fundamentados na tradição, está no princípio.</p> <p>(...)</p> <p>De uma penada, o Ministério da Agricultura apurou 63 artigos que preenchem os requisitos exigidos pela regulamentação comunitária e vão de encontro aos interesses dos consumidores.</p> <p>Para além da instituição destas tradições alimentares com profundas ligações à história das comunidades em que se encontram, a listagem publicada pelo IMAIA relativamente aos produtos que se podem candidatar à certificação revela ainda a preocupação em assegurar a defesa estratégica de um legado que pode significar a viabilidade das economias locais dependentes da agricultura. Fixados os usos e as tradições de fabrico, as respectivas denominações de origem ou proveniência geográfica, cada um destes produtos apenas poderá chegar ao mercado devidamente identificado com um logotipo e será ainda munido de um</p>

				<p>selo de certificação (...). (...) Hoje são cerca de cem os agricultores e empresas que trabalham com sem qualquer recurso a pesticidas ou fertilizantes químicos e os resultados parecem animadores: 'Se é verdade que esse processo produtivo exige investimentos e a extensificação da produção, o que reduz a produtividade, podemos reconhecer que os produtos certificados chegam aos mercados com preços 20 por cento acima das produções tradicionais', esclarece José Amorim, da Agrobio.</p> <p>(A certificação) 'é talvez a única maneira de preservar-mos e rentabilizarmos este nosso património de enorme interesse' refere Carpinteiro Albino, presidente da Carnalentejana, um agrupamento de 45 produtores de raça pura alentejana, produto certificado que 'está a despertar um enorme interesse junto dos consumidores'.</p> <p>Há porém muito a fazer para que o negócio de produtos genuínos da ruralidade portuguesa possa encontrar em definitivo o seu espaço de afirmação.</p> <p>(...) a questão fulcral para o sucesso das produções regionais certificadas 'é a mentalização dos consumidores para o seu valor', como sustenta Castro e Brito (...)</p> <p>Pese embora os entraves que o tempo e os hábitos alimentares colocam ao sucesso dos produtos tradicionais, que tenderão a ser mais caros do que a produção em série, quer o Governo quer os produtores vêem neste segmento da agricultura e artefania portuguesa um enorme potencial económico. Uma tese que agora se reafirma principalmente pelo facto de a o modelo tradicional da agricultura de montanha e das zonas mais desfavorecidas caminhar a passos largos para o estrangulamento. Os presuntos, os frutos produzidos sem produtos químicos, a pecuária extensiva – sem recurso a alimentação de concentrados – ou o mel podem assim resultar em alternativa económicas nas zonas de produção agrícola ameaçadas pela concorrência comunitária.</p> <p>A lista dos produtos (...) que vão poder candidatar-se à certificação parece, à primeira vista, um mero repositório de lembranças e recordações do passado (...)"</p>
21/3/94 Pág. 20721	Sociedade Dia Mundial da Floresta	Ana Fernandes	<p><i>Comemora-se hoje o dia mundial de todas as árvores</i></p> <p><i>A floresta inexistente</i></p>	<p>"De princípio eram os carvalhos. De mansinho, outros chegaram para vencer – o pinheiro no século XIII e o eucalipto há 50 anos. Enquanto uns cresciam de importância, outros caíam por terra, em prol de outras culturas e necessidades. Agora emerge uma nova noção de floresta: a dos postes.</p> <p>(...) se quiser ser rigoroso, deveriam antes celebrar-se os matos, bosques, matas e quejandos, pois floresta é coisa que não existe. Quem o diz é Fernando Catarino, director do jardim botânico da Universidade de Lisboa.</p> <p>(...)</p> <p>Em sua opinião, o que mais se aproxima da palavra (floresta) é o montado 'que, apesar de inventado pelo homem, tem uma estrutura de uso múltiplo, com regeneração espontânea e uma estrutura etária diversificada'.</p> <p>'Não sou contra o eucalipto, mas sim contra o mau uso que é feito do território para a sua exploração', afirma Fernando Catarino. (...). O ideal (...) seria plantá-las densamente em manchas descontínuas, como um mosaico, intercaladas</p>

				<p>com outras espécies. para que a fauna possa esconder-se. (...)</p> <p>Tudo aponta para que a área ocupada por árvores continue a crescer, expandindo-se para terrenos agrícolas que, em presença do mercado comum, já não são rentáveis. (...)"</p>
21/3/94 Pág. 40	Local		<p><i>Ovibeja Agricultura alentejana pede solidariedade</i></p>	<p>"A crise marcou os discursos de abertura da (...) Feira do Alentejo. O presidente da Acos, Castro e Brito, repetiu as inquietações dos agricultores, num discurso pessimista. (...) 'A situação é dramática', insistiu, afirmando que as ajudas foram distribuídas de acordo com critérios políticos. Castro e Brito reclamou também mais solidariedade do país e da comunidade coma região. 'O Alentejo não pode estar sozinho porque continua a ser uma região dependente da agricultura', disse.</p> <p>O secretário de Estado dos Mercados Agrícolas, Luís Capoulas, reconheceu como natural o facto das transformações na política agrícola terem induzido inquietação e mesmo alguma angústia. (...)"</p>
26/3/94 Pág. 26	Economia	Manuel Carvalho	<p><i>Medidas florestais ficam aquém do previsto na reforma da Política Agrícola Comum</i></p> <p><i>As promessas esquecidas da PAC</i></p>	<p>"Há dois anos, as 'medidas de acompanhamento' (...) serviam ao Governo para acalmar o ânimo dos agricultores. Arlindo Cunha apresenta as 'medidas florestais na agricultura'. Das promessas à realidade a distância é enorme.</p> <p>A portaria que vai regulamentar a aplicação em Portugal das 'medidas florestais na agricultura' está longe de evidenciar os traços positivos que o Governo lhes atribuiu nos primórdios da sua elaboração. Em Maio do ano passado, o Ministro da Agricultura anunciava um pacote de intenções que previa a florestação de 155 mil hectares de terras agrícolas marginais, obrigando a um montante de despesas públicas fixadas em 43,8 milhões de contos.</p> <p>Nada que pudesse alterar por completo as debilidades estruturais de uma agricultura que ocupa milhares de hectares de terras sem aptidão, mas o anúncio suscitou aos parceiros sociais um insuspeito clamor de aprovação. Mas agora que Bruxelas deu luz verde ao projecto, a realidade é dispar: as áreas que vão ser florestadas ficam-se pelos 90 mil ou 100 mil hectares e os fundos públicos canalizados não vão ultrapassar os 26 milhões de contos, 75 por cento dos quais provenientes da comunidade.</p> <p>Para os observadores da agricultura (...) fica comprometido o balanço que há dois anos se fez sobre as virtudes e os defeitos da reforma da PAC (...).</p> <p>(...)</p> <p>Na altura, a maioria dos especialistas considerava que, dada a aptidão florestal do país e a sua tradição agrícola virada para os modelos extensivos, as medidas de acompanhamento poderiam, de facto, compensar as perdas que se adivinhavam na cerealicultura e na pecuária.</p> <p>(...)</p> <p>O Ministério da Agricultura explica a divergência de números entre as suas primeiras intenções e os que constam da portaria com os cortes financeiros impostos por Bruxelas.</p> <p>(...)</p> <p>Além de reduzir o tecto máximo imposto a cada país, o comité introduziu novidades nos textos legais de enquadramento (...). A comissão quer que os terrenos elegíveis para florestação tenham sido agricultados pelo menos até 31 de Julho do ano anterior –o que vai aumentar as condições burocráticas do processo e pode aumentar o</p>

			<p><i>Nota: o título da Caixa 'prémios para todos os gostos' parece contradizer o título principal, apresentando as medidas de acompanhamento como uma espécie de maná.</i></p>	<p>as exigências burocráticas do processo e pode aumentar o risco de fraude – e, mais redutor, impõe que as ajudas ao rendimento sejam atribuídas apenas aos agricultores que obtenham mais de 25 por cento dos seus rendimentos da terra. (...).</p> <p>Prémios para todos os gostos</p> <p>Um agricultor que abandone os modelos de exploração tradicional e reconverta as suas terras com espécies florestais de crescimento lento pode vir a receber um prémio máximo anual por perda de rendimento estimado em 4900 contos, de acordo com a portaria que regula a aplicação das 'medidas florestais na agricultura', inscritas no âmbito da reforma da PAC.</p> <p>Verbas que fazem qualquer agricultor roer-se de inveja, principalmente se considerar que os investimentos podem ser globalmente financiados com dinheiros públicos e que a manutenção dos povoamentos durante a fase crítica dos primeiros cinco anos é igualmente susceptível de ser apoiada. Ainda que não apresente um carácter tão amplo como o que se previa inicialmente, o programa enquadrado pelo regulamento 2080/92 acaba por se revelar de inestimável interesse para os agricultores que ocupam terras com fraca aptidão produtiva. (...)"</p>
22/3/94 pág. 41	Local	Carlos Dias	<p><i>Beja Caritas impotente para acudir à pobreza</i></p>	<p>"(...). Segundo Mourato Monge (Presidente da Caritas Diocesana de Beja), as situações de pobreza estão generalizadas na cidade de Beja, sendo cada vez menores as condições para combater o flagelo. (...)"</p>
29/3/94 Pág. 46	Local		<p><i>Alentejo continua com falta de água</i></p>	<p>"(...).</p> <p>De acordo com as contas da autarquia, o Roxo tem actualmente 13,8 milhões de metros cúbicos de água, o que corresponde a 15,5 por cento da sua capacidade. (...).</p> <p>Perante esta situação, (...) 'a Câmara Municipal de Beja é unânime em defender que não se deverá permitir a abertura para rega', devendo os agricultores ser indemnizados pelo Governo por esse facto, tal como aconteceu no último anos. (...)"</p>
5/4/94 Pág. 5	Destaque	Ana Fernandes	<p><i>Costa alentejana esteve a três passos do Algarve</i></p> <p><i>A costa que quase caiu no abismo</i></p>	<p>"É o último reduto português, a única costa selvagem da Europa. Chamaram-lhe a derradeira galinha dos ovos de ouro nacional e por isso, há quatro anos, mil e um projectos preparavam-se para a degolar. A costa alentejana esteve mesmo à beira do abismo onde o Algarve já caiu. Hoje criaram-se instrumentos para a preservar. Resta avaliar a eficácia das leis contra os vorazes apetites dos imobiliários. No ano de 1990 as perspectivas eram completamente negras. Sobre a última costa selvagem da Europa pendiam dezenas de projectos urbanos, agravados por um alucinante plano da Direcção Geral de Portos que pretendia artificializar toda a zona costeira.</p> <p>Hoje a preservação do litoral alentejano e costa vicentina está consagrada em dois diplomas ministeriais: um do Planeamento e outro do Ambiente. Mas a guerra tem tido poucas tréguas, pois ainda há pelo menos dois meses vivia-se um clima de forte contestação por parte das populações em relação à existência do parque natural.</p> <p>Porém, esta recente polémica, fruto da falta de informação das populações, do pouco diálogo que sempre existiu entre a direcção da área e os habitantes e manobras políticas dos autarcas, não é nada comparada com o cenário tétrico que já pairou sobre a região.</p> <p>(...)"</p>

				<p>Os projectos para parques de campismo, urbanizações e complexos turísticos sucediam-se até aos limites da área. Alguns deles foram para a frente, como é o triste caso de Vale da Telha, da responsabilidade de Sousa Sintra, que neste momento é uma bota para a direcção do parque descalçar. A falta de infra-estruturas fez parar o projecto, mas o que tinham conseguido fazer lá está para ilustrar o que pode haver de pior em termos de ganâncias urbanísticas.</p> <p>Outro dos projectos mais trágicos saiu da Direcção Geral dos Portos. O objectivo era nada mais nada menos que construir 21 esporões ao longo do litoral para, supostamente, aumentar a capacidade de carga das praias.</p> <p>(...)</p> <p>Com uma visão mais restritiva e conservacionistas, a equipa do Ambiente protestou contra a fatídica alínea do Protali (que invalidava planos em desconformidade com o este).</p> <p>(...)</p> <p>Oito meses depois, surge, em consulta pública, o tão esperado plano de ordenamento do parque. Coincidindo com as eleições autárquicas, a discussão do documento foi aproveitada pelas populações para atacar o membro do Governo que ali se deslocou.</p> <p>Foi a altura de relembrar preconceitos antigos e repisar o velho argumento de que 'conservação é incompatível com desenvolvimento'. Por mais que Marques Ferreira, presidente do ICN tentasse explicar que, se não houvesse uma área protegida as populações não veriam um tostão dos oito milhões de contos que o instituto pretendia investir, nada fez calar os irritados populares.</p> <p>(...)</p> <p>Apavorados com as restrições à urbanização e com as tentativas de regularizar a actividade piscatória em certas áreas, as populações recusaram-se a ouvir razões.</p> <p>O plano de gestão da área, o instrumento anexo ao plano de ordenamento, tem como directrizes fundamentais a conservação da natureza, o apoio ao desenvolvimento local e a educação ambiental. O documento, (...) segundo as palavras da ministra do Ambiente, preconiza um desenvolvimento sustentado assente nas actividades locais e num turismo de qualidade. É o travão às quatro rodas de projectos como os Aivados ou Vale da Telha.</p>
<p>6/4/94 Pág. 7</p>	<p>Política (incluído no destaque sobre a Presidência a Aberta)</p>	<p>Ana Fernandes</p>	<p><i>Debate calmo sobre a costa alentejana em Odemira</i></p> <p><i>Quando custa a paisagem protegida?</i></p>	<p>“ As restrições em termos de actividades económicas a que estão obrigadas as populações que vivem nas áreas de paisagem protegida devem ser compensadas por contrapartidas do governo central? Ou serão essas restrições compensadas pelas vantagens de um estatuto que lhes permite viver em regiões que não são um insulto para o olhar?</p> <p>Ninguém assobiou, poucos resmungaram e a maioria até aplaudiu. Contrariamente às previsões que se faziam, o debate sobre a Área de Paisagem Protegida, promovido na vila alentejana que há quatro meses atrás se incendiou sobre o mesmíssimo assunto, não podia ter sido mais ameno. Não que o presidente da Câmara de Odemira não tentasse lançar achas para a fogueira, mas o rastilho não pegou e todos se concertaram para não nublar o magnífico dia que brindou a segunda jornada da Presidência Aberta</p>

			<p>sobre o Ambiente.</p> <p>(...) Mário Soares deu início à sessão elogiando a 'coragem' com que autarcas e população defenderam até hoje a costa alentejana.</p> <p>Depois de sublinhar que foram os autarcas e população que sempre protegeram o litoral ao recusar 'milhões e milhões de contos de investimentos', Cláudio Percheiro, presidente da Câmara de Odemira, lastimou o desemprego, as empresas em falência, os problemas dos pescadores face aos arrastões, a elevada taxa de suicídio entre os agricultores, a falta de saneamento básico, de electrificação, de hospitais, e o reduzido orçamento municipal e exigiu contrapartidas para as populações que provem que 'vale a pena viver numa área de paisagem protegida'. Com uma originalidade lapidar, Carlos Percheiro não resistiu a empregar a já habitual comparação do litoral alentejano a 'uma reserva de índios com algumas espécies humanas raras'.</p> <p>A associação clara e explícita, feita pelo autarca, entre a existência da área protegida e os dramas da população do litoral foi o mote que poderia ter incendiado todo o debate. Mas, Marques Ferreira, presidente do ICN decidiu assumir o papel de bombeiro e apagou as intenções com uma listagem de números que pretendia provar que, ao contrário de outras regiões destes mesmos concelhos, mas não abrangidos pela área de paisagem protegida, o litoral alentejano é a zona que perdeu menos população e onde registou mesmo um aumento no número de empresas, sobretudo ligadas ao comércio e à construção civil. (...).</p> <p>Citando uma sondagem feita à população, Marques Ferreira disse que 65 por cento dos habitantes da região afirmaram que a criação da área não prejudicou a sua actividade, enquanto um terço chega mesmo a afirmar que é possível tornar partido do facto de este litoral estar protegido. Para contrariar as afirmações de Percheiro sobre o descontentamento e as críticas da população (...), o presidente dos parques contrapôs que 50 por cento da população não tinha qualquer opinião sobre o futuro parque natural enquanto 25 por cento a considerava negativa.</p> <p>Destes dados, Marques Ferreira concluiu que 'não está provado que a criação da área de Paisagem protegida tenha constituído um obstáculo ao desenvolvimento da região' e salienta 'o grande alheamento da população em relação à área'.</p> <p>O argumento de que os turistas que escolhem este litoral o fazem por este ainda ter qualidade ambiental e riqueza natural e não os equipamentos turísticos habituais noutras regiões foi referido por Marques Ferreira.</p> <p>(...)</p> <p>Assumir culpas foi uma atitude comum a outros intervenientes no debate. Joanez de Melo do Geota (...) pretende agora, ao juntar-se com outras associações (LPN e Quercus) lançar uma campanha iniciada ontem para colmatar a falta de informação (...).</p> <p>Lembrando que a ecologia já é velha (...), o biólogo José Guerreiro comparou a população e a área a uma mãe e um filho, respectivamente. 'As mães também questionam se os filhos podem retribuir quando elas forem velhas, mas elas também têm de compreender os filhos', disse, numa alegoria à falta de informação que as populações têm sobre</p>
--	--	--	--

				<p>a área. Mário Soares encerrou este debate, que de polémico nada teve, com a taxativa conclusão de que devem ser dadas contrapartidas a 'esta gente que defendeu a costa com coragem' (...)"</p>
6/4/94 Pág. 7	(incluído no destaque sobre a Presidência Aberta)	José Manuel Fernandes	<i>Retorno ao tema do fundamentalismo</i>	<p>"De manhã, o tom foi dado por Cláudio Percheiro, presidente da Câmara de Odemira, a propósito do plano de ordenamento da costa sudoeste: disse ele: 'Mais parece que se pretende transformar esta vasta área numa reserva de índios em que os media e os fundamentalistas passam a dispor de um espaço e visitá-lo para verem as espécies humanas que conseguiram continuar aqui a viver como espécies raras'.</p> <p>De tarde, o seu colega de Aljezur, Manuel Marreiros, também da CDU, insistia: 'Tenho ouvido muitos fundamentalismos, mas hoje já começo a ouvir falar primeiro dos homens do que das raras lontras'.</p> <p>Parecia que não tinham ouvido as palavras, ditas na véspera, pelo presidente de que estavam a ser anfitriões. (...) Mário Soares (...) (lembrou) que o fundamentalismo é um conceito que surge geralmente associado ao fanatismo religioso, nada tendo por isso a ver com posições tomadas pelos ambientalistas, que derivam de estudos científicos e preocupações culturais profundas. E acrescentou mesmo: 'Talvez essas lontras de que se fala seja precisamente a forma de ajudar a progredir as populações desta área'.</p> <p>A questão, claramente bem colocada pelo presidente da República, implica no entanto uma forma de proceder que nem sempre é fácil. A nossa cultura moderna habituou-nos ao progresso material, fez-nos crer que as gerações seguintes seriam sempre mais ricas do que as precedentes, que o crescimento não tinha limites devido aos milagres das novas tecnologias.</p> <p>Desabituuou-nos por isso de olhar para a perenidade de certos recursos naturais, das espécies raras às próprias fontes de energia fóssil.</p> <p>Recentemente, problemas globais como o do buraco do ozono ou o efeito de estufa fizeram-nos perceber que a questão já não era apenas de conter o crescimento, mas de inverter certas tendências de crescimento.</p> <p>A uma escala naturalmente diferente é também isso que se passa neste pedaço do litoral. A aspiração, natural, das populações, é a um progresso económico que associam ao desenvolvimento do turismo. A dos veraneantes é de voltarem no ano seguinte trazendo mais amigos. A dos pescadores à linha é de pescarem mais, e com mais amigos. E por aí adiante. Acontece, porém, que a fragilidade da região não comporta a concretização de tais expectativas. A sua riqueza, ambiental e paisagística, que hoje já é desfrutada por alguns milhares, nunca poderá ser desfrutada por milhões. É um bem escasso, apesar de estar ali mesmo à mão de semear.</p> <p>Ordenar este território implica, pois, não só não deixar crescer desmesuradamente, como nalguns casos limitar e restringir actividades já existentes.</p> <p>Mas há duas atitudes que as autarquias podem tomar. Uma é ataçarem as populações contra os 'fundamentalistas ecológicos', atitude simpática e populista, que rende votos e ainda tem a vantagem adicional de os ataçarem contra o</p>

				<p>Governo.</p> <p>A outra atitude é a de procurarem colaborar para discutir os documentos de ordenamento, associando nessa discussão a população. É uma atitude mais difícil e politicamente mais arriscada. Mas é por não terem coragem de a assumir que falam de fundamentalismo e atacam os media. A mensagem que querem fazer passar é de que eles também são 'verdes', só que não são fundamentalistas.</p> <p>Mas essa é uma mensagem falsa (...). A mensagem que eles não conseguem fazer passar é a de que estão realmente empenhados em, como dizia Mário Soares, 'assumir hoje sacrifícios, abdicar de riquezas imediatas, para poder aspirar a riquezas futuras'.</p> <p>Há dez anos, quando pela primeira vez percorri esta costa, os meus guias puderam indicar-me a localização de dois ninhos das raríssimas águias pescueiras, ambos ocupados (anos antes ainda existiria uma dúzia). Soube ontem que só um deles continua a ser utilizado, e que tal se ficou a dever a factores tão singelos como o aumento de pescadores à linha e dos carros a passar nos trilhos junto às arribas. Nem sequer foram necessários novos empreendimentos.</p> <p>Ontem, mais uma vez, aproveitei um pequeno intervalo no programa para voltar ao Cabo Sardão (...) a aí revelar a quem me acompanhava essa raridade que são os ninhos de cegonha sobre as escarpas, quase ao rés das ondas. Ficaram fascinados. Era bom que esse fascínio pudesse continuar a ser transmitido de geração em geração, que as cegonhas não desapareçam como antes desapareceram as águias pescueiras. Será pedir demais?.</p> <p>Ontem, mais uma vez, aproveitei um pequeno intervalo no programa para voltar ao Cabo Sardão ('a jóia do nosso concelho', como me repetiu Justino Santos, o antigo presidente da câmara de Odemira) e aí revelar a quem me acompanhava essa raridade que são os ninhos de cegonha sobre escarpas, quase ao rés das ondas. Ficaram fascinados. Era bom que esse fascínio pudesse continuar a ser transmitido de geração em geração, que as cegonhas não desapareçam como antes desapareceram as águias pescueiras. Será pedir demais?."</p>
<p>8/4/94 Pág. 4</p>	<p>Política (incluído no destaque da Presidência Aberta)</p>	<p>Angela Silva</p>	<p><i>Soares ressuscita debate sobre Alqueva e diz-se 'muitíssimo preocupado' com a agricultura</i></p> <p><i>'A crise agrícola é medonha'</i></p>	<p>"Menos afirmativo que noutros tempos em defesa de Alqueva, Mário Soares reabriu (...) a discussão sobre o futuro projecto e, durante três horas de debate que chegaram a raiar o comício, provou-se que a questão está longe de ser pacífica. Consensual é a crise na agricultura. Soares classificou-a de medonha. E reconheceu as perversidades da PAC .</p> <p>(...)</p> <p>Apresentado pelo Presidente como opositor frontal ao projecto, Ribeiro Teles, (...) Alertando para o risco de se estar a criar condições para a instauração de um 'latifúndio tecnocrático' (...).</p> <p>(...)</p> <p>As dúvidas com que Mário Soares encerrou o debate prendem-se com as preocupações que manifestara horas antes sobre a capacidade de sobrevivência da agricultura portuguesa. O presidente da Câmara aproveitou a presença da comitiva presidencial para chamar a atenção para a crise - 'se isto não para daqui a 30 anos não temos ninguém' e clamou por uma 'nova abordagem do desenvolvimento do interior do país' que na sua opinião passa por uma reanálise</p>

				<p>dos efeitos da PAC.</p> <p>Soares pareceu gostar de ouvir: 'O senhor pôs o dedo na ferida'. (...) foi a deixa para o reconhecimento de que a PAC tem levantado grandes problemas para a nossa população em geral'. E sobre o estado na nossa agricultura, o presidente considerou-a a atravessar 'uma crise medonha'. (...)".</p>
9/4/94 Pág. 50/51	Local	João Dias Miguel	<p><i>Eucaliptos da Portucel avançam apesar de impacto negativo contra agricultura e ambiente</i></p> <p><i>Aldeia de Milfontes à beira da seca</i></p>	<p>" Os técnicos confirmam os receios das populações de Foros de Pereira nas Brunheiras: a plantação de 100 hectares de eucaliptos pela Portucel em terrenos de Vila Nova de Milfontes pode deixar sem água terras onde vivem alguns milhares de pessoas. Está toda a gente contra – dois ministérios incluídos – mas a Portucel vai avançar, pois, dizem, o projecto está legal.</p> <p>(...)</p> <p>A plantação ameaça várias espécies protegidas e vai contra o estudo de impacto ambiental que considera o projecto denominado Alpendurada III prejudicial para a paisagem, solos, fauna, flora e recursos hídricos.</p> <p>Brunheiras e Foros de Pereira (...) correm o risco real e tecnicamente falando de vir a ficar sem uma gota de água. A causa para esta sede à a plantação de 103 hectares de eucaliptos na Herdade da Alpendurada, propriedade da Portucel, sobranceira às aldeias.</p> <p>Parte daquela herdade – onde foi rodado o filme a Casa dos Espíritos – situa-se em terrenos que irão ser classificados como Reserva Agrícola Nacional (RAN). Os terrenos estão assim referenciados no PDM, já aprovado, mas que ainda não está em vigor. Os solos em causa são adjacentes a uma zona classificada ao abrigo do programa comunitário Corine, o biótopo da Serra do Cercal, e situam-se ainda perigosamente perto (...) dos limites da área protegida do sudoeste alentejano.</p> <p>(...)"</p>
10/4/94 Pág. 14	Política	Manuel Carvalho	<p><i>Rumos do Portugal europeu marginalizam país rural</i></p> <p><i>O interior vai morrer?</i></p>	<p>"(...) o interior rural está a encher-se de centenas de aldeias-fantasma, habitadas por velhos e apenas animadas no Verão pelo fugaz regresso dos emigrantes internos e externos.</p> <p>O Portugal de sucesso das auto-estradas, do satélite, dos fundos estruturais da CE, passou em excesso de velocidade pelo país rural. Não parou nas aldeias do interior e aumentou o vazio físico e humano de um espaço que abarca três quartos do território continental.</p> <p>'Dentro de uma ou duas décadas, iremos olhar para dezenas ou centenas de aldeias-fantasma, habitadas, na melhor das hipóteses, em Agosto ou Setembro, por ocupantes nostálgicos e desejosos de encontrar uma saída para um património que se degradou e onde eles investiram muito dinheiro e alguns sonhos', admitia recentemente o ministro do Planeamento Valente de Oliveira.</p> <p>Há pelo menos 30 anos que o mundo rural português não esconde uma das crises mais profundas da sua história milenar. Nos confins das serras apertadas, longe das cidades que crescem nos hábitos duma civilização, permanecem apenas os que resistiram aos apelos litorais da industrialização dos anos 50 ou à vaga da emigração dos anos 60. Antecipando a profecia do ministro, existem hoje centenas de aldeias no 'hinterland' habitadas por um punhado de idosos que passam todo o ano à espera do Natal</p>

				<p>para irem a Lisboa ou ao Porto visitar os filhos, do Verão quando chegam os emigrantes às suas casas de azulejos, ou, cada vez mais raramente, pelo momento anual da romaria, para verem até quanto a praça do pelourinho se enche.</p> <p>Nos dias que correm, faz sentido perguntar se a ruralidade que em tempos encenou o conceito de país real ainda existe. Como observava no Público o sociólogo Augusto Santos Silva, essa constelação de hábitos, modelos de convivência e de cultura vive hoje em 'lugares mais ou menos urbanizados', em 'ruas sem respiração' onde não há adros de igreja nem se conhece o padre. No litoral, seja em Ermesinde ou na Reboleira. É lá que se encontra a maior parte dos 250 mil rurais que emigraram entre 1981 e 1991.</p> <p>(...)</p> <p>Não é verdade que a terra usada para os cereais de Inverno ou na cultura da batata alguma vez tivesse sido pródiga. Dava apenas para subsistir, por vezes em condições de deplorável miséria. Só que nos anos recentes da integração europeia o choque foi avassalador. Não há quem resista na competição com as frutas, batatas, carne ou legumes da França ou da Espanha. (...). Junta-se a esta guerra inglória os efeitos que a nova PAC voltada para a extensividade, vai ter em zonas especializadas. Como o Alentejo dos cereais que, nos próximos anos terá de reconverter milhares de hectares de searas cujas proporções médias, aí pelos mil quilos de trigo por hectare, jamais poderão resistir à concorrência de agricultores onde a produtividade é sete e oito vezes superior.</p> <p>O governo vai reagindo ao colapso das zonas rurais com mezinhas que se aplicam a todos os males, com a gasta apologia no turismo e respectivas potencialidades a ocupar lugar de destaque. Fundos comunitários vão até recuperar velhas aldeias do imaginário rural (Piodão, Lanhelas, etc.) como que a garantir pela cosmética o que a realidade das coisas não conseguiu.</p> <p>(...)</p> <p>'Portugal não existe sem o mundo rural', lembra constantemente o ambientalista Gonçalo Ribeiro Teles.</p> <p>(...)</p> <p>Goradas as acções em profundidade, conclui-se agora que também os pequenos investimentos em pequenas aldeias não são rentáveis. Como o não parece ser também a agricultura, cujos fundos para o investimento foram alvo de cortes profundos na elaboração do novo PDR (...).</p> <p>(...)</p> <p>Valente de Oliveira (...) Reconhece que, a breve trecho, as aldeias serão apenas pontos de partida das explorações agrícolas. Mortas, de vez ... e, nessa altura, o Portugal profundo que funcionou como reserva de alimentos e de homens durante séculos, que Salazar venerou como lugar mítico de uma ideologia nacional, três quartos do país, o país rural, será então apenas uma página virada pela aragem de um tempo que lhe fugiu demasiado depressa.</p> <p>(...)</p> <p>A ruptura da base económica e a consequente desertificação de dois terços da área nacional estão a alterar a tradicional concepção territorial do país. O problema da ocupação do espaço, elemento caracterizador da noção de soberania, preocupa crescentemente políticos e ambientalistas.</p>
--	--	--	--	--

				<p>Dando corpo a esta nova realidade, assiste-se a uma crescente aproximação entre as populações raianas (...). A concentração de 85 por cento da população do país no litoral (...) levanta problemas ao crescimento das cidades, a braços com problemas de acolhimento de milhares de migrantes.</p> <p>(...)</p> <p>Com a agricultura tradicional a braços com um processo de crescente desarticulação, as economias rurais caminham crescentemente para a dependência de subsídios da União Europeia e do Estado.</p> <p>Sem o lastro da agricultura, o pequeno comércio conhece uma fase de regressão e a alternativa industrial tarda a chegar.</p> <p>Afastadas da vaga de desenvolvimento recente, envelhecidas e dependentes, as populações rurais começam a esboçar sentimentos de rejeição à Administração Central. Os movimentos regionalistas crescem, em Trás-os-Montes e, principalmente, no Alentejo. A crescente procura de espaços cinegéticos e de estabelecimentos de turismo rural por parte dos habitantes das cidades está a causar atritos entre residentes e turistas eventuais, principalmente no Alentejo, que se recusa a ser o 'Parque Jurássico' do país. Os incêndios das áreas ocupadas por reservas de caça privadas são exemplo dessa rejeição.</p>
11/4/94 Pág. 6	Política (incluído no destaque sobre a Presidência Aberta)	José Manuel Fernandes	<p><i>Um país que já não existe</i></p> <p><i>Nota: artigo no âmbito da presidência aberta sobre o ambiente, no dia em causa ao Parque de Montesinho</i></p>	<p>"(...) Naquele extremo norte de Portugal (...) encontrávamos, sob outra forma, o mesmo desespero que marcara os últimos dias ao percorrer a raia, de Mértola ao rosmarinhal, da Covilhã a Lagoaça, o mesmo desespero pela ausência de esperança.</p> <p>(...) este país por onde ontem passámos fugazmente já não existe, uma vez que o que vemos são vestígios de um outro tempo que dificilmente poderemos prolongar no futuro.</p> <p>Mas isto não quer dizer que este país esteja igualmente condenado à desertificação. A conservação do mundo rural, de certa forma o seu renascimento, são elementos essenciais para a conservação da nossa própria identidade. Só que não é possível olhar para este mundo rural com a mesma lógica economicista com que olhamos, por exemplo, para os férteis campos da lezíria ribatejana. O problema destas regiões, mais do que um problema de natureza agrícola tout-court é igualmente um problema de política social, ambiental e cultural.</p> <p>João Ferreira de Almeida, sociólogo, assim como Nuno Moreira, economista, colocaram mesmo a revitalização destas regiões noutra quadro, um quadro que não encare a agricultura apenas na sua vertente economicista e virada para obter mais produções, mas igualmente como um factor de equilíbrio ecológico e social.</p> <p>Nesta óptica, haveria um papel a desempenhar por estas comunidades rurais enquanto gestoras do espaço e do ambiente, óptica que inclusivamente vem consagrada num dos capítulos da PAC. (...)".</p>
11/4/94 Pág. 7	Política (incluído no Destaque da presidência aberta sobre	Manuel Carvalho	<p><i>Defesa do mundo rural é proteger verdadeira identidade</i></p>	<p>"O debate sobre a 'Crise e Renascimento do Mundo Rural', na Universidade de Trás-os-Montes, no âmbito da presidência aberta dedicada ao ambiente, foi feito a contrarelogio, sem alma e com muito pouco valor acrescentado para uma questão que Mário Soares reconheceu ser 'um dos maiores perigos que Portugal enfrenta'.</p> <p>(...)de um lado, o sociólogo João Ferreira de Almeida, o</p>

	ambiente)			<p>etnólogo e antropólogo Benjamim Pereira e o catedrático em zootecnia Lima Pereira realçaram a importância da vertente cultural das zonas rurais na construção da identidade nacional. 'A defesa da especificidade dos espaços rurais é aquilo que está na base na nossa verdadeira identidade', sublinhou Benjamim Pereira (...).</p> <p>(...)</p> <p>Nuno Moreira (economista) procurou estabelecer uma correlação entre a situação da agricultura nacional e europeia e a crise do mundo rural português. Se é verdade que a escassa aptidão agrícola do país limita desde logo a continuação do 'mundo rural de há 40 anos, pobre e ensimesmado, em que os agricultores sobreviviam à custa de um esforço épico, como referiu Benjamim Pereira, as tendências actuais 'apontam para que as pessoas se ocupem cada vez menos na agricultura', como referiu Nuno Moreira. A diversificação das actividades e o aproveitamento do 'equilíbrio das nossas paisagens rurais' voltou assim a ser lembrado como uma das principais recitas para se ultrapassar a situação actual das zonas do interior.</p> <p>(...) tal como fizera explicitamente Nuno Moreira, quando criticou a exiguidade das verbas destinadas à 'agricultura amiga do ambiente' previstas nas medidas de acompanhamento da PAC, Artur Cristóvão (economista?) acabaria por deixar os primeiros recados ao Governo recorrendo a uma parábola: 'O futuro será negro caso se mantenham as tendências de fundo nas zonas rurais, podendo evoluir para o cinzento com 'operações de cosmética'. (...)'".</p>
21/4/94 Pág. 50	Local		<i>Primavera mortal para cegonhas brancas de Mértola</i>	"As cegonhas brancas em incubação nos dez ninhos existentes em Pomarão estão a morrer, havendo suspeitas de envenenamento, segundo denunciou a Quercus.
22/4/94 Pág. 25	Espaço Público	Miguel Sousa Tavares	<i>O crime colectivo</i> <i>Nota: continua a ser uma reacção à presidência aberta do ambiente</i>	"(...) se os outros governos ainda podem invocar uma certa ignorância vigente à época (sobre as questões ambientais), já os Governos de Cavaco Silva na da fizeram por ignorância, antes por deliberada e fria ponderação. Não foi por ignorância que Álvaro Barreto e Arlindo Cunha liquidaram a agricultura portuguesa para sempre, com isso assassinando a sentença de morte do mundo rural e de qualquer veleidade de ordenamento territorial equilibrado ou de domesticação do cancro das megapólis do litoral, rodeadas de subúrbios desumanizados. (...)
5/594 Pág. 51	Local		<i>Monsaraz quer parque natural</i>	"A criação de um parque natural na zona envolvente da vila de Monsaraz, que agrupe os elementos arqueológicos que venham a ser retirados da área submersa pela Barragem Alqueva, é um dos objectivos do município, a par da classificação da antiga povoação medieval como património rural de interesse mundial pela UNESCO."
18/5/94 Pág. 46	Local	José António Cerejo	<i>Projectos turísticos considerados incompatíveis com planos regionais Comporta e Porto Covo com pena suspensa</i>	"A entrada em vigor dos planos de ordenamento do território começa a dar os seus frutos. (...). Foi o que aconteceu na Comporta e Porto Covo: a invasão do betão foi adiada, mas o perigo não desapareceu. O secretário de Estado da Administração Local e do Território inviabilizou (...) cerca de uma dezena de grandes projectos turísticos para a costa alentejana e algarvia (...). As decisões (...) anulam anteriores aprovações Municipais ou da Direcção Geral do Turismo (...). Entre os empreendimentos considerados incompatíveis com os novos planos avulta uma urbanização de 551 hectares na

				<p>Comporta (...).</p> <p>Nos termos do respectivo Estudo Preliminar de Urbanização, o empreendimento a construir deveria ocupar um total de 551 hectares na frente litoral e contaria com vários milhares de camas em estabelecimentos hoteleiros e em aldeamentos e ainda um campo de golfe.</p>
21/5/94 Pág. 2/3/4	Destaque	Luis Miguel Vieira	<p><i>Norte alentejano, operação falhada</i></p> <p><i>Nota: o mote do artigo é portanto a das oportunidades perdidas, numa região que tanto delas precisa.</i></p>	<p>"Foi a primeira OID financiada pela Comunidade Europeia em Portugal. (...) Cavaco Silva foi a Portalegre anunciar que o Norte alentejano teria à disposição os milhões necessários para se desenvolver. Na época foi um show-off de promessas. Hoje, ainda não volveram seis anos, quase ninguém sabe de tal OID. (...). Perdeu-se uma oportunidade e o ciclo de desertificação e empobrecimento continua.</p> <p>(...)</p> <p>A autarquia de Campo Maior não só é um exemplo entre vários, como constitui um caso paradigmático. Os projectos que concretizou entre 1989 e 1993 foram campos de ténis, piscinas, parques de campismo, auditório, esgotos, redes de água e electrificação.</p> <p>O problema – comum a todas as autarquias – é que essas obras eram necessárias, mas, por si só, não chegam. 'Temos ruas pavimentadas, centros de lazer, piscinas – fez-se em cinco anos o que demoraria dez a fazer sem a OID', admite facilmente José Manuel Basso, presidente da Câmara de Nisa. Mas logo acrescenta que se falhou no principal, a estrutura produtiva, e que por isso 'há concelhos onde as piscinas não funcionam porque as autarquias não têm meios para as manter, novos esgotos e novas estradas a servir localidades que, enquanto decorreu a OID, perderam metade dos seus habitantes. (...)".</p>
21/5/94 Pág. 18	Sociedade	Anabela Natário	<p><i>'Alguém anda a querer meter a política na caça'</i> <i>A guerra das ZCA</i></p>	<p>"Proprietários e caçadores estão de novo descontentes com as Zonas de Caça Associativa que querem ocupar mais de 50 por cento da área concelhia afectada por lei ao regime cinegético especial. O número de pedidos de desanexação de terrenos sobre todos os dias, mas os adeptos do associativismo atribuem-lhe pouco significado". (...)".</p>
22/5/94 Pág. 70	Local	ED	<p><i>'Maio Florido' no Baixo Alentejo</i> <i>Do cante alentejano à riqueza artesanal</i></p>	<p>"A Feira Cuba Leader (...) a promoção turística é um dos objectivos da iniciativa, a para da reabilitação rural. Esta feira (...) constitui uma montra do artesanato, da cultura e dos produtos tradicionais e das potencialidades turísticas das chamadas terras do cante (...).</p> <p>(...)</p> <p>Os promotores defendem a necessidade de preparar as populações para novas actividades económicas e diferentes maneiras de estar e conservar os espaços rurais.</p> <p>(...)"</p>
24/5/94 Pág. 48	Local País	Lusa	<p><i>Barrancos</i> <i>Castelo de Noudar à venda há cinco anos</i></p>	<p>"O Castelo de Noudar, classificado como monumento nacional na primeira década deste século, está à venda, mas o processo já se arrasta há cinco anos.</p> <p>(...)</p> <p>A Câmara de Barrancos afirma-se preocupada com a eventual mudança de donos, na medida em que o processo poderá levar a que os futuros proprietários possam vedar o acesso do monumento nacional aos visitantes locais e forasteiros. Considerado o baluarte da história do concelho, o castelo de Noudar, cuja designação tem origem num substantivo árabe que significa avistas, está localizado junto à fronteira de Espanha.</p>

				<p>(...)</p> <p>A propriedade é composta por montado e dois ou três montes, e valorizada pelas ribeiras do Ardila e Múrtega, que a delimitam. A zona constitui o único lugar de lazer existente na região de Barrancos, sendo por isso muito visitada.”</p>
25/5/94 Pág. 49	Local	João Manuel Rocha	<i>Movimento alentejano prepara embaixada a Lisboa Pela regionalização, contra o abandono</i>	<p>“Só com a regionalização o Alentejo pode aproveitar as suas potencialidades e combater as situações dramáticas em que vive. Este é o desafio que o movimento de opinião lançado nos corpos eleitos dos distritos alentejanos deixou em Évora (...).”</p>
30/5/94 Pág. 42	Local	Carlos Dias	<i>São quase duas centenas e só um é que está protegido Moinhos do Guadiana à beira do fim</i>	<p>“(…) para as azenhas do Guadiana, este período (Campanha do Trigo) foi de grande actividade. Trabalhava-se dia e noite na moagem de toneladas de trigo que ali chegavam ao lombo das mulas ou em carros de varais. Os anos sessenta representaram o canto do cisne dos milenários moinhos de água do Guadiana. Hoje, os melhores exemplares ainda resistem, inactivos, à grande metamorfose que está a alterar a campina alentejana. Ao silêncio das mós, seguiu-se a lenta degradação do seu valioso património.</p> <p>(...)</p> <p>Planos de recuperação não se conhecem. As autarquias não lhes podem chegar, tudo o que está nas linhas de água não lhes pertence, embora desejem pôr alguns a funcionar, para proporcionar às escolas e às comunidades o conhecimento de outras formas de viver e de trabalhar.”</p>
3/6/94 Pág. 19	Espaço Público	Miguel Sousa Tavares	<i>O 'Alentejo profundo'</i>	<p>“O Alentejo profundo que o professor Cavaco Silva descobriu há umas semanas e que tanto parece tê-lo impressionado, é, em minha exagerada opinião, a paisagem mais deslumbrante e mais digna do mundo. Quando falo em dignidade, refiro-me à natureza, à arquitectura e aos homens. Há uma forma digna de usar a beleza, que tanto se aplica às coisas como às pessoas. Outras partes de Portugal são ou eram lindíssimas, mas a utilização da sua beleza foi feita de forma indigna que adulterou a paisagem, perverteu a cultura local e corrompeu moralmente as pessoas.</p> <p>Quando, dentro de alguns anos, quisermos documentar o que culturalmente nos pode distinguir como povo, nada restará como exemplo senão o Alentejo. (...).</p> <p>Um só exemplo basta para marcar a diferença e esclarecer o que entendo por dignidade nesta matéria: enquanto no Alentejo, todos os Verões, as mulheres continuam a cair as casas de banho, indiferentes aos catálogos da Robialac e aos aparelhos de ar condicionado, no Algarve, até a única zona que se imaginaria ao abrigo da selvajaria dominante – o promontório de Sagres – se tornou cenário de um pesadelo arquitectónico (...).</p> <p>Os que diletantemente acham que é progressista defender a arquitectura dos emigrantes, como manifestação cultural, costumam justificar a preservação da agricultura tradicional alentejana pelo facto de ter sido a zona do país menos atingida pela emigração dos anos 60-70. Duvido que seja explicação suficiente e que faça justiça a um povo que não tem comparação com qualquer outra raça de portugueses, em seriedade, em frontalidade e em orgulho próprio. (...).</p> <p>A verdade é que é impossível compreender a beleza e a força do Alentejo sem pensar nas vicissitudes cruéis da história da sua gente. Quando hoje percorremos o tal</p>

				<p>Alentejo profundo. que é sobretudo a margem esquerda do Guadiana, é impossível não nos impressionarmos com a quantidade de moinhos de água, de montes, de casas, de lavouras, abandonadas. É impressionante pensar no esforço, no dinheiro, no trabalho das gerações que ergueram todas aquelas obras e na dureza que foram as suas condições de vida, sem estradas, sem luz, longe das vilas e cidades, numa terra difícil e ingrata de trabalhar, em condições extremas de isolamento e de clima, no Verão ou no Inverno.</p> <p>(...). Portugal nunca poderá pagar todo o mal que fez ao Alentejo. O que lhe fez no salazarismo, o que lhe fez na desvairada utopia em que o mergulhou após o 25 de Abril e o olímpico desprezo que lhe vota a filosofia nova-rica da actual economia, assente em verdades lamentáveis e únicas: a construção turística, os campos de golfe, as coutadas de caça e a plantação de eucaliptos.</p> <p>A reforma agrária de 1975, (...) começou por ser um acto de justiça, antes de sucumbir à demagogia, ao oportunismo ou à tentação de roubo puro e simples. Mas a ninguém é moralmente lícito pôr em causa o direito à revolta da população rural alentejana, porque a ninguém é lícito exigir dos outros que se conformem com a miséria e com a exploração mais aviltante, para que outros possam viver no luxo e na ostentação.</p> <p>(...). Os dinheiros de Bruxelas e a absurda e amoral lógica dos subsídios tudo prostituíram, mesmo os que se arrogavam de valores antigos e tradições nobres.</p> <p>E, sobre a frustração e o desespero de mais uma oportunidade perdida vieram as aves de rapina decretar a inevitabilidade da morte da agricultura e da vida rural alentejana, a benefício das celuloses e das caçadas dos amigos dos ministros.</p> <p>(...). E é assim, que contra toda a lógica económica, social e cultural, estamos a construir um país que qualquer dia cai ao mar, tamanho é o peso crescente no litoral, à medida que o interior se despovoava.</p> <p>Todos os anos fecham dezenas de escolas primárias no interior do país (...). Todos os anos há mais aldeias que vêm partir ou morrer os seus últimos habitantes. Todos os anos se abandonam casas, campos, comércio, lavouras. É um país que aos poucos se vai despedindo de si próprio, reduzindo o seu território, abandonando o património herdado. (...).</p> <p>Apesar dos biliões de Bruxelas, apesar da ordem ter voltado ao Alentejo (...) há zonas de fome no Alentejo, outra vez, senhor primeiro- ministro. Não são calúnias do Presidente, é a verdade dos factos. (...)"</p>
10/6/94 Pág. 13	Destaque Eleições Europeias	L.F	<i>Ajudas europeias não garantem o futuro do sector</i> <i>Os anos amargos da terra</i>	"(...). A última imagem sobre a realidade agrícola nacional é de facto amarga. (...)"
15/6/94 Pág. 47	Local País	RG	<i>Grândola protesta contra aterro de resíduos perigosos</i>	"(...). A Câmara de Grândola mantém a sua posição contrária à instalação do aterro no concelho (...). 'A nossa posição é de rejeição absoluta', disse (...) o presidente da autarquia, Fernando Travassos. Para o autarca, a localização de um aterro de resíduos perigosos situado nas minas desactivadas de Caveira ou do Lousal – hipóteses

				avançadas pelo Ministério do Ambiente – contraria pressupostos do PDM, ainda não concluído, e do próprio Protali, elaborado pelo Governo. Ambos apostam no desenvolvimento turístico do concelho e a Câmara acredita no aproveitamento do património das minas abandonadas em termos da arqueologia industrial.
20/6/94 Pág. 20	Opinião	Pedro Ferro	<i>Porque raio continuam os alentejanos comunistas?</i>	“(…). Ser comunista no Alentejo não é uma elaboração teórica: é uma categoria antropológica – a síntese quase perfeita entre a fome de justiça e uma personalidade culturalmente vincada e distinta de todas as outras do país. Porque não há outro português ‘dono de tantos palmos de sepultura’. (...). É por isso que, com todas as mazelas do comunismo reveladas ao mundo, os alentejanos da geração da memória continuam a ser comunistas. Que raio haveriam eles de ser?.
21/6/94 Pág. 55	Local	JMR	<i>Cinco toneladas de alimentos em Julho Cruz Vermelha leva comida ao Alentejo</i>	“(…). Está previsto o envio de um total de cinco toneladas de produtos que, no início de Julho serão distribuídos a partir do núcleo da instituição em Serpa. Esta ajuda de emergência pretende minorar os efeitos de uma crise que se tem manifestado principalmente nos concelhos da (Margem Esquerda) e que já motivaram protestos como uma recente proclamação de desempregados rurais a favor da integração ‘simbólica’ da região em Espanha. Notícias recentes davam conta de ameaças de agricultores e criadores de gado de cortarem estradas em protesto contra o atraso no pagamento dos subsídios. (...)”.
3/7/94 pág. última	Última	Adelino Gomes	<i>Serpa não distribui alimentos da Cruz Vermelha</i>	“(…). Os Alentejanos são muito orgulhosos, não gostam que se saiba que estão a passar mal. Pedimos por isso ao representante da Cruz Vermelha que entregue os géneros discretamente, disse o presidente da junta de freguesia (...)” ²
4/7/94 Pág.2-4	Destaque	Adelino Gomes	<i>Reformas dos idosos alimentam os alentejanos</i>	“Tudo está dito. Tudo foi escrito. A seca, o desemprego, a pobreza conjugam-nos os alentejanos em ciclos que se repetem desde há séculos. Mas a crise parece agora maior. Fala-se no fim do Alentejo agrícola. Multiplicam-se o número de desempregados e de falências. Cruzam-se as críticas: ao governo, aos agrários, aos comunistas, aos alentejanos. Notícias de casos de fome sacudiram a província. A Cruz Vermelha chegou, como se de Huambo ou da Bósnia se tratasse. A Câmara e várias juntas de Serpa indignaram-se e foram dizê-lo, à chegada dos géneros, ao presidente da Cruz Vermelha: os alentejanos precisam de postos de trabalho e não de esmolos. (...). Os alentejanos mais carenciados vivem (primeira surpresa, para quem conheça casas de famílias pobres de outras regiões do país) em casas limpiíssimas, mobiladas com o indispensável e que pertencem à Câmara ou de que muitas vezes são proprietários. Os filhos olham-nos em silêncio, durante a entrevista. Há uma dignidade cheia de orgulho na forma como resistem a confessar as suas dificuldades. Só quase no fim saberemos que, em casa de Bento, paira a angústia da falta de dinheiro para as refeições do dia seguinte. (...). Só no dia seguinte, num novo encontro não planeado, ouviremos Maria, enquanto roça as ervas no barranco, sob um sol inclemente, a falar das lágrimas de raiva que já chorou por não ter comida suficiente para os filhos. (...). Vítimas de um sistema frágil, os desempregados recorrem à

				<p>única almofada sempre disponível – a casa dos pais. (...). Velhas camponesas, trabalhadores rurais com mais de 60 anos recompensados pelo Estado com reformas a que no país inteiro de chamam de miséria, sustentam hoje agregados familiares de quatro, seis ou oito pessoas (...). O historiador (...) Cláudio Torres (...) considera que o drama dos assalariados se vê agravado pelo rompimento de equilíbrios precários construídos ao longo de séculos. 'Há ciclos de sabedorias, de sobrevivências locais que sempre funcionaram'.</p> <p>(...). 'A grande festa do 25 de Abril destruiu uma rede de solidariedades de ciências populares'. Comeu-se aquilo que nunca se tinha provado em milénios. Mudaram-se os hábitos alimentares. No pós-reforma agrária, 'a venda ao desbarato a estrangeiros, as empresas de caça e a vedação de herdades (que nunca tinha acontecido antes) cortaram-lhes o acesso a bens vitais de sobrevivência, ao pólo que alimentava a pequena comunidade. (...).</p> <p>Cláudio Torres – que anima uma vasta equipa multidisciplinar em Mértola apontada quase unanimemente como exemplo a seguir – defende uma saída para a crise a passar pelo turismo ('diferente daquele que constrói grandes coutos de caça e até bisontes já comprou') e pretende transformar a área de paisagem protegida já solicitada num pólo de desenvolvimento, musealizar espaços, criar pólos de resistência, 'que permitam, a médio termo, inverter a tendência de dependência económica crescente'. Nestas zonas agrícolas, entende, a aposta deve ser na qualidade natural do produto, 'numa Europa onde a agricultura está a desaparecer, devido à quimização das terras'.</p> <p>Defendendo o 'valor social do Alentejo', Castro e Brito (...) mostra-se igualmente crítico de algumas opções que prevaleceram nos últimos anos. 'A banca engordou, os agricultores emagreceram', acusa. Prometeram-lhes melhores dias se investissem. Investiram e veio a PAC', que determina restrições à mão-de-obra e à produção nos campos portugueses.</p> <p>'Ao contrário das ideias feitas, os lavradores não estão ricos', responde castro e Brito aos que os acusam de terem desviado milhões de contos destinados a subsídios. 'Escaparam à falência técnica, no 25 de Abril foram salvos pelas indemnizações e agora voltaram a estar com a corda na garganta', conclui aquele dirigente da CAP. (...).</p> <p>As saídas apontadas vão da cinegética (olhada com desconfiança por muitos autarcas e pela generalidade da população) à possibilidade de instalação de certas indústrias, passando pelo turismo rural. (...).</p> <p>O homem que, há pouco mais de um ano, levou o Presidente Soares de helicóptero a ver a morte de uma vaca em Sobral da Adiça, (Castro e Brito) sabe que hoje há fome 'escondida, envergonhada' entre os seus conterrâneos. 'Isto (a agricultura alentejana) está no fim. A riqueza de uma região são as pessoas. Isto não tem pessoas. Estamos-nos a matar. (...)</p> <p>'Tem que haver outra política, que permita às pessoas trabalharem e produzirem. Temos de mexer na estrutura da terra'. O presidente CDU não desarma quando se lhe pergunta se é numa outra reforma agrária que pensa: 'Não tenho nada contra. Ela não foi inventada pelo 25 de Abril.</p>
--	--	--	--	--

				Agora terá é que vir de cima e não vir de baixo como em 75. Já vamos em 75 por cento de importações alimentares. Trata-se de uma opção estratégica do país". (...)
4/7/94 Pág. 3	Destaque Comentári o	Adelino Gomes	<i>Salvar o Alentejo</i>	<p>"Onde está o Alentejo mítico de que vocês jornalistas tanto gostam de falar? Perguntava (...) um conceituado técnico alentejano. 'Pode encontrar-se um ou outro traço na geração com trinta anos, mas esta já pouco pratica a tão celebrada solidariedade dos seus pais e avós, não conserva o mesmo gosto pelo canto e abandonou esquemas de reivindicação próprios de quem começou a trabalhar aos seis anos'. Tudo razões, do seu ponto de vista, para se pensar um outro Alentejo, mais adaptado aos tempos que correm.</p> <p>Parecendo provocatória, a ideia tem virtualidades e vai ao encontro daqueles que, nos últimos meses, choram pelos campos que deixaram de produzir trigo, pela terra onde 'o que há mais é paisagem' e de que, um dia destes – receiam alguns – sobrarão coutos vedados, campos de golfe e montes de fins-de-semana, exibindo autóctones no papel de índio na reserva.</p> <p>'Portugal nunca poderá pagar o mal que fez ao Alentejo', indignava-se (...) Sousa Tavares.</p> <p>Concorde-se com todos ou com apenas alguns dos carrascos apontados (por Sousa Tavares), é altura de compensar a martirizada província. Ela não constituiu apenas, durante anos, o celeiro de Portugal. Funcionou como fábrica de mão-de-obra barata para Lisboa, a Europa, o mundo. Há mais alentejanos cá fora a do que lá dentro. os que permaneceram não podem ser vítimas (inocentes) de novas injustiças decorrentes de sucessivas e contraditórias políticas.</p> <p>Ao impor novas orientações agrícolas, ao colocar uma actividade fortemente subsidiada ao longo de meio século sobre as leis do mercado, o poder exige aos alentejanos uma capacidade de iniciativa de que as formas prevalecentes de posse da terra e organização do trabalho os arredaram. (...).</p> <p>As saídas são múltiplas. (...) para a defesa de um Alentejo feito, como todas as comunidades com uma forte cultura, do heroísmo e da pulhice de milhares e milhares de homens e mulheres, ao longo de séculos. É por isso que se torna tão importante discutir, em público, o destino de uma província que representa um terço do território nacional. (...)."</p>
4/7/94 última	Última	Luis Miguel Viana	<i>"O Alentejo está arrasado como nunca esteve"</i>	<p>"Na tarde de ontem quase não se falou de crise. Falou-se sim de miséria e de fome, da imensa melancolia que atravessa o Baixo Alentejo e a margem esquerda do Guadiana. Não se ouvia um tom lamechas, que o alentejano é orgulhoso: foi quase belo ouvi-los falar dos seus vizinhos de Serpa, que na véspera tinham recusado os alimentos da Cruz Vermelha. Maior que a fome é a dignidade: 'não quiseram os alimentos, pediram trabalho', exalta João Conduto, na 'margem sul' há 30 anos, para onde trouxe mulher e filhos para trabalhar.</p> <p>E o problema reside, todos o disseram, na agricultura. Mas a agricultura não potência dinâmicas económicas nas comunidades porque as terras pertencem a muito poucos. 'E o estado paga para não produzirem', explica António Machado. Há pouco quem contrate e, os que existem,</p>

				<p>preferem reformados: aceitam receber menos, trabalham melhor do que os novos (temos a escola de Salazar) não damos encargos fiscais'.</p> <p>(...). O Alentejo está arrasado como nunca esteve. Nem no tempo do Salazar (...) é a conclusão de Virgílio Pereira. E lembra as colheitas providenciais de 1934, 'o ano do século das colheitas', e a fome e a miséria dos tempos seguintes, durante a segunda guerra, em que, apesar de tudo, 'os silos de Mértola estavam cheios até ao tecto'.</p> <p>Se há algo dramático é ouvir alentejanos, comunistas ou não, falarem de tudo isto como uma vingança, por causa da reforma agrária, do 'Norte', por interposto PPD, com execução de Cavaco Silva. A vingança é 'não dar oportunidades', 'destruir a agricultura', 'não criar empregos'. (...)"</p>
6/7/94 Pág. 20/21	Sociedade	Christoph Seitz	<i>Vieram de Inglaterra matar eucaliptos na serra do Cercal Luta à mão contra monstros sequiosos</i>	<p>"Quando percebeu que os eucaliptos iam destruir o ecossistema do vale que comprara, o inglês Henry Guy pôs anúncios em jornais em Londres a oferecer comida em troca de trabalho verde em Portugal e desencadeou uma guerra contra os monstros verdes aprovados pelo governo. Alguns alentejanos que vivem nas aldeias vizinhas apelidam o 'estrangeiro' e os seus ajudantes de 'os malucos dos montes' - quem iria voluntariamente matar eucaliptos, uma tão boa fonte de rendimento ? só alguém realmente rico ou realmente estúpido.</p> <p>É uma paisagem que se enquadra perfeitamente bem no cliché do paraíso: pássaros cantam nas árvores, o ar recende a múltiplos odores, borboletas deslizam sobre o oceano de flores e um pequeno ribeiro murmurava suavemente pela encosta abaixo. É igualmente um cenário irreal: jovens com estranhos penteados, vestindo roupas andrajosas, saem de velhas carrinhas e tendas montadas por baixo das árvores e por detrás de arbustos. (...).</p> <p>Quando (...) Henry Guy (...) chegou ao Alentejo trazia alguma economias no bolso e três objectivos em mente (...) o terceiro o de abandonar o modo de vida insípido e acelerado que vivia na sua terra natal. No Alentejo, Henry encontrou tudo isso: um estilo de vida sereno e tranquilo e o rio Mira. (...).</p> <p>Mas não foi preciso muito tempo para Henry se aperceber de que tinha um problema: o eucalipto. As encostas do seu vale estavam cobertas por milhares dessas árvores, plantadas há 15 anos. (...).</p> <p>O inglês tinha boas razões para estar preocupado: uma plantação de uma única espécie como o eucalipto leva à exclusão de todas as outras. A construção de socalcos profundos nas encostas, seguida de chuvas intensas, leva inevitavelmente, à perda da camada de solo de cobertura. A vegetação de superfície nunca torna a nascer devido à sempre crescente necessidade de água (...). Ribeiros, nascentes e poços secam, e os habitats de vida selvagem desaparecem - algo que já aconteceu em quase todos os vales da serra do Cercal. A desertificação é o resultado final. (...).</p> <p>(...). Colocaram anúncios em jornais ingleses: 'Alimentação em troca de trabalho, projecto verde em Portugal'. (...).</p> <p>Até ao ano passado Cela tinha albergado três desses campos de trabalho. E, nos intervalos, havia sempre, e ainda há, voluntários que ajudam nos trabalhos. A maior</p>

				<p>parte deles são os chamados 'alternativos'. pessoas com ideias diferentes sobre a vida e sobre o materialismo. Usam um vestuários andrajoso e cabelo muito comprido ou totalmente rapado. Dormem em tendas e carros velhos e Henry oferece-lhes alimentação. Chamam a este estilo de vida 'terra a terra, regresso às origens'.</p> <p>'Cela poderia revelar-se útil para estudos de universidades, instituições ou organizações. Poderia tornar-se um modelo de florestação sustentável, de agricultura tradicional e também uma ferramenta educacional, influenciando no desenvolvimento da área circundante. Mas necessitamos de apoios. (...).</p> <p>Mas Cela está muito longe de ser um parque natural. Não tem abastecimento de electricidade e água corrente. As pessoas que lá vivem – Carol, Henry e cinco voluntários – têm de abrir buracos no chão quando precisam de ir à casa de banho. Lavam-se, a eles e às suas roupas, no ribeiro. (...).”</p>
5/7/94 Pág. 54	Local Opinião	Pedro Ferro	<i>Fazer "espectáculo"</i>	<p>“ (...). A pobreza é envergonhada e o alentejano um ser orgulhoso. É por isso que há tantos subsídios no Alentejo. E esmola é sempre humilhante para quem a recebe e os alentejanos não pedem esmolas: sabem que elas humilham e criam dependência. Ora a dependência para as gentes das planuras é o pior dos males. Repudiam-na, mesmo relativamente à família. Pedir é tão vergonhoso como roubar. Pedir só se for trabalho.</p> <p>A solidariedade reclamada pelas gentes da margem esquerda, onde a fome é hoje coisa real e não literária, soletrava-se na palavra trabalho. Os alentejanos não querem nada que não possam pagar. Querem merecer o que comem. Querem trabalhar, não querem mendigar.”</p>
5/7/94 Pág. 54	Local	Alberto Franco e Ana Henriques	<i>Cruz Vermelha distribui alimentos fora de prazo de validade em Moura Auxílio suspenso em Serpa</i>	<p>“Parte dos alimentos distribuídos pela Cruz Vermelha em Moura estão deteriorados ou fora do prazo de validade. Em Serpa, as posições da câmara e alguns protestos levaram à suspensão temporária do programa de auxílio alimentar (...).”</p>
10/7/94 Pág. 25	Espaço Público	Miguel Vale d’Almeida	<i>Uma ponte para Sul</i>	<p>“Quero com isto dizer que a situação no Alentejo merecia ser alvo de uma movimentação social. é claro que são as pequenas coisas, as que afectam de forma imediata o quotidiano, que nos fazem saltar da cadeira e ir para a rua protestar. Só que o prazo de validade e a legitimidade dos protestos da ponte seriam alargados se fossem inseridos numa contestação mais ampla do modelo do país que nos está a ser proposto. (...).</p> <p>O Alentejo tem sido simbolicamente construído como o ‘terceiro-mundo’ do país. Se isso era visível nas anedotas – forma eficaz de culpar as vítimas – mais visível é na opinião consensual de que o Sul é um caso perdido. O que está a acontecer ao nosso país é basicamente isto: enquanto as áreas metropolitanas rebentam pelas costuras, criando conflitos esporádicos como o da ponte, zonas inteiras do país rural são literalmente abandonadas à sua (má) sorte, criando-se a ideia de que o que lá acontece é fruto do destino – da desertificação (vista como natural e não causada por razões sócio-económicas) e da indolência (um</p>

<p>20/7/94 Pág. 25</p>	<p>Sociedade</p>	<p>DLR</p>	<p><i>Concertação social CAP quer baixa das taxas de juro</i></p>	<p>pecado, uma culpa) dos seus povos. (...)”.</p> <p>“A CAP (...) entende ser ‘indispensável’ que o acordo económico e social (...) consagre os princípios fundamentais do relançamento da agricultura portuguesa como actividade empresarial’.</p> <p>E para isso, explicou (...) José Manuel Casqueiro (...) a assembleia de delegados da CAP (...) considerou como ‘factores prioritários a eliminação de todas as condicionantes que motivaram, em três anos, a perda de mais de 40 por cento do rendimento do sector agrícola. (...).</p> <p>Entre as ‘alterações reputadas prioritárias para assegurar a ‘competitividade e a capacidade empresarial do sector agrícola’, a CAP salienta as seguintes: ‘aplicação do compromisso de uma efectiva política de desendividamento; apoio a uma estável política de crédito agrícola; a aproximação de todos os custos de factores de produção à média europeia, aplicação correcta de todas as medidas da reforma da PAC, em particular as medidas de acompanhamento, com reforço das dotações financeiras necessárias à sua aplicação; apoio orçamental à aplicação de indemnizações compensatórias nas regiões desfavorecidas; criação de um fundo de compensação agrícola e desenvolvimento rural; resolução do compromisso de pagamento das indemnizações em dívida da Reforma Agrária; garantia da criação de um verdadeiro seguro agrícola e de colheitas que elimine as permanentes situações de crise regionais ou sectoriais; (...); aplicação de mecanismos de protecção social que evitem graves situações de desemprego e fome (como é o caso recente do Alentejo), consequência inevitável da reforma da PAC; e valorização da produção nacional com a promoção de produtos de qualidade, com certificado de origem e a consequente organização da concentração e sua comercialização’.</p> <p>(...)</p> <p>A CAP decidiu que as suas ‘organizações regionais e sectoriais’ retomem ‘uma postura mais reivindicativa com a organização de actos de protesto em defesa da revogação das leis ou medidas governativas, que continuem a por em causa o futuro dos agricultores e o rendimento das suas famílias, ou que atentem contra o direito da propriedade privada ou mesmo contra a iniciativa privada agrícola’.</p> <p>(...)</p> <p>Mas, como quem receia estar a perder terreno junto das instâncias governamentais, sentimento a que não será alheio o facto de a CNA ter sido finalmente recebida pelos governantes do sector, a CAP reclama (...) a sua condição de ‘única representante sócio-profissional dos interesses dos agricultores portugueses’.”</p>
<p>23/6/94 Pág. 13</p>	<p>Sociedade</p>	<p>JA</p>	<p><i>Arquidiocese de Évora agitada ‘É preciso salvar o Alentejo,</i></p>	<p>“(...). Os problemas do Alentejo ultrapassaram as fronteiras nacionais e regionais sendo, hoje, sentidos como um verdadeiro problema nacional’ e, segundo os responsáveis desta comissão (Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Évora) deve ser no plano das responsabilidades nacionais que se deve exigir dos poderes públicos medidas que contrariem o definhamento da região’, preparando e concretizando uma ‘política de</p>

24/6/94 Pág. 8	Política	Eduardo Dâmaso	<i>Carvalhas no Alentejo da fome O espectáculo das esmolas</i>	desenvolvimento para o Alentejo. (...)” “(…) As lágrimas corriam-lhe pela cara abaixo ao mesmo tempo que os dentes rangiam para murmurar baixinho: ‘Não queremos esmolas, só queremos trabalho’. António Inácio veio dos arredores de Serpa (...). (..) decidiu pregar uma partida aos seus 68 anos, quase sessenta passados a revolver os torrões daqueles campos que já conheceu cheios de trigo, hoje estão ponteados de girassol, mas são mais conhecidos por serem os campos da fome, da seca e do abandono. (...). António Inácio foi a Pias e teve pena de não ter ido também a Vila Nova de São Bento, à Herdade do facho, onde Carvalhas esteve de manhã. No coração da zona do Alqueva, a herdade do Facho são mais de 500 hectares incultos e abandonados. As alfaias agrícolas estão encostadas e as ervas cresceram à solta. Em tempos que já lá vão foi ocupada por trabalhadores que ali criaram a cooperativa ‘Alvorada da aldeia’. (...). António Vitorino, do PCP de Beja, diz que a cooperativa chegou a ter 500 trabalhadores e que os campos de regaço fértil para a semente de trigo passaram a pasto de bichos. (...). No palco, Carlos Carvalhas apontava as baterias ao Governo. (...). A posse da terra é que é para Carlos Carvalhas a questão fundamental. ‘É chocante e criminoso deixarem a terra abandonada quando há gente a querer trabalhá-la’ (...). E as suas palavras não são mais do que a amplificação do sentimento que perpassava pela assistência, onde predominavam homens e mulheres acima dos 50 anos. (...) ‘Antigamente éramos o celeiro de Portugal, agora tratamos como se fossemos o lixo de Portugal’, gritou uma velhota para os jornalistas. (...)”
26/7/94 Pág. 15	Opinião	Carlos Nolasco (sociólogo)	<i>Alentejo de Barriga vazia</i>	“(…) Hoje, faz-se do Alentejo um arquétipo da planície, do montado, da calma dolente dos alentejanos. Sem pôr em causa esses mitos, o Alentejo foi durante este século um espaço social esquecido, só se dando por ele quando a ferida o obrigava a queixar-se. (...) Os problemas sociais do Alentejo já não são os conflitos latentes entre uma classe que tinha muita terra e outra que não tinha terra nenhuma. Os problemas sociais que hoje em dia enredam muitos alentejanos, são as dificuldades em ter uma vida com alguma dignidade numa democracia de sucesso e numa Europa com elevados índices de consumo. São problemas políticos que criam indecisões quanto a Alqueva (...). E o choque provocado pela PAC, que fez com que aos poucos a palavra de ordem ‘a terra a quem a trabalha’ passasse a ser ‘a terra a quem a abandona’. É o bode expiatório de uma seca medonha que afinal é apenas mais uma numa terra habituada a passar sede. É claro que o Alentejo está de barriga vazia e tem fome, mas não é uma fome que se mate com um carregamento de batatas e massa, pois isso apenas enche a barriga e não sustenta. O Alentejo precisa é de não ser esquecido quando se divide o bolo dos fundos europeus, e de beber alguma boa vontade do poder central, para que supere a fraqueza da marginalização a que foi votado há já muito tempo”.

27/7/94 Pág. 30	Economia	Manuel Carvalho	<i>QCA prevê 540 milhões de contos de investimento público O segundo fôlego da agricultura</i>	<p>(...). São ao todo 540 milhões de contos de dinheiros públicos a que se poderão juntar mais 200 milhões privados. Alvos privilegiados são a modernização estrutural e uma novidade política na agricultura: a revitalização das zonas rurais. Um casamento que continua a suscitar polémica.</p> <p>(...). À disposição dos agricultores e do 'mundo rural' vão estar, nos próximos seis anos, 540 milhões de contos de ajudas públicas que pretendem consolidar os investimentos realizados após a integração europeia e, simultaneamente, criar condições para minimizar impactos estruturais que se adivinham das novas orientações da PAC. Com este propósito, o QCA que o ministro vai anunciar reflecte, pela primeira vez com clarividência a junção das políticas agrícolas com medidas que visam o desenvolvimento das zonas rurais.</p> <p>Esta intimidade programática suscitou, desde as primeiras etapas de elaboração do QCA acesa polémica entre alguns círculos da economia agrária nacional. Basicamente, as opiniões dividem-se entre os que pretendem considerar como ajudas estruturais para o sector apenas as que se destinam especificamente ao investimento modernizador da agricultura e os que, como o Governo, defendem um pacote de apoios em que estas ficam diluídas no meio de iniciativas que se destinam à dinamização das zonas rurais, como a criação de empregos, a recuperação de aldeias rurais, ou até a simples aquisição de helicópteros para combate a incêndios. (...)</p>
27/7/94 Pág. 45	Local	JBA	<i>Desastre ecológico e desemprego em perspectiva Guadiana já não corre em Reguengos e Mourão</i>	<p>"O rio Guadiana, nos trechos compreendidos entre os concelhos de Reguengos e Mourão, quase já não corre e as autarquias temem uma mortandade de peixe igual à verificada em 1992. (...)"</p>
28/7/94 Pág. 32	Economia		<i>Mais 665 milhões para a agricultura</i>	<p>" (...). O ministro não fez qualquer referência ao plano para o desenvolvimento rural, até agora apresentado sempre em conjunto com a política agrícola, e para o qual vão ser canalizados 80 milhões de contos.</p> <p>Duarte Silva afirmou apenas que 'não se pode ficar exclusivamente ligado à parte agrícola do desenvolvimento rural', referindo-se à necessidade de integrar as actividades económicas com repercussão no rendimento dos agricultores, como, por exemplo, o turismo rural. (...)"</p>
28/7/94 Pág. 47	Local	CD	<i>Alvalade - Sado Destruição de ninhos</i>	<p>"A organização ambientalista Quercus denunciou (...) a destruição de centenas de ninhos de andorinhas-dos-beirais num edifício da junta de freguesia de Alvalade-Sado, no concelho de Santiago do Cacém.</p> <p>(...)</p> <p>Existe da parte das pessoas a noção de que se está perante uma espécie protegida, daí as destruições se efectuarem durante a noite. (...)"</p>
29/7/94 Pág. 49	Local	Pedro Ferro	<i>A não-agricultura e o desemprego no Alentejo</i>	<p>"O Alentejo volta a dar que falar. Foi a seca, foi Alqueva, agora é o desemprego. E casos de fome verdadeira e não literária.</p> <p>A área mais atingida é a margem esquerda do Guadiana, aquela onde a agricultura é a mais pobre e, logo, a mais rápida a acusar os efeitos da crise estrutural e do desemprego a que o sector tem sido votado na sua</p>

				<p>globalidade. A região constipa-se quando a agricultura espirra. A não agricultura, sem alternativas empresariais leva, numa zona totalmente dependente dela, ao desemprego, sobretudo feminino, e por vezes, à fome. (...) </p> <p>O Alentejo é agricultura. Sem ela o que resta ao Alentejo? O turismo responderão alguns iluminados a quem as fronteiras políticas não separam, mas unem na conspiração oportunista. Pois claro. Os alentejanos vão ser todos empregados de mesa. E curvar a espinha para apanhar a gorjeta. E vestirem-se de samarra e safões para a fotografia. E apanhar bolas em campos de golfe. Auspícia-se um futuro radioso para os homens que foram toda a vida educados a não tirar o chapéu. Nem à mesa.</p> <p>Defender o turismo e só o turismo como modelo de desenvolvimento para o interior alentejano é querer transformar homens verticais em lacaios. Isto dificilmente acontecerá aos alentejanos: não lhes está na índole mendigar gorjetas. Preferem passar fome.</p> <p>O desemprego terá responsáveis. E muitos. Todos os que embandeiraram com arquinho e balão com as medidas destruidoras da agricultura do Sul.</p> <p>(...)</p> <p>A solução passará obrigatoriamente por uma política que não transforme áreas de cultivo em terras abandonadas ou em campos de golfe. (...)”.</p>
<p>1/8/94 Pág. 30</p>	<p>Local</p>	<p>Carlos Dias</p>	<p><i>Lugar de Aivados, Castro Verde</i></p>	<p>“Estamos no ano de 1994 d.c. todo o Alentejo está de novo ocupado pelos latifúndios ... todo ?Não! uma pequena aldeia habitada por 250 irredutíveis alentejanos resiste há mais de 400 anos ainda e sempre aos seculares invasores – os burocratas e os grandes proprietários de terras. É a república comunitária de Aivados, a 13 quilómetros de Castro Verde, é a depositária de uma herança com 400 hectares de terras pobres, doadas definitivamente ao povo por sentença do Rei D. João IV em 1655.</p> <p>O relevo levemente ondulado deixa ver muito ao longe a planura que forma mais de dois terços do concelho de Castro Verde, habitat derradeiro de espécies ornitológicas raras em Portugal e na Europa. É o Campo Branco ou terra campaniça, vasta área do Sul do distrito de Beja, de solos fracos, desmatados, onde escasseia a água e as temperaturas ultrapassam os 40 graus no Verão para descender abaixo de zero no Inverno.</p> <p>(...) a república de Aivados, com 120 fogos, muitos deles desabitados, terra encravada entre latifúndios de uma similitude espantosa com a aldeia gaulesa que Uderso e Goscinnny protagonizaram em banda desenhada. Apenas falta o druida, mas a poção mágica da solidariedade compensa em certa medida a falta de apoio médico (...). A vida é simples e sem pressas. Os contactos são afáveis e a aceitação de forasteiros foi sempre espontânea. Ali encontraram refúgio e apoio, homiziados e indivíduos que noutras comunidades eram considerados quezilentos e anti-sociais. O povo de Aivados orgulha-se de ter nas suas mãos um território ‘onde tudo é de todos’.</p> <p>(...)</p> <p>Mas apesar do povo estar a viver melhor, ‘a televisão quebrou a nossa unidade’, lamenta António Ventura. Antes do mal fadado ‘caixote invadir o lar de cada um’ o pessoal</p>

				<p>juntava-se à noite ao som de uma simples gaita de beijos. 'Arrumava-se para ai um bailarico na rua em menos de nada', recorda Maria Domingos que não perde uma telenovela. A aldeia tem um centro de convívio construído com dinheiros próprios, mas é pouco frequentado. (...).</p> <p>A renovação das gerações é a grande incógnita para o futuro. Se não se faz, a aldeia morre. Frisa, pessimista, António Matos, membro da direcção da Associação.</p> <p>No entanto, é a geração mais nova que nos últimos tempos tem causado alguma apreensão aos mais velhos por falta de sensibilidade e de apego às coisas da terra, a par de sentimentos mercantilistas e até xenófobos em relação a moradores não naturais de Aivados. (...).²³</p>
5/8/94 Pág. 4	Destaque	Ana Fernandes	<i>Sines Não, não e não</i>	<p>"Recusamos total e frontalmente a instalação da central de incineração de resíduos tóxicos no nosso concelho. (...), disse ao Público Carmem Francisco, Vereadora do Ambiente da Câmara de Sines.</p> <p>Tanto a autarquia como a comissão de luta contra a instalação da incineradora na região argumentam da mesma forma. 'Sines já contribuiu com a sua quota-parte para a economia do país, temos de dividir o mal pelas aldeias e não podemos permitir mais unidades destas no concelho porque isso iria desequilibrar a balança entre o sector industrial e o sector turístico, fazendo-a pender mais para o lado da indústria.</p> <p>'Há que ter em conta o aspecto sociológico do problema. As pessoas estão saturadas de tantas tubagens e chaminés e as nossas opções de desenvolvimento pretendem assentar no aproveitamento do património natural e paisagístico e no turismo', afirma Veríssimo Dias, professor e membro da comissão de luta.</p> <p>Mas esses objectivos não seriam também contrariados com a instalação de outras indústrias em Sines, como a fábrica da Ford-Wolkswagen, como alguns defenderam?, pergunta-se. 'Isso é diferente. Essa unidade seria bem vinda porque cria postos de trabalho, enquanto a incineradora tem uma forte carga emocional e só emprega umas 50 pessoas', responde Veríssimo Dias (professor e membro da comissão). (...).²⁴</p>
14/8/94 Pág. 17	Espaço público	M. Gomes Guerreiro (Prof.Univ .)	<i>Será Portugal, sem agricultura, um país viável?</i>	<p>"(...).</p> <p>Estou especialmente atento à discussão sobre o problema actual da agricultura portuguesa, em especial da do Sul, que inclui a região do clima mediterrâneo onde se insere o Alentejo.</p> <p>(...)</p> <p>O ex-ministro (Álvaro Barreto em entrevista na televisão) informou, exaustivamente, os empresários agrícolas portugueses do que lhes iria acontecer com a entrada na CEE. Mas ter-lhes-á dito que o rendimento da agricultura, em 1991, se reduziria, por decisão oficial, a metade de 1980? Que deixariam de cultivar trigo para proteger as economias do Norte do excesso da sua produção e que o poderiam substituir por outras culturas, tais como o tremçoço ou o girassol, e que sempre, em quaisquer circunstâncias, seriam escorraçados da sua actividade tradicional?</p> <p>Não os terá, talvez, aconselhado a dedicar-se a outra actividade (...). Ter-lhe-á falado. isso sim, no interesse social (ou talvez ecológico) de se manterem no ambiente</p>

				<p>rural, não a produzir, mas a defender a paisagem e a incentivar o turismo. Admito que lhes terá dito que o pinhal que tinham como reserva financeira ficaria em perigo de incêndio e que os montados de sobro, perante a crise económica da primeira fase, seriam arruinados pelo descortijamento e poda excessivos, na ânsia, humanamente compreensível, de obter financiamento para as dificuldades da vida corrente, incluindo o pagamento de juros à banca, embora tal procedimento nos arredasse, definitivamente, do lugar de excepção que o país ocupa no comércio mundial de cortiça. Mas talvez também não tenha dito que no novo Alentejo, a caminhar assim para a 'modernidade', com golfe, caça, corridas de todo-o-terreno, agro-turismo, etc., passará a haver fome. se desvalorizará o património natural e o povo passará a ser considerado, por alguns, em 'vias de extinção'.</p> <p>(...)</p> <p>Receio que, ao dizer-se que a agricultura não tem futuro, se esteja a afirmar que o país não tem futuro."</p>
14/8/94 Pág. 14	Local	Carlos Dias	<i>Em Brinches, concelho de Serpa Água imprópria fornecida pela rede pública</i>	<p>"(...)</p> <p>Em Brinches, que inaugurou o abastecimento público há nove anos, nunca a população viu o abastecimento normalizado. Logo no ano seguinte (...), as 'águas ruças' provenientes dos lagares de azeite de Pias e de Brinches infiltraram-se nos aquíferos, contaminando os caudais. A solução, precária e insuficiente, residiu na abertura de furos que iam resolvendo pontualmente a situação, mas até esta alternativa foi sendo inviabilizada pela secagem dos lençóis de água. Só no ano passado, a Câmara Municipal de Serpa abriu mais de 80 furos em redor da povoação, sem resultados duradouros.</p> <p>Este ano confia-se apenas na boa vontade das pessoas para se resistir à falta de água, poupando-a o mais que puderem, na esperança de que no próximo Inverno chova em abundância restam apenas três poços para uma população de dois mil habitantes, mas nas análises efectuadas (...) foram detectadas colónias de coliformes que tornaram a água de Brinches imprópria para consumo. A sua má qualidade revela-se ainda nas elevadas quantidades de nitratos, cerca de 76 miligramas por litro, quando o valor máximo recomendado não ultrapassa os 50.</p> <p>O presidente da junta de freguesia de Brinches explica que a utilização excessiva de produtos químicos na agricultura, sobretudo nas mondas, e a fraca pluviosidade dos últimos anos não tem provocado as escorrências normais para as linhas de água de superfície. O resultado é a infiltração no subsolo de elevadas quantidades de químicos que vão contaminar os aquíferos. Os que têm possibilidade compram água engarrafada, os outros vão experimentando a água da torneira, porque a dos depósitos sabe mal e é morna, o que faz recear um surto patogénico. (...)"</p>
15/8/94 Pág. 8/10	Suplement o Economia	Luis Miguel e Manuel Carvalho	<i>Os 'últimos escravos europeus' na mais grave crise do pós-25 de Abril</i> <i>Para onde vai o Alentejo?</i>	<p>"Os mitos recentes, dos 'amanhã que cantam' caíram por terra no Alentejo. Ficaram outros. (...). Com a agricultura em crise, as alternativas, com mais de 300 milhões de contos do Alqueva à cabeça, parecem tão miríficas que são pouco creíveis. O pobre, quando a esmola é grande, desconfia. A região que ocupa um terço de Portugal entrou na deriva aflitiva de quem procura soluções sem saber onde, nem como, nem quando.</p> <p>'Uma estação de televisão' (...) confidenciou o presidente</p>

				<p>da Câmara de Moura. José Velez, 'telefonou para cá a pedir apoio. Sabem o que pediram? Indiquem-nos uns campos abandonados, umas vinhas arrancadas, umas pessoas a passar fome'.</p> <p>Este episódio é bem revelador da imagem que os concelhos da margem esquerda do Guadiana (...) estão a transmitir ao país. Parece que chegou a hora dos portugueses se banharem naquilo que os alentejanos mais detestam: que tenham pena deles, que os vejam com o olho oblíquo que se lança ao televisor na hora de ver imagens da Bósnia ou do Ruanda.</p> <p>Foi curta a euforia de mitos como o dos 'amanhãs que cantam', da 'terra a quem a trabalha', de um Alentejo finalmente solidário e rico a abarrotar de trigo e de gentes pelos montes. Passaram vinte anos e cumpriu-se o mito do eterno retorno. A planície regressou aos seus tormentosos momentos de desemprego, carência e abandono, naquela que é a 'maior crise regional depois do 25 de Abril', como reconhece Bento Rosado, vice-presidente da CCRA.</p> <p>Manuel Falcão, bispo de Beja (...) 'a aflição está longe de ser comparável ao que se passou nos anos 20 e 30', em que milhares de alentejanos famintos rumaram para novas vidas do outro lado do mar. 'Não sei se no Norte se viverá melhor do que aqui', questiona o bispo (...).</p> <p>(...)</p> <p>Hoje, o triste festival que rodeou a operação da Cruz Vermelha esmoreceu e com ele os protagonismos políticos e mediáticos que deixaram sequelas nos alentejanos, 'homens orgulhosos que não gostam de revelar as suas situações difíceis', como lembra Manuel Falcão (Bispo).</p> <p>Ainda há não muitas décadas, as mulheres de Ferreira do Alentejo, pediam pelas portas, de cabeça vedada, quando as privações rondavam o intolerável. Os homens esses, se pediam, era dinheiro emprestado. Algo que é preciso perceber para quem pretenda ajudar os habitantes da região alentejana.</p> <p>O aspecto imaculado das ruas de Moura, onde se ocupam diariamente dezenas de trabalhadores inscritos nos programas ocupacionais (POC) revela como se inventou um modo de iludir o problema. Por um salário mínimo, 1700 trabalhadores estão ocupados na limpeza de ruas, de bermas da estrada, ou acotovelados em qualquer repartição municipal.</p> <p>(...)</p> <p>A falta de trabalho e a insuficiência do paliativo governamental explicam situações dramáticas como a que protagonizou em Moura um pai de família com sete filhos: ao saber que não lhe tinha cabido um lugar no programa, invadiu as instalações do centro de emprego e semeou à sua volta a destruição (...). O desespero e o suicídio voltaram a fazer parte do quotidiano da planície.</p> <p>(...)</p> <p>Enquanto se suporta a digestão da crise actual, o Alentejo terá de sobreviver à custa de subsídios e receitas decrescentes da agricultura, dos empregos públicos e respectivos serviços de apoio, das remessas de emigrantes, das reformas e dos escassos empregos gerados nos serviços ou nas incipientes indústrias da região. Com a actividade económica a ficar cada vez mais dependente do sector público adivinha-se um definhamento completo nos</p>
--	--	--	--	---

				<p>próximos anos.</p> <p>(...)</p> <p>O cenário torna-se ainda mais verosímil se fizer uma curta viagem pelo 'Alentejo profundo', a expressão de Cavaco Silva de visita ao Pulo do Lobo, quando comentava via telemóvel o Congresso Portugal, que futuro?. Pela voz do primeiro-ministro, a margem esquerda do Guadiana – o referido 'Alentejo profundo' – transformava-se numa zona onde, de forma pitoresca e, a bem dizer turística, conviviam a fome, a extrema beleza natural, os rostos enrugados, os corpos recostados debaixo do negro das vestes, o deserto, os olhos baços da desesperança.</p> <p>(...)</p> <p>Numa terra que 'só tem espinhaço' – pouca profundidade -, as grandes herdades trocaram as searas pouco produtivas pelas pastagens que não obrigam a grandes gastos com mão-de-obra. Os novos emigraram e, hoje, os seus habitantes vivem à custa de reformas.</p> <p>Mesmo assim, António Silva, 68 anos, com sua pensão mínima e da mulher todos os meses, não se queixa. 'Por cá somos poucos e o que há vai dando para viver'. A sua receita conformista é igual à ministrada pelos habitantes de Santo Aleixo da Restauração, sempre que vão ao café Pôr do Sol de Manuel Candeia Chamorro: 'As pessoas que antes bebiam uma cerveja não bebem nenhuma, as pessoas que bebiam duas bebem agora uma e por aí adiante'. Diz o bispo Manuel Falcão: 'Esta gente contenta-se com pouco e sente-se feliz com uma pensão de 16 contos'.</p> <p>(...). 'O feitio pachorrento dos alentejanos contribui para que a situação se arraste', confirma José Velez da Câmara Municipal de Moura.</p> <p>(...)</p> <p>(...). Sousa Tavares adivinhava a aposta em modernidades, como a criação de avestruzes. Mértola é um dos concelhos onde a experiência está a ser tentada, com os dinheiros macaenses de Neto Valente.</p> <p>As avestruzes, para as quais o Alentejo parece ter as condições ideais, têm já três herdades para se reproduzirem. Depois do declínio e colapso da indústria das plumas de chapéus e de vestuário no pós primeira-guerra, o interesse económico pela avestruz ressurgiu nos anos 90 (em particular na África do Sul e nos EUA), devido à pele e à carne, saborosa, sem colesterol.</p> <p>Nas terras que circundam a Herdade da Váscua, para além das avestruzes que comprou em Israel, Nelson Valente está a abrir o couro de caça e já tem na sua posse o projecto que uma firma de arquitectura lisboeta lhe preparou para um hotel. 'Hotel Rural das Váscua', assim se chamará o conjunto de 30 quartos e suítes.</p> <p>Os emigrantes são um dos poucos pilares seguros da actual situação alentejana. Na aldeia do Rosário, concelho de Almodôvar, são tantos que, na época do Verão e do Natal, há uma carreira regular entre Genebra e a praça da aldeia.</p> <p>(...)</p> <p>Mas, e o futuro? Esgotada a miragem impossível dos campos do sul um dia virem a produzir trigo à força para toda uma nação, com custos que hoje se vislumbram na imensidão desértica da serra de Mértola, agora que o celeiro nacional é dispensável por força da UE, o que vai ser do Alentejo? Para já, o alimento de todas as esperanças</p>
--	--	--	--	---

				<p>reside num projecto que, de forma mais seca e perversa se tornou numa ideologia: a barragem e o futuro regadio do Alqueva.</p> <p>Para além do Alqueva pouco mais resta (...) a não ser uma ou outra certeza. Como o vinho, que nos dias de hoje se transformou no baluarte de uma região que, desde sempre, se habituou a ser o corpo e a alma da agricultura portuguesa. Ou os produtos regionais, como o queijo de Serpa ou a carne dos bovinos mertolengos, que são já comercializados com garantia de origem por uma empresa sabiamente criada por agricultores da região. Ou ainda pela comercialização de presuntos dos famosos porcos 'pata negra' (...).</p> <p>'Até agora nunca ninguém acreditou que os produtos regionais fossem parte importante da nossa base económica', constata Bento Rosado (Vice-presidente da CCRA). Mas, chegado o desespero, todos os trunfos são poucos.</p> <p>De resto, as zonas de caça que invadiram herdades e baldios da região não chegam para as exigências de trabalho e rendimento. 'Está confirmado que a nova lei da caça não trouxe grandes ganhos para a população. No antigo regime livre, os caçadores vinham em magotes de todo o país e ainda animavam o comércio local. Hoje nem isso', reconhece Paulo Neto, presidente da câmara de Mértola. Como a caça, a floresta de desenvolvimento rápido também não garante postos de trabalho. Resta, então, o cereal, em regressão, a pecuária que se desenvolve sem trabalho nos extensos montados de sobro, o olival e, enfim, a fê em melhores dias.</p> <p>Porque, para além disso, todos duvidam da capacidade empreendedora dos alentejanos. 'Há uma certa indolência árabe cruzada com séculos de hábitos de assalariados que retirou às pessoas capacidades de empreendimento', considera Sevinate Pinto, alentejano e especialista em economia agrária. 'É necessário distinguir os alentejanos', acrescenta Manuel Falcão. 'Os que por cá ficaram são os mais velhos e por isso são menos capazes', diz (...). Apesar de saberem reivindicar os seus direitos, uma capacidade que lhe foi outorgada pela 'militancia' no PC', como reconhece o bispo.</p> <p>Mas nos dias de hoje, permanece o hábito de trabalhar para o sustento imediato. E se é reconhecido que 'os últimos escravos europeus foram os alentejanos', nos dias de hoje 'há muita gente que só vai trabalhar se for de carro com telefonia', admite Bento Rosado (vice-presidente da CCRA). Trágica ironia. Trabalhando mais do que ninguém, em terrenos e temperaturas infernais, os alentejanos acabaram por ficar com a fama de 'malandros'. Apesar de terem cavado e ceifado centenas de milhares de hectares de terras, pagos, em diversas circunstâncias, quase só pelo pão.</p> <p>(...)</p> <p>Seja como for, no Alentejo das crises que retornam eternamente, nada será como dantes. Mesmo que os seus naturais sejam 'homens sós, que sempre sentiram a exclusão social'.</p>
<p>15/8/94 Pág. 10</p>	<p>Destaque Economia</p>	<p>MC/LMV</p>	<p><i>Agricultura Novos desafios nos campos do Sul</i></p>	<p>"Política Agrícola Comum, dois anos de seca e um elevado grau de endividamento. São uma parte importante dos motivos para a crise da agricultura alentejana, numa altura</p>

				<p>em que enfrenta novos desafios.</p> <p>Numa das primeiras intervenções públicas o novo ministro da Agricultura, Duarte Silva, produziu uma afirmação controversa: 'a situação no Alentejo não tem nada a ver com a agricultura' (...). No pólo inverso há quem garanta que os problemas regionais se devem exclusivamente à situação agrícola em geral e, em particular, à reforma da PAC, definitivamente transformada no bode-expiatório de todos os males que afectam o mundo rural português.</p> <p>(...) Alentejo, região onde se encontra a maior parte da agricultura empresarial e onde se localiza 46 por cento da superfície agrícola utilizada no país.</p> <p>(...)</p> <p>Nos últimos dez anos, a mais importante região agrária portuguesa conheceu duas transformações importantes e antagónicas entre si. Por um lado, foram investidos – entre 1986 e 1990 – 64,4 milhões de contos nas explorações, investimentos que ditaram o incremento da mecanização, da área de rega ou melhoria estrutural.</p> <p>Mas, por outro lado, a população agrícola diminuiu 53,5 por cento no mesmo período. Tal como aconteceu nos anos 40 e 50 com a introdução das ceifeiras debulhadoras, que originaram revoltas por parte do operariado agrícola que as viam como instrumentos de substituição da sua força de trabalho, a modernização ditou uma profunda alteração da estrutura laboral alentejana.</p> <p>As novas tendências da política agrícola vieram ainda introduzir novos elementos de perturbação na velha ordem agrária regional. Bruxelas deixou de subsidiar directamente os preços agrícolas, que baixaram drasticamente, para passar a atribuir ajudas directas aos agricultores, pagas em função da área cultivada, ou das cabeças de gado dos seus efectivos.</p> <p>Os maiores agricultores, com produções superiores a 96 toneladas, viram-se, por seu lado, obrigados a um pousio de 15 por cento das suas terras. É este pousio, também chamado set-asaide, que está na origem das acusações a Bruxelas de pagar para não produzir, o que em rigor não é exacto.</p> <p>O Alentejo, pobre e pouco apto para culturas cerealíferas, quando comparado com os países do Norte europeu, sempre manteve as suas terras em rotação e, conseqüentemente, sempre teve que se submeter ao pousio. As terras que hoje se encontram abandonadas ou votadas à pastagem extensiva são franjas marginais ou solos exaustos pela campanha do trigo, lançada pelo ministro de Salazar Linhares de Castro, nos anos 30.</p> <p>(...)</p> <p>Para já, não podemos dizer que a 'nova PAC esteja na origem do desemprego nem dos problemas da agricultura alentejana', assevera Sevinate Pinto, especialista em economia agrária. O problema é anterior e resulta de dois anos de seca (...) e do endividamento resultante dos vultosos e nem sempre viáveis investimentos realizados nos últimos anos</p> <p>(...)</p> <p>Por outro lado há ainda que saber que resultados comportam os 'efeitos perversos' da nova PAC, de acordo com a terminologia de Francisco Aviliez, professor do ISA. É que, ao centrar boas parte dos rendimentos das</p>
--	--	--	--	--

				<p>explorações nas ajudas directas e não no mercado. a PAC pode levar os agricultores a extensificar as suas culturas descuidando a qualidade das sementes e das práticas culturais.</p> <p>A fórmula é simples: apostas nos subsídios em detrimento do mercado. A ser assim, não apenas a actividade agrícola cairia em declínio como se acentuaria a desarticulação das empresas que lhe prestam serviços a montante e a jusante. E aí, aconteceria, de facto, o princípio do fim dos campos do Sul.”</p>
15/8/94 Pág. 12/13	Suplement o Economia	LMV/MC	<i>Desilusões e esperanças com 'planos' e 'subsídios' Morte lenta</i>	<p>“Foi-se longe demais. Deixou-se entrar aquilo em declive demasiado acentuado”. Fala quem sabe, Madureira Pires, director-geral do Desenvolvimento Regional.</p> <p>(...)</p> <p>(...). Madureira Pires conclui o seu raciocínio: ‘O Alentejo está a morrer por si’. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Para já, a gravidade da situação no Alentejo, especialmente na margem esquerda, tem os seus paliativos nos ‘planos de emergência’ e nos programas ocupacionais de curta duração (POC). Estão por este Verão umas centenas de chefes de famílias ocupados em actividades que vão desde a formação profissional à limpeza ou calcetamento de ruas. Até Outubro receberão o equivalente ao salário mínimo nacional. Depois, ficarão à mercê da azeitona e da bondade do ano agrícola, do emprego que teima em não aparecer, da generosidade – regra geral ausente – das nuvens.</p> <p>É o próprio Madureira Pires que duvida se ‘Portugal e a Comunidade podem ter uma região agrícola’. Quer o director-geral dizer que se tem de pensar mais em termos ‘rurais’ e menos em termos ‘agrícolas’. Isto porque a própria PAC é mais rural do que agrícola.</p> <p>Ou seja, a aposta deve ser em produtos indígenas, em recursos endógenos. Minérios, tapeçarias de Arraiolos e de Portalegre, cerâmica, mantas de lã de Mértola, produtos alimentares de alta qualidade, como queijo, presunto ou vinho.</p> <p>A estratégia (e nisso o Alentejo não é excepção em relação aos planos para o resto do país interior) é criar fileiras produtivas, desde a agricultura à comercialização passando pelo tratamento industrial.</p> <p>(...)</p> <p>Terão de chegar ao Alentejo pessoas de fora, de preferência com juventude e formação, o que significa que terá de se apostar no reforço dos centros urbanos mais importantes, porque só esses têm capacidade para atrair mais população.</p> <p>(...).”</p>
15/8/94 Pág. 13	Suplement o Economia	LMV/MC	<i>O enclave de S. Domingos</i>	<p>“Aprender com os antigos, é concelho velho. E, não se sabe por que fados, alguma da pouca modernidade que está a chegar ao Alentejo é trazida por arqueólogos que escavam na terra seca a memória dos tempos. É o caso da equipa de Cláudio Torres, em Mértola, ou da de Carlos Fabião, em Almodôvar, esta em trabalhos muito menos adiantados.</p> <p>(...).”</p>
15/8/94 Pág. 13	Suplement o Economia	LMV/MC	<i>A herdade modelo</i>	<p>“(...).</p> <p>José Falcão é (...) dono de uma empresa agrícola modelo, rentável dentro do sistema PAC, gabada pelo IFADAP e outros organismos oficiais, onde conjuga a caça com a pesca, o agro-turismo com a mecanização intensa, o sequeiro com o regadio. Rega o seu trigo –coisa rara no</p>

				<p>Alentejo – obtendo produtividades idênticas às dos solos férteis da Europa Central. É obra. Este agricultor é engenheiro químico de formação (o filho com que mais directamente trabalha, José Maria já é engenheiro agrónomo), acredita seriamente nas reservas de água, mas propende para a sua multiplicidade e pequena/média dimensão. Foi ele próprio que montou em 1986 o seu próprio pivot, tem nas suas herdades duas barragens e calcula que tenha investido ultimamente nas suas terras ‘à volta de 180 mil contos, mais de metade em tubagens’.</p> <p>Dos 1400 hectares que a sua casa domina, 350 são de regadio e 800 de sequeiro, nos quais se incluem montados de azinho e olival. Há ainda que fazer uma referência a 10 hectares onde foi descoberta em 1946 uma estação arqueológica romana, que hoje está conservada e que já teve a sua exposição em Paris, por via dos painéis com mosaicos, com patrocínio da Gulbenkian.</p> <p>(...)</p> <p>Para além da água, justifica a prosperidade das suas terras ‘com as melhores sementes, melhores adubos e, factor principal, melhores herbicidas’. Acredita em toda a sorte de coisas novas (...) mas não se quer meter em coisas que não domina, ‘artes como o vinho’.</p> <p>Apesar deste panorama risonho, apesar de serem herdades modelo a olho nu, as terras de José Falcão, é ele próprio quem o diz, ‘sem os subsídios seriam deficitárias’. ‘Por isso temos uma estratégia própria para aproveitar os subsídios’, explica sem um pingo de remorso por estender o púcaro à fonte de Bruxelas, acrescentando que (...) ‘40 por cento das receitas são subsídios’, das mais diversas proveniências e com as mais variadas valências.</p> <p>O agricultor modelar tem já uma prioridade estratégica para os próximos tempos. ‘Montar um pivot rebocável, que depois de regar o trigo (na mesma terra em que regará o milho) regue o girassol’. E é esta planta que, para finalizar, lhe liberta aquela ironia perversa dos alentejanos: ‘Quando acabar o último subsídio, acaba o último girassol’. Mas até lá, José Falcão é prova acabada de um novo modelo de agricultura no Alentejo.’</p>
<p>31/8/94 Pág. 40</p>	<p>Local</p>	<p>Pedro Ferro</p>	<p><i>Nós somos vida das gentes e morte das nossas vidas’</i></p>	<p>“Há nos portugueses um gosto quase filial pelas coisas de ir à terra. Ir à terra é uma prática dos fins-de-semana para quem vive na cidade e a representação mental de um certo mito de eterno retorno.</p> <p>Na cidade, a nostalgia do campo pendura-se nas floreiras da varanda e saboreia-se naqueles almoços familiares do domingo, cozinhados com a carne e os legumes, o pão, o azeite, fruta e o vinho trazidos na última excursão à aldeia natal.</p> <p>(...)</p> <p>Ir à terra é sempre um acontecimento festivo. Vai da excitação da viagem à alegria febril dos miúdos de respirar a liberdade. Pisar terra, enlamear os calções no barro, arranhar os joelhos no saibro batido pela bola, esvoaçar nas asas de uma cegonha com garbo de princesa são coisas deles – dos mais novos. Isto, a tolerância dos pais e a cumplicidade dos avós que nunca da terra saíram.</p> <p>Ir à terra é este reencontro com as coisas primevas da vida. E levar um abraço aos que, por teimosia ou desgraça, na terra têm destino de ficar, sonhando o dia em que não tenham por ambição maior expulsar os filhos para longe de</p>

				<p>si. Os que da terra e na terra vivem, cada vez mais mal. Os tais em cujas bocas e ânimo Gil Vicente punha estas palavras: 'nós somos vida das gentes e morte das nossas vidas'. Porque são os homens que fazem a terra e ela nada vale ficando deles órfã."</p>
6/9/94 Pág.46	Local	Carlos Dias	<i>Herdade dos Grous em Beja O saque que ninguém trava</i>	<p>"É uma unidade agrícola de 600 hectares, com modernas infra-estruturas e equipamentos para culturas de regadio e pecuária, dotada de uma soberana albufeira com 3,2 milhões de metros cúbicos de água. Está abandonada há mais de um ano e tem suspensa uma penhora por quase um milhão de contos de dívidas. Entretanto, já desapareceram ceifeiras debulhadoras, tractores, bombas de água e até a mobília do monte. O proprietário sabe disto, mas considera o abandono uma 'operação empresarial'. Rende-lhe mais o monte abandonado.</p> <p>(...)</p> <p>No cimo de uma pequena elevação, ergue-se a poucas dezenas de metros da albufeira o monte que já tem sido cobiçado por muitos pelas sua beleza arquitectónica e enquadramento paisagístico, tendo agora portas e janelas rebentadas. Em redor, instalações para o gado, armazéns, palheiros, estão em grande parte destruídos.</p> <p>O seu dimensionamento denota a preocupação de fazer uma agricultura em moldes europeus, virada para o regadio e a pecuária. Mas o único movimento com que se depara é o de um rebanho que o pastor João Maria ali encaminha, devido aos pastos, que são excelentes. Não tem ordem para guardar o monte, mas fá-lo porque lhe custa ver tanto roubo descarado sem intervenção de ninguém.</p> <p>Conheceu a herdade há mais de cinco anos e semeada com milho, arroz, tomate e outras hortícolas. Quando levou para ali o rebanho, vai para um ano, 'o monte tinha mobílias e tudo', refere consternado. A pouco e pouco (...) foram levando o recheio da casa, apenas prevalece parte da lareira num salão que ainda guarda vestígios de arte nova e alguns armários partidos na cozinha.</p> <p>Nos rés-do-chão, está o resto de uma garrafeira de qualidade, os cacos de vidro. Espalhados na margem da albufeira, alfaias agrícolas acumulam ferrugem envoltas em crva que quase as tapa.</p> <p>(...)</p> <p>A Herdade dos Grous já teve 800 hectares de superfície e todas as infra-estruturas ali existentes, incluindo a albufeira e a casa senhorial, foram mandadas construir por José Mestre Lampreia – mais conhecido por 'Chapinha'. Com o advento da reforma agrária, a propriedade foi ocupada. Depois, José Lampreia recebeu sob a forma de reserva cerca de 600 hectares, mais tarde vendida a um alemão que ali se estabeleceu por alguns anos, mas sem grande sucesso. Pirra Xarepe (actual proprietário) adquire, 'num final de tarde', por 350 mil contos a Herdade dos Grous. A abundância de água foi determinante, confessa ao Público o actual proprietário que optou por desenvolver apenas a actividade pecuária com 12 mil cabeças de gado, para a produção de carne de qualidade destinada ao mercado europeu. Os terrenos da herdade seriam pastagem e cultivo de forragem de milho, que alimentaria o gado, mas o projecto falhou.</p> <p>O declínio da herdade iniciado devido às opções entretanto tomadas para a agricultura portuguesa no quadro</p>

				<p>comunitário e ao acumular dívidas daí resultantes, esclarece Pirra Xarepe., que acabaram por conduzir a um processo de execução fiscal instaurado pela Repartição de Finanças de Beja, através de uma acção de penhora movida pela CGD. (...).</p> <p>Manuel Páscoa, director distrital de Finanças, encontra razões para a denúncia de crime económico se os serviços de Finanças confirmarem o desaparecimento ou a deterioração das instalações, máquinas e equipamentos constantes do inventário efectuado quando a herdade foi penhorada.</p> <p>A herdade dos Grous não é a única propriedade que Pirra Xarepe tem em situação de abandono. Segundo disse, tem outras nas mesmas condições e até na região do Douro é proprietário de vinhas que mal sabe onde ficam. Explicou as suas origens humildes e como subiu a pulso na vida, para finalizar com críticas violentas aos responsáveis governamentais pela destruição que fizeram da agricultura portuguesa.</p> <p>Diz estar neste momento numa luta contra-relógio para 'manter intacta a herdade', mas para nela desenvolver um projecto turístico, porque agricultura 'é coisa que ali não dá'. E revela que a água da albufeira tem dissolvidas substâncias que queimam qualquer cultura, uma anomalia que ainda ninguém registou.</p> <p>Na freguesia de Albrenoa, que lhe fica próxima, as pessoas sempre conheceram aquela terra como boa. 'Só não a vi dar sal', ironiza um antigo trabalhador da herdade, José da Cruz, agora desempregado, mas dava tomate, melão, trigo, hortaliças, cevada. 'Cheguei a ver na herdade (...) 600 vacas de leite, bezeros para a engorda e porcas criadoras'. Tinha modernos sistemas de alimentação, sala de ordenha e equipamentos para a secagem e lavagem de milho. Dava trabalho a 50 pessoas. (...). No entanto, Pirra Xarepe acha tudo isto pouco relevante e contrapõe com o argumento da terra pobre, 'classe D e quase nada classe A', sem condições para exercer ali uma agricultura competitiva e em moldes europeus.</p> <p>O futuro da Herdade dos Grous parece estar talhado como o de muitas propriedades abandonadas no Alentejo. Local de veraneio para os cidadãos endinheirados passarem os fins-de-semana ligados à natureza. Entretanto, serve de praia fluvial, para os que não têm férias, nem subsídio, nem trabalho."</p>
10/9/94 Pág. 40	Local País	Carlos Dias	<i>Beja Meio milhão de contos para novo aterro sanitário</i>	<p>"(...). Os novos hábitos de consumo da população residente em Beja, basicamente ligada ao sector terciário, aliados ao crescimento populacional, com a consequente desertificação das aldeias (52 por cento da população do concelho reside na zona urbana), estão na base de um aumento anual dos resíduos sólidos estimado entre cinco a seis por cento.</p> <p>Estudos efectuados pela autarquia revelam que a cidade de Beja regista o maior índice nacional no lixo produzido (1163 gramas 'per capita' quando a média nacional é 800 gramas). Por outro lado, não se verifica nas freguesias rurais do concelho, a chamada economia doméstica, que tem por base a agricultura familiar, tradicionalmente receptora de parte dos resíduos sólidos para utilização como fertilizantes, daí que o aterro sanitário seja o destino do lixo total.</p>

				(...) Após o encerramento do actual aterro, o local será arborizado e transformado em espaço de lazer. (...)"
25/9/94 pág. 47	Local	Anabela Mendes	<i>Para alertar a opinião pública para os problemas da região 'Embaixada' alentejana veio a Lisboa</i>	"Uma embaixada alentejana promovida pelo recém criado movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento deslocou-se a Lisboa para sensibilizar a opinião pública para a grave situação que se vive na região, nomeadamente a desertificação. (...) Alguns dos que 'atacavam' o farnel alentejano que os acompanhou na viagem até à capital mostravam-se meio desiludidos com a recepção lisboeta, como confessou um dos elementos da comitiva de Castro Verde. (...)"
25/9/94 Pág. 63	Local País	Carlos Dias	<i>Andorinhas abatidas no Alentejo</i>	"A Quercus, núcleo Alentejo, voltou a denunciar, através de comunicado, a destruição de uma grande colónia com mais de 500 andorinhas dos beirais, desta vez na Casa do Povo de Beringel. A limpeza do edifício foi a justificação apresentada pelo presidente da direcção (...). A sujidade provocada por estas aves nos locais de nidificação é o argumento apresentado por quem faz a limpeza dos beirais, mas o presidente da Quercus considera este inconveniente um custo que temos de assumir para a manutenção do equilíbrio ecológico. (...). No comunicado difundido faz-se ainda a denúncia de um grave atentado a um juvenil abutre-do-egipto que foi alvejado e ferido numa asa. (...). (...) está em observação no Centro de Recuperação da Ria Formosa, no Algarve. Saliente-se ainda que a ave foi recolhida por um grupo e caçadores. Também no concelho de Ferreira do Alentejo, igualmente numa área de regime geral, foi abatido um falcão, espécie protegida por diversa legislação nacional e por convenções internacionais. Mais grave, denuncia ainda a Quercus, foi o envenenamento ocorrido na Herdade Sempre Noiva, na região de Évora, que está classificada no regime cinegético especial como área de caça turística. No passado dia 9 um pastor assistiu à morte dos seus cães nesta herdade, por envenenamento com estricnina, conforme foi confirmado pelo veterinário. O proprietário de nacionalidade francesa indemnizou o pastor, mas passados alguns dias foram observadas duas aves de rapina com sinais de intoxicação. (...). A Quercus identifica este exemplo como a 'ponta do iceberg' dos muitos atentados efectuados em nome do chamado controle dos predadores que se está a fazer sem controlo nem regras em muitas áreas do regime especial de caça. (...)"
8/10/94 Pág. 45	Local	Carlos Dias	<i>Serpa Chuvras deixam água imprópria para consumo</i>	"A água da vila de Serpa está imprópria para consumo humano, devido à contaminação causada pelas fortes chuvadas (...). A câmara local divulgou um comunicado (...) alertando a população para a má qualidade da água, que não devia ser utilizada para beber ou cozinhar (...). O vereador da Câmara de Serpa, António Oliveira, disse que a água apresentava elevado teor de nitratos. (...). A população reagiu com alguma naturalidade. 'Temos já alguma prática nestas situações', comentou o director do hospital de Serpa. (...)"
8/10/94 Pág. 46	Local		<i>Furo artesiano preocupa Moura</i>	"A exploração para fins agrícolas de um furo artesiano, em Moura, está a provocar baixas significativas nos lençóis

				freáticos que abastecem a cidade. de acordo com a câmara local. (...). O proprietário do furo fornece água a uma exploração agrícola próxima de Moura, para regadio de alguns hectares de milho. (...)"
9/10/94 Pág. 21/22	Sociedade	Carlos Abreu	<i>Aliança inédita marca a abertura de mais uma época de caça Caçadores e ecologistas contra a lei</i>	<p>"A época abre hoje. A marcá-la está uma inédita união entre caçadores e ambientalistas. Juntos para contestarem a lei que o procurador-geral da República enviou para o Tribunal Constitucional. Uma estranha acalmia instalou-se na luta que há dois anos opõe caçadores do regime livre e associativos.</p> <p>(...)</p> <p>Esta interessante e inédita plataforma de entendimento (...) pretende ver introduzido o direito à não caça, ou seja, os proprietários passariam a ter o direito de interditar o direito à caça nos seus terrenos, ficando também eles impedidos de caçar nas suas propriedades.</p> <p>As pretensões reformadoras de caçadores e ambientalistas não se ficam por aqui. Ambos tecem duras críticas à fiscalização 'ineficaz e ridícula' das áreas de caça, quer do regime geral, quer do regime especial.</p> <p>(...)</p> <p>Melhorada a fiscalização, caçadores e associações do ambiente pretendem ainda ver alterada a constituição do Conselho Nacional da Caça. Actualmente, o órgão consultivo do Governo em matéria de caça é constituído quase exclusivamente por pessoas provenientes da Administração Pública. Uma composição que, na sua opinião, deverá ser invertida, no sentido de dar voz à sociedade civil, associações de caçadores, associações de agricultores e comunidade científica.</p> <p>Esta invulgar associação pretende ainda ver elaborados planos de ordenamento regional para espécies migradoras. (...). Querem ainda que seja abolida a caça nocturna aos patos e que só seja permitido caçar entre o 'nascido e o pôr do sol' (...). É que, explicam, 'muitos caçadores começam a caçar ainda noite cerrada, pelo que são abatidas espécies protegidas'.</p> <p>(...) a polémica estalou quando a discussão versava o 'controlo de predadores', uma disposição da actual Lei da Caça permite aos gestores cinegéticos o abate de raposas e de saca-rabos. No entanto, à sombra desta disposição cometem-se as maiores barbaridades. (...)"</p>
9/10/94 Pág. 32	Cultura Património	Isabel Braga	<i>Castelos portugueses à venda</i>	<p>"A venda a particulares do património militar português – como o Forte de Nossa Senhora da Graça em Elvas ou o Castelo de Noudar, em Barrancos – preocupa a associação portuguesa dos amigos dos castelos (...).</p> <p>O Forte da Nossa Senhora da Graça (séc. XVIII) foi posto à venda pelo seu proprietário, o Ministério da Defesa. Uma fonte do Ippar afirmou ao Público que 'há uns japoneses interessados em adquirir o forte'. 'Talvez para fazer lá dentro um campo de golfe!', ironizou.</p>
11/10/94 4 Pág. 48	Local	Carlos Dias	<i>Em Beringel Museu rural para investigar a comunidade humana</i>	<p>"Num antigo lagar de azeite localizado na freguesia de Beringel, a câmara Municipal de Beja vai instalar um museu rural que, no seu género, será o primeiro do país. Concebido para uma grande mobilidade expositiva, o novo museu estender-se-á aos antigos moinhos de água e de vento, parques agrícolas e montes, para dar a conhecer a realidade humana que o enquadra.</p> <p>(...) pretendem os seus promotores acima de tudo efectuar o levantamento etnográfico da sociedade rural alentejana.</p>

				<p>Consideram que a pressão social tem conduzido à destruição sistemática do património e está a provocar o rápido desaparecimento das memórias, vivências e saberes inerentes aos agentes vivos das comunidades locais.</p> <p>(...)</p> <p>o projecto aposta igualmente nas vantagens para a região do chamado 'turismo cultural', a partir do momento em que existam condições para oferecer a públicos-alvo informações sobre a sociedade local. Investigadores, estudantes de ciências sociais e outros académicos terão ao seu alcance bancos de dados, arquivo de imagens, testemunhos orais e histórias de um vasto património, que diz respeito a uma cultura rural em muitos aspectos já desaparecida. (...).</p> <p>A instalação do museu rural de Beringel corresponde ainda a um sonho antigo da população local, de valorização da terra que foi concelho até 1839. 'Vai ser bom porque depois vem gente ver isto', comentam os velhos que passam os dias nos bancos corridos à beira da estrada. E acrescentam: 'fica a aldeia mais bonita, com a casa toda arranjadinha'."</p>
25/10/94 Pág. 12	Espaço Público	Sebastião Lima Rego	<i>Portugal em 2010 o deserto que nos espera</i>	<p>"Em 2010, provavelmente, Portugal será, em 80 por cento do seu território, um deserto. (...). O conjunto Trás-os-Montes e Alto Douro, as Beiras interiores, o Alentejo, o Algarve serrano, designadamente, apresentarão a visão lunar e apocalíptica de um vácuo total, triste e desregrado. Então, as poucas cidades do interior terão estiolado quase completamente. Vegetarão soturnamente, batidas pelo sol e pela inutilidade, meio arruinadas, sem empregos, sem razão de ser. E sem jovens. Alguns turistas mais sentimentais visitá-las-ão ainda, aqui e ali, em silêncio, como quem passa melancolicamente pela Acrópole, pelo Coliseu de Roma...</p> <p>As aldeias, essas, terão pura e simplesmente deixado de existir. Meras pedras amontoadas, com urze a irromper por onde antes medrara cor e alegria, recordações mudas de um ruído milenar que se apagou sem glória, as sombras das antigas aldeias de Portugal serão apenas o passado dos ratos e dos arqueólogos. Emblemas de um mundo que se desmoronou repentinamente, sem chegar a compreender como nem porquê, os restos dos lugares em que, por séculos e séculos, se trabalhara com dureza e se vivera com dignidade, simbolizarão enfim mais a morte do que a vida, mais as trevas do que a luz.</p> <p>Os campos, totalmente ao deus-dará, representarão uma visão horrorizante e mítica de fim-do-mundo (...) figurarão a própria imagem do desleixo e da natureza bruta, anterior à civilização. Muito raramente, um empreendimento turístico, um campo de golfe, uma reserva de caça. Muito raramente; quase sempre, a solidão e o caos.</p> <p>(...). As pessoas (...) viverão, em 2010, singelamente, à espera da morte, em casas de betão alinhadas rectilineamente, sem horizontes, com a saudade nos olhos e o frio no coração.</p> <p>Portugal será então um país desequilibrado, coxo, artificial.</p> <p>(...).</p> <p>(...). O mundo rural acaba de sofrer a talvez maior machadada de sempre da sua história e, presumivelmente, não vai conseguir reerguer-se, pelo menos nas duas ou três seguintes gerações. E, com o afundamento do mundo rural,</p>

				<p>as províncias do interior, que não têm (...) alternativas a uma ruralidade que até há pouco tempo marcava em absoluto o seu ritmo de existência, mergulharão sem remissão num marasmo profundo. (...).</p> <p>Comparar com o passado é frequentemente útil. Qualquer coisa à tragédia contemporânea teve lugar em Portugal do século XVI, com os reflexos metropolitanos da Expansão. Também nessa época, a miragem da riqueza fácil (...) despovoaram os campos, arruinaram a agricultura e desequilibraram dramaticamente a economia do país e a respectiva harmonia social. (...).</p> <p>(...)</p> <p>ao atirar borda for a, assim, de supetão, a vertente agrícola/rural da nossa história, da nossa convivialidade, da nossa memória, o Governo de Cavaco Silva tomou sobre si uma tremenda responsabilidade de desfechar uma ruptura drástica, não somente na economia de Portugal, mas até, e mesmo sobretudo, no tecido do imaginário cultural de Portugal e dos portugueses. (...).</p> <p>Se a esse corpo/nação se extrai brutalmente uma parte importante, sem a substituir por nada de consistente, naturalmente que o conjunto se degrada, ficando gravemente empobrecido. (...).</p> <p>(...). Tudo porque o Governo mostrou não ter nenhuma política que acautelasse uma transição suave da nossa agricultura para níveis de competitividade completamente diferentes e, muito menos não ter políticas que minimizassem os custos sociais impossíveis de evitar, no respeito pelas pessoas envolvidas, pelos valores culturais e regionais em causa e pelo equilíbrio e solidariedade nacionais.</p> <p>Esta é uma questão fundamental no fim do milénio português. A revisão constitucional, a ponte, os horários dos supermercados aos domingos são obviamente problemas relevantes, mas talvez dentro de dez anos ninguém se lembre deles. Pelo contrário, a agonia da agricultura, o esvaziamento do interior, a morte das nossas aldeias apontam para um tema liminar, exemplar, do futuro de Portugal. Do nosso futuro profundo.</p> <p>(...)"</p>
<p>25/10/94 4 Pág. 54</p>	<p>Local</p>	<p>José António Cerejo</p>	<p><i>Câmaras e promotores imobiliários contra o Governo por causa dos planos regionais Guerra dos alvarás no Alentejo e Algarve</i></p>	<p>"A Câmara Sines deu 20 dias a todos os titulares de alvarás e licenças para provarem que os seus projectos são compatíveis com o plano de ordenamento regional. É uma exigência governamental cujo incumprimento pode dar direito a embargos e demolições.(...).</p> <p>A Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território está em guerra aberta com os promotores imobiliários e algumas câmaras do litoral alentejano e algarvio. Em causa está a inviabilização de numerosos empreendimentos licenciados antes da publicação dos planos regionais de ordenamento do território (Prot) e que são, agora, considerados incompatíveis com estes planos.</p> <p>(...)</p> <p>A batalha jurídica conduzida pelos promotores (imobiliários) contra a SEALOT (...) tem agora como grande objectivo a declaração da inconstitucionalidade que o provedor da justiça poderá pedir em breve ao Tribunal Constitucional.</p> <p>(...)</p>

				<p>A fazer coro com os promotores imobiliários poderão surgir em entretanto as cinco câmaras abrangidas pelo Protali (Alcácer do Sal, Grândola, Sines, Santiago do Cacém e Odemira), que contestam alguns aspectos do plano e das suas portarias regulamentadoras. Segundo Francisco Pacheco (presidente da câmara de Sines), o afastamento das autarquias do processo de emissão de garantias de compatibilidade é apenas um dos aspectos da verdadeira questão: 'A Secretaria de Estado retirou poderes de ordenamento e de planeamento urbanístico às câmaras, violando competências municipais com a publicação do Protali'.</p> <p>Na opinião do presidente de Sines, o planeamento regional não pode descer a certos níveis de pormenor cuja competência cabe 'claramente às câmaras através de instrumentos de categoria inferior como os PDM aprovados pelo Governo'. Este tipo de objecções, que sustentam a tese da inconstitucionalidade dos planos regionais é partilhado pela Associação Nacional de Municípios e por um parecer solicitado pelas câmaras alentejanas a Freitas do Amaral. Daí que as câmaras abrangidas pelo Protali, adiantou Francisco Pacheco, estejam a ponderar a hipótese de pedir ao provedor da justiça que leve o caso ao Tribunal Constitucional.</p> <p>No que se refere à certificação da compatibilidade entre títulos preexistentes e planos aprovados posteriormente, Francisco Pacheco subscreveu a posição das empresas imobiliárias, defendendo duas coisas. Uma é que 'em princípio só devia ser exigida compatibilidade dos alvarás e emitir depois de publicada a lei - até porque é complicadíssimo aplicar os planos a obras já em curso'. Outra é as preocupações de ordenamento do litoral que guiam o Protali estão reflectidas nos PDM', pelo que se os alvarás respeitam os Planos municipais têm que respeitar também os planos regionais. (...)"</p>
28/10/94 pág. 26	Sociedade	Ana Fernandes	<p><i>Ministros do Ambiente e Agricultura hoje em Castro Verde</i></p> <p><i>Agricultores guardiões do ambiente</i></p>	<p>"Hoje é dia de medidas agro-ambientais. Os ministros do Ambiente e Agricultura vão a Castro Verde apresentar o primeiro plano zonal de um conjunto de sete que se disseram prioritários. Não faltam as críticas e os receios de que este seja apenas um diploma para 'esverdear' o sistema. Mas também pode ser um dos mais importantes regulamentos para a conservação.</p> <p>Primeiro pediram-lhes para se modernizarem. Depois disseram-lhes para não produzir. Agora pedem-lhes que sejam guardiões da natureza. Os agricultores portugueses vêm-se hoje confrontados com várias medidas de apoio que os puxam para diferentes lados. Face a esta multiplicidade de incentivos, os ambientalistas receiam que as medidas agro-ambientais venham a perder uma batalha que se trava à altura do mercado. O governo diz que não e joga com números. Outras cabeças, por seu lado, defendem não interessar emprender uma batalha pelas agro-ambientais quando o que interessa é injectar as preocupações ambientais em todas as medidas.</p> <p>As medidas agro-ambientais constituem apenas uma das três medidas de acompanhamento da PAC. Os seus princípios fundamentais, definidos na portaria 2078/92, da UE, são a diminuição da produção e a protecção do ambiente e da paisagem rural. Dividem-se por quatro</p>

				<p>grandes objectivos: diminuição dos efeitos poluentes da agricultura, extensificação e/ ou manutenção de sistemas agrícolas tradicionais, conservação dos recursos e paisagem rural e formação profissional. As outras medidas de acompanhamento dizem respeito à florestação de terrenos agrícolas e à reforma antecipada dos trabalhadores.</p> <p>Neste quadro geral, aparecem as medidas agro-ambientais com um orçamento, até 1997 de 37 milhões de contos para Portugal. 'Mas as agro-ambientais perdem no mercado porque um agricultor recebe três vezes mais por plantar uma árvore do que recebe por manter as culturas tradicionais' acusa Francisco Moreira, da Liga da Protecção da Natureza.</p> <p>Esta associação tem um interesse particular nas agro-ambientais por via do projecto que está a desenvolver em Castro Verde, numa zona classificada como área de interesse para a conservação da natureza. Ali, no meio das estepes cerealíferas, paira a abetarda, uma ave em vaís de extinção que faz o ninho entre as espigas.</p> <p>'Como o PDM de Castro Verde proíbe a plantação de árvores, os agricultores começaram a perceber que não receberiam nada e puseram a culpa na Liga e conseqüentemente na abetarda', diz Francisco Moreira (da Liga).</p> <p>Para Miguel Vieira, presidente do Instituto para o Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental, o importante desta discussão entre agro-ambientais e restantes medidas não é transformar as agro-ambientais em cavalo de batalha dos ambientalistas mas sim 'investir na eco-responsabilização, ou seja, introduzir a vertente ambiental em todas as outras medidas'.</p> <p>(...) segundo Matadouros Resende, vice-presidente do Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, responsável pelas agro-ambientais, o número de candidaturas que chegaram ao instituto desde a entrada em vigor das agro-ambientais, ou seja, Julho de 1994, 'demonstra que os agricultores preferiram assumir os compromissos estabelecidos nestas medidas'. Deram entrada 53 mil candidaturas, 45 mil das quais consideradas elegíveis. Até agora foram atribuídos 4,6 milhões de contos, podendo-se atingir os seis milhões até ao fim do ano (...).</p> <p>(...) a principal crítica feita ao Governo (pelos ambientalistas) diz respeito à forma como a portaria europeia foi passada para a lei portuguesa. 'A criação de um regulamento de aplicação horizontal em detrimento da aplicação de programas zonais adaptados às características das zonas mais importantes constitui uma razão importante para que os objectivos das agro-ambientais não sejam atingidos', acusa a Liga.</p> <p>A preocupação prende-se sobretudo com as áreas definidas como prioritárias, nomeadamente Alvão, Castro Verde, Costa Alentejana, Gerês, Montesinho, Serra da Estrela e Tejo Internacional. A questão da especificidade, que só os planos zonais poderiam contemplar, prende-se com coisas tão simples como a dimensão da propriedade ou a densidade mínima de azinheiras por hectare.</p> <p>O plano geral determina que o apoio é atribuído apenas a propriedades com menos de 50 hectares quando em Castro Verde a dimensão média ascende a mais de 200 hectares.</p>
--	--	--	--	---

				<p>Por outro lado, estimou-se que só seriam elegíveis montados de azinho com uma densidade de 40 árvores por hectare quando, na realidade, os montados têm, no máximo ... 20 a 30 árvores.</p> <p>(...)</p> <p>Segundo Matadouros Resende (vice-presidente do Instituto para o Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental), o grande objectivo para Castro Verde vai ser manter a produção de cereais com uma produtividade mediana, com o compromisso de, por cada 100 hectares, se plantarem cerca de um hectare com culturas indicadas num anexo, de que é exemplo o grão de bico, que serve para a alimentação das abetardas. Mas o agricultor pode candidatar-se a outras medidas, como o montado de azinho ou a criação de raças autóctones.</p> <p>Miguel Vieira (da Liga) também tem algumas dúvidas quanto à eficácia destas medidas em relação ao cereal: 'O preço do cereal está em queda e os produtores prevêem que, até 1999 estejam a ter um prejuízo de 40 contos por hectare. Será que o subsídio poderá cobrir este prejuízo? Para o agricultor não será melhor fazer pastagens para as vacas, que recebam um subsídio, por cabeça, de 51 contos? Só que com as pastagens a protecção da abetarda é colocada em risco'.</p> <p>'Os agricultores terão o seu rendimento aumentado em 40 por cento com as agro-ambientais e caso se juntem e façam o seu plano de ordenamento ainda terão mais 30 por cento', contrapõe Matadouros Resende.</p> <p>Estes últimos planos pretendem, a médio prazo, compatibilizar a actividade económica com a conservação da natureza, ou seja têm de prever a sua auto-sustentabilidade, porque os apoios não duram sempre. Estes planos prevêem actividades como 'turismo de natureza, exploração de produtos de grande qualidade como a posta mirandesa ou a exploração de porco montanheiro para competir com o porco negro espanhol, ou a caça, entre outras hipóteses'.</p> <p>Mas, para tudo isto é preciso fazer planos cuja elaboração pressupõe a união e dinamização dos agricultores. Em teoria até pode funcionar. Na prática, só aqueles que não herdaram uma tradição de isolamento e ignorância é que poderão dar o salto. É a regra da concorrência."</p>
28/10/94 Pág. 54	Local	Pedro Ferro	<i>Alentejo alimentar em Beja</i> <i>A feira da mudança</i>	<p>"Contribuir para a solidificação de uma rede de micro-empresas alternativa à tirania da monocultura dos cereais é um dos objectivos da Feira Alentejo Alimentar (...).</p> <p>'Há um renovado optimismo entre os empresários alentejanos', salientou (...) Artur Paes, Presidente do Nerbe. 'os empresários perceberam que as culturas tradicionais chegaram ao fim e que é preciso mudar'. Avançam-se assim novas experiências na agro-indústria (...).</p> <p>Está a dar-se no Alentejo uma mudança, que se observa na exploração dos recursos endógenos como o pão ou os enchidos, o mel ou os vinhos, a doçaria, os óleos vegetais ou os queijos. Estas formas de produção, transformação e comercialização opõem-se à monocultura cerealífera que tem marcado a fisionomia económica alentejana.</p> <p>Mostrar esta mudança e intervir nela na perspectiva</p>

				pedagógica, formadora de uma cultura empresarial, é o objectivo (...). (...). A estratégia de alargamento dos mercados (...) tendo em conta espaços internacionais, passa pela certificação das produções regionais de qualidade, adiantam.
22/10/94 Pág. 22	Sociedade	Ana Fernandes	<i>Medidas agro-ambientais apresentadas em Castro Verde Caça ou conservação na natureza?</i>	<p>“ ‘Associem-se’!. foi (...) o apelo lançado aos agricultores pelo ministro da Agricultura, Duarte Silva, durante a visita que realizou com a ministra do Ambiente a Castro Verde. A necessidade de associação decorre da possibilidade de existir uma majoração de 30 por cento em relação aos prémios das medidas agro-ambientais se os proprietários das terras formularem um projecto de ordenamento e beneficiação de grupos e explorações com 1000 a 3000 hectares. Só que, acusam os ambientalistas, estes projectos não passam de mal disfarçadas intenções de implantar a caça turística na zona.</p> <p>O plano zonal de Castro Verde, o primeiro que irá aparecer no âmbito das medidas agro-ambientais, foi elaborado pela Erena, uma empresa que está ligada a questões de ordenamento e, também a actividades cinegéticas. Note-se que as agro-ambientais são uma das medidas de acompanhamento da PAC que, com o pressuposto de que a agricultura portuguesa não é competitiva em termos de Europa, pretende apoiar o rendimento agrícola através de prémios à manutenção das culturas tradicionais importantes para a conservação da natureza. É por isso que na lista proposta no plano zonal aparecem 22 espécies da avifauna existentes na zona que estão classificadas por convenções internacionais. Só que, descritas como espécies com valor económico aparecem a perdiz, a codorniz e a lebre, ou seja, espécies cinegéticas.</p> <p>‘Isto é não reconhecer o valor económico das espécies não cinegéticas’, acusa Jorge Palmeirim, da Liga de Protecção da Natureza, uma associação que está a comprar terrenos em Castro Verde para proteger a fauna estepária. Mas, o aspecto mais preocupante do plano, segundo Palmeirim, é a majoração dada aos agricultores que, associando-se, realizem os tais projectos de beneficiação. O plano zonal diz que estes projectos serviriam para dar auto-sustentabilidade às explorações (...). Esta seria assegurada através do agro-turismo, turismo de natureza e ... da caça. (...)’ora, como estes projectos têm uma majoração, os agricultores podem ser empurrados para a caça turística’, afirma o ambientalista. Segundo Palmeirim, não se trata de excluir totalmente a caça da zona, mas ‘não se pode utilizar um instrumento destinado sobretudo para a conservação da natureza para estimular a caça’.</p> <p>A liga lamenta ter sido excluída do processo de realização do plano zonal quando esteve ligada às agro-ambientais em Castro Verde desde a primeira hora. Apesar de tudo, consideram que o plano ontem apresentado pelos ministros ‘globalmente não é mau, apesar de estarem subentendidas medidas de incentivo à actividade cinegética.</p> <p>Para a zona estão previstos 2,4 milhões de escudos para premiar os agricultores que optem pelas medidas agro-ambientais. Nesta zona, a medida mais importante é a manutenção das estepes cerealíferas, fundamentais para a protecção de várias espécies de avifauna, entre as quais se encontra a abctarda.</p>

3/11/94 Pág. 46	Local	Carlos Dias	<i>Lugar de Fonte Mouro em Beja Um buraco negro às portas da cidade</i>	<p>“Dezenas de famílias, na grande maioria idosos, estão dispersos por vários montes, numa área de cinco quilómetros quadrados, sem rede de electrificação instalada, que reclamam vai para 15 anos. (...). (...)</p> <p>Por um lado, não é zona rural, porque isso implica a existência de edifícios contíguos com mais de 10 alojamentos e em Fonte de Mouro estão afastados entre si centenas de metros. Por outro, também não pode considerar-se como local de exploração agrícola ou pecuária, pois os moradores vivem de pequenas culturas hortícolas para consumo próprio e em áreas que, na grande maioria dos casos, não ultrapassam o meio hectare. Assim, por não se enquadrar em nenhuma destas situações, Fonte de Mouro não beneficiou, até hoje, de ajudas ou subvenções financeiras – que podem variar entre os 45 e os 55 por cento – para levar até ao lugar a luz eléctrica. (...).”</p>
7/11/94 Pág. 3	Destaque Editorial	José Manuel Fernandes	<i>Os autarcas já não estão em estado de graça</i>	<p>“(…). Cumprida a função básica de levar electricidade e água às populações, de garantir as necessidades mais elementares, os autarcas começaram a ter de responder a problemas mais complexos, nomeadamente ao do desenvolvimento. E a verdade é que não se têm saído demasiado bem, pelo contrário. A imagem geral, no essencial justa, que se foi criando dos autarcas é que, no momento de desenvolver os seus concelhos, eles se tornaram em verdadeiros assassinos das paisagens e do ambiente. O caos urbanístico do litoral, a destruição do património das velhas aldeias, a proliferação de horrendas moradias e ainda piores urbanizações, a absoluta desordem territorial têm como primeiros responsáveis muitos autarcas deste país. Há dez anos poucos ligavam a estes ‘pormenores’ (para além de uns pioneiros) e, hoje, já ninguém fica indiferente ao conspurco das paisagens. Não surpreende, por isso, que muitos autarcas tenham passado de deuses a diabos, até porque é no terreno sensível dos desenvolvimentos urbanísticos que, regra geral, se levantam as maiores suspeições. (...).”</p>
7/11/94 pág. 7-9	Economia	Manuel Carvalho	<i>Estudo de Francisco Avillez traça quadro negro sobre o futuro O que resta da agricultura no ano 200</i>	<p>“(...) O fim do século reserva para a agricultura portuguesa uma triste realidade. O Ministério da Agricultura quis saber com o que se podia contar nos próximos anos e uma equipa coordenada por Francisco Avillez demorou dois anos para concluir que 20 por cento das explorações agrícolas do Continente têm o futuro garantido depois do ano 2000. Do que sobra, 22 por cento podem ser ‘potencialmente viáveis’, mas a maior parte do tecido empresarial agrícola parece estar condenado: 57 por cento das explorações vão ter de passar por uma profunda reestruturação ou pura e simplesmente fechar as portas. (...)”²³</p>
8/11/94 Pág. 49	Local	Pedro Miguel Ferreira	<i>No interior alentejano Associação Terras Dentro concorre ao Leader II</i>	<p>“(...). ‘É a roda a andar ao contrário’, sintetiza, pensativo, Camilo Mortágua, referindo-se à acção da associação que dinamiza há três anos e que tem sido apresentada como um projecto modelo (...). (...) Com 150 projectos aprovados (com o Leader I), aí se encontram inúmeras actividades tradicionais, desde a</p>

				<p>montagem de uma salsicharia à modernização de uma queijaria ou à abertura de um estabelecimento para venda da doçaria tradicional.</p> <p>(...). 'Tudo tem de partir da valorização da identidade cultural de uma região', acentua Camilo Mortágua, pondo a tónica num dos pressupostos essenciais da acção da associação.</p> <p>A necessidade de aumentar a capacidade de resposta tem levado a Terras Dentro a contratar técnicos especializados: 'Temos 20 a 25 quadros, de sociólogos a agrónomos e advogados, que passaram a residir aqui', explica, acentuando depois como isto é importante para a confiança das populações. 'O valor das casas duplicou e as pessoas passaram a acreditar que vale a pena restaurar a sua casa'. (...)"</p>
15/11/94 Pág. 54	Local	Pedro Miguel Ferreira	<p><i>Exploração mineira em castro Verde cria emprego e minimiza efeitos da seca</i> <i>Um oásis no Alentejo</i></p>	<p>"Desemprego? não há. Seca? Também não. Castro Verde não perde população e vê surgir importantes infra-estruturas como um cine-teatro, uma biblioteca e um pavilhão gimnodesportivo. Um oásis no Alentejo que se deve à exploração mineira (...). Quanto ao futuro, depois da mina, também está a ser acautelado.</p> <p>Só com a campanha do trigo nos anos 30 é que esta região assistiu a um acréscimo populacional comparável ao agora ocorrido - na década de 80 45 por cento-, com a instalação da indústria mineira em Castro Verde. Este é um dos dados contidos num estudo recente da LPN.</p> <p>A Liga apresenta ainda, no mesmo estudo, algumas soluções para o futuro: a agricultura e pecuária biológicas, conserva e secagem de frutos, apicultura e turismo verde (...), permitindo a observação da natureza. Esta última assenta, de resto, na necessidade de conservação de espécies protegidas como o sisão e a abetarda, já em vias de extinção e que ainda se encontram na estepe alentejana. (...).</p> <p>Com a aquisição (...) da Herdade de Belder a uma empresa de celulose, a Liga entrou na fase decisiva do seu projecto das estepes alentejanas. A organização ambientalista propõem-se permitir a manutenção do 'habitat' de diversas aves em extinção em toda a Europa. Entre elas se contam o sisão, a águia-casadeira, o tartaranhão caçador e aquela que é a maior ave da Europa e uma das mais voadoras do mundo: a abetarda.</p> <p>(...)</p> <p>O carácter extensivo da agricultura nesta zona do país criou um habitat seminatural de que dependerá agora a sobrevivência destas espécies.</p> <p>A aquisição da propriedade vai nesse sentido: manter a estepe cerealífera e as outras culturas tradicionais (para) assegurar a sobrevivência das aves.</p> <p>Foi no mesmo sentido que no plano zonal dado a conhecer pelo ministro da Agricultura para o biótopo Corine desta região, se estipula no âmbito das medidas agro-ambientais a atribuição de subsídios aos agricultores que mantenham as culturas tradicionais.</p> <p>'Concordamos e aceitamos os incentivos aceitáveis', diz o técnico agrário António Colaço, da Associação de Agricultores de Campo Branco, que representa cerca de 600 agricultores da região."</p>
19/11/9	Local	RT	Falta planeamento	"Os proprietários das matas privadas não querem continuar

<p>4 Pág. 52</p>			<p><i>nas matas privadas Proprietários contra abuso do Estado e chantagem dos ecologistas</i></p>	<p>à mercê das 'prepotências administrativas' do Estado nem do 'fundamento bacoco' dos ecologistas. razões que segundo afirmam têm estado na origem da falta de planeamento integrado das florestas e matas sob o domínio privado (...).</p> <p>Um dos problemas levantados durante o seminário prende-se com a legislação actual que permite, de acordo com os proprietários, 'a utilização pública da propriedade privada agro-florestal, ao mesmo tempo que restringe a utilização da mesma pelos seus legítimos donos'.</p> <p>'São vastos programas de obras públicas de infra-estruturas e vias de comunicação, que lesam os interesses de quem tem a posse do terreno. Tudo isto em nome do interesse público e da qualidade ambiental', disse ao Público Delegado Fonseca, dirigente da Associação de Produtores Florestais da Península de Setúbal (...).</p> <p>Durante o encontro (...) foi ainda sublinhado que, além de a propriedade florestal ser 'um elemento fundamental da preservação do meio ambiente', tem igualmente 'uma função económica e patrimonial' (...).</p> <p>Para a Aflops é necessário que se defina com rigor o 'planeamento do uso do território', de modo a que se possa saber 'quais as áreas potencialmente urbanizáveis' (...).</p> <p>O fundamentalismo dos ecologistas é outro dos 'dramas' da actualidade. Para Delegado Fonseca, além da prepotência do Estado, o maior condicionalismo imposto aos privados surge da parte de grupos ambientalistas. (...). Por outro lado, os proprietários continuam sem 'ter voz activa' no decurso das decisões que influenciam o desenvolvimento das florestas privadas.</p> <p>(...)</p> <p>'Há um exagero de protecção ambiental, tendo em conta que, com a concentração urbana, não há muitos espaços para urbanizar. Estamos a atingir uma situação de catástrofe, com a cidade a invadir as florestas, situação que contribui para o aumento dos fogos, o flagelo dos lixos e o drama da prostituição', afirmou um participante no encontro. (...)".</p>
<p>20/11/94 4 Pág. 50</p>	<p>Local</p>	<p>António Cerejo e Daniel Rocha</p>	<p><i>Aldeias de Alcácer ignoram a sua origem escrava Os pretos do Alentejo</i></p>	<p>"(...)</p> <p>Passeando pelas ruas da terra, humilde e isolada nas margens do Sado (...) pressente-se que o sítio esconde segredos e mistérios. Indiscutivelmente estamos no Alentejo: dizem-no as casas térreas e brancas, as ruas asseadas, as vozes baixas, o falar cantado, o olhar dos velhos resguardados do sol ... mas há pormenores que destoam, perguntas que têm de ser feitas.</p> <p>(...)</p> <p>'Antes do 25 de Abril foram daqui de Rio de Moinhos uns 10 ou 20 homens para Lisboa e voltaram envergonhados, que não conseguiram arranjar trabalho. A gente tinha medo de não se saber orientar. A nossa criação foi só esta, debaixo do domínio do patrão'. Significativa do peso do passado foi a experiência do Rio de Moinhos no tempo da reforma Agrária. Sem uma pausa, Ananias relata: 'Criou-se aqui uma cooperativa, mas as pessoas só se sentiam bem com o patrão. Era um hábito enraizado na ideia das pessoas. A gente vê que isso vem dessa linha (descendência</p>

				escrava). Parece que há uma linha que puxa a gente... É como se fosse uma cobardia, uma inferioridade que existe dentro da pessoas'. (...)”.
24/11/94 4 Pág. 53	Local		<i>Mértola Ambientalistas obtêm acordo sobre Herdade dos Cachopos</i>	“(…) Com o acordo (...) a Sotac comprometeu-se a não plantar mais eucaliptos na propriedade e a informar a Associação de Defesa do Património de Mértola sobre qualquer alteração do relevo do terreno. A herdade ficará também disponível para a realização de projectos de investigação na área do ambiente e da arqueologia. ‘O acordo vai de encontro aos objectivos da associação para a zona, que apontavam para a salvaguarda do biótopo e dos vestígios arqueológicos existentes’, afirma Jorge Revez, citado pela Lusa.
27/11/94 4 Pág. 61	Local	Raul Oliveira	<i>Alentejo Cavaco Silva lança roteiro arqueológico</i>	“(…) ‘O Governo tem uma ideia de futuro para o Alentejo, em contraponto às ideias miserabilistas muito em voga’, repetiu Cavaco Silva, não hesitando em qualificar de ‘sucesso’ o programa das pousadas do Alentejo. Também segundo o primeiro-ministro, o desenvolvimento do turismo de qualidade é a grande aposta do Governo para a modernização do Alentejo. (...)”.
2/12/94 Pág. 55	Local	Pedro Miguel Ferreira	<i>Minas do Lousal Turismo Rural na ordem do dia</i>	“Ali fecharam a mina, reduziram os transportes e ameaçaram com a instalação de um aterro de resíduos tóxicos. Agora, no entanto, a proposta é positiva: reconverter o velho complexo mineiro num empreendimento de turismo rural. (...) o projecto teve como ponto de partida a recusa (da SAPEC e da Câmara de Grândola) de instalação ali do aterro de resíduos tóxicos e a necessidade de reconversão económica e social da velha aldeia. A proposta passa pela criação de um projecto multifacetado, onde as vertentes turismo e animação cultural se articulam. (...)”.
5/12/94 Pág. 36	Local	Carlos Dias	<i>Água não chega para abastecimento público e agricultura</i>	“Beja e Aljustrel estão à beira de ficar à míngua de água no próximo Verão. (...)”.
8/12/94 Pág. 46	Local	José António Cerejo	<i>Uma aldeia de açoreanos que Pina Manique obrigou a ficarem alentejanos As Ilhas de Arraiolos esquecem-se dos Açores</i>	“No último quartel do sec. XVIII o intendente Pina Manique colocou o seu despotismo ao serviço da revitalização do Alentejo. A província estava arruinada e o seu futuro passava pelo repovoamento. A solução estava nos Açores e foi de lá que, num só ano vieram 2700 famílias para acordar a planície. Às portas de Arraiolos lá está ainda uma aldeia chamada Ilhas. A memória açoriana, essa perdeu-se no tempo e foi enjeitada pelo povo. (...)” ²³
12/12/94 4 Pág. 44	Local	Raul Tavares	<i>Estudo Técnico aponta melhores caminhos Câmara de Alcácer joga no turismo</i>	“A possibilidade de construção, em Barracão, de um aterro lixos industriais tóxicos constitui uma ameaça ao desenvolvimento turístico do concelho de Alcácer do Sal, de acordo com um estudo técnico encomendado pela câmara à Horwath Consulting (HC) (...). Segundo os técnicos da HC, a construção do aterro (...) pode dificultar os níveis de atracção turística para Alcácer que neste domínio pode oferecer ‘uma diversificada gama de produtos’, tais como sol e praia, natureza e ambiente, caça e pesca, história, gastronomia e artesanato, desportos náuticos, golfe e campismo. (...) O estudo alude ainda às vantagens da proximidade de Alcácer relativamente à grande Lisboa, a existência de

				vastas paisagens rurais e de extensas planícies cultivadas. Como pontos fortes são também apontados o protali e o PDM, documentos que, segundo os técnicos 'possibilitam um desenvolvimento turístico equilibrado'. Relativamente aos pontos fracos, o plano refere a dificuldade de acesso de e para Lisboa em períodos de grande trânsito. A falta de estruturas de apoio na maior parte dos locais de interesse turístico, a ausência de informação (...).
12/12/94 Pág. 45	Local	Carlos Dias	<i>Primeira assembleia geral do MARD reúne 400 aderentes Um buzirão do Alentejo contra poder central</i>	"(...) O MARD vai organizar um gigantesco buzirão em 25 de Janeiro para chamar a atenção da opinião pública portuguesa para o 'esquecimento deliberado' a que a região tem sido sujeita, lembrar que a regionalização é necessária e urgente e recordar que as potências do poder central 'têm conduzido o Alentejo a um beco sem saída'.
21/12/94 Pág. 46	Local		<i>Costa Vicentina com 6,4 milhões</i>	"A verba disponível para investimentos no futuro Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina ascende a 6,4 milhões de contos (dos quais cerca de metade) destinam-se a projectos de saneamento básico, resíduos sólidos e valorização dos recursos hídricos (...). Segundo a ministra, os restantes três milhões são destinados a projectos de conservação da natureza (...). O ministro da Agricultura, que acompanhou a colega do Ambiente (a Aljezur), salientou as medidas agro-ambientais e os projectos previstos com vista à valorização dos núcleos urbanos. Para o governante, essas medidas visam o fomento da actividade agrícola tradicional, a ocupação do território e o apoio aos agricultores. O ministro acrescenta que, para aquela área de paisagem protegida em reclassificação como parque natural, está também previsto um plano zonal no âmbito das agro-ambientais, o que 'irá trazer vantagens acrescidas' para a região.
21/10/94 Pág. 46	Local		<i>'Águas ruças' matam peixes no Guadiana</i>	"As águas ruças provenientes de lagares de azeite existentes em Moura e Serpa parecem ser a causa da morte de milhares de peixes ocorrida nos últimos dias perto do rio Ardila (...)."
24/12/94 Pág. 48	Local	Adelino Gomes	<i>Balanço do Ano Alentejo: a indiferença nacional</i>	"Estávamos em Julho e o caudal do Guadiana minguava a olhos vistos. Pelo terceiro ano consecutivo, a seca juntara-se uma vez mais ao desemprego, à pobreza, às mil pragas que o povo alentejano se tem visto obrigado a suportar século após século. Por toda a margem esquerda, técnicos, autarcas e organizações religiosas despertavam face ao quadro, cada dia mais nítido, que a crise desenhava. (...) A chegada às muralhas de Serpa (...) de uma camioneta da Cruz Vermelha carregada de viveres ribombou no orgulho das populações. 'Precisamos de emprego, não de esmolas', disparou um autarca, olhos nos olhos, sobre o presidente da Cruz Vermelha, Carrilho Ribeiro. Elementos da junta de freguesia de Vila Nova de Ficalho já antes haviam levantando a voz contra uma abordagem alegadamente miserabilista da crise por parte dos grandes meios de informação. Descontado o sensacionalismo de falar em fome onde havia apenas (?) graves carências alimentares; esquecida a afronta de carregar cobertores e leite em pó para o antigo

				<p>celheiro de Portugal como se de Huambo ou da Bósnia de tratasse, a verdade é que por detrás das caiadíssimas paredes de centenas e centenas de casas dos cinco concelhos da margem esquerda do Guadiana (...) se escondem dramas familiares de fazer envergonhar um país inteiro.</p> <p>Aqui são os mais velhos que sustentam filhos e netos à conta de reformas a que os portugueses do resto do país chamam de miséria – 16, 20, 26 contos por mês para comida, vestuário, transportes, livros escolares.</p> <p>(...). Em certos concelhos desta província que ocupa um terço do território nacional são já mais os pensionistas e as pessoas a cargo da família do que os trabalhadores activos. A crise na construção, os despedimentos da reforma agrária e a diminuição dos fluxos de migração sazonal para o estrangeiro não deixam a vários milhões de cidadãos outra saída que não os célebres POC, programas de ocupação curta, através dos quais ranchos de mulheres e homens limpam as bermas das estradas, dos barrancos, caíam edifícios do património municipal, tratam de jardins e balneários, em troca de uma remuneração mínima que lhes permitirá respirar por uns meses, até à apanha da azeitona. Vítimas de sucessivas e contraditórias políticas – a campanha do trigo do salazarismo, a reforma e contra-reforma agrárias do pós 25 de Abril e a Política Agrícola Comum – os alentejanos deram, em 1994, mais um passo em direcção a um destino em que poderão tornar-se um simples adereço folclórico de uma terra transformada em coutada de caça e destino turístico de fins-de-semana.</p> <p>A menos que consigam romper o ciclo vicioso do subsídio-esmola, criando actividades alternativas geradoras de emprego auto-sustentados em diversos sectores, que podem ir do turismo e da aposta na qualidade natural do produto 'numa Europa onde a agricultura está a desaparecer devido à quimização das terras', até à execrada gestão de recursos cinegéticos, responsável, dizem alguns técnicos contra corrente, pela criação de mais postos de trabalho permanentes nos últimos anos.</p> <p>Obnubilados pelos esplendores europeus, os portugueses mostraram-se indiferentes aos pedidos de socorro dos seus compatriotas além-Tejo. Por amarga coincidência, soube-se, nas vésperas de Natal, que o Governo se prepara para atribuir 80 milhões de contos de indemnizações a um milhar e meio de latifundiários expropriados no pós- 25 de Abril."</p>
27/12/94 Pág. 38	Local	Pedro Ferro	<i>Achado arqueológico dos séculos I e III perto de Castro Verde Em nome dos deuses</i>	<p>"É a maior colecção mundial não dispersa de lucernas romanas (...). São entre 15 mil e 20 mil que tiveram uma óbvia função sagrada. Este ímpar achado arqueológico foi trazido à luz do dia em Santa Bárbara de Padrões, uma aldeola assolapada nos chamados 'campos brancos', perto de Castro Verde. Lugar de remotas peregrinações em nome dos deuses.</p> <p>(...)</p> <p>(Manuel e Maria Maia, responsáveis pelo achado) Nos finais dos anos 80, abandonaram a carreira académica e instalaram-se em Castro Verde, que já há muito era o seu lar arqueológico. (...)"</p>

Público	Rubrica	Enunciador - Reportador	Título	Resumo
4/1/95 Pág. 36	Local País		<i>Grândola aprova moção contra Protali</i>	"A Assembleia Municipal de Grândola enviou aos ministros do Planeamento e Administração do Território (...) uma moção contra o Protali. (Nesta) manifesta a sua 'profunda preocupação pelos entraves ao desenvolvimento do concelho de Grândola que estão a ser colocadas pelo Protali. O documento (...) reclama alterações ao plano, argumentando que o mesmo vem impondo regras que dificilmente podem ser aceites por quem quer de facto investir e construir empreendimentos viáveis'. Alguns projectos (...) foram chumbados 'já depois de terem beneficiado da aprovação por parte de várias entidades, nomeadamente, a câmara'.
4/1/95 Pág. 36	Local País		<i>Quatro novas pousadas até 1998 Alentejo reforça oferta turística</i>	"(...) A construção destes novos empreendimentos está integrada num programa de desenvolvimento turístico que visa o reforça da oferta de alojamento (...) paralelamente à dinamização de circuitos turísticos de núcleos arqueológicos e das rotas dos vinhos. (...)".
5/1/95 Pág. 42	Local	Pedro Miguel Ferreira	<i>Unidade Turística de qualidade em Portugal 'Convento de Caric vai ser recuperado</i>	Há três anos o Convento de Portel foi notícia. Harold Caric, cidadão Croata (...), que o havia adquirido, queixava-se dos atropelos das autarquias locais. (...). No imóvel o proprietário introduziu transformações que põem em causa o património. Há cerca de uma ano, Caric vendeu o convento à empresa Terras do cante, viagens e turismo SA, apoiada pelo Leader-Alqueve por intermédio da Associação Terras Dentro, que o comprou em função da importância do imóvel em termos de património histórico e como potencial unidade turística de qualidade. (...) A actual desolação do templo, integrado numa bela paisagem solitária e bucólica, percorre também a fachada exterior: os sinos foram retirados dos campanários e os antigos cata-ventos de ferro forjado figurando aves em voo já não animam o topo do convento.
9/1/95 pág. 34/35	Local	José António Cerejo	<i>Autarquias e empresas querem solução política para o problema dos desperdícios na zona de Borba A desolação do mármore</i>	"Os mármorees que dão de comer a vários concelhos alentejanos estão também a dar conta do ambiente e dos recursos naturais da zona. Em cada ano que passa, a paisagem dos concelhos de Borba, Estremoz, Vila Viçosa e Alandroal é agredida com mais de três milhões de toneladas de pedregulhos. (...). (...) Na perspectiva empresarial, o impacte ambiental da exploração do mármore limita-se aos aspectos paisagísticos mas, nem por isso é grave. 'Se isto é desagradável para os de fora, para quem cá vive é ainda mais chocante', admite João Saúde (Presidente da Associação dos Industriais de Mármorees e Granitos). (...) Mas há também quem fale na 'ganância' dos industriais e na autêntica 'garimpagem' a que estão sujeitos os concelhos envolvidos. (...). 'As consequências da actividade de exploração

				<p>afectam, actualmente, uma área de 1000 hectares (...). Comprometendo áreas potenciais de exploração e dificultando a recuperação de outras, inutilizando extensões apreciáveis de Reserva Agrícola Nacional e provocando o empobrecimento ecológico da zona', afirma-se na resolução do conselho de ministros, subscrita pelo primeiro-ministro (Cavaco Silva).</p> <p>(...)</p> <p>Por agora, bastava que as leis em vigor fossem respeitadas para que tudo fosse diferente. Teoricamente, uma vez terminada a exploração, as empresas são obrigadas a repor a situação original ou a integrar as pedreiras e as escombrelas na paisagem primitiva. mas, como fica sempre em aberto a possibilidade de a exploração ser um dia retomada, por razões tecnológicas e de mercado, a questão não se chega a pôr!</p> <p>Mas não é só na paisagem que se repercute negativamente uma actividade que emprega directamente perto de cinco mil pessoas, exporta mais de três dezenas de milhões de contos e remonta aos tempos da ocupação romana. As pedreiras, que ainda apresentam um elevado nível de sinistralidade (...) são fortemente responsáveis pela descida dos níveis freáticos (...) e este é um problema que começa a preocupar as autarquias (...)"</p>
14/1/95 Pág. 50	Local País	Ana Henriques	<i>Falta de água no Baixo Alentejo Concelho de Odemira quer decretar calamidade</i>	<p>"O presidente da Câmara de Odemira, Cláudio Percheiro, quer que o Governo decrete o concelho em estado de calamidade por causa da seca (...).</p> <p>(...)</p> <p>Por causa da falta de água, a média anual de 400 hectares de arroz poderá descer para 40. As plantações de alfaces, bambu e frutos tropicais também poderão estar parcialmente comprometidas. (...)"</p>
20/1/95 Pág. 40	Economia	Manuel Carvalho	<i>50 mil candidaturas às ajudas agro- ambientais Agricultores ambientalistas recebem sete milhões</i>	<p>"Produzir a todo o custo já não é a regra geral da agricultura. Agora, em muitas explorações agrícolas, vale a pena produzir menos se isso reduzir a utilização de produtos químicos ou se os ancestrais sistemas de exploração, como os socalcos do Douro ou os figueirais de Torres Novas, não forem destruídos. Para compensar as perdas de rendimento, a PAC paga prémios anuais que só este ano ascendem a sete milhões de contos.</p> <p>Pelo menos 50 mil portugueses mostram-se interessados em proteger velhos sistemas culturais e em defender o meio ambiente de produtos químicos susceptíveis de contaminar solos e águas. Como compensação por este gesto de interesse público, o Governo vai distribuir este ano cerca de sete milhões de contos a esse conjunto de agricultores ambientalistas.</p> <p>Depois da reforma da política agrícola europeia, em 1992, as orientações de Bruxelas passaram a ter como base a extensificação das culturas ou a protecção ambiental, cabendo ao agricultor a judiciosa tarefa de ser uma espécie de 'jardineiro' das paisagens rurais pago pelos dinheiros da União Europeia.</p> <p>Para Portugal, onde a agricultura continua em vastas áreas a usar técnicas tradicionais há muito desaparecidas das modernas explorações europeias, a medida agro-ambiental da reforma da PAC é considerada 'altamente favorável'. Uma constatação que em parte explica a enorme adesão dos</p>

				<p>agricultores a uma medida que vai prolongar-se até 1999. Só no ano passado, os agricultores que prometeram ao Estado preceitos agrícolas conciliáveis com o meio ambiente receberam 3,2 milhões de contos (...).</p> <p>O conceito de ambientalismo da nova agricultura europeia contempla um amplo leque de facetas, que vão da diminuição dos efeitos poluentes na agricultura à extensificação e manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais, contemplando ainda a conservação dos recursos e da paisagem rural. A definição dos objectivos das agro-ambientais diverge de país para país. Em Portugal (...) para alguns capítulos do programa, as candidaturas são elegíveis em qualquer ponto do país. Outras reportam-se em exclusivo a sistemas agrícolas tradicionais de certas regiões.</p> <p>Qualquer agricultor português pode candidatar-se ao sub-programa que tem como propósito diminuir os efeitos poluentes da agricultura. Para o efeito tem que prometer que na sua exploração só serão usados os produtos químicos recomendados pelo Ministério da Agricultura. (...).</p> <p>A extensificação ou manutenção de sistemas agrícolas tradicionais destina-se a áreas específicas: o olival tradicional, as vinhas em socos do Douro ou o figueiral de Torres Novas, entre outras culturas enquadradas na paisagem agrícola tradicional. (...).</p> <p>O terceiro capítulo do programa relaciona-se com a manutenção dos elementos tradicionais da floresta no contexto das paisagens rurais. Entram neste domínio as espécies florestais autóctones ou de elevado interesse para a preservação dos ecossistemas onde a agricultura coincide com a floresta.</p> <p>(...). 'Os agricultores provam com esta medida que estão cada vez mais atentos aos estímulos ao seu dispor', diz José Guerreiro, presidente do IEADR.</p> <p>As medidas de acompanhamento da PAC incluem também uma componente florestal e um programa para a cessação da actividade. No ano passado, os investimentos atribuídos ao programa de florestação das terras agrícolas marginais implicou um investimento público de 1,8 milhões de contos. Já neste ano, os agricultores portugueses apresentaram 2400 candidaturas (...).</p> <p>Pior está a situação da terceira vertente das medidas de acompanhamento, a reforma antecipada dos agricultores com mais de 55 anos e mediante a cedência das suas explorações a terceiros, havendo apenas 400 candidaturas em análise. 'Este programa é muito complicado pelo processo de decisão, mas também porque os agricultores portugueses têm um grande apego à terra', justifica Guerreiro dos Santos.</p>
21/1/95 Pág. 16	Sociedade	Carlos Dias	<i>Baixo Alentejo: pior que a 'grande seca' de 91</i>	<p>"Os níveis de precipitação no Alentejo ficam, este ano, aquém dos verificados aquando da grande seca de 1991. (...)</p> <p>Com a água da albufeira (do Roxo) a aproximar-se rapidamente do chamado 'caudal morto' a câmara (Beja) receia que os seus parâmetros físico-químicos ultrapassem os limites considerados admissíveis. Neste sentido, vai ser proibida a pesca na albufeira, para além de irem ser tomadas outras medidas destinadas a afastar os factores poluentes das águas.</p>

				<p>Em Castro Verde, o presidente da Câmara Municipal, António Cairos, diz que a qualidade da água 'está a atingir a linha vermelha', no que diz respeito às suas características físico-químicas para consumo humano. A água é de má qualidade, afirma o autarca, 'devido à seca, aos adubos e aos pesticidas' utilizados na agricultura. Outra das consequências resultantes da seca e das geadas que se fazem sentir nesta altura do ano é a interrupção do ciclo vegetativo das searas de trigo, cevada e aveia, que já começaram e definharam. (...)".</p>
25/1/95 Pág. 14	Sociedade	David Lopes Ramos	<p><i>CGTP propõe debate nacional sobre agricultura e função social da terra</i> <i>Reforma agrária 'segunda parte'</i></p>	<p>"A CGTP e organizações que lhe estão afectas querem suscitar um 'grande debate nacional' sobre a função social da terra. Isto porque nos latifúndios do Alentejo, o desemprego e a desertificação crescem. Em fundo, o anúncio pelo Governo da entrega de 65 milhões para indemnizar os agrários, o que a CGTP considera um escândalo.</p> <p>(...)</p> <p>A CGTP considera que 'as anunciadas indemnizações aos latifundiários' são 'não só uma afronta aos milhares de pequenos e médios agricultores portugueses e cooperativas agrícolas, arruinados por força da PAC, mas também um acto de natureza antipatriótica'. Afirma ainda que esta tentativa inscreve-se na estratégia seguida pelo PSD, através da sua política subalternizada aos interesses dos grandes produtores europeus'.</p> <p>(...)</p> <p>Manuel Pombinho, de Beja, garante que 'os alentejanos não vão aceitar que isso suceda. Não queremos que, no futuro, os alentejanos fiquem numa situação semelhante aos índios confinados em reservas. O Alentejo tem de ser aproveitado e não só para a agricultura, mas também para o turismo e outras actividades. (...)".</p>
25/1/95 Pág. 42	Local	José António Cerejo e Luis Vasconcelos	<p><i>Autarquias e organizações lançam alerta sobre a situação no Alentejo</i> <i>O terço mais pobre do país</i></p>	<p>"(...)</p> <p>Nas aldeias respira-se desânimo temperado de acomodamento, de resignação até. É a rotina de uma decadência progressiva, antiga e sem novidade, que já se confunde com a história de cada terra e que, para muitos se mostra inelutável. Nas vilas e cidades, entre autarcas, empresários e intelectuais, trocam-se indicadores e produzem-se análises convergentes: o Alentejo está mergulhado numa profunda crise e os sinais de reanimação são raros e localizados. No horizonte, perfilam-se dois grandes sonhos carregados de potencial transformador - a barragem de Alqueva e a regionalização -; e, avoluma-se uma convicção: é imperioso mobilizar os alentejanos e conseguir a solidariedade do país.</p> <p>(...)</p> <p>(O movimento trata) de dar resposta a uma das debilidades mais comumente apontadas à região: 'a falta de capacidade empreendedora e a ousadia de fazer coisas', o que, na opinião de António Covas, vice-reitor da Universidade de Évora (...) corresponde a reforçar 'o recurso mais escasso do Alentejo'.</p> <p>(...)</p> <p>(para António Covas) 'o Alentejo tem um complexo de vítima que usa para não fazer'. O fundamental, argumenta, é que os alentejanos 'invistam em si próprios' e se reunam em torno de um projecto mobilizador.</p> <p>(...). 'Quando o Alentejo fizer o seu arranque vai ser uma</p>

				<p>coisa séria, porque não lhe faltam potencialidades e o alentejano é uma pessoa que produz optimamente quando está convencido', diz Abílio Fernandes. 'O Alentejo vai ser uma das regiões mais prósperas do país no princípio do próximo século', defende o vice-reitor.</p> <p>Num tom mais cauteloso, Joaquim Lobo, um médio industrial (...), afirma a sua esperança no Alentejo, mas entende que o fundamental é 'mudar a atitude dos governantes perante os alentejanos'. (...)"</p>
25/1/95 Pág.43	Local	Ana Henriques	<i>Montes Altos, concelho de Mértola A primeira criança desde há 30 anos</i>	<p>"(...)</p> <p>Nestas terras inóspitas próximas da fronteira (...) apenas aos porcos e ao gado o solo não nega algum sustento. Os pés pisam pedras em vez de terra fértil e os olhos só avistam montes desolados, como uma vingança da terra, cujas entranhas desde tempos imemoriais foram saqueados. (...)</p> <p>'A gente anda fartos disto', murmura entre dentes este homem de 45 anos. 'É como o deserto do Sahara'.</p> <p>As duas dezenas de almas que habitam entre as casas abandonadas, sem água canalizada nem arruamentos, já mais nada esperam da vida senão que acabe. Foi por isso que há ano e meio estranharam a chegada de um casal jovem com um filho pequeno. Gonçalo é a primeira criança que habita Montes Altos em 30 anos. Rogério e Isabel Bravo, ele de 31 ela de 27 anos, ainda não sabem se irão ficar. São os 'missionários' de um projecto concebido por Diogo Sotero, um filho de mineiro que reside em Lisboa e não quer deixar morrer a terra.</p> <p>Foi Rogério, um ex-toxicodependente e em tempos operário fabril de Caneças que transformou a escola primária há muito encerrada naquilo a que foi dado o nome de centro social. (...).</p> <p>(...). O maior proprietário dali, nos terrenos do qual muitos andaram (a trabalhar), vedou as terras, arrancou olival - 'dava azeite para todos - e começou a plantar 'chapparros', indignando os habitantes de Montes Altos. Um dos reformados diz que 'a diferença entre antes e agora é que antes havia trabalho e fome'. 'Agora só há fome', garante."</p>
25/1/95 Pág. 43	Local	Ana Henriques	<i>Vales Mortos, concelho de Serpa Um cemitério em 'technicolor'</i>	<p>"(...)</p> <p>Os filhos da terra passaram a nascer na Suíça ou em França. Ficaram os reformados, a viver de pensões que variam entre os 18 e os 27 contos. Houve quem tivesse vendido os montes a lisboetas deslumbrados e mudado para Serpa com a reforma.</p> <p>Outros permanecem desempregados e vão sazonalmente ao Algarve ou a Espanha trabalhar nas colheitas. Resta também uma meia dúzia de pedreiros, mecânicos e empregados da câmara. Vive-se das pequenas hortas e dos biscates, como o de trabalhador rural que se converteu em sapateiro.</p> <p>'Acabou-se o trabalho no campo e tive de me meter nisto, senão morria de fome', explica o homem. As meias-solas 'dão para matar a fome, mas malmente'.</p> <p>(...)</p> <p>José Cardeira Luísa, 39 anos, (scareiro), 'A agricultura está morta e ninguém arrenda terra aqui', explica. Se é um dos poucos que ainda trabalha na agricultura. José Cardeira pode agradecê-lo aos dois tractores que possui. Já não acredita é nas promessas do poder central. 'Em 92 disseram-nos para não ceifar, que depois nos</p>

				<p>indemnitzavam. Você recebeu alguma coisa? Eu também não!'. (...) Antónia e o marido (...) eram trabalhadores agrícolas nas propriedades de um latifundiário quando este as vendeu 'estragando a vida de muita gente'. Antónia ainda andou a semear eucaliptos nessas mesmas terras, a mando dos novos senhores. Agora sobrevive com o marido 'de um restinho que sobrou do tempo em que ainda havia trabalho' e do apoio das filhas mais velhas, que ajudam a criar as irmãs mais novas. (...). Para o presidente da junta de Freguesia (...) a explicação para o que está acontecer passa pela inexistência de água suficiente: 'Não há trabalho e enquanto não houver água ainda menos'. (...)".</p>
6/2/95 Pág. 2/3	Destaque	Ana Fernandes	<i>Conservação à Portuguesa</i>	<p>"(...) Mas, a grande questão que se irá debater durante este ano é se os parques e as reservas naturais estão condenadas a tornar-se ilhas protegidas num território ambientalmente destruído. Quando se discutem os receios da diluição da identidade nacional no todo comunitário, todos os países reconhecem a necessidade de valorizar aquilo que constitui a sua originalidade. E neste discurso surge, antes demais, a identidade cultural, porque só ela, dizem, salvará cada nação da uniformização europeia. Porém, há um outro património que contribui para que cada pedaço de chão deste continente consiga distinguir-se do seguinte: a paisagem. Portugal tem esses pedaços de chão únicos (...). A Costa Alentejana é um exemplo, a Ria de Aveiro outro (...). E mesmo quando as características da paisagem são comuns a outros países, acrescenta-se a tal identidade cultural que confere singularidade ao nosso montado, às nossas serras, às nossa zonas húmidas ou às nossas estepes. (...) A velha ideia peregrina de que tem de se optar pelo desenvolvimento ou pelo ambiente está a reduzir os parques e reservas naturais à condição de ilhas num território degradado. Isto quando os atentados não acontecem dentro dessas zonas, o que não é uma excepção à regra. (...) Num país em que a paisagem é fortemente humanizada, é impossível conceber a protecção da paisagem sem a presença do homem. (...) Quanto às medidas mais urgentes em matéria de conservação em Portugal, Marques Ferreira (ICN) começa, precisamente, pela dinamização económica das populações das áreas abrangidas: 'Tem de se levar à prática o discurso do desenvolvimento sustentado, nomeadamente rural, travando a desertificação'. Um desenvolvimento que tem de assentar em três vectores: a complementaridade entre actividades, a pluriactividade e a valorização económica e social dos produtos. (...). 'O consumidor está cada vez mais exigente e portando disposto a pagar por um produto de qualidade. Temos que nos deixar de imitações e exigir que a laranja não seja uma qualquer mas sim do Algarve, que o queijo não seja tipo serra, mas serra puro (...)".</p>

				<p>‘Os campos agrícolas estão a ser abandonados e estes representam 60 por cento do território. Ora, o solo público é restrito porque mais de 90 por cento pertencem a privados, e a lei pode impedir que se plante certo tipo de árvores, mas não pode obrigar a plantar esta ou aquela espécie, ou seja, deveria haver algum estímulo à plantação de espécies autóctones. Deveria ser criada uma rede de áreas demonstrativas de espaços florestais que simultaneamente garantisse consumo dessas matérias-primas como, por exemplo, o mobiliário de carvalho ou a cortiça, mas sempre numa lógica de diversificação’.</p> <p>Por último, Marques Ferreira defende que se deve equacionar muito seriamente a dinâmica do litoral, porque este é ‘um recurso nacional e social e não pode submeter-se a decisões individuais. Direito de propriedade é completamente diferente de direito de construção’. (...)”.</p>
11/2/95 Pág. 50	Local	Carlos Dias	<p><i>Escândalo na Bacia do Roxo Água que abastece albufeira desviada por particulares</i></p>	<p>“(…) A família proprietária da Herdade do Outeiro, na freguesia de Santa Vitória, concelho de Beja, tem vindo a desviar água da ribeira do Outeiro, que é a única que ainda regista caudal e abastece a barragem do Roxo, que fornece água aos concelhos de Beja e Aljustrel.</p> <p>É com à-vontade que a família da proprietária agrícola Maria de Lurdes Portela comenta as queixas de 600 pequenos agricultores que na bacia do Roxo não cultivam por não terem acesso à água.</p> <p>Reunidos na Associação de Regantes do Roxo, apresentaram um protesto na Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais pelo desvio da água.</p> <p>A filha da proprietária, Maria Luísa Pessoa Amorim, entende que o protesto ‘resulta da inveja’ por existir água na sua propriedade e os outros não terem. Responde ao público que os investimentos vultosos que estão a ser feitos na ampliação da barragem da sua propriedade (...) provam a ‘ousadia’ empresarial da sua família (...).</p> <p>Todavia, tudo está a ser feito na ilegalidade, pois nem as obras da barragem, quase concluídas têm licença de construção (...), nem Maria de Lurdes Portela está autorizada a bombear água, que faz falta para as populações.</p> <p>(...)</p> <p>Mas o problema não acaba aqui; a água, além de escassa, é de má qualidade. Carreira Marques, presidente da Câmara de Beja, não tem regateado avisos (...). Os últimos relatórios (...) sobre a qualidade da água na albufeira do Roxo indicam que a reserva existente é cada vez mais rica em teores de cloreto, o que quer dizer que a população dentro em pouco estará que beber água salobra. O autarca avisa que é previsível a existência de índices de nitratos superiores aos valores máximos admissíveis (...).</p>
28/2/95 Pág. 42	Local	Carlos Dias	<p><i>Precipitação aos níveis mais baixos dos últimos 60 anos Em Serpa falta água para tudo</i></p>	<p>“(…) Água parada, um caudal de 2,5 metros cúbicos por segundo – o valor mais baixo que os registos apontam para este século – a revelar um grave problema de eutofização, motivada por excesso de nutrientes vindos de Espanha. Está a ser destruído o habitat das poucas espécies de peixe que ainda subsistem no Guadiana. (...).</p> <p>(...)</p> <p>O subsolo de Serpa está esgotado de água e nem dois anos de forte pluviosidade conseguirão repor os aquíferos, admite (um técnico da Câmara Municipal).</p>

				<p>Paulis de águas encharcavam boa parte das terras aráveis de Serpa, quando as chuvadas vinham mais fortes e persistentes, ainda na década de 60. Era o tempo das hortas dos laranjais (...), que hoje praticamente não se vislumbra. Um posto sazonal estava instalado na vila, pois as zonas pantanosas alimentavam o paludismo.</p> <p>O mau uso do solo, com práticas culturais que conduziram à desflorestação de grandes áreas da margem esquerda do Guadiana, e o aumento dos efectivos pecuários provocaram alterações climáticas, com temperaturas nos solos que, no mês de Julho chegam a atingir 50 graus centígrados, 'o que é devastador para a maioria das culturas', refere Maria Fernandes, professora na Escola Superior Agrária de Beja.</p> <p>Nestas condições, a erosão hídrica provocada pelas chuvas torrenciais em solos secos tem conduzido à destruição dos solos aráveis. Segundo o levantamento efectuado pela Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente, na bacia do Guadiana, no seu troço médio, continuam a predominar as culturas de sequeiro, que ocupam 42 por cento da área, enquanto o regadio tem uma expressão de 0,37 por cento.</p> <p>Entretanto, as áreas florestadas vão sendo paulatinamente preenchidas por matos e zonas incultas. As secas dos últimos anos vieram potenciar negativamente estes valores. Os níveis de precipitação ocorridos no último trimestre são os mais baixos dos últimos 60 anos e menos de metade dos de 1993. O Guadiana perdeu nos últimos 20 anos, 56 por cento do seu caudal e admite-se que até ao final do século ainda possa perder mais 23 por cento.</p> <p>(...)</p> <p>Se o Alqueva podia há uns anos ser considerado um projecto megalómano, José Velez (engenheiro da Câmara de Serpa) considera-o hoje vital para a sobrevivência do Alentejo. Os promotores de pequenas barragens em detrimento de uma grande barragem 'deveriam saber' diz o deputado comunista António Murteira, que 'O Alentejo tem neste momento quase duas mil pequenas e médias barragens e que boa parte delas estão secas', o que vem contrariar a ideia de 'alternativa ao Alqueva'.</p> <p>(...)</p> <p>João Rocha (presidente da Câmara de Serpa) está disposto, caso não surjam outras soluções, a requisitar os três milhões de metros cúbicos de água retirados da barragem do Facho, que é propriedade particular e está abandonada há vários anos."</p>
2/3/95 Pág.44	Local País		<p><i>Seca Odemira em situação de 'calamidade'</i></p>	<p>"O concelho de Odemira encontra-se em situação de 'verdadeira calamidade' devido à seca, segundo a autarquia.. 'As captações, na sua maioria, já secaram e não se vislumbra perspectiva de melhores dias', assegura o presidente (...).</p> <p>(...)</p> <p>Cláudio Percheiro salienta que as culturas de regadio estão e risco de não se efectuarem, estando já prevista a proibição da cultura do arroz na área tradicional de regadio. (...)"</p>
3/3/95 Pág. 44	Local País	Calos Dias	<p><i>Seca no Alentejo Situação do calamidade é previsível</i></p>	<p>"Nos últimos 150 anos nunca houve um período de três anos de seca sucessiva, como está a acontecer no Alentejo desde 1992. É previsível que os sistemas de abastecimento à população dos concelhos do distrito de Beja entrem em ruptura total. Por outro lado, a pouca água armazenada apresenta um aumento de poluentes.</p>

				<p>(...)</p> <p>Impedidas de ter acesso aos caudais ficarão, por exigência da associação de Regantes do Caia, duas captações importantes a jusante do Caia, a fábrica de papel de Mourão e um pomar com 450 hectares em Monte Branco. O grupo de Trabalho irá, assim, recomendar ao Conselho que a empresa de celulose não é prioritária. Esta decisão irá pôr em risco cerca de 150 postos de trabalho e a sobrevivência do pomar, que, se quiser água, terá de a comprar à Associação de Regantes.</p> <p>(...)</p> <p>'Num passe de mágica', concluiu João Oliveira (vereador da Câmara de Serpa), 'a reunião destinada à discussão das propostas para minorar os efeitos da seca na região foi transformada numa reunião para defesa dos interesses dos agricultores do Caia'. (...)"</p>
7/3/95 Pág. 35	Economia	João Manuel Sampaio	CAP critica Ministério da Agricultura	<p>"(...)</p> <p>Num balanço da reforma da PAC, os participantes no seminário da CAP admitem que 'os mecanismos que lhe estão associados, apesar da sua insuficiência, são indispensáveis à sobrevivência da agricultura portuguesa'.</p> <p>(...)</p> <p>Para contrariar as deficiências existentes torna-se essencial 'reconhecer as associações (de agricultores) como as únicas entidades capazes de suprimirem parcialmente essas necessidades' e reforçá-las para poderem executar tal papel e simplificar ao máximo a aplicação de regulamentação.</p> <p>A situação actual do sector florestal revela ser 'muito mais importante alterar as normas burocráticas, administrativas e legislativas em vigor do que, com as mesmas regras, aumentar-se os montantes financeiros disponíveis', afirmam."</p>
10/3/95 Pág. 37	Economia	Manuel Carvalho	<i>Ministério da Agricultura alvo de duras críticas O desalento do PAMAF</i>	<p>"O programa de Apoio à Modernização da Agricultura e Floresta (PAMAF) começou tarde, e mal e continua longe de satisfazer as expectativas dos agricultores. Depois de um ano de paralisia, os formulários de candidatura tardaram e não chegam para as encomendas dos agricultores. Para adensar as críticas, a CAP garante que os principais beneficiários do PAMAF são os serviços do Estado ou as organizações criadas à sua sombra. (...)"</p>
10/3/95 Pág. 37	Economia	M.C	<i>CNA denúncia marginalização</i>	<p>"A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) não foi incluída na Comissão de Acompanhamento do PAMAF, um órgão consultivo e de concertação que funciona em sede do Ministério da Agricultura. A escolha de Duarte Silva recaiu (...) na CAP, na CONFAGRI, na AJAP e na ACAP (...).</p> <p>A CNA não gostou da escolha do ministro e diz estar a ser vítima de um acto 'discriminatório, injusto e anticonstitucional. Principalmente porque, com este procedimento, o ministro da Agricultura está a marginalizar a pequena agricultura familiar que representamos', diz João Diniz, assessor da Direcção da Confederação.</p> <p>Pelo contrário, as opções de Duarte Silva ilustram, no entender da CNA 'uma situação de privilégio da CAP, já que a ACAP é apenas uma excrescência desta organização. (...)"</p>
11/3/95 Pág. última	última	Ana Fernandes	<i>Sines boicota debate sobre incineradora</i>	<p>"'Vão-se embora', bradou Veríssimo Pires, presidente da Comissão de Luta contra a instalação da incineradora em Sines. O último debate público sobre os estudos de impacto ambiental do incinerador de resíduos industriais perigosos</p>

				<p>(...) foi boicotado pela população daquela região do litoral alentejano.</p> <p>(...)</p> <p>A decisão foi tomada aos gritos. Em uníssono, os presentes berraram 'não'. (...)."</p>
11/3/95 Pág. 54	Local	Carlos Dias	<p><i>Obstáculos cada vez maiores comprometem pecuária em Mértola</i> <i>Na Rota dos Pastores em vias de extinção</i></p>	<p>"Na terra onde os chaparros nunca chegam a azinheiras, sobrevive-se praticamente da pastorícia subsidiada pelos fundos comunitários e do trabalho persistente de alguns historiadores e arqueólogos que transformaram a vila de Mértola num verdadeiro museu. São 130 mil hectares de terras pobres, marcadas por um acentuado pendor erosivo, ocupadas em mais de metade da sua extensão por povoamentos de estevas, onde já não cabe a esperança de uma vida mais digna para os quase dez mil habitantes.</p> <p>De um lado, a extensa planície que se prolonga para norte, região de terras férteis, mas sedentas de água, preenchidas ainda por um rico coberto vegetal de montados de sobro e azinho e que vai beneficiar, acredita-se, do regadio de 110 mil hectares nos próximos 30 anos. Do lado sul, a profusão de cerros escavados, de solos esqueléticos, onde os estevais se transformaram na última barreira contra a erosão e a secura.</p> <p>Os montes abandonados trazem a lembrança melancólica do homem que continua a partir sem que nada trave o avanço do deserto. Do alto da serra, de quase 200 metros, são visíveis os poucos povoados em que subsiste ainda alguma vida, mas que até ao ano 2000 estão condenados a desaparecer.</p> <p>Em 1999 cessa a distribuição de boa parte dos subsídios comunitários para a ovicultura. Quem o garante é Manuel Madeira, dono de quase três mil ovelhas e cabras (...) que ainda resiste ao abandono, porque, diz, já não tem idade para mudar de vida'. Vive unicamente da pecuária e o seu rendimento da exploração deriva em 70 por cento dos subsídios. Se não houver realmente alguma alteração na estrutura produtiva da região, está convicto de que até a pequena exploração agrícola vai desaparecer até ao final do século. (...).</p> <p>A redução dos subsídios vai afastar da terra muitos agricultores que ainda resistem ao abandono. Boa parte das terras são pobres (...) e ficarão entregues ao mato se ninguém as vai querer comprar para fazer agricultura ou pecuária. 'Se me quiserem dar 200 hectares de terra, eu recuso-a', diz Manuel Madeira que já não sabe o que fazer aos 900 que tem neste momento de seu e arrendados.</p> <p>Numa das suas explorações, com 60 hectares pode perceber a penúria de água no solo e de ervas naturais, no fim de Fevereiro. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Adaptar o animal ao meio tem sido a alternativa seguida por este ovicultor, para conseguir suplantar os obstáculos que cada vez mais se levantam à região. Mas já o mesmo não acontece com boa parte dos outros produtores tradicionalmente ligados a métodos artesanais. Esta nova realidade pode conduzir as pequenas explorações agrícolas que teimarem em persistir à condição de 'servos da gleba', expressão forte de Manuel Madeira, e para sobreviver terão de voltar à economia de subsistência 'do porco, da galinha, do cortiço de abelhas e de algumas ovelhas', o que vai significar 'uma quebra drástica na qualidade de vida dos</p>

				<p>pequenos agricultores'. O desaparecimento gradual da pequena propriedade está a dar lugar a uma exploração de novo tipo protagonizada pelo capital financeiro, virada para empreendimentos não reprodutivos. Com efeito, têm aparecido pessoas ligadas a grandes grupos financeiros que já adquiriram grandes extensões de terra. Assim, boa parte do concelho de Mértola já mudou para as mãos de António Champalimaud, Vinhas, e outros oriundos de Macau e Hong Kong, com capitais que não foram gerados na região. Manuel Madeira tem uma explicação para esta súbita febre de terra: 'O grande capital usa a terra para mascarar eventualmente ganhos fiscais, canalizando para aqui capitais que lhe permitem abates consideráveis nas declarações ao fisco'. No entanto, não deixa de considerar que a aquisição das terras estimula sempre a criação de alguns postos de trabalho, 'por exemplo, os homens que fazem a batida às perdizes para eles matarem'. A caça turística parece ser a única alternativa para as terras desocupadas. Não falta quem queira realizar safaris. A fazer fé nas palavras de Manuel Madeira, já existem no concelho de Mértola, avestruzes, bisontes, rinocerontes e já se fala em camelos e até em jacarés. Ele acha isto caricato e até vexatório (...). 'Tudo isto está contra nós', lamenta-se, 'até a natureza, que a acção do homem não tem ajudado'. E recorda a campanha do trigo dos anos 30 que levou a que fossem semeados cereais em espaços sem apetência agrícola, que levou a uma erosão profunda dos solos e à sua ocupação por estevas e ao abandono do homem. 'Ninguém gosta de ser escravo', diz amargamente Manuel Madeira que adianta que 'é tempo de a investigação agrária, a sociologia, a economia rural se debruçarem sobre a nossa comunidade'. O seu colega, Castro e Brito, presidentes da ACOS, acentua que 'sem agricultura não há Alentejo' e que a economia desta região deve ter um contexto social. (...)²</p>
<p>13/3/95 Pág. 38</p>	<p>Local</p>	<p>Carlos Dias</p>	<p><i>Câmara de Aljustrel queixa-se a ministra do Ambiente Um mar de eucaliptos na bacia do Roxo</i></p>	<p>"(...)". 'Está a nascer um mar de eucaliptos em Aljustrel, protesta José Godinho (presidente da Câmara de Aljustrel), depois de a Emporsil ter apresentado (...) outro pedido para o licenciamento de mais 274 hectares, a juntar aos povoamentos já existentes. Desta vez, a autarquia apresentou queixa à ministra do ambiente, argumentando que (a empresa) não respeitou a área licenciada num projecto anterior (...). (...) No decorrer do processo, a LPN foi acusada pela Câmara de Aljustrel de 'intencional alheamento', relativamente às irregularidades cometidas (pela empresa), com quem a Liga negociou, em 1991, a aquisição de terrenos em Castro Verde para as integrar no Biótopo Corine, de que é coordenadora. O dirigente desta associação ambientalista, Jorge Palmeirim, explicou ao Público que o facto (...) não impediu a Liga 'de criticar duramente' a opção daquela empresa, 'por considerarmos que os eucaliptos vão destruir importantes habitats naquela zona'. Por outro lado, a LPN considera que não é aceitável este tipo de povoamento, pelo desgaste que provocam nos solos, tornando-os improdutivos logo que cesse o plantio. Com efeito, a Portaria 528/89, de 11 de Julho, proíbe a plantação</p>

				<p>de espécies de crescimento rápido, sempre que tal prática possa diminuir ou destruir as funções ou potencialidades da área afecta ao povoamento. (...).</p> <p>Parte da zona abrangida pelos povoamentos de eucaliptos na Herdade do Gavião é igualmente preenchida por montado de sobre e azinho, espécies estepárias integradas na área zonal do chamado Campo Branco, local em que está em regime de instalação um Biótipo Corie. O Decreto-Lei 321/83, de 5 de Julho, é muito claro neste aspecto, ao condicionar a florestação de solos da Reserva Ecológica Nacional, sempre que se possam verificar condições para a 'instabilidade, degradação ou sensibilidade dos ecossistemas', o que é o caso.</p> <p>O presidente da Câmara de Aljustrel já denunciou o abate do montado, medida que contraria a legislação em vigor, que não permite a 'sua substituição total ou parcial'.</p> <p>Na Herdade do Gavião, o Público constatou que toda aquela área integra a bacia hidrográfica do Roxo, uma zona de máxima infiltração para recarga dos aquíferos e em risco de erosão, o que reforça a necessidade de acompanhamento das acções de florestação por parte do Instituto Florestal de Beja, por estas interferirem no regime hidrológico daquela bacia.</p> <p>A situação é agravada com a instalação de 20 pequenas charcas e barragens, destinadas (...) ao combate a incêndios e a bebedouro de espécies cinegéticas, porque ali está igualmente instalada uma reserva de caça e também uma reserva agrícola.</p> <p>A retenção das linhas de água que abastecem a albufeira do Roxo acabou por se revelar um dos factores mais determinantes para o reduzido caudal que a barragem neste momento apresenta (...)."</p>
18/3/95 Pág. 55	Local	José Palmeira	Há dinheiro, mas falta organização Mundo rural em debate	<p>"O apoio comunitário ao desenvolvimento rural está a dar os seus frutos, notam os técnicos, que falam num investimento de 19 milhões de contos nos últimos 3 anos. 'Se há factor limitativo (na agricultura portuguesa) não é o dinheiro nem o saber fazer, é a falta de organização', essa é a convicção de Manuel Goulart Carrinho, presidente da Comissão Nacional de Gestão do Leader (...).</p> <p>Os grupos Leader têm desviado técnicos para as suas zonas de intervenção, como o objectivo de dinamização das populações e apoio ao emprego e formação profissional. Isso passa por associações para o desenvolvimento, apoio ao turismo em espaço rural, ao artesanato e aos produtos locais. (...).</p>
19/3/95 Pág. 57	Local		Seca Ministro leva promessas à Ovibeja	<p>"(...).</p> <p>Reconhecendo que 'persistem condições climáticas adversas na região', Duarte Silva fez depender da evolução do ano agrícola a adopção de outras medidas de apoio à agricultura alentejana. O ministro defendeu ainda a instalação de sistemas combinados de agricultura, silvicultura e pastorícia nas áreas sujeitas aos sistemas agrícolas tradicionais e o tratamento, melhoria e expansão dos montados, nomeadamente de sobreiro.</p> <p>No entanto, para tudo isto é preciso água. Uma das medidas já adoptadas para este ano agrícola e para as regiões alentejana e algarvia passa pela alteração do quadro de aplicação do set-asaide voluntário, no sentido de o transformar na resposta à escassez de água no solo e à raridade de recursos hídricos para a rega. Mas a principal</p>

				<p>esperança de Duarte Silva para responder às carências da região passa pelo empreendimento do Alqueva, que o ministro assegurou ir 'arrancar ainda este ano'.</p> <p>Menos optimista mostrou-se Manuel Castro e Brito, presidente da ACOS, entidade promotora da Ovibeja, ao considerar 'não ser fácil mudar hábitos e mentalidades quando os nossos parceiros europeus tiveram 30 anos para se poderem adaptar'. (...)"</p>
21/3/95 Pág. 50	Local	Pedro Miguel Ferreira	<i>Aldeia crescem nova ETAR nem emissário submarino Os dilemas de Porto Covo</i>	<p>"(...)</p> <p>Outra das críticas mais frequentes às novas urbanizações da aldeia é as construções em curso não respeitarem as regras do Protali, como a não ocupação por construções da faixa do litoral.</p> <p>Não se pronunciando sobre esta construção (casa em cima da falésia) Charnequeiro (presidente da junta de freguesia) não deixa sem resposta as limitações do plano do Governo às construções no litoral. 'A ser assim, Porto Covo tinha de desaparecer do mapa', argumenta.</p> <p>Para José Charnequeiro, cumprindo-se o PGU (Plano Geral de Urbanização) irá haver um surto de desenvolvimento positivo com a criação de emprego e fixação de população. (...)"</p>
28/3/95 Pág. 52	Local		<i>Litoral Alentejano contra desemprego</i>	<p>"Trabalhadores agrícolas do litoral alentejano vão manifestar-se (...) contra o desemprego.</p> <p>'No litoral alentejano as casas caiadas e as ruas limpas escondem situações de miséria e de grande pobreza', disse (...) Rogério de Brito (da Associação de Municípios do Litoral Alentejano).</p> <p>(...) o mesmo responsável mostrou-se indignado com a atribuição de indemnizações de 60 milhões de contos aos latifundiários expropriados (...)"</p>
4/4/95 Pág.51	Local	Vitor Faustino	<i>Ordenamento da Costa Alentejana Câmaras contestam Protali</i>	<p>"Os cinco municípios do litoral alentejano - Alcácer do Sal, Grândola, Sines, Santiago do Cacém e Odemira - pediram ao Supremo Tribunal Administrativo a 'declaração de ilegalidade das normas do Protali e das portarias 760/93 e 761/93 de 27 de Agosto que lhe são complementares, no que se refere às condicionantes e índices urbanísticos dos empreendimentos turísticos do costa sudoeste.</p> <p>(...)</p> <p>As autarquias consideram que os diplomas excedem as competências governamentais, limitando de imediato, os poderes da administração local, em matéria de ordenamento do território e de urbanismo consagradas pela Lei de Delimitação de Competências.</p> <p>A contestação dos municípios baseia-se, entre outros aspectos, na violação da hierarquia entre os vários instrumentos ordenadores. Assim, caberia ao Governo, através dos Prot 'apenas' a definição das regras gerais, de baixa densificação normativa. Caberiam então, às autarquias os casos concretos da sua aplicação, através de instrumentos como os planos directores municipais, os planos e urbanização e os planos de pormenor. Dizem os municípios que a política de ordenamento preconizada pelos planos regionais 'não deve ir além do estabelecimento de escolhas de princípios e critérios orientadores', e do apontar de metodologias de acção.</p> <p>Ora, acusam, o Protali ultrapassa essas funções e objectivos planificadores, substituindo-se aos planos municipais e indo contra estes. Queixam-se também que o princípio de</p>

				<p>subsidiariedade, incluído na Carta Europeia da Autonomia Local (...) é posto em causa.</p> <p>As Câmaras insurgem-se contra o facto de o Protali 'regulamentar' o uso e transformação do solo, 'disciplinar a edificabilidade e 'servir de suporte à gestão do território', como consta nos objectivos gerais daquele plano.</p> <p>O principal alvo do pedido de impugnação são os condicionantes impostos à chamada faixa litoral – definida no Protali como uma faixa paralela à costa, com uma profundidade de 4 a 5 quilómetros. É que o documento governamental estabelece regras de proibição de novas ocupações urbanas ou turísticas, num corredor de mil metros de largo desde a linha da costa.</p> <p>(...)</p> <p>Por último, as câmaras consideram que os documentos em questão 'criam ónus especiais para as populações abrangidas, afastadas dos benefícios do desenvolvimento económico em homenagem ao fim nacional, de se criar na costa alentejana uma espécie de santuário ecológico'.</p> <p>Na opinião de Pereira Reis (Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território) , a iniciativa judicial dos autarcas corresponde a 'uma conjugação de esforços entre câmaras e promotores imobiliários' para contestar as medidas do Governo. (...)"</p>
7/4/95 Pág. 21	Espaço Público	Miguel Sousa Tavares	<i>O marxismo turístico</i>	<p>"O autarcas do litoral alentejano acabam de declarar guerra ao Governo e ao Plano de Ordenamento do Território para o Litoral Alentejano e Costas Vicentina. (...).</p> <p>Em perfeita sintonia de pensamento, presidentes de câmara comunistas e 'empresários gananciosos' de que fala o léxico do PCP entendem que o plano é uma limitação do 'progresso'.</p> <p>(...)"</p>
8/4/95 Pág. 54	Local	Pedro Miguel Ferreira	<i>Chineses em Almodôvar Turismo de luxo no Alentejo</i>	<p>"(...)</p> <p>Há cerca de cinco anos, um cidadão alemão, proprietário de um empreendimento turístico no Algarve, resolveu investir na região. Feita a aquisição da herdade da Camacha, com cerca de 140 hectares, as coisas não passariam da realização de alguns estudos prévios. Os terrenos seriam então vendidos a uns empresários chineses de Macau, o grupo Concourse de Kuan Leon Sang.</p> <p>O projecto que viria então a ser apresentado, e conta já com a aprovação da autarquia, passou a chamar-se Complexo Turístico de Semblana Golf (...).</p> <p>A primeira fase do empreendimento, assente no campo de golfe de 18 buracos, inclui todas as vertentes habitualmente inerentes a um projecto turístico de grande dimensão: um hotel de 200 camas, 160 apartamentos e mais 160 moradias de luxo com piscina privada e ainda restaurante, 'health center' e campos de ténis. Em mais 60 hectares entretanto adquiridos, prevê-se a instalação de uma escola de golfe e um centro de estágio.</p> <p>A grandeza do empreendimento numa zona pobre e com poucos recursos não assusta António Saleiro, presidente da Câmara de Almodôvar. 'Apostamos nos bons acessos ao Algarve', argumenta. Como depois explica, existem neste momento quatro estradas municipais em boas condições que permitem transpor a serra do caldeirão em direcção às praias do Sul. 'Por Loulé, são cerca de 45 quilómetros até Faro', adianta, pondo a tónica num rápido acesso ao</p>

				<p>aeroporto internacional. (...). Isto sem falar no novo auto-estrada para o Algarve (...).</p> <p>'Pretendemos criar uma alternativa à praia', acentua ainda, reforçando a necessidade de concertação com operadores que atraíam turistas para a região.</p> <p>Solucionada a questão do isolamento, por resolver ficará, no entanto, o elemento essencial à criação de um 'oásis' no Alentejo: a água. Mas também para este handicap, António Saleiro tem resposta. 'A barragem de Oeiras' (...). Prevista num protocolo de 1993 entre diversas entidades, como a Somincor, a delegação regional do Alentejo do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais e as autarquias da região, deverá situar-se na ribeira de Oeiras, que corre junto ao local previsto para o empreendimento.</p> <p>(...)</p> <p>Num concelho onde a autarquia é a única empregadora e com limitadas perspectivas de desenvolvimento, o projecto surge como uma possibilidade de futuro. 'Pelo menos 100 empregos estarão garantidos', diz. (...)"</p>
9/4/95 Pág. 26	Sociedade	Eduardo Dâmaso	<p><i>Três mil desempregados e 5,5 milhões de contos desbaratados em Odemira</i></p> <p><i>Falência definitiva de Thierry Roussel</i></p>	<p>"(...)</p> <p>A falência do projecto agrícola do francês Thierry Roussel é irreversível e, de um modelo de sucesso de investimento estrangeiro em Portugal, passou, num ápice a paradigma de como não devem ser aplicados os fundos estruturais da Comunidade Europeia.</p> <p>(...)</p> <p>(...). Os financiamentos correram para Roussel apesar dos pareceres técnicos negativos, feitas em várias instâncias dos serviços do Ministério da Agricultura e da Área de Paisagem Protegida da Costa Alentejana.</p> <p>Os pareceres dos técnicos colocava, reticências, mas a cobertura política ao mais alto nível era evidente. O primeiro-ministro visitou a empresa, apreciou os morangos, e não poupou elogios à 'coragem' do empresário. Arlindo Cunha, nas vestes de ministro da Agricultura, apresentava o projecto Roussel como o exemplo mais cabal do 'futuro da agricultura portuguesa'. É que, se esse futuro não fosse óbvio, ajuizava Arlindo Cunha, um empresário 'como Thierry Roussel não se abalançaria a investimentos desta envergadura'.</p> <p>Hoje (...) os solos do Brejão estão carregados de produtos químicos, as instalações praticamente abandonadas. (...).</p>
13/4/95 Pág. 2/3	Destaque	Manuel Carvalho e Luís Ramos	<p><i>Seca destrói searas do sul</i></p>	<p>"Alentejo, quinto ano de seca. A chuva continua há mais de um mês longe dos campos cerealíferos e grande parte das searas estão irremediavelmente perdidas. Para já, a certeza do desastre é apenas evidente ao sul de Beja. Mas cada dia que passa os efeitos da seca arrastam-se inexoravelmente a norte. O desespero instala-se; as associações agrícolas pedem calma e reclamam ajudas; os campos do sul mergulham cada vez mais no desespero.</p> <p>(...)</p> <p>'Em quatro letras apenas se diz culturas destruídas, investimentos perdidos, gado com fome, explorações agropecuárias descapitalizadas e irrecuperáveis, falências, fuga dos campos, desemprego rural, crise social, desespero, desertificação'. O retrato é feito pela ACOS (...).</p> <p>(...)</p> <p>A miragem orgulhosa, mítica e por vezes eufórica do 'celeiro de Portugal' é uma realidade cada vez mais pálida. Como as searas arrasadas pela seca.</p>

<p>13/4/95 Pág. 2</p>	<p>Destaque</p>	<p>Teresa Firmino</p>	<p><i>Governo anuncia medidas de emergência</i></p>	<p>“(…) Coube a Teresa Gouveia (…) anunciar medidas relativas ao abastecimento de água às populações que passa pela realização de passam pela realização de dezenas de furos para captação de águas subterrâneas, bem como pela construção de reservatórios municipais (…) O ministério do Ambiente, em colaboração com o da Agricultura irá também ‘fixar o limite de uso de água para a rega, embora tentando minorar os efeitos para a agricultura, disse Teresa Gouveia. (…) Outra medida visa evitar a poluição das reservas de água existentes: ‘Serão tomadas medidas para desviar efluentes e retirar peixes que poderão pôr em causa a qualidade da água’, prosseguiu Teresa Gouveia, acrescentando que o ministério está também a tomar medidas para retirar a azolla, (uma planta aquática) existente no rio Guadiana.”</p>
<p>13/4/95 Pág. 3</p>	<p>Destaque</p>	<p>RCM</p>	<p><i>CAP quer respostas imediatas</i></p>	<p>“A CAP apresentou (…) um pacote de medidas urgentes para minorar os ‘prejuízos irreversíveis’ trazidos pela seca (…) A CAP pede, para já, que se compensem os prejuízos da falta de produção de cereais , com o dinheiro que estava previsto para a própria produção em 1995 (…) (…) Para o gado, a CAP pede um subsidio excepcional ‘por cabeça de bovino, ovino, caprino, equídeo e suíno criados em regime extensivo’, para suavizar os custos adicionais com rações. (…) A título excepcional, a CAP pede ainda ‘permissão do pastoreamento do pousio obrigatório’, bem como nas searas cuja recuperação é impossível. (…) Essas terras não são pastoreadas desde o dia 1 de Janeiro e têm pastos naturais’, explicou Carpinteiro Albino. A CAP reafirma a necessidade de uma moratória de um ano para a liquidação dos impostos relacionados com a actividade agrícola durante 1994 (…) Além disso, a abertura de uma linha de crédito para os agricultores poderem pagar as dívidas num prazo de oito anos, com ‘dois anos de carência com juros bonificados’. (…)”</p>
<p>13/4/95 Pág.4</p>	<p>Destaque</p>	<p>Manuel Carvalho</p>	<p><i>A iminência do desastre</i></p>	<p>“A sucessão de maus anos agrícolas provocados pela seca está a arrasar a capacidade de resistência financeira dos agricultores do Baixo Alentejo. Nos anos anteriores, os programas operacionais especialmente concebidos pelo governo para minimizar os efeitos do estio conseguiram pelo menos evitar a desarticulação de grande parte das explorações. Mas a especificidade agrícola do distrito de Beja, em que a cerealicultura serve de motor a toda a actividade económica, pode provocar este ano um definitivo ponto de viragem numa tradição agronómica que persiste há mais de um século. (…) No actual quadro da política agrícola, os rendimentos da cerealicultura resultam da adição de ajudas directas pagas em função das áreas agricultadas, das vendas no mercado e ainda de uma ajuda específica para Portugal que é paga em função dos quilogramas de grão transaccionados. Esta ajuda cofinanciada pela União Europeia e pelo Estado Português tem uma valor regressivo e termina em 2002. Numa situação de seca, como a actual, os agricultores têm pelo menos garantidos os rendimentos pagos em função da área ocupada. (…)”</p>

				<p>Um estudo recentemente elaborado pela CAP para o sector dos cereais concluiu que a ajuda co-financiada representa quase 30 por cento dos rendimentos globais dos sector. O valor da produção no mercado ascendia, por outro lado, a cerca de 50 por cento dos rendimentos. Contas feitas, os rendimentos dos agricultores dependem em cerca de 80 por cento das quantidades que produzem. (...).</p> <p>(...)</p> <p>O prolongamento da seca vai entretanto acelerando a reconversão agrícola no Alentejo. Por imposição, embora haja quem considere que a exclusividade dos cereais no Baixo Alentejo 'não tem racionalidade económica nem sequer agronómica', como sustenta Luís Capoulas, secretário de Estado dos Mercados Agrícolas. O ideal seria, assim, o regresso em força de sistemas agro-silvo-pastoris, 'que sempre serviram de almofada à agricultura alentejana', diz Capoulas.</p> <p>(...). A florestação começa a ser pressionada, até como forma de evitar a seca. Agora, empurrada pela força implacável dos estios intermináveis, a agricultura alentejana começa a despertar para o fim do predomínio dos cereais. Antes que a iminência de um desastre económico se consuma em definitivo."</p>
<p>14/4/95 Pág. 4/5</p>	<p>Destaque</p>	<p>Carlos Dias</p>	<p><i>Situação de catástrofe no Baixo Alentejo Terras secas e gado sem água</i></p>	<p>"Ao longo das planícies do Baixo Alentejo (...) a imagem é a mesma. Uma imensidão de terra coberta de culturas cerealíferas irremediavelmente perdidas. 'Nesta altura do ano, a seara era para se estar fazendo', observa um agricultor de terras pobres entre Mértola e Serpa. 'Mas a ferida maior que a gente sente é não ter água para o gado'. Os dias estão demasiado quentes para a época e ao gosto dos cidadãos. Mas, os que vivem da agricultura teriam preferido trovoadas há três semanas, porque agora, mesmo que chova, já é tarde.</p> <p>A falta de água está a dar cabo das culturas e vai 'arrebentar com o gado', adverte (...). Os pastos estão a secar rapidamente. 'Parece que estamos no início de Junho', conclui o velho pastor.</p> <p>Alguns quilómetros adiante, (...) Manuel Dias, agricultor, não parece mais esperançado: 'Há três semanas, estava aí um trigo forte que era uma maravilha' (...).</p> <p>(...)</p> <p>(...). Depois do que está a acontecer, só quem vive muito agarrado à terra é que fica. Há quatro anos que a seca não larga os campos do Alentejo, 'mas desta vez é pior do que em 1992', avisa Manuel Dias.</p> <p>(...). 'Este ano a seara está morta', afirma (Quadros e Costa, presidente da Associação de Agricultores do Baixo Alentejo). E isto acontece mesmo em solos muito ricos, tipo classe A (...).</p> <p>Se não houver fortes ajudas directas ao rendimento dos agricultores Quadros e Costa não tem dúvidas quanto às 'tremendas consequências sociais e económicas' que irão daqui resultar para a região. (...).</p> <p>(...). As associações aproveitaram para reivindicar a criação do seguro agrícola à produção (...).</p> <p>(...)</p> <p>Manuel Dias diz que todo o Alentejo 'está a viver com o credo na boca'. (...) Este ano já lhe morreram três vacas envenenadas por terem bebido água que estava inquinada pelos dejectos dos animais.</p>

				(Outro agricultor) Contratou pessoal para limpar as algas que eutrofisam as reservas de água guardada em pequenas barragens, mas receia que esta medida não resolva o problema. (...)."
13/4/95 Pág. 50	Local	Raul Tavares	<i>Aumento da poluição mata peixes 'Calamidade' no estuário do Sado</i>	"Desde o princípio do ano que os peixes do Sado andam a morrer devido ao efeito da poluição industrial. A Quercus fala de 'calamidade' e exige criação de um 'conselho de intervenção'. Os piscicultores, esses não sabem o que fazer à vida' (...)."
14/4/95 Pág. 31	Economia Opinião	Armando Sevinate Pinto (Eng. agrónomo)	<i>Morreram as searas no Alentejo</i>	<p>"Os alentejanos choram para dentro lágrimas secas de desespero. Desde há várias semanas, assistem impotentes ao fogo lento que lhes mata as searas sem terem sequer contra quem se revoltar. É difícil descrever o sentimento, misturado de angústia, de incapacidade, e de desânimo, que provoca em toda a região alentejana o espectáculo, quase dantesco, da morte das searas em pé, loiras e secas de fome de água.</p> <p>O verão antecipado que muitos festejam em Portugal custará aos agricultores uma boa parte do seu futuro, quando as feridas do passado ainda estão por sarar.</p> <p>(...). Os cereais de Inverno, cuja beleza de há dois meses entusiasmava a região, e que custaram algumas dezenas de milhões de contos a criar, estão definitivamente destruídos em todo o baixo Alentejo e em vias de o ser no resto das regiões cerealíferas.</p> <p>O suporte económico do Alentejo estilhaça-se e com ele as actividades associadas, do comércio da indústria e dos serviços. Aumentarão as quintas de lazer e o Alentejo permanecerá no lugar pouco invejável que já ocupa no ranking das regiões europeias classificadas em função da sua prosperidade.</p> <p>Chegados a este ponto não resisto a colocar uma questão dirigida a todos os que insistem em pensar que agricultura é uma actividade económica igual a todas as outras. Haverá em Portugal alguma outra actividade económica em que, de uma forma tão generalizada, salvo acidentes pontuais, se possam perder em poucas semanas todos os investimentos feitos por tantos agentes económicos?</p> <p>Poder-se-á perguntar porque não fazem então no Alentejo outras culturas ou outras actividades em que o risco seja menor. A resposta é também uma pergunta: alguém as conhece? Sem água, as alternativas são praticamente nulas e o Alentejo, com cerca de metade da superfície agrícola do país, continuará ser aquilo que hoje é e a assistir, com cada vez menos paciência, às intermináveis discussões sobre os malefícios da rega no equilíbrio das colónias de morcegos.</p> <p>(...). Estou certo de que algumas medidas estão a ser preparadas, mas tarda uma palavra de conforto, de esperança e de solidariedade, que os responsáveis pelo sector já deveriam ter transmitido publicamente aos alentejanos (...).</p> <p>Os alentejanos não podem sentir que estão sós num país que celebra o calor e a praia antes do tempo."</p>
15/4/95 Pág. 37	Local	Pedro Ferro	<i>Selmes, Vidigueira População em novena contra a seca</i>	"A população de Selmes, concelho da Vidigueira, terminou ontem uma novena contra a seca no Alentejo. Durante nove noites, nove mulheres descalças, acompanhadas por uma pequena multidão rastejaram pelo chão da Igreja matriz de Selmes cantando preces para que a chuva venha alagar os campos secos da aldeia. São cantigos não usados na liturgia

				<p>oficial católica. Quase um choro, no qual a palavra misericórdia é a mais repetida. (...).⁷.</p>
4/5/95 Pág.16	Espaço Público	Augusto Santos Silva	<i>O rural não sabe nadar, ô!</i>	<p>“No mundo rural, a seca e a geada destroem as culturas. As seguradoras recusam-se a cobrir os prejuízos importantes. Os preços à produção caem profundamente. As empresas de comercialização e distribuição dominam a seu belo prazer o ciclo produtivo.</p> <p>No mundo político, os governantes repetem declarações de fé no desenvolvimento integrado do interior. Juram combater o abandono dos campos e a desertificação das aldeias. Repudiam veementemente a insinuação de que pretendem, quando muito, transformar os agricultores em pensionistas de Bruxelas. Exibem o espírito e a proposta de Corfu, onde Portugal teria imposto, pela voz sempre iluminada do seu primeiro-ministro uma visão social de largo alcance sobre a economia, centrada no aumento do conteúdo do emprego no crescimento e apostada em expandir actividades locais geradoras de ocupação, do artesanato aos serviços de proximidade, do turismo ao património. (...).</p> <p>Em Outubro do ano passado, ladeei, na mesa de uma assembleia pública, um alto funcionário da administração que então representava um secretário de Estado. Ouvi-o proclamar bem alto os milhões iminentes para um qualquer programa e desafiar insolentemente o auditório: ‘Agora, quem tem unhas tocará guitarra’!. Sete meses passaram e as informações que me chegam, dos agentes locais que este funcionário desafiava, são invariavelmente estas: ainda não recebemos o dinheiro que nos é devido, pelo I Quadro Comunitário de Apoio, quanto mais novo!</p> <p>(...)</p> <p>Não há desenvolvimento do mundo rural sem agricultura, diz o discurso político oficial, dizem todos os técnicos qualificados. Nos relatórios que os Ministérios da Agricultura e do Planeamento encomendam e patrocinam, também se exprime e justifica outro ponto decisivo: que há várias agriculturas em Portugal e precisamos delas todas, a especialização produtiva e a policultura de pequena escala, a actividade plenamente integrada no circuito mercantil e as actividades mais próximas da subsistência e da economia informal, o empresariado e a exploração familiar, a pluricatividade e a articulação entre agricultura e indústria.</p> <p>Ora bem, o nosso Governo acha que, por haver PAC (...) não tem de haver política agrícola nacional e, portanto, ao contrário de outros parceiros comunitários, não tem em conta os interesses específicos dos seus agricultores. Lamenta que estejamos a perder com a concorrência estrangeira e insinua, até que é um preço a pagar pela integração europeia: quando o facto é que praticamente nenhum apoio continuado e consistente é prestado aos agricultores, no mercado dos factores, como no apoio técnico como nos circuitos de comercialização. Não temos política própria, nem aliás pensamento técnico adequado, como há dias lembraram José Reis e Boaventura Sousa Santos, para o nosso principal recurso social, que é a pequena agricultura familiar. Os melhores terrenos agrícolas são sacrificados às estradas e à urbanização. A agricultura biológica não é incentivada. E predominam os</p>

				<p>negócios opacos em volta da rede de matadouros, das florestas, da comercialização do leite. Há suspeitas por corrupção ao mais alto nível do Ministério da Agricultura. Diz o discurso oficial: se não há desenvolvimento rural sem agricultura, não há desenvolvimento da agricultura sem agricultores e não há política agrícola sem concertação com os agricultores. Mas a CAP, cuja representatividade regional e social é limitada, colonizou a estrutura do ministério, quando foi preciso expulsar, depois de 76, os técnicos 'comunistas' (quer dizer, todos os que tinham estado empenhados na realização de uma reforma agrária em Portugal). Depois, nos anos oitenta, foi ela colonizada pelo ministério. De modo que o que há hoje é uma espécie de descolonização recíproca, com um resultado: a CAP foi artificialmente instituída, pelo Estado, como o parceiro relevante das negociações. Inversamente, outra organização da lavoura, a CNA, que representa outros interesses e outras regiões (e, portanto, em boa lógica democrática deveria ser ouvida por isso mesmo) foi ostensivamente marginalizada, por alegadamente ser de influência comunistas.</p> <p>(...)</p> <p>Terceiro ponto do discurso oficial: se a agricultura é uma condição necessária ao desenvolvimento rural, não é, contudo, condição suficiente. É preciso diversificar as funções da agricultura (a famosa multifuncionalidade da PAC) e as actividades não-agrícolas em meio rural. certíssimo. Então, em que é que estamos a apostar? No enraizamento de actividades de escala adequada, envolvendo gente e servindo comunidades? Não. quando pomos os ministros a dar cobertura aos vendilhões do templo (o bela de Odemira, o alemão de Bragança, etc.), o que temos a propor é (1) campo de golfe, (2) pistas de crosse, autocrosse e equitação (3) hotelaria, hotelaria, hotelaria. Desenvolvimento endógeno, integrado e sustentado, como reza o discurso ou ajuda pública ao dinheiro fácil ?</p> <p>Finalmente, diz o discurso oficial, o desafio do mundo rural não se ganha só com a acção do Estado: é preciso parcerias com a sociedade civil, protagonistas e actores locais. Nós, diz o governo, garantimos técnicos, financiamentos! (...). Muitas (...) associações e iniciativas existem por todo o país. Fizeram o sucesso do Leader I, mostraram novos horizontes e métodos para o desenvolvimento, animaram associações e projectos. O que é que lhes está a acontecer? Estão a ser estrangulados financeiramente. É o campo arqueológico de Mértola, e são muitas outras esperanças de vida e de futuro para o interior. (...)."</p>
<p>4/5/95 Pág. 53</p>	<p>Local</p>	<p>Paulo Nobre</p>	<p><i>Évora Alentejo debate desenvolvimento em vésperas de congresso</i></p>	<p>"(...)</p> <p>A regionalização, encarada no sentido de poder vir a constituir uma forma de desenvolvimento da região, foi um dos tópicos do debate. (...).</p> <p>António Covas (...) deixou a ideia de que os alentejanos vivem entre 'dois fantasmas de desenvolvimento megalómano: 'o Alentejo está preso entre Sines e Alqueva, dois dos chamados elefantes brancos da região.' (...).</p> <p>A mistura entre 'Ciência, Humanidade e Arte', para o reitor da Universidade de Évora, Jorge Araújo, pode constituir a melhor forma de desenvolvimento. Para o reitor, a</p>

				<p>perspectiva científica não poderá ser explorada só por si. (...)</p> <p>O escultor José Cutileiro, quase no final do debate, deixava uma reflexão em jeito de pergunta: como desenvolver preservando a identidade e a intimidade. Para o escultor, o 'Alentejo é um espaço amplo, mas íntimo'. (...)"</p>
5/5/95 Pág. 50	Local	Carlos Dias	<p>Vandalismo em reserva de Torre de Coelheiros, Évora</p> <p>*Matança de espécies protegidas para prazer de caçadores</p>	<p>"(...)</p> <p>Mais de 40 exemplares de diferentes espécies(...) foram encontrados mortos e pendurados pelo pescoço numa zona de caça turística, no Monte da Defesa, próximo da aldeia da Torre de Coelheiros, concelho de Évora.</p> <p>(...). O vice-presidente da LPN, Américo Peças, chamou ao que viu 'uma vergonhosa carnificina, um crime contra a natureza' que se destina apenas a 'salvaguardar as espécies cinegéticas com o único objectivo de satisfazer os caprichos de caçadores endinheirados' (...).</p> <p>(...)</p> <p>(...). Américo Peças adiantou (...) que a 'biodiversidade no Alentejo está a receber um golpe profundo' com este tipo de práticas, que quase sempre passam impunes. (...)"</p>
5/5/95 Pág. 38	Local	Carlos Dias	<p>A capital do manuelino no Baixo Alentejo</p> <p>Alvito abre-se ao turismo de qualidade</p>	<p>"Alvito é uma vila alentejana que conserva quase intactas as suas construções manuelinas, erguidas 'quando era povoação de dois mil vizinhos com nobreza'. Hoje é uma terra com graves problemas estruturais, que afastaram para o exterior boa parte da sua população activa. Para estancar a sangria migratória e encontrar alternativas à agricultura, a autarquia está a valorizar o património histórico e cultural e a promover o turismo de qualidade.</p> <p>Dispersas pelas portas e janelas da zona histórica de Alvito, destacam-se, pela sua originalidade, cerca de 70 pórticos (...), classificados no princípio dos anos 80, e que têm resistido desde então ao desvirtuamento patrimonial e à introdução de soluções exóticas. Formam um conjunto de feição própria e revelam, pela sua quantidade, a importância que terá tido o lugar nos seus tempos de grandeza.</p> <p>(...)</p> <p>Geograficamente, a vila está situada entre duas barragens, Alvito e Odívelas, que oferecem excelentes condições para a prática da pesca e desportos náuticos. A sua riqueza patrimonial não se circunscreve apenas ao castelo, assinalam-se ainda um grande número de igrejas e diversos edifícios históricos e influências que a forma de viver das populações- consagrando-se quase exclusivamente à agricultura e estando afastada das principais vias de comunicação – ajudou a conservar ao longo dos séculos. 'Em Alvito não se passa, vai-se lá' é uma das expressões mais ouvidas para explicar o seu isolamento.</p> <p>(...). Até há bem pouco tempo, mantinha a maior parte da sua população, de três mil habitantes, ligada à agricultura. É uma terra fértil (e era) farta de água, vivia das suas hortas e pomares produzindo azeite, cereais, cortiça, laranjas, vinhos e lã.</p> <p>Em poucos anos, porém, a actividade agrícola deixou de ser o motor da economia local. A emigração (...) acelerou a degradação económica e social do concelho, forçando a autarquia a debater-se com problemas que se viu obrigada a considerar como seus, devido à ausência de medidas estruturais necessárias à reconversão do tecido económico da região.</p>

				<p>A aposta, por força das circunstâncias, é agora na no turismo de qualidade, nas actividades tradicionais e na reconversão agrícola. É um concelho rico em património cultural, histórico e arquitectónico onde coexistem tradições, usos populares, vestígios arqueológicos e belas paisagens bem preservadas em termos ambientais. Factores que o presidente da Câmara de Alvito, Lopes Guerreiro, quer promover de forma a valorizar a terra e a produzir riqueza.</p> <p>Uma política cultural para a defesa do património e dos costumes da região potenciaram o aparecimento de projectos na área do artesanato local e relançaram algumas actividades tradicionais (artes da pele, enchidos).</p> <p>Exemplo de maior sucesso é a Alentrajo, empresa constituída só por mulheres, em Vila Nova da Baronia (...) que faz a confecção artesanal de elementos tradicionais de vestuário alentejano, desde a matéria-prima ao feito, decoração e adereços, sem desvirtuar as características mais genuínas do vestuário tradicional.</p> <p>(...). Outras pequenas empresas estão a surgir no ramo das agro-alimentares, produtos de qualidade e tentam explorar nichos de mercado ainda escassamente ocupados.</p> <p>A diminuição da área de cultivo com cereais de Inverno veio disponibilizar solos com boa aptidão para a sua reconversão agrícola, nomeadamente horticolas e pomares, projecto que está ligado ao empreendimento Alqueva.</p> <p>(...)</p> <p>Tudo se resume, afinal, a um modelo económico sempre baseado na agricultura, que foi destruído, sem que fossem asseguradas alternativas. O turismo surge assim como a única actividade que oferece algumas garantias. Mas a população de Alvito sentia-se mais segura e motivada se pudesse voltar aos campos, aproveitando-se assim as capacidades endógenas da região para fixar a população sobretudo jovem, (...) quando o desemprego e o ócio são as únicas coisas que a terra tem de certo para oferecer.”</p>
<p>10/5/95 Pág. 58</p>	<p>Local</p>	<p>Ana Fernandes</p>	<p><i>Plano de Ordenamento do Sudoeste espera há um ano e meio por aprovação Costa Alentejana votada ao abandono</i></p>	<p>“(...)</p> <p>(...) há um ano e meio que objecções levantadas por todos e mais alguns têm adiado ‘sine die’ uma efectiva protecção da área. É que só depois deste documento aprovado (Plano de Ordenamento) é que a até agora Área de Paisagem Protegida passará a Parque Natural. E só nessa altura é que tomará posse a nova direcção e se dará andamento a projectos de conservação.</p> <p>(...)</p> <p>Já lá vão alguns anos desde que começaram as alertas para o que se estava a passar no Sudoeste. Esgotado o Algarve e descoberta a costa alentejana, os interesses imobiliário-turísticos começaram a preparar-se para destruir o único pedaço do litoral ainda preservado que restava a Portugal. As vozes foram muitas e, em 1992, tudo foi suspenso até que houvesse os Planos Regionais de Ordenamento do Território do Alentejo e do Algarve (...) e o plano de ordenamento da área, concluído em 1994. A recessão, que afectou duramente o sector imobiliário, ajudou à colocação de um travão às quatro rodas na construção desordenada que se pretendia ali iniciar.</p> <p>Não que muitas barbaridades já não estivessem feitas. Vale da Telha é um monumento à selvajaria urbanística. (...). O promotor, Sousa Cintra, lavou as mãos e largou a batata</p>

				<p>quente a cargo dos proprietários das casas – muitos deles emigrantes – e do Estado.</p> <p>Outro que vai ter de ser sujeito a planos de intervenção específica é o falido projecto da Odefruta (...). Um empreendimento tão elogiado pelo governo português e a quem foram dados 1,6 milhões de contos de fundos comunitários (...). total: 2,5 milhões de contos. E não só faliu como lançou para o desemprego 600 trabalhadores e desgraçou 500 hectares de terreno agrícola à beira Atlântico, que foi carregado de químicos apesar dos pareceres negativos da Área de Paisagem Protegida e dos serviços do ministério da Agricultura, a quem o poder político nacional e local não ligou.</p> <p>(...). As estufas lá estão, abandonadas, o plástico voa por todos os lados numa barulheira infernal, os materiais e equipamentos continuam amontoados como se tratasse de uma enorme lixeira e não de um litoral classificado como área protegida.</p> <p>Os sacos de fertilizantes rebentados constituem mais um foco de poluição para os solos e aquíferos violentados por uma agricultura quimicamente devastadora.</p> <p>Aos projectos imobiliários pendentes _ Aivados, Vila Formosa – crescem um sem número de pequenas 'irritações cutâneas' que não matam mas moem. A mais recente é o atravessamento da Área por uma linha de alta tensão da EDP que já foi criticada pela LPN. (...).</p> <p>Para Pedro Beja, da LPN, a situação é 'grave' dadas as consequências ambientais que terá a construção das torres e o impacto visual na paisagem.</p> <p>João Lagido (director da Área de Paisagem Protegida) reconhece as implicações do projecto, nomeadamente a 'desmatção e o abate de árvores', mas justifica o parecer favorável com base nos custos económicos que teria o desvio do traçado de modo a passar for a da área protegida. (...). Dado o 'interesse público' da linha, aquele responsável diz que tomou a decisão depois de ponderar entre a necessidade de distribuição de energia e algum sacrifício da paisagem'.</p> <p>(...)</p> <p>Ainda sem projecto construído, a zona que vai do Barranco Queimado ao Malhão, passando (...) por Aivados sofre de tais 'borbulhas irritantes', como 'uma pedreira que continuamente se expande, rompendo o equilíbrio dos sistemas, veículos todo-o-terreno que passam e destroem as dunas, sobre-pastoreio que necessita de ser corrigido, despejo de lixos e materiais que sobram de obras nas zonas de matos e sobre-utilização das lagoas temporárias existentes', diz a LPN.</p> <p>Continuando a descer, prossegue o desenrolar da lista de problemas. Vila Formosa/Praia da Furnas/Brejo das Moitas é outra zona em que pende uma mega-urbanização com vista para o estuário do Mira. Numa zona excepcional do ponto de vista florístico, que seria 'ideal para, junto com a área de Aivados – Malhão, ser criada uma reserva do tipo 'biogenética' representativa da natureza do planalto litoral alentejano', diz a LPN, acumulam-se parques de estacionamento abertos pelos próprios carros, os jipes que continuam a circular como querem, os povoamentos florestais carecem de correcção e a agricultura, 'mesmo extensiva, é causa de desmesurados impactes'.</p>
--	--	--	--	---

				<p>O rol de ameaças continua por entre trilhos abertos pelos turistas, a pé ou de jipe, que destroem impunemente vegetação e dunas, expondo a rocha, por entre agricultura mal gerida, extracção ilegal de areias, incêndios sem florestação posterior, plantação de eucaliptos, sobre-pastoreio, pedreiras, só para citar algumas. (...).</p>
14/5/95 Pág. 60	local País	Luis Filipe Sebastião	<p><i>VII Congresso sobre o Alentejo O regresso da terra a quem a trabalha</i></p>	<p>“(…) ‘O PS teve em relação ao Alentejo uma política de avestruz’, na primeira década após o 25 de Abril – período em que Mário Soares desempenhou funções governativas – pelo que tem responsabilidades profundas no que o Alentejo é ou não é’ (Carlos Zorrinho, do Secretariado Nacional do PS). (…) (…) Rogério Brito (PCP) situou o Alentejo ‘na ponta da cauda das regiões mais atrasadas da Europa. (…) (…) como notou João Bau (do LNEC) ‘a questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo está na posse da terra, na estrutura da sua posse, a que correspondem baixos níveis de produtividade de grande parte das produções agrícolas’. Esta realidade levou Renano Henriques (LNEC) a dizer que ‘Alqueva poderá ser uma realidade como barragem, mas nunca o será sem uma verdadeira Reforma Agrária no perímetro regado que irá definir (...)’. ‘A questão da posse e do uso da terra é de facto uma questão em aberto’, disse, por seu lado, o deputado comunista António Murteira (...). Sobre a diáspora alentejana, Camilo Mortágua, da Associação Terras Dentro, sustentou ser indispensável informar os alentejanos emigrados das possibilidades de investimento na região para não deixar ‘esse conhecimento para exclusivo proveito dos alemães, holandeses ou outros cidadãos da União Europeia que entretanto vão comprando o Alentejo’. (…) Cláudio Torres (...) considerou que apesar da sensação de ser apenas ‘mais um congresso’, poderão estar criadas as condições para discutir realmente o futuro do Alentejo e para que se possa, finalmente, acabar com ‘o castigo’ a que os seus habitantes têm sido sujeitos. (...)”</p>
15/5/95 Pág. 34	Local	Luis Filipe Sebastião	<p><i>Congresso proclama urgência de Alqueva, regionalização e nova a reforma agrária Alentejo segue dentro de momentos</i></p>	<p>“(…) A proclamação do congresso que juntou as conclusões dos cinco painéis, reconheceu a existência de uma identidade cultural própria da região, que deve ser defendida, e preconizou a urgente aceleração das obras do projecto Alqueva. (...). A crise económica e social (...) ‘determina a necessidade de uma política de reestruturação da posse e uso da terra que terá de ter presente o Plano de Rega do Alentejo’. No que toca ao sector industrial devem ser apoiadas as ‘unidades agro-alimentares, indústrias extractivas e projectos aeronáuticos e telecomunicações’. Reivindicando o reforço de cidades média para fixar as populações, a eleição do turismo como ‘componente importante do desenvolvimento’ e a necessidade de um Plano Integrado de Desenvolvimento do Alentejo, a proclamação acaba com a exigência da criação de regiões administrativas, com o reforço do ‘papel insubstituível do poder local’. (...)”</p>

<p>15/5/95 Pág. 34</p>	<p>Local</p>	<p>LFS</p>	<p><i>O congresso no 'Snack-bar'</i></p>	<p>“(…) A questão de Alqueva também não convence muito quer um quer outro dos dois companheiros de café. Além de concordarem com a resistência dos habitantes da aldeia da luz em saírem das suas casas, Dinis volta ao financiamento dos agricultores: ‘Querem água para quê, se lhes dão dinheiro é para não semearem?’. ‘Não se compreende como é que o Governo anda a dar dinheiro para arrancar vinhas’, repetirá também José Alberto (...). Em Évora ainda se vai vivendo, por ser Património Nacional, mas nos meios rurais a vida das pessoas é uma desgraça’ (...). Nobre, 60 anos, critica o desvio da transformação da cortiça mais para norte quando isso iria permitir ‘enriquecer a região’. Isto é lindo é para ingleses e para os alemães porque para os alentejanos não dá nada’, lamenta. (...) O motivo de tantas dificuldades? O empregado de escritório não tem dúvidas: ‘Esta zona foi sempre mais afectada pela seca e mais esquecida pelos governantes, antes e depois do 25 de Abril’.”</p>
<p>16/5/95 Pág. 30</p>	<p>Economia</p>	<p>Manuel Carvalho</p>	<p><i>Entre 1989 e 1994 desapareceram 107 mil explorações Agricultura em lenta agonia</i></p>	<p>“Es explorações agrícolas de pequena dimensão estão a desaparecer do mapa rural. Só entre 1989 e 1994 extinguiram-se 107 mil, levando ao abandono de 56 mil hectares de solos aráveis. O processo relatado num inquérito do INE está a esboçar um novo rostos da agricultura. As explorações são cada vez menos e maiores e arrastam consigo a diminuição brutal da população agrícola. O perfil tradicional da agricultura portuguesa está em vias de extinção. (...). O cenário recentemente traçado pelo economista Francisco Avillez, que advertia para o facto de no ano 2000 só 20 por cento das explorações terem a sua viabilidade garantida, acaba por ficar confirmado nas revelações do INE. (...) Entre 1989 e 1993 as pressões externas ditaram (...) uma diminuição brutal da área de cereais – sector menos competitivo da agricultura portuguesa – cuja cultura regrediu 179 mil hectares, e um aumento das forragens anuais que aumentaram a sua área superfície ocupada em 85 mil hectares. Esta evolução está de acordo com as nossas ‘condições naturais’, diz Sevinate Pinto, agrónomo e consultor. (...). (...). Para compensar o cenário, o inquérito nota que a mecanização e as acessibilidades conheceram uma significativa melhoria. Da análise do estudo sobre em primeiro lugar a ideia de que a pequena agricultura familiar do Norte do País está a sofrer uma erosão mais nítida. Mas, se parece provado que muita da superfície agrícola utilizada pelas explorações extintas acabou no abandono, o estudo do INE regista igualmente que boa parte das terras acabaram por ser incorporadas nas explorações restantes. Como consequência, a superfície média das explorações aumentou 19 por cento, passando de 6,9 hectares em 1989 para 8, 1 hectares em 1994. (...). (...) a alteração do perfil estrutural da agricultura ficou associada a uma forte diminuição da população agrícola familiar. Nos cinco anos compreendidos pelo estudo, 416</p>

				<p>mil pessoas tiveram de abandonar o sector.</p> <p>(...). Nos campos portugueses sobram cada vez mais agricultores de idade avançada – 43 por cento têm mais de 55 anos -, sem grandes qualificações profissionais – 99 por cento destes activos possuem formação exclusivamente prática -, que vivem das reformas, 'sem dúvida as principais fontes de rendimento destes agricultores'.</p> <p>Para alguns observadores, a transformação estrutural em curso significa o arrastamento da agricultura portuguesa para esquemas de actividade económica que acabarão por destruir o seu perfil ancestral feito de pequenas explorações e uma ligação social e cultural à terra. Para outros, o que está em causa é uma saudável adaptação das estruturas agrárias do país às exigências do mercado impostas pela integração europeia. 'O que podemos discutir são ritmos de ajustamento estrutural porque o que está a ocorrer é uma alteração desejável', diz Sevinate Pinto."</p>
16/5/95 Pág. 45	Local	CD	<i>Baixo Alentejo Agricultores encostam Governo à parede</i>	<p>"(...)</p> <p>O secretário geral da CAP, José Manuel Casqueiro, lançou um ultimato ao Governo: se até dia 15 de Junho não der resposta às reivindicações dos agricultores, estes reservam-se o direito de tomar posições de força. (...), a 'manifestação de força é infelizmente a linguagem que os políticos ouvem com toda a certeza'.</p> <p>Entre outras medidas, os agricultores exigem a atribuição de subsídios – a título de compensação dos custos de produção despendidos com a cultura dos cereais – que levem em conta as declarações de cultura já entregues no INGA; a institucionalização de um seguro à produção; a prorrogação da ajuda co-financiada; o pagamento de um subsídio especial e excepcional por cabeça de gado criada em regime extensivo; a manutenção do prémio de ovinos e uma moratória por um ano para a liquidação dos impostos relacionados com a actividade agrícola, IRS e IRC.</p> <p>Para as culturas permanentes – olival, vinha e pomares – reivindicam a atribuição de uma ajuda para compensar a quebra de rendimento resultante da seca. (...)"</p>
18/5/95 Pág. 45	Local	CD	<i>Caudal do Guadiana a 35 litros por segundo A água foi a votos</i>	<p>"O Conselho da Bacia do Guadiana reuniu-se (...) em clima de grande tensão, dada a escassez de água nas albufeiras, nos aquíferos e nos rios que servem a bacia.</p> <p>(...)</p> <p>(...) as disputas quanto ao uso da água obrigaram o presidente do Inga a pôr à votação as hipóteses na lista das prioridades. Assim, em primeiro lugar, ficou a utilização de água para consumo humano. Seguem-se a pecuária e culturas arbóreas nos perímetros de rega. Depois vem a conservação dos caudais ecológicos e, por último, a indústria (Portucel) e agro-indústrias (fábricas de concentrado de tomate).</p> <p>(...). Nos últimos dias registou-se, por duas vezes, a morte de muitas centenas de peixes na ribeira de Brenhes (...) e no Guadiana, junto à ribeira de Cardeira."</p>
31/5/95 Pág. 54	Local		<i>Alcácer do Sal Novo troço da A2 contestado</i>	<p>"(...)</p> <p>Segundo o texto da moção (aprovada pelo executivo camarário), o traçado da proposta-base, que supõe um viaduto sobre a lezíria de Alcácer do Sal, 'para lá dos impactos negativos na área agrícola mais importante do concelho', 'causaria uma enorme perturbação na harmonia paisagística do vale espartilhando a linha do horizonte entre este viaduto e o da variante IP1, a jusante'.</p>

				<p>Contudo, (...) a autarquia considera que a 'obra constitui um importante factor de aproximação a Setúbal e a Lisboa, aumentando e valorizando o seu potencial turístico'. Assim, no documento, é apontada a concordância do município com a alternativa A ao traçado da proposta base (...)."</p>
4/6/95 Pág. 2	Destaque	Ana Fernandes	<i>Alqueva 'versus' Alentejo</i>	<p>"(...) Com o pressuposto de que 'não se justifica substituir uma cultura anual de sequeiro por outra anual de regadio que tem como vantagem a menor dependência das condições climatéricas', segundo José Manuel Palma, da Quercus, a alternativa ao Alqueva é 'um modelo de desenvolvimento para o Alentejo'. Uma alternativa que não inviabilizaria a construção da barragem, só que e dimensão menor e de preferência mais a Norte, dizem os ambientalistas. Este modelo de desenvolvimento passaria pelo uso múltiplo da floresta, silvo-pastorícia, cultura de sequeiro por vezes suplementado por rega e um pequeno regadio com água de mini-hídricas. 'Este modelo dá uma maior segurança porque se tivermos diferentes produções com exigências diferentes, existem maiores possibilidades de se conseguir uma estabilidade financeira e ao mesmo tempo resolver um problema que afecta muitos alentejanos que é a sazonalidade do trabalho', diz Palma. José Leitão, engenheiro agrícola também defende a construção de albufeiras mais pequenas porque 'um grande regadio vai irrigar uma enorme mancha agrícola, abrangendo solos mais aptos e menos aptos. O Alentejo tem muitas zonas dispersas de solo de melhor qualidade que só se aproveitam com empreendimentos mais pequenos a elas destinados'. (...) O modelo defendido pela Quercus também teria custos: 'Temos de pagar aos alentejanos o custo de fazerem colheitas que só começarão a dar lucro daqui a alguns anos'. Por outro lado, o gigantesco investimento de Alqueva (...) poderia ser aplicado na reformulação do sistema produtivo, nas técnicas agrícolas, mas sobretudo na recuperação biofísica dos solos, porque 'neste momento há terrenos que já nem aguentam árvores', diz Palma. (...). Um técnico agrícola de Moura, que pediu o anonimato, defendeu: 'O Alentejo precisa de culturas de input mínimo, mais perto das condições disponíveis e sem grande dependência das redes de comercialização como é o caso das hortícolas. (...). Toda esta questão passa pelos produtos de qualidade. Porque se há dúvidas quanto ao escoamento dos bens de grande consumo que outros países podem assegurar tão bem ou melhor que os alentejanos, nada substitui o presunto de Barrancos (...) azeite de Moura, o queijo de Serpa, as passas da Amareleja, o vinho alentejano, a carne de vaca alentejana ou mertolenga, o queijo de cabra, os enchidos, para citar alguns exemplos. Produtos que mesmo sem o necessário marketing têm já lugar cativo junto do consumidor, disposto a pagar o preço da qualidade. Mas Palma fala de opções ainda mais vastas: 'Aquela história de Bill Gates querer instalar uma empresa de lançamento de satélites no Alentejo não é gratuita: no</p>

				<p>mundo actual as empresas que não dependem do transporte, que usam tecnologias de terceira e quarta geração, querem-se instalar em locais de elevada qualidade ambiental, os empregados exigem-no'.</p> <p>Por esta razão, o ambientalista defende que haja uma política de criação de parques industriais de alta qualidade, não poluentes, no Alentejo. (...)”.</p>
5/6/95 Pág. 44	Local	Carlos Dias	<i>Ribeira de Beja tornou-se esgoto a céu aberto Matadouro transforma Guadiana em rio de Sangue</i>	<p>“(…) No lugar de Porto Peles, a meia dúzia de quilómetros de Beja, o desencanto das pessoas mede-se pelo seu silêncio que desagrada ao presidente da junta de freguesia de Neves, João Soares, que já tem a alcunha de ‘carraça’, por tanto protestar junto das várias entidades, para resolver aquele problema. As águas, nas horas do abate do matadouro, ‘chegam aqui carregadas de sangue’ afirma o autarca. (...).</p> <p>(…)</p> <p>Uma das constantes nas reuniões do conselho da Bacia do Guadiana é a exigência da limpeza das linhas de água que desaguam no rio. (...). Foi discutida inclusivamente o eventual encerramento da fábrica de papel de Mourão, devido à carga poluente da sua actividade, hipótese que ainda não está posta de parte.</p> <p>(…)</p> <p>E enquanto isto, a ribeira da Cardeira já matou recentemente milhares de peixes no rio Guadiana, continuando a existir condições para que outras mortandades semelhantes possam acontecer a todo o momento, sem que nada aparentemente o possa travar. (...)”.</p>
12/6/95 Pág. 14-16	Economia	Manuel Carvalho	<i>Gomes da Silva, responsável pela agricultura PS Governo foi caixa de correio de Bruxelas’</i>	<p>“(…) O PS está disposto a aumentar os gastos públicos na agricultura porque entende que o mundo rural português está a chegar a um ponto de não retorno. Fazendo aliança com as associações de agricultores, os socialistas querem aplicar uma política agrícola nacional que funcione complementarmente às directivas da Bruxelas, ao contrário do que aconteceu nos últimos anos em que o ‘abandono’ foi característico da actuação do PSD.</p> <p>(…)</p> <p>‘(...) o mundo rural português foi relegado para uma situação de não paridade relativamente aos outros sectores. E manter a sua paridade seria, pelo menos não deixar degradar a sua posição relativa: em termos de aplicações financeiras, de decisões políticas, de dignificação do funcionamento das estruturas ligadas ao mundo rural (Gomes da Silva, antes das eleições de 1995, na sequência das quais veio a ser ministro da agricultura).</p> <p>(…)</p> <p>‘Defendo a florestação de produção e a florestação de manutenção do meio ambiente nos locais em que efectivamente ela deve ser instalada (...). Temos muita área para pôr a produzir floresta e para manter sistemas silvo-pastoris e de produção associada. (...)’ (Gomes da Silva). (...)”.</p>
25/6/95 Pág.26	Sociedade	David Lopes Ramos	<i>VI Congresso do Comité da Antropologia da</i>	<p>“(…) Lembrou, a propósito, Maria Manuel Valagão que, ‘um pouco por toda a parte, o estudo e a reabilitação das</p>

			<i>Alimentação terminou em Évora O sabor dos sabores</i>	memórias e da tradição gastronómica ergueu-se em valor social, em estratégia económica, numa época em que o efémero parece muitas vezes prevaleceu sobre o permanente e a modernidade é constantemente exaltada. Apesar disso, o património até aqui subestimado ganha uma maior importância. A memória e a tradição na gastronomia fazem parte desse património que é urgente salvaguardar, valorizar mostrando como ele traduz um conjunto de memórias legadas pelos nossos antepassados (...)
25/6/95 Pág.62	Local	Carlos Dias	<i>Aldeia situada no perímetro de rega do Roxo Montes Velhos sem água não existe</i>	<p>“Tem uma área próxima dos cinco mil hectares, dos melhores terrenos para regadio, distribuídos maioritariamente por pequenos agricultores. Nos anos 70, Montes Velhos tinha um elevado nível de vida, sem paralelo no distrito de Beja. Hoje, vive de subsídios, dos que estão emigrados no Algarve, na Suíça ou em Lisboa. É uma aldeia igual a tantas outras no Alentejo. A falta de água deixou as terras ao abandono e o sistema de rega desactivado, mas há ainda quem resista.</p> <p>Nos anos de fartura de água de todos os lados chegavam à aldeia pequenos agricultores à procura de terra. ‘Mais de metade da actual população de Montes Velhos veio de fora’, lembra Quadros e Costa, presidente da Associação de Agricultores do Baixo Alentejo. O tomate era então a cultura dominante na região, por ser a de maior rentabilidade no momento. Foi a época das grandes exportações para a URSS (...).</p> <p>Durante vinte anos, enquanto a água corria nos canais de rega, até elementos da etnia cigana se podiam ver na apanha do tomate ou do pimento (...) juntamente com algarvios e os que vinham de Castro Verde e Almodôvar. ‘As pessoas nunca eram suficientes’ recorda Tenente Peres, agricultor, 52 anos, que hoje apenas trabalha dois meses no ano, quando, naquele tempo, sete não chegavam.</p> <p>(...)</p> <p>Perante a falta de água, quem pôde (poucos) converteram-se rapidamente ao sequeiro. Quanto aos outros, essencialmente pequenos agricultores, foram trabalhar como assalariados nas culturas horticolas e frutícolas do Algarve ou converteram-se à emigração. Deste modo desapareceu a pujança económica das últimas décadas. E muitas terras estão abandonadas, sobretudo aquelas que tinham sido distribuídas pelo Estado a pequenos agricultores e quando, em finais dos anos 60, foi inaugurado o projecto de aproveitamento hidroagrícola do Roxo.</p> <p>Na altura, ‘um hectare de terra valia para cima de cinco mil contos’, recorda o agricultor Tenente Peres. ‘Hoje está reduzido a metade’, acrescenta António Marçalo, presidente da Junta de Freguesia de Montes Velhos. Mas nem assim a terra é atractiva nas actuais circunstâncias. A autarquia colocou à venda há mais de um ano, numa zona central da freguesia, 13 terrenos infra-estruturados destinados à construção de habitação e, até agora, não vendeu um único. ‘Quando havia a influência do regadio isto era rico, agora mal dá para a subsistência’, sublinha o autarca, preocupado com as sequelas da crise social e económica na sua freguesia. ‘No tempo da miséria (antes da instalação do regadio), havia roubos, que voltaram</p>

				<p>agora, misturados com a droga'.</p> <p>(...)</p> <p>O empreendimento fazia parte da primeira fase do mítico Plano de Rega do Alentejo, que instalou os perímetros de regadio do Divor, Caia, Roxo e Mira. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Foram instaladas cerca de 20 pequenas e médias barragens que retiraram ao regadio do perímetro um grande volume de escorrências. Também para Tenente Peres a situação é injusta: 'Nós temos que pagar a água que utilizamos dos canais de rega e os de cima (que instalaram barragens) não pagam nada, e até se deram ao luxo de regar trigo' num ano de extrema carência de água.</p> <p>Na opinião do presidente da Junta e, sobretudo dos comerciantes locais, outro ano assim e Montes velhos desaparece do mapa. (...)."</p>
29/6/95 Pág. 50	Local	Carlos Dias	<i>Depois de se temer a sua extinção Cegonha branca recupera em Portugal</i>	<p>"(...)</p> <p>Com frequência se ouve dizer que a cegonha branca é quase um animal doméstico. Os agricultores salientam o seu papel contra os predadores na defesa das culturas. Em Santa Margarida do Sado, (...) os orizicultores consideram-na um auxiliar indispensável no combate ao lagostim vermelho, que abre galerias nos tabuleiros dos arrozais.</p> <p>No entanto, com a instalação das reservas de caça, aumentaram os perigos para a sobrevivência da espécie. O controlo dos predadores efectuado pelos proprietários das reservas de caça para salvaguardar as espécies cinegéticas tem levado a práticas que contrariam a legislação em vigor. O envenenamento das cegonhas é uma consequência indirecta das medidas preconizadas por alguns caçadores para a matança dos predadores, através do isco (...) contendo estricnina.</p> <p>Foi o caso, no ano passado, em Pomarão, no concelho de Mértola, antigo porto mineiro, situado no Guadiana, cuja população se habituara a proteger uma dúzia de ninhos de cegonhas instalados no alto dos eucaliptos à entrada da povoação: os iscos utilizados para a matança de predadores acabaram por dizimar dez dos casais ali existentes. (...).</p> <p>Mas mais grave do que tudo isto é o crescimento industrial e urbano, que nalguns países da Europa tem contribuído para o declínio da espécie (...). Em Portugal, sobretudo no Alentejo, a aplicação, ao longo dos últimos anos, de adubos e pesticidas, provocou um decréscimo acentuado das nidificações.</p> <p>(...)"</p> <p>Nota: repete o 'enquadramento' usado em outros artigos sobre o mesmo tema.</p>
5/7/95 Pág.48	Local País	Luís Maneta	<i>Portalegre Urbanização polémica na Serra de S. Mamede</i>	<p>"Uma proposta de urbanização na serra de S. Mamede, prevendo a construção de dezenas de moradias, tem motivado forte polémica em Portalegre. Em causa está uma vasta área florestal, localizada perto do Parque Natural, cuja destruição, segundo ambientalistas e autarcas, pode descaracterizar a cidade.</p> <p>(...)</p> <p>(...) José de Matos Rosa presidente da Junta de Freguesia de S. Lourenço (...) considera tratar-se de um 'projecto aberrante' que poderá estragar parte do património natural da cidade. (...).</p> <p>Para Rui Correia, director do Parque Natural da Serra de S.</p>

				<p>Mamede, é natural que a construção de edifícios naquele lugar 'é bastante problemática' em virtude das dificuldades técnicas provocadas pelo declive e pela 'destruição de toda uma envolvente à cidade que lhe confere características próprias'.</p> <p>Prometendo ser implacável na defesa do meio ambiente, Emílio Moitas, responsável pelo núcleo regional da Quercus, ameaça mobilizar a população local contra a invasão de betão e acusa a autarquia de não ser preocupar com o 'impacto ambiental irreversível' resultante da destruição daquela encosta da serra. (...)"</p>
13/7/95 Pág. 54	Local	Carlos Dias	<i>Árvores marcadas para corte em Serpa Extracção de inertes ameaça azinheiras</i>	<p>"Perto de 200 azinheiras de grande porte e saudáveis, distribuídas por uma área de cinco hectares, podem ser sacrificadas ao alargamento de uma exploração de inertes (areia) na herdade do Farrobo, no concelho de Serpa. O projecto, apresentado pela proprietária (...) Isabel Rocha foi inicialmente inviabilizado, mas pressões posteriores terão forçado à aprovação do abate das azinheiras. (...)"</p>
18/7/95 Pág. 44	Local	Carlos Dias	<i>Quercus denuncia Roubos de ninhos aumentam no Baixo Alentejo</i>	<p>" (...) 'Não há monte nenhum nesse Alentejo que não tenha aves em cativeiro', salienta José Paulo Martins, dirigente da Quercus. (...)"</p>
30/7/95 Pág. 2/4	Destaque	Manuel Carvalho	<i>O leve sopro da reforma agrária</i>	<p>"Em 30 de Julho de 1975 (...) o IV Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves, fazia publicar o segundo decreto que enquadrava a nacionalização e a expropriação das grandes herdades alentejanas. (...): (faz o historial...)"</p>
30/7/95 Pág. 3	Destaque	M.C	<i>Alentejo, a mudança adiada</i>	<p>"Um olhar de relance pelos índices de produção de cereais no Alentejo durante os anos quentes da reforma agrária não deixam margem para dúvidas: o esforço das unidades colectivas de produção gerou resultados produtivos só comparáveis às da Campanha do Trigo decretada nos anos 30 por Salazar e pelo ministro da Agricultura Linhares de Castro.</p> <p>Os detractores da reforma explicam os índices de produção pela soma de dois factores: a sobexploração de terras pobres (que mais tarde provocaria a erosão de vastas superfícies aráveis) conjugada com dois anos climáticos de 'excepcionais condições para os cereais de Inverno'. Não restam porém dúvidas que, nos momentos altos do processo, a situação económica e social do Alentejo se alterou pela positiva.</p> <p>José Soeiro (...) cabeça de lista pelo PCP, fez (...) o balanço da reforma agrária: 'Liquidou-se o desemprego, muitos trabalhadores que haviam sido obrigados a emigrar regressaram à terra melhoraram-se os salários e as condições de vida, aplicou-se o regime da segurança social aos trabalhadores agrícolas, introduziram-se novos métodos de gestão e organização do trabalho, aumentou-se a produção e a produtividade, e introduziram-se novas culturas, como a do tabaco ou a do melão de estufa'.</p> <p>(...)</p> <p>Contudo, boa parte do esforço de produção e emprego realizado pelas UCP contou com um apoio maciço de investimento do Estado. Só até finais de 1976, o Crédito Agrícola de Emergência decretado por Lopes Cardoso fez chegar às unidades colectivas 3,3 milhões de contos, numa altura em que o salário diário de um trabalhador rondava os 200 escudos. (...).</p>

				<p>(...). O excesso de trabalhadores limitava o crescimento dos salários, as emanações políticas cerceavam cada vez mais profundamente as bases de actuação das UCP. 'Em 1977, os privados pagavam salários muito superiores aos das UCP', diz José Manuel Casqueiro. As tensões entre trabalhadores das UCP sobem de tom; em muitos casos registam-se sisões entre os trabalhadores (...).</p> <p>Para António Barreto, o que ficou de mais profundo, 20 anos depois do início da reforma agrária, foi, de facto, a mudança nas relações sociais e nos telhados: 'Os proprietários perceberam que não eram nenhuns deuses e os trabalhadores começaram a olhar de frente os patrões'. E os telhados? 'Antes, eram todos de colmo e, depois da reforma agrária começaram aos poucos a chegar as telhas', diz Barreto.</p> <p>Para além destas conquistas, subsiste o velho problema do uso e posse da terra do Alentejo, como subsistem as diferentes maneiras de o encarar. 'A questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo está na terra, na estrutura do uso e posse, a que correspondem baixos níveis de produtividade', assinala a Comissão Coordenadora da Região Alentejo. (...). Para o PCP, a reforma agrária continua (...) tão actual como sempre.</p> <p>'A situação no Alentejo de hoje é completamente diferente da de há 20 anos, mas se tivesse feito a reforma agrária globalmente não haveria, por certo, fome na região', assinala Lopes Cardoso (...).</p> <p>Para D. Manuel Falcão, bispo de Beja desde Janeiro de 1975, a reforma agrária faz igualmente sentido, mas 'não com o sentido que lhe atribui o PCP'. (...)"</p>
<p>30/7/95 Pág. 3</p>	<p>Destaque Editorial</p>	<p>José Manuel Fernandes</p>	<p><i>O destino das terras do sul</i></p>	<p>"(...)</p> <p>Voltei muitas vezes a essas planuras nos tempos de glória da reforma agrária, e vi partir, para as cooperativas, colegas de e UCP, muitos colegas de liceu e universidade. (...).</p> <p>Os anos que passaram permitem perceber que foi um tempo de excessos e de irrazoabilidade, mas um tempo que tinha que ser vivido. O Alentejo tinha que conhecer uma revolução: o sistema instalado, o latifúndio mal gerido, o absentismo, o desemprego crónico, o fosse entre classes sociais, a arrogância de uns e a real miséria dos rurais proletarizados, quase servos, dificilmente deixava uma porta aberta para uma saída razoável, pensada equilibrada.</p> <p>Lendo com atenção os trabalhos que hoje publicamos, resulta claro que a reforma agrária foi sobretudo uma revolução social, não um processo de transformação agrícola. Não modificou o princípio do latifúndio, não alterou o sistema das culturas. Mas assegurou o pleno emprego, o salário certo, o restaurou o orgulho em centenas de milhares de proletários sem terra. Episodicamente, o Alentejo produziu mais, mas depressa se percebeu que as UCP não eram bem geridas, e que os empregos que asseguravam eram, em boa parte artificiais e subsidiados pelo erário público. A sua racionalidade não era a do mercado, mas a de uma certa utopia do trabalho.</p> <p>Ao longo destes últimos 20 anos, a posse útil da terra começou por ser transferida dos seus tradicionais proprietários para as unidades colectivas, para depois regressar, quase na íntegra aos antigos donos (...).</p> <p>(...)</p> <p>Primeira vítima da radical modificação da (...) PAC, o</p>

				<p>Alentejo começou por apostar na mecanização e na modernização, para depois lhe pedirem que deixasse de pousio as suas terras. Confusos, endividados, muitos agricultores – ou devemos chamar-lhe agrários ? – desistiram. Desempregados, desesperados, os filhos dos proletários revolucionários de há 20 anos voltaram a emigrar para fugir ao desemprego crónico, até à fome que faz, aqui e ali, a sua reaparição.</p> <p>Voltámos ao ponto em que volta a fazer sentido falar de reforma agrária. E vivemos, seguramente, uma época em que se poderá discutir essa reforma agrária sem a reduzir às questões da posse – colectivização da terra (...).</p> <p>A PAC e o impacto dos acordos do GAT não permitem sonhar com epopeias de produção dos cereais, como durante a longínqua 'Campanha do Trigo' ou a recente era das UCP. (...). Mas devia haver lugar para uma terceira via – aquela que sugere, mas de cuja viabilidade descreve António Barreto - , uma via entre o latifúndio e a colectivização. É talvez o único caminho viável para inverter esse dramático pessimismo histórico de que padecem os alentejanos, e com razão.</p> <p>(...). Saber gerir os recursos hídricos é, com efeito, o mais importante desafio dos desafios que se colocam ao Alentejo. Quem tiver água poderá, no futuro, impor o seu modelo e as suas condições, a gestão da água pode ser a gázua para mudar o Alentejo. E é essa também uma das razões porque duvidamos da opção de construir o Alqueva, um empreendimento sonhado e desenvolvido à imagem e semelhança do latifúndio. (...)"</p>
30/7/95 Pág. 8/9	Destaque	Francisco Cabral Cordovil (Investigador)	<i>Breve balanço de uma viagem de 20 anos</i>	<p>"(...)</p> <p>(...). Pela sua situação objectiva e experiência (Os trabalhadores agrícolas temporários) tinham uma atitude espontânea de forte colectivismo e igualitarismo. Transportadas para a vida interna das unidades colectivas de produção, estas características traduziram-se frequentemente na adopção de sistemas de gestão, de organização do trabalho e de remuneração que não incentivavam o mérito, dissolviam as hierarquias e a divisão do trabalho de natureza técnica e, frequentemente, conduziram à desmotivação ou afastamento dos trabalhadores permanentes mais especializados e qualificados. Entretanto, outras hierarquias se foram criando, muitas vezes escoradas apenas em critérios de fidelidade partidária. Finalmente, o próprio Estado veio a contribuir para artificializar as condições de gestão destas unidades ao permitir a utilização do crédito para o pagamento de salários.</p> <p>(...)</p> <p>Quanto à invocada 'modernização' da agricultura, pensamos que Cavaco Silva (Refere-se ao Balanço feito por Cavaco Silva, no seu livro 'As Reformas da década') se reporta a uma concepção anacrónica e restritiva da modernização agrícola, lamentavelmente ainda muito aceite entre nós, que se pauta pelo privilégio à grande dimensão e pela busca de uma crescente produtividade do trabalho assente essencialmente na sua substituição por equipamentos. De facto, foi essa concepção que prevaleceu em Portugal na última década em particular no Alentejo (...).</p> <p>Terra de paisagens de serena beleza, o Alentejo tem, no</p>

				<p>entanto, experimentado vagas sucessivas de processos de tensão e mudança ao longo das últimas décadas. Estes processos traduziram-se por alguns efeitos favoráveis em termos de abertura económica e cultural, mas saldaram-se globalmente por um sensível declínio relativo da região no contexto nacional, seja em termos demográficos, seja em termos sócio-económicos.</p> <p>A Reforma Agrária e a sua liquidação deixaram feridas e amarguras difíceis de curar e de esquecer. Embora se tenham obtido conquistas preciosas e irreversíveis no domínio da liberdade e das condições de participação democrática, sobre a sensação pesada de que nesta região os princípios de justiça social e de eficiência económica são muito difíceis de casar. Mas, enquanto isso não for possível, dificilmente poderemos falar de desenvolvimento regional, ou seja, da melhoria sustentável das condições de vida das pessoas aí residentes.</p> <p>Uma Reforma Agrária como a de 1975 parece irrepetível, porque a pujança dos seus fundamentos sociais e ideológicos se esgotou inexoravelmente. Mas o que se lhe seguiu é demasiado contraditório com os sonhos e realidades que Abril libertou no Alentejo. Resta pois retomar a marcha inquieta da invenção de outros futuros”.</p>
30/7/95 Pág.58	Local	Carlos Dias	<i>Reservas de água à beira do fim no distrito de Beja Alentejo à espera</i>	<p>“A ruptura no abastecimento de água às populações já atingiu praticamente todos os concelhos do distrito de Beja. Em toda a região, a qualidade do preciso líquido tem vindo a degradar-se rapidamente. Em muitos casos, os valores de alguns produtos químicos presentes na água ultrapassam os máximos admissíveis (...)”</p>
31/7/95 Pág. 34	Local	Ricardo Garcia	<i>A espera das novas áreas protegidas</i>	<p>(...)</p> <p>O (...) INC já recebeu uma centena e meia de pedidos de avaliação de áreas com interesse para a conservação da natureza desde a saída da lei-quadro das áreas protegidas, há cerca de dois anos e meio.</p> <p>(...) os processos de avaliação que o ICN tem nas mãos resultam do facto da lei quadro ter regulamentado, com seis anos de atraso, uma disposição da Lei de Bases do Ambiente que alarga à administração regional, local e à iniciativa privada a faculdade de propor e gerir novas zonas classificadas. Câmaras municipais, associações de municípios e organizações não governamentais de defesa do ambiente, por exemplo, podem agora desempenhar o papel que antes cabia apenas ao Governo. (...).</p> <p>Mas, de todos os processos que o INC tem em mãos, apenas 15 estão formalmente em fase de classificação. Três deles referem-se a zonas que o Governo considera prioritário transformar em áreas protegidas: os troços internacionais do Tejo e do Douro e o vale do Guadiana.</p> <p>(...)</p> <p>Propriedades particulares (...) podem ser classificadas como sítio de interesse biológico, com o objectivo de proteger espécies de fauna e flora com valor ecológico ou científico. O estatuto é um bom atractivo para quem quer aproveitar as virtudes naturais das suas propriedades para fins turísticos, por exemplo. Mas uma das grandes vantagens práticas para a conservação da natureza nas áreas com estatuto privado é o facto de, uma vez classificadas, nelas deixar de vigorar o regime geral de caça, passando para o regime especial.</p>

				<p>'A vantagem fundamental é essa', corrobora Jorge Revez, da Associação de Defesa do Património de Mértola, que há cerca de três meses candidatou à classificação como sítio de interesse biológico uma propriedade na zona do Pulo do Lobo, em Mértola.</p> <p>São cerca de 500 hectares, povoados por espécies importantes de fauna e onde a associação mantém um projecto de conservação da natureza, financiado pelo programa comunitário Life. Com a classificação, a associação quer justamente reduzir o impacto da caça (...).</p> <p>(...)</p> <p>O Convento de S. Francisco, em Mértola, será provavelmente, a primeira área protegida de âmbito privado classificada em Portugal. Aquilo que torna esta propriedade interessante do ponto de vista da conservação da natureza é uma concentração de aves que, curiosamente, não existia há 15 anos (...) quando o casal de holandeses adquiriu o convento (...).</p> <p>O interesse pela natureza alargou-se à agricultura biológica e, com isso, os pesticidas, herbicidas e fertilizantes químicos foram banidos da propriedade. (...)"</p>
11/8/95 Pág. 50	Local	Vitor Faustino	<i>Parque natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina Das palavras às obras</i>	<p>"Apesar de o investimento na agricultura ficar de fora, por enquanto, o Governo decidiu avançar para obras nas povoações do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. São 5,4 milhões (...) um pacote hoje formalizado em Odemira. Investir para convencer das virtudes de um parque natural que tem esbarrado na resistência ao ordenamento e nas tramas burocráticas.</p> <p>(...)</p> <p>(...) Cláudio Percheiro, presidente da Câmara de Odemira (...) aponta uma ausência de peso (...): a do ministro da Agricultura (...) o senhor ministro tinha prometido investir, aqui, quatro milhões de contos, no seu sector' (...).</p> <p>'Assim como está é um plano muito pouco integrado. Não estão contempladas outras áreas importantes (...), como a saúde e o turismo (...) diz o autarca.</p> <p>(...) nem todos estão de acordo com a estratégia definida pelo Ministério do Ambiente. Segundo Pereira Beja, da LPN, as prioridades de investimento devem ir para a protecção da natureza. Trata-se, na opinião daquele ecologista, de uma manobra política, que visa transferir para a 'verba ambiente' do Governo português, considerada pela Comissão Europeia como sub-dotada, um volume apreciável de meios financeiros de outras áreas de intervenção.</p> <p>(...). Para aquele ambientalista, assiste-se no PNSACV a uma 'catástrofe' ecológica com 'problemas gravíssimos (...). (...) aponta o caso do Brejão, onde a falida Odefrutas deixou os solos contaminados pela sobrecarga de fertilizantes, e o estado de degradação da reserva biogenética de Sagres, património natural classificado pelo Unesco.</p> <p>(...) para Pedro Beja, um plano de investimentos em áreas que não a da conservação da natureza é uma 'forma de contrapartida às câmaras' por verem reduzido o seu controlo sobre o território. É que, enquanto área de paisagem protegida, os quatro municípios estavam representados na comissão directiva, na nova classificação (parque natural) a sua representação reduz-se a um único representante. (...)"</p>

12/8/95 Pág. 50	Local	Carlos Dias	<p><i>Manifestação popular contra tentativa de rega de pomar em Mértola Guerra da água leva a guerra jurídica</i></p>	<p>“(…) O cidadão alemão (...), radicado em Portugal há 25 anos e gerente da empresa luso-alemã Sociedade Agrícola dos Lagos, estava longe de imaginar o problema em que se ia meter ao pedir autorização para cedência de 150 mil metros cúbicos de água para regar 200 hectares de pomares de amendoeira. As reservas das três barragens existentes na herdade (...) estavam esgotadas e as linhas de água que passam mais ou menos próximo (...) há muito que se encontram secas. (...) (...). A sociedade agrícola Herdade dos Lagos, através do seu gerente, obteve do proprietário (da Herdade dos Grous), Pirra Xarepe, autorização para a cedência dos 150 mil metros cúbicos, que mereceu também a aprovação da Direcção Regional do Ambiente de Beja. (...). (...) dezenas de habitantes de Albernoa manifestaram-se junto à barragem, contrários à cedência da água, e cortaram o fornecimento, desligando a bomba e retirando da albufeira o sugador. A população dizia que alguém da Câmara de Beja terá dito que em 1996 a única água para beber era aquela, porque a falta ia ser dramática. Discordam ainda da forma como a transferência de água se estava a efectuar. O presidente da Junta de Freguesia de Albernoa, António Custódio, afirmaria na altura que as linhas de água que levariam o caudal até à Herdade dos Lagos estavam completamente assoreadas, desperdiçando-se assim muita água, como de facto se veio a confirmar (...). (...) Ao mesmo tempo (o gerente da sociedade agrícola) alega que se viu assediado por pessoas que o procuraram para ‘cobrar a utilização da água. Diziam-se, acrescenta, ‘rendeiros da herdade dos Grous’. ‘Uma verdadeira mafia’, desabafa o cidadão alemão, face às pressões que surgem de todo o lado, contra a utilização da água. ‘Diziam que era um crime de desperdício. E nós temos na herdade 40 pessoas a trabalhar. Se a água não vier vão para o desemprego’, conclui. O Público constatou que alguns dos proprietários dos terrenos servidos pelas linhas de água exigiram pagamento pela serventia, sob o argumento de que a água passava em frente às suas terras. Sanados os conflitos e os ânimos da população, que neste momento parece ter já reconhecido o alcance da utilização da água, o cidadão alemão viu-se confrontado com as Finanças de Beja, pois a Herdade dos Grous tem um processo de falência em tribunal. Tinha de provar que a transferência de água não lesava a fazenda pública. (...) Pretende-se viabilizar uma herdade com 800 hectares que antes só produzia trigo e sequeiro e com baixas produções. A política comunitária obrigou-nos à reconversão agrícola e fizemo-lo sem problemas’, afirma (o gerente). No meio de um autêntico deserto, onde ‘até as azinheiras não se aguentam’, foram plantadas nos últimos anos cerca de 2000 hectares de pomar de frutos secos e de regadio, uma experiência semelhante à que é feita na Califórnia, primeiro produtor de frutos secos. Ergueram três barragens, com capacidade para mais de dois milhões de metros cúbicos de</p>
--------------------	-------	-------------	---	---

				<p>água. 'rasgámos rocha xistosa à profundidade de metro e meio para o plantio de árvores e instalámos um sistema de regadio gota a gota para poupar água. Quando esta é muita (...) temos montado um sistema de aproveitamento para as nossas ocorrências que deposita toda a água nas albufeiras. Todos os anos acrescentam mais 20 ou 30 hectares de novo pomar e o resultado é um mar de verdura no meio da mais desoladora secura (...).</p> <p>'O que mais me custa é saber que os agricultores podem ficar desempregados, numa zona onde não há alternativas, mesmo na agricultura'. (...)"</p>
12/8/95 Pág. 50	Local	CD	<i>Autarquias de Beja insistem em calamidade pública</i>	<p>"(...)</p> <p>É tendo em conta este cenário (de possível ruptura) que as autarquias (do distrito de Beja) propõem algumas medidas a tomar de imediato: uma definição da gestão e uso das águas públicas e privadas; a elaboração de um estudo que inventarie novas origens de água; (...).</p> <p>Fazendo o balanço das medidas postas em prática pelo Instituto Nacional da Água com a abertura de novos furos, os autarcas salientam que as medidas para contrariar a seca foram pouco animadoras. Mais de metade dos cerca de cem furos feitos por todo o distrito revelaram-se secos. Outros tinham água de má qualidade e alguns fraco caudal. (...)"</p>
13/8/95 Pág.20	Sociedade	António Melo	<i>Viagem a um país sem bens da natureza Viver sem água em Odemira</i>	<p>"O contraste é forte, mesmo duro. Uma fronteira de 30 quilómetros separa dois mundos. De um lado a opulência, a exigência de conforto, a dissipação da água num ambiente de aprazível despreocupação. Do outro, a rusticidade da paisagem, a miudeza das gentes, o rigor de um clima tórrido numa terra sem água. Dois mundos, verso e reverso, de um mesmo concelho, Odemira.</p> <p>Há três anos que a situação se repete. Os poços secam, as nascentes extinguem-se e a albufeiras nunca chegam a encher. Os rios, ribeiras e riachos desaparecem nesta terra interior do maior concelho do país. A visão bucólica do rio Mira, de Odemira à Foz, em Vila Nova de Mil Fontes, torna a paisagem do interior, a que se vê de Sabóia para Pereiras Gare, ainda mais silvestre.</p> <p>O fio do horizonte nem é desagradável. À planitude do curso do casario alinhado sucede-se uma natureza suavemente acidentada, com montes arredondados, caminhos encurvados, uma extensão a perder de vista onde não se vislumbra um fumo de chaminé. O levantar do dia é bonito. Dos vales ergue-se uma fraca neblina e o céu está coberto desta mesma atmosfera (...).</p> <p>Ainda não são dez horas e o aguadeiro está a chegar à terra. Exactamente, a água chega a Pereiras Gare, aldeia de 300 habitantes, situada a 50 quilómetros de Odemira, graças ao aguadeiro. Não é só em Pereiras Gare que se reabilitou este ofício do século passado. Em todo o vasto interior do concelho a situação é idêntica. (...).</p> <p>(...) Pereiras está fechada sobre si. As ruas fazem inveja às da maioria das localidades portuguesas: não têm buracos e estão limpas. As casas, umas brancas outras ocre, algumas com frisos de azul, foram caiadas recentemente. A povoação está num brinquinho. Mas não há ninguém nas ruas. Vê-se um ou outro gato em correria de fuga ou de cio, ouve-se o cacarejar das galinhas e o grasnar dos patos. Mais tarde, nem isso, ficou só o zunir das moscas.</p> <p>Esta solidão impressiona. (...).</p> <p>(...).</p>

				<p>O momento de glória deste povoado já passou e disso estão todos convencidos. Foi por volta dos anos 20 que o fulgor da prosperidade chegou a Pereiras. Levou-a a mudar de nome para nele incluir a semente dessa riqueza.</p> <p>Foi o caminho de ferro que deu origem a Pereiras Gare. (...). Daqui saíam os produtos da região: dos montes, a cortiça e madeira, o trigo e a palha dos campos. (...).</p> <p>Foi uma riqueza pobre. Mas permitiu que o povoado se alargasse, erguesse escola, tivesse estradas a ligá-lo às localidades em redor. (...).</p> <p>(...)</p> <p>‘Quebrar o isolamento’ é o desejo de Aníbal Simão (Presidente da Junta de Freguesia), que garante ter-se estancado o êxodo local. A população estabilizou nas 300 almas, com casais jovens que têm ali casa e preferem lá viver, desde que isso seja possível.</p> <p>Essa possibilidade chama-se água. Ânasia, necessidade mesmo a sério, é a da água.</p> <p>‘A culpa é daquela serra malvada. É aquele bico de terra que faz a secura desta zona. Se passar para o lado de lá (...), o clima transforma-se logo. Já têm água’. O desabafo, que culpa a natureza por ser madrasta, vem da voz grossa de Joaquim Santos, 78 anos, proprietário de dois montes que lhe dão para viver ‘com a venda da cortiça’.</p> <p>(...)</p> <p>Não esconde a raiva quando o aguadeiro chega à sua porta. ‘É uma tristeza a falta de água. Ver as pessoas de mão estendida a pedir um fio de água’ – diz. Não se insurge contra o ‘benfeitor’, mas o seu pendor altivo recusa o agradecimento de uma dádiva que a natureza dá gratuitamente por todo o lado, mas aqui recusa.</p> <p>(...)</p> <p>O contraste com o litoral verdejante, onde as praias se enchem de muitos milhares de pessoas vindas de toda a Europa não podia ser maior. Os cem litros de +agua que um despreocupado turista (...) despense num dia, do duche matinal ao derradeiro banho para tirar da pele a areia e o sal que trouxe da praia, dão para viver três dias em Pereira Gare. (...).”</p>
<p>20/8/95 Pág. -12</p>	<p>Local</p>	<p>Carlos Dias</p>	<p><i>Grandes perdas nas culturas de regadio O Sado também secou</i></p>	<p>“(...)</p> <p>Após sucessivos anos de seca, as conversas dos agricultores giram invariavelmente à volta da questão da água. Uma profunda reflexão que está a ser feita pelas organizações da classe, no sentido de acautelar melhor o futuro e, sobretudo, investir em novas formas de regadio. ‘Os agricultores acreditam que o Sado não é uma fonte de água assegurada’, refere Ilídio Martins, director adjunto da Associação de Regantes de Campilhas e Alto Sado. O Sado secou totalmente nalguns troços do seu percurso (...) que vivem essencialmente de culturas hortícolas, de que se salienta o tomate, o milho e o arroz.</p> <p>Perante uma tão grande escassez de água, a Associação de Regantes este ano não faz campanha de regadio senão em dois locais. (...).</p> <p>Apesar de terem ficado muitos hectares de terra em pousio subsidiado, o ano agrícola ficou muito aquém das expectativas mais pessimistas. Até o girassol, a cultura de recurso, teve este ano ‘muito más nascenças’, constata o dirigente da associação.</p> <p>(...)</p>

				<p>O regadio (numa exploração semeada com milho e tomate) é efectuado com efluentes domésticos provenientes da freguesia de Mimosa, pertencente ao concelho de Santiago do Cacém. A explicação é a de que a ETAR está avariada, o que faz com que o único caudal que corre naquele troço do rio Sado seja de águas negras e putrefactas.</p> <p>Todo este conjunto de anormalidades resultantes da escassez de água 'significa uma grande lição para todos nós', diz Idílio Martins, neste momento a braços com um projecto que prevê a reformulação total dos sistemas de regadio e 'sobretudo das mentalidades'. O esgotamento ou o exaustivo aproveitamento das reservas disponíveis estão a conduzir a um beco sem saída. 'A resposta está', segundo a associação de regantes, 'na melhoria dos circuitos de distribuição da água e na racionalização do seu uso'.</p> <p>A degradação que se verifica nas estruturas do sistema de regadio conduz a que o nível de perdas de água se situe entre os 20 e os 40 por cento. (...).</p> <p>A par da renovação da rede de distribuição de água, a associação procura mentalizar os seus associados no sentido de fomentarem a preservação e economia deste recurso 'mesmo quando as albufeiras estejam cheias'. Para Idílio Martins, estes anos de seca foram uma grande lição para todos nós, pois obrigaram-nos a olhar os recursos hídricos como um bem escasso e finito'."</p>
20/8/95 Pág. 42	Local	CD	<i>A orvalheira negra</i>	<p>"Na Serra de Grândola, os sobreiros secam. No concelho de Santiago do Cacém, a saúde dos montados também já foi melhor. Todos olham resignados para o desaparecimento da emblemática árvores alentejana que preencheu o imaginário dos seus naturais ao longo de séculos. Os mais velhos, para fazer valer os seus argumentos, escudam-se na experiência e comparam. 'A seiva dos sobreiros está negra, quando ela sempre foi branca', constata, fortemente indignado, Alfredo Carrapiço, 64 anos, que vive de trabalhar para os outros como tirador de cortiça.</p> <p>(...) ninguém lhe tira da cabeça aquilo que considera uma certeza: 'O mal está nas fábricas que puseram em Sines, na poluição que as chaminés deitam'. É a orvalheira negra, como lhe chamam por estas bandas. O orvalho matinal há vários anos que deixou de ser transparente e passou a ser negro. (...).</p> <p>O complexo de Sines dista dali cerca de 50 quilómetros, mas não deixa de representar um papel maligno para os habitantes da região, para quem, desde a sua implantação, nunca mais a saúde dos montados foi a mesma. 'Por isso eles morrem e nós também, devagarinho', afirma Alfredo Carrapiço, triste 'por ver desaparecer uma riqueza tão grande' que vai dando lugar aos odiados eucaliptos."</p>
21/8/95 Pág. 5	Economia Opinião	José Augusto Rodrigues economista	<i>Dez anos de reformas</i>	<p>"(...)</p> <p>Ora, os pescadores e agricultores portugueses parecem destinados a prematuros reformados ou a ousadas aventuras como a introdução de culturas exóticas, tendo como paradigma a criação de avestruzes, aves de grande porte dos habitats semidesérticos, de plumagem suave e muito apreciada na indústria têxtil, espécie não indígena mas imigrada e plenamente integrada na vastidão das planícies alentejanas, antecipando-se aos tempos que hão-de vir, pois sem Alqueva ou Alquevinhas, o Alentejo, que já foi celeiro de Portugal, em deserto se tornará (...)"</p>

26/8/95 Pág. 17	Sociedade	Graça Barbosa Ribeiro	<i>A CNA e os fogos florestais 'A PCA é pior que o napalm'</i>	<p>“(…) Aos poucos, os campos vão sendo abandonados – em lugar dos produtos agrícolas cresce o mato e os filhos dos agricultores procuram uma saída profissional noutras paragens. (…). Os agricultores que restam são os velhos e os laços que os ligam às suas terras vão ficando cada vez mais enfraquecidos (…). Com esta lógica, os dirigentes da CNA aproveitaram a vaga de fogos para em conferência de imprensa exigir como principal medida de fundo novas políticas agrícolas e florestais que permitam inverter a situação de crise e de desertificação no meio rural. Isto a médio prazo. Porque, ‘para já, e antes que seja tarde demais’, disse João Dinis, é urgente a declaração da calamidade pública para as zonas mais afectadas. Entre as medidas imediatas exigidas, a CNA coloca também o rápido levantamento dos prejuízos para atribuição de indemnizações a fundo perdido (…), a criação de parques estatais para recepção de madeira ardida e acções de reflorestação.</p> <p>A elaboração ‘democrática e participada’ de um plano integrado de ordenamento florestal e a criação de uma iniciativa a nível comunitário de defesa e fomento da floresta mediterrânica são outras exigências incluídas no capítulo das medidas de fundo. (…)?”</p>
20/9/95 Pág. 51	Local País	Ricardo Garcia	<i>Obras na Serra de S. Mamede Melancia avança com o golfe</i>	<p>“(…) Um campo de golfe (…), ocupando 37 hectares da Serra de S. Mamede começou a ser construído no princípio deste mês, contrariando um parecer do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. O campo de golfe integra um projecto turístico na localidade de Portagem, em Marvão e é da responsabilidade da empresa Bevide-Turismo Ibérico, do ex- governador de Macau, Carlos Melancia. Juntamente com o campo (…) está previsto também um clube de golfe, infra-estruturas desportivas, 100 apartamentos, 35 moradias e um hotel com 100 camas.</p> <p>(…). O parecer (…) tomou o factor água como preponderante para sugerir a não aprovação do projecto. Por um lado, a instalação do campo de golfe numa área de aquíferos essenciais para o abastecimento público de Marvão levanta problemas quanto à qualidade da água, devido à contaminação por fertilizantes e pesticidas na relva. Por outro, não havia garantias que houvesse água disponível para regar o campo de golfe.</p> <p>Em janeiro deste ano, no entanto, a Direcção Geral do Turismo aprovou o campo de golfe. Posteriormente, segundo Carlos Melancia, a Bevide foi informada de que havia sido aprovada a concessão de um financiamento de cerca de 250 mil contos, sem juros, do Fundo de Turismo. A Câmara Municipal do Marvão, que tem o empreendimento turístico de Melancia já previsto no PDM (…) licenciou as obras (…).</p> <p>O actual director do Turismo (…) diz que a aprovação foi feita com base num segundo parecer do Instituto Nacional da Água (INA) (…).</p> <p>A posição do INA expressa (…) pelo seu vice-presidente Mineiro Aires, é a de que (…) o problema da água pode ser tecnicamente resolvido. (…)</p> <p>(…)</p> <p>Com relação à eventual poluição do campo de golfe (…)</p> <p>Mineiro Aires diz que isto não é um problema isolado e</p>

				tem a ver com a reconversão de toda a agricultura, no sentido de usar produtos menos poluentes. 'O golfe é o utente menos poluente do perímetro de rega', diz por sua vez Carlos Melancia. (...)"
21/9/95 Pág. 42	Economia	Manuel Carvalho	<i>Estado de espirito dos agricultores revelado pelo Farmstat Os fantasmas da nova PAC</i>	<p>"Os juízos de valor sobre a reforma da PAC continuam a surpreender. Em Portugal não há mal que não lhes seja atribuído, só que as maiores queixas vêm dos agricultores que não foram abrangidos pela reforma. (...). A PAC transformou-se definitivamente no 'ódio de estimação' da maior parte dos agricultores portugueses. Uma consulta a 873 empresas agrícolas das diferentes regiões agrárias do país, levada a cabo pela Farmstat Portugal revela que 48,9 por cento dos inquiridos consideraram 'desfavoráveis' as consequências da reforma da PAC na sua exploração. Só que (...) os mais críticos da reforma são precisamente aqueles cujas explorações não foram afectadas pelas orientações da nova PAC.</p> <p>Tome-se o caso dos cerealicultores que depois de 1992 viram as regras da sua actividade profundamente alteradas pela reforma: enquanto 45 por cento apontavam para consequências desfavoráveis 21 por cento olham a baixa de preços, a respectiva compensação através de ajudas directas por hectare ou pousio obrigatório de maneira positiva.</p> <p>Comparativamente, os fruticultores - cuja organização comum de mercado está ainda em vias de ser reformada - são bem mais cépticos sobre as consequências do novo modelo agrícola europeu: 66,7 por cento dizem que a reforma só lhes trouxe prejuízo, e só 8,9 lhe encontram vantagens.</p> <p>Para os técnicos da Farmstat 'este facto indicia uma realidade preocupante: o défice de informação que chega aos agricultores'. Armando Sevinate Pinto, agrónomo que lidera a Agro-Ges, empresa responsável pelo Observatório Rural da Farmstat, considera que esse défice de informação 'tem sido agravado pelo facto de os fazedores de opinião, sejam ou não da classe política, relacionarem a situação da agricultura com a reforma'. Por outras palavras, a nova PAC tornou-se no bode expiatório de todos os males que afectam a agricultura.</p> <p>(...) ao contrário dos cerealicultores, cujos rendimentos encontraram um razoável patamar de sustentação com as novas políticas de apoio ao rendimento da PAC, os agricultores mais críticos (vinho, frutas e legumes e culturas permanentes) foram os mais penalizados pela conjuntura dos últimos anos, que nada tiveram a ver com a reforma.</p> <p>(...)</p> <p>Mas, para além desta curiosa atitude, o estudo (...) traz à discussão outros dados surpreendentes. É que os agricultores portugueses não parecem estar tão pessimistas como à partida se poderia prever. Talvez animados pela subida dos seus rendimentos no ano passado e pela sensação de que os anos de choque do mercado aberto estariam definitivamente ultrapassados, 49 por cento dizem ter para o futuro perspectivas médias. Definitivamente optimistas estão 11 por cento, enquanto 35 por cento revelam não acreditar numa melhoria da sua situação nos próximos anos.</p>

				<p>(...) parece evidente que o 'desânimo generalizado' evocado por alguns dirigentes agrícolas carece de sustentação.</p> <p>(...) as zonas agrárias cujos agricultores manifestam mais optimismo são o Entre Douro e Minho, o Oeste e, surpreendentemente, o Alentejo.</p> <p>Num ponto a maioria dos agricultores (...) parecem de acordo: os altos custos de produção estão entre os principais estrangulamentos da actividade. (...).</p> <p>De resto, os problemas estruturais parecem relativamente pouco importantes (...): só dez por cento se queixam da pouca área de regadio, enquanto 15 por cento revelaram estar preocupados com a debilidade da escassa dimensão da exploração. ?”</p>
27/9/95 Pág. 60	Local País	Carlos Dias	<i>Moura Transfega de água do Ardila para construir barragem ilegal</i>	<p>“Desde o início de Setembro que a mando de José Conceição Guilherme, proprietário da Herdade de Arrochais, foram retirados do rio Ardila perto de cinco milhões de água, depois de a Direcção Regional do Ambiente lhe ter recusado licença para tal. Toda a água foi usada na compactação do paredão da barragem que ilegalmente construiu na herdade. Obra que vai ser embargada.</p> <p>Desde o mês de Junho que o rio Ardila deixou de correr. Ficaram apenas os pegos que, em anos de seca, são o último suporte do 'habitat' da fauna selvagem que vive neste tipo de ecossistemas. A Quercus de Beja admite que o facto da água ter sido retirada coloca 'põe em perigo a reprodução de algumas espécies', como por exemplo a lontra e a cegonha preta (...).</p> <p>José Guilherme, conhecido empresário da construção civil de Amadora e Sintra, decidiu instalar na herdade dos Arrochais, com mais de dois mil hectares, uma zona de caça turística. Para valorizar o empreendimento, o proprietário construiu seis barragens e 18 charcas.</p> <p>A instalação do projecto não tem sido pacífica. É pública a polémica que há anos mantém particularmente com populares da Amareleja. Já em 1993 decidira fazer a captação ilegal de água, desta vez junto à Estação de Tratamento de Água que a Câmara Municipal de Moura instalou para abastecer quatro freguesias do concelho (...).</p> <p>Posteriormente, impediu que as pessoas da zona pudessem ter acesso aos logradouros do rio, ao vedar caminhos ancestrais que passam pela herdade, diferente que ainda se mantém. (...)”.</p>
15/10/95 Pág. 54	Local País	Luis Maneta	<i>Associação defende agravamento das multas Quercus quer proibir caça em áreas protegidas</i>	<p>“A (...) Quercus defendeu (...) a proibição total de caça em áreas consideradas vitais para a conservação da natureza, nomeadamente nos biótipos Corine e nas áreas protegidas. (...) reclama ainda o 'direito à objecção de consciência' por parte dos proprietários que queiram interditar a caça nos seus terrenos.</p> <p>O agravamento das multas e contra-ordenações a aplicar nas violações contra a lei da caça, a suspensão imediata do controlo dos predadores e a introdução de normas visando o controlo de uso de espingardas (...) são outras propostas apresentadas (...). A Quercus entende ainda que os guardas-florestais devem ser submetidos a provas sobre os seus conhecimentos no âmbito da conservação da natureza. (...)</p> <p>No referido documento, em que a Quercus diz admitir a</p>

				prática da caça como factor de desenvolvimento local e de defesa das populações rurais, desde que sejam cumpridas as normas de salvaguarda das espécies protegidas por lei, é feito um curto inventário das consequências do abate de predadores no empobrecimento natural do Alentejo. (...)"
15/10/95 Pág. 55	Local	Carlos Dias	<i>Iminente desastre ecológico 50 toneladas de peixe retiradas do Roxo</i>	"Enquanto se avolumam as interrogações sobre a mortandade dos peixes que se regista na Barragem do Roxo, no distrito de Beja, cerca de 50 toneladas de carpas, bogas e achigãs já foram dali retiradas. (...) Uma das incertezas tem a ver com a descoberta de manchas vermelhas nos peixes, que se transformam em lesões que sangram. Segundo o responsável da Delegação Florestal do Alentejo, Francisco Lopes, a anomalia poderá resultar de pancadas, de parasitas ou de stress. (...)"
16/10/95 Pág. 38	Local	João Manuel Rocha e Vítor Faustino	<i>Violações à Reserva Ecológica Nacional e Plano do Alentejo Litoral Governo chumba PDM de Almada e Odemira</i>	"(...) O Governo chumbou os PDM de Almada e Odemira. (...) no segundo caso por incompatibilidades com o Protali. Estes são os dois únicos casos de não ratificação em 227 já aprovados. (...) (...). As maiores divergências residem nos entendimentos sobre a urbanização da faixa litoral do concelho, nomeadamente no que respeita ao volume de camas turísticas e ao número de segundas habitações. A resolução do Conselho de Ministros aponta ainda (...) a desconformidade entre as áreas de expansão urbana e as áreas de expansão turística'. (...) Cláudio Percheiro responsabiliza pessoalmente o governo pelo chumbo e acusa-o de não querer ver a 'realidade concreta': aproximadamente quatro mil habitações, algumas construídas há dezenas de anos, que o PDM iria tirar da situação de clandestinas face à lei. (...) Subjacente ao chumbo de Odemira está a discussão que tem oposto esta e outras câmaras ao Governo sobre competências em matéria de ordenamento do território e a incompatibilidade entre projectos urbanísticos anteriormente aprovados e os planos regionais de ordenamento. O executivo que agora cessa funções, recorde-se, decidiu considerar sem validade as aprovações de empreendimentos que não respeitassem as novas regras, salvo nos casos em que as obras já tivessem iniciado. (...)"
16/10/95 Pág. 40	Local	Luis Maneta	<i>Jornadas sobre a biodiversidade em Évora Debate polémico em torno de Alqueva</i>	"(...) Com uma plateia composta essencialmente por ecologistas portugueses e espanhóis, Carlos Figueiredo, representante da EDIA, teve dificuldade em explicar a bondade do projecto e envolveu-se numa acesa discussão com Pedro Beja, da LPN. (...). Depois de classificar Alqueva como um 'projecto planeado para o passado', uma vez que tem por suporte um plano de rega elaborado há mais de 30 anos, Pedro Beja adiantou que o empreendimento surge 'mais baseado em expectativas pouco fundadas do que em estudos sócio-económicos sérios'. (...) 'Não queremos copiar modelos de regadio intensivo. queremos que a água deixe de ser um factor limitador da

				base económica da região', referiu Carlos Figueiredo, segundo o qual a barragem vem criar 'condições de alguma vitalidade da sociedade rural' alentejana. O representante da Edia recordou que no Alentejo existe uma grande profusão de pequenos empreendimentos que não conseguem aguentar situações de seca prolongada, já que estas albufeiras foram dimensionadas tendo em conta a construção de uma grande barragem mãe-d'água. (...)"
18/10/95 Pág. 55	Local	CD	<i>Redução de zonas húmidas no Alentejo Caça e falta de água afectam espécies selvagens</i>	<p>"O prolongamento da seca está a afectar a sobrevivência de muitas aves, concluiu a Quercus. (...). (...) Para José Martins, dirigente da Quercus de Beja, 'se não chover nas próximas semanas, fica em causa a nidificação de várias espécies, pois precisam de humidade para a incubação'. (...) O facto de as aves se concentrarem em maior número nos poucos espaços húmidos existentes potencia outro perigo: aumentam as possibilidades de caça e reduzem-se os efectivos selvagens. Esta tentadora possibilidade oferecida aos caçadores faz recear pela sobrevivência de muitas espécies animais, pois o fim do defeso não tomou em linha de conta o seu menor número e a extrema debilidade dos habitats. (...). No entanto, há menos caça, pois a cadeia alimentar foi destruída pela seca. O restolho das espécies estepárias, que nos anos normais servia de alimento para as espécies selvagens, foi há muito consumido pelo gado, que por sua vez também deixou de ter pasto. Neste momento, grandes extensões do solo arável no Alentejo são apenas pó. (...). Para além da seca, aponta o controle de predadores, que continua a ser 'uma vergonhosa realidade' – pelo massacre (tiros e envenenamento) que está a ser praticado sem controlo, sobretudo de aves de rapina, e pela pilhagem dos ninhos que se vai seguir ao abate indiscriminado dos animais que está a ser levado a cabo por caçadores sem escrúpulos."</p>
24/10/95 Pág. 11	Espaço Público	Nuno Teotónio Pereira Arquitecto	<i>Um retrato do Portugal quase desaparecido</i>	<p>"(...) Na introdução que escreveu para a publicação ('investigação sistemática dos elementos arquitectónicos tradicionais das diversas regiões portuguesas'), Keil do Amaral sustenta que 'não existe de todo uma arquitectura portuguesa ou uma casa portuguesa'. Mais adiante pergunta: 'Não existirá, contudo, nessa diversidade de feições, qualquer coisa comum, especificamente portuguesa?'. cremos que sim, que há certos constantes, de subtil distinção, por vezes, mas reais. Não dizem respeito a uma unidade de tipos, de feitios ou elementos arquitectónicos, mas a qualquer coisa do carácter da nossa gente, revelada nas edificações que constrói'. (...) Tudo isto se passou pouco antes das tremendas transformações que assolaram a terra portuguesa logo desde os anos 60: a emigração (e o retorno), o abandono do interior e a concentração no litoral, o crescimento desordenado das zonas suburbanas, a industrialização difusa, a generalização do automóvel (...). O que ficou registado no inquérito foi assim um Portugal quase desaparecido, um Portugal que nos provoca uma profunda</p>

				<p>nostalgia quando percorremos hoje as estradas do país e visitamos as localidades. Foi este o preço que tivemos que pagar por um processo de desenvolvimento selvagem e caótico, e que foi feito à revelia dos valores históricos e ambientais. Mas um processo inelutável que sacudiu as situações de miséria, de isolamento, de dureza de vida e de desconforto do nosso 'habitat' rural.</p> <p>Salvaram-se alguns centros históricos um pouco por todo o país, como Guimarães, Trancoso ou Mirando do Douro, e sobretudo, as cidades, vilas e aldeias do Alentejo, talvez por causa da estagnação a que foi votada esta região. (...)"</p>
1/11/95 Pág. 43	local	Carlos Dias	<i>Grândola Barracas demolidas na Lagoa de Melides</i>	<p>"(...)</p> <p>O aumento da construção clandestina nas margens, bem como da carga poluente, reduziram a massa de água a um estado de eutrofização que, se não forem tomadas medidas imediatas, poderá conduzir ao seu irreversível assoreamento e à morte do ecossistema ali existente.</p> <p>A maior parte das barracas que estão a ser demolidas são pertença de pessoas que moram nos concelhos do Seixal, Barreiro e Almada. (...).</p> <p>No projecto de revitalização da Lagoa de Melides está considerada a criação de um espaço multiusos que integre locais de venda de artesanato, respeitando assim a actividade de dois artesãos que ali trabalham há vários anos.</p> <p>O plano prevê que as acções de revitalização se iniciem (...) com a recuperação da duna primária e o estabelecimento de critérios que regularizem a ligação daquela massa de água com o mar. Esta operação está, neste momento, condicionada aos interesses dos proprietários dos arrozais que estão implantados na periferia da lagoa, mas que se pretende sejam substituídos, por motivações estritamente ambientais."</p>
3/11/95 Pág. 17	Espaço Público	Miguel Sousa Tavares	<i>O direito à destruição da paisagem</i>	<p>"(...). Se a costa alentejana ainda não está a saque (...) tal deve-se à resistência do Governo cessante e muito em particular à luta solidária e corajosa do ex-secretário de Estado do Ordenamento do Território João Pereira Reis.</p> <p>Contra os poderosíssimos 'lobbies' imobiliários, contra as pressões dos empresários turísticos e da Direcção-Geral do Turismo, contra a irresponsabilidade, a ignorância alargue ou a corrupção dos autarcas, contra as empresas de 'comunicação e imagem' e os seus jornalistas contratados, Pereira Reis lutou teimosamente (...). De entre as suas vitórias, a mais importante foi a publicação do Decreto-lei 351/93, que veio sujeitar a nova aprovação do Governo todos os projectos de urbanização com autorizações concedidas antes da entrada em vigor dos planos directores municipais, mas cuja construção não se tivesse ainda iniciado.</p> <p>O Decreto-Lei 351/93 é claramente uma lei retroactiva, o que muito indigna os autodenominados 'tutelares de direitos adquiridos'. (...).</p> <p>Para se ter uma ideia do que está em causa (...) e quanto à Costa Alentejana, a ideia era simplesmente estender o modelo de Vila Nova de Mil Fontes a toda a Costa, incluindo áreas de paisagem protegida, de reserva ecológica e de reserva agrícola. (...).</p> <p>Em plena campanha eleitoral, António Guterres veio juntar-se a Manuel Monteiro na compreensão pela posição da Associação dos Promotores Imobiliários e, em particular</p>

				pelos célebres direitos adquiridos. Com ele estavam (...) e o provedor da Justiça, Menéres Pimentel, para quem, surpreendentemente, o direito adquirido à construção selvagem passa à frente do direito adquirido de todos os portugueses a uma paisagem natural preservada e a um ambiente protegido – como reza a constituição. (...)”.
3/11/95 Pág. 21	Sociedade		<i>Ambientalistas contra projecto turístico de Carlos Melancia</i>	“A Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente pediu ao Ministério Público que embargue o projecto do aldeamento turístico e do campo de golfe que o ex-governador de Macau, Carlos Melancia, quer realizar no Parque Natural de S. Mamede. A razão (...) é a de que o campo de golfe (...) exige grandes quantidades de água para rega, além de poder vir a contaminar o solo, por causa da utilização de produtos químicos no tratamento e desparasitação dessas superfícies. (...). Consideram os ecologistas que o projecto implica ‘actos de alteração da morfologia do solo’ (...)”.
7/11/95 Pág. 6/7	Política	Jerónimo Pimentel e Ana Sá Fernandes	<i>Primeiro-ministro apresenta hoje o programa do Governo Guterres pelas gravuras</i>	“(…) Agricultura e pescas Apoios não para o abandono da actividade, mas para a manutenção da capacidade produtiva em condições de rendimento satisfatório; respeito pelos princípios definidores da PAC. Orientação agro-comercial e eco-rural; racionalização do aproveitamento e gestão dos recursos hídricos; valorização da fileira florestal; rejuvenescer o tecido empresarial; promover a multi-funcionalidade. (...) Dinamização dos centros de apoio ao mundo rural. (...)”
7/11/95 Pág. 35	Economia	Manuel Carvalho	<i>Ponto final num ano de tensões CAP expulsa jovens agricultores</i>	“A CAP decidiu bater com a porta à associação de jovens agricultores. (...) (…) Em várias oportunidades, os dirigentes dos jovens agricultores acusaram a CAP de representar apenas os interesses dos ‘latifundiários do Sul do País’, expuseram em público a existência de alegadas dívidas para com a associação e chamaram a si o estatuto de defensores da agricultura familiar. (...). As acusações que surgiram esporadicamente nos jornais servem apenas para trazer à superfície uma velha guerra surda entre a CAP e a AJAP. Que começa exactamente no momento em que chegam ao conhecimento processos pouco transparentes relacionados com a utilização de dinheiros do Centrago para formação profissional. O Centrago, um centro de formação com sede em Santiago do Cacém, era participado conjuntamente pela CAP e pela AJAP, mas depois de entrar em funcionamento, a Confederação afastou-se da sua gestão. (...)”
8/11/95 Pág. 48	Local País	Alberto Cardoso Franco	<i>Socialistas querem declaração de calamidade pública Autotanques abastecem freguesias rurais de Moura</i>	“As cinco freguesias rurais do concelho de Moura abastecidas pelo rio Ardila estão sem água há mais de uma semana. O rio secou devido à falta de chuva e o abastecimento das povoações (...) está a ser feito por autotanques dos bombeiros e pelo recurso a poços e furos. (...) O autarca (presidente da câmara de Moura) está convencido que a margem esquerda do Guadiana pode ser declarada zona de calamidade pública, o que permitirá que

				<p>'as águas subterrâneas que pertencem actualmente ao domínio privado' sejam declaradas 'propriedade pública', o que facilitaria o acesso àqueles recursos.</p> <p>No mesmo sentido (...) se pronunciou o deputado eleito pelo círculo de Beja. António Saleiro.</p> <p>(...)</p> <p>o problema da escassez no rio Ardila tem sido agravado nos últimos anos por captações ilegais efectuadas no leito do rio, designadamente a montante da estação de bombagem municipal, pelo industrial de construção civil José Guilherme, proprietário de uma reserva de caça de grandes dimensões na freguesia da Amareleja".</p>
17/11/95 Pág. 58	Local	Ricardo Garcia	<p><i>Pomares de Santiago do Cacém afectados ao mesmo tempo que petroquímica efectua purga Poluição provável por etileno</i></p>	<p>"(...)</p> <p>Uma descarga de etileno na empresa petroquímica Borelis, localizada na zona industrial de Sines, poderá estar na origem de problemas verificados (...) nos pomares de citrinos (...). (...), os frutos, que ainda não estavam maduros, começaram a cair em grande quantidade. (...).</p> <p>Estes sintomas surgiram na mesma altura em que a Borelis efectuou uma purga numa unidade de fabricação de polieteno de baixa densidade. Em resultado (...) uma quantidade de etileno foi libertada para atmosfera, num procedimento considerado normal pela empresa.</p> <p>(...)</p> <p>Na falta de provas concludentes, ninguém arrisca apontar o dedo directamente às indústrias de Sines. A própria Agrifruta, a associação que reúne a maioria dos citricultores da região, coloca a poluição industrial ao lado de inúmeros factores para explicar a quebra da safra deste ano. Segundo João Fernandes, da direcção da Agrifruta, as árvores foram também afectadas pelas altas temperaturas, que se prolongaram para além do Verão, por pragas de ácaros, mildio e de mosca de fruta e pelas fortes chuvadas de agora. (...)"</p>
23/11/95 Pág. 12	Sociedade	João Manuel Rocha	<p><i>Conferência da União Europeia em Serpa Pensar global, agir local</i></p>	<p>"(...)</p> <p>A ideia base deste encontro, e de largas dezenas de acções de desenvolvimento local que nos últimos anos surgiram um pouco por todo o país, é a de que 'cada região deve possuir a capacidade de mobilizar o conjunto de forças sócio-económicas e culturais locais para afirmar a sua especificidade'.</p> <p>(...)</p> <p>Responder a necessidades concretas das comunidades e preservar tradições parecem ser os traços comuns às acções de desenvolvimento local: da agricultura ao turismo rural, do artesanato à queijaria, do apoio infantil à alfabetização de adultos, dos cuidados de saúde à promoção sócio-profissional das mulheres.</p> <p>(...). O objectivo (do encontro) é que os cerca de 200 participantes se debrucem sobre 'novas formas de pensar e agir em relação ao desenvolvimento local' e façam recomendações que favoreçam a coesão e a solidariedade.</p> <p>(...).</p> <p>Camilo Mortágua, líder da Terras Dentro, e um dos obreiros da conferência, não hesita (...) em dizer que já se pode falar de uma 'escola portuguesa de desenvolvimento local'. E o que se distingue de outras? 'A sua autonomia em relação à Administração Pública', responde convicto.</p> <p>No limite, a questão que se coloca é a de saber se o desenvolvimento local será 'apenas' um agente 'corrector</p>

				<p>das desigualdades e exclusões de pessoas ou territórios' ou pode tornar-se uma 'alternativa civilizacional'. Neste caso ter-se-ia uma proposta de ordenamento do território e de organização social contrária à tendência para a desertificação das zonas rurais e para a concentração populacional das grandes áreas metropolitanas.</p> <p>(...)</p> <p>O movimento de desenvolvimento local foi sem dúvida estimulado pelos subsídios. (...)</p> <p>(...)</p> <p>Os animadores destes projectos são um leque variado de pessoas individuais e colectivas, públicas e privadas, que podem ou não ter ligações anteriores aos locais onde se estabelecem e que, em muitos casos, manifestam um desencanto com a grande cidade. Tratar-se-á de uma aventura de elites, sem correspondência no tecido social rural? 'Todo o nosso trabalho é feito com as populações, para as populações. Mas ainda se fazem acções de desenvolvimento local em nome das populações, sem conhecimento delas', responde Camilo Mortágua, numa aparente alusão a políticas governamentais recentes. (...)?</p>
23/11/95 5 Pág. 23	Sociedade	JMR	<i>O denominador comum de Mortágua</i>	<p>"(...) as razões que o levaram à luta armada contra o Estado Novo e à via colectivista são as mesmas que o colocam agora na trincheira do desenvolvimento local. Se há um fio condutor que atravessa a biografia de Camilo Mortágua, é o da intervenção na base 'pelo bem-estar das populações'.</p> <p>Da luta armada à Associação de Desenvolvimento Rural Terras Dentro, dos caminhos duros da emigração e do exílio à luta contra a desertificação e à gestão do programa de reanimação rural Leader só os métodos mudaram. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Esteve com Henrique Galvão no assalto ao Pacote Santa Maria que, em 1961, tornou internacionalmente conhecida a contestação ao regime; participou no desvio do avião da TAP de Marrocos que lançou panfletos sobre cidades portuguesas antes do assalto ao quartel de Beja. E em 1967, com Palma Inácio e outros, integrou o grupo que assaltou o Banco de Portugal na Figueira da Foz.</p> <p>Com a chegada da democracia deu-se o adeus às armas. Começaram as aventuras colectivistas e cooperativistas, que se chegaram a traduzir na ocupação da herdade Torrebela. Após o 25 de Novembro, em 1975, acontece-lhe o que não sucedera antes do 25 de Abril – é preso, durante um mês. Em 1977 ajuda a fundar a cooperativa musical Eranova e, dois anos mais tarde, aceita o desafio de Moçambique para dirigir um projecto de desenvolvimento rural a nível nacional. Acentua-se a vocação que tem caracterizado os últimos anos da sua vida.</p> <p>Em 1983 regressa a Portugal, compra uma propriedade no Alvito juntamente com o cantor Francisco Fanhais. Rapidamente a vertente colectiva se sobrepõe à condição de proprietário. E Mortágua torna-se um dos dinamizadores de um projecto de desenvolvimento da freguesia de Messejana, no concelho de Aljustrel.</p> <p>É o mesmo espírito que o leva a Alcáçovas, no concelho de Viana do Alentejo, onde hoje preside à associação Terras Dentro, uma cooperativa que tem respondido pela gestão</p>

				do Leader em mais de três dezenas de freguesias alentejanas. 'Nunca entendi que tivesse chegado o momento de desmobilizar'.
24/11/95 Pág. 19	Espaço Público	Miguel Sousa Tavares	<i>A hora de pagar a conta</i>	<p>(...)</p> <p>Primeiro, foi a reforma da PAC (...). Recebemos 120 milhões de contos de subsídios para deixar de produzir cereais. Depois, foi a questão dos vinhos, abriu-se a porta à produção de 'vinhos a martelo' de países como a Alemanha, em prejuízo dos vinhos de qualidade dos países do Sul. Agora, é a questão do tomate, em que Bruxelas quer retirar-nos 30 por cento da nossa quota, em benefício directo da Espanha. Para que a Espanha preencha tal quota, retirada a Portugal, é necessário que continue a sua absurda política de regadios na Andaluzia e em todo o Sul, baseada num irresponsável gasto de água, para o qual precisa do tão falado plano hidrológico. Ou seja: primeiro, Madrid retira-nos uma parte da nossa produção de tomate; depois, para o produzir, vai retirar-nos a água dos nossos rios internacionais.</p> <p>(...)</p> <p>Uma estratégia puramente economicista, que despreza a necessidade de uma ocupação ordenada do território e da sobrevivência do mundo rural, quis-nos convencer de que a primeira condição de modernização da agricultura portuguesa era a redução do número de trabalhadores agrícolas. E, como no caso das pescas, explicaram que menos mão-de-obra era igual a mais produção. Falso, outra vez: de 1985 a 94, a população agrícola portuguesa passou de 24 a 11 por cento. Mas a produção caiu de 7,5 por cento do PIB para cinco por cento e as exportações agro-alimentares que representavam dez por cento das exportações passaram para sete por cento.</p> <p>A morte planeada dos sectores produtivos do país – as pescas, as minas, a agricultura – foi o resultado de uma profunda incultura política. (...) Os armadores de pesca foram comprados com toda a espécie de subsídios de abate de navios; os agricultores com toda a espécie de subsídios à não-produção: o pousio obrigatório, o abate de cabeças de gado, o arranque das vinhas ou de pomares. Alegremente, uns e outros dedicaram-se a liquidar a reserva de riqueza da nação.</p> <p>O resto do país assistiu (...). Todos nós conhecemos histórias revoltantes da política de subsídios, onde é difícil escolher o pior dos crimes – se a irresponsabilidade do Governo, se a avidez de dinheiro sem riscos dos senhores da terra.</p> <p>(...)</p> <p>(...). Um relatório encomendado pelo Governo britânico a quatro peritos de créditos firmados conclui que Portugal tem sido, em percentagem do PIB, o maior contribuinte da PAC (...). Se as conclusões estão certas, o que alguns responsáveis do anterior poder vagamente contestam, isto significa, simplesmente, que o grosso dos contribuintes portugueses tem andado a pagar as fortunas feitas do pé para a mão dos nossos agricultores e a ruína a prazo da nossa agricultura. (...)</p>
26/11/95 Pág. 26	Sociedade	João Rocha	<i>Conferência sobre Desenvolvimento Local e Coesão Social terminou em Serpa, apontando</i>	<p>"O desenvolvimento local não é sinónimo de ruralidade. É certo que a maior parte dos projectos conhecidos surgiram no campo, mercê dos apoios disponibilizados pela União Europeia. Mas sem complementaridade entre urbano e rural não há saída para nenhum dos mundos</p>

			<p><i>vias comuns ao urbano e ao rural</i> <i>As cidades e as serras</i></p>	<p>não há saída para nenhum dos mundos. A oposição entre rural e urbano já era. É essa pelo menos a leitura do sociólogo Roque Amaro, do ISCTE (...). (...) No campo são o isolamento e a desertificação que mais se notam, mas nas cidades acentuam-se paradoxos: muita gente, mas cada vez mais solidão e anonimato; tudo ao alcance da mão, mas muitos a quem tudo é negado; a proximidade física, mas muito tempo em deslocamentos. 'A cidade é o símbolo da democracia parlamentar burguesa, mas é cada vez mais resistente à participação e à cidadania. É símbolo de racionalidade e da ordem e cada vez mais desordenada e irracional na sua organização do dia-a-dia. Junta pessoas de muitas origens e características, mas é palco de segregação e racismo face às minorias aí estabelecidas'. Os exemplos de que a cidade se tornou insuportável e nela são muito agudas as manifestações 'da crise económica, social, política e ambiental' multiplicam-se. (...) A superação dos problemas das cidades seria possível com a 'construção de identidades culturais', que tivessem em conta, entre outros aspectos, a identidade rural de onde se partiu; a importância das redes de 'solidariedade e vizinhança perante problemas e ameaças comuns'; a criação de solidariedades que satisfaçam necessidades mais prementes; (...). O exemplo de que isso é possível seriam os casos apontados de troca de experiências culturais - festas, gastronomias, artesanato, etc. - e a criação de redes de produção e comercialização urbano-rurais. 'Há uma interdependência evidente', conclui. (...) As conclusões do encontro afirmam as virtualidades do desenvolvimento local como 'espaço para o exercício da cidadania activa', para reforçar a 'coesão social intra e inter-regional', para impor a 'valorização do ambiente e das identidades culturais' e, por maioria de razão, para dar forma a 'uma alternativa civilizacional'.</p>
30/11/95 5 Pág. 34	Economia	Isabel Arriaga e Cunha	<p><i>Preços garantidos em nova baixa</i></p>	<p>"A CE defendeu a continuação da reforma da PAC de 1992 com uma nova redução dos preços garantidos e a sua compensação por com ajudas ao rendimento ligadas a factores de ordem social e ambiental. (...) A abordagem de Frans Fischler, comissário responsável pelo sector, preconiza a transformação da PAC numa 'política rural integrada', englobando actividades de produção alimentar e não alimentar, protecção da paisagem gestão dos recursos naturais e fornecimento de serviços. Neste contexto, os agricultores deverão ser encarados cada vez mais como 'empresários rurais', afirma o documento. (...)."</p>
5/12/95 Pág.52	Local País	Carlos Dias	<p><i>É urgente a protecção da água destinada a abastecimento público</i> <i>Falta fiscalização na albufeira do Roxo</i></p>	<p>"(...) Até ao final de Novembro, foram capturadas na albufeira do Roxo mais de 60 toneladas de peixe, medida para evitar um desastre ecológico. Ao mesmo tempo, mais de 40 toneladas de carga ictiológica (...) morria devido à ausência de nutrientes e à redução dos níveis de oxigénio na água. Uma tão elevada mortandade das espécies piscícolas está</p>

				<p>associada a uma doença que afectou sobretudo a colónia de carpas, consequência do excesso de algas (...) que proliferam à custa de nutrientes químicos e bacteriológicos que vão sendo depositados na albufeira (...).</p> <p>(...)</p> <p>Com a chegada das chuvas, as escorrências que derivam para a albufeira são susceptíveis de transportar consigo uma elevada carga de substâncias químicas resultantes da adubação dos solos, que ao longo dos últimos anos de seca foi reforçada por muitos agricultores, para compensar a falta de água. É, aliás, a falta de controlo na adubação das terras que justifica as críticas da autarquia bejense, quando exige do Ministério da Agricultura maior fiscalização sobre as áreas agrícolas a montante da albufeira do Roxo.</p> <p>‘Tratamos uma água que nos chega à albufeira já muito degradada’, observa Carreira Marques, Presidente da câmara de Beja. (...).</p> <p>Para além deste foco poluente, outros são apontados como potenciadores do aumento da carga bacteriológica da água, como é o caso de milhares de cabeças de gado, em número que alguns pastores consideram superior às cinco mil, que pastam diariamente na zona de regolfo e permanecem em oviles junto à linha de água. Desta forma, o gado bebe e dejecta na água que é destinada ao abastecimento público (...).</p> <p>A actual presidente do Instituto Politécnico de Beja, que superintende o trabalho de análises da água destinada a abastecimento público no distrito de Beja, considera pouco relevante este pormenor: ‘A questão é meramente cultural. O cidadão comum fica impressionado ao saber que bebe um líquido de péssima qualidade na origem’. Mas a potabilidade da água, neste caso a partir do Roxo, está garantida, diz a técnica.</p> <p>(...)</p> <p>A venda de pastagens sem licenciamento dentro do chamado ‘domínio público hídrico do Roxo’ é outro aspecto que dá conta de mais uma utilização abusiva daquele espaço. A Associação de Regantes do Roxo, através de um dos seus dirigentes, António Parreira, admitiu ao Público que vendeu centenas de hectares de prados e áreas de restolho. (...)’.</p>
7/12/95 Pág. 48	Local País	Alberto Cardoso Franco	<i>Negociações difíceis em Barrancos Castelo de Noudar num impasse</i>	<p>(...)</p> <p>Num futuro próximo, a efectivar-se a compra, a câmara pretende criar na região de Noudar um parque natural, abrangendo parte dos concelhos de Moura e Barrancos, proposta que, recorda António Terreno, ‘já foi apresentada à anterior ministra do Ambiente’.</p> <p>O futuro parque, num cenário de grande beleza natural junto à fronteira, terá uma componente educativa, turística e económica. De acordo com António Terreno, ‘vamos propor à Universidade de Évora a instalação de um pólo da disciplina de Ecologia Terrestre’. ‘Queremos também recuperar ali algumas unidades de habitação, que irão certamente gerar novos postos de trabalho. O parque pode ainda contribuir para proteger a flora, reanimando o montado e as espécies faunísticas regionais’, acrescenta o autarca. (...)’.</p>
7/12/95 Pág. 50	Local	Carlos Baptista	<i>Portalegre Comissão Regional quer</i>	<p>“ ‘O turismo de natureza’ vai ser promovido a imagem de marca da Região de Turismo de S. Mamede (RTSM) que quer tirar partido das potencialidades oferecidas pelo</p>

			<i>turismo de natureza</i>	<p>Parque Natural existente na área. A intenção foi manifestada por Ceia Silvo, o novo presidente daquela Comissão Regional de Turismo.</p> <p>Ceia da Silva afirma que o Parque Natural da Serra de S. Mamede 'pode e deve ser vendido como um destino turístico' e declara que a mesma ideia é partilhada pela generalidade dos agentes turísticos e autarquias da região. Neste sentido, a RTSM vai apostar fortemente na promoção e venda de produtos turísticos baseados no património natural e histórico do parque e da região, 'salvaguardando sempre os aspectos da protecção ambiental'. (...)"</p>
19/12/95 Pág. 23	Sociedade	Joana Amado	<i>Livres, associados e não caçadores</i>	<p>"A única coisa em que todos concordam é que a actual lei da caça não pode continuar em vigor. (...). (...)</p> <p>É uma verdadeira guerra sem fim que tem vindo a ser travada entre os caçadores do regime livre e os caçadores e gestores das reservas do regime cinegético especial. Para Eduardo Bisciais, da Federação Nacional de Caçadores e Proprietários (FNCP), 'não devem ser criadas novas zonas de caça enquanto não for reposta a legalidade' no processo de criação dessas zonas.</p> <p>Segundo o Decreto-Lei 251/92, a anexação de propriedades em zonas de caça pode ser feita através de uma convocatória por edital, colocado na respectiva Junta de Freguesia. (...). 'Criaram-se algumas situações em que os próprios proprietários são impedidos de caçar nas suas terras'.</p> <p>Para Jacinto Amaro, da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses (CNCP), esta é uma 'artimanha demagógica', uma vez que a única hipótese de fazer uma reserva de caça a norte do Tejo(zonas de minifúndio) é através de edital, porque aí é 'impossível o contacto com todos os proprietários'. Se o desejarem, 'os proprietários têm 200 dias para dizer não'. Só que, segundo Eduardo Biscaia, muitos proprietários não chegam a ler os editais. 'Pensamos que a nova lei deve dar o direito ao proprietário de escolher se quer ou não ter caçadores na sua terra', refere o presidente da FNCP.</p> <p>Também Jorge Palmeirim, da Liga para a Protecção da Natureza (LPN) considera que a nova lei deve contemplar o direito à não-caça. 'Não faz sentido que as espécies cinegéticas sejam consideradas propriedade dos caçadores', refere. Existem 9,5 milhões de pessoas que também têm o direito de usufruir desses animais'.</p> <p>Para a LPN, a 'caça pode ajudar a conservar ecossistemas florestais e agrícolas se for viabilizada economicamente'. Acontece que, segundo Jorge Palmeirim, o dinheiro da caça não fica nas regiões onde se pratica a actividade cinegética. 'Se, por exemplo, os caçadores pagassem aos proprietários da terra onde a caça é praticada ou se pagassem uma taxa às autarquias, esse dinheiro seria utilizado para viabilizar ecossistemas ameaçados'.</p> <p>(...)</p> <p>'Os privilégios de quem caça em reservas associativas e turísticas tem que acabar', diz Eduardo Biscaia. 'Já não faz sentido, num país europeu, que exista um regime de terreno livre', diz Jacinto Amaro. (...)"</p>
24/12/95 Pág. 50	Local	Vítor Faustino	<i>Ministério do Ambiente pede urgência na</i>	<p>"(...)</p> <p>Na sequência de denúncias feitas pela Quercus, o actual secretário de Estado da Administração Local e</p>

			<p><i>inspecção ao loteamento sobre dunas de Tróia</i> <i>Câmara de Grândola admite erro</i></p>	<p>Ordenamento do Território, embargou (...) os trabalhos que já decorriam num lote que tinha sido demarcado na zona protegida. Só que este é apenas um de 15 lotes em localização idêntica: na duna primária, bem perto da praia. (...).</p> <p>Trata-se de um atentado contra um sistema dunar vital para a protecção do litoral de Tróia e do próprio estuário do Sado (...).</p> <p>(...). 'As questões ambientais, para nós, não são acessórias nem são imposições do exterior: são matéria que consideramos prioritária no âmbito da nossa própria concepção de desenvolvimento. Não é matéria oposta ao desenvolvimento nem concessão aos tempos que aí estão', acrescenta João Cravinho, que, contudo, diz 'não embarcar em fundamentalismos perversos'.</p> <p>Fernando Travassos (presidente da Câmara de Grândola) (...) diz que o empreendimento (da Soltróia) é 'para o bem e para o mal, um compromisso das administrações' central e local. Ninguém 'reparou' que o empreendimento, de 136 hectares, estava mal implantado no terreno.</p> <p>Apesar de a urbanização da Soltróia contrariar manifestamente as actuais regras relativas à protecção das áreas de sapais, dunas primárias, arribas e falésias, constantes do Protali, aprovado em 1993, o anterior secretário de Estado da Administração Local, Pereira Reis, e o seu homólogo do Turismo, Alexandre Relvas, assinaram (...) o alvará do loteamento compatível com o Protali. Havia pareceres desfavoráveis, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território, que relatavam aquelas incompatibilidades, mas Pereira Reis afirma que não era possível recusar a declaração, pois o loteamento era uma situação consolidada e o alvará estava em vigor, (...)</p> <p>A decisão política que abriu caminho à Soltróia foi o velho Plano de Desenvolvimento Urbanístico da Península de Tróia, aprovado em despacho ministerial de 1965, em que se previa a criação de um núcleo turístico com uma carga habitacional semelhante. Foi com base nesse plano do Estado Novo que foram emitidos pareceres favoráveis aos estudos de urbanização pelas direcções-gerais de Turismo e Ordenamento do Território, em 1985, e pelas comissões de coordenação regional, entre 1987 e 1990.</p> <p>Em Maio de 1990, a Câmara Municipal de Grândola aprovou a emissão do alvará (o terceiro) para um loteamento de 136 hectares. Constava de 444 lotes, 433 dos quais se destinavam a moradias, seis a complexos comerciais, um para hotel e os restantes a estruturas de apoio.</p> <p>Em Janeiro de 1994, meses depois da entrada em vigor do Protali (...) a Soltróia requereu a obrigatória declaração de compatibilidade do seu alvará com aquele plano. Verificou-se então que a urbanização não estava em conformidade com as novas regras. De acordo com um parecer técnico da Direcção-Geral do Ordenamento do Território, datada de Março de 1994, a urbanização localiza-se em áreas de sapais, dunas primárias, arribas e falésias e em áreas de matas e matos de protecção e recuperação, pelo que não podia ser alvo de um loteamento turístico, se se respeitasse o Protali. (...)"</p>
--	--	--	---	---

<i>Público</i>	Rubrica	Enunciador-Reportador	Título	<i>Resumo</i>
18/1/96 Pág. 46	Local	Raul Oliveira	Sines e Santiago com problemas ambientais Pescadores e citricultores descrentes com Governo	“(…) Apesar de Antunes da Silva, o presidente da Comissão (Parlamentar da Agricultura e Pescas) ter dado a entender que os deputados vão propor, no seu relatório, que seja incluída no Orçamento Geral de Estado uma verba para indemnizações, os pescadores de Sines e os citricultores de Santiago não receberam garantias de que os problemas ambientais que os afectam sejam devidamente analisados. No final do ano passado, as laranjas caíram prematuramente das árvores e os peixes apareceram mortos nas redes. Para ambos os desastres ecológicos, a causa apontada é a poluição provocada pelo complexo de Sines.”
18/1/96 Pág. 46	Local	Luis Maneta	Associações credenciadas em Évora <i>Leader avança no Alentejo</i>	“O consórcio Seara, que engloba quatro associações de desenvolvimento local, foi credenciado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural para executar o plano de acção que estará na base do projecto Leader que cobre grande parte dos concelhos do distrito de Évora. (…) Segundo João Andrade Santos, presidente da Trilho, uma das grandes apostas do Seara é a criação de um plano que, para além de apoiar investimentos concretos permita apoiar o acesso dos agentes locais ao ‘mais vasto leque possível de fontes de financiamento comunitário’, pois a falta de informação constitui um dos entraves ao acesso das populações rurais aos programas de apoio da UE. (…) No processo de candidatura ao Leader, o Seara sublinhou a necessidade do programa no Alentejo Central por se tratar de ‘uma das regiões europeias mais atrasadas, com forte carga de desertificação física e sobretudo humana, sem tradição nem cultural nem empresarial, assente num sistema produtivo pouco adaptado às exigências de rentabilidade’ e com ‘problemas profundos derivados do sistema de propriedade fundiária, de insuficiência de recursos hídricos e do sistema de povoamento existente’. No entanto, adiantam, este quadro de atraso económico é contrabalançado pela existência de ‘factores capazes de permitir ultrapassar as actuais dificuldades’, com o património ambiental e cultural, o artesanato e as potencialidades turísticas. A valorização dos produtos regionais, apoiando técnicas de produção e a criação de circuitos de comercialização, o reforço da identidade regional conservando o património e valorizando os aspectos etnográficos do distrito, o apoio às pequenas empresas ligadas a actividades rurais e ao turismo cultural, constituem alguns dos vectores de desenvolvimento defendidos pelo Seara. (…)”
24/1/96 Pág. 45	Local País	Carlos Camponez	<i>Vidigueira quer EN258 for a da vila</i>	“O presidente da Câmara da Vidigueira, Carlos Góis, critica a indiferença que a Junta Autónoma das Estradas

				criticou a indiferença que a Junta Autónoma das Estradas tem votado a uma velha reivindicação dos habitantes (...): desviar do interior da povoação o intenso tráfego que circula pela EN 258, que vem da cidade de Moura, pelo perigo que representa. (...)”.
25/1/96 Pág. 41	Local País		<i>Alqueva Quercus apresenta queixa contra o Estado</i>	“(…) A associação (...) criticou o empreendimento Alqueva tal como está delineado. Os ambientalistas são contra o regadio intensivo a partir de Alqueva, argumentando, (...) que isto irá aumentar, ao invés de diminuir, a desertificação social no Alentejo. (...). A Quercus propõe a realização de um plano integrado d desenvolvimento para todo o Alentejo, baseado em planos sectoriais de promoção das potencialidades produtivas da região, de construção de pequenas barragens, de reflorestação e de promoção e valorização do ambiente alentejano’. (...)”.
27/1/94 Pág. 49	Local País		<i>Alqueva Ferreira do Alentejo contesta Quercus</i>	“(…) A Quercus argumentava que o regadio intensivo a partir do Alqueva vai agravar a desertificação social do Alentejo. O presidenta da Câmara de Ferreira do Alentejo tem uma opinião oposta. ‘A experiência económica, social e cultural do regadio é extremamente positiva e uma inalienável conquista humana’ (...). ‘A população fixou-se e cresceu, as habitações melhoraram, os bens de conforto e de salubridade ficaram ao alcance de todos’. Acrescenta.”
30/1/96 Pág. 44	Local	Luis Maneta	<i>Polémica em Redondo Oleiros sem barro</i>	“O último centro oleiro do Alentejo a trabalhar com barro da região – Redondo – está a ser agitado por uma forte controvérsia. Os proprietários das herdades onde o barro é extraído querem plantar vinha. Os oleiros exibem as posturas municipais de 1994 e protestam: ‘A terra é deles, mas o barro é nosso’. Tal como o faziam os seus pais, o oleiro habituou-se a arrancar o barro nas herdades de Valongo, Valdanta, Azinhalinho e Monte Branco, situadas no perímetro da serra de Ossa. Posturas municipais de 1994, ainda não revogadas, referem que ‘ninguém poderá impedir os oleiros de cavarem o barro para os seus ofícios’, sob pena de multa por perdas e danos. Mas, aos poucos, as posturas foram sendo esquecidas e os donos das propriedades começaram a obstruir a actividade dos oleiros, plantando vinhas, construindo cercas e remexendo a terra por forma a misturar o barro e a impedir a sua extracção. (...) Na olaria de Prudêncio Jeremias, onde o fabrico de louça utilitária – a mais procurada pelos turistas – constitui a principal ocupação, não entra barro que não seja cavado nos solos da serra de Ossa. ‘Este é um dos melhores barros no mundo’, considera o oleiro, explicando que o fim da extracção nestas herdades não representará apenas o acabar de uma tradição mas arrastará prejuízos económicos consideráveis, pois as olarias ficarão impossibilitadas de fabricar louça utilitária de qualidade’. (...) Apesar de reconhecer que os proprietários dos terrenos dispõem de todas as licenças necessárias para a plantação de vinha (...) Alfredo Barroso (Presidente da Câmara Municipal de Redondo) refere que o município está a analisar juridicamente a possibilidade de impedir que a

				<p>plantação se concretize, pelo menos até encontrar uma alternativa viável. 'Conjuntamente com os oleiros mais experientes, estamos a tentar arranjar um terreno sem aptidão agrícola e que assegure a existência de uma boa fonte de barro', sublinha o autarca.</p> <p>A questão da propriedade dos barros de Redondo tem-se arrastado ao longo de séculos e motivado acesas polémicas entre oleiros e donos das propriedades, descontentes com o facto de o barro poder ser extraído de forma gratuita e sem qualquer autorização. (...)”.</p>
5/2/96 Pág.4	Destaque	Ricardo Garcia	<i>O país está mais pequeno</i>	<p>“Há quase um século que os problemas de erosão afectam a costa portuguesa. As causas são conhecidas: o mar está a subir, as barragens retêm as areias que deveriam ser transportadas para o oceano e estruturas costeiras sensíveis são fragilizadas pela ocupação humana. (...). O Público faz aqui um retrato dos pontos mais afectados da costa. (...)”.</p>
6/2/96 Pág. 32	Economia	Manuel Carvalho	<i>Organizações Agrícolas criticam Gomes da Silva por prolongar apoios aos cerealicultores Norte contesta ajudas aos cereais</i>	<p>“A questão cerealífera , que durante um século opôs os agricultores do Norte e do Sul, regressou à ordem do dia. Depois de o Governo ter anunciado a intenção de manter as ajudas aos cereais para além de 2002, as organizações agrícolas no Norte preparam o contra-ataque. Em causa não está o Alentejo, mas um sistema de apoio que beneficia principalmente os 2300 proprietários que cultivam mais de 200 hectares.</p> <p>Os ânimos dos agricultores nortenhos estão exaltados. Ao anunciar (...) a vontade do Governo em prolongar um sistema excepcional de ajuda aos cereais alentejanos para além de 2002, o ministro da Agricultura, Gomes da Silva, colocou de novo na ordem do dia a velha 'questão cerealífera', que desde há um século opõem os interesses da pequena agricultura do Norte e o sistema das grandes explorações alentejanas.</p> <p>(...)</p> <p>A alegada preferência política atribuída aos cereais de sequeiro tem sido um dos porta-estandartes mais agitados nos últimos tempos pela AJAP, pela Casa do Douro e por parte importante do cooperativismo leiteiro.</p> <p>(...)</p> <p>(...) prolongar as ajudas para no tempo, alegam as organizações nortenhas, 'não resolve o problema do Alentejo', mas faz apenas com que pouco mais de 'duas mil famílias' continuem a beneficiar da fatia mais generosa das ajudas públicas.</p> <p>(...)</p> <p>(...). Os subsídios não conferem viabilidade a nenhuma região, só fazem com que se gaste milhões de contos que vão parar aos bolsos de poucos sem gerarem qualquer contributo para a riqueza nacional', diz José Miguel Silva (do Instituto de Desenvolvimento Agrário da Região Norte).</p> <p>(...)”.</p>
20/2/96 Pág. 43	Local País	Luís Maneta	<i>Serra de São Mamede Abate de pinheiros preocupa Quercus</i>	<p>“A associação Quercus considerou um crime ecológico o abate, efectuado pelo Instituto Florestal, de 27 pinheiros mansos que constituíam um pequeno bosque de dois mil metros quadrados no Parque Natural da Serra de S. Mamede (...). 'Foi a única solução possível. Três árvores foram derrubadas pelo vento e as restantes estavam em vias de cair sobre a estrada nacional que liga Portalegre a</p>

				<p>Espanha. justificou o responsável pela zona florestal do Noroeste Alentejano, António Ramalho.</p> <p>(...)</p> <p>Segundo a Quercus, a destruição dos pinheiros coloca em causa a sobrevivência de uma pequena colónia de pica-paus que ali nidifica.'(...)'</p>
27/2/96 Pág. 51	Local	Alberto Franco	<p><i>O fracasso das entregas de terras de Sá Carneiro Rendeiros de Moura em risco de despejo</i></p>	<p>"Seis pequenos agricultores da antiga herdade dos Machados, no concelho de Moura, estão em vias de ser despejados das terras em que trabalham e que tomam por renda ao Estado. As rendas em dívida acumularam-se nos últimos três anos, atingindo um valor total próximo dos 4500 contos. São os casos mais gritantes do fracasso de uma distribuição de terras feita em 1980 e que foi apresentado ao país como a reforma agrária de Sá Carneiro. (...). Jacinto Montezo (um dos rendeiros em risco) realça os prejuízos causados pela seca e argumenta com os elevados juros bancários e com os altos preços dos factores de produção para explicar o facto de ter deixado de pagar, desde 1993, os 200 contos de rendas anuais referente aos 14 hectares de oliveiras e figueiras que explora.</p> <p>A distribuição das terras (...) beneficiou um conjunto de 94 trabalhadores rurais.</p> <p>O processo da Herdade dos Machados foi um dos mais conturbados de toda a zona da reforma agrária e teve o seu início quando os trabalhadores ocuparam os 6100 hectares daquela propriedade em 1975. Meses depois, a herdade até aí explorada pela Casa Agrícola Santos Jorge SA, foi intervencionada pelo Estado, seguindo-se um período de grande tensão entre os assalariados que defendiam a gestão estatal e aqueles que eram favoráveis ao controle da herdade pelos próprios trabalhadores.</p> <p>'Vivia-se um clima de guerra civil, com frequentes intervenções do Exército da GNR, recorda Joaquim Montezo, pais de Jacinto e igualmente sujeito ao desejo preconizado pelo Ministério da Agricultura. A maioria dos trabalhadores acabou por aprovar o prosseguimento da gestão pública (...) mas a solução revelou-se ruínoza. Até 1980, os prejuízos acumulados ascenderam a cerca de 250 mil contos.</p> <p>Foi nessa altura que o Governo de Sá Carneiro optou por dividir uma parte da herdade em 94 parcelas de dez a 12 hectares, as quais foram entregues a outros tantos trabalhadores com a promessa de que, mais tarde, se tornariam proprietários. (...). 'Prometiam-nos apoio técnico e aconselharam-nos a investir, mas essas promessas nunca foram cumpridas', saliente Jacinto Montezo.</p> <p>'Muitos agricultores endividaram-se, mas depois chegou a PAC, as quebras da produção e a seca. É certo que houve dinheiro mal gasto por parte dos rendeiros, mas o Estado devia ter cumprido o que prometeu', desabafa o mesmo agricultor.</p> <p>Quanto ao resto da herdade, os antigos proprietários, Nuno Neves e um irmãos, recuperaram os 1700 hectares e cultivam oliveiras, citrinos, vinha e cereais em metade desta área. Alguns rendeiros acusam-nos de não explorar convenientemente a terra, mas Nuno Neves diz que está a fazer a 'exploração possível'. Investimentos superiores, adianta. 'dependem da entrega de mais terra' e do triunfo das acções indemnizatórias que propôs contra o Estado por danos causados pela intervenção. Impossíveis de reviver</p>

				serão, no entanto, os tempos áureos em que a herdade tinha um olival de 1500 hectares, considerado o maior do mundo. Relativamente à distribuição de terra aos assalariados, o proprietário faz um balanço negativo: 'Foi uma medida eleitoralista, porque é impossível sobreviver apenas com dez hectares no Alentejo e porque não se criam agricultores com uma simples entrega de terras. (...)'
29/2/96 Pág. 15	Espaço Público	Arlindo Marques Cunha deputado ao PE e ex- ministro da Agricultura	<i>Os agricultores alentejanos e os outros</i>	<p>"O ministro da Agricultura anunciou (...) que iria negociar com a Comissão Europeia o prolongamento para além do ano 2003, do actual sistema de ajuda especial à produção de cereais ou de uma equivalente.</p> <p>(...)</p> <p>em qualquer dos (anteriores) cenários negociais estava em causa uma compensação pela redução de preços ou pela eliminação de alguns elementos protecção externa antes do termo do período transitório, bem como dar tempo de adaptação a um sector há muito habituado a 'preços políticos'.</p> <p>O que o Governo vem agora prometer é a eternização de uma ajuda especial aos cereais (...). Como agora não estão em causa novas reduções nos preços (...), nem novas medidas restritivas (o Mercado único e o GATT já foram negociados, bem como as respectivas contrapartidas) (...).</p> <p>(...). Penso tratar-se de um erro grave, que a prazo se voltará contra o próprio Alentejo. Por duas razões principais.</p> <p>(...) apesar da cerealicultura estar na base dos sistemas de sequeiro, estes estão longe de se limitar à cultura de cereais. Fazem igualmente parte deles a pecuária extensiva, as pastagens, as forragens, as proteaginosas (...) sem falar da dimensão florestal que deve ser vista como complemento e não como alternativa. Aliás, sendo mais exigentes em matéria de solos, os cereais entram normalmente em rotação com as outras culturas que com eles fazem o equilíbrio dos sistemas, para além do pousio agronómico tradicional e que a partir da PAC de 1992 passou a ser compensado. Ora, se se eterniza o subsídio a apenas um dos componentes, está-se a destruir o equilíbrio no sistema da 'agricultura durável', tão laboriosamente alcançado à custa do saber feito da experiência de sucessivas gerações de agricultores. Daqui à erosão e exaustão irreversíveis dos solos mais fracos é um pequeno passo. Se a memória de muita gente não fosse tão curta, não deixaria certamente de apreender com os autênticos desastres ecológicos criados pela campanha do trigo do Estado Novo, de tão má memória para o equilíbrio ecológico e social de vastas regiões do Alentejo.</p> <p>(...)</p> <p>Em segundo lugar, porque uma ajuda permanente aos cereais, apesar de se aplicar em todo o país, vem favorecer muito especialmente o Alentejo, que por si só representa 78 por cento, 72 por cento e 63 por cento das áreas nacionais ocupadas com cevada, trigo e aveia. Sendo um facto que o problema da agricultura de sequeiro, tal como em geral o da agricultura extensiva, é em substância o mesmo no Alentejo, em Trás-os-Montes, no interior montanhoso do Minho, nas Beiras Alta e Baixa ou na serra algarvia, não é compreensível, nem no plano ético nem no político, que os agricultores de uma região sejam apoiados e outros não.</p> <p>(...)"</p>

				Estou certo de que os portugueses são sensíveis à necessidade de apoiarem os seus agricultores e as suas regiões mais débeis, porque somos um povo com sentido de solidariedade. Mas exigirão certamente equidade no tratamento!”.
28/3/96 Pág. 20	Sociedade	Ana Fernandes	<i>Assembleia da República discute a primeira Lei de Bases do Desenvolvimento Florestal</i>	“(…) Para o Governo, os principais objectivos da política florestal dizem respeito ao desenvolvimento sustentado dos espaços florestais; à optimização da produção florestal no respeito pelos seus valores multifuncionais; ao incentivo do papel da floresta na regularização dos recursos hídricos, na conservação do solo e da qualidade do ar, e no combate à desertificação física e humana e à garantia da protecção das formações florestais de especial importância ecológica e sensibilidade. A promoção da investigação e o aumento do rendimento dos produtores são outros dos objectivos. Para os cumprir, surge a figura, também defendida pelo PCP, dos planos regionais de ordenamento florestal ‘numa óptica de uso múltiplo e de forma articulada com os planos regionais e locais de ordenamento do território’. (…)”.
3/4/96 Pág. 41	Local	AF	<i>Barrancos Produtos tóxicos obrigam a corte de água</i>	“Elevados teores de fenol – substância utilizada em limpezas industriais que, em contacto com o cloro utilizado no tratamento das águas, se torna potencialmente cancerígena – levaram à suspensão do abastecimento de água à população de Barrancos. A substância foi detectada nas águas do rio Múrtega, que abastece o concelho, e levou ao corte no abastecimento desde segunda-feira. (...). Segundo António Tereno, presidente da Câmara de Barrancos, ‘a poluição, inédita, do Múrtega deve-se a descargas de indústrias espanholas ainda não identificadas, situadas numa área (...) onde há matadouros, empresas corticeiras e de lavagem de minério’. (…)”.
7/4/96 Pág. 45	Local País	Carlos Dias	<i>Freguesia mantém esperança em projecto de duas décadas Santa Clara ainda sonha com parque de campismo</i>	“Logo que a albufeira de Santa Clara começou a encher, em finais de 1969, perdiam-se para sempre as melhores terras que davam boas searas, hortícolas e árvores de fruto a quem lá vivia. O gado deixou de pastar nas zonas de várzea que ladeavam a ribeira do Mira, cujas águas, desde então, ficaram retidas no enorme paredão de 83 metros de terra compacta. A vida da aldeia nunca mais foi a mesma depois da construção da maior barragem portuguesa deste tipo. ‘Destruíu a parte melhor e mais nobre de Santa Clara e dela não vieram mais-valias para a aldeia’, diz o presidente da Junta, Arménio Candeias, num misto de mágoa e inconformismo. Foi doloroso (...) o abandono das habitações e das terras de cultivo que ficaram na zona alienada pelo regolfo da albufeira. Mas assim o exigia o ambicioso Plano de Rega do Alentejo, que continua à espera de concretização em pleno para 12 mil hectares previstos. (...) A ideia inicial para a instalação nas margens da albufeira de um parque de campismo arrancou em 1975, quando os primeiros autarcas quiseram inverter a sangria dos braços mais válidos de Santa Clara, que partiam para outras regiões do país e do estrangeiro à procura do trabalho que faltava na aldeia. Minada por indefinições, a agricultura

				<p>definhava, com tanta água ali ao pé.</p> <p>Há alguns anos que aquele espaço estava a atrair estrangeiros, rendidos à beleza dos seus múltiplos recantos. Sem infra-estruturas e sem fiscalização, as margens do extenso lago encheram-se de entusiastas do campismo selvagem. A ideia de rentabilizar esta mais-valia em proveito da aldeia transformou-se num projecto de desenvolvimento local. O parque de campismo passou a ser reivindicação permanente de Arménio Candeias.</p> <p>(...)</p> <p>O presidente da Câmara de Odemira, Cláudio Percheiro, põe o problema (...). Saneamento básico, estradas e electrificação são prioridades concelhias do que o parque, que está orçado em 400 mil contos. São necessidades básicas que ainda faltam em 103 povoações do concelho, justifica Percheiro.</p> <p>(...)</p> <p>A população de Santa Clara vê no parque de campismo a única alternativa que pode dar trabalho às pessoas que antes viviam da agricultura. A zona era rica em montado, mas até este foi afectado pela doença dos sobreiros. Ultimamente apareceram plantações de eucaliptos. '(...), sempre vão criando trabalho', acaba por reconhecer, contrafeito, Arménio Candeias."</p>
11/4/96 Pág. 16	Local	Rui Baptista	<i>Conferência em Aveiro Auditor ambiental na agricultura</i>	<p>"A criação da figura do auditor ambiental é uma das principais novidades da nova Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (...). Nomeado em conjunto pelos ministérios da Agricultura e do Ambiente, o auditor terá como principal função evitar que as práticas da agricultura em geral sejam agressivas para o meio ambiente, cabendo-lhe ainda zelar para que os departamentos do ministério tutelado por Gomes da Silva actuem 'de acordo com as melhores normas de preservação na natureza'. A agricultura e o desenvolvimento rural são das vertentes mais importantes para a preservação dos recursos e a garantia da qualidade do ambiente', justificou o ministro, lembrando que o abuso dos factores de produção agrícola, como os meios de controlo sanitário e os adubos, podem conduzir ao aparecimento de manchas de poluição. (...)"</p>
28/4/96 Pág. 55	Local		<i>Alcácer do Sal Autarquia quer arroz longe da vila</i>	<p>"A Câmara Municipal de Alcácer do Sal não quer que seja cultivado arroz na zona envolvente da vila, por considerar que isto é incompatível com a qualidade de vida da população. O executivo, segundo um comunicado da autarquia, aprovou uma proposta na qual considera que a cultura do arroz nessa zona é 'duplamente ilegal e perigosa para a saúde pública, sendo de realçar que as lavras de arroz que envolvem a sede do concelho se situam a uma distância do perímetro urbano entre os zero e os 50 metros ao longo de mais de dois quilómetros'. Segundo a autarquia, os principais problema da cultura do arroz são os mosquitos e a aplicação de pesticidas por via aérea, 'uma prática preocupante, devido à tipologia e composição dos produtos químicos'.</p> <p>A legislação da cultura do arroz, de 1948 condiciona o plantio nas denominadas zonas de protecção, constituídas 'por faixas de terreno de um a três quilómetros de largura, contados a partir dos limites das povoações'. A vila de Alcácer, segundo a lei, é considerada como uma zona de protecção onde a cultura do arroz é proibida. A partir de</p>

				<p>1976, porém, devido a uma autorização excepcional, o arroz foi-se instalando nos limites de Alcácer, generalizando-se por toda a zona de protecção até 1995.</p> <p>Agora, a câmara invoca esta legislação, a Lei de Bases do Ambiente e o plano director municipal para 'opor-se à realização da cultura do arroz, bem como a qualquer aplicação de fitofármacos por via aérea' na cintura envolvente (...).</p> <p>Quanto aos actuais rendeiros, a autarquia sustenta que o Ministério da Agricultura deverá 'disponibilizar as medidas compensatórias', que poderão ser a atribuição de outras áreas para cultivo ou o apoio à introdução de outras produções alternativas.</p>
8/5/96 Pág. 46	Local	Carlos Dias	<p><i>Desemprego atinge 90 por cento da população activa residente em Ourique</i></p> <p><i>Uma 'avalanche' alarmante</i></p>	<p>"Desde que, em Março, por Programas Ocupacionais foram suspensos, o desemprego atingiu em flecha o distrito de Beja. (...).</p> <p>'É o retorno de um pesadelo que se tornou cíclico', resumiu José Raul dos Santos, presidente da Câmara de Ourique (...).</p> <p>Cláudio Percheiro, autarca de Odemira, lamentava o incumprimento das promessas eleitorais feitas ao Alentejo (...) dizendo que 'há dezenas de famílias (no seu concelho) que não têm nada para comer'. (...).</p> <p>(...)</p> <p>(...) José Carreira Marques, presidente da Câmara de Beja, também não regateia críticas ao que acha ser o alheamento dos governantes: 'Não se vislumbra ao menos indícios da criação de estruturas fundamentais que travem a desertificação humana. Abaixo de um determinado patamar demográfico, não há desenvolvimento possível, por falta de gente para qualquer mudança'.</p> <p>(...) E Carreira Marques acrescenta (...) 'É criminoso desbaratar assim as nossas capacidades e Ourique é um dos concelhos onde os efeitos do subdesenvolvimento mais se acentuam. A maior parte dos desempregados é mão-de-obra indiferenciada e idosa, proveniente da agricultura, um sector em declínio progressivo. É gente sem hipótese de reconversão, até porque não há onde'.</p> <p>(...)"</p>
29/5/96 Pág.	Local	JAC	<p><i>Câmaras da CDU apelam à revogação do Protali</i></p> <p><i>Começou a 'guerra' pela costa alentejana</i></p>	<p>"As cinco câmaras do litoral alentejano reivindicaram (...) a revisão do Protali, por forma a adequá-lo às exigências do desenvolvimento das suas populações.</p> <p>(...)</p> <p>Os presidentes de Alcácer do Sal, Grândola, Sines e Odemira consideraram o plano aprovado pelo anterior Executivo uma 'intromissão' nas competências do poder local e insurgiram-se contra o seu 'carácter policial'.</p> <p>(...) Rogério de Brito (PCP) disse aos jornalistas que o plano que tem disciplinado o imobiliário na faixa costeira corresponde a 'uma usurpação do poder autárquico e a uma manifestação de desconfiança do Governo no poder local'.</p> <p>(...).</p> <p>No mesmo tom se pronunciou o presidente de Grândola, Fernando Travassos (PCP), que defendeu o projecto do grupo Espírito Santo para a praia do Carvalhal - inviabilizado pelo Governo por demasiado próximo ao areal - e que se manifestou contra o carácter 'excessivamente regulamentado' do Protali. 'Trata-se de um instrumento que extravasa o seu carácter de plano regional e que cai em especificações que deviam caber aos</p>

				<p>planos de pormenor das autarquias', disse.</p> <p>Por parte da Caixa de Crédito de Santiago do Cacém, Jorge Nunes, seu presidente, disse ao Público que a sua participação nesta iniciativa de contestação do Protali se prende com o facto de ele constituir 'um obstáculo ao desenvolvimento da região' e, como tal, ao investimento e à actividade da Caixa.</p> <p>Opinião distinta (...) tem o arquitecto António Cardoso, um dos responsáveis pelo estudo que conduziu ao Protali: 'Não é o plano que condiciona o desenvolvimento. Pode haver aspectos menores passíveis de revisão e melhoramento, mas o plano, na sua filosofia, não impede o desenvolvimento. (...)'</p>
30/5/96 Pág. 20	Sociedade	Ana Fernandes	<i>Portugal terminou a sua lista de sitios para a Rede Natura 2000</i> <i>Retalhos de uma Europa a desaparecer</i>	<p>"Para assegurar a biodiversidade na Europa, a União pôs aos Estados –membros a seleccionar pedaços do seu território considerados valiosos do ponto de vista dos habitats e da flora e fauna selvagens. Tudo para conseguir desenhar, à escala do continente, uma rede que reuna um bocadinho de cada uma das diferentes 'naturezas' ainda existentes. (...).</p> <p>(...)</p> <p>A lista que, depois da consulta pública (...) Portugal irá levar a Bruxelas, é fruto do trabalho das universidades e dos técnicos do ICN. Pretende dar cumprimento à directiva 92/43/CEE, conhecida como directiva Habitats, cujo objectivo é assegurar a biodiversidade no espaço europeu. Para a pôr em prática, será criada uma rede de Zonas especiais de conservação (ZEC) – rede natura 2000 – escolhidas pela sua representatividade em termos de flora e de fauna. (...)."</p>
1/6/96 Pág. 22	Espaço Público	José Ribeiro e Castro	<i>Os indios da parvónia</i>	<p>"Há duas siglas parecidas: o Protal e o Protali. Um é o Plano de Ordenamento do Território do Algarve. O outro o Plano Regional de Ordenamento Alentejo Litoral. Pode parecer que a designação do segundo seria já a gozar com os alentejanos e o seu sotaque mais característico, com a acentuação final no 'I'. (...).</p> <p>Conta-se também uma anedota – verídica – contemporânea da aprovação já não sei se do primeiro se do segundo desses planos. Imaginemos que foi a respeito do segundo, o Protali, que foi um tema da semana.</p> <p>No conselho de ministros que o aprovou (...), o então ministro do Planeamento e da Administração do Território, fez uma longa exposição sobre as virtualidades do Protali (...) ... Ao fim, Cavaco Silva abriu o debate, perguntando se algum dos outros ministros queria pronunciar-se. pediu a palavra João de Deus Pinheiro, ministro dos Negócios Estrangeiros, que, irónico e brincalhão perguntou: 'Achei excelente a exposição que segui com o maior interesse. Só não percebi se o Protali é bom para os dentes ou para as gengivas'.</p> <p>(...)</p> <p>Na prática, o assunto não tem graça. Na Terça-feira passada, as cinco câmaras do litoral alentejano voltaram a reivindicar, ou mesmo a revogação, do tal Protali, contra o qual impende mesmo, aliás há algum tempo, uma acção no Tribunal Constitucional, contra a ofensa à autonomia do poder local e ao atropelo múltiplo de competências próprias dos municípios.</p> <p>As resistências à justa movimentação das autarquias agitam</p>

				<p>argumentos estafados e suspeições gratuitas: as câmaras, comunistas ainda por cima – sacrilégio! -, ‘estão feitas com os promotores e os especuladores imobiliários’ e ‘o que eles querem é repetir os desmandos do Algarve’.</p> <p>Bem podem os autarcas e as populações repetir e esclarecer, como têm feito sem cessar, que não é disso que se trata. Os teóricos da Administração Central não admitem sequer a dúvida e, napoleónicos, decretam o gosto e o espartilho.</p> <p>Ligado a Odemira pelo sangue e aí tendo sido autarca nos anos 80, pude acompanhar nas minhas deslocações a irritação e indignação legítimas que o Protali causou, como factor de estrangulamento e usurpação da democracia local.</p> <p>No caso de Odemira e, em parte, de Sines, isso cruza-se, aliás, como uma outra tirania central: a forma como foi implantada, primeiro, a Zona de Paisagem Protegida da Costa Vicentina e Sagres (muito saudada na altura) e, depois, agravando-se as restrições, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.</p> <p>Aquilo que se ouvia localmente e ainda hoje prossegue – ‘tratam-nos como se fôssemos uns índios – é o sentimento de que os naturais da região são uma espécie de fauna especial que dá colorido às zonas espartilhadas para deleite de visitantes ocasionais, veraneantes e outros passantes. Não já uns índios da Amazónia, mas uns ‘índios da parvónia’, criação brilhante dos crâneos da tecnocracia central, das concepções políticas do inspeccionismo e da enorme corte de aliados do estalinismo ambiental.</p> <p>Os sentimentos populares a este respeito não podem desgarrar-se dos abusos de muitos agentes que entram por terra alheia, sem prestar contas a ninguém: não as prestam às populações que administram, antes tendo as costas quentes pelo poder central que os nomeia (...).</p> <p>Uma das dezenas de histórias (...) ilustrativas dos abusos dos agentes desta política, é eloquente: um agricultor local foi proibido de cultivar brócolos, porque não era uma espécie agrícola indígena</p> <p>(...)</p> <p>Ninguém de bom senso deseja a ausência de regras nestas matérias sensíveis, nem que valores colectivos, como o ambiente e o património arquitectónico e paisagístico, fiquem à mercê da anarquia dos especuladores e do empreiteirismo selvagem. Mas, se o Alentejo é das zonas mais preservadas do país, é elementar reconhecer-se que isso se deve totalmente à consciência das suas populações e ao esforço dos seus autarcas e quase nada ao paternalismo da corte, querendo entreter os ‘lobbies’ ambientalistas. Do poder central tanto vem, aliás, o espartilho mais absurdo, como por vezes a desregulamentação mais desastrosa – pense-se só por um momento no tristemente célebre empreendimento de Brejão de Thierry Roussel.</p> <p>(...)</p> <p>Dentro do que disponha a lei geral, que não deve ir além da definição dos princípios, a regulamentação e acção administrativas só podem competir ao nível da administração local e, desejavelmente, quando for instituído, ao nível regional por todos aquelas frentes, como é o caso do âmbito do Protali, excedam as fronteiras dos municípios (...).</p> <p>Tudo o que for diferente disso, além de atentados a</p>
--	--	--	--	--

				<p>princípios democráticos elementares, só serve a aberrante concepção daqueles para os quais a protecção do ambiente passa pelo atraso económico e exige a paralisação do desenvolvimento. Esses cultores da ideia escondida de que o critério dos veraneantes de 'bom gosto' é superior ao critério dos indígenas: esses monopolistas do gosto e decretadores sem controlo da conveniência dos outros: esses arquitectos da província paralisada como paisagem, em que são eles os senhores deleitando o olhar e o povo, 'índios pontuando o cenário – esses são os construtores sinuosos do tal estabilismo ambiental. Por um lado, pelas concepções profundamente autocráticas (...); por outro lado, porque o atraso ou o bloqueio do desenvolvimento e o desperdício cego e arrogante das oportunidades acabam por levar à migração forçada das populações (...).</p> <p>É natural que os alentejanos tenham de si próprios a ideia de serem mais do que assunto de anedotas ou meros figurantes de um museu de história natural. E, por isso, a questão é outra vez a mesma que está em jogo no municipalismo e na regionalização: a devolução de poderes às própria populações interessadas – ou, noutra óptica, o princípio da subsidiaridade.</p> <p>Estou a ver um passante na Costa Alentejana, ai pelo ano 2043, a fazer um desvio na estrada para Lagos, e ali por alturas do Cavaleiro ou do Mal-Lavado, na mesma estrada estreita que é a de hoje, lobrigar um homem, ainda agarrado à charrua, cultivando grão-de-bico, porque brócolos é proibido, e apontar à criança: 'Estás a ver, meu filho? Aquilo ali é um alentejano'. Que bonito! ... Que bucólico, que romântico.</p> <p>Tanto 'Alentejo Profundo' não. (...)."</p>
3/6/96 Pág. 17	Sociedade	António Melo	<p><i>Jornadas sobre o mundo rural na Covilhã</i> <i>O que se sabe sem se saber dizer</i></p>	<p>"As jornadas sobre o futuro que todos conhecemos, mas um certo snobismo nos impede de reconhecer, terminaram como começaram: com emoção e alguma razão. Mesmo para investigadores sociais, saídos do mundo rural e que a ele dedicam a sua atenção, é difícil falar das suas memórias de infância sem poesia.</p> <p>Um observador neutro seria obrigado a concluir que existem tantos mundos rurais quantos os intervenientes no colóquio que o Jornal do Fundão e a associação local Beira Serra promoveram (...). Mais ainda, quando alguém procura entrar nesse mundo, que foi descrito e tenta partilhar com o orador as delícias e angústias da evocação encontrará um sem número de evasivas que o levam a concluir que, entre o discurso e o descrito, há uma distância que o orador não está interessado em dar.</p> <p>Razão teve Capoulas dos Santos, secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, que encerrou o debate a dizer que lhe era relativamente fácil falar da política do seu ministério em matéria de agricultura mas o mesmo não poderia fazer sobre o tema em análise 'tão diferenciado que ele é'.</p> <p>(...)</p> <p>De resto, mesmo a terminologia 'mundo rural' é contestável. Há consenso sobre 'mundos rurais' e uma minoria prefere 'sociedades rurais'. Idem para o projecto de 'aldeias históricas', que mereceu o epíteto de 'prostituição' por parte de quem se aproveita dos 'nichos de mercado' do 'mundo industrial'. Aqui está outra base consensual: a</p>

				<p>diabolização do mundo industrial, cujo fim não foi só predito como largamente desejado. O mais vigoroso nesta denúncia foi Roque Amaro, universitário do ISCTE, que não teve dúvidas em o acusar de ter 'separado o homem da sua natureza' e o deu em vias de extinção (...).</p> <p>Em conclusão, não é o mundo rural que se perde no passado. Desarmado o quadro industrial ver-se-á, afirma Roque Amaro, um 'movimento de regresso às raízes'. Podia ter acrescentado que um dos testemunhos dessa nova realidade eram aquelas jornadas e quem nelas participava. A utopia, no sentido de 'lugar de harmonia', foi uma inspiração no encontro. (...).</p> <p>O mundo rural que transpareceu deste encontro, para lá das divergências de terminologia, foi o das afectividades. Um mundo onde o anonimato está excluído, a diferenciação é nomeada e não reduzida ao estado de coisa que se consome e deita for a. resta saber se este era o mundo rural que serviu de referência às jornadas ou se dele não terá saído uma nova concepção deste mundo, onde a agricultura deixa de ser a principal ocupação, mas apenas uma entre outras.</p> <p>Na sua intervenção feita de referências ao 'mundo rural' na obra de Aquilino Ribeiro, Ferreira de castro, Fernando Namora e Eugénio de Andrade, Antonieta Garcia realçou essa dissonância. Há meio século, ainda Aquilino considerava o rural o sujeito primitivo ainda não desperto para as sensações do belo e do puro, incapaz de admirar a natureza: 'Está visto que o homem do campo não sente a natureza em nenhum dos seus mil afectos, que não seja pelo lado promissor da utilidade'. O contraponto preferido pela autora veio do lado de Eugénio de Andrade, que se afirma devedor deste campo que lhe deu as sensações e cores com que fez a sua poesia.</p> <p>Destes dois mundos, segundo a generalidade dos oradores, foi o mundo de Aquilino que desapareceu enquanto o de Andrade floresce. Este mundo rural pede meças à metrópole urbana em todas as dimensões humanas e recusa submeter-se às suas modas. Pelo contrário, quer propor, intervir e redefinir posições em matéria de valores sociais, em criatividade e, sobretudo, em harmonia – consigo, com os outros e com a natureza.</p> <p>Este mundo assemelha-se profundamente ao da nossa visão de criança, sobretudo se temos a sorte de ter raízes em meio rural – seja do litoral, da montanha ou da planície.</p> <p>É um mundo não construído e os intervenientes, sobretudo os mais utopistas, tiveram a preocupação permanente de dizer que (...) a qualidade de vida está aqui e não nas grandes cidades poluídas e cinzentas.</p> <p>Resta saber se a mensagem chega aos principais interessados, os que vivem neste meio rural e cuja vida actual não pode fazer do amanhã da terra um 'lobby' e nem de desemprego uma preocupação secundária."</p>
<p>4/6/96 Pág. 46</p>	<p>Local</p>	<p>José António Cerejo</p>	<p><i>Secretário de Estado nega cedência a promotores imobiliários Governo flexibiliza lei sobre a costa alentejana</i></p>	<p>"O Governo está a abrandar a pressão sobre os promotores imobiliários das costas algarvia e alentejana. Pelo menos é o que de deprende de um documento que esclarece a interpretação oficial do chamado decreto das compatibilidades. (...)."</p>

11/6/96 Pág. 39	Local País	Luís Maneta	<i>Investimento de um milhão de contos Uma aldeia de artesãos projectada para Monsaraz</i>	<p>“(…). A Associação Regional de Artistas Plásticos de Reguengos de Monsaraz (TEAR) pretende construir uma aldeia de artesãos, com a edificação de mais de trinta habitações e de mais de meia centena de oficinas, para além de espaços comunitários, como casas de fornos e uma feira permanente de venda de artesanato.</p> <p>(…)</p> <p>(…). Antigo publicitário do grupo Pão de Açúcar e Regisconta, há quinze anos Vilar de Sousa (presidente da TEAR) decidiu ser escultor. Vendeu a casa e o carro, deixou Lisboa e foi morar para perto do Guadiana, uma ‘paixão’ antiga, do tempo em que as caçadas com a família Salomé o levavam a percorrer os campos e coleccionar amigos.</p> <p>(…)</p> <p>Aos poucos, Vilar de Sousa começou a estruturar um projecto, reuniu o entusiasmo de um grupo de pessoas e nasceu a TEAR, uma associação de artesãos com um projecto global que assenta em três pilares fundamentais: uma escola de artesanato, apoio aos artesãos ao nível do auto-emprego e criação de condições para divulgar e promover os artefactos produzidos na região.</p> <p>(…). ‘Os velhos métodos são muito interessantes, muito bonitos, mas vivemos noutra época e os alentejanos não podem continuar toda a vida a cantar da mesma maneira’, refere Vilar de Sousa.</p> <p>Lurdes Couto, artesã que se dedica à decoração e à pintura de cerâmica tradicional, explica a ‘necessidade de encarar o artesanato como forma de negócio’. Até há alguns anos atrás, todas as aldeias dispunham de (...) um artesão a fazer louça utilitária. Um tacho de barro era colocado nos fornos de lenha ou nos fogareiros para cozinhar alimentos a temperaturas muito baixas e aguentavam-se alguns meses. ‘Hoje, a louça utilitária deixou de fazer sentido. O barro quebra-se com as temperaturas muito altas dos fogões a gás, explica Lurdes Couto. As peças em barro deixaram assim de ter um cariz utilitário para passarem a ter, essencialmente, uma função decorativa. Só artesãos que não se adaptaram à nova realidade perderam uma significativa quota de mercado.</p> <p>Os velhos artesãos é que não viram com bons olhos a formação de oleiras, nem aceitaram as novas técnicas de fazer as mesmas peças. Alguns oleiros, por exemplo, ainda utilizam chumbo para vidrar o barro, um produto proibido por todas as regras da UE. ‘É um veneno autêntico, mas chegam a provar o chumbo, para ver se está no ponto’, revela Lurdes Couto, sublinhando ser ‘muito difícil dizer a uma pessoa que há mais de 50 anos utiliza a mesma técnica que não o deve continuar a fazer’.</p> <p>Outro problema, hoje ultrapassado, surgiu há alguns anos quando os locais de extracção de barro começaram a escassear. A solução foi importar barro espanhol, a cem escudos o quilo, entregue à porta das olarias. De acordo com os responsáveis do Tear, ‘é altamente rentável a importação de barro espanhol, porque possuiu muito boa qualidade e permite-nos poupar muitas horas de trabalho’.</p> <p>(…)</p> <p>(…) refere Vilar de Sousa (...) a Tear ‘deu a volta ao artesanato’ possibilitando o nascimento de um novo artesanato alentejano, partindo das técnicas antigas e</p>
--------------------	---------------	-------------	--	--

				modernizando-as. É o caso da cerâmica moderna – peças com design novo, mas feitas no suporte tradicional, a roda do oleiro.
15/6/96 Pág. 44	Local País	Raul Oliveira	<i>Protali debaixo de fogo em Santo André Alentejanos do litoral querem compensações</i>	<p>“A compensação das populações do litoral alentejano, pelos entraves que a preservação do seu território acarreta ao desenvolvimento da região, foi ontem uma das ideias defendidas em Santo André, no decurso do seminário dedicado ao Protali.</p> <p>(...)</p> <p>‘Embora contenha aspectos positivos em matéria de ordenamento e preservação da região, o Protali funciona como um agente inibidor de desenvolvimento’, defendeu Jorge Nunes, o presidente da Caixa de Crédito de Santiago do Cacém. Entre as restrições impostas (...) salientou ‘a proibição absoluta de destaque do fraccionamento das terras, mesmo de grandes dimensões, e a proibição de edificação de apoio à actividade agrícola ou agro-pecuária com áreas superiores a 0,2% do total da propriedade.</p> <p>De acordo com alguns intervenientes, as secretarias de Estado do Ordenamento do Território e do Turismo introduziram um conjunto de alterações ao texto saído das mãos dos autores do plano, desprezando a sua vertente de desenvolvimento e imiscuindo-se nas competências do poder local. António Cardoso, um arquitecto que participou na elaboração do documento inicial, defendeu que a publicação do Protali corresponde a um ‘processo antidemocrático e com consequências lamentáveis’, uma vez que os interessados não foram ouvidos quanto às alterações feitas.</p> <p>(...) João Nunes, presidente do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina sustentou, por seu turno, a possibilidade de ‘compatibilizar o desenvolvimento com a preservação do ambiente’.”</p>
24/6/96 Pág. 22	Sociedade	Ana Fernandes	<i>Especialistas em reabilitação de ecossistemas florestais degradados reunidos em Lisboa Florestas contra o deserto</i>	<p>“(...). Muitas das terras alentejanas estão moribundas ou mesmo mortas. A elas se junta quase metade do território, nacional, desertificado, erodido gasto.</p> <p>(...). É a desertificação a devorar uma grande parte dos solos nacionais, um fenómeno fruto da destruição da floresta, do mau uso dos solos, dos fogos, da irrigação excessiva, do grande consumo de água e até das alterações climáticas.</p> <p>(...)</p> <p>‘80 por cento dos solos do Baixo Alentejo são esqueléticos’, isto é, têm apenas 10 centímetros de profundidade, diz Eugénio Sequeira. A razão é simples, além das condições geológicas e climáticas não serem favoráveis, ‘a campanha do trigo ocorrida entre 1929 e 1938 assume-se como a principal responsável pelo arrastamento da terra arável e pela perda do fundo de fertilidade do solo, contribuindo fortemente para a transformação dos solos em solos esqueléticos com baixíssima capacidade de retenção da água e baixa produtividade’ explica Carlos Morais e Josefa de Carvalho, do Instituto da Floresta, no trabalho ‘Análise da Florestação em Portugal 1966-1995’ (...).</p> <p>(...)</p> <p>A eucaliptização descontrolada do país também não é inocente em todo este processo, segundo diz Santos Oliveira, no seu estudo sobre o impacto da desertificação nos ecossistemas terrestres em Portugal. Este cientista</p>

				<p>acusa também a PAC de incentivar a utilização abusiva e não eficiente da água e dos factores de produção.</p> <p>A intensificação cultural das zonas semi-áridas no Sul da Península, em virtude dos subsídios da PAC, contribuiu para a destruição do que foi 'no passado um oásis na árida Meseta', diz Santos Oliveira, que lembra a contenção seguida pelos árabes na exploração desta zona. Mas 'os novos aprendizes de feiticeiro não seguiram o exemplo da moderação e do crescimento controlado. Não chegarão ao crescimento sustentado e, em troca, ganharão o deserto', acusa.</p> <p>(...)</p> <p>Soluções? Eugénio Sequeira defende que se tente manter 'toda a água das regiões, não com grandes barragens, mas com a construção de charcas que recarregam os freáticos através da infiltração da água pelas fendas de xisto'. Por outro lado, deve-se reflorestar com espécies de baixo consumo de água, ou seja, as que são espécies endémicas, como a alfarrobeira e amendoeira no Algarve.</p> <p>Mas tudo isto 'implica que o homem tem de estar presente, pelo que é necessário complementar um sistema de uso múltiplo da terra, sito é agro-silvo-pastoril', prossegue o especialista. De facto, 'a experiência das últimas décadas demonstra que sem uma forte motivação económica, a manutenção dos povoados instalados decaí ou é praticamente inexistente, pelo que as soluções de uso múltiplo são de grande importância para compensar os longos períodos de espera pelos rendimentos florestais', concorda Carlos Morais, do Instituto Florestal.</p> <p>(...)"</p>
<p>24/6/96 Pág. 46</p>	<p>Local</p>	<p>José António Cerejo</p>	<p><i>No Algarve e na costa alentejana, ao abrigo de uma lei de excepção Governo aprecia dez megaprojectos turísticos</i></p>	<p>"(...)Contestado abertamente pelas autarquias do litoral alentejano e por várias associações ambientalistas, o despacho conjunto que abriu a porta à aprovação dos novos empreendimentos foi publicada pelos ministérios do Planeamento e Turismo e tem data de 20 de Julho de 1994. Ao contrário do que um decreto anterior exige para a generalidade dos projectos de construção e de loteamento, aquele despacho admite, 'fundada e excepcionalmente', que os grandes empreendimentos turísticos não sejam totalmente compatíveis com os PROT, desde que sirvam a 'prosecução dos objectivos do plano' e lhes seja 'reconhecido interesse público'.</p> <p>Para clarificar este conceito, o diploma estabelece que os empreendimentos turísticos têm interesse público quando são de natureza estruturante, e faz depender esta classificação de um conjunto de quatro critérios em que avulta a obrigatoriedade de envolverem investimentos iguais ou superiores a dez milhões de contos. Além disso, exige-se que um terço desses investimentos, pelo menos, se destine a 'infra-estruturas no território abrangido pelo PROT, ao nível do saneamento básico ou de outras obras públicas, da recuperação de áreas degradadas, da recuperação do património artístico e arquitectónico ou da criação de meios de animação, culturais e desportivos'. As duas condições restantes relacionam-se com o desenvolvimento de sectores de actividade a montante e a jusante e com o aumento da competitividade e modernização do tecido económico regional.</p> <p>A aprovação de tais empreendimentos estruturantes fica ainda condicionada à celebração de um protocolo entre os</p>

				<p>promotores, as comissões de coordenação regional e as câmaras, que incluía o plano de pormenor local, os investimentos a realizar em cada uma das infra-estruturas previstas e o prazo de execução em cada uma delas.</p> <p>Na opinião dos críticos da política de ordenamento do anterior governo, este despacho destinou-se apenas a facilitar a vida aos grandes promotores imobiliários, excluindo os seus empreendimentos do âmbito alegadamente restritivo do chamado decreto das compatibilidades – que impõe a sujeição de todos os projectos, mesmo os que foram aprovados antes da publicação dos PROT, às regras destes planos.</p> <p>(...)</p> <p>Para lá (...) dos três projectos (já beneficiados por despacho favorável do anterior Governo), (...) mais dez outros foram objecto de requerimentos para atribuição do estatuto de 'utilidade pública' ainda na vigência do anterior Governo.</p> <p>Sete de entre eles, seis dos quais no Algarve e um na Costa alentejana, tinham já sido apreciados em pormenor quando o actual Executivo tomou posse e estão agora nas mãos dos promotores que aceitarão ou não as condições que lhe foram fixadas para serem aprovados. (...)"</p>
30/6/96 Pág. 51	Local	LM	<i>Ultraleves promovem Alentejo</i>	<p>"(...)</p> <p>A volta foi organizada pelo Centro de Inovação Empresarial do Alentejo (CIEA) que assim pretende apresentar as potencialidades económicas da região.</p> <p>(...)</p> <p>Para tanto (...) há que 'explorar e promover os pontos fortes' da região, como sejam os seus recursos naturais, a qualidade de vida ambiental, o turismo, as tradições gastronómicas e as acessibilidades, aliadas às vantagens da proximidade ao litoral sem os inconvenientes de uma zona de concentração urbana. (...)"</p>
1/7/96 Pág. 16	Espaço Público	Fernando António O. Travassos (Presidente da Câmara Municipal de Grândola)	<i>Quem quer a morte do litoral alentejano?</i> Nota: reacção a um artigo de Miguel Sousa Tavares ' regresso ao local do crime'	<p>"(...) fique sabendo que aqui 'na simbólica Vila de Grândola', ainda a administração central não tinha mostrado qualquer preocupação por estes 45 quilómetros de costa nem por quaisquer outros e já o município de tinha apetrechado com o Plano Integrado de Ordenamento da Faixa Litoral. Estávamos em 1982.</p> <p>É rigorosamente falso que os autarcas alguma vez tenham dito que a lógica da indústria turística tem como obstáculo a preservação dos recursos naturais'. Muito antes pelo contrário, o que os autarcas sempre defenderam é que é possível equacionar o desenvolvimento – (...) – sem abdicar da qualidade do ambiente e dos valores paisagísticos e assente num correcto ordenamento do território.</p> <p>Pelos vistos, você, que condena o turismo como 'indústria autofágica e predadora', não acredita que é possível 'reforçar o posicionamento estratégico do litoral alentejano', potenciando as actividades económicas existentes e desenvolvendo o turismo, compatibilizando estas duas componentes com o desenvolvimento das infra-estruturas portuárias e rodoviárias e com a salvaguarda do ambiente e dos recursos naturais (Decreto Regulamentar 26/93, artigo 5º, ponto 2, alínea a).</p> <p>Por ironia do destino, este é um dos obstáculos específicos do seu bem-amado Protali. E com o qual as autarquias estão de acordo. O problema está na ausência de</p>

				<p>compromissos da administração central para atingir esses objectivos. Ela fez um plano de ordenamento e 'esqueceu-se' da componente do desenvolvimento. É isto que as autarquias contestam!</p> <p>(...)</p> <p>Nós não questionamos a existência da necessidade de planos de ordenamento. Nós questionamos este plano de ordenamento. Porque ele não permite a complementaridade com outros instrumentos de ordenamento, designadamente os municipais. Porque não tem uma visão integrada dos valores a compatibilizar. Porque não explicita quais são os compromissos da administração central para que se atinjam os seus objectivos específicos. Porque não permite um modelo de planeamento contínuo e adaptativo. Porque, na ânsia de regulamentar, só proíbe, não ordena.</p> <p>Nós queremos, isso sim, exercer o direito a um processo de desenvolvimento integrado e sustentado com rigoroso respeito pelos recursos e valores existentes. Incluindo o direito de os homens que cá vivem serem felizes. O problema, dr. Miguel Sousa Tavares, é que o homem também faz parte deste frágil ecossistema. E aqui, neste momento, ele está em vias de extinção.</p> <p>(...)</p> <p>Esqueceu-se, por exemplo (...) que os nossos 'montes alentejanos' vão ficando desoladoramente abandonados, apesar de logo aparecerem alguns diletantes, quais abutres, prontos a ocupá-los e, porque não?, a preocuparam-se com a paisagem. Ou será com o cenário?.</p>
1/7/96 Pág. 16	Espaço Público	Miguel Sousa Tavares	<p><i> Talvez um papagaio</i></p> <p>Nota: resposta de Miguel Sousa Tavares ao presidente da Câmara de Grândola</p>	<p>"(...). Os planos ou as leis existem não para contrariar o 'desenvolvimento', mas para garantir um desenvolvimento 'sustentado', isto é aquele em que os projectos não põem em causa o ecossistema, a agricultura, os recursos aquíferos, a paisagem protegida em domínio público. Infelizmente – e não é por acaso que estas coisas acontecem no litoral-, os promotores imobiliários e agentes turísticos só aparecem interessados em projectos sobre dunas, em parques naturais ou em zonas da RAN ou da REN. E, infelizmente, os autarcas parecem confortados a aceitar que mais vale isso que coisa nenhuma. (...).</p> <p>Quer saber porque é que, apesar de o Protali só ter três anos (...), a costa alentejana não foi destruída antes disso? Porque não houve projectos para aprovar em número suficiente. Porque onde eles existiram – do Vale da Telha à Aldeia do Meco, passando pelo agroturismo do sr. Thierry Roussel, por Porto Covo ou Vila Nova de Mil Fontes – tudo o que havia de horrível para aprovar mereceu a aprovação das autarquias. E o que lhe dói é que agora – que o Algarve já rebenta pelas costuras e os promotores imobiliários se deslocaram para a costa alentejana – é que lhes aparece o Protali a liquidar os amanhãs que cantavam. (...). Sim, eu sou um dos 'abutres' de que o senhor fala, que cometeram o crime de reconstruir montes abandonados no Alentejo. Com o produto de anos de trabalho, comprei um terreno de dois hectares abandonado e uma casa em ruínas. Nele construí uma casa e dei utilidade ao terreno. Dei dinheiro a ganhar à indústria e ao comércio local e empreguei trabalhadores da terra. (...)."</p>
3/7/96 Pág. 12	Cartas ao Director	Miguel Ramalho	<p><i> Ainda o Alentejo</i></p>	<p>"(...). Foi graças à criação da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano, agora reforçada pelo Protali, apesar dos seus defeitos e deficiências, que a construção de</p>

				um número infinito de projectos de aldeamentos e hotéis, representando cerca de 50 mil camas (?) não foi avante. Na elaboração dos regulamentos da APP Costa Alentejana, do Parque Natural que lhe sucedeu e do Protali, as autarquias foram ouvidas e participaram activamente na elaboração daqueles documentos, embora posteriormente alguns autarcas tenham mudado de opinião 'para eleitor ver'. (...)".
4/7/96 Pág. 48	Local	José Carlos Guinote, eng. Vereador pelo PS na CM Sines	<i>A 'guerra santa' contra o Protali</i>	<p>"Os autarcas comunistas do litoral alentejano partiram recentemente em cruzada contra o Protali. Trata-se da segunda fase de uma 'velha luta' pela revogação do referido diploma. Nesta tarefa, os autarcas comunistas contaram desde o primeiro instante com a 'solidariedade militante' dos promotores imobiliários.</p> <p>A julgar pelas sucessivas declarações a órgãos de comunicação social, o Governo irá proximamente reavaliar o Protali (...). Se assim for, o Governo faz mal e comete o clássico erro de tomar a parte pelo todo.</p> <p>Com efeito, existem no litoral alentejano outros autarcas que não só os comunistas e, em particular, existem autarcas, como os eleitos pelo partido do Governo, que sempre denunciaram a vandalização do litoral alentejano, iniciada no final dos anos 80 e promovida pela associação contranatura entre os especuladores e os comunistas.</p> <p>(...)</p> <p>Reivindicar a revogação pura e simples de um documento com estas preocupações e simultaneamente, assumirem-se como 'defensores de um ordenamento do território bem delineado e para ser cumprido com rigor' é uma 'grande realização' que deve ser creditada, por inteiro, aos autarcas do litoral alentejano. Argumentar com as ingerências do Governo na esfera de actuação das autarquias e classificar a promulgação do Protali como uma 'usurpação do poder autárquico' é uma fraude. (...)".</p>
5/7/96 Pág. 14	Sociedade	Joana Amado e Ana Fernandes	<i>Ambientalistas criticam acordo entre secretário de Estado e Caçadores Armistício na caça</i>	<p>"Uns cederam mais do que outros. Os caçadores do regime livre terão ficado a ganhar: têm mais um dia para a caça. Ganharam também os proprietários, que não querem ver as suas terras integradas em reservas de caça. (...).</p> <p>(...)</p> <p>(...) José Manuel Alho, dirigente da Quercus (...) revoltou-se contra a decisão: 'Na prática, andámos para trás porque estamos a dar a mão para que se destrua ainda mais a nossa fauna, pois quem vai ganhar com este dia extra são os caçadores do regime geral, que são pessoas geralmente sem formação e que não têm que se sujeitar a regras'.</p> <p>Nesta guerra, perdeu a conservação e perderam as espécies porque os caçadores do regime livre, que não se submetem ao ordenamento cinegético, vão ter liberdade para matar até á última perdiz', acrescenta Luís Marques. 'Vão dar cabo de tudo, porque neste país, onde não se cumpre lei nenhuma, o risco de que aumente a libertinagem é enorme', considera Eugénio Sequeira, presidente da Liga para a Protecção da Natureza. 'Não se justifica que, para criar paz social entre os caçadores, se comprometa a conservação da natureza', acusa José Alho. (...)".</p>
5/7/96 Pág. 50	Local	Carlos Dias	<i>Manuel Monteiro no Alentejo Agricultores defendem cultura</i>	<p>"(...) A opinião generalizada dos presentes (no debate com o líder do PP Manuel Monteiro) – cerca de três dezenas de médios e grandes proprietários – é de que a região Sul não é viável sem os cereais.</p>

			<i>de cereais</i>	<p>As características climáticas do Alentejo, com geadas que vão até Maio, seguidas de ventos de levante e temperaturas altas, não permitem outro tipo de agricultura, disseram. Segundo os mais cépticos, nem a barragem do Alqueva será suficiente para inverter esta realidade.</p> <p>(...)</p> <p>São ainda as culturas arvenses que suportam a criação de ovelhas e vacas, a chamada pecuária extensiva. 'Mesmo nas zonas mais fracas é necessária a cultura de uma folha de cereais, por causa do pasto do ano seguinte', referiu Quadros e Costa, presidente da Associação de Agricultores do Baixo Alentejo. Daí a conclusão de que o Alentejo não é economicamente viável sem cereais, apesar de a produção portuguesa ser muito baixa, comparativamente com outros países comunitários. 'Os nossos parceiros estão a envenenar os terrenos. Fazem tratamentos fitosanitários e usam nitratos em excesso', acusou um técnico presente no encontro onde foi salientado que, por isso mesmo, 'a qualidade dos cereais portugueses é superior'. (...)."</p>
11/7/96 Pág. 14	Cartas ao Director	Alberto Melo (presidente da Associação In Loco)	<i>A caça contra o desenvolvimento rural</i>	<p>"Todo o território rural tem a sua fauna selvagem (...) ... Essa fauna faz parte do sistema biológico local e deve incluir-se igualmente entre os recursos a valorizar por qualquer plano de desenvolvimento local que vise a fixação e a prosperidade das populações rurais.</p> <p>Essa fauna não pode ser considerada como 'res nullius', coisa de ninguém. Pois é alimentada diariamente com aquilo que os agricultores e silvicultores locais anualmente produzem. Será que há perdizes ou coelhos nos vastos eucaliptais?</p> <p>Um direito indiscriminado à caça livre não é mais que o prolongamento anacrónico do privilégio feudal dos barões e outros vilões (gentes das vilas) espezinhareem as terras e os interesses básicos dos camponeses.</p> <p>Destruir de forma desregulamentada a fauna de uma área rural é atentar contra os direitos legítimos dos residentes e obstruir seriamente as vias de desenvolvimento a nível local. Por exemplo, a destruição sistemática das perdizes leva à multiplicação vertiginosa dos insectos predadores das colmeias, e poderá assim conduzir à extinção da apicultura, base importante de certas economias em meio rural, e como promover o turismo da natureza, através de passeios pedestres ou equestres, quando os participantes se arriscam - três dias por semana - a ser confundidos com espécies cinegéticas?</p> <p>(...) Além disso, a existir um direito de vida e de morte sobre a fauna selvagem, esse direito deve pertencer exclusivamente à população residente na freguesia. Com base na sua fauna local (como deverá ser o caso igualmente da sua flora selvagem - cogumelos, bagas silvestres, etc.) será possível criar novas actividades económicas - indústrias de transformação (pratos cozinhados e conservados, gastronomia local, 'patês', 'confits', enchidos, etc.) ou serviços (safaris fotográficos, postos de observação das aves e de outra fauna, etc.) que serão outros tantos alicerces de sustentação de estratégias de desenvolvimento rural, localmente decididas e assumidas, tendentes a assegurar um futuro viável a essas comunidades e territórios (...)."</p>
	Local	Carlos Dias	<i>Cláudio Torres, director do Parque</i>	"A ministra do Ambiente (...) deu posse à comissão directiva do conselho consultivo do Parque Natural do Vale

			<p><i>natural do Guadiana</i> <i>'Não é mais um job'</i></p>	<p>do Guadiana, criado em 1995. O presidente do parque é o arqueólogo Cláudio Torres (...). Para o novo director (...) 'do ponto de vista pessoal', as suas novas funções 'não são um emprego, não é mais um job'. E descreveu de seguida parte percurso da sua vida: foi operário numa fábrica de cerâmica em Aveiro desde os 17 anos, operador de electroencefalografia em Paris, técnico de urbanismo em Rabat. O fundamental para si, disse, é continuar o que está a ser realizado no Campo de arqueologia de Mértola, de que é responsável há 20 anos (...). (...) Na ocasião, a ministra definiu as linhas programáticas do seu exercício governativo e que contrariam 'frontalmente a concepção de desenvolvimento que prevaleceu na década de 60. Dai que a criação do novo Parque Natural do Vale do Guadiana seja mais uma decisão de combate 'à lógica imediatista do consumismo e à estratégia do crescimento desorganizado, desbragado e descontrolado', de que são exemplo dramático as zonas do litoral. 'As cidades transformaram-se em locais onde as pessoas não conseguem viver, porque não têm espaços livres e não podem fugir das filas de trânsito'. (...). A estratégia seguida pelo Ministério do Ambiente tem sido, segundo Elisa Ferreira, transformar a fronteira com Espanha numa fronteira verde. Para alcançar esse objectivo 'é preciso contar com pessoas como Cláudio Torres, para que seja potenciada a simbiose entre cultura e ambiente', disse a ministra. 'Vivemos um momento de curiosa convergência entre a arqueologia e o mundo do ambiente', considerou, por seu lado, o empossado. E explicou: 'A arqueologia medieval fez-nos mergulhar quase no mundo camponês actual'. Há fenómenos de continuidade nas pesquisas de Cláudio Torres: 'Observam-se as mesmas casas, os mesmos hábitos, o mesmo mundo alimentar, elementos novos que nos obrigam a consultar a etnoarqueologia e a olhar à volta para saber como é que se comia, como se bebia, como se cultivava, como se armazenavam os produtos da terra há 500 ou 800 anos. (...)'.</p>
18/7/96 Pág. 49	Local		<p><i>Guadiana Mértola sem água potável desde Junho</i></p>	<p>"Devido à poluição do rio Guadiana, está interdito no concelho de Mértola, desde o início de Junho, o consumo de água e de peixe. (...). As causas da poluição não foram detectadas (...). Mas existem suspeitas de que tenham ocorrido descargas de uma fábrica de papel ou de algum matadouro. (...). (...) Os solos do concelho sofrem com a falta de água. O estado de desertificação - também resultado da agricultura intensiva - é tal que os projectos de reflorestação só poderão dar frutos dentro de um século e meio. A seca é um problema que se arrasta há vários anos."</p>
19/7/96 Pág. 40	Economia	Manuel Carvalho	<p><i>Programa de Desenvolvimento Florestal não cumpre objectivos Verbas para a floresta em risco</i></p>	<p>"O programa de Desenvolvimento (PDF) vai entrar no seu terceiro ano de execução sem gastar as verbas orçamentadas. As causas do fracasso são a burocracia e as alterações institucionais. O efeito pode ser o regresso a Bruxelas de parte das verbas que não são investidas. (...). (...)"</p>
21/7/96 Pág. 42	Economia	Manuel Carvalho	<p><i>"Política Florestal Nacional aprovada</i></p>	<p>"(...) Num sector espartilhado pela intervenção de vários</p>

			<p><i>por unanimidade A lei chegou à floresta</i></p>	<p>ministérios (oito na anterior orgânica do Governo), em que conceitos de utilidade pública chocam com frequência com interesses económicos privados, a aprovação da lei de bases significa um ponto de viragem para o sector. Principalmente porque todas as regiões do país ficam sujeitas a planos de ordenamento e as grandes explorações terão de se submeter a planos de gestão aprovados pela autoridade florestal nacional, actualmente a Direcção-Geral das Florestas (DGF).</p> <p>(...)</p> <p>O ministro Gomes da Silva é claramente o principal mentor da lei. (...) mas à margem da aposta estratégica que definiu para o sector – considerando-o um dos pilares do futuro do mundo rural português –, são visíveis algumas das suas ideias no articulado do diploma. O cuidado com o montado de azinho e sobre é claramente da sua autoria.</p> <p>(...)”.</p>
<p>21/7/96 Pág. 43</p>	<p>Economia</p>	<p>MC</p>	<p><i>As bases de uma nova política</i></p>	<p>“A floresta é ‘reconhecida como um recurso natural renovável’ e o seu uso e gestão devem ser enquadrados nas ‘políticas e prioridades de desenvolvimento nacionais’. Todos os sistemas florestais devem ser geridos de ‘modo sustentável’ cabendo aos detentores das áreas florestais ‘a responsabilidade pela execução de práticas de silvicultura e gestão’. Ou seja o absentismo é condenado em nome do ‘interesse público, sem prejuízo do regime jurídico da propriedade’.</p> <p>(...)</p> <p>A política florestal nacional ficará submetida a sete princípios orientadores: o sector perseguirá os objectivos da ‘produção’ de matérias-primas, da ‘conservação’ dos recursos naturais, da ‘concertação estratégica’ entre os vários agentes da fileira, da ‘responsabilização social’ de todos os cidadãos na defesa do interesse público da floresta, da ‘intervenção e mediação’ da autoridade florestal nacional entre os diversos interesses do sector, da ‘criação de conhecimento’ sobre a importância da floresta e da ‘cooperação internacional’.</p> <p>(...)</p> <p>São nove os objectivos da política florestal. Dividem-se entre as necessidades de garantir a partilha do bem público que é a floresta e a prossecução de estratégias económicas que visam ‘assegurar a melhoria do rendimento global dos agricultores, produtores e utilizadores de sistemas florestais’.</p> <p>(...)</p> <p>O Estado será responsável pela definição de ‘acções adequadas à protecção de bióticos e abióticos’. Para esse efeito, os montados de azinho serão alvo de ‘um plano específico de conservação da natureza e desenvolvimento’.</p> <p>(...)</p> <p>O Estado é incumbido de criar um ‘fundo financeiro permanente’ para, entre outras acções, ‘financiar projectos de rearboreção de áreas afectadas por incêndios’, ressarcir os proprietários de ‘ecossistemas sensíveis pelos prejuízos que advenham das restrições impostas pela necessidade da sua conservação’ e promover a constituição de ‘um sistema bonificado de crédito florestal’. Como complemento de fundo financeiro, a lei prevê a criação de incentivos fiscais para fomentar o associativismo. o</p>

				emparcelamento e as 'acções tendentes a evitar o fraccionamento da propriedade'. (...)"
22/7/96 Pág. 12	Espaço Público	João Soares Engenheiro (agrónomo ex-director-geral das florestas)	<i>O Natura 2000 e a 'ameaça' ambiental</i>	<p>"Está em discussão pública – pelo escasso tempo de um mês e em plena época de férias ... - a Lista Nacional de Sítios' a incluir na Directiva Habitats da União Europeia, designada por Natura 2000.</p> <p>Mas será realmente uma discussão pública a mera publicação pelo ICN de um desdobrável onde se anuncia uma lista de 28 moradas (...) onde, na realidade e na esmagadora maioria dos casos, não se encontra para consulta a proposta técnica em discussão? (...)</p> <p>Mas será realmente a sério, num país que não consegue proporcionar ainda uma base mínima de sobrevivência a muitos dos seus cidadãos e num país que opta, por razões sociais e humanitárias, pelo rendimento mínimo garantido (...) que nele seja posta em pseudodiscussão pública uma proposta de constituição de mais de 25 por cento do território nacional em Zonas Especiais de Conservação onde será fortemente condicionado por eco-funcionários o direito de propriedade e o direito de iniciativa? E será realmente a sério que a todos os proprietários e agentes económicos afectados se acene com uma 'compensação justa oriunda de Bruxelas'?</p> <p>Que decisão é esta de caminharmos deliberadamente para uma política ecologicamente luxuosa (sem paralelo em nenhum outro país do mundo), para a qual não temos infelizmente posses, deixando o país, os cidadãos e os agentes económicos na vaga esperança agradecida de uma esmola comunitária para nos ajudar a preservar 'sítios de importância comunitária' (sic) definidos numa base dileitante de 'investigadores' e de eco-funcionários desejosos de aumentar o seu poder discricionário de emitir 'licenças' e 'pareceres vinculativos', de que a nossa legislação já se encontra superpovoada?</p> <p>Julgamos que algo de grave se continua a passar em matéria de ambiente e sociedade, num momento em que se firmam protocolos mediáticos entre o Ministério do Ambiente e o Ministério da Educação para que seja ministrada à população escolar uma 'educação ambiental'. (...)</p> <p>Hoje, perante o aumento explosivo da população mundial (...) a Humanidade vê-se confrontada com uma nova revolução demográfica, a que parece responder, de novo, uma franja 'intelectual rebelde' com uma ideologia simpática, generosa, universalista: o ecologismo. (...)</p> <p>Mas é desta vez a primeira vez que os 'educadores' de vanguarda vão doutrinar os nossos filhos nas nossas escolas sem que eles ou nós, tenhamos a oportunidade de dizer publicamente que o mundo não se limita à realidade virtual de um maniqueísmo perverso que insiste em dividir-nos em bons e em maus, pretos e brancos, marxistas e capitalistas, pacifistas e belicistas, ecologistas e outros. (...).</p> <p>Esperamos que a democracia não caia na ratoeira de fomentar entre si as sementes da intolerância 'protegendo' com eco-funcionamento e eco-directivas, no caso português mais de 25 por cento do território nacional contra o</p>

				desenvolvimento e contra a ciência. esses sim elementos decisivos na luta contra a miséria, a ignorância e a doença. A natureza e o ambiente têm de ser 'tão só', elementos presentes e ponderados nas políticas sectorais do país, como o são os direitos humanos e o bom senso, sem que para tal tenham de criar ministérios dos Direitos Humanos e do Bom Senso, e sem que para tal seja necessário assinar protocolos mediáticos com o Ministério da Educação, que assim abriria as suas portas a educadores-comissários-lavadores de cérebros de origem, formação e objectivos duvidosos. (...)”.
23/7/96 Pág. 35	Economia	Manuel Carvalho	<i>Estatísticas do INE provam lenta recuperação do sector A agricultura depois da crise</i>	<p>“Os duros anos de 1992 e 1993 são já um caso de má memória para os agricultores portugueses. (...) a produção estabilizou, os subsídios aumentaram, os juros caíram e, como consequência, os rendimentos conheceram ligeiras subidas. (...) O estudo exaustivo do INE permite, ainda, constatar as profundas alterações que a integração europeia trouxe à agricultura e ao mundo rural português. Entre 1990 e 1993 desapareceram do mapa agrário 107 mil explorações, embora a superfície agrícola utilizada (SAU) tenha diminuído apenas 56 mil hectares. Como consequência do êxodo rural desses anos (a população agrícola passou de 700 mil activos em 1981 para 418 mil dez anos depois), sobrou um efeito positivo para a agricultura, já que a dimensão média das explorações cresceu de 6,7 hectares para 8,1 (a média da UE ronda os 16 hectares). (...) a área ocupada pelos cereais regrediu, passando dos 862 mil hectares em 1989 para 683 em 1993, enquanto a superfície em pousio aumentou 100 mil hectares, em boa parte resultado das reformas de 1992. As áreas afectadas às culturas permanentes de frutos frescos conheceram um ligeiro crescimento, mas as ajudas europeias para o arranque da vinha produziram ligeiros decréscimos na área ocupada. (...)”</p>
24/7/96 Pág. 17	Sociedade	AF	<i>Ambiente Rede Natura 2000 pouco participada</i>	<p>“Abrange quase um quarto do país e 212 municípios. A proposta da lista nacional de sítios que integrará a Rede Natura 2000 (...) ainda só foi criticada por 40 autarquias e quatro organismos públicos. O ICN fez o balanço deste mês e meio de consulta à opinião pública, salientando o facto de 13 câmaras que participaram terem pedido a inclusão de novos sítios ou o alargamento dos já propostos. Obedecendo à directiva comunitária habitats, Portugal elaborou, com o apoio das universidades, uma lista de 69 sítios que englobam algumas das espécies de fauna e flora e habitats definidos pela UE como ameaçados. (...) A extensão da lista, que abrange uma parte importante do território nacional e que tem sido alvo de críticas, é vista, pelos técnicos do ICN como positiva: ‘A UE tem que sentir a importância de Portugal do ponto de vista da biodiversidade europeia. Porque é na nossa natureza que reside uma parte importante da nossa identidade nacional’, disse Teresa Anderson. Para a presidente do Instituto, a principal razão de tantos medos em relação ao ambiente em geral e à conservação da natureza em particular é ‘que há ainda muita falta de diálogo’ entre instituições. Porque muitos ainda não</p>

				perceberam que 'o ICN é a principal agência de desenvolvimento local do país'. (...)
25/7/96 Pág. 53	Local	ACF	<i>Rede Natura 2000 Agricultores de Moura contra proposta do ICN</i>	<p>"A Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos contesta as medidas de gestão propostas pelo ICN para uma área de 84 mil hectares da margem esquerda do Guadiana incluída na lista nacional de sítios para a Rede Natura 2000 (...). Num comunicado, os agricultores queixam-se de não terem sido consultados por aquele organismo e sustentam que a região será prejudicada pelas acções sugeridas pelo ICN.</p> <p>O sítio em causa – que congrega áreas dos concelhos de Moura, Barrancos e Mourão – constitui, segundo o ICN, 'uma área muito heterogénea do ponto de vista biofísico', com condições para a permanência de espécies como o lince ibérico, o morcego, a abetarda e o grou. Como medidas de gestão, defende-se a manutenção do sistema extensivo de produção cerealífera, um modelo de utilização múltipla do montado de azinho e a intervenção na regulamentação da actividade cinegética.</p> <p>Segundo a cooperativa, que representa quatro mil agricultores, manter o sistema extensivo cerealífero terá 'um efeito absolutamente devastador na região'. Os actuais sistemas, justifica-se não são extensivos, pois 'as rotações praticadas incluem-se entre as mais intensivas do Baixo Alentejo, existindo já casos de regadio', a nível dos trigos, forragens e girassol. Tais explorações são essenciais para a economia do concelho de Moura, assim como o cultivo de produtos hortícolas e de oliveiras em sistema de regadio, ambos prejudicados pelas propostas do ICN.</p> <p>Por outro lado, os solos ocupados por montados de azinho, pastagens espontâneas e matagais, de baixa qualidade do ponto de vista agrícola, estão submetidos, quase totalmente, ao regime cinegético especial, na forma de zonas de caça turística e de zonas de caça associativa, e representam 'uma importância de rendimento suplementar para os agricultores', diz o comunicado. Intervir na sua regulamentação, como pretende o ICN, 'sem o envolvimento quer dos produtores agrícolas, quer dos gestores das zonas de caça', será uma iniciativa condenada ao fracasso.</p> <p>Para a cooperativa, é inegociável qualquer proposta de classificação que não assente no diálogo entre o ICN e as estruturas representativas dos agricultores locais. (...)"</p>
27/7/96 Pág. 27	Sociedade	AF	<i>Ambientalistas com reservas a Natura 2000</i>	<p>"A Confederação das Associações de Defesa do Ambiente (CADA) criticou (...) a não inclusão da ribeira do Divor, serra do Portel e uma zona de montado do concelho de Évora na lista nacional dos locais propostos para integrar a Rede Natura 2000 no âmbito da directiva Habitats. Por outro lado, defenderam a proposta de classificação do rio Guadiana-Jeromenha 'como reforço da gestão deste importante vale fluvial a ser afectado pela construção da barragem Alqueva'.</p> <p>(...)</p> <p>(...). A grande batalha dos ecologistas continuará a ser o direito à não caça, isto é, o direito dos proprietários de impedirem a entrada de caçadores do regime livre nos seus terrenos.</p> <p>Tudo porque, 'a três anos do dobrar do milénio, a actividade cinegética continua a ser privilégio dos vilões, já que o direito do proprietário rural continua a não ser</p>

				consagrado: o de interditar a caça na sua propriedade', dizem os ambientalistas".
28/96 Pág. 53	Local	Carlos Dias	<i>Método de captura polui Barragem do Roxo Espanhóis apanham lagostins nas albufeiras do Alentejo</i>	“(…) A barragem do Roxo, destinada ao regadio, é sobretudo uma reserva de água para abastecimento público de Beja e Aljustrel. Por isso, o responsável pelos serviços de fiscalização da delegação de Beja da Direcção Regional do Ambiente, Luís Baltasar, alertou para o facto de o processo de captura dos lagostins utilizado pelos espanhóis levantar problemas. ‘Estão a descarregar, através do fígado de porco, na albufeira quantidades enormes de carga poluente que não é admissível para uma reserva de água destinada ao consumo humano’, afirma. Por outro lado, as enormes quantidades de fígado – cerca de 40 mil quilos para as caixas já lançadas – acondicionada em sacos plásticos espalha um cheiro nauseabundo. (…)”.
29/796 Pág. 46	Local	Carlos Dias	<i>O Drama dos suicídios, concelho de Odemira 'Olha, matou-se!'</i>	“Sabóia é uma aldeia situada no interior do concelho de Odemira que não se orgulha de ter uma das médias mais altas (senão a mais alta) de suicídios a nível mundial. Há muitos anos que o abandono dos idosos, o desemprego e a solidão conduzem o desespero à pernada do chaparro mais próximo ou à ‘poção mágica’ do 605 forte. Percorrer o interior de Odemira é notar o silêncio que conosco caminha durante quilómetros e mais quilómetros entre cerros e barrancos desprovidos de vida comunitária, vislumbrando-se apenas, entre estevas e erva alta, a ruína dos montes abandonados ou as carcaças das máquinas agrícolas corroídas pela ferrugem. Terras que o arado não percorre há muitos anos. De quando em vez, surge na beira do caminho um velho dobrado sobre o seu cajado, ou um pastor que resistiu à vontade de partir, arrastando os pés atrás das ovelhas. O concelho de Odemira tem 1720 quilómetros quadrados, em grande parte invadidos pela desertificação humana. (...). (...) (...). É uma aldeia movimentada, ‘com muita vida’, assim a define o coveiro, Silvério Parreira, que há 18 anos sepulta os suicidas da terra e de outras em redor. Os motivos para tanto desvario, encontra-os nas consequências que derivam da seca prolongada e na falta de trabalho que ‘deixou muita gente na miséria’. (...) Em Sabóia não são só os idosos que são vítimas do esquecimento. Os mais jovens começam a conhecer bem cedo os efeitos mais nefastos da interioridade. (....)”.
31/7/96 Pág. 42	Local	Idálio Revez	<i>O calvário do Monte das Cruzes, em Almodôvar Pobreza envergonhada</i>	“(…) Beja é um dos distritos onde existe pobreza, embora nem sempre, por vergonha, seja assumida. Monte das Cruzes é um desses locais onde ainda há gente que resiste à desertificação humana, mas não será por muitos anos. O menos velho dos três únicos habitantes do monte conta com 66 anos, está doente e não tem sequer forças para ir buscar um balde de água à fonte. A Segurança Social recusou-lhe a pensão social, porque enquanto trabalhador agrícola durante toda a vida, não efectuou os descontos. (...) Apesar do seu débil estado de Saúde, José Guerreiro

				Cândido tem uma casa caiada e arrumada, e não é para turista ver – até porque só ali aparece alguém de fora se estiver perdido na serra. (...).”
7/8/96 Pág. 14	Sociedade	Joana Amado	<i>CAP e representantes do regime especial criticam regime geral Caçadores defendem direito à 'não caça'</i>	“(…) Pegando numa posição até agora defendida exclusivamente por ambientalistas, os representantes da caça associativa e turística, juntamente com a CAP referiram (...) que ‘é indispensável para se salvaguardar o direito à propriedade e, conseqüentemente o direito que o proprietário da terra deve ter de permitir, ou não, a exploração da caça nos terrenos que são os seus’. (...) Mas enquanto o direito à não caça não for regulamentado, a CAP aconselha os proprietários e agricultores que não desejarem ver as suas terras ‘invadidas’ por caçadores do regime livre, a integrarem-se no regime cinegético especial. José Ruano, vice-presidente da CAP, leu uma declaração conjunta onde as organizações presentes afirmavam que ‘farão todos os esforços para que o Governo reveja a sua posição, criando mecanismos eficazes para que mais caçadores, mais agricultores e mais proprietários rurais se envolvam no processo de ordenamento cinegético do país, permitindo o crescimento da caça ordenada, única defensável para o nosso país’. (...).”
11/8/96 Pág. 18	Sociedade	António Melo	<i>Em Pereiras Gare ... Onde só a natureza se renova</i>	“Pereiras Gare, aldeia no interior do vasto concelho de Odemira, foi notícia há um ano. Depois de uma seca de 36 meses, praticamente todas as nascentes se extinguíram. O desespero lia-se nos rostos. Para sobreviver, recorreram à solidariedade. O município disponibilizou um aguadeiro. Todos os dias, puxando um tractor, (...) lá ia ele (...) compensar o egoísmo da natureza. Este ano, o Inverno e a Primavera foram fartos em chuvas. E a natureza regenerou-se. A folhagem recobriu as árvores ressequidas. O verde das hortas e milharais pontua a paisagem castanha do Alentejo. Não é preciso aguadeiro, as nascentes estão cheias. Mas a aldeia permanece sem água. (...) e parece afogada na descrença. (...)”
11/8/96 Pág. 19	Sociedade	António Melo	<i>Para acabar de vez com as barragens</i>	“(…) A descrença dos pereirenses em ver melhorias no futuro, mesmo quando estão ao alcance da sua vista traz alguma perplexidade. Há um ano compreendia-se a angústia em Pereiras Gare e a raiva ansiosa com que abordavam o forasteiro propondo-lhe por tuta e meia a compra de montes abandonados. Um ano depois, com a água a alterar a paisagem triste, o jornalista lançou, irónico a pergunta: então e os montes ainda estão à venda pelo mesmo preço? (...) a resposta, este ano, veio com a mesma frontalidade, mas escondida numa mágoa contra si e os conterrâneos: ‘Só dizem que não vendem porque não há quem lhes ofereça metade do que pedem’. No entanto, há quem venha da desenvolvida Alemanha para estas paragens e aqui se instale com mulher e filhos pequenos, na convicção de que ‘este é um sítio onde se pode viver’. Com as suas gentes, descrentes e crentes, Pereiras Gare, é

				um pedacinho paradigmático de um país perplexo face a um eldorado em que, no fundo, não crê”.
14/8/96 Pág. 33	Economia	Leonardo Ralha	<i>Agricultores exigem congelamento da Rede Natura 200 'Megalomania' ambientalista</i>	<p>“Os limites à actividade agrícola previstos no plano Rede Natura 200 estão a enervar os agricultores. Estes queixam-se de que será afectado um quarto do território do Continente e exigem que o Governo ‘congele’ a directiva europeia. (...)</p> <p>‘Pelo que eu estou a ver, limpam-me o concelho todo!’, esta foi a reacção mais ou menos espontânea de um agricultor ao deparar-se-lhe um mapa onde estavam marcadas todas as áreas que fazem parte de uma proposta preliminar do ICN, colocando limites à actividade agrícola em cerca de dois milhões de hectares.</p> <p>A cena teve lugar ontem numa reunião de várias organizações na sede da CAP. O objectivo era debater as propostas do ICN – um organismo tutelado pelo Ministério do Ambiente, várias vezes acusado pela megalomania na sua política de solos – mas acabou por se aprovar um documento em que é exigido que o executivo de António Guterres siga o exemplo francês de Alain Juppé e ‘congele’ a directiva europeia Habitats. (...).</p> <p>Aprovada em 1992 – durante a presidência portuguesa da (então) Comunidade Económica Europeia – e destinada a favorecer a manutenção da biodiversidade, a directiva levou, este ano, à discussão pública dos sítios que um proprietário agrícola de Serpa disse não passar de ‘uma segunda reforma agrária’. Vamos ter que voltar a defender as nossas terras a tiro, como há vinte anos’, admite o agricultor. Entre as áreas abrangidas na proposta preliminar – e que, somadas aos actuais parques nacionais, representam perto de um terço do território nacional – está praticamente toda a fronteira com a Galiza, a zona sul do distrito de Setúbal e muitas parcelas do Alentejo.</p> <p>Os agricultores queixam-se de que o processo de elaboração da Lista está a ser envolto ‘num ambiente de secretismo, falta de transparência e discricionaridade’, quando ‘exige uma estreita colaboração com as populações rurais, por forma a evitar que interesses económicos e sociais venham abusiva e desnecessariamente a ser postos em causa’.</p> <p>Até agora, o executivo ainda não fez qualquer referência concreta às compensações a atribuir às populações rurais abrangidas ou à filosofia de gestão desses espaços – ‘não será quase criminoso entregar um quarto do território nacional a um organismo que deixa arder os parques nacionais’, inquiriu José Manuel Juan, vice-presidente da CAP (...).</p> <p>Outra das queixas tem a ver com a forma como os agricultores foram ignorados pelo ICN – que recorreu a universidades e institutos de investigação para verificar a existência de espécies a proteger. A discussão pública (em que também participaram autarcas) teve início em Junho passado e devia acabar no mês seguinte. O prazo tem sido adiado, mas a CAP e outras organizações só começaram a ser auscultadas a 7 de Agosto passado (...).”</p>
30/8/96 Pág. 45	Local	Carlos Dias	<i>Alvito Pecuária extensiva afecta azinheiras</i>	<p>“(…) Uma extensa mancha florestal está ser afectada pela pecuária extensiva ao longo da estrada que liga a aldeia de Alfundão a Alvito. São cerca de cinco hectares de montado de sobre e de azinho a dar guarida a milhares de cabeças de</p>

				<p>gado bovino, em aparcamentos licenciados pelo Ministério da Agricultura. 'O gado está ali em malhadas, quando o licenciamento prevê a exploração em intensivo', (confuso) afirma o presidente da Câmara de Alvito, Lopes Guerreiro. (...)</p> <p>Os dejectos sólidos e líquidos do gado aumentam a concentração de nitratos no solo, contribuindo para a morte das árvores. Por outro lado, a presença de muitos animais por tempo demasiado longo no mesmo local coloca a descoberto a estrutura radicular das árvores.</p> <p>Todos estes factores associados têm vindo a conduzir, ao longo dos últimos anos, ao progressivo desaparecimento de importantes montados de azinho, alguns deles com mais de cem anos de existência.</p> <p>'É notório o problema que ali existe', diz António Borges, da delegação de Beja da Direcção-geral das Florestas. (...). Admiro-me que o (Ministério do) Ambiente não tenha levantado problemas com a situação que ali se observa. Os dejectos sólidos e líquidos produzidos pelo gado matam o arvoredo', afirma.</p> <p>(...)</p> <p>A organização ambientalista Quercus divulgou ontem um comunicado, assegurando que 'pelo menos um milhar de árvores se encontra afectado e que muitas outras já estão secas'. (...).</p> <p>A empresa (...) que explora a pecuária extensiva em 3500 hectares (...) admite a destruição do arvoredo de azinho, mas atribui a situação à degradação da generalidade dos montados que se observa no Alentejo. Para a empresa, o montado tem sofrido um forte decréscimo nas últimas décadas devido sobretudo às práticas culturais dos cereais, 'nomeadamente com a utilização das charruas de formão que danificam as raízes e também com o arranque indiscriminado de árvores para aumento da área disponível e facilitar a colheita', segundo um documento assinado pelo engenheiro Jorge Freitas, em nome da (empresa) que considera que também a seca contribuiu para a degradação do montado nos últimos anos. (...)"</p>
<p>1/9/96 Pág. 42</p>	<p>local</p>	<p>Carlos Dias</p>	<p><i>Regadio no distrito de Beja Perímetros de rega estão obsoletos e degradados</i></p>	<p>"(...)</p> <p>A instalação dos perímetros de rega, há cerca de 30 anos, durante a primeira fase do Plano de Rega do Alentejo, atenuou nalgumas zonas de solos férteis das bacias do Sado e Mira os efeitos negativos das irregularidades do climáticas (amplitudes térmicas extremas, precipitação excessiva num curto período e níveis elevados de evaporação) que condicionavam a actividade agrícola.</p> <p>O recurso ao regadio, tendo em conta a má drenagem da maior parte dos solos alentejanos e a incerteza das chuvas em Março e Abril, facultou o acesso de milhares de pequenos agricultores e seareiros às sementeiras de Outono/Inverno, quando a chuva tardava, ou substituindo-as por culturas de Primavera/Verão, quando havia abundância de pluviosidade no Inverno. (...).</p> <p>No entanto, e de forma progressiva, em quase todos os perímetros de rega se foi desvirtuando ao longo dos anos a finalidade que tinha presidido à sua instalação. Desde a aposta maciça, nos anos 70, na cultura de arroz, milho e tomate, até, nos últimos três anos, à cultura do girassol, esta a que mais sucesso registou, devido à política de subsídios, eufemisticamente designada 'girocídio'.</p>

				<p>A partir de 1985, instala-se a crise na indústria de concentrado de tomate – até então a viver de exportações para a União Soviética -, que provocou o encerramento de unidades fabris bem dimensionadas para as horto-indústrias. Mais de 80 por cento da capacidade de transformação existente na bacia do Sado ficou afectada e ainda subsiste. A crise é agravada nos anos seguintes pela seca, que provocou uma redução drástica na quota do tomate, considerada desde sempre a melhor cultura, pelo elevado número de mão-de-obra que exigia e por ter sempre o escoamento garantido devido à sua qualidade.</p> <p>As associações de regantes, dado o progressivo subaproveitamento dos perímetros por escassez de água, nunca tiveram condições para proceder à sua reformulação ou sequer à manutenção das estruturas existentes. (...).</p> <p>Obsoletos e degradados, os perímetros de rega concebidos há duas ou três décadas (...) era um modelo que impunha valores bastante elevados de líquido desperdiçado e muita mão-de-obra barata. (...).</p> <p>A água hoje é tida como um bem precioso que urge poupar e preservar. O director executivo do perímetro do Mira admite que dentro de quatro ou cinco anos a rede estará incapaz de funcionar, se a sua recuperação, que custa oito milhões de contos, não se fizer. (...).</p> <p>(...)"</p>
3/9/96 Pág. 40	Local	Carlos Dias	Envenenados ou atingidos a tiro, no Alentejo Matança de predadores não pára	<p>"No espaço de sete meses, a Quercus de Beja reconheceu no Alentejo para cima de 30 exemplares de diferentes predadores e outras espécies de animais protegidas ou em vias de extinção que apresentam sinais de ferimentos com balas ou envenenamentos.</p> <p>(...)</p> <p>A falta de fiscalização quanto ao controlo dos predadores nas zonas de caça associativa e turística faz com que os guardas das reservas de caça actuem imponentemente, deixando no terreno isco envenenado que vai matando flamingos, águias cobreiras, bufos reais, tartaranhões, cegonhas, lontras e até os cães dos pastores.</p> <p>Esta matança indiscriminada é completada pelos caçadores, que continuam a fazer questão de atirar sobre os predadores com o argumento de que estes atacam as espécies cinegéticas dos outros coutos de caça.</p> <p>Por seu turno, o roubo dos ovos continua a motivar muita gente e não são raras as situações em que animais acabam por definhar em capoeiras, sobretudo águias. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Apesar deste cenário desolador, as populações mesmo as mais isoladas vão tomando lentamente consciência da importância das aves para o equilíbrio do ecossistema. E um exemplo fomos colhê-lo numa pacata aldeia perdida no concelho de Almodôvar, Corte Zorrinho.</p> <p>(...)"</p>
12/9/96 Pág. 10	Sociedade	Ana Fernandes	Rede Natura 2000 A caça ao subsídio	<p>(...)</p> <p>Das 212 autarquias abrangidas pela Lista, responderam 91, além de diversas associações e instituições oficiais e outras entidades. As críticas mais violentas a esta lista surgiram, sobretudo, por parte dos agricultores e mais concretamente por parte da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP).</p> <p>Este organismo considera que a lista de sítios irá colocar</p>

				<p>'restrições inadmissíveis ao desenvolvimento da agricultura', além de ser megalómana porque abrange mais de um quarto do território continental'. A CAP acusou ainda o Governo de manter uma discussão pública em ambiente de secretismo e falta de transparência mas, ao ser convidada a fazer-se representar nas reuniões da proposta da lista, decidiu não comparecer.</p> <p>O secretário de Estado dos Recursos Naturais contrapôs na reunião de ontem que 'mais de 80 por cento dos sítios incluídos na lista coincidem com áreas já classificadas, ou com áreas protegidas, como REN ou RAN. Além disso, acrescentou, 'em muitos casos, a existência destes valores deve-se às actividades produtivas praticadas pelo homem pelo que é importante que os agricultores mantenham a sua actividade'.</p> <p>Quanto às notícias de que a CAP estaria a organizar uma enorme ofensiva para conseguir que o Governo fizesse o que fez o primeiro-ministro francês - que congelou a transposição para o direito nacional da Directiva Habitats -, Ricardo Magalhães respondeu da mesma forma com que a comissão europeia do Ambiente respondeu a Alain Juppé: 'a definição das medidas de gestão dos sítios é da responsabilidade de cada estado membro e não da comunidade e, em Portugal, estas medidas serão enquadradas no ordenamento jurídico já existente, como os Planos Directores Municipais ou Planos Regionais de Ordenamento do Território'.</p> <p>Mas por trás de muita desta polémica está a já tradicional caça ao subsídio. A defesa da atribuição de compensações às populações abrangidas esteve patente em muitas das intervenções das associações presentes na reunião. Apenas Armando Carvalho, da Quercus, se opôs a esta terminologia: 'Falemos em apoios porque já há fundos previstos em diversos programas comunitários mas que têm sido mal aplicados ou, mascarados com o rótulo ambiental, aplicados em zonas sem o menor interesse do ponto de vista da conservação da natureza'.</p> <p>'O importante seria canalizar para estas áreas os dinheiros destinados ao desenvolvimento regional já existentes', acrescentou. E Teresa Anderson, presidente do ICN lembrou que o Governo decidiu, há três meses, dar prioridade aos investimentos estatais e comunitários nas áreas protegidas (...) e aos projectos autárquicos por parte dos municípios inseridos em zonas classificadas: 'Temos é que levar esta decisão para o terreno'. (...)'</p>
<p>20/9/96 Pág. 49</p>	<p>Local</p>	<p>Luis Maneta</p>	<p><i>Mais de 3500 árvores arrancadas em herdade no Alandroal Abate de azinheiras em tribunal</i></p>	<p>"Um montado de azinho formado por mais de 3500 árvores foi arrancado na Herdade de Santa Luzia, concelho do Alentejo. Ambientalistas e serviços oficiais falam de 'crime ecológico'. A empresa responsável pela herdade diz que foi a única solução para escapar à falência.</p> <p>O abate ilegal (...) está a ser analisado pelo Tribunal Judicial do Redondo. O caso foi levado a tribunal pela Direcção Geral da Agricultura do Alentejo e poderá dar lugar a uma acusação de crime de dano contra a natureza, uma figura do código penal que prevê até três anos de prisão.</p> <p>(...). Um relatório pormenorizado sobre a ocorrência já foi elaborado, incluindo referências sobre os problemas de desertificação que atingem aquela zona do país. 'Trata-se de solos pobres, classificados como D e E, com pouca</p>

				<p>capacidade de uso e definidos como tendo baixa ou nula aptidão para a agricultura”, adianta Vítor Dordio (director regional da agricultura). ‘Isso demonstra estarmos na presença de um crime contra a natureza, já que as azinheiras eram o único entrave à erosão dos solos e ao avanço da desertificação’.</p> <p>(...)</p> <p>O proprietário da Salcor (empresa proprietária da herdade), Flaviano Cortes, afirma que o arranque das azinheiras foi a única solução para evitar a falência da exploração pecuária na herdade, a braços com problemas decorrentes da descida do valor comercial da carne bovina.</p> <p>Depois de se ter concluído não ser rentável prosseguir com a exploração pecuária, os rendeiros decidiram iniciar culturas de trigo triticale, atendendo à existência da possibilidade de transporte da água do Guadiana para a rega. ‘Não é possível fazer regadio com árvores’, argumenta Flaviano Cortes, para quem a empresa irá agora assumir as consequências definidas pela lei. ‘Pagamos a multa pelo arranque das azinheiras’, diz.</p> <p>O abate das árvores foi uma forma de assegurar os compromissos com empregadores e fornecedores, segundo Cortes. ‘A empresa teria aberto falência se esperássemos pela autorização para o arranque das azinheiras’, afirma. A legislação nesse domínio deve ser gerida por alguém que tem mais a noção do lirismo da vida do que da realidade de quem tem de cumprir obrigações económicas e sociais das empresas’, completa.</p> <p>(...)</p> <p>Segundo um especialista ouvido pelo Público, a legislação aplicável à destruição do montado de azinho (Decreto-Lei 14/77) prevê multas cujo valor é bastante baixo. Por exemplo, o abate de uma azinheira adulta, cuja lenha poderá render mais de quatro mil escudos, é penalizado com uma multa de 350 escudos.</p> <p>Esta opinião é partilhada por Carlos Cruz, da Liga de Protecção da Natureza. ‘A legislação existente é um convite a actos de puro vandalismo economicista’, afirma. (...).’</p>
<p>22/9/96 Pág. 52</p>	<p>local</p>	<p>Luis Maneta</p>	<p><i>Projecto de 2,5 milhões de contos Aldeia de artes e ofícios em Cabeço de Vide</i></p>	<p>“O núcleo histórico de Cabeço de Vide, concelho de Fronteira, vai ser dinamizado com a construção da futura Aldeia Academia das Artes e Ofícios Tradicionais (...), revelou Pedro Namora Lancha, presidente da Autarquia Local.</p> <p>O projecto visa criar ‘condições de desenvolvimento sustentado’, numa região marcada pela ausência de alternativas de emprego e por um significativo decréscimo populacional. (...).</p> <p>A ideia de avançar com a Aldeia Academia surgiu na sequência de diversos contactos entre o Município e do Programa de Artes e Ofícios Tradicionais, cujo antigo presidente, Carlos Medeiros, havia defendido, em Bruxelas, a construção de uma aldeia onde fosse possível concentrar alguns dos melhores artesãos da Europa. Foi então decidido seleccionar a parte antiga de Cabeço de Vide, cujas características se enquadram dentro de todas as condições idealizadas: uma zona histórica em acelerado processo de desertificação, embora não totalmente abandonada, por forma a permitir as ligações entre os artesãos e o meio envolvente.</p>

				<p>(...)</p> <p>(...)'Tratar-se-á de um lugar único no mundo, onde diferentes matérias-primas e diferentes técnicas de fabricar e construir objectos se irão encontrar, onde vão conviver cidadãos de culturas distintas, onde se afirmarão novos modos de produzir e de criar trabalho e riqueza', sublinha o autarca.</p> <p>(....) 'A Aldeia Academia pretende constituir um instrumento para a dignificação profissional e nobilitação social do artesão, bem como para a valorização do produto tradicional', acrescenta o autarca.</p> <p>(...). 'Tudo isto vai arrastar uma série de pequenas empresas de hotelaria, serviços e artesanato para apoiar todo o fluxo de gente que aqui virá', assegura Pedro Namorado Lancha.</p> <p>Sede de concelho até 1853, Cabeço de Vide, cujas termas sulfurosas são utilizadas desde o ano 119 antes de Cristo, foi uma das povoações mais importantes do interior do país, chegando a ter três cadeiras na corte. (...).</p> <p>Com a mecanização da agricultura, há trinta anos, a vila entrou em declínio e os movimentos migratórios (...) deixaram muito despovoada a zona histórica. (...)."</p>
25/9/96 Pág. 47	Local	Alberto Cardoso Franco	<i>A vida aventureira de um alentejano adoptivo Em Barrancos, à procura do Prestes João</i>	<p>"Jeremy Boultee, um canadiano de 60 anos, chegou a Barrancos numa véspera de Natal. Acompanhado de um amigo, como ele de respeitável barba e cabelo branco, entrou na sociedade recreativa, 'onde se cantava e bebia alegremente'. 'Todos se calaram, até que alguém exclamou: 'Olha o Pai Natal! E logo dois!'. Foi o início de uma bela amizade com a população da vila fronteiriça.</p> <p>Três anos depois de ter chegado, Jeremy (...) continua em Barrancos. Comprou uma casa, o 'Palheiro de Jeremias', como anuncia um azulejo à entrada, onde esculpe, desenha, faz poesia e investiga a vida de Pero da Covilhã, um viajante português do século XVI. (...).</p> <p>(...)</p> <p>O ambiente tranquilo de Barrancos presta-se aos estudos de Jeremy. 'Já conheço a região, por ter amigos alentejanos. Porém, antes de me instalar, o presidente da Câmara advertiu-me: 'Cuidado, aqui só porcos e pedras'. Mas não, há muito mais. Há sossego e uma população especial. Apenas a quatro horas de Lisboa'. (...)."</p>
26/9/96 Pág. 19	Sociedade	Raul Tavares	<i>Cinco quadros de desespero Trabalho sazonal O que aparece vai</i>	<p>"(...)</p> <p>Aos sete anos já ceifava arroz na Herdade das Carvalhas, uma propriedade latifundiária do Alentejo Litoral. Oriundo de uma família numerosa e pouco abastada, Adrelino do Nascimento, hoje com 48 anos e muitos calos nas mãos, não foi à escola. Não podia: 'Tiveram que me pôr a trabalhar. Não havia que comer e segui o mesmo caminho de outros miúdos da minha idade', conta agora, sem mais conversa.</p> <p>(...)</p> <p>E a vida de Adrelino é mesmo passada ao sabor do trabalho precário, muito precário. Deixa o tomate, vai para o desemprego. Apanha um 'biscate', outro e outro. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Entre um trabalho e outro, Adrelino do Nascimento aplica o seu tempo na pequena horta que mantém junto de sua casa, em Pego do Altar. (...).</p> <p>Sem a ajuda da mulher, doente, vai tratando do pedaço de terra com 'muito carinho', porque, adianta de pronto. 'dali</p>

				<p>sempre vêm umas hortaliças, umas batatas, feijão e até uns alhos’.</p> <p>Não é homem de muitos amigos e ‘quase nunca’ entra em festarolas. É o próprio que sintetiza, sem mais delongas, o seu quotidiano: ‘Casa, trabalho quando há e horta. É sempre assim. Vou levando a vida sem grandes frenesins!?. A família é o seu estado de alma. Os filhos não lhe dão grande dores de cabeça, porque Adrelino sabe que ‘são certinhos’.</p> <p>(...)</p> <p>Simple, muito afável, mas pouco comunicativo, não deixa de mostrar, mesmo à vista desarmada, um olhar tristonho. Pudera!. A vida de Adrelino não está para graças.’</p>
29/9/96 Pág. 54	Local	Alberto Cardoso Franco	<p><i>Contrariar a desertificação e promover o desenvolvimento na margem esquerda do Guadiana</i></p> <p><i>Um parque natural para Barrancos</i></p>	<p>“Depois de ter criado o Parque Natural do vale do Guadiana, agora a dar os primeiros passos, o ICN está a estudar uma nova zona de paisagem protegida nos concelhos de Mourão e Barrancos. A ideia, apoiada pelas câmaras da região, é investir nos recursos naturais para fixar a população e promover o desenvolvimento.</p> <p>Quatro municípios da margem esquerda (...) em colaboração com o ICN e agentes sócio-económicos e ambientalistas locais, estão a apostar na delimitação de áreas de paisagem protegida como uma das principais vias de desenvolvimento. Tal estratégia levou já à criação do Parque Natural do vale do Guadiana, que abrange os concelhos de Mértola e Serpa, em Outubro de 1995. A este pode juntar-se, num futuro próximo, o Parque Regional de Mourão-Barrancos, cujo projecto está a ser estudado pelo ICN.</p> <p>O investimento nos recursos naturais tenta compensar a falência da agricultura regional, responsável por elevados índices de desertificação e de desemprego. (...).</p> <p>Naquela vila (Mértola) uma rede de serviços ligada à cultura e ao turismo consegue manter alguns jovens, mas nas freguesias rurais a maioria da população é composta por camponeses envelhecidos, espalhados por pequenas aldeias serranas. A natureza, porém, mantém-se intacta, o que permitiu conservar vastas áreas de montados de sobre e de azinho e locais como as quedas de água do Pulo do Lobo ou a foz do rio Vascão, refúgio de espécies como a lontra, a cegonha-preta, a águia de Bonelli ou o tartaranhão.</p> <p>‘Além da conservação das espécies ameaçadas, os grandes objectivos são a fixação da população e o desenvolvimento’, diz o arqueólogo Cláudio Torres, presidente da comissão directiva do Parque do vale do Guadiana. ‘Não há protecção do ambiente natural sem defesa do ambiente humano, e, no caso desta região, do mundo camponês’, sublinha. O que passa pela criação de melhores condições de vida, que possam assentar na prática de uma agricultura ‘limpa’, voltada para a produção de alimentos com certificado de qualidade. Nos cerca de 70 mil hectares do parque, ‘é possível produzir bons produtos horto-frutícolas, assim como recuperar raças autóctones, como a vaca mertolenga e a ovelha campaniça, hoje em decadência’. Garantida a ‘rentabilidade deste tipo de agricultura e de outras actividades complementares, a população tem condições para se fixar’, frisa Cláudio Torres.</p> <p>Henrique Santos, presidente do ICN é cauteloso. ‘Em princípio, a criação de um parque fortalece a economia</p>

				<p>local e tem um efeito multiplicador do rendimento. Cria emprego directo – guias turísticos e guardas da natureza, por exemplo – e indirecto, mas os resultados são muito difíceis de quantificar. Entre 1988 e 1991, verifica-se que nas áreas de paisagem protegida há uma menor diminuição populacional. Segundo estudos feitos em algumas áreas, nota-se um pequeno aumento do peso do sector terciário em relação ao primário, o que significa que há mais emprego nesta área. Contudo, o fenómeno não é linear’, afirma.</p> <p>(...)</p> <p>Muitos dos projectos (para a zona parque) giram em torno do Guadiana. Há 15 anos, recorda Cláudio Torres, o mercado de Mértola vendia diariamente uma tonelada de peixe, extraída do Guadiana, e 30 famílias viviam da pesca. ‘Hoje, o rio está doente, vitimado pelos esgotos de cidades espanholas, de pocilgas, de lagares. Mas talvez a futura albufeira de Alqueva possa renovar as águas e deter a poluição’, assinala. (...).</p> <p>Perto de 70 por cento do território do parque está em situação de reserva de caça. A actividade cinegética é uma das maiores fontes de rendimento da região, movimentando anualmente milhares de contos. Como conciliar esta actividade com a protecção da avifauna? ‘Vai ser uma questão de resolução lenta’, prevê Cláudio Torres. ‘Penso que não haverá grandes problemas, visto que a defesa das espécies é vantajosa, pois favorece o repovoamento’.</p> <p>For a do parque ficam, por agora, as Minas de São Domingos, decisão ditada pelos problemas ambientais e jurídicos que aquela zona enfrenta. A exploração, durante décadas, de cobre inquinou águas e abriu profundos fossos nos solos. ‘Em certos locais’, observa Cláudio Torres, ‘é necessário fazer grandes trabalhos de despoluição das águas e reposição de solos, que só o poder central poderá custear.</p> <p>(solucionada a questão jurídica da posse das minas), ‘pode proceder-se à musealização daquele espaço (...) e à sua integração no parque’.</p> <p>(...)</p> <p>‘Cuidado com a bicheza que vão para cá trazer! Não queremos que nos comam o gado!’, alertava um dos mais idosos, atemorizado com a perspectiva da proliferação de espécies como os javalis. ‘Dizem que não vai ser possível alcatroar caminhos’, lançava outro. ‘Podemos fazer construções modernas?’, questionava um dos mais jovens.</p> <p>Cláudio Torres garantiu que não traria para ali lobos ou qualquer outra bicheza e enunciou os principais objectivos do parque: a protecção das espécies autóctones e o desenvolvimento local. (...). A certificação dos produtos agrícolas originários do parque, ‘garantia de uma maior rendibilidade’, é um dos principais objectivos de Cláudio Torres. De resto, ‘nada será feito contra a vontade da população’. ‘Prevê-se a melhoria das vias de comunicação e poderão ser construídos edifícios modernos, desde que aprovados pela câmara. (...)’.</p>
<p>1/10/96 Pág. 42</p>	<p>Local</p>	<p>Carlos Dias</p>	<p><i>Quase 180 mil candidatos este ano Alentejo semeia subsídios</i></p>	<p>“Antes da reforma introduzida pela PAC, o distrito de Beja cultivava 90 por cento do girassol nacional e beneficiava de um subsídio compensatório à produção. Com a integração europeia, a ajuda passou a ser atribuída em função da área cultivada, que em pouco tempo triplicou. O sistema acabou</p>

				<p>por se revelar perverso, conseguindo até transformar bons em maus agricultores.</p> <p>A colheita do girassol, que cobre este ano uma área que em todo o país ultrapassa os 90 mil hectares, está na fase final, mas não se estranhe se uma boa parte destas colheitas ficarem no terreno. Esse será o resultado das condições ilógicas que regem a atribuição das ajudas comunitárias neste caso.</p> <p>É que o girassol é uma das oleaginosas que se pode candidatar a um subsídio da UE, mas, segundo a legislação comunitária, não é forçoso que se proceda à colheita. Como a ajuda compensatória é atribuída em função da área cultivada e não da produção, não faltou quem resolvesse tirar partido deste absurdo que ninguém entende.</p> <p>(...)</p> <p>o plantio do girassol, tal como se tem feito nos últimos anos, 'é uma cultura para gente doida', protesta Mira Coroa, um agricultor dos barros de Beja preocupado com o rumo que o sector primário está a tomar no Alentejo. A actual política de subsídios 'desincentiva o bom agricultor, que, progressivamente, tem tendência a fazer mais e mais mal feito, porque é mais fácil', refere por sua vez Quadros e Costa, presidente da Associação de Agricultores do baixo Alentejo.</p> <p>(...)</p> <p>Há situações – porque o despacho 42/95 o permite – em que 'as culturas são realizadas em solos que não são os mais indicados', diz Quadros e Costa. Para além disso, muitos optam 'pela semente baratinha, lançada de qualquer maneira para o terreno, sem ter recebido as lavras necessárias para que a planta germine em condições', explica Mira Coroa. Este agricultor desistiu do girassol por considerar que a cultura 'anda muito mal vista'. (...).</p> <p>Nalgumas explorações (...) nem a rotação das culturas nem pousio são observados, acontecendo mesmo repetirem a sementeira de girassol dois a três anos seguidos, o que vai acelerar o processo de empobrecimento dos solos por redução de nutrientes. A situação agrava-se quando a sementeira de girassol, que foi subsidiada como cultura regada, não recebe uma gota de água. (...).</p> <p>(...). Perante esta situação, Quadros e Costa advoga que 'todo o agricultor que não cumpre as regras deve ser rigorosa e exemplarmente punido'. 'É o prestígio de todos os empresários que está em causa', salienta este dirigente.</p> <p>(...)</p> <p>Já o anterior ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, reconhecia a existência de (...) irregularidades, tendo qualificado a cultura de girassol como 'um verdadeiro girocídio'. (...).</p> <p>Bem elucidativo da forma como alguns encaram a agricultura nesta região é um episódio em que o principal protagonista era um pequeno agricultor, José Cheira, dono de pouco mais de 30 hectares nos barros de Beja. Estava ele a tirar fotocópias (20) da planta da sua propriedade para concorrer aos subsídios. 'Tantas!?' estranhou um amigo. 'Atão, se para umas (culturas) não der, dá para outras. Agora, no Alentejo, semeamos subsídios'."</p>
8/10/96 Pág. 17	Espaço Público	Henrique Pereira dos	<i>Da Rede Natura 2000 ao gosto pela</i>	“(...) pode afirmar-se que nunca um documento estrutural de conservação da natureza teve uma participação tão

		Santos (vice-presidente do ICN)	<i>mistificação</i>	<p>extensa e empenhada. (...) o mistério que constitui esta forma de analisar o documento (...) é provavelmente o mesmo mistério que leva o subscritor de um dos mais violentos artigos de opinião contra a Rede Natura a assinar 'João Soares', engº agrónomo e ex-director-geral das florestas', esquecendo-se da sua actual condição de administrador de empresas do sector das celuloses. (...).</p> <p>Entre 1981 e 1991 a população das Áreas de Paisagens Protegidas diminuiu menos do que em outras zonas rurais não classificadas não havendo qualquer relação entre política de Conservação na natureza e a desertificação humana do mundo rural.</p> <p>Em paisagens que o homem constrói há milhares de anos como na Europa e, em especial no Mediterrâneo, tal constatação não surpreende, visto que há uma estreita dependência entre as actividades do mundo rural e a biodiversidade.</p> <p>A densidade e variedade dos nossos valores culturais existentes resulta do processo histórico que molda a nossa identidade nacional, constituindo uma riqueza que não se contesta. Também a grande biodiversidade de Portugal faz parte da nossa identidade, não sendo um estigma, mas uma oportunidade e uma riqueza que é da responsabilidade de todos conservar.</p> <p>A responsabilidade de conservação deste património colectivo não permite que uns tenham custos e outros benefícios, sendo um dever encontrar os mecanismos adequados à responsabilização clara de toda a sociedade na sua valorização."</p>
10/10/9 6 Pág. 42	Local	José António Cerejo	<i>Regime de excepção poderá viabilizar brevemente 12 mil camas no Alentejo e no Algarve Mais projectos para Tróia</i>	<p>"(...) A Torralta, a Soltróia e os restantes promotores da Península de Tróia solicitaram, recentemente, a declaração do interesse público dos empreendimentos ali existentes, com vista à viabilização de novos projectos que desrespeitem as normas de ocupação do solo previstas no Protali. Este pedido foi apresentado ao ministro do Planeamento e tem por base um regime de excepção, instituído pelo anterior Governo, (...) ao abrigo do qual têm estado a ser apreciados mais seis mega-projectos para a costa alentejana e algarvia.</p> <p>(...) Nos termos do diploma (que introduz mecanismos de excepção com a conformidade face aos Prot) são considerados empreendimentos de turismo de interesse público todos - e podem desrespeitar os Prot - todos aqueles que cumprem um conjunto de condições que lhes atribuem uma 'natureza estruturante'. Entre estas condições avulta a obrigatoriedade de envolverem um investimento superior a dez milhões de contos, sendo que um terço desse total deverá corresponder a infra-estruturas.</p> <p>(...) Entre os processos herdados por José Augusto Carvalho (secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território) e que não são conformes com os Prot dois situam-se na Costa Alentejana - o da Comporta e o de Santa Mónica - e quatro no Algarve (...). Já este ano entrou no gabinete um décimo processo relativo à Península de Tróia.</p> <p>Deste conjunto, afirmou ao Público o secretário de Estado,</p>

				<p>vão ser arquivados os processos relativos à Comporta, à Quinta da Ria e ao Ancão. O motivo desse seu despacho, independentemente da natureza dos projectos e da possibilidade dos processos virem a ser reabertos, está no facto de os promotores não terem pedido formalmente o reconhecimento do interesse público das suas iniciativas.</p> <p>Para a faixa litoral da Comporta, logo a seguir a Tróia, a Atlantic Company, ligada ao grupo Espírito Santo, havia proposto um empreendimento de grandes dimensões abrangendo uma área total de 551 hectares, com 7669 camas distribuídas por uma aldeamento, dois apart-hóteis e um hotel. Numa primeira análise, ainda no tempo do anterior Governo, o projecto foi rejeitado por apresentar índices urbanísticos demasiado elevados e por incluir construções da REN.</p> <p>(...)</p> <p>Novamente na Costa Alentejana, o empreendimento Santa Mónica, da iniciativa de uma empresa homónima de capitais norte-americanos, aponta para mais 5984 camas a construir em três núcleos, numa faixa litoral de dez quilómetros, entre a Comporta e o Carvalhal. Com metade daquelas camas previstas para hotéis, 35 por cento para apartamentos e 15 por cento para moradias, Santa Mónica deverá esgotar toda a capacidade prevista no Protali para a zona em que se integra.</p> <p>Quanto à Península de Tróia – a que respeita o único pedido de declaração de interesse público entrado nos últimos 12 meses – José Augusto Carvalho disse ao Público que o processo ‘não está instruído em termos devidamente fundamentados’, pelo que deverá ser devolvido (...).”</p>
13/10/96 Pág. 54	local	Luis Maneta	<i>Estudo demográfico aponta cenários de redução na população do Alentejo A caminho do deserto</i>	<p>“As previsões mais optimistas para a evolução demográfica no Alentejo apontam para uma redução populacional de 0,6 por cento ao ano até 2011. Mas este é um cenário que os técnicos descrevem como ‘pouco provável’. Os números mais realistas dizem que a região vai perder, nos próximos anos, cerca de 87.500 pessoas.</p> <p>(...) Segundo Amável candeias (sociólogo), as alterações verificadas na estrutura das actividades económicas da região ao longo das últimas décadas, sobretudo o declínio da actividade agrícola e o aumento considerável do sector dos serviços, tem vindo a acentuar a tendência para a concentração das actividades empregadoras nos principais centros urbanos. Esta é a explicação para a ‘concentração populacional nos lugares de maior dimensão, com o conseqüente despovoamento das zonas rurais e o desaparecimento dos lugares de menor dimensão’.</p> <p>(...)</p> <p>Em contrapartida, no distrito de Évora e em particular nos concelhos do litoral alentejano, é possível observar uma ‘situação demográfica um pouco menos preocupante’ pois trata-se de sub-regiões em que tem existido uma ‘resposta positiva aos estímulos introduzidos no sector produtivo’, casos dos concelhos de Évora, Vila Viçosa, Santiago do Cacém e Sines, onde se têm registado aumentos populacionais.</p> <p>(...)”.</p>
14/10/96 Pág. 46	local	Carlos Dias	<i>Agricultores de Beja voltam a plantar tomate,</i>	<p>“(...) A campanha do tomate nos perímetros de rega de Odivelas e do Roxo terminou no passado dia 1 de Outubro. Com</p>

			<p><i>apesar das incertezas de escoamento Campanha encerra com incerteza</i></p>	<p>água em abundância, foi um bom ano para a cultura. Mas os agricultores estão agora à espera da colocação do produto no mercado, devido a limitações das quotas impostas pela União Europeia.</p> <p>A única fábrica de concentrado existente na região de Mira e Alentejo - localizada em Ferreira do Alentejo - aguarda ainda o escoamento de 12 mil toneladas de concentrado. A pressão dos produtores forçou a empresa a transformar, em laboração contínua durante 25 dias, 29 mil toneladas de tomate. Isso representa quase o dobro da quota que lhe foi atribuído - 15,8 mil toneladas - demasiado baixa para as capacidades de produção dos perímetros de Odivelas e Roxo, que é de 45 mil toneladas.</p> <p>(...)</p> <p>O cultivo do tomate foi considerado como a 'cultura rainha' dos sistemas hidro-agrícolas durante uma década, entre 1975 e 1985. Um hectare de terra ocupava e sustentava uma família de seis pessoas, garantindo-lhe o mais elevado nível de vida de todo o distrito de Beja. De for a da região, essencialmente do Ribatejo, chegaram muitos sem terra para se ocupar do cultivo do tomate.</p> <p>Hoje, centenas de hectares de solos com boa aptidão agrícola estão abandonados, por não haver quem disponha de condições económicas para continuar a sua exploração. A crise instalou-se na sequência das alterações políticas que, em meados dos anos 80, se registaram nos países do leste europeu, para onde era escoada a maior parte da produção de tomate.</p> <p>As convulsões sociais resultantes do declínio da Reforma Agrária, a integração na Política Agrícola Comum e os terríveis anos de seca, que esgotaram as reservas nas albufeiras das barragens que irrigavam os perímetros, foram igualmente acontecimentos que aceleraram o quase desaparecimento das hortícolas.</p> <p>Agora, com as albufeiras cheias, os agricultores voltam-se novamente para o tomate. (...) Milhares de toneladas de tomate foram parar às fábricas do Ribatejo, a mais de 200 quilómetros de distância, porque a Tomsil (a fábrica de Ferreira do Alentejo) já tinha recebido quase o dobro da quota atribuída. Os agricultores que optaram por esta solução venderam a sua produção a preços inferiores. (...)"</p>
<p>30/10/96 Pág. 13</p>	<p>Local</p>	<p>Manuel Carvalho</p>	<p><i>Governo reclama em Bruxelas mais ajudas para as zonas áridas Portugal tenta evitar o deserto</i></p>	<p>"(...)</p> <p>Um terço do território nacional está ameaçado pela desertificação física e pelo despovoamento, e o Governo quer que a UE se empenhe mais a fundo na resolução do problema. No Conselho de Ministros da Agricultura que decorre em Bruxelas, Gomes da Silva, vai reclamar políticas inovadoras, defendendo que a UE deve 'suportar integralmente os investimentos a realizar no âmbito do combate à desertificação e aumentar a comparticipação financeira nas ajudas para a introdução ou manutenção de culturas e métodos de produção compatíveis com a preservação dos solos e dos recursos hídricos'.</p> <p>Para que estas soluções sejam aplicáveis, 'torna-se necessário proceder a uma revisão da legislação comunitária para as zonas desfavorecidas, por forma a considerar autónoma e especificamente as zonas áridas e semiáridas ameaçadas pela desertificação', sublinha um</p>

				<p>memorando entregue pelo Governo ao Conselho de Ministros. (...).</p> <p>Numa altura em que se começa a debater o futuro das agriculturas menos competitivas das zonas desfavorecidas, a Itália, a Áustria e a França pediram mais apoios para as zonas de montanha. Portugal aproveitou a 'boleia' para reclamar igual tratamento de excepção, com vista a travar a desertificação dos solos nacionais. Para Gomes da Silva, todas as soluções passam pela agricultura porque 'sem agricultura não há presença humana e sem presença humana não é possível combater quer a desertificação, quer a degradação ambiental'.</p> <p>A argumentação do ministro tem por base a 'posição pouco invejável' de Portugal, que 'é o país do Sul da Europa com piores recursos de terra'. De acordo com os resultados do programa comunitário Corine, 66 por cento dos solos nacionais são de má qualidade, 68 por cento estão ameaçados pela erosão e 30 por cento apresentam 'riscos reais de degradação'. As zonas em risco (...) (são) quase metade da superfície agrícola utilizada do país que 'enfrenta graves problemas ambientais (...) e, sobretudo económicos'.</p> <p>Para se travar a escalada no deserto, o Governo considera ser indispensável, desde logo, proceder a uma correcta gestão da água e tomar medidas que conduzam à expansão da 'floresta primitiva' de azinheiras e sobreiros, como o olival. É igualmente necessário preservar os cereais de sequeiro, que até ao ano 2002 beneficiam de ajuda co-financiada pela UE, exclusiva para Portugal. Resta, no entanto, um problema para o qual Gomes da Silva diz 'não ter ilusões': 'A agricultura destas regiões será sempre uma agricultura extensiva, de baixos rendimentos por hectare e por conseguinte, não competitiva à escala europeia'. Por isso, 'devem ser encontradas soluções de compensação dos agricultores pelas perdas de rendimento', garantindo, 'a correcção das respostas restritivas do mercado e, deste modo, viabilizando a actividade agrícola, a presença humana e os padrões ambientais dessas regiões'.</p> <p>A intervenção do ministro, recorde-se, enquadra-se no debate crescente sobre o futuro das zonas rurais da Europa. A próxima ronda negocial da OMC, marcada para 1999, e a nova reforma da PAC, que o alargamento da UE exige, deverão introduzir uma redução dos mecanismos de sustentação dos rendimentos em vigor para a agricultura europeia. Neste quadro, a UE começa a inventariar as soluções políticas capazes de viabilizar as agriculturas não competitivas, estando agendado para a próxima semana um debate interministerial em Cork, na República da Irlanda, dedicado a esta matéria."</p>
30/10/96 Pág. 48	Local	Carlos Dias	<p><i>Quercus quer outra localização para campo de tiro de Mourão</i></p> <p><i>Chumbo repousa em leito de albufeira</i></p>	<p>"A (...) Quercus estima que duas toneladas de chumbo estejam armazenadas no fundo de uma albufeira a pouco mais de um quilómetro da periferia de Mourão. (...) com alegados prejuízos para a qualidade da água.</p> <p>"Quase todos os fins-de-semana sucedem-se os torneios ou treinos de tiro aos pratos", salienta Fausto Antunes, da Quercus (...).</p> <p>A albufeira junto à qual está instalado o campo de tiro é considerada uma reserva estratégica de água para o</p>

				<p>abastecimento às populações que, segundo Fausto Antunes, foi de extrema importância durante a seca de 1995.</p> <p>(...)</p> <p>A Direcção Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais do Alentejo já fez saber que o resultados das análises anteriormente feitas revelaram índices de chumbo inferiores aos máximos legais. Por sua vez, o presidente da Câmara de Mourão, José Santinha Lopes, desafia os ambientalistas a fazer as suas próprias análises. 'O teor do chumbo não põe em perigo a saúde das populações' (...)."</p>
3/11/96 Pág. 52	local	Luis Maneta	<p><i>Governador civil de Évora mostra pobreza de Portel</i></p> <p><i>Desempregados esperam obras de Alqueva</i></p>	<p>"Das trinta mil pessoas que habitavam o concelho de Portel na década de 50, restam pouco mais de 7500. A crise agrícola e a inexistência de alternativas de emprego explicam a progressiva desertificação humana deste concelho pobre que o governador civil, Henrique Troncho com representantes da administração central na região. (...)."</p>
4/11/96 Pág. 46	Local	Ricardo Garcia	<p><i>Um balanço dos pareceres das Câmaras às propostas do ICN</i></p> <p><i>Pouca contestação à Rede Natura 2000</i></p>	<p>"Desde 12 de Junho até meio do mês passado, o ICN recebeu cerca de uma centena de pareceres das autarquias sobre a lista preliminar de sítios da Rede Natura 2000. A reacção não é de hostilidade, como se poderia supor, e muitas câmaras até sugeriram novos sítios nos seus territórios. Mas alguns pontos – como os conflitos com os PDM – preocupam as câmaras.</p> <p>Que opinião seria de esperar das autarquias quanto a uma proposta que pode levar à reclassificação de 20 por cento do território nacional em favor da protecção na natureza? Aos olhos da opinião pública, pareceria natural que os autarcas se mostrassem hostis à ideia, por comprometer o livre desenvolvimento dos municípios. Não é isso, no entanto, o que transparece da consulta pública da proposta da lista (...).</p> <p>(...)</p> <p>Entre 12 de Junho e 16 de Outubro, 108 autarquias (num total de 212 envolvidas) enviaram pareceres ao ICN. E este conjunto de opiniões revela que (...) parte significativa das autarquias inclina-se a favor da ideia.</p> <p>Poucos são os pareceres frontalmente negativos. (...).</p> <p>(...)</p> <p>(...) a junta de freguesia de Montargil, no Alentejo, manifestou desacordo pelo facto de o sítio número 43 incluir a localidade de Foros do Mocho. 'A população de Foros do Mocho não pretende vir a tornar-se um exemplo esquecido de uma reserva de índios', lê-se no parecer.</p> <p>Por detrás destas posições está o temor natural de que a classificação de uma parcela de um concelho em prol da conservação da natureza resulte na sua inutilização para outros fins – ou que, para salvaguardar plantas ou animais o homem fique em segundo plano.</p> <p>(...)."</p>
8/11/96 Pág. 57	Local	CD	<p><i>Água de Mértola degrada-se</i></p>	<p>"O alerta de que há bactérias nocivas na água de consumo de Mértola foi lançado por Francisco Jorge, da Autoridade Sanitária para o distrito de Beja (...). As causas deste perigo encontram-se na água bruta que chega à estação de tratamento de Mértola (...).</p> <p>A abundância de nutrientes vindos de Espanha e de outros focos poluidores ao longo da bacia do Guadiana em território nacional tem provocado a sucessiva eutrofização da água e o aparecimento de fitoplâncton e de</p>

				<p>cianobactérias (...).</p> <p>(...)</p> <p>O problema é mais vasto e tem a ver com as consequências resultantes da falta de tratamento dos afluentes domésticos dos mais de 300 mil residentes de Badajoz, das escorrências das centenas de milhares de hectares de regadio instalados na bacia do Guadiana em Espanha, dos esgotos domésticos que desaguam no troço do rio em território português, como é o caso do matadouro industrial de Beja e de parte da população residente na cidade. (...)"</p>
9/11/96 Pág. 20	Sociedade	Ana Fernandes	<p><i>Debate na Confederação dos Agricultores de Portugal Rede Natura 2000 em suaves prestações</i></p>	<p>"A princípio era a proposta técnica, que elegia 139 sítios de Portugal como representantes da biodiversidade nacional. Depois vieram o debate público e as contestações. Agora há a proposta política, reduzida às zonas menos conflituosas, por já estarem classificadas. (...).</p> <p>Dos 20 por cento do território nacional que todos falavam ir integrar a rede Natura 2000, o Governo apenas proporá a Bruxelas, numa primeira fase, cerca de 11 por cento. O grosso das zonas abrangidas já é constituído, actualmente, por áreas protegidas, acrescentadas de algumas linhas de água e de duas zonas de montado no Alentejo. (...).</p> <p>Durante quatro horas, dezenas de representantes das associações de agricultores debaterem a Rede Natura 2000 com os responsáveis do ICN, Teresa Anderson e Henrique Pereira. (...).</p> <p>(...)</p> <p>A proposta nacional de sítios, apesar de não ter levantado muita polémica junto das autarquias, recebeu duras críticas por parte dos agricultores e produtores florestais. As questões levantadas tinham a ver, sobretudo, com a forma como o processo foi conduzido – considerando que deveriam ter participado na selecção dos sítios – e com o receio das condicionantes que poderiam vir a rodear as actividades económicas nos locais em causa.</p> <p>Ontem, no final do debate, Elisa Ferreira, sossegou os presentes afirmando que 'não se está a falar em classificar o país todo nem em transformar Portugal numa reserva de índios'. Segundo a governante, as medidas de gestão que serão aplicadas nos sítios – que depois de integrarem a Rede Natura 2000 passarão a ser designados como Zonas Especiais de Conservação – deverão assegurar que 'a agricultura e a floresta se manterá'. Porque 'se há biodiversidade nesses locais é porque houve e há uma actividade que a gerou'.</p> <p>Só que Elisa Ferreira foi mais longe e anunciou que a proposta a entregar em Bruxelas incluirá 'apenas as zonas de que temos bastante conhecimento', isto é, as áreas protegidas, aquelas que se conhece relativamente bem, como as linhas de água e que já estão classificadas na reserva ecológica e finalmente 'as que são importantes no quadro português: os montados'.</p> <p>De fora, pelo menos nesta fase, fica todo o restante trabalho feito pelos técnicos, num esforço pioneiro de conhecimento sobre o capital natural do país.</p> <p>(...)</p> <p>'Não podemos aceitar que os nórdicos nos digam o que devemos fazer porque eles querem transformar-nos num jardim para que eles possam desfrutar', acusou Miguel Peres Turrado, de Espanha, presidente da União dos silvicultores do Sul da Europa. Uma opinião partilhada por</p>

				<p>Jean Louis Martres, presidente do Syndicat des Sylviculteurs do Sud-Ouest francês.</p> <p>Este silvicultor francês foi particularmente duro em relação à Rede Natura 2000 e às multinacionais ecologistas. 'Quiseram criar uma medida administrativa, que vinha multiplicar o espaço protegido, sem terem em conta os gestores desse espaço. Os agricultores têm de ser consultados porque não são as acumulações de leis que protegem a natureza'. Mastres explicou que os produtores fizeram 'uma coligação nacional em todo o espaço rural para conseguir suspender a directiva'. E venceram (refere-se a França, onde o Governo de Juppé decidiu pela não transposição nacional da directiva comunitária).</p> <p>No debate de ontem, a oposição rural-urbano e Norte-Sul da Europa foi visível. Porque, uns, nos escritórios tomam as decisões e os outros, o terreno, é que têm de obedecer. Em muitas das intervenções eram patentes as dificuldades sentidas pela agricultura portuguesa, castigada pela reforma da PAC. As compensações, subsídios ou pagamentos de serviços pela conservação de habitats, como se lhes quiser chamar, foram outro tema central.</p> <p>Por responder ficou uma importante pergunta colocada por muitos dos participantes: quem vai encarregar-se da gestão das novas áreas que forem, eventualmente, classificadas como Zonas Especiais de Conservação: o ICN? Com que meios?"</p>
13/11/96 Pág. 49	local	Ricardo Garcia	<i>Ambiente cala-se sobre ampliação do campo de golfe de Carlos Melancia ICN esquece-se de dar parecer</i>	<p>"A Direcção-Geral de Turismo aprovou a ampliação da área ocupada pelo empreendimento de Carlos Melancia no Parque Natural da Serra de S. Mamede, perante o quase absoluto silêncio do ministério do Ambiente. O ICN esqueceu-se de dar parecer e o Inag diz que não é da sua competência e a DRARN do Alentejo remeteu o assunto para o secretário de Estado Ricardo Magalhães. As obras já estão em curso.</p> <p>O ICN deixou passar o prazo para emitir um parecer sobre a ampliação (...) (que) abrange uma área de 15 hectares, numa zona de encosta, que se irão somar aos 43 hectares já ocupados pelo empreendimento, junto à localidade de Portagem, em Marvão. Nenhum organismo do Ministério do Ambiente emitiu, em prazo útil, opinião clara sobre a ocupação desta área – apesar da polémica que envolveu a aprovação inicial do campo de golfe. (...)"</p>
21/11/96 Pág. 53	Local	Luis Maneta	<i>Castelo de Vide Milhares de carvalhos abatidos</i>	<p>"Uma área de 130 hectares ocupada com carvalhos negrais centenários foi destruída em Meleira, concelho de Castelo de Vide, por um agricultor, alegadamente para venda de lenha e posterior repovoamento com sobreiros. (...).</p> <p>(...) o corte das árvores foi possível por falta de legislação que proteja a espécie. Apenas o sobreiro, a azinheira e o azevinho estão abrangidas por legislação que proíbe o seu abate sem autorização do ministério da Agricultura (...).</p> <p>Em Agosto, o agricultor inquiriu os antigos serviços florestais de Portalegre, sobre a possibilidade de derrubar cerca de um milhar de árvores. Os serviços informaram não se tratar de uma espécie legalmente protegida, embora chamassem a atenção para o 'inegável valor paisagístico e ambiental da espécie', aconselhando a preservação sempre que possível' do montado em causa..</p> <p>O agricultor não acolheu esta recomendação. 'Foi uma</p>

				<p>maneira rápida de ganhar dinheiro, não só através da venda da lenha, como do subsídio, atribuído durante 20 anos, à plantação de sobreiros', disse Luís Marques (da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente). Se existe um bom montado, com árvores enormes como estas, mais valia pagar ao proprietário para as deixar ficar', acrescentou. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Segundo Francisco Lopes, da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, poderá ser aplicável a este caso o 278 ° do Código Penal, que consagra a figura de crime contra a natureza."</p>
16/12/96 6 Pág. 20	Cultura	Isabel Salema	<p><i>Museu Nacional de etnologia inaugura hoje exposição sobre agricultura e espaço rural</i> <i>O voo do arado</i></p>	<p>"É uma exposição dramática porque por ela passa, a todo o momento, o fim de um ciclo – o da agricultura portuguesa. Mas a exposição que hoje é inaugurada no Museu Nacional de Etnologia (...) é também o momento de ver uma das melhores colecções de alfaias agrícolas tradicionais da Europa.</p> <p>O que é um arado? Muitos dos que nasceram nos últimos 20 anos – mesmo os que vivem no campo – não sabem responder à pergunta. Uma realidade interessantíssima' e uma das razões que levaram Joaquim Pais de Brito, director do Museu Nacional de Etnologia (...) a inaugurar (...) uma exposição dedicada à agricultura e ao espaço rural. (...).</p> <p>'Este é talvez o momento em que, pela primeira vez, os mais novos deste país não sabem o que é um arado. Mas isso acontece mesmo com os que nasceram no campo', diz o antropólogo. (...).</p> <p>Se fosse há 20 anos, Pais de Brito afirma que não seria tão interessante organizar a exposição, porque muitos dos potenciais visitantes saberiam reconhecer o objecto e a sua função: 'Agora há um efeito de distância e, assim, de descoberta. (...). 'Nós cultivamos a ideia de que o arado corresponde a um mundo ultrapassado. Só que esquecemos que a descoberta da agricultura foi estruturadora dos próprios processos culturais de todo o ocidente. Há valores que nós transportamos hoje, como os processos ligados a certos momentos do dia, que são matriz de calendários de origem agrícola', continua Pais de Brito.</p> <p>(...) 'o arado é apresentado como um pássaro, porque a ideia é assinalar que o arado se separou da terra. Separou-se fisicamente, deixou de trabalhar há muito tempo. Quando voa, por outro lado, povoa de outros modos o nosso imaginário, de efabular e de inventar aquilo que foram as nossas ligações com a terra'.</p> <p>Vêm-se (na exposição) arados de todo o tipo, mas o arado voador serve como catalisador da ideia da exposição sobre o fim da agricultura: 'Há um universo de práticas e de representações associadas a uma vida e sociedade rurais que desapareceram, mas nós não estamos a trazê-las aqui como documentos. Estamos também a pensar em coisas que esta exposição pode ajudar a revelar - as coisas que os homens podem fabricar com as mãos'. Pais de Brito cita a mestria na construção formal dos pequenos objectos, a escolha dos diferentes materiais, reveladores de uma elaboração estética.</p> <p>(...)</p> <p>'É evidente que a exposição, ao contar esta história, chama também a atenção para que chegámos ao fim de um ciclo'.</p>

				<p>afirma o director do museu. (...). (...) o mapa do catálogo organizado pelas três centenas de concelhos, é de facto, revelador do abandono da terra para práticas agrícolas, embora Pais de Brito lembre que ela continua a ser estruturante a nível das representações. "nível do discurso ambiental, a questão da terra está a transformar-se na grande questão do mundo. mas a exposição embora venha até ao momento actual, não o equaciona. o Momento actual não é interrogado, porque é difficilimo de interrogar. Seria absurdo porque é um movimento cujo sentido não se sabe". O que é certo, como escrevem os organizadores num texto de apresentação da exposição, é que, neste momento, "se iniciam questões quanto a um futuro em que a retracção da agricultura libertará/terra/natureza/paisagem para novas relações do homem com o território". Pais de Brito não faz ideia dos novos tipos de usos da terra que vingarão, mas reconhece que serão bastante contemplativos. (...)"</p>
19/12/96 Pág. 22	Sociedade	RC	<i>Proposta em discussão Receitas nas áreas protegidas</i>	<p>"As áreas protegidas de Portugal vão ter de gerar montantes mínimos de receitas próprias para cobrir parte das despesas de funcionamento em 1997. (...). No total, as áreas protegidas disporão de 800 milhões de contos para o pagamento de pessoal e aquisição de bens e serviços de funcionamento. Deste valor, cerca de 116 mil contos (14,5 por cento) deverão vir de receitas próprias, através da prestação de serviços (visitas e alojamento) e da venda de publicações. (...) A proposta do ICN sugere que as áreas que necessitem captar um montante elevado de receitas próprias reduzam as despesas, transferindo pessoal em áreas vizinhas. A Ria Formosa, por exemplo, poderia passar pessoal para Castro Marim ou para a Costa Vicentina (...)."</p>
21/12/96 Pág. 48	local	Carlos Dias	<i>Lagares de Azeite poluem linhas de água no Alentejo</i>	<p>"A contaminação das linhas de água na região alentejana com efluentes resultantes da lavagem dos lagares está a provocar fortes protestos dos agricultores. Há vários anos que se esperava solução para o problema, que até aqui tem sido resolvido com as chuvadas de Inverno. Mas este ano atrasaram-se e o resultado está à vista. Nas últimas semanas intensificaram-se as denúncias contra as descargas das águas ruças provenientes do tratamento da azeitona em vários pontos do distrito de Beja. O caso mais recente e grave aconteceu no concelho da Vidigueira, no ribeira do Freixo, afluente do Guadiana, que está totalmente poluída pelas descargas efectuadas pela Cooperativa Agrícola da Vidigueira. Um dos responsáveis da cooperativa, Manuel Garrido, pronunciou-se, agastado contra as críticas que têm sido dirigidas à cooperativa, acentuando que não têm outra opção que não seja poluir e acusou o Ministério do Ambiente de 'ter falta' de uma politica para resolver os problemas dos lagares de azeite (...). Ilídio Coroa, agricultor da Vidigueira afirma: 'Todos andamos preocupadíssimos com a situação, mas as pessoas, uma por medo, outras por ignorância, não actuam para acabar com o flagelo das águas ruças. É a mesma coisa todos os anos', acrescentou.</p>

				<p>Resta-lhe aguardar que chova muito, para limpar a ribeira e poder bombear a água para uma barragem construída na sua exploração, senão não tenho hipótese nenhuma para as culturas de regadio'. (...).</p> <p>Na prática, não existem condições para condicionar a actividade dos lagares de azeite que produzem escorrências contaminadas senão através da aplicação de coimas, o que 'acaba por ser mais barato do que solucionar o problema', frisou José Paulo Martins, da Quercus de Beja.</p> <p>Ílídio Coroa acentuou que o seu encerramento acarretaria prejuízos incalculáveis que afectariam, só no concelho da Vidigueira, centenas de pessoas que vivem da produção da azeitona e do azeite.</p> <p>(...)</p> <p>o efeito mais nefasto das águas ruças (...) conduziu ao desaparecimento total das espécies piscícolas que ainda há poucos anos abundavam nas linhas de água.</p> <p>(...)</p> <p>Em Moura, o funcionamento dos lagares, que só por si tratam um volume de azeitona igual ao de todo o distrito de Beja, já contaminou as águas do Ardila, afluente do Guadiana. Em Albernoa, acontece o mesmo. As águas ruças transformaram a ribeira de Terres num esgoto a céu aberto, matando todo o peixe. Situação idêntica foi registada na ribeira do Freixo na Vidigueira: 'Hoje não há bicho vivo naquelas águas'.</p>
23/12/96 Pág. 14	Espaço Público	Humberto Rosa. (biólogo, adjunto do gabinete do Primeiro Ministro)	<i>Rede natura 2000 : uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável</i>	<p>"Está hoje bem diagnosticado que a Terra atravessa uma verdadeira 'crise de biodiversidade' (...). Porquê preocuparmo-nos com isso?</p> <p>Há razões económicas claras (...) para conservar a biodiversidade, em face da imensidade de bens – alimentares, farmacológicos, agrícolas, industriais, etc. – de que usufruímos real ou potencialmente a partir dos demais seres vivos. Há também razões intrínsecas, menos faladas, mas não menos importantes: é que a diversidade perdida é irrecuperável. (...). A biodiversidade é o 'capital tempo' do planeta, amealhado ao longo de milhões de anos de evolução dos seres vivos. Manter essa herança é indispensável para a sustentabilidade do nosso desenvolvimento e é um dever para com as gerações vindoras.</p> <p>O continente europeu é um daqueles em que foi mais longa a intervenção humana nos ecossistemas naturais, quer porque se exerce há muitos milénios quer porque a industrialização foi e é na Europa a que se conhece. A biodiversidade europeia e os habitats naturais que a mantêm são por isso particularmente preciosos (...).</p> <p>É exactamente isso que se pretende com a Directiva Habitats (92/43/CEE), aprovada pela União Europeia em 1992, durante a presidência portuguesa, e na sequência da Eco-92, onde a biodiversidade foi tema de destaque. A directiva tem por objecto a delimitação de amostras representativas dos habitats naturais mais relevantes da Europa, ou indispensáveis à conservação de um conjunto de espécies de animais e plantas consideradas prioritárias, quer por estarem ameaçadas, quer por serem exclusivas (endémicas) da Europa. Tendo em conta as 'exigências económicas, sociais e culturais', (...) visa (...) garantir que a Europa e as suas gerações futuras continuarão a dispor de habitats naturais em falésias, praias, sapais, estepes, dunas,</p>

			<p>charnecas, moitas prados, montados, bosques, turfeiras, pântanos, florestas, grutas, etc.</p> <p>A Directiva Habitats estabelece critérios técnico-científicos objectivos para a selecção das áreas naturais a candidatar à futura Rede Natura 2000 (...). Os sítios de importância comunitária escolhidos serão designados (...) ZEC, serão devidamente identificados por painéis comunitários, e poderão receber co-financiamento europeu (...) para a sua gestão. A Directiva Habitats e a Rede Natura 2000 junto com a Directiva Aves (79/409/CEE), são nada menos que o mais relevante instrumento para a conservação da natureza e da biodiversidade em cada estado membro, e na UE no seu todo, com uma filosofia transnacional baseada na unidade de conservação mais adequada – o habitat. (...)</p> <p>Dá-se a circunstância de, por razões históricas e biogeográficas, Portugal ter ainda variadíssimos habitats naturais relevantes, cobrindo uma percentagem muito significativa da biodiversidade europeia. Graças à Directiva Habitats, o país beneficiou já de um imenso acréscimo de conhecimento sobre o seu património natural. (...). Portugal definiu assim a sua lista de candidatos ao título de excelência. 'Natura 200', além de obter um conjunto de dados científicos essenciais a toda e qualquer estratégia de conservação.</p> <p>(...) a discussão pública da lista nacional de sítios (...) originou uma polémica inusitada. Parte dela (...) ter-se-á devido à ausência de divulgação e informação oportuna sobre a Directiva e os seus objectivos, a qual deveria ter sido começada pelo anterior Governo, logo em 1992, e não o foi. De resto, a polémica radicou em atitudes diversas, desde os ambientalistas e uma parte significativa das autarquias que acharam a lista incompleta, passando por dúvidas sobre o enquadramento da Directiva, até aos mais troglodíticos ataques aos objectivos básicos da própria conservação da natureza.</p> <p>A maior parte dos críticos tratou a Lista como se todos os sítios propostos fossem parte da Rede Natura e não apenas candidatos, e como se neles todo o desenvolvimento fosse comprometido – o que é manifestamente falso. Não só a Directiva admite a possibilidade de um futuro sítio Natura poder ser sacrificado (desde que razões de reconhecido interesse público, incluindo os de natureza socio-económica' o imponham, e ante a adopção de medidas compensatórias), como a Rede Natura 2000 é, muito pelo contrário, um potencial motor de desenvolvimento sustentável.</p> <p>(...)</p> <p>(...) A desinformação existiu também (...) por parte daqueles que queriam que tivessem sido tidos em conta aspectos económicos e sociais, quando o não podiam ter sido nesta fase. A Directiva, e até o Tribunal Europeu de Justiça, tornam claro que não é legítimo o uso de critérios não ecológicos (por exemplo sociais ou económicos) em fase de delimitação, os quais só deverão ser tidos em conta depois.</p> <p>Já dentro das dúvidas legítimas e construtivas contam-se as de algumas autarquias e, em particular da Associação Nacional de Municípios, questionando a eventual inclusão de perímetros urbanos, a articulação das ZEC com instrumentos de ordenamento (...) e o futuro dos sítios que,</p>
--	--	--	--

				<p>apesar de propostos, não venham a ser classificados de importância comunitária.</p> <p>Mas a Lista Nacional de Sítios levantou também a mais descabelada e despudorada onda de fundamentalismo anti-ambiental de que temos memória. Alguns autarcas (felizmente poucos) voltaram à estafada e primária imagem da rejeição de 'reservas de índios' para os seus concelhos; ou referiram os actuais instrumentos de ordenamento do território como 'penalizações' que a Rede Natura viria ainda reforçar. A rede foi alvo de todo o tipo de atoarda: megalomania, gigantismo, secretismo, limitação à agricultura, entrave à floresta, prepotência burocrático-ecológica, fomento do desemprego, geradora de desinvestimento ou de desertificação, segundo reforma agrária, necessidade de defesa dos terrenos a tiro, etc. (...).</p> <p>Nos casos mais extremos e patéticos, a Rede Natura 2000 deu azo a comparações com a inquisição e o nazismo, e apelos para que a democracia se defenda da educação ambiental! A verdade é que as críticas mais extremistas vêm de sectores radicais que, no íntimo, rejeitam todo e qualquer tipo de regulamentação das actividades produtivas para compatibilização com a conservação da natureza, a qual desvalorizam em absoluto. Esses, animados com o (triste) exemplo francês, em que pressões similares levaram à suspensão da Directiva (...) apostam fortemente no congelamento da Rede Natura 2000 em Portugal (...).</p> <p>Creemos que se decepcionarão. É hoje reconhecido que a conservação da natureza é parte integrante da política de ordenamento do território, compatível ou a compatibilizar com a agricultura, a exploração florestal ou outras actividades económicas. Concretizar a Rede Natura 2000 será contribuir para isso, ajudando a preservar um património natural de que nos devemos orgulhar, e que é parte integrante da nossa cultura, tradições, qualidade de vida e imaginário colectivo (...). A Rede Natura 2000 pode e deve ser vista como uma fonte de mais valias para o desenvolvimento sustentável local e regional, e como uma oportunidade a não perder para as áreas do mundo rural. (...). Um novo tipo de mais valia para o turismo ambiental e rural advirá da existência em Portugal, como em toda a Europa, de sítios Natura 2000 devidamente assinalados e geridos, através da garantia de qualidade que cada vez mais se associa a uma natureza bem conservada. As actividades agrícolas tradicionais, compatíveis e desejáveis para a conservação, poderão e deverão vir a receber financiamentos se contempladas em planos específicos de gestão. A Rede Natura 2000 poderá fomentar a fixação de população e criação de postos de trabalho, relacionados com estes e outras vertentes, em áreas deprimidas, como o são por exemplo as raianas. Será ainda um instrumento coerente com o combate à desertificação e à destruição da biodiversidade, através do regresso à floresta primitiva e a culturas tradicionais, e pelo apoio a práticas compatíveis com a preservação dos solos e de recursos hídricos (...)."</p>
<p>26/12/96 6 Pág. 34</p>	<p>local</p>	<p>Carlos Dias</p>	<p><i>Poluição do Guadiana e chuva insuficientes responsáveis pela situação Abastecimento de</i></p>	<p>"Em Dezembro, a vila de Mértola continua a ser abastecida de água potável através de autotanques. A população recusa-se a utilizar, para beber ou cozinhar, a que lhe é fornecida pela rede pública. Isto, apesar de as análises feitas desde Agosto passado mostrarem a inexistência de contaminação</p>

			<p><i>água a Mértola continua a ser feito por autotanques</i></p>	<p>contaminação. A água que alimenta a Estação de Tratamento de Mértola continua a revelar a presença de cianobactérias potencialmente tóxicas, embora os serviços regionais do Ministério do Ambiente entendam que ela se mantém potável. É o resultado da contínua redução dos caudais do Guadiana e dos índices de precipitação registados nos últimos seis meses. (...) A eutrofização das águas do Guadiana não é um problema novo. Ele arrasta-se há vários anos, em consequência do elevado número de focos antropogénicos ricos em nutrientes que são lançados no rio em percentagens cada vez mais elevadas. Só os sistemas de regadio existentes em Espanha que utilizam as águas do Guadiana, ultrapassam os 350 mil hectares (...). Com a falta de controle que se verifica na adubagem dos solos, as escorrências do regadio efectuado lançam (...) percentagens elevadas de nitratos, que em Badajoz sofrem um substancial acréscimo através do lançamento de efluentes domésticos não tratados provenientes dos mais de 300 mil habitantes. O sistema de tratamento de esgotos daquela cidade é obsoleto e regista constantes avarias (...). Em território português, a bacia do Guadiana também é afectada por inúmeros focos poluidores provenientes em especial da fábrica de papel em Mourão, de lagares de azeite, suinicultura, e outras actividades agrícolas e pecuárias que continuam a fazer descargas sem tratamento para as linhas de água. O mesmo acontece com os efluentes domésticos de boa parte da população de Beja e de um matadouro industrial nesta cidade. (...) O sentimento de desconfiança da população de Mértola quanto à qualidade da água da rede pública só se desvanecerá quando o sistema adutor proveniente da barragem do Enxoé, a ser construída no concelho de Serpa, vier abastecer aquela vila alentejana, que em meados de Dezembro continua a ser abastecida através de autotanques.”</p>
--	--	--	---	--

ANEXO III

ESPRESSO - 1992/1996

Expresso	Rubrica	Enunciador Reportador	Título	Resumo
11/1/92 Pág. 7	Europa 92 Presidência Portuguesa	Orlando Raimundo	<i>Apesar do consenso global Reforma agrícola 'cava' divergência entre a presidência e a comissão</i>	“(…) A presidência, pela voz de Arlindo Cunha, pretendia que a reforma se fizesse a ritmo acelerado, desligado das negociações do Uruguai Rond, onde estão a ser debatidas alterações ao GATT. A Comissão, e com ela Jacques Delors, tem outro entendimento, que prevalece: o de que a reforma terá de esperar pelos resultados daquelas negociações. (…)”
18/1/92 Pág.9	Economia	BTA	<i>Zona de Elvas/Moura Mudar a olivicultura</i>	“(…) Portugal foi um grande produtor de azeite e azeitona, tendo esta situação vindo a degradar-se (...) com as nossas produções decrescentes desde há cerca de dez anos. As razões são as mesmas que para muitos outros produtos em declínio na agricultura portuguesa: maneios deficientes, incompatibilidade dos encargos com mão-de-obra face a produções muito baixas, povoamentos decrépitos, solos inadequados, etc. De facto, não há muitos produtores de azeite ou azeitona em Portugal, mas toda a gente tem um ‘bocadinho’ de olival ao fundo da propriedade ou quintal. O resultado é um universo de produtores não especializados, que colhem ano sim, ano não, que não investem no seu olival, dado que não é rentável e que, por vezes, vão contribuir para a mixórdia dos azeites produzidos em muitos lagares colectivos. (…) A condução e exploração do olival tem de deixar de ser encarada como sendo uma cultura de rendimento complementar e optativo, para ser encarada como um pomar com necessidades em fertilização, mobilização do solo, poda e tratamentos fitossanitários e susceptível de ser mecanizado (colheita). (…) Seria do maior interesse a constituição de agrupamentos de produtores (subsidiados pela comunidade) para a produção de produtos de qualidade, à semelhança dos vinhos, personalizados, de alta qualidade e características próprias, diferentes e mais atractivos que as dos produtos a granel e, logicamente, geradoras de rendimentos muitíssimo superiores.”
25/1/96 Pág. 7	Europa 92 Presidência portuguesa	Manuel Goucha Soares	<i>Arlindo Cunha ao Expresso 'Presidência portuguesa vai atrasar pacote preços'</i>	“A presidência portuguesa da CE conseguiu transformar as tarefas aparentemente bucólicas do ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, num espinhoso desafio que o obriga a levar a bom termo a reforma da Política Agrícola Comum. (…) (Arlindo Cunha) Eu já disse várias vezes, no passado, que a reforma da PAC é necessária porque a actual política agrícola não conseguiu assegurar os equilíbrios fundamentais, nomeadamente, o equilíbrio de mercado, entre a oferta e a procura, bem como equilíbrios de rendimento, na medida em que se assiste a uma quebra contínua dos preços com repercussões no rendimento dos agricultores’ (…).”

25/1/92 Pág. 12	Opinião	Nuno Tavares Moreira, (Prof. Univ. ex. Presidente do INIA)	<i>Em defesa da reforma da PAC</i>	<p>“Os excedentes de certos produtos agrícolas (...), as elevadas despesas orçamentais da Comunidade Europeia com a agricultura e a pressão negocial dos EUA e do grupo Cairns no seio do GATT, levaram o comissário da agricultura Mac Sharry a apresentar uma proposta de reforma da PAC no decurso de 1991.</p> <p>As posições públicas de que tomámos conhecimento da parte do ministro da agricultura, da CAP, da CONFAGRI, da CNA e mesmo em artigos de imprensa (...) revelam pessimismo e transmitem ao público em geral a impressão que se trata de uma proposta negativa (...) para a agricultura portuguesa.</p> <p>(...)</p> <p>As medidas previstas na presente reforma (...) não visam a globalidade das produções agrícolas, mas dirigem-se sobretudo às produções excedentárias, e muito especialmente aos cereais e às produções de carne e leite de bovinos. Outras produções também abrangidas são as os grãos oleaginosos, o tabaco e os ovinos. Não são directamente abrangidos os frutos, as hortícolas, o azeite, o vinho e os produtos florestais. Significa isto que os produtos visados, embora englobem 75 por cento da produção agrícola comunitária sujeita a organizações comuns de mercado, representam em Portugal menos de 1/3 e apenas 1/4 do produto Agrícola Bruto. (...).</p> <p>Ao propor terminar com a sustentação do rendimento dos agricultores através da política de preços – passando a fazê-lo directamente com ajudas pagas ao produtor, independentemente do volume de produção, e reconhecendo simultaneamente o importante papel do agricultor na conservação do ambiente e das paisagens rurais – a proposta tem uma base e uma filosofia claramente favoráveis a países como Portugal, em que a produtividade natural devido às condições do solo e clima não é a mais favorável à intensificação das produções através do uso maciço de agro-químicos. Além disso, em Portugal, a extensão de bons solos para culturas intensivas é reduzida, em grande parte do território a agricultura ainda não se intensificou como nos países do Norte da CE e a diversidade das paisagens rurais é uma realidade e uma riqueza a preservar.</p> <p>Em contraste, a actual política favorece e canaliza o orçamento comunitário para os países de mais elevada produtividade e recursos (...).</p> <p>Acresce que, como política social, a actual sustentação dos preços elevados dos produtos agrícolas alimentares faz com que o suporte do rendimento dos agricultores seja em boa medida realizado pelos consumidores (...).</p> <p>A proposta de reforma permitirá passar esse encargo da ajuda ao rendimento agrícola para os contribuintes, com uma maior eficiência no sistema.</p> <p>Os cereais (em Portugal) são abrangidos actualmente por medidas transitórias (...) beneficiando de preços e subsídios muito elevados, cerca de 50 por cento acima dos valores comunitários, para os quais a reforma de Mac Sharry propõe (...) uma redução de 35 por cento. Em compensação, a proposta prevê a atribuição de prémios por hectare cultivado com base na produtividade histórica regional (média de três anos ...) e na base de 55 ecu/ha por</p>
--------------------	---------	--	--	---

				<p>tonelada.</p> <p>Este é um dos pontos débeis da proposta, já que está em contradição frontal com a sua filosofia extensificadora e com os estudos que a suportam, os quais indicam que 'as novas ajudas não devem estar ligadas à produtividade.</p> <p>Coloca, por outro lado, grandes dificuldades aos negociadores portugueses que até agora brandiram as baixas de produtividade constantes das nossas estatísticas, que se sabe não corresponderem à verdade, mas que serviram até aqui para justificar os elevados preços e subsídios à produção nacional, argumentos que agora se viram contra nós como arma de dois gumes .</p> <p>(...)</p> <p>Além do controlo dos preços, a proposta prevê, ainda, como medida de controlo da oferta, a imposição do abandono de cultivo (...) de 15 por cento da área aos agricultores com uma produção superior a 95 toneladas/ano, não abrangendo os pequenos produtores (...).</p> <p>A produção extensiva passará (...) a receber melhores subsídios (...) o que, juntamente com os subsídios complementares da agricultura ambiental poderá compensar os produtores das zonas rurais mais desfavorecidas do interior Norte, Centro e Alentejo.</p> <p>(...)</p> <p>A proposta Mc Sharry propõe um conjunto de medidas de acompanhamento com uma importância e vantagens substanciais para uma agricultura com problemas estruturais como a agricultura portuguesa. Estas medidas compreendem três programas: o programa agro-ambiental; o reforço de arborização das terras agrícolas; o programa de reformas antecipadas.</p> <p>(...) o programa de agro-ambiental prevê a atribuição de subsídios aos agricultores pela sua função de preservação do ambiente e da paisagem rural, nos casos e condições a regulamentar em que a agricultura seja 'amiga do ambiente' e/ou preserve paisagens naturais de valor reconhecido. Os subsídios são atribuídos por hectare cultivado (...). Trata-se de um programa que poderá abranger uma boa parte da nossa agricultura que, em geral, não é poluente, e permitirá preservar diversas formas de agricultura que, de Norte a Sul criaram interessantes e variadas paisagens rurais, mas que, na actual situação de mercado, são economicamente ineficientes, do ponto de vista exclusivo da produção agrícola.</p> <p>O programa de florestação de terrenos agrícolas concederá apreciáveis apoios à florestação (...), à manutenção das plantações nos primeiros cinco anos e à compensação pela perda de rendimento no período de crescimento das árvores. Poderá ser um importante instrumento para a reconversão das áreas indevidamente ocupadas nas últimas décadas por culturas agrícolas (sobretudo cereais) que contribuíram para a sua degradação (por erosão dos solos) e em que os rendimentos obtidos eram ou são insatisfatórios. (...).</p> <p>Finalmente, o programa de reformas antecipadas aos agricultores e trabalhadores agrícolas dependentes com mais de 55 anos tem uma enorme importância para uma agricultura como a nossa - com o envelhecimento da população agrícola e graves problemas de estrutura e</p>
--	--	--	--	--

				<p>dimensão da propriedade em 2/3 do território. As modalidades e os montantes propostos são aliciantes e permitem prever uma grande adesão e impacto desta medida, em especial nas zonas Norte e Centro (...). A concessão da reforma antecipada está condicionada à transmissão da terra por doação ou venda, de forma a que contribua para melhorar a estrutura da propriedade, salvaguardando a possibilidade de o agricultor reformado manter uma pequena área para consumo familiar.</p> <p>(...)</p> <p>(...) A PAC terá ainda consequências que desde já se podem prever e que importa ter em conta na análise das vantagens e desvantagens (...):</p> <p>riscos de incentivo à burocracia e fraude; redução do emprego agrícola; desvalorização dos terrenos agrícolas;</p> <p>(...) crescimento da dimensão das explorações e da agricultura a tempo parcial.</p> <p>(...)</p> <p>Em suma, embora contendo contradições como o critério de atribuição do prémio aos cerealicultores e o facto de, através do abaixamento do custos das rações favorecer a 'pecuária industrial', que é reconhecidamente uma das actividades agrícolas mais poluentes, a reforma Mac Sharry contempla significativos avanços sobre a actual política agrícola comum.</p> <p>(...) particularmente e em foco, ficará, caso a reforma avance, a capacidade nacional para regulamentar, planear e gerir eficazmente os programas das medidas de acompanhamento de grande importância para o futuro do nosso mundo rural".</p>
22/2/92 Pág. 21	Nacional	Mário Carvalho	<i>Resíduos ilegais empastam Santiago do Cacém</i>	<p>"(...) Monte da Despada, no concelho de Santiago do Cacém, local onde se situa um depósito clandestino de lixos tóxicos e perigosos. Estes, provenientes da limpeza de tanques de navios em Porto Brandão, concelho de Almada, lançam no local um intenso cheiro a hidrocarbonetos.</p> <p>A ilegalidade do depósito é reconhecida pela empresa (limpecal) que nos últimos anos tem utilizado o lugar da Despada para armazenar os resíduos, num terreno que poderá estar classificado como REN, de acordo com a CCRA.</p> <p>De ilegalidade em ilegalidade, a empresa (...) utiliza ainda como armazém de resíduos (...) cinco pavilhões licenciados para actividades pecuárias. Algumas das pessoas que residem nos arredores (...) classificam a situação de 'escandalosa'.</p> <p>(...)</p> <p>Sérgio Brígido Martins, responsável pelo centro de saúde de Santiago do Cacém, afirma que, estando o depósito clandestino de resíduos perigosos a poucos metros de uma linha de água (ribeira da Despada), é de admitir 'a escorrência de água pluviais contaminadas'.</p> <p>Análises feitas nos poços da ribeira comprovam a suspeita, pois indicam teores de hidrocarbonetos na água que chegam até 5 vezes o máximo tolerado para consumo humano.</p> <p>O primeiro alerta foi lançado pela imprensa regional em Janeiro (...).</p>

14/3/92 pág. 8	Economia	Mário Rodrigues	<i>Manifestação no Conselho Agrícola de Maio CNA desafia CAP e Arlindo Cunha</i>	<p>(...)"</p> <p>"A CNA decidiu convocar para a mesma altura da reunião do Conselho de Ministros da Agricultura da CE, agendada em Maio em Portugal, uma manifestação 'aberta a todas as organizações incluindo a CAP' (...).</p> <p>(...) visa contestar as actuais propostas de reforma da PAC – protagonizadas pelo ministro Arlindo Cunha, presidente do Conselho Agrícola da Comunidade - , bem como protestar contra a 'política agrícola e a situação em que se encontram os agricultores portugueses', esclareceu ao Expresso o coordenador da CNA, Joaquim Casimiro.</p> <p>(...)</p> <p>O desafio lançado à CAP para participar não altera, porém, as críticas que a confederação sediada em Coimbra tem dirigido à sua rival – por representar segundo a CAN 'os interesses dos lobbies do import-export' (...). Mas é igualmente conhecida a contestação da CAP à representatividade da CNA.</p> <p>A CAN tem, aliás, sido sucessivamente rejeitada como parceiro social pelo Ministério da Agricultura e pela CE – mantendo-se a já chamada 'unicidade agrícola' em benefício da CAP. (...).</p> <p>A ofensiva da CAN para ganhar espaço no movimento associativo agrícola é visível, sendo significativo que tenha já pedido a sua filiação na Coordenadora Camponesa Europeia (CCE) (...).</p> <p>Invocando-se como 'a organização mais representativa das explorações agrícolas familiares', a CNA pretende, por outro lado, protagonizar o descontentamento face à queda dos preços e rendimentos dos agricultores, bem como a contestação anunciada à reforma da PAC, mantendo, curiosamente nesta matéria, um discurso semelhante ao da CAP: a reforma com base na filosofia de Mac Sharry pretende 'transformar os agricultores em pensionistas, a viver de 'esmolas' do Estado e da CE num país que é deficitário em produtos agrícolas e alimentares'.</p> <p>Recorde-se que também a CAP anunciou publicamente 'vários encontros e manifestações locais' de contestação à reforma da PAC e a aspectos da política interna de Arlindo Cunha, o que –aliado ao novo factor de crise que é a seca – promete tornar o presente ano em mais um período de agitação nos campos portugueses. (...)"</p>
28/3/92 Capa	Capa (breves)		<i>Peixes morrem no Guadiana</i>	<p>"O baixo caudal do rio Guadiana está a provocar a morte de milhares de peixes e a acusar um intenso mau cheiro na região de Mourão e Mértola, pelo facto de os resíduos provenientes dos esgotos urbanos e industriais estarem a acumular-se no rio. (...)"</p>
28/3/92 Pág. 4	Política	José Frota	<i>Seca e PAC em questão CAP lança violento ataque ao Governo</i>	<p>"Os políticos só com medo fazem alguma coisa: metam isto na cabeça' – afirmou Rosado Fernandes, presidente da CAP, dirigindo-se a mais de três mil agricultores reunidos em Évora na passada terça-feira para protestarem contra 'as medidas conjunturais com que o governo pretende resolver os problemas da seca'. Na manifestação (...) foi também posta em causa a reforma da PAC, a qual dizem que irá conduzir 'à falência e à reforma antecipada da maioria dos agricultores.</p> <p>(...)</p> <p>O presidente da Confederação entendeu que chegou a hora</p>

				<p>de a 'agricultura mostrar que tem músculos, tem cabeça e tem ideias'. Neste quadro, lembrou lutas de 1975 contra a colectivização comunista da terra.</p> <p>(...)</p> <p>'Só no Alentejo - disse Manuel Rebocho, da Associação de Agricultores de Évora - estão perdidos oitenta por cento dos 150 milhões investidos na actual campanha'. Razão para Manuel Brito, presidente da cooperativa de Moura e Barrancos, ter defendido que 'quem tudo perde, nada pode pagar', referindo ainda que os agricultores já estão empenhados até à raiz dos cabelos', para poderem suportar mais moratórias e linhas de crédito bonificado.</p> <p>Por seu turno, Rosado Fernandes denunciou a 'burla dos créditos bonificados' que tem levado ao endividamento contínuo e progressivo dos agricultores (...).</p> <p>(...) o líder da CAP confessaria ainda a sua revolta, porque há poucos anos o haviam convencido, como a muitos outros, a fazer investimentos, na presunção de que os agricultores eram úteis e, 'agora, com a reforma da PAC pretendem colocar-nos na rua e mandarem-nos para o café'. No mesmo sentido se pronunciou um jovem agricultor que representava o sector cooperativo. (...) não se coíbiu a afirmar que 'é chocante verificar que os governantes que os aliciaram para a agricultura, solicitando-lhes dedicação exclusiva, são os mesmos que agora os abandonam'. Terminou gritando (...) que ele como os outros da sua geração se recusam a ser 'reformados aos vinte e cinco anos de idade'.</p> <p>Para Manuel Brito, o que está em jogo é a sobrevivência da agricultura portuguesa e, designadamente o futuro do Alentejo, uma região que ocupa um terço do território nacional e cuja economia, directa ou indirectamente ligada ao sector primário 'se encontra à beira da falência'. (...).</p> <p>Os sete representantes das associações agrícolas alentejanas reclamaram do Governo a declaração do estado de calamidade para a região 'a fim de que sejam reivindicados junto da comunidade os subsídios a que os agricultores têm direito'. Reclamada ainda foi a construção do empreendimento Alqueva na sua versão inicial (...).</p> <p>(...)</p> <p>Em declarações à imprensa, Rosado Fernandes viria a acentuar que as intervenções produzidas pelos diversos oradores demonstravam inequivocamente que os agricultores se sentem enganados pelas promessas eleitorais e que, em próximas eleições, o voto certamente vai tomar outro rumo. Ele próprio, no seu discurso, encarregou-se de 'mandar o Governo à fava' e dizer que 'a actual classe política só quer poder, poder e mais poder, e férias no Algarve'."</p>
28/3/92 Pág. 4	Política	JF	<i>Seca provoca prejuizos de milhões de contos</i>	<p>"Cerca de centena e meia de representantes das cooperativas integradas na FENCA (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção) (...) reclamam a imediata declaração do estado de calamidade pública para as regiões do Alentejo e Algarve. (...) a FENCA engloba (...) o que resta das estruturas colectivistas saídas da reforma agrária.</p> <p>(...)</p> <p>A FENCA refere ainda não compreender a razão por que o Governo continua a insistir numa linha de concessão de</p>

				<p>crédito quando sabe que as cooperativas e também os agricultores estão descapitalizados e ainda a pagar empréstimos contraídos para fazer frente a temporais de há anos ou a créditos para investimentos nas explorações.</p> <p>Como medidas a tomar, para além da declaração do estado de calamidade, a FENCA propõe a concessão de apoios a findo perdido (...), moratória de dezoito meses no pagamento de anteriores linhas de crédito, criação de condições para o fornecimento de forragens para alimentação do gado e de rações a preços mais baratos e a intervenção do Estado no mercado da pecuária para evitar a degradação dos preços (...). Também é sugerida a resolução, por intermédio da Segurança Social, de problemas de desemprego resultantes da seca (...).</p> <p>A prazo, a Federação reclama um estudo aprofundado sobre os recursos hídricos do Alentejo e Algarve e a aceleração do processo de decisão quanto ao empreendimento do Alqueva, condição inadiável para o Alentejo fazer face às crises periódicas de seca e à irregularidade das condições pluviométricas."</p>
11/4/92 Pág. 12	Economia	BTA	<i>As medidas de apoio contra a seca</i>	<p>"(...)</p> <p>Talvez as medidas de ajuda para esta seca devam ser encaradas como mais um caso de solidariedade nacional, quando neste momento os agricultores precisam de dinheiro e não de processos de intenções".</p>
9/5/92 Pág. 15	Economia	BTA	<i>Alentejo: a valorização do sequeiro</i>	<p>"Reina actualmente um pouco de anarquia na valorização do 'polémico' sequeiro alentejano. Os valores declarados das vendas por vezes nada têm a ver com o valor dos terrenos, e achar médias para manchas de solos tão extensas (...) não parece (...) correcto.</p> <p>(...)</p> <p>De um modo geral, um sequeiro para cereal vale aquilo que produzir. Claro está que, a estes valores ter-se-á que adicionar ou deduzir todos os factores de valorização ou depreciação da actividade agrícola (...). Haverá ainda que ter em conta aspectos como a paisagem, a localização, construção e infra-estruturas, e gosto pessoal.</p> <p>(...)</p> <p>O importante a reter será que o valor unitário de um solo para uso agrícola, não é necessariamente a média do valor da propriedade. Embora tenham recentemente ocorrido vendas com valores unitários de 400 contos por hectare de sequeiro, no Alentejo, nem todos os solos alentejanos valerão sequer metade. Os pressupostos a considerar são tantos, que nem nas manchas uniformes como os barros de Beja se pode falar de valores médios.</p> <p>(...) benfeitorias como habitação própria, vedações, poços, caminhos, podem catapultar o valor da propriedade.</p> <p>Factor determinante para a valorização do valor da terra, ou melhor da propriedade, é a sua dimensão e localização. Não se pode atribuir o mesmo valor a 100 hectares contíguos que a 1000 hectares. Deste modo, explorações demasiado grandes vêm o seu valor baixar proporcionalmente a médias explorações bem dimensionadas e de maneio mais em conta. Por vezes, o valor médio por hectare na transacção de grandes e produtivas herdades no Alentejo não ultrapassa os 100 contos, valor que pode ser considerado ridículo em certos casos e que seria de certo superior se essa transacção se fizesse por lotes mais</p>

16/5/92 pág. 19	Economia	BTA	<i>A praga do eucalipto</i>	pequenos (...). “A exploração económica do eucalipto iniciou-se em Portugal em 1870, tendo a grande exploração começado após a II Guerra Mundial. De tal modo teve sucesso para a indústria da celulose que viria a destronar o pinheiro (...). (...) Cedo os preços eram tão elevados que (...) que se verificou não só a expansão do eucalipto para o interior, com climas menos favoráveis, como para solos sem aptidão florestal. Foram tempos em que se alienaram bons solos agrícolas e em que se cobriram as serras de eucaliptos, essencialmente no interior Sul (Serra d’Ossa, São Mamede, Monfurtado e Portel), que motivaram inclusivamente (...) a publicação de legislação com vista a controlar a implantação de novos povoados. (...)”.
30/5/92 Pág. 9	Economia	Rui Moreira (em Bruxelas)	<i>Paga, PAC!</i>	“A (...) PAC da Comunidade Europeia já só tem um ano de vida: na campanha 1993/94 entrará em vigor uma política totalmente nova que vai alterar a face da agricultura europeia até ao final do século. É uma viagem histórica na mais antiga e importante política comum da CE que marca o princípio do fim de uma população agrícola numerosa e envelhecida – e de um sistema que custa mais de metade do orçamento da comunidade e que enche os armazéns da Europa de produtos agrícolas excedentários. (...) (...) uma nova filosofia que adaptará, inevitavelmente, a política agrícola da comunidade ao mundo economicista de hoje, pondo fim a um mercado artificial onde os produtos são transaccionados a um preço superior ao real para salvaguardar o rendimento de 10 milhões de agricultores. (...) No caso dos cereais, o sector-chave e de referência da reforma, os preços vão baixar gradualmente para o nível do mercado internacional, sendo a diferença coberta quase totalmente por um subsídio directo aos produtores. O preço de intervenção (...) baixará gradualmente para o nível praticado actualmente no mercado internacional. A diferença entre o rendimento de mercado e aquele que seria obtido com os actuais preços de intervenção é suportado pelo Orçamento da Comunidade. De acordo com o sistema, o produtor terá, assim, um rendimento de garantia previamente fixado (o subsídio), mas venderá aos preços de mercado. O subsídio será pago por hectare e não à produção (por tonelada) como acontece actualmente, variando em função das produtividades médias das regiões ou países. Ou seja, será pago em função da área das explorações e da produtividade média do respectivo país e região, e não em função das toneladas de cereais produzidos. Ainda no domínio dos cereais, a nova PAC prevê um congelamento de terras aráveis (set-aside) obrigatório para todas as explorações com uma produção anual superior a 92 toneladas. (...) De acordo com especialistas comunitários, a conjugação de um ‘set-aside’ totalmente compensado com um subsídio directo compensatório da descida dos preços vai desencorajar decisivamente a produção e levará muitos dos pequenos e mais idosos agricultores a desinteressarem-se da actividade. E este é um dos desígnios inconfessáveis, mas inevitável, de uma política que vai pagar (e bem) para não se produzir.

				(...) Neste contexto, um pequeno agricultor português só precisará de produzir o mínimo indispensável para receber o subsídio e a compensação pelo 'set aside', que lhe asseguram à partida mais de metade do rendimento. (...)".
30/5/92 Pág. 16	Nacional	Mário Rodrigues	<i>Agricultores sentem-se atraídos por serem obrigados a produzir cada vez menos alimentos A revolta dos agricultores</i>	<p>(...)</p> <p>As intervenções da CNA (na manifestação junto ao Hotel da Curia, onde estava reunido o Conselho de ministros da agricultura) acusavam o ministro de 'traição' e garantiam que 'esta reforma é para os Estados Unidos meterem pelas nossas fronteiras aquilo que vamos deixar de produzir'. De tudo se falou (...) os problemas seriam certamente os mesmos com ou sem a reforma da PAC (...). A novidade foi a de que 'agora, já decidiram que temos que produzir menos ou abandonar as terras, para viver de esmolas do Estado'.</p> <p>(...)</p> <p>Não foi, porém, a PAC o tema fundamental da reunião informal da Agricultura, mas sim a floresta (...).</p> <p>Em suma, torna-se mais previsível o futuro mundo rural (nomeadamente o português) com a reforma da PAC em curso: menos alimentos e mais lenha.</p> <p>(...)</p> <p>'Todos nós nos sentimos vergonhosamente enganados por um Governo que muitas vezes ajudámos a colocar no poder', afirmou, de cima de um tractor, José Manuel Casqueiro perante cerca de seiscentos agricultores que se reuniram (...) em Beja para protestar contra a reforma da PAC.</p> <p>Para o secretário-geral da CAP aquela apenas tem por objectivo permitir o acesso dos grandes produtores agrícolas mundiais ao mercado europeu.</p> <p>(...) em sua opinião, a reforma da PAC vai permear quem menos produz, mas 'os agricultores recusam ver-se transformados em parasitas da sociedade e em reformados do Estado'.</p> <p>Mas as declarações mais duras pertenceram aos dirigentes associativos alentejanos, para quem a reforma da PAC vai desencadear uma série de falências que acarretará a desagregação da economia regional. O abandono de muitas explorações vai conduzir à extinção de muitas actividades complementares (...).</p> <p>Manuel Brito, da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos foi mais longe e acusou o Governo de querer transformar o Alentejo 'numa imensa coutada para os grandes barões da droga e os senhores do dinheiro negro virem fazer as suas orgias'.</p> <p>Todos prometeram que 'a lavoura alentejana vai morrer mas de pé e lutando' (...). (...) 'os senhores do Governo vão ter ocasião de conhecer a ténpera dos alentejanos e verificar que a nossa proverbial paciência também tem limites', disse-se durante a primeira manifestação de rua organizada pela CAP, num dos bastiões do comunismo português."</p>
6/6/92 Pág. 12	Nacional	José Frota	<i>Água por um fio os trabalhos de Adelina</i>	<p>"No dia em que choveu na Amieira (28 de Maio - a terceira vez em 1992 e a quinta desde há um ano), Adelina Santalhos de 62 anos curtidos pela dureza do trabalho agrícola, não interrompeu a tarefa rotineira a que a escassez de água a tem obrigado (...).</p> <p>As seis da manhã, munida dos mais variados recipientes,</p>

				<p>toma invariavelmente posição junto à torneira de sua casa para recolher a água necessária ao consumo diário. Ela sabe, tal como os moradores da zona alta, que a água se vai, como surge, de um momento para o outro. (...).</p> <p>(...)</p> <p>A revolta não é contra os elementos. É contra quem, políticos e agrários, consentiu na plantação indiscriminada de eucaliptos nas redondezas de Amieira. Para a população local os eucaliptos são responsáveis pelo esgotamento de 16 das 18 fontes que circundavam a aldeia.</p> <p>'Se não fosse o povo manifestar-se em massa contra os eucaliptos, agora seria tudo muito mais difícil', afirma Adelina Santalhos. 'A eucaliptização, em primeiro lugar, e agora a seca, fizeram a nossa desgraça', acrescenta o presidente da junta de freguesia, Norberto Guerreiro.</p> <p>(...) o espectro do desemprego e a incerteza quanto ao futuro regressaram ao quotidiano alentejano.</p> <p>'No Alentejo só tem juízo quem emigra ou quem se suicida. Isto aqui não dá para viver', disse um habitante da Amieira, sem ter conhecimento do último relatório da GNR anunciando que, no distrito de Évora, em apenas quatro dias da última semana se suicidaram seis homens (...).</p> <p>Com muitas culturas perdidas e campos a ganharem for a do tempo o castanho de Agosto, muito do trabalho sazonal acaba por não se realizar, o que se vai reflectir nos índices de desemprego, principalmente no que se refere às mulheres?'</p>
20/6/92 Pág. 13	Nacional	José Frota	<i>Os cenários do Alqueva</i>	<p>"O Alqueva vai para a frente e qualquer que seja a solução ela é um meio termo entre as velhas aspirações alentejanas e as modernas exigências da PAC. (...)"</p>
20/6/92 Pág. 13	Nacional	J F	<i>PC domina congresso do Alentejo</i>	<p>"O V congresso (extraordinário) do Alentejo (...) consagrou a tese comunista de que a construção da Barragem de Alqueva representa a solução para os problemas da região.</p> <p>(...)</p> <p>A contestação veio dos ecologistas. Pedro Vieira, um técnico biofísico ao serviço da Quercus (...) ouviu apartes de desaprovação ao afirmar ser 'importante aguardar pelos estudos económicos, financeiros, sociais e ambientais que se estão a realizar para debater a viabilidade ou não de Alqueva'.</p> <p>Os representantes da LPN foram alvo de interpelações mais intempestivas ao decidirem demarcar-se das conclusões finais (...) reservando a sua posição (...) para depois do conhecimento da decisão de Bruxelas".</p>
20/6/92 Pág. 12	Economia	Mário Rodrigues	<i>Digerir a nova PAC</i>	<p>"(...)</p> <p>No III Congresso da Agricultura Portuguesa (em Santarém) foram analisados os mecanismos e os efeitos da nova PAC (...). O cenário predominante foi (...) a agricultura do Sul, sobretudo a do Alentejo e dos cereais (...), reconhecendo-se que, a prazo, será aquela região a mais penalizada com a reforma da PAC, apesar de, sem esta medida, ser também consensual que pelo menos a cerealicultura de sequeiro estaria condenada.</p> <p>De qualquer forma, a tendência 'oficial' para algum menosprezo (social e político) da 'minoría' alentejana, no contexto da nova PAC não pode deixar de confrontar-se com o facto de o Alentejo continuar a maior região</p>

				<p>cerealífera nacional (...) e a maior empregadora de assalariados agrícolas permanentes (...) cujo futuro também parece uma vez mais ameaçado. prevendo-se na região novas tensões sociais.</p> <p>Em suma, o que pode ser considerado a 'derrota histórica do trigo' não deverá ocorrer pacificamente. (...).</p> <p>Três intervenções de técnicos reconhecidamente qualificados marcaram o essencial do Congresso constituindo (...) o 'ideário' de suporte no discurso polémico dos dirigentes da Confederação sobre (contra) a reforma da PAC (...).</p> <p>Francisco Avillez, professor do Instituto Superior de Agronomia e conhecido investigador das questões agrárias, 'desmontou' os efeitos reais das chamadas 'ajudas ao rendimento' para compensar a quebra dos preços. Gomes da Silva, também agrónomo, ex-director do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e vogal deste organismo na Comissão de Integração Europeia aquando do processo de adesão à CE, procurou demonstrar que esta é 'a PAC do retrocesso e da destruição do espírito empresarial agrícola' e que 'compromete o futuro do mundo rural'.</p> <p>João Soares, ex-director geral das florestas e agora gestor de uma celulose, 'desmistificou' os alegados apoios à florestação como alternativa à agricultura, assim como algumas medidas agro-ambientais e acompanhamento incluídas nesta reforma da PAC.</p> <p>Este 'trio' acabou por rebater as teses político-governamentais sobre a reforma da PAC, apresentada como 'o maior sucesso da presidência portuguesa'. Gomes da Silva, diria que foi um sucesso formal (...) sublinhando que 'não foi feita a reforma global da PAC, mas apenas de algumas produções, ficando de fora as mediterrânicas' e insistiu no efeito de 'destruição do espírito empresarial agrícola português, quando as outras agriculturas tiveram 30 anos de apoios comunitários ao investimento'.</p> <p>Gomes da Silva duvidou das disponibilidades dos novos recursos financeiros exigidos pela CAP, considerando 'difícil de explicar aos contribuintes e aos economistas que se pague (aos agricultores) a produção zero e a não actividade'.</p> <p>Coube a Francisco Avillez avançar com alguns argumentos novos sobre o acordo negociado com Bruxelas, de que, aliás salientou alguns 'pontos positivos'. Um daqueles prende-se com a ajuda ao rendimento que, sendo 'a única forma de compensar os agricultores pela quebra dos preços', deve ainda ter como função 'dar-lhes condições e tempo para se adaptarem do ponto de vista estrutural ou encontrarem alternativas tecnológicas ou produtivas'.</p> <p>Ora, a fórmula encontrada pelos reformadores da PAC torna a ajuda numa 'espécie de pensão', porque 'estando dependente da condição de o agricultor semear a terra, não lhe dá tempo para encontrar alternativas' e, 'sendo permanente, embora ninguém acredite, ela garante o rendimento, mas não incentiva a mudança e a reestruturação'. A ajuda ao rendimento, nestes termos, 'tem um efeito perverso, porque é independente do comportamento do empresário', segundo Francisco Avillez (...).</p> <p>Além disso, o seu pagamento está dependente do set-aside,</p>
--	--	--	--	---

				<p>o que 'é absurdo por sermos deficitários e penaliza a agricultura europeia perante outras'. Mais ainda, a ajuda ao rendimento, como foi estipulada, 'não altera a situação dos responsáveis pelos excedentes - eles deveriam alterar culturas ou reconverter-se', tanto mais que 'todo o Norte da Europa tem custos de produção inferiores ao preço e, por isso, vai continuar a produzir e a receber ajudas, não mudando a sua agricultura'. Ou seja, afirmou Francisco Avillez, esta reforma 'congela a reconversão dos que deveriam fazê-la (os excedentários).</p> <p>(...) o outro instrumento que tem sido apresentado como uma das principais alternativas à agricultura: as medidas de acompanhamento agro-florestais. O ex-director geral das florestas (do Ministério de Álvaro Barreto, João Soares) enumerou os novos incentivos 'aliciantes' de apoio à floresta, mas avisou que os '10 milhões de ecus/ano) orçamentados para os Doze são 'ridículos' para o empreendimento e 'menos que um quarto' das verbas destinadas à pré-reforma ou ao agro-ambiente . (...).</p> <p>João Soares ironizou (...) sobre o ordenamento do território que está a ser feito pelos municípios: 'Demarcação de exageradíssimas áreas agrícolas interditas ao uso florestal', contrariando a orientação comunitária da florestação, como alternativa para os agricultores.</p> <p>Mais optimista quanto a 'alternativas' foi, sem dúvida, o ministro do Comércio e Turismo (...). Faria de Oliveira falou da 'luminosidade e o horizonte sem fim no Alentejo' como grande atractivo 'para os turistas que nos visitam' e prometeu mais apoios para o 'turismo rural'. Afirmou que a reforma da PAC 'vem trazer ar fresco à agricultura portuguesa' e garantiu que com ela 'é ainda mais aliciante ser agricultor em Portugal'. (...)."</p>
<p>20/6/92 Pág. 17</p>	<p>Economia</p>	<p>MR</p>	<p><i>As divergências da CAP</i></p>	<p>"A CAP não é contra a reforma da PAC, mas sim contra esta (...) (porque) não vai resolver, no essencial, os problemas da PAC anterior (excedentes, elevados gastos financeiros, disparidades regionais).</p> <p>Não foi salvaguardada a especificidade da agricultura portuguesa - que, para os mesmos preços de venda, produz a custos incomparavelmente superiores aos comunitários. Para efeitos de ajuda ao rendimento, o hectare português vale entre metade a um terço do europeu.</p> <p>É economicamente absurdo impor o set-aside (...) num país que, além de não ser responsável pelos excedentes que originaram a revisão da PAC, é, em termos agro-alimentares, deficitário.</p> <p>Foi travado, passados apenas 6 anos, o espírito empresarial agrícola incentivado em Portugal desde a adesão - apesar de ter sido o motor do grande desenvolvimento das agriculturas europeias, que beneficiaram de substanciais apoios ao longo de 30 anos.</p> <p>As ajudas de compensação pela quebra dos preços, ao serem atribuídas por hectare semeado ou número de animais, independentemente da produtividade da exploração, levam a que o agricultor desinvesta e diminua despesas de produção, procurando arrecadar a maior diferença possível entre estas e o valor dos subsídios. Não é estimulado para reconverter a exploração.</p> <p>Não existem, para já, alternativas agrícolas (produtiva ou comercialmente) ao sequeiro alentejano, dada, inclusive, a</p>

				<p>clássica falta de água no Alentejo.</p> <p>As alternativas de uso florestal de solos agrícolas parecem estar bloqueadas com as exíguas verbas já previstas para o efeito, além de contrariarem alguma legislação nacional restritiva sobre o ordenamento do território e de carácter ambiental.</p> <p>Não há garantia de que a CE e o orçamento nacional vão disponibilizar as verbas inerentes à nova PAC – e, mesmo que houvesse, a experiência portuguesa na matéria é preocupante em termos de prazos e burocracias de pagamento.</p> <p>O novo esquema de apoio aos agricultores vai exigir uma imensa máquina burocrática, além de os obrigar a ‘aprender a preencher os papéis para o subsídio’. Propicia novas fraudes com os fundos comunitários.</p> <p>A futura imagem dos agricultores que viverão subsidiados pelos contribuintes (para além dos rendimentos da venda dos produtos, que baixarão), poderá a vir a ser penalizada pela opinião pública e os governos.”</p>
27/6/92 Pág. 16	Economia	BTA	<i>Alentejo: as alternativas da PAC</i>	<p>“(…) Olhemos (...) para o Alentejo. À parte do regadio, que constitui ainda uma excepção na paisagem alentejana, temos que falar de cereais, de sobreiros, azinheiras, algum vinho e algum gado. Nas zonas de fronteira mais pobres, temos ainda oliveiras e ovelhas.</p> <p>(…) Desde o início, a grande expectativa dos agricultores portugueses era o set-aside e, claro, das medidas tendentes à redução dos preços.</p> <p>Primeiro que tudo, o congelamento das terras aráveis previsto na nova PAC aponta para explorações com produções anuais superiores a 92 toneladas, o que significa, tomando em conta a média nacional, explorações com cerca de 30 hectares. Mas esta redução compulsiva é totalmente compensada com um subsídio directo. É ainda de salientar o facto de a área congelada poder ser rotativa, ou seja, poder funcionar como pousio numa rotação (como as cerealiculturas praticadas no Alentejo).</p> <p>Por outro lado, há mais de cinco anos que se fala da redução de preços à produção, o que se tem verificado em termos reais. De facto, o período de harmonização já foi alargado até 2001, pelo que estas medidas (...) vão-se adicionar aos subsídios a desfrutar durante este nove anos (...).</p> <p>Claro que um dos objectivos primordiais da comunidade é a manutenção a todo o custo do espaço rural. Há que manter os agricultores no campo. Mas da forma como as coisas têm sido postas, até parece que os nossos agricultores são umas autênticas máquinas de produzir, a quem vão pôr areia na engrenagem. Há anos e anos que se fala de pensões de reforma para os agricultores entre outras regalias sociais inexistentes, ou miseráveis, e eis que agora, quando se fala de valores que podem atingir os 2000 contos ano, surge a voz – ‘querem-nos matar’.</p> <p>(…) (..) parece que a tendência actual no domínio das transacções de terreno no Alentejo tem sido comprar para não produzir (ou melhor, para ‘deixar estar’).”</p>
11/7/92	Economia	Celso	<i>Investimentos dão à</i>	<p>“Quarenta e cinco quilómetros quadrados de praia, que se</p>

Pág. 12		Filipe; Vitor Andrade; Alexandre Coutinho;	<i>costa</i>	<p>estendem entre a península de Tróia até Melides transformam Grândola no concelho com maior extensão de costa do país. Por esta razão, à qual acresce uma relativa virgindade turística deste território (...) Grândola está agora a sofrer as pressões inerentes a esta situação de privilégio.</p> <p>De um lado da barricada estão os investidores (...). Do outro o Protali (...) que defende cargas turísticas muito inferiores às previstas, tanto pelas empresas (...) como pelo próprio PDM (...).</p> <p>(...)</p> <p>O centro da polémica que envolve a CCRA, a CMG e os investidores resume-se a um único item: as diferentes leituras que as três partes fazem do equilíbrio ecológico. Na opinião de Matos Gago (presidente da Câmara de Grândola) tudo se explica pelo facto de 'a costa alentejana ser a única que o Governo tem para satisfazer os lobbies ambientalistas'. Artur Saldanha da Urcazul, é mais conclusivo. 'Por razões políticas, a CCRA está a travar o desenvolvimento do Alentejo. O que é mais grave, sabendo que no litoral a vertente turística é fundamental para o desenvolvimento da zona'.</p> <p>(...)</p> <p>Mais adiante na costa do concelho de Santiago do Cacém vivem-se os mesmos momentos de incerteza. Para a UNOR de Santo André, o Protali admite apenas 3 mil utilizadores, metade do previsto no PDM camarário.</p> <p>(...)</p> <p>Embora nesta história de desenvolvimento turístico a CCRA surja como a personalidade 'má da fita', uma fonte contactada pelo Expresso e conhecedora dos meandros do litoral alentejano é de opinião que 'os municípios envolvidos reagiram tardiamente, já depois do Protali estar definido, porque se têm preocupado mais com interesses locais'. (...)"</p>
11/7/92 Pág. 13	Economia	VSA	<i>Do equilíbrio de Sines ...</i>	<p>"Confrontado com localização (quase compulsiva) no seu território, de um complexo industrial de grandes dimensões – desde o início da década de 70 – o concelho de Sines debate-se agora com a difícil tarefa de conciliação entre o seu passado (industrial) e o respectivo futuro como pólo de atracção turística. (...)"</p>
11/7/92 Pág. 13	Economia	AC	<i>... às herdades de Odemira</i>	<p>"Aivados e Vila Formosa estão no centro de uma polémica que tem animado nos últimos meses ecologistas, autarcas e promotores imobiliários do concelho de Odemira. Situados a norte e a sul de Vila Nova de Milfontes, os dois projectos de empreendimentos turísticos recentemente aprovados vão transformar a paisagem costeira da região.</p> <p>Se para os ecologistas e principais responsáveis da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina estes complexos constituem uma ameaça ao ecossistema local, representam em contrapartida uma oportunidade de desenvolvimento há muito esperada pelos alentejanos do litoral.</p> <p>Inicialmente traçado para um total de 27 mil habitantes (projecto de 1978), o empreendimento previsto para a herdade de Aivados (502 hectares) ficará dotado de apenas quatro mil camas distribuídas por um aldeamento turístico e um loteamento servidos por três campos de golfe e respectivas infra-estruturas de apoio, entre as quais um aeródromo já existente na propriedade.</p>

				<p>(...)</p> <p>Além do impacto ambiental está sobretudo em causa a preservação da paisagem e da charneca local. 'A densidade aprovada é muito pesada. Aceito que pudesse haver turismo de qualidade nos Aivados, mas de uma forma muito contida e apenas com um campo de golfe. Vamos sacrificar um local de preservação em nome do desenvolvimento económico', argumenta João Lagido, director da Área de Paisagem Protegida. Lagido gostaria de ver os Aivados como zona de reserva integral, mas a câmara de Odemira afirma não dispor de condições financeiras para uma solução desse tipo.</p> <p>'Somos os primeiros interessados em preservar a qualidade e não admito lições de ninguém que não se interessou por isto nos últimos vinte anos. Pedimos ajuda para vedar a propriedade e criar caminhos preferenciais de acesso à praia, de modo a impedir tentativas de construção, o campismo selvagem e a passagem dos maiores predadores da zona, os 'todo-o-terreno, que devassam os Aivados em grupos de 20 ou 30 carros', afirma Joaquim Silveira, proprietário da herdade e principal impulsionador do projecto.</p> <p>A manutenção e rega dos campos de golfe não preocupa Joaquim Silveira: 'é um falso problema'. Mais consciente da situação, Silva Graça, promotor do projecto da Vila Formosa avança com soluções tendentes a minimizar os efeitos dos fluxos de águas pluviais e de rega do campo de golfe (...) preconizando a construção de três pequenos açudes e a bombagem e reintrodução destas águas no circuito da rega. Por outro lado, defende que Vila Formosa ocupará apenas 200 dos 700 hectares da herdade e será dimensionada para um total de 1600 camas (o plano inicial previa 7500) repartidos por três aldeamentos turísticos e um loteamento. (...).</p> <p>Paralelamente aos grandes e médios empreendimentos, às unidades hoteleiras e aos parques de campismo previstos (Almogrove e Carvalhal), o turismo rural ganha um número cada vez maior de adeptos, nomeadamente junto da comunidade alemã recém instalada no litoral alentejano. É o caso do monte Moita Nova (Cavaleiro), adquirido e recuperado a partir de 1988 por Ute Gerhardt, que oferece hoje ao visitante o conforto rústico de quatro apartamentos e as infra-estruturas de uma pequena coudelaria onde se criam cavalos de raça árabe e lusitana.</p> <p>O projecto (...) constitui um excelente exemplo de mimetismo e integração na paisagem e arquitectura locais. (...)"</p>
11/7/92 Pág. 14	Economia Agricultura	Mário Rodrigues	<i>A alternativa florestal</i>	<p>"Apesar da reforma da PAC conseguida pela presidência portuguesa consagrar o uso florestal do solo como alternativa ao abandono de terras aráveis ou de produções agrícolas comunitariamente excedentárias, o cepticismo sobre a viabilidade daquela opção no nosso país ficou mais uma vez patente num seminário internacional sobre política florestal (...).</p> <p>(...) além da 'exiguidade' das verbas referida, nomeadamente por João Soares, surgiram novas críticas. (designadamente) o 'preço da terra' que (...) tende a ser inflacionado nas áreas das produções e agricultores 'protegidos' pela PAC e as 'taxas de juro' (...).</p> <p>(...) Gonçalves Ferreira (do Conselho Nacional da</p>

				<p>Floresta) não hesitou em anunciar que, em vez da agricultura 'vem aí uma cultura de subsídios' (...). (...)</p> <p>(...) o subsecretário de Estado (Gonçalves Ferreira) limitou-se a, praticamente, repetir um discurso genérico sobre a 'polivalência' da floresta e as três áreas de enquadramento da política florestal – gestão sustentada, protecção e conservação e utilização eficaz dos recursos florestais'. (...). (...)"</p>
11/7/92 Pág. 15	Opinião	Lino de Carvalho	<i>PAC: quem foi reformado?</i>	<p>" (...) Estamos não perante uma verdadeira reforma da PAC, mas (...) perante uma reforma da política cerealífera (...). De facto, não se integram nesta reforma a vasta gama de produções mediterrânicas (vinho azeite, horto-industriais) que mais interessavam aos países do Sul e em particular a Portugal, produções cujas OCM precisam igualmente de ser revistas. (...).</p> <p>(...) a reforma acabou por se limitar exactamente às áreas que afectam as negociações do GATT e que eram alvo de pressões dos Estados Unidos. Assim, a primeira conclusão é de que não foi uma reforma para responder a problemas da agricultura europeia e, muito menos da portuguesa, mas para responder às exigências do GATT.</p> <p>A segunda questão tem a ver com a situação específica da agricultura portuguesa. O défice agro-alimentar do país tem vindo a agravar-se (...) esta questão coloca em discussão o nível de segurança alimentar do país.</p> <p>(...)</p> <p>No último Fórum da Agricultura Europeia promovido pelo Conselho da Europa esse nível de segurança foi fixado em 60 por cento das necessidades de abastecimento nacional. Ora Portugal nem chega aos 40 por cento (...) o que significa que neste quadro é absurdo ter-se aceite a aplicação ao nosso país de disciplinas visando uma redução da produção e a subsidiação de agricultores para não produzirem, em vez de um apoio à reestruturação das explorações, ao reordenamento das culturas, ao aumento dos níveis de produtividade, à reconversão dos sistemas culturais. (...).</p> <p>(...) não é fatal que Portugal, em particular o Alentejo, tenha de se limitar a ser um paraíso para turistas com horizontes largos, como sem medo do ridículo afirmou Faria de Oliveira, em Santarém, sem cuidar de se questionar a si próprio sobre os efeitos disto tudo no agravamento do processo de desertificação rural.</p> <p>(...) o que vai acontecer é uma corrida aos subsídios, à colocação das terras em pousio para se receberem os apoios inerentes ao set-aside, à reforma antecipada e, em menor escala, às medidas de apoio à florestação. E como os subsídios compensatórios são inerentes, na forma e no tempo, à actividade produtiva, a verdade também é que eles vão funcionar como meros instrumentos de sobrevivência do agricultor e não como instrumentos que poderiam e deveriam ser de reestruturação e modernização das explorações agrícolas. E neste ponto importa então reflectir sobre a função social do agricultor e sobre o seu direito a produzir, aspectos que esta reforma completamente ignora. O agricultor não é um cidadão diferente dos outros que exercem a sua profissão noutros sectores de actividade. Ele tem o direito a viver do rendimento do seu trabalho e a</p>

				<p>não ser pago por abaixo do valor que produz vivendo a expensas do Estado. E se alguma diferença existe residirá no facto de ele ter especiais responsabilidades na produção de alimentos e na própria salvaguarda dos espaços rurais. Tem, deste ângulo, uma função social acrescida que a Comunidade deve reconhecer. não o tratando como alguém que está a mais e a quem os restantes cidadãos têm de subsidiar para sobreviver.</p> <p>(...)</p> <p>Mas quem mais perde com esta reforma, para além dos países do Sul, são as pequenas e médias explorações, porque, ao contrário dos grandes proprietários, não têm a possibilidade de conjugar os diversos mecanismos da reforma da PAC para se defenderem- preços, subsídios, set-aside, medidas agro-ambientais, florestação – e por isso ficarão sujeitos à erosão dos seus rendimentos. (...).”</p>
22/8/92 Pág. 9	Nacional	António Costa; José Frota	<i>A luz por água abaixo</i>	<p>“A aldeia da luz fica à beira do Guadiana, posta em sossego, todo o Inverno, a ver a cal das casas a cair, o rio a encher, o fumo dos cozidos a sair das grandes chaminés cilíndricas, o ‘Ponto por Ponto’ e a novela do almoço no televisor, os cães, que não tendo dono são de toda a gente, a vadiar, as mulheres o dia inteiro à espera que os homens voltem da Portucel, operários arraçados de camponeses que, ao fim da tarde bebem conscienciosamente o néctar de Reguengos, na sociedade, à mesa da bisca lambida.</p> <p>Isto é no tempo das chuvas, se é que chove. No tempo mais pacato, como dizem os seus 400 habitantes regulares. Depois chegam Agosto e os patricios emigrados, quase todos à temporada, na Suíça.</p> <p>A população da Luz duplica, as casas são caiadas de fresco e arejadas e, não fora a TV espanhola que tão boa informação lhes dá das modas estrangeiras, sobressaltos haveria nos que aqui vivem todo o ano, perante as tangentes ao parque infantil da Rua Sá Carneiro, desenhadas pelos bólides mais garridos e à vista das moças outrora tão sérias e recatadas hoje com o peito quase ao léu. Os sobressaltos hoje em dia são outros e não vêm da Europa (...). O perigo vem de Lisboa, onde se decide a vida ou a morte da Luz, por via da quota que for estabelecida para a futura albufeira do Alqueva.</p> <p>(...)</p> <p>Horácio Guerra, presidente da Junta de Freguesia, é peremptório: ‘Rejeitamos uma solução que venha condenar ao afogamento as nossas casas, os nossos campos, a igreja e o cemitério’. Na Luz não se admite sequer reconstrução da aldeia noutra local mais enxuto. Se for tudo por diante, a grande maioria dos luzenses abandonará o Alentejo para nunca mais voltar.</p> <p>(...)</p> <p>Na freguesia da Granja conhecida pela alta qualidade das suas vinhas, graças ao microclima da região, avolumam-se os receios de que o gigantismo da barragem provoque alterações climáticas suficientes para acabar com a actividade agrícola na freguesia.</p> <p>Estas circunstâncias, aliadas à intenção dos desalojados da Luz de partirem em massa para casa dos filhos nas grandes metrópoles a Norte, os velhos, e para a Suíça ou França os mais novos, levam o presidente da autarquia a admitir a extinção iminente do concelho, quando reduzido a duas</p>

				<p>freguesias com pouco mais de 1500 almas e esvaziado de actividade económica. O eventual desmantelamento da própria estrutura camarária lançaria na inactividade 300 funcionários.</p> <p>(...)</p> <p>Em Mourão, como em Évora, ninguém quer ouvir falar de 'solidariedade regional' numa altura em que em Beja se reivindica a divisão do Alentejo em duas regiões administrativas. A Associação de Municípios de Évora só encara o sacrificio de Mourão e parcial de Monsaraz na perspectiva de um só Alentejo e com contrapartidas.</p> <p>(...)</p> <p>Em Mourão, tal como em Évora, a convicção é que o chamado 'Alquevinha' continue nas intenções do Governo e, nomeadamente, de Ferreira do Amaral, deputado eleito pelo círculo em 1991. (...)"</p>
22/8/92 Pág. 11	Opinião	JJ Edward Clode (gestor de empresas)	<i>PAC: a oportunidade da mudança</i>	<p>"A PAC nasceu nos anos 60 com o objectivo de aumentar fortemente a produção, prometendo a independência alimentar para os então seis países da CEE, com esquemas de apoio. (...) estes esquemas passaram a um crescendo insuportável para o orçamento comunitário e os excedentes de produção atingira valores elevadíssimos. Os seis países haviam passado para doze e só com a PAC 70 por cento do orçamento comunitário era absorvido. Tinha que haver uma nova PAC, preocupada agora não com o aumento da produção mas com o reordenamento dessa produção, ajustada às realidades da comunidade e com um apoio ao desenvolvimento rural e protecção ambiental.</p> <p>(...)</p> <p>Em Portugal há cerca de 2 milhões de solos em uso agrícola que devem passar para floresta. Esta é uma daquelas verdades agrárias de que já falava Pequito Rebelo (...).</p> <p>Ora, na nova PAC, no capítulo da estratégia florestal comunitária incluem-se: ajudas para melhorias em superfícies já arborizadas; ajudas para plantação de árvores resinosas e folhosas (...).</p> <p>Os agricultores que florestem o que estavam a ajudar agricolamente podem ainda receber um prémio por perda de rendimento de 600 ccu/ha/ano e subsídios para as despesas de manutenção da nova área florestada (...).</p> <p>Temos cerca de 800 000 activos na agricultura (sensivelmente 17,8 por cento da população empregada total), mas cerca de 50 por cento tem mais de 55 anos. Tem-se dito, e com razão, que é preciso reduzir o número de activos no sector primário. Surge agora esta oportunidade, uma vez que será concedida a todos os que tiverem mais de 55 anos uma pré-reforma pelo abandono voluntário da actividade agrícola até à idade normal de reforma.</p> <p>(...)</p> <p>o ambiente não deve degradar-se e algumas práticas ou uso de alguns factores de majoração das produções agrícolas exigem cautelas especiais.</p> <p>No FEOGA, nas chamadas acções agro-ambientais prevêm-se estímulos para as práticas compatíveis com o ambiente e prémios para as reduções sensíveis na utilização de fertilizantes e/ou fitofármacos.</p> <p>Entretanto, passar do suporte ao produto para o suporte ao</p>

				<p>produtor exige que se dinamizem no mundo agrícola áreas fora dessa produção propriamente ditas. Integra-se nesta 'filosofia' o chamado programa LEADER.</p> <p>As suas acções situam-se no Turismo Rural, no Artesanato, com facilidades para o fomento, manutenção e desenvolvimento, sem esquecer o estímulo para a criação de Reservas, Parques Naturais e Bióticos.</p> <p>O pousio é o repouso em que se deixam um ou vários anos as terras de sementeira. Foi prática frequente no Alentejo, e prática que, tendo justificação técnica, teve vozes a condenar, dizendo que era fruto escandaloso do absentismo dos terratenentes.</p> <p>Como há tanta coisa que muda e quase fica na mesma! Se ao pousio for dado o nome de 'set-aside', ver-se-á que na nova PAC se equaciona que, aos produtores de cereais com produções superiores a 92 toneladas, as suas terras poderão e deverão ser submetidas ao 'set-aside' em 15 por cento da área e beneficiarão de um pagamento compensatório.</p> <p>(...)</p> <p>Haverá que ter coragem de arrancar o que está mal porque não interessa especificamente ao caso regional, porque está velho, porque está plantado desordenadamente, porque é preciso caminhar para novas culturas.</p> <p>(...)"</p>
3/10/92 Pág. 17	Nacional	José Frota	<i>O prometido ainda é devido</i>	<p>"Os agricultores da margem esquerda do Guadiana (...) não têm dinheiro para efectuar as sementeiras das culturas cerealíferas que habitualmente têm lugar nesta época do ano com a queda das primeiras chuvadas. Segundo Manuel Brito (...) a situação 'é dramática e deve-se ao facto de o Governo não ter cumprido as promessas (...) quando anunciou uma ajuda comunitária na ordem dos 16 milhões de contos' para fazer face aos elevados prejuízos da seca.</p> <p>(...)</p> <p>'Nem os comunistas nem o gonçalvismo foram tão longe no desrespeito aos agricultores portugueses', conclui'.</p> <p>(...)</p> <p>'Os agricultores da nossa região já não têm praticamente dinheiro para comer quanto mais para a aquisição de sementes e adubos. (...).'</p> <p>Tudo isto se tem vindo a repercutir negativamente na vida das vilas, aldeias e freguesias rurais (...).</p> <p>(...)</p> <p>Perante este quadro, a Comissão de Luta Contra a Seca da Margem Esquerda do Guadiana (...) na sua maioria composta por agricultores (...) ameaça vir para a rua e proceder a acções de luta (...) Desde o corte de estradas ao assalto a lojas de sementes e adubos (...).</p> <p>Na sua grande maioria acusam o Governo e a Comunidade de serem cúmplices no retardamento do pagamento das compensações com o objectivo de anteciparem a reforma da PAC, procurando obrigá-los, diante do espectro da fome e miséria, a recorrer à reforma prematura e à venda das suas propriedades."</p>
3/10/92 Pág. 17	Nacional	JF	<i>Campos de golfe chegam ao Alentejo</i>	<p>"Três projectos já aprovados e cinco em fase de elaboração vão dotar o Alentejo de uma dezena de campos de golfe, a serem implantados em diversos projectos turísticos em desenvolvimento na região. Na sua totalidade, os projectos representam investimentos na ordem dos 25 milhões de contos e apostam na criação de campos de golfe e respectivas estruturas hoteleiras associadas com forma de</p>

				<p>aproveitamento turístico das excepcionais condições ambientais das áreas escolhidas para a sua localização.</p> <p>As Câmaras alentejanas mostram-se receptivas (...) desde que se inspirem nos PDM. Por isso mesmo parece estar fora de questão a construção de aldeamentos, hotéis ou habitações consideradas como descaracterizadoras da paisagem rural alentejana e desfiguradoras do equilíbrio e da volumetria urbanística da região.</p> <p>As maiores reservas provêm das Associações Terras Dentro, que manifestaram forte desconfiança em relação aos investimentos estrangeiros, nomeadamente em relação aos orientais, não faltando quem neles veja um processo de branqueamento de dinheiro obtido em negócios ilícitos.</p> <p>A escassez de água, motivada pelos cíclicos períodos de seca no Alentejo, não parece constituir-se como elemento dissuasor para os investidores ou fonte de inquietação para os municípios, alguns deles a passarem por algumas dificuldades no abastecimento público às populações. Todos os campos vão situar-se junto a barragens ou optarão pela criação de albufeira próprias.</p> <p>Com o arranque previsto para Novembro está o projecto do Semblana Golf Club, um empreendimento com localização na Herdade da Camacha, a escassos cinco quilómetros de Almodôvar. Os dois campos de golfe ficarão integrados numa urbanização de luxo que na sua fase inicial se estenderá por 230 hectares. O investimento é de quatro milhões de contos, totalmente assegurados por um grupo de investidores chineses radicados em Macau e um alemão radicado em Portugal.</p> <p>(...)</p> <p>Entretanto, a Câmara de Grândola acaba de dar 'luz verde' para a construção da urbanização da Herdade da Comporta, proposta pela Atlantic Company, pertencente ao grupo Espírito Santo. A edilidade concedeu ainda autorização para o arranque da construção de um dos dois campos de golfe, incluídos no empreendimento, de forma a permitir a sua utilização já no próximo Verão. O investimento inicial é de cinco milhões de contos e passa pela construção de um aldeamento turístico a que se seguirá (...) a edificação de um hotel e de 226 lotes de habitação unifamiliar.</p> <p>Em meados do próximo ano começará a ser levantado o projecto turístico da Quinta da Arrábida, junto à barragem do Monte do Rocho, em Ourique. A empresa detentora do empreendimento, que engloba a criação de três campos de golfe, é a Quinta do Lago Country Club, uma empresa de capitais mistos nacionais e ingleses sediada em Almansil. A empresa pensa transferir para aí algumas provas internacionais que organiza no Algarve tais como o open de Portugal e as BMW e Lancôme Cups.</p> <p>Também no distrito de Évora a construção de campos de golfe deverá estar para breve, apesar de ter chumbado um projecto para três campos apresentado por um grupo suíço e pela família Noronha detentora do complexo de turismo rural do Monte das Flores. O investimento era de três milhões de contos, mas o executivo municipal não gostou das estruturas hoteleiras de apoio ao empreendimento por ferirem o disposto no PDM quanto aos padrões urbanísticos a respeitar. Nesta base, o município pediu a reformulação do projecto.</p> <p>No concelho do Redondo está prevista a criação de um</p>
--	--	--	--	---

				<p>campo de golfe junto à Barragem da Vigia onde será erguida uma aldeia turística constituída por diversos monumentos alentejanos. Este complexo faz parte do projecto da Barragem que estabelece normas muito concretas em termos de construção. (...).</p> <p>A criação de outro campo de golfe numa área situada entre as localidades de Viana do Alentejo a Alcáçovas está em fase de elaboração por parte de uma sociedade que reúne capitais nacionais e japoneses. O projecto deverá em breve ser presente (...) para apreciação. Finalmente, outro campo poderá aparecer perto de Monsaraz numa iniciativa da Horta da Moura Agroturismo. E a febre dos campos de golfe já chegou a outro tipo de empresas que estudam a possibilidade de possuir relvados privados. É o que acontece com a Somincor- Sociedade Mineira de Neves Corvo, que estuda a possibilidade de construir um 'green' na vasta superfície que ocupa. (...)"</p>
10/10/92 Pág. 19	Nacional	José Frota	<i>Évora altera acessos à cidade</i>	<p>"(...)</p> <p>Todas estas modificações (na construção de infra-estruturas de acesso à cidade) mostram-se necessárias devido à situação caótica em que o trânsito automóvel citadino caiu. É o produto das grandes transformações urbanísticas que Évora sofreu na última década durante a qual viu crescer a sua importância política, cultural e económica.</p> <p>(...)</p> <p>A pressão urbana acentuou-se sobre a área e houve que introduzir restrições à circulação automóvel no seu interior. A medida revelou-se insuficiente com a taxa de motorização da cidade a duplicar na última década e o número de visitantes a tornar-se dez vezes maior em igual período de tempo.</p> <p>A poluição dos escapes dos automóveis começou a provocar danos em muitos monumentos da cidade nomeadamente no Templo de Diana onde especialistas detectaram sinais de corrosão progressiva nas 14 colunas que se mantêm erguidas.</p> <p>(...)</p> <p>Évora prepara deste modo um modelo urbanístico assente na qualidade de vida a oferecer à geração do ano 2000. A cidade lidera um projecto comunitário (que conta com a participação de mais nove cidades europeias) para definição da metodologia de planos estratégicos de desenvolvimento das cidades de média dimensão (50 a cem mil habitantes). (...)"</p>
17/10/92 Pág. 16	Nacional	José Frota	<i>A outra caça dos ambientalistas</i>	<p>"(...)</p> <p>DE um modo geral, as associações de defesa do ambiente entendem que a legislação em vigor não favorece as espécies cinegéticas nem a manutenção necessária ao equilíbrio ambiental no interior das áreas destinadas à actividade venatória.</p> <p>O conjunto de reivindicações a ser aprovado em Évora (numa reunião de ambientalistas) contempla modificações a introduzir nos domínios jurídicos, do ordenamento e da gestão e também no da formação e informação.</p> <p>No encontro (...) participaram vários proprietários rurais que contestam a figura jurídica de terreno livre criada em 1974. Esta disposição permitiu a entrada dos caçadores em propriedade privada e é tida como a principal responsável pelo deserto cinegético em que o território nacional tende a transformar-se.</p>

				<p>Parte significativa dos proprietários rurais detesta os caçadores pela depredação que causam nos seus terrenos, destruindo culturas, pisando sementeiras e chegando a atirar sobre ovinos, caprinos, galinhas e patos, quando não encontram as desejadas espécies cinegéticas. Perante a incapacidade (...) em prevenir e controlar estes abusos, cresce o número de proprietários que deseja ver as suas terras vedadas à prática venatória, enveredando por actividades de conservação da natureza.</p> <p>(...)</p> <p>As associações de defesa ao ambiente e de protecção dos animais selvagens estão fortemente preocupados com o que se passa nas reservas associativas e turísticas onde se procede ao abate sistemático de predadores em vias de extinção e gozando do estatuto de protecção. É o caso das aves de rapina (...).</p> <p>(...)</p> <p>É neste contexto que as associações ambientalistas vão requerer a permissão de entrada dos seus membros nas zonas de caça especialmente importantes para as aves migratórias, a fim de evitar o seu massacre indiscriminado, como tem acontecido com o grou, uma ave pernalta que goza do estatuto máximo de protecção no Norte da Europa onde nidifica. (...)"</p>
17/10/92 Pág. 17	Nacional	MC	<i>Ambiente impõe condições Melancia revê projecto</i>	<p>"O empreendimento turístico que (...) Carlos Melancia pretende construir no (...) Marvão, em pleno Parque Natural da Serra de S. Mamede (PNSSM) poderá ser inviabilizado pelo Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARN).</p> <p>'Torna-se necessário clarificar as características hidrogeológicas dos terrenos onde ficará localizado e empreendimento turístico, tendo em vista evitar a degradação da qualidade da água que abastece Marvão', referiu um técnico da Direcção Geral dos Recursos Naturais, que solicitou o anonimato.</p> <p>Designado por aldeamento turístico da Aldeia D' Azenha, o projecto (...) integra um campo de golfe com 18 buracos, piscinas, campos de ténis e squash.</p> <p>No relatório sobre os possíveis impactos do empreendimento, os técnicos da DGRN manifestam a sua preocupação pelo facto do campo de golfe expor uma área importante de captação de água à aplicação intensiva de fertilizantes, sendo no entanto possível minimizar estes efeitos através do tratamento eficaz das águas após a sua drenagem e da selecção de adubos facilmente degradáveis.</p> <p>(...)</p> <p>O ex-governador de Macau afirma que o projecto apresentado é 'apenas uma sondagem da localização do empreendimento junto dos organismos da administração central'.</p> <p>(...)</p> <p>Para António Lourenço, vereador da Câmara Municipal do Marvão, 'o projecto de Carlos Melancia é muito importante para o concelho como elemento de desenvolvimento económico e gerador de novos postos de emprego'. (...)"</p>
24/10/92 Pág. 23	Nacional	Mário Carvalho	<i>As águas turvas do Guadiana</i>	<p>"lagares de azeite, suinicultura, unidades de concentração de tomate, de extracção de tratamento de minério e de uma indústria de celulose são os principais agentes poluentes do troço português do rio Guadiana, que regista problemas de eutrofização – causadora de um número crescente de algas,</p>

				<p>cujo pigmento está a dar uma coloração especial às águas. O aumento da presença de algas fica a dever-se às elevadas quantidades de matéria orgânica provenientes dos esgotos urbanos e pecuários, bem como ao impacto provocado por pesticidas e herbicidas na agricultura.</p> <p>(...)</p> <p>A Direcção-Geral da Qualidade Ambiental considera que 'a situação poderá agravar-se se a pluviosidade se mantiver abaixo dos valores normais até ao início da campanha do azeite, o que provocará um aumento brutal da poluição'.</p> <p>Recorde-se que cinquenta por cento da produção nacional de azeite está concentrada na bacia do Guadiana, o que corresponde, aproximadamente, a uma carga poluente produzida por um milhão de habitantes.</p> <p>(...)</p> <p>Numa inspecção efectuada em Setembro junto a algumas fontes poluentes do Guadiana, a DGQA levantou 15 autos de notícia e dois de advertência (às Câmaras de Reguengos de Monsaraz e Redondo). Os autos de notícia referem-se a treze unidades de suinicultura que enfrentam agora multas entre os 200 e os 400 mil contos. Na mesma situação estão a Portucel e a Herdade do Esporão.</p> <p>Segundo a Direcção Geral dos Recursos Naturais existem ainda focos de poluição junto aos centros urbanos de Almodôvar, Castro Verde, Vidigueira, Portel, Vila Viçosa e Elvas, além dos problemas existentes na albufeira do Caia.</p> <p>Sobre as fontes de poluição industrial, os inspectores da DGQA consideram existir zonas críticas em Campo Maior (conserva de azeitona), Borba (adegas e fábrica do pimento) e Beja (matadouro).</p> <p>'Apesar de só quatro sedes de concelho terem estações de tratamento de águas residuais, verificou-se que à excepção de Redondo e Reguengos de Monsaraz, todas as outras apresentaram projectos e aguardam respectivos financiamentos', salienta a DGQA. (...)</p>
7/11/92 Pág. 21	Economia	JF Palma-Ferreira	<i>Celulosos inundam mercado das quintas de lazer</i>	<p>"São terras a perder de vista, por 100 contos cada hectare. Pertencem às empresas de celulose portuguesas e estão a ser postas no mercado pela Bolsa de Terrenos Agrícolas. Paulo Cabral - responsável desta mediadora - considera que a única solução que se lhe pode dar é como quintas de lazer.</p> <p>Em Mértola, a Celbi, a Caima e a Soporcel estão a desfazer-se de enormes extensões de terreno. Algumas destas áreas foram pagas há poucos anos a mais de 300 contos por hectare - hoje não valem cerca de um terço-com o objectivo de serem florestadas através do apoio de uma linha de crédito do Banco Mundial. Contudo, o infortúnio não facilitou(...).</p> <p>A má qualidade da terra, as altas temperaturas e a fraca pluviosidade impediram que os eucaliptos medrasseni. Como se isso não bastasse, uma doença atacou a árvore do papel. Por exemplo, toda a serra d'Ossa ficou por florestar. Agora está à venda.</p> <p>'Em quintas de lazer, propriamente ditas - afirma -, a Bolsa de Terrenos Agrícolas tem à venda cerca de 250 propriedades localizadas em três distritos do Alentejo, perfazendo 16 mil hectares'.</p> <p>Deve esclarecer-se que se entende por quinta de lazer toda a propriedade cujo rendimento reduzido deixou de justificar a sua exploração agrícola. O seu valor já não é determinado</p>

				<p>pelo tipo de culturas que nela podem ser desenvolvidas mas, sobretudo, pela localização e pela paisagem em que estão integradas.</p> <p>As áreas das quintas de lazer variam entre os dois hectares (ou até menos) e os 200 hectares. Em regra, as maiores superfícies localizam-se no Alentejo. Os seus preços vão de cinco mil a 100 mil contos (para propriedades mesmo muito grandes).</p> <p>Os seus potenciais compradores moram nas zonas da grande Lisboa ou Grande Porto e procuram uma 'escape' de fim-de-semana. Nunca estão interessados em fazer deslocações de automóvel superiores a 200 quilómetros.</p> <p>Para os clientes do sul, as zonas mais procuradas são a costa alentejana e a região saloia, a oeste. (...).</p> <p>O estado de conservação das moradias não é factor importante para a aquisição. Pelo contrário, as opções de compra viram-se para as habitações a precisar de arranjo – precisam de cozinha e casas de banho novas, novo soalho, placa a colocar ou de substituição de telhas. Estas obras são a primeira mais valia introduzida nas casas, constituindo um factor de valorização do investimento efectuado e, em regra, não penalizam a liquidez do agregado familiar porque são faseadas à medida das respectivas disponibilidades de aforro.</p> <p>No Alentejo, a BTA vende seis a oito quintas por mês. Arraiolos, Estremoz, Évora, Reguengos de Monsaraz são algumas das zonas mais concorridas. Paulo Cabral salienta que as propriedades transaccionadas são sempre grandes. 'Em Viana do Alentejo – refere – uma quinta com casa e terreno de 80 hectares custa 20 mil contos'. Porém, na zona raiana os preços são ainda mais baixos. 'No Alandroal compram-se 150 hectares por 15 mil contos', diz Paulo Cabral. (...)</p>
14/11/92 Pág. 19	Nacional	José Frota	<i>Alentejo Pré-aviso de revolta</i>	<p>"A política de alheamento que o Governo tem mantido em relação aos problemas originados pelo subdesenvolvimento do Alentejo está a desencadear por toda a região movimentos de protesto ao executivo de Cavaco Silva. Entidades regionais, autarcas, empresários e agricultores abandonaram a passividade de muitos anos e exigem que o Governo ponha termo àquilo que entendem ser a completa marginalização do Alentejo no contexto social.</p> <p>Todos partilham da opinião que a seca (...) veio colocar a descoberto as fragilidades das estruturas económicas, demasiado dependentes de uma agricultura pouco evoluída e decadente mas que ocupa ainda 50 por cento da população activa. Por arrastamento, os sectores secundário e terciário entraram também em crise profunda pelo que a região se encontra à beira do colapso económico e social perante a indiferença governamental.</p> <p>(...)</p> <p>A grande maioria dos desempregados são assalariados rurais que, perante um cenário não totalmente afastado da continuação da seca, não encontram quem lhes dê trabalho. Descapitalizados pelos prejuízos da seca, agricultores e cooperativas encontram-se sem possibilidade de dar início ao novo ano agrícola.</p> <p>Por isso reclamam do governo a antecipação do pagamento das verbas compensatórias comunitárias e vão procurando negociar as dívidas junto das instituições de crédito.</p>

				<p>(...)</p> <p>(...) As empresas de celulose (...) começaram a desfazer-se a preço de saldo dos terrenos adquiridos. É que o défice hídrico existente agravado este ano pela seca, impede os eucaliptos de atingirem um bom índice de crescimento.</p> <p>(...).</p>
5/12/92 pág. 19	Nacional	José Frota	<p><i>A terra a quem a trabalha</i></p> <p><i>Nota: o título não tem qualquer ligação com o corpo da notícia</i></p>	<p>“(...)</p> <p>Os agricultores começam a ter consciência de que a CE que lhes resolveu os problemas imediatos através da concessão de verbas compensatórias sobre o prejuízo resultantes da seca, é a mesma organização que em nome dos interesses supranacionais imporá a muitos o abandono da actividade a que sempre se dedicaram.</p> <p>(...) em Portugal será o Alentejo a região mais afectada, dado que produz 80 por cento dos cereais nacionais (o sector mais afectado pela reforma da PAC). O facto afectará de forma grave toda a economia regional cujo PIB é constituído essencialmente por receitas provenientes da actividade agrícola.</p> <p>(...)</p> <p>‘Aplicar uma política agrícola concebida para um modelo de agricultura desenvolvida e englobando medidas de controlo da oferta a regiões como o Alentejo é perfeitamente desajustado e vai provocar grandes custos sociais’ (Carlos Marques, docente da Univ. Évora).</p> <p>(...)</p> <p>Segundo Lorleberg responsável pelo departamento de Políticas Agrícolas da Universidade de Hohenheim, em Estugarda, ‘toda a economia regional agrícola será, por extensão, afectada e do ponto de vista social não pode ser chamada de benéfica, pois representará a perda de trabalho para muitas pessoas.’</p> <p>(...)</p> <p>Na medida em que os agricultores alentejanos não terão a capacidade para, no futuro, poderem competir activamente no mercado comunitário, a nova PAC tenta aliciá-los para o exercício de tarefas de protecção do ambiente e de desenvolvimento rural não ligado ao cultivo da terra. No fundo, serão retribuídos essencialmente pelas actividades rurais que desempenharem em favor da sociedade. A eles se destinam de forma prioritária as chamadas medidas de acompanhamento da PAC e que envolvem apoios à florestação, à protecção do ambiente e ao regadio. A maioria, no entanto, pode vir a optar pela reforma antecipada, para a qual vão ser criados grandes incentivos.</p> <p>Os restantes produtores ‘profissionais’, como lhes chamam, devem retirar do cultivo 15 por cento da sua área cultivada com cereais, oleaginosas e proteaginosas, medida essa que será objecto de pagamento compensatório (regime de set-aside). São estes os únicos produtores que a PAC quer manter. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Nos meios rurais alentejanos admite-se que dos cerca de 47 mil produtores agrícolas contados no Recenseamento Agrícola de 1989 só restem no final do século cerca de três mil. (...).”</p>

Expresso	Rubrica	Enunciador - Reportador	Título	Resumo
9/1/93 pág. 9	Economia O seu dinheiro	JF Palma Ferreira	<i>Para atrair investimento rural CE semeia turismo</i>	<p>“Imaginar o Alentejo – a zona interior mais despovoada do país – como um pólo de desenvolvimento turístico – equivale a perspectivar negócios imobiliários de todo impensáveis numa conjuntura como a actual que segundo operadores de mercado ‘ainda não abandonou a tendência regressiva’. Em todo o caso, a recente criação da figura ‘hotel rural’ financiável por fundos da CE propicia alternativas à mera exploração fundiária exclusivamente agrícola.</p> <p>(...)</p> <p>A herdade da Marmeleira, com 600 hectares, localizada a dois quilómetros de Evoramonte (...) é um desses casos. (...). O projecto desenvolve-se em torno de um núcleo central com uma área de 125 hectares onde será aproveitado um antigo monte transformado em hotel rural com 25 quartos e um restaurante. Cerca de 80 hectares da propriedade destinam-se a uma reserva natural e a área restante é dividida em lotes com mais de 8 hectares, onde apenas se pode construir uma casa térrea. O investimento global do projecto ronda os 360 mil contos, 25 por cento dos quais deverão ser comparticipados pelo SIFIT II (Sistema de incentivos financeiros ao investimento no turismo).</p> <p>Também a cerca de 15 quilómetros de Alcáçovas (...) uma área com 5 mil hectares, integrando nove montes, deverá beneficiar de um projecto similar que, para ser viável – segundo um dos seus promotores – terá de ‘dispor de um mínimo de 80 quartos’.</p> <p>(...)</p> <p>De acordo com o mediador Jorge de Freitas, da Imagri, ‘haverá uma tendência crescente para colocar à venda um número cada vez maior de herdades. A sua procura corresponde a cerca de 10 por cento das transacções concretizadas, cabendo o grosso – 40 por cento – a quintas e montes alentejanos ou a casas localizadas no litoral (igualmente cerca de 40 por cento). (...)’</p>
16/1/93 Pág. 9	Nacional	José Frota	<i>Fome no Alentejo</i>	<p>“Há fome entre as populações da margem esquerda do Guadiana e é lamentável que políticos, autarcas e responsáveis da segurança social estejam a ocultar a dimensão dos factos”. Quem o afirma é Maria Sacramento Morgado, responsável pelo núcleo da Cruz Vermelha de Serpa que se confronta com o crescente número de pedidos de auxílio alimentar.</p> <p>São as aguardadas consequências sociais de uma seca que já entrou no seu segundo ano, lançando no desemprego prolongado a quase totalidade dos assalariados rurais. Em muitas famílias há mais de um ano que ninguém consegue angariar trabalho (...).</p> <p>A maioria das explorações agrícolas reduziu ao mínimo a sua actividade, enquanto outras paralisaram. A braços com a perda da quase totalidade das produções cerealíferas e com a redução para metade dos efectivos pecuários, os agricultores preferem não arriscar. As compensações</p>

				<p>comunitárias apenas ajudam a minimizar os prejuízos. (...)</p> <p>No final de 1992, mais de 4 mil famílias residentes em Serpa, Moura e Barrancos estavam inscritas no Programa de Apoio Alimentar Comunitários, outras mil famílias eram apoiadas pela caritas diocesana.</p> <p>São números que os autarcas e o Centro Regional de Segurança Social dizem desconhecer, tal como ignoram que a fome já se instalou em muitos lares daqueles concelhos. (...)</p> <p>Parece certo que a seca prolongada matou a tradicional agricultura alentejana e que o acabamento do Alqueva terá de ser decidido rapidamente. As obras (...) darão emprego a 30 mil pessoas durante oito anos. E, depois de concluído, tudo leva a crer que a aposta na diversificação de culturas e na agricultura de regadio poderá mudar a face da região.”</p>
16/1/93 Pág. 9	Nacional	António Casta Santos	<i>'Isto não tem futuro nenhum'</i>	<p>“(...) outros tempos, quando os de Santo Aleixo tinham dinheiro ganho à jorna, na cortiça ou nas empreitadas da azeitona, e o gastavam comumente nos comércios da aldeia e na feira da Nossa Senhora das Necessidades.</p> <p>Hoje não há dinheiro. Há desemprego, fome envergonhada, seca, abandono. Nas terras de Santo Aleixo não chove há uns dois anos e nem o Ti Póvoa, com a memória de 85 anos de vida, se lembra de uma situação assim. 'Isto não tem jeito nenhum', afirma. 'O Cavaco Silva deu cabo da agricultura', acusa.</p> <p>Então o Governo tem culpa da seca? 'Pois tem. Não fez a barragem do Alqueva'. E isso é que deu cabo da agricultura? 'pois deu. Isso e porem as terras todas de coitada'.</p> <p>O Ti Póvoa tem uma reforma de 15 700 escudos. Recebe umas ajudas do genro e continua a trabalhar, passados anos, por uma pensão 'do grémio de talhantes de Beja' (...).</p> <p>(...)</p> <p>O Pita complementa a gerência do café com um olival que há três anos produziu dez toneladas de azeitona. 'Este ano tirei 500 quilos e isso nem deu para as despesas da lavoura', reclama. 'Nem deu trabalho para as famílias que, em anos normais, ganhavam para dois meses em vinte dias de trabalho.</p> <p>Aos 55 anos, João Mestre está desesperado. A Caritas e a Cruz Vermelha anunciam que vão enviar para a margem esquerda do Guadiana alguns excedentes comunitários e ele diz: 'A gente não quer arroz nem quer salsichas; levem lá isso para a Somália. A gente quer é trabalho'. (...).</p> <p>Maria Candeias Chamorro é dona de uma tasca, frente à Igreja. Revolta-se com a calma do marido e do homem alentejano, mais do que com o desprezo de Lisboa. 'Dizem que somos comunistas e comemos criancinhas, mas se isto fosse no Norte, já tinham pegado fogo às coutadas e cortado as estradas. Admite-se que nos deixem morrer à fome?', pergunta.</p> <p>Fome, fome, ninguém admite ter. 'As pessoas têm vergonha', diz Maria Candeias. (...).</p> <p>João do Carmo Horta vive sem trabalho há cinco meses (...). Acha que a seca veio ajudar a miséria, mas que esta seria semelhante, ainda que chovesse. 'Acabaram com a reforma agrária, devolveram as terras, são histórias</p>

				<p>passadas, não interessa. O que deviam ter feito era obrigar os donos das terras a cultivar, para nós termos trabalho. Mas não. Da Espanha à Amareleja é uma coutada pegada. E até o baldio, que é do povo, foi tomado por uma associação de caçadores que pagam para ir caçar na terra que é de todos’.</p> <p>(...)</p> <p>‘Antigamente’, diz António Chouriço, ‘um homem via-se perdido e abalava’, ia para a emigração (...). ‘Agora nem isso, que está mau em todo o lado e principalmente para os velhos. O que é que um velho vai fazer sozinho para a construção civil no Algarve? Sem mulher para lhe fazer a sopa?’.</p> <p>(...)</p> <p>‘E não há esperanças’, diz António Chouriço. ‘Mesmo que chova três meses’, acrescenta João Horta. ‘Esperancinha nenhuma’, conclui Joaquim Machado, trabalhador agrícola desempregado, contratado pela junta de Freguesia para ‘fazer uns asseios no adro da igreja’ e distribuir água aos domicílios não abastecidos pela rede pública. ‘Isto não tem futuro nenhum’.</p> <p>(...) Mais de duzentos e cinquenta anos depois (da Restauração) custa ver que os vizinhos do outro lado da fronteira recorrem às ajudas comunitárias directamente, porque são região, enquanto que, do lado português, a ajuda vem para Lisboa e ‘o Governo não quer saber’ da margem esquerda do Guadiana’. (..).’</p>
23/1/93 Pág. 11	Nacional	Mário Rodrigues	<i>Enquanto o Alentejo vive o drama da fome, deitam-se ao lixo no país milhões de quilos de fruta e outros produtos alimentares Excedentes à portuguesa</i>	<p>“Os rurais alentejanos que se queixam de falta de auxílio alimentar deitaram as mãos à cabeça se tivessem assistido (...) a mais um despejo público de frutas, batatas, legumes e vinho em pleno Pombal. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Em 1991, as compras dos produtos agro-alimentares ao estrangeiro custaram quase 400 milhões de contos (eram 160 milhões no primeiro ano de integração na CE), sendo Portugal o país comunitário que regista, proporcionalmente, mais importações agrícolas, segundo as estatísticas do Eurostat. É o paradoxo dos excedentes à portuguesa – que ainda ninguém se lembrou de canalizar para o Alentejo, para Moçambique ou, até, para a Somália (...).”</p>
30/1/93 Pág. 5	Negócios Nos bastidores		<i>A savana alentejana</i>	<p>“Os primeiros estrangeiros a ‘descobrir’ o Alentejo foram os hippies alemães, atraídos pelo 25 de Abril e por promessas de um oásis ideológico que destoava das convicções políticas reinantes na Europa. Depois vieram os espanhóis, mais empresariais, que compraram propriedades a preços módicos e fizeram subir vertiginosamente o preço por hectare.</p> <p>Agora, curiosamente, chegou a vez dos quenianos brancos assentarem arraiais. Diz-se nos bastidores que as planícies alentejanas são aquelas que na Europa mais fazem lembrar as savanas daquele país na África Oriental. Será essa a razão principal que está a motivar os quenianos brancos a comprar terrenos no Alentejo para ficarem a gozar a sua reforma (...).”</p>
6/2/93 Pág. 5	Economia Negócios	António José Gouveia/ Celso Filipe	<i>A falsa guerra</i>	<p>“Com o novo quadro comunitário de apoio à economia portuguesa, os ‘lobbies’ reagruparam-se. Os milhões em jogo deixam antever uma ‘nova’ guerra entre Lisboa e o Porto. Mais uma vez, quem poderá perder são as regiões do interior.</p>

				<p>(...)</p> <p>Feitas as contas, os distritos do interior foram as grandes vítimas da súbita riqueza comunitária que invadiu Portugal. Longe dos centros de decisão e com uma fraca capacidade para atrair investidores, estas regiões passam agora grandes períodos de dificuldade, pese embora algumas delas terem dado mostras de vitalidade económica, nomeadamente aquelas que se situam junto das grandes vias rodoviárias, como Guarda e Castelo Branco.</p> <p>(...). O ministro do Planeamento e Administração do Território, (Valente de Oliveira) num discurso proferido durante as jornadas de reflexão sobre o Programa de Desenvolvimento Regional do Mundo Rural, foi directo ao afirmar que 'está a haver uma alteração drástica e generalizada do povoamento no território nacional. Basta percorrer o país de Outubro a Julho para verificar que nas aldeias são os idosos que asseguram a sua ocupação. Isto quer dizer que, dentro de uma ou duas décadas, iremos olhar para dezenas de aldeias fantasmas'.</p> <p>(...)"</p>
13/2/93 Pág. 8	Opinião	Miguel Urbano Rodrigues Jornalista e deputado do PCP	<i>Alqueva: o deserto vem aí</i>	<p>"(...)</p> <p>Há quatro décadas, o panorama do Guadiana espanhol não diferia muito do português. (...) hoje, quem sobe o rio, de Badajoz para Mérida e Don Benito, entra num mundo verde, de fartura. Aquela várzea rica tornaram-se pólo de uma agricultura avançada. Graças à água do Guadiana, aproveitada quando a Espanha não havia ainda ingressado na CEE.</p> <p>Como alentejano na margem esquerda identifico em cada adiantamento do Alqueva mais uma agressão contra as populações da área do país mais ameaçada pelo processo desertificador. Quando visito a actual cidade de Mérida e evoco a paisagem do misérrimo pueblo da minha juventude - então uma grande aldeia a envolver as ruínas majestáticas da Emérita Augusta romana - , faço um esforço para imaginar o que seriam hoje Moura e Serpa se a grande barragem do Guadiana fosse uma realidade.</p> <p>(...)</p> <p>(...) o Alentejo emerge hoje como mostruário da desertificação física e humana. Estamos porventura perante uma fatalidade? Não. O desastre ecológico, a fuga das populações, o espectáculo angustiante das aldeias envelhecidas e das casas sem moradores é da responsabilidade daqueles que, em Portugal, exercem o poder. (...) O Governo (...) oferece na Europa dos Doze um exemplo mais chocante da indiferença pela desertificação galopante de uma região que foi durante séculos uma das zonas agrícolas mais ricas e povoadas da Península Ibérica.</p> <p>(...)"</p>
13/2/93 Pág. 12	Nacional	José Frota	<i>Pouca chuva, muitas terras</i>	<p>"A grande maioria dos municípios alentejanos encara a possibilidade de recorrer ao racionamento de água (...) já em Março. O alerta foi lançado durante uma reunião do Conselho Regional do Alentejo (CRA), órgão consultivo da CCRA.</p> <p>(...)</p> <p>A abertura de novas captações é difícil e dispendiosa pois a água retida no subsolo é escassa e os lençóis freáticos existentes encontram-se a grande profundidade. Em muitas zonas só é possível detectar água a mais de 100 metros,</p>

				<p>pelo que a abertura de novas captações orça pelos 10 a 12 mil contos, entrando em linha de conta com os custos de equipamentos condutores. Regra geral, só uma em cada três prospecções se revela produtiva, o que atira o preço final para valores incomportáveis para os exíguos orçamentos municipais.</p> <p>(...)</p> <p>(...) as barragens da região apresentam níveis de água acumulada extremamente baixos, aproximando-se em vários casos do chamado 'fundo morto'. O mesmo acontece com os caudais dos rios e ribeiras que as alimentam e se revelam incapazes de diluírem a poluição resultante de resíduos oriundos das explorações de pecuárias ou lagares. A qualidade da água que está a ser consumida começa a ser posta em causa, dado que se apresenta com uma coloração anormal e um gosto estranho em consequência da necessária aplicação de produtos químicos.</p> <p>(...) o CRA (...) pretende a concretização do sempre adiado Plano de Rega do Alentejo.</p> <p>A CCRA reconhece a pertinência das propostas do CRA e adianta que, para além de resolver as questões do abastecimento, servirá também para amortecer as consequências negativas das significativas alterações por que terão de passar os actuais sistemas agrícolas regionais no âmbito da nova PAC.</p> <p>Segundo a CCRA, o Plano de Rega permitiria a irrigação de 150 mil hectares que constituiriam 'a nova base agrícola estratégica da região, uma vez que serão criadas condições de produção altamente flexíveis e com grandes possibilidades de adaptação às necessidades'.</p> <p>(...)</p> <p>Os prejuízos para a região deverão rondar os quatro milhões de contos, prevendo-se a falência de diversas empresas e produtores familiares." </p>
13/2/93 Pág. 12	Nacional	Mário Robalo	<i>Carta refere drama da seca Bispos denunciam 'bolsas de miséria'</i>	<p>"O actual processo de empobrecimento das populações alentejana e algarvia, que deriva em grande parte de uma persistente situação de seca, levou os bispos de Évora, Beja e Algarve a lamentarem a inexistência de 'reformas e políticas agrárias' para o sul do país.</p> <p>(...)</p> <p>Após referirem a presente 'descapitalização das empresas agrícolas' e o 'desemprego da população' como uma das mais graves consequências da seca, os prelados apelam para o 'cumprimento do dever da solidariedade nacional e mesmo da solidariedade comunitária', que em seu entender não deverá restringir-se à entrega de 'subsídios e facilidades de crédito às empresas'. Os apoios governamentais que venham a ser concedidos deverão contemplar também os trabalhos e famílias que o desemprego ou o subemprego empobrece e lança mesmo na miséria'.</p> <p>(...)</p> <p>Para o responsável da Igreja de Beja, é necessário desfazer a confusão que se está a instalar entre os que trabalham a terra alentejana: de Lisboa passaram a entregar subsídios a quem apresente uma menor produção. Esta opinião surge na carta pastoral secundada pela afirmação comum dos três bispos de que 'as culturas tradicionais se tornarão a breve prazo ruinosas, perante a concorrência tendencialmente livre dos países mais falados da Europa e da América do</p>

13/2/93 Pág. 13	Nacional	Mário de Carvalho	<i>Solos mal acompanhados</i>	<p>Norte'. (...)»</p> <p>“Os incêndios, a seca, a poluição, um desgarrado planeamento urbanístico e o abandono dos campos são alguns dos elementos que contribuem para a progressiva degradação dos solos em Portugal, em parte devido à crescente falta de ligação entre o ordenamento do território e os factores ambientais.</p> <p>(...) dispondo Portugal de 69 por cento de solos em situação de ‘alto risco’ dos quais, 30 por cento estão incultos ou florestados.</p> <p>‘Estamos a caminhar de forma alarmante para a destruição dos nossos solos com maiores potencialidades agrícolas, pois infra-estruturas de grande importância na organização do território não têm em conta aspectos ambientais’, afirmou Eugénio Menezes de Sequeira, responsável pelo departamento de Pedologia da Estação Agronómica Nacional e um dos principais investigadores europeus de problemas ambientais relacionados com o solo.</p> <p>A ‘betonização’ do solo, longe de qualquer critério e preocupação ambiental – tem vindo a provocar graves situações de erosão por todo o país.</p> <p>(...)</p> <p>Apesar de existirem formalmente a RAN e a REN acabam por não ter qualquer validade prática. No caso das RAN são numerosas as desafectações para construções, que vão desde campos de futebol até empreendimentos turísticos. A REN enquanto autoridade administrativa a cargo do Ministério do Ambiente, está longe de integrar uma das componentes mais importantes – o ordenamento do território.</p> <p>A situação da RAN assume ainda aspectos preocupantes se pensarmos que traçados como as auto-estradas Lisboa/Porto e Via do Infante foram executadas em terrenos agrícolas da classe A e B. (...).</p> <p>Os PDM e os PROT não têm sido completamente eficazes no combate aos especuladores urbanísticos e turísticos (...).</p> <p>Em paralelo, assiste-se à desvalorização dos estudos de impacto ambiental respeitantes a grandes infra-estruturas, com processos de consulta pública duvidosos.</p> <p>(...)</p> <p>No campo agrícola verifica-se que, em muitos casos, a utilização de tecnologias erradas provoca a destruição da matéria orgânica existente no solo, quer através da alcalização, quer por empobrecimento, sendo no Sul do país onde a situação mais se faz sentir em simultâneo com a destruição progressiva do montado.</p> <p>‘Na avaliação da erosão para os terrenos de xisto do Alentejo, que foram sujeitos à campanha do trigo, verifica-se, em média dos últimos 50 anos, uma perda de 100 toneladas de solo por hectare/ano, o que correspondeu à degradação de 11 milhões de hectares’, revela o livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Portugal, que aponta o Alentejo, nomeadamente a bacia do Guadiana, o Alto Douro e o sudoeste do distrito de Castelo Branco como as regiões mais expostas à erosão.</p> <p>Este documento (...) sublinha que ‘nada está a ser feito para evitar a poluição causada pela agricultura intensiva, nem para minorar a concentração de metais pesados nas lamas das estações de tratamento de águas residuais utilizadas como adubo e correctivo’.</p>
--------------------	----------	----------------------	-----------------------------------	---

				<p>(...)</p> <p>A acumulação de substâncias poluentes nos solos alteram progressivamente as suas propriedades biológicas, químicas e físicas, alterando os ciclos ecológicos e contaminando a cadeia alimentar.</p> <p>'Os riscos associados à poluição dos solos foram, durante muito tempo, subestimados devido à sua capacidade de tampão de diferir no tempo as consequências de uma contaminação', indica o quinto programa da Comunidade Europeia sobre Ambiente. (...)</p>
13/2/93 Pág. 8	Economia	Jorge Nascimento o Rodrigues	<i>O parto de uma agricultura nova</i>	<p>"É um jogo de antecipação estratégica o que propomos aos empresários agrícolas com a 'sementeira directa' e a redução drástica dos custos de 'mobilização do solo'. começa por afirmar Casimiro Soares,</p> <p>(...).</p> <p>A dramática pressão competitiva que se faz sentir sobre as nossas explorações agrícolas em virtude do Mercado Único e das dificuldades crescentes em gerir 'os humores de São Pedro' (...) colocam na ordem do dia duas preocupações estratégicas ao empresário agrícola. 'Uma grande ginástica nas contas, reduzindo os custos de produção com realismo (...) e a adopção de uma agricultura sustentada, que vise o longo prazo, e que, nessa óptica, se preocupe com a inversão da degradação irreversível dos solos, motivada pelas metodologias tradicionais de cultivo da terra', sublinha o nosso interlocutor.</p> <p>Por efeito da concorrência e das pressões ecológicas, a linguagem agronómica sofre assim, um processo de reescrita no dicionário da agricultura, onde começou a inscrever-se um novo conceito: a 'sementeira directa'. (...).</p> <p>Com a expressão pretendem explicar que se trata de semear num solo em que não se queimou ou dizimou o restolho da cultura anterior, nem muito menos se revolveu a terra em quatro ou cinco operações mecânicas.</p> <p>A paisagem pode não ficar 'muito fotogénica', mas 'o ideal é que todo o terreno fique submerso por esta cama de palha, e que a terra nem se veja', ironiza Casimiro Soares.</p> <p>A explicação é simples e tem a ver com a biologia da terra arável: a cobertura vegetal que assim se cria proporciona ao solo ser um viveiro de vida e respirar saúde.</p> <p>De facto, entramos num terreno claramente à revelia do que manda a tradição, à sombra da qual cresceu um tecido económico rural ligado ao modelo da segunda revolução industrial (mecanização intensiva e adubos sólidos).</p> <p>(...)</p> <p>(Carpinteiro Albino, presidente da Associação Nacional de Produtores de Cereais) Desde à seis meses que é o rosto público de 15 agricultores da região que se lançaram num projecto piloto, testando a sementeira directa em 4 a 4 por cento da sua área de cultura de cereais. Hoje, os resultados das primeiras nascenças podem ser visitados. 'Uma grande homogeneidade no verde da cultura é o que mais impressiona', comenta o responsável da herdade alentejana.</p> <p>O ponto mais fraco na estrutura dos custos foi, de facto, assinalado – a mobilização tradicional do solo com as suas várias passagens de máquinas podem consumir entre 40 a 50 por cento do orçamento e ocupa bastante tempo. Agora, tratou-se de reduzir o uso das máquinas a uma operação só, que pode ser feita por semeadores especiais que não ferem o solo e que injectam com precisão o adubo líquido.</p>

				<p>(...)</p> <p>No entanto, apesar da aparente simplicidade, esta tecnologia agronómica 'não se pode fazer num estilo de 'bricolage', sublinha Casimiro Soares, que insiste nas exigências técnico-cinetíficas de uma agricultura que deve 'ser pensada racionalmente em termos económicos e ambientais' (...).</p> <p>Surgem então novas áreas de serviço qualificado no mundo rural (consultoria técnica e económica, divulgação de novas tecnologias de cultivo mais eficientes, aluguer de equipamentos mecânicos e pessoal adstrito 'por medida', distribuição directa no local da cultura de adubos químicos e outros materiais numa aproximação ao just in time). A primeira empresa deste tipo nasceu em Elvas (...)."</p>
27/2/93 Pág. 26	Nacional	José Frota	<p><i>A força da UCP foi-se por água abaixo e o enterro das esperanças serve para ajustar contas. Aqui jaz a 1º de Maio</i></p>	<p>" (...)</p> <p>A Unidade Colectiva da Produção 1º de Maio (designação anterior à sua constituição em cooperativa de responsabilidade limitada) foi durante muitos anos considerada pelo Partido Comunista como a imagem de marca da Reforma Agrária e citada amiúde como o modelo de gestão agrícola colectivista. Fundada em 1975 com base na ocupação de sete herdades de um antigo domínio senhorial da Casa do Cadaval, então pertencente a José Barreiras, um rico proprietário rural radicado em Lisboa e entretanto falecido, a UCP 1º de Maio era a maior e mais poderosa unidade do género no país.</p> <p>Tinha à sua disposição terras que se estendiam por 18 mil hectares e empregava cerca de 600 trabalhadores (...). No primeiros anos de laboração alcançou produtividades acima da média no sector cerealífero e na agricultura de regadio (arroz, tomate, tabaco e beterraba) beneficiando do aproveitamento das águas da barragem do Maranhão.</p> <p>(...)</p> <p>A partir de 1986 porém tudo se começou a complicar com as dívidas a acumularem-se rapidamente. Dois anos depois o Governo de Cavaco Silva dava início ao processo de desmantelamento da Reforma Agrária. As cooperativas foram intimadas a apresentarem as suas contas ao mesmo tempo que era publicada a Lei 79/88 que determinava a privatização de toda a terra.</p> <p>(...)</p> <p>as cerca de oito dezenas e meia de UCP sobreviventes ou compraram as terras ocupadas ou negociaram o seu arrendamento. Foi o que aconteceu com a 1º de Maio que teve de firmar com os rendeiros de José Barreiros um arrendamento, no valor de 24 mil contos anuais (acrescido de 3 mil contos de IVA) para assegurar o uso das terras de que for a desaposada.</p> <p>Daí à derrocada final foram dois anos. Os salários foram deixando de ser pagos e muitos trabalhadores abandonaram a cooperativa. (...).</p> <p>Há um ano todas as esperanças de um futuro diferente acalentadas desde 1974 pelos rurais de Avis, morreram em definitivo. A seca e o vazamento da Barragem do Maranhão anteciparam o fim da cooperativa. (...).</p> <p>Quem conheceu a gestão antiga na UCP não hesita em classificá-la de incompetente, ruínosa e megalómana.</p> <p>Luis Ratinho, pequeno agricultor de um terreno que confina com a Herdade Camões, a maior propriedade ocupada pela cooperativa falida, critica as opções de José Luis Silva.</p>

				'Sou amigo dele mas não tenho dúvidas em dizer que fez investimentos despropositados que apenas serviram para endividar a cooperativa e engordar diversos importadores de maquinaria agrícola da região' - afirma. (...)."'
27/2/93 Pág. 11	nacional	António Costa Santos	<i>As viagens de Luísa Caixinha</i>	"(...) (...) A Odefrutas, que emprega os trabalhadores alentejanos vai hoje dispensar 200 mulheres, porque já tem prontas as estufas de tomate e pepino, não precisa mais delas. Aliás, se precisar das mesmas elas estão prontas a retornar. E o que não falta na zona são Marias Luízas dispostas a fazer 300 e muitos quilómetros por dia para ganharem o único dinheiro que lhes entra em casa. Os armazéns das empresas de concentrado de tomate estão cheias com o produto da campanha de 91, os trabalhos agrícolas estão afectados pela seca e pela entrada em Portugal de frutos europeus a preços inferiores aos seus congéneres alentejanos. Sem garantia de compra da produção não há agricultor que se meta a fazer searas. As ruas da povoação estão, mesmo assim, desertas, durante o dia. As tabernas enchem-se ao pôr-do-sol, quando os homens jogam uma mão de sueca, sempre diante do mesmo copo de vinho. Mas nas horas que seriam de trabalho, não fosse a crise, ficam em casa. Vão as mulheres trabalhar, que têm mais facilidade de arranjar que fazer. (...) Lá vai a carreira da Figueira de Cavaleiros para as Azenhas do Mar, aldeia de pescadores e de contrabandistas, onde a Odefrutas tem as suas estufas. As mulheres (serão 60 vezes os 14 autocarros, for a as camionetas de caixa aberta que as despejam em Odeceixe: quase mil a calcorrearem o Alentejo em busca de trabalho) envolvem-se em matas e querem retomar o sono. (...)"'
6/3/93 Pág. 2	Economia	Celso Filipe	<i>Produto agrícola Mais fama que proveito</i>	"A agricultura portuguesa, apesar do seu pequeno peso no PIB, que ultrapassa ligeiramente os seis por cento, continua a ter uma importância bastante elevada na estrutura socioeconómica do país. Um documento do gabinete de estudos do MPAT aponta para o facto de 'mais de 90 por cento do território nacional' apresentar 'estruturas socioeconómicas de forte ruralidade, embora com uma grande diversidade de tecidos económicos e de modelos agrícolas'. Este estudo, divulgado durante as recentes jornadas de reflexão sobre o 'Programa de Desenvolvimento Regional do Mundo Rural' refere que 'os inquéritos ao emprego continuam a indicar uma elevada participação da agricultura no total da população activa, enquanto o último recenseamento contabilizava cerca de 2 milhões de pessoas pertencentes a agregados domésticos de produtores agrícolas, no conjunto do território nacional'. (...) 'O meio rural não tem revelado capacidade de gerar actividades económicas alternativas, capazes de contrariar factores de repulsão da população, designadamente nas camadas mais jovens', conclui o gabinete de estudos do MPAT. Com este diagnóstico, é fácil de concluir que a evolução se tem passado no sentido de uma progressiva 'desvitalização do espaço rural', que se traduz em termos demográficos

				<p>numa grande dificuldade em encontrar respostas para o desmantelamento das estruturas produtivas agrícolas e na persistência de situações de desvantagem, relativamente aos benefícios do desenvolvimento.</p> <p>Para o GETAP, as questões centrais do desenvolvimento das áreas rurais continua a ser, por isso, 'as da mobilização das potencialidades de iniciativa local, do saber-fazer para aproveitar eficientemente os recursos locais e das condições de acesso aos mercados das produções regionais de micro-escala'.</p> <p>Neste contexto, assume especial interesse a posição do Gabinete sobre o fenómeno turístico, enquanto elemento potenciador da actividade económica. 'Os efeitos multiplicadores, em termos de emprego, são suficientemente baixos para que só grandes fluxos de turistas tenham algum impacto na problemática do emprego nos espaços rurais' sublinha o estudo. Uma conclusão que se pode estender a outras alternativas, como as zonas especiais de caça e de pesca e do próprio turismo rural, insuficientes para originarem ofertas de emprego que possibilitem a fixação das populações.</p> <p>Isso mesmo foi reconhecido pelo titular da pasta do Planeamento e Administração do Território, Valente de Oliveira, durante aquelas jornadas de reflexão: 'Dentro de uma ou duas décadas, iremos olhar para dezenas ou centenas de aldeias-fantasma, na melhor das hipóteses habitadas em Agosto e Setembro, por ocupantes nostálgicos e desejosos de encontrar uma saída para um património que se degradou e onde eles investiram muito dinheiro e alguns sonhos'.</p> <p>Sobre o futuro da actividade agrícola, o documento do GETAP admite o surgimento de estratégias diferentes, particularmente tendo em conta as variáveis resultantes das alterações impostas pela PAC. Diz o GETAP que as hipóteses vão 'desde o abandono puro e simples até ao reforço do carácter familiar da empresa agrícola, passando por apostas na florestação e em culturas menos intensivas em trabalho e exigindo cuidados apenas esporádicos, ou por um papel acrescido da agricultura empresarial por empresas tecnologicamente bem apetrechadas'.</p> <p>Os técnicos do GETAP traçam com nitidez a fronteira entre a actividade agrícola e o mundo rural. segundo aquele organismo, este último conceito não deve ser concentrado na agricultura mas sim em territórios cujo desenvolvimento, apesar de depender muito daquela actividade, está sobretudo ligado à 'forma como se conseguirem articular com a dinâmica urbana e com a capacidade de possibilitar uma rápida urbanização das populações'.</p>
6/3/93 Pág. 3	Economia	José Frota	<i>Alentejo: onde está o futuro?</i>	<p>"Pior do que a seca para os agricultores alentejanos, só mesmo a reforma da PAC. Excedentária em cereais, oleaginosas e proteaginosas, a CE fez aprovar sobre a presidência portuguesa os princípios de uma nova política agrícola que determina o fim do Alentejo como celeiro de Portugal.</p> <p>Os cerealicultores acusam Arlindo Cunha de uma continua passividade negocial, atitude levada ao extremo recentemente em Bruxelas quando acordou a antecipação do fim do período de transição para a agricultura nacional perante a opção da CE em instituir e realizar o Mercado</p>

				<p>Único a partir de Janeiro de 1993.</p> <p>Neste contexto, só os grandes produtores poderão sobreviver, e ainda assim com grandes dificuldades. Para os pequenos e médios agricultores, resta a falência e a ruína ou a reforma antecipada. É certo que a PAC lhes reserva um papel de protecção do ambiente e de desenvolvimento rural não ligado à cultura da terra. Mas as garantias prometidas não lhe oferecem nenhuma esperança e esbarram na opinião dos técnicos e economistas agrários que asseguram não ser fácil encontrar alternativas para o sector primário alentejano.</p> <p>Ainda é na pecuária que os agricultores alentejanos pensam vir a competir nos mercados europeus, apostando essencialmente na qualidade dos produtos a apresentar. (...).</p> <p>Uma alternativa inovadora é a que está a ser protagonizada por Nebille Slade, um inglês radicado no concelho de Alandroal, junto ao rio Guadiana. No Monte Novo de Roncão introduziu a criação extensiva de cabra angorá, oriunda da Turquia e produtora do mais elevado padrão de lã (...) uma vez que o Alentejo tem um clima semelhante ao daquele país euro-asiático, líder no mercado mundial.</p> <p>A renovação dos montados de sobro e azinho, prática incentivada pelas chamadas medidas de acompanhamento da nova PAC, apresenta-se como outra das soluções. Ambas as espécies florestais são de crescimento lento, mas no caso da azinheira pode redundar em benefícios a curto prazo por favorecer o desenvolvimento do porco ibérico, designação que completa a designação de suíno de pata negra, cujo presunto é comercializado em Espanha com enorme sucesso.</p> <p>For a da pecuária, a aposta é feita no desenvolvimento da vinha. O sonho alentejano tem obtido nos últimos anos um sucesso comercial tanto em Portugal como no estrangeiro. (...).</p> <p>A concretização da Barragem de Alqueva e a previsível conclusão do Plano de Rega do Alentejo poderão, dentro de alguns anos, mudar a face agrícola da região, conferindo outras possibilidades à agricultura de regadio. Acontece que a moderna agricultura de regadio não se restringe às culturas mais tradicionais (arroz, tomate, milho) e estende-se à hortofruticultura – um sector a que o agricultor alentejano é avesso – e ao conseqüente domínio de tecnologias de irrigação avançada.</p> <p>Neste momento, estão em curso no Alentejo três projectos na área da horto-fruticultura que conhecem um êxito assinalável. Trata-se de investimentos estrangeiros que apostaram na alta capacidade dos seus promotores e de técnicos recrutados para os porem em execução. O caso da Odefruta, em Odemira, animado pelo francês Thierry Roussell, é o mais conhecido. Mas em Jerumenha, no Monte Branco, a Thill Lda., uma empresa de capitais holandeses, instalou o maior pomar da Europa, dedicando-se exclusivamente ao cultivo da maçã. A produção é destinada na sua grande maioria à exportação e canalizada para os mercados do Norte e Centro da Europa. Para os mesmos mercados segue a maior parte da produção da Hortisol, empresa situada em Machede, perto de Évora e cujos mentores também são holandeses.</p> <p>Outras das hipóteses de sucesso é a que se reporta ao</p>
--	--	--	--	--

				<p>turismo rural, incentivada pela PAC e integrada na utilização das terras numa perspectiva não agrícola. Exigindo grandes investimentos, o produto tem cada vez mais procura por parte dos visitantes estrangeiros, nomeadamente os norte-americanos. No Alentejo operam já cerca de 30 unidades, destacando-se pela sua qualidade a Horta Moura em Monsaraz, já admitida ao mercado de valores sem cotação das bolsas de Lisboa e Porto, e Herdade do Topo, no concelho de Serpa, que se dedica ao turismo equestre. Também as reservas de caça dão os seus primeiros lucros. No Alentejo situam-se 63 das 78 zonas de caça turística do país. (...)</p> <p>Todos estes projectos são muito interessantes mas não encontram suporte num plano de desenvolvimento agrícola e rural que a reconversão do uso dos solos no Alentejo reclama. Sem a tomada de verdadeiras medidas de fundo o início do século não se apresenta brilhante, tudo indicando que a desertificação do Alentejo se agravará profundamente."</p>
20/3/93 Pág. 20	Nacional	José Frota/Mário Robalo	<i>D. Manuel Falcão, bispo de Beja 'Não há política para o Alentejo'</i>	<p>"No início de Fevereiro, os bispos da Província Eclesiástica do Sul – Évora, Beja e Algarve – lançaram o alerta para os efeitos negativos da seca prolongada que se faz sentir naquela região. Através de uma carta pastoral, além de queixarem das 'inexistentes reformas e políticas agrárias', os três prelados sublinhavam a necessidade de os auxílios financeiros não serem apenas concedidos aos donos da terra e às empresas. Os subsídios e facilidades de crédito devem contemplar também os trabalhadores e famílias que o desemprego empobrece ou lança mesmo na miséria'.</p> <p>(...) agora, D. Manuel Falcão, o bispo da zona mais atingida – Beja – diz que o pior não é a falta de chuva, mas sim a ausência de um programa específico para toda a região. E reconhece que a Igreja pouco pode fazer, devido à sua fraca implantação na zona.</p> <p>'O problema da seca não é o mais importante – ultimamente choveu muito e as searas estão muito bonitas. O que existe, sobretudo, é a indefinição de uma política agrária para o Alentejo. As culturas tradicionais tornar-se-ão ruínas dentro de algum tempo. (...) Por outro lado, a região não tem grandes possibilidades de uma agricultura diferente, pelo menos com a gente que cá tem. É um problema que não se resolve apenas com dinheiro; implica também uma reconversão do pessoal agrícola, quer agricultores, quer trabalhadores rurais'.</p> <p>(...)</p> <p>'Em relação ao Alqueva, será uma solução de longo prazo; não resolve imediatamente o problema, porque não basta ter água: é preciso que se saiba como utilizar a água convenientemente. O regadio não está suficientemente generalizado no Alentejo para permitir que o regadio resolva por si só a reconversão da agricultura'.</p> <p>(...) 'esta gente tem grande sentido de dignidade e vergonha de mostrar a sua miséria (...). Prefere sofrer sozinha, a expor a sua situação.</p> <p>(...) 'há uma espécie de contradição: aqui há uns anos atrás, fez-se um grande esforço para aumentar a produção. Agora vai-se subsidiar os trabalhadores que não cultivem totalmente as suas terras. Isso vai ter como consequência o empobrecimento da população e, conseqüentemente, um envelhecimento, porque se dará a desertificação humana.</p>

				(...) 'A droga não está limitada às cidades. Consta-me que está disseminada pelas aldeias e pelos 'montes'. Por outro lado, a Igreja, aqui, é fraca, tenho de o confessar. Temos 6 ou 7 por cento de praticantes, com apenas uma percentagem de 2 ou 3 por cento de homens. (...). O clero é pouco, além de envelhecido: temos 68 párocos para toda a diocese, que tem 120 paróquias. Dá uma média de mais de três paróquias para cada padre e há padres que têm 7 paróquias dispersas. (...).'
27/3/93 Pág. 10	Economia	José Frota	<i>Desempregados da seca Alentejo contesta plano de emergência</i>	<p>"As seis medidas que compõem o plano de emergência para apoio aos desempregados agrícolas devido à seca (...) foram acolhidas com fortes críticas (...). O plano de emergência, para o qual Cavaco Silva prometeu disponibilizar uma verba de três milhões de contos, é considerado como um conjunto de acções avulsas e pontuais e de pouca eficácia face à profunda crise por que passam a agricultura e as economias regionais.</p> <p>Os reparos quanto à falta de consistência das medidas anunciadas, que abrangem apenas um terço (três mil desempregados) dos trabalhadores rurais referenciados, partiram dos socialistas e comunistas estendendo-se posteriormente ao sector católico, associações de agricultores e sindicatos agrícolas. As próprias distritais do PSD de Évora, sempre tão leais a aplaudir os poucos actos do Governo em favor da região, remeteram-se ao silêncio. Também na CCRA o plano de emergência foi recebido com alguma perplexidade, em virtude de ter ficado aquém das expectativas.</p> <p>Reacção pouco surpreendente, sendo em conta que a mais inovadora das medidas se revela pouco altamente penalizadora para o Alentejo. É que o Governo vai conceder apoio directo aos desempregados com vista a possibilitar a sua mobilidade geográfica (saída do Alentejo) na procura de um posto de trabalho. Os incentivos são fortes e vão da concessão de um subsídio de instalação no novo local igual a dez salários mínimos até à atribuição de um subsídio de residência.</p> <p>Questionado sobre se esta medida não constituiria mais um contributo para acentuar a desertificação humana no Alentejo, o primeiro-ministro limitou-se a dizer que 'tal argumentação não é procedente, pois está em jogo a sobrevivência das pessoas num período de crise excepcional'. Cavaco Silva manifestou-se convencido de que essas pessoas acabarão por regressar à região quando começar o relançamento da barragem de Alqueva, que criará muitos postos de trabalho.</p> <p>(...)As outras medidas constantes do plano de emergência traduzem-se num maior apoio às acções de formação profissional (...).</p> <p>A criação de emprego próprio por parte dos desempregados também é favorecida. Finalmente, o Governo garante um subsídio directo de 540 contos por cada trabalhador admitido a todas as entidades que firmarem um contracto sem termo com desempregados devido à seca.</p> <p>'Esta medida é uma autentica mistificação' diz Manuel de Brito, presidente da Comissão de Luta contra a Seca. 'As únicas entidades capazes de empregar pessoas que só sabem trabalhar a terra são as empresas ou cooperativas agrícolas. Mas estas vivem com a corda na garganta. o que</p>

				<p>precisamos é de despedir pessoal e não absorver mão-de-obra' – acrescentou, indignado (...).</p> <p>Os agricultores contavam que o plano de emergência viesse também contemplá-los (...) com moratórias às dívidas acumuladas e abertura de novos créditos a juros bonificados. Mas a banca recusa-se a conceder-lhes novos empréstimos. Com as culturas de regadio comprometidas – como reconheceu Cavaco Silva – e a diminuição da área de cereais por imposição de uma nova PAC, todos reconhecem que os rendimentos dos agricultores voltarão a ser muito baixos durante o actual ano agrícola.</p> <p>Segundo um dirigente da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, 'as falências só ainda não foram consumadas porque os credores sabem que a terra não tem valor; não há compradores, e a maioria das dívidas dos agricultores são hoje crédito malparado. As instituições de crédito não são vocacionadas para fazer agricultura e sabem que o negócio é bastante mais complicado do que vender dinheiro, por isso não querem terra'.</p> <p>Entretanto, estima-se que este ano mais de cinco mil agricultores da região vão colocar as terras à venda. Na sua grande maioria não terão acesso aos subsídios comunitários devido ao complexo processo burocrático exigido pela CE. Tendo como formação a quarta classe declara-se incapazes de preencher correctamente os impressos a tal destinados e não encontram para o efeito qualquer apoio nos serviços oficiais da agricultura.</p> <p>O facto é que nas páginas dos jornais regionais são cada vez mais numerosos os anúncios de venda de quintas, montes e herdades para actividades de lazer ou turismo. O mesmo tipo de ofertas é feita em tabuletas estrategicamente colocadas nas principais estradas da região. É o Alentejo que está em saldo."</p>
3/4/93 Pág. 16	Economia opinião	Teodósio Salgueiro; Eng. agrónomo	<i>A ciência da agricultura</i>	<p>"(...)</p> <p>(...) os países agricolamente desenvolvidos e competitivos não o são pela qualidade dos seus solos e pela bondade do seu clima, mas sim pelo desenvolvimento que imprimem às ciências agrárias, concretizado na investigação, e à sua aplicação na agricultura, ajustada com realismo aos solos e ao clima que têm.</p> <p>(...)"</p>
8/5/93 Pág. 5	Economia negócios	Celso Filipe	<i>120 quilómetros de praias para defender As regras da Costa Alentejana</i>	<p>"O litoral alentejano vai ter regras novas (com o Protali). O diploma (...) pretende defender dos apetites turísticos e da especulação imobiliária uma zona que o Governo considera 'constituir um conjunto de ecossistemas de enorme fragilidade'.</p> <p>O território que é alvo deste Protali abrange os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Odemira e Sines. A área de Costa afecta a estes municípios soma 120 quilómetros e estende-se da Península de Tróia à praia de Odeceixe. A estratégia que parece ser partilhada tanto pelo Governo como pelas autarquias, é de prevenção, pretendendo-se evitar um turismo desordenado e excessivo que ponha em causa o equilíbrio daquela região.</p> <p>(...) 'Temos de ter uma atitude muito prudente para que o litoral alentejano não se converta num segundo Algarve. (...)' (Pereira Reis, secretário de Estado da Administração Local Ordenamento do Território).</p> <p>A equipa técnica (...) estima que o litoral alentejano possa suportar num horizonte intemporal cerca de 100 mil camas,</p>

			<p>sem entrar em ruptura com o sistema ecológico. 'O nosso objectivo foi compatibilizar o desenvolvimento turístico com as capacidades de carga do meio', sublinha Pereira Reis.</p> <p>(...)</p> <p>Entre os limites impostos pelo Protali contam-se proibições à construção ou ampliação de edifícios a menos de um quilómetro das praias, de vias de comunicação paralelas à costa e de construções com mais de 6,5 metros de altura na faixa litoral. Neste domínio, o decreto-lei abre uma excepção, no caso de estabelecimentos hoteleiros, 'permitindo-se a altura de 8 metros, desde que fique assegurada a sua integração na paisagem envolvente'.</p> <p>(...) 'Consideramos que é uma zona que apresenta inegáveis potencialidades para o turismo e são esses os investimentos que devem ser apoiados', justifica Pereira Reis.</p> <p>O certo é que este protali não vai ser consensual. Uma fonte que conhece os projectos para o vasto areal da costa alentejana garante que 'os investidores estrangeiros com interesses na região ameaçam queixar-se às respectivas embaixadas', se as suas perspectivas iniciais vierem a ser defraudadas. Encaixam-se neste lote de eventuais reclamações os grupos Ferinbau Feba e Actel de origem suíço-alemã e francesa, respectivamente. Isto sem contar com empresas nacionais como a Urcazul e Santa Mónica (...).</p> <p>Todos estes projectos têm um denominador comum: estão previstos para os 42 quilómetros de praia do concelho de Grândola, a zona turisticamente mais deserta do litoral alentejano.</p> <p>O presidente da Câmara de Grândola, Matos Gago, continua a ser a voz mais crítica em relação ao Protali.</p> <p>'Durante a discussão pública, a Câmara manifestou a sua discordância quanto ao conteúdo do plano por uma questão de princípios', refere Matos Gago. Para acrescentar que 'o Governo dá a entender que quer proteger a costa quando, por vezes, despachava avulso para investidores estrangeiros. Por isso, se a costa se encontrava preservada isso deve-se às autarquias', conclui.</p> <p>Mais satisfeito com o Protali está Justino Santos. O presidente da Câmara de Odemira é de opinião que a elaboração do plano 'foi um processo bem conduzido' e que sempre existiu uma 'perfeita interligação entre a autarquia e a CCRA', entidade que avançou com o estudo do Protali. 'As grandes pressões - recorda Justino Santos - aconteceram quando a Câmara de Odemira esteve sozinha até 1987', impedindo que a carga turística ultrapassasse os limites do desejável.</p> <p>Ramiro Beja, presidente da Câmara de Santiago do Cacém também concorda, na generalidade, com o Protali, referindo que 'a principal preocupação era no sentido de não afectar o PDM que está praticamente concluído'. (...).</p> <p>(...) o futuro da costa alentejana só agora começou."</p>	<p>sem entrar em ruptura com o sistema ecológico. 'O nosso objectivo foi compatibilizar o desenvolvimento turístico com as capacidades de carga do meio', sublinha Pereira Reis.</p> <p>(...)</p> <p>Entre os limites impostos pelo Protali contam-se proibições à construção ou ampliação de edifícios a menos de um quilómetro das praias, de vias de comunicação paralelas à costa e de construções com mais de 6,5 metros de altura na faixa litoral. Neste domínio, o decreto-lei abre uma excepção, no caso de estabelecimentos hoteleiros, 'permitindo-se a altura de 8 metros, desde que fique assegurada a sua integração na paisagem envolvente'.</p> <p>(...) 'Consideramos que é uma zona que apresenta inegáveis potencialidades para o turismo e são esses os investimentos que devem ser apoiados', justifica Pereira Reis.</p> <p>O certo é que este protali não vai ser consensual. Uma fonte que conhece os projectos para o vasto areal da costa alentejana garante que 'os investidores estrangeiros com interesses na região ameaçam queixar-se às respectivas embaixadas', se as suas perspectivas iniciais vierem a ser defraudadas. Encaixam-se neste lote de eventuais reclamações os grupos Ferinbau Feba e Actel de origem suíço-alemã e francesa, respectivamente. Isto sem contar com empresas nacionais como a Urcazul e Santa Mónica (...).</p> <p>Todos estes projectos têm um denominador comum: estão previstos para os 42 quilómetros de praia do concelho de Grândola, a zona turisticamente mais deserta do litoral alentejano.</p> <p>O presidente da Câmara de Grândola, Matos Gago, continua a ser a voz mais crítica em relação ao Protali.</p> <p>'Durante a discussão pública, a Câmara manifestou a sua discordância quanto ao conteúdo do plano por uma questão de princípios', refere Matos Gago. Para acrescentar que 'o Governo dá a entender que quer proteger a costa quando, por vezes, despachava avulso para investidores estrangeiros. Por isso, se a costa se encontrava preservada isso deve-se às autarquias', conclui.</p> <p>Mais satisfeito com o Protali está Justino Santos. O presidente da Câmara de Odemira é de opinião que a elaboração do plano 'foi um processo bem conduzido' e que sempre existiu uma 'perfeita interligação entre a autarquia e a CCRA', entidade que avançou com o estudo do Protali. 'As grandes pressões - recorda Justino Santos - aconteceram quando a Câmara de Odemira esteve sozinha até 1987', impedindo que a carga turística ultrapassasse os limites do desejável.</p> <p>Ramiro Beja, presidente da Câmara de Santiago do Cacém também concorda, na generalidade, com o Protali, referindo que 'a principal preocupação era no sentido de não afectar o PDM que está praticamente concluído'. (...).</p> <p>(...) o futuro da costa alentejana só agora começou."</p>
22/5/93 Pág. 4	Economia		<p><i>CAP quer indemnizações compensatórias</i></p>	<p>"A situação de crise que a agricultura portuguesa atravessa desde o início da adesão de Portugal à Comunidade Europeia e a reivindicação de medidas 'indispensáveis que garantam o futuro do mundo rural', foram questões levantadas esta semana pela CAP. Entre as diversas reivindicações, a CAP quer que o Governo obtenha de</p>

				<p>Bruxelas o aumento da comparticipação comunitária de 85 por cento das despesas públicas com o sector e a disponibilização para a agricultura no âmbito do PDR de 1994/99 de recursos financeiros correspondentes a 'mais do dobro dos respectivos fundos estruturais'. Segundo José Manuel Casqueiro, secretário-geral da CAP, 'em 1992 o Governo investiu no sector agrícola apenas um quinto do que gastou com quatro empresas públicas e negociou a reforma da PAC a troco de fundos estruturais'. Rosado Fernandes, presidente da CAP frisou que 'o poder de compra dos agricultores foi o ano passado de 20 por cento inferior ao de 1986'. O factor responsável (...) foi o acentuado decréscimo do preço dos produtos, os quais cresceram entre 1986-92 a um ritmo 40 por cento inferior ao da inflação. A CAP propõe uma compensação das perdas de rendimento através de medidas de indemnização compensatória e reintrodução do crédito de campanha, do aumento do subsídio ao gasóleo e da insenção ou redução das contribuições para a segurança social."</p>
22/5/93 Pág.3	Política Editorial	José António Saraiva, dir. Expresso	<i>O preço do pêssego</i>	<p>"(...) A agricultura portuguesa está numa encruzilhada. Resumindo as perplexidades à expressão mais simples, a questão que neste momento mobiliza as atenções de desespero dos agricultores pode resumir-se assim: não vale a pena produzir em Portugal certos produtos porque os estrangeiros os colocam cá mais baratos. (...) Só que o problema não pode ser visto assim. Imaginemos uma família que vive no campo, tem um pequeno terreno, e há muito tempo produz pêssegos. Com a concorrência espanhola, a família deixa de conseguir vender os pêssegos e acaba por desistir de os produzir. Os membros mais novos da família ficam sem ocupação e emigram para a cidade. A cidade que já tinha problemas de habitação, segurança e de desemprego, vê estes problemas agravarem-se. (...) Por outro lado, o território vai-se desertificando – o que constitui um problema para a segurança nacional. Desta forma (...) se vê que não se pode simplesmente olhar para um produto e dizer-se que Portugal tem de deixar de o produzir porque os estrangeiros os colocam cá mais barato. O pêssego português custou mais 50 escudos; mas quanto custa a deslocação da família para a cidade e os problemas que a cadeia arrasta? (...) Há outro problema. As possibilidades de reciclagem das pessoas não são ilimitadas. O agricultor sabe cultivar pêssegos ou melões, pode não se adaptar ao cultivo de morangos ou kiwis. Como o industrial que sabe produzir vidro pode não se adaptar à produção de moldes. Quer isto dizer que o desaparecimento de certas culturas ou de certas indústrias pode significar o abandono de conhecimentos adquiridos durante décadas ou mesmo séculos, em troca de incógnitas que se podem revelar ficções. Pela lógica exclusiva da CE, Portugal poderia ser levado a abandonar, por exemplo, 80 por cento das suas actividades</p>

				<p>tradicionais – ou seja a deitar for a de um dia para o outro 80 por cento da sua experiência e da sua cultura -, em nome de um futuro que não se sabe exactamente qual é. (...)”.</p>
<p>29/5/93 Pág. 8</p>	<p>Economia</p>	<p>Alexandre Coutinho</p>	<p><i>O agricultor plural</i></p>	<p>“O ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, vai levar a Conselho de Ministros o projecto de Lei de Bases de Desenvolvimento Agrário que elaborou com a sua equipa nos últimos 120 dias. O texto (...) assume-se como uma verdadeira ‘constituição’ que promete revolucionar o modo de vida dos agricultores num contexto integrado de espaço rural. No futuro, a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente terão mais importância do que a produção agrícola.</p> <p>Pela primeira vez, a Lei de Bases afasta o princípio da auto-suficiência como objectivo primordial da actividade do sector. ‘Uma vez que Portugal está integrado na Comunidade que é excedentária em determinados produtos agrícolas, produzir a qualquer preço ou prosseguir objectivos de auto-suficiência alimentar não é uma orientação nem defensável nem sustentável’, pode ler-se no preâmbulo da proposta a que o Expresso teve acesso.</p> <p>‘O objectivo estratégico superior deverá centrar-se num desenvolvimento integrado do espaço rural que, não sendo exclusivamente virado para a produção agro-alimentar, possibilite as necessárias complementaridades para criar rendimentos e fixar as populações rurais’, acrescentam os autores da proposta.</p> <p>A Lei de Bases consagra igualmente que ‘a agricultura, para além de uma decisiva função empresarial na produção de alimentos e outras matérias- primas para a indústria, deverá cumprir outros objectivos de natureza social, de ordenamento do território, de fruição sustentável dos recursos naturais e de prestação de serviços à comunidade, numa óptica de revitalização multisectorial e harmónica do espaço rural’.</p> <p>Neste quadro, o legislador antevê a emergência de uma ‘nova agricultura’ marcada por três grandes dimensões: mercado, multifuncionalidade e sustentação de rendimentos’, prevendo uma inserção gradual da agricultura na economia de mercado e o desenvolvimento de explorações agrícolas economicamente viáveis’.</p> <p>‘Importa desenvolver no empresário agricultor uma maior capacidade de gestão da sua empresa e aprofundar a sua competência para definir e orientar a sua actividade em função dos produtos que o mercado solicita. O empresário agrícola do futuro está constantemente confrontado com o desafio de concorrer num mercado comunitário aberto’, afirma o grupo de trabalho nomeado pelo ministro.</p> <p>(...)</p> <p>A proposta de Lei do Ministério da Agricultura (...) considera as ajudas ao rendimento contempladas na reforma da PAC como ‘inevitáveis, enquanto forem necessárias’, abrindo caminho para institucionalizar o cálculo de uma remuneração das actividades que os agricultores prestam actualmente à sociedade ‘sem qualquer remuneração’: ocupação e gestão do espaço rural, preservação da paisagem e conservação de tradições.</p> <p>Neste capítulo, a proposta de texto de lei vai mais longe ao introduzir o embrião do que poderá ser um futuro estatuto especial para os agricultores, em que ‘a função social dos agricultores na preservação dos recursos naturais e na</p>

				<p>ocupação do espaço rural seja devidamente compensada, por remuneração directa, benefícios fiscais ou outros', bem como um regime contributivo para a segurança social que tenha em conta 'as condições específicas da sua actividade'.</p> <p>'O governo aprovará a regulamentação necessária à definição do tratamento fiscal específico que deverá ser aplicado, nomeadamente no que respeita ao regime de instalações, aos jovens agricultores, a empresas e empresários envolvidos em projectos de investimento, às cooperativas e associações', pode ler-se no capítulo dos benefícios fiscais.</p> <p>Paralelamente aos apoios financeiros e demais incentivos à instalação de jovens agricultores, a proposta de lei incentiva o Governo a estabelecer condições e apoios financeiros para o abandono voluntário da actividade agrícola.</p> <p>(...)</p> <p>Com a sua publicação, será revogada a última Lei de Bases da Reforma Agrária, de 1988, bem como as alterações introduzidas em 1990."</p>
29/5/93 Pág. 8	Economia	AC	<i>O projecto do PCP</i>	<p>"Antecipando-se à proposta elaborada pelo Ministério da Agricultura, o PCP entregou já na Assembleia da República o texto da sua própria proposta de lei de Bases da Política Agrária.</p> <p>(...)</p> <p>Elaborada num cenário de 'aumento de produção e da produtividade da terra', a proposta do PCP institui um 'programa de orientação e fomento da produção agrícola e pecuária' que incentiva explicitamente 'a expansão de culturas oleaginosas e proteaginosas, da beterraba sacarina, das forragens e das pastagens semeadas', bem como 'a racionalização, acréscimo e rentabilização da produção cerealífera' em que Portugal não se revela tão competitivo como os países de cultura extensiva. 'O critério aplicado corresponde às necessidades do país e integra culturas em que somos altamente deficitários e que não podemos deixar de produzir', explica Lino de Carvalho.</p> <p>De acordo com o disposto no texto, caberia ao Governo publicar e divulgar 'a zonagem cultural estabelecida e o catálogo das variedades seleccionadas para cada zona de produção, ajustadas às solicitações do mercado'.</p> <p>(...)</p> <p>De acordo com a proposta do PCP, 'o Estado apoiará preferencialmente os pequenos e médios agricultores, nomeadamente quando integrados em unidades de exploração familiar ou associadas em cooperativas'. (...)"</p>
5/6/93 pág. 20	Nacional	Mário Robalo	<i>católicos defendem agricultores</i>	<p>"Insatisfeita com a falta de sensibilidade dos governos para as rápidas mudanças sociais, económicas e culturais que a integração de Portugal na Comunidade Europeia está a provocar no mundo rural, a Acção Católica Rural (ACR) decidiu convidar dois membros do executivo de Cavaco Silva para lhes falar das suas preocupações.</p> <p>(...)</p> <p>(...) O responsável nacional da ACR, Flausino Silva, refere que 'neste período coincidente com a realização do Mercado Único torna-se urgente questionar o poder político sobre a rede social de infra-estruturas do meio rural e ainda sobre o futuro dos pequenos e médios agricultores'.</p> <p>Para este ex-deputado do PSD, 'é importante que as aldeias</p>

				<p>portuguesas não se transformem em estâncias privadas de reformados japoneses que pretendem gozar o ar puro de Portugal'. Em seu entender, o Governo tem de esclarecer as gentes rurais do que pensa fazer em relação ao ordenamento do território (...).</p> <p>Incentivos e não subsídios; apoio técnico no terreno e não informação na secretaria; criação de mecanismos para defesa dos produtos tradicionais e não financiamento para quem deixe de produzir –este é o sumário das questões que Arlindo Cunha escutará dos dirigentes da ACR.</p> <p>Mas o dirigente dos católicos rurais não escamoteia que os pequenos e médios agricultores não estão sensibilizados para o associativismo: equipamentos e maquinaria comuns, ou mesmo produção em parceria é um hábito ainda não conseguido.</p> <p>(...)</p> <p>Apesar d todas as 'interrogações', Flausino Silva avança com propostas de compromisso, por parte do movimento que dirige. E diz que é preciso promoverem-se sociedades de agricultura de grupo, para gerir as próprias explorações, mas salientando que este modelo nada tem a ver com os Grémios da Lavoura, de antes do 25 de Abril, nem com as cooperativas surgidas após aquela data. (...)"</p>
12/6/93 pág. 1	Economia	AC	<i>Arlindo Cunha 'Não podemos governar para a popularidade'</i>	<p>"(...)</p> <p>Arlindo Cunha pretende recompensar os agricultores pelo seu esforço na preservação do espaço rural, conservação do meio ambiente e criação de zonas de lazer para os habitantes das cidades. 'Com a reforma da PAC, a agricultura passa a ser encarada numa óptica de multifuncionalidade em que o agricultor deixa de ser um mero produtor de alimentos', afirma, garantindo que este estatuto estará contemplado no âmbito da nova Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário.</p> <p>O ministro avança igualmente com a proposta de criação de um estatuto fiscal e um regime de segurança social diferenciados para os trabalhadores da terra, mas gostaria de ver a percentagem da população activa na agricultura (actualmente de 12 %, relativamente à população activa total) mais perto dos seis por cento de média comunitária.</p> <p>A sua proposta de lei assume 'pela primeira vez e de forma objectiva, a necessidade de garantir um apoio directo aos rendimentos agrícolas', bem como o fim do propósito da auto-suficiência de Portugal neste sector, minimizando os riscos de isolamento em caso de conflito bélico: 'Era um conceito que reflectia o traumatismo da II Guerra Mundial e que não se aplica aos países da Comunidade Europeia', explica o responsável governamental.</p> <p>Accentuando a importância da floresta e o seu contributo para o país, Arlindo Cunha gostaria de ver invertida a actual ocupação de terra, passando a ter cinco milhões de hectares de florestas e três milhões de hectares ocupados pela agricultura.</p> <p>Paralelamente, o ministro afirma-se um adepto de repovoamento cinegético das reservas de caça e da criação de infra-estruturas que permitam a reprodução dos peixes nos rios, como forma de 'levar mais pessoas aos campos'.</p> <p>(...)</p> <p>(sobre os objectivos da lei de Bases...)</p> <p>(...) 'A agricultura não podia continuar a ser encarada</p>

				<p>numa óptica de produção pela produção, era necessário rever o sistema de política agrícola no sentido de que a agricultura tivesse um enquadramento diferente na economia e na sociedade.</p> <p>Com a reforma da PAC verifica-se que a agricultura passa a ser encarada numa óptica de multifuncionalidade em que o agricultor passa a ser produtor de alimentos num contexto de equilíbrio do mercado e daí que a reforma da PAC tenha mecanismos tendentes ao controlo da produção. Além disso, passa também a ter uma função no espaço rural relacionado com todo um conjunto de serviços que o espaço agrícola pode prestar ao resto da sociedade. Fundamentalmente, funções no domínio do agro-turismo, do lazer, e obviamente, da floresta. Deve assumir-se claramente na Europa que essas funções entrem no cálculo económico'.</p> <p>(...)</p> <p>'É preciso que os cidadãos, sobretudo os que vivem em espaços urbanos, que são, como sabe, a esmagadora maioria da população, tomem consciência disto: faz parte do equilíbrio da sua vida ir ao campo, ir ao espaço rural. para esse espaço rural estar conservado, para ser vivo, para se manter atractivos, é porque se fizeram investimentos. Portanto, se tem um custo (...) é evidente que quem quer usufruir desse espaço tem de pagar.</p> <p>(...)</p> <p>'Assume-se, pela primeira vez, de forma objectiva nesta lei, a necessidade de um apoio directo aos rendimentos dos agricultores. Ou seja, não há nenhum país desenvolvido com equilíbrio que possa dispensar a agricultura que, para se manter no quadro actual, tem de ter uma sustentação de rendimentos. Mas também carece ou precisa, de valorizar outros serviços que ela pode prestar.</p> <p>(...) para mantermos a agricultura nalgumas áreas temos de assumir que haja direito ao rendimento (...) é uma das dimensões da nova política agrícola. As outras duas são a orientação para o mercado e a valorização de outros produtos que o agricultor pode fornecer.</p> <p>(...)</p> <p>'Nós assumimos em Portugal que precisamos da agricultura para termos um país equilibrado e vivo. E ao assumirmos isso, assumimos depois que são necessário instrumentos de política agrícola (...). Agora, o que se falava antes era do principio desta estratégia numa óptica teórica de conflito bélico, num conceito que reflectia o traumatismo da II Guerra Mundial. Hoje em dia isso não acontece (...)'.</p> <p>(...)</p> <p>(...) 'Já temos em Portugal várias centenas de agricultores que se inseriram no sistema de turismo rural, no agro-turismo e que tiveram incentivos quer dos sistemas de apoio ao turismo, quer dos programas Leader. O programa Leader, que faz parte do FEOGA, visa precisamente diversificar a agricultura no espaço rural, tomando como base o próprio agricultor' (...).</p> <p>'Estamos a falar do fortalecimento de uma dimensão das políticas agrícolas no espaço rural. Obviamente que a principal continua a ser a produção, a sua qualidade, a diversificação na ocupação do espaço e aí, destaca-se a importância da floresta e a preservação do espaço rural. tem de haver uma política agrícola dirigida a indemnizar o</p>
--	--	--	--	---

				<p>agricultor para ele manter certo tipo de sistemas tradicionais, para ele não ser levado por uma questão de sobrevivência a entrar em loucuras do ponto de vista ambiental. A questão da multifuncionalidade não pode ser entendida só numa óptica micro-económica, mas obviamente que será muito progressiva. Se calhar daqui a uns anos, serão apenas uns milhares.</p> <p>(...)</p> <p>'Esta lei é específica para nós, mas contempla os grandes princípios que vão balizar num futuro próximo as várias políticas agrícolas e a PAC é uma delas. (...) visa fixar as grandes traves mestras para o médio e longo prazo, digamos, para os próximos dez a quinze anos.</p> <p>(...)</p> <p>'(...) assume a necessidade das políticas agrícolas incidirem sobre o equilíbrio espacial, ou seja, a atenuação de disparidades regionais, apoiando os sistemas agrícolas mais carenciados (...); em segundo lugar dá uma ênfase muito maior à florestação (...); em terceiro lugar dá uma ênfase muito especial aos problemas da renovação do tecido empresarial agrícola; em quarto lugar, dá uma ênfase muito grande à parte da formação profissional; valoriza a organização profissional dos agricultores (...).'</p> <p>'Vamos igualmente favorecer o repovoamento cinegético (...) e criar infra-estruturas que permitam proteger as espécies, nomeadamente, açudes para a reprodução das espécies.</p> <p>(...)</p> <p>'Pressupõe (...) o assumir de uma coisa que se diz há décadas nos relatórios técnicos sobre agricultura. Que Portugal tem uma ocupação do espaço desajustada. Tem cerca de cinco milhões de terra ocupada pela agricultura e três milhões com floresta, quando deveria ser ao contrário.'</p> <p>(...) Portugal é um país com largas vantagens comparativas na floresta (...). Temos condições climáticas e naturais excepcionais para fazer boa floresta e depressa, ou pelo menos mais depressa que os outros. A floresta tem outras funções que não só a produção de madeira, tem também a produção de energia – e em Portugal estão a fazer-se experiências importantes de aproveitamento de desperdícios de floresta para a produção de energia – e a própria floresta está associada também a alguma agricultura. É, no fundo, um uso múltiplo ...</p> <p>(...)</p> <p>'Vamos apoiar todo o tipo de floresta desde que se insira nos requisitos de ordenamento do território (...) só que obviamente favorecemos as espécies tradicionais e de longo crescimento. Não descriminamos as espécies de crescimento rápido, nem os eucaliptos, nem os choupos, como é óbvio, até por serem importantes para a economia portuguesa.'</p> <p>(...)"</p>
12/6/93 pág. 2	Economia	Celso Filipe	<i>Os números da discórdia</i>	<p>"Os agentes agrícolas estão descontentes com as verbas que o Governo pretende disponibilizar para o sector, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio para 1994-99. O centro da discórdia é a repartição de três mil milhões de contos que a Comunidade vai canalizar para Portugal nos próximos cinco anos.</p>

				<p>Francisco Avillez, professor do ISA, considera que a verba de 350 milhões contos que o Ministério da Agricultura pretende disponibilizar é 'injusta' e pode fazer 'perigar o futuro da agricultura' (...).</p> <p>A confirmar-se este valor, adianta Francisco Avillez - um dos oito subscritores do documento 'O plano de Desenvolvimento Regional e o Futuro da Agricultura Portuguesa' - 'somos levados a concluir que a agricultura não é um sector prioritário para o Governo'.</p> <p>Para este especialista, a tomada de posição pública de contestação nesta fase de discussão do PDR visa 'sensibilizar as forças vivas ligadas à agricultura no sentido de exercerem uma maior pressão'.</p> <p>(...)</p> <p>Na óptica de Francisco Avillez, existe identidade de pontos de vista com o Ministério da Agricultura no que concerne os eixos de desenvolvimento propostos para o sector, que privilegiam uma nova política da água, alterações na estrutura de transformação e comercialização dos produtos agrícolas, aposta na florestação e intensificação das acções de formação de recursos humanos. 'No essencial as propostas estão correctas', diz aquele especialista, para quem o problema de fundo 'é a disponibilização de verbas' que tornem estas mudanças realidade.'></p>
19/6/93 Pág. 21	Economia	J.F.Palma-Ferreira	<i>Crédito aos Montes</i>	<p>"Ter um monte no Alentejo já foi bastante menos atraente. Quando as taxas de juro do crédito à Habitação continuam a descer e também não param de cair os preços pedidos por pequenas propriedades enquadráveis na classe de quintas de lazer, tudo parece aconselhar ao investimento no sector.</p> <p>Caso paradigmático será o de um jovem casal lisboeta que juntou economias para gozar umas boas férias no estrangeiro e dar entrada para um automóvel novo. Mês e meio antes da decisão da escolha da marca do carro e do destino final a reservar numa agência de viagens, passaram perto de Viana do Alentejo (a menos de duas horas de Lisboa) e depararam, junto a uma barragem, com uma velha casa à venda. (...) por quase de sete hectares com casa, electricidade, dois poços (um deles com nora), casões e arrecadação, bem como uma centena de árvores (entre azinheiras, oliveiras e algumas laranjeiras) pediam 6 900 contos.</p> <p>(...) Fizeram contas e, por menos de 10 mil contos, incluindo o preço da compra, conseguiriam recuperar a casa até ao final do ano (...).</p> <p>(...) Ficariam ainda a saber que podiam recorrer a um apoio para florestação e, caso não cultivassem mesmo a terra, disporiam de um incentivo à perda de rendimentos que seria pago por um prazo superior a 10 anos.</p> <p>Note-se que este caso foi tratado sem mediação mobiliária embora não ande muito longe dos valores médios pedidos por empresas do sector, que incluem comissões. Por exemplo, segundo as listas de propriedades da Imagri, mediadora sediada em Alcácer do Sal, encontram-se à venda bastantes prédios entre os 3.200 e seis mil contos. Mesmo tendo em conta estes valores, Eurico Lampreia, responsável pela empresa, considera que 'é falsa a imagem de que o Alentejo está em saldo'.</p> <p>'Dizer que as causa alentejanas estão todas abandonadas</p>

				<p>para justificar preços baixos é iludir vendedores e compradores. Tal como em todas as regiões, existem casas antigas típicas que podem ser reaproveitadas para habitação de lazer, com uma qualidade garantida por um ambiente não degradado', considera, adiantando que 'numa região de latifúndio compreende-se que o preço da terra seja mais baixo do que em zonas de minifúndio'.</p> <p>(...) A Imagri transacciona no mercado interno - no segmento quintas de lazer - 'cerca de 60 por cento dos prédios em carteira por valores que oscilam entre cinco mil e 12 mil contos, e 15 por cento por valores entre os 20 mil e os 45 mil contos', refere Eurico Lampreia, adiantando que, dentro desta última franja, 'cerca de dois a três por cento são adquiridos por agricultores que querem aumentar as suas áreas'.</p> <p>Curiosamente, apenas cerca de um quarto das vendas da Imagri foram efectuadas para o mercado externo, onde predominam outro tipo de procura de propriedades - as médias e grandes herdades - destinadas a uma utilização no âmbito de projectos empresariais, sobretudo para o turismo (caça, golf, aldeamentos, etc.).</p> <p>Eurico Lampreia adianta que a sua empresa estabeleceu um acordo com o BPA para facilitar o recurso ao crédito a particulares na segunda habitação. O responsável precisa que entre os 15 a 20 por cento dos contratos fechados com clientes recorreram ao financiamento do BPA (...).</p> <p>Actualmente, a IMAGRI tem (...) 'uma oferta de 440 propriedades para uma procura total de mais de 680 clientes'. A empresa divide a oferta em sete classes, designadamente, casas junto a barragem, casas junto ao mar, palácios, e casas apalaçadas, quintas de lazer, casas de aldeia e moinhos para habitar.</p> <p>(...)</p> <p>(Seguem-se informações sobre os créditos e as facilidades oferecidas em vários bancos, note-se que estamos em 1993, e as taxas variavam entre um mínimo de 13,75 Taxa fixa a cinco anos praticada no BCI e o máximo de 14, 50 nas mesmas condições praticada na CGD).</p> <p>Acrescente-se que, de acordo com o Dec.-Lei 81/91 os apoios à arborização atingem 240 contos por hectare. A beneficiação de superfícies florestais conta com um apoio que oscila entre os 300 e os 600 ecus por hectare. A construção de pequenas barragens tem ainda um apoio de 4500 ecus por unidade e o incentivo por perda de rendimento pode atingir um prazo de vinte anos (no caso do sobreiro), variando, consoante a qualidade dos solos e o tipo de agricultor (a tempo inteiro ou parcial), entre 100 e 800 ecus por hectare."</p>
17/7/93 Pág. 11	Economia Opinião	Miguel Mota, Prof. Catedr. Jubilado	<i>A 'prova' agrícola que nada prova</i>	<p>"(...)</p> <p>A agricultura é uma das actividades que realmente criam riqueza, e o produto nacional e a inflação estão dependentes dela. (...).</p> <p>Pela sua dependência das condições naturais - nomeadamente solo e clima -, a agricultura diferencia-se de outras actividades, como a indústria ou a medicina. (...)</p> <p>(...)</p> <p>Depois de um excelente desenvolvimento da investigação agrónomica nos anos 40, os governos diminuíram progressivamente essa actividade, diminuição drasticamente agravada na última década, com as</p>

				<p>inevitáveis consequências para a agricultura, bem patentes na situação gravíssima actual.</p> <p>(...)</p> <p>A grande diferença que fez (a Holanda) triplicar em algumas décadas a sua produção unitária de trigo foi o excelente trabalho do um ministério da agricultura eficiente, possuindo uma boa investigação agronómica, provida de meios eficientes que lhe permitem descobrir constantemente formas de melhorar a agricultura.»</p>
31/7/93 Pág. 15	Nacional	José Frota	<i>Portugal Coutado</i>	<p>“(…)</p> <p>Neste cenário de paixão desenfreada (dos adeptos do terreno livre contra as reservas de caça) assiste-se ao ateamento de incêndios em reservas de caça turística e associativas, pelas mãos dos mais exaltados. No concelho de Évora, em apenas dois dias, rebentaram quatro fogos em outros tantos coutos, separados por menos de vinte quilómetros, consumindo quinhentos hectares de mato, pinheiros e oliveiras.</p> <p>(...)</p> <p>‘Queremos contribuir para derrubar este Governo que nos quer espoliar de direitos ancestrais legitimados por séculos de tradição e foi, até onde os nossos monarcas e os fascistas do Estado Novo não se atreveram’ – explica revoltado Eduardo Biscuais presidente da federação e líder do movimento de oposição à caça.</p> <p>(...)</p> <p>A especificidade das culturas agrícolas (trigo, cevada, girassol e grão) e do revestimento florestal (montados de sobre e azinho e muito mato) fazem do Alentejo um espaço de eleição para a proliferação e desenvolvimento de várias espécies e tornam-no na melhor e mais cobiçadas zona de caça do país. Aí se localizam mais de metade das reservas existentes. Em alguns concelhos como os de Moura, Arraiolos, Mértola, Portel e Monforte a área coutada ultrapassa largamente os cinquenta por cento permitidos por lei. (...).</p> <p>O excesso de concentração das reservas nestas duas regiões (Alentejo e em segundo lugar Oeste e Ribatejo) deixa para os caçadores de menos recursos as áreas mais pobres em fauna selvagem nos quais é difícil o abate de qualquer peça. E como Amaro se desinteressou do processo de criação de reservas nacionais e sociais (há apenas dez em todo o país e desertas de caça) mais acessíveis à bolsa da maioria, os caçadores do regime geral encontram-se sem verdadeiros espaços cinegéticos (...).</p> <p>(...)</p> <p>Os caçadores acusam ainda Amaro de negligenciar a fiscalização da actividade das reservas turísticas (...).</p> <p>(...) em recentes declarações públicas, (Álvaro Amaro) afirmou que o que está em causa é a dificuldade de adaptação a uma nova filosofia de caça que faz dela mais uma actividade económica do que um desporto. Segundo dados oficiais, a caça movimentou durante 92-93 um montante de mais de 30 milhões de contos tendo o valor médio despendido sido de 96 contos para o regime geral, 150 contos para o associativo e 247 para o turístico. Mas o Estado, ao contrário do prometido, pouco lucrou com o negócio: é que o Decreto-Lei 269/92 aboliu as taxas que lhe deveriam ser pagas pelos concessionários dos couros.</p> <p>Uma coisa parece certa: a caça já não é de todos, façam os</p>

				caçadores menos abastados o que fizerem. Para eles, Amaro tem a intenção de, a médio prazo, criar 'sete santuários de caça que o Estado se propõe gerir técnica e financeiramente e onde irá investir'. (...)"
28/8/93 Pág. 12	nacional	Mário Rodrigues	<i>Yuppies do campo</i>	<p>"Carlos Maia, de 25 anos é empresário agrícola desde os 20, em Vila do Conde, e ganhou, (...) o prémio nacional jovem agricultor. (...). Carlos programa semanalmente, numa pequena central informática, a ração de cada animal. Cada uma das 50 turmas, quando tem fome, encoleirada com uma antena magnética numerada, dirige-se à estação de alimentação e apenas ingere o que o computador lhe destinou. Periodicamente, as mesmas vacas 'robotizadas' são viradas de patas para o ar, com uma máquina moderna, para fazerem 'manicure ao tratamento dos cascos'. Com cerca de 150 bovinos, um terço dos quais a produzir leite regularmente, o jovem empresário (...) consegue vender às cooperativas (...) mais do que 2500 litros de leite por dia, o que lhe rende cerca de 130 contos. (...). Nesta exploração modelo, trabalham apenas três pessoas – Carlos Maia, a mulher e um jovem empregado permanente.</p> <p>É o último grito da produtividade e da modernização, a fazer inveja a conhecidos e esforçados empresários da indústria e do comércio, ou a pedir meças ginástica financeira do próprio ministro Braga de Macedo ... (a referência tem a ver com o caso do Monte dos Frades).</p> <p>(...)</p> <p>(...) Carlos Maia investiu cerca de 40 mil contos para chegar onde chegou. Recebeu subsídios na ordem dos 15 mil contos. O restante pediu-o à banca, na altura 'a juro de 14 ou 15 por cento'. Mas, pouco depois, com a subida do juro para 20 por cento, teve que desistir da banca e pedir 'emprestado a particulares'. Se não tivesse sabido orientar o barco, em termos de encargos financeiros, Carlos Maia estaria hoje, também, 'com a corda na garganta'. Sublinha que o preço do leite que lhe pagam as cooperativas é o mesmo desde há seis anos, apesar dos factores de produção terem encarecido e do mesmo leite ser vendido ao dobro do preço de compra.</p> <p>Praticamente não tem férias – 'só umas horitas, às vezes, aqui nas praias da região' e não tem 'riquezas' : o que ganha 'é tudo investido na exploração'.</p> <p>Até agora, os 'yuppies' do campo, nascidos e criados à sombra da CE, têm sido a 'menina dos olhos' e a vanguarda do agrocaçaquismo.</p> <p>Primeiro, incitaram-nos a investir, com volumosos subsídios comunitários, o que foi correspondido: os cerca de 10 mil empresários instalados desde 1986, apesar de serem apenas 12 por cento, dos produtores agrícolas entre os 18 e os 40 anos, investiram, em média, quase 10 mil contos cada um e receberam de subsídio 6 mil contos – mais do que qualquer outro tipo de agricultor. Mas, agora, pedem-lhe que produzam menos, que concorram deslealmente com as importações e que suportem a quebra contínua dos preços agrícolas, apesar de produzirem a custos superiores aos da Europa.</p> <p>O secretário de Estado da Agricultura – que considera os jovens agricultores 'os principais protagonistas das mudanças agrícolas' – passou a ser o mau da fita. A AJAP, que tem assento no Conselho de Concertação Social, não lhe perdoa ter sido arredada do pacote de 60 milhões que</p>

				<p>Cavaco anunciou (...).</p> <p>Criada em 1983, com cerca de 15 mil filiados e a receber subsídios oficiais ao associativismo, a organização sente-se cada vez mais arredada dos 'lobbies' do poder e, por isso, tem vindo a discutir internamente a criação de um novo partido político. (...).</p> <p>Carlos Maia (...) é mais pragmático quanto ao futuro dos novos empresários: 'Ou aparece um D.Dinis, 'o lavador' (...) ou isto só vai dar para os psiquiatras que terão mais gente para tratar o 'stress' da crise ...', ironiza".</p>
4/9/93 Pág. 5	Economia	António José Gouveia	<i>O pecado de Thierry Roussel</i>	<p>" (...)</p> <p>'O Brejão é provavelmente o maior investimento europeu a nível privado no sector de produção de frutas e legumes. Criámos emprego numa região onde não existe indústria e turismo e onde as empresas já instaladas estão à beira de fechar, em particular no sector agrícola'.</p> <p>(...)</p> <p>'O que se passou (na Odefruta) foi que, com as ajudas comunitárias em atraso tivemos que recorrer ao crédito bancário, que em Portugal tem juros bastante elevados. Os juros acabaram por absorver as ajudas comunitárias. Este foi o primeiro elemento que desequilibrou a empresa no plano financeiro'.</p> <p>'Entretanto, os preços de alguns produtos desceram abruptamente. (...)</p> <p>Por outro lado, a Odefruta tem incobráveis no montante de (...) cerca de 80 mil contos de clientes que se colocaram na situação de falência.</p> <p>'A acrescentar a tudo isto, tivemos este ano duas tempestades que nos estragaram as culturas causando prejuízos estimados em 800 mil contos pelas seguradoras e pelo Ministério da Agricultura'.</p> <p>(...)</p> <p>'Este projecto é uma realidade, criou mais de 600 postos de trabalho fixos e cerca de 500 sazonais e deu a conhecer os produtos hortícolas portugueses em 19 países.</p> <p>(...)</p> <p>'Esta empresa, tendi sucesso, poderia representar 50 por cento das explorações do sector agrícola, num prazo relativamente curto de 18 meses'.</p> <p>(...)</p> <p>Há cerca de dois anos, o projecto de Thierry Roussel teve o aplauso do Governo português. (...) ao ponto do projecto receber cerca de um milhão e 600 mil contos de verbas a fundo perdido.</p> <p>(...). As intenções do francês eram 'conquistar' a Europa na área de frutas e legumes, concorrendo directamente com os espanhóis, americanos e israelitas.</p> <p>Na altura, tinha investido (...) cerca de 3,5 milhões de contos (...) o investimento poderia chegar aos 10 milhões, uma promessa que está ainda por cumprir.</p> <p>A ideia de Roussel, na altura, era construir 'uma aldeia século XXI', ou seja, uma povoação baseada na agricultura moderna e tecnológica. O turismo rural faria parte do projecto. Hoje Thierry Roussel recusa-se a falar em projectos turísticos. Diz que nunca lhe passou pela cabeça fazer qualquer projecto de turismo rural, que apenas é uma ideia de filosofia própria e não está prevista para o Brejão. Mas foi também há cerca de dois anos que se levantaram</p>

				<p>movimentos contra as intenções do ex-marido de Catarina Onassis. Os primeiros (...) foram os responsáveis pela Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (APP). Thierry Roussel iria cultivar cerca de 1200 hectares em produtos horticolas entrando pela APP. Foi então que os responsáveis pela APP denunciaram a utilização de adubos químicos não homologados em Portugal e que eram importados directamente dos EUA. Neste momento, a empresa de Roussel deverá pagar uma coima avaliada em três mil contos na sequência de um processo movido pela APP. A empresa do Brejão instalou outro espaço de agricultura intensiva em plena área protegida da Costa Vicentina. (...)"</p>
31/12/93 Pág. 13	Nacional	Manuel Goucha Soares; José Frota	<i>Alentejo: o Natal dos emigrantes</i>	<p>"(...) (...) No Alentejo fazia um tempo gelado e sombrio. Desértico como as suas terras, ruas e cafés. A população que ainda resiste aos tormentos da seca e da reforma da PAC evapora-se da face da terra. Na aldeia de Seixo não existem ordenados, subsídios de Natal, e menos crianças para escreverem ao Menino Jesus. Uma dúzia de casas perdidas na paisagem mais desolada da planície alentejana albergam cinco pessoas com mais de 65 anos (...); nos períodos de férias, um 'punhado' de migrantes regressa 'à terra'. Os mais velhos parecem contentes com este retorno às origens, mas a nova geração tem grandes conflitos com as raízes dos seus antepassados. Paula Jorge tem 22 anos e estuda engenharia de Sistemas. Filha única, diz que gosta de vir ao 'Seixo, por poucos dias, de tempos a tempos'. Mas não gosta que a vejam por cá. Reagiu mal às perguntas do Expresso – inicialmente dirigidas ao pai – e 'fotografias nem pensar'. (...). (...) Sobretudo quando podem trazer à luz do dia fantasias omitidas de uma casa no Alentejo que, em abono do sonho, não deveria situar-se na terra onde Judas perdeu as botas. Longe dos interruptores que fornecem a magia da luz eléctrica e da água que corre nas torneiras. Entre muros e muretes de xisto, 'encontra a cabinezinha da rodoviária, e é aí': o Seixo, nos desvios da estrada de Reguengos para o Alandroal. Só que (...) o que existe hoje é um amontoado de lata desconjuntada (...), assinalando o ponto de ligação com o mundo exterior. Para comprar pão, feijão, sabão, ..., é preciso viajar até Cabeça de Carneiro, a povoação mais próxima. Em seixo, os montes estão abandonados à excepção da Herdade do Foro Espanhol, propriedade de um verdadeiro resistente: José Montalvo, 73 anos de idade, vive lá desde os 20 anos. No Natal a vizinhança alarga-se com a chegada da família de Manuel Jorge, pai de Paula, que há muitos anos emigrou para o Cacém. Mais dois ou três visitantes das redondezas aproveitam para comentar que no Verão 'aquela casa além' costuma estar ocupada: foi comprada por um 'arquitecto de Lisboa que tem lá umas cabeças de gado, mas tem muitas dificuldades para arranjar quem lhe trate das coisas'. José Montalvo, o ancião da terra, foi a única pessoa que acolheu os jornalistas do Expresso com a tradicional hospitalidade alentejana: 'são servidos do almoço?'</p>

				<p>perguntou, convidando-nos a entrar. Os outros, migrantes e emigrantes mostraram-se desconfiados na confusão de gentes e culturas. Mas José Montalvo provou que permanece fiel à sua alma e não esqueceu as velhas tradições da herança moura: quando entrámos no hall que serve de sala, apressou-se a fechar a porta da cozinha onde se encontrava a sua mulher, a comer. É o recanto feminino no lar.</p> <p>(...)</p> <p>Partem para a Suíça em busca de melhor vida porque emprego, aqui, é coisa que não há. Armindo Carvalho, 23 anos, vive em saint Gallen, com os pais. Mas do que ele gosta mesmo é de passar dois meses 'na terra' exibindo o seu ar de acelera num Volkswagen Corrado vermelho pelas rias de Torre dos Coelheiros. (...) 'Gosto de ir caçar tordos, faço uns petiscos com os colegas, e converso com as pessoas daqui'. (...).</p> <p>(...)</p> <p>'Venho sempre que posso e quero voltar assim que seja possível. Em 1996, o mais tardar'. (...)</p>
--	--	--	--	---

Expresso	Rubrica	Enunciador - Reportador	Titulo	Resumo
8/1/94 Pág. 8	Nacional	José Frota	<i>Cooperativas prá reforma</i>	<p>“Em 1976 existiam 500 cooperativas agrícolas. Hoje subsistem 40, quase todas com a corda na garganta. A banca não as viabiliza, a seca prejudicou-as e a política do Governo quase as arruinou. A reforma agrária, uma das maiores polémicas da agricultura portuguesa, está às portas da morte.</p> <p>(...)</p> <p>É este o drama que enfrentam as cooperativas e, na generalidade, os agricultores do Alentejo. Os bancos passaram a recusar liminarmente tal tipo de operação visto que já estão na posse de um vasto número de propriedades agrícolas, adquiridas por falta de pagamento dos juros e amortizações das hipotecas que sobre elas recaiam e para as quais não encontram compradores nas hastas públicas realizadas.</p> <p>‘As terras hoje pouco valor possuem e toda a gente já se apercebeu de que a agricultura não é futuro para ninguém. Veja-se que até mesmo as caixas de crédito agrícola, especialmente vocacionadas para actuar nessa área, se abalançam à celebração de hipotecas sobre propriedades agrícolas.</p> <p>Mas, apesar da falta de candidatos à aquisição de terrenos agrícolas, os bancos deixaram mesmo de se mostrar favoráveis à recuperação de empresas e à renegociação das dívidas e estão a acelerar as execuções fiscais a exemplo do que acontece com as finanças e a segurança social. Só no segundo semestre do ano passado foram à praça os bens de cerca de seis dezenas de cooperativas e UCP de todo o Alentejo. (...).</p> <p>Grande parte das dívidas contraídas pelo associativismo agrícola alentejano remontam ao período da pré-adesão comunitária. O incentivo ao investimento que caracterizou a política agrícola de então fez com que as cooperativas se procurassem modernizar e reequipar para competirem no mercado europeu.</p> <p>A reforma da PAC baseada numa filosofia oposta e visando a redução da produção por via da extensificação das culturas veio apanhar desprevenida toda a agricultura alentejana, colhida a meio de um oneroso processo de reconversão. A quebra de preços e de rendimentos agrícolas agravada por dois anos de seca teve consequências desastrosas. A crise estendeu-se à indústria moageira e aos orizicultores que não pagaram os cereais e o arroz comprados às cooperativas. E como se não bastasse foram estes os produtos mais prejudicados pela antecipação em três anos do fim do período de transição da agricultura portuguesa negociado por Arlindo Cunha a troco da discutível verba de cem milhões de contos.</p> <p>(...)</p> <p>Na tentativa desesperada de evitarem a falência, alguns dirigentes já começaram a recorrer à fraude tentando aproveitar em seu favor a pouca eficácia dos mecanismos de controlo dos subsídios comunitários. Mesmo assim as Cooperativas de Ourique e Castro Verde já forma apanhadas pela rede fiscalizadora do INGA. (...). Um fim</p>

				pouco digno para um movimento que, pese embora os erros e os defeitos, marcou em quase duas décadas a sociedade rural alentejana, também ela afinal em vias de extinção. Ao Alentejo agrícola segue-se o Alentejo da caça. O trabalho será substituído pelo lazer.”
8/1/94 Pág. 10	Nacional	Mário Rodrigues	<i>CAP: caçadores de subsídios</i>	<p>“Em consciência, já não sou agricultor; vivo de subsídios”, declarou recentemente David Ribeiro Telles, conhecido lavrador ribatejano, numa entrevista sobre a sua exploração. A caricatura não é tão deformada quanto possa parecer – (...) na tomada de posse dos dirigentes da CAP (...), o seu presidente, Rosado Fernandes, apresentou como ‘primeira tarefa’ da confederação ‘pôr a máquina do Estado a pagar as ajudas ao rendimento dos agricultores’.</p> <p>Decididamente, com a reforma da PAC e dos fundos estruturais, entra-se na ‘era da subsidiocultura’.</p> <p>A CAP, que nasceu como um poderoso movimento reivindicativo de rua, conseguiu, progressivamente, conciliar críticas aos governos de Cavaco Silva com a habilidosa política de controlo de subsídios concedidos pelo executivo.</p> <p>(...)</p> <p>Os agricultores, por seu turno, tendem a assumir-se, cada vez mais, como gestores dos seus subsídios – produzindo ou não, com o objectivo primeiro de os receberem.</p> <p>(...)</p> <p>Aquando da inauguração da nova sede da CAP (...), o presidente da CAP contrapôs ao discurso optimista de Cavaco (...) que ‘a nova PAC veio burocratizar de forma quase insuportável a actividade agrícola, aumentar a possibilidade de fraude, em suma, afastar os agricultores do seu orgulho profissional e transformar a sua vida numa caça pouco honrosa ao subsídio, única forma de sobreviverem’.</p> <p>(...)”.</p>
15/1/93 Pág. 10	Nacional	Mário Carvalho	<i>70 mil hectares de património</i>	<p>“Uma das faixas melhor preservadas do litoral europeu, a Costa Vicentina, está bem protegida dos especuladores. Mas, o poder central não se entende com as autarquias e estas, além de protecção, gostariam de ter incentivos à agricultura, pesca e indústria. É que ninguém vive só do ambiente.</p> <p>(...)</p> <p>É a mais importante faixa do litoral português ainda por urbanizar e está sujeita a constantes pressões imobiliárias nos seus 70 mil hectares caracterizados pela riqueza natural.</p> <p>(...)</p> <p>Mas as autarquias e o poder central não se entendem quanto às competências de parte a parte. as quatro câmaras abrangidas – Sines, Odemira, Aljezur, e Vila do Bispo – todas CDU à excepção da última, (...) argumentam que lhes retira competências ao obrigá-las a cumprir os Planos Regionais de Ordenamento, independentemente do que ficar acordado quanto ao plano da área protegida.</p> <p>Assim, algumas edilidades alentejanas, enviaram petições ao provedor da justiça e ao procurador-geral da República para que o PROTALI, da responsabilidade do Governo, seja considerado inconstitucional.</p> <p>(...) Para o presidente da Câmara de Sines, Francisco do Ó Pacheco, o projecto é ‘altamente restritivo e peca por falta de caracterização de infra-estruturas de desenvolvimento</p>

				<p>nos concelhos da área protegida'. Refere-se ao facto de o plano não contemplar nenhuma medida concreta de desenvolvimento para o sector agrícola e das pescas, optando-se antes pela concessão de oito milhões de contos, a investir entre 1994 e 1999, na recuperação e valorização do património arquitectónico e arqueológico.</p> <p>Na verdade, a lei quadro das Áreas Protegidas impede uma gestão integrada de todas as componentes das mesmas áreas. Em países como a Grã-Bretanha ou França, onde as políticas de conservação da natureza se encontram numa fase mais avançadas, o conceito de área protegida está ligado ao desenvolvimento económico em sectores como o comércio, a agricultura ou pequenas indústrias não poluentes, sendo a gestão dessas área feita no sentido de compatibilizar as actividades económicas com a preservação do ambiente e do património.</p> <p>(...) As populações residentes nas áreas protegidas começam, aliás, a levantar a questão do desenvolvimento destas zonas deprimidas e as autarquias intensificam o seu 'namoro' aos fundos comunitários. Nos debates públicos em Odemira e Aljezur sobre o plano de ordenamento da área Protegida ficou expresso o desejo da população residente de querer preservar a qualidade ambiental mas, ao mesmo tempo, foi manifestado o receio das restrições no domínio da pesca ou agricultura poderem tornar ainda mais frágil o desenvolvimento das actividades económicas (...).</p> <p>Criada em Julho de 1988, a Área de Paisagem Protegida visa evitar a ocupação anárquica do solo entre Sines e Burgau, com consequente degradação ambiental. Em Abril de 1991, a administração central e as autarquias decidiram adjudicar a uma empresa de arquitectura a elaboração de uma proposta de ordenamento.</p> <p>O interesse de investidores turísticos em desenvolver a sua actividade numa das faixas mais bem preservadas do litoral europeu, onde é ainda possível observar a cegonha negra ou a águia caçada, foi de alguma forma controlada ao longo dos seis anos de existência da área. Alguns projectos chegavam a atingir prédios com dimensões surpreendentes: prédios com 10 andares ou empreendimentos turísticos para albergar 15, 20 e 30 mil pessoas.</p> <p>(...)</p> <p>Da relação entre os diversos organismos, nem sempre pacífica, ficaram pelo menos duas dezenas de projectos de urbanização na faixa costeira, assumindo particular significado os localizados em S. Torpes e Vila Nova de Milfontes, Zambujeira do Mar (...). Em simultâneo, existem ainda expansões de perímetros urbanos com importância: Porto Côvo passará dos seus actuais 555 habitantes para seis mil. Vila Nova de Milfontes de 1397 para 9400. Almogrove de 223 para 1250 e Zambujeira 186 para 1700 habitantes, isto num prazo de 10 anos, de acordo com o PROTALI."</p>
29/1/93 Pág. 17	Nacional Opinião	Eurico Figueiredo	<i>Portugal e a Ruptura do mundo rural</i>	<p>"(...)</p> <p>Os agricultores portugueses nos últimos três anos, perderam cerca de cinquenta por cento do seu rendimento, enquanto os espanhóis aumentaram mais de 20 por cento até 1993. O endividamento do sector ronda os 450 milhões de contos, o que corresponde a 80 por cento do valor da produção. (...).</p>

				<p>As áreas em que Portugal tem mais competitividade não se encontram defendidas nos acordos da PAC. As redes de distribuição não foram criadas. Não está ainda garantido nem minimamente o pleno aproveitamento dos recursos hídricos. Estamos num estado de verdadeira calamidade nacional. Sobretudo quando sabemos que, desde Janeiro de 1986 até Dezembro de 1992, foram supostamente gastos no sector cerca de 1000 milhões de contos!</p> <p>(...)</p> <p>A agricultura e a silvicultura proporcionam a fixação da população no mundo rural, mais de três quartos do território nacional. Garantem as condições mínimas de sobrevivência nacional em caso de grave crise internacional. Permitem um maior equilíbrio no desenvolvimento regional. Tudo isto está em ruptura.</p> <p>Portugal caminha assim para mais não ser do que duas regiões metropolitanas com características a meio caminho entre a Europa e a América do Sul. Sem país profundo, onde se preserva a identidade nacional. Com o risco de as regiões metropolitanas tenderem para um cosmopolitismo uniformizante. Que, a continuar o país governado como nos últimos anos, caminhará para um grande reservatório de 'waiters'. (...)"</p>
29/1/94 Pág. 17	Nacional Opinião	José Pacheco Pereira	<i>Agricultura, adiamentos e demagogias</i>	<p>"É suposto que fale aqui do estado da agricultura em Portugal, consequência indirecta do debate proposto pelo PS na Assembleia da República. (...).</p> <p>É normal que um país antigo sinta a sua identidade ligada à agricultura: no fundo, a agricultura foi a actividade dominante da esmagadora maioria dos portugueses durante o quase milénio da sua história. E é natural este sobressalto, porque todo este mundo está a desaparecer e, como sempre acontece, isso presta-se a todas as demagogias.</p> <p>E há muita demagogia no que diz respeito à agricultura. Primeiro, porque ninguém diz o que a agricultura portuguesa era e tratam-na como no passado como se estivesse numa espécie de idade de ouro para que hoje se pode olhar com nostalgia. Aqueles que bradam aos céus queixando-se da quebra da população activa na agricultura esquecem-se de que isso era (e ainda é) um dos sinais mais reveladores do atraso económico de Portugal. E mais: que este era o sinal certo e seguro da realidade da pobreza rural.</p> <p>Segundo, porque ninguém diz que, mesmo como existia, no período anterior ao fim das protecções alfandegárias, a agricultura vivia não só dessas protecções como de pesados subsídios pagos pelos contribuintes e que isso foi uma causa essencial da manutenção do seu atraso. Desde os tempos do pão político que é assim.</p> <p>Não era, nem podia ser, uma política de futuro, mas apenas um adiamento. E, de adiamento em adiamento, chegou-se ao que se chegou hoje. (...)"</p>
12/3/94 Pág. 9	Nacional	José Frota	<i>A corda na garganta os suicídios aumentam à medida que cresce a crise na agricultura</i>	<p>"O aumento alarmante do número de suicídios verificado nos últimos dois anos nos concelhos rurais do Alentejo e da serra algarvia é uma consequência directa da grave crise da agricultura do Sul do país, de acordo com empresários e sindicalistas agrícolas.</p> <p>A demora nos apoios destinados a compensar os prejuízos provocados pela dupla seca, as elevadas taxas de juro praticadas pela banca e as alterações ditadas pela reforma da PAC condenaram à falência, segundo as mesmas</p>

				<p>opiniões, muitas dezenas de explorações e fizeram disparar o desemprego em zonas onde as alternativas de trabalho não existem. O desespero estendeu-se a todo o mundo rural e o suicídio surgiu a muitos como a solução adequada para acabar de vez com todos os problemas.</p> <p>As conclusões avançadas pelas gentes da agricultura encontram suporte no relatório anual respeitante a 1993 elaborado pela Brigada Territorial do Alentejo e Algarve. Aí apareceram contabilizados 248 suicídios nos diversos concelhos rurais (...). Este número suplanta em 78 o de vítimas mortais em acidentes de viação ocorrido no conjunto de ambas as regiões e excede em mais de 20 por cento o total de casos verificados em 1991.</p> <p>Relevante é o facto de o número de suicídios de pessoas em idade activa (até 55 anos) representar já no Alentejo cerca de um terço (46 em 151) do total registado, situação até aqui desconhecida. (...). O desemprego, o empobrecimento progressivo e a ausência de perspectivas futuras estão entre os factores que terão conduzido à actual vaga.</p> <p>(...)</p> <p>Mas a questão não se esgota nos assalariados rurais e já chegou aos próprios empresários, embora em contornos ligeiramente diferentes. Durante o ano passado foram catorze os que resolveram despedir-se do mundo por não poderem satisfazer os juros das hipotecas que recaíam sobre as suas propriedades, as quais acabam por ir parar às mãos da banca para serem vendidas em hasta pública.</p> <p>'Houve quem não aguentasse a vergonha de se ver desapossado de terras que durante muitas gerações foram pertença da família. Outros não resistiram à perda do estatuto social e à afronta de serem considerados caloteiros nos meios que habitualmente frequentavam. (...), esclarece Manuel Brito, da Cooperativa Agrícolas de Moura e Barrancos (...)'.</p>
9/4/94 Pág. 4	Nacional	José Manuel Saraiva	<i>'Pretendo deixar o país a fervilhar'</i>	<p>"(...)</p> <p>A paragem em Alqueva marcou um dos melhores momentos da presidência aberta, ao colocar Soares perante o primeiro confronto directo entre os defensores e opositores da construção da barragem. Perante uma assistência demasiado comprometida com o projecto (...) Ribeiro Teles foi a única voz discordante a pôr em causa as consequências ecológicas do empreendimento, que irá criar a maior albufeira da Península Ibérica, perguntando directamente ao ministro do Planeamento se o empreendimento não irá provocar uma zona de regadio agro-químico. A frontalidade de Ribeiro Teles motivou vaias e apupos de alguns assistentes (...)." </p>
9/4/94 Pág. 19	Nacional Opinião	Vitor Soromenho Marques, (Prof.; Presidente da Quercus)	<i>O ambiente e os 20 anos do 25 de Abril</i>	<p>"(...)</p> <p>Já por várias vezes surpreendi a tendência, em algumas pessoas, para considerar a ditadura de Salazar e Caetano como uma época idílica do ponto de vista ambiental. A tese é simples. O Estado Novo tinha uma visão rural e provinciana da vida, logo avessa a grandes aventuras desenvolvimentistas com impacto ambiental negativo. Nada mais falso!</p> <p>Na verdade, o que foi feito em termos de política ambiental, antes da viragem democrática, foi superficial, em grande medida pressionado por factores externos, enquanto que a herança dos problemas ambientais</p>

				<p>concretos continua a condicionar duramente o nosso presente colectivo.</p> <p>Na verdade, o processo de institucionalização da política de ambiente no nosso país originou-se, apenas, a partir do desafio representado pelo convite do secretário-geral da ONU para que Portugal participasse na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, que teriam lugar em Junho de 1972, em Estocolmo.</p> <p>Com efeito, embora alguma referência a questões ambientais estivesse presente no III Plano de Fomento (1968-73), o primeiro órgão governamental dedicado à coordenação dos problemas ambientais só seria criado na sequência da recepção pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Março de 1969, da Nota do secretário-geral da ONU dando conta da resolução 2398, aprovada na 23ª sessão da Assembleia Geral, que dera início ao processo que conduziria até Estocolmo.</p> <p>(...)</p> <p>No decurso deste processo foi constituída a Comissão Nacional do Ambiente, através da portaria 316/71, de 19 de Junho, cuja equipa redigiu o relatório que seria presente à Conferência de Estocolmo. Esse estudo pode ser considerado como um proto-relatório sobre o estado do ambiente em Portugal.</p> <p>Com efeito, a quase totalidade dos problemas de desordenamento do território e de agressão ambiental tiveram a sua génese sob a ditadura salazarista.</p> <p>As campanhas do trigo dos anos 30 que desertificaram os solos agrícolas, em particular no Alentejo.</p> <p>A aposta na monocultura do pinheiro bravo e do eucalipto, respectivamente nos anos 40 e 60, que desequilibraram a nossa floresta, tornando-a presa de incêndios florestais.</p> <p>O caos da expansão urbana, com a construção anárquica, nomeadamente em zonas de várzea, que levaram, por exemplo, à catástrofe das cheias de Novembro de 1967, com a morte de milhares de pessoas.</p> <p>O gigantismo industrial dos 'elefantes brancos', como o complexo de Sines.</p> <p>A proliferação irracional de um turismo sem qualidade, como aconteceu com o avassalador assalto ao litoral algarvio.</p> <p>(...)"</p>
23/4/94 Pág. 15	Nacional	José Frota	<i>Os mais pobres europeus</i>	<p>"A taxa de desemprego atingiu no Alentejo, no primeiro trimestre deste ano, o mais elevado valor de sempre (20 por cento) (...)</p> <p>(...). Há cerca de dois meses o Eurostat colocava o Alentejo entre as sete regiões mais pobres da Comunidade, tendo atrás de si apenas as alemãs da ex-RDA.</p> <p>O número de pessoas sem ocupação regista um acréscimo de 15 pontos percentuais comparativamente com período homólogo de 1993, altura em que as consequências da dupla seca conduziram à desarticulação da débil economia regional, quase toda dependente do sector primário. Muitas empresas e cooperativas viram-se obrigadas a fechar portas, causando por arrastamento a falência de diversas unidades agro-alimentares e moageiras, para além de fábricas e oficinas de material agrícola.</p> <p>De então para cá a situação conheceu novo agravamento, uma vez que as medidas de emergência tomadas pelo Governo pecaram por tardias e mostraram-se desadequadas</p>

				<p>e inconsequentes (...).</p> <p>As associações de agricultores e os sindicatos reclamam que a longa estiagem apenas viera antecipar a eclosão da profunda crise por que a agricultura alentejana iria passar logo que se começassem a fazer sentir os efeitos resultantes da reforma da PAC. (...).</p> <p>As organizações sindicais (...) afirmam que 'o Alentejo está a atingir níveis de pobreza e de subdesenvolvimento dos quais muito dificilmente conseguirá recuperar'. (...).</p> <p>Mas a denúncia mais violenta (...) pertenceu à Comissão Diocesana Justiça e Paz, (...) que em comunicado refere que 'à pobreza material, por vezes extrema, de um número crescente de pessoas, adicionam-se, não raro, perversões e debilidades no plano moral, psicológico e físico, com reflexos negativos no funcionamento da instituição familiar e da sociedade envolvente, na qual aquelas ocupam progressivamente (lugares) marginalizados'. Para acrescentar que 'a ausência de alternativas e de quaisquer perspectivas de as condições de vida melhorarem faz esmorecer em muitos a vontade de continuarem a viver em sentido físico'. (...)"</p>
30/4/94 Pág. 12	Nacional	Valentina Marcelino e José Frota	<i>Morangos amargos</i>	<p>"Atravessam a fronteira carregados com os oleados que lhes vão servir de tecto nos próximos meses. (...) aos solavancos pela estrada for a, partem na esperança de conseguirem trabalho durante a campanha de Huelva, província da Andaluzia. Não olham para trás, não têm saudade de Portugal, da miséria, do desemprego. Fogem da fome do Alentejo.</p> <p>No ano passado foram mais de um milhar os portugueses a arriscarem a sorte. Em Espanha, vão viver em acampamentos sem luz, nem água. Trabalhando durante sete horas por dia, sob um sol escaldante, dobrados até ao chão para colherem da terra, delicadamente, o pequeno e doce fruto vermelho.</p> <p>A maior parte é paga muito abaixo da tabela salarial agrícola em vigor naquele país. As horas extraordinárias valem o mesmo que as outras e contam-se histórias de mulheres assediadas por patrões sem escrúpulos, que sabem que as bocas delas ficarão caladas porque precisam do trabalho. (...).</p> <p>(...). O afluxo de estrangeiros a esta província provoca situações que os sindicalistas não hesitam em considerar de 'semiesclavagismo' (...)"</p>
28/5/94 Pág. 3	Economia	Virgílio Azevedo	<i>Agricultura: as ilusões do desastre</i>	<p>"As estatísticas do INE sobre a evolução da agricultura só permitem uma conclusão: a situação da agricultura portuguesa está um verdadeiro desastre.</p> <p>Penso que os números do INE não podiam surgir em melhor altura. De facto, o novo ministro da Agricultura acaba de tomar posse, e estamos em plena campanha para as eleições europeias. E é bom recordar que a política mais cara e mais elaborada da UE é exactamente a PAC.</p> <p>(...)</p> <p>É talvez a maior transformação social (a queda da população activa na agricultura) desde a adesão de Portugal à UE (...).</p> <p>Como foram absorvidos os 200 mil agricultores e assalariados agrícolas que abandonaram a terra nestes últimos anos? Certamente pelas pensões da Segurança Social, pela Emigração, pelos serviços e mesmo pela</p>

				<p>indústria. (...) Apesar do quadro negro em que se encontra a agricultura portuguesa há, do meu ponto de vista, conclusões erradas que se têm vulgarizado na opinião pública em geral, mas também entre analistas económicos e dirigentes políticos. Assim: banalizou-se a ideia de que a PAC provocou a desertificação dos campos. (...) Com ou sem PAC, se Portugal quisesse enveredar por um processo de desenvolvimento e modernização teria de enfrentar sempre o abandono dos campos. Mas, no nosso país o problema é outro. Para além das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, existe uma carência muito grande de cidades de média dimensão em todo o território, e o processo de urbanização das zonas rurais tem sido muito lento. (...) É também corrente a opinião de que no quadro da UE, a agricultura portuguesa está condenada a desaparecer. Duvido que tal aconteça e existem ainda alternativas que têm de ser agarradas desde já pelos agricultores e pelo Governo. Na semana passada foram apresentados dois dos mais importantes estudos (...) sobre a competitividade da economia portuguesa: o relatório final da equipa Porter e o estudo do departamento Central de Planeamento (DCP) (...). E ambos apontam pistas importantes para a agricultura portuguesa. O caso do relatório Porter, as apostas vão para o vinho e para o cluster florestal, e quanto ao estudo do DCP, os hortofrutícolas são abordados em profundidade. (...) Os movimentos reivindicativos dos agricultores tiveram quase sempre o mesmo objectivo: conseguir mais subsídios do Estado para rentabilizar a sua actividade, face à concorrência interna e externa dos produtos agrícolas provenientes de países onde os subsídios eram maiores, em especial a Europa. É óbvio que em todos os países desenvolvidos a agricultura é fortemente subsidiada e protegida, e foi essa a via que o capitalismo seguiu para resolver os problemas sociais nos campos. Mas também é verdade que nesses países existe uma iniciativa empresarial muito dinâmica e organizações fortes no sector agro-alimentar. Em Portugal essa iniciativa escasseia, o associativismo na agricultura é fraco e disperso, e cada vez que há um pequeno sobressalto nas condições climáticas os agricultores reivindicam imediatamente novos subsídios ao Estado (...). Com esta análise, não pretendo de maneira nenhuma ilibar o Estado das suas responsabilidades na grave situação a que a agricultura chegou. O Alentejo é o melhor exemplo disso, pois tem sido esquecido por quase todos os governos. E a promessa da conclusão do velho projecto do Alqueva dentro de 30 anos – mais de uma geração – é francamente desanimadora.”</p>
28/5/94 Pág. 5	Economia	Sérgio Figueiredo	<i>Agricultura em estado de coma</i>	<p>“(...) O retrato mais recente ao sector agrícola nacional não podia ser mais preocupante. (...). A meteorologia não ajudou, mas também não explica tudo.</p>

				<p>Duarte Silva é hoje responsável por um sector que tem as mesmas deficiências estruturais de há 50 anos. Várias gerações de estudantes universitários têm aprendido uma lengalenga que ainda hoje é válida: 'A estrutura fundiária portuguesa é a dimensão média da propriedade, que é metade da média da Europa'.</p> <p>A reforma agrária, de que tanto se falou na década de 70, está toda por realizar.</p> <p>Mesmo no Alentejo de planícies largas (onde se concentram 46% da superfície agrícola nacional, as distorções fundiárias colocam 80 por cento da superfície em apenas 1% de explorações.</p> <p>Aos factores históricos de atrofamento estrutural da agricultura portuguesa (...) juntaram-se entretanto obstáculos recentes.</p> <p>A PAC e a sua reforma acorrentaram as decisões nacionais às directrizes de Bruxelas e estas, por seu turno, vão no sentido de uma redução das produções que atingem a generalidade dos agricultores portugueses. Em contrafluxo, os subsídios à produção têm, porém, uma distribuição muito mais concentrada.</p> <p>Paralelamente, a política económica anti-inflacionista, que foi seguida entre 1990 -92, asfixiou os agricultores de encargos financeiros, que hoje pesam como nunca nas suas estruturas de custos.</p> <p>Com fortes restrições no lado da oferta, a agricultura nacional confronta-se com outro problema: enquanto os preços no produtor estão abaixo dos níveis de 1991, a valorização dos consumos intermédios não pára de crescer. (...)"</p>
4/6/94 Pág. 11	Nacional	José Frota	<p><i>Estão desempregados, desesperados e querem ser espanhóis. Um drama alentejano Socorro, Espanha</i></p>	<p>"Os desempregados de cinco concelhos da margem esquerda do Guadiana (...) vão pedir a integração simbólica dos seus concelhos em Espanha. Entendem ainda que naqueles municípios se deve deixar de respeitar a data de 1º de Dezembro como feriado nacional e proceder à reabilitação histórica da figura de Miguel de Vasconcelos.</p> <p>Cerca de quinhentos dos quase mil assalariados rurais sem trabalho existentes no concelho de Serpa (mais de 30% da população activa) reuniram-se, (...) para analisar a situação de desemprego crónico (...). A maioria das intervenções caracterizou-se pelo assumir público - pouco vulgar no Alentejo - do estado de desespero a que chegaram os trabalhadores dos cinco concelhos, perante a indiferença do poder central em relação à amplitude e gravidade do problema (...).</p> <p>Nas delegações da Caritas e da Cruz Vermelha avolumam-se os pedidos de auxílio e o conhecimento de situações muito delicadas (...). Os representantes das instituições de solidariedade social, tal como os autarcas, sabem que em muitas casas só se come um arremedo de refeição há dois dias. Em Pias fala-se mesmo de um caso de morte pela fome. A vítima terá sido um operário agrícola de 54 anos, segundo revelou o presidente da junta de freguesia local no final da reunião. As entidades responsáveis recusam-se a comentar a ocorrência ou sequer a fornecer cópia da respectiva certidão de óbito.</p> <p>O problema não se circunscreve porém a esta zona e abrange todo o Alentejo, actualmente com uma taxa de desemprego na ordem dos vinte por cento.</p>

				<p>(...)</p> <p>(...) o ministro do Emprego, Falcão e Cunha, fez saber que este (reforço orçamental para criação de postos de trabalho no âmbito da Instituto de Emprego e Formação Profissional e criação de pensão especial aos desempregados) for a recusado na globalidade. O Governo apenas aceitou financiar, como até aqui, os POC (Planos Ocupacionais para Emprego de Curta Duração), que empregarão, na melhor das hipóteses, cerca de três mil pessoas.</p> <p>(...)</p> <p>Nos últimos dois anos, o movimento de abandono do mundo rural alentejano acentuou-se significativamente. Muitas aldeias estão a despovoar-se por completo e a maioria dos seus habitantes procura os principais centros urbanos da região, ao redor dos quais é possível vislumbrar as primeiras barracas, confundidas, amiúde, pelos menos atentos, com acampamentos de ciganos.</p> <p>'Pura ilusão', diz José Serra, dirigente da União dos Sindicatos de Évora, para quem o 'gradual crescimento da exclusão social e o alastramento das bolsas de pobreza estão a colocar o Alentejo em posições de terceiro mundismo e subdesenvolvimento absolutamente inaceitáveis'. Por outro lado, a comissão diocesana Justiça e Paz (...) também já veio a terreiro para referir que 'à pobreza material de um crescente número de pessoas, adicionam-se, não raro, perversões e debilidades nos planos moral, psicológico e físico, com reflexos negativos no funcionamento da sociedade envolvente, na qual aqueles ocupam posições progressivamente marginalizadas'.</p> <p>O certo é que aumentou, de forma nunca antes vista, o número de roubos e furtos em concelhos habitualmente pacatos. Mais do que o dinheiro, o que atrai mais a atenção dos assaltantes são os animais: borregos, vitelos, porcos, patos e galinhas. Caçadores furtivos há-os às centenas. (...). O vandalismo assentou arraiais por quase todo o lado, enquanto o desemprego feminino, que ronda os cinquenta por cento, está a provocar o recrudescimento em larga escala da prostituição. (...). Na capital do baixo Alentejo, haxixe e heroína vendem-se à vista de todos, sendo a maioria dos pequenos traficantes recrutada entre os desempregados de longa duração.'²⁾</p>
18/6/94 Pág. 16	Nacional	José Frota	<i>O Prec alentejano</i>	<p>"O clima de agitação social tende a agravar-se nos cinco concelhos da margem esquerda do Guadiana (...). Depois de os desempregados rurais se terem manifestado a favor da integração 'simbólica' em Espanha, é a vez dos agricultores e criadores de gado ameaçarem fazer cortes de estrada naquela região fronteiriça, em protesto contra o atraso do pagamento de subsídios a que têm direito. Os referidos agricultores deram anteontem conta das suas intenções ao Governo Civil de Beja, alertando para o facto da polícia de Choque, a ser eventualmente enviada para reprimir as manifestações, irá bater-se contra a razão e o direito que assiste aos cidadãos'.</p> <p>(...)</p> <p>A mesma disposição é patente entre os desempregados, que vão prosseguir as acções de luta e estão dispostos a pagar na mesma moeda a possíveis cargas violentas do Corpo de Intervenção.</p> <p>Luís Serrano, governador civil de Beja, considera que embora a situação seja muito grave, 'desempregados,</p>

				<p>agricultores e criadores de gado estão a exorbitar as suas formas de pressão e de protesto. É nítida a instrumentalização por banda dos comunistas, e o clima de agitação social faz lembrar os tempos do PREC', afirma (...). É que corre com alguma insistência pelo baixo Alentejo que, se o Governo optar pelo recurso à violência e continuar a ignorar o problema, algumas das armas desviadas dos quartéis em 1975 e enterradas na planície, poderão reaparecer nas mãos dos mais desesperados.</p> <p>Por seu turno, o movimento de opinião 'Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento' (...) promete organizar em Setembro uma 'marcha sobre Lisboa para chamar a atenção do poder Central para as carências com que a região se debate'. O líder do movimento é o presidente do Conselho Regional do Alentejo e da Câmara de Serpa, João Rocha.</p> <p>(...)</p> <p>Toda a margem esquerda do Guadiana vive actualmente em clima de grande insegurança. O índice de criminalidade disparou de forma preocupante. (...). De pequenos furtos de animais destinados à alimentação passou-se ao roubo violento e ao assassinio.</p> <p>É o Alentejo sem lei como já muitos afirmam. (...) e o pior ainda está para vir, reconhecem governador civil e autarcas. Nos próximos três meses não haverá trabalhos agrícolas no Alentejo. São os tradicionais meses de descanso, em que, inclusive, cessa nos campos o emprego precário. O número de pessoas sem salário vai engrossar ainda mais. A situação poderá tornar-se então explosiva. Os proprietários e concessionários de reservas de caça estão em pânico, pois sabem que estas serão o alvo dos descontentes e dos desesperados. Há quem garanta que neste Verão os concelhos da margem esquerda do Guadiana se vão tornar um autêntico braseiro. (...)"</p>
25/6/94 Pág. 9	Privado o seu dinheiro	António Eça de Queiroz	<p><i>Quintas de lazer O Norte Barato ... E o Sul caro Enquanto no Douro se compram quintas com duas casas por 3000 contos, no Alentejo os 'montes' em ruínas rondam os 16.000 contos</i></p>	<p>"Quem não sonhou já com a possibilidade de comprar um pequeno terreno, num local aprazível, de preferência com água por perto e algumas árvores, onde seja possível edificar uma pequena casa para fins de semana? Sem esquecer um piscina e o jardim com as buganvilias, a latada de vinha e tudo mais que a imaginação sabe produzir ... para sonho, este é realizável no Norte de Portugal, onde uma estrutura fundiária bastante pulverizada, o êxodo da população e a melhoria da rede viária promovem cada vez mais a transferência de pequenas propriedades que assim se tornam na segunda ou terceira residência de alguns (e não poucos) felizardos. (...)"</p>
25/6/94 Pág. 9	Privado o seu dinheiro	José Eduardo Barreiros	<p><i>Quintas de lazer O Norte Barato ... E o Sul caro Enquanto no Douro se compram quintas com duas casas por 3000 contos, no Alentejo os 'montes' em ruínas rondam os 16.000 contos</i></p>	<p>"Um T0 no Algarve, um T3 em Tellheiras e um 'monte' no Alentejo parecem representar hoje a essência da felicidade para qualquer lisboeta que se preze. Uma moda que começou pelos moinhos. Pitorescos - a sua localização confere-lhes sempre uma vista magnífica -, os moinhos iniciaram a moda das quintinhas e das casas rurais de fins-de-semana. No princípio foi um 'ver -se-te-avias' de gente a trepar aos montes em busca de moinhos, de preferência perto da costa. Só que as agências de mediação imobiliária viram o filão, entraram a fundo no negócio e os preços dispararam. (...).</p> <p>Alguém se lembrou então de começar a vender aquelas terras que os 'alentejanos de gema' não querem nem dadas.</p>

				<p>'Montes' abandonados, sem nada à volta num raio de quilómetros, sem água nem luz, completamente destruídos. Alguns mesmo dentro de 'foros' ou de grandes propriedades, começaram a registar uma procura nunca vista. Depois, quando a procura foi maior que a oferta os preços dispararam.</p> <p>É que os alentejanos, 'destruídos' pela desertificação e a agricultura 'que já não dá', começaram a ver na venda das suas pequenas terras uma outra maneira de ganhar a vida. Mas os alemães chegaram primeiro. Subsídio de desemprego no bolso, estilo hippie, com as necessidades básicas garantidas, infestaram a costa alentejana de comunidades mais ou menos indesejáveis para os locais. Cara lavada, roupas novas, alguns deles passaram depois a intermediar a venda desses mesmos 'montes'. E os preços, naturalmente, voltaram a disparar.</p> <p>Entram no negócio as mediadoras nacionais e os preços sobem ainda mais. De tal forma que chega a ser mais barato um andar em Lisboa ou no Porto do que um qualquer monte para reconstruir, com uma área próxima de um hectare, sem água, sem luz ... mas perto da praia.</p> <p>Aqui, sobre a proximidade das praias também as teorias divergem. É que chegam a ver-se anúncios de 'montes' na zona de Grândola, com destaque a letras gordas, fazendo-se 'valer' da tal proximidade às praias. Distâncias que, para a maioria da oferta, andam pelos 50 quilómetros, no mínimo. Os preços aumentam naturalmente com a proximidade com a costa, mas o que se oferece em troca desses milhares de contos é pura especulação. (...).</p> <p>Veja-se o exemplo de um 'monte' com casa para reconstruir, boa área (1,8 hectares), à venda por 16 mil contos, a cerca de 19 quilómetros da costa. Para lá chegar, a não ser que disponha de um jipe, ou então invista no arranjo do caminho, sujeita-se a partir o carter (...). Depois, a casa para reconstruir não tem mais de meio metro de altura e, a menos de 500 metros fica uma pocilga, meio escondida, que, sem vento a favor nem se sente... os dois hectares de terra estão cheios de mato e, pelas provas deixadas no chão, costuma passar por ali uma manada de vacas. Espantado o eventual comprador, a vendedora 'ataca' de imediato com o iminente arranjo do caminho pela Câmara Municipal, e 'reforça' com a ideia de que foi a última vez que as vacas passaram por ali, pois 'iam a caminho do matadouro' (...). Mentiras que distorcem e empolam um mercado que, por este andar, não durará mais de dois anos."</p>
9/7/94 pág. 16	Nacional	Fernando Gaspar e José Frota	<i>A vergonha da fome</i>	<p>"(...) largos sectores da população local admitem que terão sido razões de mero oportunismo político que levaram os autarcas comunistas da margem esquerda do Guadiana a boicotarem, esta semana, a operação montada pela Cruz Vermelha. Em causa estava a distribuição de sete toneladas de alimentos por dezenas de famílias afectadas pelo desemprego naquela região do Alentejo. 'Se foram eles os primeiros a virem a público denunciar a existência de tantos casos de fome, como se pode compreender que inviabilizem, agora, um acção humanitária e de socorro como esta?', pergunta um pequeno comerciante da região. O conflito desencadeou-se (...) quando João Rocha Silva, presidente da Câmara de Serpa e da Associação de</p>

				<p>Municípios da Margem Esquerda do Guadiana, se recusou a ceder viaturas camarárias para concretizar a distribuição de apoio alimentar pelas famílias mais carenciadas. 'Não é nossa vocação andar por aí a distribuir esmolas, porta a porta, como quem apregoa sardinhas - argumenta o autarca. - Aqui o problema não é a fome, é o desemprego, e este é que urge resolver!'. (...) na Segunda-feira dezenas de pessoas aglomeraram-se, ao longo da manhã, em frente ao edifício procurando que a distribuição de géneros alimentares (...) fosse feita ali mesmo (...).</p> <p>Entretanto, o presidente do município de Barrancos, António Tereno, solidarizou-se com João Rocha da Silva e, num comunicado (...) não hesitou em afirmar que o seu concelho 'não recebeu ajuda humanitária da CVP por dela não necessitar'. O autarca acrescentou que 'as gentes de Barrancos precisam é de uma oportunidade de trabalho para assim continuarem a ser úteis à sociedade'.</p> <p>Esta tomada de posição dos autarcas comunistas pode ser considerada, no mínimo, estranha, tanto mais que foi um deles, Carreira Marques, presidente da Câmara de Beja, o primeiro a denunciar, há cerca de dois meses e meio, a existência de casos de fome no seu concelho como em todo o Alentejo.</p> <p>Em finais de Maio último, for a vez de centenas de desempregados dos cinco municípios da margem esquerda do Guadiana, reunidos em Serpa, darem público testemunho das dificuldades que enfrentam. Entre lágrimas, muitos deles confessaram que, na maioria dos dias, não se comia em suas casas. Este tipo de afirmações seria corroborado pelo presidente da junta de freguesia de Pias que chegou a referir um caso de morte por fome na sua zona.</p> <p>'É preciso notar que sempre houve situações de fome no Alentejo, como sempre houve em Lisboa ou em qualquer outro lado. Só que, aqui, a seca que se tem feito sentir nos últimos anos e o desastre que é a PAC, que manda pagar subsídios aos agricultores para não produzirem, vieram agravar a situação', comenta António Corujo, um proprietário de Vila Nova de São Bento, outra das localidades mais afectadas.</p> <p>Mas se não há fome no concelho de Serpa - como pretendem, agora, alguns autarcas -, em Moura há, pelo menos, muita vontade de comer. Manuel Mestre, o presidente socialista da edilidade, disponibilizou os transportes para irem a Serpa recolher o apoio alimentar destinada ao seu município, ordenando a sua entrega pelas diferentes freguesias onde se registam situações de 'algum dramatismo'.</p> <p>O autarca lamenta a insuficiência da dotação com que foi brindado e a circunstância de alguns alimentos se encontrarem deteriorados ou já for a do prazo de validade. (...)"</p>
23/7/94 pág. 2	Nacional	José Frota	<i>Bispos do Alentejo criticam poder político</i>	<p>"(...) Ontem foi a vez da Comissão Diocesana Justiça e Paz, órgão consultivo da Arquidiocese de Évora para os assuntos sociais, juntar a sua voz a 'quantos de recta intenção, e por imperativo de consciência, reclamam dos poderes públicos medidas que contrariem o definhamento</p>

				<p>da região e, no imediato, ocorram às situações de pobreza associadas ao desemprego, especialmente ao não subsidiado'.</p> <p>(...)</p> <p>Por seu turno, D. Manuel Falcão, bispo de Beja, mantém-se fiel às apreciações que desde há mais de um ano vem fazendo em torno do progressivo agravamento das condições de vida das populações rurais do distrito. (...) insiste que não é com programas de emergência assentes em planos de emprego de curta duração que o problema se resolve. 'O que faz falta é uma política agrária, uma política de desenvolvimento para todo o Alentejo, que é a verdadeira solução para o futuro do nosso povo', afirma. Uma opinião que aliás é partilhada por todos os bispos do Sul e pela Comissão Diocesana Justiça e Paz. O PSD – dizem- só encontrou alternativas na Europa para substituir a reforma agrária e essas conduziram ao desastre verificado, pelo que lhe falta legitimidade para falar como fala. E muito menos Torres Pereira (presidente da Câmara de Sousel e porta-voz distrital do PSD) que ajudou a reduzir metade do Alentejo a uma imensa reserva de caça.?"</p>
30/7/94 pág. 12	Nacional	José Frota	<i>Guadiana 'seca' empregos</i>	<p>"A falta de água no Guadiana promete agravar ainda mais o problema do desemprego na região fronteiriça alentejana, dado que as empresas Thill e Portucel, as duas maiores da zona, não se mostram dispostas para continuar a suportar fortes quebras já registadas na produção (...). (...) Em sérias dificuldades encontram-se também os quarenta pescadores fluviais sediados em Mértola, enquanto se receia pela ocorrência de mais uma catástrofe ecológica, pré-anunciada pelos milhares de peixes mortos encontrados perto da aldeia da luz, localidade a ser submersa pela Barragem de Alqueva.</p> <p>(...)</p> <p>A Thill é uma empresa de capitais holandeses situada no extremo limite do concelho de Alandroal (um dos dez mais pobres da comunidade) a escassos quilómetros da freguesia de Jerumenha. O pomar do Monte Branco (300 hectares) onde está instalada é considerado como um dos maiores da Europa. Metade da sua produção – de momento reduzida a um quinto - destina-se à exportação e a exploração emprega cerca de 500 trabalhadores, ou seja, a esmagadora maioria da população activa de Jerumenha, S. Romão, e Mina do Bugalho.</p> <p>Por seu turno, a fábrica da Portucel no concelho de Mourão (...) garante cerca de 200 postos de trabalho a famílias residentes na área do próprio concelho e no concelho vizinho (...).</p> <p>(...) Os presidentes das três câmaras em questão resolveram enviar ofícios (a vários instâncias e actores políticos) para 'que seja assinado um novo acordo entre os dois países ibéricos no sentido de que, no Alentejo, o caudal do Guadiana não dependa das comportas das barragens espanholas'. (...)".</p>
30/7/94 pág. 4	Viva	Nicole Guardiola	<i>Uma indústria que floresce</i>	<p>"Já vão longe os tempos em que as casas dos portugueses, do Minho a Timor e das margens do Zambeze às do Amazonas, eram facilmente identificadas por meia dúzia de cabeças de couve orgulhosamente erguidas no quintal. Nos arredores de Lisboa, as pequenas hortas 'clandestinas' – uma mão cheia de batatas, alguns tomateiros, feijões e favas – vão cedendo o lugar aos choupos, palmeiras e</p>

			<p>outras espécies, mais ou menos decorativas (...).</p> <p>(...)</p> <p>Ainda não é uma paixão comparável ao futebol, mas já é uma moda.</p> <p>As revistas de decoração importadas, a multiplicação das moradias e residências secundárias e a comunhão com a natureza, advogada por ecologistas e por macrobióticos, contribuem para reavivar o gosto pelas plantas e pelas flores, esquecido durante as décadas do cimento e do asfalto.</p> <p>O mercado anda um pouco atrasado, mas os hiper já sentiram o vento: todos têm hoje secções de jardinagem e registam um volume de negócios crescente (...).</p> <p>O jardineiro aficionado é homem – e sobretudo mulher – de pouca experiência e muitas leituras, um cliente ao mesmo tempo crédulo e exigente, informado das últimas modas e avanços tecnológicos e disposto aos sacrifícios pecuniários necessários para satisfazer a sua nova paixão.</p> <p>Em Portugal, país onde as raízes rurais são ainda muito fortes, a jardinagem é um ‘hobby’ em mais rápida expansão do que a bricolagem.</p> <p>(...)</p> <p>os médicos incitam os sedentários a mais actividades física ao ar livre, os psicólogos exaltam as virtudes ‘anti-stress’ do contacto com a terra-mãe e da redescoberta do ‘tempo vegetal’, pediatras e pedagogos aconselham uma ‘ligação à terra’ para crianças hiperactivas, ansiosas ou apáticas.</p> <p>Reconhecida a necessidade e criadas as condições da procura, os homens do ‘marketing’ e do ‘business’ podem atacar. E fazem-no sem escrúpulos nem entraves. A montante do negócio dos jardins criou-se um verdadeiro negócio da China, mas é uma ‘indústria verde’, ou seja, uma indústria ‘boa’ (...).</p> <p>(...)</p> <p>No começo está a terra e, para a domesticar, a panóplia de ferramentas é cada vez mais ampla e sofisticada: do motocultivador às mais pequenas enxadas estende-se toda uma gama de instrumentos de arar, sachar, gradar, voltar a amanhar a terra.</p> <p>O segundo elemento essencial, a água, exige também apetrechos: do modesto regador ao sofisticado sistema de rega gota a gota, regulado electronicamente, medeiam metros de manguelras, dezenas de dispersores, vaporizadores, anilhas (...). Para a água extraída à bomba (...) é necessário um tratamento constante: filtros, algicidas, fungicidas, anti-calcários.</p> <p>(...)</p> <p>Para os fundamentalistas da ecologia, já começaram a surgir soluções alternativas (aos químicos na jardinagem): iniciar a criação de carochinhas e lombrigas (ovos e lagartas à venda por 1500 escudos cada 20 larvas), ‘alugar’ abelhas (junto da associação de apicultores locais), adubar com oligoelementos e hormonas naturais. (...).”</p> <p>Nota- do no mesmo artigo, uma publicidade sobre jardinagem:</p> <p>“Um jardim pode ser um local ideal para ‘derreter’ adrenalinas. (...).</p> <p>Acredite: jardinar é uma terapia. Já viu algum jardineiro</p>
--	--	--	---

				<p>doente dos nervos? Não, por certo. Mas não vá para o jardim à toa, com o seu fatinho de ver a Deus'.</p> <p>Use roupas que facilitem os movimentos e tenham bolsos amplos, sejam de confecção sólida, tem tecidos de algodão ou lã e de preferência sarjas em tons neutros: lavam a temperaturas mais elevadas, escondem as nódoas e reagem melhor ao suor do que qualquer fibra sintética.</p> <p>Ponha um chapéu e um protector solar nas zonas do corpo a descoberto. Calce luvas, umas socas ou umas galochas, consoante o piso. (...)”</p>
10/12/94 pág. 16	Nacional	Mário Rodrigues	<i>Rurais em Aula Magna</i>	<p>“Desaguaram (...) na cidade universitária em Lisboa, depois de terem viajado em camionetas saídas dos mais diversos pontos do país. Homens, mulheres e crianças abancaram nas escadarias e relvados, com farnéis e papelada. Encheram o salão da aula magna da reitoria e revoltaram-se contra ‘a discriminação da agricultura familiar e o declínio do mundo rural’, mas prometeram continuar a lutar para lavrar o futuro’ (...). Foi o segundo congresso da CNA onde mais uma vez não compareceu, apesar de ter sido convidado, o ministro do sector. (...).</p> <p>‘O Sr. Thierry Roussel, de Odemira, recebeu um milhão e 740 mil contos de subsídios (...) para mostrar aos agricultores portugueses como se trabalhava. (...)’.</p> <p>(...)</p> <p>Na sua maioria improvisadas, as intervenções centraram-se numa revolta, muitas vezes desesperada e politicamente desadequada contra os resultados da reforma da PAC e do que a CNA atribui à política deste Governo.</p> <p>Lúcia Gil, a única mulher da direcção da confederação e conhecida agitadora camponesa do Mondego, simbolizou, numa das intervenções mais emocionadas do congresso, aquele estado de espírito: ‘Somos proibidos de trabalhar, não nos deixam produzir, querem cá meter tudo o que vem de fora. Nunca se viu isto em Estado nenhum ...’. E António Ferraria, o activo líder da CNA do Oeste corroborou: ‘Vêm milhões para os bolsos dos malandros e não para quem quer trabalhar e produzir’. (...).</p> <p>Enfim, ninguém travou a língua para se indignar contra o que a direcção da CNA, num longo documento de análise da agricultura portuguesa, classificaria como ‘a nova irracionalidade instituída pela reforma da velha PAC’. Isto é: o abandono da terra, a retracção da produção, o subsídio à inactividade agrícola, ‘quando países como Portugal têm elevados défices alimentares e milhões de pessoas morrem de fome em todo o mundo’.</p> <p>A ‘proibição’ de produzir não entra na cabeça dos agricultores e familiares, e colide com a educação e valores que herdaram. Conduz o mundo rural à desertificação, a perda de identidade do próprio país e o declínio. ‘Muitas aldeias são hoje redutos de homens e mulheres idosos, últimos depositários de tradições, valores culturais, e memória colectiva de comunidades que ameaçam desaparecer com eles’, refere o documento da CNA.</p> <p>No congresso, um agricultor da serra da Estrela alertou para ‘certos senhores das cidades que já querem comprar aldeias inteiras’. E Armando Carvalho, líder da CNA em Trás-os-Montes e Douro, foi mais explícito: ‘Não nos deixaremos transformar em museu da economia, porque natural para passio dos cidadãos, jardim zoológico de</p>

				<p>bichos em vias de extinção ou ornamento de aldeias turísticas para estrangeiro visitar: queremos uma agricultura feita por agricultores vivos!'. A CAN assumiu em suma o grito de sobrevivência das 80 por cento das explorações agrícolas portuguesas que - , segundo um estudo, encomendado pelo Ministério da Agricultura, mas não divulgado oficialmente - sucumbirão até ao ano 2000 (...)"</p>
10/12/94 pág. 16	Nacional	José Frota	<i>Indemnizações pagam reforma agrária</i>	<p>"O ministro da Agricultura garantiu (...) em Portalegre que até final do ano o Governo deverá aprovar o decreto-lei das indemnizações dos expropriados da reforma agrária. Dos cofres do Estado irão sair cerca de 80 milhões de contos para acabar de vez com um dos mais polémicos processos da agricultura portuguesa. (...) No primeiro Governo de maioria absoluta, Cavaco Silva avançou com a privatização das terras ocupadas em 1975. Nessa base, as cerca de 60 cooperativas sobreviventes viram-se compelidas a decidirem-se pela compra, ou a negociarem o arrendamento. Caso contrário, teriam de as desocupar. Por outro lado, o diploma incitava os agricultores que se sentiam lesados a reclamarem aquilo a que se julgavam com direito. Milhares de pedidos de indemnização deram entrada no Ministério da Agricultura. O assunto só voltou à ribalta na campanha eleitoral de 1991, com Cavaco Silva a prometer o pagamento caso voltasse a ter maioria absoluta. (...) A crescente contestação dos agricultores alentejanos, a menos de um ano de eleições, e a lembrança do incumprimento das promessas efectuadas levaram (o actual ministro da agricultura Duarte Silva, com apoio de Cavaco Silva) a acelerar o processo. O valor da indemnização foi estabelecido em função do rendimento médio por hectare e por ano de privação das culturas (praticadas à data da ocupação), somado aos rendimentos provenientes dos efectivos pecuários então tomados ou requisitados. (...) a avaliação dos proprietários e do Ministério das Finanças atira para perto de duzentos milhões de contos (enquanto os valores de Duarte Silva são de 80 milhões). (...)"</p>
10/12/94 Pág. 15	Nacional	Jorge Nascimento Rodrigues	<i>A outra dimensão do projecto Alqueva</i>	<p>"Convém não esquecer, diz um estudo do CIDEDEC. Ao betão e ao alcatrão é preciso adicionar, desde já, uma política de fomento empresarial e de formação da região. (...). Há efectivamente o risco de 'uma marginalização potencial' dos sete concelhos alentejanos abrangidos envolvidos pelo projecto Alqueva (...). Nomeadamente, alguns (...) nem sequer irão beneficiar do sistema de rega. (...) mais grave é (...) a concretização de um cenário em que a sub-região nem sequer venha a aproveitar o período que se abre (20 30 anos) para inverter a actual dinâmica de 'desmobilização social' e de 'morte lenta do seu mundo rural'. (...) A estratégia que se quer para a sub-região do Alqueva não é miraculosa, já se testou noutros casos e locais. Trata-se, por um lado, de valorizar, desde já, o que 'o Alentejo sempre fez bem' - a sua especialização histórica em 'produtos típicos do território', como artesanato, gastronomia, paisagem e património - e, por outro lado, de</p>

				<p>acertar agulhas no aproveitamento das potencialidades que decorrem do projecto, quer na sua fase de construção quer depois.</p> <p>(...)</p> <p>Mas é numa estratégia agressiva de formação que se deverá apostar, recomenda o relatório do CIDEDEC (...).</p> <p>Paralelamente, há que fomentar o aproveitamento empresarial de alguns nichos (por exemplo, as oficinas especializadas outrora em maquinaria agrícola deveriam, agora, reposicionar-se para outros fins) e incentivar 'novas iniciativas locais de pequena escala' em fileiras de futuro para a região (de que se destacam os serviços e nomeadamente o aproveitamento turístico, a protecção do ambiente, a gestão de recursos hídricos e a tecnologia de regadio, etc.).</p> <p>Finalmente, haveria necessidade (...) de preparar os recursos humanos (inclusivamente em termos de fixação de quadros) e criar tecido empresarial (...) em áreas de especialização económica 'realista' - como, uma vez mais o turismo e também o campo agrícola com vocação agro-industrial. Neste último caso, o estudo fala da moagem, dos alimentos compostos para animais, da extracção de óleos alimentares e da produção de açúcar de beterraba sacarina."</p>
31/12/94 Pág. 6	nacional	José Frota	<i>Buzinão alentejano contra desemprego</i>	<p>"Um monumental buzirão (...) fazer-se ouvir em todo o Alentejo foi a forma encontrada pelo Movimento do Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento para exprimir o seu protesto contra a indiferença governamental pela situação de 'terceiro mundismo em que vive a maioria das suas gentes'. (...).</p> <p>Em vésperas de Natal, a Comissão Justiça e Paz (...) condena 'esta deplorável situação, simultaneamente causa e efeito de diminuições e disfunções de vária ordem (...) e reclamar a atenção dos poderes públicos, os quais não podem deixar de reconhecer e assumir o nível de responsabilidade (...)".</p> <p>A actual situação que se vive no Alentejo é a consequência da falência de algumas centenas de empresas e cooperativas agrícolas que não conseguiram enfrentar as reformas produzidas pela nova PAC (...)"</p>

Expresso	Rubrica	Enunciador Reportador	Titulo	Resumo
11/3/95 Pág. 12	Nacional	José Frota	<i>Ambiente trava barragem no Alentejo</i>	<p>“(....). a decisão de Teresa Patrício (vetar a construção de uma barragem no concelho de Campo Maior) caiu muito mal entre entidades regionais agrícolas que apostavam neste projecto como forma de reverterem terras de sequeiro em terras de regadio, numa zona onde predominam as culturas cerealíferas penalizadas pela PAC. No seio do próprio Governo desencadeou em conflito (...) com Duarte Silva a não aceitar que questões ambientalistas se sobreponham a um empreendimento (...) de grande alcance económico e social.</p> <p>(...)</p> <p>Mas o parecer do Ministério do Ambiente, ao considerar o projecto ‘muito negativo para as diversas espécies naturais da zona as quais veriam ameaçadas a sua sobrevivência’ deitou tudo por água abaixo.</p> <p>(...)</p> <p>Teresa Patrício é considerada ‘persona non grata’ no Alentejo. São muitos os que a acusam de só atender aos estudos de impacto ambiental, enquanto autarcas dos concelhos afectadas pelas secas a responsabilizam por nada fazer para minimizar as dificuldades das populações.</p> <p>(...)”.</p>
1/4/95 Pág. 9	Nacional	José Frota	<i>Guerra da água está a chegar ao Alentejo</i>	<p>“Autarcas, populações e agricultores de quase todo o Alentejo encontram-se à beira de um ataque de nervos. A escassez da água disponível acentua-se com o decorrer dos dias e o estado de tensão que vivem as gentes da região – divididas entre as necessidades de consumo e as consequências sociais resultantes da possível paralisação ou encerramento de muitas das explorações agrícolas de regadio (...). Para muitos, a ‘guerra da água’ já vem a caminho.</p> <p>O tradicional espírito de solidariedade entre populações alentejanas foi posto em causa na passada semana, quando os municípios de Cuba, Alvito, Vidigueira, Portel e Viana do Alentejo se opuseram ao cumprimento de um despacho governamental que determinava a transferência de dez milhões de metros cúbicos da barragem do Alvito para a de Odivelas, como forma de acudir às dificuldades dos agricultores. A operação visava o benefício de mais de quatrocentos pequenos e médios agricultores (...).</p> <p>(...)</p> <p>O Inaga está consciente da situação, tendo Pedro Serra afirmado recentemente ‘não ser possível evitar este ano uma grave crise no de abastecimento de água no Alentejo, pelo que pode mesmo chegar-se à requisição de toda a água existente na região, incluindo a que está armazenada em albufeiras particulares’. E admitiu que o Guadiana poderá chegar a secar totalmente durante o Verão, dado que, ao invés do ano passado, os espanhóis - actualmente a braços com uma situação idêntica na Andaluzia – não vão abrir as comportas das suas barragens. Se tal acontecer, a fábrica da Portucel em Mourão poderá encerrar definitivamente. E a empresa holandesa Thill, proprietária do pomar do Monte Branco (tido como o maior da Europa), começa a pensar deixar Portugal.</p>

				Entretanto, a degradação da qualidade da água proveniente da barragem do Roxo, que abastece nove décimos do concelho de Beja, passou a ser uma fonte de preocupação (...)."
22/4/95 Pág. 2	nacional	Teresa Oliveira e José Frota	<i>Líderes políticos descobrem o Alentejo</i>	<p>"Subitamente, os políticos de Lisboa descobrem o Alentejo. (...) Nas últimas semanas, quando as populações começaram a queixar-se da seca, é um corrúpio de membros do Governo a caminho do Alentejo. De todo o lado chegam sinais de inusitado interesse pelo Alentejo onde só o PCP fazia, até há poucos anos, um grande investimento político.</p> <p>A preocupação pelos efeitos da seca – genuína ou meramente eleitoralista – explica parte deste movimento. Mas a verdade é que essa preocupação não tem equivalente na atribuição de verbas para combater o desastre. (...).</p> <p>São diversas as explicações para uma tal apetência dos principais responsáveis políticos pelo Alentejo. A primeira, a mais evidente, é a grave crise que devasta a região, pela acção conjugada da reforma da Política Agrícola Comum e de quatro anos consecutivos de seca. (...).</p> <p>Em todo o caso, o drama alentejano parece estar a funcionar, em termos políticos a nível nacional. Como afirma Carlos Zorinho, do secretariado nacional do PS, 'rende como um símbolo'. (...). E para mais, os alentejanos são, na opinião do líder do PP, Manuel Monteiro, 'um povo místico'.</p> <p>(...)</p> <p>(...). E todos perfilham uma mesma solução para a crise por que passa inevitavelmente a agricultura e, consequentemente, pela água. Do PCP ao PP todos defendem que o Alentejo não pode ser desligado do cultivo da terra e das actividades com ela conexas: produtos alimentares característicos da região, agro-turismo, indústria agro-alimentar. E o aproveitamento dos restantes recursos, como o minério e as indústrias para a sua transformação. O deputado socialista Capoulas Santos, aposta ainda 'nas tecnologias de ponta não poluidoras'.</p> <p>Mas para viabilizar todas estas propostas é preciso água, o que no Alentejo tem como significado o Alqueva. A regra é a sua defesa. O ministro Ferreira do Amaral, eleito por Évora, diz que 'só enquanto obra, Alqueva já é importante como pólo de reanimação económica de toda a região, dados os postos de trabalho a criar'. (...).</p> <p>Gonçalo Ribeiro Teles é, por seu lado, um opositor de sempre. E diz que a decisão (...) revela que o poder político 'cede às pressões do betão e da grande obra que dá de comer a muita gente e faz certa vista'. Defende a criação de uma série de médias barragens por todo o Alentejo que aproveitem as águas dos rios e ribeiros nacionais, bem como água das chuvas, e alimentem áreas de regadio que permitam diversificar as culturas. Critica (...) o facto de Portugal exigir água à Espanha – o que está certo – mas manter uma política florestal para servir as celulosas e que é de todo contrária ao aproveitamento dos recursos aquáticos.</p> <p>O deputado social-democrata João Maçãs diz de Alqueva que 'é importante, mas não decisiva para o Alentejo'. (...) coincide com Ribeiro Teles ao defender a 'construção de muitas barragens de pequena e média dimensão'. E lembra o plano de rega lançado por Salazar em finais dos anos 50.</p>

				Lino de Carvalho concorda, considerando que o plano ainda é adequado. (...)”
22/4/95 Pág. 2	Nacional	José Frota	<i>Só a fê salvará as colheitas</i>	<p>“Tenho 55 anos e 42 de amanho da terra e nunca vi seca como esta. Mesmo entre os mais antigos, não há memória de uma coisa assim”, afirma João Mirra, um pequeno agricultor da zona de Pedrogão (...) enquanto contempla com ar desalentado a seara de trigo irremediavelmente perdida. (...) ‘Enterrei aqui alguns milhares de contos. Logo em Outubro ou Novembro caíram umas chuvas que fizeram medrar o trigo e as esperanças foram grandes. Só que a partir daí os céus não voltaram a dar nem pinga de água’ – acrescenta com os olhos humedecidos.</p> <p>Mais adiante, no caminho de Selmes, António Narra não tem tantas preocupações, mas afina pelo mesmo diapasão. Encarregado agrícola de quatro grandes herdades na posse dos herdeiros de um grande latifundiário, desmultiplica-se em cuidados para evitar que o girassol de sequeiro (...) não defínhe também. (...) E o que se avista, até à linha do horizonte, são diversos matizes de amarelo, por vezes a roçar o branco, quando nesta época do ano era suposto a planície apresentar-se vestida de verde-mate. São hectares e hectares de trigo e cevada completamente estiolados.</p> <p>(...)</p> <p>Com as searas perdidas é altura de cuidar do gado que anda ‘csganado de fome e sede’. Manuel Lourenço e António Nara esperam que o Governo autorize rapidamente os agricultores a gadanharem as suas searas para que os animais possam alimentar-se adequadamente. (...)”</p> <p>Enquanto apascenta as suas ovelhas e as do patrão a quem serve, João Rosa vai dizendo mal da vida. ‘O melhor é vender isto tudo ao desbarato. Mas depois, o que vou fazer?’ a interrogação deixa-o perturbado pelo que prefere voltar os olhos para o céu na esperança que as nuvens cubram o sol e se desfaçam no dilúvio apetecido.</p> <p>(...)</p> <p>Mas não falta quem retire ilações de todo este drama. Para muitos agricultores o que se passa com a vinha e a oliveira veio demonstrar que estas não são, como defendem os teóricos, uma alternativa ao fim da Era do Trigo, imposta pela reforma da PAC.</p> <p>‘Enquanto não houver no Alentejo número suficiente de albufeiras e reservas de água que permitam tornear as consequências das secas cada vez mais alargadas e fazer regadio sem limitações, é escusado pensar-se na reconversão agrícola e no desenvolvimento da região. Sem agricultura, o Alentejo deixará de existir’ – afirma convicto Castro e Brito, presidente da Associação de Criadores de Ovinos do Sul.</p> <p>(...)</p> <p>Foi neste cenário de dramatismo que os três bispos do Sul (Évora, Beja e Faro) apelaram aos seus padres para solicitarem a Deus, no decurso das orações e missas, a grande mercê das chuvas e autorizarem que nas procissões de sexta-feira santa se rezasse pelo mesmo fim (...). O resultado foi uma participação maciça das populações nos actos litúrgicos pascais. Ao contrário do que é habitual, foram muitos os homens que se integraram nas procissões ostentando velas nas mãos. (...)”.</p>
22/4/95 Pág. 3	Nacional editorial	Fernando Madrinha	<i>Assumir os riscos de Alqueva</i>	“No início dos anos 60, Alqueva tinha cerca de 1 500 habitantes e o Guadiana era um rio de caudal imenso: as

				<p>cheias de inverno submergiam os moinhos e as culturas próximas (...).</p> <p>A barragem ia nascer ali, segundo prometido, para salvar o Alentejo da pobreza secular e da desertificação galopante. Trinta e cinco anos depois, a aldeia que deu o nome ao mito (...) tem pouco mais de um terço dos habitantes. Os outros fugiram, em busca de sustento, para a França e para a Suíça, para Almada e para o Barreiro, à semelhança do que aconteceu em todas as aldeias e vilas alentejanas.</p> <p>Nestas três décadas marcadas por sucessivos períodos de esperança e de desalento para os alentejanos, a decisão política de construir a represa foi tomada várias vezes e suspensa outras tantas. (...).</p> <p>Os ambientalistas levantarão velhas e novas dúvidas; os interesses económicos hão-de movimentar-se (...) e o próximo governo será alvo de fortes e contraditórias pressões, vindas de todos os lados.</p> <p>(...)</p> <p>Mas no ponto de desespero em que se encontra o Alentejo já não se pode esperar mais. Pior do que cometer talvez um erro por se decidir a favor do Alqueva seria não decidir nada, enquanto se assiste à morte lenta de uma região inteira.”</p>
22/4/95 pág. 4	Privado Opinião	Luis Marques	<i>Lá longe no Alentejo</i>	<p>“(O projecto de Roussel) para os governantes era um bálsamo que escondia a falta de ideias, projectos e políticas estruturais para uma região há muito condenada a uma morte lenta. Para as oposições era uma bandeira a mostrar que a solução dos problemas alentejanos seria exterior à política oficial.</p> <p>(...)</p> <p>As gentes pobres de Odemira, essa parcela de um Alentejo esquecido, vêem o sonho esfumar-se. (...) Por cá deixou apenas a semente do inferno, de onde nasceu um sentimento profundo e doloroso de desilusão e engano. Foi apenas a miragem de um milagre que ficou, numa terra já habituada a viver miragens idênticas. A do Alqueva e outros regadios, e do investimento e da prosperidade. Em vez da miragem resta a desertificação, a pobreza, a lenta agonia. Lá longe, no Alentejo.</p>
13/5/95 Pág. 9	Nacional	José Frota	<i>Congresso do Alentejo defende reforma agrária</i>	<p>“A necessidade de implantar uma nova reforma agrária, embora de contornos mais moderados, deverá constituir a principal conclusão a sair do VI Congresso sobre o Alentejo (...).</p> <p>(...)</p> <p>Lino de Carvalho encerrará os trabalhos nesta área para lembrar que ‘a luta pela terra é um elemento integrante da identidade cultural dos alentejanos e fonte dos processos de transformação social’. (...)”</p>
10/5/95 pág. 10	Nacional	Mário Rodrigues	<i>Caçadores argumentam com o ambiente</i>	<p>“Os caçadores associados na CNCP- Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses que agrupam as coutadas associativas e turísticas querem que seja ‘completamente abolido o terreno livre ou regime geral, por ser atentatório da conservação da natureza e da propriedade privada’.</p> <p>A criação de coutadas ‘associativas, pelo (seu) marcado interesse colectivo, bem como zonas de cariz local, autárquico ou comunitário, sempre sob a gestão de associações de caçadores locais’, foi outra das</p>

				<p>recomendações aprovadas pelos congressistas. (...) Segundo o aprovado, a caça deve ser encarada 'como factor decisivo da conservação da natureza' e o 'direito a caçar (deve ser) atribuído aos caçadores e não aos proprietários das terras. (...) (...) Esta semana (...) Eduardo Biscaia declarou que a FNCP defenderá o contrário dos congressistas (da CNCP). A federação quer a 'abolição das zonas de caça associativas, por serem segregacionistas e fechadas aos caçadores que não sejam sócios'.</p>
20/5/95 Pág. 10	Nacional	José Frota	<i>Alentejo em pré-revolta</i>	<p>"A paciência das associações e cooperativas agrícolas do Alentejo está a chegar ao fim. Antontem, avisaram o ministro Duarte Silva de que, ou o Governo publica até 15 de Junho legislação de apoio aos agricultores afectados pela seca, ou então tomarão posições de grande dureza que poderão provocar um clima de forte agitação social em toda a região. (...). Duarte Silva sabe que, apesar do Governo ter anunciado apoios no valor de 35 milhões de contos, essa verba não se encontra disponível nem orçamentada, pelo que precisa de ser habilmente negociada em Bruxelas. Duarte Silva decidiu ir ao Alentejo acalmar os ânimos que estiveram bastante agitados toda a semana. Os protestos irromperam de todos os lados depois de se terem realizado plenários de associações de empresários agrícolas em Beja, Évora e no Litoral Alentejano. A estes juntaram-se os da CAP e da FENCA. Como se tal não bastasse, o VII Congresso do Alentejo apareceu a reivindicar a necessidade de uma reforma agrária (...). A isto o ministro respondeu de forma curta: 'Não vejo necessidade nenhuma de se fazer qualquer reforma. A grande realidade da agricultura portuguesa é a PAC, e temos de uma vez para todas com esses espantalhos'. (...)".</p>
27/5/95 pág. 14	Nacional	José Frota	<i>O último recurso</i>	<p>"O número de suicídios ocorridos nos concelhos rurais do Alentejo atingiu um novo máximo no passado mês de Abril. Dezassete pessoas consideraram ter chegado a uma situação-limite e preferiram pôr termo à vida. (...) de 1991 em diante, 615 indivíduos de ambos os sexos consumaram actos contra a sua própria existência, sendo o suicídio referido como a oitava causa de morte no conjunto dos distritos (...). (...) os motivos para o suicídio deixaram de se confinar a razões como o isolamento, a solidão ou a atávica sensação de inutilidade da vida que, tradicionalmente, afectam os velhos da planície. Nos últimos trinta meses, mais de um quarto dos suicídios foram cometidos por jovens ou adultos em idade activa. (...) 'O desemprego crónico, o empobrecimento acelerado e a exclusão social introduziram-se no quadro das causas explicativas deste fenómeno dramático', confirma o Psicólogo Alberto Magalhães (...). Também a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Évora já se pronunciou, para vincar que 'a ausência de alternativas e de quaisquer perspectivas de as condições de vida melhorarem, faz esmorecer em muitos a vontade de continuarem a lutar por uma vida digna, quando não o estímulo para continuarem a viver em sentido físico'.</p>

				<p>Da mesma opinião partilham os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas. 'Mais de dois terços dos desempregados rurais não recebem subsídio vai para mais de dois anos. Há gente nova a viver das míseras pensões de reforma dos pais. Em Alvito, na falta de melhor, muitos alimentam-se de caracóis. A fome espreita em muitos lares e o sentimento de rompimento com a vida pode acontecer a todo o momento', adianta um dirigente sindical.</p> <p>(...)</p> <p>Se o suicídio entre os mais novos afectava, em geral, apenas os assalariados rurais e os pastores sem trabalho, hoje passa também por rendeiros, seareiros, pequenos e médios agricultores crivados de dívidas. Estes últimos não suportam ver os bancos apossarem-se das terras herdadas dos antepassados e hipotecadas na vã esperança de que as coisas mudassem. Outros não aguentam a afronta de serem tomados por caloteiros. (...).</p> <p>O curioso é que esta singular forma de recuperação da dignidade começa a ser assimilada por agricultores estrangeiros espalhados na planície. É conhecido o caso de um australiano que comprou uma herdade nas imediações de Portel e após uma série de maus anos agrícolas que levaram à hipoteca da propriedade, pôs termo à vida numa força montada numa das janelas. 'Este aprendeu depressa a ser alentejano' foi o único comentário que se ouviu na população, por demais habituada a episódios deste género. Com o abandono dos campos, a população rural é cada vez menos e mais idosa. Muitas aldeias desfizeram-se ou estão em vias disso. As crianças desaparecerem e as escolas fecharam. O comboio deixou de parar na estação ou no pequeno apeadeiro. A vida torna-se insuportável.</p> <p>'As perdas verificadas nas redes de trabalho, de amigos, de vizinhança e familiar tendem a criar rupturas difíceis de colmatar e potenciam o isolamento e o sentimento de solidão', explica Ramalho Ilhéu, docente universitário em Évora. (...)"</p>
1/7/95 Pág. 14	Nacional	José Frota	<i>Alentejo procura solução</i>	<p>"Após quatro anos de uma seca que ninguém se atreve a prognosticar quando acaba, o Alentejo tem hoje a perfeita consciência da importância e do valor insubstituível da água, considerada por muitos a matéria-prima mais importante da nossa civilização. (...).</p> <p>Lina Jan, directora regional do Ambiente, já afirmou publicamente que 'se a seca se mantiver por mais um ano, o Baixo Alentejo terá de fechar as portas. Só terá água para beber quem poder comprá-la engarrafada'. Foi tendo em conta esta realidade que as Assembleias Distritais de aprovaram (...) uma moção na qual volta a ser pedida a declaração de estado de calamidade pública. (...)."'</p>
29/7/95 pág. 19	Nacional	José Frota	<i>O império alentejano de Carlos Melancia</i>	<p>"(...)</p> <p>Carlos Melancia justifica a sua opção pelo Alentejo devido à sua maneira de ser. 'Sempre me senti desterrado nos grandes centros e sempre pensei radicar-me nesta zona, por aquilo que ela representa de paz e algum equilíbrio'. Em Castelo de Vide adquirira, há quinze anos, uma casa onde passava os fins-de-semana e parte substancial das férias. 'A minha ida para Macau fez atrasar o projecto de aqui me dedicar ao turismo, pois penso que o Alentejo é a reserva estratégica do sector para o ano 200. Como não sou um mero contemplativo e procurava uma espécie de reforma activa, decidi investir num projecto que contemplava a</p>

				criação de um hotel e um restaurante de qualidade". explica. (...)"
29/7/95 pág. 19	Nacional	JF e MR	<i>O golfe da discórdia</i>	<p>"(...)</p> <p>O projecto Bevide- Turismo Ibérico de castelo de Vide (que inclui o campo de golfe), está previsto no PDM de Marvão e nenhum dos três municípios servidos pela barragem se opõe à construção do empreendimento. Os protestos conhecidos até agora são os de Gonçalo Ribeiro Telles e dos candidatos portalegrenses pelo Partido da Terra. Ribeiro Telles (...) defendeu a suspensão dos trabalhos, alegando que os campos de golfe (...). Por seu lado, Luís Filipe Marques, cabeça de lista do PT pelo círculo de Portalegre, expressou a sua indignação, argumentando que 'o golfe exterminaria importantes colónias de morcegos e répteis existentes no local'.</p> <p>O que conta para as populações é que o golfe vai criar 80 postos de trabalho directos e 120 indirectos, sabendo-se além disso que o abastecimento público não será posto em causa. Ao lado de Melancia estão também os agricultores e os futuros beneficiários da barragem, que o elegeram presidente da Associação de Regantes. 'Nunca me teria abalçado a levar por diante um projecto desta natureza se verificasse que redundaria em prejuízo para os habitantes ou que traria graves consequências ambientais. Neste último caso, seria negar as razões que me levaram a escolher o Alentejo como espaço em que me agrada viver', justifica o ex-governador de Macau."</p>
18/11/95 Pág. 11	Nacional	JF	<i>Lobby Alentejano</i>	<p>"Apesar das grandes dificuldades que continuam a enfrentar, os agricultores alentejanos encaram agora o seu futuro com maior optimismo. Sabem que um forte lobby pró-Alentejo está a instalar-se no Ministério da Agricultura. (...). O ponta de lança é Capoulas Santos que ganhou influência junto de Guterres, a ponto de se transformar no seu principal conselheiro para as questões agrícolas. Na batalha pela recuperação da agricultura alentejana, Capoulas conta com a solidariedade do ministro Gomes da Silva (...). Embora este seja ribatejano e proprietário respectado na zona do Cartaxo, também tem interesses no Alentejo e nomeadamente na Vidigueira.</p> <p>Sob os ombros de ambos, e também de Francisco Avillez (...) recaiu a responsabilidade de pensarem e redigirem o programa de Governo do PS para o sector. Nesta tarefa receberam a colaboração dos mais destacados docentes da Universidade de Évora nas áreas de Economia Agrícola e Ciências Agrárias . Foi aliás num colóquio realizado nesta cidade e subordinado ao tema "Agricultura e desenvolvimento Rural" que foram esboçados os princípios e objectivos da secretaria de Estado que o Governo veio a criar. Depois de ter sido nomeado para o Ministério, Gomes da Silva levou para seu assessor principal António Covas, vice-reitor da universidade eborense. Na retaguarda ficaram Afonso Almeida, o outro vice-reitor, e ainda Carlos Marques, um dos mais reputados economistas agrícolas do país. (...)"</p>
25/11/95 Pág. 16	nacional	Mário de Carvalho	<i>Parque natural salva Guadiana</i>	<p>"Sem água e sem população, enquanto espera pelas obras do Alqueva. as margens do Guadiana vão ter uma inesperada oportunidade de desenvolvimento. O parque natural do Vale do Guadiana propõem-se associar a defesa da natureza a programas de turismo, de reconversão</p>

				<p>agrícola e de retoma de actividades artesanais. (...).</p> <p>Tornar o troço médio do Vale do Guadiana um elemento de desenvolvimento regional, que permita atenuar os problemas de desertificação humana e dos solos, é o desafio colocado ao Parque Natural do vale do Guadiana, a mais jovem área protegida criada em Portugal. O parque (...) estende-se pelos concelhos de Mértola e Serpa, regiões com elevado índice de interioridade e com carências ao nível de infra-estruturas e equipamentos. Em Mértola verificou-se entre 1981 e 1991, um decréscimo em população de 16,1 por cento, enquanto em Serpa foi de 13,8 por cento.</p> <p>Associado ao problema da desertificação humana surge a degradação dos solos, com o abandono das práticas agrícolas. Nesta zona, cerca de 90 por cento dos solos são pobres, apenas com aptidões particulares para silvo-pastorícia e as florestas de conservação: só um por cento está englobado nas classes mais férteis.</p> <p>As zonas de caça têm avançado, estando hoje cerca de dois terços do concelho de Mértola ocupado por áreas sujeitas ao Regime Cinegético Especial. Tudo isto explica a desertificação humana que tem atingido os dois concelhos. A Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) tem mostrado preocupações por a região estar a ser retalhada por reservas de caça. Segundo o levantamento que efectuou, dentro do parque natural haverá 33 reservas de caça turística, 11 associativas e uma social.</p> <p>(...)</p> <p>Com mais de 60 mil hectares, o novo parque natural – o décimo criado no Sistema Nacional de Áreas Protegidas – poderá assumir uma vertente pioneira, ao desempenhar em simultâneo uma actividade de significativo interesse científico e de desenvolvimento de uma área de carências.</p> <p>(...)</p> <p>A ADPM decidiu dar o exemplo na promoção do desenvolvimento local através de três projectos associados ao Fundo Mundial para a Natureza, dos quais se destaca o programa destinado a reactivar os ciclos de produção tradicional do linho e da lã, com a criação de uma cooperativa de tecelagem.</p> <p>Jorge Revez e Cláudio Torres, responsável do campo arqueológico de Mértola, assumem, com o apoio das autarquias, o principal protagonismo nas acções de sensibilização do INC, na concretização do projecto de classificação do vale do Guadiana.</p> <p>O presidente do INC, Joaquim Marques Ferreira, participa da opinião de que a nova área protegida deverá dar um contributo importante para o desenvolvimento regional. 'Existem potencialidades ao nível do património paisagístico e cultural que podem ser aproveitadas de uma forma racional do ponto de vista turístico', sublinhou Marques Ferreira (...).</p> <p>Cláudio Torres não subestima as potencialidades turísticas da região, mas alerta para a necessidade do seu aproveitamento ser canalizado para um segmento de mercado selectivo e exigente em termos culturais, reduzindo o possível impacto negativo do designado turismo de massas.</p> <p>Tendo o rio Guadiana como referência, alternando entre escarpas praticamente na vertical, como na zona a jusante</p>
--	--	--	--	--

				<p>do Pulo do Lobo e encostas suaves de vale alargado, na zona de Mértola, o parque natural será ainda um instrumento importante na defesa e salvaguarda dos recursos hídricos na bacia hidrográfica, a quarta maior da Península (...).</p> <p>A manutenção dos ecossistemas em redor do vale do Guadiana é uma das acções prioritárias a desenvolver. O INC identificou 128 espécies de aves, considerando estar-se numa região 'merecedora de uma atenção particular, de um ponto de vista conservacionista'. (...).³²</p>
25/11/95 Pág. 16	Nacional	José Frota	<i>Pobres da Europa reinem-se no Alentejo</i>	<p>"(...)</p> <p>A iniciativa de realizar esta conferência (...) partiu da Ideia Alentejo, uma das várias associações de desenvolvimento local a actuarem na região.</p> <p>(...)</p> <p>Promotores e organizadores da reunião recusam-se a aceitar que o desenvolvimento local seja pensado e gizado pelo poder central. 'Cada região deve possuir capacidade de mobilizar o conjunto de forças socioeconómicas e culturais para afirmar a sua especificidade. Só assim se poderá garantir o equilíbrio entre regiões e evitar que as actividades económicas se concentrem nas regiões mais favorecidas', afirma convictamente um dos organizadores.</p> <p>(...)</p> <p>No fundo, todos reconheceram que o que está em causa é a sobrevivência do mundo rural, que parece cada vez mais ameaçada. Bruxelas pretende, a todo o transe evitar o seu desaparecimento e, perante a incapacidade dos governos, manifesta-se disponível para entregar o processo aos movimentos de desenvolvimento local.</p> <p>Camilo Mortágua adianta que 'o sucesso das diversas acções de desenvolvimento local em curso (...) - se apoiadas com financiamentos renováveis e permanentes, capazes de suportarem programas de investimentos de longa duração - poderão conduzir a uma alternativa civilizacional, fazendo deslocar para o interior todos aqueles que se encontram saturados da vida das grandes cidades'.</p> <p>Só que, neste caso, corre-se o risco de continuarem a ser as populações locais a pagar de novo a factura. Os grande beneficiários virão de fora e nada terão a ver com o mundo rural que se deseja preservar. As iniciativas de desenvolvimento local conheceriam por isso o mais rotundo fracasso, pois não teriam cumprido o objectivo de corrigiram 'desigualdades e exclusões de pessoas e territórios'. (...)"</p>
25/11/95 Pág. 8	Economia	Mário Rodrigues	<i>Gomes da Silva acaba com monopólio da CAP</i>	<p>"Pela primeira vez na sua história, desde há 17 anos, a CNA acaba de ser reconhecida como parceira social agrícola, ao ser integrada no órgão de participação e consulta, que (...) Gomes da Silva vai instituir.</p> <p>(...)</p> <p>Em suma, no novo órgão de concertação agrária, a CAP poderá ficar em franca minoria se, como tudo indica, nele tiverem assento organizações que a põem em causa, como a CONFAGRI, a CAN e a AJAP que foi recentemente expulsada da CAP. Resta saber se com esta participação, a CNA vai ou não ter acesso aos subsídios ao associativismo e à intermediação em múltiplos apoios e programas comunitários (entre os quais a formação profissional), o que tem constituído para as restantes organizações, um</p>

				significativo suporte da sua sobrevivência e expansão. (...)”.
14/11/95 Pág. 14	nacional	José Frota	<i>Arcebispo de Évora ressuscita reforma agrária</i>	<p>“A mensagem natalícia (...) da Comissão Diocesana Justiça e Paz surpreendeu toda a gente (...) saúda ‘especialmente os trabalhadores da terra e exorta-os à solidariedade e colaboração na criação de cooperativas, associações profissionais e sindicais, assim como ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das já existentes’. Para acrescentar em seguida: ‘Sem essas associações, dificilmente os trabalhadores da terra poderão fazer-se ouvir e chegar a um plano de igualdade com as profissões habitualmente mais organizadas dos demais sectores produtivos’.</p> <p>(...). Baseando-se na doutrina social da Igreja preconiza a necessidade de intervenção dos poderes políticos para a definição de uma nova lei de uso e posse da terra. (...). Lembra que ‘o direito à propriedade nunca pode exceder-se em detrimento de um bem comum’ e que ‘Deus destinou a terra e tudo o que nela existe aos uso de todos os homens e povos’.</p> <p>(...)</p> <p>O comunicado natalício (...) é a condensação de um estudo 30 páginas intitulado ‘O trabalho – chave da questão social no Alentejo’. (...). A radiografia da região (...) é impressionante. Fala-se de mais de 30 mil desempregados, ‘o que corresponde a 15 por cento (ou 18 por cento se forem considerados os ocupados em programas especiais). Naquele número cabem nove mil trabalhadores rurais, seis mil indiferenciados ‘sobretudo mulheres rurais, que a título precário desempenham as mesmas actividades durante uma vida inteira e são as primeiras vítimas da pobreza’. Isto para não falar na grande maioria dos sete mil ocupados em programas especiais temporários que sempre labutou no amanhã dos campos.</p> <p>‘Ora, todos sabemos’ (...) ‘que esta crise de trabalho não é conjuntural. Dura, pelo menos, desde a segunda metade do século XIX, quando sobre a grande propriedade se instalou a grande exploração agrária’.</p> <p>(...)”.</p>

Expresso	Rubrica	Enunciador - Reportador	Título	Resumo
3/2/96 Pág. 10	Nacional	JF	<i>Alentejo perde searas</i>	<p>“Oitocentos e cinquenta agricultores de todo o Alentejo reuniram-se (...) em Évora para reflectirem sobre o futuro da região (...). A poucos restam dúvidas de que a era das grandes searas chegou ao fim. A revisão da PAC efectuada em 1992 apontava já no progressivo declínio da tradicional cultura cerealífera, que tão incentivada for a pelo Estado Novo e, mais tarde, pela reforma agrária.</p> <p>A redução das áreas de sequeiro e a retirada de vários mecanismos de protecção do produtor fizeram cair, de forma dramática (...). A tendência (...) será para deixar o mercado mundial funcionar livremente, pelo que deixará de existir qualquer tipo de compensação adicional para os agricultores.</p> <p>Todo este conjunto de preocupações foi enunciado no III Congresso da Agricultura Alentejana por Sevinate Pinto, um dos mais reputados técnicos agrícolas portugueses. Em sua opinião, a concretização deste cenário poderá conduzir pura e simplesmente à eliminação da produção de cereais no Alentejo e ‘à transformação deste imenso território numa autêntica reserva de índios’. (...). Basta que seja retirada, como está acordado, a ajuda co-financiada (...). A sua sobrevivência será então quase impossível, pois, mais do que os agricultores de outras regiões, estes vivem na quase dependência dos pagamentos administrativos.</p> <p>Sevinate Pinto adiantou que, em consequência das directrizes europeias de ‘pagar para não produzir’, cerca de sessenta e cinco por cento dos rendimentos agrícolas da região dependem dos pagamentos efectuados pelo INGA.</p> <p>O problema é toda a economia regional assentar, de forma directa ou indirecta, na actividade agrícola de sequeiro. (...). A única alternativa parece consistir numa clara aposta na pecuária extensiva e na floresta. Este é o ponto de vista defendido por vários dirigentes associativos locais, entre os quais Calejo Pires, castro e Brito e Quadros e Costa. O primeiro afirma mesmo que ‘para o Alentejo não ser descaracterizado e manter o cunho de ruralismo, restará (...) a opção pela pecuária de raças autóctones de montado, a transaccionar como produto de qualidade certificada’.</p> <p>Esta será possivelmente a única política que se coaduna com objectivos de assegurar o desenvolvimento rural, enquanto o turismo de qualidade começa a deslocar-se do litoral para o interior.</p> <p>(...)”.</p>
24/3/96 Pág. 3	Economia	MR	<i>Associações agrícolas entram em novo ciclo</i>	<p>“(...) A grande novidade do projecto Gomes da Silva (...) é o reconhecimento da <i>CJA</i> (agricultura familiar) como parceiro social, desafiando a conhecida posição da CAP de não se sentar à mesma mesa que a confederação de Coimbra. O futuro órgão consultivo do ministro é alargado a treze organizações, além do próprio ministro, secretários de Estado e ‘personalidades de reconhecido mérito’ (...).</p> <p>Entre os conselheiros contam-se as centrais sindicais (UGT e CGTP) e patronais (CIP e CCP), a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a Confederação das Associações do Ambiente e as Ordens dos engenheiros e</p>

				<p>dos veterinários. Propriamente agrícolas estarão representadas a CAP, a CAN e a Confagri, assim como a AJAP (...) e a quase desconhecida Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas (AMAP), que o Expresso apurou estar filiada na CAP. (...)</p> <p>Nota: a criação de Câmara de Agricultura do Norte (CAN) em 1996, afirma uma dinâmica regionalista, visando contrariar o favorecimento, sobretudo em subsídios públicos (em grande parte pela via da CAP) da agricultura do sul. Promovida pela Agros, casa do Douro e União das Cooperativas do vinho Verde, bem como por estruturas e dirigentes da AJAP, a nova organização tem conseguido apoios de organizações regionais filiadas na CAP e CNA.</p>
24/2/96 Pág. 6	Privado O seu dinheiro	Vitor S. Andrade	<i>Alentejo volta a estar na moda</i>	<p>"Ter um terreno nos confins do Alentejo, com uma casa que ofereça o mínimo de comodidade, e onde se possa desfrutar da tranquilidade própria das imensas paisagens daquela província do Sul do País voltou a ser moda entre a classe endinheirada de Lisboa.</p> <p>Com efeito, e três anos depois de ter 'tocado no fundo', tanto em termos de preços como de número de operações realizadas, e depois de rondar os limites da estagnação, o mercado de propriedades agrícolas na província alentejana volta a conhecer alguma animação.</p> <p>Porquê? Por uma série de razões de ordem técnica mas que se resumem, no entanto, a uma única ideia de força: melhoria significativa das acessibilidades.</p> <p>DE acordo com Paulo Cabral, presidente da BTA, (...) a partir do momento em que foi inaugurado o troço auto-estrada A6 que liga Marateca a Montemor-o-Novo, assistiu-se a uma verdadeira escalada dos preços, tendo-se registado, em alguns casos, aumentos da ordem dos 50 por cento.</p> <p>'Desde que foi aberto ao público aquela moderna rodovia, a procura de terrenos (...) começou (...) a aumentar, tendo-se atingido já valores de venda de montado da ordem dos 500 contos por hectare, para propriedades de dimensões inferiores a 300 hectares'. (Enquanto) não há muito tempo se alienavam lotes de terreno a 100 contos/hectare 'e mesmo assim não havia quem lhe pegasse', sublinha. (...).</p> <p>Em termos de comportamento da oferta e procura de propriedades na província alentejana, e conseqüente formação de políticas de preços, há um fenómeno interessante a observar, segundo Paulo Cabral (...): 'Terrenos situados até 150 quilómetros ou até uma hora e meia de caminho a partir de Lisboa têm um preço; outros que se situam para lá desses limites têm, seguramente, preços muito mais baixos'. (...) o suficiente para que, para lá dos limites apontados, a oferta se sobreponha largamente à procura, gerando uma certa onda de desinteresse pelos terrenos ali disponibilizados.</p> <p>(...)</p> <p>Outro dado curioso de observar, segundo Paulo Cabral, é que se tem vindo a intensificar a corrida a terrenos situados junto da fronteira alentejana. Só que, neste caso, a procura vem sobretudo de Espanha.</p> <p>'(...) como os terrenos do lado de cá são mais baratos e estão bastante bem arrançados, muitos espanhóis não hesitam em vender propriedades que possuem no seu próprio país, e depois, (...) atravessam a fronteira e</p>

				compram do lado de cá". (...)"
24/2/96 Pág. 6	Privado O seu dinheiro	VSA	<i>Uma casa no campo</i>	<p>"Imagine que, após um árduo dia de trabalho, como o 'stress' característico da vida numa grande cidade, chega à garagem do seu escritório, entra no automóvel e parte rumo a casa, situada a cerca de 40 quilómetros do sítio em que se encontrava.</p> <p>(...)</p> <p>(...) Uma pequena percentagem de lisboetas conseguiu já estabelecer a sua habitação 'for a de portas', deixando para trás o apartamento de que dispunham (...) invariavelmente situados num aglomerado de prédios, dispostos de maneira uniforme por entre ruas que se sucedem, à procura de uma harmonia urbanística que mais parece não existir.</p> <p>É a necessidade de fuga à cidade que se traduz, quase sempre na compra de uma casa de campo, rodeada de um pequeno terreno (dois/três hectares) e que começa a fazer funcionar um pequeno nicho do mercado de propriedades rústicas que até há alguns anos era quase inexistente.</p> <p>(...)</p> <p>(...) para quem não conheça o mercado em pormenor, o responsável da BTA aconselha que se tenha em conta o seguinte: nunca comprar um terreno dentro de uma reserva natural, onde praticamente não se pode construir; ver se o terreno está ou não abrangido pelo PDM na autarquia em que se integra, pois pode não ser compatível com os fins que se pretende; e, em terceiro lugar, ver se as acessibilidades são minimamente aceitáveis, até porque isso influi directamente no valor da propriedade. (...)"</p>
15/6/96 Pág. 4	Privado	Alexandre Coutinho	<i>Governo reavalia protali</i>	<p>"O Governo vai reavaliar o Protali (...) à luz das críticas de que o polémico documento tem sido alvo, nos últimos três anos, por parte de autarcas, agentes económicos e população em geral.</p> <p>(...)</p> <p>As críticas dos autarcas dos cinco concelhos abrangidos (Sines, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Odemira) são unânimes no que toca a perda de autonomia do poder local face ao Protali. 'O pecado original do diploma está na sua inconstitucionalidade, na medida em que a autonomia municipal é ferida e ultrapassada pelo Protali - afirma Fernando Travassos, presidente da Câmara Municipal de Grândola. - é a perversão do planeamento. Se retira capacidade às câmaras, gera-se ineficácia e o plano deixa de ser operacional'.</p> <p>(...)</p> <p>Os factores limitativos do Protali não se ficam por aqui. Pelo contrário, ainda ganham mais amplitude ao nível dos principais sectores de actividade económica da região - turismo, agricultura, e indústria -, que pouco ou nada progredem com a entrada em vigor deste documento.</p> <p>'É natural que existe desmotivação e desinteresse dos investidores perante as dificuldades sucessivas que são levantadas nos seus projectos', confirma Fernando Travassos, (...) seja pela proximidade excessiva da costa, área de construção ou regras de protecção ambiental, o certo é que nenhum projecto turístico para a costa alentejana foi aprovado nos últimos três anos.</p> <p>'O protali é um instrumento primordial para a região, mas revela-se bastante limitador. No turismo, a retroactividade do diploma inviabilizou a conclusão de empreendimentos</p>

				<p>em curso e travou o avanço de outros; na agricultura, impediu, por exemplo, a transformação de culturas de sequeiro em regadio, a construção de habitações próprias em terrenos com menos de 30 hectares ou de instalações agro-pecuárias em zonas carenciadas do interior, porque as áreas proposta excediam o limite máximo imposto de 0,2 por cento da área total da propriedade', comenta Jorge Nunes, presidente da Caixa de Crédito Agrícola Mútua de Santiago do Cacém.</p> <p>(...)</p> <p>Em defesa do Protali vem a terreiro António Cardoso, quadro da Hidrotécnica portuguesa e um dos responsáveis pela elaboração do documento. 'É um modelo que permite o aproveitamento da região, com regras compatíveis com a preservação do litoral alentejano. A base económica é a agricultura, a estrutura empresarial é reduzida e trata-se de uma zona de fraca densidade populacional, que não necessita de investimentos colossais', afirma António Cardoso.</p> <p>A falta de um plano de desenvolvimento para a região, que complemente o Protali e comprometa a administração central com a realização de determinados investimentos, é outra das críticas que mais se fizeram sentir.</p> <p>(...)</p> <p>Mais recentemente, a elevação da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina a parque natural, contribuiu para adensar as limitações à iniciativa privada de residentes e investidores interessados na região. 'A defesa do ambiente e a preservação de um sistema ecológico não se pode fazer à custa da qualidade de vida da população que o habita. É que o homem também faz parte desse sistema ...', recorda Fernando Travassos.?'</p>
29/6/96 Pág. 14	Nacional	José Frota e Mário Carvalho	<i>Avanço do deserto enche cidades</i>	<p>"(...)</p> <p>Em Portugal, a região do Alentejo que acompanha o vale do Guadiana é a zona onde o avanço da aridez é mais significativo. O engenheiro silvicultor Vítor Louro referiu que naquela zona, nos últimos 50 anos os solos de declive acentuado perderam entre 15 a 50 centímetros de terra, a uma razão de cem toneladas por hectare e por ano. 'Por isso imperam os 'solos esqueléticos do lado português', contrastando com os 'pardos e vermelhos do lado espanhol'.</p> <p>(...)</p> <p>Assim se percebe que o ministro da Agricultura tenha escolhido o concelho de Mértola para anunciar medidas de combate à desertificação. Aí defendeu a necessidade de proceder à recuperação florestal de toda a área, colocando em evidência os erros cometidos nos últimos quarenta anos. Na visita à herdade da Contenda, um verdadeiro oásis no meio da desértica planura circundante, o ministro observou a diversidade florestal existente, compreendendo plantações de azinho, sobre, pinheiro bravo e manso, eucaliptos e extensas zonas de esteva. Na Contenda vivem em regime livre veados, javalis e criam-se bovinos de raças autóctones.</p> <p>Segundo Gomes da Silva, este seria o modelo de projecto a instalar no Alentejo para impedir o avanço da desertificação. Mas os titulares das propriedades privadas dizem não poder ficar trinta anos à espera de colherem rendimentos dos altos investimentos a efectuar.</p>

				<p>Um dos elementos característicos dos ecossistemas florestais mediterrânicos reside no crescimento lento dos povoamentos, como o sobreiro e a azinheira. (...)</p> <p>Em Portugal, os problemas com a desertificação surgiram com a alteração dos modelos de utilização do solo, em particular com a campanha do trigo lançada entre 1929 e 1938 e, mais recentemente, com as plantações de eucaliptos fomentada pelas empresas de celulose.</p> <p>(...)</p> <p>'O processo de degradação do solo e do coberto vegetal (...) a par da redução de disponibilidades hídricas e da sua qualidade, tem contribuído para um retrocesso da actividade económica e para acentuar os sinais de crise do mundo rural', afirmam (...) dois técnicos do Instituto Florestal (...).</p> <p>(...)</p> <p>Hoje, o Alentejo encontra-se ameaçado de se transformar, a médio prazo, num prolongamento dos desertos do Norte de África."</p>
6/7/96 Pág. 16	Nacional	José Frota	<i>Câmara do Redondo penhora propriedades da Portucel</i>	<p>"(...)</p> <p>O contencioso entre o município redondense e as empresas de celulose já vem de longe, com a autarquia a acusar estas se terem aproveitado da anterior ausência de legislação para provocarem a desertificação do antigo paraíso que era a serra de Ossa.</p> <p>Das vinte fontes que asseguravam o abastecimento de água à vila só resta uma. (...)"</p>
19/10/96 Pág. 19	Nacional	Mário de Carvalho	<i>Guadiana seco de verbas</i>	<p>"(...). Cláudio Torres já ameaçou que 'baterá com a porta' se o ICN não adquirir a herdade da Bombeira, na região de Mértola.</p> <p>Esta propriedade da Torralla, com 40 hectares, está actualmente com um processo de falência (...) sendo considerada um pilar fundamental para instalação do novo parque natural, criado há cerca de um ano.</p> <p>Para Henrique Pereira Santos, vice-presidente do ICN, comprar a Bombeira passa pela elaboração de um plano de gestão. 'Sem um plano de gestão, a compra da propriedade com os mais ricos solos agrícolas de Mértola não tem razão de ser'. diz Pereira Santos confirmando estar em estudo a compra da herdade, no valor aproximado de 80 mil contos. (...)"</p>
16/11/96 Pág. 18	Nacional	José Frota	<i>Agrários recebem 60 milhões</i>	<p>" 'Já é mais do que tempo de recebermos as compensações a que legalmente temos direito pelos muitos prejuízos sofridos com a Reforma Agrária. (...)'". A afirmação é de Manuel Gancho, presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Évora e espelha a posição de três mil latifundiários que até final do ano vão receber 60 milhões de contos.</p> <p>(...)</p> <p>O reactivar do processo das indemnizações tem motivado reacções particularmente violentas da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas (FENCA), de algumas das associações de Pequenas e Médios Agricultores do Alentejo e das estruturas regionais comunistas.</p> <p>(...)</p> <p>(...). Os comunistas alegam (...) tratar-se de uma medida inaceitável quando o Governo diz não ter dinheiro para combater o desemprego na região e continua a negar o financiamento de importantes projectos.</p> <p>(...). Tal como o PCP, também a FENCA entende que o</p>

				<p>latifúndio está de novo reconstituído. 'Hoje (...) um por cento das explorações concentra 80 por cento da terra com capacidade agrícola. São mais de 700 mil hectares de terras incultas, cheias de mato e coutadas que nem geram emprego'.</p> <p>Curiosamente tudo isto acontece numa altura em que o PCP preconiza para o Alentejo uma nova reforma agrária na sequência do aproveitamento das potencialidades abertas por Alqueva. 'Não com o modelo anterior, pois não somos revivalistas. Mas porque há população que quer trabalhar a terra e se vê confrontada na sua região com milhares de hectares ao abandono durante anos', afirmou Carlos Carvalhas (...)</p>
28/12/96 Pág. 8	Nacional	José Frota	<i>Estremadura espanhola apropriada do Alentejo</i>	<p>"A Comissão Coordenadora da Região Alentejo vai pedir explicações à Junta Governativa da Estremadura espanhola pelo facto de esta ter apoiado e patrocinado (...) um atlas visual das duas regiões em que ambas aparecem como se de uma só se tratasse e sob a tutela do país vizinho. (...) sem que haja um traço vincado a marcar a fronteira.</p> <p>A primeira reacção negativa ao conteúdo da publicação partiu do Diário do Sul (...). Pior foi a reacção do historiador (...) Monsenhor Filipe Medeiros, que depois de lembrar que a Espanha continua a reter ilegalmente Olivença, acusa o país vizinho de se querer apossar também do resto do Alentejo. (...)"</p>

ANEXO IV

DIÁRIO DO ALENTEJO – 1992/1996

<i>Diário do Alentejo</i>	Rubrica	Enunciador-Reportador	Título	Resumo
3/1/92 Pág. 12-13	Reportagem	Luís Rocha	<i>Programa 'Alqueve' aprovado pela CEE tem Alentejo como destino e visa combater a desertificação das comunidades rurais</i>	<p>"(...)</p> <p>Parece importante que tenha chegado à Comunidade Europeia um texto que fale do Alentejo nos termos em que o faz Alqueve: 'A ZIT, zona de intervenção faz parte de uma região com uma identidade cultural muito forte e que contrasta, em muitos aspectos com o resto do país.</p> <p>Esta identidade cultural, que remonta a períodos anteriores à própria fundação do Estado Português, é marcada profundamente pelo contraste social entre trabalhadores rurais e proprietários da terra.</p> <p>Contraste este que foi sendo acentuado pelo carácter extensivo das explorações e o seu fraco nível tecnológico que, em alguns casos de aproxima de uma economia de colecta.</p> <p>(...)ao olhos dos trabalhadores rurais, os 'grandes senhores' sempre (surgiram) ao longo do tempo (...) como extractores da mais-valia. (...) o rendimento das famílias dependia e depende (...) exclusivamente do trabalho assalariado, que era assegurado em primeiro lugar pelos homens.</p> <p>(...) a erupção do 25 de Abril com (...) a constituição das UCP e Cooperativas e posterior desagregação (...) através da distribuição de terras aos antigos proprietários (...), quer da venda a antigos arrendatários e outros (...) gerou fracturas sociais, acirrou comportamentos e criou um clima de instabilidade sócio-económica e política que tem contribuído para a não 'firmação do desenvolvimento'.</p> <p>Depois de salientar que as perspectivas de reformulação da PAC lançam uma antevisão sombria sobre a economia local (...) (refere-se ao investimento público para salientar) que este é para a maioria das pessoas 'falar de Alqueve e do sistema de rega que lhe está associado.</p> <p>(...)</p> <p>O programa aponta para áreas (...) possíveis como promoção turística, designadamente a valorização dos alojamentos, o turismo equestre, a pesca desportiva, a valorização do património histórico-cultural, o apoio a coros alentejanos, a valorização arqueológica, o estudo do ordenamento das albufeiras, a valorização dos sítios paisagísticos (...).</p> <p>(...) ali se fala da reorganização das queijarias e modernização, da transformação de frutas e legumes da preparação e embalagem de ervas aromáticas, condimentares e medicinais, da instalação de pequena unidades primárias de transformação de cortiça, confecção de peles, fabrico de doçaria regional (...).</p> <p>A nível do apoio ao artesanato, o programa prevê o apoio a artesãos, apoio a empresas e promoção.</p>

				<p>(...)</p> <p>(...) aponta ainda medidas (...) de actuação no domínio do marketing e do design, o controlo de qualidade, a formação profissional, a informação bem como a renovação tecnológica.</p> <p>(...)</p> <p>Para esclarecer algumas questões, o DA ouviu Camilo Mortágua, técnico de desenvolvimento rural e responsável pela Associação Terras Dentro (...): 'Pensamos que quando falamos de identidade, essa identidade passa por aquilo que se come, por aquilo que se produz'.</p> <p>(...)</p> <p>'Trata-se de procurar novas formas, novas ideias que levem à salvaguarda do mundo rural. Da parte da população existe um défice muito grande de informação acerca dos problemas e das potencialidades das suas terras. Muitas vezes, as pessoas desesperadas emigram procura de soluções que estão ali, ao pé da porta!</p> <p>Procurar fixar populações é, pois, um dos objectivos desta candidatura apresentada a Bruxelas (...)."</p>
3/1/92 Pág. 16	Geral		<p><i>Barrancos</i></p> <p><i>Desenvolvimento económico e abastecimento público absorveu a maior talhada no plano de actividades da Câmara</i></p>	<p>Nota: repartição das verbas, segundo o plano de actividades da Câmara para 1992:</p> <ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento económico e abastecimento público (90.500): construção de uma câmara colectiva para cura de carnes, recuperação do castelo de Noudar e área envolvente; recuperação do Vale de Murtega e das azenhas; centro de formação e recuperação de artesanato; publicação de desdobráveis de promoção turística do concelho e de levantamento arqueológico; - comunicações e transportes (46.400); cultura, desporto e tempos livres (34.500), com destaque para as piscinas municipais; - Educação, com construção de habitações para professores, arranjos no centro cultural e recreativo, etc.
3/1/92 Pág. 17	Regional		<p><i>Beja</i></p> <p><i>Plano de actividades da Câmara marcado por escassos recursos privilegia cultura</i></p>	<p>Nota: Percentualmente, a cultura, desporto e tempos livres é a rubrica com maior verba orçamentada (27,38), enquanto na educação, por exemplo, ficam 8,35%. E para a habitação e urbanização estão, respectivamente verbas inferiores a 300 mil contos.</p>
3/1/92 Pág. 17	Regional		<p><i>Aljustrel</i></p> <p><i>Plano de actividades e Orçamento da Câmara regista um acréscimo de 46% no volume de investimentos para 1992</i></p>	<p>Nota: O aumento é justificado pela máxima utilização das comparticipações financeiras no âmbito do programa operacional para o centro e baixo Alentejo.</p> <p>Para a Câmara "A estrutura dos investimentos propostos evidencia a importância crescente que vem assumindo na actividade municipal a área do ensino, cultura, desporto e tempos livres", absorvendo em 1992 cerca de 34% do total das despesas de capital.</p>
10/1/92 Pág. 7	Regional		<p><i>Comissão Europeia aprova programa operacional do Mira</i></p> <p><i>- Proveito maior para</i></p>	<p>Nota: questiona-se o Programa Operacional do Rio Mira por beneficiar o projecto de agricultura intensiva de Thierry Roussel; argumento contestado pelo secretário de Estado Álvaro Amaro, que elogia o investimento já feito na região por aquele grupo.</p>

			<i>o francês Thierry Roussel</i>	<p>(...)</p> <p>"Álvaro Amaro, secretário de Estado da Agricultura, (recusou) a ideia de o programa ter sido criado apenas para servir o projecto de agricultura intensiva de Thierry Roussel, no Bregão (...). Para o secretário de Estado, aquele empresário é o único instalado na região que 'já investiu vários milhões de contos sem pedir fosse o que fosse ao Estado português'(...).</p> <p>Thierry Roussel (...) afirma ter investido seis milhões de contos na compra de 500 hectares de terra junto ao litoral, onde instalou a empresa Odefruta, praticando agricultura intensiva através da fertilização química dos solos integrados na Área de Paisagem protegida do Sudoeste Alentejano.</p> <p>(...)</p> <p>O projecto Roussel levanta alguma polémica por falta de parecer ambiental, justificado pelo empresário por não ser exigido na altura em que criou a empresa, devido tratar-se de um projecto agrícola e não turístico.</p> <p>Quando o primeiro-ministro, no último Verão, visitou a herdade, cerca de 14 trabalhadores da empresa foram hospitalizados (...) devido a intoxicação provocada por produtos utilizados na fertilização dos solos e das plantações de morangos."</p>
<i>10/1/92 Pág. 11</i>	Regional		<i>Alentejo – Tesouro escondido de Portugal</i>	<p>"Alentejo – tesouro escondido de Portugal" titula uma exposição a inaugurar no próximo dia 15 do corrente na sala de divulgação da 'Secretaria Geral do Ministério do Planeamento e Administração do Território, em Lisboa. Divulgar e promover o Alentejo são os objectivos da mostra, através da qual "são focados os diferentes aspectos duma região cujo riquíssimo património cultural, designadamente o património edificado, o artesanato, os usos e costumes tradicionais são os testemunhos duma história de séculos profundamente marcada pelos contactos com outras culturas e civilizações que a tornaram o Tesouro Escondido de Portugal" referem os responsáveis da CCRA.</p> <p>Essencialmente, a exposição vai ser apresentada pela primeira vez em Portugal embora tenha sido já apresentada no European Center for Tradicional Culture em Llangollen, em Londres e na Bélgica</p>
<i>10/1/92 Pág. 13</i>	Regional		<p><i>Planos de Actividades para 1992 Évora</i></p> <p><i>Plano reflecte nova realidade concelhia e os condicionalismos da própria actuação municipal</i></p>	<p>Nota: justificação das orientações orçamentais pela nova realidade concelhia, onde se destaca o reforço do papel da Évora como pólo regional, o crescimento da Universidade, maior dinamismo empresarial (nomeadamente no turismo e urbanização), a aquisição de um parque industrial pela autarquia, existência de fundos comunitários mais volumosos; ao mesmo tempo, agravamento dos problemas de trânsito e novas preocupações da população nas áreas do lazer, da cultura e desporto.</p> <p>- As verbas para o próximo ano serão de 5,2 milhões de contos, dos quais 850 mil se destinam à requalificação da rede viária principal da cidade, construção de novos acessos;</p>

				<ul style="list-style-type: none"> - - privilégio também para o Parque industrial e Tecnológico. - Obras de arruamentos nos bairros e continuação de trabalhos de urbanização (mais de 420 mil contos).
10/1/92	Regional	Luís Rocha	<p><i>António Bartolomeu, Presidente da Câmara de Avis (Portalegre)</i></p> <p><i>"O nosso concelho tem grandes potencialidades turísticas mas onde estamos mal servidos é em estradas nacionais"</i></p>	<p>"O casario fica lá, no cimo do Monte: algumas torres e restos de muralha de um velho castelo, as paredes altas de um antigo convento, a frontaria imponente de uma igreja seiscentista. (...). Uma ordem militar foi ali instalada no século treze. A presença humana é anterior, a atestá-lo está (...) um pelourinho do século nove. Um dos mestres dessa ordem foi rei deste país que é o nosso. Uma dinastia que haveria de levar os nossos navegadores pelas sete partidas do mundo, herdou o nome desta vila alentejana. Falamos de Avis, sede um extenso concelho (...). Terra de latifúndio, reforma agrária teve ali grande expressão.</p> <p>(...)</p> <p>Em Abril de 74, seis grandes famílias possuíam em Avis (...) o equivalente a 75 por cento da área do concelho. Algumas terras estavam entregues a pequenos agricultores e seareiros. Outras estavam transformadas em reservas de caça. A maioria, contudo, estava abandonada.</p> <p>Este facto provocava situações de desemprego entre os trabalhadores rurais que ou emigravam ou andavam de saquitola às costas, à procura de trabalho. Muitas pessoas de mais idade andava a pedir esmola pelas portas (...).</p> <p>Trabalho certo, só por altura das ceifas ou apanha da azeitona, mas o dinheiro que se ganhava quase não dava para pagar as dívidas contraídas ao longo do ano. (...) as crianças eram colocadas à sombra das árvores e ali ficavam até que o trabalho acabasse, não permitindo muitas vezes o manajeiro (...) que as mães fossem amamentá-las, protegê-las do sol ou do frio (...).</p> <p>(...)</p> <p>As alterações verificadas em 1974, na sequência da Revolução de Abril, vieram pôr alguma moral nesta história. Em vez das seis famílias (...) foram criadas seis cooperativas agrícolas (...) que passaram a ditar as regras do jogo numa economia concelhia em que a agricultura desempenhava o principal papel.</p> <p>(...)</p> <p>Não é sem nostalgia que se referem aqui esses dados, hoje, que as terras foram praticamente devolvidas aos anteriores proprietários, uma área importante do concelho está transformada em reservas de caça, as cooperativas já quase não mexem, as populações emigram, a desertificação avança.</p> <p>(...)</p> <p>O parque de Campismo (junto à barragem do Maranhão) insere-se numa linha de desenvolvimento que hoje está muito em voga: o turismo. Efectivamente, depois que vimos passar na televisão um spot publicitário com o Presidente</p>

				<p>George Bush a fazer promoção dos Estados Unidos em termos turísticos, pensamos que, depois disto, já ninguém se inibirá de chamar a atenção dos turistas para a beleza da sua terra. E Avis é uma terra bonita. Esta é também a opinião de António Bartolomeu, presidente da Câmara local. O repórter esteve ali numa altura em que se tinha procedido ao esvaziamento da barragem do Maranhão, o que provocou uma grande mortandade a nível da fauna piscícola e trouxe problemas ambientais ao concelho.</p> <p>(...)</p> <p>'A nível turístico - sublinha António Bartolomeu - é que pensamos que o nosso concelho tem grandes potencialidades e que vão da paisagem, que é muito bonita, aos monumentos históricos (...) passando pela barragem do Maranhão (...) que quando estiver cheia, permite a prática de vela, canoagem, wind surf, pesca desportiva. (...) para além disso, há outras intenções de investimento que merecem o acordo da Câmara, designadamente, o turismo rural e que tem a ver com a construção de unidades hoteleiras tipo monte alentejano'.</p> <p>A Câmara demarcou uma pequena zona para unidades industriais (...) no sentido de ali se instalarem pequenas empresas.</p> <p>'Onde estamos mal - prosseguiu o autarca - é em estradas nacionais (...).</p> <p>(...)</p> <p>Em Avis existe um património construído que pode e deve ser projectado em termos turísticos: o Convento da Ordem de Avis, conjunto desfigurado (...) pelo mau restauro; o castelo de que praticamente só existem três torres e pedaços de muralha mas que vem do século treze (...). A própria vila em si, com o seu jardim, as suas ruas, as suas casas, constitui um 'produto vendável' em termos turísticos.</p> <p>Simplesmente, para que isso se verifique, é necessário que haja estradas em boas condições. Um turista não irá a uma terra se tiver receio de partir um semi-eixo ou furar um pneu. (...)"</p>
17/1/92 Pág. 7	Regional		<i>Criado Núcleo de empresários Agrícolas do Distrito de Beja</i>	<p>"Os dirigentes do NEADIBE (...) defendem que os 'agricultores precisam de ser verdadeiros profissionais (...)'. 'Na actual reforma da PAC deve ser defendida a especificidade da agricultura portuguesa, porque como país deficitário, não somos responsáveis pelos excedentes', adiantam. (...)"</p>
17/1/92 Pág. 10	Regional		<i>Planos de actividades para 1992</i> <i>Moura</i> <i>"A tarefa não é fácil porque desconhecido é o valor do FEF"</i>	<p>Nota: O valor do fundo de equilíbrio financeiro é ainda desconhecido (FEF): "Num concelho ainda com carências ao nível das necessidades básicas, há que fazer um esforço para racionalizar as despesas e limitar os gastos às acções absolutamente prioritárias, tendo em vista as grandes opções já definidas e delineadas nos anos anteriores". - Prioridades: informatização dos serviços, saneamento salubridade, nomeadamente no que</p>

				<p>se refere à rede de esgotos e tratamento de águas residuais, desenvolvimento económico e abastecimento público;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio à actividade cultural e desportiva e início da remodelação da estância termal, para classificação como zona termal, defesa da construção do Alqueva.
17/1/92 Pág.10	Regional		<p><i>Planos de Actividades para 1992</i> <i>Cuba</i> <i>Apenas fazer face à gestão corrente e mesmo assim com dificuldades</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apesar de todo este quadro (insuficiente dotação orçamental) a Câmara "conseguiu levar por diante algumas obras de vulto durante o ano de 1991, graças aos fundos comunitários do Plano Operacional para o Centro e Baixo Alentejo" - Reivindicação: "Uma lei de Finanças locais mais isenta, mais justas, equilibrada, que tenha em consideração o fenómeno da interioridade, ruralidade, do subdesenvolvimento para que a maioria dos concelhos alentejanos foram lançados". - As prioridades: desenvolvimento económico e abastecimento público, sendo que a construção de infra-estruturas de abastecimento de água absorveram 22 mil contos (de 46500). As comunicações e transportes retiveram 45 mil contos; a cultura, desporto e tempos livres terá 20 mil contos,
17/1/92 Pág.11	Regional		<p><i>Planos de Actividades para 1992</i> <i>Almodôvar</i> <i>"contenção de despesas já patenteada pelo Primeiro Ministro"</i></p>	<p>Nota: alinhamento pela política de contenção pretendida pelo governo central;</p> <ul style="list-style-type: none"> - prioridades: comunicações e transportes, seguida da habitação e urbanização; saneamento e salubridade (102 mil contos); desenvolvimento económico e abastecimento público (75 mil); cultura, desporto e tempos livres (46.250); Ambiente 15 mil contos.
17/1/92	Regional		<p><i>Câmara de Mora preocupada com esvaziamento da Barragem do Maranhão</i></p>	<p>"O Motivo principal da preocupação da Câmara é a baixa contínua do nível da água na Ribeira da Raia e a falta de água em quantidade suficiente para a obra de rega do Maranhão, comprometendo as culturas de regadio, o abastecimento das indústrias agro-alimentares da região sendo já inevitáveis os reflexos negativos na economia do concelho. Os responsáveis referem ainda os danos ecológicos causados à fauna piscícola na Ribeira da Raia comprometendo também a pesca e os concursos aí realizados. (...)"</p>
24/1/92 Pág.14	Regional		<p><i>Planos de actividade para 1992</i> <i>Ferreira do Alentejo</i> <i>"Aproveitamento dos meios e recursos humanos e financeiros disponíveis"</i></p>	<p>Nota: o plano optou pela organização dos serviços como factor "determinante do aproveitamento dos meios e recursos humanos e financeiros disponíveis tendo em conta a transferência de novas competências que nem sempre merecem a atenção devida por parte do poder central"</p> <ul style="list-style-type: none"> - No orçamento de 321441, a cultura, desporto e tempos livres foi a área privilegiada pela autarquia, cabendo-lhe 136 mil contos,

				<p>“apostando na construção de infra-estruturas e na criação de condições para que haja mais desporto e cultura, com mais actores e mais público”;</p> <ul style="list-style-type: none"> - A segunda maior verba vai para habitação e urbanização (59.350); para serviços camarários vão ser destinados 35.400; e para o saneamento e salubridade 39500; defesa do ambiente terá 18.600 contos, destinados em especial à criação de um jardim público e manutenção de áreas urbanizadas; - A câmara prepara a elaboração de uma monografia sobre o concelho “que equacione simultaneamente os problemas da identidade cultural no que respeita à habitação, contributo importante para a harmonia da rural de cada um, em particular, e em todo o concelho em geral”.
24/1/92 Pág. 15	Regional		<p><i>Planos de actividades para 1992</i></p> <p><i>Mértola</i></p> <p><i>Estradas, pavilhão gimnodesportivo saneamento e recuperação do património histórico - algumas das obras para 1992</i></p>	<p>Nota: além das referências à pavimentação das estradas, o gimnodesportivo, saneamento e recuperação do património histórico, “dentro da linha de força da administração mertolense, que encara a promoção cultural como veículo de desenvolvimento, foram centrados esforços na área da educação/cultura/desporto/acção escolar, que pesam na estrutura das actividades de capital em cerca de 23 por cento”:</p>
24/1/92 Pág. 15	Regional		<p><i>Planos de actividades para 1992</i></p> <p><i>Castro Verde</i></p> <p><i>Conclusão ou continuidade dos projectos mais significativo- o facto mais saliente</i></p>	<p>Nota: a autarquia tem como principal objectivo a prosseguir “a criação de condições indispensáveis à fixação e enraizamento da população”.</p> <ul style="list-style-type: none"> - verba mais significativa foi reservada ao desenvolvimento socio-cultural (226 000) a repartir pela educação, designadamente beneficiação de escolas e compra de mobiliário; cultura e desporto (construção de uma biblioteca municipal, centro de tempos livres, um gimnodesportivo e de um parque urbano incluindo piscinas. Outros 60 mil contos foram previstos para despesas várias como transportes escolares, apoio a colectividades, aquisição de fundos bibliográficos, etc..
24/1/92 II e III	Suplemento	Sílvia Pereira	<i>As gentes e os campos</i>	<p>Nota: trata essencialmente de memórias de infância.</p>
31/1/92 Pág. 3	Texto	Luís Rocha	<i>Vêm aí tempos difíceis para os agricultores</i>	<p>"(...)</p> <p>O técnico (do Ministério da Agricultura) teve um desabafo que, realmente não se esperava: 'vai haver abandono de terras, há uma grande desmotivação entre os agricultores, há uma grande oferta (de terras) nos mercados, os preços baixam. Isto pode levar à intensificação da desertificação em algumas zonas'.</p> <p>Contudo, em sua opinião, a 'agricultura não vai morrer. Mas para além da agricultura, outras actividades terão que aparecer. O desenvolvimento terá de ser encarado numa perspectiva diferente e nova. Em todo o Alentejo há outras riquezas que é preciso valorizar (...)'.</p>

				(...) Quando foi dada a palavra ao público para iniciar o debate, a contribuição dos agricultores presentes foi quase nula. Um agricultor (...) sublinhou que 'a desertificação humana que se está a verificar leva ao abandono das terras, e as terras abandonadas dão lugar a matagais que contribuem para a propagação dos fogos'. (...)."
31/1/92	Regional		<i>Associação de agricultores de Campo Branco olham o futuro com muita apreensão</i>	" (...). A AACB afirma que 'nada temos contra ninguém, só que achamos muito estranho esta súbita apetência de terras alentejanas por parte de agricultores de outras zonas' (...)."
31/1/92	Regional		<i>Associação para a defesa cultural da região do regadio</i>	Nota: pretendem realizar acções diversas, entre as quais a educação ambiental e a defesa do património.
31/1/92 Pág. 11	Regional	Luís Rocha	<i>Proposta da revisão da PAC vai sofrer alterações</i>	"(...) O presidente da Federação Europeia das Organizações de Agricultores (...) fez saber que os agricultores querem continuar a obter os seus rendimentos através da venda dos seus produtos e recusam ser 'reformados assistidos do Estado' ou simples 'guardiões da natureza'. (...)."
31/1/92 Pág. 14	Regional		<i>Planos de actividade para 1991 Ourique</i> <i>Transportes e comunicações -sectores mais preocupantes</i>	Nota: os temas considerados mais importantes para o Plano de actividades da Câmara Municipal são os transportes, comunicações, reparação das estradas municipais, planeamento e urbanismo e salubridade.
31/1/92 Pág. 15	Regional		<i>Planos de actividade para 1992 Serpa</i> <i>Ambiente e qualidade de vida e acção socio-cultural são actividades centrais</i>	Nota: as áreas prioritárias: - desenvolvimento económico e social - reorganização e modernização dos serviços - ambiente e qualidade de vida - acção sócio-cultural "Uma vez que as infra-estruturas básicas estão equacionadas e resolvidas a Câmara direccionou a sua acção para a promoção da qualidade de vida e bem-estar dos seus municípios, de uma maneira integrada para o desenvolvimento equilibrado da comunidade em todos os sectores, desde o urbanístico ao sócio-cultural". A acção sócio-cultural captará mais verbas (mais de 300 mil contos) sobretudo destinados à construção de um gimodesportivo, um cine-teatro e um Centro Cultural de Vila Verde de Ficalho
31/1/92 Pág. 15	Regional		<i>Plano de actividades para 1992 Vidigueira</i> <i>Desenvolvimento económico e abastecimento público com destaque para infra-estruturas turísticas</i> <i>- objectivos maiores (entre outros) do município)</i>	Nota: desenvolvimento económico e infra-estruturas turísticas (piscinas e equipamentos) educação, comunicações e transportes são os objectivos prioritários. (...) "Concelho predominantemente rural, Vidigueira tem uma grande carência a nível das estruturas viárias".

7/2/92 Pág. 12- 13	Reportagem	Rafael Rodrigues	<p><i>António Saleiro Presidente da Câmara Municipal de Almodôvar:</i></p> <p><i>“O desenvolvimento económico deve ser encarado numa perspectiva regional e não concelhia”</i></p>	<p>“O desenvolvimento económico do concelho é das prioridades da autarquia, uma vez que, com algumas deficiências é certo,, as infra-estruturas básicas estão resolvidas”, pelo que é legítimo “ter ambições sem ter um fato maior do que a fazenda”. Reconhecemos- diz- que sendo um concelho do interior não podemos tornar-nos num grande pólo industrial. Somos um concelho essencialmente agrícola, em especial na área da florestação e da floresta e da agro-pecuária, e não queremos inverter sequer essa tendência. ‘e evidente que o que vier terá mais a ver com o que cada um for capaz de protagonizar do que com propriamente a vontade da autarquia, mas com a regionalização (tema que dá o mote à entrevista) poderia haver uma conciliação de interesses, com um estudo e divisão das aptidões de cada um, a trabalhar no interesse colectivo.</p> <p>Terminadas as infra-estruturas básicas, a Câmara de Almodôvar aposta na fixação de pessoas partindo neste momento em conjunto com os municípios do Algarve, num projecto do programa Leader para a defesa e revitalização da serra do caldeira. (refere-se à falta de meios e à dependência de Bruxelas e do nível nacional).</p> <p>“Os montados de sobre e azinho e o medronheiro são umas das principais riquezas do concelho de Almodôvar que nos últimos anos têm sido atingidos por uma praga que os está a dizimar. “ A Câmara já alertou as entidades competentes, mas até agora desconhecemos de alguma vez alguma coisa”.</p> <p>“A autarquia já solicitou uma audiência ao secretário de Estado do Ambiente e tem procurado sensibilizar os produtores artesanais para a necessidade de se associar e criar uma estrutura que assegure a transformação e distribuição do medronho, para a qual queremos todo o apoio à sua instalação na zona industrial. O turismo é outra das apostas do desenvolvimento do concelho. A Semblana GOLF Alentejo Investimentos Turísticos, uma empresa com capitais ingleses tem projectado complexo turístico e desportivo no lugar da Semblana, freguesia da senhora da Graça de Padrões que representa um investimento de dois milhões de contos a preços de 1988.</p> <p>Na “Semblama Golf será construído um campo de golf com 18 buracos, quatro campos de ténis, um campo de manutenção, um campo de saúde, piscinas para adultos e crianças, um aparthotel com capacidade para 200 quartos, 120 moradias em banda e 160 moradias individuais, com piscina privada.</p> <p>“O empreendimento criará 200 postos de trabalho, na maioria portugueses, considerando a autarquia um bom projecto de desenvolvimento para o concelho, porque daí não reverterão nenhuns encargos para a câmara, aos mesmo tempo que poderia acabar com uma situação de desemprego.”</p> <p>{....}</p> <p>“O autarca refere que “as zonas de serra são mais</p>
--------------------------	------------	---------------------	--	---

				desfavorecidas, pelo que precisam de mais recursos financeiros que outras, só para dar um exemplo: no concelho existem crianças que têm que andar 140 quilómetros para virem à Escola Secundária. É preciso esbater essas assimetrias.”
7/2/92 Pág. 14	Regional		<i>Reforma da PAC não serve nem o Alentejo nem produtores alentejanos</i>	<p>Nota: debate com as presenças de deputados comunistas, presidente da Câmara de Évora, entre outros.</p> <p>“A comunidade Europeia tem – e disso já se tem falado muito – excedentes de determinados produtos, designadamente cereais, laticínios e carnes. Tem também despesas avultadas com a agricultura. Para além disso tem a pressão dos ESU para baixar os subsídios aos produtos agrícolas.</p> <p>CMA as causas dos excessos “assentam numa agricultura marginalizada fortemente sensibilizada logo no início do Mercado Comum, para o aumento da produção e da produtividade, embora neste espaço de tempo tivessem ido à falência milhões de agricultores a favor da concentração da exploração agrícola”</p> <p>“Nesta matéria, a CMA tem uma posição muito clara: se tiver de se pagar a factura dos excedentes, que sejam os países excedentários e pagá-la e não as agriculturas mediterrâneas, particularmente o nosso País que em nada tem contribuído para esses excedentes.</p> <p>“O eng. Carlos Amado salientou, por seu turno, que a CEE era apresentada como um ‘maná’ como os seus 300 milhões de habitantes à espera dos nossos produtos. Hoje já não se fala disso. Fala-se em extensificar a produção, mas produção de qualidade e Portugal que ganhava muito com a adesão à CEE, hoje pode correr o risco de vir a ser assistido pela CEE.</p> <p>Carlos Amaro que definiu o Alentejo como um território de “grandes espaço desertos com um oásis habitados”(…) reafirma que a reforma pode ser boa para os países do norte, “mas não será boa para Portugal”;</p>
7/2/92 Pág. 15	Regional		<i>O futuro do Alentejo Depende do “Alqueva”</i>	“O futuro de um Alentejo desenvolvido depende, em muito, da água e do seu aproveitamento”. São os tópicos de uma petição a decorrer na região e dirigida à Assembleia da República. (...)”.
7/2/92 Pág. 17	Regional	M.S	<i>A reforma da PAC não serve nem o Alentejo nem os produtores alentejanos</i>	<p>(...)</p> <p>Tendo em vista que em termos económicos e sociais, a agricultura continua a ser o sector dominante no Alentejo, os comunistas eborenses entenderam que deveriam proceder a uma reflexão sobre os efeitos que essa reforma provocará na região.</p> <p>(...)</p> <p>Coube ao deputado Lino de Carvalho enunciar os objectivos (...) fazer face à instabilidade dos mercados, o que significa corresponder às pressões dos EUA para redução dos apoios à agricultura comunitária.</p> <p>(...)</p>

				<p>Depois de determinado o subsídio decorrente da segunda etapa (2001) e só ficar o subsídio referente à reforma da PAC, o nosso produtor passará a receber (...) menos 60 por cento do que recebe agora.</p> <p>Paralelamente, a comunidade apresenta medidas complementares que no entender do deputado comunista 'são inaceitáveis'. Por exemplo, para os produtores terem acesso às ajudas compensatórias têm obrigatoriamente que retirar de produção 15 por cento da área cultivada com cereais (...), pondo essa área em pousio (set-aside). Só os produtores com produções inferiores a 92 toneladas estão isentos dessa obrigação. Isso no Alentejo corresponde a uma produção cerealífera de 50 hectares, o que em termos do Alentejo é uma pequena exploração. (...).</p> <p>No entender dos comunistas eborenses, a presente reforma da PAC aprofundará o fosso entre as agriculturas dos diferentes países da Europa (...).</p> <p>(...)</p> <p>Nestas condições, não cria nenhuma perspectiva de futuro para a nossa produção agrícola; pretende sobretudo resolver as contradições entre grandes países produtores e exportadores na disputa dos mercados, à custa de países periféricos como Portugal.</p> <p>(...)</p> <p>No entender da CNA as causas dos excedentes assentam sobretudo 'numa agricultura fortemente sensibilizada para o aumento da produção e da produtividade, embora nesse espaço de tempo tivessem feito a falência de milhões de agricultores a favor da concentração agrícola'.</p> <p>(...)</p> <p>'Os países do Norte (...) são, diz a CNA, os países fortemente excedentários. Os agricultores do Norte da Europa têm rendimentos três vezes superiores e cerca de 80 por cento do Feoga garantia são destinados a esses países, os excedentários (...)'.</p>
14/2/93 Pág.5	Regional	Joana Gomes	Crise de Seca A situação pode torna-se grave - afectado abastecimento publico em castro Verde	<p>(...)</p> <p>'Toda a gente está à espera que chova, a olhar para o céu. É desta maneira que Castro e Brito, presidente da ACOS define a mentalidade dos agricultores alentejanos.</p> <p>(...)</p> <p>'É este o quadro negro com que a economia alentejana mais uma vez se depara' (...).</p> <p>Problemas graves quanto ao desenvolvimento normal das searas, a falta de pastagens e dificuldades de abastecimento público de água que algumas Câmaras já começam a sentir, são algumas das consequências da seca verificada este inverno"</p> <p>"Os agricultores queixam-se, e muitos são os que já reclamam da Confederação de Agricultores de Portugal medidas de protecção".</p> <p>"A representar os concelhos de Moura e Barrancos, a cooperativa agrícola manifesta a sua preocupação em termos da produção rural, situação que se avizinha catastrófica, segundo aquela entidade.</p>

1 Pág.
C/ três
fotos

				<p>"Compete à CAP sensibilizar o Governo e a própria CEE para esta gravíssima situação que ameaça seriamente o futuro dos nossos agricultores".</p> <p>A concluir a sua mensagem informam que no concelho de Barrancos a situação é já irrecuperável.</p> <p>"Toda a gente está à espera que chova. A olhar para o céu. É desta maneira que Castro e Brito, presidente da Associação de Ovinos do Sul, define a mentalidade dos agricultores alentejanos. Em comunicado divulgado, a ACOs refere que "As pastagens já secaram e os animais sofrem com a fome, diminuindo assustadoramente a produção do leite. Em consequência os borregos morrem, a ordenha tem de parar e por arrastamento a fabricação de queijo de Serpa".</p> <p>Castro e Brito diz que "palhas, farinhas e alguns cereais que estão a ser dados aos animais estão a esgotar-se. é altura de os agricultores pensarem em medidas embora a situação ainda não seja alarmante"</p> <p>"É este o quadro negro com que a economia alentejana mais uma vez se depara. Já não bastavam os juros altos, os factores de produção serem os mais elevados da comunidade e as reformas da PAC para agora nos bater à porta mais uma crise de seca", refere o comunicado da ACOs, que segundo Carlos Brito, "a aplicação de mais juros bonificados transforma o problema dos agricultores alentejanos num autentica bola de neve".</p>
14/2/92 Pág. 7 c/foto de caça	Geral	Fernandes Modesto	<i>A caça como distracção</i>	<p>"Não vão longe os tempos em que nos campos se vivia lado a lado com a caça. Havendo nela a sua precaução e em nós o respeito pela sua existência e rigores das leis que tinham o forte sentido da defesa das espécies. Não só as leis contribuíam para a sua protecção, mas também as leis do seu habitat natural. Especialmente o coelho a espécie mais abundante vivia em entre rochas matagais e buracos dos troncos das oliveiras centenárias.</p> <p>"Enfim, surgiu a doença do arranque indiscriminado da oliveira sem, ao mesmo tempo se plantar novas e melhores espécies. E, também não tendo em conta que há árvores verdadeiros monumentos nacionais que deviam perpetuar-se." Atrasadamente, porque aqui havia coutadas onde os seus proprietários zelavam pela manutenção das espécies, a caça era bastante, mesmo fora dos ditos coutos. Quando hoje, em parte dos coutos, apenas se pensa na exploração e no lucro, não me parece haver vontade de defende as espécies. Assim continuando julgamos que não estará longe o dia em que a juventude só saberá da sua existência tão somente pela leitura de algum livro ou por ouvirem os seus pais e avós contarem histórias de caçadores. Algumas até grandes mentiras. O que é evidente é que se não forem tomadas medidas contra prevaricadores a caça se extinguirá dentro de poucos anos.</p> <p>"Julgamos que não seria desacertado que durante 3 ou 4 dias a caça fosse proibida em coutos e for a</p>

				deles. Pois não poderá haver privilégios contra uns quantos senhores. Só há moralidade se comerem todos pela mesma medida. Isto é claro também com a água. Mas não dessa que é poluída por todos os lados sem um pouco de respeito pela nossa saúde e pela existência dos seres que vivem dentro e fora dela”
14/2/92 Pág. 11	Reportagem	António Pedro	<i>O grito de um alentejano Alentejo para turista ver ou folclore de salão para damas e donzelas de société</i>	Nota: reacção contra a folclorização do Alentejo: <i>uma foto de Boy George surge acompanhada da legenda: “Um Alentejo à Boy George Não”.</i>
22/2/92 Pág. 10-11	Entrevista		<i>A conversa com Camilo Mortágua Experimental métodos de intervenção que evitem a desertificação das zonas mais deprimidas do Alentejo - a propósito de programas de desenvolvimento das terras dentro</i>	<p>"(...) íamos à conversa disso tudo (o programa Alqueve, candidato ao Leader), e isso tudo retivemos. No entanto aquilo que nos fixou, como se de um belo filme se tratasse, foram os sintéticos (o resto ficou para a criação na nossa fantasia) dados biográficos do nosso entrevistado, Camilo Mortágua.</p> <p>Emigrante ou imigrante, lá e cá, de um constante caminhar pelas sete partidas do mundo, nunca se quedou onde se sentisse preso, incomodado por falta de espaço.</p> <p>Homem de liberdade em todos os gestos, confessa que nunca se sentiu empurrado, daí o seu caminhar de fronteiras, a sua capacidade incalculável de querer, a sua teimosia na luta por uma razão de ser que é a sua própria liberdade de movimentos. Os grandes espaços eram-lhe oferecidos por este Alentejo de planície dourada. Por Alvito ficou.</p> <p>(...)</p> <p>(áreas abrangidas pelo programa Alqueve): 'As áreas (...) são de uma forma específica três: Tudo o que é relacionado com o turismo e que aqui não estamos a dizer se é turismo rural (...). Isto pode ser ter cavalos ou ter canas para ir à pesca. E no turismo também estão incluídos os grupos corais alentejanos e o artesanato.</p> <p>Depois uma área de transformação dos produtos locais. E quer numa quer noutra frente o factor preponderante é a comercialização e o mercado. (...).'</p> <p>(...)</p> <p>'Distingo agricultura e agricultores, os pequenos e médios agricultores dos senhores da terra. (...) não estou a fazer juízo de valor, mas apenas referir as pessoas que são detentoras da terra, o chamado agrário, porque a filosofia que está por detrás da PAC simplificando (...) é esta: dados os excedentes da agricultura intensiva (...) e para evitar excedentes entra-se numa fase em relação à terra idêntica à da especialização do trabalho a nível internacional: produzir ou não produzir segundo as aptidões.</p> <p>(...). Agora o que se está a desenhar é transformar os agricultores de certas áreas periféricas, de terras de menor índice de produtividade, em cantoneiros da natureza, ou seja, nós queremos ter (...) as terras limpas, por conseguinte, vamos pagar para não</p>

				<p>produzir, mas para manter a paisagem agradável, biologicamente estável, ecologicamente limpa. E então as pessoas que antigamente tiravam os seus proveitos de semear, de cultivar, passarão a tirá-los da sua função de cantoneiros. Paga-se-lhes para limpar, não para produzir'.</p> <p>(...)</p> <p>'O Maio alentejano florido sem ser lavrado, sem ser trabalhado, do ponto de vista estético, do ponto de vista ambiental, desde que não cresçam demasiadas silvas, tem um aspecto muito agradável à vista. E é para aí que as coisas se estão a encaminhar (...) não acredito que isto seja possível aplicar em Portugal até por uma razão simples: se isto fosse levado às últimas consequências, o proprietário de 500 ou 600 hectares podia proveitosamente ser absentista.'</p> <p>(...)</p> <p>'O problema da valorização (da terra) está relacionado com a valorização da função que se lhe dá. Se cada hectare de paisagem limpa e agradável acabar por ser muito mais rentável do que um hectare semeado, a terra valoriza-se porque naquela região está o paraíso, digamos a despoluição. Isto é ironia, mas a verdade é que é para aí que nos querem empurrar. A nossa aposta é saber se somos ou não capazes de vencer esta batalha'.</p> <p>(...)</p> <p>'Alqueve não tem relação directa com Alqueva. A palavra Alqueve é mais no sentido de trabalhar a terra, preparar o terreno, para semear, para produzir; preparar o terreno das mentalidades, lavar as mentes dos homens e prepará-las para tomar novas atitudes, novos conceitos. É esta a simbologia do nome'.</p> <p>(...)</p> <p>'Eu não sou alentejano de nascença. Fui emigrante durante muitos anos. No país em que estava houve um movimento para expulsar os emigrantes. Foi na Venezuela (...). O novo governo democrático lançou então (...) um slogan: Não importa onde se nasce, o que importa é onde se vive e onde se trabalha. Transponho isto para a minha situação de não alentejano, mas pelas mais diversas razões e questões de ordem subjectiva sempre me identifiquei muito mais com a cultura alentejana (...). (...) andei por aí e sempre gostei de grandes espaços. (...). Passei por África, onde se acentuou essa necessidade de espaço. Por conseguinte, quando pensei radicar-me de novo, é evidente que a minha escolha foi o Alentejo'.</p> <p>(...)</p> <p>'Por opção, tendo vivido em grandes metrópoles no estrangeiro, sentia necessidade de sair do cimento. (...).'</p> <p>'Há uns anos atrás, apareceu-me a oportunidade de trabalhar num projecto que eu considerei, na altura, bastante interessante, foi na Messejana. (...) com falhas, mas aprendeu-se muito, saíram dali motivações, sobretudo, esse trabalho permitiu contactar com gente com idênticas preocupações e</p>
--	--	--	--	--

				<p>com uma certa filosofia, uma certa maneira de encarar as questões do desenvolvimento local. (...) Penso que isto se resume numa coisa: pela minha experiência latino-americana, pela minha experiência africana, não acredito no desenvolvimento pela via administrativa, não acredito que os governos, sejam eles quais forem determinem ou dêem desenvolvimento a alguém. E quando digo dos governos digo, digo de organizações internacionais. (...). No que eu acredito é que é possível despertar nos homens a necessidade e a ambição de se desenvolverem a eles próprios (...). Mas decidir que se vai dar isto ou aquilo sem que isso tenha sido reivindicado, compreendido e absorvido, isso não leva a parte nenhuma(...).'</p> <p>(...)</p> <p>'Eu só digo o seguinte, não sei se é de esquerda se o que é, se é novo ou se é velho (...)o que sei é que (...) tudo vai andar no sentido que as instituições (...) os centros de decisão e de poder terão que ser cada vez mais à escala da percepção e da participação de todos os cidadãos.'</p> <p>(...)</p> <p>'Considero que a minha consciencialização política foi feita através da problemática da Latino - América, mais especificamente Cuba. (...) Saí como emigrante (para a Venezuela), não como refugiado político. Saí da Venezuela no Santa Maria, o barco; depois fui para o Brasil, onde permaneci até ao golpe militar. Depois disso fui para França, antes estive em Marrocos, participei naquele assalto ao avião da TAP. Fui para França onde organizámos aquele assalto à Figueira da Foz. Depois formou-se a LUAR e estive nessa actividade até mais ou menos 1970. Em França tive uma actividade profissional ligada a cooperativas e outras questões e quando foi o 25 de Abril voltei ao país (...).'</p> <p>'Andei metido nessas questões da reforma agrária, ocupação de terras, sempre procurando alternativas e vias originais (...).</p> <p>'Depois fui para Moçambique, como cooperante contratado pelo Ministério da Agricultura (...). Quando voltei vim para o Alentejo! (...).'</p>
6/3/95 Pág.11	Regional	Joana Gomes	<i>Cooperativa Hortofrutícola de Montes Velhos pode vir a encerrar</i>	Nota: ameaça de falência devido a dívidas de 800 mil contos, significam possível encerramento e 57 trabalhadores desempregados. Endividamentos sucessivos decorrentes, entre outros aspectos da crise de 1982/83, com incapacidade de escoamento e a preços pouco favoráveis para fazer face a dívidas contraídas.
13/3/92 Des. Pág.11	Regional	Joana Gomes	<i>Margem esquerda do Guadiana Zona de 'calamidade pública'</i>	"Morre gado bovino, falta água para abastecimento das populações, as searas definham e as azinheiras adoecem. (...). As Câmaras Municipais, Cooperativas e Associações de Agricultores da margem esquerda do Guadiana decretaram a zona como calamidade

			<p><i>Destaque da primeira página: Na Margem Esquerda Seca provoca situação de calamidade pública Morre gado bovino, falta água para abastecimento das populações, as searas desfinam e as azinheiras adoecem</i></p>	<p>pública e reclamam medidas urgentes. Na sua causa está a seca. Searas que não nascem, animais que estão a morrer, ribeiras e albufeiras completamente secas, abastecimento público de água em condições em dificuldades, extensos campos de cor castanha quando deviam estar verdes, é o quadro desolador um pouco por todo o Alentejo (...). Os agricultores estão desesperados (...) o quadro é desolador. Ao mesmo tempo, as azinheiras estão a ser atacadas por uma doença ainda desconhecida. Reduzem-se a troncos, completamente. Os agricultores (...) vêm ainda agravar-se a sua situação quando levam uma vaca a enterrar. (...). (...) A Barragem de Alqueva foi por todos referida como solução. 'O Alentejo precisa de um grande reservatório de água disseram.'</p>
13/3/92 Pág. 10			<p><i>Uma das piores secas deste século</i></p> <p><i>O esvaziamento da barragem do maranhão provoca graves problemas de falta de água</i></p>	<p>"(...) No Alentejo, os efeitos de uma seca são sempre mais devastadores do que em qualquer outra região do país. Segundo a Direcção geral da Agricultura, as culturas do girassol estão comprometidas, há searas praticamente perdidas e os prados não têm pastagens. A situação atinge toda a região, mas onde os problemas são mais graves é na margem esquerda do Guadiana (...). Outra região bastante atingida é o Vale do Sorraia. Aqui (...) há outra razão que contribui para a falta de água: o esvaziamento da barragem do Maranhão (...). Mora só recebe água da barragem de Avis. Como a água foi deitada fora, no passado mês de Outubro, os terrenos aí situados estão a sofrer os efeitos. (...)."</p>
13/3/92 20			<p><i>FENCA</i></p> <p><i>Sementeiras Outono/inverno Estão perdidas</i></p>	<p>A Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas considera perdidas as culturas de inverno e teme as de primavera fiquem comprometidas, porque o gado não ter forragens para comer, sendo alternativa vendê-los ao desbarato. "Muitos produtores, cooperativas e produtores agrícolas estão em risco de falência":</p>
13/3/92 Pág. 1	OVIJEJA	Castro e Brito	<p><i>Castro e Brito (presidente da Acos)</i></p> <p><i>"A ovibeja é uma aposta de qualidade"</i></p>	<p>"A ovibeja não será tão alegre como os outros anos, devido à grave seca que se faz sentir, que se juntam os problemas da reforma da PAC em que se propõe aos agricultores que não produzam" (...) "a principal intenção da PAC é reduzir a produção e a falta de chuva também contribui para este factor em que até S. Pedro colabora". Para Manuel Castro Brito, 'a ovibeja não será tão alegre como os outros anos, devido à grave seca que se faz sentir, ao que se juntam os problemas da reforma da PAC em que se propõe aos agricultores que não produzam'.</p>

				<p>(...)</p> <p>Os agricultores terão a possibilidade de 'mostrar que estão organizados em lobby e não querem morrer sem mais nem menos, sobrevivendo e desempenhando a sua profissão que é tão digna como qualquer outra'.</p> <p>O presidente da Acos 'espera que o certame deste ano não seja o canto do cisne da agricultura alentejana (...)'.</p> <p>Castro e Brito está muito céptico: 'o futuro poderá passar pelo fim da agricultura. (...). Os agricultores têm a sua formação e não se podem transformar em empresários turísticos'.</p> <p>(...)</p> <p>'A Ovibeja é uma aposta na qualidade, de forma a afastar a imagem de atraso associada ao Alentejo e aos alentejanos. As pessoas aqui não são burras, são é pobres', acrescenta.</p> <p>(...)</p> <p>Castro e Brito é defensor da 'criação de regiões porque está em causa a sobrevivência de toda a região. A regionalização não é uma empresa que vai desenvolver todos os problemas (...) mas é a única forma de conseguirmos autonomia para decidirmos melhor o nosso futuro'.</p> <p>'(...)se não captarmos as pessoas, os alentejanos correm o risco de extinção'.</p> <p>(...)</p> <p>Castro e Brito considera que (...) 'a Ovibeja é a chamada de atenção para a nossa região, as nossas carências e para a injustiça e falta de solidariedade que existe'(...)'?</p>
20/3/92 pág.2	Editorial		<i>Seca, Alqueva e Ovibeja</i>	<p>"(...) As consequências da seca já aí estão. Os gados e as searas estão a perder-se. as culturas da Primavera estão comprometidas. Quem vive da terra deita as mãos à cabeça(...).Os créditos bonificados, bem aceites há dez anos, hoje são rejeitados. É que não passaram de um paliativo que descapitalizou e até mesmo arruinou muitos agricultores. (...).</p> <p>Mas não só a agricultura sente a crise. O abastecimento de água às populações já é deficiente em muitas localidades (...) os caudais enfraquecem ou esgotaram-se (...).</p> <p>Claro está que pouco se pode fazer para anular os fenómenos da natureza. Contudo, não se pode deixar passar em claro a justa recriminação dos responsáveis que travaram o projecto de Alqueva. É que, com a grande barragem hoje concluída, a situação seria diferente(..)'</p>
17/4/92 Pág.17	Regional	Miguel Serrano	<i>Poucos mais bons: para lavar e durar</i>	<p>"(...).</p> <p>"Beja: a menor taxa de mortalidade infantil e a maior esperança de média vida. Depois disto dito por autoridades do assunto, o menos que se pode afirmar é que somos poucos mas bons: para lavar e durar.</p> <p>E esta, quem esperava uma destas?</p> <p>E este, numa cidade, num distrito que tem outros recordes, agradáveis, uns desagradáveis outros, é o distrito de maior número de suicídios, dos dias mais</p>

				<p>quentes e sem dúvida das mais belas e limpas cidades do país: é o distrito da planície dourada.</p> <p>Segundo as estatísticas o número de idosos vai aumentar no distrito de Beja em valores absolutos. O que é intuitivo, se soubermos que o distrito se desertifica, que os jovens procuram outras paragens terminados os seus estudos ou chegados à idade de trabalhar. E tudo isto, mormente o número de velhos fica-se também a dever à taxa de fecundidade (...).</p> <p>Vive-se devagar no distrito? Vive-se lentamente? Olha-se a longevidade das coisas, atravessando séculos e disso temos noção. De resto, quanto mais ancestral o todo que nos rodeis, mais essa ordem merece ser preservada.</p> <p>Dir-se-ia que estamos atrasados no progresso. Mas o que é o progresso, o que é o atraso? Que causas o determinam? (...)</p> <p>Se por progresso se explica a realização das obras essenciais, como saneamento básico, instalações de água para consumo das populações, construção de habitações, melhoramento de pavimentos, conservação de património e se tudo isto se chama progresso, então os municípios do Alentejo dão lição ao país.</p> <p>O distrito vive devagar há pouco empregos. Os casais velhos com reformas de misérias são muitos. A iniciativa industrial é pouco, a agricultura vive numa época de grandes dificuldades. Muitos são os desempregados e sobretudo na mão-de-obra agrícola. (...)</p> <p>Não há mais sacrilégio que sacrificar os critérios das estatísticas aos mistérios de com 15 contos mensais de reforma ser-se saudável, viver com alegria e ainda juntar-se pé-de-meia.</p> <p>(o moto é a qualidade de vida no Alentejo)</p> <p>“O que dizem as estatísticas diz a autoridade, logo está bem o que está bem. E a isto chama-se silogismo.</p> <p>Isto pode levar a uma revolução (retrograda) espitemológica notável: desprezo pela modernidade e ligação ao antigo, dando assim origem (ou continuidade: está bem porque já estava bem há duzentos anos) a uma organização de vida completamente nova. E ainda a uma corrida ao ouro da cidade, isto é ao seu ambiente saudável, respirável ainda, feito de longas horas de quase infinitos horizontes. E daí temos também uma concepção do homem e da modernidade radicalmente novos.</p> <p>De imediato tudo se inverte o racionalismo muda de campo. É a reviravolta irónica. O atraso é progresso; o mundo tem andado ao contrário. A chamada modernização social tem conduzido ao que Ernesto Sábato e os ecologistas definem por holocausto. O átomo, os iões e os neutrões, a ciência e a técnica sofrem o sarcasmo do destino humilhante do triunfo do tempo velho, da ingénuo antropologia das luzes dos povos primitivos, das danças a pedir chuva (...). basta olhar para essas terras infindas ponde pastam rebanhos para que se sinta a necessidade.</p>
--	--	--	--	--

				<p>não dizemos de se substituir, mas de estarmos atentos ao estudo da génese.</p> <p>Em Beja vive-se mais tempo. Vive-se mais devagar. Isto dizem as estatísticas. E afirmam os filósofos que a cada povo a sua personalidade cultural.</p> <p>De tudo isto, talvez a grandeza também da obra de Cláudio Torres em Mértola: isto é fazer emergir o cogito das profundezas da colectividade, reatando o laço interrompido com as gerações do passado.</p>
17/4/92 Pág.17	Regional	Antunes Silva	<i>Alqueva sempre viva</i>	<p>“Tratam-se como se fossemos um povo cheio de sede a pedir água para beber, a uns tipos desdenhosos e cruéis, e que estes a negam, porque a maior parte desse povo não pensa, nem se comporta partidária e eticamente como eles. O desastroso resultado de não se recomeçarem os trabalhos da grande barragem , estão à vista: os campos encontram-se doentes, crispados ressequidos, muitas árvores secam, grande parte das colheitas de cereais estão perdidos, o gado, à míngua de erva e de rações, com sede e com fome emagrece ou morre, os pequenos e médios agricultores arruinam-se, as vilas são abandonadas, os eucaliptos germinam por toda a parte , como uma praga, os resíduos tóxicos serão provavelmente depositados junto de uma bonita localidade transtagana, o deserto espreita os montes, a fuga irremediável de outras pessoas para outras zonas intensifica-se, a pobreza recrudescer, o rancor político emerge até, também, para desgraça de quem I impõe.”....</p> <p>“Pomo-nos a pensar de quem será a culpa destas calamidades acontecerem – e por isso perguntamos: quem não quer que se construa o Alqueva ou determina o seu adiamento cujos custos serão depois mais honorosos. Quem porfia em não tolerar um nico de solidariedade para connosco? Quem nos persegue, quem nos descaracteriza? Quem nos empobrece? Os causadores deste tamanho caos que se gerou, desfiguram a maior província de Portugal e defraudam o futuro de um povo. Os responsáveis são mesmo os governos de direita que mandaram suspender as obras depois de se terem gasto mais de um milhão e meio de contos com elas, fique-se sabendo que é a mesmíssima gente que não sabe ou não quer solucionar os problemas que dizem respeito ao Alentejo. Têm-nos tratado como cães sem dono. Como bastardos que não somos. A história os punirá.”</p>
17/4/92 Pág.9	Regional		<i>Ainda a seca Cooperativas agricolas reclamam contra a lentidão do governo</i>	<p>Nota: reivindicação do cumprimento de medidas de ajuda à seca, antes anunciadas pelo Governo.</p>
17/4/92 Pág.11	Entrevista	Eduardo Olimpio	<i>O pé em ramo verde</i>	<p>“A localização da memória, da lembrança é tão necessária à nossa vida como o ar que respiramos. Perdidos os pontos de referência, a família, amigos credos, o cidadão, alentejano ou não, perde o elo principal que o liga à vida, ou seja o afastamento dos indivíduos uns dos outros, e todos sabemos ou</p>

				devíamos saber que o desajustamento físico, individual ou de grupo leva ao desajustamento mental, causa de actos que o indivíduo por descompensado já não consegue controlar. Se é ao Estado que compete zelar pelo bem estar destes cidadãos é ao estado que compete evitar este divórcio social, criando alternativas já experimentadas com êxito noutros países, tais como a inserção de velhos nas comunidades jovens, a valorização do seu capital de sabedoria em organismo de consulta autárquica, cultural, escolar, etc. (...).”
17/4/92 Pág.15	Cultura	Paulo Barriga	<i>O canto e o Baile</i>	“Com o intuito de repor esse tradição surgiu em Janeiro (da vontade do grupo de pessoas que tomou posse da Casa do Povo local) o primeiro rancho folclórico alentejano que compreende no seu repertório músicas e danças típicas desta região”.
1/5/92 Pág.6	Regional		<i>Chuvas não alteram em nada a situação na agricultura</i>	“As chuvas que caíram no princípio de Abril não vieram alterar em nada a situação da agricultura do Baixo Alentejo, veio sim levantar falsas perspectivas e uma noção errada na opinião pública adiantou ao DA um responsável de uma associação de agricultores. Por esta razão e “face” à grave situação que se continua a viver, associações e cooperativas do baixo vão reunir-se com as suas congéneres (...) para equacionar problemas e soluções. De acordo com o dirigente associativo, o ‘ Governo até ao momento, ainda não deu resposta cabal aos problemas existentes em toda a região, que poderão por em causa o futuro, se não forem encontradas as medidas adequadas’. (...) Os agricultores e os autarcas olham para o futuro com grande apreensão porque as culturas estão completamente perdidas, o gado continua a morrer, dentro em breve poderão existir grandes problemas de água às populações e nada ainda foi feito (...).”
1/5/92 Pág. 10	Geral	Luís Rocha	<i>Distrito de Portalegre Nos últimos dez anos perdeu população correspondente a um médio concelho</i>	“Estes números funcionam como um libelo terrível contra a política económica que tem sido imposta à região, nos últimos 15 anos e documentam o fracasso de um dos objectivos da OID/NA (Operação integrada do desenvolvimento Norte Alentejano) que, apesar de ter alguns meios disponíveis durante o período não conseguiu evitar o empobrecimento do distrito pela saída dos habitantes. (...)”
8/5/92 Pág.2	Opinião	Luís Maia	<i>“Bastade promessas”</i>	Nota: a questão em foco é o “Alentejo à espera do Alqueva”.
8/5/92 Pág. 3	Geral		<i>Governo Não responde Comissão de seca do Alentejo: “As medidas para minorar a seca não passam de promessas ... essas levam-nas o vento</i>	Nota: inexistência de concertação entre os parceiros da negociação, inclusivamente entre os que representam a agricultura e os municípios.
8/5/92 Pág. 5	Regional		<i>Primavera no Campo Branco Alentejo à flor da</i>	“(...)” “Pelos campos a raiva incontida da sede é certo, mas também a sobriedade das gentes, transportando

			<i>pele</i>	consigo memórias antigas, sonhos renovados'. 'Esta Primavera no Campo Branco procura uma relação de entendimento com o clássico e o tradicional, o objectivo testemunhado por pela relação de um espectáculo de dança contemporânea e um Serão de música popular com tocadores de acordeon e concertina e Harmonia vocal.. o Alentejo à flor da pele é outro dos dados desta iniciativa. Para além das inspirações buscadas na região, da paixão incontida pela terra, esta "Primavera" oferece o Alentejo visto no rectângulo da arte mais sedutora do mundo: o cinema".
8/5/92 Pág.9	Regional		<i>Mértola Homenagem a Cláudio Torres</i>	"Hoje sabemos que cada terra, cada grupo social tem a sua própria cultura e o 25 de Abril veio revelar exactamente isso em Mértola, como poderia ter acontecido em qualquer outra parte. (...)".
8/5/92 Pág. 10- 11	Entrevista	Joana Gomes	<i>José Filipe Estevens (Presidente da Câmara de Ourique) No último meio século a população da vila diminuiu em mais de 16 mil habitantes - a construção dos aldeamentos turísticos Quinta da Arrábida a Parque Favela contribuirá para fixar a juventude</i>	"(...) 'O projecto da Quinta da Arrábida é entendido como uma variante possível à desertificação. (...) irá criar postos de trabalho e obrigar a fixação de juventude e continua com o turismo e os campos de golfe (...)'. 'O projecto da Quinta da Arrábida é entendido como uma variante possível à desertificação. (...) irá criar postos de trabalho e obrigar a fixação de juventude Uma das grandes carências no nosso concelho é a falta de postos de trabalho que com dois greens de 18 buracos mais dois de nove, a escola de formação permanente e toda a indústria hoteleira e serviços prestados às diferentes quintinhas, feitas nos 600 hectares, obriga a que muita gente fique aqui e à criação de muitos postos de trabalho'. Um projecto de tamanha dimensão não agride (...) a paisagem alentejana? 'Eu penso que não. O concelho de Ourique tem sido um local de passagem, o que implica que tenhamos tratado com muitas gentes oriundas de culturas diferentes ou (...), pelo que não haverá aculturação. (...) Preocupar-me-ia muito mais se o projecto agredisse em termos ambientais, em termos de transformação do meio, que pudesse criar um mar de cimento, um choque para a bonita região que é e onde se insere Ourique. Houve a preocupação de fazer aprovar um estudo de impacte ambiental e um plano de ordenamento envolvente à barragem (Monte da Rocha), criar uma densidade máxima de ocupação de que está na ordem dos sete habitantes por hectar ... (...). (...) Ourique tem para oferecer um vasto património histórico-cultural e a sua bela paisagem. (...). O parque natural da Favela está em preparação no concelho de Ourique. Com 266 hectares deverá abrir em 1993/94. Proteger e reproduzir espécies animais e plantas em extinção, educar e entreter os visitantes num ambiente natural, são alguns dos objectivos (...). Uma das intenções será criar um safari Parque

				armazenamento de água para regadio, pelas proteaginosas, a prática do extensivo para gado e a florestação' (...)".
22/5/92 Pág. 3, 4 e 5	Destaque		<i>Alentejo Maior agita-se</i>	Nota: dá conta das iniciativas de discussão, em especial no que se refere a Alqueva e à seca.
22/5/92 Pág.2	Editorial		<i>Alentejo Maior</i>	"O Alentejo está a mexer, as estruturas regionais e locais promovem acções a vários níveis e com organização modelar". (...)".
22/5/92 Pág.3	Regional		<i>O problema da seca no concelho do Montemor-o novo</i>	Nota: culturas perdidas, catástrofe.
22/5/92 Pág.4	Reportagem	Rafael Rodrigues	<i>II Encontro internacional sobre o Guadiana O grande rio do sul não pode ser uma das fronteiras do subdesenvolvimento sendo elemento estrutural do Alqueva</i>	"(...). O encontro, promovido pela Associação de Municípios da margem esquerda do Guadiana (...) poderá ser o 'ponto de reforço para a sensibilização do poder central para a criação de uma área protegida do vale do Guadiana' (...) visando a salvaguarda dos valores do rio e o desenvolvimento da região. (...) a ADPM e outras associações ambientalistas (têm) solicitado a revisão do convénio luso-espanhol e alertado para os elevados índices de poluição que o curso da água apresenta no Verão.(...)".
22/5/92 Pág.5			<i>A comunidade não tem dinheiro para monumentos</i>	"(...). A grande Barragem (Alqueva) será uma realidade que a seca (e não só) justifica. (...) a água é o sangue do solo alentejano."
22/5/92 Pág.9	Regional		<i>"A reforma da política agrícola comum é desastrosa para a nossa agricultura" -dizem os agricultores</i>	"(...). 'Os agricultores são uma espécie em vias de extinção e a classe política não está interessada em nós', afirmou Rosado Fernandes (...)".
29/5/2	Opinião	Luís Rocha	<i>Passaram já 2 meses Governo ainda não tornou públicas medidas concretas contra a seca</i>	"(...) As reparações dos prejuízos sofridos devem abranger não só os cereais mas também as culturas de primavera, numa base que permita indemnizar o capital investido e, pelo menos 50 por cento das expectativas de receitas não geradas; estes apoios deverão ser conseguidos na base da área semeada, ou no caso das culturas de primavera que não se semeiam devido à falta de água, na base da área semeada no último triénio, multiplicado pelo rendimento médio dos últimos três anos; apoios a fundo perdido para efectivos pecuários, tendo em conta o valor da alimentação nos próximos 10 meses" outras medidas: 'suspensão da carne para importação, intervenção no IROMA no mercado pecuário e autorização para corte ou pastoreamento para gado em áreas de searas perdidas, sem que isso implique a perda de subsídio à produção de cereais". Além de outras medidas, como abertura de furos, créditos bonificados, etc....' "Passa ainda pela garantia de subsídio de desemprego a todos os trabalhadores inactivos em resultado da seca, devendo esse tempo de inactividade ser contacto como tempo de trabalho

				<p>para acesso ao subsídio ?</p> <p>As medidas estruturais, terão necessariamente que "passar pela política da água e pelo aproveitamento dos recursos hídricos. Isto leva necessariamente a Alqueva, que são positivas as notícias vindas a público que apontam para a irreversibilidade da construção da barragem."</p> <p>Sobre a reforma da PAC: "Segundo a FENCA, se o Primeiro Ministro aceitar a reforma da PAC que está em cima da mesa das negociações, isso condena Portugal, em particular o Alentejo, a abandonar a agricultura, o que é inaceitável para o país."</p>
29/5/92 Pág.4	Regional		<i>Degradação dos montados</i>	<p>"Vem-se registando constantemente desde finais da década de 70 uma sensível degradação dos montados de sobro, ocorrendo em algumas áreas do país taxas de mortalidade superiores ao normal, situação esta que embora quase extensível a todas as quercínias a nível europeu e até mundial, não pode deixar de preocupar as entidades nacionais e os agentes económicos deste segmento de actividades". (...).</p>
29/5/92 Pág.9	Regional	Paulo Barriga	<i>Vidigueira Troca de experiências e outros sabores - motivo de encontro sobre Tecnologias da transformação alimentar</i>	<p>Nota: Encontro promovido pela Associação Terras Dentro com especialistas nacionais e estrangeiros para discutir formas de articulação entre agricultores e não agricultores no desenvolvimento rural.</p>
29/5/92 Pág.9	Regional	Raul Oliveira	<i>VII Feira Agro-Pecuária de Santiago do Cacém O Alentejo está a mudar</i>	<p>"Qualquer destes empreendimentos – fábrica de rações, Agrifruta Miróbriga – nasceram de cooperativas de empresários agrícolas numa região em que tal tipo de tradição tem muito pouca tradição". (...).</p>
29/5/92 Pág.10	Reportagem	Paulo Barriga	<i>Vila Nova da Baronia De portas fechadas "ao mundo"</i>	<p>"Vila Nova da Baronia está de portas fechadas ao mundo. (...) No ar vagueia ainda um rastilho nauseabundo do odor (...) junto à povoação, estampa-se (...) a silhueta de uma exploração de bovídeos, rachada ao meio por um barranco (...) A alameda que nos conduz até ao centro da povoação veste-se de silêncio. Portas cerradas. Não se vê viva alma. Já perto da casa do povo acena o primeiro sinal de vida. Alguns homens de idade desfrutam de uma sombra soalheira, à escuta das conversas que fizeram as vivências de outros tempos e os males de toda uma vida. (...) os pequenos olhos cor de terra fitam-nos com desconfiança (...) só a custo surgem as primeiras palavras. Minutos volvidos, a dinâmica era outra. De intrusos passamos a confidentes (...) todos queriam falar. Falar do mal que os atormenta. O cheiro, o terrível cheiro que provém do barranco (o tal) que abre rego localidade a dentro. (...) Tempos vão (...) em que a dinâmica da localidade era outra. Em Setembro de 1907 são atribuídos ao</p>

				<p>Banco Burnay alvarás de concessão de duas minas de ferro nesta freguesia (...).</p> <p>Contudo, as épocas áureas da Vila Nova foram outras. (...) foi sede de concelho. Em 1708 tinha dois juizes (...) enfim todo um conjunto de pessoas imprescindíveis ao funcionamento de um importante centro (...)"</p>
29/5/92 pág.11	Reportagem	Joana Gomes	<i>Vila Nova da Baronia Exploração de bovinos provoca maus estar</i>	<p>"(...)</p> <p>Os detritos e as águas ruças (de uma exploração de bovinos) escoadas para o barranco das palmeiras provocam um cheiro nauseabundo. (...)</p> <p>As pessoas falam que há fontes que já foram fechadas, porque a água se revelou imprópria para consumo. (...) junto ao barranco havia um local onde as mulheres lavavam, hoje a água corre lamacenta. O mesmo se passa com a pesca. Onde antigamente se pescava, hoje nem ervas crescem.</p> <p>(...)</p> <p>'Há dias em que só me apetece morrer, porque aqui é muito difícil alterar o rumo das coisas', dizem-nos José Miguel e Joaquim Tripa, ambos de 23 anos. Esperam a primeira oportunidade para sair. No entanto, um deles confessa, a seguir: 'Estou apegado a isto: O relacionamento entre as pessoas é bom, toda a gente se conhece'.</p> <p>Vila nova da Baronia vive da agricultura. Especialmente trabalho sazonal. Devido à seca, este ano não há trabalho para quase ninguém. (...)"</p>
29/5/92 Pág. 12	Geral	V. Telhado	<i>Quem ganha com a protecção das abetardas?</i>	<p>"A propósito da Defesa do Ambiente, a CEE vai criar em Castro Verde uma reserva Ornitológica para proteger cerca de 400 abetardas que existem no campo branco.</p> <p>Não somos de modo algum contra essas aves que possuem uma graça e uma plumagem próprias, que fazem inveja a qualquer pavão, mas pensamos que gastar 2 MILHÕES de contos para a protecção destas é capaz de ser demasiado, comparado com as muitas carências agrícolas que a nossa região possui, não falando no Alqueva; Estradas, Electricidade, Escolas Hospitais ou outras necessidades destes "MAMIFEROS PENSANTES" que somos nós. O projecto de defesa da abetarda possui duas envolventes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a aquisição de terrenos - a criação de um habitat próprio para a abetarda. <p>Na compra dos terrenos consta que uma empresa de celulose, que possui uma grande área na região, será a preferida. Nas exigências de habitat, o desenvolvimento da região é preterido e (na vivência das aves), pela Defesa do Ambiente, que não podendo por isso usar máquinas, adubos e herbicidas, fazer plantações de árvores, queimadas, passar cabos eléctricos e vias de circulação.</p> <p>Concordamos que a Defesa do Ambiente para os animais em vias de extinção é muito importante, mas se forem criadas muitas reservas, como esta, o "Alentejano" pode também tornar-se extinto e, como acontece nas reservas de Índios na América,</p>

				virão os Europeus ver os Alentejanos na Planície com o Pelico e o Cajado, guardando um bando de abetardas em extinção. A 5.000.000\$000 (cinco milhões de escudos cada abetarda, perguntamos: Quem ganhará com a protecção destas?
29/5/92 Pág. 15	Geral	Eduardo Olímpio	<i>O pé em ramo verde</i>	“Aproveitando a ponte do 1º de Maio dei um salto à zona de Alvalade do Sado onde teimo em julgar que pertencço, mas isso não vem agora ao caso. Para o caso tem a ver que uma terra ainda há pouco tempo em prosperidade motivada por abundantes lavras de tomate e uma moderníssima fábrica de transformação do mesmo em conservas e exportações está aceleradamente a regressar à estaca zero dos tempos da fome e da pobreza. Nada percebo de acordos ou desacordos com a CEE, suas imposições e restrições, mas percebo que uma zona de água abundante e de terra produtiva está a estiolar de dia para dia espartilhada por ‘regras’ emanadas do Terreiro do Paço e de Bruxelas. Famílias inteiras começaram a comprar fiado, a imigrar para trabalhos sazonais em restaurantes e hotéis do Algarve e alguns, poucos, a sobreviver com um subsídio de desemprego que não dignifica ninguém nem tem o horizonte limitado, naturalmente. Alguns bens e algumas casas de moradia terão de ser vendidas para pagar os adiantamentos pedidos às Caixas Agrícolas ou não. Em Alvalade do Sado já não se houve cantar. Os homens arrastam-se, como há milénios, pelas praças, pelas tabernas e quando lhes pergunto por que não se dirigem ao governo para expor os seus problemas perguntam-me, por sua vez: - para quê? Quando um povo deixa de acreditar nos seus dirigentes há qualquer coisa que está errado e não quero pensar que esse qualquer coisa é essência da democracia que os homens livres das praças atenienses semearam. A democracia é irmã gémea da sociologia e a génese dessa relação harmoniosa do homem com o seu ambiente natural e social. poucos políticos terão presente que o desaparecimento de uma só fábrica de concentrado de tomate possa transformar radicalmente a geografia humana de um lugar a tal ponto que, sem uma reconversão urgente da mesma, uma alegre e esperançosa vila do Baixo Alentejo se venha a transformar num aferidor quotidiano de desesperos e de suicídios (...).”
29/5/92 Pág.15	Geral	José de Carvalho Grosso	<i>A razão das coisas</i>	Nota: sobre as bases de apoio político ao Norte e ao Sul. “As causas remotas: há décadas (séculos) que a influência territorial e económica do Norte e Algarve têm provocado a emigração. Ao Alentejo do latifúndio ocorriam dos trabalhadores sazonais daquelas províncias. Para eles devia ser um deslumbramento comprar a vastidão das centenas de milhares de hectares com o quarto e quinto de hectare, o meio hectare da sua propriedade de província. Facilmente se admite, ao menos, uma pontinha de inveja que foi levdando.

				<p>Mas o minifúndio também tem produzido a classe dirigente do país. Detrás da vaca, da ovelha, da cabra que apascentam no lameiro saíam os futuros abades, presidentes de Câmara, governadores-civis, directores-gerais, secretários de Estado, ministros. É que, feita à primeira demandavam ao seminário, o que economicamente lhes era acessível, e através dele, o seminário, ou saíam padres e, portanto, os futuros mentores das aldeias, ou abandonavam o seminário e tiravam o curso de direito- quase sempre como voluntários (.....).</p> <p>Os altos cargos trazem o relacionamento com outras pessoas, logicamente na base de interesses, e assim lá aparecia um lavrador alentejano (que até podia ser tosco ou analfabeto) dono de uma coutada. Caçar numa coutada ao domingo e na segunda-feira apresentar-se no ministério e apregoar as milhentas perdizes, lebres e coelhos que matara na coutada era ainda melhor do que passar o fim-de-semana no Algarve. Não me posso esquecer que matei onze perdizes na coutada dele. Por isso nem quero que ele me peça. Resolvo-lhe o assunto sem que ele saiba que fui eu.</p> <p>(...)</p> <p>'Ora bem. Este paraíso acabou com o 25: os ladrões, bandidos, assassinos do 25 de Abril acabaram com as coutadas. Roubaram a nota distintiva que era ir caçar numa coutada. A ressentimentos passados (...) juntam-se os ressentimentos de agora'.</p>
5/6/92 Pág.9	Regional		<p><i>Reforma da PAC não serve a agricultura</i> <i>Agricultores prometem levar a luta até às últimas consequências</i></p>	<p>"Os agricultores estão descontentes com o governo que ajudaram a eleger. (...) reuniram-se em Beja e bloquearam simbolicamente a estrada para Lisboa. José Manuel Casqueiro (CAP) (deu) o mote contra a reforma da PAC 'cujo objectivo é permitir o acesso dos grandes produtores agrícolas mundiais ao mercado europeu e conseguir o acordo do GATT'. José Manuel Casqueiro adiantou que 'vai premiar quem não produz', recusando-se 'os agricultores a transformar-se em parasitas da sociedade e reformados do Estado'.</p> <p>(...)</p> <p>Na manifestação (...) interveio também Manuel Brito, presidente da Cooperativa Agrícola de Barrancos que afirmou 'não acreditar no futuro dos agricultores, uma classe sacrificada e que vai morrer, e do Alentejo, uma região que a actual política quer transformada numa coutada nacional para barões da droga e do dinheiro negro fazerem caçadas'.</p> <p>Manuel Brito classificou 'a agricultura como a arte de empobrecer tristemente' (...).</p> <p>'A PAC é a sentença de morte dos cereais', referiu Mira Coroa, da Associação de Agricultores do Baixo Alentejo e perguntou 'se num país deficitário como o nosso alguém pensou na criação de reservas mínimas estratégicas de culturas alimentares', acrescentando que em sequeiro não há alternativa e os pequenos regadios de nada servem sem Alqueva e o Alentejo sem água vai morrer' (...)"</p>

5/6792 Pág.10- 11	Reportagem	Luis Rocha	<i>Seminário de Santiago do Cacém alerta Andam doenças nos montados provocando a morte dos sobreiros a pior de todas o stress</i>	"O Alentejo é terra de muita riqueza: tem pirites, mármore e granito; tem vinho, azeite e cereais; tem grandes rebanhos de ovinos, suínos, bovinos; tem peixes nas barragens e nos rios e um enorme potencial de coelhos e perdizes. E tem uma riqueza que transforma o nosso país no maior produtor do mundo nesse sector: a cortiça. (...) Na introdução do texto (de especialistas) sobre as causas da degradação do montado, (...) é apontada 'a política agrícola dos anos 30, com a célebre campanha do trigo (...) de que resultou a eliminação do coberto arbóreo nos melhores solos e grande abertura do coberto em solos declivosos e pouco profundos'. (...) De salientar que os sobreiros são podem apanhar doenças provocadas por pragas de insectos ou fungos; são sensíveis a alterações silvo-pastoris (...) A ocorrência de grandes períodos de seca e o intenso descortiçamento são, contudo, as causas que, no entender dos técnicos mais contribuíram para o agravamento da mortalidade do sobreiro. (...)'. ³
12/6/92 Pág.2	Opinião	Sérgio Ribeiro-deputado PCP no P.E	<i>O carro à frente dos bois ou o absurdo até à reforma final</i>	"Para se produzir demasiado nuns lugares, em resultado de uma velha política de subsídios à produção, nesses lugares passa-se a subsidiar a não produção (...)".
12/6/92 Pág. 10	Regional	Luis Rocha	<i>Montados de sobreiro Área a descortiar em cada sobreiro determinada por computador.</i>	"Identificada como uma das causas da doença do sobreiro o "excessivo descortiçamento" foi criado um programa de computador, a cuja adesão se adere livremente. A ideia é que o excessivo descortiçamento, inclusive das ramagens pode provocar carência de água e daí a doença. (...)".
12/6/92 Pág. última	Última	Munhoz Frade	<i>Água precisa-se</i>	"Numa altura de balanços ecológicos a nível mundial, este é mais um dado significativo a incluir na ponderação dos riscos de economias que depalidam os recursos naturais de todos em benefício apenas de alguns, deixando avolumarem-se as desastrosas consequências quer do desrespeito da harmonia biológica quer do desprezo dos direitos humanos (a começar entre outros pelo direito à alimentação). (...)".
19/6/92 Pág. Primeira	Primeira		<i>V Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo Todos com Alqueva</i>	"Este foi o congresso que a televisão de todos os portugueses esqueceu, mostrando assim o seu profundo desprezo pelo Alentejo – Todo o Alentejo paga pelos dinheiros de todos nós que possibilitamos ordenados fabulosos às suas 'vedetas' a RTP mandou às urtigas o convite que lhe foi expressamente feito- aliás como faz com as deslocações do presidente da República – mostrando-se apenas interessada nos 'suspiros' governamentais. (...)".
19/6/92 Pág. 4	Geral	A. Baptista Candeias	<i>O homem a terra e a água</i>	"(...) E sabe-se como todos somos apegados ao torrão natal, mas a miséria tem obrigado a procurar noutros lugares o trabalho que aqui nos é negado. Montes e montes sem vivalma, aldeias povoadas de velhos, escolas fechadas (...).

				(...) basta ler os constantes anúncios de vendas de propriedades para fazer ideia do que se passa. Não é ainda a ocupação estrangeira, mas não deixa de fazer lembrar os anos de 1939/45 quando as populações dos países invadidos fugiam diante dos exércitos da Alemanha nazi, procurando vender tudo ao desbarato. (...)”
19/6/92 Pág.5	Regional	Miguel Serrano	<i>No 69º aniversário da casa do Alentejo 300 mil Alentejanos residem e trabalham na área metropolitana de Lisboa</i>	"(...) Como é possível que a gente oriunda da maior província do país, orgulhosa da sua condição de filho de rural, de camponês, da sua condição de humildade, nascido e erguido na região morena da pastorícia e do trigo, dos vastos horizontes, da região de espera do Alqueva, como é possível que esta gente desconheça a força que tem e as comunidades estejam viradas umas contra as outras? (...) (..) o alentejano da cidade grande sonha com a sua terra, com a hipótese (longínqua) de um regresso que a sociedade dos ricos, dos importantes, dos senhores feudais, lhe roubaram e esquece o que poderia ser a sua voz (...)”.
19/6/92 Pág. 10 /11	Reportagem	Rafael Rodrigues	<i>V Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo</i>	“Se Alqueva não for feita quem fica em risco de extinção no Alentejo é o homem” (...)”.
26/6/92 Pág. 8	Regional		<i>V Congresso sobre o Alentejo Resolução Final</i>	Nota: o Alqueva associado a efeitos indirectos e de longo prazo “Trata-se de preservar e revitalizar a vida em cerca de um terço do território de um país da comunidade. Trata-se de preservar e dignificar no Alentejo o seu mais valioso património – o Homem e a natureza. (...)”.
26/6/92 Pág. última	Última		<i>Em Beja – Igreja de Stº Amaro Inaugurada exposição itinerante “Alentejo tesouro de Portugal”</i>	“Terras d’Alem Tejo, de entre Tejo e Guadiana numa superfície de 26mil km2 e com mais de 3 mil horas de sol por ano. Terras de planície e do mar do trigo e da pastorícia, do lazer e da beleza. Terras a dentro pedindo e seu Alqueva; e árvores a “Deus a sua gota de água”. São fotografais que ajudam a conhecer uma província e não só o pitoresco de afectuosa saudade que o tempo tomou, ou as fascinação de ideias puras, ou ainda de homens, coisas e bichos prontos a triunfar na sua solidão. E sabemos que este é o País, esta a paisagem do nosso encantamento de que as notícias não falam. E daquele espaço, aquela beleza, a riqueza arquitectónica! Que magnifico enquadramento! Aquela viagem visigótica que o Alentejo contempla, atinge o seu ponto mais alto, a sua incandescência ígnea quando o Guadiana, destacando-se enfim da paisagem, surge em todo o esplendor – e de Alqueva noz diz.” Nota: a organização da Associação dos municípios de Beja e da região de turismo de Beja, insere-se na comemoração dos 60 anos no DA.
10/7/92 Pág.13	Geral		<i>Programa Leader Alqueva Uma aposta na criatividade</i>	“(…) Nós alentejanos poderemos ser os empresários do nosso futuro. (...)”.

17/7/92	Regional	Manuel Baptista Soares (leitor)	<i>Comentando a História Uma carta aos alentejanos</i>	<p>“Porque passados quase nove séculos, ainda sermos a ovelha ranhosa, tratados e considerados como um povo recentemente conquistado. E aí o Alentejo de uma forma muito especial. Nem sequer a água temos direito. A barragem do Alqueva, se fosso no Norte já tinham a esta hora feito uma meio dúzia. Quando segundo opiniões de honesto e entendidos, um Alentejo irrigado seria uma fartura de terra e de prosperidade.</p> <p>E agora não contentes com tudo o que tem sido desprezo e desconsideração, ainda nos querem brindar com uma estação para eliminar lixos tóxicos.</p> <p>E para cumulo da piada até escolheram a simpática vila de Sines (...)</p> <p>P.S. “O vosso desejo é transformar o Alentejo num deserto, mas podem ficar certos de uma coisa, nunca conseguirão fazer dos Alentejanos camelos”</p>
17/92 Pág. 10	Reportagem	Rafael Rodrigues	<i>S^o Aleixo da Restauração Estevas e sobreiros envolvem antigo convento de Tomina</i>	<p>“O isolamento é o principal problema de Santo Aleixo da restauração. A população nesta altura, está reduzida a metade. A outra emigrou. A terra é madrastra e a seca agrava a situação (...).</p> <p>(...)</p> <p>A agricultura continua a ser a actividade predominante. A pouca qualidade dos terrenos e a seca (...) tornaram o isolamento mais evidente. (...)</p> <p>O destino parece anunciado. Santo Aleixo, outrora baluarte das lutas pela restauração e independência portuguesa contra os invasores espanhóis corre o risco da desertificação total e de um dia desaparecer. 'Aqui só existem velhos e crianças, os seus netos, porque os filhos partiram para outros lugares', diz Joaquim Rodrigues (presidente da Junta de Freguesia).</p> <p>(...)</p> <p>Quando o sol começa a esconder-se na linha do horizonte, o silêncio da planície é embalado pelo tinir dos chocalhos dos animais que regressam do pastoreio (...).</p> <p>Santo Aleixo está votada ao abandono. Os seus filhos são obrigados a partir. As possibilidades de desenvolvimento são escassas ou quase nulas. As pessoas transportam no olhar o peso e a solidariedade de um isolamento que partilham em comunhão com a terra madrastra, mas cansada e dormente de tamanha secura. (...).”</p>
17/7/92 Pág. 13	Geral		<i>INFO-Terras Dentro Programa DEADER-Alqueva Uma proposta de desenvolvimento (I)</i>	<p>“Esta poderá parecer uma atitude conservadora, mas acreditamos que uma cultura só se renova e revif^a quando parte dela própria (...).”</p>
24/7/92 pág. .12/13	Reportagem	Luís Rocha	<i>Montemor-o- Novo Um concelho na encruzilhada de muitos caminhos (1)</i>	<p>Nota: projectos de desenvolvimento para Montemor nos vários sectores. Quanto à agricultura:</p> <p>“No entender do presidente da Câmara, sendo o concelho de grande aptidão para a agricultura e para a agro-pecuária e agora com a questão da PAC (...) que ainda muita gente não sabe o que é, vai ser necessários avançar para outro tipo de culturas.</p> <p>O nosso Plano Director Municipal, na parte dos estudos geológicos, aponta, os nossos solos como</p>

				<p>possuindo condições para algumas culturas que poderão ser rentáveis, como é o caso do milho ou do arroz, que só se produzem se houver água. As culturas de regadio são aquelas que mais mão-de-obra empregam.</p> <p>Simplemente, isto só se consegue com a Barragem dos Minutos que faz ainda falta para fornecer água à futura zona industrial e para o abastecimento público da cidade de Montemor”.</p>
31/7/92 Pág. 7	Regional		<i>Reunião do Conselho Nacional da Confederação Nacional da Agricultura CNA</i>	Nota: reacção de contestação quanto ao fim do regime de transição da agricultura portuguesa
31/7/92 Pág. 9	Regional	António José Brito	<i>Investimento chinês em Almodôvar Semblana 'milhões' Club</i>	Nota: uma forma de “desinteriorizar o interior”, segundo o então presidente da Câmara António Saleiro. Tratava-se de um grande empreendimento turístico para o que existiam também projectos passagem do troço do auto-estrada Lisboa-Faro pelo concelho de Almodôvar,
31/7/92 Pág. 12	Regional	Rafael Rodrigues	<i>Mestre Bolinhas: Uma vida a trabalhar o barro</i>	“ Mestre Bolinhas é um dos artesãos de uma arte milenar. Na freguesia de Beringel, concelho de Beja, há 40 anos existiam 60 oleiros. (...)Hoje restam ele e mais dois. É uma actividade em vias de extinção, diz o mestre (...)”
31/7/92 Pág.15	Geral		<i>Info-Terras Dentro Programa Leader Alqueva</i>	<p>“Todos dizem: as estatísticas, os técnicos e investigadores deste assuntos, os analistas e planificadores, etc. todas dizem e os planos de acção a nível governamental, constam o facto e afectam os recursos financeiros para a região em função dos poucos que já somos.</p> <p>E, desta forma, irremediavelmente, por virmos a ser cada vez menos que do que hoje, cada vez teremos direito a menos, até que um dia, enfim, (...) seja possível usufruir do bonito e grande Alentejo sem a chatice de ter que aturar (os lentos e rústicos) rurais alentejanos.</p> <p>Nesse dia, em que só existam alentejanos fora do Alentejo (expatriados) e todos se tenham transformado em lisboetas, setubalences, portugueses, europeus, trabalhadores leitos e eficazes, então o Alentejo -museu será promovido e problema deixará de existir.”</p>
31/7/92 última	Última		<i>Peixe está a morrer na Ribeira da Raia (Moura)</i>	“Não houve precaução para controlar as áreas de regadio na altura da plantação, apesar de já se saber que a água não vivia a chegar nem para tanto nem para todos (...)”
7/8/92 pag. 6	Regional	Luis Rocha	<i>Efeitos da seca em Mora Abastecimento de água às populações à beira da ruptura</i>	<p>“À semelhança do que acontece em toda a região, Mora enfrenta grandes dificuldades a nível do abastecimento de água. (...) primeiro porque há meses que não chove; segundo porque a barragem do Maranhão foi esvaziada. (...) tendo em vista a grave situação foi criado um grupo de trabalho (...).</p> <p>(...)</p> <p>A situação que se vive na Ribeira do Raia (que recebe ou devia receber o caudal do Maranhão) foi definida por António Lopes Araújo, dos amigos da natureza de Cabeção, como de autentica ‘calamidade</p>

				ecológica' as águas fétidas acumularam-se nos pegos; a fauna e flora foram levadas quase ao extermínio (...)'. Ainda segundo António Luís, a flora aquática desapareceu totalmente da Ribeira do Raia. (...) Sendo um concelho essencialmente agrícola, uma crise a este nível reflecte-se também noutros sectores, designadamente no comércio (...)."
7/8/92	REportagem	Joana Gomes	<i>Odemira Justino dos Santos, presidente do Município: Mais importante que o turismo é a qualidade de vida das populações - não hipotecamos o futuro</i>	"(...) O presidente: 'outra das nossas preocupações (antes referia-se à cobertura de infra-estruturas básicas) é que todas as fontes poluidoras pudessem desaparecer do concelho. (...) 'O turismo, tal como se está a dar agora nas nossas praias representa uma sobrecarga económica. (...)' (...) 'Quando se fala em outro Algarve eu rio-me (...) Digo-lhes, não há perigo em Odemira porque nós temos preservado a nossa costa.' (...)."
14/8/92 Pág.10/1 1	Reportagem	Paulo Barriga	<i>Freguesia de S. Barnabé Ficam os velhos parte os jovens que advinham "longe"</i>	"Em S. Barnabé freguesia isolada entre serras, vale e corgos, fomos encontrar gente simples e corajosa, que enfrenta a dureza na labuta do dia-a-dia. É como diz Manuel Afonso, presidente da junta de freguesia 'gente que teima em viver na terra onde nasceu'. os que partem são os jovens que advinham longe, na emigração ou no Algarve, diferentes modos de vida. Um dos maiores problemas da freguesia é (...) a falta de vias de comunicação adequadas, o que no entender de Manuel Afonso, bloqueia o interesse e motivação para a população, especialmente os jovens, se fixar ao local. As pessoas que vivem em S. Barnabé já conquistaram o que tinha de ser conquistado. Sem ambições acomodam-se às condições possíveis. Semeiam os corgos e os vales, engordam gado, negociam medronho. Têm o suficiente para comer, é quanto lhes basta. (...)."
28/8/92 Pág. última	Opinião	Correia das Neves	<i>Apontamento ao Sol A estepe das abetardas</i>	"Dizem alguns que o Alentejo é uma paixão. Outros olham-no triste, árido, sorna e deprimente. Pitoresco e diferente, é concerteza este extenso campo de planuras e peneplanícies, onde se conservam e surpreendem pormenores singulares (...) às vezes preciosidades (...) e onde a aridez e a secura da terra, mas também uma beleza própria se casam e se prolongam na imensidão dos horizontes. (...) E, sem dúvida, a charneca ou a planície são o habitat, o meio preferido da abetarda. (...), Foram abundantes no Alentejo, hoje mais raras (...) o núcleo em Portugal mais expressivo existe naquela região do Campo Branco e sabe-se que é importante ao nível da população da Europa.

				(...) Na mansidão da tarde, onde se não houve ninguém, os feixes horizontais do sol poente, alaranjado, avivando o matiz das abetardas, à mistura com o colorido dos aloendros de um rosa suave e fresco que rodeiam o barranco, agora seco, era esta uma linda aguarela mística num fundo de restolhos e planície, que ajuda a ser feliz (...)"
28/8/92 Pág.9	Regional	Luís Rocha	<i>Incêndios alastram no Alentejo</i>	"O Alentejo este ano tem sido duramente castigado por incêndios. Segundo fontes da GNR, só em Julho 96 incêndios, dos quais 22 se deram no distrito de Beja, 40 no de Évora e os restantes em Portalegre. Muitos destes incêndios resultam de causas desconhecidas, mas alguns deles as autoridades são peremptórias em afirmar que se trata de fogo posto. As herdades onde foram demarcadas reservas de caça turística parecem ser alvos privilegiados dos incendiários".
28/8/92	Última		<i>PCP contra reservas</i>	"A direcção da organização regional do PCP rebelase contra o 'crescimento desordenado das reservas de caça' em comunicado (...)."
4/9/92 Pág.4	Regional	Manuel Augusto Marcos	<i>Apesar dos esforços da Câmara de Odemira Água escasseia em 17 povoações</i>	Nota: faltas no abastecimento público continuam.
4/8/92 Pág. 12	Reportagem	Paulo Barriga	<i>Guadiana: um rio que corre para o desespero</i>	"Em tempos motivo de orgulho e de prosperidade para as gentes que ao longo dos seus 810 quilómetros de curso se fixaram, tanto pela limpidez das águas como pela abundante diversidade de espécies piscícolas, o Guadiana é hoje causa de preocupação e repúdio por parte dos ribeirinhos que hoje assistem impotentes ao repugnante espectáculo pantanoso que o rio proporciona. (...) Se atendermos ao facto de que 68% do curso do rio se situa em território espanhol e que este banha três aglomerados populacionais sem que os seus efluentes domésticos tenham o devido tratamento, a juntar ao elevado número de indústrias agro-alimentares, de suiniculturas e de extensas zonas de regadio existentes na bacia espanhola, fácil será concluir que é em terras de Portugal que a poluição mais se faz sentir. Do lado português, a situação não é diferente. As populações ribeirinhas despejam directamente no rio os esgotos e as águas residuais, o mesmo acontecendo com os efluentes oriundos de suiniculturas, lagares de azeite e outras indústrias de produção permanente (...) em particular a fábrica de pasta de papel (de Mourão). (...) A redução dos caudais do rio (...) contribui para uma excessiva concentração de elementos poluentes vindos de montante (relativamente a Mértola), originando segundo alguns técnicos a proliferação de algas (...) que no local encontram condições nutrientes e climáticas necessárias ao seu

				<p>desenvolvimento, conferindo uma coloração verde às águas e um cheiro de putrefacção.</p> <p>(...)</p> <p>Desde que as manchas de algas começaram a aparecer, há cerca de 15 anos, há mais quantidade de peixe, mas em termos de variedade, o crescimento é inverso. Espécies como a lampreia, a saboga, o sável e o barbo cada vez são mais raras, dando lugar ao muge, que segundo o Ti João 'é um peixe que come tudo. Gosta destas porcarias. As pessoas não o querem. O bicho deita um cheiro de peste'.</p> <p>Uma das soluções encontradas pelas pescadores para dar de comer às famílias passa pela actividade clandestina e altamente prejudicial ao rio. A pesca da eirozinha. Espécie bastante apreciada em Espanha e comercializada a altos preços. Mas a sua pesca depende da utilização de uma rede muito fina, rede mosquito que (...) arrasta todo o tipo de peixes (...). O ti João é contra este tipo de práticas, contudo reconhece que ela é necessária para garantir a alimentação de camaradas. 'Já lá vão seis anos que não pesco com essa rede. Sei que ela é prejudicial para o rio. Então e a poluição, não é? E a eles ninguém diz nada. A mim choram-me os olhos de ver o rio como ele está, conhecendo-o como era. (...)'</p> <p>A água que abastece a vila (Mértola) provém do rio. (...) tornou-se imprópria para consumo (...).</p> <p>(...)</p> <p>Se bem que sejam as entidades mertolenses a acenar no alto a bandeira da despoluição, o que é certo é que a vila contribui para o agravamento da situação, ao lançar directamente no rio efluentes de esgotos domésticos. (...)".</p>
4/9/92 Pág.13	Reportagem	Jorge Revez	<i>Criação de Área protegida pode ir por água a baixo</i>	<p>"(...)</p> <p>Preservar salvaguardando os interesses da população é o lema da ADPM, associação que com as restantes entidades locais tem em mãos um conjunto de acções que visam recuperar aspectos culturais e ambientais do rio (Guadiana) (...).</p> <p>A criação de um ecomuseu do Guadiana é uma das muitas apostas da associação para salvar o rio. No entanto (...) é preciso construir uma área de paisagem protegida no Vale do Guadiana.</p> <p>(...)</p> <p>'Os técnicos das entidades (interlocutores/decisores) reconhecem a mais valia em termos ambientais desta zona, biótopos declarados pela Comunidade Europeia, zonas de espectacular interesse paisagístico, sobretudo o Pufo do Lobo, onde existe um dos maiores biótopos que está a ser destruído sistematicamente sem que ninguém faça seja o que for'.</p> <p>As entidades espanholas são as que mais desrespeitam o Guadiana. A ET AR de Badajoz é o melhor exemplo de um assassinato. 'O caso de Badajoz é vergonhoso', acrescenta Jorge Revez (...) só funciona a 10 por cento'.</p> <p>A seca prolongada veio contribuir para o</p>

				agravamento da situação. O Guadiana apresenta este ano os mais elevados índices de poluição até agora registados. (...)’ao longo do troço português, diariamente se têm notícias de milhares de peixes mortos (...)’ (...).”
4/7/92 Pág. 15	Geral		<i>A mulher no Alentejo Rural</i>	<p>"(...)</p> <p>A agricultura, actividade dominante no interior alentejano, graças à sua progressiva mecanização, reduziu drasticamente a oferta de postos permanentes de trabalho e especializou as tarefas agrícolas de tal modo que as poucas oportunidades criadas, por tradição e preconceitos culturais, são essencialmente destinadas aos homens.</p> <p>(...)</p> <p>As mulheres, porque dependentes dos pais enquanto solteiras e da casa e do marido e dos filhos após o casamento, essas ... ficam à espera!</p> <p>(...)</p> <p>Cuidam dos pais já velhos, cuidam os jovens filhos e dos maridos, vêm, as que podem, as telenovelas de uma sociedade imaginária, sem vivência social indutora de interesses além do círculo familiar, aculturaram-se , desaprendem o pouco que trouxeram da escola, resignam-se e perdem (...) a confiança nelas próprias e a mínima réstea de esperança num futuro melhor.</p> <p>(...)</p> <p>São também, e sobretudo, enquanto cá ficarem, a maior esperança de que continuem a nascer crianças em número suficiente para, pelo menos, manter viva a existência ameaçada de tantas comunidades rurais alentejanas. Verdadeiros cordões umbilicais da relação telúrica que consubstancia e concretiza a identidade cultural alentejana.</p> <p>Jovens e menos jovens, estas mulheres constituem hoje, do ponto de vista quantitativo em relação aos recursos humanos disponíveis, o maior potencial a integrar em todas as estratégias de desenvolvimento local no meio rural alentejano.</p> <p>(...)</p> <p>Porém, esse desafio é ainda mais complexo se tivermos em consideração todos os aspectos culturais que perversamente as amarram à subalternidade da família. (...).”</p>
8/9/92	Geral	Manuel Martins Honrado (leitor)	<i>Amareleja vila ou coutada de caça?</i>	<p>“É sem dúvida um dos cantos mais ricos do Baixo Alentejo. Visto as terras serem bastante férteis produzindo-se nelas pão (...) e muitas outras riquezas. São terras de fazenda. Nem por isso escapam ao abuso de alguns caçadores que dizendo-se defensores da caça não se importam de semear perdizes em vez de melões (...).</p> <p>Não escapa um palmo de terra à chamada 'reserva associativa'. (...). Isto é um exagero nunca visto. (...)”</p>
17/9/92 Pág.17	Opinião	Luís Rocha	<i>Para o Alentejo Este governo é bem pior que a seca</i>	<p>“Numa primeira fase, as associações de agricultores andaram muito activas a reivindicar apoios do Governo para os enormes prejuízos que os seus associados estavam a ter com a seca (.....) ultimamente quase não se tem ouvido falar do</p>

				<p>assunto. Daí que seja licito supor que o executivo de Cavaco Silva terá respondido favoravelmente aos apelos dos agricultores principalmente dos agricultores alentejanos que mais sofreram com a ausência de chuva.</p> <p>Mas, se isto acontece relativamente à agricultura, no que se prende com o abastecimento de águas às populações a situação é dramática.”</p>
17/9/92 Pág.9	Reportagem	Joana Gomes	<i>Produzir ou não –eis a questão Mais de 50 por cento do rendimento dos agricultores provém de subsídios</i>	<p>“ ‘O desafio que se apresenta agora aos agricultores é, sobretudo, saber gerir os financiamentos comunitários’, afirma um agricultor ao justificar as más perspectivas para o sector.</p> <p>Mais de 50 por cento do rendimento dos agricultores provém de subsídios, situação que os incomoda. (...) (...) Estão a afastá-los da produção por intermédio de subsídios e a matá-los por falta de crédito.</p> <p>(...)</p> <p>Considerando que os agricultores se devem unir, (...) o agricultor continua: ‘a agricultura está boa é para os lavradores. Com grandes extensões de terreno, semeiam metade, habilitando-se aos lucros de produção e deixam em pousio a outra metade, através da qual se candidatam aos subsídios de não produção’.</p> <p>O regadio é apontado como uma das alternativas. Para novas culturas e exploração de gado. A urgente florestação, desenvolvimento da agricultura tradicional nos solos com aptidão agrícolas.</p> <p>(...)</p> <p>‘Compreendemos a reforma da PAC na sua vertente positiva de inovação, na exploração de novos produtos agro-pecuários, na florestação ordenada, na defesa do meio ambiente tão massacrado pela erosão e abuso dos factores de produção poluentes e tóxicos, mas sentimo-nos inocentes em relação aos nossos parceiros comunitários’, adianta Castro e Brito, agricultor e presidente da ACOS.</p> <p>(...)”.</p>
17/9/92 pág I	Economia, empresas e negócios		<i>Preços de calamidade nas produções horto- frutícolas</i>	<p>“(...) a generalidade das produções horto-frutícolas registam preços classificados por alguns de calamidade (...).</p> <p>(...)</p> <p>Esta situação está a arrastar o preço das terras agrícolas cujos preços por hectare registaram baixas que ultrapassaram os 100%, relativamente à data da integração na comunidade. Os preços da terra de sequeiro na zona de Portalegre atingiam esta semana os 150 contos por hectare, e as terras ocupadas com montado e sobre, os 180 contos. Os preços (...) só registam ligeiras subidas junto à costa do Alentejo e na zona do minifúndio do norte, onde é possível alguma urbanização.</p> <p>Alguns operadores (...) falam de um ‘retorno à realidade’ dos preços das terras agrícolas. Durante os anos que se seguiram à integração, acrescentam, o preço das terras agrícolas sofreu um aumento ‘artificial’ com a euforia provocada pelos incentivos ao investimento da CEE.</p> <p>‘Este movimento trouxe para os campos alguns arrivistas sem nenhuma capacidade para gerir</p>

				explorações agrícolas que agora estão a tentar vender as propriedades para salvarem alguma parte dos seus investimentos', dizem as mesmas fontes."
25/9/92 Pág.11	Regional	Joaquim Henriques	<i>Morte de garças-boeiras</i>	"Os perigos que atingem estas aves são variados: desde os naturais, como os invernos frios e os verões demasiado quentes, que diminuem bruscamente a sua população à secagem gradual das zonas húmidas, cada vez mais valiosos pela sua raridade, ao envenenamento pelo uso de pesticidas e herbicidas, à contaminação da água e também à caça".
23/10/92 Pág.7	Regional		<i>As cidades do Alentejo no limiar do século XXI Reflexões</i>	<p>"É indesmentível a constatação da qualidade de vida proporcionada aos seus habitantes quando comparada com outras, nas cidades alentejanas quando comparadas com outras de semelhante dimensão. A qualidade de vida só foi possível pelo planeamento e gestão integrada dos recursos , pelo poder local" (...).</p> <p>O investimento prioritário no saneamento básico, a intervenção na salvaguarda dos centros históricos e o crescimento controlado da expansão urbanística constituem os factores determinantes geradores de bem estar, segurança e defesa do ambiente urbano. (...)</p> <p>Os PDM devem dar resposta ao crescimento económico com garantia da qualidade de vida das populações.</p> <p>O desenvolvimento da agricultura e a criação de indústrias agro-alimentares constituem os principais e imprescindíveis meios para um desenvolvimento harmónico que ajude a fixar as populações (...)</p> <p>Uma outra área de intervenção geradora de desenvolvimento é o turismo que deve ser planificado na base de cooperação entre cidades que podem desenvolver e oferecer um turismo diversificado.</p> <p>A construção de novas vias de comunicação e renovação das existentes que ligam as cidades do Alentejo entre si e outras cidades do país são um factor determinante do progresso da região (...).</p> <p>O PDM deve contemplar o equilíbrio sociológico entre meio urbano e rural impedindo a desertificação deste. (...)</p> <p>Torna-se importante dotar as zonas rurais de infra-estruturas de saneamento básico, sociais e culturais que promovam a qualidade de vida das populações. (...).</p> <p>Retomar Alqueva com o aproveitamento global do seu projecto e desenvolver as valências do complexo portuário de Sines. (...)</p> <p>Concretização das regiões administrativas como factor de desenvolvimento que respondam às aspirações e interesses das populações (...)".</p>
23/10/92 Pág.9	Regional		<i>Beja "Lobbies distritais procuram estratégia comum para a resolução dos</i>	Nota: fortes críticas de Capoulas Santos convidado aqui a intervir quando ainda era deputado na AR

			<i>problemas do Alentejo os problemas da seca e da indiferença governamental</i>	
23/10/92 Pág.10	Geral		<i>Política agrícola comum é penalizada para o Alentejo</i>	Nota: Congresso promovido pelo FENCA. Carlos Marques: "Em seu entender os agricultores irão estar cada vez mais distantes do mercado, haverá baixas de preços e quebras de produção, aumento do risco e dependência dos agricultores dos poderes políticos". Na abertura dos trabalhos, Abílio Fernandes, presidente da Câmara de Évora, sublinhou que o seu município "tem muito a ver com as questões agrícolas. Toda a actividade municipal se está a desenvolver normalmente menos . comprámos um parque industrial ao Governo e já vendemos lotes que se encontravam urbanizados. O turismo também está a desenvolver-se: quinhentos mil turistas visitam Évora todos os anos. O comércio está a crescer. O que falta? O desenvolvimento agrícola. A reforma agrária foi totalmente destruída. E qual foi a alternativa? Nenhuma? (...)".
30/10/92 Pág. 7	Geral	RR	<i>Agricultores da Margem Esquerda do Guadiana criaram Movimento para o desenvolvimento do Alentejo Onde está o Sr. Ministro?</i>	"No encontro de Manuel Monteiro com os agricultores ficou patente a insatisfação em aceitarem a política de pousio denominada de set asaide porque 'Não querem que lhe paguem para estar sentados à mesa do café. (...)".
30/10/92 Pág. última	Última		<i>Municípios de Alentejo e associação Terras Dentro reuniram a fizeram balanço</i>	"A troca de impressões possibilitou o cabal esclarecimento das entidades presentes designadamente eleitos locais, representantes de associações de Defesa de Património de Mértola, da Esdime da Messejana e da própria AMDB. As entidades presentes concluíram não ter os programas operacionais (fundos comunitários) para o desenvolvimento local, pese embora terem facilitado a construção de elevada número de infra-estruturas e equipamentos. "Na verdade, os pólos industriais de Sines (apesar de ter falhado) e o de Setúbal continuam, tal como Évora, o Litoral Alentejano e de certo modo o Algarve continuam a 'sugar' os recursos humanos do interior. Importa por isso definir projectos e estratégias que motivem os agentes locais, ajudem a fixar as populações, viabilizem as actividades existentes e estimulem as produções locais, salvaguardem a identidade das terras e suas gentes e contribuam para o desenvolvimento rural regional. Nesse sentido, as entidades decidiram prosseguir com os contactos e mobilizar outros agentes de reconhecida importância na vida económica social, no sentido de se avançar com medidas concretas que realizem os objectivos enunciados. (...)".
6/11/92 Pág.2	Editorial		<i>A lógica que o momento consente</i>	"Os alentejanos mais esclarecidos e interessados numa viragem da política nacional que respeite os direitos desta vasta região têm-se batido, em

				<p>diversas instâncias para que os crónicos problemas, que a história criou e os poderes não quiseram ou não puderam resolver, sejam equacionados e tenham soluções compatíveis com os interesses das pessoas aqui residentes.</p> <p>Por isso é de assinalar como positiva a reunião na passada sexta-feira que decorreu em no Governo Civil de Beja. A propósito de analisar os problemas relativos da seca juntaram-se representantes de quase todas as forças dinâmicas do país distrito que, face à globalidade das questões que no presente preocupam a vida regional, quase se esqueceram do objectivo do encontro, para de debruçarem e francamente sobre todos os aspectos que constituem motivo de preocupação e que carecem de medidas urgentes para travar a galopante desertificação, não só das áreas que têm influência, mas do Alentejo em geral.</p> <p>Curiosa, mas com a lógica que o momento consente foi a unanimidade dos pontos de vista. O consenso gerado em torno dos problemas da agricultura e pecuária, da saúde e do ensino, da exploração mineira e do desemprego, da cultura e do desporto, do comércio e da indústria, das reformas e deficientes, do divórcio entre o governo e a região pode vir a dar frutos.</p> <p>Teoricamente podem parecer antagónicos os interesses em jogo. Mas a prática e a conjugação dos esforços levará a que o poder central levará inflicta as suas posições e passe a tratar-nos com a justiça que há muito se reclama.</p> <p>As lutas, as oposições, as propostas, velhas de décadas, continuam actuais. Se finalmente forem canalizadas é da mais elementar razão. Só pecam por tardias.</p> <p>Acreditamos que chegou a hora de o Alentejo se unir. A indiferença e o medo tem que ser banidos das nossas mentalidades. Atitudes enérgicas têm que substituir o tradicional “gentes de brandos costumes”</p> <p>O desenvolvimento e o progresso do Alentejo assim o exigem. Para os que Alentejanos possam viver na sua terra tal como gostam, e não sejam obrigados, a contragosto, fugir para ambientes onde não se sintam infelizes!”</p>
6/11/92 Pág. 3	Opinião	Edelbert Hackengerg	<i>Como estrangeiro entre homens em espingardas</i>	Nota: protesto contra o regime de caça livre.
6/11/92 Pág. 3	Texto	Luís Rocha	<i>Todos os caçadores devem ter acesso à prática da caça</i>	“Muitas destas zonas de caça foram atribuídas a clubes formados por caçadores das cidades e os próprios projectos foram feitos por técnicos de serviços do Estado a troco de algumas centena de contos. Em muitas destas reservas organizam-se batidas ou largadas em que os participantes gastam, em média, cem contos por dia, para fazerem o gosto ao dedo. Em alguns coutos já usam perdizes francesas que não voam e vão comer à mão. Ou então promove-se a caça ao muflão, uma espécie de cabra selvagem que se cria em cativo. O caçador, que eventualmente não tenha dinheiro para estas

				aventuras, fica a ver navios. Mas fica com raiva, é óbvio”.
6/11/92 Pág. 5	Geral	Joana Gomes	<i>A agricultura em ruptura “Sr. Governador defenda os nossos direitos até onde puder, ou demita-se- Manuel Brito</i>	<p>“A agricultura ao entrar em ruptura como está a acontecer, arrasta consigo todos os sectores de actividade económica do baixo Alentejo”, afirmou Manuel Brito presidente da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, durante uma reunião solicitada pelas estruturas económicas da região ao Governador Civil de Beja, Luís Serrano.</p> <p>“Ou o senhor Primeiro ministro nos recebe, nos visita, ou organizamos uma grande manifestação”, ameaçou M. B que fez um apelo ao Governador:”defenda os nossos direitos até onde puder. Quando tal não for possível demita-se porque está a fazer um frete ao governo. (...)”.</p>
6/11/92 Pág. 6	Regional	Luís Rocha	<i>Quem vai receber os 20 milhões da CEE para a agricultura</i>	<p>“O conselho de Ministros da Agricultura da comunidade Europeia, na sua reunião de 26 de Outubro último, aprovou uma ajuda de 20 milhões de contos para compensar os agricultores portugueses pelos prejuízos que tiveram com a seca. Esta decisão comunitária, embora um pouco tardia, veio ao encontro das reivindicações que os agricultores vinham fazendo desde há meses através de manifestações na praça pública ou de acções de protesto procurando chamar a atenção dos órgãos de poder para a situação de calamidade que se vive no sector. Sobre os critérios de distribuição de subsídios:</p> <p>“Qual a entidade que vai decidir sobre a distribuição do dinheiro? O ministérios da Agricultura? Bom, a ideia que se tem é a de naquele ministério há sempre um filho, um irmão, um tio de um grande proprietário alentejano a trabalhar e que o que vai acontecer, oxalá esteja enganado, é que quem vai beneficiar desse dinheiro, em grande parte, serão esses grandes agricultores, os pequenos agricultores,, as cooperativas, agrícolas e as autarquias irão ficar a chuchar no dedo.</p> <p>É óbvio que será muito desagradável se, amanhã, se vier a saber que, à conta dos dinheiros da seca, se aumentou a frota de Range Rover, dos Pajero ou dos Mitsubishi, que circula no Alentejo. É evidente que qualquer cidadão tem o direito de comparar um todo-o terreno, mesmo quando este custe cinco mil contos, como é o caso do Range Rover, e Vêem-se por aí muitos a circular. Mas que o compre com o dinheiro que é dele. Comprar uma viatura com subsídios, quer eles venham do Estado quer da CEE assume foros de escândalo”.</p>
13/12/92 Pág.12	Reportagem	Rafael Rodrigues	<i>Santa Clara de Louredo (Boavista) Uma freguesia ilhada depende de uma cidade</i>	<p>“O principal problema é a falta de construção para construir habitação, para servir de alternativa, neste campo, à cidade.</p> <p>Já temos aprovado, adianta, para construir habitação para os lados da Escola Primária e, como temos pessoas interessadas, inscrevemos no plano de actividades de 1993 essa intenção, na esperança de conseguirmos desbloquear a questão dos terrenos com os herdeiros do Visconde da Boavista.</p> <p>“Mas enquanto tenta resolver esses problemas e vê premiados, no concurso autárquico ‘Rua caiada’</p>

				<p>algumas das suas ruas, pela aldeia grassam galinheiros, sinal de uma vivência comunitária, que a proximidade do Itinerário Principal não alterou. Junto à escola principal, destinado à construção de habitação é talvez dos piores exemplos, nas brincadeiras das crianças podem misturara-se galos e galinhas, pintos, toros de madeira, pregos, latas e placas de lusalite. Só o hábito e a perícia não têm provocado mais males. Por largos e praças 'nascem' diversos 'bairros' de lata, que dão à aldeia, ainda bastante conservada e com bons exemplos de ruralidade, peculiar fealdade .</p> <p>O desenvolvimento da freguesia está dependente dos herdeiros do Visconde e da cidade de Beja. O autarca refere que 'apesar do pouco desemprego, a actividade agrícola deixou de ter pouca expressão. A população activa caminha todos os dias para a capital de distrito. (...)".</p>
13/11/92 Pág.14	Geral	António Murteira (deputado)	<i>Alentejo O futuro decide-se hoje</i>	<p>"Quem viajar pelo Alentejo e falar com as pessoas assentirá facilmente como é já forte um generalizado descontentamento em relação àqueles que, no Governo, nos negam a possibilidade de um presente e de um futuro de progresso e de esperança.</p> <p>(...)</p> <p>A nova base económica regional poderá assentar, fundamentalmente:</p> <p>Numa nova agricultura e pecuária, cuja trave mestra será o Plano de Rega do Alentejo, só possível (...) como empreendimento de Alqueva. (...) Então será possível criar uma economia agrária dinâmica capaz de responder aos desafios nacionais e comunitários e de contribuir para a travar a desertificação e degradação ambiental desta estupenda planície alentejana, única na Europa.</p> <p>Criação de uma base industrial integrada (...)</p> <p>(...)</p> <p>Indústria de produtos de qualidade e tipicamente regionais (...).</p> <p>Zona industrial e portuária de Sines;</p> <p>Aproveitamento das potencialidades turísticas (...)".</p>
20/12/92 Pág.20	Regional		<i>Agricultores Apertam cerco ao governo</i>	<p>Nota: Exigências para pagamento das ajudas prometidas em consequência da seca e pedidos de esclarecimento sobre as consequências da PAC sobre a agricultura alentejana.</p> <p>"Reclamam que a época das sementeiras está praticamente passadas e até à data quase nada foi semeado. A situação 'não só cria graves problemas à agricultura, cujo desemprego é disso reflexo, como, ao contrário, às actividades industriais e nos serviços, já que a única riqueza produzida provém essencialmente da agricultura". Mantém os pedidos de audiência.</p>
20/11/92 Pág. 7	Regional	Luís Rocha	<i>Seminário de Évora sublinha Sector turístico é determinante para o desenvolvimento do</i>	<p>"O distrito de Évora, um pouco à semelhança do que acontece por todo o Alentejo, sofre os efeitos de uma acentuada depressão económica. Esta (...) resulta da degradação da actividade agrícola, da desertificação dos campos, do encerramento de</p>

			<i>distrito</i>	empresas. Para inverter essa tendência negativa há que procurar alternativas de desenvolvimento. Nessa procura de alternativas, o turismo aparece como factor dominante. (...)
27/11/92 pag.2	Regional		<i>Alentejo em Bruxelas</i>	"Sensibilizar a comunidade para a situação no Alentejo um terço de território português, para o qual urge um tratamento especial, devido à crescente tendência de desertificação tanto física como humana". A delegação inclui membros dos municípios de Beja, Évora e Litoral Alentejano. (...)
27/11/92 Pág.13	Reportagem	Joana Gomes	<i>100 pessoas (idosos e alguns jovens) vivem em 8 ha de terra é a Mina da Juliana, onde em tempos idos foi extraído ouro e ferro</i>	"Na Mina da Juliana, a 25 quilómetros de Beja, segundo versões populares, foi outrora extraído ouro e ferro. Já foi habitada por 600 pessoas. Homens e mulheres que se dedicavam à agricultura, pastorícia, ou trabalhavam nas minas de Aljustrel. (...) Hoje a Juliana tem pouco mais de 100 pessoas. Os reformados e alguns jovens que contrariaram as tendências da desertificação humana. Outros são regressados de terras de França, Suíça e até de outros pontos do país. Na povoação de Juliana vive-se da agricultura. E do trabalho em Neves Corvo. Nos curraleiros (quintais) no interior da localidade, as pessoas têm oliveiras, semeiam produtos hortícolas, temperos. É um povo isolado, acham uns, está muito bem assim, pensam outros. O sofrimento dos reformados é provocado, em certa medida pelo isolamento (...). (...) A água canalizada é do Roxo. Mas ninguém bebe da torneira. Enoja-os saber que alguns esgotos, de localidades próximas desaguardam na barragem. Bebem água de fontes e poços carregada a alguns quilómetros de distância."
27/11/92 última	Última		<i>Pias Rurais desempregados avistam-se com Governador civil</i>	"(...) A situação ora exposta ao representante do governo vem na sequência de uma reunião de desempregados da agricultura, entre os quais 64% com idades superiores a 40 anos, e os restantes entre os 25 e os 40 anos. Nessa reunião, foi ainda constatado que 53 por cento destes desempregados não recebe subsídio e os restantes têm os períodos de concessão em fase terminal. O representante do governo admitiu ainda levar o assunto ao conhecimento de agentes de turismo rural para uma tentativa de reconversão profissional, perspectivada com a presumível criação de postos de trabalho".
4/12/92 Pág. 5	Regional	Paulo Barriga	<i>Paredes Meias com a Idade Média Uma população (envelhecida e isolada) de 156 pessoas mantém na povoação de Aivados</i>	"Muitas são as histórias que se contam de como o povo de Aivados (Castro Verde) conseguiu manter aquilo que uns chamam de República, outros de comunidade e ainda outros de mais antiga reforma agrária do Alentejo. (...) Apesar de pouco fértil, este bocado de terra desde sempre marcou a história de homens e mulheres

			<p><i>um estatuto comunal Velha disputa pela posse dos 'rossios' e' baldios'</i></p>	<p>que, pela lei e com vontade, sempre conseguiram afastar a gula sequiosa dos 'grandes senhores'. A última contenda jurídica em que a Associação do Povo de Aivados se envolveu sorriu-lhes n«de novo favoravelmente. Estava em jogo uma fixa de terreno de 117 hectares que a família Falcão reivindicava como sendo sua e que o povo afirmava desde sempre pertencer-lhe. O conflito teve por base a venda de pastagens à referida família que, com o passar do tempo, começou a cultivar o terreno. Este foi também o primeiro grande feito da comissão que está no poder desde 1976 e que com esta vitória homenageia a memória dos seus antepassados. (...) Para defender os interesses patrimoniais implantaram a 'campanha da cal'. Distribuição gratuita para combater a 'arquitectura de emigrante', que aos poucos vai descaracterizando as aldeias e Aivados não é excepção. (...) Para os mais jovens, os horizontes são curtos. A carência de postos de trabalho alimenta sonhos em outras terras. (...). (...) Para os menos jovens, o cante continua a sublinhar a saudade e a melancolia. O grupo coral 'Cantes Livres de Aivados', só pela denominação, representa o sentir de um povo eternamente em busca de piso seu em terra própria, contra tudo, contra todos(..)'. (...)</p>
4/12/92 Pág.6	Regional	Carlos Dias	<p><i>No concelho de Alvito</i></p> <p><i>Negligência de cidadão austriaco provoca toneladas de peixe morto na barragem dos patos</i></p>	<p>"(...) chegados ao local, o cheiro nauseabundo que empestava o ambiente circundante da albufeira, dava a real dimensão do problema (...) toneladas de peixe que boiava morto no charco pestilento e no leito da barragem. (...) eram a substancial fauna piscícola da barragem dos Patos. Argumentaram os responsáveis por aquela solução não julgarem a albufeira ter tanto peixe!!! Entretanto (...) vá de dizer que tanto peixe pouco valor económico tem. Nem mais. O liberalismo mais roto e acelerado faz escola nos campos da planície. (...) (...).A defesa do meio ambiente é um acto de cultura, civilizado. Ficamos a aguardar pelas consequências deste acto gratuito, irracional e que ofende a todos nós."</p>
4/12/92 Pág. 4/5	Regional	Joana Gomes	<p><i>Alentejo: situação dramática Rurais no desemprego e agricultores descapitalizados</i></p>	<p>"O Alentejo está a enfrentar uma situação dramática. Os trabalhadores rurais estão no desemprego. (...). Os agricultores, descapitalizados e vítimas de uma política de indefinição, esperam medidas de urgência. O comércio e a indústria são arrastados. (...) Pias vive da agricultura. De trabalhos sazonais. A grande maioria dos trabalhadores são assalariados. 'Com o desmantelamento da UCP Esquerda Vencerá os mais de 200 trabalhadores rurais ficaram reduzidos a 20 (...)deixando os proprietários vastas áreas de terreno ao abandono', refere Moita Ramanho (delegado sindical). (...)</p>

				<p>Da conversa percebem-se sequelas entre trabalhadores rurais e detentores da terra. Uns e outros estão de costas voltadas. (...).</p> <p>Os trabalhadores acusam que a seca ou a PAC não são desculpas para o elevado índice de desemprego. Há na freguesia de Pias, segundo informações dos trabalhadores, propriedades com água cujas terras não estão a ser devidamente rentabilizadas. (...).</p> <p>Os desempregados falam de subsídios para a seca que só beneficiam os detentores da terra. 'Não lhes chamemos agricultores porque não os são. Deitam as terras ao abandono. Investem os subsídios em carros e apartamentos no Algarve. (...)</p> <p>O sonho daqueles homens é a construção da barragem do Alqueva e também a do Enxóé. 'Dava emprego a toda a gente'.</p> <p>(...)</p> <p>Os agricultores não querem receber subsídios para ficar em casa. Reclamam alternativas viáveis à produção. Apoios à reconversão. Falam em nome da região."</p>
18/12/92 Pág.3	Opinião	Manuel Ramos Lampreia	<i>Primeiro regresso ao meu Alentejo</i>	<p>"Depois de (...) mais de cinco anos, voltei a olhar-te, de perto, minha terra querida. Naturalmente que a génese deste meu sentimento amoroso vem dos primeiros passos, das vivências com os meus companheiros de infância (...) nas imediações da Carreira das Casas da Quinita, onde nasci (...) uma paisagem social que (...) deveria marcar para sempre todos os Verdadeiros Alentejanos.</p> <p>(...)</p> <p>Mas, saudosa Urbe Alentejana, ao atravessar os teus campos, fiquei com a minha saudade enegrecida pelo abandono das terras e a ausência de verdura (...).</p> <p>No regresso à Capital fui pensando com a July, que tínhamos que voltar à terra das minhas origens (...)"</p>
25/12/92 Pág. 3	Opinião	Miguel Ramalho	<i>Água mole em pedra dura</i>	<p>"(...) Na região tem-se preservado um grande potencial para o desenvolvimento e progresso que lhe dá hoje importantes vantagens comparativas em muitos domínios da actividade produtiva, cultural e de bem estar as quais deverão ser aproveitadas para a estratégia de desenvolvimento a prosseguir.</p> <p>(...)</p> <p>Em última instância, a construção do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva criará condições para a preservação de um elemento fundamental da paisagem alentejana: o Homem.</p> <p>(...)</p> <p>É necessário deixar de lamentar as secas (...) e criar condições aos nossos agricultores para produzirem e contribuírem para a riqueza do nosso país. (...)"</p>
25/12/92 Pág. 12 e 13	Reportagem	Joana Gomes	<i>Agricultura não compensa</i>	<p>"Apesar das chuvas caídas nos últimos dias, as perspectivas de um mau ano agrícola e de dificuldades no abastecimento de água às populações continuam a pairar como nuvens negras sobre o Alentejo (...).</p> <p>(...)</p> <p>'(...) se contarmos que há muitos subsídios em atraso, facilmente se percebe a angústia de muitos</p>

				<p>agricultores', disse Henrique Mira Coroa, da Associação de Agricultores do Alentejo.</p> <p>(...)</p> <p>A nova PAC preconiza uma redução nos cereais. No entanto, o Alentejo não está preparado (...) motivo porque a maioria insiste nesta produção. (...) Mira Coroa explica (...) 'Incitaram-nos a modernizar a agricultura, a comprar máquinas e alfaias, a apostar na cerealicultura e por isso, colher árvores, agora contradizem as directrizes. Os agricultores foram ludibriados'.</p> <p>(...)</p> <p>Acusando a posição do Governo pelo total abandono a que são votados os homens do campo, Mira Coroa afirma que 'a seca fez num ano o que a PAC faria em três ou quatro. Veio apressar a morte dos agricultores'.</p> <p>Afirmando que, pelo menos metade dos agricultores vão morrer, Mira Coroa considera que 'com regadios as pessoas podem experimentar novas culturas (...) assim não há alternativas aos cereais.' (...):</p> <p>'A agricultura alentejana atravessa uma fase de indefinição (...).</p> <p>Jorge Fontes, um jovem agricultor de 20 anos explora com a ajuda do pai uma exploração de 200 hectares, queixa-se que a agricultura não compensa. (...).</p> <p>'As perspectivas são poucas e tendem a ser piores. Aliada à PAC que para nós ainda é uma grande indefinição, temos a seca e uma política do Governo de indiferença para com os agricultores. (...).'</p> <p>(...)Conformado com a sua sorte está Mariano Paixão, de 45 anos, que explora 16 hectares.</p> <p>'Pouco sei da PAC, dos subsídios para a seca, dessas coisas que falam acerca da agricultura, porque eu, em vez de andar aí de um lado para o outro, 'É certo que não podemos competir com grandes explorações, mas eu vivo aqui, semeio de tudo um pouco e vendo a minha produção no mercado durante quase todo o ano', continua.</p> <p>'Quando para aqui vim nem água tinha. Devo ao meu trabalho a coisa linda que aqui tenho estado a preparar. Estou a modernizar a minha exploração, assim é sempre possível ter lucros (...).'</p> <p>Considerando os subsídios um truque enganoso, defende que 'a corrida aos subsídios é trazer os agricultores com fome. Assim não fazem caso da vida. É que um agricultor tem de sê-lo a 100 por cento ou mais. Se os preços baixam é preciso trabalhar mais', justifica Mariano Paixão que reconhece situações de injustiça. 'Um quilo e meio de farinha, que custa muito mais barato que um pão, dá para um pão e meio. A diferença de preços sai da pele do agricultor e quem a ganha são os intermediários.'</p>
--	--	--	--	---

Diário do Alentejo	Rubrica	Enunciador-reportador	Título	Resumo
1/1/93 Pág. 2	Editorial		<i>A espera da mudança</i>	<p>“A Oviceja confirmou os resultados de um profícuo trabalho colectivo que oito anos de experiência sedimentaram.</p> <p>As autarquias tiveram um ritmo de realização que , apesar das limitações financeiras do governo revelam uma importância decisiva para a resolução dos problemas das populações.</p> <p>A união de esforços e tomadas de posição que as estruturas socio-económicas (autarquias, sindicatos, associações de agricultores, comerciantes, e industriais) realizaram quanto aos prejuízos provocados pela seca e as soluções apontadas para os minimizar merecem especial realce.</p> <p>Como é também motivo de destaque a velha/nova luta dos alentejanos para que o projecto Alqueva se concretize. Aqui, para além de outras iniciativas, o V Congresso Sobre o Alentejo , convocado exclusivamente para o efeito, foi o ponto alto da reivindicação deste povo.</p> <p>É evidente que não foi ainda este ano que o Alentejo foi alvo da atenção , do respeito e da justiça que há muito espera. As promessas de uma mudança de política virada para a defesa dos interesses das regiões do interior ficaram mais uma vez de pouso ou alqueve, como por já se diz.”</p>
1/1/93 Pág. 2	Opinião	Manuel Vilaverde	<i>Terra Mártir</i>	<p>“Durante longo tempo tem o povo alentejano vindo a sofrer, na carne, na mente, as mais duras privações. Os homens e as mulheres mais velhas guardam no íntimo as mais tristes recomendações que o tempo, a terra e os outros homens lhes deram.</p> <p>Nesta terra esperançosa se perdem e reencontram muitas vezes, e de novo se perdem esperanças, se conheceu o desespero. E desta terra, onde o homem ganhou tão profundas raízes, se começou também a partir para longe , como última tentativa de solução para os males , e, tantas vezes, tão desesperadamente se fez a derradeira viagem para o lugar donde não se volta nunca mais.</p> <p>No tempo que corre surge a planície alentejana minguada de água, num dó de alma. Uma tão prolongada seca se tem abatido, como uma maldição, sobre os homens, os animais e as plantas, sobre toda a terra.</p> <p>Os mais velhos lembram-se doutras secas, e dizem nunca ter havido nenhuma como esta por estas paragens”. (...)</p>
1/1/93 pág. 6	Regional		<i>Estatísticas confirmam mau ano agrícola</i>	<p>“Em consequência da escassa chuva e da falta de perspectivas dos agricultores, a produção agrícola nacional no seu conjunto em 1992 registou um</p>

				<p>decréscimo de 1,9 por cento comparativamente com o ano passado.</p> <p>As fracas perspectivas, tanto ao nível das sementeiras como das colheitas, afectaram os produtos agrícolas que registaram uma quebra de sete por cento.</p> <p>A conjugação das previsões da produção e dos preços do produtor, levou a que o rendimento líquido da actividade agrícola tivesse em 1992 uma evolução negativa de 11 por cento. (...)</p>
1/1/93 Pág. 11	Regional		<p><i>Beja, Aljustrel e Borba aprovam Planos de Actividades e Orçamentos para 1991</i></p> <p><i>Câmaras acusam Governo de afrontar o Poder Local</i></p>	<p>Nota: as críticas ao Governo referem-se a questões orçamentais e à autonomia.</p>
1/1/93 Pág. 12 e 13	Texto	Luís Rocha	<p><i>Depois da cimeira de Edimburgo Governo não pode continuar a ignorar a situação no Alentejo</i></p>	<p>“O Alentejo precisa, o Alentejo merece, o Alentejo tem condições para ser desenvolvido. Continuar a ignorar os grandes projectos que podem conduzir esse desenvolvimento, depois dos acordos firmados em Edimburgo, é uma responsabilidade que o Governo de Cavaco Silva terá de assumir, sobretudo perante as gerações mais jovens .</p> <p>Os grandes projectos: Alqueva e outras barragens, as grandes linhas de atravessamento, promoção turística, rede hospitalar, recuperação de centros históricos, escolas profissionais, ordenamento florestal, perímetros de rega. Todas estas coisas se entrelaçam umas nas outras e um perfeito equilíbrio da região só será alcançado se todas elas forem consideradas neste conjunto de projectos de desenvolvimento”.</p>
1/1/93 última	Breves		<p><i>Grândola contra resíduos tóxicos</i></p>	<p>“Os moradores do concelho de Grândola manifestaram a sua total oposição à instalação de um aterro para resíduos tóxicos no seu município. Esta posição intransigente da população grandolense levou à angariação recente de mais de 5300 assinaturas, segundo informa o Boletim “Grândola” no seu número de Dezembro, editado pela Câmara Municipal.</p> <p>Os abaixo-assinados foram entregues ao Ministro do Ambiente, a quem foi solicitado um pedido de audiência que ainda não se realizou.</p> <p>A concretização da intenção na colocação de resíduos tóxicos em Grândola ‘traria inevitavelmente consequências negativas para a agricultura e o turismo, vertentes prioritárias no desenvolvimento do concelho. Seria aberrante, quando se avizinha um incremento da ocupação turística do litoral, potenciada pela complementaridade das zonas interiores do concelho, a instalação de uma tal unidade, a qual, certamente iria provocar a diminuição de vultosos investimentos no sector. Acresce não possuir o concelho unidades industriais poluentes que necessitem de um tratamento integrado no sistema, sendo injusto que o concelho seja agora prejudicado por um sector industrial do qual nunca beneficiou’, afirma a Comissão de Acompanhamento contra a</p>

8/1/93 pág. 2	Opinião	Miguel Urbano Rodrigues	<i>Os agricultores Europeus e a chantagem dos EUA</i>	Instalação de Resíduos Tóxicos no Concelho de Grândola.” Nota: comentários às negociações do GATT.
8/1/93 Pág. 7	Regional	R. R	<i>Experiência piloto em Moura Sistema ecológico elimina águas ruças dos lagares</i>	(...) “No concelho de Moura, com uma agricultura baseada fortemente na oliveira, nos últimos anos, designadamente nos mais secos, registaram-se sucessivos desastres ecológicos no Rio Ardila, para onde desaguam os efluentes das principais unidades. (....) O presidente da CAMB (Cooperativa agrícola de Moura e Barrancos) assume a quota parte de responsabilidade da cooperativa na poluição do Ardila, mas refere que ‘os esgotos da cidade de Moura poluem ainda mais, porque continuam durante todo o ano, a desaguar no rio sem qualquer tratamento’ Numa altura em que se ensaiam novas tecnologias para extracção do azeite, a região de Moura e toda a Margem Esquerda do Guadiana vivem uma das piores campanhas de azeitona de sempre. Manuel Brito diz que ‘até ao final do mês deverá estar concluída, depois de ter começado em Novembro, atingindo uma produção entre os três milhões e meio e quatro milhões de quilos, ou seja, um terço da média da capacidade de recepção do lagar da cooperativa’. (....) ‘A seca e a tardia chegada dos apoios governamentais para o sector levou à quase completa descapitalização dos agricultores que ‘se encontram em situação muito difícil, a sua maioria de pré-falência’ garante Manuel Brito. (...) ‘Entre dívidas e secas, os trabalhadores ainda estão dispostos a ensaiar novas tecnologias, que permitam uma melhor qualidade de vida, ‘até porque queremos continuar a viver e a trabalhar na terra onde nascemos’, como frequentemente tem referido Manuel Brito.
15/1/93 Pág. 15	Regional	Terras Dentro	<i>Ervas aromáticas, condimentares e medicinais</i> <i>Que perspectivas de comercialização?</i>	“A região alentejana é particularmente rica em espécies aromáticas, condimentares e medicinais. Tem pois todo o interesse a divulgação e o necessário fomento de uma actividade que, no actual quadro Agrícola Alentejano, venha tornar-se uma das culturas alternativas mais credíveis. Vejamus: Em geral as zonas áridas e ensolaradas são ricas em espécies aromáticas e/ou medicinais, o que pressupõe um aproveitamento dos solos degradados. Por outro lado, e depois de um período mais ou menos prolongado de um abandono dos produtos ‘naturais’, provocado pela inovação da indústria química (produtos de síntese), assiste-se, desde os anos 70, a um aumento considerável de interesse pelas ervas aromáticas, medicinais e condimentares. Assim, talvez nos bastasse estar atentos a alguns aspectos, como por exemplo, o facto de as ervas enriquecerem tanto a comida regional alentejana, poderiam após uma escolha, secagem, e embalagem adequadas, ser comercializadas, como as que nós

			<p>adquirimos, mas de importação... e sem qualidade. Na verdade, os tomilhos, orégão, poejos, coentros, mangerona e, analogamente as ervas de cheiro como tília e cidreiras, têm larga procura no comércio das ervanárias. Ora sendo a maioria das plantas citadas próprias da região, afigura-se que, como cultura alternativa, seriam uma das vias a adoptar por pequenos e médios agricultores.</p> <p>Pelas razões expostas - e ainda porque as indústrias baseadas no aproveitamento de matérias primas vegetais se inscreve nas chamadas indústrias limpas -- o seu aproveitamento constitui uma via bastante interessante quer sob o ponto de vista económico-social, quer ecológico. As plantas com aproveitamento como condimentares poderiam originar por exemplo, de imediato, um crescimento de postos de trabalho. Isto porque, com investimentos baixos e tecnologias leves, se poderiam criar a curto prazo condimentos embalados, que continuam a ser importados de França, Espanha e Itália.</p> <p>Pelo quadro referido, facilmente se compreenderá que urge reunir esforços para que se desenvolva um trabalho de sensibilização junto das populações rurais".</p>
22/1/93 Pág. 2	Editorial	<i>As raízes do mal</i>	<p>"(...) Embora se reconheça exagero sensacionalista (na atenção de alguma comunicação social que aborda a situação social no Alentejo) nas referências aos casos de droga, prostituição e fome, o certo é que as circunstâncias em que aqui se vive provocam a proliferação de males sociais. Os trabalhadores sem trabalho, os reformados com irrisórias pensões, as famílias desagregadas pelo êxodo dos membros mais válidos, as dificuldades (...) originadas pela marginalização a que a região tem sido votada são terreno propício para a prática de actividades nocivas ao bem estar e à vida sã das populações.</p> <p>Se a droga e a prostituição tem focos localizados como se vem a afirmar, convém referir que, em grande número de casos, a sua exploração é feita por gente vinda de outras regiões que aproveita a menor atenção das autoridades, natural numa zona pacata que, tradicionalmente, não adere a estas actividades.</p> <p>Já quanto à fome, o caso é diferente. O desemprego provocado pela crise na agricultura e pelo abandono dos campos, agravado pela seca e ainda por falências e despedimentos (...) trouxe aos meios rurais (...) difíceis condições de subsistência.</p> <p>(...) Por todo o Alentejo volta a verificar-se a esmola ou a fome encapotada. Isto enquanto as potencialidades naturais que a região possui continuam à espera de medidas eficazes reclamadas há muito (...)."</p>
22/1/93 Pág. 7.	Regional	<i>Plano e Orçamento da Câmara aprovados Barrancos: 460 mil contos na luta contra o isolamento</i>	<p>"Tal como outros casos, o mais conhecido é Mértola, Barrancos destina uma maior fatia à cultura, desporto, tempos livres, desenvolvimento económico. abastecimento público, comunicação e transportes (...)</p> <p>Para colmatar alguns dos problemas consequentes da interioridade, a Câmara Municipal de Barrancos inicia (...) a construção do complexo municipal de piscinas,</p>

			incluindo balneários e restaurante. (...) "Na área do desenvolvimento económico, a Câmara aposta no turismo através da recuperação de imóveis de interesse histórico/turístico, e de levantamentos arqueológicos. Em termos de estabelecimentos industriais ligados ao abastecimento, deverá ser construída uma câmara colectiva de carnes e feita a ampliação da zona industrial. Deverá ainda ser melhorada a rede de água."	
22/1/93 Pág. 11	Regional	Terras Dentro	<i>Terras Dentro e Campo Arqueológico de Mértola assinam contrato para a execução do projecto ARPHA "Alqueve-Recursos de Património Histórico-Arqueológico"</i>	Nota: Levantamento da informação do património cultural, tendo em vista criação de formas de turismo alternativo, interessado pelas "Terras do Cante" - zona de intervenção do programa leader/Alqueve.
29/1/93 Pág. 2	Editorial		<i>Inversão de Valores</i>	Nota: Reacção contra a falta de atenção concedida pela comunicação social e pela política ao Alentejo, referindo exemplos dos artigos então publicados, conclui: " Comparando isto com a atenção dada a situações gritantes de crise no Alentejo e noutras regiões do interior com o mais que reclamado prosseguimento do projecto de Alqueva ou com o diferendo entre os municípios e o governo, não há dúvida que a grande comunicação social, com estas opções de compromisso presta um mau serviço ao país. A sua actuação (refere-se à comunicação social) provoca o desinteresse do cidadão pelo que é primordial, encaminhando-o para a alienação e para a preocupação sobre valores que não ajudam a criar uma mentalidade conducente ao desenvolvimento e ao progresso a que o homem actual aspira".
29/1/93 Pág. 2	Opinião		<i>Alentejo espera Alqueva</i>	Nota: Petição de 3274 assinaturas em defesa Da construção do Alqueva, entregue na A.R. por autarcas e outras figuras com responsabilidades ao nível da região, na petição lê-se em defesa do Alqueva que: "Água é vida! Para o Alentejo a água transformará extensas áreas de sequeiro em áreas verdes".
29/1/93 Pág. 7	Regional		<i>Associações de Municípios do Alentejo Mais um ano de seca torna situação insustentável</i>	" (...). A água apresenta-se para os alentejanos como factor determinante do seu presente e futuro. (...)".
29/1/93 Pág. 9	Regional		<i>Ovibeja/93 Em Marcha Feira do Alentejo com ideias quer debater futuro da região</i>	"A Ovibeja vai mostrar que o Alentejo tem ideias, pessoas e vontade para aplicar a esta região a ambicionada transformação. Visionam-se já medidas alternativas, às culturas tradicionais. Medidas de reflorestação, agro-turismo, agricultura biológica, produção de carnes de melhor qualidade, são alguns dos caminhos que se abrem" (o jornal citando um comunicado da organização) (**)
29/1/93	Regional		<i>Numa década,</i>	"A reduzida taxa de natalidade e a falta de indústrias

Pág. 9			<i>segundo o censo de 1991 Estremoz perdeu três mil habitantes</i>	são os principais factores para o decréscimo da população no concelho de Estremoz, que nos últimos dez anos perdeu cerca de três mil habitantes”.
5/2/93 Pág. 2	Editorial		<i>A esperança persiste</i>	"Os problemas que o Alentejo vive não são de agora. Os de fundo vêm de todas as eras. (...). As populações rurais dependeram sempre dos grandes senhores da terra. Com trabalho irregular e mal recompensado, só raramente saíam da cepa torta. A riqueza produzida era desviada para outras paragens, tantas vezes dizimada em proveito de casinos (...) ficando para quem trabalha a terra as migalhas regateadas por uma oligarquia sem princípios humanitários. As condições mudaram, é certo (...) só se alteraram num curto período de após o 25 de Abril. Então (no pós-25 de Abril) os campos animaram. Muitos regressaram entusiasmados. As aldeias repovoaram-se. as mais valias resultantes do trabalho eram investidas nas explorações agrícolas ou em benefício de estruturas sociais. A esperança renasceu. No Alentejo iria haver desenvolvimento, paz e alegria. Foi sol de pouca dura. A destruição das cooperativas agrícolas deu lugar à venda das terras a quem, salvo raras excepções, não as usa como bem social. voltou o desemprego. A emigração intensificou-se. São estes (os que ficaram) que suportam os efeitos da crise aguda que a seca prolongada trouxe. São estes que (...) são alvo de intenções caritativas, de atenções momentâneas da comunicação social e de propostas inadequadas do governo (...). Não se acredite, não se queira e não se diga que a subsistência do povo rural é possível através da criação de porcos, galinhas, coelhos ou salsa, coentros e espinafres nos quintais ou logradouros. (...)"
5/2/93 pág. 2			<i>Uma das regiões mais deprimidas da CE Rendimento no Alentejo É um terço da média Europeia</i>	"O Alentejo é a região portuguesa mais desfavorecida. A nível comunitário é igualmente uma das mais pobres, apenas suplantada pelas regiões gregas do Norte do Egeu e do Epiro. (...)."
5/2/93 Pág. 4	Geral		<i>Évora Municípios reivindicaram medidas contra a seca</i>	Nota: análise dos problemas causados pela seca e desencadeamento de acções de sensibilização para a poupar água.
5/2/93 pág. 5	Entrevista	Rafael Rodrigues	<i>Presidente da Acos a propósito da Ovibeja/93 "A agricultura no Alentejo tem de mudar"</i>	"(...)Para Manuel Castro Brito os agricultores (...) estão descapitalizados e tímidos. Se calhar envergonhados porque não conseguem satisfazer os seus compromissos (...). (...)outros sectores que se poderão implementar e que se calhar serão a salvação económica e social da região. Refiro-me aos produtos de qualidade, às agro-indústrias artesanais, turismo rural, essencialmente ligado às excelentes condições naturais, onde incluo a caça, o desporto equestre, ao rio e aos reservatórios de água que poderão surgir no Alentejo.

				<p>(...) Não (...) encaradas como a salvação total da região, mas numa perspectiva de uma componente para evitar a desertificação humana e paisagística.</p> <p>(...)</p> <p>Vamos concerteza aproveitar a ocasião para chamar a atenção para os problemas dos agricultores (...) mas não só. Também para os dos trabalhadores agrícolas, das empresas ligadas à agricultura. (...).</p> <p>Os habitantes do Alentejo, os agricultores e as pessoas do meio rural, terão que ser compensadas, porque se pretende que abandonem o sector primário e passem para os tais outros sectores.</p> <p>De certa maneira é um retorno ao passado, mas numa atitude positiva, de conservação do solo, ecológica e da qualidade de vida. Nos meios rurais tem que se voltar ao passado, não no aspecto negativo, mas no aspecto positivo. Essa mudança requer investimentos e é esse investimento que as zonas rurais do baixo Alentejo precisam para operar.</p> <p>(...) se queremos ter turismo de qualidade são necessários meios de comunicação e informação para chegar aos consumidores e a lutar pela manutenção do ecossistema. Haverá ainda que colmatar as dificuldades que foram deixadas pelo abuso da utilização dos solos, pela destruição da floresta mediterrânica que terá de ser reconstruída (...).</p> <p>(...) (os agricultores) têm sido induzidos em erro. Investiu-se muito na modernização e no aumento da produção (...) agora diz-se o contrário. (...). Num espaço de dois anos tudo mudou (...) não só para os agricultores, mas também para as populações do mundo rural (...).</p> <p>(...)</p> <p>Temos duas mensagens: aguentar esta situação, porque melhores dias hão-de vir, não deixando que as pessoas abandonem a região; ao mesmo tempo encarar este novo mundo (...) e que se faça alguma coisa para que seja possível! (...)”</p>
5/2/93 pág. 9	Regional	R.R.	<p><i>Plano para a margem esquerda do Guadiana apresentado na Assembleia da República</i></p> <p><i>“Governo é responsável pela situação”</i></p>	<p>“António Murteira, deputado eleito pelo Círculo de Beja, apresentou esta semana na Assembleia da República um Projecto para fazer face à grave situação económica, social e ecológica na margem esquerda do Guadiana.</p> <p>Os tópicos do projecto de resolução foram apresentados esta semana em Serpa, no final de uma reunião do parlamentar com quadros das organizações concelhias do PCP da margem esquerda, que engloba os concelhos de Barrancos, Moura, Serpa e Mértola. António Murteira disse que o documento reúne “um levantamento sério dos problemas da zona, executado com base nas visitas efectuadas aos concelhos (...).”</p> <p>“Face à desorientação dos agricultores devido à seca e perspectivas da Política Agrícola Comum, o parlamentar comunista propõe a elaboração de um Programa de Orientação e Reconversão Agrícola da Região, definidor de alternativas que se colocam.</p> <p>O deputado comunista propõe ainda assegurar preços de garantia à pecuária, a concessão de indemnizações pelos prejuízos causados pela seca na agricultura,</p>

				<p>pecuária e floresta no ano agrícola de 92/93, a abertura de uma linha de crédito bonificado para o ano em curso, e uma moratória, sem juros, por um período de 18 meses para créditos assumidos para investimentos nas explorações afectadas pela seca.</p> <p>Para António Murteira, as 'dificuldades que se vivem na agricultura não são o resultado da seca, mas da falta de medidas de fundo, verificando-se um retrocesso a nível nacional em todos os sectores agrícolas em cerca de 25 por cento, valores muito superiores para o Alentejo'. (...)</p> <p>'A questão de fundo do desenvolvimento da região' é para António Murteira a construção da Barragem do Alqueva e a concretização do Plano de Rega do Alentejo 'sem o que nada é possível'. O abastecimento da água às populações é outra das preocupações manifestadas. Neste campo, o projecto avança com a urgente execução da Barragem do Enxoé, um projecto já aprovado pela Direcção Geral dos Recursos Naturais (...). Outra proposta contempla o apoio técnico e crédito bonificado e de longo prazo para armazenamento de água.</p> <p>(...)</p> <p>A proposta do parlamentar comunista considera ainda a necessidade de concessão de subsídio de desemprego a todos os desempregados, bem como a contagem desse período como tempo efectivo de serviço, e a criação de programas de ocupação de trabalhadores nessa situação. ' Só nos concelhos de Barrancos, Moura e Serpa, garantiram o deputado e o autarca (presidente da Câmara de Serpa), existem 3.654 desempregados registados nos respectivos serviços, 700 dos quais recebem subsídio, situação agravada pelo quase total abandono das certas herdades, bastando citar como exemplo, a Herdade do Facho, em Vila Nova de São Bento, que chegou a ter 300 trabalhadores ao seu serviço e agora está totalmente inculta'.</p> <p>António Murteira acrescenta que 'o PSD e Governo têm que ser responsabilizado pela política seguida, de total abandono do Alentejo', assegurando que irá visitar brevemente o concelho de Odemira, estando ainda a acompanhar de perto a situação que se vive nas pirites alentejanas e o projecto de utilização da Base Aérea de Beja pela aviação civil (...).</p> <p>O parlamentar comunista deixou no ar ainda a hipótese de uma manifestação da população da margem esquerda do Guadiana, com o apoio das autarquias, sindicatos e outras estruturas da zona, para denunciar 'a política governamental até agora seguida, que está a levar à desertificação humana e paisagística do Alentejo'".</p>
5/2/93 Pág. 17	Regional	Terras Dentro	<i>Queijos e enchidos</i> <i>"Notícias de uma morte anunciada"</i>	<p>" 'Há algumas décadas as nossas aldeias eram industrializadas'. Tinham panificações, alfaiates, ferreiros, moagens, lagares, carpintarias, alfaiates, ferreiros,, sapateiros, e várias outras actividades que desapareceram face à impossibilidade de competir com as economias de escala e os modelos de consumo massificados.</p> <p>Em que medida a flexibilidade de produção permitida</p>

				<p>pelas novas tecnologias e a procura de formas personalizadas de consumo não poderão abrir novas oportunidades de desenvolvimento de actividades não agrícolas em áreas rurais? (Doc. Ministério do Planeamento e da Administração do Território – O Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural).</p> <p>A existência em Portugal de um número significativo de produtos alimentares transformados numa base artesanal e com meios que não ultrapassam muitas vezes o saber fazer familiar, constitui uma riqueza patrimonial que importa preservar, proteger, valorizar. Principalmente nas zonas rurais, estas 'indústrias' constituem factor importante de dinamização da economia local, ao contrário de outras que, procurando vantagens comparativas no avanço tecnológico e produção massificada, em nada se ajustam às necessidades locais.</p> <p>No caso da região alentejana, existem, de há muito tempo, inúmeros produtos de fabricação tradicional, como azeite, os doces, o mel, os queijos, os enchidos e fumados, naturais reminiscências de outras gentes. No particular, dos queijos, enchidos e fumados, produzidos ainda em moldes e segundo técnicas tradicionais, o que na realidade lhes confere características específicas que os distingue à vista desarmada, de outros que por outros lados abundam. Assim, afortunadamente, esta teimosia do palato continua a preservar a rouparia, a casa dos enchidos, e o fumeiro, locais onde apetrechos e engenhos rudimentares conciliam tarefas com outros mais modernos de forma a suavizar o trabalho das gentes. Gentes, que do asseio fazem ponto de honra, e é uma constante nas suas vidas, salvaguardando assim a higiene daquilo que produzem.</p> <p>São estas pequenas 'fábricas' do genuíno que é preciso preservar.</p> <p>Contudo, a inexistência de uma política esclarecida de protecção a este potencial endógeno, tem resultado no desaparecimento e abandono dum número significativo destas actividades, cujas consequências têm repercussões graves no tecido económico, como nas esferas social e cultural.</p> <p>Por outro lado, as perspectivas de desenvolvimento comunitário advertem a que se privilegiem, para as zonas rurais, actividades pouco dependentes de factores externos e com capacidade para valorizar os recursos naturais e humanos locais.</p> <p>Actualmente, no respeitante às indústrias de salsicharia e queijaria o regulamento em exercício prevê a classificação B e C, sendo a última por balizamento quantitativo da produção, que enquadra presentemente o licenciamento para as unidades de pequena escala (artesaniais). (...)"</p> <p>Nota: os valores apresentados são ordens de grandeza que apresentam um tipo de investimento "incomportável para os empresários de pequena escala artesanal, principalmente no caso de unidades já em funcionamento, que necessitam de pequenas remodelações para estarem de acordo com a</p>
--	--	--	--	---

				<p>legislação e que na maior parte dos casos, funcionam em complementaridade com actividades agrícola ou de pequeno comércio, como forma de complementar rendimentos.</p> <p>Manifestamente, estamos na presença de regulamentação que não se coaduna de forma nenhuma com o funcionamento destas unidades com carácter artesanal, que pressupõem processamentos (de matéria-prima muito mais baixos).</p> <p>(...)</p> <p>Perante isto, esperamos que brevemente possamos contar com instrumento legal que viabilize moderações e futuros projectos que conciliem as normas actualmente exigíveis com as características do tradicional”.</p>
5/2/93 última			<i>Seca no país é a pior deste século Alentejo reclama medidas</i>	<p>“O país, em particular o Alentejo, está a viver a pior seca do século, com dois anos consecutivos sem chuva.</p> <p>As chuvas caídas em Dezembro e no final de Janeiro foram insuficientes para alimentar as culturas, refazer os lençóis de água e encher barragens.</p> <p>Choveu, mas o Alentejo continua com sede (...).</p> <p>(...)</p> <p>“O Conselho Regional do Alentejo deliberou exigir do Governo medidas urgentes de apoio financeiro às Câmaras Municipais, para fazer face, no imediato, às situações mais graves, assim como a todos os que são lesados pela seca. Designadamente os agricultores.”</p> <p>(...)</p> <p>“As autarquias e muitas outras entidades da região defendem como melhor solução para o problema a construção do empreendimento de Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo.”</p> <p>(...)</p> <p>“As pequenas albufeiras, apresentadas por alguns técnicos e associações de defesa do ambiente como alternativa à barragem do Alqueva não constituem solução e o período de seca veio provar a sua incapacidade . (...).”</p>
12/2/93 Pág. 2	Editorial		<i>Alqueva de novo em foco</i>	<p>“Só por isto, em termos sociais, ela se justifica. Mas por tudo o mais (desenvolvimento económico, produção de energia, turismo, pesca, modificação do ambiente, etc.) reabilitem-se os poderes do tremendo erro cometido.</p> <p>O bem estar das populações e o desenvolvimento de uma região não tem preço. É sempre um investimento reprodutivo . (...).”</p>
12/2/93 Pág. 3	Regional	Rafael Rodrigues	<i>Carlos Pimenta, eurodeputado do PSD em Beja Alqueva: “uma obra faraónica, um elefante branco não viável”</i>	<p>Nota: comentário marcadamente opinativo a propósito da visita do deputado Carlos Pimenta a Beja e das críticas que teceu em torno da viabilização da barragem de Alqueva.</p>
12/2/93 Pág. 10	Regional		<i>CAN organiza jornada nacional Em defesa do mundo rural</i>	<p>“A CNA realiza em Lisboa, no dia 31 de Maio, uma jornada nacional de ‘Defesa e desenvolvimento do mundo rural’ para sensibilizar a ‘população urbana, a opinião pública e os órgãos de soberania centrais para o preocupante contexto em que já se vive hoje no</p>

				<p>nosso mundo rural'.</p> <p>A CAN lançou um apelo a outras entidades e organizações ligadas ao sector para que se associem a esta jornada, porque 'entrou já na recta final o processo de destruição da lavoura e de ruína dos agricultores portugueses em virtude da aplicação da Política Agrícola Comum'.</p> <p>Esta organização considera que 'sem agricultores não há mundo rural e que com a destruição do sector agrícola outros também vão desaparecer, contribuindo para o 'acelerar da degradação humana e social de vastas regiões e agudizar os problemas das populações citadinas' ''.</p>
12/2/93 Pág. 11	Regional		<i>Ovibeja/93 avança na rota dos pastores</i>	<p>"Na rota dos pastores é a designação do programa para jornalistas que o secretariado da Ovibeja/93 (...)</p> <p>O programa, concebido em função dos ciclos económicos, paisagísticos, culturais e sociais da região, permitirá o convívio entre profissionais da comunicação social e representantes de entidades oficiais e das chamadas forças vivas regionais.</p> <p>Entretanto, a Acos emitiu um comunicado em que afirma sua convicção que 'cada árvore a menos nesta região representa mais um camelo a avançar no deserto', constituindo a seca, pelo segundo ano consecutivo, uma ameaça para quem 'aquí quer continuar a viver'.</p> <p>Para a Associação, o desenvolvimento está ligado à água e essa só pode ser conseguida com a barragem do Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo, condições necessárias para revitalizar o tecido económico e impedir a desertificação humana e paisagística.</p> <p>A Acos manifesta a opinião de que 'a seca pode ser domesticada, se aos homens forem dadas as condições para tornar mais generosa a natureza', situação a que está associado aquele empreendimento do Grande Rio do Sul: o Guadiana.</p> <p>'Se a agricultura tradicional tem dos dias contados, acrescenta, por imposição da internacionalização das economias, então que sejam concedidos aos alentejanos os mecanismos financeiros e outros, capazes de erguer os diques contra o avanço do deserto'.</p> <p>As alternativas para desenvolvimento do Alentejo passam pelo 'repopoamento da floresta mediterrânica e a recuperação dos modos de vida a ela associados, a agricultura biológica, a integração ecológica das comunidades humanas, o turismo de expressão rural, a reanimação, de actividades tradicionais criadoras de produtos de alta qualidade'.</p> <p>É neste cenário e este o quadro que a décima edição da Ovibeja vai traçar, na afirmação das 'esperanças e das potencialidades' da região, num acto de 'regionalização' e uma 'manifestação de confiança no muito que o Alentejo tem para oferecer a Portugal' ''.</p>
12/2/93 Pág. 15	Regional	L.R	<i>Falta de água no Alentejo: A culpa não é só da seca</i>	<p>"A terra está seca, as pastagens não crescem e é um dó de alma ver os animais à procura de erva que não existe. Os prejuízos são enormes e há explorações em plena falência. Só os produtores do Vale de Sorraia, na região de Mora e do Couço, devem à banca cerca de seis milhões de contos e não sabem onde ir buscar</p>

				o dinheiro. (...)”. (Nota: continua com a questão das barragens)
19/2/93 Pág. 2	Opinião	(deputado António Murteira)	<i>Plano de emergência para a margem esquerda Governo não pode adiar medidas contra a crise</i>	Nota: reprodução da intervenção do deputado António Murteira à Assembleia da República sobre o plano de emergência para a margem esquerda do Guadiana.
19/2/93 Pág. 14/15	Reportagem	Joana Gomes	<i>Freguesia de Canhestros comemora 5º aniversário Hoje, como há cinco anos, garantir um futuro melhor</i>	"(...) O trabalho voluntário dos habitantes de Canhestros (para construção de um centro cultural) nasceu quando da inauguração da junta de freguesia em Fevereiro no ano passado. A partir daí a Comissão Feminina, constituída por 14 mulheres, começou a promover bailes, tiros aos pratos (...) todo um rol de iniciativas que já lhes rendeu 1500 contos. (...) Até à data não havia locais de convívio ou de festas adequados. Em Canhestros (freguesia do concelho de Ferreira do Alentejo, com 700 habitantes) não é hábito as mulheres frequentarem os cafés. (...) 'Os homens no final da tarde ou aos fins de semana iam para a taberna. Os que têm horta iam para lá trabalhar. As mulheres como não vão ao café ficavam em casa. As pessoas quase não falavam umas com as outras. Este projecto (construção de um centro cultural) veio trazer nova vida a Canhestros. As pessoas vivem em conjunto, ajudam-se e sabem que estão a trabalhar em seu benefício', acrescentou um jovem floricultor. (...)”.
26/2/93 Pág. 1	Primeira		<i>Alqueva será vitória do Alentejo</i>	Nota: a propósito da deslocação do primeiro-ministro ao local da Barragem do Alqueva.
26/2/93 Pág. 2	Editorial		<i>Mais vale tarde ...</i>	“A comunicação social nacional tem, nos últimos tempos, dado algum realce aos problemas do Alentejo. É certo que nem sempre com a objectividade que se justifica. Em todo o caso o país foi alertado para a grave situação que aqui se vive. (...) Para além do êxodo rural tão do desagrado dos alentejanos, os que ficam sentem os efeitos da falta de medidas atempadas. O comércio, a pequena indústria, a agricultura passam por um difícil período (...). O desemprego cresce nos campos (...) os agricultores descapitalizados manifestam-se preocupados com as dívidas aos bancos e as altas taxas de juro (...). Surge agora no horizonte das hipóteses uma solução há muito reclamada. A construção da barragem de Alqueva e os projectos inerentes (...)”.
26/2/93 Pág. 5	Regional	J. G	<i>Devido à seca que atinge a região Campanha do tomate comprometida no Baixo Alentejo</i>	“A campanha do tomate está comprometida na nossa região. A começar em Abril, deverá situar-se a menos de 50 por cento do que é habitual produzir. Entre as causas contam-se a falta de água em Ribeiras e Barragens, incluindo a do Roxo (...). Outro factor importante é a situação de ruptura em que se encontra a maioria das empresas de concentrado. (...)”.
26/2/93 pág. 6	Regional	Luís Rocha	<i>Reguengos de Monsaraz Um concelho à</i>	“Reguengos de Monsaraz é um concelho com grandes possibilidades de desenvolvimento em termos económicos. Uma boa parte dos seus 461 quilómetros

			<p><i>procura de futuro</i></p> <p>quadrados é ocupada por grandes áreas de vinha e de olival. (...).</p> <p>O artesanato tem grandes expressão, sobretudo as olarias de São Pedro do Corval.</p> <p>A nível da promoção turística também existem grandes potencialidades: os seus monumentos megalíticos e a vila de Monsaraz constituem permanentes pontos de interesse (...)."</p> <p>Para o orador (eng. Em representação da Cooperativa Agrícola de Reguengos de Monsaraz nas jornadas de desenvolvimento) 'os tempos são de mudança e os agricultores terão cada vez mais, de utilizar a contabilidade como instrumento de gestão; quer no planeamento, quer no funcionamento da exploração e não interessa criar stocks, mas sim vender'.</p> <p>(...)</p> <p>Menos optimista foi a comunicação do professor Carlos Marques, da Universidade de Évora. (...) A nova PAC (...) 'terá profundas implicações económicas e sociais no Alentejo', (...) há efeitos inevitáveis: os agricultores e as empresas agrícolas terão mais longe do mercado; a baixa dos preços levará a quebras de produção; o risco e a incerteza aumentarão para a gestão das empresas (...) diz o professor que 'difícilmente serão aproveitados os fundos disponíveis dos programas de ajuda a investimentos na modernização (...)'.</p>
26/2/93 Pág. 8	Regional	<p><i>Encontro sobre "A degradação dos montados em Portugal" Sobreiros e azinheiras doentes</i></p>	<p>" 'Não há tempo a perder. A tão apregoada Reforma da PAC, pondo termo ao ciclo dos cereais, vem realçar o relevante papel dos montados portugueses', afirmou Duarte Chagas, presidente da Associação de Agricultores do Concelho de Almodôvar, no encontro sobre montados naquela localidade.</p> <p>(...)</p> <p>Há 70 anos que se fala na doença dos sobreiros e azinheiras.' Neste condicionalismo, não admira que a desertificação ambiental e social paire sobre nós, transformando os campos em regiões inóspitas, lançando no desemprego milhares de trabalhadores', disse ainda Duarte Chagas no encontro que dividiu investigadores e agricultores. (...) nota (aparentemente, por os agricultores exigirem medidas concretas e imediatas)</p> <p>'Estamos a ser dizimados e não podemos permiti-lo os sobreiros que existem neste momento são cerca de 20% dos que restaram dos que já foram abatidos por doença', referiu um elemento da Associação dos Agricultores local.</p> <p>'Na defesa do montado não é só uma questão económica que está em causa', afirmou outro agricultor, José Mestre, que lamentou não estar ali o poder político. (o ministro, convidado, fez-se representar).</p> <p>'Nós pretendemos sensibilizar o poder político e os governantes não aparecem. O governo foi delegando, delegando, até à Direcção Geral das Florestas. Se acaso houvesse um contínuo, a delegação seria nele. O poder político não se assume também com responsabilidade no sector social, e quanto à desertificação do Alentejo?', perguntou José Mestre.</p>

				<p>'É importante que se tratem os nossos montados. Tendo em conta o peso do arvoredo no produto da economia nacional, é obrigação do governo dispensar uma rubrica para a melhoria dos montados', concluíram os presentes, referindo o aproveitamento da PAC para a valorização e recuperação dos montados'.</p> <p>Os presentes criticaram ainda a ausência da Câmara Municipal de Almodôvar: 'lamentamos o alheamento da autarquia', referiram (...)"</p>
26/2/93 Pág.11	Regional		<p><i>Avis</i> <i>Crise económica</i> <i>atinge todos os</i> <i>sectores</i></p>	<p>"Para o Partido Comunista em Avis, a política que culminou com a 'destruição parcial da Reforma Agrária no concelho e alguns erros praticados nesta importante conquista', levou ao desemprego e à migração no sector agrícola. 'A agricultura atravessa grandes dificuldades devido à Política Agrícola Comum e à invasão de produtos estrangeiros colocados no nosso país a baixos preços, criando aos pequenos agricultores e às suas famílias graves prejuízos, notando-se em Avis algumas dificuldades' (...)"</p>
26/2/93 Pág. 13	Opinião	<p>Luis Raposo ; Manuel Bravo; Ana Benedita, vereadores da CDU na Câmara Municipal de Moura</p>	<p><i>A propósito de uma intervenção sobre o mundo rural do Ministro do Planeamento e da Administração do Território</i></p> <p><i>Estará o Alentejo condenado ?</i></p>	<p>"Têm sido divulgados nos últimos tempos números e informações que (...) confirmam (...) a progressiva degradação social e ambiental do Alentejo, incluindo uma contínua quebra demográfica.</p> <p>De um ponto de vista conjuntural, a catastrófica seca que atinge pelo segundo ano consecutivo a região, em especial a margem esquerda do Guadiana, agrava a crise agro-pecuária e toda a actividade económica local, criando situações sociais dramáticas (...).</p> <p>(...)</p> <p>Um outro conjunto de dados (...) foi revelado pelo ministro do Planeamento e da Administração do Território durante umas jornadas de reflexão sobre o PRD e o mundo rural'. (...) Tal tendência de desertificação do campo e de repovoamento das cidades quereria dizer que 'dentro de uma ou duas décadas, iremos olhar para dezenas ou centenas de aldeias fantasmas, na melhor das hipóteses habitadas em Agosto e Setembro'.</p> <p>(...)</p> <p>O ministro (...) entende que 'o destino mais natural' das 'zonas agrícolas pobres, de baixa densidade demográfica e sem grandes recursos para reter a população' será 'o da produção florestal e da ocupação por uma rede de centros mais espaçada. Refere mesmo casos em que 'a melhor solução seja transformar uma aldeia inteira numa espécie de pousada, frequentada por forasteiros de fim-de-semana ou de férias concentradas ou repartidas'!</p> <p>(...)</p> <p>Como solução para o Alentejo rejeitamos com firmeza a visão catastrofista de que a região está condenada a ser uma zona de florestação, ou de turismo rural para os habitantes das grandes cidades e estrangeiros.</p> <p>(...) o desenvolvimento do Alentejo passa por grandes obras estruturantes de iniciativa estatal (...), com a construção de Alqueva e de outras barragens (...), passa por uma nova política agrícola (...). A luta contra o subdesenvolvimento do Alentejo passa</p>

5/3/93 Pág. 5	Entrevista	Joana Gomes	<p><i>Mário Eugénio Presidente do NERBE</i></p> <p><i>"Há um divórcio entre os agricultores o Governo e a Comunidade Europeia"</i></p>	<p>também pela regionalização (...)"</p> <p>"Existe um divórcio entre os agricultores, a política do país e a comunitária, defende Mário Eugénio, agricultor e director do Núcleo de Empresários Agrícolas do Distrito de Beja NEARBE.</p> <p>Mário Eugénio garante que a construção da barragem de Alqueva não é suficiente para a resolução dos problemas do Alentejo: terá de ser mudada a estrutura fundiária, uma mudança de mentalidades, e um ajustamento entre a política e a realidade agrícola.</p> <p>A agricultura que 'tem sido sempre um parente pobre dos outros sectores' está a ser prejudicada pela PAC, a qual 'tem sido responsável pelas falências de agricultores', adianta.</p> <p>(...)</p> <p>'O maior problema é a falta de preparação dos agricultores alentejanos para concorrer no mercado europeu (...).</p> <p>'Os grandes problemas são a reduzida capacidade de produtividade por hectare, o clima, os custos de produção (...).'</p> <p>'Quando entrámos na CEE fomos iludidos. (...). Mas a culpa não é só de quem nos governa. (...). Eu não acredito que os dirigentes associativos não estivessem informados das consequências da nossa entrada na CEE'.</p> <p>'Os agricultores foram enganados porque além de terem ido atrás da orientação que definia e incentivava ao investimento e à modernização (...) raros foram os projectos que agraciaram os pequenos e médios agricultores.</p> <p>A reforma da PAC vem no sentido não do aumento da produção, mas numa congelação ou redução do que já se produz.</p> <p>(...)</p> <p>se o sequeiro não é actividade rentável, deverá apostar-se no regadio como alternativa. Nós temos sido a favor de Alqueva, mas não é só Alqueva (...)</p> <p>Terá de ser mudada a estrutura fundiária (...)</p> <p>Terá de haver estratégia vinda de cima que defina o que se deve produzir (...) por outro lado, uma mudança de mentalidades porque continua a fazer-se agricultura do mesmo modo que há 20 ou 30 anos.</p> <p>(...)</p> <p>O agricultor vai aguentando como pode. Não desiste facilmente. O homem do campo habituou-se a sofrer. Quanto mais pequeno é, mais habituado está a sofrer (...)</p> <p>facto que me leva a concluir que não é bem a seca que leva à falência. (...).</p> <p>A PAC é a grande responsável pelas falências (...).</p> <p>(...) No Alentejo os pequenos produtores terão como saída uma reforma para minimizar a situação de falência (...). Mas a reforma antecipada é condicionada: os beneficiários têm que ser agricultores a tempo inteiro. Têm de estar colectados como agricultores ou produtores. A grande maioria aqui não está nessas condições.</p> <p>(...)</p> <p>No Alentejo os cereais serão sempre feitos. Poderão é ser racionalizados, uma vez que há terras em que não</p>
------------------	------------	----------------	--	--

				<p>compensa.</p> <p>(...). A pecuária é uma das alternativas, mas está aliada aos cereais. Os prados permanentes não existem. São aproveitados durante alguns meses e nos restantes os animais terão de comer as pastagens secas, a palha, os restolhos.</p> <p>(...)</p> <p>Os agricultores também não participam, embora lamentem que não haja mudança. Não se sentem responsáveis, parte integrante do processo. Estão sempre à espera de um deus que lhes resolva os problemas, ou que minorize os problemas.</p> <p>(...)</p> <p>O agricultor não tem espírito empresarial. Pode ser que a geração mais moça, os que começam agora a fazer agricultura tenham outra visão.</p> <p>(...)</p> <p>'Queremos Alqueva, temos direito a produzir no Alentejo' é o lema do encontro promovido pela CNA em conjunto com a ANAP e o NERBE, numa perspectiva de encontrar soluções para a agricultura. A defesa do mundo rural é a máxima através da qual serão feitas considerações e debates."</p>
5/3/93 Pág. 6	Regional		<p><i>CAN promove encontro em Évora no dia 9</i></p> <p><i>Agricultores alentejanos sentem-se enganados</i></p>	<p>"Os agricultores dizem que foram enganados. E porquê? Porque lhes prometeram condições para que as suas explorações fossem melhoradas, disseram-lhes que iriam ter acesso a novas tecnologias de modo a poderem competir com os agricultores da comunidade e o que acontece é isto: quem investiu nesse sentido está a ir à falência e não vê perspectivas de viabilidade para a sua exploração; quem não investiu tem outro tipo de problema: a situação de falência não é para já porque não fez investimentos e, nessa medida, não tem que pagar juros que, diga-se, são altíssimos, mas não se apetrechou com os equipamentos necessários para poder concorrer com os produtores da comunidade. Foram enganados, dizem, porque lhes apontaram um caminho e o que acontece é que estão a percorrer outro e sem futuro. Isso mesmo foi dito em Évora no decorrer de uma conferência de imprensa promovida pela CAN realizada no Monte Alentejano no dia 25 de Fevereiro e na qual participaram Joaquim Casimiro, da direcção daquela organização de agricultores portugueses (entre outros).</p> <p>(...)</p> <p>João Fernando, Associação de Agricultores do Norte Alentejano de Portalegre, o que preocupa os alentejanos 'é a actual situação da agricultura que está a levar os agricultores e as suas organizações à falência e isto numa região com potencialidades agrícolas e sem que apareçam alternativas - se é que há alternativas - à agricultura, aqui na região'.</p> <p>(....)</p> <p>'Com a reforma, da PAC os cereais vão enfrentar graves problemas: o gado já está a enfermar problemas ao nível do escoamento e dos preços, preços estes que caem de ano para ano. Em contrapartida, os factores de produção, contrariamente àquilo que era dito que, com a nova PAC, os factores</p>

			<p>de produção iriam baixar, pelo contrário, têm aumentado, como é o caso das rações e outros, e é insustentável para os agricultores produzirem nestas condições.</p> <p>Se não forem tomadas medidas eficazes e urgentes (...) a verdade é que a nossa agricultura irá à ruína'. E com a agricultura vão outros sectores a ela ligados designadamente o comércio de factores de produção, oficinas de reparação das alfaias agrícolas, etc. Também o comércio em geral vai sofrer com isso se não houver rendimentos, se não houver trabalho aqui na região, conclui o agricultor de Portalegre.</p> <p>Por seu turno, Joaquim Casimiro, da direcção da CAN, expressou a opinião de que a política agrícola deste Governo, a reforma da PAC, Maastricht e o GATT estão a destruir a agricultura portuguesa e, com essa destruição se sente a agricultura alentejana. A seca, disse, é muito, mas a seca não é tudo. Pior do que a seca é, por outro lado, a política agrícola levada a cabo por este Governo e, por outro lado, os acordos que assinou em relação ao próprio GATT e à própria PAC'."</p>
5/3/93 Pág. 9	Regional	<i>"Inventar maneiras de aqui ficarmos"</i>	<p>"Na Rota dos pastores, um programa da Associação de criadores de ovinos do sul (ACOS) de promoção da décima edição da Ovibeja, percorreu montes e cabeços, serra, planície, rouparias e unidades de agroturismo, uma realidade onde os homens 'inventam as maneiras para ficarmos aqui' e de que o certame será o fiel depositário.</p> <p>Os homens destas terras, prenhes de saudade, solidão e sede, recusam-se a aceitar o destino que lhes parece traçado pela Política Agrícola Comum (PAC) e pela escassez da chuva, que retalha estes terrenos onde se perde a sua memória. A Ovibeja é a redução desta vontade, rebuscada no consenso entre as várias entidades, ou, como dizia Castro e Brito, (...) a forma de 'inventar as maneiras de ficarmos aqui'.</p> <p>(...)</p> <p>A escola Profissional Agrícola de Serpa é um dos locais onde se procura um novo relacionamento e as formas de criar as alternativas de cultura para a região. Nelson Correia, responsável pelo estabelecimento de ensino (...) refere que 'estamos a preparar os futuros agricultores, mas até agora tem faltado a ligação aos empresários'.</p> <p>Alqueva para já continua a ser como que uma miragem.</p> <p>Nelson Correia pergunta que 'regadio e onde é que vai ser feito? Não tem havido alternativas, nem qualquer orientação. Fomos enganados, como o foram os agricultores. Hoje já não fariamos o investimento de 40 mil contos em maquinaria'.</p> <p>De engano em engano se percorrem os caminhos deste Alentejo. A pecuária, os ovinos, os caprinos que deram expressão à Ovibeja, os produtos de qualidade complementares como o Queijo de Serpa, o agroturismo são algumas das hipóteses que se desenham neste quadro definido pela política comunitária. Os cereais já passaram de moda.</p> <p>Castro e Brito referiu as alternativas: 'é preciso</p>

				<p>produzir com qualidade, intensificando a pecuária, e apostar no aproveitamento turístico'. Marques dos Santos, proprietário de uma unidade de turismo equestre na Herdade do Topo, no concelho de Serpa, acentua também este factor, afirmando que 'o caminho passa pela manutenção da nossa raiz cultural, para não perder a identidade regional'(...)."</p>
5/3/93 Pág. 13	Opinião	Noémio J. Ramos Beja	<i>Este deserto que nos querem impor</i>	<p>"Quando a televisão fala do Alentejo, prevê que o ano de 1993, a continuar sem chuva, vai ser mais catastrófico que o de 1992, apesar de algumas 'pingas' que caíram nestes dias, nada evita que deixemos de pensar a sério nesta advertência".</p> <p>É desolador ver estradas alargadas numa extensão de centenas de quilómetros, apenas com desvios para uma possível inversão de marcha, sem uma árvore envolvente que nos transmita o prazer de uma sombra, o descanso retemprador ou o esvoaçar de uma ave sequer. Avança-se em todas as direcções nos campos do Alentejo, e o cenário térreo e seco é arrepiante: os barrancos não correm, as fontes secam-se, os animais sem pastagens não ruminam, o Guadiana polui, contaminando a água que se bebe, matando os peixes da nossa alimentação, dificultando o fornecimento do precioso líquido às populações, mais esse osso duro de roer para as câmaras de todo o Alentejo.</p> <p>Porque assim é, já os profetas da desgraça prevêem para a planície um futuro deserto com miragens de oásis impossíveis e alentejanos de turbante e cimitarra, assistindo à passagem de 'brutos bólides' numa nova edição de um outro 'Paris-DaKar' (....). Será que os Alentejanos que viveram o Alentejo mártir, das mil dificuldades, não terão o direito a acompanhar o progresso com água, novas culturas, povoado? E já a televisão, que de vez em quando fala do Alentejo, prevê que o ano de 1993, a continuar sem chuva, vai ser mais catastrófico do que 1992. (...).</p> <p>Alguém dirá que o tema da água e a barragem do Alqueva está a ser fastidioso, mas eu direi que nunca o <i>cagulo</i> fez mal, nem tão pouco o bater em pedra dura.</p> <p>Chove na Amazónia, nos países tropicais, no norte de Portugal e não chove no Alentejo, porquê? É caso para desconfiar se os homens que lêem nos livros conhecem o ancestral ciclo das chuvas.</p> <p>Sem água no solo, sem vegetação, sem evaporação, esse ciclo não se processa, pois os muito milhares de árvores arrancadas e os fogos florestais, sem qualquer tipo de replantação são os grandes culpados deste triste estado das coisas. Todavia, este Alentejo que agoniza já foi bem vivo, actuante, mesmo sem Alqueva, numa experiência fugaz, mas com homens e mulheres trabalhando a terra com denodo e com alegria.</p> <p>Bem, passemos adiante, lembrando que a nossa vizinha Espanha tem umas três barragens alimentadas pelo Guadiana, que regam grandes extensões de terra, tornando-a produtiva, e são a alegria da menina dos seus olhos, o que, com a abertura de fronteiras e livre circulação de pessoas, irá ser verificado como prova do nosso atraso e causa do nosso desgosto.</p>

				Se seguimos tantos exemplos e directrizes que nos vêm de fora, porque desprezar estes, que dariam ao Alentejo a possibilidade de seguir em frente com a vida, e não morrendo aos poucos, seco e árido, tornando-o no tal deserto que alguns nos querem impor, ainda que não se saiba bem porquê...”
5/3/93 Pág. 13	Opinião	A. Baptista Candcias	<i>Medidas eficazes contra a seca</i>	<p>“A história do Alentejo está cheia de queixas em virtude da falta ou irregularidade das chuvas. Na verdade, existem vestígios dessas calamidades nas obras de escritores como Bernardim Ribeiro, Fialho de Almeida, Florbela Espanca e Manuel da Fonseca. Mesmo no cante alentejano aflora muitas vezes a sede crónica da charneca, havendo notícias das populações saírem à rua em procissão com os santos, entoando as belas canções, em jeito de súplica para que o Altíssimo acuda a uma seca prolongada de meados do século passado, conforme reza um quadro existente na ermida da Srª de Aracelis.</p> <p>(...)</p> <p>Certa má língua chega a dizer que a seca vem a calhar, visto que a PAC quer que não se produza e até paga para isso. Por outro lado, sendo tão frequente a carência de chuva, não deixa de ser estranho a ausência de medidas para fazer face às suas danosas consequências, parecendo que alguém tira proveito dessa calamidade, porque se assim não fosse como compreender que, depois de escapar para o mar a pouco chuva que cai, se viesse hipocritamente chorar lágrimas de crocodilo, fingindo um espanto sem justificação visível e que é tema de conversas e da comunicação social.</p> <p>(...)</p> <p>A finalizar, chegamos ao nó górdio da questão que consiste em dar água à população, construindo Alqueva para travar a falência da agricultura, evitando desertificação, despovoamento e pauperização de um terço de Portugal”.</p>
5/3/93 Pág. 14	Reportagem	R.R	<i>Governo relança projecto de barragem para o século XXI Alqueva vai avançar: os alentejanos tinham razão</i>	Nota: Primeiro ministro e comitiva ministerial em visita ao Alqueva para anunciar o relançamento das obras de construção da Barragem de Alqueva.
5/3/93 Pág. 17	Publicidade	Associação Terras Dentro (entrevista a Arlindo Cunha)	<i>Ministro da Agricultura toma posição sobre o programa LEADER</i>	<p>Nota: objectivos de desenvolvimento rural:</p> <p>“ ‘Eu diria que o desenvolvimento rural deveria ser uma prioridade ‘natural’ para qualquer responsável pela política agrícola de um Estado. Quando falamos de política agrícola, não podemos de modo algum esquecer que o agricultor é antes de tudo um cidadão com necessidades e esperanças, expectativas e motivações, que encontram a sua expressão no espaço sócio cultural onde vive.</p> <p>Isto quer dizer que, paralelamente à definição de uma política agrícola, é necessário elaborar programas e definir acções que permitam melhorar as condições de vida dos agricultores e das suas famílias. (...)</p> <p>(...) a reforma da PAC levou as autoridades públicas a reconhecerem o carácter multifuncional da actividade</p>

				agrícola. É por isso que a reforma deve ser integrada no contexto de uma política de desenvolvimento rural (...). Esta política deve respeitar a componente agrícola do mundo rural e integrá-la no conjunto das actividades económicas de cada região'. (...)"
12/3/93 Pág. 2	Opinião	Ana Benedita	<i>Mulheres: as mais atingidas pela crise no Alentejo</i>	<p>"A pobreza alastra, as nossas aldeias são abandonadas por grande parte da população activa. Os homens são os primeiros a sair e procurar trabalho noutras sítios do país e do estrangeiro. As mulheres, desiguais face ao mundo do trabalho, penalizadas por condicionalismos de ordem cultural, económica e social, são as últimas a saírem. São elas que cuidam da casa, dos pais já velhos e dos jovens filhos. As mulheres estão naturalmente entre a camada da população que mais têm vindo a sentir a grave crise económica e social que atinge o Alentejo. PSD e PS falam da seca no distrito. Mas não falam que a situação criada representa em grande parte o fracasso da política do governo, principalmente no sector agrícola, onde foram limitados milhares de postos de trabalho quando da destruição das cooperativas, e onde as mulheres foram as mais atingidas. Exemplo disso são os mais de 3 mil desempregadas inscritas no Instituto de Emprego, só nos concelhos de Serpa e Moura, dos quais a maior parte são mulheres. Neste contexto, as mulheres, não só porque delas sai o primeiro alimento da criança, mas também porque histórica e culturalmente estão ligadas aos cuidados de alimentar a família, sendo ainda elas, no seu quotidiano as fazedoras e as dadoras de alimentos, são as que se defrontam com a grande falta, com a angústia da ausência do pão e da alegria da abundância (...)"</p>
12/3/93 Pág. 5	Entrevista	Joana Gomes Entrevista Manuel Janeiro	<i>Manuel Janeiro, da Associação de Desenvolvimento Integrado Rota do Guadiana Na Rota do Desenvolvimento</i>	"Integrado é a palavra chave para o desenvolvimento. Numa fase anterior à criação de riqueza, é importante que se pense na pessoa que a vai gerar. É preciso atender à sua formação, autonomia, iniciativa, aproveitamento do seu saber, à sua capacidade de realização, realizando os seus projectos. Numa perspectiva de desenvolvimento diferente da dos governos, a Associação de desenvolvimento Integrado Rota do Guadiana, sediada em Serpa, defende o desenvolvimento local, personalizado. O desenvolvimento sem assimetrias. Auto-sustentado. (...)?"
12/3/93 Pág. 11	Regional		<i>Secretário de Estado do Turismo no Alentejo História, caça e golfe</i>	<p>"A dinamização do turismo cultural, associado ao património histórico e monumental assim como ao desenvolvimento do turismo cinegético, são, no entender do secretário de Estado do Turismo, Alexandre Relvas, potencialidades a explorar no Alentejo. O secretário de Estado (...) visitou diversas herdades com zonas de caça turística nos concelhos de Serpa, Mértola e Castro Verde, além de outras que conciliam esta actividade com a prática do turismo rural e de habitação (...)"</p>
12/3/93 Pág. 14	Reportagem	Luis Rocha	<i>Encontro da CAN em Évora exige "É preciso mudar esta política que</i>	"Ali foi dito que 'a agricultura e os agricultores alentejanos estão a ser empurrados para um beco sem saída'; que são 'obrigados a deixar de produzir e a colocar as terras ao abandono por força da reforma da

			<p><i>arruina a agricultura</i>"</p>	<p>PAC, os produtores de cereais, oleaginosas e de carne vão ser confrontados com as consequências do GATT e com a entrada em Portugal de milhares de toneladas de cereais, especialmente milho dos EUA'.</p> <p>Foi dito que os agricultores haviam sido mobilizados para investirem na produção ovina e na cultura de cereais e que agora se anunciam limitações aos efectivos pecuários a subsidiar e ao alargamento da PAC às produções mediterrânicas.</p> <p>(...)'O Alentejo entra no segundo ano de seca e não se vêem medidas enérgicas para combater o problema (...)</p> <p>(...) continuamos a pagar os juros e os factores de produção mais caros da Europa (...).</p> <p>Por tudo isto, os agricultores alentejanos entendem que 'é preciso mudar esta política que está a condenar a agricultura do Alentejo à ruína, como o fim dos pequenos e médios agricultores, o aumento do desemprego para milhares de trabalhadores agrícolas e o aumento da importação de bens alimentares' (...).</p> <p>Um agricultor de Portalegre falou da política florestal disse que há centenas de projectos no sector, mas que esses projectos se acumulam no gabinete do ministro que não lhes dá andamento.</p> <p>Outro agricultor disse que lá na sua zona havia herdades que davam trabalho a muita gente e agora plantaram lá eucaliptos já não dão trabalho a ninguém.</p> <p>(...)</p> <p>Mo final do encontro, os agricultores presentes aprovaram um documento reclamando medidas que impeçam a importação indiscriminada de produtos agrícolas; baixa de preços dos principais factores de produção; maior e mais eficaz apoio técnico à agricultura; bonificação dos juros, pagamento em dia dos subsídios da seca de 92 e dos restantes subsídios compensatórios.</p> <p>(...) o tempo que os trabalhadores agrícolas vão ficar sem trabalho devido à seca ou outras razões (...) deve ser contado como tempo de trabalho para efeitos de registo e de acesso ao fundo de desemprego refere o documento.</p> <p>(...)</p> <p>Exigem uma 'política que aproveite os solos e a água, para o que se impõe a construção de barragens de pequena e média dimensão e o aproveitamento dos perímetros de rega existentes'. (...)"</p>
19/3/93 Pág.7	Regional		<p><i>Ovibeja Começa amanhã</i></p>	<p>"A décima edição da Ovibeja, Feira do Alentejo, começa amanhã (...). O espectro da falência da agricultura alentejana, por consequência de dois anos consecutivos de seca e de reforma da Política Agrícola Comum, e o desejo de desenvolvimento desta região estarão de mãos dadas sob o tecto desta iniciativa da Associação de Criadores de Ovinos do Sul que conseguiu reunir o consenso em torno de uma área onde 'se quer viver'.</p> <p>(...)</p> <p>A Ovibeja assume-se mais uma vez como um fórum privilegiado do debate do futuro do Alentejo, reunindo em seu torno todas as entidades envolvidas e interessadas, e constituindo o espelho onde se retracta</p>

19/3/93 Pág. 8	Regional	L. R	<p><i>Governo disponibiliza três milhões de contos: mais vale tarde...</i></p> <p><i>Plano de emergência contra a seca</i></p>	<p>a forma de 'invertermos as maneiras de aqui ficarmos'</p> <p>"O programa divulgado em Évora comporta um conjunto de seis medidas, a primeira das quais se destina a apoiar os desempregados sem direito a subsídio de desemprego e 'consiste na sua ocupação em trabalhos a favor da comunidade que não colidam com as actividades económicas já implantadas, ou na sua ocupação em tarefas que não coincidam com a actividade normal dos trabalhadores nas empresas', como sublinhou o primeiro-ministro, adiantando que 'à ocupação destas pessoas se podem candidatar as autarquias, as instituições de solidariedade social e os serviços e identidades de natureza pública', podendo ainda candidatar-se as cooperativas, as empresas privadas do sector agrícola e outras empresas privadas.</p> <p>(...)</p> <p>"A segunda medida consiste no apoio directo a trabalhadores desempregados por efeitos da seca, tendo em vista possibilitar a sua mobilidade geográfica na procura de um novo posto de trabalho. Isto é, , um trabalhador do Alentejo que fique desempregado por motivos da seca e queira ir procurar trabalho no Barreiro ou em Setúbal, vai ter uma verba para o transporte e diversos subsídios: subsídio para despesas de contacto de empresas ou prestação de provas de selecção subsídio de deslocação, para o novo posto de trabalho; subsídio de instalação e subsídio de residência no novo local de trabalho".</p>
19/3/93 Pág.9	Regional		<p><i>Agricultores de Moura e Barrancos apelam a medidas do Governo</i></p>	<p>"Diz o comunicado da CAMB (cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos) (...): 'Há dois anos que não chove! No último ano os agricultores não tiveram colheitas de cereais, e de azeitona foi uma colheita insignificante; os gados foram mais do que comprados de novo, pois os que sobreviveram à fome foi à custa de grandes despesas em rações, palha e água. No concelho de Barrancos, onde o único rendimento do agricultor é a pecuária, não há neste momento qualquer réstia de esperança para se poder viver como agricultor (...).</p> <p>As falências só não são consumadas porque os credores sabem que a terra não tem valor; nem há compradores e a maioria das dívidas dos agricultores são hoje crédito mal parado. As instituições de crédito não estão vocacionadas para fazer agricultura e sabem que o negócio é bastante mais complicado do que vender dinheiro. Por isso não querem a terra. Face a todo este drama, as grandes vítimas são os agricultores e os trabalhadores rurais que vivem apavorados sem saber que fazer perante esta calamidade.</p> <p>Esta região vive horas de desespero e angústia. Por isso, a Direcção da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos faz um apelo muito sério ao Governo para que tome medidas imediatas para salvar a agricultura da nossa região e com ela as outras actividades associadas'. (...)"</p>
26/3/93 Pág. 5	Entrevista	Luís Rocha	<p><i>Andrade dos Santos, presidente</i></p>	<p>"De Turismo se vai falar aqui. De um momento para o outro, descobriu-se que o Alentejo possuiu enormes</p>

			<i>da Região de Turismo de Évora, defende: "Turismo no Alentejo para travar desertificação"</i>	potencialidades turísticas: uma paisagem diferente e ainda não poluída: um património arquitectónico riquíssimo, que faz as delícias dos fotógrafos e dos operadores de imagem; uma gastronomia com a qualidade que se lhe conhece; um artesanato com características únicas. (...)"
26/3/93 Pág. 7	Regional		<i>Nisa Câmara Municipal defende ambiente e ordenamento do território</i>	<p>"A Câmara Municipal de Nisa promoveu no posto de turismo de Nisa a divulgação e exposição das cartas da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica.</p> <p>As delimitações da RAN e da REN foram elaboradas pela equipa interna da Câmara para o projecto do PDM (...) obtiveram já aprovação das Comissões Regionais da Reserva Agrícola e da Reserva Ecológica.</p> <p>A RAN tem como objectivo a defesa e protecção das áreas de maior aptidão agrícola e a garantia da sua afectação à agricultura de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura e para o correcto ordenamento do território.</p> <p>Com a demarcação da REN visa-se a defesa e protecção das áreas com características ecológicas específicas, garantindo a protecção dos ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas (...)"</p>
26/3/93 Pág. 13	Opinião	A. Baptista Candeias	<i>Os céus do senhor a terra aos homens</i>	<p>"Para alguns portugueses, a raiva contra a Reforma Agrária vem do facto de julgarem que é uma invenção dos comunistas(...).</p> <p>A crise da lavoura é endémica com boa produção ou má, porque quando há colheitas fartas não existem mercados para o escoamento e com a carência de chuvas é a fome que se vê.</p> <p>Parece a quadratura do círculo. O ponto é este. A revolução industrial ou a revolução tecnológica não dispensa um sector primário forte e racional, condição indispensável de desenvolvimento e bem estar social do homem. Com grande e pequena exploração houve insucesso, porque se vimos a fome e o desemprego estancarem logo a seguir ao 25 de Abril, digam o que disserem os senhores do antigamente".</p>
26/3/93 Pág. 14/15	Reportagem	Rafael Rodrigues	<i>Ovibeja: teimar num futuro melhor</i>	<p>(...) "Do programa dos colóquios desapareceram cereais, enquanto se abre o debate à agro-pecuária, à produção regional e à regionalização. Arlindo Cunha passou por lá num pé e saiu no outro e foi para o Porto anunciar medidas para a agricultura portuguesa" (...).</p> <p>(...) O certame representativo da vontade dos homens que procuram torrear os problemas impostos por uma natureza adversa e pelas políticas comunitárias e mundiais.</p> <p>(...) "A seca, que há dois anos atinge a região, e as consequências da Política Agrícola Comum, são os temas fundamentais das conversas, a par da procura de soluções para um futuro mais risonho. Castro e Brito refere que as perspectivas que 'as perspectivas que neste momento se afiguram para esta região são as mais promissoras'.</p> <p>(...)</p>

				Castro e Brito criticou a reforma da PAC, nomeadamente o set-asaide, afirmando que 'dão-nos algum dinheiro para convivermos com essa violência, impedindo os nossos animais de lá comerem' (...)."
2/4/93 Pág. 11	Regional	Joana Gomes	<i>Políticos e técnicos em debate da Ovibeja O Alentejo tem futuro</i>	"Alentejo- presente-passado e futuro. Políticos e técnicos consideraram o que já toda a gente sabia. O que se falou no colóquio (...) foi chover no molhado. O que temos, o que devemos aproveitar, toda a gente sabe. A dúvida está em como e de que modo deverão ser aproveitados os recursos, qual a melhor forma de desenvolver a região ou regiões, como combater a desertificação, promover o desenvolvimento, o bem estar dos que aqui vivem. Soluções concretas os políticos não deram. Culparam o Quadro Comunitário de Apoio (...)."
2/4/93 Pág. 13	Regional	Rafael Rodrigues	<i>100 mil visitantes na Ovibeja/93 Porta aberta para o diálogo</i>	"(...) Com a Ovibeja se constróem, num diálogo consensual, as portas de um futuro para esta terra. Muita terra, com gente a menos e muita sede de desenvolvimento (...) Apesar das críticas que dirigiu à política governamental, Rosado Fernandes não quer a demissão de Arlindo Cunha: 'não lhe peço a cabeça, só lhe peço que tenha mais cabeça', acrescentando que 'interessa é mudar a política, porque substituí-lo por outro podia o próximo ser ainda pior' Castro e Brito Também assumiu um tom crítico, afirmando que os 'pacotes contra a crise no sector agrícola que têm sido anunciados não vêm beneficiar directamente os agricultores mas antes fazer prevalecer a imagem irreal de que esta actividade é privilegiada pela Administração'. As diferenças entre o nosso país e os restantes parceiros comunitários são evidentes, pelo que 'será necessário que o Governo se empenhe em fazer reconhecer novamente que a nossa agricultura tem problemas específicos que não acabam com a segunda etapa da adesão', faltando, 'assumir com coragem um apoio específico à região, que deverá vir não só da real implementação de medidas de acompanhamento e agro-ambientais da reforma da PAC, até porque não foram criadas as alternativas ao sistema actual' (...) ' A Ovibeja é a tradução clara da vontade dos homens que teimam em permanecer nesta região, constituindo o corolário de uma acção convergente de objectivos, buscada e rebuscada na diversidade de opiniões, na procura de alternativas. Os colóquios que animaram o certame são disso representação, mantendo um diálogo vivo voltado para os produtos de qualidade regionais e para os temas da regionalização, o presente, e o futuro do Alentejo segundo o quadro comunitário de Apoio. A colaboração directa do Núcleo Empresarial da Região de Beja, que disponibilizou o seu novo edifício para a realização de colóquios e albergar outras exposições, e a participação da Câmara de Beja na edificação da Feira do Alentejo são também expressão do largo consenso que a Ovibeja reuniu

				<p>como a forma mais clara de demonstrar a vontade e teimosia das gentes desta terra que detém uma outra sabedoria da vida. A crise que se vive mais não é que um pretexto para unir esforços.</p> <p>(...)</p> <p>Rosado Fernandes afirmou que 'o nosso atraso não se mede por falta de máquinas, escolas ou gente, mas sim pela dificuldade de adaptar a nossa mentalidade às novas realidades'. Para isso e porque isso é o mais difícil de mudar, 'precisa-se de uma escola de qualidade que forme técnicos que percebam de agricultura e não diplomados que não nos servem de nada e demasiado fidalgos para sujar as mãos. Sem ensino médio não haverá uma agricultura moderna e escolas superiores agrárias não podem persistir na imitação de universidades'.</p> <p>As respostas à actual crise que vive a região são fundamentais para pensar no futuro que passará, inevitavelmente, pelos canais de rega que trarão a água para dar de beber a esta terra ressequida. O empreendimento de Alqueva é aqui peça fundamental realçada por Castro e Brito, Carreira Marques e Rosado Fernandes na sessão de encerramento. Para o autarca 'é a expressão da luta daqueles que acreditam no futuro do Alentejo', enquanto para o presidente da CAP 'é uma peça de uma política, mas não corresponde só por si a uma política'.</p> <p>Sem água, isso é evidente para os dirigentes associativos, na região só podem ser produzidos cereais e rentabilizar as culturas tradicionais, indo Rosado Fernandes mais longe, ao considerar o 'preço dos cereais nos mercados mundiais uma falácia imposta pelo GATT que determinou também a reforma da PAC que é a desgraça dos países mais pobres'.</p> <p>A Ovíbeja continuará a ser a expressão maior da realidade do Alentejo e também a teia ou a espiga que reúne As vontades de desenvolver esta região. Como dizia Carreira Marques 'projecta a região para o exterior e é porta aberta para receber os que nos visitam', ou no dizer de Castro e Brito, a maneira de 'inventarmos a forma de aqui ficarmos'. Assim nos dêem as condições, porque temos terra a mais e gente a menos, com muita sede de desenvolvimento."</p>
16/4/93 Pág. 5	Geral	Joana Gomes	<p><i>D. Manuel falcão, Bispo de Beja, fala dos problemas da região</i></p> <p><i>"Falta no Alentejo uma política agrária"</i></p>	<p>"(...)Para mim o que me parece mais importante é procurar rumos para o futuro da agricultura do Alentejo e do país.</p> <p>(...)</p> <p>Para mim, um dos mais angustiosos problemas, mas é fatal, porque é um fenómeno que está a acontecer por toda a Europa, é a fuga e a diminuição de gentes que vivem dispersas nos campos, que trabalham na agricultura. Portugal tem uma taxa muito elevada de pessoas que vivem nos campos, nomeadamente no sul, mas há-de haver muita gente que vai passar do sector agrícola para outros. Especialmente a que vivia muito dispersa está a desaparecer, tendendo a concentrar-se em montes maiores, aldeias e cidades. É um fenómeno quase fatal, que corresponde a um certo</p>

				tipo de desertificação inevitável. É preciso que as pessoas que ficam o façam em condições dignas e mantenham o seu amor e a sua ligação à terra.(...)' (...)"
23/4/93 Pág. 5	Política		<i>Agricultores protestam</i>	"Para a organização (CNA) são necessárias garantias de escoamento para o vinho, gados, fruta, batata e outros produtos a preços justos. O pagamento das dívidas à lavoura, a bonificação das taxas de juro (...) e a baixa dos custos dos factores de produção, para além da contenção das importações e da abertura do diálogo com o ministério da Agricultura. O Núcleo de Empresários do Distrito de Beja (NEABIDE) apoia esta iniciativa porque da CNA porque 'a agricultura continua em crise e as medidas anunciadas pelo Governo não geraram confiança nos agricultores'. O NEABIDE exige ainda a definição de uma política clara para o futuro da Agricultura no Alentejo (...) 'porque a sociedade precisa dos agricultores e os agricultores precisam que a sociedade os considere como pessoas activas, que vivem do seu trabalho, do justo valor do que produzem, e não pessoas que tenham que passar a sobreviver das 'esmolas' chamadas subsídios, prémios, e outros de segurança social'."
23/4/93 Pág. 5	Política	R.R	<i>Baixo Alentejo cria União de Agricultores</i>	"As associações e cooperativas agrícolas do baixo Alentejo decidiram criar a União dos Agricultores do Baixo Alentejo, com o objectivo de serem 'interlocutores a parte inteira na discussão das soluções que evitem a desertificação da região, e permitam a continuação de uma vida digna aos nossos agricultores' (...) 'A implementação, sem restrições e área ou de nível orçamental interno, das medidas de acompanhamento' previstas na PAC, bem como 'os meios financeiros necessários à arborização das terras até agora dedicadas à agricultura, para reconstituição do ecossistema natural', são outras das medidas reclamadas. As mesmas associações e cooperativas aprovaram uma série de medidas de curto prazo que 'possam evitar a falência da maior parte das empresas agrícolas', situação criada pelos sucessivos governos, pela aplicação da nova PAC e pela seca que afecta a região há dois anos. São oito as medidas urgentes apresentadas no documento, nomeadamente a criação de um crédito agrícola de saneamento financeiro, para renegociação das dívidas (...) e de uma linha de crédito para relançamento das actividades agrícolas (...). Para os cereais solicitam ajudas à produção (...). A pecuária merece atenção especial, pretendendo as organizações ajudas idênticas às estabelecidas para a seca de 1991/92 (...). O documento inclui ainda ajudas à perda da produção de azeitona aos preços médios da região e a criação de medidas que mantenham o rendimento dos

				agricultores das áreas de regadio e dos viticultores afectados. Pretendem ainda a isenção de todos os encargos sociais com os trabalhadores agrícolas por um período de dois anos e que as medidas especiais 'criadas para ocorrer à situação de desemprego resultante das baixas pluviosidades (...)' sejam extensivas aos trabalhadores permanentes das empresas agrícolas e explorações familiares. (...)"
14/5/93 Pág. 3	Em foco	L.R.	<i>Maio florido</i>	"(...)Para Camilo Mortágua, o 'Maio Florido', em cuja organização foi possível envolver praticamente todas as Câmaras, as Regiões de Turismo e muita gente, 'embora apareça como uma festa, tem outras ambições: é tornar conhecida a região, é criar uma designação nova que é 'Terras do Cante' que sirva de suporte e de passaporte para tudo aquilo que há de bom, a nível dos serviços e dos produtos desta zona. E nós pensamos que uma das melhores maneiras de o conseguir é fazê-lo desta forma, começando pelo cultural e introduzindo, pouco a pouco, os aspectos comerciais, os aspectos económicos', concluiu Camilo Mortágua".
14/5/93 Pág. 3	Em foco		<i>Alqueva em debate Mais Dúvidas que certezas</i>	"O que vai ser Alqueva? O que vamos fazer em termos agrícolas? Que planificação está a ser feita para o futuro da região? Estas algumas perguntas para as quais as respostas não são convincentes, ou simplesmente não existem. ?Alqueva e o desenvolvimento regional, o tema do colóquio realizado em Moura no dia 7, deixou mais dúvidas que certezas. (...)"
14/5/93 Pág.11	Sociedade	L.R	<i>Caçadores em pé de Guerra</i>	"Dizem os caçadores que, desde 1986, tem sido elaborada legislação que consente a apropriação afrontosa das espécies selvagens por grupos de indivíduos organizados, e dão como exemplo as zonas de Caça Turística (ZCT), empresas com fins lucrativos, criadas sem que tenha sido feito qualquer estudo de mercado, e nestes dois últimos anos, têm sido concessionadas às centenas a pedido de clientelas políticas com interesses no sector. Como algumas destas ZCT estavam à beira da falência técnica, o Governo publicou o decreto-lei 262/92, que lhes aboliu as taxas que estavam a pagar ao Estado. Dizem os caçadores que estas ZCT praticam preços proibitivos para a generalidade dos caçadores e que muitas delas funcionam como coutos privados de caça. Outro exemplo apontado pelos caçadores de apropriação afrontosa das espécies selvagens por grupos organizados de indivíduos diz respeito às Zonas de Caça Associativas (ZCA), em cujos terrenos apenas os sócios podem exercer actividade venatória. Dizem os caçadores que, na maioria dos casos, os sócios nem são donos das terras, nem das espécies cinegéticas, nem sequer dos alimentos necessários à preservação dessas espécies, acontecendo até que, muitas vezes, os proprietários das terras são impedidos de caçar nas terras que são suas. Nestas zonas de Regime cinegético especial (RCE), que incluem a maioria dos melhores terrenos com

				<p>aptidão cinegética (...) apenas caçam dez por cento dos caçadores, ficando os restantes 90 por cento 'apertados e revoltados nos manifestamente insuficientes terrenos do Regime Cinegético Geral (RCG). (...)".</p>
14/5/93 Pág. 11	Sociedade	Teodósio Caeiro	<i>Feira Agrícola de Estremoz afectada pela crise económica</i>	<p>"A sétima edição da FIAPE -- Feira Internacional Agro-Pecuária de Estremoz ficou marcada pelo reduzido número de maquinaria agrícola apresentado ao certame, ao contrário de edições anteriores em que este sector preenchia quase todo o recinto da feira. Por outro lado, os sectores da pecuária, do artesanato e dos 'stands' de outros ramos de actividades cresceram este ano.</p> <p>(...)</p> <p>No certame deste ano os automóveis substituíram, em parte, as máquinas e as alfaias agrícolas. São vários os motivos apontados para a ausência das empresas do sector da maquinaria agrícola, sendo o principal o facto de haver, actualmente, uma grande quebra na venda daquelas máquinas, estando algumas empresas do ramo, na região, a atravessar dificuldades e a verem reduzir o número de empregados, que vão saindo à medida que conseguem outras ocupações.</p> <p>(...)</p> <p>"O facto de muitos agricultores não investirem, por estarem receosos do futuro da agricultura alentejana e de outros estarem já equipados com maquinaria para os próximos anos, por terem beneficiado de subsídios para adquirir máquinas que hoje lhes sobram devido à quebra de produção.</p> <p>(...)</p> <p>A feira de Artesanato de Estremoz viu também este ano crescer o número de artesãos presentes, o maior de sempre, provenientes de diversas localidades do país, melhorando em termos de quantidade e de qualidade, aliás esta foi a vertente da FIAPE que alcançou maior êxito, assumindo-se como a mostra de artesanato do Alentejo (...)".</p>
28/5/93 Pág. 11	Sociedade	Luís Rocha	<i>Universidade Rural Europeia Veio aprender e ver o Alentejo</i>	<p>"(...) Camilo Mortágua fez a caracterização da zona onde actua a Associação Terras Dentro, zona essa que abrange a área de 3592 quilómetros quadrados, onde habitam 66132 pessoas, distribuídas por 36 freguesias que dependem de 10 municípios. Ao fazer a caracterização dessa zona, Camilo Mortágua estava a caracterizar todo o Alentejo que, disse, é culturalmente, uma região muito forte e diferenciada. Hábitos, costumes, estrutura fundiária, organização espacial da sua rede urbana, arquitectura popular, paisagem, clima, processo histórico de relações produtivas, forte influência da cultura árabe, etc... tudo isto concorre para diferenciar esta região em relação à globalidade do espaço português'.</p> <p>E o orador prosseguiu: 'os largos espaços e a frágil ocupação urbana deram aos homens destas terras o gosto e a necessidade de uma profunda ligação à natureza. A dureza do trabalho agrícola, sob o clima do Inverno por vezes duro e sobretudo com Verões abrasadores, endureceu-lhes os gestos e fortaleceu-lhes o carácter. Tradicionalmente, um alentejano não deve tirar o chapéu a ninguém. A subserviência é-lhe</p>

				<p>insuportável.</p> <p>Altivo, mas cordial; simples mas precavido, o alentejano médio encontra no tradicional canto coral – o cante alentejano - a sua forma preferida de exprimir sentimentos e angústias, e sobretudo a maneira de expressar o seu amor à terra e à família, à natureza. Estes homens e mulheres, camponeses e não só cantam em todas as ocasiões a dor e alegria da sua condição de filhos da terra, da terra sua mãe e leito fecundo de todos nós’</p> <p>Utilizando uma linguagem um tanto poética, Camilo Mortágua fez para a cerca de três centenas de estrangeiros que o ouviam uma radiografia bastante real da terra alentejana e dos homens que a habitam. (...).”</p>
4/6/93 Pág. 15	Reportagem		<p><i>Divulgado no Congresso, em Portalegre Estudo do Governo confirma degradação da situação no Alentejo</i></p>	<p>“(....). Uma intervenção do secretário das UCP’s e Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora abordou algumas questões relativas à agricultura. ‘Em termos de culturas alternativas – disse Agostinho Rosado – foi-nos atribuída uma quota para a produção de beterraba sacarina. Em 1985/86 houve alguma experiência com essa cultura em que a produção seguia toda para Espanha e falava-se em fazer uma fábrica para extracção no nosso país. Só que para a decisão do local de construção foi preciso esperar por 1993?. (...)’ quantos anos mais vamos ter que esperar até que a fábrica esteja construída e a funcionar e se façam as áreas necessárias de cultura para a viabilizarem?’.</p> <p>Outras questões avançadas por Agostinho Rosado: ‘A cultura do girassol, no quadro actual, só é possível ser feita com a ajuda que é dada por hectare. É um facto que só se semeia para receber a ajuda. Praticamente, deixa-se de fazer a cultura do girassol para se fazer a cultura do subsídio. Tínhamos uma grande cultura que era a do tomate . com a adesão à Comunidade e com o acabar do mercado dos países de Leste – nossos principais importadores – e agora com a seca, é uma agricultura que está praticamente extinta. Em resumo: as culturas tradicionais estão condenadas e as culturas alternativas não são viáveis. (...)”.</p>
4/6/93 Pág. 17	Sociedade		<p><i>Membro do Governo e dirigente do PSD em Ferreira do Alentejo Da agricultura alentejana ‘azarada’ às conhecidas vacas com hormonas</i></p>	<p>“ ‘A fraca qualidade dos solos e o clima são os principais responsáveis pela situação que se vive actualmente na agricultura’ defendeu Costa Oliveira, subsecretário de Estado adjunto do ministro da Agricultura (...). Ao classificá-la como ‘azarada’ adiantou (...) que não é um especialista na agricultura alentejana.</p> <p>No encontro, em que estiveram presentes cerca de uma centena de agricultores, as opiniões dividiram-se, embora no essencial todos tenham acordado que é necessário melhorar.</p> <p>(...)</p> <p>Costa e Oliveira falou ainda da sensibilização de Cavaco Silva para as questões rurais, caracterizando-o como um rural, filho de agricultores.</p> <p>E, para justificar as dificuldades actuais, fez uma retrospectiva até à entrada para a CEE: ‘Era pobre, atrasada, com uma estrutura de escoamento e comercialização deficitária, deficiente estrutura</p>

				<p>fundiária, falta de formação e informação ao nível dos homens do campo, uma prática que se pautava pela ausência de diálogo'. Hoje em dia, 'os grandes problemas prendem-se com os elevados custos de produção, fraca qualidade e alto custo no mercado, o que origina baixo rendimento tendo em conta a qualidade dos solos'.</p> <p>Agricultores presentes (...) falaram das dificuldades que enfrentam ao nível dos preços dos factores de produção, dos encargos quando é necessário recorrer à banca, dos preços da electricidade na agricultura. Queixaram-se também da falta de capacidade dos técnicos do Ministério da Agricultura para analisar e responder aos problemas existentes. Também não é feita investigação necessária de teste e implementação de novos produtos. Criticam os atrasos sistemáticos dos serviços do INGA na atribuição de subsídios. Denunciam o facto de em Portugal nada ter sido feito para combater a dependência face aos excessos de produção dos países comunitários. a falta de informação para aproveitar os apoios a que têm direito. Um agricultor da assistência denunciou ainda a recria de animais à base de hormonas. Ao solicitar medidas de protecção contra esta prática referiu que, naquele concelho, cerca de 80 por cento do gado para abate é criado à base destas substâncias."</p>
4/6/93 Pág. 17	Sociedade		<p><i>Ministro da Agricultura Promete milhões de reformas antecipadas</i></p>	<p>"O ministro da agricultura, Arlindo Cunha anunciou recentemente em Barrancos os novos apoios ao sector projectados pela Comissão Europeia para minimizar os impactos da nova PAC e os efeitos da seca dos últimos tempos. Os programas, que ascendem a cerca de 10 milhões de contos, distribuídos ao longo de 20 anos, abrangem os regimes de ajudas às reformas antecipadas de agricultores e à florestação de terras agrícolas marginais.</p> <p>As medidas de acompanhamento em causa são consideradas indispensáveis à adaptação do perfil da agricultura portuguesa neste período. As medidas visam ainda quebrar o ritmo crescente dos excedentes em bens alimentares através da extensificação das explorações e da introdução do conceito de agricultura multifuncional, ao mesmo tempo que o Governo português pretende restaurar o tecido produtivo do sector primário.</p> <p>Os instrumentos de apoio agora aprovados prevêm a reforma antecipada de 6591 agricultores com a conseqüente transferência das suas terras para outras explorações e a florestação de 155 mil hectares de terrenos marginais, de fraca capacidade produtiva.</p> <p>Nesta área (floresta) o Governo propõe uma ajuda a 'fundo perdido que pode ir até aos 100 por cento do investimento desde que este não ultrapasse os 328 contos por hectare. Sobre este subsídio há a considerar as ajudas à manutenção das novas plantações por um prazo de cinco anos no valor de 14800 escudos por hectare, assim como os apoios de compensação do abandono da produção agrícola.</p> <p>Além da verba adicional de 7 milhões de contos negociada no último Conselho de Ministros da Agricultura Europeu a ser aplicada nas regiões mais</p>

				<p>afectadas pela seca, Arlindo Cunha anunciou ainda uma linha financeira para os agricultores com dívidas à banca.</p> <p>O ministro revelou ainda no encerramento do 1º Congresso Nacional de Economia realizado em Lisboa, que o 'próximo programa comunitário de Apoio vai disponibilizar meios acrescidos para alterações estruturais e modernização da agricultura', salientando que as principais prioridades são o ensino e a formação na área com os objectivos de 'alterar mentalidades' “.</p>
4/6/93 Pág. 17	Sociedade		<i>Agricultores Unidos</i>	<p>“Os agricultores alto e baixo alentejanos elaboraram um documento preconizando 'medidas que possam evitar a falência da maior parte das explorações agrícolas'.</p> <p>Numa reunião em que participaram 26 estruturas organizativas dos agricultores, foi proposto um plano de intervenção a assumir pela Administração Central, o que contempla medidas de carácter financeiro, ajuda à produção de cereais, à pecuária, às explorações de regadio, preconizando a isenção de pagamentos à Segurança Social e a intervenção do Instituto do Emprego.</p> <p>A insuficiência de capitais próprios acentuada pela crise verificada desde 1991, o esforço de investimento efectuado na perspectiva da adesão à CE e após essa adesão, são, de acordo com o documento, causas que contribuíram para um 'nível de endividamento insuportável que a recente seca apenas veio mais depressa pôr a nu, o que, por falta de rendimentos este ano, torna completamente impossível assegurar o pagamento do serviço da dívida'. Para tal, os agricultores reclamam o saneamento financeiro das suas empresas, 'a criação de uma moratória para os créditos que tenham vencido a 1 de Junho, ou para outros já vencidos que não tenham sido incluídos na moratória da seca de 92, a criação de um crédito para o relançamento da actividade agrícola para todas as explorações'.</p> <p>Quanto à produção de cereais de sequeiro, foi solicitada a definição das zonas afectadas pela seca, a atribuição de um subsídio a fundo perdido a título excepcional de 45 mil escudos por hectare de cereal, com base nas declarações fornecidas pelo INGA para as zonas consideradas como afectadas pela seca e a manutenção das ajudas compensatórias e co-financiadas.</p> <p>Para a pecuária deverá ser criada uma ajuda à sobrevivência dos efectivos pecuários idêntica à da seca de 92, em regiões a inventariar pelas entidades competentes, e, a prossecução das medidas respeitantes à criação de infra-estruturas de abeberamento dos animais.</p> <p>Quanto ao regadio são solicitados dispensas de pagamento de taxa de conservação e manutenção dos perímetros de rega por parte dos agricultores, a entrada em vigor de um tarifário reduzido para a energia consumida nas explorações agrícolas, bem como a dispensa de pagamento pelo aluguer dos postos de transformação da corrente”.</p>

4/6/93 Pág. 19	Sociedade	Paulo Barriga	<i>Na Mina de S. Domingos, com grande aparato policial autoridades matam animais por suspeita de peste suína africana Quem tramou os nossos porcos?</i>	<p>“Os proprietários de suínos da Mina de S. Domingos estão em pé de guerra. Motivo: o abate de 21 porcos (...) por ‘suspeita de serologia positiva de peste suína africana’. A ordem de abate (...) foi encarada pelos proprietários como ‘uma boa jogada política’.</p> <p>José Francisco Romba Fernandes, um dos criadores inconformados, diz que ‘se a peste suína africana é contagiosa, porque não abatem todos os porcos num raio de acção de cinco quilómetros, como está estabelecido na lei?’ pergunta à qual responde: ‘é para proteger os grandes agrários que têm as suas explorações aqui perto do povo!’.</p> <p>A indignação dos populares aviva-se com o facto dos porcos contagiados terem sido comprados a um dos grandes produtores da zona. ‘Lá eles não tinham nada, assim que aqui chegam arranjam-lhes logo uma doença. Isto é tudo muito estranho’, desabafa uma mulher de mãos na anca. (...)”</p>
11/6/93 Pág. 6	Opinião	Martins Coelho	<i>Regiões de baixa densidade populacional preocupam Parlamento Europeu</i>	<p>“O PE constata assim que os grandes desequilíbrios existentes na distribuição da população têm origem principalmente em problemas de ordem cultural, económica, territorial (climático-ambiental) que a desertificação humana constitui mais uma dificuldade ao desenvolvimento económico das regiões menos desenvolvidas condenando a população que ainda aí permanece a condições de vida precárias e acelerando a deterioração económica.</p> <p>A dispersão populacional em comunidades muito pequenas são também e a inexistência de serviços são também factores que pesam na situação económica e social destas regiões. (...)”</p>
11/6/93 Pág. 19	Sociedade		<i>Estudo da Arquidiocese de Évora sobre associativismo e desenvolvimento Igreja chama a atenção para situação dramática no Alentejo</i>	<p>“ ‘O Alentejo apresenta as mais baixas taxas de natalidade, as mais altas de mortalidade e a menor densidade populacional, com uma média de 20 habitantes por quilómetro quadrado. Os níveis de desemprego rondam os 15 por cento da população activa (...) o rendimento per capita na Região Alentejo situa-se ao nível mais baixo da totalidade das regiões da Europa Comunitária não ultrapassando os 35 por cento da média europeia’ (...).</p> <p>O documento refere ainda que na região, na década de 80, a classe etária dos produtores agrícolas com menos de 35 anos sofreu um aumento de dois por cento, ou seja, mais 57 pessoas enquanto entre os 35 e os 44, e os 45 aos 54 anos se verificaram decréscimos simultâneos de 31 por cento. Só acima dos 65 anos se notou um aumento na ordem dos 12, 5 por cento.</p> <p>‘Tais números demonstram que o necessário e esperado rejuvenescimento não se verificou. Pelo contrário, naqueles 10 anos acentuou-se o processo que já vinha de trás, de envelhecimento do sector empresarial agrícola da região (...)’.</p> <p>Quanto ao fenómeno da seca, o estudo conclui que sendo o fenómeno natural, os seus efeitos são ‘verdadeiramente dramáticos. A produção agrícola e pecuária e actividades conexas e derivadas estão seriamente afectadas, quando não inviabilizadas e é problemático o abastecimento de água às populações (...)</p> <p>A Comissão considera que ‘um dos principais efeitos</p>

				<p>da seca é o de evidenciar e agudizar problemas de fundo, insuficiências estruturais, sublinhando a fragilidade da economia e tecido produtivo da região. No caso particular do desemprego rural, cuja expressão actual já levou a Comissão a preconizar a criação de um Programa Social de Emergência, a seca mais não veio que agravar um problema que é, desde há muito, verdadeiramente crónico. A insegurança e a insuficiência sazonal do emprego no sector agrário e a inexistência de alternativas na região são factores que, nos tempos modernos, contribuíram decisivamente para o êxodo da população activa e para o envelhecimento e decréscimo acentuado do número de residentes'.</p> <p>Ainda nesta área, ao falar do 'recente anúncio do relançamento do projecto Alqueva, que abre perspectivas animadoras para a solução, a prazo, da reconversão agrícola e do fomento agro-industrial', a Comissão faz votos para que, mais uma vez, não esmoreçam as vontades e não se adie o empreendimento.</p> <p>Mas, tal como a seca não justifica todos os males, também a abundância de água 'não garante, só por si, o progresso material e a justiça social'.</p> <p>Ao defender que o desenvolvimento não se pode confundir nem se esgota com a criação de mais riqueza material, adianta que o 'desenvolvimento implica justiça na distribuição da riqueza produzida e participação efectiva, de todos, consoante as capacidades dos indivíduos e dos grupos na sua produção. Não poderá falar-se em verdadeiro desenvolvimento sempre que o aumento de bens materiais se não reflecta, decisivamente, na diminuição da pobreza e das desigualdades sociais e no crescimento de oportunidades de emprego'.</p> <p>Para que sejam os próprios alentejanos a participar na mudança e melhoria das condições de vida, a Comissão convida à reflexão destas questões e propõe, como medida, o alargamento e aperfeiçoamento das estruturas associativas. (...)".</p>
18/6/93 Pág. 9	Reportage m	Joana Gomes	<p><i>Em Ferreira do Alentejo, artesão aos 70 anos</i> <i>Um apreciador das coisas bem feitas</i></p>	<p>"As suas peças têm movimento. Retratam o imenso esforço das horas difíceis, o alívio nas pequenas pausas, o rosto de um homem traçado para ser camponês e o de um filho que sonha fugir para outras bandas.</p> <p>São criativas, estudadas ao pormenor, feitas com dedicação e carinho. São, para o seu autor, um regresso ao passado, um fortalecer das raízes que criou ao longo de 70 anos. As raízes mergulhadas no campo, no labor de sol a sol, atrás de uma charrua e uma parelha de bois, no meio de uma doirada e extensa seara, em ceifas que começam em Junho e acabam em Agosto. As peças, que retraram em miniaturas ofícios rurais, a maioria caídos em desuso, são da autoria de Carlos Soares, residente em Ferreira do Alentejo, artesão há quatro anos (...)".</p> <p>Juntas de bois a charruar, camponeses a passear de cavalo, mulheres no monte a tratar dos animais, a amassar e a cozer o pão, um barco na faina, (...) medas de palha (...) compõem a exposição em casa de</p>

				<p>Carlos Soares (...). Completam a sua ligação à terra. Reformado, Carlos Soares diz que há dez anos, quando deixou o campo 'morreria se me dissessem que vinha para Ferreira fazer miniaturas. Mas rapidamente mudei de ideias (...) aborrecia-me. Ao mesmo tempo, o desejo de ir para o campo aumentava', diz, acrescentando que se enchia de nostalgia à passagem de um tractor, ao ouvir ao longe o gado no pastoreio. Então, um dia, perante a imperfeição de uma peça agrícola resolveu, ele mesmo deitar mãos à obra.</p> <p>'Eu nasci no campo e aí fui criado. Ligado desde sempre ao sector e, sendo como sou apreciador das coisas bem feitas aprendi a conhecer e a observar até ao pormenor'.</p> <p>(..)</p> <p>Carlos Soares ainda debulhou a sua seara com trilho, antes das ceifeiras. Ainda ceifou à mão do nascer ao por do sol e emparelhou os molhos de feno para o gado em medas (...). Ainda desbravou terrenos inteiros para ali semear, terras arrendadas que na maioria dos casos eram reclamadas pelos donos depois de limpas.</p> <p>Mas, apesar das dificuldades, a agricultura ainda lhe sorriu. Nos últimos anos, depois de limpar uma herdade, lhe retirar pedras e mato, a semeou de trigo, colhendo uma boa seara. Comprou gado (...) vendeu e melhorou de vida. (...).</p> <p>(...)</p> <p>A sua arte de miniaturas é apreciada. Professores e alunos deslocam-se ali e andam para trás no tempo. Recordam como foi.(...)"</p>
18/6/93 Pág. 15	Ensino		<i>Serpa Vai formar mestres de queijo e construção tradicional</i>	"Serpa vai ter a funcionar desde já (...) uma Escola Nacional de Artes e Ofícios Tradicionais, que inicia as suas actividades lectivas com os cursos de Mestre de Fabrico de Queijo, Mestre de Construção Civil Tradicional e Artesão de Fabrico de Queijo. (...)"
25/6/93 Pág. 5	Política	António José Brito	<i>Plano Director Municipal de Castro Verde Alegre Polémica</i>	<p>"A Câmara de Castro Verde apresentou a semana passada a proposta final do Plano Director Municipal (PDM) do concelho. Na sessão de apresentação, a Associação de Agricultores de Campo Branco levantou a voz e contestou: 'na elaboração do PDM meteu-se a carroça à frente dos bois e na discussão do documento fomos marginalizados' (...)"</p> <p>Nota: a concretização do PDM de Castro Verde foi objecto de atraso na sequência do reconhecimento da existência no concelho da mais extensa reserva de abetardas da Europa.</p>
2/7/93 Pág. 14/15	Reportagem	Joana Gomes	<i>Caçadores de Mértola em pé de Guerra</i>	"Cerca de 1500 caçadores do concelho de Mértola poderão depor as armas por falta de espaço e caça para o acto venatório. Outros tantos provenientes de diversas zonas do país usufruem das reservas até então criadas que, ocupando cerca de 50 por cento da área do concelho, beneficiam os associados. O concelho e as suas gentes pouco ou nada lucraram com o progressivo aumento das reservas de caça. Queixam-se e nas suas lamúrias adivinha-se uma revolta latente, conflitos que em muitos casos remontam ao regime anterior ao 25 de Abril (...)"

				<p>(...)De acordo com dados recolhidos por Jorge Revez, da Associação de Defesa do Património Local, os repovoamentos das espécies cinegéticas têm como única finalidade rentabilizar rapidamente o investimento, originando repovoamentos desregradados (...) colocando em risco o cariz selvagem das espécies. (...)</p> <p>Relativamente ao controle dos predadores, 'é na maioria das vezes feita sem qualquer critério, muitas vezes dizimados ilegalmente pelos guardas-florestais (...)'. Alarmante para as gentes do concelho é o facto de haver reservas de caça até próximo das localidades, ao ponto de recusarem que os residentes prendam nos arrabaldes uma ovelha ou cabra para pastar. Este é o caso de Corvos e Corte Gafo. Ao ponto de impedirem que as pessoas vão ao campo apanhar cogumelos, túberas ou vão pescar em ribeiras e albufeiras, por estas estarem vedadas. (...). 'Eu não sou contra as reservas de caça. Apenas discordo do modo como decorrem os processos, refere Francisco Neto (caçador e proprietário). 'Além de não avisarem os donos das terras sobre a criação de coutadas, não cumprem a legislação (...)'. (...)</p> <p>'As reservas, tal como estão a ser criadas trazem-nos prejuízos em vez de benefícios. Retiram o modo de vida das pessoas, limitam-lhes a sua acção. Provocam a revolta dos mais novos', acrescenta Francisco Neto. Outra questão levantada, esta por Júlio Tirado (...) é o facto de as barragens estarem vedadas com arame eléctrico. 'São em alguns casos águas públicas, às quais temos acesso proibido através de choques eléctricos' (...)"</p>
9/7/93 Pág. 2	Em Foco		<i>Planície Dourada: aposta no futuro</i>	<p>"(...) a Planície Dourada potenciará a sua acção nas 'condições naturais' da região para o desenvolvimento do turismo cultural, rural, cinegético e prática de desportos náuticos em áreas interiores. Estas áreas, considera o Plano, 'preservam, à partida, a região de invasões potenciadoras de descaracterização, perda de identidade, desequilíbrios nos comportamentos e subversão das relações ou solidariedades sociais'(...)"</p>
9/7/93 Pág. 17	Sociedade		<i>Uma agricultura de subsídios</i>	<p>"O valor do produto agrícola em Portugal baixou nos últimos três anos. O rendimento decresceu 12 por cento em 1992, contra 5,5 da Comunidade Europeia, e entre 1986 e 1990 sofreu uma baixa média anual de 10 por cento, ao contrário da Europa, em que houve um aumento de 7 por cento. A taxa de evolução média anual de produtividade é no País de 1,6 por cento, inferior em 40 por cento à evolução verificada na Comunidade Europeia (...)"</p> <p>(...) Portugal está a acentuar a tendência para se transformar num espaço não produtivo transformando os agricultores-produtores em socialmente assistidos. (...)</p> <p>Num país que importa 63 por cento das necessidades agro-alimentares 'liberalizaram-se as fronteiras (...) de acordo com interesses dos agro-importadores (...)'(Lino de Carvalho).</p>

				Optou-se pela florestação mas sem um plano nacional de recuperação e ordenamento da floresta, o que teve como consequência 'um crescimento desordenado dos nossos espaços florestais subordinado aos interesses imediatos das celulosas, cuja crise actual e degradação da própria balança florestal estão a se a melhor prova de falência das orientações em matéria florestal', acrescenta Lino de Carvalho. (...)"
16/7/93 Pág. 11	Economia	Luís Rocha	<i>Barragem do Divor esvaziada para rega do girassol</i>	"A Barragem do Divor, na Igrejinha, dá água para abastecer as populações de Évora e de Arraiolos. Em resultado da seca que há longos meses afecta a região, o seu nível está a atingir o ponto de ruptura. Na zona existe uma associação de regantes que semeou 200 hectares de girassol de regadio. Poderia ter semeado girassol de sequeiro – que há milhares de hectares dele por esse Alentejo for a – mas semeou de regadio porque o subsídio é maior. Para justificar o subsídio, abriu as comportas da barragem e está a regar. (...) A albufeira está no fundo, a água tem uma cor azulada e há pontos de espuma aqui e além. Já há peixes mortos à superfície. O desastre está aí (...)"
16/7/93 Pág. 14/15	Document o	Jornal e deputado do PCP António Murteira	<i>O Estado do Alentejo</i>	"Empresários, Igreja Católica, partidos políticos, municípios, cidadãos a título individual: muitos expressaram já, nos últimos tempos, os respectivos pontos de vista sobre a situação do Alentejo. Todos convergem: o estado é mau. No momento em que o governo fez um discurso sobre o 'Estado da Nação' (...), um deputado alentejano fez, na Assembleia da República, um balanço da situação no Alentejo e apresentou propostas para desenvolver a região. 'Diário do Alentejo' publica na íntegra a intervenção do deputado do Partido Comunista Português António Murteira, eleito por Beja ao Parlamento : '(...) No Alentejo não conseguiram nem conseguirão tirar a esperança, a dignidade, a nossa identidade cultural, a vontade de trabalhar e de lutar. Procuramos ter a percepção clara das realidades (...) procurando sempre a harmonia possível entre o Homem com os espaços rurais e urbanos. (...) Apesar dos esforços em contrário do Poder Central, o Alentejo respira, vive, trabalha e luta por dias melhores. (...) Aldeias inteiras e imensas áreas estão despovoadas e praticamente abandonadas (...). Aos que ficam é negado o direito ao trabalho. (...). (...) Na região, a grande maioria dos idosos vive abaixo do limiar de pobreza e são vítimas de exclusão social. (...) Cresce o abandono e sub-aproveitamento da terra, multiplicam-se as coutadas e as manchas de eucalipto. A importante floresta mediterrânica de sobre e azinho definha. (...) Elabore-se um Programa Integrado de Desenvolvimento para o Alentejo, que defina uma

				<p>nova base económica para a regional assente numa economia mista; base regional que dê relevo à agricultura, indústria e turismo.</p> <p>No âmbito do novo PDR e do Fundo de Coesão definam-se e avance-se rapidamente com os grandes projectos estruturantes, entre outros:</p> <p>Alqueva e plano de rega do Alentejo;</p> <p>Metalurgias do cobre e estanho;</p> <p>Reabertura das pirites;</p> <p>Bases aéreas (...).</p> <p>Infra-estruturas;</p> <p>Projectos de recuperação do meio ambiente;</p> <p>Concretize-se a regionalização;</p> <p>(...)</p> <p>Na minha terra, no Alentejo, e foi isso que vos tentei transmitir, (...) há gente que sofre e, ao mesmo tempo, existem recursos e potencialidades e uma imensa esperança adiada persiste em manter-se viva, nos que permanecem e nos que foram obrigados a partir, como que antecipando a certeza, de que tudo é ainda possível, de que seremos capazes, se continuarmos a ousar'(...).”</p>
23/7/93 Pág. 8/9	Opinião	Mariano Feio (agricultor, professor)	<i>Cultura dos cereais: ruína à vista por culpa na nova PAC e dos negociadores</i>	<p>“A Política Agrícola Comum (PAC) é uma utopia pois não resulta bem colocar em concorrência aberta, sujeitas às mesmas regras e preços, agriculturas de climas tão diferentes como o Sul de Itália (ou de Espanha, ou o nosso) e a Holanda, Dinamarca, norte de França e países vizinhos .</p> <p>(...) A nova PAC pretende manter os rendimentos dos agricultores, mas modifica completamente o método de remuneração: os preços caem para valores baixíssimos do chamado mercado mundial (que não é um mercado, mas o resultante do dumping dos grandes exportadores);</p> <p>e os agricultores devem ser compensados com as 'ajudas' não ligadas à produção, mas ao hectare semeado, ao número de cabeças de gado, etc. Em vez de produtores úteis que os agricultores julgavam ser, passam à situação degradante de 'pensionistas subsidiados' (...).</p> <p>A Nova PAC introduziu também limites de áreas e de número de cabeças de gado, particularmente graves graves e injustas para o nosso país, porque limita as quantidades subsidiadas aos valores anteriores (a que chama históricos), o que até parece justo (igual para todos) mas não é porque os regimes anteriores foram muito diferentes. (...).</p> <p>A criação extensiva de gado é uma modalidade pobre, como a CEE reconhece, pois dá subsídios, por isso limita o número de cabeças por exploração com direito a subsídio. É contraditório provocar a diminuição da área de cereais e fixar o número de ovelhas com direito a ajuda (...). A falta dos restolhos dos cereais vai-se sentir duramente no futuro. (...).</p> <p>Quanto à florestação, o eucalipto é rentável, mas criou-se um mito de árvore maldita, que limita muito as plantações; (...).</p> <p>Os montados de sobreiros e azinheiras são muito ecológicos, árvores espontâneas e naturais do nosso</p>

				<p>país, mas são altamente deficitárias por causa do grande período que decorre até darem rendimento. (...).</p> <p>Note-se também que os sobreiros vão mal no Alentejo interior e que o rendimento das azinheiras, mesmo adultas é diminuto. A CEE reconhece-o e paga toda a instalação e uma indemnização por perda de rendimentos durante 20 anos (...). O conjunto dos custos é elevado, por isso, embora sejam suportados em 75 ou 80 por cento pela CEE, o Estado português corta das áreas e receia-se que falem as verbas nacionais, como aconteceu com o PAMAF, de modo que a alternativa poderá ficar muito reduzida.</p> <p>A solução florestal aparece assim tão dependente de subsídios e tão honorosa como os cereais, mas tem uma grande vantagem do ponto de vista da CEE - pouco ou nada produzir durante meio século. Para nós, pelo contrário, o trigo tem a vantagem de produzir e dar trabalho, o inconveniente era o preço por que ficava, mas com as ajudas pagas pela CEE na proporção referida, passa a ficar-nos pouca mais caro do que no mercado mundial. (...)"</p>
23/7/93 Pág. 14/15	Reportagem	Paulo Barriga	<i>Cuba: os caminhos do futuro</i>	<p>"Passar um dia no concelho de Cuba é passar um dia numa região prototípica da actual situação do Alentejo: desertificação humana e física acentuada, desemprego em crescendo e agricultura (principal factor económico) envelhecida e sem perspectivas futuras à qual a seca não teve pejo em se juntar.</p> <p>Que futuro para uma área, mais uma, esquecida no interior do país e entregue aos seus próprios, insuficientes, meios? Que incentivos pode o poder local inventar para esperar a população e chamar à terra os investidores desejados? Para responder a estas e outras questões, a Assembleia Municipal de Cuba promoveu no passado dia 17 de Julho uma visita pormenorizada ao concelho e chamou a si os agentes sociais e económicos da região, a comunicação social e os deputados parlamentares eleitos pelo distrito de Beja. Dos parlamentares apenas um, eleito pela CDU, respondeu à chamada (...).</p> <p>É desoladora a imagem que se retém ao passar pelas localidades que compõem o concelho de Cuba.</p> <p>(...)</p> <p>Albergaria dos Fusos (...) é o povoado mais isolado do concelho. (...).</p> <p>Logo ali ao lado ergue-se Vila Alva, a freguesia rural mais populosa do concelho. Contudo, também aqui a população envelhece a passos largos e o desemprego se faz sentir com bastante intensidade. (...)</p> <p>De fazer inveja é, sem dúvida, o Centro Cultural em vias de conclusão. Um espaço polivalente (...) provido de ecrã de cinema e de todas as condições para eventos culturais. (...).</p> <p>Já que a terra tem sido hostil ao investimento privado, 'a solução passa pelo turismo e pelo aproveitamento dos recursos da barragem de Alvito', diz António Brás o presidente. (...).</p> <p>A aposta turística passa também pela preservação e restauro do património histórico e arquitectónico edificado.</p>

				Será que a resposta à cinzenta situação económica e social do concelho de Cuba está no passado histórico? É uma questão a que só o tempo poderá responder (...)."
23/7/93 Pág. 19	Sociedade	L.R	<i>Barragem do Divor (Évora) Água para consumo público continua a regar girassol</i>	"(...). O vereador António Foito está irritado com esta situação. Diz ele que 'desperdiçar água na rega do girassol, pondo em risco o abastecimento da população, é um acto criminoso e irresponsável (...)".
23/7/93 última	última		<i>Odefruta em maus lençóis</i>	"O projecto agrícola de Thierry Roussel, em Odemira, poderá transformar-se num projecto imobiliário. Com 800 mil contos de prejuízos, dívidas a fornecedores, 83 mil contos de salários em atraso e um processo de contra-ordenação movido pela Área de Paisagem Protegida (APP), adivinha-se o desmoronamento da Odefruta, fortemente financiada por fundos da CE. Os dados avançados pelo jornal "O Independente" do 'estado de desgraça' em que caiu a exploração de Thierry Roussel, com 1200 hectares de terreno, em plena Área de Paisagem Protegida na Costa Vicentina revela o perigo em que estão os cerca de 1000 trabalhadores, 610 dos quais são permanentes. A justificação dada pelos empresários do Brejão é, contudo, a 'recessão europeia, com uma queda real dos preços nos mercados internacionais atingindo 40 por cento em alguns produtos horto-frutícolas'. 'À beira de fechar é como um outro jornal, o 'Avante', define a maior empresa agrícola de Odemira, 'com 50 mil contos de dívidas à Segurança Social, 22 mil de outras dívidas, solos esgotados, ou em vias disso, devido a uma sobreexploração intensiva, para além da utilização do DDT como pesticida e gás de mostarda para limpar o terreno'. Ainda de acordo com o mesmo jornal, Thierry Roussel está a transferir todos os seus haveres para Espanha, preparando-se, a exemplo do que já acontecera antes em outro local, para reconverter a exploração agrícola num projecto imobiliário. O processo judicial, esse, corre porque o empresário francês avançou com a plantação de cerca de 50 hectares de brócolos numa zona considerada pela APP como de grande valor ecológico. 'Thierry Roussel achou que não precisava do parecer deste organismo para nada e avançou com a plantação de brócolos', escreve 'O Independente'.
30/7/93 Pág. 2	Em foco		<i>Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano Não há protecção sem desenvolvimento</i>	"A Comissão Coordenadora da CDU, ao fazer um balanço dos cinco anos de existência da Área de Paisagem Protegida (APP) do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, concluiu que 'a gestão da APP caracteriza-se pela adopção de medidas quase e apenas restritivas, sobretudo no domínio da gestão urbanística e no investimento, acompanhados de estudos e mais estudos que até agora não constituíram suporte para nenhuma intervenção positiva'. Ao adiantar que esta é uma das mais preservadas do litoral europeu, e também uma das mais atrasadas, a Comissão da CDU denuncia que 'ao fim de todos estes anos a APP não dispõe de um Plano de Ordenamento. As populações residentes nas APP não sentiram quaisquer efeitos positivos pelo facto de

				<p>viverem numa área classificada e não houve medidas que permitissem alterar políticas sectoriais com efeitos negativos nas actividades económicas da área” Face à intenção do Governo elevar esta zona à categoria de Parque Natural, para a CDU um parque natural não se cria por decreto. ‘É necessário um verdadeiro empenhamento da população residente que deve saber o que é preciso proteger e porquê. Há que respeitar a autonomia, as competências próprias dos municípios e os instrumentos do planeamento municipal, dado que é possível tratar as especificidades de uma área que se caracteriza por uma forte humanização e uma grande diversidade’.</p> <p>Adoptando como mote que não há protecção sem desenvolvimento, a CDU adiantou que ‘um parque não pode ser só uma montra de natureza dissociada das populações que aí vivem. Sem se cuidar da criação de condições que permitam o acesso a melhores condições de vida’.</p> <p>Com estas explicações, vem a Comissão Coordenadora da CDU defender que ‘não é aceitável a criação de um parque natural numa perspectiva meramente restritiva e conservacionista. É imperioso que sejam alterados os mecanismos de financiamento dos municípios garantindo a alteração das políticas sectoriais com efeitos negativos na área’ ”.</p>
30/7/93 Pág. 3	Em foco		<i>Ministério do Ambiente acusado de negligência na gestão da água</i>	<p>“Desde o dia 4 que os produtores de girassol do Divor (Igrejinha) abriram as comportas da barragem e estão a utilizar água de consumo público em actividades agrícolas. São já algumas centenas de milhares de metros cúbicos de água que meia dúzia de agricultores utilizou em proveito próprio, colocando em risco o abastecimento das populações de Arraiolos e Évora (...)”.</p>
30/7/93 Pág. 18	Sociedade	Paulo Barriga	<i>Dinamizado pela Câmara Municipal de Beja Primeiro museu rural vai nascer em Beringel</i>	<p>“O primeiro Museu Rural do país está prestes a nascer em Beringel. Será o primeiro passo para um projecto piloto de desenvolvimento integrado para as zonas rurais do concelho de Beja, aproveitando as suas características endógenas. A ideia tem quatro anos e ao longo deste tempo tem sofrido várias mutações até atingir a forma que os técnicos da Câmara de Beja consideram correcta: um espaço multifuncional e facilmente reciclável que exerça junto da população e visitantes uma dinâmica própria (...).</p> <p>Jorge Pulido Valente (da divisão cultural da Câmara Municipal de Beja) refere que este museu é uma experiência piloto para um projecto de desenvolvimento integrado que passa pelo renascer das capacidades existentes nos meios rurais, neste caso artesanato e agricultura.</p> <p>Para o técnico, a ‘agricultura está condenada nesta região e tem que sofrer uma reconversão para trazer à superfície as suas potencialidades. A prisão desta gente ao subdesenvolvimento poderá ser o seu futuro’.</p> <p>(...)</p> <p>A escolha deste tema (O ciclo do pão, objecto da primeira exposição temática) ‘tem a ver com a compreensão da realidade rural alentejana. O pão tem sido um elemento preponderante em todo o sistema social desta zona do país, ao longo dos tempos. Os</p>

				<p>moinhos sempre constituíram importantes meios da economia. A estratificação social, em determinadas alturas, até se podia colocar na questão: quem tem e quem não tem farinha'.</p> <p>'Os trabalhos (...) assentam 'na preservação e valorização da memória dos mais idosos. (...). Deixamos as pessoas dissertarem nas suas memórias'. (...)'não andamos a fazer levantamentos dos moinhos existentes, mas sim a redescobrir como é que as populações geriam os recursos naturais, de água, vento e sol, na perspectiva que nada garante que esses mesmos saberes não voltem a ser utilizados no futuro, isto a nível técnico'(...)"</p>
6/8/93 Pág. 3	Em Foco		<i>Centenas de trabalhadores ameaçados de desemprego Odefruta à beira da falência</i>	<p>"Longe vai o tempo em que o ministro Arlindo Cunha enchia o peito para afirmar com eloquência que o investimento de Thierry Roussel, o projecto da Odefruta, na localidade do Brejão, em Odemira, era exemplo comprovado de que a agricultura portuguesa tem futuro, bastando para tal existirem empresários que acreditem e invistam.</p> <p>O certo é que, passados dois anos (...), a Odefruta vive uma situação de pré-falência, encontrando-se neste momento a braços com uma dívida de 800 mil contos, depois de ter recebido nos últimos anos mais de um milhão de contos de apoios comunitários a fundo perdido (...)"</p>
6/8/93 Pág. 4	Política		<i>Investimentos previstos não são suficientes Conselho Regional do Alentejo critica proposta do novo PDR</i>	<p>"O valor global do investimento previsto no Plano de Desenvolvimento Regional – PDR – para o Alentejo, 8,28 por cento do total do País, é, segundo o Conselho Regional do Alentejo 'manifestamente insuficiente para inverter o seu processo de despovoamento e de atraso económico assim como para promover o reforço e a revitalização do tecido económico e empresarial' (...)"</p>
13/8/93 Pág. 2	Em Foco	Joana Gomes	<i>A Guerra da caça</i>	<p>"Os sócios das reservas são protectores ou exterminadores da caça? Quem caça tudo o que vê? Os caçadores do terreno livre a quem são legados campos desertos e cada vez mais extensos, a quem são aplicadas pesadas multas por violação à lei ou apenas por caçar, sem conhecimento, numa reserva com sinalização duvidosa, com inclusão de propriedades mesmo sem o aval ou participação do proprietário? Ou pelo contrário, os associados que, de acordo com os estatutos da sua própria associação se permitem caçar durante mais dias que os outros, mais caça que os outros, espécies que aos outros estão proibidas, ou se afirma que estão a ser protegidas? Entre caçadores de terreno livre e os das reservas há uma guerra que se adensa, um erro que persiste, quando tudo parece não passar de uma questão de princípios.</p> <p>Dizem os caçadores das reservas que os outros dizimam a caça porque, sem planeamento ou ordenação, matam simplesmente tudo o que vêem. Os do terreno livre acusam que o dinheiro é quem manda e explicam a gestão da caça por parte dos sócios apenas para beneficiar o próprio (...)"</p>
13/8/93 Pág. 2	Em Foco	J. G	<i>Manuel Madeira, caçador, agricultor</i>	<p>"(...) Não havendo hipóteses para os cerca de 300 mil caçadores que exercem o acto venatório no terreno</p>

			<p><i>e jurista</i> <i>"A caça é um privilégio desde o neolítico"</i></p>	<p>que temos no nosso país, resta a desistência dos muito fracos, ou se quisermos dos menos endinheirados. A consideração é cruel, mas real de acordo com Manuel Madeira, proprietário e sócio de uma reserva do concelho de Mértola que toma como bitola a afirmação de Ortega Y Gasset de que a caça é um privilégio desde o Neolítico (...).</p> <p>'Ser caçador não é andar com uma espingarda às costas. É preciso ter a noção de como se processam a criação, evolução, e predação das espécies a abater. É preciso palmilhar campo, ter espírito de caçador. Saber como é necessário preservar as espécies, mas também limitar o número de outras (predadores) que estão a ser exageradamente protegidas. Tais como a pega-rabuda, o saca-rabos, a garça boeira (carraceiro), que destroem ninhos e comem coelhos pequenos. Igualmente é necessário ter dinheiro para, como acontece na maioria das reservas, qualquer sócio estar disposto a pagar qualquer coisa como 150 contos por ano'.</p> <p>(...)</p> <p>'A caça tem que ter quem a administre, devidamente gerida, tratada, ser pago o custo da sua preservação. Um modo de a gerir bem é através do dono da terra, o agricultor'.</p> <p>(...)</p> <p>Manuel Madeira sente na pele a luta ou os conflitos entre classes. Argumenta que, embora nada fazendo para tal, é como caçador de reserva, associado residente e como agricultor, alvo de críticas e de polémicas.</p> <p>'Os novos latifundiários absentistas que usam o campo como luxurias, que nada produzem e que mais ilegalidades podem cometer são vistos com mais benevolência'. Entre alguns nomes cita Champallimaud, Stanley Ho, La Féria. 'Isto porquê? Porque adoçam a boca dos locais com reбуçados, porque promovem operações de charme para ganhar o coração das pessoas. Nós que aqui vivemos, somos penalizados, por uma mentalidade assente numa realidade ultrapassada, estabelecida entre patrão/empregado' (...)'.</p>
13/8/93 Pág. 14	Entrevista	Luís Rocha	<p><i>Lina Jan, directora regional do Ambiente e Recursos Naturais</i></p> <p><i>"Em termos turísticos, há quem queira trazer o Algarve para o Alentejo"</i></p>	<p>"As questões do ambiente estão na berra. Por todo o lado se houve falar na necessidade de preservar a pureza da água, a verdura dos prados, a qualidade do ar. A pressão da opinião pública tem sido tanta que os governos se viram na necessidade de criar estruturas que pudessem dar resposta a estes problemas.</p> <p>(...)</p> <p>'O que o Alentejo tem para oferecer ao turista é a sua calma, é a sua paisagem, é a sua natureza, é o seu ambiente pouco poluído.</p> <p>Eu penso que para além do seu património histórico, para além da sua cultura são estes os produtos turísticos do Alentejo, além de que também tem sol e de que maneira.</p> <p>(...) ao desenvolver o Alentejo turisticamente temos que pensar em não perder os produtos que fazem com que o Alentejo seja apetecível para quem vem do</p>

				<p>exterior (...). Penso que se pode desenvolver o turismo sem agredir a qualidade ambiental da região.</p> <p>Agora, eu tenho visto alguns projectos que vêm mascarados de verde (...). aparentemente é tudo muito normal fazer campos de golfe não sei quantos hotéis, não sei quantas moradias ou apartamentos mas quando se faz, por exemplo para o Guadiana em que as propriedades todas por ali acima aparecem mascaradas da mesma maneira (...). A mim parece-me que é uma transferência do que se fez no Algarve para as margens do Guadiana (...)."</p>
20/8/93 Pág. 4	Política	Joana Gomes	<i>Autarquias preocupadas e governo silencioso Falta água no Alentejo</i>	<p>"O Verão quente e seco agrava os problemas da falta de água e consequentemente suscita mais preocupações relativamente à qualidade. Quanto menos é a água – e o Alentejo vive o segundo ano consecutivo de seca, com rios e albufeiras muito abaixo do seu caudal – mais possibilidades tem de ser portadora de substâncias poluidoras (...)."</p>
27/8/93 Pág. 4	Política		<i>Deputado alentejano questiona governo Albufeiras e Odefruta no Parlamento</i>	<p>"As reservas das albufeiras do Monte Novo, Divor e Alvito e o anúncio da pré-falência da Odefruta, empresa do magnata Thierry Roussel em Odemira, subiram à Assembleia da República pela voz do deputado comunista Lino de Carvalho, em dois requerimentos dirigidos ao governo. Em causa está o abastecimento de água às populações e o desenvolvimento da região. Com a actividade agrícola como cenário</p>
27/8/93 Pág. 8	Opinião	José Taco (agricultor)	<i>Uma história da nossa agricultura (II)</i>	<p>"(...) Se este critério prevalecer (liberalização dos cereais) vai causar uma grande calamidade para a nossa agricultura (...) como vai também forçar que muitas das nossas terras fiquem incultas tornando-se charnecas selvagens, como no tempo da pedra lascada.</p> <p>O referido critério vai forçar a nossa agricultura a ser esmagada e novamente avassalada (...).</p> <p>(...) há muito boas regras (...) muitos conhecimentos que foram sendo adquiridos ao longo de muitas dezenas de anos, para a nossa agricultura poder continuar a viver desafogadamente em boas condições, como até há bem pouco tempo vinha fazendo, que sempre nos tem dado a nós todos o pão do dia a dia.</p> <p>(...)</p> <p>Não se justifica que a nossa agricultura deixe de viver em boas condições, para agora passar a viver à base de esmolas humilhantes, dadas através de subsídios regressivos durante dez anos.</p> <p>É inconcebível que fosse a própria CEE que desejasse impor-nos a liberalização dos cereais (...) leva-nos a presumir terem sido motivadas grandes influências pela ambição de milhões, que a liberalização ia proporcionar.</p> <p>(...)</p> <p>A nossa agricultura não pode morrer e não pode deixar que alguns a matem novamente.</p> <p>O país e todos nós precisamos que a nossa agricultura continue a viver dignamente, que é quem sempre em situações de conflitos mundiais, nos tem dado e que tem que continuar a dar o pão nosso de cada dia.</p> <p>(...)"</p>

3/9/93 Pág.8	Reportagem	R.R	<i>Governo acusado de violar autonomia do poder local Litoral contesta PROTALI</i>	<p>“A Associação de Municípios do Litoral Alentejano decidiu ‘suscitar a inconstitucionalidade’ do projecto de decreto-lei do PROTALI (Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral) e das portarias que o regulam, tendo já solicitado pareceres a diversos constitucionalistas, entre os quais o centrista Freitas do Amaral. Am causa está a autonomia do Poder Local, na gestão do desenvolvimento turístico.</p> <p>(...)</p> <p>De facto, adiantam, o ‘Projecto de Decreto Lei do PROTALI, bem como as portarias que fixam as regras de delimitação e ocupação dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico e as ‘Áreas de Desenvolvimento Turístico, representam um verdadeiro atentado à autonomia dos municípios e são violadoras dos mais elementares princípios da autonomia do Poder Local, que a Lei de Atribuições e Competências confere e a constituição consagra’</p> <p>(...)</p> <p>Os municípios rejeitam ainda ‘quaisquer lições de secretários de Estado ou de ministros sobre a melhor forma de gerir o território’, não podendo o ‘governo escudar-se numa pseudo-auscultação pública nem em erros cometidos no passado, noutras regiões, para se arvorar em salvador do património e garante de um correcto ordenamento e ocupação do território litoral alentejano’.</p> <p>A costa alentejana ‘se é hoje bandeira de alguns e apelidada jóia da coroa do turismo português’, lembram, ‘é porque ao longo de todos estes anos de Poder Local democrático, as Câmaras Municipais souberam resistir a todas as pressões especulativas, mesmo com cumplicidades da administração central, não permitindo a degradação ambiental e impedindo uma desordenada ocupação do território’.</p> <p>(...)</p> <p>No entender da AMLA ‘é perfeitamente compatível o desenvolvimento com a conservação e preservação do património natural e cultural, sobretudo quando já existem estudos e planos bem como mecanismos de fiscalização e prevenção capazes de actuar’.</p> <p>Para aquela associação, ‘as populações do Litoral Alentejano não podem ser guardiões de um território a troco de nada’, que, ‘não se confina à faixa costeira’, com problemas graves na agricultura, base da sua economia e que ‘por via da reforma da PAC se encontra numa situação de falência’, sendo ‘o desemprego galopante e os jovens não encontram resposta aos seus problemas de emprego’”.</p>
17/9/93 Pág. 9	Opinião	Luís Rocha	<i>Praia do Carvalhal, no litoral alentejano Paraíso em vias de extinção</i>	<p>“(…) O Carvalhal é a apenas o exemplo de uma imensa língua de areia que tem de um lado as águas límpidas do mar e do outro uma vastíssima área de dunas onde a natureza se mantém inviolada.</p> <p>(...) enquanto as autarquias dominaram o processo, foi possível manter este equilíbrio ambiental em toda aquela zona. Agora, como o governo, através do Protali, a querer chamar a si poderes de decisão que</p>

				<p>não tinha nesta matéria, é de prever que as grandes indústrias ligadas ao turismo se instalem ali e tragam com elas todas aquelas agressões à natureza que são conhecidas noutras zonas do país.</p> <p>Daí que o Carvalhal - e quem diz o Carvalhal diz Melides, Santo André e outras praias da zona - seja hoje um paraíso em vias de extinção."</p>
17/9/93 Pág. 11	Reportagem	Joana Gomes	<i>A solidão acompanhada</i>	<p>"Em Montes Altos, lugar situado a três quilómetros da Mina de S. Domingos, não nasce uma criança há mais de 25 anos. Mas, curiosamente, a população está a aumentar. Ao passo que os censos de 91 apontavam para uma população de 11 pessoas, neste momento há 25. É a vontade convicta de regressar à terra natal. Enquanto trabalham os alentejanos que partiram sentem saudades do futuro. É assim que António Sotero, a residir em Lisboa, traduz o sonho, na concretização de um centro social em Montes Altos.</p> <p>(...)</p> <p>'É preciso saber viver a vida', desabafou António Sotero que tem saudades de ler um bom livro debaixo de um chaparro. Logo a resposta surgiu de um comparsa e familiar (...) que debaixo de um chaparro já não pode ler porque a localidade está cercada de arame. (...) é mais um exemplo de reservas de caça à porta das localidades (...) como dizem os locais, 'a provocar a agressão psicológica e a isolar-nos ainda mais'.</p> <p>'Nós temos hábito de estar juntos. Mesmo sem falar comunicamos. (...) quando não cantamos modas alentejanas, ou contamos anedotas, estamos calados. Mas estamos juntos. (...)'</p> <p>E, à semelhança das outras localidades alentejanas, os homens quando não têm nada que fazer 'andam à procura do sol para se aquecerem e de dois dedos de conversa'.</p> <p>As mulheres, com a casa cheia de fotografias dos filhos e netos, fazem renda à soleira da porta, dedilhando com as vizinhas conversas do dia-a-dia. Para os amigos e visitantes há sempre uma cafeteira de café ao lume pronta a servir e alguns bolos. (...)".</p>
1/10/93 Pág. 11	Património		<i>Cláudio Torres em Barrancos Não há turismo sem agricultura</i>	<p>"A preservação e desenvolvimento da estrutura socioeconómica e cultural das zonas interiores é a melhor forma de dinamizar a aposta turística, defende Cláudio Torres. O responsável pelo campo arqueológico de Mértola falava sobre turismo, cultura e ambiente, no Castelo de Noudar, em Barrancos, nas comemorações do Dia Mundial do Turismo, organizadas pela Região de Turismo Planície Dourada.</p> <p>(...)</p> <p>'O futuro do turismo desta região passa pela manutenção da actividade agrícola, único garante da cultura própria que lhe está associada', preconiza Cláudio Torres. A sua monumentalidade 'não se esgota em castelos e património construído, possuindo muitos valores ligados à estrutura agrária'.</p> <p>A reforma da PAC (...) que implica a redução da área cultivada é uma ameaça porque conduz à 'morte da actividade agrícola' e consequentemente à desertificação humana e física de vastas zonas' (...).</p>

				<p>Na conjugação desta realidade com a actividade turística poderá estar uma das possibilidades de desenvolvimento do Alentejo. 'Mas é preciso manter a agricultura', alerta Cláudio Torres.</p> <p>Para o investigador, passou o ciclo do turismo de praia e das paisagens selvagens, com efeitos bastante negativos em termos ambientais, reservado a poucos dias no ano, passando a aposta agora para espaços humanizados.</p> <p>'A paisagem do Alentejo, ao contrário do que possa parecer, não é selvagem', diz Cláudio Torres. Há todo um espaço humanizado, 'marcado pelo homem palmo a palmo, ao longo de séculos e milénios'. Para o investigador, o camponês, é o principal fazedor de paisagens'.</p> <p>Toda a zona do Mediterrâneo, segundo o arqueólogo, dispõe de condições naturais, sociais e culturais, paisagísticas e humanas, que 'constituem um centro de atracção para o mercado do Norte da Europa e outros, aliado à grande segurança que oferece'.</p> <p>A poluição constitui um factor inibidor do desenvolvimento desta potencialidade, porque 'está a destruir toda a lógica da relação do Homem com a natureza'. A água é um dos produtos mais sujeitos a este problema e quem a 'souber reservar, gerir e utilizar, poderá ganhar a guerra que se avizinha no futuro'.</p> <p>(...)</p> <p>A autarquia barranquenha aposta no castelo de Noudar integrado num circuito turístico e cultural, que promova o concelho. (...)"</p>
1/10/93 Pág. 11	Património	R.R	<i>A "traição" do desenvolvimento</i>	<p>"O Governo, através do Ministério do Comércio e Turismo, começou uma campanha de promoção turística do país, no interior e no estrangeiro, que pretende dar uma 'nova imagem' de Portugal, renovando-lhe visitantes, turistas e investidores. Terminado o ciclo das praias, a opção volta-se para a tipicidade do interior, aproveitando as zonas com características próprias preservadas, garantidas pelo subdesenvolvimento a que foram sujeitas. No fundo, reabilita-se a ideia de António Ferro, ideólogo de Salazar, porque, como afirmam os especialistas que organizaram o trabalho, 'somos muito cordiais, muito adaptáveis, muito afectivos, muito disponíveis'.</p> <p>A ideia subjacente a esta viragem na política turística do executivo de Cavaco Silva não é corrigir assimetrias regionais, mas sim aproveitar uma situação de subdesenvolvimento, criada pela macrocefalia económica dos sucessivos governos que transformou o chamado 'mundo rural' num deserto humano e paisagístico. (...) nada mais errado e indicativo de outra traição ao País, à semelhança do Algarve.</p> <p>(...) a iniciativa compreende a recuperação de aldeias típicas, a ampliação da rede de pousadas e ainda a valorização do património natural, cultural e histórico e a renovação urbana. Pretende-se 'criar uma imagem agradável, positiva, de Portugal'. Nada mais retrógrado. (...) 'típica' de Américo Tomás nas suas</p>

				deambulações pelo 'país real', no tempo do fascismo:" Nota : o reparo do jornalista contextualiza-se a partir de afirmações atribuídas a Cavaco Silva ao Notícias Magazine de 19 de Setembro, durante uma visita a Piodão).
1/10/93 Pág. 12/13	Document o	Rafael Rodrigues	<i>Projecto Alqueva pronto para relançamento A barragem da esperança</i>	<p>"Papéis em ordem. Dinheirinho fresco da comunidade. Comissão Instaladora empossada. Dois anos de seca. Um terço do país com necessidade de reconversão económica. Parecem reunidas as condições para o projecto Alqueva e Plano de Rega do Alentejo serem relançados na prática em 1994 (...).</p> <p>O Alentejo atravessa um período de dois anos de seca que trouxe ao de cima a fragilidade do seu tecido económico baseado na monocultura dos cereais, actividade condenada pela reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e pelo acordo de comércio e tarifas aduaneiras (vulgarmente conhecido por GATT) entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos. As directrizes comunitárias neste sector provocaram a desestabilização da agricultura alentejana que entretanto tinha sido encorajada, nos anos recentes, a investir na modernização. Impõem-se mudanças de culturas, mas para isso é necessário condições, entre as quais sobressai a utilização da água. (...)</p> <p>Este conjunto de razões e a necessidade de inverter a situação de desertificação humana e paisagística do Alentejo que coloca em causa o futuro, levou o governo a optar pelo relançamento da Barragem de Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo, ambos interrompidos em 1979, candidatando-os ao próximo Quadro Comunitário de Apoio, em exercício, de 94 a 99 (...)"</p>
8/10/93 Pág. 4	Política		<i>Alentejo Alimentar Uma aposta na qualidade</i>	<p>"Alentejo é palavra sinónimo de qualidade. Esta a ideia que o núcleo Empresarial da Região de Beja quer aproveitar ao promover o 'Alentejo Alimentar', primeira exposição agro-alimentar da região. A iniciativa pretende mostrar a realidade do sector e questionar o futuro, de forma a 'criar condições para ultrapassar esta situação de crise e lutar contra a maré de desânimo que existe'. Desenha-se o propósito de uma 'viragem produtiva' da monocultura de cereais. A base da economia alentejana navega ao sabor da terra seca e das incertezas dos anos mais recentes. A reforma da PAC e as negociações do GATT questionaram os princípios da agricultura tradicional, imersa numa imensa crise. A alternativa volta-se para os produtos tradicionais e o seu valor acrescentado através da indústria agro-alimentar (...).</p> <p>A 'Alentejo Agro-alimentar pretende mostrar que uma das alternativas mais credíveis à monocultura de cereais será seguramente o desenvolvimento de um sector agroalimentar forte qualitativa e quantitativamente evoluído e diversificado (...)'</p> <p>O presidente do Nerbe considera que esta 'viragem produtiva' só será duradoira se houver uma comercialização que consiga eficazmente o</p>

				<p>escoamento da produção’.</p> <p>O vinho, o pão, o queijo de Serpa, o porco preto, os frutos secos, a aguardente de medronho e o mel são alguns produtos considerados fundamentais pelo NERBE para o desenvolvimento da industria agroalimentar.</p> <p>(...)</p> <p>A todos eles está associada uma palavra: qualidade. Qualidade a que Portugal, e particularmente o Alentejo, é facilmente associado. António Almodôvar refere que ‘é preciso aproveitar a imagem do país não poluído que ainda temos’, para podermos colocar os nossos produtos no mercado, ‘em especial tentar salvar o nacional’ (...).”</p>
15/10/93 Pág. 5	Política	R.R	<i>Alqueva: o futuro está aí</i>	<p>“ ‘Alqueva é uma realidade’ garantiu o presidente da Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva (...). Segundo este responsável, ‘o futuro está aí, sendo necessário que esta região se auto-sustente, aproveitando todas as potencialidades do projecto que é, neste momento irreversível’ (...).”</p>
15/10/93 Pág.6	Opinião	A. Baptista Candeias	<i>Ataques ao mundo rural provocam mais desertificação</i>	<p>“Dois diplomas de janeiro de 1976 vieram justamente restituir às populações rurais os baldios que deles haviam sido desapossados ao longo da ditadura do Estado Novo (...)</p> <p>Ao fim e ao cabo de dezenas de tentativas para desfigurar, a maioria governamental fez agora aprovar nova Lei dos Baldios, consignando que os planos de utilização dos terrenos devem ser elaborados com a colaboração das entidades administrativas.</p> <p>O que representa dizer que a comunidade local deixa de dispor soberanamente do uso e fruição dos respectivos baldios, visto que são os membros da freguesia e município a participar na factura dos projectos, em termos a regulamentar.</p> <p>A gula da exploração da terra para fins industriais e habitacionais venceu, teve maior força do que a vontade da comunidade e da norma constitucional que integra os baldios no sector público ao lado dos sectores privado e cooperativo. (...)</p> <p>Bem podem os aprendizes de feiticeiro da política proclamar que os terrenos baldios, os fornos de pão, as eiras, moinhos, azenhas e certos animais reprodutores perderam o interesse e o significado para as populações, mas não deixam de ser formas tradicionais de propriedade comum, merecedoras de conservação e respeito, agora que a vida demonstrou o erro palmar que constituiu a morte do pequeno agricultor, acelerando a desertificação e dependência económica do país com a perda da nossa identidade.</p> <p>Urge repensar toda a problemática da propriedade comunal ou do povo no sentido de que deve ser conservada for a do comércio jurídico não podendo qualquer parcela ser objecto de apropriação privada, seja por que título for incluindo a usucapião.</p> <p>É neste contexto histórico-político que declaramos que os baldios não devem pertencer às autarquias, mas à comunidade dos vizinhos, cabendo o seu uso, fruição e administração aos respectivos compartes.”</p>

15/10/93 Pág. 15	Sociedade	Luís Rocha	<i>Primeiro dia de caça no Alentejo Tudo calmo nos campos</i>	“Esperava-se uma grande confusão neste primeiro dia de caça nos campos do Alentejo. Grande parte da superfície transtagana foi afectada a reservas de caça associativas e turísticas, caçar aí custa muito dinheiro e o cidadão comum quase que não tem onde fazer o gosto ao dedo. O descontentamento é geral e tem havido inúmeras manifestações contra um sistema que praticamente impossibilita um caçador de exercer a sua actividade. (...)”.
15/10/93 Pág. 15	Sociedade	J.G	<i>Caçadores em pé de guerra</i>	“Diversas centenas de caçadores de terreno livre vindos de todo o país vão concentrar-se, este domingo, em Montemor-o-novo, para intensificar a sua posição de desagrado perante a actual lei da caça (...). ‘O Estado precisa de dispensar dinheiro’ adianta Eduardo Biscaia (presidente da Federação Nacional de Caçadores e Proprietários) ao referir-se à colocação da GNR em vigilância permanente. “Têm medo do que nós possamos fazer. Só não se preocupam com as ilegalidades cometidas durante a vigência da actual lei da caça. Porque não fiscalizam processos mal feitos, o dinheiro passado por debaixo da mesa para reservar mais uns hectares de terreno, mesmo sem prévia autorização dos proprietários, a exploração de guardas que são ao mesmo tempo pastores, ou caseiros, não tendo, muitos deles, qualquer formação para a acção cinegética? O Alentejo e as suas diversas estruturas beneficiaram com a criação de reservas? Eu pergunto a quem queira responder”, adianta Eduardo Biscaia que classifica as reservas turísticas como ‘cotos privados’. (...)”
22/10/93 Pág. 3	Em Foco	Paulo Barriga	<i>Suicultores em ‘guerra’ Os porcos nos iis</i>	“Pela primeira vez na história comunitária, o governo português está de costas voltadas para os parceiros europeus. Em causa está a decisão do Comité Veterinário da Comunidade Europeia em interditar as exportações de suínos nacionais. Passados oito meses da erradicação total da peste suína, 36 anos após ter sido detectada, uma missão de inspecção da Comunidade apurou surtos da doença em Barrancos e Alcáçovas. Os abates já começaram e os efectivos pecuários da zona continuam sob sequestro. Há quem afirme que neste caso ‘valores mais altos se levantam’ (...). A missão de inspecção que há três semanas esteve em Portugal ‘veio passar um atestado de incompetência aos técnicos nacionais’. Quem o afirma é António Semedo Guerra, presidente da Câmara Municipal de Barrancos, indignado com o resultado das pesquisas efectuadas. ‘Para os veterinários portugueses, aqueles que acompanharam a situação a par e passo, os resultados sorológicos não acusam peste suína. Para este missão, os nossos porcos estão contaminados. É isto que não se compreende. António Guerra refere ainda que quando existia peste suína em Portugal, os porcos ‘embrulhavam os canastos’ em 24 horas, ‘estes chegam a estar meses sob sequestro e engordam normalmente’. O facto da delegação do Comité Veterinário Permanente da CE ser encabeçada por um espanhol

				<p>alimenta as suspeitas do edil em relação a um presumível complot dos 'nuestros hermanos' contra a recém criada Região Demarcada do Presunto de Barrancos. É que até à data Espanha não tinha concorrentes na transformação artesanal do denominado porco ibérico ou 'pata negra'.</p> <p>O presidente barranquenho imputa também culpas ao deputado socialista António Campos e à sua 'forma inconsciente de fazer oposição' no caso das vacas loucas e o Director Regional da Agricultura por 'não se ter calado' neste caso. 'No campo da suinicultura temos muito a aprender com os espanhóis. Aqui ao lado, quando algo de semelhante se passa, é completamente abafado. Nós fazemos bandeira destes assuntos'.</p> <p>(...)</p> <p>José Luis Bagão, suinicultor de Alcáçovas, desabafou ao 'Diário do Alentejo' o seu descontentamento com as autoridades sanitárias já que os seus porcos se 'encontram sequestrados, comprometendo gravemente o ciclo de produção'. (...)"</p>
22/10/93 Pág. 4	Política	Luís Rocha	<i>Em Montemor-o-Novo, no passado domingo Caçadores sem armas invadem coutadas</i>	<p>"Esperava-se que viessem alguns milhares, mas acabaram por vir apenas algumas centenas. A partir das seis horas da manhã, começaram a concentrar-se junto do edifício da Caixa Agrícola. Por volta das oito horas, dirigiram-se à herdade da Cabrela, nas proximidades da cidade. Entraram sem armas e saíram instantes depois. A GNR esperava-os a pouca distância. Esta movimentação de caçadores fazia prever o pior: falava-se de cortes da estrada, de confrontos com os proprietários das reservas ou até das próprias forças de segurança. Tudo correu sem problemas.</p> <p>A concentração foi promovida pela Federação Nacional dos Caçadores e Proprietários (...).</p> <p>(...)</p> <p>Uma das coisas que os caçadores não disseram em Montemor mas já têm dito noutras ocasiões, é esta: muitos dos indivíduos que dominam as reservas de regime cinegético são antigos funcionários do Ministério da Agricultura ou da ex-Direcção Geral das Florestas. Isto é, estes indivíduos contribuíram para a elaboração da lei, prepararam os respectivos projectos, e logo que a lei foi publicada, habilitaram-se a candidatos das reservas.</p> <p>Há portanto aqui uma mafia instalada que controla as grandes áreas de produção cinegética, deixando para os outros alguns corredores, para que não digam que ficaram sem nada (...)."</p>
22/10/93 Pág. 13	Património	L.R	<i>No Distrito de Évora Fluxos turísticos decrescem</i>	<p>"Empresários, técnicos de sector e personalidades várias participaram numa reunião promovida pela Região de Turismo de Évora (...). Em causa estava a divulgação dos estudos sobre a procura de serviços turísticos no distrito e a apresentação das linhas que vão orientar a RTE durante o próximo quadriénio. É um dado adquirido que tem havido uma redução dos fluxos turísticos ao nível do distrito (...).</p>
22/10/93 Pág. última	última		<i>Organizações da lavoura reúnem-se em Beja</i>	<p>"As organizações da lavoura do Baixo Alentejo reúnem-se (...) para discutir os últimos desenvolvimentos relativos às medidas de apoio à</p>

			<p><i>Um grito do Baixo Alentejo</i></p> <p>seca. É outro grito da região mais afectada pela seca que 'não tem sido tratada como devia'.</p> <p>'Estender o âmbito das medidas de apoio à seca a todo o país é unicamente uma atitude política' foi como um dirigente associativo de sector comentou a nova circular do IFADAP. 'O Baixo Alentejo foi a região mais afectada pelos dois anos de seca e não temos sido tratados como devíamos, e as medidas, mesmo tendo sido poucas, só surgiram porque despoletámos a situação, com a nossa pressão e a nossa união', acrescentou.</p> <p>Para aquele dirigente 'o efeito da seca nos cereais é muito mais evidente que noutras culturas, pelo que eram necessárias medidas especiais e mais eficientes para o Baixo Alentejo'.</p> <p>(...)</p> <p>As organizações agrícolas defendem que devia ser aberta uma linha de endividamento, para renegociação da dívida com a banca, numa altura em que as empresas estão completamente descapitalizadas.</p> <p>A crise que afecta o sector agrícola, e devido à escassez de medidas concretas vai reflectir-se directamente na campanha de 93/94. 'Aliás comenta um agricultor, o próximo ano é simplesmente o reflexo dos dois anteriores, em que houve uma redução dos efectivos animais e uma má produção, por efeito da seca, o que contribuíram para o aumento do endividamento dos agricultores'.</p> <p>No actual quadro a 'situação tende a piorar porque a banca recusa-se a renegociar a dívida, mesmo no âmbito das medidas governamentais, enquanto actualmente metade do Alentejo está hipotecado'. Os agricultores esclarecem que a 'confusão está estabelecida', havendo muitas zonas, como a margem esquerda do Guadiana, onde 'será muito difícil para alguns agricultores realizarem a próxima campanha' (...)"</p>
29/10/93 Pág. 3	Em Foco	R.R	<p><i>Agricultores na natação</i></p> <p>" 'A agricultura é um serviço público e como tal tem de ter as ajudas necessárias, porque é um sector fundamental de combate à desertificação das zonas rurais e da sua revitalização económica' afirmou esta semana em Beja o ministro da agricultura.</p> <p>Arlindo Cunha considerou que as críticas dos agricultores à circular do IFADAP 'não fazem sentido' e para o responsável governativo do sector a Reforma da Política Agrícola Comum (PAC) é um documento com vantagens para Portugal (...).</p> <p>Arlindo Cunha (...) considerou que 'os agricultores ainda olharão a reforma da Política Agrícola Comum como a tábua de salvação das suas vidas'. Rosado Fernandes, presidente da CAP, já reagiu. 'Se é tábua de salvação é porque nos estamos a afogar e é melhor que os agricultores tirem cursos de natação'.</p> <p>Na defesa da reforma da PAC, Arlindo Cunha afirmou que 'as negociações foram bem conduzidas, na defesa dos interesses de Portugal, e a opção tomada corresponde à que serve as zonas menos desenvolvidas', outro dos aspectos contestado pelos agricultores.</p> <p>No entanto, o ministro avisou que 'nem tudo serão</p>

				<p>facilidades, porque os agricultores estão a enfrentar o maior desafio da sua história que é o contacto com as leis do mercado e para isso terão de estar preparados, tanto que tem sido o sector com maiores apoios há mais tempo, com uma excessiva protecção pública'. (...)"</p>
29/10/93 Pág.4	Política		<p><i>Agricultores do Baixo Alentejo, unidos! Medidas iguais a zero</i></p>	<p>"As organizações da lavoura do Baixo Alentejo mandataram a Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS) para promover os contactos necessários para promover um plenário de todos os associados, a realizar na próxima semana, em Beja. (....) 'As medidas não servem. São iguais a zero' foi como Castro Brito, presidente da Acos, comentou o conteúdo da circular do IFADAP, porque 'a maioria dos agricultores fica de fora, com a agravante de colocar em pé de igualdade o Baixo Alentejo com o resto do País, quando a nossa região foi a mais afectada pela seca e é um caso específico'. (...) Para Castro e Brito 'o governo conhece a nossa situação, pelo que o mais importante neste momento, é alertar e sensibilizar a opinião pública para a injustiça deste conjunto de medidas e para que os agricultores não fiquem com o odioso da questão, criando-se a falsa ideia de que vão receber mais uns milhões'. A circular do IFADAP é criticada fortemente porque 'estabelece uma grande malha burocrática para que o agricultor receba os apoios previstos, quando a banca recusa a terra como garantia real para quaisquer acções na agricultura, facto impossível de tornar para quase todos". O diploma governamental estabelece que os agricultores, para receberem novo apoio, têm de apresentar justificativo de investimentos através de facturação de 1986. Castro Brito disse que não faz qualquer sentido, porque a escrita agrícola só passou a ser obrigatória a partir de 1989, quando os investimentos foram feitos anteriormente, e só para explorações com facturação superior a três mil contos'. Segundo o presidente da Acos, 'a maioria dos agricultores do Baixo Alentejo, por acção da seca e da reforma da Política Agrícola Comum, tem uma facturação inferior ao montante fixado, pelo que ficam fora dos apoios previstos, para além das dificuldades colocadas pela banca, em face da sua descapitalização'. Os agricultores exigem a revogação da circular e que as dívidas contraídas em anos anteriores sejam contempladas em próximos diplomas, porque 'todas elas estão provadas, tanto mais que cerca de metade do Alentejo está hipotecado à banca'. Reclamam ainda um 'tratamento especial para o Baixo Alentejo por ser a região do país que mais sofreu com a seca nos dois últimos anos e com as consequências da reforma da Política Agrícola Comum', reclama ainda Castro e Brito."</p>
5/11/93	Sociedade	J.G	Messejana	"Integração, desenvolvimento pessoal, inserção e

			<i>Crise, seca, desemprego, falta de saúde</i>	saúde é má e a educação não foge à regra. Mais do que à seca ou ao destino, as responsabilidades devem ser atribuídas ao governo do país (...).
31/12/93 Pág. 11	Destaque	Rafael Rodrigues	<i>1993 em balanço Um ano nada positivo</i>	“O balanço de 1993 pode considerar-se negativo para o Alentejo. A seca andou por aí a fazer das suas e levou cortes no abastecimento a todos os cantos. E o desespero aos agricultores levou também o Governo a decidir-se pelo recomeço da barragem de Alqueva . o desemprego aumentou, enquanto a actividade nas Minas de Aljustrel era interrompida e os alemães levantavam voo da Base Aérea de Beja deixando a incerteza futura nos trabalhadores portugueses. O sinal positivo veio da união de esforços entre agentes económicos e os municípios na reivindicação de soluções para os problemas que a região atravessa, entre muitos planos e programas de emergência, num ano que terminou com as eleições autárquicas sem que nenhum partido atingisse os objectivos anunciados (...)”.

Pág. 15			<i>Mulheres procuram novos caminhos</i>	resolução de problemas interpessoais, reforço da formação de base, noções de património ambiental, conhecimento e promoção de artesanato local, assim como gastronomia alentejana, turismo rural, enquadramentos gerais sociais, noções de economia de empresa, são alguns dos módulos dirigidos a mulheres de Messejana, através do Programa de Formação denominado 'Valorização do património cultural'. (...)»
24/12/93 Pág. 5	Política	R.R	<i>Agricultura alentejana à beira da ruína Estado em dívida</i>	<p>"A agricultura alentejana está à beira da ruptura e os agricultores queixam-se de falta de apoio do governo. É a PAC, o GATT, um mar de siglas onde navega o desespero e crescem os sintomas de 'aniquilamento' desta actividade, base da economia regional. Os apoios prometidos tardam ou não chegam, enquanto os empresários, completamente descapitalizados, vêem os dias a andar para trás. É neste cenário que se aproxima a edição da Ovibeja, 'a grande montra' de um Alentejo em crise. (...)</p> <p>(...)</p> <p>Manuel castro e Brito, presidente da Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS), uma das maiores do sul do país, diz que 'os portugueses não vão ter qualquer hipótese de competir no âmbito do GATT, porque os preços praticados, os possíveis em face dos elevados custos de produção, são em muito superiores aos dos outros países, com superiores produções e muitos apoios'. A situação podia ser alterada, mas 'não há vontade política para mudar e o governo está a cumprir os objectivos a que se comprometeu com os seus parceiros comunitários'. Para Castro e Brito, a situação é clara: 'Nas negociações com a Comunidade, Portugal comprometeu-se a extinguir dois terços dos agricultores, pelo que só os restantes receberiam as ajudas previstas'. As chamadas medidas de acompanhamento que, entre outras, consideravam a entrada antecipada na reforma dos agricultores que o pretendessem, 'não funcionam, porque não há dinheiro'.</p> <p>A situação tende a piorar. Castro e Brito vai mais longe ao considerar que 'Portugal é o único país que ainda não recebeu os adiantamentos para os ovinos e caprinos, as ajudas cofinanciadas para os cereais não aparecem e as previstas pela perda de rendimento em face do set a saide (...) não foram entregues', numa altura em que se 'entrou noutra campanha e os agricultores estão descapitalizados por dois anos seguidos de seca'. (...)»</p>
31/12/93 Pág. 5	Política	R.R	<i>O ano da Planície Dourada</i>	" ' 1994 deverá ser o ano do lançamento e efectiva afirmação da Planície Dourada', aponta o Plano de actividades desta Região de Turismo, aprovado durante o mês de Novembro. Esta linha orientadora será alcançada privilegiando as iniciativas que contribuem para a afirmação da identidade interna e canalizar para elas os maiores esforços disponíveis (...).»
31/12/93 Pág. 9	Destaque	Joana Gomes	<i>1993 em balanço Mau ano para o Alentejo</i>	"No plano económico e social, 1993 foi um mau ano para o Alentejo. Cresceu o desemprego, fecharam empresas, a agricultura e o comércio estão em crise. A

Diário do Alentejo	Rubrica	Enunciador-Reportador	Título	Resumo
7/1/94	Política	António Quaresma	<i>Parque Natural em discussão</i>	<p>“Realizou-se no passado 28 de Dezembro em Odemira uma sessão de esclarecimento e audiência da população sobre o Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.</p> <p>(...)</p> <p>A sessão foi extraordinariamente concorrida de público que encheu por completo o salão de Bombeiros de Odemira. No entanto (...) tratou-se de uma assistência constituída na grande maioria por pescadores, desportivos e profissionais, entre os quais correrá que a pesca iria ser interdita ou grandemente condicionada. O director do INC foi, algumas vezes, acicamente interpelado, no meio de certa agitação que o presidente da Câmara procurou moderar.</p> <p>Verificou-se que a grande maioria do público desconhecia o projecto de regulamento do Parque Natural o que impediu discussões mais frutuosas (...). Não sendo de pôr em causa um novo ordenamento do litoral alentejano, afigura-se que ele só poderá ser eficaz com a compreensão e o apoio da população e autarquia.</p> <p>A defesa do ambiente é, nos dias que correm imperativo a que nem o poder nem as populações se podem furtar no interesse de todos; mas a forma de a conseguir tem de ser adequada. Produzir um ordenamento que perversamente origine excesso de burocracia, que aumente as restrições e os encargos dos residentes e que, ao mesmo tempo não se revele operativo sequer na contenção de abusos mais gravosos, seria um erro de irreparáveis consequências. Criar uma área especial de protecção sem dotar de recursos financeiros do pessoal técnico e administrativo suficientes significariam à partida a impossibilitar a consecução dos objectivos que estiveram na sua origem”.</p>
14/1/94 última	última	R.R.	<i>Contra promessas não cumpridas Agricultores esgotam paciência</i>	<p>“Os agricultores do Baixo Alentejo ‘estão convencidos que já esperaram de mais’ pelo pagamento dos compromissos assumidos pelo Estado derivados da aplicação da reforma da Política Agrícola Comum e das medidas de apoio à seca e ‘exigem uma resposta urgente do Governo’. É a crise a acentuar-se e as promessas por cumprir. (...)”.</p>
14/1/94 última	última		<i>Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina Populações indignadas</i>	<p>“Entre promessas de dinheiro – oito milhões de contos até 1999- para a conservação da natureza, apoio ao desenvolvimento local e promoção de actividades de recreio e lazer por parte do Governo, e indignação e desinformação do lado das populações, prosseguem.</p>

				<p>até 20 do corrente, as sessões públicas de debate sobre a proposta de ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV). Os debates até agora organizados pelo Instituto de Conservação da Natureza (ICN) nas sedes dos quatro concelhos envolvidos na área – Vila do Bispo, Aljezur, Odemira e Sines – têm levado sempre ao mesmo: desentendimento entre os organismos governamentais e autarquias e populações.</p> <p>Uma ideia acompanhada por um plano de gestão da respectiva zona abonado com oito milhões de contos para distribuir até 99 em três vertentes fundamentais: conservação da natureza (três milhões e quatrocentos mil contos), apoio ao desenvolvimento local (dois milhões e 900 mil contos) e educação ambiental e promoção de actividades de recreio e lazer (um milhão e 700 mil contos).</p> <p>Em contrapartida, serão impostas aos locatários restrições e proibições que passam por sectores tão distintos como o são a agricultura, a urbanização e património, a pesca, o turismo e a pastorícia.</p> <p>Um 'negócio' que para os autarcas envolvidos, não vem resolver os problemas de fundo da região, fortemente debilitada de um tecido socioeconómico que permita as populações desenvolver actividades económicas rentáveis. (...)</p> <p>Entretanto, paira o fantasma das expropriações, restrições e proibições”.</p>
21/1/94 Pág. 3 e 4	Em Foco	Paulo Barriga	<p><i>Autarquias e populações do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina gritam em uníssono: “Os nossos haveres e direitos estão a saque”</i></p>	<p>“As duas sessões realizadas do inquérito público sobre a proposta de Plano de Ordenamento da Área de Paisagem Protegida – Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – marcaram o início da insurreição das populações e autarquias contra o Instituto da Conservação da Natureza. O documento restringe e proíbe e traz poucas contrapartidas aos locatários. Os presidentes das edilidades envolvidas no processo exigem a anulação do inquérito. Fala-se em inconstitucionalidades. Na zona costeira mais intacta da Europa reina o fantasma da expropriação. (...)”.</p>
21/1/94 Pág. 12 e 13	Sociedade	Rafael Rodrigues	<p><i>Temos mau ambiente</i></p>	<p>“(…) Soromenho Marques (presidente da Quercus) considerou que 'a PAC é uma dúbia vitória', apresentando 'riscos e oportunidades, principalmente porque pela primeira vez refere a preocupação ambiente'. (...).</p> <p>Os problemas ambientais nesta área 'vêm do estado novo, com a campanha dos cereais e com a plantação desenfreada de pinheiro bravo e eucalipto', devendo 'ser repensada a opção florestal, apostando nas espécies autóctones de crescimento lento'.</p> <p>A principal fonte poluidora é a suinicultura (...).</p> <p>Uma das soluções para a agricultura é o turismo, com a 'associação do sector primário com o terciário', defendeu (...), desde que 'seja equacionada em harmonia com os recursos naturais numa conjugação com o ambiente de que vive esta actividade (...)'.</p> <p>A criação de Áreas de Paisagem Protegida, que não 'podem ser encaradas como guetos', também não é pacífica 'pela falta de diálogo entre os principais interessados' (...).”</p>

21/1/94 Pág. 15	Sociedade	Joana Gomes	<i>O cante passa por dificuldades</i>	<p>" O cante alentejano é nostálgico e melancólico. Contraponto ao silêncio. A solidão em que os homens preenchem os dias. À força e vigor com que enfrentam a adversidade. Um modo de preencher a ligação à terra.</p> <p>Através do cante o homem exterioriza o que lhe vai na alma, ou mistifica os segredos que cala, as palavras que guardou para si, acalenta os sonhos que lhe dão vida, lança um grito só, encadeado e ritmado com outras vozes.</p> <p>'Antigamente as pessoas cantavam por satisfação e como modo de aproximação', referem os elementos do grupo coral e Etnográfico 'Os camponeses de Pias'.</p> <p>No caminho para o trabalho, outrora feito a pé, o alentejano cantava para enganar as horas e a distância. Para suportar o destino errante à procura de labor que lhe garantisse o pão para a boca.</p> <p>Na taberna, entre anedotas e risos, o alentejano aquece a alma. (...).</p> <p>Na solidão, o cante é completado com as vozes da natureza. Acompanhado pelo silêncio dos campos, pelo rosmalhar e chocalhar do gado nos pastos, da enxada golpeando a terra, do ladrar dos cães ecoando por colinas e planícies, do vento que ressoa nas árvores e nos telhados que guardam gente dentro.</p> <p>(...)</p> <p>Mas, o homem abala. A agricultura moderniza-se. o turismo é incentivado e nesse êxodo a acompanhar essa mobilidade o cante alentejano (...)evolui também.</p> <p>(...)</p> <p>A taberna, a catedral do cante ainda hoje em acção é um meio fechado. (...) o cante sai espontâneo, ao sabor da emoção e do estado de espírito. Mas ali vão apenas os que gostam de cantar. E de beber em convivência fraterna. (...)"</p>
28/1/94 Pág. 4	Política	Miguel Bento	<p><i>Mértola</i></p> <p><i>Encontro internacional sobre desenvolvimento sustentável</i></p>	<p>"Seis dias de debate e apresentação de muitas experiências sobre o tema, feitas por portugueses, espanhóis, gregos, escoceses, italianos. Ninguém apresentou 'receitas', mas algumas certezas. Uma delas: só é possível desenvolver o Alentejo e as regiões mais deprimidas da Europa com a intervenção activa de populações locais e a implantação de grandes programas oficiais que substituam os actuais pequenos projectos. Válidos é certo. Mas não chegam.</p> <p>(...)</p> <p>A iniciativa decorreu no âmbito do projecto CADISPA (Conservação e Desenvolvimento em Áreas Escassamente Povoadas) , projecto internacional que congrega vontades de associações dos países já referidos e ainda de Portugal, através da ADPM, com propósitos ambientais e de desenvolvimento local, procurando compatibilizar as duas temáticas, 'apoando as comunidades humanas, nomeadamente em projectos de emprego e formação profissional', tornando assim possível o desejado desenvolvimento sustentável que segundo um dos documentos do encontro 'é sinónimo de harmonia</p>

				<p>entre a vivência das comunidades humanas e o meio envolvente, da utilização regrada dos seus recursos naturais e das suas potencialidades biofísicas’.</p> <p>(...)</p> <p>Quando se propuseram levar adiante o Encontro, os seus organizadores sabiam de antemão que não iriam encontrar receitas milagrosas para o problema do desenvolvimento de regiões com características culturais e económicas tão diferentes, mas sim apresentar experiências diversas em domínios tão vastos que vão desde o artesanato ao turismo, às iniciativas locais de emprego, passando pelo ambiente e formação profissional.</p> <p>Esse foi plenamente conseguido. De todos os países vieram experiências que foram relatadas e discutidas. Mas vieram também problemas e anseios, sobretudo no que diz respeito à dificuldade em conseguir que as populações locais adiram a determinados projectos, quando a outra cultura, a da cidade, lhe acena com acena com vidas mais aliciantes, pelo menos à primeira vista, enquanto paralelamente o sossego e a pureza das suas regiões não são ainda factores que elevem o seu nível de vida, marcado desde sempre pela miséria e humilhação.</p> <p>Jorge Revez, da ADPM, aquando da sua intervenção sobre a experiência de Mértola, e no tocante ao turismo que todos consideram ‘a tábua de salvação’, levantou a questão: não se estará, ao proteger os valores culturais e naturais de uma determinada região sem defesas próprias, a criar condições para que a médio prazo surja uma situação incontrolável, quando por exemplo a nossa região é neste momento uma das mais cobiçadas não por investidores mas por indivíduos que apenas querem ter um ‘monte no Alentejo’ ou uma propriedade a Sul de Portugal? Que progresso? E que desenvolvimento nos traz essa gente?</p> <p>Para o mesmo elemento, essa tendência só poderá ser invertida se as Associações Locais conseguirem galvanizar as populações para rentabilização das potencialidades de cada uma das regiões, enquanto se sensibilizam e pressionam os poderes instituídos para a necessidade urgente de criar ‘grandes programas de investimento que substituam os inúmeros projectos e programas de desenvolvimento que actualmente existem, mas que à face da grandeza e complexidade dos problemas, são demasiado pequenos’.</p> <p>Marcos Olímpio, investigador da Universidade de Évora, e ainda no tocante ao turismo, referiu que mais de metade dos 305 concelhos do país apontam-no como vector privilegiado de progresso, o que deixa antever uma certa ilusão face a esta possibilidade, pois se é aconselhável o seu racional desenvolvimento, não deve ser encarado como actividade exclusiva de qualquer região, já que só por si é insuficiente de molde a conseguir aquilo que afinal esteve em debate durante seis dias: o desenvolvimento sustentável”.</p>
28/1/94 Pág. 5	Política	Paulo Barriga	<i>Tudo Odefixe</i>	“Thierry Roussel arregaçou as mangas de camisa e jogou, ele próprio, mãos ao complexo agrícola do

				<p>Brejão. O empresário francês está apostado em produzir, durante 1994, metade da produção agrícola nacional de frutas e legumes para exportação. Acordou com fornecedores e funcionários o pagamento das dívidas acumuladas em 1993. Pelas suas palavras, para os lados do Brejão, na Odefruta, está agora tudo fixe. Estará mesmo ?</p> <p>(...)</p> <p>A criação do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, que abrange aquela área, não preocupa Thierry Roussel: 'Nós não poluímos nada. Quando nos acusaram de utilizar DDT como pesticida e gás mostrada para limpar os terrenos foi tudo uma invenção jornalística de maus profissionais. Todos os produtos que utilizamos estão à venda nas lojas portuguesas'.</p> <p>Recordemos que a Área de Paisagem Protegida moveu uma contra-ordenação em 1993, contra a Odefruta. Em relação a isso Roussel acrescenta que 'eles não tinham razão. Queixavam-se de uma cultura de brócolos junto à Zambujeira, uma cultura até tradicional. Temos que ver que é difícil pagar 80 mil contos de salários por mês se não cultivarmos' ”.</p>
28/1/94 Pág. última	última		<p><i>Em resultado da política governamental "Alentejo transformado numa grande coutada"</i></p>	<p>“ ‘A reforma da PAC e os acordos do GATT, consequências da adesão de Portugal à CEE, são uma encenação para que no final nos sujeitemos às imposições dos grandes países’, afirmou Carlos Amaro, engenheiro agrónomo e membro da Comissão Central do PCP para as questões da agricultura.</p> <p>(...)</p> <p>‘Cerca de 75 por cento do que os portugueses comem vem do estrangeiro. E ainda são subsidiados os agricultores para não produzirem’ adiantou Carlos Amaro, ao mesmo tempo que chamava a atenção dos homens da terra para que decidirem se é isso que querem. ‘Embora não sejam consultados, os agricultores têm o direito de reagir, uma vez que os preços agora praticados não compensam, tendo em conta os gastos com factores de produção.</p> <p>O rendimento dos homens da lavoura baixou cerca de 20 por cento desde a adesão de Portugal à CEE, aumentaram escandalosamente as falências, os endividamentos, por falta de condições. As culpas não são dos agricultores como se faz crer. São sim da política de direita que temos tido ao longo dos anos e do facto de estarmos integrados na comunidade europeia.</p> <p>Em vez de se promover o desenvolvimento da agricultura e de se defender o progresso e melhoria das condições, os governos de direita estão a submeter o nosso país aos interesses de parceiros mais ricos.</p> <p>No caso do Alentejo estão a transformá-lo numa grande coutada, onde os alentejanos não cabem, porque entregue a meia dúzia de endinheirados’, acrescentou Carlos Amaro.</p> <p>(...)</p> <p>Alqueva também esteve na ordem do dia e que os alentejanos ‘não tenham ilusões’, pois como disse Carlos Amaro, ‘como é possível apoiar Alqueva sem uma agricultura desenvolvida ? pois que, para</p>

				defender o complexo é preciso desenvolver a agricultura' ”.
4/2/94 Pág. 10 e 11	Documento	Arquitecto Alexandre Ereira Bastos	<i>Sudoeste alentejano e Costa Vicentina Vale a pena viver na paisagem protegida</i>	<p>“Independentemente dos aspectos positivos destes Planos (Parque Natural e Protali) que agora importa conjuntamente, cabe-me criticar alguns aspectos de que discordo em absoluto.</p> <p>Como se sabe existe, existe muita propriedade rural com área inferior à unidade mínima de cultura (7,5 ha em sequeiro, 2,5 ha em regadio e 0,5 ha de regadio hortícola) pelo que se pode constatar nas cartas cadastrais realizadas em 1948.</p> <p>Sabe-se que tanto o baixo rendimento percapita na zona rural (numa agricultura que se tem arrastado sem vislumbre de luz ao fundo do túnel) torna-se necessário ao pequeno agricultor trabalhar fora (tomemos como exemplo Sines) e constituir a sua horta para uma agricultura de consumo quotidiano, poupando nesses produtos e aplicando os recursos económicos naquilo que mais anseia- ter finalmente a sua habitação condigna na sua terra.</p> <p>(...) o plano que agora está em consulta (Parque Natural) e também o Protali ignoram essa divisão de pequenas parcelas que são nitidamente zonas semi-rurais de estatuto e evolução imprevisíveis (normalmente aglomeram-se em volta da grande propriedade, porque era dela que dependia o seu sustento, como dependia o grande proprietário dos trabalhadores),.</p> <p>É uma das características da realidade antropológica e sociológica e do habitat da região: a casa de campo arroteando de vez em quando outros terrenos (...).</p> <p>Dizer agora a esses proprietários que só podem fazer (apresenta o índice) m2 para a sua casa rural, que como é evidente tem outra estrutura diferente da casa urbana (...) é no mínimo ofensivo (...).</p> <p>(...)</p> <p>Ficam (...) criadas (...) as condições para a desertificação da paisagem (...).</p> <p>(...)</p> <p>A fixação da população no campo é fundamental, habitando a paisagem, diminuindo a possibilidade de desertificação das terras, diminuindo o fluxo para a cidade e até impedindo os clandestinos sem controlo.</p> <p>O problema da cidade começa no campo e enquanto este não for estável a emigração continuará (...). Este é o grande desafio (dos instrumentos de ordenamento Protali e Parque Natural).</p> <p>Esta situação de dispersão de planos (...) não leva ao melhor controlo da região, nem tão pouco do cidadão (...) pelo contrário, leva ao desgaste (...)a excessiva burocratização é tortuosa (...).</p> <p>A paisagem protege-se, defende-se e torna-se dinâmica e criadora (é o Homem quem a constrói) com simplicidade e o menor número de leis. O conhecimento da ordem e equilíbrios (...) reduz o número de problemas, razão pela qual se deve partir desse pressuposto e não o contrário (...) nestes planos (...) partem (...) de um ponto de vista (...) tecnocrata, centralista e com conhecimento deficiente do</p>

				<p>território. (...) as entidades não estão tão bem informadas quanto deviam. (...) a população não está tão bem informada quanto desejaria. (...) sente-se o incómodo que é por parte das entidades (sempre com petulância e algumas vezes má criação) ter de discutir os 'seus' planos (...). (...) a inequívoca vontade de centralizar o ordenamento do território, deixando às autarquias (...) o menos possível. (...). A questão principal, ser parque natural ao invés de paisagem protegida tem esse grande trunfo - centralizar. E aquando da consulta, discute-se a especificidade do regulamento e não a filosofia geral da aplicação do plano (...). (...) Os vários planos não têm coerência entre si (...). Sabe-se que se pretende preservar a paisagem e reduzir o impacto da construção (...). Acho bem que se reduza (...), mas reduzir a ocupação para 6,25 hab/ha, e o índice de construção para 0,016, não há investimento turístico que interesse, nem que compense as infra-estruturas, que deveriam ser excepcionalmente bem realizadas e portanto caríssimas. (...)infelizmente alguma imagem do Algarve vem ao de cima na curta visão de alguns planeadores e políticos, que de repente olharam para Portugal (com olhos de ver e porque a CE assim manda), e chegaram (...) à conclusão que só havia este pedaço virgem do litoral português. (...) esqueceram-se que, mal ou bem, quem esteve o tempo todo a preservar a paisagem, têm sido as populações porque é dela que vem o seu sustento. (...) desataram a fazer planos, atropelando PDMs, Câmaras, falando o menos possível com as populações, técnicos residentes, etc. preço caro a pagar o desta região. E compensações, alternativas, perspectivas de rendibilidade ... quais são? (...)?)</p>
4/2/94 Pág. 12 e 13	Reportagem	Rafael Rodrigues	<i>Alqueva e Luz à espera da Grande Barragem Todo o tempo do mundo</i>	<p>“Os gestos continuam lentos. Como quem tem todo o tempo do mundo. o anúncio do recomeço da Barragem de Alqueva não provocou alterações no quotidiano das populações das aldeias de Alqueva e da Luz, que continuam a alimentar o descrédito em relação à concretização do empreendimento que deverá avançar o mais tardar, em 1995. “É uma barragem política”, dizem, estendendo um olhar céptico para o Guadiana que corre lá em baixo, cujas águas tardam a ser aproveitadas. (...)” As gentes da aldeia da Luz (...) continuam a gerir as expectativas futuras da construção do empreendimento na lentidão dos gestos de quem já tem muitos anos de espera e a sorte lhe tem sido madrasta. O alentejano é, por natureza, reservado e desconfiado, característica que lhe confere o saber de esperar para</p>

				<p>ver (...). É ao mesmo tempo, de um tempo cavado na aspreza da terra, irónico (...).</p> <p>(...)</p> <p>(...) os homens entretêm os longos dias nos cantos do largo, porfiando por um futuro que lhes ocupe os braços. (...).</p> <p>As mulheres não se consomem em grandes canseiras ocupadas que estão com a lida doméstica e, às vezes, 'fartas dos nossos homens que não nos largam as saias durante todo o dia, porque não há que fazer'. (...)"</p>
18/2/94 Pág. 12	Reportagem	Paulo Barriga	<p><i>Transformação do porco alentejano em Barrancos</i> <i>Os espanhóis que se cuidem</i></p>	<p>"António Semedo Guerra, ex-presidente da Câmara de Barrancos trocou a política pelos porcos. Aposta na suinicultura para o desenvolvimento económico do seu concelho e nem quer ouvir falar na 'denominada' peste suína africana. Em sociedade constituiu a 'Barrancarnes', uma unidade de transformação orçada em 150 mil contos, 62,5% dos quais a fundo perdido. Em Outubro começa a matança. Que se cuidem os espanhóis.</p> <p>(...)</p> <p>'Da suposta peste suína que é mais comercial do que animal já não há vestígios desde finais de Outubro passado. A dita peste, segundo sei, iniciou-se em Alcáçovas e depois veio a acontecer em Barrancos. Entretanto, o Ministério entendeu fazer a ponte entre os dois focos e interditou 11 concelhos. Há pouco tempo levantou a interdição a sete mantendo quatro: Serpa, Moura, Portel e Barrancos. Se não aparecer mais nenhum foco da chamada peste, penso que dentro de poucos meses levantará a interdição'.</p> <p>(...)</p> <p>O deputado António Campos continua a ser um político a abater?</p> <p>'ele devia ter tido cuidado com a língua quando começou a propagandar a história das vacas loucas na televisão. A partir daí recaíram as suspeitas sobre tudo. Vieram os porcos, as galinhas, as cabras ... os outros países também têm a dita peste e no entanto ninguém sabe. Todos se calam. Acima de tudo estão os interesses económicos do país que devem ser defendidos independentemente de qualquer querela política'. (...)"</p>
25/2/94 Pág. 3	Em Foco		<p><i>11º Ovibeja em Março</i> <i>Agricultores fartos de promessas do governo</i></p>	<p>"Castro e Brito, presidente da Associação de Criadores de Ovinos do Sul, lança acusações ao governo sobre a política agrícola nacional, alertando 'não será possível a qualquer agricultor ou casa agrícola sobreviver', a manter-se a igual situação. 'Os agricultores estão cada vez mais fartos de promessas e mais incrédulos'. Isto em vésperas de mais uma edição da Ovibeja, a 11ª, 'um acontecimento de todos e para todos os que se interessam pelo Alentejo'. E vem aí a Rota dos Pastores', este ano com uma viagem ao país das uvas.</p> <p>O presidente da Acos, Castro e Brito, lança o alerta da situação de crise que se mantém na agricultura alentejana, defendendo que esta 'é uma questão social', da qual depende o futuro da região, onde a</p>

				<p>principal preocupação dos pais continua a ser 'porem os filhos for a dela'.</p> <p>Os apoios que o governo tem concedido à agricultura não evitaram a situação de falência técnica que vigora na quase totalidade das empresas do Alentejo, a braços com a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e dois anos de seca. Castro e Brito refere que 'na verdade, os apoios que se propalava serem todos para a agricultura não foram', cabendo parte substancial que, em certos programas 'pode concorrer directamente com os agricultores'. Outra parte do dinheiro, adianta ainda aquele dirigente, 'foi para as pescas', muito embora 'os agricultores é que tenham ficado com a fama de ter beneficiado', servindo 'a parte que recebemos para pagar o serviço da dívida à banca'.</p> <p>'A dívida não foi opção dos agricultores', diz Castro e Brito, devendo-se 'às consequências da PAC, aos maus anos agrícolas e aos investimentos que o sector foi forçado a fazer quando diziam que tinha de se modernizar', quando o governo os levou a entrar por esse caminho, atribuindo subsídios que 'vão directamente para a banca'.</p> <p>A solução para a agricultura alentejana passa pela aposta na especificidade, 'noção que o governo deixou morrer em Bruxelas', com um conjunto de medidas, nomeadamente a descida das taxas de juro e dos factores de produção, muito embora o executivo de Cavaco Silva 'não pareça sensibilizado para isso' e ainda 'não sabemos o que nos vai trazer o Plano de Desenvolvimento Regional'. Este documento, a provar no final de Fevereiro 'não será o D. Sebastião dos nossos problemas, mas um instrumento'.</p> <p>É neste cenário negro que se realizará, de 19 a 26 de Março, a 11ª edição da Ovibeja, que procurará lançar o 'apelo' de que 'o agricultor tem uma função social, não somente económica', procurando criar raízes para que os alentejanos parem de sair desta região. Castro e Brito lança mesmo um repto ao governo para que 'assuma a região, uma vez que não assume a agricultura'. (...)"</p>
25/2/94 Pág. 7	Opinião	Silvino Bravo Núcleo Caçadores e proprietários de Évora	"Guerra" da caça	<p>"Passados vinte anos depois do 25 de Abril, nunca se agudizou tanto a divisão da classe de caçadores como nestes últimos seis anos, ficando memoráveis na história da caça em Portugal.</p> <p>Chegou ao conhecimento do Núcleo da Federação de Caçadores e Proprietários de Évora que mesmo no declinar da época venatória, a guerra entre caçadores das associativas e turísticas, apologistas da destruição total do nosso património cinegético, continua acesa com os que praticam a verdadeira modalidade em terreno livre, na defesa dos interesses da caça em Portugal.</p> <p>(...)</p> <p>Em múltiplas exposições a diversas entidades, nomeadamente num extenso relatório enviado à Comissão das Comunidades Europeias, a nossa Federação denuncia também a terrível devastação a que está submetido o regime faunístico nacional,</p>

				<p>imolado de voraz apetite de lucro dos exploradores de coutadas, onde 90 por cento em associativas e sobretudo turísticas, a preservação das espécies cinegéticas criadas em cativeiro é assegurado através de um extermínio implacável de tudo o que seja anima de presa, no que pomposamente se designa por 'Controlo de predadores', sem se saber o impacto ambiental ecológico, bicheiros, etc... etc...</p> <p>Abate indiscriminado de texugos, ginetes (gato bravo), tirões, doninhas, águias etc.... etc..."</p>
25/2/94 Pág. 13	Reportagem	Paulo Barriga	<i>Reserva de Caça em Amareleja Tiros de pólvora seca</i>	<p>"Os naturais da Amareleja que há cerca de dois anos se insurgiram contra o corte de vários caminhos em propriedades particulares daquela freguesia não desarmam. Depois de várias missivas enviadas a outras tantas entidades oficiais, os queixosos aguardam ainda algumas respostas e preparam novos recursos, mas as primeiras considerações apontam para que tudo continue de portas fechadas.</p> <p>A história começa quando o empresário de construção civil José de Conceição Guilherme apeou na Amareleja com os bolsos cheios de cifras. Decidido a investir na região, comprou três propriedades contíguas – Garrochais, Pedro de Moura e Pianito – que totalizam 1400 hectares, onde constituiu uma reserva, mais uma, de caça turística.</p> <p>Depois surge a polémica. O investidor, há cerca de dois anos, resolve vedar as herdades e, conseqüentemente, interditar, por intermédio de portões fechados a cadeado, a livre circulação de pessoas e viaturas pelos caminhos aí existentes, parte deles acesso a determinadas zonas do rio Ardila e do Barranco do escaravelho, este um afluente do primeiro.</p> <p>A nova reserva de caça turística fica então delimitada por uma rede de arame farpado com cerca de dois metros e meio de altura. Foi elaborada nova rede viária no seu interior, o que levou ao desaparecimento de antigos caminhos e à colocação de portões nos que restam. O proprietário vedou ainda transversalmente, em dois locais, o Barranco do escaravelho.</p> <p>(...)</p> <p>A primeira manifestação pública de desagrado surgiu na sessão ordinária da Assembleia da Junta de Freguesia da Amareleja, a 30 de Abril de 93. Na altura já se pretendia que os portões da reserva estivessem permanentemente abertos, isto é, sem cadeados.</p> <p>Em resposta, José Guilherme comprometeu-se em construir um caminho de acesso ao Rio Ardila pelo exterior da propriedade dos Arrochais. Posteriormente colocou-se à disposição dos passantes para fornecer as chaves dos portões, sempre que necessário. Soluções que voltaram a não agradar, pois 'o que está em causa é a livre circulação pelos caminhos públicos e pelos rios que sempre foram nossos', disse ao Diário do Alentejo, Francisco Amarante, um dos contestatários.</p> <p>(...)</p> <p>Queixas e outras queixas se seguiram a outras tantas respostas oficiais. As respostas obtidas até aqui não são nada favoráveis aos queixosos. É o caso da</p>

				<p>Administração Florestal de Moura que constatou 'não se revestirem de fundamento técnico as questões apresentadas por escrito'.</p> <p>Os contestatários aos cortes de caminhos encaram o desenrolar favorável para o lado de José Guilherme devido ao seu poderio financeiro, mas prometem não desarmar. (...).</p> <p>Uma coisa fazem tenção de sublinhar: 'não somos contra a reserva de caça e tão pouco temos fins políticos, apenas queremos o que é nosso'. (...)'".</p>
11/3/94 Pág. 5	Política	R.R	<p><i>11ª Ovibeja/Feira do Alentejo pastores no País das Uvas</i></p>	<p>"Cenário privilegiado de um Alentejo em crise, a Ovibeja assume-se como o grande palco de diálogo de todos os agentes económicos e sociais. A agricultura é o tema principal do certame, encarada como questão social, não por gosto, mas por constituir ainda a base da economia regional. A feira é o fórum anual onde o Alentejo ergue a voz em defesa do seu desenvolvimento. De 19 a 26 de Março, esta iniciativa torna-se o coração de uma região que continua a ver partir os seus filhos.</p> <p>(...)</p> <p>A viagem dos quase 60 jornalistas (na Rota dos pastores) percorreu o triângulo Vidigueira, Cuba e Alvito, com uma inevitável passagem pelo local de construção da barragem Alqueva.</p> <p>O itinerário calcorreou uma zona de contornos diferentes dentro do Baixo Alentejo. Terras polvilhadas de vinhedos, olivais hortas, longe das culturas de sequeiro tradicional, com produções de qualidade passíveis de poder enfrentar as exigências impostas pela Comunidade.</p> <p>A barragem de Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo são instrumentos estruturantes e unânimes que permitem mudar a face da região e matar a sua sede ancestral e cíclica. Os alentejanos marcados por um cepticismo que bebe na terra ressequida são interpretados por Manuel Castro e Brito (...), quando refere que 'Alqueva não é o regresso de D. Sebastião. A obra está longe de representar a solução de todos os problemas, nem os que hoje ainda vivem aqui se podem dar ao luxo de esperar tantos anos pela concretização do empreendimento'.</p> <p>Aproveitando a passagem pelo local da barragem, 17 organizações, desde autarquias a associações de agricultores, subscreveram uma carta que enviaram a Cavaco Silva, manifestando 'o seu mais veemente apelo para que seja reconsiderada a decisão do governo de não irrigação da margem esquerda do Guadiana'.</p> <p>No texto referem que 'a retoma do projecto Alqueva constitui-se numa das mais importantes decisões estratégicas de longo prazo para o nosso país e para o Alentejo, proporcionando às próximas gerações alentejanas capitalizarem sobre um bem tão essencial e tão escasso, como é a água'.</p> <p>A crise estrutural da agricultura e da região vai ser um tema a encher os ouvidos dos participantes na Ovibeja. Como diz Castro e Brito 'desejávamos que</p>

				<p>um dia do seu vocabulário desaparecesse a palavra crise, mas esse dia ainda não chegou e parece nunca mais chegar'. O certame tornou-se a grande montra do Alentejo, 'politizando-se na mensagem conjunta da região' e ultrapassando há muito a dimensão de iniciativa agro-pecuária, transformando-se na maior mostra de actividades económicas onde participam empresários, organismos oficiais, escolas e autarquias. É a região de braço dado para criar um lobby para o desenvolvimento. O grande espaço da unidade. (...)"</p>
11/3/94 Pág. 12	Património	Paulo Barriga	<i>Noudar ou vender?</i>	<p>"A propriedade onde se insere o castelo Noudar, em Barrancos, está à venda. O negócio não deve tardar. A edilidade barranquenha teme pelo surgimento de uma coutada de caça na área circundante à fortaleza medieval. Uma solução que condicionaria o acesso ao único pólo turístico do concelho. O desfecho passa pelo diálogo.</p> <p>A venda da herdade da Coitadinha, na qual se situa o castelo Noudar, está a preocupar o executivo municipal barranquenho que, desde há 12 anos a esta parte, já investiu, em conjunto com os Monumentos Nacionais do Sul, mais de 200 mil contos em obras de recuperação e conservação da fortaleza.</p> <p>A transformação da herdade em coutada de caça após a venda vai, segundo Miguel Rego, arqueólogo da Câmara de Barrancos, 'vedar o acesso ao monumento' e poderá deixar por terra o 'programa de aproveitamento da fortaleza medieval de Noudar e a sua área envolvente' (...).</p> <p>O programa objectiva valorizar a utilização de recursos patrimoniais 'para efeitos de fomento de actividades turístico-recreativas e culturais', assim como promover empregos no sector. 'Pela importância ímpar que o castelo tem para o desenvolvimento do concelho, refere Miguel Rego, a Câmara apela a um diálogo concreto com os herdeiros e está disposta a ceder a sua exploração, desde que esta continue a ser fonte turística, como é'.</p> <p>(...)</p> <p>o factor 'despovoamento' oferece ao local um valor científico acrescido já que permite aprofundar sem entraves a sua evolução urbanística e populacional intra-muralhas, assim como os seus vários estratos ocupacionais.</p> <p>(...)</p> <p>A capela e três casas de habitação já foram recuperadas no espaço intra-muralhas ao abrigo do projecto 'Castelo Noudar-Área envolvente', aprovado no Programa Operacional Entre Mira e Guadiana, em 1990.</p> <p>O estudo prevê ainda a reconstrução de todas as casas degradadas da zona do interior, levantamentos arqueológicos, construção de um anfiteatro na zona da alcáçova, uma sala de exposições incrustada num dos torreões e sanitários subterrâneos.</p> <p>Tudo isto para dinamizar o turismo rural e apoiar estudos da rica fauna e flora daquela região raiana.</p> <p>É vontade das entidades envolvidas criar um circuito turístico importante para o concelho de Barrancos</p>

				<p>como alternativa para o seu desenvolvimento. Para tal desejam acompanhar de perto a compra/venda do castelo, com direito de opção. Opção que passa pelo diálogo com 23 herdeiros de D. Maria das Dores Blanco Fialho Garcia, em nome da qual consta a Herdade da Coitadinha (...).</p> <p>Uma conversa que se vislumbra difícil pois a Herdade foi expropriada após o 25 de Abril de 74 e devolvida aos legítimos proprietários há cerca de quatro anos. Mas, como diria um autarca, 'os tempos agora são outros e o futuro do concelho vem em primeiro lugar'.</p>
11/4/94 Pág. última	última		<i>Aljustrel Agricultores preocupados</i>	<p>"A inauguração do edifício -sede da Zona Agrária de Aljustrel realizada no passado dia 3, (...) teve a presidi-la o ministro da Agricultura Arlindo Cunha. No acto usou da palavra, em primeiro lugar, José Duarte Albino, presidente da Z.A.A que traçou a panorâmica da situação que se vive no mundo rural da vasta área abrangida pelos concelhos de Aljustrel, Ferreira, Castro Verde, Ourique e Almodôvar, salientando a importância do empreendimento na melhoria dos serviços que aquela entidade presta à agricultura.</p> <p>O grande número de agricultores que assistiu à cerimónia ouviu também um seu representante apresentar alguns dos mais prementes problemas que afectam a actividade agrícola na região que, por motivos de prolongada seca e por políticas erradas, tende a desertificar-se.</p> <p>(...)</p> <p>Entretanto, uma delegação da Assembleia Municipal de Castro Verde, tendo à frente o presidente da Junta de Freguesia de Entradas, entregou ao ministro um documento aprovado naquele órgão em que são reclamadas medidas eficazes que satisfaçam as aspirações das populações rurais daquele concelho.</p> <p>Também o presidente da Câmara de Aljustrel apresentou um relatório sobre a grave situação que está a viver o povo de S. João de Negritos que, privado das culturas de regadio, viu recentemente encerrada a unidade fabril da Cooperativa Horto-Frutícola do Roxo, principal empregadora da freguesia. (...)".</p>
18/3/94 Pág. 2	Em Foco	R.R	<i>Ovibeja de 19 a 26 Todo o Alentejo do Mundo</i>	<p>"A feira do Alentejo, mais conhecida por Ovibeja, abre as suas portas amanhã, nesta sua 11ª edição inaugurada pelo secretário de Estado da Alimentação Luís Capoulas. Até dia 26, o certame é o local privilegiado do pulsar de uma região que quer discutir e alterar o seu futuro. A agricultura dá o mote, a uma iniciativa que já ultrapassou esse sector e impôs-se a nível nacional e internacional, como a principal mostra das actividades económicas regionais. Os agentes, de braço dado, erguem a voz seca de desenvolvimento. Um grito por uma mudança para o Alentejo. Com o amargo do esquecimento. (...)"</p>
18/3/94 Pág. 2/3	Em Foco	Rafael Rodrigues	<i>Manuel Castro e Brito, presidente da ACOS, em véspera da abertura da</i>	<p>"A necessidade de medidas e apoios efectivos para o Alentejo e não só para a agricultura é a ideia deixada por Manuel castro e Brito, presidente da ACOS. Dirige críticas à política do governo (...). Defende a</p>

			<p><i>Ovibeja</i> <i>Por uma nova política agrícola</i></p>	<p>agricultura como questão social, num retorno ao passado, por um desenvolvimento integrado. A Ovibeja, Feira do Alentejo 94, organizada pela associação, é um espaço para este diálogo de uma região que quer sobreviver e continua a ver os seus filhos partir.</p> <p>(...)</p> <p>'(...) por enquanto, não existem outros instrumentos para ter outra actividade de interesse que não seja a agricultura, apesar de estar a facturar 60% em subsídios, o que inferioriza os empresários (...).</p> <p>(...) a mudança é difícil e terá que passar pelo incentivo às agro-indústrias e turismo rural.</p> <p>(...) antes de dar esse salto, é preciso garantir que se mantenha a agricultura e a população de dela vive, o que só é possível se houver medidas sérias, nomeadamente em relação ao desendividamento e a descida das taxas de juro. (...)</p> <p>(...) o que seria útil para que as pessoas continuassem nas zonas do interior era voltar para trás (...) quando a política apontava para se produzir mais e desenvolver ao contrário do que agora determinam as directivas comunitárias que é estagnar e não produzir.</p> <p>As pessoas investiram e agora não podem ser penalizadas pela mudança de orientação.</p> <p>(...)</p> <p>(...) É preciso regredir, voltar às origens, a uma agricultura de economia de escala. Do tempo dos nossos avós, com toda uma fileira a juntar ao ciclo dos cereais de forma extensiva, com benefícios para o meio ambiente, o factor humano considerado.</p> <p>A reflorestação é importante, como contraponto às várias campanhas cercalíferas (...) no tempo do Estado Novo de Salazar e no tempo da Reforma Agrária. Estas políticas alteraram o ecossistema, com a destruição da floresta mediterrânica com, com reflexos na fauna.'</p> <p>(Barragem de Alqueva)'Parece-me que não tem nada a ver com a agricultura, apesar de servir também para acalmar os ânimos dos agricultores e das populações rurais. Alqueva é um grande lago muito necessário, a reserva de água do Sul da Península (...) uma vez que o deserto está a avançar por estas regiões tornando-se por isso uma questão vital. Não diz muito respeito aos agricultores, porque se é considerado o aproveitamento agrícola, esses efeitos só se farão sentir dentro de 30 anos. (...).</p> <p>(...)</p> <p>O Alentejo tem uma sede milenária e esteve sempre à espera de um Alqueva qualquer. (...)</p> <p>Ninguém gosta de viver de subsídios nem de esmolas, porque está em causa a dignidade da profissão (...) é uma injustiça quando se diz que vai tudo para os agricultores que estão descapitalizados, desmoralizados e sem dignidade na sua profissão.</p> <p>(...)</p> <p>É preciso criar condições dignas para que as pessoas continuem a viver aqui. (...) há uma ausência de vida nos campos, nas aldeias e vilas do Alentejo. As pessoas juntam-se nos largos, de braços cruzados, sem</p>
--	--	--	---	--

				<p>nada para fazer. É uma visão dura, injusta que tem de ser alterada e a Ovibeja tem sido um instrumento para chamar a atenção para esse problema.</p> <p>(...) É uma feira dos alentejanos, não só dos que cá estão, mas dos que estão fora. É com todos que é necessário criar as bases de um desenvolvimento sério, pacífico, mas reivindicativo, de defesa do Alentejo.</p> <p>(...)</p> <p>A agricultura sempre foi uma questão social (...) constitui uma grande família com um grande apego à terra (...). Em regiões desfavorecidas, como a nossa será sempre um suporte social. (...)”.</p>
18/3/94 Última Pág.	Última		<p><i>Ministra do Ambiente em Mértola</i> <i>Área de paisagem protegida do Vale do Guadiana avança</i></p>	<p>“A ministra do Ambiente deu aval à criação da Área de Paisagem Protegida do Vale do Guadiana, no final de uma reunião que manteve com as autarquias de Mértola e Serpa e a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), uma das subscritoras da proposta. (...)</p> <p>A área ocupará 22805 hectares situados nos concelhos de Mértola (87 por cento), Serpa (11), e Beja (2), tendo a proposta sido apresentada pelas duas primeiras autarquias, com o apoio da ADPM e Associação da Rota do Guadiana, entidades que ficarão responsáveis pela sua gestão.</p> <p>Para a ministra do Ambiente, ‘esta forma de gestão pode trazer benefícios inequívocos, quer na melhor orientação das propostas, quer na defesa dos interesses da população e protecção do meio ambiente’.</p> <p>Teresa Patrício Gouveia ficou contente por ‘visitar uma área de rara beleza que justifica a criação da área de paisagem protegida, cuja institucionalização não é antagónica com uma política de desenvolvimento integrado’. (...)”</p>
25/4/94 Pág. 6	Política	J.G.	<p><i>Ministra do Ambiente em Mértola</i> <i>Proteger o Ambiente e desenvolver o Guadiana</i></p>	<p>“A ministra do Ambiente, Teresa Patrício Gouveia, deu o seu aval à criação da Área de Paisagem Protegida no Vale do Guadiana, proposta formulada pela Associação Local de Defesa do Património e as Câmaras de Mértola e Serpa.</p> <p>Preservar os valores florísticos, faunísticos e paisagísticos fortemente ameaçados, contribuir para o desenvolvimento sustentado de uma área deprimida, favorecer o atenuamento do êxodo rural, são propósitos que moveram a Associação de Defesa do património desde 1985, altura em que a proposta foi aprovada. Mais tarde juntaram-se-lhes as autarquias de Mértola e Serpa com uma proposta conjunta que compreenderá a área desde o Pulo do Lobo ao Pomarão, passando pela Ribeira do Terges e a foz do Vascão.</p> <p>A criação da Área de Paisagem Protegida deverá ser integrada num esquema nacional de áreas prioritárias para a atribuição de apoios, decorrentes das medidas de acompanhamento da reforma da Política Agrícola Comum de modo que esta integração possa potenciar a dinamização de várias actividades concorrentes para o processo de aproveitamento racional das</p>

				<p>potencialidades, através da emissão de certificados de qualidade de produtos produzidos em área demarcada, da implementação do turismo cultural organizado, concessão de apoios ao saneamento básico e controlo da poluição, e orientação e regulamentação da actividade cinegética.</p> <p>Sobre esta questão, Teresa Patrício Gouveia afirmou que a protecção do Vale do Guadiana não é contrária ao desenvolvimento que as entidades locais preconizam, antes pelo contrário deverá encetar uma participação empenhada na criação e gestão da área, compatibilizando a protecção da natureza com as actividades humanas.</p> <p>De referir que o Plano de Desenvolvimento Regional na sua componente 'valorização da dimensão da identidade regional' aborda a protecção e conservação do Vale do Guadiana.</p> <p>Entre os objectivos que moveram a protecção da Área do Guadiana contam-se a preservação e reconstituição das espécies animais e vegetais e dos habitats naturais que apresentam características peculiares pela sua raridade e valor científico, a investigação científica indispensável ao desenvolvimento dos conhecimentos humanos e o estudo e a interpretação de valores naturais, fornecendo elementos para a melhor compreensão dos fenómenos da biosfera, a protecção e valorização das paisagens que pela sua diversidade e harmonia apresenta interesses cénicos e estéticos. Por outro lado é defendida a promoção do desenvolvimento sustentado da região, a interacção entre as componentes naturais e humanas e promoção da qualidade de vida das populações.</p> <p>Em causa está também a despoluição do Guadiana que a partir daqui deixa de ter um cunho pontual para se integrar em acções concertadas do governo de modo a garantir a defesa dos seus valores.</p> <p>(...)</p> <p>No sentido de colocar a população no centro do projecto e garantir a participação, a proposta de criação da área deverá passar por uma fase de discussão pública.</p> <p>Mas nem tudo são rosas na Área de Paisagem Protegida. Várias são as ameaças que impendem sobre este espaço, que vão desde a completa alteração das condições ecológicas até à descaracterização de algumas paisagens, passando pelo projectado campo de tiro e uma zona de resíduos tóxicos."</p>
25/3/94 Pág. 11	Actual		<p><i>UNESUL quer melhorar gestão das empresas do sector Desenvolvimento e turismo rural</i></p>	<p>"O turismo tem vindo a ser apontado como um elemento dinamizador do desenvolvimento rural. de facto, esta actividade poderá tornar-se tão mais importante quanto maior a crise no sector agro-pecuário. O turismo apresenta-se como alternativa à quebra de rendimentos e à perda de postos de trabalho verificados nas actividades rurais tradicionais, sobretudo depois da última reforma da PAC.</p> <p>(...)</p> <p>O agro-turismo poderá constituir um bom complemento de rendimentos para o agricultor mas dificilmente, nas condições actuais, poderá representar uma alternativa de monta às ajudas</p>

				comunitárias, atribuídas no actual quadro da PAC (...)?"
12/3/94 Pág. 12	Actual		<i>Por decisão do Conselho Regional Situação do Alentejo em tribunal de opinião</i>	<p>"O Conselho Regional, órgão representativo do poder autárquico junto da CCR, reuniu em Évora, na passada terça-feira, com as Mesas das Assembleias Distritais e com os Conselhos de Administração das Associações de Municípios de Beja, Évora, Portalegre e do Litoral Alentejano. Em análise esteve a situação de crise que o Alentejo atravessa.</p> <p>No entender do Conselho Regional, o Alentejo envelheceu e desertifica-se de forma progressiva: 40 mil alentejanos foram obrigados a abandonar a sua terra nos últimos 10 anos; há cerca de 40 mil desempregados; o mundo rural alentejano vive uma crise sem paralelo nos últimos 20 anos. (...)".</p>
13/4/94 Pág. 13	Actual	R.R	<i>Críticas na Ovibeja à política governamental "Está na terra a questão chave dos problemas do Alentejo"</i>	<p>" 'Queremos continuar a viver no Alentejo' é a grande mensagem da 11ª edição da Ovibeja. A agricultura continua a ser o pretexto, mas a feira deixou de ser agrícola, para passar a ser a possível na região. A crise que se vive teve reflexos directos no certame, que continua a ser a maior mostra de actividades económicas de uma região ligada umbilicalmente à terra. E é aqui que procura as alternativas para o futuro (...).</p> <p>A Feira do Alentejo/94, designação que se tornou o símbolo da Ovibeja, (...) teve os seus discursos marcados pela crítica à política agrícola do governo e comunitária. A exigência de medidas de apoio para a agricultura e para o desenvolvimento da região foi outro dos aspectos em foco, acentuando o carácter político e reivindicativo desta iniciativa (...).</p> <p>O mote foi dado logo na abertura por Castro e Brito, presidente da ACOS, quando considerou que 'a derrocada da agricultura traz consigo a queda de uma região' e 'para que o Alentejo não continue mais a despovoar-se é preciso solidariedade que tem de traduzir-se em medidas de apoio à agricultura e numa intransigente posição negocial do governo face a Bruxelas'.</p> <p>(...)</p> <p>O elevado endividamento da maioria das explorações agrícolas é outro dos aspectos relevantes da política governamental face às imposições comunitárias e Castro e Brito reclamou que 'o novo Plano de Desenvolvimento Regional deve incluir medidas eficazes para resolver este problema hoje completamente insuportável'. As recentes linhas governamentais criadas para esta área 'falharam o seu objectivo' pela redução do seu âmbito relativamente às propostas de produção e pelas elevadas taxas de juro 'perfeitamente exorbitantes praticadas pelas instituições bancárias, sem paralelo em qualquer outro sector de actividade'. Castro e Brito tentou ser claro ao dizer que 'com dívidas à banca que duplicaram em três anos, resultado directo desta política de taxas de juro, o agricultor ou paga juros ou amortiza capital, sendo impossível fazer as duas coisas ao mesmo tempo'.</p> <p>A alteração da actividade agrícola é uma necessidade</p>

				<p>para conseguir sobreviver no novo modelo político, e o presidente da ACOS disse que 'os agricultores estão disponíveis para a reconversão do sector, apostando no turismo ou nos produtos de qualidade, mas para isso é necessários ter condições para enfrentar o mercado comunitário, diversificar a oferta, produzir em qualidade, abrir novos espaços de comercialização, desde que sejam criadas condições'. (...)</p> <p>A desertificação da região abriu o programa (dos colóquios) para o qual foram convidados os deputados eleitos pelo distrito de Beja. António Murteira, do PCP, não deixou escapar a oportunidade para expressar a opinião do seu partido, com fortes críticas à política governamental de 'sujeição implacável aos designios comunitários, defendendo que 'a questão chave dos problemas estruturais do Alentejo está na terra, na estrutura da posse e do uso, a que correspondem baixos níveis de produtividade de grande parte das explorações agrícolas, sobretudo as cerealíferas, sendo já frequente o abandono dos campos' (...).?'</p>
1/4/94 Pág. 7	Opinião	Silvino Bravo N.C.P.E	<i>Uma retrospectiva da caça em Portugal</i>	<p>" (...) será que os autores desta lei não repararam que as reservas constituídas do Regime Especial causam o abastardamento da nossa tradição secular venatória, são uma agressão capitalista ao caçador menos dotado de fortuna, um factor desestabilizante do companheirismo, da fraternidade, da aproximação das classes de toda uma série de nivelamentos sociais, gerando ódios e situações conflituosas que caracterizam a caça em Portugal durante séculos? Não terão os senhores legisladores reparado que actualmente as Zonas de Caça Associativas e Turísticas que em 90 por cento funcionam como a reposição, o ressurgimento, das vergonhosas coutadas de um passado recente com a diferença, para pior, da substituição do proprietário do terreno pelo capitalista, a quem agora o terreno é oferecido e a caça é vendida ao desbarato? Ninguém negará que a implantação e frequência dessas reservas proporcionou a oficialização de um certo compadrio e tráfico de influências. Porquê esta desconsideração, esta ofensa, esta humilhação aos caçadores? Pode-se afirmar que a nova lei da caça não tem nenhuma virtude inovadora, está errada, é contra a tradição de um povo é contra a maioria dos praticantes, é contra a preservação das espécies cinegéticas, é contra a democracia, é contra a própria Constituição da República. Basta olharmos para a 1ª Série do Diário da República. Viola-se com a maior das impunidades directivas comunitárias que visam a protecção das aves: pode-se caçar lebres, coelhos, perdizes, em Janeiro e Fevereiro, todos os dias e sem limite das espécies nas zonas de Regime Especial, mas não no terreno livre do Regime cinegético Geral. Entretanto permite-se que nos mesmos concelhos, na mesma região cinegética, nas zonas do Regime Cinegético Especial - Reservas Turísticas e Associativas - se abatam as mesmas espécies,</p>

				indiscriminadamente, vários dias por semana, coelhas prenhes, chegando mesmo a utilizarem o furão nos últimos meses da época venatória, a título de satisfazerem determinado tipo de clientela. Não será isto um crime? Não será isto um escândalo? Haverá exemplos mais eloquentes para estes senhores detractores do património cinegético? (...)”.
1/4/94 Pág. 11	Actual		<i>Turismo em espaço rural</i>	<p>“A ideia surgiu na altura em que Vasco Gonçalves era primeiro-ministro: havia muitas casas abandonadas – solares, palácios, conventos, quintas, herdades – e era preciso pô-las a funcionar. S solução encontrada foi a de se criar condições para pôr essas casas ao serviço de um turismo de habitação. Muitas dessas casas foram restauradas, foram dotadas de mobiliário a condizer, foram criados serviços de cozinha e de quartos e passaram a receber turistas.</p> <p>(...)</p> <p>No Alentejo, com a crise que a agricultura atravessa, há muitas herdades que enfrentam grandes dificuldades. Ora, colocar os edifícios que aí existem – ‘os montes’ alentejanos, palácios, etc. ao serviço do turismo rural constitui uma das alternativas possíveis para ajudar a manter essa estrutura a funcionar, contribuindo assim para fixar as pessoas e evitar que a região se desertifique. (...)”.</p>
1/4/94 Pág. 12/13	Actual	R.R	<i>Terminou a Ovibeja, Feira do Alentejo/94 A região está afogada em dívidas e na falta de água</i>	<p>“O mito do ‘celeiro da nação’ passou definitivamente à história. As políticas nacional e comunitária encerraram o ciclo das culturas cerealíferas no Alentejo. A região procura as alternativas para o futuro, afogada em dívidas e na falta de água. Começa a travessia no deserto à espera do Alqueva e de uma nova atitude do governo, com sinais de crise à flor da pela. Fruto do tempo ou não, o Congresso Regional da Agricultura que encerrou a 11ª edição da Ovibeja, Feira do Alentejo/94, colheu fraca participação. Só a assistência ao espectáculo de Quim Barreiros dava para fazer meia dúzia deles.</p> <p>A fraca participação no Congresso Regional do Alentejo retirou impacto à principal iniciativa realizada, nos últimos dias, no âmbito da Ovibeja e levantou a questão do interesse da maioria dos agricultores na discussão dos interesses que os afectam. Isso mesmo foi reconhecido por Rosado Fernandes (...) no encerramento do conclave, ao dizer que ‘se conseguirmos perceber a razão sociológica por que o concerto de Quim Barreiros é mais concorrido que o congresso, poderemos encontrar a solução para os problemas do Alentejo e encontrar a forma adequada de os resolver’.</p> <p>O endividamento das empresas agrícolas e a falta de uma lei de bases de reorientação agrícola foram os principais óbices encontrados no encontro ao necessário desenvolvimento agrícola. Em face da reforma da PAC e dos acordos do GATT os cereais deixarão de ser a imagem emblemática do Alentejo, para o qual é preciso com urgência água para encontrar alternativas.</p> <p>Rosado Fernandes defendeu mesmo que ‘não existe uma política que apoie a agricultura e concretize a independência estratégica alimentar do país’.</p>

				<p>(...)</p> <p>Assim propõe a criação de uma linha de desendividamento, o reforço das indemnizações compensatórias, a reintrodução do crédito agrícola de campanha bonificado, aumento do subsídio ao gasóleo, isenção do pagamento por parte da agricultura de taxas de potência referentes ao consumo de energia em períodos de ponta, isenção ou redução das contribuições para a segurança social e prioridade para a reflorestação com floresta mediterrânica no âmbito da PAC.</p> <p>A importância crescente dos subsídios ao rendimento agrícola, superior a 60 por cento e a constatação de que o 'esforço do Estado no apoio ao sector é actualmente um quinto do que era antes da adesão à Comunidade Europeia', foram outras questões realçadas, pela negativa, no congresso.</p> <p>Se a razão social da agricultura no contexto da região foi o principal mote desta edição da ovibeja e do congresso, as declarações do secretário de Estado Da Agricultura deixaram algumas dúvidas se esse será o entendimento do governo, apesar de Álvaro Amaro deixar claro 'no rendimento agrícola deverão ser sempre contabilizados os apoios externos à própria actividade'.</p> <p>Dar a volta ao texto do discurso foi a mensagem deixada por Álvaro Amaro, porque a imagem de 'cepticismo e miserabilismo, não ajuda a criar a dinâmica para atrair novos investidores, sem o que as regiões do interior estão condenadas, porque a base da falência é o capital humano'.</p> <p>A condenação do Alentejo é visível na crise que a região atravessa, da qual os agricultores e aqueles que aqui vivem têm a devida consciência. As respostas que Álvaro Amaro trouxe à Ovibeja, este ano só visitada por ajudantes de ministro, podem traduzir-se por uma mão cheia de nada outra de coisa nenhuma, mas deixou claro que os apoios do Plano de Desenvolvimento Regional se destinam 'às empresas economicamente viáveis'. Apesar de ser necessário 'minimizar os efeitos do choque das novas políticas', os agricultores continuam a debater-se com fracas ou inexistentes propostas para o desendividamento, com juros e factores de produção altos, sujeitos à voracidade da banca, enquanto a compensação pela cessação da actividade prevista na PAC 'ainda não foi aprovada, muito embora o governo português tenha ficado com a camisola amarela comunitária nesta matéria'.</p> <p>Mesmo assim, Álvaro Amaro ainda prometeu para breve uma nova linha de crédito bonificado, dois a três pontos percentuais em relação à taxa de referência, para a próxima campanha e a abertura de uma linha de desendividamento para a pecuária intensiva.</p> <p>Uma nova linha para 1994 para fazer face às dívidas está em estudo e a negociação pelo governo com a comissão europeia que impõe que novas medidas só sejam possíveis para casos de intempéries. A ser aprovada esta proposta as verbas 'terão que sair da</p>
--	--	--	--	---

				<p>fatia destinada à modernização agrícola prevista no actual Quadro Comunitário de Apoio'.</p> <p>(...)</p> <p>"Se a 'alternativa de desenvolvimento para o chamado mundo rural passa pelo turismo, pela cinegética e os produtos de qualidade', nas palavras de castro Brito fica por explicar como é possível incrementar essas actividades sem agricultura, 'numa altura em que as políticas nacional e comunitária impõem a não produção'. Sem isso e os agricultores, 'os jardineiros do mundo', na definição do presidente da Acos, 'não é possível haver desenvolvimento na nossa região'.</p> <p>O desenvolvimento do Alentejo passa inequivocamente pelo acesso à água que terá que vir, em primeira instância da barragem de Alqueva, como também foi salientado durante a Ovibeja. (...)"</p>
8/4/94 Pág. 4	Política	Joana Gomes	<p><i>Presidência Aberta trouxe Mário Soares ao Alentejo Autarcas pedem ao Governo mais obras e menos palavras</i></p>	<p>" Alqueva e o Alentejo, o tema do debate, ontem, pela comitiva que acompanha Mário Soares na Presidência Aberta resume todos os problemas sentidos pelas populações residentes em um terço da área do país. Sem Alqueva não há Alentejo desenvolvido. E sem Alentejo semeado e verde de gente, em vez de pessoas a contribuírem para a riqueza nacional cria-se na mesma área uma reserva de índios para turista ver. Ou de dinossauros.</p> <p>'Vale a pena viver na Área de Paisagem Protegida', defendem os ambientalistas. Vale a pena viver no Alentejo. É uma esperança que a todos subsiste se as condições forem criadas. Até lá, a falta de água, o esquecimento, a desertificação, o desemprego e o abandono característico do interior agravam-se com o compasso de espera até ao começo das obras e o represamento das águas.</p> <p>(...)</p> <p>E se vale a pena viver em área de paisagem protegida, como defendem as organizações ambientalistas, é necessário contrapartidas, como referiu Cláudio Percheiro, presidente da Câmara de Odemira.</p> <p>'Optámos, rejeitando milhões e milhões de contos de investimentos que correspondiam à instalação de 125 mil camas turísticas, numa área onde há imenso desemprego, empresas em falência, agricultores que se suicidam porque não existem perspectivas de futuro, pescadores a quem é tirado o ganha pão, onde são necessários grandes investimentos em no saneamento, na viação rural, na electrificação, ouvindo falar nos milhões de contos do Novo Quadro Comunitário de Apoio, e somos confrontados com a realidade de cada autarquia apenas ter disponível 100 mil contos por ano. Mais, tem sido a coragem, o amor à natureza, que nos leva a todos ainda a confiar no futuro'. 'Mas, senhor presidente', adianta Cláudio Percheiro, 'também esperamos e acreditamos que as contrapartidas efectivas e realistas de quanto vale viver numa área de paisagem protegida têm que se fazer sentir'.</p> <p>(...)</p> <p>A falta de coordenação dos vários instrumentos de planeamento existentes e alguns contra a vontade das autarquias, como o recentemente entrado em vigor</p>

				Protali, documento proibitivo de tudo, desenraizado dos direitos e tradições das populações que impedem a partilha de heranças, as desanexações, limita a participação das autarquias e retira competências, impondo regras à população que desde sempre soube respeitar a natureza através de práticas seculares de acordo com o seu modo de vida, motivaram a afirmação peremptória de Soares: 'Temos de banir todas as formas de decisão autoritárias e não participadas pela população'. (...)".
8/4/98 Pág. 5	Política		<i>CNA faz o balanço da agricultura alentejana À beira da falência</i>	<p>"No ano de 1993 não houve qualquer evolução positiva para a actividade agrícola no Alentejo, particularmente ao nível das pequenas e médias explorações", diz a Confederação Nacional da Agricultura, reivindicando medidas imediatas do governo para fazer face à situação de crise.</p> <p>Para a CNA, os factores que contribuíram para a acentuada quebra de rendimentos foram, a para da grande estiagem, a 'invasão de produtos importados desnecessariamente, a manutenção de taxas de juro e de factores de produção, o atraso no pagamento dos subsídios compensatórios e as dificuldades burocráticas'.</p> <p>Este conjunto de situações determinou uma quebra de rendimentos em 1993 que rondou os 10%, aumentando o fosso que começou em 1986, altura de decréscimo do rendimento agrícola, actualmente situado nos 45 pontos percentuais, enquanto a média na comunidade registou uma subida de 5% em igual período. O ano passado os agricultores ainda tiveram que pagar mais de 70 milhões de contos de juros à banca.</p> <p>Para a CNA, o actual estado das coisas 'é consequência directa da reforma da PAC e troca da segunda fase de integração da agricultura por alguns tostões, o que demonstra 'as más negociações conduzidas pelo governo português e a má utilização dos fundos comunitários', colocando o sector agrícola 'à beira da falência'.</p> <p>O acordo do GATT vem impor a baixa de preços aos cereais, carne bovina e aves, enquanto o 'governo não acautelou os interesses portugueses no que se refere a produções alternativas, nomeadamente no campo da ovicultura, frutos secos e oleaginosas', faltando 'medidas que visem atenuar os efeitos gravosos e implicações desastrosas decorrentes da PAC e do GATT'.</p> <p>A CNA acusa ainda que (...) 'o governo deve milhões de contos aos agricultores das ajudas comunitárias (...). (...) a CNA propõe como medidas necessárias para evitar a 'acelerada decadência do mundo rural' o pagamento dos subsídios compensatórios, a baixa das taxas de juro e medidas compensatórias aos altos custos de produção.</p> <p>A definição de uma política agrícola que tenha em conta o sector na sua importância económica e social no Alentejo, a par da investigação agrária que vise o aproveitamento dos recursos hídricos, experimentação e aplicação de culturas alternativas e de medidas que</p>

				<p>facilitem e promovam o associativismo, aproximando a investigação e os técnicos das explorações agrícolas e estas dos circuitos de comercialização são outras das reivindicações da CNA.</p> <p>O documento sobre a 'Situação e perspectivas para a nossa agricultura' exige o direito e a defesa em todas as instâncias 'de fazer agricultura no Alentejo no sentido de manter o mundo rural vivo'".</p>
8/4/94 Pág. 5	Política	Manuel Augusto Marcos	<i>Eucaliptos na Casa dos Espíritos</i>	<p>"As populações dos Foros da Pereira, nos arredores de Vila Nova de Mil Fontes, estão contra a plantação de eucaliptos na Herdade da Alpendurada.</p> <p>A Portucel está ali a realizar trabalhos destinados à plantação de 100 hectares de eucaliptos, no local onde foi rodado o filme 'Casa dos Espíritos'. Este projecto de florestação tinha já sido reprovado pelo Instituto Florestal, merecendo igualmente um parecer negativo por parte da Câmara de Odemira. Em causa estava a agressão ao meio ambiente e por se situar em solos de boa aptidão agrícola. Entretanto, a Portucel conseguiu alterar o projecto, agora realizado pela Comissão para a análise da florestação (CAF), que engloba vários ministérios, mantendo outras espécies florestais, como pinheiros e sobreiros. Agora as populações temem que os seus poços venham a secar e que os incêndios (como recentemente aconteceu na serra do Cercal) ponham em perigo as suas vidas e habitações, já que apenas uma estrada separa a plantação da localidade de Foros da Pereira (...)"</p>
8/4/94 Pág. 6	Editorial	A.A.R	<i>A natureza e as pessoas</i>	<p>"As preocupações ambientais estão agora em grande destaque. A iniciativa do presidente da República de percorrer o País numa presidência aberta itinerante sob este tema mobilizou a comunicação social, dinamizou as organizações ecológicas, sensibilizou os eleitos locais, envolveu o governo e despertou na opinião pública um interesse redobrado sobre estas questões.</p> <p>É inegável que o aliciante tema não tem tido um tratamento devido. Só assim se compreendem os erros, as incompreensões e os atrasos que nesta área sensível se verificam por toda a parte.</p> <p>Não se trata, de facto, de contrapor a qualidade de vida ao ambiente.</p> <p>É, antes sim, um procurar de soluções para que a harmonia da natureza não seja afectada pelo materialismo desenfreado que não olha a meios para conseguir os fins. As florestas, as águas, os solos, as dunas, as paisagens, a fauna natural não podem continuar a ser vítimas da ambição ou inconsciência. (...)"</p>
8/4/94 Pág. 11	Actual	J.G	<i>Mértola Integrar o turismo no desenvolvimento</i>	<p>"Potencialidades turísticas e desenvolvimento integrado estiveram em debate em Mértola, nos dias 18 e 19 de Março, para mostrar que a área transtagana tem possibilidades e interesse na promoção do turismo de qualidade. Sem pretensões de promoverem um turismo predominante e de massas, procuram os promotores do encontro o turismo de alternativa aos locais muito populosos, descaracterizados, num desafio entre a tradição e a modernidade encontrando-se numa encruzilhada entre a conservação e a mudança, em suma, de encontro ao desenvolvimento</p>

				<p>integrado da região. Na globalidade, o troço médio inferior da Bacia do Guadiana pode ser considerado como uma região onde os recursos turísticos são ricos e diversificados, apresentando, portanto, importantes potencialidades que, uma vez dinamizadas, poder-se-ão transformar em reconhecidos produtos turísticos, capazes de atrair visitantes motivados para os tipos de turismo oferecidos.</p> <p>(...)</p> <p>As paisagens apresentam uma ocupação humana dispersa com algumas concentrações, sistemas agro-florestais extensivos, grandes extensões de paisagem natural homogénea, mas com presença de várias unidades distintas: planalto de meseta, montanhas, linhas de água.</p> <p>(...)</p> <p>Em termos de potencialidades naturais e históricas são de destacar a diversidade e riqueza, relevando o património arqueológico, edificado, artístico-móvel.</p> <p>(...)</p> <p>Se as actividades turísticas e de lazer dependem da sua envolvente ambiental, é necessário não esquecer a complexa relação entre aquelas e o meio onde são desenvolvidas, através de posturas que vão de encontro a estratégias de desenvolvimento que previnam ou minimizem os impactos devastadores”.</p>
8/4/94 Pág. 13	Actual	José Espanhol (Pres. do NERE)	<i>Aproveitar as potencialidades</i>	<p>“(....) portanto a nossa opinião é esta: o nosso caminho, para Évora ter uma base sustentada e económica e o Alentejo também, é fazer aquilo que sempre fizemos, apesar das restrições a nível dos nossos parceiros comunitários, mas devemos fazer melhor, devemos introduzir no Alentejo novas tecnologias, de modo a podermos produzir e vender de forma diversificada e competitiva.(...). É aproveitando todas as potencialidades e produzindo produtos específicos e diversificados, que possam ser vendidos com marca de origem que Évora e o Alentejo se podem desenvolver”.</p>
15/4/94 Pág. 2	Em foco	J.G	<i>Em Mértola A paisagem, sim... e os homens?</i>	<p>“ ‘Não é possível salvaguardar paisagens sem incluir nelas os homens’, defendeu Cláudio Torres, responsável em Mértola pelo Campo Arqueológico, durante a visita de Soares no decorrer da Presidência Aberta sobre a temática do ambiente e da qualidade de vida.</p> <p>Defensor de uma simbiose perfeita entre o homem, a sua tradição e o meio, Cláudio Torres busca aí o desenvolvimento reclamado e necessário. O desenvolvimento integrado. Mas, para tal, são necessários apoios.</p> <p>A assistir à abalada dos mais novos, Mértola mergulha em problemas que perduram ao longo de anos. É com este mote que Paulo Neto, presidente da Câmara local, revela a impotência municipal para travar esse movimento. ‘apesar de todos os esforços de revitalização económica e social que as entidades locais procuram incrementar, a desertificação humana é de tal forma preocupante que a manterem-se as actuais tendências, daqui por 20 ou 30 anos poucos serão os residentes’.</p>

				<p>Ao abordar a 'tristemente célebre campanha do trigo' e a consequente erosão dos solos, a 'pseudo-actividade cinegética, onde são feitos abates indiscriminados de espécies e não se respeita o caçador local', Paulo Neto aponta o grande rio do Sul, o Guadiana, como um 'elemento privilegiado onde pode assentar uma melhor qualidade de vida para as nossas gentes'. Mas a retoma de uma relação de séculos entre o homem ribeirinho e o rio exige atenção por parte das entidades competentes. 'Água em quantidade e qualidade suficientes'.</p> <p>O turismo é apresentado em Mértola 'como uma alternativa às possibilidades de desenvolvimento, desde que visitante e visitado coexistam num estado de valorização e respeito, e a cultura local não seja esmagada, e se mantenha o equilíbrio entre o homem e o meio'.</p> <p>Perante todos os factores que 'empurram os homens do concelho de Mértola para fora da sua terra, entre os quais se contam os efeitos da PAC na região', o presidente da Câmara de Mértola deixa a questão no ar: 'como será possível um turismo diferente, de interior, essencialmente virado para a relação homem-terra, quando essa relação está condenada?'.</p> <p>Para Mário Soares, a defesa do ambiente deverá ser entendida a par do desenvolvimento da região, da melhoria das condições sociais. O presidente da República aproveitou a presença de muitos jovens, 'a massa cinzenta destes concelhos', para que sejam eles a participar activamente na modificação da realidade. Apelando para que o discurso não seja muito pessimista, acrescenta que é preciso dar aos mais novos ensino, formação, informação para que com a criatividade e imaginação vão reclamar novas coisas, vão participar no desenvolvimento e na transformação'. A modificação preconizada por Soares implica a reavaliação da reforma da PAC, uma vez que 'o nosso sector primário, onde se inscreve a agricultura, está a atravessar uma grande crise' (...).</p>
15/4/94 Pág. 12	Reportagem	Joana Gomes	<i>Achada do Gamo, no concelho de Mértola</i> <i>O ciclo da saudade</i>	<p>"Montes Altos e Achada do Gamo, dois povoados nas proximidades da Mina de S. Domingos, cruzam-se em destinos opostos. Enquanto o primeiro se debate pelo repovoamento, o segundo é enterrado pelas escórias e pó de enxofre, em ruínas que os seus filhos admitem como fim da vida humana. Entre os dois lugares convergem recordações semelhantes, vividas muitas vezes em conjunto, na labuta do dia-a-dia da exploração mineira. Ambas as povoações devem a sua origem às Minas de S. Domingos, abandonadas em 1965. Em terra agreste, solos de fraca capacidade produtiva, Montes Altos bebe da pouca água existente nas proximidades, enquanto que na Achada do Gamo a água é mais escassa, o solo mais árido e inóspito, a terra está esventrada e o seu sangue bebido pelo vento (...).</p> <p>A visita ao local inscreve-se numa actividade cultural em que é importante, para os locais, explicar 'para que servem as chaminés, as regatas, (...), como nós vivemos, como nasceu e morreu esta terra, como nós aprendemos a gostar e a amar as cegonhas, as</p>

				<p>andorinhas, os pedreirinhos, mesmo antes de existirem as organizações ambientais'.</p> <p>Num tom de estranha nostalgia entre a separação e a proximidade, falam das raízes que os ligam à terra e das gratas recordações em que os tempos de meninice são lembrados com um fito brilhante no olhar. 'Conhecemos as pedras, as regatas, as tapadas e as suas lamas, os buracos ... tudo isto nos recorda a nossa infância e nos é familiar'.</p> <p>(...)</p> <p>As ruínas da Achada são agora habitadas de sonhos e recordações. De sonhos porque os antigos habitantes não aceitam que o local se despoe completamente. Pretendem ali ver oficializado um 'museu vivo da arqueologia industrial'. A juntar às restantes ruínas do complexo mineiro de S. Domingos. (...)"</p>
15/4/94 Pág. 12	Reportagem	Luís Rocha	<i>Presidência Aberta em Évora promove debate na Universidade Crise dos montados: de quem é a culpa?</i>	<p>"No âmbito da Presidência Aberta, realizou-se um debate na Universidade de Évora. Temas propostos: a desertificação e a crise do montado. Convidados a intervir: professores do Instituto Superior de Agronomia e da Universidade de Évora e um representante do Instituto Florestal. Um painel de comentadores incluía, entre outros, o professor Rosado Fernandes e o arquitecto Ribeiro Teles. No final, o presidente da República mostrava-se um pouco desanimado: 'eu pergunto se este debate terá sido útil', perguntou Mário Soares, quando já passava da 1 hora da manhã</p> <p>(...)</p> <p>(...) O presidente da Câmara de Évora usou da palavra para dizer que '(...) há que apostar no desenvolvimento assente na democracia cultural e na defesa do património arquitectónico e ambiental, a par do aproveitamento equilibrado das enormes riquezas do subsolo que o Alentejo possui'.</p> <p>Para Abílio Fernandes, a desertificação crescente do Alentejo é 'uma das mais graves poluições de sempre'. O tema da desertificação foi também desenvolvido por Jorge Araújo, reitor da Universidade de Évora, que começou por sublinhar que 'a desertificação (...) e a enormes riquezas do subsolo que o Alentejo possui'.</p> <p>Para Abílio Fernandes, a desertificação crescente do Alentejo é 'uma das mais graves poluições de sempre'. O tema da desertificação foi também desenvolvido por Jorge Araújo, reitor da Universidade de Évora, que começou por sublinhar que 'a desertificação (...) e a períodos de grandes secas, e que existem fungos que esperam que as árvores entrem em declínio para se desenvolverem, dando origem a doenças que se tornam fatais. (...) daí que numa situação de declínio, as árvores não consigam reagir e as pragas, muitas vezes consideradas secundárias, possam ter um protagonismo de mortalidade acentuada'.</p> <p>(...)</p> <p>(...) O professor Fernando Oliveira Baptista (...) apontou como factor de crise do montado a emigração dos anos 60 (...); a introdução da mecanização; a abertura da sociedade rural, a sua modernização; a recente abertura internacional da nossa economia e a política agrícola comum; e a peste suína africana de</p>

				<p>1957. (...) Para Rosado Fernandes, 'não há sobreiral que resista se não servir a quem o tem e a quem o administra, se não se ganhar dinheiro com o sobreiral'. Ribeiro Teles (...) disse que 'nós não estamos a fazer floresta. Estamos a fazer povoamentos industriais mono-específicos e temo que os 80 milhões de contos que venham para a recuperação da floresta sejam para os eucaliptos e para os pinhais e não para os montados de sobreiro'. (...)"</p>
20/5/94 Pág. 7	Opinião	António Murteira (Deputado)	<i>Pelo Alentejo unir as forças da esquerda</i>	<p>"(...). No Alentejo, como no país, cresce entre os agricultores e nas populações a convicção de que é necessária uma profunda reforma da agricultura portuguesa que tenha em conta os interesses nacionais e que permita ao país chegar ao princípio do século com uma agricultura moderna e dinâmica. Uma reforma da agricultura que se apoie sobretudo nos pequenos e médios agricultores e empresários agrícolas, nos trabalhadores da agricultura, nos técnicos, nos centros de investigação, formação e informação. Uma reforma na agricultura que resolva 'a questão chave dos problemas estruturais do Alentejo' a questão da estrutura da posse e uso terra, e crie um quadro adequado à reconversão da agricultura no sul, cuja importância se avoluma face ao comprovado fracasso das políticas seguidas nos últimos 15 anos, e à positiva expectativa da construção do empreendimento de Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo. Uma reforma na agricultura que deverá desenvolver-se no quadro amplo e diversificado de uma economia agrícola mista, não dominada pelos grandes senhores da terra, 'com sectores de propriedade diversificadas (...)'. (...) Os alentejanos não aceitam ver o Alentejo transformado em coutadas e em 'montes' de gozação dos grandes senhores da CAP, da CIP e de outros, a que chamam turismo rural. Os alentejanos não aceitam ser despojados da sua dignidade, ser transformados em criadores e batedores de perdizes e de coelhos dos grandes agrários e de todos esses senhores. (...)".</p>
27/5/94 pág. 2 e 3	Em foco	Rafael Rodrigues	<i>De novo a fome e a questão da terra</i>	<p>"Cerca de cinco mil pessoas constituíram o cenário para o 40º aniversário do assassinato de Catarina Eufémia. O largo com o nome Baleizão foi pequeno para albergar o comício que contou com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP. (...) Vinte anos depois do 25 de Abril, Carlos Carvalhas, secretário geral do PCP, voltou a dirigir fortes críticas ao PSD pelo regresso de 'carências de toda a ordem às terras de Catarina, de Francisco Miguel e de Mariana Janeiro e de tantos outros lutadores pela causa do pão e da liberdade'. Leia-se Baleizão e o Alentejo e este regresso ao passado, segundo o dirigente comunista, representa 'de novo as oligarquias, os grandes</p>

				senhores da terra, o dinheiro, o negociismo'. Para Carlos Carvalhas 'a destruição da Reforma Agrária é a primeira das causas da grave situação que se vive em todo o Alentejo', defendendo que 'a terra, a questão das estruturas fundiárias e a irrigação continuam a ser o eixo e a chave de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento da região'. (...)".
27/5/94 Pág. 5	Política	Luís Rocha	<i>Cresce movimento de opinião pelo desenvolvimento e regionalização Alentejo vai a Lisboa protestar contra o abandono</i>	"O movimento de opinião, que se formou no Alentejo e que se bate pela regionalização e pelo desenvolvimento da região, promoveu um encontro em Évora com a comunicação social nacional e regional. (...) No sentido de chamar a atenção da opinião pública para a situação que se vive no Alentejo, estão programadas algumas acções: em Setembro está prevista uma embaixada alentejana em Lisboa com a participação de grupos corais, colectividades, associações de municípios, câmaras municipais e pessoas a título individual. Também em Setembro está prevista a realização de um tribunal de opinião pública, que funcionará nos moldes dos tribunais (...). O objectivo é chamar a atenção da opinião pública e dos órgãos de soberania para a grave crise que se vive no Alentejo, da qual a desertificação, o envelhecimento, o desemprego em massa são os traços mais significativos e mais preocupantes, como sublinhou o presidente da Câmara de Serpa".
27/5/94 Pág. 27	Opinião	M ^o José de Matos Vereadora da C.M. de Odemira	<i>A agricultura deste nosso Alentejo</i>	"Os múltiplos problemas que afectam a agricultura alentejana não podem ser explicados única e exclusivamente a partir da idiossincrasia do povo alentejano. A deficiente evolução estrutural de natureza histórica juntam-se problemas conjunturais motivados por políticas erradas. (...) A desertificação do interior, o desemprego que atinge sempre mais a mulher, o lento desaparecimento da pequena exploração, o baixo nível de subsistência, a quebra do rendimento, são em concreto alguns problemas que se agravam sem remédio. (...). O trabalho braçal e animal continua a ser substituído pela mecanização. O projecto de reconversão não chegou a existir. Continuam a agravar-se os altos custos de produção artesanal, o abandono dos campos com a respectiva concentração demográfica nas cidades do litoral, o desemprego. E mais grave de tudo, é que a esperança de uma vida melhor que uma e outra vez renasce, se vai transformando em desespero e em nobreza. (...) Hoje, com as limitações criadas pela UE, condicionado pela maior praga do século, o desemprego, com a concorrência de uma mão-de-obra mais barata, a do leste europeu, que saídas tem a gente do campo a quem se repete milhentas vezes que a tradição é boa, induzindo-se assim os cidadãos a não acreditarem na mudança. Há boas tradições, mas há outras menos boas que entravam o desenvolvimento, pelo que urge reflectir no que temos que mudar na

				<p>nossa agricultura para a não vermos desaparecer.</p> <p>(...)</p> <p>o Alentejo necessita urgentemente de uma agricultura alternativa de produtos de alta qualidade, eficácia e rentabilidade na produção, inovação tecnológica e modernização da mentalidade, para a qual faz falta o acesso à educação, à formação profissional, bem como dinamização e desenvolvimento social e cultural. O Alentejo autosustentado baseado nas pequenas unidades de produção ou na sua associação, tendo em vista a optimização dos recursos naturais. Também necessita de apoios mas estes deverão ser acompanhados e utilizados de forma transparente de modo a cumprir objectivos. O Alentejo necessita sobretudo de acreditar em si, para poder sair deste marasmo crítico que não se pode justificar com a crise internacional, mas que se deve essencialmente ao facto de não existir uma regionalização fundamentada no desenvolvimento. Contra o abandono periférico a que temos sido votados, só podemos exigir uma autonomia regional para resolvermos os nossos problemas”.</p>
27/5/94 Pág. 12	Actual	Rafael Rodrigues	<p><i>Candidatos do PSD em Beja falam da situação no Alentejo</i></p> <p><i>“A culpa não é nossa”</i></p>	<p>“Contra os ‘arautos da desgraça’, os candidatos do PSD ao Parlamento Europeu opõem o ‘discurso da esperança e da força de vencer’. Nos primeiros incluem uma ‘certa oposição e não só’ (...). Os sociais democratas reconhecem a crise que se vive em Portugal, na qual o Alentejo não é excepção, mas aliviam de responsabilidades o governo, remetendo as culpas para a conjuntura internacional e os ‘erros do passado’.</p> <p>(...)</p> <p>Os problemas agrícolas da região devem-se, segundo Arlindo Cunha, ‘aos anos da reforma agrária, com os agricultores a pagarem o efeito da reposição dos capitais delapidados com as ocupações, o que veio aumentar as dificuldades económicas. A juntar a tudo isto houve ‘a situação conjuntural em termos financeiros e a baixa de rendimentos devido a dois anos de seca, nomeadamente no vinho e nos regadios’.</p> <p>Por outro lado, no ‘Baixo Alentejo estamos a pagar os custos da não mudança, mantendo-se por muito tempo a monocultura dos cereais com preços políticos, quando todos sabíamos que era obrigatória a harmonização dos preços, 60% superiores aos dos outros países comunitários (...)”.</p>
3/6/94 Pág. 12	Crónica	Rafael Rodrigues	<p><i>E a Europa aqui tão perto</i></p>	<p>“A par da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu espantam nas vilas e aldeias alentejanas os sinais da crise ditadas pelas políticas nacionais e comunitárias. A fome entrou pelas portas e dorme na cama de muitos lares. O desespero faz parte do quotidiano da população, mas esconde-se na vergonha da realidade. O merceeiro voltou a assumir a função de outros tempos, transformando-se no banqueiro do povo. As dividas crescem na justa medida que escasseiam as perspectivas de mudança (...)”.</p>
10/6/94 Pág. 2	Em foco	Rafael Rodrigues	<p><i>Encontro de desempregados em</i></p>	<p>“O Cine-teatro de Serpa transformou-se num vale de lágrimas perante os relatos dramáticos da fome que</p>

			<i>Serpa Fartos de Fome</i>	afecta os desempregados daquele concelho. (...) no encontro, onde participaram mais de 500 pessoas, foram lembrados os tempos da reforma agrária, em que se 'produzia e trabalhava na nossa terra'. A seguir dificultaram o trânsito na estrada de ligação a Fronteira, num corte simbólico para 'ver se nos ouvem'. Na memória paira um cenário semelhante e que repete tempos outros, do fascismo, outros tempos de fome e de desespero. (...)
10/6/94 Pág. 4	Política	Luís Rocha	<i>O problema da terra de novo no Alentejo</i>	"O problema fundiário no Alentejo continua por resolver. Houve uma Reforma Agrária que foi destruída e hoje o que se vê são coutadas de caça, terras improdutivas, grandes extensões de arame farpado. A produção baixou, trabalho não há, as populações estão a fugir da região. A desertificação está a alastrar. Daí que se ouça falar, de novo, na necessidade de se fazer uma nova reforma agrária. Esta foi pelo menos a ideia central de um debate que se realizou no passado sábado em Montemor-o-novo (...) e que contou com a presença de individualidades que nos anos de 74-75 tiveram acção decisiva na institucionalização da reforma agrária (...).»
10/6/94 Pág. 8	Ambiente	Joana Gomes	<i>Castro Verde defende natureza</i>	"A conservação das estepes cerealíferas de Castro Verde e da sua avifauna estiveram em debate no passado fim-de-semana, naquele concelho, por iniciativa da Liga para a Protecção da natureza. (...) O habitat vulgarmente designado por estepes cerealíferas é totalmente dependente da intervenção humana e possui uma fauna de aves que inclui espécies extremamente raras e ameaçadas. São de destacar a abetarda, a águia caçadeira, o grou, o cortiçol-de-barriga preta, o sisão. Por outro lado, a ameaça impende igualmente sobre o património paisagístico e cultural que corre o risco de desaparecer a curto ou médio prazo devido a questões de política agrícola. Segundo Francisco Moreira, Biólogo e vice-presidente da Liga para a Protecção da Natureza, as principais ameaças à existência das estepes e das aves selvagens consiste no abandono da terra pelos agricultores, caso as medidas de acompanhamento da PAC não surtam efeito, a plantação de eucaliptos e outras árvores não compatíveis com a existência de aves estepárias e a criação de zonas e caça em áreas particularmente sensíveis. (...) De modo a salvaguardar as acções concretizadas, a Liga pretende a classificação pelo Estado português da área como zona de protecção especial para a avifauna, de acordo com a regulamentação comunitária. Segundo informações da equipa (...) a principal responsável pelas características que a paisagem local apresenta (erosão dos solos e desertificação) é a actividade agrícola desenvolvida nos últimos 70 anos. As razões para a forte implantação de cereais deve-se a opções políticas tomadas nos anos 30, com a campanha dos cereais.

				<p>(...)</p> <p>Perante esta situação (falência de agricultores, que o articulista relaciona com a reforma da PAC) as empresas de celulose e grupos económicos interessados na exploração da caça começam a interessar-se pelos terrenos da área de Castro Verde, entre muitas outras no Baixo Alentejo.</p> <p>(...)</p> <p>O abandono dos campos pelos agricultores constitui, segundo os coordenadores do projecto da LPN, a principal ameaça à manutenção da paisagem agrícola, da estepe cerealífera, viabilidade económica da agricultura extensiva e protecção das espécies que dela dependem. (...)"</p>
17/6/94 Pág. 12/13	Actual	Luis Rocha	<i>A reforma agraria foi há 20 anos</i>	<p>"(...) a destruição da reforma agrária e a PAC estão a conduzir o Alentejo e o seu sector agrícola à mais grave crise de sempre (...) voltaram as terras abandonadas ou subaproveitadas, voltaram os regimes de coutadas. (...).</p> <p>Todas estas questões (...) conduzem de novo a um problema que é o uso e posse da terra. 'E não somos só nós que o dizemos, frisou Lino de Carvalho. Quem ler o PDR (...) está lá escrito que o problema do uso e posse da terra é o principal estrangulamento da actividade agrícola e económica da região (...)'"</p>
17/6/94 Pág. 13	Actual	Bento Calado	<i>Andavam de monte em monte para que lhes matassem a fome</i>	<p>"(...) o distrito de Beja foi e continua a ser um distrito rural onde predomina a agricultura, tendo por base as grandes propriedades (...) do grande latifundiário que explorava sem dó nem piedade o trabalhadores agrícolas alentejanos.</p> <p>Quem não se lembra do trabalho de sol-a - sol (...) dos grandes períodos em que não havia trabalho (...) das pessoas idosas (...) tinham de andar de monte em monte para que lhes matassem a fome?</p> <p>(...)</p> <p>A agricultura do nosso país está a atravessar uma crise profunda (...). Para fazer face à política imposta pela UE, Portugal não só não produz como até é obrigado a destruir o seu tecido produtivo (...) diminuem-se as áreas semeadas para dar lugar a pousios ou reservas de caça.</p> <p>Em contrapartida, importa-se cada vez mais, os trabalhadores perdem as regalias sociais.</p> <p>Por isso, impõe-se cada vez mais uma mudança da política agrícola e da estrutura fundiária, porque os alentejanos não estão condenados (...) a viver sempre de mãos dadas com o desemprego, com a fome, com a miséria."</p>
17/6/94 Pág. 15	Sociedade	Rafael Rodrigues	<i>População contra resíduos tóxicos em Grândola O futuro ao lixo</i>	<p>"A indicação de dois locais do concelho de Grândola para a instalação do aterro de resíduos tóxicos recolhe um rotundo não da população que recusa receber 'o lixo de um modelo económico' que lhe tem passado ao lado. O protesto está na rua. (...)":</p>
24/6/94 Pág. 2	Em foco	Rafael Rodrigues	<i>Vila Morena mobiliza-se contra aterro tóxico</i>	<p>"A população de Grândola saiu à rua para protestar contra a possível instalação no concelho de um aterro de resíduos tóxicos e perigosos. Para além de não quererem o 'lixo' de um desenvolvimento que lhe recusaram, a posição dos grandolenses apoia-se em</p>

				documentos municipais e governamentais desfavoráveis ao projecto. (...)”
24/6/94	Em foco		<i>Alcácer do Sal contra aterro Toma lá mais dois</i>	“Os possíveis locais para a instalação das infra-estruturas do Sistema Integrado de Tratamento de Resíduos Industriais ainda não foram, publicamente, revelados. Os critérios de exclusão já foram definidos. O concelho de Grândola, que na terça-feira parou toda a actividade económica em sinal de protesto, continua a ter duas hipóteses para o aterro no cardápio. Alcácer do Sal, que reuniu a Assembleia Municipal para marcar a sua recusa contra a indicação de um local foi premiado com mais dois (...)”
24/6/94 Pág. 4	Política		<i>Em Pias Herdades abandonadas com desempregados e fome</i>	<p>“Na freguesia de Pias, no concelho baixo-alentejano de Serpa, uma das zonas da margem esquerda do Guadiana com maior percentagem de desempregados e de casos de famílias inteiras a passar fome, encontram-se completamente abandonadas mais de 100 hectares de vinha, pertencentes à Caixa Geral de Depósitos.</p> <p>Tudo começou quando a Caixa Geral de Depósitos tomou posse da herdade da Capela, nos arredores de Pias, por o ex-proprietários, endividado pela política de destruição da agricultura portuguesa, não ter conseguido assumir os seus compromissos bancários. Embora tenha sido lesta a jogar a mão à propriedade, aquela instituição bancária, naturalmente nada vocacionada para negócios de verdadeira produção, até ao momento nada fez para salvar a vinha. Vinha que, refira-se, está a ser ameaçada por ervas e por eventual incêndio que ali venha a deflagrar.</p> <p>Entretanto, ali ao lado, em Pias, uma população desempregada e faminta, que a todo o custo tenta ir para a Suíça ou Espanha para trabalhos agrícolas sazonais, impotente, limita-se a repudiar esse verdadeiro atentando à economia nacional.</p> <p>A junta de freguesia de Pias diligenciou junto da Caixa Geral de Depósitos no sentido de serem tomadas medidas urgentes, já que, de momento, com a criação de alguns postos de trabalho, ainda é possível salvar parte da produção.</p> <p>Aliás, aquela autarquia isoladamente ou conjuntamente com a Câmara Municipal de Serpa e a própria Associação dos Municípios da Margem Esquerda do Guadiana, tudo tem feito para tentar criar postos de trabalho e minorar a situação. Na sequência dessas diligências, os serviços hidráulicos comprometerem-se a absorver 24 trabalhadores para limpeza de barrancos. Dado que os Serviços Hidráulicos não têm pás e enxadas para os trabalhadores, a Junta de Freguesia responsabiliza-se pelo seu fornecimento.</p> <p>Ainda a propósito do grave problema do desemprego e fome existente na margem esquerda do Guadiana, refira-se que os municípios (as únicas ‘empresas’ com algum poder financeiro na região) já não têm capacidade para admitir mais pessoal. Acontece mesmo que, no caso da Câmara Municipal de Barrancos, já não lhe é possível sequer aceitar compromisso de pagar apenas 30 por cento e o</p>

				subsídio de almoço para completar o salários dos trabalhadores”.
1/7/94 Pág. 5	Política	Paulo Barriga	<i>Governador Civil desmente Expresso “Alentejo não está a ferro e fogo”</i>	<p>“ ‘O Alentejo não está a ferro e fogo’. Luís Serrano confidenciou ao D.A. a sua ‘indignação’ perante a campanha mediática que está a ‘denegrir a imagem’ desta região: ‘Beja e o Alentejo não merecem tal empolamento, merecem uma informação concreta e honesta capaz de ajudar as populações’. Optimista, o governador civil circunscreve os problemas sociais a zonas específicas e acredita na unidade para os ultrapassar.</p> <p>O governador civil de Beja desmente a pés juntos as notícias vindas a lume recentemente nas quais acusaria os comunistas de instrumentalizarem as acções de protesto levadas a cabo por desempregados, agricultores e criadores de gado no Alentejo: ‘não acusei ninguém não sei como é que surge tal artigo no Expresso’.</p> <p>Para Luís Serrano, a ‘situação social do Alentejo está controlada e não é aflitiva, contrariamente ao que transpira para o resto do país. Beja e o distrito não merecem ta,, merecem uma informação concreta e honesta, capaz de ajudar as populações, neste caso, até o próprio governo’.</p> <p>Os problemas que mais afectam o Alentejo – desemprego, criminalidade e droga – não são, para o governador, exclusivos desta região e, no que respeita ao desemprego, ‘é um assunto que teremos de ultrapassar com a ajuda de todos. As situações já começam a ser resolvidas através de programas POC, formação profissional e acções concretas (...)’.</p> <p>Os problemas da droga e da criminalidade ‘são , infelizmente, mazelas comuns a todo o globo. O aumento momentâneo da criminalidade em Beja está directamente relacionado com a amnistia e com a saída de vários indivíduos das cadeias. Por outro lado, contrariamente à quase totalidade do distrito, Beja está a crescer e o crescimento arrasta consigo este tipo de situações’.</p> <p>Em relação à segurança, Serrano é peremptório em afirmar que ‘Beja é uma zona segura. (...)’.</p>
8/7/94 Pág. 2	Em foco		<i>Dádivas não resolvem crise económica e social</i>	<p>“A Cruz Vermelha Portuguesa suspendeu a distribuição de géneros nos concelhos da margem esquerda do Guadiana, a partir do núcleo de Serpa. De acordo com um comunicado da delegação distrital de Beja da CVP, a organização não obteve o apoio das autarquias locais. Além disso foram detectados, entre os alimentos que começaram a ser distribuídos, géneros for a de prazo ou deteriorados. Ao mesmo tempo, o presidente da Associação de Municípios do distrito de Beja declarou que ‘nós não queremos hostilizar a Cruz Vermelha.</p> <p>Desde há muito que autarcas, partidos políticos, sindicatos, associações empresariais e até mesmo a Igreja Católica vêm denunciando a situação de crise económica e social que se vive um pouco por todo o Alentejo e em especial na margem esquerda do Guadiana.</p> <p>Nas últimas semanas, a comunicação social nacional deu grande destaque ao elevado desemprego e a</p>

				<p>condições de grandes carências registadas em Serpa, Moura, Barrancos, Mértola e Mourão, onde a crise da agricultura se juntam os efeitos de uma seca que se prolonga há já três anos.</p> <p>Neste contexto, a par de algumas medidas do governo depois da intervenção da Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana (criação de empregos por quatro meses nos casos de maior necessidade), a Cruz Vermelha reuniu seis toneladas de alimentos e anunciou que iria prestar auxílio aos 'agregados familiares em maiores dificuldades'. No passado dia 2 os donativos foram transportados para o núcleo de Serpa da CVP, onde se encontrava, a acolhê-los, numerosos jornalistas e elementos da PSP. As Câmaras Municipais de Moura, e Mourão enviaram viaturas para transportar os géneros para os respectivos concelhos, enquanto as restantes autarquias manifestaram publicamente a posição de que deveria ser a Cruz Vermelha a distribuir alimentos, mas sem 'espectáculo', de forma a não ferir a dignidade. Ao mesmo tempo, os autarcas reafirmaram que a distribuição de géneros da Cruz Vermelha não iria resolver o problema da região, sendo necessárias medidas sérias para combater as suas consequências sociais.</p> <p>Foi na sequência deste processo, extremamente empolado pela comunicação social, que a Cruz Vermelha decidiu suspender a acção, manchada ainda pela descoberta de géneros deteriorados. (...)".</p>
8/7/94 Pág. 3	Em foco		<p><i>Para resolver problemas estruturais do Alentejo</i> <i>Comunistas querem nova reforma agrária</i></p>	<p>"A Direcção da Organização Regional de Beja (Dorbe) do PCP, reunida esta semana, considerou que uma das formas de ultrapassar os problemas da região é a realização de uma nova reforma agrária.</p> <p>'O Alentejo exige a realização de uma Reforma Agrária que entregue a terra a quem a trabalha, trabalhadores agrícolas e agricultores, e a implementação de uma nova agricultura que satisfaça as necessidades agro-alimentares do País, que hoje já importa 70% do que se consome'" afirma a Dorbe.</p>
8/7/94 Pág. 3	Em foco	R.R.	<p><i>O paliativo da esmola</i></p>	<p>"O desemprego e a fome não são exclusivos da margem esquerda do Guadiana. Por todo o distrito multiplicam-se revelações de situações dramáticas, a par de campanhas de solidariedade mais ou menos frustadas e demagógicas. (...)</p> <p>O apelo de solidariedade lançado por António Saleiro, presidente da Câmara de Almodôvar, para a entrega de contribuições para minorar a 'fome e a miséria' que afectam a maioria dos concelhos do distrito de Beja, não colheu eco, nem mesmo junto dos seus colegas de partido".</p>
15/7/94 Pág. 2	Em foco	Rafael Rodrigues	<p><i>Caçadores manifestam-se contra reservas associativas de caça</i> <i>Tiros no Governo</i></p>	<p>"Os caçadores estão contra a caça. Pelo menos na forma actual, pedindo a alteração da lei vigente. É o terreno livre contra as reservas, em defesa da propriedade, e pelo direito de todos a caçar. Como é tempo de defeso, mais de 500 caçadores reuniram-se em Beja para dar uns tirinhos no governo, com Álvaro Amaro na mira, de quem pedem a demissão: 'o confronto já esteve menos eminente'.</p>

				<p>A Federação Nacional de Caçadores e Proprietários (FNCP) (...) pede a cabeça de Álvaro Amaro, ao mesmo tempo da alteração da actual lei da caça. Tudo porque suspeitam do compadrio, incumprimento da lei e atentados à propriedade privada. Como objectivo final, o direito de todos à caça, pelo respeito dos valores culturais dos portugueses.</p> <p>(...)</p> <p>A instituição das reservas tem reduzido o espaço para os caçadores de terreno livre, na sua maioria os de menores recursos financeiros, que 'há mais de cinco anos tiraram licenças para andar de espingarda às costas'.</p> <p>(...)</p> <p>Bento Ivo realçou que a 'lei não é cumprida pelas reservas turísticas, das mais de 60 só 12 têm um funcionamento legal, não criando os postos de trabalho necessários nem proporcionando o desenvolvimento possível para as regiões em que se inserem'. Para além disso, afirma que os 'caçadores furtivos estão desse lado, porque podem caçar quando querem, mesmo em altura de defeso, criando caça em cativo e procedendo ao abate e envenenamento dos predadores, num autêntico atentado ecológico'.</p> <p>A FNCP tem um projecto para que a 'atribuição das reservas seja da responsabilidade das autarquias' por forma a que em cada concelho exista pelo menos 50% de terreno livre, 25% destinado a repovoamento, sendo o restante para reservas associativas turísticas, frisou Bento Ivo.</p>
15/7/94 Pág. 21	Crónica de TV	Correia da Fonseca	<i>De súbito, o Alentejo</i>	<p>"Ora, aconteceu que de súbito o Alentejo surgiu na TV portuguesa; ele, que quase nunca era notícia. Surgiu porque havia fome (ou graves carências alimentares) pelo menos na margem esquerda do Guadiana. Porque para essa zona a Cruz Vermelha encaminhara géneros alimentícios inicialmente destinados às zonas mais flageladas de Angola. Porque os alentejanos haviam respondido, com razão e grande sentimento de dignidade, que é de empregos e não de esmolas que mais precisam.</p> <p>Esta irrupção do Alentejo nos televisores portugueses provocou grandes surpresas. Não se sabia que a crise fosse tão grave. Não se sabia que eles estavam a emigrar de tal maneira para ir buscar, longe, o pão que aqui lhes é recusado (...). Não se sabia sequer que também D. Manuel Falcão, bispo de Beja, responsabiliza a actual política agrícola pelo desemprego e pela fome (foi preciso que o soubéssemos pela TVI). (...)".</p>
22/7/94 Pág. 2	Em foco	Rafael Rodrigues	<i>Reunião PSD/Alentejo em Beja A cassete laranja</i>	<p>"Está tudo explicado e claro: não há fome e miséria no Alentejo e o subdesenvolvimento da região é da 'responsabilidade política do PCP e das suas autarquias. Esta é, pelo menos, a versão das Comissões Políticas Distritais de Portalegre, Évora e Beja do PSD que retoma o discurso de Cavaco Silva sobre o estado da nação. (...)</p> <p>'Se não há mais empresários, mais empresas e mais postos de trabalho no Alentejo, a responsabilidade política por isso pertence ao PCP', esta é a conclusão a que chegaram as comissões distritais de Portalegre,</p>

				<p>Évora e Beja (...).</p> <p>A responsabilidade do subdesenvolvimento da região, na versão laranja, é dos comunistas porque 'sendo a maioria das autarquias do Alentejo de maioria do PCP, é a elas e a este partido que deverão ser pedidas contas'. Principalmente, pelas 'empresas que aquelas não conseguiram atrair para os respectivos concelhos, em relação ao investimento que não conseguiram captar, em relação aos empresários que afugentaram por via da agitação e da instabilidade social que cultivam desde 1974, e quanto aos postos de trabalho que não ajudaram a criar como parecem comprazer-se em afastar', pode ler-se no comunicado saído da reunião."</p>
22/7/94 Pág. 3	Em foco		<i>PCP denuncia campanha do PSD contra dignidade dos alentejanos</i>	<p>"Os comunistas do distrito de Beja reafirmaram 'a necessidade de uma nova reforma agrária que entregue a terra a quem a trabalha, trabalhadores e agricultores' e acusam o PSD de promover uma campanha 'insidiosa' contra a dignidade dos alentejanos. (...)".</p>
22/7/94 Pág. 4	Política		<i>Em Vila Nova de Mil Fontes Loteamentos "chumbados"</i>	<p>"A secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território não aprovou dois projectos de loteamento no litoral alentejano. Segundo aquele departamento governamental, a reprovação dos dois loteamentos (um na Herdade de Aivados, em Vila Nova de Mil Fontes e outro em Porto Côvo), entretanto aprovados pelas Câmaras de Odemira e de Sines, respectivamente, decorre da aplicação do decreto-lei sobre o regime de compatibilidades de loteamento com os planos regionais de ordenamento do território. No caso da Herdade de Aivados, o Plano de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano coloca limites claros à área considerada urbana e na qual podem ser edificados projectos urbanísticos.</p> <p>Um dos problemas do loteamento tem a ver com o de as construções previstas se situarem excessivamente perto do mar. enquanto a legislação impõe um limite de mil metros da linha máxima de preia-mar, no projecto está prevista uma distância de 270 metros e parte do projecto ficaria a 750 metros dessa linha.</p> <p>Outro problema diz respeito à área de impermeabilização do solo – que impede a absorção da chuva. O limite legal corresponde a um coeficiente de 0,20 ou de 0,30, mas o previsto no loteamento atinge 0,43.</p> <p>O projecto de construção da Herdade de Aivados previa a edificação de uma urbanização numa área de 76 hectares que se estende ao longo da costa e junto à praia. Nesta urbanização seriam alojadas 4 mil pessoas. Colocava-se a questão do fornecimento de água. (...)".</p>
22/7/94 Pág. 6	Editorial	A.A.R	<i>A verdade onde mora?</i>	<p>"Qualquer cidadão honesto que viva no Alentejo ou que da região tenha um mínimo de referências, fica pasmado ante as controversas afirmações que saem da boca, das canetas, dos computadores das organizações políticas e sociais que nos últimos dias pretendem analisar a situação do Alentejo.</p> <p>'há fome e miséria' clamam as populações, repetem os eleitos das autarquias, confirmam as associações</p>

				<p>empresariais e os sindicatos, apontam os dignatários da Igreja, sentem directamente os milhares de pessoas que não usufruindo de rendimento certo nem suficiente, se vêem em palpos de aranha para conseguirem uma vida condizendo com os tempos presentes.</p> <p>(...)</p> <p>O histórico e ancestral desprezo pelo Alentejo é do conhecimento geral. Uma lufada de ar fresco surgiu imediatamente a seguir ao 25 de Abril. A posse útil da terra foi conseguida por processos revolucionários. A legitimação desses actos foi conseguida na legislação. Acabou o desemprego. Floresceu o comércio. A indústria revitalizou-se. O regresso de muitos alentejanos aconteceu.</p> <p>Propostas coerentes de investimentos foram apresentadas. Viveu-se um período de euforia. Tudo parecia indicar que o passado estava morto. Só que as peripécias da evolução política levaram ao poder os dilectos filhos do antigamente. Não lhes foi fácil destruir o que este povo construiu.</p> <p>Mas, paulatinamente, em nome da democracia que não respeitaram foram criando dificuldades, utilizando meios perversos para devolver a terra aos absentistas (...) até que orgulhosamente, segundo eles, trouxeram a estabilidade à região.</p> <p>Que rica estabilidade! Voltou o desemprego, adiaram-se os grandes projectos de desenvolvimento, o êxodo das populações voltou à ordem do dia, a miséria dos que ficaram acentuou-se. (...)</p>
22/7/94 Pág. 15	Sociedade	Paulo Barriga	<i>Alcácer do Sal contra aterro de resíduos tóxicos Governo não cumpre leis</i>	<p>“As gentes de Alcácer do Sal andam com os nervos em franja. Tudo porque o Ministério do Ambiente resolver seleccionar aquele concelho como um dos possíveis contemplados com o aterro de resíduos tóxicos do país. Para acalmar as hostes e também para mostrar o seu desagrado em relação a tal ideia, o executivo camarário promoveu (...) um debate público ao qual compareceram algumas centenas de populares e muitos, muitos, mosquitos em busca do jantar.</p> <p>Recusa. Recusa foi a palavra mais utilizada por Rogério de Brito, presidente da Câmara de Alcácer do Sal, (...) em instalar naquele concelho um aterro de resíduos tóxicos, ‘uma solução que põe em causa o desenvolvimento turístico da região e que compromete o futuro económico e social das populações’. (...)</p> <p>É que perto dos locais propostos pelo ministério corre ‘uma das mais importantes linhas de água que alimentam a albufeira do Pego do Altar e os riscos de contaminação são evidentes’. Depois, os condicionantes de sismicidade local ‘não garantem níveis satisfatórios de segurança’. Posto tal, acrescentou o edil, ‘não se compreende quais são as motivações do governo para teimar em instalar aqui o aterro, num concelho que os únicos resíduos que produz são as cascas dos pinhões’.</p> <p>A juntar a tudo isto está o facto da Mina de Junguéis (primeira opção ministerial) se situar numa zona de Biótopo Corine. Uma zona de elevado interesse</p>

				<p>ambiental, com um 'coberto arbóreo e arbustivo como não há no país'. E, para mais, a autarquia já havia reservado aquele local a construção de um complexo turístico, com aldeamento, estruturas para desportos náuticos, pesca desportiva e uma piscina flutuante. Tudo previsto no Plano de Desenvolvimento Municipal, aprovado em 29 de Abril último.</p> <p>Numa primeira etapa, o Ministério do Ambiente apenas havia indicado a Mina de Junguéis como possível localização do aterro no concelho, mas nos últimos dias vieram a lume mais duas hipóteses: Barrancão I e Barrancão II. A primeira, situada apenas a um quilómetro da Serra da Figueira e a segunda a dois da localidade de Santa Suzana. Ambas no perímetro da albufeira do Pego do Altar, logo 'inviabilizando o projecto turístico previsto para aquela zona'.</p> <p>Não bastassem todas estas desconformidades, as propostas governamentais colidem com uma lei do Ministério do Planeamento e Administração do Território, datada de Agosto de 93, o PROTALI (...). Este regulamento refere que seja o Estado a assegurar 'um correcto ordenamento do território e de preservar os recursos naturais, a qualidade do ambiente e os valores paisagísticos'. Para Rogério de Brito, 'é o governo que não cumpre as suas próprias leis'. (...)"</p>
29/7/94 Pág. 2	Em foco	Carlos Pereira	<i>Carlos Carvalhas visita herdades no concelho de Serpa A terra a quem a trabalha!</i>	<p>"A denúncia do 'escândalo' da existência de imensas terras abandonadas e de milhares de trabalhadores agrícolas sem emprego, a afirmação de que é justa a aspiração de 'a terra a quem a trabalha', a responsabilização do governo pela situação da região, e o desafio a Cavaco Silva para vir conhecer o país real e não apenas o 'Alentejo turístico' foram passagens do maior interesse na intervenção de Carlos Carvalhas, durante a sessão pública em Pias (...). O secretário geral do Partido Comunista Português terminava assim um dia de visitas a instalações de UCP's e herdades abandonadas na zona da antiga Reforma Agrária, no concelho de Serpa.</p> <p>'Esta é a questão central do Alentejo e um libelo acusador ao governo. Há imensas terras, e boas terras, abandonadas, e outras tantas desaproveitadas, e há milhares de trabalhadores agrícolas sem emprego. É um escândalo!', afirmou Carlos Carvalhas. (...)</p> <p>Afirmando que o Alentejo não é pobre – 'o que tem ao contrário de outras zonas do País, é a sua maior riqueza, a terra, na posse de uns poucos que não a trabalham, em prejuízo de muitos capazes e desejosos de trabalhar'. (...) A especificidade alentejana reside 'nas estruturas fundiárias, no peso da agricultura, na posse e uso da terra', quadro agravado, considerou, pela execução da PAC e das políticas de Maastricht e pela subserviência às 'ordens' de Bruxelas.</p> <p>De passagem, acusou o governo de, no Alentejo, promover entre os agricultores o parasitismo e o absentismo, dando subsídios para não produzir, 'deixando herdades com milhares de hectares de terra, algumas com possibilidades de regadio, absolutamente abandonadas, quando há tanta gente que as quer trabalhar e quando o País importa 70 por</p>

				<p>cento daquilo que consome’.</p> <p>Para o PCP, a questão do desenvolvimento do Alentejo passa pela questão da resolução da posse e uso da terra, pela irrigação, pela industrialização e pela agro-indústria, pelo reforço financeiro do poder local e pela regionalização.</p> <p>Especificamente em relação à agricultura, Carvalhas propôs uma política que defenda a produção nacional e facilite o escoamento dos produtos, uma política que dê apoio técnico e estabeleça preços dos factores de produção e do crédito que possam permitir o desafogo dos agricultores.”</p>
29/7/94 Pág.5	Política		<i>Ministro da Agricultura veio ao Alentejo ver, ouvir e anotar Vinagradas, água, tiros e caça</i>	<p>“O ministro da Agricultura deu, na passada semana, um passeio por algumas localidades do distrito de Beja, mas na bagagem não trouxe ‘soluções milagrosas’. Duarte Silva reuniu no Governo Civil com cerca de três dezenas de representantes das organizações agrícolas apenas para ‘conhecer directamente os problemas que mais preocupam os agricultores’ e ‘para ver o que se pode fazer para melhorar o sector’. (...)”</p>
29/7/94 Pág. 7	Opinião	António Soares (Amora)	<i>A posse da terra e a fome no Alentejo</i>	<p>“(....). ‘A terra a quem a trabalha’ continua a ser a frase do vocabulário dos alentejanos. Com todos os defeitos naturais, que surgem em todos os novos processos, ainda não existiu movimento mais libertador para o Alentejo que a reforma agrária. Os resultados, mesmo adulterados e escondidos por esses senhores que nos querem agora humilhar com o ‘filme da fome’ são (...) mais do que evidentes”.</p>
29/7/94 Pág. 12	Actual		<i>Alqueva a passo de caracol avalia impacto ambiental</i>	<p>“Os preparativos para o reinício das obras da Barragem de Alqueva continuam. A passo de caracol. Oxalá ainda haja água no Guadiana, oxalá a seca, os espanhóis e a incúria do governo o permitam, quando se tratar de encher a albufeira. Entretanto realizou-se no passado sábado uma sessão pública para debate sobre o impacte ambiental de Alqueva.</p> <p>(...)</p> <p>Os impactos negativos são significativos no ambiente, muitos com carácter permanente e irreversível, entre os quais se destacam os impactos da flora e fauna terrestres e aquáticas, na arqueologia e, muito particularmente, a nível social, os impactos resultantes da submersão da Aldeia da Luz.</p> <p>Os impactos positivos directamente relacionados com a barragem ‘são os que resultam da disponibilidade acrescida de água para a região, a nível do aumento do emprego temporário durante a fase de construção da barragem e a nível do ligeiro aumento que se absorverá na humidade relativa do ar, de influência da barragem, com ligeira redução das amplitudes térmicas’ segundo o estudo apresentado pela Comissão Instaladora da Empresa de Alqueva.</p> <p>A nível da qualidade da água, os impactos poderão ser fortemente negativos, quando se criam condições para que se verifiquem crescimentos algais explosivos. (...)”.</p>
29/7/94 Pág. 15	Sociedade		<i>A Igreja e o Alentejo</i>	<p>“ ‘Os problemas do Alentejo ultrapassam as fronteiras locais e regionais sendo hoje sentidos como um verdadeiro problema nacional’, adverte a Comissão</p>

				<p>Justiça e Paz da Arquidiocese de Évora, que adianta ser 'no plano das responsabilidades nacionais que presentemente estão postos os olhos de quantos se não resignam a perder a esperança de viver condignamente na sua própria terra e de nela poder contribuir para o progresso e o bem comum'.</p> <p>(...)</p> <p>A este acto (...) juntaram-se outras vozes da Igreja. D. Manuel Falcão, bispo de Beja, continua a justificar a 'falta de uma política agrícola, uma política de desenvolvimento para todo o Alentejo' como solução para a região.</p> <p>Tomando uma posição de concertação, D. Maurílio de Gouveia, representante máximo da Província Eclesiástica do Sul, apela à 'coragem para vencer particularismos de grupo ou partido e unir esforços. E deixa uma mensagem aos alentejanos: 'as vítimas de situações sociais tão injustas que ofendem a sua dignidade e a do próprio País não devem abdicar de reivindicar, por todas as vias legítimas, o exercício de direitos fundamentais como são o direito ao trabalho e o acesso aos meios de subsistência'.</p>
29/7/94 Supl. II	Suplemento		<i>Ministra com mau ambiente</i>	<p>"(...) Patrício Gouveia diz que os protestos são 'feitos para levar o ministério a tomar posições que não sejam as mais credíveis', reafirmando a sua posição de não ceder a 'pressões' e reservando a sua escolha para uma base 'puramente técnica'. Perante esta posição, é difícil perceber como se persiste em incluir determinados locais, as minas de Caveira, Lousal e Jungueis, para instalação de aterros, quando estudos e documentos técnicos, alguns elaborados pelo governo, contrariam inequivocamente esta opção.</p> <p>O cariz técnico é inaceitável quando as primeiras listas de locais elaboradas esquecem planos de ordenamento do território, o Protali, por exemplo, que consideram aquelas minas de interesse arquitectónico e patrimonial e, para além disso, não reúnem as condições técnicas estabelecidas para acolher qualquer das infra-estruturas envolvidas.</p> <p>O modelo de desenvolvimento seguido para o país pelos sucessivos governos remeteu para um completo ostracismo industrial os concelhos do litoral alentejano, à excepção de Sines, onde os resultados obtidos não são satisfatórios. Quando aquela costa é considerada a mais preservada da Europa e existem planos para o seu desenvolvimento, evitando a sua degradação, é insustentável considerá-la como um local possível para a instalação de recolha de resíduos tóxicos. (...)".</p>
29/7/94 Supl. III	Suplemento		<i>Vila Morena contra lixos tóxicos Respeitar a vontade dos grandolenses</i>	<p>"Os técnicos do Ministério do Ambiente foram infelizes na selecção dos hipotéticos locais para a instalação do aterro controlado de resíduos industriais no concelho de Grândola. As vontades ministeriais (Minas do Lousal e da Caveira) chocam frontalmente com leis já existentes e, ironia das ironias, contradizem os próprios estudos do governo. Afinal onde está a tão publicitada 'tecnicidade' nos critérios utilizados?</p> <p>Bastaria aos responsáveis do Ministério do Ambiente uma pequena vista de olhos (...) pelo Protali para que</p>

			<p>as minas do Lousal e Caveira se excluíssem imediatamente da lista de locais possíveis para a instalação de resíduos tóxicos.</p> <p>Diz o regulamento que na área formada pelos territórios dos municípios de Grândola, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Sines e Odemira, o Estado se compromete a 'assegurar o correcto ordenamento do território' e a 'preservar os recursos naturais, a qualidade ambiental e os valores paisagísticos' e que 'são nulos quaisquer actos que aprovelem planos, programas, projectos em desconformidade com o Protali'. Neste quadro são considerados 'património arquitectónico e arqueológico' os núcleos mineiros do Lousal e de Caveira, locais onde, refere a lei, 'são proibidas todas as acções que contribuam para a descaracterização dos conjuntos patrimoniais'. A este respeito, Fernando Travassos, presidente da edilidade, grandolense argumenta que 'ou os lixos tóxicos ficam bem em áreas consideradas património ou então as leis do governo não são para cumprir, pelo menos pelo próprio governo'.</p> <p>Fernando Travassos, indignado por 'nada disto ser tido em conta' alude ainda ao PDM que também é lei, no qual estão previstas 'propostas de ordenamento que passam pela preservação ambiental, pela minimização dos desequilíbrios e pela salvaguarda dos nossos valores e dos nossos recursos, sendo o turismo um dos mais importantes factores para o nosso desenvolvimento'.</p> <p>(...)</p> <p>Não bastassem as razões que atrás se descreveram, o próprio Estudo de Caracterização de Locais para Aterros Controlados, da responsabilidade do Ministério do Ambiente, refere que a Mina do Lousal 'apresenta inconvenientes relativamente ao estatuto de classificação do local. Os solos do local são reserva ecológica e o núcleo mineiro de Lousal é considerado, no PDM, imóvel classificado. Há ainda a acrescentar a proximidade de casas de habitação e da linha de água de caudal permanente (Ribeira da Corona)'. No que respeita à mina de Caveira, o estudo 'apresenta como principais inconvenientes a proximidade de falha activa certa e a classificação da área da mina como reserva ecológica. O núcleo mineiro de Caveira está igualmente classificado como imóvel de interesse público e como área reservada para exploração de recursos mineiros'.</p> <p>Fernando Travassos argumenta ainda que o concelho 'já participou o suficiente para o chamado desenvolvimento industrial' fornecendo a mão-de-obra: 'e em troca, a uma população que sistematicamente se desertifica, o que é que o desenvolvimento lhe devolve? Que qualidade de vida lhe retribui? Nem mais nem menos que o pior dos produtos e dos resultados da industrialização – os seus lixos! (...)'</p>
29/7/94 Supl. IV	Suplemento		<p><i>Sines: a força da razão</i></p>
			<p>"O Ministério do Ambiente não exclui Sines da lista de locais possíveis para a instalação da Central de Incineração do Sistema de Tratamento de Resíduos Industriais (STRI).</p>

				<p>O concelho de Sines conhece no seu quotidiano o impacto da industrialização maciça, sem qualquer aproveitamento dos seus recursos endógenos, quando 'há 23 anos o governo nos impôs o complexo industrial'. Francisco Pacheco, presidente da Câmara refere, 'já demos mais do que seria razoável exigir-se, como contribuição das populações locais na resolução dos problemas estratégicos do país'.</p> <p>(...) No binómio deve/haver 'não devemos nada a ninguém, muito antes pelo contrário, o nosso sacrifício tem sido mesmo, com poucas contrapartidas'. A construção daquela plataforma 'trouxe a Sines mais população, mais casas, a par da poluição, obrigando a um maior esforço da autarquia na realização de equipamentos colectivos.</p> <p>(...)</p> <p>Com este conjunto de dados na mão, Francisco Pacheco não tem dúvidas em afirmar que 'em opção preferia o modelo de desenvolvimento anterior para Sines, ligado às actividades tradicionais, nomeadamente à pesca e ao turismo'. Estas são também as regras definidas no PDM já aprovado, através da conciliação da indústria já instalada com aquelas actividades, numa perspectiva de controlo da poluição e da preservação do meio ambiente, com o aproveitamento dos recursos endógenos.⁹</p>
29/7/94 Supl. V	Suplemento		<p><i>Alcácer do Sal e as "argoladas" do Ministério do Ambiente "Onde é que há buracos"?</i></p>	<p>"Alcácer do Sal é, de entre os concelhos do Litoral Alentejano, aquele que recebeu o mais envenenado dos 'presentes' no toma-lá-dá-cá da localização das unidades de aterro de resíduos industriais tóxicos. Numa primeira fase, o Ministério seleccionou apenas a Mina de Jungéis, mas quando deu pela argolada em que mais uma vez se meteu, em desespero de causa avançou com mais dois: Barrancão I e Barrancão II.</p> <p>(...)</p> <p>A semelhança do que se disse para os dois locais do concelho de Grândola, a Mina de Jungéis (...) é descrita no Estudo de Caracterização de Locais de Aterros Controlados como 'apresentando inconvenientes de algum vulto, designadamente devido à existência no local de um biótopo Corine, e da passagem nas proximidades de uma falha activa provável. Há ainda a registar a classificação do imóvel com interesse, o núcleo mineiro de Jungéis'. Esta descrição, a juntar às condicionantes do PDM e do Protali, fez com que os técnicos do Ministério do Ambiente, à última da hora, 'descobrissem mais dois buracos: Barrancão I e II.</p> <p>(...)</p> <p>Rogério de Brito não compreende 'quais são as motivações do governo para teimar em instalar um aterro de lixos tóxicos num concelho cujos únicos resíduos que produz são as cascas de pinhões'. Tanto mais que o PDM e o Protali referem claramente que o desenvolvimento da região e o futuro económico e social das populações passa pelo turismo (...)"</p>
29/7/94 Supl.	Suplemento		<p><i>Santiago do Cacém: apanhar</i></p>	<p>"O concelho de Santiago do Cacém sofre por reflexo os efeitos poluentes produzidos pelos seus vizinhos,</p>

VII			<i>por tabela</i>	<p>principalmente do complexo de Sines. 'Qualquer coisa que se passa lá, nós temos aqui o efeito', diz Manuel Baguinho, vereador do pelouro do Ambiente da Câmara Municipal. (...)</p> <p>segundo o autarca, 'pela situação geográfica do concelho, os ventos trazem para aqui a poluição, certos reflexos poderão estar patentes na chamada doença dos sobreiros e nas chuvas ácidas a que estamos sujeitos'. Outro aspecto, ainda em estudo, é o 'efeito do etileno no amadurecimento das laranjas', factores que conjugados 'constituem uma séria ameaça para a economia concelhia'. (...)</p> <p>O PDM 'não prevê nenhuma grande indústria, pelo que não se justifica que aqui seja instalada qualquer infra-estrutura do STRI'. Aquele documento, já com força legal, privilegia as pequenas e médias indústrias, o aproveitamento dos recursos endógenos, a agricultura e o turismo, sectores incompatíveis com os propósitos do Ministério do Ambiente. Aliás, são também estes os parâmetros defendidos no Protali, mandado elaborar pelo governo, a par das preocupações com a conservação da natureza e protecção do meio ambiente 'fundamentos que apoiam e reforçam a nossa recusa a esse projecto que vinha colocar em questão tudo o definido até agora' (...)</p>
30/7/94 Supl. VII	Suplemento		<i>Estrelas apoiam Costa Alentejana</i>	<p>"Já no passado Jeremy Irons havia alertado para a necessidade de salvar o 'Alantaje'. Este ano, os participantes no Festival Internacional de Tróia, entre os quais o cineasta Pedro Almodôvar, juntaram as suas vozes ao actor britânico. É a causa da Costa Alentejana limpa de lixos industriais tóxicos a ganhar cada vez mais adeptos e muitas, muitas estrelas.</p> <p>Jeremy Irons apaixonou-se pela Costa Alentejana quando esteve o ano passado, perto de Vila Nova de Mil Fontes, a rodar o filme 'A casa dos espíritos. Na ocasião, Irons, Meryl Streep, Gleen Close, Vanessa Redgreve e António Banderas encabeçaram um abaixo assinado da Comissão de Luta Contra a Incineradora para travar o passo à instalação daquele equipamento em Sines.</p> <p>O actor britânico foi mais longe que os seus companheiros e, depois de ter sobrevoado a costa de helicóptero, promoveu na Casa do Alentejo em Lisboa uma conferência de imprensa onde declarou aos jornalistas que o 'Alentejo é uma das poucas zonas da Europa ainda não poluídas e se for defendido poderá ser um paraíso turístico de preferência' (...)"</p>
5/8/94 Supl. I	Suplemento	AMQ	Turismo e Ambiente	<p>"Fenómeno marcante dos nossos tempos, o turismo é consequência directa das alterações económicas, sociais e técnicas produzidas nas sociedades modernas. Riqueza, tempo livre e comunicações fáceis, heis as condições que permitem a muitos (cada vez mais) europeus, americanos e asiáticos usufruírem da possibilidade de viajar e de, uma vez por ano, alterarem radicalmente a rotina do dia-a-dia.</p> <p>A praia, convertida em local mítico, constitui um dos destinos mais procurados pelos turistas – praia que já no século passado atraía as elites, pelas virtudes terapêuticas dos banhos salinos, antes de, a partir dos anos 60/70 do nosso século, se tornar objecto de uma</p>

				<p>procura generalizada.</p> <p>Como locais de vilegiatura, as praias do litoral alentejano conheceram assim, numa vintena de anos, a retumbante passagem do turismo de elites para o turismo de massas, com enormes consequências económicas, sociais, demográficas, urbanas e ambientais.</p> <p>A inevitável pressão sobre o ambiente natural criou um conjunto de problemas novos, a que, à luz das também recentes preocupações ecológicas, os procuram, com mais ou menos convicção, com mais ou menos eficácia, dar resposta. Uma delas foi a criação da Área de Paisagem Protegida.</p> <p>Parece evidente que, se o turismo tem como suporte as (excelentes) condições naturais da região, a preocupação básica dos poderes e dos agentes económicos seja a protecção e a manutenção dessas condições. Digamos um desenvolvimento sustentável em que os recursos não sejam consumidos na voragem consumista.</p> <p>Será evidente, mas não é simples. É que para além dos princípios, razoáveis e necessários, há a realidade, complexa e dura. Por isso, quando se regulamentar, há que ter em conta essa realidade; quando se tem um objectivo, é necessário descobrir estratégias adequadas à sua consecução (...).</p> <p>O turismo representa neste momento, no concelho de Odemira, o único impulso claro para o desenvolvimento. A espontaneidade fundamental da sua dinâmica, baseada na combinação de factores exógenos de procura com o poder de atracção dos recursos naturais, é, de alguma forma, conscientemente ou inconscientemente, condicionada pela actuação dos vários agentes em campo. (...)"</p>
5/8/94 Supl.II	Suplemento	Joana Gomes	<p><i>Odemira é contra incineradora</i></p> <p>(entrevista ao presidente da C.M.O, António Quaresma)</p>	<p>"Ordenamento do território, actividades económicas, desemprego, ambiente, lixos industriais – heis algumas das questões abordadas na entrevista concedida por António Quaresma, presidente substituto da Câmara Municipal de Odemira.</p> <p>(pergunta sobre a pressão no litoral e a desertificação no interior)</p> <p>'Eu penso que o interior tem capacidades turísticas. A barragem de Santa Clara, só por si, é um espelho de água importante, atraindo já muitos interessados em conhecer e até comprar ali um monte. Os montes abandonados por este concelho têm potencialidades para a partir dali se avançar com projectos turísticos importantes a nível do turismo de habitação e do turismo rural. Mas o que se nota é que ainda faltam interesses e dinheiros para avançar'.</p> <p>(pergunta sobre o impacto da FACECO – Feira das Actividades Económicas e Culturais do Concelho de Odemira)</p> <p>' A ideia é que a Feira constitua um momento privilegiado da mostra r do encontro de vários agentes locais, quer na área da agricultura, quer no turismo, na construção civil(..).</p> <p>Este ano houve um esforço acrescido para dar a esta Feira uma dinâmica e organização próprias. Até aqui, a Feira tem tido uma dimensão mais agrícola,</p>

				<p>apostando-se agora numa maior diversificação e melhoria. Incluiu-se uma parte agro-pecuária com concursos de gado da raça Limousine, constituindo, neste âmbito, um dos certames mais destacados do país. Teve também uma parte de expositores na área cultural e económica mostrando o que existe e o que é possível fazer»</p> <p>(pergunta: vale a pena viver na Área de Paisagem Protegida?)</p> <p>'Eu vivo numa Área de Paisagem Protegida, por isso penso que vale a pena. Acho é que ela não é suficientemente protegida. Porque por vezes vem chatear o pequeno e deixam fazer ao grande tudo o que ele quer. Um exemplo acabado foi Thierry Roussel que fez o que lhe apeteceu e ainda lhe sobrou tempo. Outros disparates que não se vêem são os jipes a andar por cima das dunas. Em todo o caso, acho que vale a pena.</p> <p>A ideia de Paisagem Protegida é mesmo a de proporcionar melhor qualidade de vida.</p> <p>Para os que cá vivem e para aqueles que se querem fixar, tem havido condicionamentos e alguns deles, até injustificados. Sobretudo agricultores que têm condicionamentos nas próprias explorações, com problemas de partilhas nas heranças, índices de ocupação por casas. Penso que esta é uma forma de poder desajeitada que pode ter solução. O novo regulamento do Parque Natural impedia as partilhas. Quando morria o ascendente, os filhos ficavam impedidos de fazer partilhas da terra. Isto vem contra a legislação já existente e contra a tradição e norma de funcionamento da sociedade. Isto significa que a regulamentação não foi bem reflectida, nem bem preparada, revelando-se desajustada da realidade local, chocando-se com ela.</p> <p>(pergunta: a instalação dos 'lixos tóxicos' e os efeitos indirectos)</p> <p>'Nós somos uma Área de Paisagem Protegida, mas junto desta há toda a espécie de indústrias poluentes. Como se não bastasse ainda querem instalar mais algumas. Além disso, quando há possibilidades de haver um desenvolvimento que permita às pessoas uma vida mais digna, a instalação da incineradora choca-se com isso, pondo, de alguma forma em perigo que as pessoas desejaram e que precisam. Toda a gente está contra a instalação da incineradora, bem como de outras indústrias poluentes no concelho de Sines'.</p> <p>(pergunta sobre se a Câmara foi "levada" no caso da Odefruta)</p> <p>'Sim. Mas com boa intenção. Supunha-se que o Sr. Thierry Roussel representava uma agricultura desenvolvida, que tinha possibilidades de canalizar para aqui avultados capitais, que ia dar muito emprego, ser exemplo de uma agricultura nova. Que na verdade nada disso aconteceu'.</p>
5/8/94 Supl. III	Suplemento	JG	<i>Os grandes problemas de Odemira localizam-se no interior</i>	"O concelho de Odemira é feito de dualidades. O mesmo sol que enriquece uns, define outros, que demandam terras distantes. De um lado a seca grassa e a água mal dá para beber, do outro o mar revolve-se

				<p>insinuante e cheio de marés vivas. As aldeias encolhem e as dunas são motivo de discórdia devido à ânsia de superpovoamentos.</p> <p>E embora Odemira seja integrada numa Área de Paisagem Protegida, ou Parque Natural, sofre a poluição proveniente das indústrias de Sines e mais anda com a possibilidade de instalação da incineradora num dos concelhos litorais a Norte deste. (...) a população, constituída por cerca de 26 mil habitantes quase duplica no Verão. E apesar da Câmara não contabilizar o número de visitantes, nota este ano um ligeiro decréscimo relativamente ao ano passado. (...).</p> <p>(...)</p> <p>Quanto a problemas de droga são, para o vereador Quaresma, os mesmos que em outros locais. 'É natural que havendo uma grande afluência de gente no Verão, os traficantes encontrem aqui uma clientela preferencial. Mas não parece que seja particularmente preocupante no concelho de Odemira. É-o em todo o lado'.</p> <p>Para António Quaresma, 'o turismo é a única área em que há crescimento e desenvolvimento. O concelho de Odemira tem uma economia deprimida. Não há indústria e, em termos gerais, a agricultura é pouco desenvolvida. Só no turismo é que há actividade, sendo este um factor muito positivo no concelho. Devido a este sector, no concelho não há os problemas que se verificam na margem esquerda do Guadiana. Aqui há uma economia proveniente do turismo e isso em termos locais é muito positivo'.</p> <p>De qualquer modo, a Câmara de Odemira continua a preocupar-se com a desertificação. 'A maior parte do concelho está a desertificar-se' refere António Quaresma. E acrescenta: 'É visível a redução constante da população do interior, no decorrer das duas últimas dezenas de anos.</p> <p>A única faixa ou área do concelho que vai crescendo é o litoral. Aqui há núcleos de crescimento económico, urbano, demográfico, mas na maior parte do concelho, no interior, as pessoas não têm emprego, faltam-lhes alternativas e acabam por ir-se embora. Um definitivamente, outras sazonalmente. Há períodos em que vêm para o Algarve e Sines, para aí se ocuparem durante uma parte do Verão'. (...)</p> <p>'Apesar de tudo, o concelho de Odemira ainda é dos poucos que tem alternativas. O Trabalho no Verão ajuda muita gente a suportar-se em termos económicos, mas é preocupante o desemprego dos jovens. No sector agrícola é preocupante a situação em que vão ficar as pessoas que trabalham no Brejão, dado que a empresa está praticamente falida e em total desagregação, lançando no desemprego uma grande quantidade de pessoas', acrescenta o vereador. (...)."</p>
12/8/94 Pág. 13	Actual	Francisco Pratas	<i>A Feira de Agosto</i>	<p>"Beja está, desde o passado dia 9, a viver a sua velha Feira de Agosto.</p> <p>Naturalmente que este tradicional certame nada já tem a ver com as feiras de outrora, embora delas seja uma</p>

				<p>continuidade.</p> <p>A feira de Beja já não é aquela sugestiva montra das riquezas agrícolas e pecuárias da região sul-alentejana. E nem o dia de S. Lourenço, assinalado na última quarta-feira (10 de Agosto), levou àquele recinto grupos de gente jovem e menos jovem, a embriagarem seus olhos no espectáculo de luz e cor que a feira sempre proporcionava.</p> <p>Também o dia de Santa Maria que se lhe segue perdeu a sua singular expressão. Já não é o dia em que o velho caseiro (pequeno agricultor), numa vida inteira dedicada à terra, vestia a sua melhor fatiota e vinha à cidade que explorava para, de seguida, passear a família nas ruas da feira, olhar o gado na 'corredora' (...).</p> <p>No entanto, para a gente de Beja e arredores, é sempre a Feira de Agosto e o passeio, quase obrigatório, àquele recinto. É ainda a quadra festiva que traz de volta muitos ausentes à terra que lhes serviu de berço".</p>
19/8/94 Pág. 7	Opinião	João Vieira	<i>A agricultura de que precisamos</i>	<p>"(...). Dizem os tecnocratas que a agricultura tem que ser um ramo como o comércio ou a indústria. Esse é o equívoco. Esse é o erro que nos está a custar caro. É que a agricultura não é nem será um ramo que deva ser tratado como outro qualquer. Lembraria, a propósito, que os agricultores não decidem do preço de venda dos seus produtos. São outros que decidem por eles, mas quando compram para produzir o preço está na tabela e não se discute.</p> <p>Estamos neste fim de século numa encruzilhada. A questão põe-se entre agricultura familiar com agricultores numerosos que satisfaçam necessidades alimentares com produtos autênticos nos limiares suportáveis da natureza, sem hipotecar o futuro e as condições de existência do homem, e desse lado devem estar também os consumidores, e uma agricultura sem agricultores dominada pelas multinacionais que organizam a pilhagem do planeta, subvertem os mercados, estimulam culturas intensivas, dominam o fabuloso negócio das sementes e, por outro lado, reduzem à fome milhões de seres humanos, utilizam a manipulação genética à medida dos seus interesses, falsificam e adulteram os alimentos pondo em risco a saúde humana, como seja a BSE. (...)</p> <p>Não é pois difícil compreender que a agricultura que é preciso valorizar é a agricultura familiar. Ela constitui a base essencial da agricultura portuguesa. O governo deveria defendê-la e apoiá-la e, em Bruxelas, reclamar a sua especificidade (...). Dados irreparáveis foram já causados no tecido agrícola produtivo. Constitui um crime a falta de incentivos aos jovens, filhos de agricultores, para continuar a actividade. A não substituição da população agrícola constitui uma ruptura irreparável e um factor de desertificação preocupante.</p> <p>As mil e uma tarefas do mundo rural precisam da presença e da mão do homem, sem a qual nada se fará. (...).</p> <p>O actual ministro da agricultura obteve uma vitória à</p>

				<p>maneira de Pirro: trouxe-nos o direito a semear cinco mil hectares de trigo rijo. Mas quantos cinco mil hectares perdemos nós desde 1986? Desapareceram para sempre os nossos trigos rijos 'Casal', 'Preto amarelo' e 'Angelino', que estavam perfeitamente adaptados ao nosso clima e solo, que encheram de orgulho os produtores e encheram também os celeiros. Semanas a fio as debulhadoras não paravam nas nossas aldeias, hoje é o silêncio total dos homens e das máquinas.</p> <p>Desapareceram também as nossas espécies de frutos tradicionais, que não necessitavam de tratamentos, para serem substituídos por espécies importadas que requerem cada vez mais tratamentos químicos para resistirem às doenças. (...)</p> <p>O consumidor pode facilmente verificar que quando compra as maçãs engraxadas do Chile ou da Argentina, ou ainda pêras verdes, ou limas da África do Sul, entre outras, esses frutos não sabem a nada. Esses são os produtos da agricultura intensiva, da agricultura das multinacionais.</p> <p>Por todas estas razões devemos agir –agricultores e consumidores – enquanto é tempo, para que isso não aconteça (...)"</p>
2/9/94 Pág. 2	Política	RR	<i>Noudar à venda perante a indiferença dos organismos governamentais Câmara de Barrancos tenta salvar património</i>	<p>"O castelo de Noudar, em Barrancos, continua à venda pelo melhor preço. O governo parece não se importar com a transacção do monumento nacional, tendo todos os organismos dado parecer favorável ao negócio. Só a Câmara quer manter no domínio público 'aquele património barranquenho'. Custe o que custar.</p> <p>(...)</p> <p>Segundo António Tereno, presidente do Município, 'não podemos permitir que uma das referências mais importantes do património barranquenho passe para outras mãos privadas que venham a impedir a fruição da população e deitem por terra todos os projectos em desenvolvimento pela autarquia, há mais de uma década'.</p> <p>Naquele período de tempo, o Castelo foi alvo de diversas operações de restauro e recuperação suportadas pelo Estado e principalmente pela Câmara, pelo que 'não podemos aceitar passivamente que após tantos anos todos os nossos esforços financeiros sirvam para rentabilizar qualquer negócio.</p> <p>(...)</p> <p>Se o município for forçado a concretizar a aquisição de toda a propriedade, António Tereno adianta que 'é possível considerar aquele local para a instalação de um pólo da Universidade de Évora dedicado à investigação nas áreas da biofísica e do ambiente'.</p> <p>(...)</p> <p>O Castelo foi vendido em 1893 em hasta pública pelo Ministério da Fazenda pela quantia de trezentos mil e cem réis. (...)"</p>
2/9/94 Pág. 5	Política		<i>Beja cria associação de apoio ao desenvolvimento rural</i>	<p>"Por iniciativa do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento da Câmara Municipal de Beja, está a ser constituída uma associação de apoio ao desenvolvimento rural.</p> <p>A associação.</p>

				(...) Dado que a área de abrangência espacial da futura associação constitui uma região marcadamente rural, mas dispondo de centros urbanos importantes, a perspectiva de condução das acções de desenvolvimento deve evidenciar a necessária articulação do meio rural com os centros urbanos, para reforçar complementaridades e sinergias locais, por forma a potenciar novas dinâmicas de desenvolvimento. (...)"
2/9/94 última	Última		<i>Aterro para Resíduos tóxicos e perigosos Alentejo presenteado com mais dois locais</i>	"O Ministério do Ambiente e Recursos Naturais divulgou mais três possíveis locais à lista de lugares para receber os aterros previstos no sistema integrado de tratamento de resíduos industriais. E o concelho de Santiago do Cacém deixa de ser influenciado por tabela. Já tem uma indicação. (...). A escolha de Vale Madeiros (Santiago do Cacém) retirou capacidade de contestação aos autarcas do litoral alentejano, atendendo a que 'se serve para o nosso aterro, também reunirá, em princípio, condições para o outro e existe efectivamente a necessidade de tratar os resíduos industriais que produzimos, principalmente os de Sines, um dos aspectos por nós sempre considerado e integrado na política de desenvolvimento desta região'. Aquela zona inscreve-se na reserva agrícola nacional, com pouca expressão económica, devido ao povoamento disperso de montado e fraco aproveitamento pastorício. Acresce ainda que por perto não passa qualquer sistema de abastecimento de água à população, nem são conhecidos grandes inconvenientes ambientais ou quaisquer vestígios históricos. 'Vamos continuar a lutar contra o aterro e a incineradora, apontada para Sines, conjugando a acção com os nossos vizinhos', adianta o autarca, muito embora o local não apresente grande contestação técnica, ao nível ambiental e outros, pelas razões já referidas. (...)"
2/9/94 Supl. I	Suplemento		<i>Margem esquerda do Guadiana</i> <i>A Solução</i>	"A margem esquerda do Guadiana tem sido muito falada. Na comunicação social, na Assembleia da República, até nos discursos do primeiro ministro. Para tal, foi necessário que se agravasse a crise económica e social. Que crescesse o desemprego, que se alastrasse a pobreza, que trabalhadores se manifestassem pelo direito à dignidade, que os autarcas recusassem a falsa caridade. (...) E a crise, a quebra demográfica, o marasmo económico não constituem fatalidade: avance-se com Alqueva e com o Plano de Rega do Alentejo, construa-se Enxoé, crie-se um sistema de incentivos à produção agro-industrial, aposte-se na reconhecida capacidade de trabalho dos alentejanos, no seu indelével amor à terra – e estará aí a verdadeira solução para os problemas da região.
2/9/94 Supl. II	Suplemento	RR	<i>Desenvolvimento do concelho de Moura</i> <i>Estratégia passa</i>	"O desenvolvimento do concelho de Moura 'será suportado pelo impacto do Alqueva', projecto que o presidente da Câmara considera a pedra de toque estrutural. Manuel Mestre esclarece que o

			<p><i>por Alqueva</i></p>	<p>aproveitamento da barragem, com a aposta nas agro-indústrias, nos produtos de qualidade e no turismo são os principais vectores da estratégia municipal do concelho.</p> <p>(...)</p> <p>Para fundamentar esta hipótese, o autarca fala da criação de uma reserva estratégica de água, das possibilidades abertas para o turismo, agro-indústrias e os benefícios do regadio, tanto mais que, nesta última área, 'a irrigação da margem esquerda do Guadiana não está colocada de parte'.</p> <p>(...)</p> <p>Apoiada nas perspectivas abertas pela barragem de Alqueva, a Câmara procura apostar também nos 'produtos de qualidade produzidos no concelho, como o mel, melão, queijo e azeite, a par do artesanato'.</p> <p>(...)</p> <p>A Câmara quer ainda participar na gestão da (herdade) da Contenda, 'alterando a filosofia da sua exploração, sem chocar com o trabalho que o Instituto Florestal vem desenvolvendo na nossa propriedade, com o objectivo de desenvolver um Centro Ambiental, com informação sobre a área, permitindo ainda o turismo ligado aos passeios pedestres e à caça fotográfica'. (...). Alqueva é fundamental, mas temos que equacionar outras hipóteses', conclui o autarca".</p>
2/8/94 Supl. IV	Suplemento	Joana Gomes	<p><i>A luta pelo desenvolvimento em Mértola Património e Turismo</i></p>	<p>"O concelho de Mértola, com uma população envelhecida (de 30 mil habitantes na década de sessenta passou a cerca de 10 mil) é marcado pela dispersão dos 120 aglomerados populacionais, com a instalação do saneamento básico a andar devagarinho e a erosão dos solos como legado de um passado recente. Mas é pelas mãos dos seus antepassados que Mértola ganha experiência para traçar alternativas à desertificação humana e física. O trabalho desenvolvido desde há muitas anos pela autarquia, a equipa do Campo Arqueológico de Mértola e a Associação de Defesa do Património tem vindo a dar a conhecer o património arqueológico, arquitectónico e paisagístico na mira de com isso ganhar a atenção de quem passa pelo Alentejo profundo. (...) É num processo de construção, fazendo guerra e fazendo a paz, que Mértola escava a semente do progresso.</p> <p>Um dos pilares em que se inscreve a intenção de desenvolver o concelho assenta na promoção turística. 'O turismo tem permitido a criação de uma certa dinâmica local, essencialmente a nível do comércio. Podemos dizer que o turismo é vital para Mértola. Sendo um concelho empobrecido, é importante defender a actividade turística com muito interesse dado que se apresenta como uma alternativa', defende Paulo Neto, presidente da Câmara local.</p> <p>Os primeiros passos foram dados com a recuperação do património histórico e arqueológico da vila. A partir daí, tem vindo a ser desenvolvido um trabalho de divulgação, apresentadas ideias e projectos para o concelho. Alguns deles têm frutificado. A criação da Área de Paisagem Protegida é o exemplo de uma proposta à beira de concretizada. A criação de espaços de turismo rural e de turismo de habitação já fazem</p>

				<p>notar algum interesse em investir no concelho. A afluência dos visitantes tem vindo a aumentar nos diferentes circuitos turísticos, entre os quais se contam os passeios pelo Guadiana".</p> <p>(...)</p> <p>A par destes instrumentos, o município tem vindo a envidar esforços no sentido de incentivar e atrair investidores para o concelho. Mas, a procura é ainda esporádica. 'Não se tem notado muito interesse em investir aqui, embora nós estejamos dispostos a colaborar com o que for possível. Ao contrário do que se faz crer que são as autarquias que não oferecem condições, em Mértola nós damos todo o apoio e até temos instalados no concelho alguns dos maiores investidores do país. Basta dizer que Champalimaud tem aqui uma grande porção de terrenos, o mesmo se passa com Stanley Ho, Neto Valente, entre outros. Tirando este último, que está a construir um hotel Próximo de S. João dos Caldeiros, e a criar postos de trabalho, os outros não têm empenho em investir'."</p>
16/9/94 Pág. 3	Em foco		<i>Proclamação do Movimento de opinião Alentejo Alentejo pela regionalização e desenvolvimento</i>	<p>"O Alentejo envelhece e desertifica-se de forma progressiva. Um terço do território nacional e mais de meio milhão de portugueses são conduzidos para uma situação dramática e desumana em resultado de uma política que, marginalizando da sua definição e execução os mais directamente interessados (...) acentua as assimetrias, as desigualdades, conduz ao desinteresse e à desmotivação, não permite o aproveitamento racional dos recursos disponíveis nem a sua potencialização ao serviço de uma verdadeira política de desenvolvimento regional.</p> <p>Quarenta mil alentejanos foram obrigados a abandonar a sua terra nos últimos dez anos. Mais 15 mil segundo admitem as projecções oficiais, deverão seguir idêntico caminho até ao ano 2000.</p> <p>Cerca de 40 mil desempregados, onde pesam particularmente os jovens e as mulheres, colocam o Alentejo nos lugares cimeiros desta condenável realidade que põe em causa uma das decisões constitucionais fundamentais: o direito ao trabalho.</p> <p>O mundo rural alentejano vive uma crise sem paralelo nos últimos 20 anos. Agoniza a agricultura da região, enquanto o País importa mais de 70 por cento do que consome. As indústrias encerram as portas, os agricultores definham, os trabalhadores agrícolas emigram ou arrastam a sua situação de desempregados na longa espera por uma reforma insuficiente e longínqua. Situações de fome e extrema miséria ganharam lugar na 1ª página nos serviços noticiosos para vergonha do País e dos governantes.</p> <p>(...)</p> <p>Projectos estruturantes e inadiáveis continuam a marcar passo enquanto os milhões da Comunidade são utilizados segundo critérios definidos à revelia da vontade dos alentejanos e seus mais próximos e legítimos representantes. (...)"</p>
23/9/94 Pág. 2	Em foco	Joana Gomes	<i>Em Ervidel, no concelho de Aljustrel</i>	<p>"Um lavrador criou em Ervidel, ao longo dos anos, um autêntico museu agrícola. Hoje, com 80 anos, quer vendê-lo. A Câmara de Aljustrel está atenta e</p>

			<i>Museu à venda</i>	<p>pretende uma solução que defenda o património de Ervidel.</p> <p>Em Ervidel vende-se o museu agrícola de José Ramires Saraiva e com ele a história rural de gerações. Proprietário e lavrador, conhecedor da arte de semear e colher, experimentador das inovações, José Saraiva, com 80 anos de idade, tem vindo a organizar um museu com as peças da sua casa agrícola.</p> <p>Não tem herdeiros directos. Não quer deixar o seu museu ao deus-dará. Por outro lado, a ligação afectiva e emocional confronta-se com a necessidade de usufruir dos benefícios da venda, depois de reduzidos os benefícios provenientes da agricultura. O agricultor que também foi presidente da Junta de Freguesia durante 13 anos, exclui a hipótese de doação do material a esta: 'aqui toda a gente está ligada à agricultura. Conhecendo bem o que está exposto na minha casa, as pessoas daqui não lhe atribuem o devido valor, pelo que as peças poderiam começar a desaparecer aos poucos, sem que isso fosse motivo de preocupação'.</p> <p>(...)</p> <p>A mostra de peças agrícolas é acompanhada de fotografias, muitas delas bastante velhas, que revelam não só a ruralidade de um povo, como o esforço humano despendido nos trabalhos do campo. (...)"</p>
23/9/94 Pág. 3	Em foco		<i>Lixos tóxicos vão para Santiago do Cacém Governo impõe aterro no Litoral Alentejano</i>	"A ministra do Ambiente fez orelhas moucas aos protestos das gentes de Alcácer do Sal e de Santiago do Cacém contra a instalação naqueles dois concelhos alentejanos da unidade Sul do aterro de lixos tóxicos. Teresa Gouveia anunciou, no início desta semana a redução para quatro, de locais possíveis, brindando o Litoral Alentejano com uma lixeira: ou Vale Madeiros (Santiago) ou Barrancão I (Alcácer). A Norte, a coisa fica entre Míddes (Gondomar) e Vagos. Para as autarquias visadas ainda a procissão vai no adro e a luta promete apertadas.
30/9/94 Pág. 2	Em foco	Joana Gomes	<i>Embaixada em Lisboa denuncia situação na região e apresenta propostas O país só tem a ganhar com o desenvolvimento do Alentejo</i>	"Milhares de alentejanos atravessaram o Tejo e desfilaram pela Avenida da Liberdade, em Lisboa, como modo de dar a conhecer a sua determinação quanto à construção de um futuro melhor, onde os seus anseios caibam em pacotes de projectos realizáveis, que ponham em marcha um processo de desenvolvimento igual ao do resto do país. Das planícies fizeram ecoar, na cidade das sete colinas, o grito de alerta para travar a desertificação e o definhamento a que assistem, sem meios para lhe fazer frente. (...) <p>(João Rocha): 'Não nos move o interesse egoísta de uma região virada para o seu próprio umbigo. O Alentejo é a grande reserva nacional, onde não falta terra e espaço para receber gente, onde não faltam recursos para sustentar o seu desenvolvimento. Um corpo não está de saúde se um dos seus elementos estiver doente. Portugal não passará a barreira do próximo século como um país social e economicamente desenvolvido se o Alentejo</p>

				continuar uma região deprimida, envelhecida e desertificada. O país só tem a ganhar com o desenvolvimento do Alentejo'. (...)
30/9/94 Pág. 3	Em foco	JG	<i>As reivindicações dos alentejanos</i>	<p>"Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal do Alentejo e membro da comissão promotora do movimento "Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento", fez a radiografia da região. E logo a seguir divulgou as linhas mestras para a resolução dos problemas que afligem os alentejanos. A proposta, segundo adiantou, foi elaborada com o propósito de ser entregue aos órgãos de soberania e alertar a opinião pública nacional.</p> <p>Ao solicitar 'apoios centrais com carácter de urgência', Abílio Fernandes mostrou a dominância da agricultura. 'O Alentejo corresponde a 47,5 por cento da superfície agrícola utilizada no continente e contribui para o Produto Agrícola Bruto (PAB) com 16,8 por cento. A agricultura representa 27 por cento do Valor Acrescentado Bruto da região, enquanto no País o seu peso é de 4,6%. O Alentejo emprega no sector 22, 6 por cento da população, enquanto no Continente esta percentagem representa 10 por cento. Para além da importância directa da agricultura dependem desta actividade inúmeros sectores a montante e a jusante - empresas de factores de produção, de máquinas, oficinas e comércio (palhas cereais, gado)'. (...) bases de uma proposta para o desenvolvimento do Alentejo:</p> <p>1- Elaboração de um Plano Integrado de Desenvolvimento do Alentejo com forte peso da componente agrícola, que promova as diversas potencialidades e especificidades regionais.</p> <p>2- Definição de uma política de posse e uso da terra, tendo presente o Plano de Rega do Alentejo, que garanta o seu racional aproveitamento económico, sem deixar de ter presente, a sua função social, condição essencial para um clima de estabilidade e paz social.</p> <p>3- Definição de fileiras económicas de base regional, designadamente, as agro-alimentares (em regime de extensificação), horticultura de primores, culturas permanentes, decorrentes de uma nova realidade agrícola e outras como as extractivas, de montado, de floresta, de pequena escala com denominação de origem, turismo e terciário superior.</p> <p>4- Acelerar as obras de Alqueva e a implementação do Sistema de Rega do Alentejo, alargando a área de regadio à margem esquerda do Guadiana e Alentejo Central.</p> <p>5- Concessão urgente de linhas de financiamento bonificadas e incentivos ao investimento aos agentes económicos e sociais da região.</p> <p>6- Investimento especial em obras públicas (...) por forma a absorver mão-de-obra disponível, com destaque para a construção de barragens e respectivos sistemas de rega e abastecimento, rede viária e ferroviária.</p> <p>7- Conclusão de toda a rede de eixos que constituem</p>

				<p>as acessibilidades da região.</p> <p>8 - Reforço das verbas do PDR para o Alentejo (...).</p> <p>9 - Garantir formação profissional adequada a uma nova agricultura e agro-indústrias subjacentes, de modo a reconverter os trabalhadores desempregados. Instituir um rendimento mínimo de subsistência, garantindo o subsídio de desemprego a todos os que ficaram involuntariamente desempregados.</p> <p>10 - Reforçar as dotações financeiras do Poder Local, cujos valores se têm vindo a degradar e instituir as regiões administrativas constitucionalmente previstas' »</p>
23/9/94 Pág. 17	Cultura	Correia da Fonseca	<i>Alentejo e não só</i>	<p>:"Uma vasta região de Portugal vive em situação de angústia que em certos lugares chega a ser extrema. Milhares de cidadãos dessas áreas, cansados de serem injustiçados e de esperarem por um sinal de solidariedade concreta que não lhes chega, metem-se a caminho e vêm à capital, em ordem e serenidade, para reclamarem o que de há muito lhes era devido: atenção, providências, justiça.</p> <p>É, sem dúvida um acontecimento de importância nacional, e é óbvio que só por deliberada provocação um jornal como o 'Público' remete a notícia para a secção 'Local', ilustrada por uma única foto com um garraão em primeiro plano.</p> <p>Como nenhuma das estações televisivas é dirigida pelo senhor Vicente Jorge Silva (...), talvez pudesse esperar-se que a cobertura televisiva dos alentejanos em Lisboa fosse feita com extensão e dignidade adequados. Não foi. Na RTP 1 só se falou nisso lá para o fim do "Jornal de Sábado". Na SIC e na TVI o tratamento foi melhor, mas ainda assim insuficiente e omitindo os aspectos essenciais.</p> <p>Na verdade, a vinda da gigantesca 'embaixada' a Lisboa foi objecto de formas atenuadas, mas efectivas, de censura. Vale a pena lembrar que as censuras se abatem sempre sobre qualquer coisa que os censores temem. O episódio veio a provar que, apesar de tudo, o Alentejo, os alentejanos e a razão que lhes assiste ainda metem medo".</p>
23/9/94 Pág. última	Ultima		<i>Amara a Alqueva</i>	<p>"A Associação de Municípios Abrangidos pelo Regolfo de Alqueva (AMARA) foi formalmente constituída esta semana, integrando as Câmaras de Moura, Mourão e Reguengos de Monsaraz. (...)</p> <p>A AMARA tem 'como objectivo fundamental aproveitar os impactos positivos da construção da barragem de Alqueva, tudo fazendo para minorar os negativos', sintetizou Manuel Mestre, presidente da Câmara de Moura. (...)"</p>
7/10/94 Pág. 2	Em foco	Rafael Rodrigues	<i>Aterro de resíduos tóxicos no litoral alentejano A nova estória da Cinderela</i>	<p>"As reacções negativas à indicação de dois locais no Litoral Alentejano para a instalação do futuro aterro de resíduos tóxicos não se fizeram esperar. Populações e órgãos autárquicos rapidamente disseram que não. Alcácer e Santiago do Cacém são os concelhos que ainda constam da lista para receber o lixo dos outros.</p> <p>Os argumentos utilizados pelos órgãos autárquicos (...), são semelhantes e têm como pedra de toque o</p>

				<p>desenvolvimento económico, passado e futuro. O que está em causa é que a lixeira tóxica, para além dos problemas ambientais que poderá criar, coloca em questão a aposta no turismo de qualidade já reconhecida em planos municipais e governamentais. Por outro lado, a opção representa remeter para aquela região o odioso do modelo de desenvolvimento governamental, do qual foram colocados à margem.</p> <p>(...)</p> <p>Nesta questão parece rever-se a história de Cinderela, com a madrasta, no caso em apreço o Governo, a preteri-la sempre na repartição do bolo, leia-se a política nacional de desenvolvimento, e reservando-lhe para ela o lixo produzido pelas irmãs.</p> <p>(...)</p> <p>Rogério de Brito, presidente da Câmara de Alcácer, defende que a 'inclusão de Jungueis ou qualquer outro lugar no perímetro de Santa Susana na lista dos locais onde poderia ser instalado o aterro é totalmente desajustado do enquadramento turístico-ecológico para que esta região está vocacionada e é uma solução fácil e irresponsável, só justificável por razões meramente económicas relacionadas com o custo de transportes.</p> <p>Aquele autarca acusa o MARN de 'se esquecer que um aterro instalado nos locais propostos, para além dos óbvios perigos de contaminação de importantes aquíferos, arruinaria todas as perspectivas de desenvolvimento turístico do concelho' (...). Rogério de Brito acrescenta que Alcácer tem potencialidades incomparáveis que podem ser aproveitadas na procura de uma solução para os problemas económicos e sociais gerados por um sector agrícola em crise'.</p> <p>Santiago do Cacém viu nesta lista definitiva ser considerada a hipótese de instalação do aterro na herdade de Vale Madeiros, facto que motivou protestos em todos os concelhos, em especial nas freguesias próximas do local. As populações da freguesia de Abela, S. Domingos e outras, reunidas em plenário a 23 de Setembro, 'repudiam completamente a instalação desse aterro em Vale de Madeiros.</p> <p>(...)</p> <p>Os argumentos que baseiam a posição da população vão de encontro aos assumidos noutros concelhos e são, na prática, o esquecimento do governo quanto ao desenvolvimento económico da região, a sua inserção num concelho de 'elevada valia turística, ambiental, paisagística e agrícola', para além de já sofrerem os efeitos da poluição atmosférica gerada por Sines (...)"</p>
7/10/94 Pág. 4	Política	Rafael Rodrigues	<i>Caudais baixos em Moura A guerra da água</i>	"A exploração de um furo particular para fins agrícolas está a afectar todos os lençóis subterrâneos de água em Moura. As bicas públicas e a fonte de captação do abastecimento doméstico da cidade estão a sofrer baixas significativas. Até a fábrica da 'Água de Castello' está a sofrer as influências. (...)"
7/10/94	Sociedade		<i>Quercus denuncia</i>	"Em Beringel, foi recentemente destruída 'uma grande

Pág. 15			<i>Colónia de andorinhas destruída em Beringel</i>	<p>colónia de andorinhas-dos-beirais, espécie que se encontra protegida pelo disposto na Convenção de Berna relativa à protecção dos Habitats e Espécies Selvagens da Europa', denuncia a Quercus, Associação de Conservação da Natureza.</p> <p>O facto ocorreu no edifício da Casa do Povo de Beringel, provocando a morte de muitos juvenis, comprometendo a criação de uma terceira ninhada ainda este ano, antes de as aves emigrarem para África. As andorinhas são, segundo a Quercus, uma espécie com um papel importante no equilíbrio do ecossistema pois alimentam-se de grande número de insectos.</p> <p>'Compreendemos os argumentos usados contra estas aves a propósito da sujidade nos locais de nidificação. É necessário ter abertura de espírito para compreender que a manutenção do equilíbrio ecológico passa por alguns custos.' (...)"</p>
7/10/94 Pág. 17	Sociedade	Luís Rocha	<i>Governo promete milhões Região tem elevado potencial turístico</i>	"(...) A região produz vinhos de reconhecida qualidade e a perspectiva é criar condições para que os turistas, nacionais e estrangeiros, possam tomar contacto, não só com a cultura do vinho em si, mas com tudo o resto: o folclore, artesanato, gastronomia, o património construído (...)."
14/10/94 Pág. 5	Suplemento	Rafael Rodrigues	<i>Fernando Caeiros, presidente da Câmara de Castro Verde 'São necessárias alternativas à agricultura'</i>	<p>"A chegada da Somnincor alimentou fundadas expectativas que 'não se goraram, mas o projecto não constituiu a esperada bola de neve na atracção de novos investimentos, particularmente na indústria', esclarece Fernando Caeiros. O concelho 'possui condições excepcionais para o desenvolvimento nesta área', contabilizando a 'boa rede viária, a via ferroviária e óptimas instalações eléctricas, de saneamento básico e de abastecimento de águas públicas.</p> <p>O turismo, como em todo o Alentejo, apresenta-se a médio prazo, como um sector alternativo, muito embora o presidente da Câmara considere que 'não irá assumir um peso significativo no desenvolvimento concelhio'.</p> <p>A economia concelhia será sempre baseada na agricultura, 'a actividade por excelência de Castro Verde. E aqui levantam-se algumas dificuldades. Por força do PDM já ratificado, 'dois terços da área do concelho estão obrigados à prática da manutenção da actividade agrícola tradicional, que só é possível desenvolver com medidas de apoio governamentais', sublinha.</p> <p>Aquele documento salvaguardou assim uma área significativa, no âmbito do biótopo corine, porque o concelho é um dos principais locais do país de nidificação de aves estepárias, abetardas, sisões e barrigas negras protegidas pelas legislações nacionais e comunitárias.</p> <p>A preservação do equilíbrio ecológico necessário implica a manutenção da agricultura tradicional, com o cultivo de cereais em longas rotações e da pastorícia, actividades de fraco rendimento económico que levanta algumas reticências aos proprietários</p>

			<p>locais.</p> <p>A reflorestação, uma das possibilidades alternativa actualmente para os agricultores, está interdita, constituindo mais um factor de descontentamento.</p> <p>Em todo este processo, diz Fernando Cairos, 'falta o governo aprovar e pôr em marcha o Plano Zonal de forma a encaminhar as medidas de acompanhamento para os agricultores com actividade nesta área, como está previsto na legislação para casos deste tipo'. As medidas agro-ambientais já estão publicadas, mas 'o governo ainda não definiu, como é da sua responsabilidade, sobre o caso específico de Castro Verde'.</p> <p>(...)</p> <p>Na área do biótipo corine, a Liga para a Protecção da Natureza, uma associação ambientalista, conseguiu um apoio de 700 mil contos da Comunidade para a compra de várias propriedades. Esta zona estava sujeita às pressões das celulosos para a plantação de eucaliptos que a 'Câmara inviabilizou, dentro dos objectivos que queremos prosseguir e que está definido em PDM'.</p> <p>Por força ou não do aparecimento da Somnincor, o concelho conhece um desenvolvimento cultural e desportivo crescente, com o aparecimento de novos grupos e infra-estruturas. Nos últimos anos, já 'nasceram' em Castro Verde, modernos cine-teatro e ginnodesportivo municipais e outras obras nas freguesias rurais. (...)"</p>
21/10/94 Pág. 6	Editorial		<p><i>Não batam mais ...</i></p> <p>"Nos últimos dias tivemos a oportunidade de assistir a alguns programas televisivos que abordaram aspectos do interior do interior Norte do País. (...)</p> <p>Embora já fosse do nosso conhecimento, a desertificação galopante que os últimos anos agravou, sensibilizou-nos ouvir e ver os protagonistas e vítimas directas de uma política irracional que esqueceu o todo nacional e tem vindo a preterir, de modo sistemático, áreas e populações cujos direitos não podem ser alienados.</p> <p>(...)</p> <p>Aparecem, isso sim, projectos e programas que beneficiam minorias, sem reflexos sensíveis no progresso regional e local. Logicamente ninguém acredita que o turismo e o artesanato, ou a recuperação física de alguns povoados, resolvam o problema. São apenas paliativos que pretendem adormecer a revolta crescente de um estrato populacional que se sente marginalizado.</p> <p>Campos sem produzirem, indústrias a encerrarem, águas a desperdiçarem-se, trabalhadores sem trabalho, são 'rodas paradas duma engrenagem caduca' tal como, no dealbar dos anos quarenta, sintetizou Soeiro Pereira Gomes.</p> <p>O panorama do interior a Norte do Tejo que apresentamos não difere muito do que se passa a Sul, com a agravante de aqui o desemprego ser mais sentido. E a crise social é mais divulgada e contestada.</p> <p>A grande diferença é que aqui o inconformismo é maior. (...)"</p>

21/10/94 Pág. 9	Actual	PB	<i>Anta abaixo em Cuba</i>	<p>"O património arqueológico de concelho de Cuba está mais pobre. Na passada semana, os proprietários da herdade do Monte da Ribeira, a dois passos de Albergaria dos Fusos, na freguesia de Vila Ruiva, destruíram por completo um monumento sepulcral pré-histórico (Anta da Formiga) e uma villa romana. Tudo para plantar vinha, ironia, em terras da Sociedade Agro-Turística Ribeira de Ervideira. Duarte Leal da Costa, um dos proprietários da herdade, garantiu ao D.A que não tinha conhecimento de qualquer elemento arqueológico nas suas terras. Um desconhecimento bastante suspeito já que na freguesia a existência da Anta da Formiga era do domínio público. A estrutura pré-histórica, embora ainda não estivesse estudada, está referenciada na Monografia do Concelho de Cuba e no Arquivo de Beja de 1945, num texto de Luís Pina Manique. Susana Correia, arqueóloga do IPPAR suspeita que no mesmo local existiu uma villa romana e respectiva necrópole, já que 'numa rápida vista ' foram encontrados à superfície vários exemplos de telha romana, fragmentos de ânforas e ossos humanos. (...)</p> <p>A Câmara Municipal de Cuba também já foi informada do 'atentado'. Para José Manuel Filipe, vereador da cultura 'trata-se de um problema cultural, de visões limitadas que vêm na tradição da terra como elemento de poder'. Sem capacidade jurídica para intervir, o edil pretende actuar junto dos proprietários com o 'diálogo e boa vontade'. (...)</p> <p>Figueira Mestre (presidente da Associação de Defesa do Património da Região de Beja) sublinha que este não é um caso isolado e recorda a destruição levada a cabo por Rosado Fernandes na villa romana da Fonte dos Frades, perto de Beja. O que faz falta, acrescenta, 'não são medidas de repressão, mas sim de educação, pois ninguém ama aquilo que desconhece'.»</p>
21/10/94 Pág. 11	Actual	Luís Rocha	<i>Cereais no Alentejo: que futuro?</i>	<p>"A produção de cereais tem sido a chave de todo o sistema agrícola no Alentejo. Tem sido, porque, pelos vistos vai deixar de ser. Melhor dizendo, os produtores afirmam que os cereais na região são uma realidade e que é daqui que sai 90 por cento da produção do país. O governo contrapõe: pensar em termos de produção de cereais no futuro não passa de uma miragem. E avança com uma proposta de redução da área em 35 a 40 por cento. Como alternativas são apontadas as ajudas às forragens secas, 300 escudos por fardo; a produção de leguminosas, 31 contos por ha sementes certificadas e pecuária extensiva.</p> <p>Esta foi a base do debate que decorreu na passada sexta-feira no Évorahotel. Promovido pelo Correio Agrícola, uma publicação que esteve ligado ao Semanário Económico e que, há cerca de dois meses se tornou independente. O eng. Luís Capoulas, secretário de estado dos mercados agrícolas, presidiu ao encerramento.</p> <p>Fernando Albino (presidente da Associação Nacional dos Produtores de Proteaginosas, Oleaginosas e</p>

				<p>Cereais) resumiu a questão para o D.A nos termos que se seguem: 'os cereais no Alentejo são uma realidade, na medida em que cerca de 90 por cento dos cereais de pragana, nomeadamente o trigo e aveia, são aqui feitos e, portanto, é uma realidade que os cereais se fazem fundamentalmente no Alentejo. Eu acho que assim vai continuar a ser na medida em que não se vêm grandes alternativas à prática do cereal na maioria das nossas terras porque, mesmo que se venha a aumentar as áreas regadas, muitas dessas áreas continuarão a produzir cereal regado. E aí temos exemplos óptimos de produtividade por hectares nomeadamente dos trigos regados'.</p> <p>Na perspectiva de Fernando Albino, o futuro do Alentejo passa pelos agricultores e pela cultura cerealífera. E passa por uma classe agrícola e pela sua organização socio-profissional que é absolutamente indispensável para fazer ouvir a sua voz junto dos governantes (...).</p> <p>Passa também pela 'prática de cereais e pela prática de animais- ovinos e bovinos - em regime extensivo que são indispensáveis para a manutenção de todo este ecossistema porque, mais dia menos dia, teremos aqui um deserto que nós não queremos e passamos a ter as aldeias desertas e as vilas desertas e as cidades desertas e toda a gente a viver em Lisboa ou no Porto'. (...)</p> <p>Ao encerrar a sessão, Luís Capoulas mostrou-se absolutamente contrário a esta ideia de o futuro do Alentejo passar, entre outras coisas, pela manutenção dos cereais. E disse mesmo que em 1988 havia sido conseguido um cofinanciamento à agricultura 'exactamente para permitir à nossa cerealicultura um período de transição para que se reconvertisse onde tivesse que se reverter. Pensar que é possível, no quadro da União Europeia, numa política de preços comuns, perpetuar um sistema de diferenciação de preços, eu penso que é completamente irrealista, é estarmos a ir novamente atrás de miragens que não nos conduzirão a lugar nenhum'. »</p>
21/10/94 Pág.	Suplemento	Joana Gomes	<i>A agricultura e as minas</i>	<p>"(...) o chefe da Zona Agrária do Rocho e Campo Branco, José Duarte, refere que o concelho de Aljustrel vive uma certa estagnação em termos agrícolas, apesar de continuar bem posicionado: é o segundo mais rico, o melhor produtor de cereais e também o segundo no que diz respeito a investimentos para o sector.</p> <p>O concelho encontra-se assim em fase de viragem traduzida em alguns esforços para a retoma económica. As gentes de Aljustrel têm solicitado o apoio governamental para saírem da crise. (...)</p> <p>Com a transformação que a agricultura está a sofrer, os proprietários melhor informados vão acedendo a fundos comunitários . em nome da reconversão agrícola, largos milhares de contos têm sido aplicados ao abrigo dos regulamentos para investimentos em terras, máquinas, alfaias, electrificação, barragens, arranjo de caminhos, entre outros.</p> <p>'Hoje os agricultores têm que se preocupar mais com</p>

				<p>arranjo de caminhos, entre outros.</p> <p>'Hoje os agricultores têm que se preocupar mais com a evolução da situação agrícola e sucesso da sua exploração. Não podem deixar-se ficar como habitualmente numa posição passiva. O homem da terra precisa adoptar cada vez mais a posição de empresário agrícola, deve explorar o que dá mais rendimento e não tanto o que gosta', defende José Duarte, com certa paixão dado que 'para um agricultor, hoje em dia, o poético e bonito pode não significar melhor'</p> <p>(...) sugere a aposta na arborização e florestação em terras marginais, a intensificação da cultura do girassol de regadio e de sequeiro, bem como a intensificação da pecuária. (...)”</p>
28/10/94 Pág.2	Em foco	PB	<i>Reabilitação em Santo André Valente de Oliveira faz promessas</i>	"(...) Para o ministro do Planeamento, a 'Costa Alentejana é, seguramente, uma das zonas do país onde os valores paisagísticos são tão belos e raros que representam um bem público' e 'se todos aguentarmos as pressões delapidadoras dos que só vêem os ganhos de hoje, esta parte do país há-de permanecer como factor de desenvolvimento das populações'. (...)”.
28/10/94 Pág. 4	Política	RR	<i>Guerra de água em Moura</i>	"Afinal a exploração de um furo particular na cidade de Moura não tem qualquer influência na baixa dos caudais subterrâneos que abastecem a cidade. Esta garantia foi dada por Filipe Palma, responsável da Divisão do Alentejo litoral e Baixo Alentejo, da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais (...). A principal e única razão é a baixa pluviosidade na região nos últimos anos. (...)”.
28/10/94 Pág.	Suplemento	Rafael Rodrigues	<i>Lopes Guerreiro, presidente da Câmara de Alvito Os concelhos não são ilhas</i>	<p>"O futuro do concelho de Alvito passa pelo turismo e património, a par da agricultura e da indústria, em especial as agro-alimentares. Esta a ideia expressa por Lopes Ribeiro, presidente da Câmara, que encara o desenvolvimento concelhio enquadrado numa perspectiva regional e nacional. A grande meta 'é transformar Alvito numa referência cultural obrigatória'.</p> <p>As potencialidades patrimoniais, naturais e culturais do concelho de Alvito constituem a base do desenvolvimento, que passa pelo turismo, agricultura, indústria, em especial agro-alimentar e a recuperação das actividades tradicionais. Realçar todos estes aspectos não constitui, por si, uma novidade e Lopes Guerreiro reforça a ideia ao afirmar que o 'desenvolvimento concelhio está intrinsecamente ligado ao da região e do país, porque os concelhos não são ilhas'. Nesta ordem de ideias, a 'institucionalização da regionalização será o passo decisivo para equacionar, de forma harmoniosa e homogénea, o desenvolvimento do Alentejo'.</p> <p>Dentro daquele espírito considera 'fundamental a concretização (...) da Barragem de Alqueva e do Plano de Rega' (...)”</p>

4/11/94 Pág. 4	Política		<i>Litoral Alentejano contra lixos tóxicos</i> <i>Decisão sobre aterro só em 1995</i>	“(…) Recorde-se que os municípios do Litoral Alentejano têm baseado a sua oposição não só por contrariar os respectivos PDM, mas também por ir contra o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral (Protali), elaborado pelo governo, e que aponta para a região um objectivo de desenvolvimento sustentado baseado no turismo e na preservação do ambiente, incompatível com a instalação de um aterro de resíduos sólidos. (...)”.
4/11/94 Pág. 11	Actual		“ <i>Guerra da água</i> ” <i>em Moura continua</i> <i>Lixeira municipal polui lençóis subterrâneos?</i>	“A ‘guerra da água continua em Moura, pelo menos nas declarações. Depois da denuncia da Câmara e dos esclarecimentos do responsável da Divisão do Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, é agora a vez do proprietário do furo lançar mais achas na fogueira, advertindo que a lixeira municipal pode estar a poluir os lençóis freáticos. (...)”.
4/11/94 Pág. 12/13	Actual	RR	<i>Plano Zonal de Castro Verde já foi aprovado</i> <i>Baralhar e dar de novo</i>	“O Plano Zonal de Castro Verde é primeiro, de um pacote de sete a nível nacional, a arrancar este ano, enquadrado nas medidas agro-ambientais da reforma da Política Agrícola Comum. São 64 mil ha destinados a manter a agricultura tradicional para preservação das aves estepárias a troco de 2,4 milhões de contos para os próximos cinco anos. O projecto constitui um alento para os agricultores locais, baralhados com as diversas políticas comunitárias, mas não está isento de críticas. (...)”.
4/11/94 Pág. 12	Actual	Rafael Rodrigues	<i>Os novos latifundiários?</i>	“A defesa do meio ambiente está na moda e há dinheiro disponível para as acções neste campo, a nível nacional e comunitário (...). As associações ambientalistas têm espaço aberto para desenvolver as suas actividades no manutenção do equilíbrio ecológico, numa escala regional, nacional e até planetária. E ainda bem. A Liga para a Protecção da Natureza é um dos exemplos de associações de cidadãos que dedicam o seu tempo a actividades ligadas à defesa do meio ambiente. Esta associação já celebrou o contrato-promessa para aquisição de uma herdade, com mais de 300 ha, no concelho de Castro Verde, integrada no Plano Zonal, no qual a Câmara impediu uma plantação de eucaliptos. O objectivo primordial anunciado é a protecção do habitat da abetarda e de outras espécies estepárias em vias de extinção, para o que conta com o ‘empenho e apoio formal’ do Ministério do Ambiente. E da Agricultura. E também com a comunidade que disponibilizou mais 700 contos. A Liga quer alargar as aquisições na zona a mais duas propriedades, o que a transforma, possivelmente, no maior proprietário agrícola (?) de Campo Branco. Estaremos em presença dos latifundiários do século XXI?(...)”.
4/11/94 Pág. 13	Actual	Joana Gomes	<i>Áreas de paisagem protegida: Câmaras com ambiente</i>	“AS Câmaras municipais integradas em Áreas de Paisagem Protegida, entre as quais se encontra a autarquia de Odemira, reuniram-se para debater questões ligadas às vantagens e desvantagens de viver em áreas protegidas. ‘As preocupações expressas pelas Câmaras reflectem o descontentamento das populações para as quais surgem restrições ou condicionamentos de actividades sem sentirem compensações com as mais valias a elas dirigidas. A defesa ambiental sé Serpa possível e sustentada nas populações residentes e usufrutuárias se encontrarem nelas os seus primeiros e principais interessados’ – esta é uma das conclusões a que chegou o encontro. (...)”.
4/11/94 Pág.	Última		<i>Alvito debate futuro</i>	“Dezenas de milhares de pessoas visitaram a Feira dos Santos, em Alvito. Foi um das mais concorridas dos

Última				<p>últimos anos, tendo participado 300 feirantes.</p> <p>No quadro do programa cultural - que incluiu exposições, animação musical e provas desportivas- , a Câmara de Alvito e a Associação Terras Dentro promoveram (...) em Vila Nova da Baronia, um debate sobre o futuro do Alentejo. (...)</p> <p>Um cenário apresentado assenta na agricultura e nas indústrias agro-alimentares, e no turismo, desde que aproveite correctamente os recursos culturais e paisagísticos alvitenses (...)"</p>
11/11/94 Pág. 6	Editorial	AAR	<i>Mudança de Política</i>	<p>"Não chove no Alentejo, melhor dizendo, a pluviosidade registada até agora não nos conduz a grandes esperanças. As terras sequiosas , as albufeiras vazias, os abismos esgotados, não auguram futuro promissor.</p> <p>Dizer isto parecerá que é chover no molhado. Não é tanto assim. Até prova do contrário, esta região vive essencialmente da agricultura . A seca prolongada de cinco anos contribuiu para a crise geral que as gentes alentejanas estão a suportar. (...)"</p>
11/11/94 Pág. 12	Reportagem em	Joana Gomes	<i>Escolas vazias</i>	<p>"No coração do Alentejo profundo encontramos muito analfabetismo e crianças que abandonam cedo a escola. E os casos mais marcantes encontram-se na zona serrana com velhas escolas primárias, que a abranger um vasto leque de montes, contam apenas com escassos alunos filhos de pessoas que ainda não abalaram à procura de melhores condições. No concelho de Serpa, as escolas em meio rural, a precisar de obras de beneficiação, de material didáctico suficiente e adequado, de sistema de aquecimento no Inverno, de estores para o Verão, de água, entre muitas outras carências são berço para a iniciação lectiva de um, dois, três, quatro alunos. O funcionamento destas escolas é encarado como um travão contra a desertificação e o desemprego dos professores que assim também contam com novas experiências. (...)"</p>
18/11/94 Pág.3	Em foco		<i>Algo Vai mal no reino ... da agricultura</i>	<p>"A Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS) aproveitou a presença no ministro da Agricultura, na inauguração da Alentejo Alimentar, para lhe entregar um memorando sobre a actividade agrícola no Baixo Alentejo. A situação que se relata continua a não ser famosa.</p> <p>A Acos reforça a necessidade de reconversão da actividade agrícola, reservando 'as actividades mais intensivas', nomeadamente da cultura de cereais e de girassol' para os melhores solos, enquanto os de pior qualidade, a maioria da região, aponta-se para a redução da área dedicada às culturas arvenses com a sua substituição pela pecuária extensiva.</p> <p>Há condições para esta mudança, assegura a ACOs, desde que aplicado o 'Compromisso da Presidência' que estipulou uma quota adicional de 100 mil cabeças normais. Esta operação implica a concretização de prados e pastagens permanentes. 'É toda uma estrutura que é abandonada (investimentos na cerealicultura) e outra que é necessário montar, tendo como pano de fundo a completa descapitalização das empresas agrícolas' (...)"</p>
18/11/94 Pág. 12	Ambiente	Rafael Rodrigues	<i>As dúvidas dos ambientalistas</i>	<p>"José Paulo Martins, secretário nacional da Quercus e presidente do Núcleo Regional de Beja e Évora desta associação ambientalista, tem algumas dúvidas quanto ao projecto de Alqueva, que prefere analisar, primeiro, numa perspectiva económica. Alerta contra os efeitos do Plano Hidrológico Espanhol na redução dos caudais do Guadiana</p>

				e dos perigos para o ambiente daí derivados. Aquele responsável não tem nada contra a instalação de resíduos industriais num dos concelhos do litoral alentejano, longe da costa, e considera a incineração um mal menor. Uma perspectiva pautada pelo ambiente . (...)”.
25/11/94 Pág. 2	Em foco	Rafael Rodrigues	<i>A morte anunciada da agricultura portuguesa</i>	“(…) ‘os benefícios resultantes da reforma da PAC são o mesmo que nada, uma vez que, por exemplo, os preços dos cereais estão ao mesmo nível que há dez anos, enquanto na pecuária está congelada a atribuição de quotas’. Há um ‘compromisso da presidência que estipula uma quota adicional de 100 mil cabeças normais, impondo o abandono dos cereais, o que se torna um bom negócio para a comunidade, uma vez que o prémio aos animais é mais baixo que o das culturas arvenses e mesmo assim não está regulamentado. (...)”
25/11/94 Pág. 9	Actual	Joana Gomes	<i>Odefruta, Odeflor e Brejagro em dividas</i> <i>CGD pode adquirir empresas falidas de Roussel</i>	“Em Odemira, Thierry Roussel, proprietário da (...), deu o exemplo de como não se deve gerir uma exploração agrícola, culminando o seu projecto na falência e arrastando consigo boa parte da economia agrícola da zona. O projecto nascido em 1991 assumiu-se como modelo das explorações agrícolas, funcionando, ao nível da produção, com equipamentos de alta tecnologia e projectos devidamente elaborados. Cada produção era sempre antecedida dos respectivos estudos de produtividade, de preços e de escoamento no mercado. (...) Propositada ou não, a viabilidade pode estar na concretização de um projecto de turismo de luxo. Ou, de acordo com movimentações já encetadas, a aquisição da exploração pela Caixa Geral de Depósitos, principal credora. (...)”.
2/12/94 Pág.2	Em foco	Rafael Rodrigues	<i>Primeiro-ministro recebido com protestos populares contra a política governamental</i> <i>Cavaco quer mudar “a imagem do Alentejo”</i>	“(…) A jornada turística que Cavaco Silva realizou ao Alentejo foi, segundo as suas próprias palavras, ‘a afirmação de ideias novas, de futuro para a região’. Um futuro que passa pelo ‘desenvolvimento global e integrado que não poderá depender só da agricultura’. Para retratar este seu objectivo, o primeiro-ministro salientou que o ‘objectivo do governo é investir fortemente no turismo e qualidade em Portugal’, assumindo ‘prioridade neste projecto o Alentejo’. (...) Ao todo, em 1995, o Alentejo ficará com 16 pousadas, um investimento total estimado em 10 milhões de contos, ao que se ‘espera juntar cerca de sete milhões da iniciativa privada na criação de outras unidades de forma a criar um serviço global regional’, salientou o primeiro-ministro. Com todo este investimento, o governo pretende ‘criar uma nova imagem do Alentejo, tornando uma região com capacidade de atracção de investimento’. Para esta estratégia, ‘é necessário que os alentejanos criem uma imagem de tranquilidade e transmitam qualidade e segurança’, adiantou Cavaco Silva. (...)”.
2/12/94 Pág. 12	Actual		<i>Começa hoje em Lisboa simpósio europeu e II Congresso da CAN</i> <i>Agricultura e Ambiente em debate</i>	“A confederação Nacional da Agricultura (CNA) promove a partir de hoje, em Lisboa, até 4, um simpósio sobre “Agricultura e Meio Ambiente, para um Mundo Rural Vivo, na Europa das Regiões”.
9/12/94 Pág. 2	Em foco		<i>Assembleia do MARD no sábado, em Beja</i>	“O Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento acaba de editar um boletim em que são relatadas as iniciativas realizadas (...)”

			<i>Alentejo em Movimento</i>	<p>‘Lutar contra a desertificação e o desemprego, fazer valer os nossos direitos e as nossas potencialidades naturais, patrimoniais e humanas junto do poder central é o denominador comum deste amplo movimento’.</p> <p>(...)</p> <p>A regionalização, consagrada na Constituição da República e condição indispensável para que os alentejanos possam tomar o seu destino em mãos colaborando, obviamente, com os interesses nacionais, é um dos objectivos da Comissão Promotora do Movimento (...).”</p>
16/12/94 Pág. 3	Em foco	RR	<p><i>MARD faz o diagnóstico do Alentejo e apresenta propostas de desenvolvimento</i></p> <p><i>Uma região com futuro</i></p>	<p>“Sob o signo de ‘Alentejo uma região com futuro’, coube a Abílio Fernandes, presidente da Câmara de Évora, apresentar a proposta ‘inacabada’ do MARD que constitui uma base para o desenvolvimento do Alentejo. No documento traça-se um diagnóstico negativo da situação actual e aponta-se a regionalização como um instrumento importante e decisivo para o futuro, no qual pontifica a agricultura. Com uma nova estrutura de posse e uso da terra. (...)”.</p>
16/12/94 Pág. 7	Opinião	Silvino Bravo	<i>A caça deve ser de todos</i>	<p>“É de elementar justiça que exista uma indignação e uma revolta generalizada na maioria dos 300 mil caçadores, provocada pela desigualdade de política social desenvolvida pelo Ministério da Agricultura e outras entidades, agora também corporizadas corporizadas nos seus mentores que persistem na degradação e na retirada de direitos ancestrais aos caçadores do País. (...)”</p>
16/12/94 Pág. 15	Sociedade		<p><i>Alcácer do Sal</i></p> <p><i>Património e ambiente na estratégia de turismo</i></p>	<p>“O estudo para a definição de uma estratégia de turismo para a autarquia de Alcácer do Sal já está concluído. Com este estudo, a Câmara Municipal de Alcácer do Sal passa a dispor de um instrumento de planeamento que lhe permite direccionar da melhor forma as iniciativas de desenvolvimento do turismo no concelho.</p> <p>(...)</p> <p>Outra das conclusões do estudo é que Alcácer do Sal possui um vasto conjunto de pontos fortes no que diz respeito à sua posição concorrencial. A proximidade da área da grande Lisboa (...), proximidade complementada pela existência de boas infra-estruturas rodoviárias. Pontos fortes são também as paisagens rurais atraentes, extensas planícies cultivadas, proximidade de boas praias, recursos hídricos e naturais em abundância, as albufeiras de Vale do Gaio e do Pego do Altar e as condições climatéricas favoráveis. (...) também considerados pontos fortes são a existência de planos de ordenamento – Protali e PDM – que possibilitam um desenvolvimento turístico equilibrado, sem os riscos de um novo Algarve. (...)”.</p>
23/12/94 Pág. 4	Política		<i>Grândola com uma nova imagem</i>	<p>“Sob o título ‘Grândola tem nova imagem’, a Câmara daquele concelho acaba de lançar nove postais ilustrados, baseados em desenhos de Jorge Colombo que reúnem o essencial de uma visita que o artista realizou por aquelas bandas. (...)”.</p>
23/12/94 Pág. 4	Política		<i>Plano estratégico de Beja</i>	<p>“(...) Os especialistas do planeamento chegaram à conclusão que ‘as grandes metrópoles entraram em colapso’, abrindo oportunidade para que ‘se possa apostar na qualidade de vida, na democraticidade e nos canais de solidariedade das cidades de pequena e média dimensão’.(...)”</p>
30/12/94 Pág. 13	Actual		<i>Metade das empresas agrícolas são inviáveis</i>	<p>“O agricultor, para além de participar numa actividade produtiva tem outra função não menos importante: é responsável pela preservação dos solos, pela pureza das águas, pela verdura dos prados, em resumo, é a ele que se</p>

				<p>fica a dever a qualidade do ambiente que nos envolve. Se o agricultor tiver de se preocupar apenas com o que produz e tiver que viver apenas dessa actividade, pode não ter condições de sobreviver. E se nós, independentemente das coisas que vamos comprar ao supermercado, não quisermos ter o deserto em redor da nossa casa, da nossa aldeia ou da nossa vila, então nós temos que pagar para que isso não aconteça. Resulta daí que o agricultor terá que ser subsidiado sempre que a sua exploração corra o risco de ir à falência. Sobretudo, nas regiões mais deprimidas, a comunidade tem de pagar para que o agricultor não fuja daí.</p> <p>Esta foi uma das ideias desenvolvidas no colóquio sobre a agricultura e o desenvolvimento rural que o Partido Socialista realizou em Évora, no âmbito da preparação dos Estados Gerais. (...)”.</p>
--	--	--	--	---

Diário do Alentejo	Rubrica	Enunciador - Reportador	Título	Resumo
6/1/95 Pág. 5	Opinião	Jorge José Horta Revez (Ass. de Defesa do Património de Mértola)	<i>Um ambiente bom</i>	<p>“Do ponto de vista do ambiente e da conservação da natureza, 1994 não foi nem deixou de ser (...). Cá para baixo para o Sul o que parecia ser um ano esperançado revelou-se afinal vazio ... Alqueva, Enxoé, anunciados, continuam a passear-se nos corredores, a Área de Paisagem Protegida do Guadiana parece que anda mas não anda.</p> <p>Em 1995 era bom que estas e outras coisas se concretizassem. Era bom para o ambiente, era bom para a conservação da natureza ... era bom para as pessoas. E de caminho criavam-se postos de trabalho, rentabilizavam-se alguns dos tão propagados recursos endógenos e, quem sabe, dava-se outra utilidade a alguns fundos comunitários e talvez houvesse maior equidade de riqueza.</p> <p>O que por certo haveria era um contributo muito grande para que esta imensa gente do país pudesse continuar a lutar por um lugar mais próximo de outras regiões mais bafejadas pela sorte.</p> <p>O que por certo haveria também era uma achega para que os jovens, os homens e as mulheres destas paragens sentissem vontade e orgulho de continuar a viver e trabalhar nas terras que os viram nascer.</p> <p>O que sem dúvida haveria era um impulso decisivo para que o mundo rural (este, que está aqui ao pé de nós) pudesse acalentar a esperança de que estes melhores dias virão e que o seu papel será decisivo para o progresso e bem estar do país.</p> <p>Um exemplo apenas de como isso é possível. A criação da Área de Paisagem Protegida do Vale do Guadiana permitiria contribuir para a defesa e salvaguarda de valores patrimoniais da região, nomeadamente da fauna e flora, promovendo simultaneamente uma melhor gestão dos recursos naturais e culturais em articulação com parceiros locais e regionais. Por outro lado, disponibilizaria uma maior capacidade de resposta técnica aos problemas locais bem como usufruiu de financiamentos específicos para as áreas protegidas a aplicar em benefício da população local em geral, e dos sectores de actividade tradicionais em particular (nomeadamente a agricultura, a silvopastorícia e a caça).</p> <p>Seria, no fundo, mais uma peça no desenvolvimento equilibrado e sustentável da região”.</p>
6/1/95 Pág. última	Última página		<i>Grândola contra Protali</i>	<p>“A assembleia municipal de Grândola manifesta ‘a sua preocupação pelos entraves ao desenvolvimento do concelho que estão a ser colocados por via do Plano Regional de Ordenamento do Território Litoral Alentejano (Pratali)’.</p> <p>Na moção aprovada naquele órgão e enviada aos ministérios do Planeamento e Administração do Território, do Comércio e Turismo, do Ambiente e do Emprego e Segurança Social, reclama-se do governo ‘as alterações ao protali já há muito exigidas pelas câmaras do Litoral</p>

				<p>Alentejano’.</p> <p>O protali, segundo o documento, ‘vem impondo regras que dificilmente podem ser aceites por quem quer de facto investir e construir empreendimentos viáveis, chumbando processos já depois de terem beneficiado de aprovação por parte de várias entidades, nomeadamente da Câmara’.</p> <p>Aquele documento de ordenamento do território é também causador, segundo a Assembleia Municipal, do ‘atraso na aprovação do Plano Director Municipal que passado mais de cinco anos sobre o seu lançamento, continua por concluir por efeito do aparecimento do Protali’.</p> <p>‘Com a crise do sector agrícola e sem indústria, a economia do concelho tende a agravar-se cada vez mais’, sublinha a moção aprovada, na qual se expressa que ‘não deixa de ser curioso que ao mesmo tempo que se inviabilizam projectos turísticos se deixe arrastar e degradar a situação da única empresa turística concelhia, a Torralta, que continua, ainda assim, a ser uma das maiores do país’.</p>
13/1/95 Pág. 3	Em foco	RR	<p><i>‘Estados gerais para uma nova maioria’</i></p> <p><i>Guterres em Beja defendeu plano emergência para o Alentejo</i></p>	<p>“(....) O plano justifica-se segundo Guterres, porque ‘não há uma estratégia para o Baixo Alentejo que continua a depender da agricultura, vítima das políticas nacionais e comunitárias, para a qual é preciso encontrar uma solução, adaptando a Política Agrícola Comum às nossas necessidades.</p> <p>(...)</p> <p>‘A única vantagem da política dos últimos anos’ que o Alentejo recolheu foi ‘a manutenção das suas qualidades ambientais’, acompanhada de uma ‘desertificação humana’, o que lhe confere ‘elevados padrões de qualidade de vida’.</p> <p>A aposta de Guterres passa pelo ‘aproveitamento dos recursos endógenos da região, com o incremento de centros urbanos de média dimensão porque o mundo rural não pode estar só dependente da agricultura’. O turismo e as agro-indústrias surgem como verdadeiras alternativas.</p> <p>Sendo Lisboa ‘uma das zonas mais inóspitas da Europa, falar de desenvolvimento do Alentejo é contribuir para melhorar a vida na capital, sujeita à pressão da imigração, acentuada nos últimos dez anos, em que (...) aumentaram as desigualdades internas, particularmente no Baixo Alentejo e Trás-os-Montes, regiões com uma enorme desertificação humana, o que é uma tragédia’. Guterres diz que a ‘qualidade de vida nestas regiões é melhor, mas faltam as contrapartidas ao nível do emprego e da saúde’ (...).”</p>
13/1/95 Pág. 6	Política		<p><i>Castro Verde Plano Zonal de Campo Branco</i></p>	<p>“A associação de agricultores do Campo Branco divulga, no seu boletim informativo, dados úteis aos homens da terra, sobre o Plano Zonal das Planícies de Castro Verde.</p> <p>‘Promover efeitos positivos da agricultura na conservação da natureza, nomeadamente na manutenção e melhoria da qualitativa dos habitats da avifauna estepária. Contribuir para a melhoria sustentada do rendimento nas explorações agrícolas, através da promoção da sua adaptação às condicionantes actuais da produção e da compensação de eventuais perdas de rendimento decorrentes do objectivo anterior’ são as metas apontadas, tendo em conta os 64 mil ha abrangidos nos concelhos de Aljustrel, Beja, Castro Verde, Mértola, e Ourique.</p> <p>Com uma duração de cinco anos, o Plano Zonal oferece possibilidades de candidatura a fundos comunitários, desde</p>

				que os agricultores se comprometam a observar determinados compromissos (...)"
20/1/95 Pág. 2	Em foco	RR	<i>Eduardo Catroga, ministro das Finanças veio a Beja falar de Alqueva</i> <i>"O Alentejo é uma reserva de desenvolvimento para o futuro"</i>	<p>(...)</p> <p>Eduardo Catroga enumerou os 'factores estruturais que condicionam a economia alentejana', a saber, 'a sua centralidade na agricultura extensiva, a redução demográfica persistente, um rendimento per capita inferior (70%) à média nacional e a fraqueza e debilidade da iniciativa empresarial'" a juntar a tudo isto 'á a falta de água e a inadequação dos sistemas agrícolas à Política Agrícola Comum'.</p> <p>Como nem tudo é negativo, existem factores positivos, nomeadamente as produções tradicionais, os recursos mineiros, as águas minerais e o património. Neste quadro, a solução proposta por Eduardo Catroga passa 'por encontrar um melhor equilíbrio entre o sector primário e secundário, com a melhoria da agricultura ligada à agro-indústria, apontando também no turismo'.</p> <p>O Alentejo 'está na moda' alguém disse na mesa, e Eduardo Catroga aproveitou a deixa para frisar que 'vai estar ainda mais, constituindo uma reserva de desenvolvimento para o futuro'. Para o garantir, é preciso 'opormo-nos à massificação e standarização, com uma estratégia selectiva na industria a implementar para não degradar o ambiente'.</p> <p>(...)</p> <p>O retrato do futuro do Alentejo será a exploração das riquezas endógenas, continuando o 'sector primário a continuar fundamental, com a entrada em força do regadio para novas culturas, a par das tradicionais' (...)"</p>
20/1/95 Pág. 11	Actual	António Murteira (Deputado à AR por Beja)	<i>Alentejo 1995: a luta continua, a história não acabou</i>	<p>"(...). O conhecimento dos traços essenciais dos acontecimentos no Alentejo, nos períodos antes e depois do 25 de Abril, é indispensável, sobretudo para as novas gerações, para que, com base numa aproximação às realidades vividas e existentes, se perspective, com audácia, o presente e o futuro.</p> <p>Até porque esta história tem sido quase sempre contada ao contrário!</p> <p>Em primeiro lugar, porque assistimos hoje, de novo, à tentativa orquestrada para branquear o papel do latifúndio e dos latifundiários, enquanto classe, na história da agricultura alentejana e no Alentejo, e como suporte que foram da ditadura ao longo de meio século. (...)"</p>
27/1/95 Pág. 2	Em Foco		<i>Pela regionalização e desenvolvimento, MARD alertou o país</i> <i>Alentejo Fez-se ouvir</i>	<i>"O Alentejo fez ouvir a sua voz no passado dia 25. Numa iniciativa do Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento (MARD) denominada 'Alentejo alerta o País', houve, (...) um pouco por toda a região, acções destinadas a chamar a atenção de todos os alentejanos – e do poder central – para a situação que se vive, e exigir a regionalização e desenvolvimento. Lançamento de foguetes, distribuição de folhetos, toque de sinos e até um avião levando uma faixa com os dizeres 'Alentejo alerta o País' foram utilizados.</i>
27/1/95 Pág. 3	Editorial	AAR	<i>Ouçam-nos!</i>	<i>" Este 'Alerta' que o Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento (MARD) realizou na passada quarta feira (...) é sinal de que o Alentejo está vivo. Quer a todo o custo e com elevado espírito de justiça, a inversão das políticas que até agora lhe têm imposto.</i>

				<p>Quis demonstrar com esta acção que não aceita a marginalização a que o têm votado. Sabem os alentejanos que o futuro está nas suas mãos. Por isso irão intensificar as suas lutas. Conscientes de que sejam quais forem os cenários políticos que o futuro nos traga, chegou a hora de não mais aceitar que sejamos tratados como cidadãos de segunda mão.</p> <p>(...)</p> <p>O Alentejo quer dar muito ao país. Mas simultaneamente, quer que todo o país reconheça esta região como um factor de riqueza com primordial importância no desenvolvimento da totalidade nacional”.</p>
2/2/95 Pág. 4	Política		<i>Alvito Aposta na qualidade de vida</i>	<p>“A Câmara de Alvito aposta, segundo o plano de actividades para 1995, na melhoria da qualidade de vida do concelho, com ‘um montante substancialmente superior aos anos anteriores’, partindo da hipótese de que alguns projectos serão financiados por fundos comunitários. Dos pouco mais de 700 mil contos do orçamento municipal, mais de 70% vão para a rubrica de habitação e urbanismo, logo seguida da cultura, desporto e tempos livres. (...)”</p>
10/2/95 Pág. 5	Política	JG	<p><i>Reunião da CAP em Beja</i></p> <p><i>‘A doença da agricultura portuguesa deve-se à PAC e à política económica’</i></p>	<p>“A importância da informação e divulgação dos diversos mecanismos de apoio ao desenvolvimento da agricultura portuguesa e a necessidade das organizações de agricultores em assumirem responsabilidades que anteriormente eram desempenhadas pelo Estado’, foram algumas das questões colocadas na Cooperativa Agrícola de Beja numa concorrida reunião com agricultores, em que participou José Manuel Casqueiro, secretário-geral da CAP. (...)</p> <p>No caso concreto do Alentejo, referiu que a ‘agricultura da região não pode ser dissociada da conjuntura de seca e dificuldades climáticas’, mas sublinhou ainda que ‘a doença da agricultura portuguesa, incluindo a alentejana, é a resultante da reforma da PAC por um lado, e por outro, da política económica desastrosa e que tem por objectivo controlar a inflação mesmo à custa das estruturas produtivas do país. (...)</p> <p>Como proposta deixou a solução: ‘é necessário adoptar políticas nacionais de apoio ao sector agrícola que permitam reduzir as dívidas que os agricultores têm, muitas delas contraídas para dar resposta a situações de investimento e que hoje se traduzem em pesados encargos para os agricultores portugueses’ “.</p>
10/2/95 Pág. 12- 13	Actual	António José Brito	<i>Cortiçol de Castro Verde assume grande projecto cultural</i>	<p>“Em Castro Verde, há oito anos atrás, por causa do nascimento pirata de uma rádio, nasceu também uma cooperativa – a Cortiçol. Era a passagem de testemunho de Castra castrorum e o alargar de um projecto cultural que só 1994 veio cimentar. Hoje, a cooperativa sobrevoa actividades tão distintas como a arqueologia, o ambiente, o cante e a telefonia! São novos voos de vontade. Tudo em nome da cultura! (...)”</p>
17/2/95 Pág. 12	Actual	MB	<p><i>Debate com o País em Mértola</i></p> <p><i>Património é desenvolvimento</i></p>	<p>“Património e desenvolvimento. Foi este o tema do debate promovido pelo Partido Comunista Português, no âmbito do ciclo ‘Debates com o País – para uma nova política’ e que se realizou no salão da junta de freguesia em Mértola, na tarde do passado sábado (...).</p> <p>Introduziram o tema Jorge Araújo, reitor da Universidade de Évora, Cláudio Torres, director do Campo Arqueológico de Mértola, Paulo Neto, presidente da Câmara Municipal de Mértola, e Jorge Revez, presidente da Associação de</p>

				<p>Defesa do património do Mértola.</p> <p>Cláudio Torres referiu que 'embora a sobrevivência do interior não passe só pela rentabilização do património (...) hoje em dia, este assume um papel preponderante nesse processo, já que face às dificuldades com que a agricultura se debate, o património, nas suas diversas vertentes, é hoje em dia o recurso a explorar nessas regiões', tanto mais que 'até há pouco tempo a arqueologia era entendida como qualquer coisa que era necessário fazer, e hoje já se concluiu que ela pode representar um elemento de desenvolvimento das zonas deprimidas'.</p> <p>(...)</p> <p>Jorge Revez referiu que o património tem que ser desenvolvido, mas que o património deverá ser apenas uma das vertentes desse mesmo desenvolvimento de forma a que este se processe de forma equilibrada, sendo para tal necessária a participação e o empenho do cidadão, numa simbiose de responsabilidade e cumplicidade. Ainda para este interveniente parte mais sensível destas questões é sempre o património natural, já que diz respeito fundamentalmente respeito à terra, nomeadamente aos agricultores. A este propósito, um dos presentes manifestou a sua apreensão face à aparente dificuldade em gerir os interesses detentores da terra e a defesa dos interesses naturais, tendo-se concluído que ambos aos aspectos são conciliáveis, já que neste momento há uma receptividade e compreensão para a temática ambiental numa perspectiva de desenvolvimento, nomeadamente por parte dos agricultores.</p> <p>Por sua vez, Paulo Neto, Presidente da Câmara Municipal de Mértola, referiu que Mértola é talvez um dos melhores exemplos a nível nacional de que é possível defender o património nas suas mais diversas áreas, sem que isso constitua um obstáculo ao desenvolvimento (...).</p>
24/2/95 Pág. 5	Política		<p><i>Debate com o País em Alvito e Vila Nova da Baronia sobre a agricultura alentejana</i></p> <p><i>O Homem, a terra e a água</i></p>	<p>"O Homem, a terra e a água são os três vectores para as mudanças na agricultura alentejana apresentada por António Murteira, deputado do PCP, em duas sessões do 'Debate com o País', realizadas em Alvito e Vila Nova da Baronia, no sábado.</p> <p>(...)</p> <p>Para o Homem, em especial os pequenos agricultores e assalariados, o PCP defende a 'aposta da sua formação com a atribuição de novas pensões de reforma e um regime diferente de segurança social'.</p> <p>Na questão da terra não existem dúvidas e ela só será produtiva com 'uma reformulação do uso e posse', porque as 47 mil explorações agrícolas alentejanas representam '1 800 milhão de ha de exploração útil, com um milhão e quinhentos na posse de 500 proprietários' (...)"</p>
3/3/95 Pág. 4	Política	Rafael Rodrigues	<p><i>Dirigente da ACOS critica atraso de Alqueva</i></p> <p><i>'Sem agricultura não haverá Alentejo'</i></p>	<p>"A Rota dos Pastores, uma acção promocional da Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS) para a Ovibeja, percorreu este ano uma das zonas mais deprimidas do Alentejo, o concelho de Mértola, aliando a parte agrícola com a cultural.</p> <p>(...)</p> <p>O Alentejo, outrora 'o celeiro da nação' debate-se actualmente com graves problemas no seu tecido económico dependentes da saúde da agricultura, a que não é estranho os sucessivos períodos de seca e as políticas nacionais e comunitárias seguidas para o sector. Castro e</p>

				<p>Brito (Presidente da ACOS) reforça este aspecto, considerando que a 'reforma da Pac e as consequências da aplicação do GATT revelaram-se desastrosas para a economia do Alentejo, enquanto os golpes sofridos sucessivamente pela agricultura projectam-se negativamente em todos os outros sectores do tecido económico'. Reflexo desta situação 'é o crescimento do desemprego, o abandono dos campos, as falências das empresas agro-pecuárias e do comércio', enquanto 'a fraquíssima indústria não tem condições para sobreviver'. Castro e Brito Salienta que 'a alternativa passa agora pela agro-indústria, pelo turismo, pela floresta, com a exploração do campo na perspectiva do lazer, da protecção e da preservação ambiental'. O conjunto dos colóquios programados para a edição deste ano (da Ovibeja) reflectem estas preocupações, a par da reivindicação política da regionalização (...).</p> <p>'Se não houver agricultura não haverá Alentejo', diz Castro e Brito, realçando também a importância da água, onde aparece a 'barragem de Alqueva que teria o papel principal no desenvolvimento agrário da região' (...).</p>
10/3/95 Pág. 4	Política	RR	<p>"Debate com o País" sobre agricultura</p> <p><i>Alentejo contra a marginalização</i></p>	<p>" 'A situação da agricultura da agricultura no Alentejo não é irreversível, nem fatalmente trágica', esta é a convicção que saiu da sessão 'Debate com o País', realizado em Beja, organizado pelo PCP, sob o tema 'Alentejo que agricultura?'. Para isso, foi defendido, 'é necessário que uma nova estrutura do uso e posse da terra e outra reforma agrária'. E uma política que não marginalize a região. (...)</p> <p>Para Oliveira Baptista, 'o desenvolvimento do Alentejo passa pela dinâmica urbana, das localidades que concentraram a população à base da desertificação das aldeias e os campos, e por uma reformulação da actividade agrícola' (...)</p>
10/3/95 Pág. 22	Cultura	Luis Rocha	<p><i>Évora</i> <i>Animação turística</i> <i>marca encontro</i> <i>com a região</i></p>	<p>"Já não há dúvidas sobre isso: a animação turística funciona como factor de desenvolvimento da região. Daí o rol imenso de festas, feiras, romarias, festivais de gastronomia, exposições, passeios a pé e a cavalo ou em balão que marca o calendário para o ano em curso. A listagem completa vem no dossier distribuído pela Região do Turismo de Évora. (...)"</p>
17/3/95 Pág. 2	Em foco	Raul Oliveira	<p><i>Litoral Alentejano</i> <i>contra incineradora</i></p>	<p>"(...)</p> <p>No plenário realizado em Sines, todos os presidentes das autarquias do Litoral Alentejano, nos seus discursos, afinaram pelo mesmo diapasão, 'de que o desenvolvimento da nossa região passa sim pelo aproveitamento das suas indesmentíveis potencialidades turísticas, e nunca por aterros ou incineradoras de resíduos tóxicos e perigosos'.</p>
17/3/95 Pág. 11	Actual	Rafael Rodrigues	<p><i>12ª edição da Ovibeja</i> <i>abre amanhã, sábado</i></p> <p><i>O Alentejo num</i> <i>pedaço de desejo</i></p>	<p>" A atravessar uma profunda crise social e económica no limiar do século XXI, o Alentejo volta a reviver mais uma edição da Ovibeja, considerada a montra da região. Afirmando-se como um quase paradoxo da realidade, o certame é o espaço privilegiado de debate dos problemas e alternativas de desenvolvimento, com uma vasta troca de conhecimentos e de actualização científica e técnica. É também uma 'janela aberta' para a alma dos alentejanos habituados a contrariar o destino que lhes é imposto. E local de reivindicação a que o poder político foi obrigado a dar apoio e a olhar com atenção. O Alentejo ainda passa por aqui.</p>

				<p>A afirmação pela positiva da realidade alentejana, em especial a do sector agrícola, tem sido o grande trunfo do sucesso da Ovibeja. (...)</p> <p>O futuro da agricultura alentejana passa pela reflorestação, a pecuária em extensivo nos solos mais fracos, a grande maioria da região, situação acentuada pela profunda erosão recente, e a continuação da cultura de cereais nos de maior aptidão, a par de uma nova política que dê rosto a quem quer continuar a viver e trabalhar numa região que desde os anos 6, sofre de uma constante hemorragia humana. A par disso, a agro-indústria e projectos estruturantes do desenvolvimento regional surgem como cores para pintar um cenário mais risonho e colorido. É da união destes retalhos que a Ovibeja faz a sua vida que, durante uma semana, de 18 a 25, anima esta vasta planície, onde o desejo e a esperança são a última coisa a morrer. E é das pequenas coisas de que se alimenta o futuro”.</p>
17/3/95 Pág. 12	Actual	Rafael Rodrigues	<i>Uso e posse da terra Discussão não é de hoje</i>	<p>“Um novo sistema de uso e posse da terra para o Alentejo foi introduzido no ordem do dia como factor indispensável para o desenvolvimento na agricultura, ainda mais quando se anuncia a construção da barragem de Alqueva e do Plano de Rega subsequente, um elevado investimento público e que não pode , argumentam os seus defensores, beneficie só parte da sociedade alentejana. A proposta, por parte de um partido político, o PCP, e de responsáveis da Igreja Católica, em particular o Bispo de Beja, não pretende restaurar o processo revolucionário da Reforma Agrária pós 25 de Abril (cuja verdadeira história está ainda por fazer), mas concretizar um modelo adaptado à actualidade que coloque a produzir as terras incultas. Esta situação deriva mais da política comunitária , subservientemente aceite pelo governo português do que da vontade dos proprietários alentejanos, obrigados a aceitar indemnizações por perdas de produção, que dizem não fazer sentido. A manter-se este sistema, os impactos na economia alentejana serão, em cada diz que passa, desastrosos, e conduzirão ao aumento da desertificação humana e ambiental, porque a política de subsídios não abrange os trabalhadores no desemprego. (...).”</p>
24/3/95 Pág. 3	Editorial	AAR	<i>Outro galo cantaria</i>	<p>“Mesmo sem sair das instalações onde funciona a redacção do jornal apercebemo-nos das múltiplas actividades que no Alentejo estão a acontecer.</p> <p>São os faxes, os telefonemas, as cartas, os comunicados, e os mil e um documentos que, dia a dia, aqui desembocam. Tudo isto é um sintoma de vida, contrariando o que malevolamente é dito acerca da região.</p> <p>(...)</p> <p>É a Ovibeja, certame que já ganhou foros de importância nacional e até extra-fronteiras.</p> <p>É o MARD (Movimento do Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento) que está a sensibilizar, há quase um ano, as entidades socioeconómicas e culturais para a tomada de posições em defesa de uma nova política que altere a situação que aqui se vive (...).</p> <p>É o trabalho preparatório do VII Congresso Sobre o Alentejo, marcado para meados de Maio (...).</p> <p>É também a elogiável acção das associações que desenvolvem os programas LEADER no sentido de aproveitar as potencialidades locais para um desenvolvimento correcto da ocupação das pessoas e sua</p>

				<p>fixação às terras onde gostam e querem viver. O movimento sindical continua a bater-se para, em conjunto com os parceiros naturais, resolver os candentes problemas que afectam o mundo rural. Não cessam as acções de movimentos de vária ordem (empresários, ambientalistas, reformados, mulheres, agricultores, deficientes, médicos ...) na tentativa de apontar caminhos certos para o desenvolvimento harmonioso a que todos aspiramos. (...)</p> <p>Tudo isto revela que o Alentejo sabe e quer trabalhar. Se os normais apoios a que temos direito, através da comunidade nacional e europeia, tivessem surgido a tempo, 'outro galo cantaria'. (...)"</p>
7/4/95 Pág. 2	Em foco		<i>Novas promessas contra a seca</i>	<p>"Os ministros do Ambiente e da Agricultura vão anunciar em breve mais um conjunto de medidas para fazer face aos problemas decorrentes da seca que se faz sentir no Alentejo, a juntar às que já estão em prática, nomeadamente no apoio à beberagem de animais e na captação de água pelos municípios", afirmou Pedro Serra, presidente do Instituto Nacional da Água (INAG) (...). Para Pedro Serra, 'a solução do abastecimento ao público passa pela construção das barragens de Alqueva, Enxoe, em Serpa, e da Gema e Água Branca, em Odemira, assumindo o Guadiana o factor de suporte de toda a rede. (...)"</p>
7/4/95 Pág. 10-11	Reportagem	Luis Rocha	<p><i>Encontro de Jovens pela Regionalização e desenvolvimento</i></p> <p><i>'Queremos o Alentejo desenvolvido e não uma esplanada da Europa'</i></p>	<p>"Vieram de todo o Alentejo e o ponto de encontro foi o NERE, em Évora. Eram cerca de dois mil. Chegaram, ouviram música, passearam pela cidade, confraternizaram e reclamaram o desenvolvimento da região onde nasceram e onde querem continuar a viver. Foi o encontro de jovens promovido pelo Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento, na tarde de sábado. (...)</p> <p>Uns com um discurso mais trabalhado, outros falando de improviso, todos foram unânimes em afirmar que não querem ver o Alentejo transformado numa reserva de caça, com as povoações a assemelharem-se a 'raros pontos brancos na paisagem habitada por meia dúzia de velhos que esperam o pôr-do-sol no banco da jardim'. (...)</p> <p>João Rocha, presidente da Câmara Municipal de Serpa e do Conselho Regional da CCRA, (...) sublinhou que 'nos últimos anos, o Alentejo envelheceu, mais de 40 mil alentejanos abandonaram a sua terra, 25 mil activos estão sem receber o subsídio de desemprego, o mundo rural agoniza, o sector mineiro está em crise, as condições de ensino degradam-se (...). Neste contexto, qual o futuro dos jovens? A emigração? A fuga para as cidades? 'Pensamos, prosseguiu o autarca, que tal como nós, os jovens recusam esta solução e, orgulhosos da sua identidade e de um património ímpar que caracteriza todo o Alentejo, estão certamente decididos a tomar nas suas mãos o seu destino e a reivindicar junto das entidades competentes os meios os projectos, os investimentos que impeçam o Alentejo de ser transformado numa esplanada da Europa'. (...)"</p>
7/4/95 Pág. última	Última página		<i>'Protali é inconstitucional'</i>	<p>"O Protali é um documento aberrante. Além de ilegal, é inconstitucional. Ainda por cima, as versões que foram negociadas foram umas e a que foi publicada é outra', estas</p>

				<p>declarações foram feitas por Cláudio Percheiro, presidente da Câmara de Odemira, à Rádio Voz da Planície, a propósito do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral (Protali).</p> <p>Explicando a ilegalidade do plano, o autarca disse que ele contraria legislação anterior que não perdeu vigência. 'Mas, pior ainda, é inconstitucional, porque retira às autarquias competências que lhes foram dadas pela Assembleia da República', acrescentou.</p> <p>O autarca também falou longamente da revolta que invade as populações do seu concelho ao surgir-lhes a perspectiva de passarem 15 dias sem água, a partir do mês corrente. Essa hipótese é inelutável, segundo Cláudio Percheiro, se a Associação de Regantes do Mira decidir mesmo regar durante os meses de Abril e Maio. (...)".</p>
14/4/95 Pág. 9	Reportagem	Joana Gomes	<p><i>Entre Serpa e Mértola, Vale do Poço, onde todos sabem dançar</i></p> <p><i>Uma aldeia em dois concelhos</i></p>	<p>"Vale do Poço, outrora terra de muita água e de fartas searas, é uma localidade onde moram cerca de 100 pessoas. (...) Hoje em dia, Vale do Poço reduz-se àqueles que resistiram ao sentimento de fuga. E, no intuito de evitar a saída de mais pessoas, Ludovina Palma, ligada por casamento aos donos da moagem, dá, em memória do seu marido, pedaços de terra para quem a queira semear e engordar, numa pocilga, o porco para consumo da casa.</p> <p>Em tardes quentes e abafadas, o vento suão segreda às gentes de Vale do Poço horas de solidão e desventura, onde a terra ressequida desnudada ao sol germina mantos de vegetação silvestre e transmite ao homem a coragem e a sensibilidade de quem tem por limites a imensidão da própria vida. No combate às adversidades, as gentes labutam corajosamente na construção de uma vida melhor. Enquanto os homens se ocupam das lides do campo e da pastorícia, as mulheres tecem com as mãos hábeis castelos de sonho rendilhados com linha branca para enfeitar a casa sempre aberta ao visitante. E também trabalham no campo. E dizem da vida de ontem e de hoje. (...)".</p>
14/4/95 Pág. 12	Actual	Rafael Rodrigues	<p><i>Desemprego agita Alentejo</i></p> <p><i>Não há PÃO que chegue</i></p>	<p>"A próxima semana no Alentejo será muito quente porque, a juntar-se à temperatura meteorológica, estão programadas iniciativas de desempregados, pedidos de audiência e uma reunião extraordinária da Assembleia Distrital para debater este tema e a seca. (...) O tão propalado mundo rural e a panaceia do turismo são meras hipóteses para entreter o pagode, desde que descontextualizadas numa estrutura base que evite a desertificação humana e ambiental. (...)".</p>
21/4/95 Pág. 2	Em foco	Rafael Rodrigues	<p><i>Assembleia Distrital de Beja exige declaração de 'calamidade pública'</i></p>	<p>(...) O documento da Assembleia sublinha que 'nos esforços a fazer quanto à captação e distribuição de água deve ser dada prioridade ao consumo público, salvaguardando-se no entanto os interesses dos agricultores e criadores de gado prejudicados, com compensações justas e entregues a tempo'. O apoio à agricultura levantou alguns comentários, porque, como disse Manuel António, presidente da Junta de Freguesia de Entradas, 'alguns aproveitam-se dos subsídios, enquanto os que precisam de apoio são aqueles que só têm os braços para trabalhar'. (...)".</p>
21/4/95 Pág. 2	Em foco		<p><i>Autarquias e agricultores acusam</i></p> <p><i>Governo atrasado na resposta à crise</i></p>	<p>(...) O Ministério do Ambiente, em colaboração com o Ministério da Agricultura, irá fixar o limite de uso da água de rega, embora tentando minorar os efeitos para a agricultura', ao mesmo tempo que serão tomadas medidas para evitar a poluição das reservas existentes, com 'o</p>

				desvio de efluentes e retirada de peixes que poderão por em causa a qualidade da água (...)"
21/4/95 Pág. 3	Em foco	Rafael Rodrigues	<i>Ministro da Agricultura 'sensibilizado' com o que viu no Alentejo</i> <i>'A situação na região é de catástrofe natural'</i>	"O ministro da Agricultura veio esta semana ao Alentejo conhecer a dimensão da seca e anunciar um conjunto de medidas financeiras para minimizar os problemas da agricultura na região que implica a antecipação do pagamento de prémios e ajudas e a reestruturação das dívidas de curto prazo. (...)"
21/4/95 Pág. 3	Em foco		<i>A pior seca das últimas décadas</i>	"O Alentejo regista, em 1995, as mais baixas precipitações dos últimos 63 anos o que, a juntar-se a quatro anos sucessivos de período de seca, tem uma influência decisiva nos recursos disponíveis. As capacidades das albufeiras estão em níveis próximos dos não utilizáveis, colocando graves problemas ao abastecimento público e a quase inexistência de regadio. Os rios poderão deixar de correr e já começaram a aparecer peixes mortos. E a procissão ainda vai no adro. (...)"
21/4/95 Pág. 5	Política	Luís Rocha	<i>Agricultores reclamam medidas</i>	"Depois de todos estes meses sem chover, a terra estiola, os prados secam, as searas não se desenvolvem, há sítios onde já não nem há água para os animais beberem. Quase à beira do desespero, os agricultores reúnem-se para discutir a situação que é quase de calamidade e reclamam apoio do governo. (...)"
21/4/95 Pág. 5	Política	Domingos Madruga	<i>Está quase tudo perdido</i>	"A situação é de verdadeira catástrofe no Alentejo. Quase não chove e alguma trovoadas que por aqui passe é uma gota de água no deserto. O Guadiana está seco, as searas há muito que estão amarelas e não chegaram a encher o grão, agora só servem para dar de comer ao gado, e aldeias há onde as torneiras não deitam pinga já lá vão três semanas. (...) Como se a seca não bastasse para preocupar aquelas gentes, com ela veio também o aumento do desemprego, porque se não há água suficiente, os solos não produzem e como tal não há trabalho para muitos daqueles que fazem da agricultura o seu modo de vida. (...)"
28/4/95 Pág. 5	Política	RR	<i>Desempregados de Baleizão já conseguiram resultados com a sua luta</i> <i>Trabalhadores em marcha pelo emprego</i>	"Bandeiras pretas e vermelhas e cartazes acompanharam os cerca de 150 desempregados que a semana passada empreenderam uma marcha a pé de Baleizão a Beja. Foi uma luta pelo emprego e por uma nova política agrícola que ponha os campos a produzir, retirando-os do abandono. (...). Durante a iniciativa foi possível recolher vários relatos de pessoas que já não trabalham regularmente há vários anos que afirmam 'já não ter vergonha de pedir' e recordam 'os tempos da reforma agrária, em que toda a gente estava ocupada e os campos produziam, como nunca se viu no Alentejo'. No manifesto aprovado numa concentração junto ao Governo Civil de Beja, a que se juntaram mais de uma centena de pessoas solidárias, recorda-se 'os tempos gloriosos da reforma agrária' e a 'destruição que foi alvo com a reconstituição do latifúndio', factos apontados como a razão para a situação que se vive nos campos do Alentejo, 'a par da desastrosa política dos sucessivos governos que se submetem aos desígnios da Comunidade', como salientou Manuel Pombinho. (...)"

				<p>João Paulo (CGTP-IN) defendeu 'uma nova estrutura de uso e posse da terra, para garantir a produção, com programas de emergência para a agricultura e aproveitamento dos recursos endógenos da região, onde destaco as minas de Aljustrel'.</p> <p>A jornada de luta terminou, mas no ar ficou a convicção de outras iniciativas, caso não exista uma resposta adequada aos problemas com que se debate a região. Passados 42 anos após a morte de Catarina Eufémia, a heroína de Baleizão que pereceu às balas da GNR na reivindicação de melhores salários para os assalariados alentejanos, a população volta a ganhar força para sair à rua protestar. Os tempos são outros, mas os problemas semelhantes."</p>
28/4/95 Pág. 7	Opinião	Francisco de Sousa Borges	<i>O ambiente em Portugal</i>	<p>"Em Portugal, recentemente incluído na lista dos países industrializados, reflecte-se também o problema da degradação do meio ambiente e do combate ecológico por um salutar grau de qualidade de vida. Em menor escala, convenhamos, comparado com as nações mais industrializadas, quase todas do chamado mundo ocidental. No nosso país, tanto o ar, como a água e os solos apresentam-se poluídos, principalmente nas zonas de maior densidade urbana e concentração de complexos industriais. As fábricas são responsáveis, assim como as unidades hospitalares e os veículos motorizados entre outros, pela emissão de gases tóxicos altamente poluentes do ar e, através das chuvas ácidas (serra do Algarve e serra da Arrábida), igualmente do solo e da vegetação. A água (rios, estuários e rias) apresenta maior nível de poluição no litoral e norte do Tejo, onde se concentram em maior grau a fixação humana e as actividades industriais. (...).</p> <p>O solo tem-se resentido de um sobreaproveitamento dos que são escassos em termos da aptidão agrícola e de um desajustamento muito grande entre a capacidade do solo e o seu uso efectivo. A utilização de pesticidas e herbicidas, adubos e fertilizantes, a ocupação dos solos de melhor capacidade de uso agrícola para fins urbanísticos (Setúbal, Almada, Oeiras, etc.) e a plantação indiscriminada de espécies como o eucalipto, assim como os resíduos urbanos ou provenientes das diversas indústrias mais degradam a qualidade dos solos e aproximam os mesmos de um perigoso limite tendente à irreversibilidade da sua recuperação.</p> <p>A dependência energética, o deficiente ordenamento do território, o ruído, mais prejudicam a qualidade de vida do povo português, levando a tomar medidas no que toca ao aproveitamento e desenvolvimento das enormes potencialidades das energias alternativas, passando também por uma melhor defesa dos ecossistemas (nas áreas protegidas e não só) e, fundamentalmente, por uma maior educação da população em relação aos problemas ecológicos e de defesa do meio ambiente, pressionando as entidades e industriais para uma resposta mais eficaz e qualitativa face às exigências ambientais".</p>
28/4/95 pág. 11	Entrevista	Domingos Madruga	<p><i>Cláudio Percheiro, presidente da Câmara Municipal de Odemira</i></p> <p><i>'O Protali é ilegal e</i></p>	<p>"Cláudio Percheiro está à frente dos destinos do maior município de Portugal, o de Odemira. É um autarca que está ainda a arrumar a casa (...). O presidente da Câmara de Odemira considera o Protali uma aberração e por isso reclama a sua inconstitucionalidade. (...)</p>

			<i>aberrante</i>	'Enferma de irregularidades graves porque retira uma prática secular das gerações, já que não permite que se faça uma herança e além disso retira as competências que foram atribuídas pela AR ao poder local'.
5/5/95 Pág. 11	Entrevista	Domingos Madruga	<i>António Tereno, presidente da Câmara Municipal de Barrancos revela:</i> <i>'A água do rio Múrtega está a ser desviada para Espanha'</i>	"Barrancos ainda não tem graves problemas de abastecimento de água, mas se os espanhóis continuarem a desviar água do rio Múrtega a situação vai piorar. Manuel Tereno, o presidente da Câmara Municipal barranquenha, diz que tem sido difícil gerir o concelho com tantos problemas (...). Mas apesar de tudo há projectos de desenvolvimento e a Câmara de Barrancos aposta na transformação de carnes, na exploração de rochas ornamentais e no turismo ligado ao património cultural. (...) 'Continuo a afirmar que Barrancos tem que se virar essencialmente para estas vertentes: a exploração das rochas ornamentais, o sector das carnes e o sector turístico. Como ? aproveitando a dinamização que pretendemos fazer no Vale de Múrtega, do próprio castelo de Noudar e também através da criação da Área de Paisagem Protegida de Barrancos, uma área que está no pensamento do governo, uma área que vai estender-se até ao concelho de Mourão. (...) Quando a Área Protegida do concelho de Barrancos for realidade, vai viabilizar uma série de coisas e vai permitir ainda o afluxo de dinheiros comunitários para recuperar toda a série de montado, raças autóctones, enfim tudo o que haja no concelho'. 'Temos uma associação de jovens impecável que está a fazer uma série de coisas fantásticas e estão a receber todo o apoio da Câmara. Temos um centro cultural óptimo e temos um centro de artesanato da mesma maneira. O que é preciso é dinamizar a juventude para que não se perca nos caminhos como os da droga'. (...)".
12/5/95 Pág. 2	Em foco		<i>Comerciantes e agricultores protestam</i> <i>Maldita Seca</i>	"A seca e as debilidades da economia do distrito e Beja estão a reflectir-se no comércio regional que se vê impotente para ultrapassar a situação, pedindo a intervenção do governo. A Associação Comercial junta-se às autarquias pedindo a declaração de calamidade pública. (...)".
12/5/95 Pág. 5	Desenvolvimento	Falas de Luís Capoulas, secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar	<i>Dois milhões e meio de contos até 1999</i> <i>Leader II credencia gestores</i>	" O programa Leader II vai ter três entidades locais gestoras, Esdime, Terras Dentro e Rota do Guadiana, na área do distrito de Beja, mais os quatro concelhos alentejanos do distrito de Setúbal. (...) . O secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar presidiu à cerimónia de credenciação das associações. (...) Luís Capoulas sublinhou que 'esta é uma forma de desenvolver o mundo rural, criando postos de trabalho e salvaguardando o nosso património, apostando na qualidade, e contribuindo para evitar a desertificação das regiões do interior'. Para Luís Capoulas, 'o mundo deixou de estar dividido em dois pólos ideológicos, assentando agora na competitividade das regiões e na vitalidade da sua base económica, razão essencial da importância deste programa, cujo objectivo principal deve ser consciencializar a população para o valor do que conseguirem preservar'. 'o empreendimento de Alqueva é potenciador da revitalização da economia alentejana que tem de ser complementada com uma reorientação agrária e com o

				desenvolvimento de estas acções de animação do mundo rural', adiantou o secretário de Estado. (...)
12/5/95 Pág. 6	Política	Rafael Rodrigues	<i>Estudos de ambientalistas desmentem o mito da 'fidelidade conjugal' entre aves</i> <i>Mais cegonhas brancas no Baixo Alentejo</i>	"O número de cegonhas brancas no Baixo Alentejo aumentou nos últimos dez anos, segundo recenseamentos efectuados nesta década pelo Núcleo Regional de Beja da Quercus que vai publicar, dentro de meses, os resultados de um trabalho de campo efectuado em 1994 e cujos dados foram divulgados a semana passada. Apesar dos resultados práticos das campanhas de sensibilização para a sua preservação, as causas de oscilação na população da ave parecem estar mais em África do que em Portugal. (...). José Paulo Martins, responsável pelo núcleo, disse que 'os levantamentos realizados nos últimos anos permitem-nos concluir que a população aumentou nos últimos dez anos nesta região, para o que muito contribuíram as campanhas de sensibilização realizadas'. No entanto, sublinha, 'as alterações que se verificaram ao longo dos anos na população europeia da cegonha estão, em princípio, ligadas à disponibilidade alimentar em África, porque, quando atingimos em Portugal os patamares mínimos, noutros países da Europa, a situação era semelhante, muito embora as campanhas de sensibilização ali sejam uma tradição antiga. (...)".
12/5/95 Pág. 6	Política	Luís Rocha	<i>Agricultores estimam em milhões de contos os prejuizos</i> <i>Geadas destroem vinhas</i>	"Os agricultores andam de mal a pior. Depois destes meses de seca, que afectou quase todas as culturas, veio agora a geada e destruiu grande parte da área da vinha. (...). Segundo as previsões, cerca de metade da vinha ficou queimada. Os produtores dizem que foi a pior geada das últimas décadas. E reclamam medidas urgentes. (...)".
12/5/95 Pág. 9	Reportagem	Joana Gomes	<i>Produção de frutos secos em Vale de Açor</i> <i>Amêndoas e nozes podem ser alternativas</i>	"A Cooperativa de Fruticultores do Alentejo, sediada em Vale de Açor, é pioneira em Portugal na preparação do processo de agrupamento de produtores de frutos secos. A introdução de novas variedades adaptadas ao clima, o uso de técnicas adequadas, o aprisionamento da água da chuva e racionais modos de aproveitamento dos recursos são a varinha mágica do sucesso, a alternativa à monocultura. (...) A alternativa apresentada por Dietmar (agricultor alemão radicado em Portugal há 25 anos) pode ser mais rentável mas limitada. 'Dado que no Alentejo não há áreas de regadio em grande escala, a produção de frutos secos, neste caso de amendoeiras, é limitada. No caso da herdade dos Lagos, com 700 ha, nós produzimos 210 de amendoeiras. Mas a alternativa faz-se também com diferentes culturas, de modo a que umas compensem outras, em épocas diferentes. Numa tentativa de jogar sempre com várias vertentes, adoptámos recentemente a cultura de ameixeiras muito resistentes a este clima quente e seco. São uma variedade japonesa de boa produção e que o mercado aceita bem. Do estudo que fizemos antes da sementeira das ameixeiras, verificámos que temos de vender estes frutos em seco, porque em Portugal não há nenhuma unidade de secagem dos frutos. Enquanto que antes tínhamos apenas cereais e ovelhas, temos agora cereal, ovicultura, com o apoio de um programa comunitário. Semeamos dentro de cercas um trevo subterrâneo, conseguimos mais controle sanitário e melhoramos o rendimento das ovelhas. Temos frutos secos e frutos frescos e, ainda com uma boa experiência, fazemos meloais. Em vez de duas, temos cinco formas de

				rendimento. Outra experiência recente que proporciona a racionalização dos meios foi feita com as peles verdes das amêndoas. Constatámos que as ovelhas gostam muito das folhas das amendoeiras e das cascas exteriores das amêndoas. Mandámos analisar as últimas e verificámos que estas têm um valor nutritivo igual ao das rações. Então aproveitámos as folhas na pastoreira e guardamos as cascas exteriores, bem secas, para dar como ração nos períodos em que não há pastagem. (...)”.
12/5/95 Pág. 12	Actual	Luis Rocha	<i>VII Congresso sobre o Alentejo começa hoje em Évora</i> <i>Três dias à procura de caminhos para o futuro</i>	“Dado o elevado número de intervenções previstas, foram criados cinco painéis: no painel um vai discutir-se a demografia da região, a regionalização e a identidade cultural alentejana; no painel dois estará em discussão o Alqueva, o desenvolvimento agrícola, o ambiente e os recursos hídricos; o painel três tratará das questões ligadas à indústria e agro-indústria; o painel quatro discutirá tudo o que tenha a ver com as cidades alentejanas; o painel cinco abordará a problemática da educação, da formação e do emprego. (...)”.
19/5/95 Pág. 2	Em foco		<i>‘Vive-se mal nesta região, depois de 50 anos de desertificação e cinco de seca’</i> <i>Olivomoura mostra vontade de desenvolvimento</i>	“ A terceira edição da Olivomoura decorreu sob o signo das dificuldades que atravessa aquela região e as perspectivas negativas para a próxima campanha do olival. Manuel Mestre, presidente da Câmara, disse que ‘vive-se mal nesta região’, enquanto o secretário de Estado dos Mercados Agrícolas defendeu que a ‘política agrícola está correcta’ com os problemas a deverem-se ‘às condições climáticas’. (...)”
19/5/95 Pág. 13	Destaque		<i>Presidente da República na sessão de abertura: ‘Alqueva só tem sentido se tiver efectivamente água’</i>	“(…) Antes do Presidente da República havia falado Jorge Araújo, reitor da Universidade de Évora, que começou logo por dizer que ‘basta de queixumes sobre o esquecimento e a marginalização a que fomos votados pelo poder central. É tempo, disse, de unir os nossos esforços para construir o Alentejo do século XXI. E é tempo também de reconhecermos que esse esquecimento a que aparentemente nos votaram encerra, em si, um aspecto negativo e outro muito positivo do qual podemos tirar proveito: com efeito, foi graças ao facto de não termos sido bafejados pelo chamado desenvolvimento, tal como geralmente se entende que o Alentejo conseguiu chegar até hoje com um ambiente relativamente preservado, com um património cultural conservado e com uma qualidade de vida invejável. É essa a nossa riqueza actual e é a partir daí que temos de trabalhar’. Jorge Araújo frisaria contudo que ‘não basta ter ar limpo para respirar, nem belas paisagens para alguns de nós se deliciarem. Recusamos liminarmente o cenário do Alentejo partilhado entre coutadas de caça, os campos de golfe ou as quintinhas de recreio para repouso dos cidadãos em stress. Queremos um Alentejo produtivo. João transmontano, presidente da Câmara Municipal de Portalegre, eleito nas listas do PSD, veio a Évora passar o testemunho (...). E aproveitou para dizer que ‘rejeitamos o destino que alguns traçam para nós de sermos condenados sem remédio à desertificação, à velhice e ao empobrecimento’. (...)”
19/5/95 Pág. 14	Destaque		<i>Exigido na Proclamação do VII Congresso sobre o</i>	“(…) O congresso analisou várias assimetrias, constatou a situação de profunda crise e proclama: 1- o reconhecimento de uma identidade cultural própria e

			<p><i>Alentejo</i></p> <p><i>Plano Integrado de Desenvolvimento</i></p>	<p>muito forte conduz à necessidade de um processo dinâmico de desenvolvimento, com ampla participação dos cidadãos, por forma a caracterizá-lo com as especificidades que são próprias das gentes alentejanas.</p> <ol style="list-style-type: none"> 2- A indispensabilidade de conjugar factores económicos e os sociais em ordem a conceder à componente cultural uma dimensão adequada para a concretização de uma estratégia de desenvolvimento integrado. 3- A afirmação da absoluta necessidade de uma reserva estratégica de água reclama a urgente aceleração das obras de Alqueva, implementando o plano de rega do Alentejo, alargando a sua influência à margem esquerda do Guadiana e ao Alentejo Central. 4- A profunda crise económica e social numa região agrícola onde a componente agrícola tem um peso dominante na sua estrutura económica e social determina a necessidade de uma política de reestruturação da posse e uso da terra que terá de ter presente o Plano de Rega do Alentejo. 5- A definição de uma nova filosofia industrial como fonte de modernidade e desenvolvimento regional (...) que passe pela consideração e apoio à fixação de unidades agro-alimentares, indústrias extractivas, projectos aeronáuticos e de telecomunicações que se afirmam como alternativas e base económica progressivamente poderosa. 6- Reforço das cidades médias alentejanas como forte contributo para a fixação de populações (...). 7- A eleição do turismo como componente importante do desenvolvimento regional, particularmente ligado à profunda tradição da ligação do homem à terra, à existência de um espaço culturalmente rico e à diversidade dos recursos e produtos genuínos. 8- A elaboração de um Plano Integrado de Desenvolvimento do Alentejo que contemple e promova as suas potencialidades e especificidades regionais. 9- A criação de regiões administrativas como chave para a mobilização de meios e vontades (...)
19/5/95 Pág. 14	Destaque		<p><i>"O Alentejo está na moda"</i></p>	<p>" 'O Alentejo está na moda' disse Maria das Mercês Covas, professora auxiliar do departamento de sociologia da Universidade de Évora. E continuou: 'nos últimos tempos observamos uma procura crescente desta região como fonte de lazer. Assistimos à aquisição de casas desabitadas e à recuperação de montes desactivados por parte de uma nova 'elite' que não teve, necessariamente, as suas origens no Alentejo. Este comportamento, revelador da emergência de novos valores e novas formas de cultura, ao expandir-se e aliar-se ao desenvolvimento de actividades turísticas, também emergentes nesta região, pode desencadear mecanismos que configurem novos tipos de povoamento do Alentejo, capazes de contrariar a sua desertificação. O lazer e o turismo afiguram-se, a curto e a médio prazo, como elementos potencialmente dinamizadores na criação de novos empregos e de novas ocupações'.</p> <p>Na perspectiva da docente universitária, 'o fim do modelo urbano-industrial, o aumento do desemprego nos grandes</p>

				centros e o cansaço e stress da vida urbana aparecem como sintomas de encerramento de um ciclo e anunciam o aparecimento de um novo ciclo 'eco-rural' ao qual podemos associar novas aspirações sociais, onde predominam os valores ligados ao ordenamento do território e à conservação da natureza, a ideologia dos produtos de origem, a nostalgia, a compensação, o contraste'. (...)”
26/5/95 Pág. 11	Actual	Teodósio Caeiro	<i>Estremoz tem futuro O desenvolvimento é possível</i>	<p>“A principal conclusão das primeiras jornadas de Desenvolvimento do Concelho é a que estabelece que Estremoz tem futuro, apesar da conjuntura desfavorável. Uma verdadeira estratégia de desenvolvimento foi traçada pelo fórum, considerando o poder local estremocense que a região tem enormes potencialidades.</p> <p>Nas conclusões da reunião apontam-se como factores da conjuntura desfavorável a reforma da PAC, a seca que está a assolar a região e a desarticulação das unidades produtivas.</p> <p>No documento, a Câmara Municipal de Estremoz considera que ‘há que criar um novo modelo de desenvolvimento assente numa outra base económica que privilegie a fileira das rochas ornamentais, da horticultura, pecuária, indústrias agro-alimentares, artesanato, indústrias metalomecânicas e turismo’. (...)”.</p>
26/5/95 Pág. 11	Actual	Luis Rocha	<i>Reguengos de Monsaraz</i> <i>Festa Ibérica da Olaria e do Barro</i>	<p>“(…). Ali foi dito que a situação do oleiro de hoje nada tem a ver com a situação de outros tempos. Antigamente, o oleiro produzia artefactos de barro tosco, cozidos a baixa temperatura em fornos de lenha. Hoje o oleiro utiliza sofisticados fornos computadorizados a gás, que oferecem a possibilidade de produzir ‘lindos artefactos policromados e o uso de vidrados com baixo teor de chumbo’. Estamos, portanto, a entrar numa nova era onde a concepção de ser artesão deixou de ser igual à de dez anos atrás. (...)”</p> <p>Em S. Pedro do Corval...</p> <p>É frisou o vereador, ‘uma actividade importante em termos da economia local na medida em que é o terceiro sector a suportar a economia do concelho’. (...)”.</p>
26/5/95 Pág. 12	Actual	Rafael Rodrigues	<i>Alvaro Cunhal em Baleizão, na homenagem a Catarina Eufêmia: ‘Nova reforma agrária é viável e indispensável’</i>	<p>“ Sob um sol escaldante que tornava o largo Catarina Eufêmia, em Baleizão, num autêntico forno, o PCP, na tradicional homenagem à heroína alentejana, voltou a defender a necessidade de uma reforma agrária para os campos do Alentejo, a única forma de ‘não liquidar’ a região. Álvaro Cunhal, o líder carismático dos comunistas portugueses, considera-a ‘viável e indispensável’ (...)”.</p>
26/5/95 Pág. 12	Actual	Luis Rocha	<i>Em Monte do Trigo ‘O único partido que apresenta soluções?’</i>	<p>“(…) E continuamos a pensar, frisou o dirigente comunista, que ‘é necessário terminar com a agricultura do latifúndio, com esta situação das terras abandonadas na posse de grandes proprietários em que eles põem os aramados e as reservas de caça para os senhoritos virem de Lisboa tirarem fotografias, enquanto, ao mesmo tempo, aqui há desemprego’ (...)”.</p>
2/6/95 Capa				<p><i>Historia do Jornal:</i></p> <p>- Primeiro número a 1 de Junho de 1932; interrupção das publicações em 1979 por dificuldades financeiras, com paralização até 1982. Segue-se a compra pela então recém criada Associação de Municípios do Distrito de Beja, e a passagem a semanário.</p>
2/6/95 Pág.2	Em foco	Rafael Rodrigues	<i>Prazo do ‘ultimato’ ao governo termina a</i>	<p>“Pela primeira vez as principais entidades do Baixo Alentejo decidiram juntar esforços e exigir medidas</p>

			<p><i>15 de Junho</i></p> <p><i>A uma só voz</i></p>	<p>urgentes para minimizar os efeitos da actual crise, invocando a necessidade da declaração de calamidade pública. Empresários, sindicatos e municípios são unânimes, a uma só voz e contornando divergências naturais, no diagnóstico e nas propostas essenciais que apresentaram em documento ao governador civil de Beja, que ficou 'orgulhoso e solidário com a tomada de posição. É que a manter a escassez de iniciativas governamentais o aniquilamento da região pode ser para breve, dizem as entidades signatárias'. (...)"</p>
2/6/95 Pág.13	Actual	Luis Rocha	<p><i>O Alentejo é terra de vinho</i></p>	<p>"(...) Antigamente o Alentejo era conhecido como a terra onde se produziam cereais. Era também conhecido pelas suas rochas ornamentais, pelos seus minérios, pela cortiça. Hoje no Alentejo há de tudo isso. Mas há mais uma coisa: vinho de grande qualidade. De um momento para o outro, descobriu-se que o Alentejo também é terra de vinho, essa bebida misteriosa que dá prazer a quem bebe'. (...)"</p>
16/2/95 Pág. 5	Política	Rafael Rodrigues	<p><i>Quem o diz é o ministro Valente de Oliveira</i></p> <p><i>'O Alentejo já bateu no fundo'</i></p>	<p>" O ministro do Planeamento e Administração do Território concordou com o diagnóstico, pintado de tons negros, que a delegação da iniciativa 'o Baixo Alentejo a uma só voz reclama e exige' lhe apresentou esta semana, tendo afirmado que ' o Alentejo já bateu no fundo'. (...) Para além de ser o ministro mais antigo do actual Executivo, foi também quem disse que os alentejanos corriam o perigo de serem uma espécie em vias de extinção...</p> <p>(...)</p> <p>A delegação, que conversou durante quase duas horas com Valente de Oliveira, foi constituída pelos presidentes das Associações de Municípios do Distrito de Beja, Comercial, de Criadores de Ovinos do Sul, do Núcleo Empresarial da Região de Beja e da Esdime, tendo participado na reunião também o governador civil, Luís Serrano (...)"</p>
16/6/95 Pág.7	Opinião	Silvino Bravo	<p><i>A caça deve ser de todos</i></p>	<p>"Num dos canais da televisão do dia 3 do corrente mês mostraram um genocídio contra o ambiente e a natureza. Fiquei bastante indignado e preocupado, quando vi as imagens macabras de várias espécies de predadores enforcados e pendurados pelo pescoço, com arames nas árvores, algumas das quais ainda com vida, numa propriedade perto de Torre de Coelheiros, próximo de Évora, no regime das chamadas pseudo-reservas de caça turística, constituindo um verdadeiro ataque contra a natureza e dos ecossistemas biológicos de espécies predadoras, algumas delas já bastante raras.</p> <p>(...)</p> <p>Esta prática vem sendo seguida pelos nossos 'bons' gestores ecologistas que temos no regime especial e que esta lei proporciona desde a sua entrada em vigor, em regime privado de exploração cinegética e associativo. Esta é a realidade com que se defrontam os caçadores que têm vindo a denunciar há vários anos as irregularidades e violações, além do abuso autoritário do domínio público, com que os senhores das reservas, for a da alçada da sua fiscalização, praticam o acto venatório.</p> <p>As espécies abatidas são o reflexo de uma lei hipócrita e injusta que não serve os interesses da maioria dos caçadores, nem defende a manutenção nem a conservação das espécies indígenas.</p> <p>Sem controlo nem piedade, perante a passividade das autoridades oficiais à inspecção e fiscalização nas reservas</p>

				<p>associativas e turísticas, isto que se viu na televisão é um escândalo nacional do que se passa no regime dos coutos privados, gente ávida de dinheiro e sem escrúpulos, que julgando fabricar mais caça nas suas reservas, se dedicam a dizimar espécies protegidas por lei. (...).</p> <p>Que competência e formação técnica-científica-profissional têm esses pseudo-gestores das reservas associativas e turísticas (salvo algumas excepções) para gerirem caça em Portugal, se tudo têm feito para denegrir a imagem das antigas reservas estatais anteriores a 1986 (reservas de ordenamento cinegético) e pôr em causa o Estado que tutela a caça intitulado de maus gestores?</p> <p>Acusando-se os caçadores do regime livre de atirar a tudo o que mexe, nunca estes praticaram actos de tão grande vandalismo, pois as existência das reservas estatais mantinham assim o equilíbrio biológico das espécies indígenas nessas áreas, controladas pelos técnicos regionais do Instituto das Florestal (...).</p> <p>A caça não pode nem deve ser objecto de negociantes e ganância de lucros chorudos, pois tal situação não só conduz à total extinção das espécies, como efectivamente, sendo uma riqueza nacional, não pode ser só privilégio de alguns. A caça deve ser de todos e a todos interessa preservar”.</p>
16/6/95 Pág. 8	Economia	Luís Rocha	<p><i>Os caminhos do desenvolvimento</i></p> <p><i>Montemor-o-Novo não quer ser apenas corredor de passagem</i></p>	<p>“ Montemor-o-Novo é o concelho do País que mais carne produz e é o melhor produtor de cortiça. Produz também cereais e azeite. Possui um património arquitectónico e arqueológico valioso de que pode tirar dividendos em termos de promoção turística. Beneficia de excelentes acessibilidades, incluindo o IP-7, em fase de construção que ligará Lisboa a Madrid. Contudo, segundo um estudo de promoção económica agora divulgado, ‘só a possibilidade de haver um investimento alargado no concelho pode evitar o risco de Montemor se transformar num corredor de passagem’. Daí que a autarquia tenha apostado na criação de uma zona industrial com a oferta de lotes infra-estruturados e a preços baixíssimos por metro quadrado. (...)”.</p>
23/6/95 Pág. 2	Em foco	Joana Gomes	<p><i>Câmara de Beja exige medidas da Pec-Bal</i></p> <p><i>Matadouro poluidor</i></p>	<p>“O matadouro de Beja tem um prazo de 30 dias para comprar equipamento que reduza a carga poluidora que envia para a Ribeira da Cardeira. A Câmara Municipal de Beja responsabiliza a empresa proprietária, a Pec-Bal, pela poluição, e exige a construção de uma estação de tratamento à saída do matadouro. (...)”.</p>
23/6/95 Pág. 9	Polémicas	Manuel António Domingos (pequeno agricultor, Castro Verde)	<p><i>Alerta aos agricultores de zonas pobres</i></p>	<p>Sobre as ajudas baseadas no Plano de regionalização:</p> <p>“Não me venham cá com respostas de que há outros mecanismos para garantir os rendimentos aos agricultores situados em regiões mais desfavorecidas, ou situadas em zonas condicionadas, como sejam medidas agro-ambientais e o biótopo de Castro Verde. A verdade é que o senhor ministro veio aqui prometer milhões para o plano zonal, mas até agora nada de concreto existe a não ser os prejuízos das secas e as injustiças na distribuição dos ‘subsídios’. (...)”.</p>
23/6/95 Pág. 11	Actual		<p><i>Ponte de Sôr</i> <i>Ninhos destruídos</i></p>	<p>“Cerca de 100 ninhos de andorinha-dos-beirais (com ovos e filhotes) foram destruídos na estação de caminhos de ferro de Ponte de Sôr. Os autores desta ‘proeza’ foram os próprios responsáveis locais da CP.</p> <p>A Quercus já apresentou queixa junto do Instituto de</p>

				<p>Conservação da Natureza.</p> <p>A andorinha dos beirais é uma espécie protegida pela legislação portuguesa, sendo a sua morte, captura, destruição de ninhos e ovos, actos punidos por lei. (...)</p>
23/6/95 Pág. última	Última página	Joana Gomes	<p><i>Na Herdade do Farrobo, em Serpa</i></p> <p><i>Azinheiras em perigo</i></p>	<p>“O explorador de uma pedreira de areia e de cascalho, na Herdade do Farrobo, no concelho de Serpa, está na iminência de abater mais de meia centena de azinheiras já marcadas, numa extensão de cinco hectares de terra.</p> <p>O pedido de abate das árvores chegou à delegação de Moura do Instituto Florestal, em nome de Isabel Rocha, proprietária do terreno e, apesar dos técnicos deste serviço alegarem que o pedido ainda não está autorizado, fontes contactadas pelo D.A avançaram que ‘por intermédio de pedidos feitos no interior destes serviços florestais, a autorização já estaria dada’. (...).</p> <p>Admitindo a possibilidade de um auto de embargo para a obra até a situação se clarificar, Canudo Sena (técnico do Instituto Florestal) referiu que as azinheiras só podem ser arrancadas se se provar que esse é um procedimento de interesse da comunidade ou se as mesmas estiverem secas. Resta saber se os serviços se vão pronunciar a horas para salvar as árvores, que dão mostras de boa saúde”.</p>
30/6/95 Pág. Primeira	Capa		<p><i>Multiplicam-se os conflitos derivados da seca</i></p> <p><i>A guerra da água</i></p>	<p>“A Câmara Municipal de Ourique não aceitou assinar um protocolo com o Instituto Nacional da Água (INAG) por considerar os 4500 contos disponibilizados para a abertura de furos ‘irrisórios’. A autarquia ouriquense, de maioria PSD, manifestou-se também contra a transferência da de água da barragem do Monte da Rocha para a de Morgavel, em Sines. Enquanto a generalidade das autarquias exige mais verbas ao governo para minimizar os efeitos da seca, a Câmara Municipal de Serpa decidiu, em reunião extraordinária, a ‘expropriação com carácter de urgência’, de um terreno privado onde se situa a Fonte da Baiana, um dos principais furos que abastece a vila. O proprietário quer compensações e a questão já meteu GNR e tribunal. São episódios da ‘guerra da água’ no Alentejo, por enquanto pacífica, em tempo de seca gravíssima. (...)”</p>
14/7/95 Pág. 12	Actual		<p><i>Évora</i></p> <p><i>Chuva fora de horas</i></p>	<p>“Inundações, cortes de energia e água a invadir as casas mais baixas foram as consequências das fortes chuvadas caídas no passado domingo em Évora. Quando devia ter chovido, não choveu. E agora...”</p>
14/7/95 Pág. 13	Actual	Luis Rocha	<p><i>Monsaraz Museu Aberto</i></p> <p><i>Uma referência cultural no Alentejo</i></p>	<p>“Todos os anos por esta altura a vila medieval de Monsaraz adquire grande movimentação. Durante 11 meses do ano a vida decorre ali numa santa pacatez. Chegado o mês de Julho, tudo se altera: são as exposições de pintura e escultura, os espectáculos musicais, os colóquios e debates, as feiras de artesanato, enfim, todo um conjunto de actividades culturais que quase viram o velho burgo do avesso. O responsável de toda esta agitação é o certame ‘Monsaraz Museu Aberto’, uma realização da Câmara de Monsaraz e que, desde há dez anos, vem transformando aquela aldeia alcandorada no cume de um cerro solitários num centro vivo de atracção turística. (...)”</p>
2/7/95 Pág. 2	Em foco	Joana Gomes	<p><i>Vão ser recuperados açudes do Guadiana</i></p>	<p>“A Câmara Municipal de Serpa, em colaboração com a Rota do Guadiana, uma associação local de desenvolvimento integrado, o Ministério do Ambiente e outras estruturas participam na elaboração de um projecto de recuperação dos açudes dos moinhos dos Bugalhos, da Misericórdia, das Melrinas e da Amendoeira, em resultado de uma reunião realizada entre a autarquia e um elemento</p>

				<p>da Direcção Regional de Ambiente e Recursos Naturais, Abel Junqueira.</p> <p>O objectivo da recuperação dos moinhos é o armazenamento da maior quantidade possível de água, para dar de beber ao gado, rega das explorações familiares, lazer e recuperação de biótopos em risco de extinção. Num estudo já elaborado pela rota do Guadiana, em conjunto com as restantes estruturas envolvidas, a reconstrução dos açudes possibilita minimizar os efeitos da seca, reabilitar o património existente, aproveitando o facto do actual caudal do rio Guadiana ser praticamente nulo, permitindo o acesso a locais que em condições normais estariam for a do alcance, bem como criar condições para que no Inverno haja maior reserva de água.</p> <p>(...)</p> <p>De referir que a falta de água no Guadiana está a causar desentendimentos e agressões entre os agricultores espanhóis e portugueses na zona de Jorumenha. Com extensões de regadio de ambos os lados da fronteira, uns e outros discutem o direito ao uso de bombas para captação de água. (...)</p>
21/7/95 Pág. 21	Em foco		<p><i>Pescadores de Mértola em dificuldades</i></p> <p><i>'Se nada for feito, queimo os meus barquinhos'</i></p>	<p>"Os pescadores artesanais de Mértola vão ser contactados pelo Instituto da Água (INAG) para retirar peixe das albufeiras do Baixo Alentejo que servem para o abastecimento público de água. O objectivo é evitar que a fauna piscícola deteriore o precioso líquido e venha a morrer devido à escassez que se faz sentir. E também fazer face à crise daquela actividade no rio Guadiana.</p> <p>(...)</p> <p>Um dos pescadores disse que 'se nada for feito queimo os meus barquinhos, os mais bonitos do Guadiana, porque esta actividade está condenada, com pessoas obrigadas a abalar para o Algarve e a Suíça'. (...)</p>
28/7/95 Pág. 2	Em foco	Raul Oliveira	<p><i>No litoral Alentejano</i> <i>O flagelo dos fogos</i></p>	<p>"Tal como no resto do país (em especial no Algarve e no centro), o Alentejo tem sido flagelado nos últimos dias por incêndios. A juntar às elevadas temperaturas e à falta de água, a carência de meios de combate aos fogos tem agravado a já crítica situação.</p> <p>(...)</p> <p>(José Neves, comandante dos Bombeiros de Santiago do Cacém): Sendo embora os fogos florestais, nesta época do ano, quase inevitáveis, 'há muitos factores que devidamente acautelados diminuiriam significativamente os efeitos negativos'.</p> <p>O principal tem a ver com a falta de limpeza das matas do Estado, 'que acumulam manta morta de vários anos e ainda muita lenha, veículo ideal para os fogos, que depois se tornam difíceis de controlar e combater'.</p> <p>(...)</p> <p>A finalizar, acrescentaremos que tarda a ser posta em prática a legislação, já preparada, que irá impedir, esperamos bem, que (...) os paus-mandados dos fogos-postos continuem a desbaratar um património que nos pertence e devemos transmitir às futuras gerações."</p>
28/7/95 Pág. 3	Em foco	Joana Gomes	<p><i>Feira das Actividades Culturais e Económicas em Odemira</i></p> <p><i>Pré-campanha passou pela</i></p>	<p>(...)</p> <p>Do outro lado da crise estão as potencialidades que o Alentejo tem. Além de diversos quadros com artesãos a trabalhar ao vivo nos diversos pavilhões, na feira podíamos ainda apreciar a qualidade dos produtos biológicos, o mel, os queijos da região, os viveiros de piscicultura, a cultura</p>

			<p><i>passou pela FACECO</i></p>	<p>de caracóis, a fruticultura, a pecuária, a doçaria, a culinária, encontre muitas outras actividades económicas e culturais. (...)</p> <p>José Guerreiro (Associação portuguesa de biólogos) referiu que 'os protagonistas do desenvolvimento são as associações de desenvolvimento regional, o sector privado, as pequenas e médias empresas (...). Disse ainda que 'não existe uma panaceia única para os males da região. O que existe é uma multiplicidade de opções que se podem interligar. (...).</p> <p>A diversificação agrícola e a reaposta nos produtos naturais e tradicionais foi um dos pontos em que José Guerreiro pegou para lembrar que muito investimento há ainda para fazer na região.</p> <p>Além da aposta na agricultura e seus derivados, José Guerreiro falou da ligação do turismo ao mundo rural, do turismo activo/cultural com maior proximidade entre os visitantes e os locais.</p> <p>José Carlos Albino, da Esdime, sediada em Messejana, está de acordo com o biólogo na preconização de um 'modelo diverso, multisectorial que, com modernidade, reforce a nossa identidade cultural'. (...)</p> <p>E porque o País não se pode conceber em partes distintas, o responsável da Esdime disse que 'o que hoje se exige ao para o Alentejo não é uma reivindicação regionalista, mas nacional. O facto de nas regiões do interior viverem menos de 20 por cento da população é algo inadmissível do ponto de vista do ordenamento do território do país. Não é possível pensar Portugal sem o interior povoado de gente com esperança e dinâmica'. (...):</p>
4/8/95 Pág. 4	Em foco	Joana Gomes	<p><i>Metade da produção de melão e tomate no distrito de Beja perdida ao calor e à seca</i></p> <p><i>'Este ano colhemos prejuízos'</i></p>	<p>"Metade das produções de melão e de tomate está perdida nos distrito de Beja por efeitos do calor e da seca. Estas culturas, por norma, em pequenas porções de terreno, constituem para a grande maioria dos pequenos agricultores a actividade principal de Verão e a maior ocupação de mão-de-obra. Os meloeiros, entre os quais se contam os da Amareleja, investem tudo na produção dos meloais para colher lucros para o resto do ano. Assim, compram sementes que vão desde os 12 contos o quilograma até aos 230 mil escudos, alugam parcelas de terreno, contratam pessoas para a sementeira, monda e apanha, gastam milhares de litros de gasóleo na bombagem da água para a rega.</p> <p>'Este ano colhemos prejuízos' - e a opinião generalizada dos diversos produtores de meloal e tomate, a maioria dos quais pediu dinheiro à banca na esperança de rentabilizar o investimento. (...)"</p>
4/8/95 Pág. 13	Efeméride	Luis Rocha	<p><i>Começou há 20 anos Só houve Reforma Agrária onde os trabalhadores a fizeram</i></p>	<p>"(...) em quase dois anos tinham sido criados 50 mil postos de trabalho nos campos do Sul. Pelo menos nesta área, a Reforma Agrária tinha conseguido alcançar um dos seus grandes objectivos que haviam levado à sua realização: tinha conseguido arranjar trabalho para todos, acabando com o secular desemprego na região, criando condições para que as populações não se vissem obrigadas a emigrar. Houve mesmo emigrantes que regressaram à sua terra para trabalharem nas cooperativas que, entretanto se foram formando.</p> <p>Para além do aumento da produção que então se verificou, as cooperativas criaram uma nova dinâmica nas zonas rurais: criaram creches para os filhos dos trabalhadores</p>

				rurais (...); criaram lares para idosos, sociedades recreativas, grupos corais, parques desportivos. A vida nas aldeias e vilas adquiriu outra actividade. (...)”.
4/8/95 Pág.17	Sociedade	Raul Oliveira	<i>Litoral Alentejano O estado do Ambiente</i>	“ A inovação sempre foi um factor de progresso, e partindo dessa premissa a ADERSS, Associação de Desenvolvimento Regional de Sines e Santiago do Cacém, recentemente constituída, mais uma vez apostou na inovação, promovendo, no passado dia 22 de Julho, uma jornada em que a temática foi o ‘Estado do Ambiente’.
11/8/95 Pág. 3	Em foco		<i>Ministra-candidata em Odemira</i>	“A ministra do Ambiente está hoje, sexta-feira, em visita ao concelho de Odemira para a assinatura de um protocolo relativo à intervenção global para o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV) (...). O plano, que prevê um investimento global de 8,3 milhões de contos, tem como objectivo a melhoria das condições de vida das populações residentes no parque natural e abrange um conjunto de acções que visam o alargamento da rede de cobertura da região por infraestruturas de qualificação ambiental, a melhoria das acessibilidades e de equipamentos de apoio à actividade agrícola e a qualidade ambiental de aglomerados urbanos. As acções a desenvolver no âmbito desta intervenção inserem-se do domínio do abastecimento de água, tratamento de efluentes e de resíduos sólidos, melhoria das acessibilidades e qualificação dos núcleos urbanos, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida e criar condições favoráveis ao exercício de actividades económicas que, salvaguardando o património natural, garantam o desenvolvimento sustentado da região. (...) O PNSACV ocupa uma área de 74, 788 hectares, para uma população residente, segundo o censo de 1991, de 29 994 habitantes, o que significa um aumento de 5,7% em relação ao anterior rasteio. A Rede Nacional de Áreas Protegidas totaliza 510 662 ha, 5,7 % do território nacional do continente. (...)”
11/8/95 Pág. 5	Política	Alberto Franco	<i>Alqueva ao pé da Estrela</i>	“A construção da barragem de Alqueva vai alterar a vida na aldeia da Estrela, a mais pequena povoação do concelho de Moura. Os habitantes – pouco mais de uma centena actualmente – terão a albufeira da barragem ao pé da porta estando prevista a submersão de alguns edifícios e courelas particulares e do cemitério. Juntamente com o alagamento da aldeia da luz, a imersão parcial da Estrela é considerada um dos impactes mais negativos, pelo mais recente estudo sobre as consequências ambientais do empreendimento. Para além disso, a presença da massa de água que forma a albufeira do Alqueva vai modificar as condições ambientais da zona, o que se poderá reflectir na qualidade de vida da população. (...)”
11/8/95 Pág. 15	Entrevista	Filomena Costa	<i>Vidigal Amaro, presidente da Câmara Municipal de Portel</i> <i>‘Alqueva é a obra mais bem estudada do país’</i>	“Vidigal Amaro é pediatra e já vai no segundo mandato à frente da Câmara Municipal de Portel. Orgulha-se de ser o realizador da maior exposição de aves do país, a Portel Aves (...). Critica a falta de vontade política no caso de Alqueva e a política agrícola deste governo. Respondeu a todas as questões do Diário do Alentejo e prossegue na luta contra a falta de água no Alentejo. (...) ‘A grande solução (para o desemprego) seria precisamente o Alqueva porque não há pequenas empresas no concelho, os grandes latifundiários não empregam ninguém, as grandes herdades estão praticamente abandonadas, as

				<p>grandes reservas turísticas também não empregam ninguém e, portanto, não há solução. O grande e único empregador é a Câmara Municipal, que emprega hoje mais de cem pessoas nesses programas ocupacionais, e depois há os serviços e o comércio. Na agricultura, empregam-se 100 ou 200 pessoas durante cinco ou seis semanas a tirar cortiça e, agora, estão à espera da azeitona ou de pequenos trabalhos sazonais. Portanto, Alqueva será a grande solução, mas não é a única. Isto também passa pela posse útil da terra, pelo aproveitamento integral das nossas terras que antigamente produziam e podem continuar a produzir. O que se passa é que há um total abandono da maior parte das herdades do concelho porque, hoje, em vez de haver subsídios para a produção há subsídios para não produzir’.</p> <p>D.A: Sobre a PAC:</p> <p>‘Essa PAC é a responsável por todo este abandono dos campos. Há trigo em excesso na Comunidade Europeia, logo não se produz trigo, não se produzem cereais, dão-se subsídios aos girassóis por hectare em vez de se dar por peso. O nosso país está a viver de subsídios, o que tem sido bom para meia dúzia de latifundiários que vivem à custa de subsídios para não produzirem coisa nenhuma, mas é à custa do desemprego, da miséria dos pequenos agricultores que não têm qualquer possibilidade de sobreviver. É necessário mudar toda a política agrícola’. (...).’</p>
18/8/95 Pág. 5	Política	Rafael Rodrigues	<p><i>Mais de oito milhões de contos para melhorar a qualidade de vida das populações do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina</i></p> <p><i>Proteger o ambiente litoral</i></p>	<p>“Os quatro concelhos integrados no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), Aljezur, Odemira, Sines e Vila do Bispo, vão dispor de 8,3 milhões de contos para obras de qualificação ambiental e urbana da região, de acordo com o protocolo de colaboração que suporta a intervenção global, assinado na semana passada entre aquelas autarquias e os ministros do Ambiente e Recursos Naturais e do Planeamento e Administração do Território.</p> <p>Para Teresa Gouveia, a titular da primeira pasta, o documento representa uma viragem na maneira de olhar para as áreas de paisagem protegida, colocando a prioridade no factor humano, enquanto Cláudio Percheiro, presidente da Câmara de Odemira, considera que foi o acordo possível, salientando que faltam alguns aspectos e a participação do Ministério da Agricultura que ‘estava prevista’.</p> <p>(...)</p> <p>O plano de intervenção tem como objectivo fundamental ‘a melhoria das condições de vida das populações residentes no Parque Natural e abrangem um conjunto de acções que visam o alargamento da rede de cobertura da região por infraestruturas de qualificação ambiental, a melhoria de acessibilidades e de infraestruturas de apoio à actividade agrícola e a qualificação ambiental de aglomerados urbanos. As acções previstas incidem na melhoria das redes de abastecimento de água e saneamento básico, criando ainda ‘condições favoráveis para o exercício da actividade económica que, respeitando e salvaguardando o valioso património natural existente, constituem a base do desenvolvimento sustentado da área’.</p> <p>Teresa Gouveia, ministra do ambiente, sublinhou esta aposta no factor humano, porque ‘não podemos gerir estas áreas como se fossem desertas, representando uma grande</p>

				<p>viragem na maneira de olhar para estas regiões de paisagem protegida'. A visão 'conservadora e passadista', na sua classificação, de gestão destas zonas 'está ultrapassado, quando hoje se coloca uma perspectiva integrada, correcta e sustentada do desenvolvimento'.</p> <p>O projecto de classificação desta região começou em 1993, tendo sido publicado o Plano de Ordenamento, um documento que sofreu alguma contestação das autarquias, e que, em conjunto com o protocolo, constituem os modelos de gestão futura que 'se pretende complementar, garantindo a preservação do rico património existente, sem restringir o desenvolvimento necessário', adiantou Teresa Gouveia, para quem 'deve ser um privilégio e não um constrangimento viver na área do parque natural'.</p> <p>(...)</p> <p>Cláudio Percheiro, presidente da Câmara de Odemira, que falou em nome das outras autarquias, referiu que 'o protocolo não é o ideal, mas o possível, ficando aquém das expectativas anunciadas há alguns meses pelo governo, faltando a comparticipação anunciada do ministério da agricultura, o que deixa de fora alguns aspectos fundamentais, como sejam a educação e a saúde, redes viárias e electrificação e o desassoreamento do rio Mira'.</p> <p>Mesmo assim, o autarca reconhece méritos ao protocolo que 'irá motivar uma resposta mais célere aos problemas com que se debate a região e consagra os esforços desenvolvidos pelos municípios, porque a constituição do parque natural não é uma mera coincidência, correspondendo à atitude do poder local que soube resistir à actividade especulativa'. (...)"</p>
1/9/95 pág. 6	Política		<i>Castro Verde Plano Zonal aprovado</i>	<p>"O Plano Zonal de Castro Verde, um mecanismo de apoio à manutenção da agricultura tradicional em consonância com o objectivo de preservação das espécies autóctones, foi aprovado pela Comissão Europeia, no passado dia 20 de Junho, dando sequência a um trabalho desenvolvido pela Associação de Agricultores de Campo Branco.</p> <p>Aquele documento permite aos agricultores dispor de ajudas à perda dos rendimentos por um período de cinco anos, que a associação pretende ver alargados, devendo apresentar a sua candidatura na sede de Campo Branco entre 28 de Agosto e 8 de Setembro.</p> <p>A área geográfica do plano tem um total de 64 mil hectares, divididos pelos concelhos de Aljustrel (freguesias de Aljustrel e Messejana), Beja (Albernoa e Santa Vitória), Castro Verde (Casével, Castro Verde, Entradas, Santa Bárbara de Padrões e São Marcos da Ataboeira), Mértola (Alcaria Ruiva e São Miguel do Pinnheiro), e Ourique (Conceição). (...)"</p>
8/9/95 Pág. 10	Actual		<i>180 mil contos pelo Castelo de Noudar</i>	<p>"A Câmara de Barrancos está em vias de resolver o problema do Castelo de Noudar, posto à venda. Com o apoio do Ministério do Ambiente, a autarquia vai adquirir o monumento e a área envolvente por 180 mil contos.</p> <p>(...)</p> <p>O autarca António Tereno está satisfeito com a receptividade que os projectos para o desenvolvimento do concelho estão a ter junto do governo. Os estudos incluem planos de musealização, aproveitamento dos recursos endógenos, entre os quais se integra a criação de uma Área de Paisagem Protegida e a promoção de agro-indústrias.</p>

				No campo da hotelaria está também a ser projectado, por um particular, um hotel com capacidade para 25 quartos, o que vem, de certa forma, colmatar uma lacuna neste concelho, verificada especialmente nas festas de barrancos:"
22/9/95 Pág. 15	Entrevista	Marta Parrado	<i>António Brás, presidente da Câmara Municipal de Cuba: 'queremos cumprir e por isso não prometemos muito'</i>	<p>"(...)</p> <p>(Sobre o desemprego): 'A primeira medida que tomámos foi admitir o máximo de trabalhadores para a autarquia. A Câmara é a maior entidade empregadora do concelho. O grande problema é que este é um concelho agrícola, a agricultura foi mecanizada, as novas políticas agrícolas levam a que as terras não sejam exploradas porque subsidia-se para não cultivar, para não ter gado dentro das propriedades, e por isso mesmo os proprietários têm rendimentos sem terem que cultivar as suas terras, e assim não precisam de pessoas para trabalhara sua terra. Isto faz com que as pessoas fiquem encostadas. Por outro lado, não há empresários no concelho, o comércio é muito fraco, a indústria praticamente não existe. Algumas pessoas trabalham em serviços em Beja e pouco mais do que isso. (...). Em termos de mão-de-obra feminina, cerca de 60% das mulheres estão desempregadas. Os mais idosos estão encostados e os jovens à procura do primeiro emprego estão na mesma situação'. (...)"</p>
6/10/95 Pág. 12	Entrevista	Filomena Costa	<i>Francisco de Ó Pacheco, presidente da Câmara Municipal de Sines: 'se o PS cumprir a promessa de duplicar as receitas locais..'</i>	<p>" Francisco de Ó Pacheco está na Câmara de Sines desde 1976. Como vitória maior dos seus mandatos elege a transformação de um complexo industrial e portuário nacional num complexo que respeita a qualidade local. A pesca e o turismo sobreviveram e 'Sines vai ser uma grande cidade portuária'. (...)</p> <p>'A Sines coube um complexo industrial e portuário há mais ou menos 30 anos, que teve numa vila de pescadores com quatro ou cinco mil habitantes, consequências a nível de todo o processo normal de desenvolvimento. Acabou a pesca como actividade económica principal, acabou a agricultura, e todas as tendências no campo do turismo, que se começaram a vislumbrar nas primeiras décadas dos anos 60, também foram interrompidas. A questão central passou assim a ser a tentativa de dar a este complexo uma componente que tivesse em conta as realidades locais e regionais. Portanto, a batalha da Câmara foi no sentido de transformar um complexo que era , essencialmente, nacional e internacional. O que foi alcançado. Conseguimos retomar o caminho do investimento turístico, apareceram alguns aparthotéis, parques de campismo e outras realidades mais pequenas com boas taxas de ocupação, voltou-se a ter períodos de grande afluência de turistas, as praias já não chegam para o número de pessoas que cá vêm. A pesca, que estava condenada a desaparecer, também foi recuperada.</p> <p>Para além destas vertentes económicas que têm muito a ver com a manutenção das características da terra, havia que dar ao complexo industrial outras preocupações, como a defesa ambiental, a defesa da qualidade de vida, da segurança das populações. Aqui foi necessária uma pressão muito grande para que os industriais adoptassem sistemas de controle e de combate à poluição, criassem serviços de segurança das empresas e serviços de protecção civil à volta das empresas . Retomar as antigas características de desenvolvimento do concelho de Sines, da pesca e do</p>

				<p>turismo e fazer com que o complexo industrial não viesse a ofender nem violentar estas situações foram, portanto, as grandes linhas de combate destes últimos 20 anos'. (...).</p> <p>'Nós estamos de acordo com o Protali, com aquilo que ele encerra de filosofia, ou seja, deveremos privilegiar os núcleos de crescimento urbano já existentes e evitar que sejam criados novos núcleos urbanos em sítios onde não existe qualquer tipo de construção, não permitindo a construção desordenada ao longo da costa. No fundo, são filosofias que nós já tínhamos no nosso Plano Director Municipal (PDM), que não permitia qualquer tipo de construção entre Sines e Porto Côvo, privilegiando o crescimento de Sines até aos 25/30 mil habitantes e Porto Côvo até aos 6 mil habitantes. Estas já eram orientações nossas que o Protali veio a considerar.</p> <p>Os aspectos do Protali com os quais não concordamos estão relacionados com as violações das competências das autarquias locais. O Protali inverteu aquilo que era competência das Assembleias Municipais - aprovar planos de urbanização abaixo do nível do PDM. Este plano fez transportar para o Secretário de Estado e Ordenamento do Território a aprovação de todos os planos de urbanização'. (...)"</p>
13/10/95 Pág. 11	Património	Joana Gomes	<i>Barrancos constrói o desenvolvimento</i>	<p>"A Câmara Municipal de Barrancos luta pela concretização de projectos que tragam mais desenvolvimento ao concelho. O castelo de Noudar, o Parque Natural Barrancos/Mourão, um centro de Ecologia Terrestre na Coitadinha, infra-estruturas turísticas, a exploração de xistos são os mais importantes desses projectos em curso. (...)</p> <p>Como modo de ganhar as pessoas que vão à descoberta do concelho e como única alternativa ao desenvolvimento, a autarquia agarra-se a projectos que passam pela promoção do património natural, cultural e arquitectónico.</p> <p>A criação da Associação de Desenvolvimento Regional Barrancos/Mourão, ainda em constituição, foi um dos primeiros passos a dar, de modo a que esta participe na gestão do futuro parque natural que engloba a área dos dois concelhos. 'Terá a função de promover o desenvolvimento integrado que inclua a protecção da natureza. Não queremos um desenvolvimento anárquico que no fundo dê cabo do que ainda temos', adianta o autarca barranquense. (...)</p> <p>Outro projecto já existente é a recuperação do castelo de Noudar e a promoção da área envolvente, planos dependentes do processo de compra do imóvel e terreno circundante. Para o Castelo já está feito um plano de salvaguarda que deverá ser remodelado, pois data de 1990. 'Estamos a pensar também recuperar mais casas para fins turísticos e de apoio às actividades desenvolvidas', sublinha o autarca.</p> <p>No âmbito da recuperação do castelo e promoção do património natural, o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) prevê a instalação de um Centro de Educação Ambiental no Monte da Coitadinha, onde deverá ser a sede do futuro parque natural. Em simultâneo, a Câmara prepara o arranque de uma série de acções, como a recuperação dos postos fronteiriços da extinta Guarda Fiscal, neste momento abandonados, devendo alguns funcionar com fins</p>

			<p>turisticos e como centros de acolhimento de juventude, centros de férias.</p> <p>Centro de ecologia Com o apoio da UE</p> <p>Barrancos é considerado pelos próprios autarcas um concelho deprimido, com fracos recursos. Para poder caminhar para no sentido do desenvolvimento, a autarquia reclama ao poder central profundos apoios, tais como a viabilização daquilo que estão a projectar. 'Agora que vamos ter o Leader que poderá resolver questões pontuais do pequeno comércio, pequena indústria, artesanato, e criação de algum emprego. Queremos o apoio do Estado precisamente para viabilizar em tempo útil estes projectos que por norma demoram muito. Não podemos estar a perder tempo como tem acontecido com os Programas Operacionais, que impõem tantos entraves, tanta burocracia, tanta exigência que a maior parte deles não anda', diz António Tereno.</p> <p>(...)</p> <p>António Tereno centra na Coitadinha o pólo de desenvolvimento, como ponto fulcral de todos os projectos. 'Temos a promessa da secretaria de Estado do Turismo para o apoio de projectos futuros, com os quais não podemos avançar porque a propriedade não é nossa'.</p> <p>Os projectos passam pela recuperação das casas do castelo para as colocar à disposição dos visitantes. 'Colocar o restaurante ao serviço dos turistas que vêm a Barrancos. Se rentabilizarmos o que temos no Castelo promovendo um turismo de habitação, eu penso que aquela estrutura se torna extremamente rentável'.</p> <p>A criação de um Centro de Ecologia Terrestre, descentralizado a partir da Universidade de Évora, é outro projecto com fortes probabilidades de concretização em Barrancos. 'O monte poderá ser a sede do parque e um pólo da Universidade. Os primeiros contactos com a Universidade foram frutíferos uma vez que o vice-reitor aprovou a ideia. (...)</p> <p>O Centro de Ecologia Terrestre iria veicular para aqui alguns dos cursos da área do Ambiente da Universidade de Évora. Isto significa a afluência de estudantes, logo maior movimento no concelho. Se o hotel, projectado por iniciativa privada, vingar, é mais uma estrutura de apoio. O hotel deverá ter 25 quartos, um restaurante, um bar/discoteca, courts de ténis, piscina e espaço ajardinado. Os entraves aplicados pela Direcção Geral de Turismo é que estão a encalhar o processo.</p> <p>Temos a segunda fábrica de transformação de porco alentejano prestes a avançar. Sendo Barrancos a Região Demarcada do Porco Pata Negra, temos em breve três fábricas, que se destinam essencialmente à exportação'.</p> <p>Uma outra questão é a dos xistos, cujo grande problema é, para António Tereno, o facto de serem da Câmara. Nós estamos a preparar tudo para fazermos uma exploração com pés e cabeça. Temos que fazer um estudo de viabilização da pedreira, um estudo de mercado e um plano de recuperação paisagística porque não queremos aquilo tudo esventrado. (...) Nós temos medo de passar a pedreira para a iniciativa privada porque estão lá 20 trabalhadores cujos postos de trabalho podem ficar em risco. Assim eles têm garantidos os posto de trabalho' (...):</p>
--	--	--	---

				<p>está entre os três mil e os três mil e quinhentos quilos por hectare, o que significa que todos as produtividades abaixo destes valores médios são manifestamente inviáveis.</p> <p>Obviamente que quando os solos são bons, como é o caso dos barros de São Mansos ou de Beja, é possível, já com tecnologia conhecida, atingir seis ou seis toneladas e meia por hectare. Portanto, significa que nesses solos é possível continuar a fazer cereais com bons rendimentos para os agricultores, com boas produtividades.</p> <p>Mas isso significa também que uma parte da tradicional área cerealífera não pode continuar a fazer cereais. E, por consequência, a política agrícola vai ter de encontrar alternativas com o mesmo nível de rentabilidade para essa actividade que se vai tornar manifestamente inviável e cuja área, nos últimos anos, tem vindo a regredir.</p> <p>Além disso, o governo português foi incapaz de explorar uma alternativa mesmo dentro dos cereais, a que os gregos, os italianos e os espanhóis foram capazes de deitar a mão e que é a produção do trigo rijo, que é um trigo muito especial, próprio dos climas mediterrânicos e que é muito mais bem remunerado, porque os valores dos subsídios são maiores.</p> <p>Nós temos uma quota de trigo rijo praticamente insignificante, comparativamente com a que têm os nossos parceiros da Europa do Sul.</p> <p>Portanto, aproveitar os melhores solos com aptidão cerealífera e, por outro lado, saber negociar um aumento considerável da área de trigo rijo continuam a ser a aposta cerealífera para o Alentejo.</p> <p>Nas áreas marginais de vocação marcadamente florestal ou silvo-pastoril, a grande aposta tem que ser no sentido de potencial os produtos genuínos, como agora está a ser feito com algum êxito em Montemor-o-Novo, de promover o bovino alentejano e ter uma mais-valia que seja traduzida na certificação de origem, porque um produto certificado terá que ser mais valorizado do que aquele que não o é. E, portanto, fazer uma aposta na pecuária extensiva, o ovino, o bovino, e, designadamente o porco de montanha. Esta actividade pastoril é compatível com uma intensificação florestal na nossa floresta tradicional, o sobre e o azinho, tendo de se ter presente que é uma floresta de crescimento muito lento e que tem de ter ajudas muito especiais, no quadro daquilo que já está a ser negociado com a Comunidade Europeia, mas que têm de ser estendidos porque os montantes atribuídos são manifestamente insuficientes.</p> <p>Por outro lado, há que aproveitar no regadio as áreas com grandes aptidões agrícolas que, até agora, têm vindo a ser aproveitadas no sequeiro e que, numa agricultura irrigada, têm outro tipo de rentabilidade e outro tipo de ocupação da mão-de-obra, durante uma parte considerável do ano.</p> <p>(...)</p> <p>Desde que haja uma estratégia assente nestas questões, será possível, com o empenhamento dos agricultores e dos trabalhadores rurais, inverter a política agrícola no Alentejo. Sem esquecer que no desenvolvimento do Alentejo, sendo importante a questão agrícola, não se pode resumir a ela. E isto porque uma actividade agrícola, por mais moderna que seja, tende sempre a ter uma baixa percentagem da população activa nessa mesma agricultura.</p>
--	--	--	--	---

<p>20/10/95 5 Pág. 6</p>	<p>Entrevista</p>	<p>Luis Rocha</p>	<p><i>Capoulas Santos, novo secretário de Estado da Agricultura: 'Nunca pus em causa Alqueva'</i></p>	<p>“ Nasceu em Montemor-o-Novo há 43 anos. Tirou um curso de sociologia e foi durante anos funcionário da Direcção Regional do Alentejo do Ministério da Agricultura. Em 1991 foi eleito deputado à Assembleia da República pelo Partido Socialista, representando o distrito de Évora do Partido Socialista. Chama-se Luís Capoulas Santos e acaba de ser designado secretário de Estado da agricultura do governo de António Guterres. Durante a campanha eleitoral o DA colocou-lhe algumas questões. (...).</p> <p>‘Nós pensamos que a agricultura e a questão agrícola devem merecer da nossa parte uma abordagem muito especial, até porque tive, com muita honra, a oportunidade de ser uma das três ou quatro pessoas que participaram na redacção do programa do governo. Como tive a honra de integrar esse grupo, não deixei de contemplar um conjunto de medidas que, sendo de grande importância para o país, têm uma particular relevância no Alentejo.</p> <p>Posso dizer que a grande aposta da nossa política será a água e a floresta. Ou seja, nós contrapomos ao actual situacionismo agrário, responsável em grande parte pela crise em que vivemos, mas contrapomos também o velho slogan da reforma agrária que o PCP tem vindo a brandir, uma nova política agrícola. Uma política agrícola que aposte nas nossas potencialidades e que se caracterize pela coragem de fazer opções.</p> <p>Pensamos que um dos erros dos últimos anos foi tentar distribuir, sem nenhum tipo de critério, subsídios e apoios comunitários indiscriminadamente, sem olhar às opções, às nossas vantagens comparativas.</p> <p>A grande aposta do Partido Socialista será no aproveitamento dos recursos hídricos, na actividade que está com eles relacionada e na floresta.</p> <p>No caso concreto do Alentejo, a grande aposta tem que ser de reconversão do sequeiro em regadio. Isso passa, naturalmente, por Alqueva, mas passa também por um conjunto de obras de aproveitamento hidráulico e, mais do que isso, passa por tudo o que está a jusante, que é a reconversão em termos de formação profissional dos agricultores, dos trabalhadores rurais, da estrutura fundiária, porque reconverter o sequeiro em regadio implica fazer abordagens nessa área.</p> <p>E, portanto, da nossa parte, um processo que implicará, do nosso ponto de vista, um grande esforço para antecipar calendários, designadamente no que respeita a área a ser regada pelo Alqueva (...).</p> <p>A água e a floresta e, no caso do Alentejo, a recuperação do montado de sobro e de azinho, constituirão grandes prioridades na política agrícola’.</p> <p>D.A - “(...) o Alentejo, daqui por 50 anos, se calhar, já não tem searas.</p> <p>C.S - ‘Nós estamos ainda a ser vítimas da célebre campanha do trigo dos anos 30, num período de grande necessidade de suprir um auto-aproveitamento alimentar r, por consequência, levou a que tivessem sido excessivamente arroteados na cerealicultura solos sem aptidão para os cereais.</p> <p>Os cereais são particularmente exigentes do ponto de vista dos solos, e, para que uma cultura cerealífera seja rentável neste momento segundo os economistas agrários, o limiar</p>
----------------------------------	-------------------	-------------------	---	---

				Portanto, o desenvolvimento passa também pelo secundário, pelo terciário e pela capacidade de atrair investimentos para esta região, o que depende, naturalmente, do figurino e da sensibilidade que o governo vier a ter nessa matéria'. (...)”.
20/10/95 Pág. 14	Reportagem	Filomena Costa	<i>Milhares de pessoas visitaram a feira de Castro Verde</i> <i>Reviver a tradição em Outubro</i>	<p>“No terceiro domingo do mês de Outubro todas as rotas têm o mesmo destino. Um destino traçado há muito e deixado de herança pelas sucessivas gerações. Ir à feira de Castro Verde é um imperativo e, hoje, a mais antiga feira do Baixo Alentejo continua a ser motivo de festa, de convívio e de muito negócio. E, para que a tradição não se perca, a Câmara Municipal e a Cortiçol asseguram um vasto programa cultural que devolve à feira a cultura que ela própria criou. É a tradição que renasce em cada Outubro.</p> <p>(...)</p> <p>As casas estão caiadas, a mesa está posta e há sempre lugar para mais um. Uma vila mais branca recebe os filhos da terra, os visitantes e todos os que cá passam. O Alentejo e o Algarve aderem em peso, as excursões vêm de todo o país e os alentejanos de Almada e Amadora esgotam os expressos que a Rodoviária Nacional.</p> <p>(...)</p> <p>Os tempos mudam e o certame adapta-se. Uma feira de gado e alfaias agrícolas deu lugar a um largo recheado de produtos espanhóis vendidos a 150 escudos a peça. Os produtos regionais resistem, mas a praga da barateira soma e segue em cada feira do Alentejo. A ‘banha da cobra’ impinge tudo o que não tem qualquer utilidade (...).</p> <p>‘O negócio foi mais fraco do que no ano anterior’, é opinião generalizada entre os vendedores (...). O ribatejano, que há 50 anos vende mantas na feira de Castro, diz que ‘o negócio nunca foi tão mau’. (...)</p> <p>As botas alentejanas também tiveram um dos seus piores anos. (...). O problema aqui deve-se à crise económica. ‘As pessoas não têm 30 contos para dar por umas botas de pele de vitela todas feitas à mão’.</p> <p>O negócio já não é o que era, a música já não é o que era e a feira, como espaço irradiador de cultura, já não é o que era. Mas, para que a tradição resista até que possa, há quem não se canse de fazer apelo pelo canto e pela poesia de um povo de palavras simples, mas de vivências ricas e sentimentos profundas. (...)</p> <p>A feira, a vila, os campos, o abandono dos campos, o passeio a Lisboa, o passeio a Messejana, a paz, o amor, a mulher, o totoloto, a planície, a vida e a morte foram poesia, porque nada mais são do que a vida para estas gentes do Alentejo. (...)”.</p>
20/10/95 Pág. 17	Sociedade	Joana Gomes	<i>Autarcas reclamam uma vez mais a declaração de calamidade pública</i> <i>A seca continua</i>	<p>“ Peixes mortos nas margens da Barragem do Roxo. Abibes, carrapateiros e corvos sobrevoam atentamente a albufeira para arrancar os olhos às carpas que bóiam na água pescadores sem faina que se ocupam a apanhar toneladas de peixes das barragens para os enterrar vivos em valas. Uns peixes estão doentes, sangram, estão magros. Outros parecem em bom estado. Em redor, campos ressequidos e nus. Este é o cenário desolador da seca que persiste neste princípio de Outono solarengo e verânico. (...)”.</p>
3/11/95	Em foco	Joana	<i>‘Se não começar a</i>	“ ‘Não teremos qualquer produção agrícola se não começar

Pág. 2		Gomes	<i>chover já não teremos produção agrícola</i>	a chover já', afirmou Castro e Brito, da Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS), adiantando que a pecuária já está comprometida: 'mesmo que chovesse agora, só em Fevereiro ou Março é que começaria a haver erva em condições para o gado'. Como consequência dos últimos cinco anos consecutivos de seca, os terrenos estão muito ressequidos, sem humidade suficiente para a germinação das sementes, as poucas pastagens provenientes dos restos já se acabaram e as árvores estão a secar. (...)
17/11/95 Pág. 2	Em foco	Luis Rocha	<i>Chove no Alentejo</i>	"Ainda não se pode falar no fim da seca que há quatro anos assola o Alentejo. Mas, a chuva caída nos últimos dias um pouco por toda a região enche de esperança os agricultores, preocupados com as suas sementeiras, os autarcas, responsáveis pelo abastecimento da água e a população."
17/11/95 Pág. 15	Reportagem	Luis Rocha	<i>4ª Festa da Vinha e do Vinho Alentejo celebrado em Borba</i>	"(...) É uma forma, sublinhou o presidente da RTE (Região de Turismo de Évora) de 'marcarmos uma época em que o Alentejo é agradável de viver, é uma forma de abrimos um calendário de animação que vai prosseguir com acções noutros pontos da região', e João Andrade dos Santos chamou a atenção dos presentes para a 'semana do Guadiana que, este ano, se iniciou no Alandroal, e o Festival de Gastronomia da Caça, que, pela primeira vez, se vai realizar este ano em Vila Viçosa e que, em época baixa, fora dos períodos dos grandes movimentos turísticos, procuram chamar à nossa região forasteiros e dar também aos alentejanos a noção das potencialidades da região'. Por seu turno, João Proença, presidente da autarquia local, disse que 'era com muito orgulho que a Câmara Municipal de Borba sente o Alentejo pulsar em Borba' e aproveitou para fazer alguns pedidos. Pediu à comunicação social que 'continue a apoiar esta iniciativa com a divulgação que tem feito até aqui'. (...)"
24/11/95 Pág. 4	Política	RF	<i>Presidente da Câmara de Ferreira do Alentejo surpreende: 'Não é com Alqueva que se faz o desenvolvimento regional'</i>	"Num debate sobre o Alqueva, promovido pela candidatura de Jorge Sampaio, em Beja, o presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo manifestou reservas em relação à importância do empreendimento. 'Não é com Alqueva que se faz o desenvolvimento regional, afirmou Luís Ameixa, para quem 'os fazedores de opinião e certa comunicação social é que a declaram fundamental'. A importância do Alqueva no contexto do desenvolvimento rural serviu de pretexto para o debate realizado no passado dia 16 na sede de candidatura de Jorge Sampaio, em Beja. Carlos Figueiredo, da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva (EDIA) (...) disse que a nossa região se depara com cinco grandes desafios até ao ano 2000. 'Em primeiro lugar, deverá atenuar-se o efeito limitador que é a água. A falta do precioso líquido é um factor limitante de vivência e de trabalho. Depois, há que inverter as tendências de desertificação económica e social e aumentar significativamente a qualidade dos recursos humanos e estimular a sua actuação. Rumo ao desenvolvimento, é necessário ainda acelerar a reconversão económica. Neste âmbito deverá apostar-se na produção agrícola e agro-alimentar, com uma maior abertura ao exterior. Estimular a criação de emprego e promover uma maior dinâmica empresarial são outros factores a ter em conta que, centralizados em Alqueva, deverão desenhar uma estratégia de desenvolvimento do mundo rural'.

				<p>Como é que Alqueva pode funcionar como 'alavanca de resposta a estes desafios?', perguntou-se Carlos Figueiredo respondendo em seguida: 'com a criação de uma reserva estratégica de água para a agricultura, contribuindo assim para a reconversão agrícola'. (...)</p> <p>Por outro lado, Alfredo Lança, empresário na cidade e mandatário concelhio de Jorge Sampaio, frisou que 'a importância de Alqueva não é hoje discutível - é uma realidade. Mas também não é uma panaceia para todos os males. (...). O empresários lembrou ainda que as políticas do passado votaram o interior do país ao esquecimento com a centralização, nos grandes centros, de importantes complexos industriais.</p> <p>'Não há vida sem água', disse Manuel Mestre, presidente da Câmara Municipal de Moura e da Associação de Defesa de Alqueva. 'Estamos todos condenados quando o Guadiana deixar de correr', afirma o autarca, 'alquevista convicto', sugerindo que 'se não soubermos defender devidamente o que queremos arriscamo-nos a que os espanhóis nos levem toda a água e o consequente desenvolvimento com ela conseguido'. (...)</p> <p>Uma posição diferente sobre o Alqueva foi apresentada por Luís Ameixa, presidente socialista da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, que começou por perguntar: 'Alqueva é fundamental para a nossa região? A resposta é não. Não é com Alqueva que se faz o desenvolvimento regional', garantiu, referindo que 'os fazedores de opinião e certa comunicação social é que a declaram como fundamental'. (...)</p> <p>Uma outra pergunta levantada foi: 'Alqueva é o grande projecto para o Alentejo? A resposta é mais uma vez não. E para o Baixo Alentejo? Também não. É-o sim para alguns concelhos do Baixo Alentejo'. (...)"</p>
24/11/95 Pág. 19	Cultura		<i>I feira de Turismo e Artesanato em Beja Uma aposta no Alentejo</i>	<p>" A I Feira de Turismo e Artesanato, Turisart, realiza-se em Beja de 1 a 3 de Dezembro, nos pavilhões do Nerbe. Desportos radicais, diversas provas gastronómicas, um colóquio sobre o turismo no Alentejo e animação cultural fazem parte do programa. A iniciativa é do Nerbe, da Câmara Municipal de Beja, do Galba e da Região de Turismo da Planície Dourada, com o apoio de diversas entidades, entre as quais o Diário do Alentejo.</p> <p>Os organizadores pretendem 'mostrar as potencialidades endógenas desta região, como zona de atracção turística, complementando as actividades tradicionais ligadas à agricultura e pastorícia, tentando, tanto quanto possível, não destruir os aspectos essenciais da nossa ruralidade; preservar as artes e ofícios tradicionais, demonstrar a sua viabilidade económica e a necessidade de as manter vivas'. A Turisart pretende 'mexer' com as pessoas e 'perturbar os mais incrédulos quanto ao futuro do Alentejo'. Para divulgar melhor o que se pretende com esta feira, o Nerbe convidou os jornalistas para um 'passeio todo-o-terreno', amanhã, pelas margens do Guadiana. (...)"</p>
1/12/95 Pág. 5	Política	Rafael Rodrigues	<i>Temendo desastres ecológicos Municípios do litoral alentejano contestam traçado do oleoduto</i>	<p>"As Câmaras Municipais de Sines, Santiago do Cacém, Grândola e Alcácer do Sal contestam o traçado do oleoduto que ligará o porto da primeira localidade a Aveiras de Cima, proposto pela Companhia Logística de Combustíveis. Temem que possa alterar a qualidade ambiental da costa alentejana e propõem uma passagem mais interior.</p>

			<p>(...)</p> <p>Sem contestar a necessidade desta infraestruturas, cujo arranque está previsto para o início do ano, os municípios avançam com uma solução interior que aproveite corredores existentes, como seja a via ferroviária.</p> <p>A zona atravessada pelo oleoduto, segundo a proposta, situa-se na faixa litoral, abrangendo parte das reservas agrícolas e ecológica nacionais, pródigas em cursos de água, cheias e solos de máxima infiltração, estendendo-se junto das lagoas de Santo André e Melides, respectivamente nos concelhos de Santiago do Cacém e Grândola, consideradas áreas de interesse zoológico e locais de prática de actividade piscatória tradicional, importantes para a economia comunitária.</p> <p>As dúvidas das autarquias assentem em pareceres das equipas técnicas que elaboraram os respectivos PDM, acrescentando ainda que o oleoduto abrangerá áreas indispensáveis para a conservação da natureza, a estabilidade ecológica e a utilização sustentada dos recursos naturais, na definição do Protali.</p> <p>Os impactos mais significativos decorrem dos trabalhos necessários à abertura da vala e preparação do corredor para a implantação do oleoduto que terão efeitos perniciosos nos solos, no atravessamento das linhas de água e nos factores de qualidade. Os pareceres apontam para que um 'derrame ou acidente ao longo do troço poderá ter um impacto significativo e prejudicial', especialmente nos meios lagunares, no Sado e Tejo, que se propõem atravessar.</p> <p>Para além dos aspectos ambientais, as Câmaras relevam ainda os aspectos económicos uma vez que o traçado proposto 'ocupará essencialmente espaços onde o uso dominante é a floresta de produção, de protecção e actividade agrícolas'. Implica ainda 'uma perda significativa de material lenhoso na área ocupada pelo corredor de direito' e protecção, sujeito a futuras inspecções de rotina permanentes, e que obriga a uma área desarborizada, desde logo com impactos visuais negativos e propicia a efeitos negativos dos ventos.</p> <p>(...)</p> <p>A CLC defende que a construção do oleoduto evita a circulação de 300 petroleiros no rio Tejo durante um ano, considerando que o longo tubo irá ser colocado a uma profundidade média de um metro, passando por baixo dos leitos de ambos os rios, sem que existam grandes riscos de derrames. (..);</p>
1/12/95 Pág. 9	Actual	<p><i>Demolidas 200 barracas ilegais Câmara de Grândola revitaliza zona da Lagoa de Melides</i></p>	<p>" A operação de demolição das barracas existentes na Praia de Melides terminou, deixando pelo caminho uma zona completamente diferente e um dos dois casos de habitação permanente por resolver. (...)</p> <p>O aspecto mais odioso e polémico, o derrube das cerca de 200 barracas, ficou para a Câmara de Grândola, participando financeiramente o MARN com dez mil contos, verba destinada também a garantir os realojamentos necessários.</p> <p>Para Fernando Travassos, presidente da autarquia, 'era da nossa inteira responsabilidade assumir essa competência, até porque é uma obrigação que decorre do Protali, e não podemos reivindicar ser parceiros de pleno direito na gestão do ordenamento do território só para as situações</p>

				<p>pacíficas’.</p> <p>Os mtentes das barracas eram exteriores à freguesia de Melides, mas em elevada percentagem naturais do concelho de Grândola, em especial da sede do concelho, existindo alguns casos de pessoas oriundas da margem Sul do Tejo, de Santarém, e até do Porto, o que conferia ao aglomerado o estatuto de segunda habitação, utilizado também para o rentável negócio de aluguer de férias</p>
8/12/95 Pág. 3	Em foco	JG	<p><i>I Turisart foi um êxito</i></p> <p><i>Não matar a galinha dos ovos de ouro</i></p>	<p>“A I Feira de Turismo e Artesanato de Beja, a Turisart, que decorreu no passado fim de semana foi um êxito, segundo os organizadores. Para além de meia centena de expositores e de actividades gastronómicas, musicais e de desporto radical, reflectiu-se sobre o turismo e o desenvolvimento do Alentejo.</p> <p>A feira (...) mostrou stands de actividades de aventura, modelismo, doçaria, agências de viagens, artesanato, restauração regional, trabalhos em ferro, design, teatro e cenografia, turismo rural, pintura, fabrico de embarcações de recreio, artesanato náutico, entre muitos outros serviços de promoção turística, do artesanato e de várias outras informações ao consumidor. E como a promoção do turismo também passa pela gastronomia, a Turisart incluía pequenos espaços onde eram preparados deliciosos sabores do Alentejo. Cumprindo os seus objectivos de promoção dos recursos da região, a Turisart incluiu um vasto programa extra-muros, ou seja, passeios todo-o-terreno, por montes e vales, baptismos de voo em ultra-leves, parapente, salto (ou assalto armado a perdizes, lebres, galinholas, faisões ... na Herdade da Rabadoa), motards, entre muitas outras actividades de recreio e lazer.</p> <p>Muito concorrida durante os três dias, a Turisart fez jus dos objectivos que a presidiram: ‘mostrar as potencialidades endógenas da região, como forma de valorizar a base produtiva e o património construído e natural, tendo em vista a criação e manutenção de emprego, aumento dos rendimentos, com a conseqüente melhoria das condições de vida e inversão da tendência do êxodo populacional’, segundo referiu João Godinho, presidente do Gabinete de Acção Local do Baixo Alentejo (Galba).</p> <p>‘Face à grave crise com que a economia da região se depara, o desenvolvimento do turismo e o revigoramento do artesanato poderão constituir duas das respostas mais válidas e mais promissoras para a reformulação do actual modo de produção e criação de uma nova estrutura empresarial’, sublinhou Artur Pais, presidente do Nerbe, entidade que presidiu à organização do certame.</p> <p>(...)</p> <p>A oferta de produtos e serviços de qualidade, as oportunidades, os projectos e os financiamentos de turismo no Alentejo foram abordados num colóquio em que participaram alguns especialistas nesta matéria. E entre outras linhas orientadoras, foi defendido o incentivo ao crescimento sustentado da oferta turística, a compatibilização desta oferta com a identidade da região, bem como tirar partido do processo revitalizador do mundo rural. A convergência de esforços foi outra das posições defendidas de forma a aumentar a qualificação nas várias vertentes da oferta. (...)”.</p>
8/12/95 Pág. 9	Actual	Joana Gomes	<p><i>Parque Natural do Vale do Guadiana</i></p>	<p>“O parque Natural do Vale do Guadiana, proposto pela Associação de Defesa do Património de Mértola e Câmaras</p>

			<p><i>aprovado</i></p>	<p>Municipais de Mértola e Serpa, foi finalmente aprovado. Desde há alguns anos que 'o troço médio do Vale do Guadiana' tem vindo a ser objecto de estudos que revelam o elevado interesse faunístico, florístico, geomorfológico, paisagístico e histórico-cultural. A circunstância da 'identidade da paisagem desta zona se encontrar ameaçada pelo progressivo desaparecimento dos sistemas tradicionais de utilização do solo, justificam plenamente a sua classificação, por forma a salvaguardar os valores naturais, paisagísticos e culturais aí existentes e, simultaneamente, promover o desenvolvimento sustentado da região e a qualidade de vida das populações', lê-se no Diário da República. A classificação do Parque Natural tem em vista 'possibilitar a adopção de medidas que permitam a manutenção das suas características mais relevantes do ponto de vista natural, paisagístico e cultural'. Os objectivos específicos apontados para a classificação do parque são 'a gestão racional dos recursos naturais e paisagísticos caracterizadores da região e o desenvolvimento de acções tendentes à salvaguarda dos mesmos (...), a salvaguarda do património histórico e tradicional da região, bem como a promoção de uma arquitectura integrada na paisagem e na promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das populações (...)".</p> <p>Com a criação do Parque Natural, algumas práticas que possam de algum modo influenciar a área ficam sujeitas a autorização prévia da comissão directiva composta por representantes do Ministério do Ambiente, do Instituto de Conservação da Natureza e das Câmaras Municipais. Essas práticas vão desde a criação e renovação de reservas de caça submetidas ao regime cinegético especial, instalação de novas actividades industriais, nomeadamente extracção de inertes (areias) e de minerais, instalação de novas actividades agrícolas, florestais e pecuárias, com carácter intensivo, alterações à morfologia do solo, aterros ou depósito de entulhos, detritos, lixo ou sucata, entre outras. O projecto de criação de uma área de paisagem protegida no Vale do Guadiana recua ao ano de 1987, quando a Associação de Defesa do Património e a Câmara Municipal de Mértola apresentaram uma proposta à Comissão de Coordenação da Região Alentejo no sentido de fazer frente às pressões exercidas sobre os recursos florísticos, faunísticos e paisagísticos que importava preservar.</p> <p>A área abrangida engloba as zonas de Algodor, Alcaria Ruiva, Corte Velha, Ribeira de Oeiras, Ribeira de Carreiros Álamo, Espírito Santo Ribeira do Vascão, as Minas de S. Domingos e Pomarão, Monte de Palhetos, Vale do Poço, Jardais, Vale da Mestra, Monte da Salvada, Ribeira de Limas, Corte da Sobreira, Ribeira da Talica, Monte Delgado, Ribeira de Cobres, Medronheiros, Vale-Fresco, entre outras zonas.</p> <p>Paulo Neto, presidente da Câmara Municipal de Mértola, testemunhou que a classificação do Parque do Vale do Guadiana não só valoriza a região, como alivia, de certa forma, as autarquias, uma vez que a sua gestão e financiamento de projectos são, essencialmente da responsabilidade do governo. Para o autarca, a preservação e valorização da flora e fauna através da criação de parques, como é o caso no Vale do Guadiana, deverá estar</p>
--	--	--	------------------------	---

				<p>'em perfeita sintonia com os interesses da população, não prejudicando o desenvolvimento da região'.</p> <p>Uma das questões que de certa forma vem ao encontro das reclamações da autarquia é o controlo da criação e renovação das reservas especiais de caça. 'Assistimos a um alastramento despropositado de coutadas, muito para além do que devia ter acontecido. Não somos contra as reservas, mas sim contra a forma desordenada como têm sido criadas até aqui'.</p>
15/12/95 Pág. 4	Política	Raul Oliveira	<i>Foral de Sines tem 633 anos</i>	<p>" A reconstituição do que terá sido a chegada a Sines, há 633 anos, do foral outorgado pelo rei D. Pedro I, que libertou a vila da dependência de Santiago do Cacém, constou, pela primeira vez das comemorações do Dia do Município, tendo sido presenciado por milhares de pessoas, que acompanharam e vibraram com as peripécias da representação, que se desenrolou pelas ruas do centro histórico e no interior do castelo da vila. (...)".</p>
10/12/95 Pág. 11	Actual	Alberto Franco	<p><i>Câmara de Barrancos continua a tentar adquirir o Castelo</i></p> <p><i>Impasse em Noudar</i></p>	<p>"O processo da compra do castelo medieval de Noudar pela Câmara Municipal de Barrancos, com vista ao seu aproveitamento cultural e turístico, encontra-se numa situação de impasse, devido a divergências entre a autarquia e o Instituto de Conservação da Natureza (ICN), por um lado, e os proprietários daquele monumento. A fortaleza, integrada na Herdade da Coitadinha, foi vendida em hasta pública, no século XIX, e pertence desde há duas décadas a uma família de Barrancos, embora sempre tenha estado aberta aos visitantes.</p> <p>Através do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para o ano em curso, o anterior governo atribuiu à Câmara de Barrancos 145 mil contos, destinados à aquisição de Noudar. No entanto, a autarquia corre o risco de perder esta verba, até ao final do ano, por falta de aplicação, pois os problemas criados pelo falecimento de um dos proprietários de Noudar estão a dificultar o avanço das negociações.</p> <p>(...)</p> <p>O município iniciou os contactos para a aquisição da fortaleza e da Herdade da Coitadinha há cerca de dois anos, quando Noudar esteve para ser vendido a empresários ligados ao sector da caça, que ali pretendiam criar um couto.</p> <p>(...)</p> <p>O interesse do município no aproveitamento das potencialidades de Noudar começou há mais de 10 anos através do apoio a escavações arqueológicas e da realização de obras de restauro, substituindo-se assim aos proprietários, que nunca se preocuparam com a conservação daquele espaço. Num futuro próximo, a efectivar-se a compra, a Câmara pretende criar na região de Noudar um parque natural, abrangendo parte dos concelhos de Barrancos e Mourão, proposta que, recorda António Tereno, 'já foi apresentada à anterior ministra do Ambiente'.</p> <p>O futuro parque, num cenário de grande beleza natural junto à fronteira, terá uma componente educativa, turística e económica. De acordo com António Tereno, 'vamos propor à Universidade de Évora a instalação de um pólo da disciplina de Ecologia Terrestre. Queremos também recuperar a antiga vila, para criara ali algumas unidades de</p>

				<p>turismo de habitação, que irão certamente gerar novos postos de trabalho. O parque pode ainda contribuir para proteger a flora, reanimando, designadamente, o montado, e as espécies faunísticas regionais'.</p> <p>O financiamento deste projecto, assegura o presidente, 'é facilitado pelo facto de se tratar de um parque transfronteiriço - será a continuação natural do parque espanhol da Serra de Aracena e dos Picos de Aroche - o que nos permite recorrer a fundos comunitários, como o Interreg'."</p>
--	--	--	--	--

<i>Diário do Alentejo</i>	Rubrica	Enunciador - Reportador	Título	Resumo
19/1/96 Pág. 13	Actual	Alberto Franco	<i>Caçadora e poeta popular de Amareleja faz 98 anos Lembranças de Isabel</i>	“(...)Há 70 ou 80 anos vivia-se no Alentejo o auge da expansão agrícola em consequência do incremento da cultura dos cereais. As diferenças sociais eram ainda mais acentuadas, e, como lembra Isabel Lembranças, ‘os ricos eram muito ricos’. Em Amareleja, a maior freguesia do concelho de Moura, ‘quase toda a gente trabalhava no campo. Havia três ou quatro lavradores poderosos e muitos seareiros (...)”.
9/2/96 Pág. 14	Reportagem	Luís Rocha	<i>III Congresso da Agricultura Alentejana Em Defesa da ajuda aos cereais e do empreendimento de Alqueva</i>	<p>“O problema dos cereais constitui um espaço importante do debate. Um dos participantes, o eng. Armando Pinto referiu que ‘O Alentejo produz mais de 60 por cento da produção nacional de cereais, embora haja hoje gente que parece querer admitir a possibilidade de virmos a reduzir (...) ou a eliminar a produção no Alentejo (...) nunca consegui sequer equacionar essa possibilidade, nem acredito que alguma vez possa vir a acontecer. A menos que queiram transformar todo este imenso território numa reserva de índios’. (...)</p> <p>Para Armando Pinto, a ‘reforma da PAC veio alterar completamente os dados da agricultura alentejana. Ao fim e ao cabo, os agricultores alentejanos ficaram, mais do que os outros agricultores de outras regiões, completamente dependentes de pagamentos administrativos. Calculo que em média, cerca de 65 por cento dos rendimentos agrícolas (excluindo os florestais) desta região dependem de pagamentos do INGA. Mal ou bem, caiu-se numa situação terrível. Os agricultores alentejanos detestam pagamentos públicos, mas para sobrevivem economicamente, têm de os defender com unhas e dentes’.</p> <p>Assim sendo, ‘a perspectiva do desaparecimento, ainda que progressivo (até ao ano 2002) da ajuda co-financiada que hoje incide sobre os cereais é para os agricultores alentejanos impossível de suportar, porque se traduzirá objectivamente no ‘golpe de misericórdia’ à sua actividade mais representativa e mais importante’, sublinhou o orador.</p> <p>Esta questão (...) é retomada na intervenção do eng. Manuel Quadros e Costa, presidente da Associação de Agricultores do baixo Alentejo. O orador apelou ‘aos nossos governantes e políticos em geral que apresentem à Comissão Europeia uma proposta bem fundamentada que traduza a especificidade da agricultura e economia alentejana, de forma a que se altere o regulamento que prevê o desmantelamento da ajuda co-financiada, mantendo-a aos preços de 1995, ou seja paga em parte pela UE ou por Portugal, única forma de repor algumas esperanças aos agricultores da região.’</p> <p>‘Caso urgentemente não seja reposta esta réstia de esperança (...) avizinha-se (...) a ruptura da coesão</p>

				<p>económica e social da região, objectivo tão caro à UE, o que será uma vergonha para todos nós.’</p> <p>A manter-se esta política, conclui Manuel Carlos ‘o Alentejo voltará na (sua) maior parte à charneca improdutiva que o ocupava há um século atrás, quando não havia regime cerealífero, ficando gravado na história dos Portugal os nomes de políticos do nosso tempo como os principais responsáveis por esta catastrófica situação, não só económica, mas fundamentalmente social’.</p> <p>(...) refere o texto das conclusões, será necessário considerar o sector como prioritário, mobilizando recursos e retirando entraves e restrições às áreas de aptidão para o olival’.</p> <p>Na área da floresta, os congressistas chamaram à atenção para a necessidade de uma ‘política inequívoca por parte do Governo relativa ao fomento florestal’ e propuseram a criação de um instituto suberícola que coordene e desenvolva os trabalhos relativos à cortiça. Propuseram igualmente a revisão do estatuto fiscal relativo aos rendimentos da floresta, a aplicação de medidas eficientes de combate aos fogos e a criação do estatuto de produtor suberícola exclusivo.</p> <p>Relativamente à pecuária extensiva, os criadores de gado manifestaram grandes apreensões em relação ao futuro, tendo em vista a descida anunciada dos preços (...).</p> <p>A nível da comercialização, os congressistas sublinharam que (...) os cerealeiros portugueses, através das suas organizações de concentração da produção, comercializaram 70 por cento da produção nacional. Assim sendo, dizem tornar-se imperioso que parte dos silos hoje em poder da APAC (...) sejam devolvidos às organizações da lavoura, a fim de lhes darem a devida e necessária utilização, porquanto a PAC os tem vazios’.</p> <p>Na opinião dos congressistas, ‘o aproveitamento dos recursos hídricos do Guadiana, através do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, assume pela sua expressão, uma importância decisiva no desenvolvimento socioeconómico da região’ e sublinham que ‘a competitividade futura da agricultura alentejana exige um esforço adicional de investimento para a modernização e instalação de novos regadios privados e públicos que beneficiem as restantes zonas da região’.</p>
9/2/96 Pág. 15	Reportagem	LR	<i>Ministro garante aos agricultores Não está prevista a repartição da terra</i>	<p>“Gomes da Silva (...) disse que ‘há especificidades próprias na agricultura alentejana que (...) têm andado esquecidas e que não têm tido, por parte dos apoios e programas de desenvolvimento, a ajuda, muitas vezes, uma ajuda de estímulo. (...) os cereais são uma componente muito importante do suporte da agricultura nesta região, são das produções com maiores dificuldades, com maiores problemas para a sua continuação, nomeadamente no domínio de sequeiro’.</p> <p>(...) ‘o problema associado aos cereais e que dá pelo nome de ajuda co-financiada é um problema sagrado nesta matéria. Quero assegurar-vos que o ministério da Agricultura (...) encarará (...) a renegociação deste problema no âmbito da UE, para encontrar uma solução que permita que a cultura de cereais não esteja condenada (...)’.</p>

				Gomes da Silva disse 'estar convicto de que na UE (...) não estão predispostos para destruir nenhuma das regiões da Europa e que serão sensíveis aos argumentos (...) para a manutenção de uma cultura de base cerealífera no sequeiro do Alentejo, desde que integrada num sistema agrícola que tenha outras saídas e não fique a viver exclusivamente dessa cultura. (...).'
16/2/96 Pág. 9	Entrevista	Joana Gomes	<i>Paulo Neto, presidente da Câmara de Mértola, faz o balanço de dois anos de mandato Os caminhos do desenvolvimento</i>	<p>"(...) A câmara ainda está muito aquém de ver concluído o saneamento básico em todo o concelho. (...)</p> <p>'Na Vila de Mértola, há um trabalho verificado ao nível do património histórico e da arqueologia, com pessoas altamente qualificadas nessa matéria. Temos apostado na parte cultural com a criação de alguns museus e recuperação de monumentos históricos, a sua divulgação e promoção. Com este incremento verificamos, nomeadamente no comércio local efeitos bem visíveis. (...).</p> <p>Este dinamismo tem como consequência o emprego de algumas dezenas de pessoas (...).</p> <p>A nível do turismo continuamos a procurar valorizar as potencialidades que temos. A criação do Parque Natural do Guadiana é disso prova com sítios muito aprazíveis, desde o Pomarão ao Pulo do Lobo (...). A Câmara deu há anos passos para fazer a ligação promocional entre Mértola e Vila Real de Santo António, através do rio, além da candidatura a pequenos programas através dos quais foi possível recuperar moinhos antigos que trazem alguma actividade aos locais (...).</p> <p>Este não é a única via para promover o desenvolvimento no concelho, visto este ser predominantemente agrícola, área onde tem de haver também apoios virados para a agricultura para investir, empregar e promover a actividade.</p> <p>Nunca podemos é perder de vista a actividade cultural que, reforçando a nossa identidade, movimenta muita gente com actividades ligadas ao sector do turismo.' (...)"</p>
16/2/96 Pág. 11	Actual		<i>Parque de Noudar avança</i>	<p>"A aquisição da Herdade da Coitadinha, onde se situa o castelo de Noudar, continua num impasse (...).</p> <p>(...) apesar disso, a 'Câmara decidiu avançar com a constituição da Associação de Desenvolvimento Barrancos/Moura', primeiro passo para a criação de um parque natural na região de Noudar. (...).</p> <p>O parque, cuja proposta de criação foi apresentada à anterior ministra do Ambiente, terá uma dimensão educativa, turística e económica', disse o autarca.</p> <p>A Câmara de Barrancos, em colaboração com a Universidade de Évora, pensa ali instalar um pólo da disciplina de Ecologia terrestre, criar unidades de habitação na antiga vila de Noudar e revitalizar e proteger a flora e fauna regionais.' (...)"</p>
23/2/96 Pág. 9	Actual	RO	<i>Ambientalistas contra traçado de oleoduto</i>	<p>"Alguns membros do grupo ambientalista Lontra e proprietários dos terrenos circundantes da lagoa de Santo André arrancaram dezenas de estacas de madeira com que a Companhia de Combustíveis do grupo Petrogal tem vindo a demarcar o traçado do oleoduto Sines/Aveiras de Cima.</p> <p>(...) Ludgero Paninho (presidente da Lontra) 'os terrenos quando foram expropriados foram-no com o intuito de ser criada uma reserva natural. Logo não aceitamos que</p>

				<p>Ihe seja implantado agora um oleoduto que vai colidir com as suas aptidões e características de área essencial para a nidificação e refúgio de mais de 200 espécies diferentes de aves, entre as quais 60 protegidas por legislação nacional e internacional’.</p> <p>João Nunes, presidente do Parque Natural, denunciando o processo ‘nada transparente (...)’ afirmou ter o INC ‘já manifestado por escrito a sua discordância, por entender completamente errada a passagem do oleoduto por uma zona húmida extremamente importante, como a Lagoa de Santo André (...)’ (...).’</p>
8/3/96 Pág. 9	Entrevista	Joana Gomes	<i>Presidente da Câmara de Moura, fala sobre o Alentejo 'Alqueva é o grande trunfo para o desenvolvimento'</i>	<p>“(...) ‘o trunfo mais significativo em termos de desenvolvimento é, obviamente, Alqueva (...) porque é um projecto estruturante para o Alentejo, para a região da margem esquerda do Guadiana para o concelho de Moura. De qualquer maneira, também apostamos no desenvolvimento de algumas indústrias e pequenas unidades.</p> <p>(...) Neste momento existe uma grande apetência para a instalação de pessoas na Aldeia da Estrela. Há pessoas interessadas em casas degradadas da aldeia. Isto não só reabilita o espaço urbano como possibilita que mais pessoas venham para aqui viver, nem que seja só durante o fim-de-semana. Traz mais valias para o concelho (...). Os grandes reflexos só se fazem sentir quando o regadio for uma realidade. Esta é uma questão a dar frutos no longo prazo. O regadio traz muito mais emprego à agricultura e a possibilidade de instalação de agro-indústrias com a transformação dos produtos da terra.’ (...).”</p>
8/3/96 Pág. 11	Actual	Joana Gomes	<i>O Alentejo tem recursos hídricos suficientes</i>	<p>“(...) Por falta de uma cultura de preservação e uso criterioso da água, um dos grandes problemas continua a ser os focos de poluição. A agricultura apresenta-se como um dos principais poluidores dos recursos hídricos, ao lado das águas ruças de lagares de azeite que representam mais de 60 por cento da contaminação provocada pela indústria portuguesa. Seguem-se a descarga de águas residuais urbanas não tratadas e com tratamentos deficientes, lixeiras selvagens espalhadas pela região, águas de algumas indústrias e actividades mineiras. (...)”.</p>
22/3/96 Pág. 3	Em foco	Joana Gomes	<i>Castro e Brito satisfeito com êxito da Ovibeja 'É preciso um programa muito urgente para o Alentejo</i>	<p>“(...) ‘A região sofre de alguma depressão que provém da falta de estruturas, principalmente as escolas. A falta de qualidade do ensino no nosso país e na nossa região é óbvia, a mentalidade reaccionária dos nossos agricultores que não aceitam as regras do jogo que existem e não aceitam começar a comercializar em conjunto, respeitando os seus agrupamentos (...) as suas instituições (...) as suas cooperativas, porque elas são deles e não dos dirigentes. Os nossos agricultores não vão às assembleias gerais resolver os seus problemas, deixam o crédito agrícola ser gerido em Lisboa (...). Estas situações são da culpa das pessoas que cá estão. É preciso que reconheçam —eu próprio reconheço os meus handicaps à volta deste sistema. (...).</p> <p>(...) a Ovibeja apela a isso, faz ressurgir aspirações, sentimentos, como por exemplo de um programa estratégico para o Alentejo.</p>

				(...) Defendo um maior protagonismo da sociedade civil. Só assim é que as pessoas poderão modificar a sua vida. Não é necessariamente uma nova política. Se a sociedade civil não funciona, as regiões não se desenvolvem'. (...)"
29/3/96 Pág. 3	Em Foco	JG	<i>António Guterres no encerramento da ovibeja 'Sem Alentejo não há Portugal'</i>	<p>"Aproveitando o êxito da Ovibeja (...) António Guterres disse que a estratégia de desenvolvimento só triunfará se unir duas vontades de ferro: a dos alentejanos que teimam em lutar pela sua terra com esperança no futuro e a do Governo que deve compreender que 'sem o Alentejo não há Portugal'.</p> <p>Entre outras metas, o primeiro ministro abordou a redefinição da política agrícola, a aposta em áreas tão diversas como a indústria, os serviços e o turismo, numa acção conjunta de forma a aproveitar o potencial da região.</p> <p>Para António Guterres, um dos trunfos do Alentejo, situado entre o eixo Lisboa-Madrid e Algarve, prende-se com o facto de ser 'porventura a única região do país que não está poluída nem natural, nem paisagisticamente'.</p> <p>(...)</p> <p>O primeiro ministro referiu-se (...) a um misto de emoção e de raiva. 'De emoção por ver de novo o Alentejo tão verde, tão bonito, e de raiva, por ver que tanta água caída foi parar ao mar por Alqueva não estar ainda construída. Para aqueles que diziam que não se podia construir Alqueva por falta de água, ficou provado que o problema é vontade política, de decisão'.</p> <p>(...) 'está para nós em causa um projecto nacional cuja decisão irreversível foi tomada mesmo antes de termos garantido o financiamento comunitário. É um projecto que se insere numa acção integrada de desenvolvimento, visto que não basta ter água, é preciso que essa água seja aproveitada da melhor maneira, transformando a agricultura de grande parte da região'.</p> <p>(...)</p> <p>'O sequeiro está, em certas zonas, ligado ao ecossistema e faz parte integrante do povoamento. Sem o sequeiro e a pecuária extensiva a ele ligada não há povoamento possível em certas áreas do Alentejo'.</p> <p>Demonstrando uma maior intervenção do Governo junto da UE, o primeiro-ministro falou da aposta em produções que possam ter nesta região 'elevados níveis de rentabilidade e contribuir para desenvolvimento global da nossa agricultura'. (...)"</p>
29/3/96 Pág. 7	Opinião	Rui Lampreia	<i>O Alentejo é uma paixão</i>	<p>"Tem sido com um olhar de estupefacção e ironia que tenho observado o slogan 'O Alentejo é uma paixão' (...).</p> <p>Compreendo que todos estes valores da vida se tornam cada vez mais escassos e que aqui, por questões de enquadramento histórico, social e físico, ainda vão tendo continuidade, por enquanto. Entendo que a vida nos centros urbanos chegou a um ponto insuportável, apesar das inúmeras solicitações culturais que se oferecem; por fim, as ajudas económicas para a agricultura, a caça, o turismo rural na União Europeia facilitem e sirvam de factor dinamizador de toda a procura que a região tem tido nos últimos anos.</p> <p>Por tudo isto, meus senhores venham (...). Tragam a vossa desesperança, porque aqui nós ensinamo-lhes</p>

				como é viver com esse nobre sentimento que dá pelo nome de esperança e anda de braço dado com o suicídio que baila a sua dança macabra no laço corredio de uma corda. (...)"
5/6/96 Pág. 5	Política	Alberto Franco	<i>Câmara de Barrancos combate poluição espanhola</i>	<p>"(...)</p> <p>Algumas zonas do rio Múrtega, especialmente junto do açude da Pipa, apresentam grandes manchas de espuma e vestígios de oleosidade. A decisão de interromper o fornecimento de água foi tomada após reunião do presidente da Câmara (...) como governador civil de Beja (...).</p> <p>Segundo António Tereno, 'a poluição do Múrtega (...) deve-se a descargas de indústrias espanholas (...) onde existem diversos matadouros e empresas corticeiras e de lavagem de minério'.</p> <p>(...)</p> <p>Esperamos agora o resultado das últimas análises (...) e que o poder central desenvolva esforços junto de Espanha para evitar novas descargas poluentes'. (...)."</p>
19/4/96 Pág. 3	Em foco		<i>Bispo de Beja em entrevista à revista Além-Tejo 'Estou convertido ao Alqueva'</i>	<p>"(...) Para D. Manuel Falcão, o futuro do Alentejo está em quatro vias: agricultura (...) florestação, caça e turismo rural, relativamente às quais as universidades podem desempenhar um papel decisivo. 'estou muito de acordo com os políticos que dizem que é preciso associar o poder às universidades, aos pensadores, aos técnicos. Felizmente isso começa a surgir um pouco (...)'.</p>
3/5/96 Pág. 12	Actual	Luís Rocha	<i>Pequenos e médios agricultores criam Conselho Agrícola Consultivo</i>	<p>"(...)</p> <p>O documento que distribuíram sublinha que os pequenos e médios agricultores desempenham funções insubstituíveis na 'ocupação do território alentejano, na salvaguarda do ambiente e do mundo rural, na manutenção de milhares de postos de trabalho, na contribuição que damos para a economia regional. Se nunca vivemos num mar de facilidades, (...) os últimos anos têm sido uma calamidade: depois da PAC veio a seca (...) e agora (...) veio a chuva em demasia'.</p> <p>'A distribuição dos dinheiros da UE tem favorecido e continua a favorecer sobretudo os agricultores que 'tendo milhares de hectares de terra, podem viver sem produzir, auferindo grossos rendimentos em cortiça (em geral de montados mal explorados) da caça ou das rendas, quando não se verifica um escândalo como o de Thierry Roussel no Brejão, (...) que era apontado pelo Governo como um exemplo (...) e que sozinho, abarbatou cinco milhões de contos e faliu (...)'.</p> <p>Também dizem, as diversas políticas agrícolas (...)</p> <p>'sempre foram estabelecidas em função dos interesses de quem tem muita terra e não de nós que temos alguma, pouca ou nenhuma, como acontece com os seareiros'.</p> <p>Paralelamente a esta situação, 'os preços de tudo o que precisamos para trabalhar e cultivar a terra ou fazer mancio dos animais, foi sempre a subir', queixam-se os pequenos e médios agricultores.</p> <p>Têm contudo uma queixa maior e que é, sublinham, a chamada política de ziguezague: ora agora investe e produz, ora agora desinveste e faz pousio; ora agora intensifica, ora extensifica.</p> <p>Esta política, na sua perspectiva, já conduziu muitos agricultores à falência ou encontram-se às portas da falência. E 'os que persistem é à custa de muito trabalho</p>

				<p>cada vez mais desvalorizado, e à custa do sacrifício das nossas famílias’.</p> <p>(...) reclamam que as políticas nacionais e comunitárias tenham em conta a especificidade da agricultura familiar e garantam o direito a produzir e o direito a serem pagos justamente pelo seu trabalho e a sua produção’.</p> <p>Isso passa por (...): libertar a exploração familiar das limitações impostas pelas quotas de produção, embora aqui tenha de se ter em conta o respeito pelo ambiente e os encabeçamentos razoáveis; a garantia de prémios a todos os animais; o pousio (set-aside) obrigatório ou não, possa ser utilizado para pastoreio; possibilitar a expansão de áreas de produção regionais de alta qualidade, como o vinho e o azeite e outros produtos para que a região está vocacionada, como o trigo rijo e o tomate. Dizem os agricultores (...) que ‘se há produções excedentárias, que se limitem os que na Comunidade Europeia fazem agriculturas intensivas e não a nós, que somos uma migalha na Europa’.</p> <p>(...) as ajudas aos preços e os prémios, dizem, deve ser para quem produz e devem compensar menores capacidades dos solos, a menor dimensão económica das explorações ou as dificuldades resultantes da comercialização dos produtos em virtude de os mercados se encontrarem afastados das zonas de produção.</p> <p>(...) ‘Ninguém pode estar interessado na nossa falência’. Assim sendo, propõem que se avance ‘com um programa sério de desendividamento, com moratórias e empréstimos à taxa zero, capazes de acudir ao desastre’, do mesmo modo que há que estabelecer créditos a taxas bonificadas, à semelhança de outros países, relacionadas com as nossas produtividades agrícolas’.</p> <p>(...)</p> <p>No final, estas entidades assinaram um protocolo de que resultou a constituição de um Conselho Consultivo Agrícola da Região Alentejo. A criação desta nova estrutura (...) foi apoiada pela CNA.</p> <p>Em representação da CNA esteve presente João Vieira, que no final defendeu que ‘a PAC não foi criada para apoiar os pequenos e médios agricultores, porque a sua filosofia é a concentração da produção agrícola. Ora, isso é quanto a nós um erro de concepção, particularmente no que diz respeito ao nosso país, tendo uma componente de pequena e média agricultura, todo o esforço deverá ser consagrado aí, se não o for, o resultado será a desertificação, como já vamos verificando em vastas áreas do país’. (...).”.</p>
3/5/96 Pág. 13	Actual	Alberto Franco	<i>As apostas de Barrancos</i>	<p>“(...) o turismo continua a ser uma das grandes apostas da Câmara de Barrancos. ‘Já avançámos com o plano de recuperação e dinamização do vale do Múrtega, que incide sobre o leito do rio, os açudes, e os moinhos e casas dos moleiros. Incluindo o castelo de Noudar (...). Na região de Noudar pretende-se criar um parque natural abrangendo parte dos concelhos de Mourão e Barrancos. (...).</p> <p>Na óptica de António Tereno, o desenvolvimento do concelho depende, ainda, da melhoria das vias de comunicação. ‘As estradas que temos são um obstáculo</p>

				para os forasteiros', lamenta. (...)". Segundo António Tereno, o campo de actuação da Arraiana (associação destinada ao desenvolvimento de Moura e Barrancos) será vasto. Mas (...) um dos grandes objectivos é a criação do parque natural Barrancos-Mourão que terá no castelo de Noudar um dos principais atractivos, aproveitando as potencialidades naturais da região. Entre outras infraestruturas, projecta-se instalar no futuro parque um pólo da disciplina de ecologia terrestre, em colaboração com a Universidade de Évora. Noutra âmbito, a associação tentará dinamizar um conjunto de actividades tradicionais, transformando-as em factor de desenvolvimento. 'Estou a lembrar-me', refere, "da produção de cerâmica, do fabrico de queijo e mel, e de outras actividades um pouco esquecidas'.
17/5/96 pág. 13	Actual	Joana Gomes	<i>Agricultores bejenses criticam Governo</i>	"Os homens da terra, cientes de que constituem a base da economia da região, lançaram fortes críticas ao plano de regionalização das culturas arvenses; à descida das ajudas ao hectare, à não aprovação de projectos ao Pamaf e à indefinição das promessas feitas sobre a criação da linha de desendividamento. (...)".
7/6/96 Pág. 9	Sociedad e	Raul Oliveira	<i>Santiago tem futuro</i>	"(...) Agricultura e ambiente foi o tema do colóquio que permitiu fazer a análise do passado e perspectivar o futuro. Do passado ressaltaram as incompatibilidades entre duas componentes; sobre o futuro abordou-se a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento, respeitando o ambiente (...)".
7/6/96 Pág. 9	Sociedad e	Alberto Franco	<i>Chumbo opõe Quercus à Junta de Freguesia de Mourão</i>	"O núcleo de Beja da associação ambientalista Quercus está contra a prática de tiro aos pratos num terreno próximo da albufeira do cinzelho de Mourão. 'O Chumbo disparado pelos atiradores acumulou-se na albufeira e porque é um produto tóxico, envenena a fauna e a flora aquáticas e pode pôr em causa a saúde pública. Com efeito, três das captações de água que abastecem a rede municipal situam-se a poucos metros da albufeira existindo risco de contaminação', diz o dirigente regional da Quercus. (...)".
14/6/96 Pág. 5	Política	Joana Gomes	<i>Guterres no Litoral Alentejano no dia mundial do Ambiente Autarcas contra Protali</i>	"(...) A assinalar o dia mundial do Ambiente, António Guterres defendeu que devem ser criadas compensações para motivar os portugueses a preservar o património natural. 'Não é justo que um país exija sacrifícios às pessoas que vivem em zonas protegidas, em nome da necessidade de defesa e salvaguarda do ambiente, sem lhes dar as respectivas contrapartidas', disse, defendendo um modelo de desenvolvimento harmonioso que compatibilize 'o progresso e o bem estar das populações com o meio ambiente'. (...) Os recados ao Governo foram deixados pelo presidente da Câmara de Odemira, Cláudio Percheiro, que pediu a revogação ou alteração do Protali, considerando-o 'inconstitucional com irregularidades graves e que nos atormenta'. 'Excessivamente regulador, que desresponsabiliza a administração central, que intitula os autarcas de analfabetos, que põe em causa a democracia e a

				Constituição da República que instituiu o poder local'. É como Cláudio Percheiro apelida o Protali. Segundo o presidente da Câmara, o diploma 'é um autêntico atentado à vida das comunidades' sob pena de daqui a alguns anos se passar pelo concelho de Odemira e Sines à procura de espécies raras: 'o alentejano do litoral'. Denunciando promessas não cumpridas desde os anteriores governos (...) lembrou a António Guterres a necessidade de um plano de emergência para a região enquadrado numa operação integrada de desenvolvimento."
21/6/96 Pág. 6	Opinião	António Murteira	<i>Alentejo: um estudo sobre a sua base económica</i>	<p>"(...) Às portas do século XXI é uma situação retrógrada que mil e quinhentas famílias de grandes proprietários de terras sobreponham os seus interesses de classe aos de meio milhão de alentejanos e constituam um travão ao desenvolvimento de um terço do território nacional – o Alentejo. (...) 'A questão base dos problemas estruturais do Alentejo está na terra, na estrutura de posse e do uso a que correspondem baixos níveis de produtividade de grande parte das produções agrícolas, sobretudo cerealíferas, sendo já frequente o abandono dos campos' (Programa Operacional da Região Alentejo. Quadro Comunitário de Apoio/1994-1999, da responsabilidade do Ministério do Planeamento e da Administração do Território). 'A questão da estrutura fundiária, do uso da terra em sentido económico, é um problema histórico que faz parte da identidade dos alentejanos' (discurso do ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, João Cravinho em Portalegre, Fevereiro de 1996. 'Alqueva é uma nova aventura, mas sem se enfrentar o problema do uso da terra não há problema da água que se resolva; temos condições para superar este conflito histórico' (idem). (...)"</p>
12/7/96 Pág. 5	Política	Alberto Franco	<i>Combate à desertificação</i>	<p>"(...). Todas as zonas do Alentejo sofrem de desertificação", afirma Eugénio Sequeira, engenheiro que preside à equipa científica responsável pelo programa nacional contra a desertificação (...). 'Onde antes existia floresta, há hoje estevas e solos degradados, alguns com menos de 30 centímetros de profundidade, em resultado de tecnologias agrícolas erradas, que começaram com as campanhas agrícolas dos anos 30'. Tais solos têm menor capacidade de armazenar água e como tal, uma resistência inferior nos períodos de seca'. De acordo com Eugénio Sequeira, 'a erosão e o empobrecimento dos solos levam à decadência da agricultura, principal fonte de subsistência em regiões como o Alentejo, e, naturalmente, ao êxodo das populações para os centros', sublinha. 'Daí que um dos objectivos deste programa seja a criação de melhores condições de vida, capazes de travar a migração populacional', acrescenta. Para tanto, o programa baseia-se num conjunto de medidas agro-ambientais, que passam pela reflorestação dos solos, através de espécies autóctones, como a azinheira, e no fomento de um uso múltiplo da terra, o que implica a diversificação da produção agrícola, através da</p>

				<p>introdução de novas culturas, de que o pistácio e determinadas forragens arbustivas podem ser exemplo', salienta o técnico.</p> <p>Estas acções devem ser complementadas por investimentos noutras áreas, nomeadamente no sector do turismo ambiental. 'A execução do programa, que se estenderá durante duas ou três décadas, levará ao aumento do rendimento da terra e continuará para a criação de postos de trabalho durante todo o ano', garante."</p>
12/6/96 Pág. 9	Actual	Luis Rocha	<i>Corte de azinheiras no Alandroal</i>	<p>"Um agricultor do Alandroal (...) tem estado a proceder ao corte indiscriminado de azinheiras. Segundo dados do Instituto Florestal (IF), já cortou cerca de 3 500. Trata-se de um crime punido por lei (...).</p> <p>(...) na opinião do responsável do IF 'o que fizeram ali é um crime. No Alentejo, aqueles solos, tirando-lhes as azinheiras, a seguir é o deserto'.</p> <p>Sobre os motivos que terão levado o agricultor a cortar as azinheiras, Francisco Lopes disse que 'ainda há pessoas que no Alentejo pensam em intensificar a cerealicultura em determinado tipo de solos. Ora, adiantou, eu sou apologista que o Alentejo nunca poderá deixar de fazer cereais. Por exemplo, os barros de Beja. É impensável nos barros de Beja não continuar a fazer cereais. Mas naqueles solos, que são solos esqueléticos, que a única produção que ainda têm é o montado de sobre e de azinho, retirando-lhes o montado de azinho, ficam sem qualquer protecção e, portanto, sujeitos a todas as erosões possíveis, e o pouco solo que hoje são, solos com uma espessura de cinco ou dez centímetros, são solos esqueléticos aquela espessura vai sendo toda arrancada pela erosão e o que a está ainda a evitar são as azinheiras'.</p> <p>(...)</p> <p>Relativamente às penalizações previstas na lei para estes casos, o delegado do Instituto Florestal de Évora adianta que (...) 'nos termos da lei proteccionista do montado de azinho, o crime compensa. a penalização é relativamente baixa: são cerca de 700 ou 800 escudos por cada azinheira derrubada, que, apesar de tudo, é capaz de render quatro ou cinco contos para lenha. A lei que protege aquela espécie é de 14/77 que, neste momento, está em revisão (...)'.</p> <p>A floresta de sobre e azinho no Alentejo está em declínio generalizado. Tem diminuído a área destes montados e tem diminuído o número de árvores. As árvores morrem como morrem as pessoas. As causas são muitas: doenças, pragas, natureza dos solos, fogos secas. Uma coisa aparentemente simples como seja a substituição do porco de montanhas por grandes rebanhos de ovinos tem influência negativa nos montados. (...)"</p>
12/7/96 Pág. 11	Actual	Luis Rocha	<i>Ministro Gomes da Silva dá posse a subdirectores regionais do Alentejo 'A cultura de sequeiro um problema</i>	<p>"A agricultura não é aquela actividade residual à qual só se dedicam as gentes que outras coisas não sabem fazer. A agricultura é em Portugal uma condição necessária para o desenvolvimento e para o progresso de cada região e do todo nacional', disse em Evora o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.</p> <p>(...)</p> <p>Gomes da Silva disse que (...) 'O Alentejo tem um</p>

			<i>complicado'</i>	<p>problema complicado a resolver que é o problema do sequeiro. Terá que ser uma cultura extensiva e uma cultura com responsabilidades e com características de preservação dos recursos, uma vez que, sem água, o Alentejo é sempre, do ponto de vista agrícola, uma situação difícil.</p> <p>De qualquer maneira, adiantou (...) 'estamos empenhados em aumentar também o regadio no Alentejo e, com isso, melhorar as condições de produtividade com água. O Alentejo é uma excelente região agrícola e nas zonas onde não pode dispor de água teremos de ter uma agricultura adaptada às condições de sequeiro, nomeadamente uma cultura extensiva, cerealífera e apoiada por exploração pecuária também extensiva, explorando as características das nossas raças locais para uma produção de qualidade'. (...)</p>
12/7/96 Pág. 3	Sociedade	Rosário Fernandes	<i>Carvalho da Silva opina sobre futuro do Alentejo Discutir o uso e posse da terra</i>	<p>" (...)</p> <p>'O Alentejo pode desenvolver-se se houver indústrias, se houver focos activos, se os serviços centrais do Estado não abandonarem a região, não provocarem sistematicamente dinâmicas de desertificação. Estes é que são os problemas, não há o combate à desertificação do Alentejo se não houver uma discussão do uso da terra. É partir da realidade concreta e com este povo (...) que vai haver evoluções'. (...)"</p>
2/8/96 Pág. 3	Em Foco	Carlos Pereira	<i>A última entrevista de Miguel Serrano 'Sou alentejano e não quero ser mais nada'</i>	<p>"(...)</p> <p>'Sou alentejano com todo o meu amor, com todo o carinho e não quero ser outra coisa. Sou acima de tudo alentejano. Um homem tem as suas raízes lá onde nasceu e onde esteve, e não muda. Um alentejano é sempre um alentejano. Ler o Torga sobre o Alentejo é tão bonito e eu acho, como ele, que o Alentejo é a província mais linda do país.</p> <p>E temos o homem alentejano, que é vertical, que é manso, é bom, é trabalhador. É difícil encontrar no país inteiro, gente como esta. Eu não tenho ido muito, nos últimos anos, ao Alentejo. Mas cada vez que vem cá um alentejano, choro; cada vez que vou lá, choro. O meu grande amor por Beja e aquela planície...</p> <p>(...)</p> <p>O alentejano continua a ser o mesmo homem que traz a liberdade nos olhos e na maneira de estar.</p> <p>O Alentejo nunca foi bem querido pelas salazarentas criaturas. Amigo, as fomes que aquele povo passou eram tremendas! Sabes, companheiro, sob o fascismo, o Alentejo era de meia dúzia de agrários e de mais ninguém. E, hoje – eu até tenho medo de dizer isto – o Alentejo voltou a ser de uns poucos, apesar da liberdade e de todas as lutas dos trabalhadores, dos desempregados, dos reformados, dos comunistas e de outros democratas, das autarquias ... mas confio em dias mais felizes para o Alentejo.' (...)"</p>
9/8/96 Pág. 3	Em Foco	Alberto Franco	<i>'Não passa cartão a ninguém' Ministro acusado de falta de diálogo</i>	<p>" A Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos (CAMB) contesta as medidas de gestão propostas pelo ICN para uma área de 84 290 hectares (...) incluída na Lista Nacional de Sítios Natura 2000.</p> <p>Num comunicado datado de 23 de Julho, os agricultores lamentam que o ICN não os tenha consultado e sustentam que a região será prejudicada pelas acções sugeridas na proposta de inclusão da Rede Natura 200,</p>

				<p>um levantamento de habitats de fauna e de flora selvagem, ao abrigo de uma directiva da União Europeia.</p> <p>O sítio em causa, incluído no Biótopo Corine Mourão-Barrancos, constitui, segundo o ICN, 'uma área muito heterogénea do ponto de vista biofísico', com condições para a permanência de espécies como o linco ibérico, o morcego, a abetarda e o grou.</p> <p>Como medidas de gestão, defende-se (...) a manutenção do sistema extensivo e produção cerealífera, um modelo de utilização múltipla do montado de azinho e a intervenção na regulamentação da actividade cinegética.</p> <p>Segundo a C.A.M.B., que representa quatro mil agricultores, manter o sistema extensivo cerealífero, 'terá um efeito absolutamente devastador na região'. Os actuais sistemas, justificam, não são extensivos, pois 'as rotações praticadas incluem-se entre as mais intensivas do Baixo Alentejo, existindo já casos de regadio', a nível dos trigos, forragens e girassol. Tais explorações são essenciais para a economia do concelho de Moura, assim como o cultivo de produtos hortícolas e de oliveiras em sistema de regadio, ambos prejudicados pelas propostas do ICN.</p> <p>Por outro lado, os solos ocupados por montados de azinho, pastagens espontâneas e matagais, de baixa qualidade do ponto de vista agrícola, estão submetidos, quase totalmente, ao regime cinegético especial, na forma de zonas de caça turística e de zonas de caça associativas e representam 'uma importante fonte de rendimento suplementar para os agricultores', diz o comunicado. Intervir na sua regulamentação, como pretende o ICN, 'sem o envolvimento quer dos produtores agrícolas quer dos gestores das zonas de caça', será uma iniciativa condenada a curto prazo.</p> <p>Para a C.A.M.B. é inegociável qualquer proposta de classificação que não assente no diálogo entre o ICN e as estruturas representativas dos agricultores locais. São ainda consideradas 'socialmente injustificadas' condicionantes que inviabilizam 'a instalação de novas áreas de olival ou de regadio locais'.</p> <p>Por seu turno, o vice-presidente do ICN rejeita as acusações dos agricultores, afirmando que, no passado dia 26 de Julho, teve lugar em Évora uma reunião entre autarcas alentejanos e responsáveis do instituto, onde foi debatida a questão da Rede Natura (...) 'não percebo porque somos acusados de falta de diálogo (...)'. (...)</p> <p>A C.A.M.B. considera também muito negativo que parte dos solos mais produtivos de Moura (...) não sejam beneficiados pelo regadio de Alqueva. (...) o comunicado avança uma explicação, defendendo que a água está a servir regadios noutras zonas. 'A água da ribeira de Ardila faz falta para regularizar o Guadiana a jusante do açude do Pedrogão', garante o comunicado."</p>
30/8/96 Pág. última	Última		<i>Mil azinheiras em perigo</i>	<p>"O núcleo regional da Quercus alertou as entidades responsáveis para o que se passa em diversas áreas de aparcamento de gado bovino nos concelhos de Alvito, Cuba e Viana do Alentejo, com a poluição de cursos de água e destruição de cerca de mil azinheiras.</p> <p>'Os aparcamentos em causa situam-se em zonas de</p>

				<p>montado de azinho e o facto dos animais estarem concentrados (...) leva ao aumento da carga orgânica que chega ao solo através dos dejectos, assim como à lesão dos troncos das árvores levam à sua morte', referem os responsáveis da Quercus em comunicado.</p> <p>A direcção regional da Quercus sublinha que o desenvolvimento sustentado passa pela conservação dos nossos recursos naturais e o solo é um desses recursos fundamentais.</p> <p>'Compreendemos que a actividade de criação de gado, nomeadamente nesta região, é uma actividade de importância para a economia regional, mas também sabemos que no Alentejo, onde a desertificação se constitui como o principal problema ambiental, a destruição do coberto vegetal que dá protecção ao solo e a sua poluição vão a prazo (...) conduzir à sua irreparável degradação'. (...)"</p>
20/9/96 Pág. 9	Reportagem em	Alberto Franco	<p><i>Aventuras de Jeremy, um canadiano em Barrancos na pista do Prestes João</i> Jornalista, historiador, escultor, professor, poeta, viajante ...</p> <p>NOTA: ARTIGO REPETIDO</p>	<p>" Há cerca de três anos, em véspera de Natal, Jeremy chegou a Barrancos, acompanhado de um amido, como ele de barba e cabelo branco. Entrou numa sociedade e, ao verem-nos todos se calaram. Até que alguém exclamou: 'olha o Pai Natal! E logo dois!' foi o início de uma bela amizade deste jornalista-historiador-poeta-viajante com a população.</p> <p>Quando Jeremy (...), 60 anos, canadiano, decidiu fixar-se em Barrancos, o presidente da Câmara advertiu-o: 'cuidado! Para quem vem do Canadá, aqui só há porcos e pedras!'. Não se assustou e acabou por ficar. Já lá vão três anos.</p> <p>No 'Palheiro de Jeremias' - como anuncia um azulejo à entrada de sua casa- esculpe, desenha, faz poesia e investiga a vida de Pero Vaz de Caminha, um viajante português do século XVI (...).</p> <p>A vida de Jeremy tem também ela detalhes de aventura. Não é um turista, mas um viajante. (...) lembra um velho marinheiro em terra, sem saudades do oceano, porque Barrancos, realça 'tem um sossego e uma população especial'.</p> <p>Originário da cidade de Vancouver, começou a trabalhar como jornalista, em diversos pontos do Canadá. Em 1963 desembarcou em Angola. Ali e em Moçambique fez reportagens sobre a guerra colonial (...) que desagradaram às autoridades portuguesas.</p> <p>(...)</p> <p>Regressa a Lisboa em 1975 (...) 'para escrever sobre a revolução'. Desta vez veio para ficar. Fixa-se em Almoçageme, no concelho de Sintra e lecciona inglês na Faculdade de Letras de Lisboa. (...) estuda arquitectura tradicional portuguesa, dedica-se à recuperação de casas antigas (...).</p> <p>(...)</p> <p>O ambiente tranquilo da vila presta-se aos estudos de Jeremy. Na casa que adquiriu e recuperou com notável bom gosto, um antigo palheiro com paredes de xisto e quintal para os olivais em redor, vive com dois cães, Bica e Galão, rodeado de livros, pinturas e peças de cerâmica (...)."</p>
4/10/96	Em foco	Joana	<i>Uvas em vez de</i>	"(...)"

Pág. 2		Gomes	<i>cereais</i>	<p>o ministro da Agricultura, Gomes da Silva, veio ao distrito de Beja (...) anunciar a consideração no orçamento geral de Estado de 48,5 milhões de contos para a agricultura portuguesa, verba que representa um acréscimo de 8,5 por cento relativamente ao anterior. (...)</p> <p>'Há aqui um esforço forte no sentido de apoiar os sectores que mais seriamente podem contribuir e estruturar uma produção para o futuro que consideramos fundamental na agricultura portuguesa'. E sublinhou que deixou de ser apoiado o arranque na vinha e, pelo contrário, conseguiu-se4 um acréscimo de 719 hectares para o seu plantio.</p> <p>Evitando a 'condenação definitiva do olival português', o titular da pasta da agricultura apelou 'aos homens da terra que combatam a proposta elaborada pela CE que contempla a ajuda às oliveiras e não ao azeite e, por outro lado concede às nossas oliveiras metade da ajuda atribuída às de Espanha ou Itália. (...)</p> <p>Alqueva é para Gomes da Silva uma obra fundamental para o desenvolvimento do Alentejo e da agricultura: 'até que a água chegue, procuraremos desenvolver os perímetros de rega já existentes, recuperando os que precisam e utilizando-os como verdadeiros pólos experimentais da introdução da cultura regada nesta região (...)'. Reagindo às palavras do ministro, o presidente da ACOs disse que 'o seu discurso representa uma viragem de 360 graus, relativamente ao que vinha prometendo desde o Congresso de Agricultores em Évora'. (...) lembrou que 'não é possível pôr o Alentejo a produzir uva de mesa', esquecendo os 90 por cento de agricultores que fazem cereais e exploram gado. 'As prioridades apontadas pelo ministro fazem-se lembrar a agricultura de sucesso do senhor Roussel', acrescentou o agricultor, para quem a existência de investimento tem de partir da situação real em que as pessoas vivem, o que, no Alentejo, passa pelos cereais e pelo gado em explorações de sequeiro. (...). O presidente da Acos sublinhou que as escolhas têm de ser feitas por todos e não apenas pelo Ministério da Agricultura (...). Também desapontado com as palavras do ministro, Quadros e Costa, presidente da Associação de Agricultores do Baixo Alentejo, referiu que os agricultores não têm condições para prosseguir se não forem considerados os cereais como cultura de base desta região e a linha de desendividamento . 'Continuamos na mesma morte lenta que se acentua desde os tempos da governação de Cavaco Silva' (...). Quadros e Costa é favorável às culturas alternativas, à aposta no azeite, na vinha, nos hortícolas com recurso a regadio mas 'através de uma política concertada e organizada que contemple essas alterações ao longo dos próximos anos e não assim de repente'. (...). </p>
4/10/96 Pág. 7	Opinião	Baptista Candeias	<i>Do celeiro à eira da fome</i>	<p>"A morte de um trabalhador não é mediática, só quando se suicida, o que vai sendo banal para as bandas do Sul, um modo de pôr fim ao desemprego e à solidão, mesmo assim não tem nome. 'Um trabalhador! ... um</p>

				<p>sexagenário foi encontrado morto...’.</p> <p>Não surpreende que só recentemente soubesse do falecimento do António Matilde que, embora doente, deixa profundo pesar aos amigos. Conhecedor de todos os segredos da agricultura, marido, pai, avô exemplar e dedicado, todos lhe devem muito a ele e aos da sua geração (...), testemunhas de um passado tenebroso e mal conhecido.</p> <p>Não houve um cronista para fixar estes tempos ominosos, sem estradas, luz, água canalizada, esgotos, pontes. Um matagal vinha até às paredes da aldeia. Foram estes heróis (...) que desbravaram as herdades, arrotearam o solo, semearam a terra para que o pão brotasse farto para poucos, minguido para eles. Pioneiros de uma gesta que não pode ser esquecida, transformadores da charneca no celeiro que foi de Portugal.</p> <p>O trabalho de sol a sol, a fêria de miséria, a luta nas praças de jornas, afloram, mais tarde, nas páginas de Fialho de Almeida, Brito Camacho, Manuel da Fonseca, Urbano Tavares Rodrigues.</p> <p>E, no entanto, foi neste quadro que surge a canção alentejana na máxima expressão e riqueza melódica. O canto nascia espontâneo e límpido na rua, no trabalho, na taberna.</p> <p>(...)</p> <p>Rurais e seareiros, que faziam a terra pior à razão de três sementes, um molho para o agrário e dois para ele, acarretando o resto para a eira, onde se fazia a debulha, que por razões óbvias se chamava a eira da fome. Hoje tudo se encaminha para as coutadas, pousio, campos de golfe. Os espoliados e excluídos, reduzidos à condição de proletários sem trabalho e sem terra, emigraram.</p> <p>(...)</p> <p>(...). Hoje nas eiras crescem os cardos e as terras voltam a cobrir-se de matos.”</p>
4/10/96 Pág. 15	Actual	TC	<i>MARD actualiza em Estremoz propostas para regionalização e desenvolvimento</i>	<p>“(...)</p> <p>O MARD defende a concretização das obras de empreendimento de fins múltiplos de Alqueva (...). Outras propostas referem-se à criação de um sistema de comercialização das produções agro-pecuárias e florestais, a definição de uma política de apoio ao investimento e a criação de um programas de construção, obras públicas, acessibilidades e outras infra-estruturas. Para o movimento alentejano é necessária a definição de posse e uso da terra e de um projecto regional agrícola (...).”</p>
18/10/96 Pág. 13	Actual		<i>Turisart 96, em Beja A vida está difícil, mas ...</i>	<p>“(...)</p> <p>O Alentejo aparece ainda como um tesouro escondido, onde os ritmos das pequenas urbes se movimentam humanamente e os campos mantêm a ruralidade própria pré-industrial.</p> <p>É difícil encontrar um local onde se pode estar sozinho com a natureza e, tão perto, gozar do prazer de estar com amigos diariamente, a beber uma bica ou comer um petisco.</p> <p>Há ainda alguns locais onde se pode viver em equilíbrio. Nesta II Feira do Turismo e Artesanato , a organização quer mostrar como é o Alentejo, nas suas vertentes humanas e naturais.</p>

				<p>Quer que o visitante possa saborear uma das melhores cozinhas do país (...) percorrer os campos em jipes de todo-o-terreno, moto ou bicicleta (...) escutar as vozes serenas dos nossos cantores, apreciar a audácia dos jovens estilistas, encontrar-se com os seus conhecidos 2 cavalos (...) dar uns tirinhos aos pratos em percurso de caçada de domingo, ensaiar um pequeno challenger no Guadiana, com tudo o que é desporto de natureza (...) tocar nos objectos produzidos pelos artesãos, ver, com olhos de ver, as enormes potencialidades desta região e diverti-se, divertir-se muito.”</p>
25/10/96 Pág. 11	Reportag em	Alberto Franco	<p><i>Moleiro em Odemira é funcionário público</i></p> <p>NOTA: artigo repetido</p>	<p>“No concelho de Odemira vive e trabalha o único moleiro do país que goza de estatuto de funcionário público. Há seis anos a Câmara Municipal contratou Leonel Guilherme para manter em actividade um velho moinho de vento que a autarquia recuperou, com objectivo de conservar a moagem tradicional.</p>
25/10/96 pág. 13	Actual	Luís Rocha	<p><i>Presidente da República em Évora</i></p> <p><i>'O Alentejo, o actual ou o de Alqueva, sem ajudas será um deserto futuro'</i></p>	<p>“O presidente da República presidiu à sessão de abertura (do congresso da Associação Portuguesa de Economistas Agrários) (...) abordou a questão 'da fragilidade das regiões predominantemente agrícolas do país' que disse, 'parecem consistir no envelhecimento e/ou na falta de fixação de populações jovens; na ausência de investimentos significativos (...) e no enfraquecimento da vida e animação locais (...)’.</p> <p>Depois, frisou 'a desigualdade de oportunidades tem agravado adicionalmente a vida dos agricultores portugueses, que hoje são parte desfavorecida da população activa, com um rendimento per capita que se estima em menos de metade do da indústria e, ainda menos, dos serviços’.</p> <p>(...) 'a redução do rendimento dos nossos agricultores foi a mais elevada da UE; hoje, eles são nitidamente os mais pobres ‘.</p> <p>(...) 'não há país desenvolvido que relegue para o esquecimento a sua agricultura ou esqueça a importância da redução da produção interna de alimentos, pela eventualidade de conflitos armados ou da turbulência acentuada dos mercados. Se jamais tivemos períodos prolongados de auto-suficiência, o défice actual da balança alimentar assume proporções muito elevadas e pode transformar-se numa ausência quase total de produção’.</p> <p>(...) 'na região mais pobre da Península Ibérica e bem na cauda da Europa. É também a única neste século que foi palco de uma revolução agrária e onde os conflitos de classe tiveram tradição secular, em ligação estreita com as realidades humanas e geográficas do Sul da vizinha Espanha. É necessário (...) estudar (...) as alternativas agrícolas – em conjunto com as implantações industriais e as iniciativas de serviços’.</p> <p>(...)</p> <p>Na perspectiva do ministro da Agricultura, 'Portugal não tenderá a produzir aquilo de que necessita para alimentar a população. Numa economia alargada e num contexto de 'aldeia global', como é costume dizer-se, não faz qualquer sentido a preocupação com a autarcia de abastecimento alimentar que conduziria a produzir, em más condições e com mercado aberto, em condições</p>

1/11/96 Pág. 5	Política		<i>Trabalhadores agrícolas querem melhores salários</i>	totalmente insustentáveis para os agricultores'. (...)” “Há quem pretenda apresentar os trabalhadores agrícolas com desinteresse pelo trabalho, quando estão desempregados (subsidiados). A ser verdade, o facto deve-se aos baixos salários praticados nos sector que variam pouco relativamente aos subsídios. É assim necessário fazer crescer os salários no sector e dignificar esta profissão, aproximando os salários da média nacional. Esta é a posição da direcção da delegação de Beja do Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Técnicos da Agricultura (...)”.
1/11/96 pág. 6	Opinião	Mariano Feio	<i>II- A cerealicultura no Alentejo sempre as quotas de trigo rijo</i>	Nota: repetição de um artigo publicado no jornal Público em 28/6/93 e 12/7/93)
1/11/96 Pág. 9	Reportagem	Alberto Franco	<i>'Quando almoçamos, não jantamos...'</i>	“A aldeia de Safara, no concelho de Moura, é uma das quatro localidades do distrito de Beja onde estão a decorrer projectos-piloto de Rendimento Mínimo garantido (...). Manuel Campaniço, presidente da Junta de Freguesia, indicou um (...) um total de 70 famílias candidatas à concessão do rendimento. ‘Correspondem na prática a cerca de 280 pessoas’, explica o autarca, que, atendendo aos elevados índices de desemprego, classifica como muito grave a situação sócio-económica dos cerca de 1800 residentes da freguesia. ‘Os trabalhos agrícolas sazonais empregam cada vez menos gente’, lamenta Manuel Campaniço. ‘Quem quer trabalhar é obrigado a ir fazer campanhas agrícolas no Ribatejo, Algarve, França ou Suíça’, assinala. ‘No dia 27 de Setembro, por exemplo, emigraram 28 homens para França. Porém, como são trabalhos de curta duração, ao fim de 20 dias estavam de volta, novamente desempregados’. Uma situação alternativa é o recurso aos POC (...) mas esta solução ‘também é temporária, pois trata-se de um trabalho rotativo’. Entre as mulheres da aldeia o desemprego é quase absoluto. Em finais de Setembro, apenas duas estão a desempenhar pequenas tarefas – alimpar e a arrancar erva – por conta do centro de emprego. Segundo o autarca, ‘os que vivem melhor ainda são os reformados, que têm a pensão certa ao fim do mês’. É fácil confirmar as palavras de Manuel Campaniço. Basta ir ao ajardinado largo 25 de Abril, o centro de Safara. Ali, às 11 horas da manhã, homens na casa dos 60 anos, reformados, conversam ao sol, enquanto observam as brincadeiras das crianças da escola primária em frente. Frente a frente muitos novos e muitos velhos, os grupos etários com maior representação na localidade. ‘O que arruinou a vida em Safara, como noutras terras do Alentejo, foram os quatro anos de seca que levaram muita gente a emigrar’, considera José Baptista Gonçalves, o mais antigo comerciante da aldeia. (...). (...) o caso de carência mais preocupante é o da família Domingues, formada por um casal (...) e cinco filhos menores. Marido e mulher estão desempregados e não auferem qualquer rendimento, sobrevivem à custa de pequenas ajudas. (...) resultado ‘dia em que almoçamos,

				não jantamos', abrevia Gertudes Domingues. Como as lojas já não lhes vendem fiado, alimentam-se, em boa parte, de hortaliças que semeiam no quintal e de alguns géneros que a Casa da Divina providência, uma instituição religiosa local, lhes vai dando (...). (...)”
8/11/96 pág. 5	Política		<i>Encontro de quadros comunistas em Évora A crise alentejana tem saídas</i>	“(…) Analisando as políticas seguidas nos últimos 15 anos, diz o PCP que os ‘resultados mostram que os projectos do PS e do PSD estão a empurrar o Alentejo para uma crise sem precedentes, já que transformaram a região na menos desenvolvida da Europa. A situação é de tal forma grave (concentração latifundista da terra, destruição do aparelho produtivo, desemprego, desertificação demográfica, etc. ...) que se não conseguirmos fazer avançar alternativas poderão vir a verificar-se pontos de ruptura dificilmente reversíveis (...)”
8/11/96 Pág. 13	Actual		<i>Turismo do Alentejo mostra-se em Bruxelas</i>	“(…) (...) Francisco Felgueiras, presidente da Região de Turismo da Planície Dourada disse-nos que ‘as regiões de turismo há muito vêm divulgando o potencial turístico do Alentejo’, mas que chegou o momento de optar por outro formato, associado à promoção turística os sectores da economia regional que, pela qualidade dos seus produtos têm possibilidades de afirmação no mercado externo, nomeadamente os vinhos, o queijo de Serpa, o azeite de Moura, que está cotado como um dos melhores do mundo, as rochas ornamentais, o artesanato, a tapeçaria e outros produtos (...)”
15/11/96 Pág. 5-6	Entrevista	Santiago Macias e Carlos Percira	<i>A identificação de um historiador</i>	“Aos 63 anos, José Mattoso, historiador e professor universitário, escolheu o Alentejo para viver. Para já, apenas nos momentos que a direcção da Torre do Tombo deixa disponíveis. Em breve será a tempo inteiro. O seu pequeno monte fica na Horta da Malhadinha, um lugar recatado e for a de quase todos os caminhos. (...) ao optar viver fora da muito ‘zen’ vila do Guadiana (Mértola), o historiador busca apenas o isolamento. (...) (explicando porque veio para o Alentejo) ‘Em primeiro lugar por um apreço instintivo desde sempre pela contemplação. O Alentejo é para mim uma terra de eleição para a vida contemplativa. Em segundo lugar porque queria estar longe de Lisboa. Durante a vida inteira andei a trabalhar para outros, andei a fazer fretes de toda a espécie e feitio e a minha vinda para o Alentejo garantiu-me maior liberdade. Em terceiro lugar porque tenho aqui o Cláudio Torres. Agrada-me estar perto de um amigo e de uma equipa que trabalha muito a sério na investigação histórica e na promoção cultural.’ (...) Em si mesmo não seriam inevitáveis (esvaziamento e desertificação). São difíceis de resolver, mas não são inevitáveis. A questão é estarmos numa sociedade que é baseada na organização capitalista da produção, numa solução em termos de massas e na qual as minorias pouco contam. A população desta região, que é minoritária em todo o país, tem poucas condições de interessar os poderes instituídos.”
22/11/96 Pág. 2	Em foco		<i>De agricultores a sindicatos todos defendem Alqueva</i>	“A Acos endereçou uma missiva à Comissão para a Política Regional Europeia em defesa da construção de Alqueva (...) a Acos pede solidariedade da UE com o

				Alentejo, 'a região mais pobre da Europa'. Também a Esdime reagiu às últimas notícias obre Alqueva dizendo que ficou 'chocada com o surgimento de pressões por parte de movimentos ambientalistas junto da comissão responsável pelo dossier para que a barragem não avance'. (...) acrescentam que Alqueva, só por si não é solução, mas 'foi já suficientemente demonstrado e justificado que é indispensável para que a região mais pobre da Europa possa sobreviver no futuro'. (...)':
22/11/96 Pág. 9	Actual	Carlos Coutinho	<i>Parque do Guadiana compra herdade da Bombeira, Mértola</i>	"O parque natural do Vale do Guadiana vai comprar a Herdade da Bombeira (...) que além de albergar projectos turísticos e de conservação de espécies, vai servir de pólo principal a programas de experimentação agrícola a que estão associadas universidades e centros de investigação agrária (...)."
22/11/96 Pág. 11	Actual	Alberto Franco	<i>Negócio de bambu em Odemira</i>	"O negócio do cultivo de bambu no Alentejo pode ser um negócio da China. Pelo menos é o que garante Dominique Vidalen, director técnico da empresa Bambouparque, que há cinco anos introduziu a cultura daquela planta oriental na freguesia de S. Teotónio. (...)":
29/12/96 Pág. 7	Opinião	Joaquim Figueira Mestre	<i>Alentejo, fronteira da dignidade</i>	<p>"(...)</p> <p>Ainda há muito pouco tempo venderam-nos o sonho de que podíamos ser ricos. de que os jovens bastava-lhes tirar um curso de jovem agricultor para o passarem a ser (...).</p> <p>Ultimamente, começou a espanhar-se a ideia de que o nosso futuro está no agro-turismo, no artesanato e nas produções locais. Ou seja, a Europa manda-nos uns cobres para nos entretermos com ninharias enquanto desmonta o nosso sistema produtivo. Dizem-nos que são as leis do mercado e as directrizes da UE. Hoje apoia-se a aquisição de maquinaria agrícola para pouco depois se subsidiar o seu abate (...).</p> <p>Querem convencer-nos de que uma região que ocupa um terço do território nacional não precisa de uma estrutura produtiva forte e coerente. (...) esta ideia demonstra o que alguns senhores nacionais e estrangeiros querem de nós: transformar-nos numa imensa região prestadora de serviços (turismo) aos países ricos da Europa, e fazer de cada um de nós um criado de quarto ou um cicerone de franceses, ingleses e alemães.</p> <p>(...)</p> <p>o nosso desenvolvimento tem de resultar de uma solução de compromisso onde a agricultura, a indústria de pequena e média dimensão, o comércio e os serviços se articulem e complementem.</p> <p>O Alentejo não é apenas paisagem. É história e tradição. São modos de vida e saberes ancestrais. É daí que lhe advém a sua força e coerência.</p> <p>Não podemos colocar as pessoas a imitar gestos, saberes e técnicas, quando assistimos à destruição do mundo rural que lhes dava coerência e originalidade. Não nos podemos transformar em produtores de biblots para turistas à procura do exótico. A nossa arte popular sempre foi utilitária, sempre entoo no universo das nossas gentes a sua razão de ser e fonte de inspiração.</p> <p>Por outro lado, pensamos que é necessário conhecer e respeitar a nossa história agrária. O sábio equilíbrio que sempre existiu entre a área cultivada, o pousio, o</p>

				<p>montado, a horta, a vinha e o olival. É preciso voltar a ligar esses fios e ensaiar formas de ligar essa cultura milenar com o conhecimento científico e tecnológico. Complementar essa estrutura económica com o turismo rural, com o artesanato autêntico, as produções locais. (...).</p> <p>Finalmente, é preciso mexer nesse tabu a que se chama uso e posse da terra.</p> <p>Tudo isto porque o Alentejo não pode ser um deserto selvagem, uma imensa estância de férias, uma coutada de caça ou uma reserva de alentejanos em extinção.»</p>
29/11/96 pág. 11	Actual		<i>Campo Branco quer turismo com prazer</i>	<p>“(...) os participantes registam que o turismo, enquanto actividade económica, é importante para o desenvolvimento como uma actividade que se deverá articular com outras de modo a que se faça de forma harmoniosa e potencie produtos ligados ao património ambiental e cultural.</p> <p>Os participantes afirmaram também a necessidade de criar no Campo Branco um parque natural.</p> <p>‘Temos de agarrar as oportunidades e valorizar as potencialidades que temos (...) . queremos um turismo novo que respeite os nossos valores intrínsecos, que faça de cada visitante um convidado. Queremos um turismo com prazer para quem visita e para quem recebe’, afirmou José Colaço. (...)”</p>
29/11/96 Pág. 17	Sociedad e	Joaquim Fialho	<i>Cooperativa Agrícola de Ferreira vendida em hasta pública</i>	<p>“O património da Cooperativa Agrícola de Ferreira do Alentejo, falida, foi vendido às fatias em hasta pública. (...) o leilão, apesar de concorrido, não atingiu a totalidade dos valores de base de licitação. (...) bem mais concorrida esteve a venda do edifício sede da cooperativa, em Ferreira do Alentejo, que duplicou o valor de licitação, atingindo 35 mil contos, oferecidos por um empresário de Coimbra. (...)”</p>
6/12/96 Pág. 9	Actual		<i>‘É necessário definir uso e posse da terra’</i>	<p>“Vidigal Amaro, presidente da Câmara de Portel, definiu o seu concelho como um dos mais pobres da UE, cada vez mais afastado da riqueza, cada vez mais afastado do desenvolvimento’.</p> <p>(...)’ Portel é um concelho que vê rejeitados, sistematicamente, apoios no campo do turismo, no campo da indústria (...)’.</p> <p>Portel continua a ser um concelho de grandes latifúndios com grande riqueza de terras, de montados de sobro e de azinho. Na opinião do presidente é necessário explorar o sobro e o azinho. O que acontece é que hoje a política de Bruxelas não aponta nesse sentido; paga-se aos latifundiários para não explorar, dão-se grandes indemnizações para deixar as terras abandonadas. Por conseguinte, um concelho como Portel, que sempre viveu da agricultura, grande parte da sua população são assalariados agrícolas (...) e de um momento para o outro vêem-se sem emprego (...)’</p> <p>Nos anos 70 havia uma cooperativa em cada umas das freguesias do concelho de Portel (...) nessa altura não havia desemprego.</p> <p>‘Por isso adianta, ‘nós continuamos a dizer que é necessário definir o uso e posse da terra (...)’. (...)”</p>
13/12/96 Pág. 11	História	Joaquim Figueira Mestre	<i>Montes do Alentejo: uma morte anunciada</i>	<p>“Quando mergulhamos no Alentejo profundo, como até há pouco esteve na moda dizer, sentimos uma imensa desolação ao vermos os montes abandonados. Alguns são apenas trágicas silhuetas recortadas em</p>

				<p>horizontes de pousio, onde estevas e silvados impõem a sua lei. Outros, ainda são sentinelas luminosas de cal, debruadas a azul e ocre.</p> <p>São as derradeiras testemunhas silenciosas do desmoronar do mundo que lhes dava vida e sentido.</p> <p>O monte alentejano, com a sua arquitectura tradicional, que desconhece o estirador, a régua e o esquadro, mas onde o espaço e a sua organização funcional obedecem a um saber muito antigo. Arquitectura da terra, o mais elementar dos materiais, que o homem alentejano desde sempre soube utilizar, na forma da taipa ou do tijolo.</p> <p>Por vezes esses mestres anónimos deixavam soltar a sua imaginação e surgiam espantosas abóbadas e abobedilhas, que ainda hoje desafiam as leis da gravidade e causam a nossa admiração.</p> <p>O monte alentejano, despojado de rendilhados, digno e vertical, ergue-se da terras do barro amassado, como um prolongamento do homem (...). Esta simplicidade e economia de meios apenas é quebrada por singelos registos decorativos, nas barras, peitoris e chaminés.</p> <p>Aperta-se-nos o coração ao ver essas sinistras ruínas, que anunciam a morte de um mundo que cada um de nós guarda na sua memória. Talvez a memória seja o único espaço à medida da sua grandeza.</p> <p>O mundo rural alentejano está ferido de morte. Tal como os velhos, esses heróis anónimos que se arrastam pelos asilos da cidade ou ficam esquecidos nos poiais das aldeias com o desespero cravado no olhar. Numa sociedade que sacraliza o jovem e o belo e em que os velhos e a sua sabedoria são desprezados, não há lugar para eles e a sua dignidade não cabe entre paredes de um asilo (...).</p> <p>Eles, os nossos velhos, são os derradeiros protagonistas desta história. A história daqueles que ergueram os montes, arrotearam os campos, desbravaram os matagais e sempre acreditaram que o pão era sagrado. Era a sua religião, a sua razão de viver.</p> <p>Não consigo imaginar um Alentejo sem montes. A nossa identidade mais profunda, aquilo que nos define como alentejanos, também está neles. Eles são únicos. Em mais lugar nenhum do mundo existem iguais ou semelhantes.”</p>
13/12/96 Pág. 14	Reportag em	Teodósio Caeiro	<p><i>‘Governo em diálogo no Norte Alentejano’</i></p> <p><i>Mais promessas para Portalegre</i></p>	<p>“O primeiro ministro (...) fez o balanço de três dias de ‘Governo em diálogo’ (...) com duas palavras: ‘esperança e solidariedade’.</p> <p>Esperança, porque ‘apesar da desertificação humana’ que se regista no distrito (...) António Guterres notou ‘uma vontade indomável para inverter a tendência’.</p> <p>Solidariedade na medida em que ‘o país tem obrigação, e o Governo assume essa obrigação, de reforçar muito o investimento público e a criação de condições para o desenvolvimento da região, para travar o ciclo vicioso de empobrecimento, despovoamento e desertificação’. (...).</p>
20/12/96 Pág. 2	Em foco	Alfredo Franco	<p><i>Um presente para o Alentejo</i></p>	<p>“Em Alqueva foi assinado o contrato de adjudicação da empreitada principal da barragem e da central hidroeléctrica. (...) no Inverno do ano 2000 tem início o enchimento da albufeira de Alqueva, prevendo os técnicos o fecho das comportadas da nova barragem nesse ano. (...)”.</p>
20/12/96	Entrevist	Rosário	<p><i>Bispo defende</i></p>	<p>“(...)”</p>

Pág. 7	a	Fernandes	<i>plano Marshall para o Alentejo</i>	<p>(...) 'Gostaria que este Natal renovasse a esperança do povo alentejano, porque tenho verificado que há uma desmotivação muito grande nesta região deprimida e sem perspectivas de futuro, embora note também com alegria que há várias iniciativas de desenvolvimento (...).</p> <p>(...)</p> <p>Eu suponho que era preciso um plano Marshall para o Alentejo, que investisse com inteligência e pudesse promover um desenvolvimento integrado e sustentável. Exigiria um esforço muito grande e o País não olha a isso, as autoridades não olham o Alentejo com muito interesse, porque demograficamente é fraco e muitas vezes os governantes olham para quem dá votos. Ora, o Alentejo tem ao todo pouco mais de meio milhão de habitantes. Isto não pesa muito, por isso não se interessam. (...)."</p>
20/12/96 Pág. 9	Actual		<i>Águas ruças no Enxoé</i>	<p>"A descarga de águas ruças de um lagar de Vale Vargo, em Serpa, originou a morte de peixes na ribeira de Enxoé em duas represas feitas no decorrer das obras da barragem.</p> <p>(...) um representante da DRARN disse ao DA (...) que os peixes morreram por falta de oxigénio devido à pouquíssima água tanto na ribeira como no Vale de Vargo."</p>
27/12/96 Pág. 12/ 13	Reportag em		<i>O concelho do Alandroal é uma terra com futuro</i>	<p>"(...)É o Alandroal, um dos concelho mais pobres da Europa, com uma agricultura onde predominam grandes extensões de azinho e de olival e onde aparecem já algumas plantações de eucalipto. (...).</p> <p>É um concelho diz, o autarca 'onde a principal actividade económica tem sido a agricultura. (...) É um concelho envelhecido. Temos, desde o censo de 1971, vindo a perder 100 habitantes por ano. (...) É um concelho com uma área muito grandes e bastante despovoado'.</p> <p>A proximidade com a zona dos mármore levou a autarquia a criar uma zona industrial onde já foram instaladas algumas unidades de serração e transformação. Instalou-se também uma fábrica ligada a uma multinacional francesa que emprega cerca de 100 mulheres. (...).</p> <p>Se as fábricas de serração e da transformação de mármore criam problemas de poluição a nível dos excedentes e das natas, a fábrica francesa também tem criado alguns problemas ao nível dos efluentes. (...) 'eles estão a tratar do assunto, têm um projecto que fizeram da sua própria estação de tratamento (...)'. Para além da agricultura e de alguma indústria, o turismo é um sector onde se está a apostar, tendo em vista criar postos de trabalho e evitar a fuga da população para a grande Lisboa ou para o estrangeiro. (...).</p> <p>(...) 'nós estamos inseridos numa zona de gastronomia muito boa, muito apreciada. Dá-me a impressão de que aqui, no Alandroal, a gastronomia ainda não sofreu as alterações que já se verificam em algumas regiões do interior. Depois, o que temos sobretudo para oferecer é a hospitalidade. Aqui toda a gente é bem recebida.</p> <p>Acresce que, na área do Município, temos três castelos. Se calhar é o único município onde se concentram três fortalezas medievais: Alandroal,, Terena e Juromenha (...).</p>

			<p>Naturalmente que o Município, salienta João Ribeiro 'na informação que dá para o exterior, procura salientar o facto de sermos um dos poucos concelhos que tem três castelos. E, depois, tem outra coisa: temos aqui três unidades de turismo rural que são de óptima qualidade (...)'. Ainda na área da promoção turística, desde há dois anos que a autarquia (...) vem realizando um evento a que foi dado o nome de 'Semana do Guadiana' e que, além de aspectos lúdicos, envolve alguma gastronomia à base do rio (...).' Parece-nos que a designação de 'semana do Guadiana', frisa João Ribeiro, está bem indicada porque nós temos quase 60 quilómetros de rio e parece-nos que o Guadiana, com o tempo, poderá vir a ser um dos pontos com interesse turístico.' 'Em tempos tivemos alguns problemas porque alguns municípios espanhóis, a montante, não estavam muito sensibilizados para o tratamento de águas residuais. Naturalmente que os municípios que faziam parte da rede hidrográfica do Guadiana, as águas residuais desses municípios iam parar ao rio. Nós fixemos alguns contactos com a Câmara de Badajoz e a informação que temos é que já fizeram a ETAR principal da cidade, que já está a funcionar em pleno o que naturalmente terá irá ter reflexos na qualidade da água do rio. (...)'. Há mais alguns focos de poluição do rio, designadamente algumas unidades de produção de azeite, que lançam no Guadiana as famosas águas russas. No Alandroal há duas dessas unidades, uma na sede de concelho e outra em Santiago Maior (...). 'O que sabemos, diz João Ribeiro, e até com a nossa colaboração, o projecto ETAR para essa unidade (da sede de concelho) já foi entregue nos serviços regionais de Évora, na delegação do Ambiente, para ser apreciado e se proceder à sua construção. (...) a unidade de Casas Novas, em Santiago Maior, a informação que temos é a de que também já tratou o projecto'. (...) Juromenha, que outrora desempenhou um papel importante contra as investidas castelhanas, apresenta-se hoje como um local ideal para a instalação de restaurantes com grandes esplanadas, mesmo nas barbas do maior lago artificial da Europa, onde os tetranetos de tais guerreiros castelhanos poderão vir beber a sua 'cerveza Cruzcampo' ou qualquer outra, nas calmas. A barragem de Lucefécit (...) também vai beneficiar com a construção de Alqueva: está previsto receber água da grande barragem através de canais. (...) 'estamos a negociar a compra de um terreno que permitiria a curto prazo, iniciar as obras de construção do parque de campismo naquela área, porque nos parece uma área muito interessante, sobretudo para os momentos de lazer e que já hoje constitui uma atracção, sobretudo para os pescadores desta zona do Alentejo'. Um outro projecto em que a autarquia está empenhada e que tem a ver com a promoção turística e a preservação do património, é o de Terena. (...). Terena, diz João Ribeiro, 'é uma povoação muito bem preservada, sobretudo na sua parte velha, é muito interessante, é muito bonita (...)'. </p>
--	--	--	--

				<p>Ainda em Jorumenha já existe o edifício onde vai ser instalado o museu do rio, uma estrutura que também tem a ver com o turismo. Nesse edifício vai ser instalado tudo o que tenha a ver com as artes da pesca, barcos velhos, redes e com contrabandistas, uma actividade muito em voga naquela zona em tempos idos. Houve já quem oferecesse uma farda de carabineiro do princípio do século e foi criada a rota dos contrabandistas (...).</p> <p>Alandroal tem ainda outros projectos na área do desenvolvimento. 'A autarquia, diz João Ribeiro, há cerca de três anos, adquiriu algumas dezenas de hectares de terrenos e estamos a implementar (...) uma segunda zona industrial. Temos sete hectares e não vamos ter grandes dificuldades em vender os lotes (...) na medida em que, praticamente de uma forma diária nos chegam pedidos de sectores diversificados. Temos já pedidos destinados a uma fábrica de tostas e para uma unidade de tratamento de couros e cabedais, embora esta última pareça uma fábrica altamente poluente, pelo que terá que ser encarada com muito cuidado a implantação de uma fábrica dessas no nosso concelho, na medida em que agente não gostaria que o Alandroal se transformasse noutra Barcarena'. (...)</p> <p>Um dos grandes projectos em que a Câmara está envolvida, frisa João Ribeiro 'é uma estrada que liga a freguesia de Santiago Maior à freguesia de Capelins, que foi candidata a fundos comunitários (...)'. Como dizia João Ribeiro, em jeito de conclusão, o Alandroal é um dos concelhos mais pobres da Europa, mas apesar disso, é um concelho com futuro"</p>
--	--	--	--	---

